



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes no Senado Federal

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (65,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (65,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (63) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,70,91) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,93) Rodrigo Rollemberg (67,99) Inácio Arruda (89,100) Eduardo Lopes (37,45,64,101) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,70,91) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Aníbal Diniz (25,96) Paulo Paim (97) Eduardo Suplicy (98) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,93) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (67,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,100) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,64,101) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (102) Ataídes Oliveira (103) Cyro Miranda (31,94) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,62) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) João Costa (81,82) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PPL - 1 João Costa (81,82)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de março de 2013(Realizada em conjunto com 4ª reunião da CCJ) (Publicada no item 1.1.3)	
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de março de 2013.....	00004
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2013.....	00022
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de março de 2013.....	00051
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2013.....	00064
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2013.....	00092
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de março de 2013.....	00112
Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de março de 2013.....	00131
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de março de 2013.....	00159
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2013.....	00190
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de março de 2013.....	00207
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de abril de 2013	00223
1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2012.....	00259
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de março de 2013.....	00276
1.1.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012.....	00300
1.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de março de 2013.....	00315
Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de março de 2013 (Realizada em conjunto com 4ª reunião da CCJ) (Publicada no item 1.1.3)	
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2013.....	00342
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2013.....	00360
1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2013.....	00382
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2013.....	00412
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2013.....	00429
1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2013.....	00460
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2013.....	00464

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos, do dia seis de março de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Ana Amélia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 8 – EXTRAPAUTA REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, de 2013 Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 139/2012, de minha autoria, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica. Autoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado; **ITEM 9 – EXTRAPAUTA REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, de 2013 Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater as principais ações e programas do Governo no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e indico como convidada a Ministra Tereza Campelo. Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Resultado:** Aprovado; **ITEM 10 – EXTRAPAUTA REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, de 2013 Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara Nº 98, de 2011. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 – EXTRAPAUTA REQUERIMENTO DA CO-**

MISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2013 Com fundamento no disposto no Art. 90, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de diligência no Estado do Rio Grande do Sul para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, a ser realizada na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Endereço na Internet: Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado; **ITEM 12 – EXTRAPAUTA REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, de 2013 Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “a aposentadoria especial para os pescadores e o período de “defeso” de 5 meses onde muitos pescadores são demitidos e ficam sem vínculo com a empresa”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado.; **ITEM 13 – EXTRAPAUTA REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, de 2013 Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho, da ONU), que estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas – municipal, estadual e federal.” Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 – EXTRAPAUTA REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, de 2013 Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Daudt Brizola, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para o próximo ano. Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado; **ITEM 15 – EXTRAPAUTA REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, de 2013 . Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 217 de 2012, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para incluir os Endereço na Internet: RESULTADO da 2ª Reunião Extraordinária da CAS, em 6 de março de 2013, aspectos sociais no escopo das avaliações de impacto ambiental. Para tanto, sugiro sejam convidados:– Representante do Conselho Na-**

cional de Meio Ambiente (CONAMA);– Representante do Ministério das Cidades;–Representante do Comitê Gestor da Copa;– Dra. Sílvia Capelli – Promotora de Justiça autora do artigo “O Estudo de Impacto Ambiental na Realidade Brasileira”;– Sr. Walter Torre – Presidente da construtora WTorre e representante do empreendimento Shopping JK Iguatemi – São Paulo;– Sr. Duílio Diniz de Figueiredo – Diretor Presidente da Norte Energia S. A e do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM);– Sr. Francis Bogossian – Presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.**Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 – EXTRAPAUTA** REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, de 2013 *Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves, com vistas a expor as diretrizes e as prioridades da sua respectiva pasta para o ano.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado; **ITEM 1** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, de 2007 – **Não Terminativo** – *Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências.* **Autoria:** Deputado Capitão Wayne. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora; **ITEM 2** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2012 – **Não Terminativo** – *Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 1, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Davim, de Audiência Pública para instruir o PLS nº 139, de 2012. A matéria fica sobrestada, nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna; **ITEM 3;** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2011 – **Terminativo** – *Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.* **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do

Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011 e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator; **ITEM 4** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2012 – **Terminativo** – *Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a aplicação da renda líquida dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia em aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2012 e das 2 (duas). Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2012, e as Emendas nºs 1– CAS e 2-CAS; **ITEM 5** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2012 – **Terminativo** – *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de avaliação, acreditação e certificação da qualidade de Endereço na Internet.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos.; **ITEM 6** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2012 – **Terminativo** – *Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para dispor sobre a validade das receitas médicas em todo o território nacional.* **Autoria:** Senador Jayme Campos **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS; **ITEM 7 – EXTRAPAUTA** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2012 – **Não Terminativo** – *Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Jayme Campos **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2012. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Jayme Campos, em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2012; **ITEM 17 – EXTRAPAUTA** – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, de 2013. *Nos termos do Artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública, desta Comissão, para instrução do Projeto de Lei do Senado Nº 182, de 2010, de*

*autoria do Senador Magno Malta, que “acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar que as emissoras públicas de radio-difusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas. A lista de convidados será enviada posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Wellington Dias Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Davim, Paulo Paim, Jayme Campos, Cyro Miranda, Humberto Costa, Eduardo Suplicy, João Durval, Wellington Dias e as Senadoras Ana Rita, Ana Amélia e Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.*

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Srs. Senadores, eu, até aguardando o nosso quórum, queria aproveitar para que a gente pudesse tratar de um assunto que eu acho de fundamental importância. Nós já havíamos discutido isso aqui, na Legislatura passada, quando da Presidência do Senador Jayme Campos. Chegamos até a formar uma subcomissão, mas o assunto não prosperou. Mas eu acho que nós temos que retomar essa discussão. E aí eu vou me permitir levantar alguns dados para a nossa reflexão.

Trata-se da questão do processo de financiamento da saúde pública no nosso País. Então, o processo de financiamento está entre os principais problemas enfrentados pelo Sistema Único de Saúde, o SUS, desde a sua criação, pela Constituição Federal de 1988.

Pelos dados da Organização Mundial de Saúde (OMC), a recomendação para o gasto médio – essa é uma média mundial do Produto Interno Bruto (PIB) – com saúde é de 5,5%. O Brasil gasta 3,7%. Se fosse gastar o percentual recomendado, a saúde pública brasileira precisaria de mais R\$60 bilhões.

Então, eu começo mostrando isso. Uma organização médica mundial recomenda 5,5% do PIB; nós gastamos 3,7%. Então, é claro que há uma defasagem nesse financiamento.

Estudo do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgado em 2012, mostra que o gasto privado, aqui no nosso País, com a saúde, é maior que o público. Isso é muito raro de acontecer. O

gasto público foi de R\$645 por pessoa, de R\$645,26 por pessoa; e o do privado, R\$835,65 por pessoa. Uma diferença de quase 30%!

O Ministério da Saúde já foi responsável por 75% do financiamento da saúde. Esse é um dado importante. Na década de 80, o Ministério da Saúde gastava 75% do seu orçamento com a saúde. No ano de 2010, foi reduzida essa participação a 45%. Então, vejam como esse é um dado fundamental. Então, na década de 80, o Ministério da Saúde gastava 75% de seu orçamento com a saúde; e, depois, isso ficou reduzido a 45%. Os Estados entraram com 27% – R\$37 bilhões; e os Municípios, com R\$28 milhões. Vejam que os Municípios, na estrutura de arrecadação e repasse, são os que menos recebem dos impostos, ainda são responsáveis por 28% – R\$39 bilhões é o que os Municípios gastam.

Então, os gastos federais com ações de serviços públicos de saúde, com o SUS, diminuíram em relação às Receitas Correntes Brutas da União, após 1995. Representaram, em média, 8,37% da Receita Corrente Bruta, no período de 1995 a 2001; e foram reduzidos para 7,1% da receita, na média, no período de 2002 a 2009.

Para compensar a falta de recursos, que acarretou instabilidade no financiamento das políticas de saúde pública, foram adotadas medidas emergenciais, como o empréstimo junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no início dos anos 90; e a criação da CPMF, que vigorou de 1997 a 2007.

Então, a reflexão que se coloca: será que a saúde precisa de mais recursos ou a questão é melhorar a gestão dos gastos? Eu digo que são as duas coisas. Nós temos que melhorar a gestão dos gastos, mas é impossível melhorar a qualidade de saúde sem um aporte maior de recursos. Eu acho que essas duas coisas é que...

Queria chamar esse assunto, essa discussão. O Senador Humberto Costa, que hoje não está presente, já me disse, no primeiro dia de nossa reunião, que era fundamental a gente retomar isso. Concorro com isso. Então, a minha proposta é a de que a gente possa, realmente, criar uma subcomissão, uma comissão temporária, com data para iniciar e para terminar, para discutir essa questão do financiamento da saúde.

Tenho o contato dos Secretários da Saúde, do Fórum Nacional. Todos os Secretários da Saúde do nosso País vão se reunir agora em março e querem fazer uma visita, em comitiva, à Comissão para que a gente possa tratar de dois assuntos. Eles colocam dois assuntos: um é a questão do fundo do financiamento público de saúde; o outro é a chamada política da carreira do médico, a interiorização dos médicos

em nosso País. Eles defendem uma carreira pública, com salários. Realmente, esse é outro assunto difícil.

Claro que alguns falam: “Mas o Moka é médico!” Não é isso, não se trata disso. Trata-se de que um colega médico, hoje... Está bom, ele vai para um Município, chamado por um prefeito, que coloca um salário. Depois de quatro anos, Senador Paulo Paim, o prefeito perde a eleição. Aquele médico é mandado embora no outro dia, não tem nenhum tipo de estabilidade. Entre outras coisas, a gente precisa discutir esse assunto.

Então, estou colocando essas questões aqui para que a gente... Estas seriam, na visão clara do Presidente, as duas questões fundamentais: o financiamento público da saúde e a questão dos médicos. Tenho dados aqui que dizem que temos médicos na quantidade necessária. Temos, mas estão mal distribuídos. Os médicos estão, hoje, concentrados nas grandes cidades, e há Municípios que não têm. Há uma dificuldade enorme dos prefeitos para conseguirem levar um médico.

Pois não, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente, Waldemir Moka, quero parabenizá-lo por colocar em pauta essa discussão. Acho que essa discussão se impõe ao Legislativo. Semana passada – eu que faço parte da Frente Parlamentar da Saúde – tive uma reunião com o Presidente Henrique Alves, da Câmara. Ele anunciou uma Comissão para iniciar um estudo sobre o financiamento da saúde no Brasil. Portanto, acho necessário e importante que esta Casa, também, reúna um grupo de senadores para discutir esse tema, que é importantíssimo.

Como V. Ex^a bem colocou, são duas as correntes de pensamento. Uma diz que o problema é apenas de gestão; a outra diz que são as duas coisas. Eu também comungo com o seu pensamento: acho que são as duas coisas. Haja vista que se gastava, em 1995, do Orçamento da União, um pouco mais do que 8% da arrecadação bruta e, na regulamentação da Emenda nº 29, nós apoiamos o substitutivo do ex-Senador Tião Viana, que estabelecia 10% do Orçamento da União. Então, ficaria 15%, 12% e 10%. Isso seria um alento.

Quanto à questão da interiorização dos profissionais, defendo que o Governo precisa apresentar um programa de interiorização dos profissionais no Brasil.

Fiquei muito satisfeito porque a semana passada o Ministro Padilha apresentou os números do Provac deste ano, de 2013. Então, foram 4.308 médicos que aderiram ao Programa Provac, recebendo uma bolsa de R\$8 mil do Ministério da Saúde. O programa vai beneficiar mais 1.400 Municípios do Brasil. Então, significa dizer que, realmente, há a necessidade de um programa de interiorização do profissional da saúde. O

Provac está na sua segunda edição; começou no ano passado. Neste ano mais de 1.400 municípios foram beneficiados com esse programa, porque dá uma garantia jurídica, como V. Ex^a falou. Essa Bolsa de R\$8 mil é paga pelo Ministério da Saúde. Esses médicos serão acompanhados pela UNA-SUS, a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde. Então, eles terão, através do Sistema de Educação a Distância, aula, serão acompanhados por universidades federais, terão um suporte técnico-científico a distância e terão a garantia de receber esse valor pelo Ministério da Saúde.

É diferente do que V. Ex^a falou há pouco tempo: que há Município que tem mês que paga, tem mês que não paga, o que leva à insegurança jurídica. Nenhum profissional quer ir para o interior, levar a sua família para viver nessa incerteza. Na hora em que o Governo apresentou essa certeza, através do Provac, já começamos a colher os resultados.

Para se ter uma ideia, em Natal, das 126 equipes do Saúde da Família que tínhamos na capital, apenas 30 equipes tinham médico. Só na semana passada foram contratados 55 profissionais médicos pelo Provac. No interior do meu Estado, onde não havia médicos, passaram a ter médicos pelo Provac. Então, é, realmente, um Programa que está fazendo a diferença.

Eu fiz um pronunciamento ontem elogiando o Ministério da Saúde, elogiando o Ministro Padilha. As instituições médicas nacionais estão apoiando esse Provac. Este é o segundo ano, e estou convicto de que no ano que vem teremos muito mais profissionais médicos aderindo ao Provac, porque, por incrível que pareça, há profissionais que ainda não tomaram conhecimento do Provac. No ano que vem, eu tenho certeza, vamos dobrar esse número, porque é um programa que merece a credibilidade dos profissionais da área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço o Senador Paulo Davim.

Já temos quórum para o início e deliberação das matérias na pauta. Então, a primeira questão...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu dei entrada num requerimento – conversei com V. Ex^a ontem –, pedindo a retirada de pauta – não sei nem se me cabe, como autor; eu acho que é o relator, mas dei entrada num requerimento – do PLS 139, de minha autoria, que tem como Relator o ilustre Senador José Pimentel. Tive uma reunião com as partes interessadas e acertamos uma audiência pública. Inclusive, já dei entrada, solicitando uma audiência pública nesta Comissão. Como a gente tem o hábito, e esta Comissão preza isso, de discutir exaustivamente os nossos projetos, as matérias que por aqui passam, faço esse

apelo pela retirada de pauta para que a gente possa realizar essa audiência pública, discutir exaustivamente com as partes interessadas e chegar a um amadurecimento da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB/MS) – A assessoria propõe o seguinte: temos um requerimento pedindo essa audiência pública. Ao votarmos o requerimento e aprovarmos a audiência pública, a pauta desse projeto fica sobrestada. Então, ao invés de um pedido de vista, vamos aprovar um requerimento. Já marcamos a data da audiência pública, e V. Ex^a está atendido da mesma forma. Se V. Ex^a concordar, a Presidência vai proceder dessa forma.

Como há número regimental, quero aprovar a ata da sessão anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a ata da sessão anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Outra questão que quero consultar é sobre a nossa sessão ordinária, que, originariamente, não é às quartas-feiras; foi instituída pelo Presidente, Senador Jayme Campos, às quartas-feiras, às 9 horas. Eu pretendo manter o mesmo dia e a mesma hora, mas, para que eu possa fazer isso, preciso consultar o Plenário. Então, a Presidência propõe a manutenção da sessão ordinária às quartas-feiras, a partir das 9 horas. Na verdade, seria de forma extraordinária, mas vai ser a nossa reunião ordinária, ficando as terças e quintas-feiras reservadas para as audiências públicas ou para outra sessão que se fizer necessária.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pelo início dos trabalhos, no dia de hoje, desta Comissão, cumprimentar pela louvável iniciativa de propor a criação desta Comissão, ou subcomissão – imagino que será uma subcomissão –, para buscarmos os fundos de financiamento público para a saúde, como também naturalmente outros assuntos inerentes a esta Comissão.

Todavia, para não me alongar, pelo fato de termos quórum para votar, V. Ex^a disse que vai continuar no mesmo horário, quarta-feira, 9 horas. Só com uma diferença: nós vamos ter uma concorrência, em termos de televisão, rádio, com a Comissão de Infraestrutura. Esta Comissão não tinha a cobertura, entretanto, nós – eu, Senador Paim, Senadora Ana Amélia –, num trabalho hercúleo, protestando veementemente junto à Assessoria de Comunicação do Senado, conseguimos ter aqui a cobertura da Televisão e da Rádio Senado

em toda reunião da nossa Comissão. Então, sugiro a V. Ex^a, se possível, naturalmente, conseguir a manutenção da cobertura da imprensa do Senado aqui nas nossas reuniões, que vão acontecer na quarta-feira, às 9 horas. Caso contrário, evidentemente, se não for possível, poderemos até buscar um novo horário. Eu, particularmente, não teria nenhuma dificuldade. Eu sou tirador de leite, posso chegar mais cedo aqui, ou mais tarde, ou na terça, enfim, até para mostrar o trabalho que V. Ex^a vai desenvolver aqui nesses dois anos. Apenas a título... Longe de mim, não é nenhuma vaidade, mas imagino que temos que mostrar aqui, naturalmente, o trabalho que esta Comissão está realizando em prol daquilo que nos cabe, nos compete. A título de sugestão a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Naturalmente, não tenho a mesma simpatia nem o mesmo visual do Senador Jayme Campos, mas, evidentemente, a transmissão ao vivo repercute e é importante para o trabalho. Eu tomei a iniciativa já, Senador Jayme Campos, e conversei com o Presidente Renan, dizendo que nós íamos fazer a manutenção e pedi a ele que a TV Senado pudesse garantir que fosse feita essa transmissão. Ele me disse que essa questão dos horários da TV Senado, ele vai, de alguma forma, regulamentar, mas me prometeu que nós teríamos também a cobertura da TV Senado.

Então, acho que, nesse momento, isso não acontecendo e se V. Ex^{as} criarem outra alternativa ou chegarmos à conclusão de outro horário, outro dia, não tenho nenhuma objeção. Mas, nesse momento, prefiro manter quarta-feira, 9 horas, com a promessa do Presidente Renan Calheiros de que a Comissão terá a garantia da transmissão ao vivo.

Não sei se respondi a V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Primeiro, bom dia. Quero parabenizá-lo pelo início dos nossos trabalhos. É uma satisfação fazer parte, mais uma vez, desta Comissão.

Eu queria pedir a V. Ex^a que o horário fosse realmente respeitado. Esta Comissão, inclusive, tem a tradição – e o senhor, como fazendeiro, é madrugador – de começar exatamente às 9 horas. Nós temos que ter muito cuidado com as audiências públicas, porque elas estão esvaziadas. Se V. Ex^a fizer uma audiência pública na terça-feira, há três comissões funcionando ao mesmo tempo. Então, eu entrei, inclusive, com um requerimento, para ser apreciado na CCJ, de que

não poderia mais haver sobreposição dessas reuniões, porque não estamos conseguindo dar, inclusive, o respeito para com os convidados. Na maioria das vezes, até o requerente não está presente porque ele tem que relatar numa comissão. Agora, estamos com uma semana muito curta, de terça e quarta, para tudo isso. Na quinta-feira, não sei se estão colocando; temos quinta-feira à tarde. Então, temos que colocar as audiências públicas num horário diferenciado.

Então, eu queria sugerir a V. Ex^a que fizéssemos uma reunião entre os presidentes das comissões para disciplinarmos isso, senão vamos ter mais um ano atabalhado. Muitas vezes, nós passamos por constrangimentos nas audiências públicas.

Então, eu queria deixar esse registro e reflexão para V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu recolho a argumentação de V. Ex^a, concordo. Para mim, acho que quinta-feira é um dia tranquilo. A dificuldade, muitas vezes, é garantir esse quórum. Mas acho que a gente tem que se reunir e conversar a respeito.

Ouçó o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senador Waldemir Moka, inicialmente quero parabenizá-lo pela assunção à Presidência da Comissão de Assuntos Sociais e manifestar aqui a minha convicção, a minha certeza de que nós teremos em V. Ex^a o coordenador de uma administração tão profícua quanto foi aquela do Senador Jayme Campos. Sem dúvida, a Comissão de Assuntos Sociais se diferencia das demais pela sua produtividade, pela sua seriedade. Uma produtividade inclusive que não se construiu sem respeitar o diálogo, os entendimentos. Então faço fé de que V. Ex^a vai reproduzir essa prática.

A segunda coisa que eu gostaria de falar é que acho que há dois grandes temas para nós podermos nos debruçar com mais frequência, talvez até priorizando o que existe em termos de projetos em relação a eles. São eles: o tema do trabalho médico ou do trabalho profissional no Sistema Único de Saúde, a questão do financiamento; outro tema que é relevante também, que está próximo de ser objeto de análise desta Comissão, é a questão da Lei de Responsabilidade Sanitária.

O Ministro Alexandre Padilha, quando esteve aqui há duas semanas conversando com o Presidente Renan, entre os temas que ele declarou de interesse do Governo, da sociedade, está a questão da lei de responsabilidade sanitária.

Existe um projeto tramitando na Câmara e um projeto tramitando aqui no Senado, que é de nossa

autoria, com vários outros projetos apensados. O Senador Jorge Viana deve estar concluindo o seu parecer sobre esse projeto já para a próxima semana na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois, esse projeto deve vir para cá, e nós poderíamos abrir um bom debate, trazendo gente da sociedade para arredondarmos essa ideia.

Os outros dois que são o tema do trabalho no SUS e a questão do financiamento são importantes, porque são temas, hoje, cruciais para o sistema.

A questão do trabalho médico aqui já foi objeto da fala do Senador Paulo Davim. É bom lembrar que há outras medidas que são igualmente importantes, mas que são muito mais polêmicas que o Provab. Essa convocação internacional de profissionais, por exemplo, vai gerar uma grande polêmica. Eu pessoalmente sou absolutamente favorável, mas sei que há posições radicalmente contra. Então acho que seria importante que o Senado acompanhasse esse debate e o trouxesse para cá, para que pudéssemos travá-lo.

O outro é a questão do financiamento. Eu vinha chegando e vi que V. Ex^a falou sobre aquela comissão temporária que nós conseguimos aprovar no ano passado aqui no Senado. Eu conversei com o Presidente Renan, e a nossa ideia é tentar instalar essa comissão na próxima quinta-feira, na outra semana, e podermos fazer um trabalho rápido, mas que seja, ao mesmo tempo, objetivo e consiga responder a essa questão.

Eu tive a oportunidade de falar com V. Ex^a que não deveria haver nenhum tipo de concorrência entre esta comissão e a Comissão de Assuntos Sociais. Por essa razão, eu havia sugerido que pudéssemos trabalhar em conjunto essas audiências, nas quintas-feiras, e podermos fazer um trabalho que tenha um resultado logo.

O outro tema que também está envolvido nesse do financiamento é esse debate que está surgindo da relação público-privada. Tive oportunidade de falar com pessoas do Ministério da Saúde que negam o teor de uma matéria que saiu na semana passada no jornal *Folha de S. Paulo* dizendo que o Governo estaria propondo incentivos fiscais e tal, ampliação dos planos de saúde em troca de melhor qualidade e menor preço. Esse assunto é extremamente complexo, e acho que nenhum governo responsável tomaria uma atitude dessas sem discutir previamente com a sociedade, com o Parlamento. Então, como isso guarda uma relação com o financiamento, acho que deve ser um tema que nós venhamos a tratar como essa relação pode se dar de uma forma melhor.

Obrigado pela tolerância e desculpe pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ouço a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Penso que a definição da pauta que V. Ex^a está orientando e mais essa preocupação levantada pelo Senador Jayme Campos são altamente procedentes, não desmerecendo absolutamente nenhum trabalho de nenhuma comissão técnica ou temática. Todas elas são relevantes, mas quando se trata aqui, por exemplo, de direitos sociais, área do trabalho como aquelas de que cuidam o Senador Paim e todos os demais Senadores – hoje mesmo, estou relatando um projeto do Senador Jayme que trata de dar validade nacional às receitas médicas, para que sejam aviadas independentemente do local onde sejam emitidas – isso tem alcance direto no cotidiano das pessoas. Por isso a relevância também de tratar diretamente, procedendo à transmissão ao vivo, desses assuntos, porque interessam à comunidade. Quando fazemos audiências públicas, elas são acompanhadas por várias categorias, como aconteceu nesta Comissão.

Eu também queria fazer uma observação do que registrou o Senador Cyro Miranda. Eu penso que essa preocupação deve ser coletiva, porque todos gostariam de participar ativamente destes debates, mas são impossibilitados pela coincidência, pelo paralelismo da realização de várias reuniões. Ontem, às duas horas da tarde, presidindo uma comissão mista que trata da questão de energia elétrica, V. Ex^a me explicou: “Olhe, eu não posso ir lá, porque há outra reunião”. Então, vivemos este dilema. Eu penso que, se a gente organizar de maneira mais racional, poderemos obter resultados melhores, Senador.

Parabéns pelo início dos trabalhos nesta manhã!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Eu vou submeter o requerimento do Senador Paulo Davim em votação.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 2013

Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 139/2012, de minha autoria, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.

Comunico que os nomes dos convidados serão informados posteriormente.

Autoria: Senador Paulo Davim

Concedo a palavra ao Paulo Davim, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RM) – Sr. Presidente, como eu havia dito antes, esta matéria é importante. Em face disso, nós resolvemos convocar uma audiência pública para que haja um debate exaustivo, para que haja a possibilidade de dirimir todas as dúvidas, esclarecer a todos os atores que atuam nessa área, sobretudo as pessoas que, de uma forma ou de outra, alegam algum tipo de prejuízo, e esclarecer realmente o alcance não só do ponto de vista de saúde pública, mas também econômico desta matéria, principalmente para o Erário.

Portanto, acho interessante a realização desta audiência pública para que a gente possa esclarecer e discutir, detalhadamente, com calma, esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão, o requerimento do Senador Paulo Davim. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Conforme eu já disse, em função da aprovação deste requerimento, esta matéria fica sobrestada até a realização da audiência pública, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o art. 335 do Regimento do Senado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pela ordem.) – Eu apresentei requerimento convidando a Ministra Tereza Campello para participar de uma audiência pública aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, para fazer uma explanação sobre os programas sociais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como o Bolsa Família, esse importante programa de transferência de renda, por sinal, o maior programa de transferência de renda do mundo, que é uma referência internacional; discutir sobre a implementação, a ampliação e o aprimoramento do Bolsa Família com o Brasil Carinhoso, que foca o combate da pobreza em crianças de zero a seis anos; falar também sobre o Cadastro Único para Programas Sociais. Enfim, seria um momento de extrema importância, quando o Governo se propõe a erradicar a miséria até 2014, em nosso País.

Gostaria da aprovação deste requerimento pelo Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já vou aproveitar a defesa da Senadora e submeter seu requerimento à votação agora.

Então, vamos inverter.

A Senadora Angela Portela já argumentou.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater as principais ações e programas do Governo no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e indico como convidada a Ministra Tereza Campelo.

Autoria: Senadora Angela Portela

Senadora, V. Exª quer ainda complementar a argumentação?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – É só pedir a compreensão dos nossos pares para a aprovação deste requerimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão, requerimento da Senadora Angela Portela.

Com a palavra, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para apoiar, inteiramente, o propósito da Senadora Angela Portela.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo queira discutir, encerrada a discussão.

V. Exª quer discutir?

Encerrada a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para ajudar a agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação.

As Srªs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o presente requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, cumprimentar V. Exª por iniciar os trabalhos já falando de um tema tão importante como é a saúde. Qualquer pesquisa realizada neste País à população vai mos-

trar três preocupações: violência, educação e saúde. E V. Exª, de pronto, já mostrou todo o seu interesse em atuar nessa área.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho quatro requerimentos na mesa. Dois para mim são fundamentais, porque são um compromisso que eu assumi com a juventude brasileira e com o meu Senador Jayme Campos, quando era Presidente, que é agilizar o Estatuto da Juventude.

Conversei com o Presidente Renan. Ele acha que é prioridade. O Senado tem que aprovar. Há vontade do Executivo também de aprovar rapidamente. E, por isso, eu havia já articulado, Presidente, duas audiências públicas antes de botar em votação a matéria. Seria uma no dia 12, aqui na Comissão, e aí trabalhamos, claro, com lideranças de todo o País; e uma no dia 15 da mesma semana, em Porto Alegre. E, aí, eu entregaria o relatório a V. Exª, e V. Exª vai dizer o dia da votação.

Esses dois para mim são prioridade. Eu tenho outros dois requerimentos. Já falo deles, mas eu não vou argumentar. Um fala sobre a Convenção 151 da OIT, que vai discutir a livre negociação; e o outro trata dos pescadores, que querem discutir aposentadoria especial, numa audiência pública. Seriam esses quatro requerimentos. V. Exª que decide a ordem de votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou aproveitar e vou colocar os requerimentos em discussão e em votação.

Então, primeiro requerimento, do Senador Paulo Paim.

Se o Plenário concordar, eu proponho que a gente leia os quatro requerimentos e que a gente possa aprovar em bloco.

Eu consulto o Plenário se a Presidência pode fazer a aprovação dos quatro requerimentos, Senador Paulo Paim, em bloco. *(Pausa.)*

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara Nº 98, de 2011.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Eu vou só fazer uma observação: da mesma forma do requerimento do Senador Paulo Davim, se esse requerimento for aprovado, a matéria fica sobrestada da mesma forma.

Este é o segundo requerimento:

ITEM 11**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, DE 2013**

Com fundamento no disposto no Art. 90, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de diligência no Estado do Rio Grande do Sul para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Presidente. É quase uma homenagem também dos companheiros da juventude do Rio Grande do Sul, porque, no dia 15 de março, é data do meu aniversário, e eu estarei lá com eles.

Aí, você tem que aprovar de qualquer jeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Você vê que o Senador Paulo Paim não se engasga com papel de caramelo, não é? Bobo ele, não é?

Então, Senador Paulo Paim, eu acho que é muito importante – eu conversei V. Ex^a –, acho que essa é uma das contribuições que V. Ex^a dá, mas é também da Comissão.

Terceiro requerimento:

ITEM 12**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, DE 2013**

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “a aposentadoria especial para os pescadores e o período de “defeso” de 5 meses onde muitos pescadores são demitidos e ficam sem vínculo com a empresa”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para lembrar, Sr. Presidente, são pescadores celetistas que trabalham nas empresas no alto mar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É o quarto requerimento:

ITEM 13**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, DE 2013**

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “a Convenção 151

da OIT (Organização Internacional do Trabalho, da ONU), que estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas – municipal, estadual e federal.”

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão

Autoria: Senador Paulo Paim.

Eu consultei o Plenário, e os quatro requerimentos agora lidos serão discutidos e aprovados em bloco. Em discussão os quatro requerimentos. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os quatro requerimentos do Senador Paulo Paim.

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a também tem um requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho dois requerimentos. Um é de um convite ao Ministro do Trabalho e outro para uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu também, da mesma forma, eu gostaria de colocar os dois requerimentos da Senadora Ana Amélia em discussão.

V. Ex^a gostaria de argumentar antes da leitura dos requerimentos?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, por favor, pode ler para agilizar. É mais prático.

Agradeço a gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

ITEM 14**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, DE 2013**

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Daudt Brizola, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para o próximo ano.

Autoria: Senadora Ana Amélia

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu até dispensaria, Presidente Waldemir Moka, porém acho que nós temos que avaliar com o Ministro algumas questões relacionadas. Ao mesmo tempo em que a gente tem um grande aumento do nível de emprego

no País pela atividade econômica, em alguns setores, está havendo uma mobilidade na área de emprego. Reduz o emprego doméstico e aumenta o emprego na área de serviços, especialmente na área de comércio. Por outro lado também, em pleno emprego, há aumento de desemprego e do uso do Seguro-Desemprego. Então, como é que o Governo avalia essas contas e toda a demanda?

Há questão também do apagão de mão de obra, que está acontecendo hoje, visível, como na Expodireto em Não-Me-Toque e lá em Carazinho, onde aumentou o número de pessoas visitantes e, como não há servidores, funcionários em número suficiente, há filas para entrar, filas para restaurantes, e empresários dizendo que poderiam ter muito maior produção se houvesse mão de obra qualificada. Então a queixa geral é a falta de mão de obra em vários setores, e acho que a presença do Ministro Carlos Daudt Brizola seria oportuna neste momento na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Segundo requerimento:

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 217 de 2012, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para incluir os aspectos sociais no escopo das avaliações de impacto ambiental. Para tanto, sugiro sejam convidados:

- Representante do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA);
- Representante do Ministério das Cidades;
- Representante do Comitê Gestor da Copa;
- Dra. Sílvia Capelli – Promotora de Justiça autora do artigo “O Estudo de Impacto Ambiental na Realidade Brasileira”;
- Sr. Walter Torre – Presidente da construtora WTorre e representante do empreendimento Shopping JK Iguatemi – São Paulo;
- Sr. Duílio Diniz de Figueiredo – Diretor Presidente da Norte Energia S. A e do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM);
- Sr. Francis Bogossian – Presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Para discutir ou encaminhar, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A relevância do Projeto da Senadora Lídice da Mata, que ficou com a minha relatoria, dispondo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, agrega uma nova exigência na liberação e no licenciamento de obras, especialmente de grandes obras. Como isso tem impacto em aspectos sociais e econômicos, eu gostaria de fazer essa audiência pública para ter melhores esclarecimentos de todas as partes envolvidas.

Quero aproveitar para cumprimentar o Senador Paulo Davim pela iniciativa que teve. Quando os temas são complexos, como o Projeto do Senador Paulo Davim, o melhor espaço, a melhor forma é uma audiência pública, colocando à mesa todos os agentes, todos os protagonistas do processo. Então, eu quero cumprimentá-lo, Senador Paulo Davim, pela iniciativa.

Essa audiência pública requerida agora tem o mesmo objetivo. Nós, aqui, somos generalistas, Senador Waldemir Moka, por isso precisamos trazer os especialistas para nos darem uma luz para um entendimento melhor. A responsabilidade que temos é fazer uma lei boa, não uma lei que seja boa para um lado e ruim para o outro lado. Que ela seja quanto mais possível equilibrada.

Essa é a natureza dessa audiência pública, renovando os cumprimentos ao senador Paulo Davim, que também pediu uma audiência pública sobre o tema que estava na pauta de hoje.

Obrigada

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, tem a ver, mas V. Exª é quem vai dar o encaminhamento. Para ver o prestígio desta Comissão, uma assessoria do Governo me procurou agora e gostaria muito que eu entrasse com um requerimento – me procuraram agora, e é positivo – para que o Ministro da Previdência também viesse aqui para apresentar seu trabalho e ser questionado, enfim, se colocando totalmente à disposição de V. Exª. Pergunto a V. Exª: encaminho um requerimento até o fim da reunião, extrapauta, para que aprovemos a vinda de S. Exª numa data acordada com V. Exª? Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que virá o Ministro da Previdência, do Trabalho e da Ação Social, Tereza Campello. Então, eu acho que o Garibaldi...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então eu encaminho por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – São os quatro Ministérios que, de

alguma forma, estão diretamente ligados com esta Comissão.

Então, V. Ex^a depois formaliza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, formalizo requerimento de nossa autoria, convidando o Ministro Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, em discussão, os dois requerimentos da Senadora Ana Amélia e o requerimento agora, verbal, mas que será depois formalizado pelo Senador Paulo Paim, convidando também o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos três requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Quero lembrar que o requerimento que pede audiência pública, proposto pela Senadora Ana Amélia, da mesma forma, vai sobrestar a matéria vinculada a essa audiência pública.

(É o seguinte o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim aprovado:

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves, com vistas a expor as diretrizes e as prioridades da sua respectiva pasta para o ano.

Autoria: Senador Paulo Paim.)

O item 1 foi retirado de pauta. A Senadora Vanessa Grazziotin, autora, pediu a retirada do item da pauta.

O item 2, de autoria do Senador Paulo Davim, com aprovação do requerimento do Senador Paulo Davim, ficou sobrestado nessa pauta.

O item 3 o Senador Armando Monteiro pediu a retirada da pauta.

Item 4.

O Senador Cyro está aqui ao lado. Peço à assessoria que chamem o Senador.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 31, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a aplicação da renda líquida dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia em aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

A votação será nominal. *(Pausa.)*

Senadora Angela Portela, enquanto o Senador Cyro Miranda chega, embora seja um projeto terminativo, eu gostaria de ler o item 5, mais por uma questão de agilizar os trabalhos.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 126, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de avaliação, acreditação e certificação da qualidade de hospitais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012.

A votação, conforme já disse, será nominal.

Concedo a palavra para a Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Vamos à leitura do relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei Orgânica da Saúde para obrigar os serviços hospitalares, públicos e privados, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde, a serem submetidos a processo periódico de avaliação, acreditação e certificação da qualidade, remete ao regulamento a definição dos modelos, metodologias, indicadores e padrões de qualidade admitidos e a periodicidade da avaliação, bem como os critérios para a habilitação de prestadores de serviços de avaliação, acreditação e certificação da qualidade.

Permite, ainda, que, a critério da autoridade sanitária, o processo seja estendido a outros serviços de saúde.

A lei em que o projeto se transformar entra em vigor no prazo de um ano a contar da data de sua publicação.

A medida é justificada pela necessidade de aferição e controle da qualidade da assistência à saúde prestada à população – em especial a hospitalar – tanto pelo sistema público como pela saúde suplementar, considerada pelo proponente como “o principal desafio” a ser enfrentado, vinte anos após a promulgação da Constituição Federal que reconheceu a saúde como direito fundamental e universalizou a atenção.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, que vem à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS opinar sobre projetos de lei que digam respeito a proteção e defesa da saúde. Em vista do caráter terminativo e exclusivo da decisão, a Comissão deve analisar, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição.

No mérito, concordamos integralmente com o proponente: saúde é um direito fundamental, as ações e serviços de saúde são de relevância pública e, dessa maneira, a prestação de uma atenção à saúde de qualidade é condição essencial para a adequada fruição daquele direito.

Nesse sentido, a acreditação hospitalar – processo de avaliação externa, de caráter voluntário, por meio da qual uma organização de terceira-parte avalia periodicamente um serviço de saúde para verificar a sua conformidade com padrões de qualidade pré-estabelecidos – é mecanismo adequado de avaliação e certificação da qualidade dos serviços prestados e dos cuidados aos pacientes, conforme preconizam organismos internacionais representativos do setor, tais como a Organização Pan Americana da Saúde.

Como muito bem nos aponta o nobre colega Senador Vital do Rêgo, a introdução de práticas de avaliação e de busca de melhoria da qualidade da atenção em saúde se fez muito tardia e lentamente em nosso meio e se faz necessário estimular sua adoção por nossos serviços, em especial frente ao crescimento da complexidade da atenção à saúde, que se observa nos últimos anos.

Dispõe-se, ademais, de uma experiência nacional e internacional suficientemente desenvolvida para permitir transformar a acreditação de serviços hospitalares em uma realidade em nosso País e – quem sabe

– talvez possamos estendê-la para os demais serviços de saúde em pouco tempo, conforme a possibilidade prevista pelo projeto.

Por fim, a opção por não determinar de forma estrita qual o processo a ser adotado, atribuindo a sua regulação à autoridade sanitária, é proposital e adequada, na medida em que existem diferentes metodologias e processos que coexistem em um campo cujo desenvolvimento tem-se caracterizado por dinamismo.

Quanto à constitucionalidade, não vemos óbice no projeto, uma vez que a matéria se insere na competência da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde.

Da mesma maneira, não há o que opor quanto à juridicidade e à regimentalidade da matéria, assim como quanto à técnica legislativa empregada na proposição.

Em vista do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012.

Esse é o nosso relatório e o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Para discutir. Na verdade, sem deixar de reconhecer a relevância do projeto, eu inclusive conversei com a Senadora Angela Portela sobre a necessidade de nós definirmos mais claramente o que aqui no projeto é chamado acreditação, por se tratar de um processo extremamente complexo. Então eu gostaria de pedir vista para tentar construir junto com ela uma alternativa, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quem mais gostaria de pedir vista do projeto? (*Pausa.*)

Então, concedo vista coletiva ao Senador Jayme, ao Senador Paulo Davim e à Senadora Ana Amélia.

Nos termos do art. 132, concedo o pedido de vista do projeto aos Senadores já citados.

Item 4. Eu já li aqui a ementa, Senador.

Para o seu relatório, o Senador Cyro Miranda.

Eu informo que nós estamos com quórum para deliberar sobre os próximos projetos, que são todos terminativos. Eu só gostaria de garantir esse quórum para que a gente pudesse apreciar os itens.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Vamos fazer bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos fazer rápido, bem resumido.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou pedir, se não houver objeção, que o Senador possa ler o voto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Parece-me que o item 6 já foi até discutido.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É meu. Também foi.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É, o da Senadora Ana Amélia vai ser votado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É só votação, então.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas ouço o Senador Cyro Miranda rapidamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, um resumo bem breve.

Esse projeto permite aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia destinarem parte de sua renda líquida à medida que obtiverem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro agrônomo.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta ser necessário destinar maior volume de recursos ao aprimoramento da Agronomia e da Engenharia, pois são essenciais para o desenvolvimento do nosso País.

Assim, nós emitimos o parecer pela aprovação com duas emendas; uma que altera a Lei nº 5.194, para dispor sobre a aplicação da parte da renda líquida do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia para o custeio e fiscalização de obras públicas inacabadas. E a outra emenda: a assistência aos profissionais de Engenharia e Agronomia poderá destinar parte de sua renda líquida para o custeio de fiscalização, obras públicas inacabadas e edificações sujeitas a inspeções periódicas a cargo do órgão de medidas que obtiverem aperfeiçoamento técnico.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela aprovação, com as emendas já lidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A matéria está em discussão.

Para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu fiquei com uma dúvida aqui. Esse é o item 3?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, é o item 4.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, é o 4 então.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 31/2013, ressalvadas duas emendas oferecidas pelo Relator.

Procedo à votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Autor e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com o Autor e com o Relator.

Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Voto conhecido, Cyro Miranda, Relator.

Aprovado o projeto, consulto as Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as duas emendas do Relator. *(Pausa.)*

Aprovado.

O resultado é: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 31/2012 e as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 6:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 325, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para dispor sobre a validade das receitas médicas em todo o território nacional.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

O projeto já foi lido e o relatório e encerrou-se a discussão. Então, a votação será nominal.

Em votação o Projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas lembrar do que se trata o projeto, porque, alguns Senadores que podem estar votando agora não estavam no dia em que foi apresentado o projeto. É apenas uma delicadeza para os eleitores, para os que votarão agora.

Esse é um projeto extremamente meritório, Sr. Presidente, do Senador Jayme Campos. Eu mesma vivi essa experiência. Uma receita médica (e eu acrescentei uma emenda, acrescentando odontológica também), emitida em Porto Alegre, não vale em Brasília; a receita deve ser aviada em Brasília. Então, isso cria um problema, especialmente para os pacientes que têm medicamentos de uso contínuo e que, às vezes, se estiver viajando e houver o término do medicamento, não pode comprá-lo, sendo preciso mandar buscar onde o médico fez a receita. Então, penso que é muito oportuno.

Afinal, os Conselhos Regionais de Medicina estão subordinados a uma legislação do Conselho Federal de Medicina – não só ao de Medicina, como ao de Odontologia. Então, não há nenhuma dúvida a respeito da legalidade: médicos que não estejam legalmente registrados em seus respectivos Conselhos estão inabilitados para editarem a receita. Então, penso que é extremamente meritório. É apenas esse esclarecimento.

O projeto do Senador Jayme Campos falava apenas em receita médica. Eu fiz a emenda acrescentando

a odontológica, porque é usual a odontologia também. Então, é esse o esclarecimento necessário.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – – Em discussão.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu queria só registrar a importância deste projeto. Acho que ele tem um mérito bastante significativo e quero aqui expressar meu apoio. Algumas preocupações que eventualmente possam existir, no que diz respeito ao controle, por exemplo, de receita de medicamentos controlados, enfim, exigirá uma adaptação a ser realizada pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Justiça, o que não justifica a impossibilidade de alguém que, com a prescrição de um Estado, poder ser atendido em outro.

Então, quero parabenizar o Senador Jayme Campos por essa iniciativa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir.

Eu gostaria só de evidenciar o que me aconteceu nesse sábado na cidade do Rio de Janeiro, quando minha esposa precisou de uma receita pra comprar um antibiótico, com urgência, ao chegar o resultado de Goiânia.

Nosso genro é médico, formado há 20 anos, e não podia prescrever. E não conhecíamos ninguém no Rio de Janeiro. Então, eu queria saber se o advogado é advogado só em seu Estado ou advoga no Brasil inteiro? Por que isso com a Medicina?

Acho que, mesmo tardiamente, quero parabenizar, do fundo de meu coração, essa iniciativa do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero votar, em função de o quórum.

Vocês têm de me patrulhar, porque eu tenho mania de atropelar as coisas. Mas eu vou me policiar aqui. Em votação nominal o presente projeto.

Projeto de Lei do Senado nº 325/2012, ressalvadas as emendas que apresenta.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Autor e com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a Relatora, parabenizando o Autor pelo excelente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Autor e com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia. Voto conhecido pelo fato de ser a Relatora. Voto “sim”.

Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, voto com a Relatora, elogiando a iniciativa do Senador Jayme Campos. É uma matéria que realmente vem ajudar, e muito, a saúde pública deste País.

Imagine V. Ex^a um paciente que tenha uma receita de outro Estado, que faça uso crônico de determinada medicação, cujo remédio de repente acaba quando ele está em outro Estado. De duas, uma: ou ele não o toma, ou ele é obrigado a ir para uma unidade pública de saúde, aumentando ainda mais a procura por aquela unidade, para ter acesso à receita. Então, eu acho que também é uma forma de desonerar as unidades públicas de saúde.

Portanto, eu quero parabenizar o Senador Jayme Campos pela iniciativa e, pelo belo relatório, a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vota “sim” o Senador Jayme Campos, o Autor? (*Pausa.*)

Vota “sim”.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com o Autor e a Relatora, elogiando ambos pela boa iniciativa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Também pela aprovação, de acordo com o relatório da Senadora Ana Amélia, parabenizando, também, o Autor, Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Autor e a Relatora, parabenizando ambos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o projeto, consulto os Srs.

Senadores e as Sr^{as} Senadoras se podemos repetir a votação para as duas emendas da Senadora Ana Amélia, a Senadora Relatora. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012, e as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu apenas quero manifestar a minha alegria e o meu contentamento por termos, hoje, o nosso projeto aprovado, relatado pela valorosa e competente Senadora Ana Amélia, que o aperfeiçoou, fazendo duas emendas.

Quero crer que esse projeto é relevante, é meritório pelo fato, aqui testemunhado pelo Senador Cyro Miranda, de que há dificuldade, quando uma pessoa está fora de seu Estado e com uma receita médica de outro, para comprar os medicamentos em algumas farmácias do País.

Da mesma forma, o Senador João Durval me disse, aqui, que, com receita da Bahia, ele compra uma parte lá, mas se vem comprar uma parte dessa receita aqui, no Distrito Federal, ele não pode adquirir. Então, isso é prova inconteste de que esse projeto é relevante, é importante para toda a sociedade brasileira.

Quero agradecer o apoio que nós tivemos aqui, a manifestação de apreço, de carinho, de amizade dos Senadores pelo nosso projeto. Quero, dessa forma, agradecer, também, à Senadora Ana Amélia, que o aperfeiçoou e relatou, como sempre faz, com muita competência.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos, sem dúvida nenhuma, o projeto tem um mérito indiscutível. Eu parabenizo V. Ex^a pela autoria do projeto e esta Comissão por ter aprovado e entendido o alcance do projeto.

Srs. Senadores, nós temos um item extrapauta. Vou explicar.

O Relator é o Senador Casildo Maldaner, que não se encontra, pois está viajando, e eu tenho um pedido para que o projeto seja colocado em votação.

Eu vou nomear Relator *ad hoc* o Senador Jayme Campos ao projeto de autoria é do Senador Paulo Paim.

Item 7:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 308, DE 2012

– Não Terminativo -

Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Casildo Maldaner (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2012.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos, Relator *ad hoc*.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, procurarei ser bastante sucinto, pelo fato de o relatório ser bastante extenso. Entretanto, vou ler apenas o início.

Cuida-se do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a competência para julgamento das ações regressivas do Instituto Nacional de Seguridade Social.

O regime atual de competência, segundo a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, atribui essa matéria às Varas da Justiça Federal comuns ou especializadas em contribuição previdenciária.

Nos fundamentos da sua proposta, o Autor indica os expressivos gastos da Previdência com o pagamento de benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. Pondera, ainda, que grande parte desses acidentes deriva de culpa do empregador, que tem, por isso, o dever de ressarcimento.

Aduz, finalmente, que a coerência do sistema ficaria melhor atendida se o Juiz do Trabalho, a quem já incumbe analisar, no caso de acidente, a existência de culpa do agente agressor, atribuisse, também, a indenização compensatória, que advém do mesmo fato.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Eu já vou ao mérito da proposição, Sr. Presidente, para ser bem prático.

As ações regressivas de que trata o art. 120 da Lei de Benefícios Previdenciários resulta do reconhecimento judicial de que a empresa ou empregador agiu com culpa para provocar doença ou acidente de trabalho. São cobrados por via dessas ações os valores despendidos pelo INSS para pagamento dos benefícios pagos às vítimas de tal procedimento.

Os elementos da ação apresentam-se, pois, como (a) o INSS, autor, (b) o empregador, réu, (c) o ressarcimento dos danos (objeto) e (d) a causa de pedir: reconhecimento da existência de culpa do réu.

Cuida-se, assim, de uma ação de reparação de danos, decorrentes da relação de trabalho, impondo-se aplicar a norma literal do art. 114, VI, da Constituição de 1988, reformada em 2004 pela EC nº 45. Nada há no dispositivo evocado que delimite a competência aos contratantes da relação de trabalho. Quaisquer danos emergentes da relação de trabalho incluem-se na competência da Justiça do Trabalho, desde dezembro de 2004.

A doutrina aponta a superação do binômio “empregado-empregador” como delimitador da competência da Justiça Especializada, desde o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004. Se antes – sob o regime de 1988 – o art. 114 referia-se a empregador, limitando o campo de incidência à existência de relação de trabalho subordinado, isso hoje não mais prevalece.

Portanto, Sr. Presidente, diante de tudo isso que foi relatado aqui, a atribuição da competência para julgamento das Ações Regressivas previdenciárias à Justiça do Trabalho implica redução de custos para a máquina judiciária, ganho na coerência do sistema e celeridade no resultado da demanda.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Senado nº 308, de 2012.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Jayme Campos – na verdade, do Senador Casildo Maldaner. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Nós estamos substituindo *ad hoc* o Senador Casildo Maldaner, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2012.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2012.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Há item extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só queria agradecer a todos os Senadores. Não é terminativo. O debate continua em outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

Item extrapauta:

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, DE 2013

Nos termos do Artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requereiro a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública, desta Comissão, para instrução do Projeto de Lei do Senado Nº 182, de 2010, de autoria do Senador Magno Malta, que “acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas. A lista de convidados será enviada posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Wellington Dias

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para encaminhar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Nós temos essa importante pauta, que foi fruto do trabalho também desta Comissão. Destaco aqui o brilhante trabalho de V. Ex^a, da Senadora Ana Amélia e de outros Parlamentares aqui, que lidaram sobre esse tema. Uma das recomendações ali colocadas... Já havia esse projeto aqui do Senador Magno Malta, e sentimos a necessidade de fazer uma audiência – com o próprio autor concordando – exatamente para evitar que haja um texto que possa gerar qualquer dificuldade na implementação.

Quero agradecer, mas sinto a necessidade de fazermos um projeto bem balizado no sentimento das entidades, das pessoas que lidam com essas pessoas e dos órgãos do Governo. Nesse sentido, penso que poderíamos fazer uma audiência para essa alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas trabalhando uma política nos meios de comunicação voltada para a prevenção nessa área das drogas.

Queria, inclusive, dizer a V. Ex^a e à Comissão que estamos trabalhando outro ponto. Depois de todo aquele entendimento, saiu agora o edital para as parcerias. Ainda há alguns problemas no edital para a participação do Governo com as entidades que trabalham com dependentes químicos. Um exemplo: o pagamento para novas pessoas que são acolhidas nas entidades se dá trimestralmente. Qual é o problema? São entidades que não são capitalizadas. São entidades que têm 20 pessoas que sendo atendidas. Se essa entidade resolve atender mais 30, que é o limite colocado, ela vai

ter uma despesa no primeiro mês, no segundo mês e só no final do terceiro mês é que vai receber. Isso está gerando um desconforto muito grande.

Acho que valeria à pena fazermos dois movimentos. Um, como Comissão, no sentido de procurarmos saber onde está centralizado isso: se com o Ministério da Justiça, embora haja fontes de recurso no Ministério da Saúde. Outro é também ouvirmos as entidades, até para colher subsídios sobre isso.

Mas houve uma conquista e esta Comissão ajudou. V. Ex^a, Senador Campos, também ajudou bastante como Presidente. Acho que precisamos concretizar porque está tão perto. É só um edital que temos que buscar alterar.

Essa outra é na área da prevenção, na divulgação. Acho que precisamos de algo mais avançado. Sou mais radical. Assim como o Brasil avançou em relação ao cigarro, compreendendo o cigarro como uma droga e, portanto, não cabendo propaganda. O Brasil precisa pensar com muita seriedade em relação a outras drogas legais, como a bebida, por exemplo, cuja propaganda ainda vemos com naturalidade no Brasil.

Enfim, gostaria que V. Ex^a pudesse encaminhar para que possamos aprovar este requerimento a fim de subsidiar o projeto do Senador Magno Malta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o requerimento do Senador Wellington Dias.

Para discutir o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero apenas fazer algumas indagações.

Quando o Senador Wellington Dias faz referência às entidades que prestam serviços a essas pessoas que usam drogas, na verdade, todas elas vivem às custas de doações, de pequenos empresários e de pessoas que reconhecem que hoje isso é uma doença que tem afetado praticamente a maioria das famílias brasileiras. E essas entidades atendem 20 pessoas, mas, daqui a pouco, estão atendendo 30, 40 e 50. E. Elas recebem aporte do Governo Federal do Governo Municipal e, às vezes, Estadual, mas, se cresce o número de pessoas, elas não têm a capacidade financeira.

A maioria absoluta das entidades da minha cidade que eu conheço têm mais de 10, 15 ou 20 e vivem praticamente mendigando, pedindo, fazendo algumas promoções para conseguir dar esse atendimento.

Nesse caso, Senador Wellington, acho que, quando essa entidade dá entrada na relação de novas pessoas, o Governo teria no máximo 45 dias para desembolsar, ou seja, repassar os recursos para manutenção dessas entidades. Caso contrário, elas não

terão suporte. Elas têm que pagar luz, funcionários, alimentação, etc.

V. Ex^a em boa hora traz essa ideia de agilizar-mos e, se possível, trazer algumas entidades aqui, em audiências públicas, para que definitivamente esse projeto possa ser concretizado e, assim, melhorar o atendimento das entidades em qualquer parte do território nacional.

De maneira que quero cumprimentá-lo e dizer que é louvável e meritória a sua iniciativa de propor essa audiência para que possamos concretizar esse projeto que é mais do que justo.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Em primeiro lugar, perdoe-me, porque é a primeira vez que estou usando a palavra nesta Comissão. Mas queria parabenizá-lo pelo brilhante trabalho e o nosso ex-presidente também, pela forma correta, dinâmica com que trabalhou.

Vejam, houve três avanços importantes. Primeiro, são entidades sociais, que eram atendidas e queriam ser tratadas como hospitais. Isso foi uma vitória, e esta Comissão teve seu mérito por isso. Saiu do Ministério da Saúde, embora a fonte seja de lá, mas é um destaque orçamentário. O recurso vai para o Ministério da Justiça – na minha opinião, era para o social, mas, pelo menos, lá tem a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, que a Dr^a Paulina coordena.

Bem, qual é a outra vitória? Ele coloca um valor variável: varia de R\$800,00 a R\$1,2 mil para atender. Quando há criança, por exemplo, o valor é maior, porque, às vezes, a mãe tem de ficar junto etc. Quando há mulheres, idosos, os valores são diferenciado. De modo que, neste ponto, resolvemos. O problema está no formato do pagamento, ou seja, o Governo alega que, para facilitar a burocracia, fica pagando de três em três meses. Aí é onde está o problema, como V. Ex^a acaba de dizer aqui. Então, o que defendemos é o que eles estão defendendo, que seja mensal. Mas acho que vale a pena – e é isso que apresentarei aqui, formalizarei – ouvirmos as entidades.

Outra vitória importante, que não depende do Governo. Quando começamos esse trabalho – acho que todos aqui que viajaram pelos Estados se lembram disto, lá em Campo Grande, estivemos no Mato Grosso, em Ponta Porã, melhor dizendo, lá no Mato Grosso do Sul –, eles não tinham a entidade nacional, eram várias entidades – dos católicos, dos que não são ligados à Igreja, dos evangélicos, enfim. Hoje, eles

têm uma entidade só – o que é uma coisa fantástica, que facilita todo esse trabalho – pactuada, legitimada.

Então, acho que vale a pena completarmos esse trabalho. Acho que o Brasil ainda não deu conta da política sobre drogas. Acho que estamos muito próximos de ter um desenho positivo. Como todos nós aqui, o Senador Paim, a Senadora Ana Amélia, V. Ex^a, que participamos, vale a pena pegarmos 2013, para completarmos essa missão de fazer funcionar esse sistema.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Lembro que o Senador Wellington Dias, ainda na Presidência de V. Ex^a, foi Presidente da Subcomissão. Eu fiz parte como membro, e a Relatora foi a Senadora Ana Amélia. O relatório foi apresentado, houve um avanço. Ouvido o Plenário, a Presidência gostaria que o Senador Wellington Dias e a Senadora Ana Amélia – ele na condição de Presidente; e ela, de relatora – pudessem retomar esse contato. Se V. Ex^{as} quiserem, a Secretaria aqui pede uma audiência com o Ministro da Justiça e vamos lá fazer uma visita, para que possamos retomar essa discussão e abreviar o pagamento. Em vez de 90 dias, o Senador Jayme Campos está sugerindo a metade desse prazo, 45 dias. Enfim, concordo com V. Ex^a de que houve melhora, mas temos de avançar em política pública sobre drogas no nosso País.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quería dizer que é extremamente oportuna e bem-vinda qualquer iniciativa para aperfeiçoar e melhorar essa política, porque, a cada dia, o tema fica relevante, e evidente também.

O fato de São Paulo e Rio de Janeiro não esperrarem que o Congresso tomasse a iniciativa de fazer uma lei sobre a internação compulsória, que era um dos temas do nosso projeto e do nosso relatório – e eu sou Relatora de projetos tramitando na Casa – atropelou, de certa forma, a iniciativa legislativa e a própria política do Governo Federal.

Recebi a visita da Dr^a Paulina Duarte, que é Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, que me deu uma boa notícia. O Governo está com uma campanha pronta, já está treinando 42 mil professores de escolas públicas que vão ser monitores, com um trabalho didático de grande qualidade. Eu recebi pelo menos um *kit* desse trabalho, que é distribuído aos pais – e se não houver envolvimento da família, da sociedade nesse processo, não se consegue resultado positivo – para os professores, que serão os responsáveis principais na coordenação disso, para as crianças, até a adolescência. Para os adolescentes, haverá outro tipo de material didático.

Então, eu penso que, quando estivermos com o Ministro da Justiça, vamos ter maiores informações sobre essa campanha, esse trabalho que já está sendo efetivado.

No debate sobre o Código Penal – eu participei da última audiência, e o Relator é o Senador Pedro Taques –, eu provoquei se o Código Penal está examinando a questão da internação compulsória, porque ele tem aspectos penais – pelo menos tinha no relatório –, e o Senador deu outra notícia: de que está convidando para uma audiência pública, que nós havíamos tentado, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e também o Dr. Dráuzio Varella, que é um especialista nessa área com um posicionamento talvez conflitante ou que possa enriquecer esse debate. Então, esse tema está na Ordem do Dia.

Senador Wellington Dias, que conhece profundamente a matéria, precisamos, no caso das comunidades terapêuticas – eu digo que equivocadamente está este nome –, estou trabalhando nisso e queria o seu apoio e o de todos os Senadores. Precisamos definir um marco regulatório para as comunidades que elas têm sido essenciais no trabalho de inclusão e de recuperação da autoestima. Porque não dá para pensar que uma pessoa vá para um CAPSAD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), receba ali aquele tratamento de pronto-socorro e saia dali curada. Ele sai dali desintoxicado. Agora, a inserção, a recuperação da sua autoconfiança, da sua autoestima, a inserção no mercado de trabalho, a volta à família, o retorno à convivência com a família, é outra coisa, que não é o mesmo tratamento fornecido pelo CAPSAD.

Por isso, a gente vai criar um novo nome para as comunidades terapêuticas, que são, na verdade, casas de abrigo, casas de ressocialização, o que for. Mas temos que criar isso e consolidar esse apoio direto e financiamento, para não haver fluxo e espera de três ou quatro meses. Elas acabam fechando as portas e aumentando apenas o problema.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Wellington e essa iniciativa de ir ao Ministro da Justiça pela Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, a Presidência vai esperar um novo contato do Senador Wellington Dias, Senadora Ana Amélia. Em havendo necessidade de que a audiência seja solicitada por esta Comissão, a Secretaria e a Presidência estão à disposição de V. Ex^{as}.

É oportuno o tema, concordo com o que foi dito, é fundamental.

Em discussão o requerimento do Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o presente requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, aprovada a audiência pública, a matéria em análise fica sobrestada, aguardando a realização dessa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar...

Previno V. Ex^{as} de que o Presidente tem uma mania de atropelar as coisas, então eu quero ser patrulhado aqui.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia doze de março de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Cyro Miranda e Armando Monteiro, e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Justifica a ausência o Senador Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Gim e Sodrê Santoro, o Deputado Federal Glauber Rocha e a Deputada Federal Manuela D'Ávila. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada à instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, que "institui o Estatuto da Juventude", em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2013 da CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **Severine Macedo**, Secretária Nacional da Juventude da Presidência da República; **Deputada Federal Manuela D'Ávila**; **Rebeca Ribas**, Vice-Presidenta do Conselho Nacional da Juventude; **Alessandro Melchior**, Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; **Manuela Braga**, Presidenta

da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; **Bruno Reis de Figueiredo**, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **Gleidson Alves Pantoja**, Representante do Fórum Nacional da Juventude Negra – FONAJUNE; **Alfredo Santana Santos Júnior**, Secretário Nacional de Juventude da Central Única dos Trabalhadores – CUT; **David Barros Araújo**, Representante do Instituto de Juventude Contemporânea – IJC; **Maria Izabel da Silva**, Assessora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Presidência passa a palavra aos oradores por período máximo de dez minutos. Em seguida, a Presidência concede a palavra à Sra. **Ângela Guimarães**, na qualidade de Presidenta do Conselho Nacional da juventude – CONJUVE. Às onze horas e trinta minutos assume a Presidência o Senador **Paulo Paim**. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Sodré Santoro, Vital do Rêgo, Wellington Dias, Waldemir Moka, Presidente da CAS, e o Deputado Federal Glauber Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, que institui o Estatuto da Juventude, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa do Senador Paulo Paim.

Comunico aos Srs. Senadores que esta Presidência, em função da quantidade de debatedores, concederá a palavra por dez minutos, podendo dar alguns minutos de tolerância.

Convido o Senador Paulo Paim, como Relator e autor do requerimento, para que componha a Mesa Diretora dos trabalhos.

Quero chamar para compor a Mesa os seguintes debatedores:

– Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude da Presidência da República. *(Palmas.)*

– Rebeca Ribas, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude. *(Palmas.)*

– Alessandro Melchior, representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). *(Palmas.)*

– Alfredo Santana Santos Júnior, Secretário Nacional da Juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT). *(Palmas.)*

– David Barros Araújo, representante do Instituto de Juventude Contemporânea (IJC). *(Palmas.)*

Eu indago do Relator, em função de que outros debatedores ainda serão chamados, se o Plenário debate após a fala dos primeiros debatedores ou se ouvimos todos, para que depois a gente possa estabelecer...

Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para ajudar no encaminhamento. Esse é um tema que já vem sendo debatido há anos no Congresso Nacional. Nós temos esta audiência e teremos outra em Porto Alegre. V. Exª deu muita força para essas duas audiências, que havíamos combinado no ano passado, para as quais dependíamos da aquiescência de V. Exª, que, pelo compromisso enorme que tem com a juventude, de pronto ajustou os procedimentos para que pudéssemos realizar esta reunião hoje, e a outra em Porto Alegre, ainda no próximo dia 15.

Para tanto, seria bom se encaminhássemos conforme V. Exª propôs: ouvimos a todos e depois abrimos o debate, se houver algum questionamento ou algum complemento, já que está bem arredondada a redação, com alguns pontos que, claro, teremos que afinar na redação final.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, não havendo objeção, vamos ouvir a primeira Mesa; depois, logo em seguida, chamamos outros debatedores e, após a exposição, faremos o debate.

Vou iniciar, Senador Paulo Paim, obedecendo a mesma ordem que nós chamamos para compor a Mesa.

Então, concedo a palavra à Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude da Presidência da República.

A SRª SEVERINE MACEDO – Bom dia, Presidente Waldemir; bom dia, Senador Paulo Paim, colegas de Mesa e todos os conselheiros do Conselho Nacional de Juventude, que vêm há anos, junto com a Secretaria Nacional de Juventude, acompanhando a tramitação do Estatuto, propondo mudanças e melhorias no Estatuto.

Queria saudar, de maneira muito especial, o Senador Paim, por todo esse processo aberto de diálogo que ele vem construindo tanto com o Governo, quanto com as organizações, com o Conselho Nacional de Juventude, no intuito de qualificar a proposta apresentada em torno do Estatuto. Queria também dizer da importância deste momento histórico que a gente vive, e daí a importância central da aprovação de mais esse marco legal da juventude brasileira, tendo em vista que nós vivemos um período no Brasil com a maior população de jovens na nossa história. Sr. Presidente, são mais de 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos. Isso representa uma população que tem um peso econômico, político, social, cultural extremamente importante no Brasil.

Esse processo todo de inclusão social, de crescimento econômico, de garantia de direitos que o Brasil vem fortalecendo nos últimos anos também vem atingindo fortemente a juventude. Além das políticas específicas como o ProUni, o ProJovem, as Estações Juventude, o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva, que estão em curso no Brasil, nós temos, efetivamente, as políticas universais, as políticas estruturantes, que também agregam esses jovens do nosso País e fazem com que boa parte dos empregos com Carteira assinada gerados nos últimos anos sejam para jovens; fazem com que nós, combatendo a pobreza extrema no Brasil, beneficiemos também enormemente a juventude; a ampliação e o fortalecimento do salário mínimo amplia fortemente a nossa juventude; a ampliação do acesso à educação em todos os níveis atinge diretamente a nossa juventude.

Então, são exemplos de avanços importantes de um País que não quer desperdiçar o que a gente chama de seu bônus demográfico, mas que precisa, com mais força, garantir e aprofundar os direitos da juventude no sentido do reconhecimento do seu papel como sujeito de direitos, mas também um papel estratégico para o desenvolvimento nacional.

Em que pese esse conjunto de avanços, essa geração de jovens, a maior geração de jovens do nosso País, também enfrenta um conjunto de desafios, fruto de um processo histórico que demorou no Brasil até o Estado brasileiro reconhecer essa população, esse segmento da população como uma população que precisa de direitos específicos.

Foi somente em 2005 que foi constituída a Política Nacional de Juventude, a Secretaria, o Conselho e uma série de programas mais organizados especificamente voltados para a juventude.

Antes de 2005, rolou todo um processo de debate na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional,

com seminários, com o início da instituição desses marcos legais que conquistamos em 2010: a PEC da Juventude, que inseriu na Constituição Federal o termo juventude. E agora se abre efetivamente esse desafio da aprovação do Estatuto, e futuramente a retomada do Plano Nacional de Juventude, para que a gente possa, com esses instrumentos legais, garantir que a política de juventude no Brasil seja uma política de Estado, e não somente uma decisão dos nossos governos.

Então, o Estatuto da Juventude é fundamental porque ele nos ajudará a definir melhor quais são esses direitos, já que nós falamos tanto em direitos da juventude, e aí o Estatuto aponta um conjunto de temas sobre os quais a própria 2ª Conferência Nacional de Juventude se debruçou agora em 2011, a reafirmar o direito da nossa juventude à autonomia e emancipação, a partir de um olhar sobre o seu desenvolvimento integral.

Então, discutir a garantia dos direitos da juventude significa reforçar o direito à participação. Não é favor do Estado brasileiro promover espaços de diálogo, o acompanhamento, o monitoramento, por parte da sociedade civil, e avaliação das políticas públicas, a participação na tomada de decisões sobre as políticas de juventude no Brasil, e, para além das políticas de juventude, o fortalecimento da democracia e a incidência dos nossos jovens sobre os grandes temas do País.

O direito à educação é um direito básico de qualquer processo de autonomia e emancipação da nossa juventude; o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, o direito à diversidade e à igualdade.

Eu acho que é importante destacar, dentro desse ponto, que o Estatuto da Juventude – pode me corrigir o Alessandro, depois, na sua fala – é uma das poucas legislações que se propõem com uma pauta clara de defesa. A primeira, da defesa e da promoção da diversidade da nossa juventude, seja étnico-racial, seja de gênero, especialmente de orientação sexual; o direito à saúde, à cultura, o direito à comunicação e à liberdade de expressão, o direito ao desporto e ao lazer, a sustentabilidade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o direito ao território e à mobilidade, o direito à segurança pública e ao acesso à Justiça.

Então, a abordagem desses temas como um olhar sobre o desenvolvimento integral significa dizer que a nossa juventude, para ser, de fato, protagonista, não só público alvo do processo de desenvolvimento do nosso País, precisa ter seus direitos assegurados. Trabalho, educação e segurança são fundamentais, mas o direito ao tempo livre, o direito de ir e vir, o direito a participar, o direito à comunicação, por exemplo, são centrais para que seu desenvolvimento possa ser assegurado.

No intuito de garantir esse conjunto de direitos ao desenvolvimento integral, o Estatuto se coloca num momento em que avançamos enormemente na agenda das políticas públicas, como já citei, em que os marcos legais começam a ser garantidos, como a PEC da Juventude – e, agora, o Estatuto é o nosso segundo passo, e é central –, para podermos efetivamente reverter uma série de problemas que ainda atingem a nossa juventude e garantir seu pleno desenvolvimento.

Nós estamos falando que, em que pese todo o crescimento econômico, geração de emprego com Carteira assinada, todos os programas que acabei de citar, políticas, ações e decisões importantes dos governos, tanto federal quanto estaduais e municipais, a nossa juventude, especialmente alguns setores da nossa juventude, ainda sofre mais que outros segmentos da população.

Por exemplo, nos indicadores do trabalho decente, a alta rotatividade no mercado de trabalho na juventude, a informalidade, a dificuldade de conjugação trabalho/escola, tempo livre, vida familiar, verificamos que ainda precisamos superar entre a juventude o problema não só do trabalho decente, mas o nível de desemprego juvenil é maior do que o da população em geral. Nós estamos em uma condição de quase pleno-emprego no Brasil, mas existem algumas regiões em que o desemprego juvenil chega a quase 3%. Isso significa dizer que há que se garantir as políticas universais e o crescimento do nosso País, mas devemos olhar para os segmentos que, em algumas situações, estão expostos a uma maior condição de vulnerabilidade e de exclusão social, como é o caso da juventude.

São os jovens negros e pobres a maior parte das vítimas de violência em nosso País. As mortes por causas externas fazem com que, todo ano, nós percamos milhares de vidas de jovens, especialmente jovens negros. É como se no Brasil caíssem por mês, lotados, oito aviões de jovens, a maior parte deles negros e negras das periferias das grandes cidades, de baixa renda e de baixa escolaridade. Então, existe um componente territorial, um componente racial e geracional, além do componente, obviamente, da condição social desses jovens, que faz com que a juventude fique mais exposta a condições de violência.

Estamos falando de um crescimento bastante importante do acesso à escolaridade em todos os níveis, o crescimento das escolas técnicas, a ampliação do acesso à universidade, a ampliação do tempo de escola dos nossos jovens do ensino fundamental e médio, mas ainda estamos falando do índice de evasão forte, de uma distorção idade/série bastante considerável em relação à nossa juventude.

São alguns exemplos de temas que ainda precisamos encarar e que precisam ser considerados, para que a juventude possa, de fato, não ser só participante de um processo de desenvolvimento, mas protagonista central.

O meu tempo já está terminando. Eu queria fortalecer, dentro dessa perspectiva ainda, que o Estatuto da Juventude é pauta de debate da juventude brasileira há muitos anos. Ele foi resolução da 1ª e da 2ª Conferência Nacional. Nossos conselheiros poderão falar melhor sobre isso, mas é uma das grandes prioridades do Conjuve, é uma grande prioridade da Secretaria Nacional de Juventude. Nosso empenho, Senadores, é para que possamos juntar todas as forças possíveis – Governo, sociedade civil e Parlamentares – para que o Estatuto seja aprovado em 2013, para que a gente tenha condição de fazer com que esse importante instrumento nos garanta três elementos. O primeiro, a questão da definição dos direitos, para que isso possa dar base para fortalecimento e ampliação das políticas públicas para a nossa juventude. Mas ele precisa também ser aprovado porque nos garantirá um suporte maior para a construção de um Sistema Nacional de Juventude, onde se aprofunde o papel dos entes federados do Governo Federal para execução e implementação da política nacional de juventude.

As PPJs só vão, efetivamente, ganhar maior escala, atingir ainda mais jovens, as que já existem só vão chegar a todos os territórios, na medida em que Estados e Municípios estejam também cada vez mais preparados, assumindo essa pauta, entendendo essas contrapartidas em relação à execução da política pública. Obviamente, ele abre brecha também para um terceiro elemento, que é a construção, a retomada do debate sobre o Plano Nacional de Juventude, para que a nossa Conferência Nacional da Juventude possa intervir na definição dos rumos da política de juventude, como já vem fazendo, mas de maneira mais organizada, com metas claras, com orçamentos claros, para a gente poder avançar na política de juventude, além de identificar melhor a população juvenil.

Já temos uma lei que criou a Secretaria Nacional de Juventude, o ProJovem, o Conselho. Foi sancionada pelo Presidente Lula em 2005, que define a nossa juventude de 15 a 29 anos, que é uma parcela, hoje, de mais de 50 milhões de pessoas. É amparada, obviamente, reconhecida pelas agências do Cema/ONU, pela Organização Ibero-Americana de Juventude. Mas precisamos, efetivamente, garantir um olhar sobre a garantia dos direitos.

Então, fico por aqui porque vi que meu tempo já estourou. Eu queria reafirmar o empenho da Secretaria Nacional de Juventude pela Aprovação do Estatuto

da Juventude ainda em 2013. A juventude brasileira não é mais o futuro do Brasil. É a geração do presente. Parece clichê, mas é importante reafirmar sempre: nós não podemos perder a oportunidade histórica de inserir, com qualidade, mais de 50 milhões de pessoas no desenvolvimento nacional.

Obrigada, Senadoras e Senadores. Obrigada a todos e a todas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradeço a participação da Severine Macedo, que é a Secretária Nacional de Juventude.

Vou pedir que, logo após os dez minutos, quando toca a sirene, é um minuto para concluir. Quando começa a falar, já começa a contar os dez minutos. Vocês vão perceber que, se não fizermos isso, não vamos aproveitar o debate, que eu acho que é fundamental. Até porque são 11 oradores. Se vocês não se adequarem a esse tempo... Vamos tentar observar o tempo que a Presidência está concedendo.

Concedo a palavra, de imediato, à Rebeca Ribas, Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Juventude.

A SR^a REBECA RIBAS – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Senador Paulo Paim.

Eu queria saudar o Conselho Nacional de Juventude, aqui presente, na pessoa de Ângela Guimarães, Presidente do Conselho.

O Conselho Nacional de Juventude está reunido, aqui em Brasília, desde ontem. Viemos em peso aqui participar da audiência. Além disso, estamos fazendo a divulgação pelas redes, pelas redes de conselhos, Twitter, Facebook. Além desta turma que está aqui, há uma turma boa acompanhando essa audiência. Então, estamos mobilizando, reconhecendo a importância que a aprovação do Estatuto tem para a juventude brasileira, especialmente para o Conselho Nacional de Juventude.

Vou tentar ser mais concisa porque há muitos conselheiros que vão falar. Eu vou ler, na verdade, uma carta que o Conselho redigiu coletivamente. Esta carta tem uma mensagem ao Senado e a toda a sociedade brasileira em relação ao que a gente considera importante em relação ao Estatuto Nacional de Juventude.

O Conselho vem debatendo o Estatuto Nacional de Juventude, vem acompanhando a sua tramitação desde a Câmara Federal. Ao longo desse processo, o Conselho vem contribuindo, especialmente junto à Secretaria Nacional de Juventude, nessa formulação da nota técnica, em qualificar, aprimorar o projeto de lei.

Hoje, nós vamos também entregar o que consideramos como contribuição do Conselho, além do que vimos dialogando com a própria Secretaria Nacional de Juventude. Na verdade, esta carta também é um pouco a apresentação do que vamos contribuir.

Garantir os direitos da juventude para transformar o Brasil.

Neste início dos anos 10, a juventude brasileira tem diante de si grandes desafios. Após décadas de luta, nossa geração tem a possibilidade de traduzi-las em conquistas para o presente e o futuro de nossa gente. Finalmente temos em vista avanços no combate às enormes desigualdades que marcam nosso País, que atingem especialmente as/os nossas/nossos jovens. É valiosa a conjuntura em que o movimento juvenil brasileiro, com uma plataforma ousada e transformadora, participa de vitórias concretas como o financiamento do Plano Nacional de Educação com 10% do Produto Interno Bruto brasileiro, a Lei Nacional de Cotas nas universidades públicas e a Emenda Constitucional 65, que inclui a juventude na Carta Magna como uma prioridade.

Agora nos deparamos com a oportunidade de efetivar e expandir os direitos da juventude, com a possibilidade de aprovação do Estatuto Nacional da Juventude, em tramitação no Senado Federal. Após sete anos de mobilização juvenil, através de conferências, ocupações do Congresso, blitz e passeatas, esta avançada declaração de direitos foi aprovada em 2011 na Câmara dos Deputados, por meio de um laborioso processo de discussão, mediado pela Deputada Manuela D'Ávila, relatora do projeto.

O Estatuto delimita a faixa etária da juventude, afirma direitos nos campos da participação, educação, trabalho, igualdade, saúde, cultura, comunicação, esporte, lazer e meio ambiente e indica a criação do Sistema Nacional de Juventude [como já foi mencionado pela Secretária Severine Macedo]. Dentre as principais conquistas em jogo, estão a afirmação e ampliação do direito à meia-entrada em eventos culturais e à meia-passagem; o incentivo ao associativismo juvenil; a universalização da educação básica gratuita e de qualidade; o acesso ao ensino superior e à educação profissional e tecnológica; o direito ao trabalho decente e à geração de renda; a proteção contra todos os tipos de discriminação, especialmente por motivo de etnia, raça, cor da pele, sexo, religião e orientação sexual; a participação no processo de produção e acesso a bens culturais, às tecnologias de informação e comunicação e aos equipamentos públicos para práticas desportivas. [Esses destaques feitos são os que consideramos, inclusive, os pontos de maior avanço que o Estatuto Nacional de Juventude traz para os jovens brasileiros.]

Essa não é uma batalha qualquer. A possibilidade de agora de termos os direitos da juventude assegurados num marco legal pode ser um vetor de grandes transformações da situação dos jovens e das jovens que enfrentam obstáculos imensos à sua constituição

como cidadãos e sujeitos plenos de direitos, como a pobreza, a violência, o extermínio, discriminações, a intolerância, o desemprego e a precarização do trabalho.

Reconhecendo a importância estratégica do Estatuto, o Conselho Nacional de Juventude vem acompanhando e contribuindo com o aprimoramento desse documento e a sua tramitação desde o percurso iniciado na Câmara Federal. O acúmulo desse Conselho e a unidade dos movimentos que o constituem apontam para um sólido consenso, lapidado pelo debate coletivo e pela luta solidária da juventude.

[Essas contribuições que o Conselho encaminha hoje, e a nossa posição, inclusive, em relação aqui à audiência, já trazem o produto de um consenso já construído dentro do Conselho na sua diversidade de movimentos e entidades, e em diálogo com o conjunto da sociedade também.]

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Juventude compartilha aqui algumas propostas construídas, a partir do diálogo positivo, com a variedade de movimentos, organizações e entidades, representados no Conjuve, com o objetivo de unificar vozes em defesa da aprovação do Estatuto, colocando-se mais uma vez a postos para a construção dos consensos necessários para o avanço da sua tramitação.

Dessa maneira, o Conselho Nacional acredita dar mais um passo à frente, fortalecendo a luta pela aprovação de um novo marco institucional e de uma política pública avançada que afirme e expanda direitos, que assegure uma educação pública gratuita e de qualidade, que empodere e transforme de verdade a vida da juventude brasileira, que combata as desigualdades e construa um projeto de desenvolvimento social e econômico pleno para a Nação.

Ao Senado, às ruas e à vitória!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer à Rebeca Ribas, que economizou alguns minutos importantes.

Muito obrigado.

Ouçõ agora, na Comissão, Alessandro Melchior, representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia, Presidente Waldemir Moka; amigos e amigas do Conselho Nacional de Juventude; Secretária Severine; Ângela, Presidente do Conselho Nacional de Juventude, aqui presente acompanhando esta audiência; todos os conselheiros municipais e estaduais de juventude, da rede de conselhos de juventude, espalhados pelo Brasil que estão acompanhando esta audiência pela Internet, a partir da TV Senado e do site do Senado, sou Ales-

sandro Melchior, da ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e represento a instituição no Conselho Nacional de Juventude, coordenando, nesse Conselho, a Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas.

Trazemos de contribuição em relação ao debate do Estatuto, como primeiro elemento: reconhecer que o Estatuto da Juventude é uma declaração de compromisso do Congresso com a juventude brasileira. Mais do que isso, é importante expressar com quem é esse compromisso que o Senado e o Congresso Nacional firmam ao aprovar o Estatuto da Juventude, ao se esforçar para garantir a sua aprovação no Senado Federal neste momento, na Comissão de Assuntos Sociais.

Primeiro, existe um debate, no sentido de que o acesso e o usufruto a determinados direitos, garantidos pela Constituição, direitos de primeira, segunda e terceira geração são condicionados a determinados fatores.

Então, existem fatores geracionais – por isso, a necessidade do Estatuto da Juventude –, fatores de gênero, fatores raciais, de orientação sexual, enfim, diversos fatores que condicionam o acesso e usufruto a alguns desses direitos.

A Severine comentou – e é importante reforçar – que, no âmbito do acesso aos direitos, por meio da desigualdade de orientação sexual, o Estatuto da Juventude é o primeiro marco legal que traz esse compromisso de garantir a não discriminação por motivos de orientação sexual e também de crença religiosa.

É o primeiro marco legal que está perto de ser aprovado, trazendo esse compromisso e esse impacto. Mais do que isso, há um elemento importante a ser destacado: por mais que citemos e referenciemos a importância de debater o Estatuto da Juventude, estamos fazendo isso com muito atraso.

No âmbito nacional, as Nações Unidas começaram essa discussão na década de 80, com mais impacto, a partir de 1985, com o Ano Internacional da Juventude, porque havia um entendimento, a partir daquele período, de que alguns países em desenvolvimento começariam a passar pelo que eles identificaram como um bônus demográfico. Esse também é o caso do Brasil.

Naquele período, estávamos discutindo os direitos da criança e do adolescente. Hoje, por mais que reforçemos a importância de debater os direitos da juventude por conta do bônus demográfico, temos de partir de um entendimento de que já perdemos boa parte desse bônus, porque estamos debatendo isso talvez no último decênio desse bônus da juventude.

Então, é importante entendermos que estamos debatendo um acesso, uma lei que garante acesso aos direitos para a juventude brasileira, como elemento

importante para o desenvolvimento nacional, mas com um atraso de quase vinte anos.

Outro elemento que gostaria trazer é com relação a dois eixos da discussão sobre a idade do Estatuto da Juventude.

Na última audiência, realizada nos dias 18 e 19 de dezembro, trouxemos uma contribuição nesse sentido e, agora, gostaríamos de reforçar isso. Por mais que saibamos que esse tema está relativamente esgotado na Comissão de Assuntos Sociais, existem outras comissões no Senado pelas quais o Estatuto vai tramitar ainda e o próprio plenário, em que ainda há divergência em relação a isso.

Os argumentos em relação à idade são basicamente dois: um foi defendido na CCJ, a última Comissão em que o Estatuto tramitou, que diz respeito à possibilidade de que os jovens, a partir de 24 anos, possam prestar alguns concursos e se candidatar a alguns cargos eletivos. Isso foi apresentado, naquele momento, na CCJ, como um indício, um elemento de não vulnerabilidade, como se a possibilidade fosse um determinante para acesso a direitos ou para garantia de direitos.

E aí é importante destacar que, quando trabalhamos com possibilidade, não trabalhamos com garantia, mas com permissão. Então, seria a mesma coisa de dizermos que o direito à educação, por ele estar estabelecido na Constituição Federal, está garantido só por isso. Esses direitos, ao contrário dos direitos de liberdade de primeira geração, trazem uma demanda para o Estado, que é de uma ação positiva, ou seja, de um movimento.

Esses direitos não são acessados por osmose, mas a partir de uma movimentação do Estado para garanti-los. Por exemplo, se perguntássemos, na década de 90, qual o nível de acesso à educação dos estudantes brasileiros, a Manuela Braga, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, aqui presente, poderia dizer-me que é muito menor do que hoje, por quê? Porque, naquele período, não havia o Reuni, que aumentou vagas nas universidades públicas, não havia o ProUni, nem a reformulação do Fies. Ou seja, foi necessária, naquele momento, uma ação do Estado para garantir esse direito.

Se hoje, por exemplo, eu perguntasse à Elis, conselheira do Conselho Nacional de Juventude pela Viração, e ao Alex Pamplona, da Rede Nacional de Jovens e Adolescentes Comunicadores, sobre o direito à comunicação, que hoje é um direito que está no âmbito desta quarta geração de direitos, se o fato de a Constituição permitir esse direito, apontá-lo, é suficiente para garantir a eles o direito à comunicação, tenho certeza de que eles me diriam que não.

Se eu perguntasse a eles se o fato de a Constituição permitir o acesso a esse direito lhes dá a mesma possibilidade de exercer esse direito que os filhos do Roberto Marinho ou que o Otavinho Frias, eles me diriam que não. Por quê? Porque, para garantir esse direito, é importante uma ação do Estado. Nesse sentido, o que é ação? Que o Ministério das Comunicações desengavete o projeto do Franklin Martins e debata a democratização das comunicações.

Quando colocamos o debate do argumento, é para dizer que ele traz a necessidade de uma ação positiva do Estado em relação a isso. Dizer que o jovem, pelo fato de ele ter 24 anos, pode candidatar-se a cargo eletivo é ignorar os diversos fatores que determinam acessar isso ou não, porque, de fato, os jovens podem candidatar-se a diversos cargos, inclusive prestar concurso, a partir dessa idade, mas os jovens que têm essa possibilidade não são os que, de fato, vão ter as suas vidas impactadas pelo Estatuto da Juventude, porque é uma minoria que não precisa desse Estatuto para exercer esses direitos. Trata-se de uma minoria de jovens brancos, heterossexuais, homens e cristãos e que, por isso, não precisam de uma declaração de direitos, porque já acessam essa declaração pela ausência daqueles condicionantes anteriores.

Uma última discussão que eu queria trazer é, na verdade, um diálogo muito franco com os nossos amigos aliados e parceiros do Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente, que trazem esse debate importante, dizendo que, se trabalharmos no Estatuto da Juventude com uma faixa etária de 15 a 29 anos, pelo fato de ser o período hoje regulamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente a idade de 15 a 17 anos, vamos abrir um precedente ou um argumento para aquelas pessoas que defendem a redução da maioridade penal.

Esse é um debate importante para nós. Na última audiência, o Bruno de Oliveira Elias, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Juventude, se não me engano, apresentou a formulação do Conjuve a respeito disso, mas o que entendemos? Que o cerne do debate sobre a redução da maioridade penal não está no argumento, mas no projeto de sociedade de países de concepção que as pessoas têm, porque aprendemos, no processo de luta política, que, primeiro, decidimos o que queremos e, depois, pensamos no argumento, para podermos legitimar e justificar.

Sabemos que criar argumento é o resultado de um processo cognitivo, de realização de sinapses, de criatividade. Portanto, existe argumento para tudo. Vimos, na semana passada, na Casa ao lado, na Câmara dos Deputados, que há um argumento religioso para justificar a discriminação contra a população negra, citando

Noé e a Bíblia. Ou seja, argumento para tudo existe. As pessoas precisam, inclusive, ter a vontade de criar.

Então, o cerne do debate sobre a redução da maioridade penal não está no argumento que vai ser utilizado, porque, se não dermos esse argumento, os argumentos criados vão ser outros.

O cerne do debate está em relação ao enfrentamento do problema das drogas, da violência, da segurança pública, que enfrentamos discutindo o papel do Estado, a relação do Estado com a população, a quem serve o Estado, a necessidade de políticas públicas, financiamento de políticas sociais, e achamos que o Governo brasileiro e o Congresso Nacional ainda não fizeram isso.

Então, tomar a iniciativa de não debater o Estatuto da Juventude a partir do elemento da idade de 15 a 17 anos é, na verdade, entrar numa cilada e agir de forma equivocada.

Um último elemento, ainda nessa perspectiva da idade, é que não estamos trazendo uma discussão nova quando dizemos que a juventude tem de ser a partir dos 15 anos de idade. Não existe uma ideia fixa em relação ao que é essa infância e adolescência.

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR – O Estatuto da Criança e do Adolescente trabalha com criança até 12 anos; e, de 12 a 18 anos, com o conceito de adolescência. Por quê? Porque entende que a demanda das crianças não é a mesma dos adolescentes.

Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em diversos marcos legais, permite a aprendizagem profissional, o voto, o alistamento militar, inclusive antes dos 18 anos, porque ele aponta para um período de transição da fase da adolescência para o início da fase adulta. Ou seja, nesse sentido, ele demanda do Estado não apenas a proteção, mas também uma ação positiva do Estado em relação à garantia da sua trajetória de emancipação, participação e desenvolvimento.

Então, nesse sentido, o Estatuto não está apontando ou trazendo um argumento novo para quem defende a redução da maioridade penal. Na verdade, o que estamos fazendo é, inclusive, institucionalizar que, a partir dessa fase, porque é uma decisão arbitrária, os adolescentes passam por um processo de transição, e é isso que precisa ser garantido na Constituição.

Para encerrar, há um pensamento do Darcy Ribeiro, que acho que é um mestre para todo mundo, que diz o seguinte: “O Brasil foi-se construindo como um moinho de moer gente”. “Moer gente” em relação à construção das suas mansões, das catedrais, das estradas, das ferrovias. O que vemos em relação à juventude é que, mesmo com as altas taxas de mor-

talidade, não estamos incluídos nesse moinho, porque a juventude brasileira, por conta do descaso do Estado, principalmente na década de 90, não entrou no moinho do trabalho, no moinho da escravidão e do trabalho indecente.

A juventude brasileira vem sendo moída a partir do preconceito racista, que tem matado a juventude negra, do preconceito de orientação sexual, que tem matado a juventude LGBT. Então, aprovar o Estatuto da Juventude, a partir dessa aprovação, iniciar um processo mais intenso de repensar o Plano Nacional da Juventude, de construir o Sistema Nacional de Juventude, é respeitar, é pensar ainda no que temos de bom no demográfico e cumprir um pouco do nosso papel de Estado, que é garantir o acesso aos direitos e à expansão destes direitos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Alessandro Melchior.

Quero apenas dar algumas informações. Esta é a segunda audiência pública sobre o tema, realizada aqui na Comissão de Assuntos Sociais. A primeira aconteceu recentemente, dia 18 de dezembro de 2012, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a Presidência do Senador, hoje Relator, Paulo Paim.

Durante os debates, o texto recebeu sugestões e comentários, por meio da página e-Cidadania do Senado Federal e pelo telefone Alô Senado.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a pode corrigir-me. O Relator do Projeto de Lei que institui o Estatuto da Juventude, Senador Paulo Paim, divulgou a decisão de manter a abrangência do texto para a faixa etária entre 15 e 29 anos. Havia a proposta de redução da faixa etária para 18 a 21 anos.

Ainda a decisão do Senador Paulo Paim acompanha a recomendação da Convenção Ibero-Americana de Juventude e o parecer do Senador Randolfe Rodrigues, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto, depois de votado aqui na Comissão de Assuntos Sociais – e essa audiência pública é exatamente para instruir já a votação nesta Comissão – será encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE), à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e será examinada, em caráter terminativo, porque aí não vai ao plenário do Senado – este Estatuto é terminativo –, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Apenas para orientar.

Então, acho que quanto mais consenso os senhores estabelecerem, os senhores irão facilitar o trabalho do Relator e também o Plenário.

Imagino que o Plenário do Senado não vai ter dificuldade para aprovar um Estatuto, em que a maioria – é claro que pode haver vozes dissonantes – estiver num consenso. Isso orientaria e facilitaria, a meu juízo, a aprovação já na Comissão de Assuntos Sociais e também, depois, nas demais Comissões.

É claro que os senhores ainda terão condição de debater isso, conforme já disse, na Comissão de Educação, de Meio Ambiente e, terminativamente, na de Direitos Humanos.

Não sei se fui claro.

Na continuidade dos expositores, concedo a palavra ao Sr. Alfredo Santana Santos Júnior, Secretário Nacional de Juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. ALFREDO SANTANA SANTOS JÚNIOR

– Bom dia a todos e a todas. Quero saudar o Presidente Waldemir Moka, o Senador Paulo Paim, pela iniciativa e a importância que têm dado a esse debate do Estatuto de Juventude. Gostaria de saudar Severine Macedo, da Secretaria de Nacional de Juventude, aqui representando um órgão importante, criado pelo Executivo, que tem dado um apoio fundamental às políticas de juventude, e todos os conselheiros e todas as conselheiras do Conjuve, na pessoa de duas mulheres aguerridas e conterrâneas da Bahia, Presidente e Vice-Presidente do Conjuve, Ângela e Rebeca, duas companheiras que estão presidindo esse órgão, oriundas do Nordeste, e estão aqui na Capital Federal, dando uma contribuição sobremaneira para a construção de uma política de juventude.

Primeiro, gostaria de, dada a escassez do tempo e as falas que me antecederam, comentar justamente a questão mais focada – estou aqui representando a Central Única dos Trabalhadores –, que é a juventude trabalhadora, e a importância que tem hoje não apenas para a juventude da Central, mas para toda a Central, o que é hoje política central... Ficou até redundante, política central da Central. Mas é uma das prioridades da Central Única dos Trabalhadores a aprovação do Estatuto da Juventude. E o quanto antes a gente conseguir essa aprovação... Porque de fato é um debate que vem se acumulando, não diria que vem se arrastando, mas vem se acumulando desde 2004. E, ao longo desse período, cumpriu um papel importante justamente que é o papel de construção de consenso na sociedade civil.

Então é importante isso. A gente tem um Conselho aqui extremamente plural, que representa a pluralidade da juventude. A gente tem aqui representante da ABGLT, representantes de diversos segmentos, negros, jovens, trabalhadores, militantes da área de comunicação. E todas as entidades que compõem o

Conjuve hoje conseguiram construir uma proposta unitária, que visa justamente facilitar a aprovação desse estatuto no menor prazo possível.

O que nós, porventura, tínhamos de discordância, dentro dos espaços de organização do próprio Conjuve, nós tivemos a oportunidade de dirimir. E hoje o texto tem uma construção praticamente unânime.

Mas é importante para todos e todas compreenderem as necessidades, que não são privilégios, mas as necessidades de focar políticas públicas nesse segmento juvenil.

E para isso, trago alguns dados, e alguns já foram citados por Severine. A juventude, principalmente a juventude trabalhadora, é a que mais sofre com a alta rotatividade neste País. Apesar das baixas taxas de desemprego, ela historicamente tem, quanto à taxa de desemprego, o dobro da média. Então, é um grupo que está afetado diferenciadamente. E, por estar afetado diferenciadamente, exige uma ação positiva do Estado, no sentido de igualar as condições.

É preciso compreender, por exemplo, que 55,5% da nossa população começa a trabalhar antes dos 14 anos de idade. Então, muito antes, inclusive, da idade legal.

Considerando pesquisas do Dieese, 14,9% começam a trabalhar antes dos nove anos de idade.

E aí, companheiros e companheiras – é o vício de sindicalista mesmo –, é importante a gente perceber que, se 55% da população começa a trabalhar antes dos 14 anos, inevitavelmente entra no mercado de trabalho de forma precarizada, sem qualificação, sem oportunidade de estudo. E aí vejamos o que acontece com esses jovens que entram tão cedo no mercado de trabalho: 55% deles hoje só trabalham, não conseguem conciliar trabalho com estudo; 18% apenas conciliam trabalho com estudo; e 13% nem trabalham e nem estudam.

E aí é importante a gente entender que esses 13% que não trabalham e nem estudam, aparentemente... alguns órgãos divulgam esse dado como se fossem 13% que não fazem nada, o que se popularizou em espanhol como geração “*nini*”.

Vamos olhar quem são esses 13%. Na sua grande maioria são mulheres oriundas do interior do País, que na realidade trabalham e trabalham muito, mas sequer reconhecem seu trabalho como trabalho, porque trabalham nas casas de família, da prima, do tio, do irmão, como empregadas domésticas, sem qualquer tipo de remuneração.

Então, os supostos 13% que não trabalham e nem estudam na verdade também estão colocados numa situação de exploração muito grande. Muitas vezes numa exploração inclusive velada.

Então, é importante compreender que esse segmento juvenil não precisa de privilégios. Precisa ter os seus direitos tratados de forma positiva pelo Estado para atender as necessidades, que são singulares desse grupo etário, dessa faixa etária.

E aí o Estatuto da Juventude cumpre esse papel de coroar um marco legal. Ele vem sendo construído desde 2004, mas ele define obrigações não apenas para o Estado, ele define obrigações para a família, para a comunidade e para o Poder Público, cria um Sistema Nacional de Juventude, que vai possibilitar uma atuação mais efetiva do Estado, porque não adianta também a gente declarar direitos se a gente não tiver mecanismos que garantam o exercício desse direito. Ele coroa um processo que começa... E aí tivemos alguns avanços, como a Emenda 45, o Plano Nacional de Juventude. Mas é importante a gente compreender que esse segmento juvenil vem construindo essa política ao longo dos anos. As duas últimas Conferências Nacionais de Juventude, por exemplo, deliberaram pela aprovação do Estatuto.

O Conjuve, como eu disse, tem uma pluralidade gigante de entidades e de representações. E o Conjuve construiu esse consenso.

É importante ainda, para todos aqui presentes, lembrar que está sendo construída, também por uma pluralidade quase tão grande quanto à pluralidade que hoje compõe o Conselho Nacional de Juventude, uma Jornada Nacional de mobilização de juventude, que acontece no final de março, início de abril, de 25 de março a 1º de abril, composta por mais de 30 entidades juvenis. Essa jornada tem representações das centrais de trabalhadores, tem representações das juventudes partidárias, do movimento LGBT, da Marcha Mundial de Mulheres, do Fora do Eixo, do Levante, de diversas mobilizações, juventudes religiosas, todas essas representações compõem essa jornada. E uma pauta central da jornada vai ser – está sendo, na verdade, porque já ocorrem as plenárias estaduais – a aprovação do Estatuto da Juventude.

Então, é importante aqui, antes de mais nada, agradecer a atenção que está sendo dada pelo Senador Paulo Paim, pelo Presidente Waldemir a esse assunto. Mas é importante compreender que, hoje, apesar de a iniciativa ser legislativa, eu diria, sem medo de errar, que esse é um projeto que, hoje, pode ser considerado um projeto de construção popular, porque, durante todo o período, ele recebeu emendas, ele recebeu opiniões, ele foi debatido no Conjuve, ele foi debatido na SNJ; ele foi, ele voltou, ele se ajustou. Tivemos, durante um período, discussão com relação à intercessão da idade, de 15 a 18 anos, mas ela foi muito bem dirimida, tanto do ponto de vista da concepção, como

muito bem o Melchior apresentou, como, inclusive, do ponto de vista jurídico ela foi dirimida. Fica claro que a interpretação, por remissão expressa do Estatuto da Juventude, não é excludente, pelo contrário, ele é subsidiário e complementar ao ECA. Então, não há qualquer problema nessa intercessão de idade. Essa dúvida foi dirimida completamente. É importante, sim, conceber o Estatuto de 15 a 29 anos, como, hoje, é deliberação de diversos órgãos internacionais, compreendendo que esse é um período que, mais do que proteção, é um período em que a juventude precisa de mecanismos para a emancipação.

E aí é importante frisar, na questão trabalho – e já caminhando para concluir a minha fala –, que a gente precisa compreender duas coisas. Primeiro, que as políticas que visam complementação de renda, redistribuição de renda, favorecimento da família, elas por si já são políticas que possibilitam retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho. Ao retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho, você possibilita que ele entre melhor qualificado e numa condição melhor. Porém, temos essa grande massa de mais de 50 milhões de jovens e mais de 55% deles... Aliás, se somarmos os 55% que só trabalham com os 18% que conciliam trabalho com estudo, isso vai dar quase 70%, sessenta e poucos por cento da juventude que é uma juventude trabalhadora. E para isso a gente precisa criar mecanismos que possibilitem conciliar trabalho com estudo, que possibilitem a essa juventude garantir o exercício dos seus direitos. Isso porque, apesar de termos declarado o termo “jovem” na Emenda 65, apesar de termos avançado em uma série de outras questões, o Estatuto vai criar mecanismos, a partir do Sistema Nacional de Juventude, que possibilitem uma ação mais positiva do Estado. E, a partir dessa ação positiva, aí sim, a gente construir a emancipação das jovens e dos jovens deste País.

(Soa a campanha.)

O SR. ALFREDO SANTANA SANTOS JÚNIOR

– Para concluir, eu queria justamente deixar aqui uma mensagem da Central Única dos Trabalhadores aos companheiros do Conjuve, aos companheiros Senadores, aos companheiros que compõem a Mesa, a todas e todos, e dizer que, para nós, o ano de 2013 é um ano marco, é um ano central para que nós possamos avançar em todas as pautas da sociedade civil.

A marcha das centrais sindicais, na semana passada, foi uma marcha vitoriosa, uma marcha importante, quando conseguimos avanços, inclusive, já na ratificação da OIT 151, que a Presidenta da República ratificou; e, agora, com a Jornada da Juventude, temos certeza de que vamos coroar o ano de 2013 com a

aprovação do Estatuto da Juventude, ainda no ano de 2013. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Eu quero agradecer a participação e insistir, porque quanto mais consenso vocês tiverem, eu não tenho a menor dúvida de que isso vai facilitar a aprovação do Estatuto da Juventude. Não estou dizendo, com isso, que não tenha que haver uma discussão e muitas vezes divergências. Mas quero dizer que, para o conjunto tanto da Comissão como para o Senado, isso é fundamental, porque eu acho que, com o segmento envolvido – ele disse aqui, traduziu – há tanto tempo discutindo, pode-se até dizer que esse Estatuto tem uma construção com base popular. E tem mesmo, porque todos os segmentos foram ouvidos, não é? E a maior prova disso são as audiências públicas. E, hoje, aqui, pela fala de vocês, a gente percebe realmente que houve uma construção importante.

Concedo a palavra ao David Barros Araújo, representante do Instituto de Juventude Contemporânea (IJC).

O SR. DAVID BARROS ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas. Queria, obviamente, saudar a Mesa; o Presidente, Senador Waldemir Moka; o nosso Relator, Senador Paulo Paim; a Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo; a nossa Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude, a companheira Rebeca Ribas; saudar o meu amigo Alessandro Melchior, da ABGLT; o companheiro Alfredo, da CUT; e os demais companheiros, que também vão ter, aqui, a oportunidade de contribuir com esse debate, essa formulação sobre o Estatuto da Juventude, o companheiro Bruno, que representa, aqui, a OAB, a companheira Manuela, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas; saudar também, em nome de todos os companheiros e companheiras que estão aqui presentes conosco, a companheira Ângela Guimarães, que é a nossa Presidente do Conselho Nacional de Juventude.

Eu gostaria de dizer aos nossos Senadores e Senadoras que esse Estatuto da Juventude, o texto que se apresenta, na verdade, é fruto de uma reflexão, de um debate, da capacidade de mediação, da capacidade de diálogo e do processo de construção democrática que a atual geração de jovens tem como legado, no debate em relação às políticas públicas de juventude. Acho que o grande orgulho de todos nós é podermos ter experimentado a possibilidade de debatermos com muito afinco, não deixando de lado as nossas divergências, mas construindo uma mediação que pudesse garantir que a juventude brasileira tivesse um marco legal que pudesse gerar possibilidades de ascensão social, que pudesse gerar possibilidades de construção de autonomia e emancipação para um conjunto de

jovens brasileiros que, por muito tempo, não tiveram do Estado a atenção necessária e para que as próximas gerações de jovens possam ter a oportunidade de, no tempo certo, a partir da sua adolescência, na transição para a juventude, ter os direitos elementares garantidos, para que, a partir daí, possam ter uma vida digna, possam ter também cidadania e possam contribuir para que o Brasil continue crescendo não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista social, sendo, de fato, uma República, uma Nação que consegue acolher todos os seus cidadãos e cidadãs.

E o processo histórico do Estatuto da Juventude traz para nós algo fundamental que é o reconhecimento da diversidade da juventude brasileira. Acho que, por muito tempo, nos anos 90, no século passado, no século XX, tivemos a juventude apenas caracterizada pela turma que conseguia ter acesso à escola, ao ensino regular, à universidade. E um conjunto de jovens brasileiros que não tinham e não tiveram essa oportunidade ficou excluído, digamos assim, da sua condição juvenil, tendo que, de certa forma, até ser tratado, prematuramente, como uma figura adulta que, a partir daí, teve que correr atrás da sua sobrevivência, das condições elementares de vida e que, por isso, teve precarizadas as suas condições de trabalho, as suas condições de educação e, dessa maneira, não teve acesso à ascensão social e não participou dos benefícios da nossa Carta Magna, dos benefícios da nossa República. E o Estatuto da Juventude visa corrigir essa anomalia, perante a atual geração de jovens que ainda tem essa possibilidade, que ainda se encontra na faixa etária que estabelecemos, com muito debate, e um debate, inclusive, que transcende as questões nacionais, mas que busca dialogar e beber na fonte de outras experiências dos países da América Latina, em outros países do mundo, e, dessa maneira, podendo fazer com que as novas gerações também possam ter do Estado brasileiro a atenção devida.

Nesse sentido, o debate do Estatuto traz para nós as novas especificidades, as especificidades da juventude brasileira, que compreendem as perspectivas de gênero, perspectivas de raça e etnia, as perspectivas territoriais, que, muitas vezes, foram deixadas de lado e, às vezes, as replicações de políticas públicas não conseguiram o seu efeito desejado, porque não levaram em consideração os territórios, as culturas e as perspectivas históricas que este País de uma dimensão continental como o Brasil tem, que incidem na vida e no cotidiano da juventude. Dessa maneira, o Estatuto tenta fazer com que esse esboço de política pública que leva em consideração essas perspectivas que incidem na vida dos jovens possam, de fato, garantir uma eficácia maior dessas ações.

Então, nessa trajetória de reconhecimento, de afirmação e de protagonismo das diversas especificidades da juventude brasileira, nós construímos um legado de políticas públicas de juventude, a partir das experiências locais, das prefeituras na década de 90 e, posterior a isso, principalmente a partir de 2003, com uma experiência nacional que buscou trazer políticas públicas de juventude para o debate, seja no Poder central, seja no Planalto Central, seja no Governo Federal, seja no Congresso Nacional, o que possibilitou que o conjunto da juventude brasileira tivesse acesso a um debate que pudesse, a partir das experiências locais e dessa experiência nacional, replicar em possibilidades de políticas públicas que incidissem na vida dos jovens.

E o Estatuto da Juventude bebe nessa experiência, na experiência do próprio Conselho Nacional de Juventude, na experiência da Secretaria Nacional de Juventude, do ProJovem, das experiências de legislações que deram possibilidade a um acesso maior da juventude em relação à educação, como o próprio ProUni, que nós reivindicamos como uma política importante no sentido de garantir aos jovens do Brasil acesso à universidade, mas principalmente como o Reuni, que abriu as portas da universidade pública para muitos jovens do nosso País.

Essas experiências de políticas públicas trouxeram para o Estatuto a necessidade de uma intervenção do Estado mais incisiva, mais forte, para que esses direitos possam ser garantidos.

E essas possibilidades, apenas estando no Estatuto, não vão ter, obviamente, as condições objetivas para que aconteçam. Na verdade, o que nós desejamos com a aprovação do Estatuto é que, da mesma maneira como nós tivemos uma mobilização da juventude brasileira para aprovar a Emenda Constitucional nº 65, a PEC da Juventude, que garantiu aos jovens a possibilidade de serem sujeitos de direitos reconhecidos pela Constituição Federal, que agora, com o Estatuto da Juventude, este debate possa se enraizar no Congresso Nacional e em toda a sociedade brasileira, para que, como sujeitos de direitos, como um segmento específico e populacional importante do nosso País, que incide de fato em todos os indicadores que se possam construir sobre índice de desenvolvimento humano, pela sua quantidade populacional, pela grande quantidade de jovens, a partir do Estatuto da Juventude, a gente possa garantir que este debate tenha enraizamento na sociedade.

Nós temos aí um aprofundamento importante sobre as políticas de criança e adolescente, em que já se tem, de certa forma, um escopo construído no Poder Público brasileiro dos debates e das garantias

e das prioridades fundamentais. E nós queremos, com o Estatuto, construir e fundamentar essa política de juventude como uma política de Estado.

O próprio Estatuto traz para nós um debate que é importante, que é a organização do seu sistema nacional, um Sistema Nacional de Juventude que possa tirar as experiências de políticas públicas de juventude do acaso do processo eleitoral, que depende, muitas vezes, da coloração partidária que ganha as eleições. E que, a partir daí, de tirar desse acaso, essas políticas de Estado possam estar afirmadas como uma política perene, em que, independente do gestor, independente, obviamente, da conjuntura política, essa ação possa ser desenvolvida no sentido de gerar cidadania para a juventude brasileira.

E é dessa maneira que o Conselho Nacional de Juventude trata da importância da aprovação do Estatuto. Nós, aqui, fizemos um debate aprofundado com o conjunto de jovens brasileiros, a partir das duas Conferências Nacionais da Juventude.

O próprio Conselho, na organização da sua rede, construiu um diálogo com as experiências locais e estaduais para que pudesse beber na fonte das dificuldades, dos desafios e das possibilidades que são construídas nos Estados e Municípios, para que pudesse gerar aqui um conteúdo que afirmasse, que construísse identidade com as experiências locais, e que, dessa maneira, a gente possa ter no Estatuto da Juventude a representação, o olhar, a identidade da juventude brasileira a partir das suas experiências.

E a gente faz um apelo ao Senado Federal. Nessa conjuntura importante para a juventude brasileira, de consenso, de afirmação de identidade, de aprofundamento político e de enraizamento democrático dessa atual geração de jovens, que o Senado possa contribuir agora para o desenvolvimento do País com a aprovação do Estatuto da Juventude e gerar esse legado para a juventude brasileira de direitos, de possibilidades e também de políticas que gerem cidadania e gerem condições para que os jovens possam sonhar e realizar e participar com muito protagonismo do futuro e das decisões desse País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer a participação do David Barros Araújo, representante do Instituto da Juventude Contemporânea.

Eu queria pedir aos expositores, porque nós vamos agora formar uma segunda Mesa, que retornassem ao plenário.

Também queria registrar a presença entre nós dos Senadores e a visita que nos faz aqui o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Senador Vital do Rêgo, que sem dúvida será uma peça importante na aprovação do Estatuto da Juventude.

Quero registrar a presença do ex-Governador do Piauí.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E futuro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Futuro eu não sei, pode ser que esteja nos planos dele, mas se ele quiser, certamente será.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador João Durval. (*Palmas.*) Acabamos de ouvir um seu conterrâneo, um baiano.

Eu quero chamar aqui, rapidamente:

– Manuela Braga, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubcs). (*Palmas.*)

– Bruno Reis de Figueiredo, representante da Ordem dos Advogados do Brasil. (*Palmas.*)

– Maria Izabel da Silva, assessora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. (*Palmas.*)

– Gleidson Alves Pantoja, representante do Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune). (*Palmas.*)

Da mesma forma, vou pedir aos senhores expositores que tentem ficar dentro do limite do tempo para que a gente possa aproveitar esse debate.

Concedo a palavra a Manuela Braga, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

A SRª MANUELA BRAGA – Bom dia a todos e a todas. Queria saudar a Mesa na pessoa do Senador Waldemir Moka e na pessoa do Senador Paulo Paim, que jogou um grande protagonismo para que conseguíssemos chegar até esse ponto a que nós chegamos de desenvolvimento, de discussão do Estatuto da Juventude.

Queria saudar todo o Conselho Nacional de Juventude, nas pessoas da Ângela Guimarães e da Rebeca Ribas, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude, que, já foi dito aqui, está reunido em Brasília desde ontem, fazendo a discussão bem aprofundada desse tema, um tema que vem sendo debatido já em algumas reuniões, Senador, do Conselho Nacional de Juventude, e que teve como produto de todas essas discussões um bom documento sobre o Estatuto da Juventude, que eu creio que apresentaremos aqui, em breve, ao conjunto de Senadores, nas discussões aqui do Senado Federal.

É importante dizer que a gente já está há quase uma década na discussão desse Estatuto da Juventude. São nove anos que gente discute, por isso que a gente conseguiu chegar a esse nível de Estatuto da

Juventude, um Estatuto que consegue contemplar as diversas juventudes, que consegue pautar, de forma qualificada, a educação, a questão do trabalho, de jovens negros, de jovens mulheres.

É preciso dizer que a juventude, apesar de a gente chegar a esse patamar de discussão da juventude, mediante a PEC, mediante a discussão de um Estatuto da Juventude, a juventude ainda tem outros anseios, a juventude ainda não consegue acessar, de forma completa, tudo que o Estado poderia ou deveria lhe ofertar.

Então, eu queria trazer aqui para discussão a temática da educação. Hoje, apesar de podermos dizer que já se tem quase universalizado o ensino básico no Brasil, enfrentamos um problema grave, que é o da qualidade de ensino. O ensino das salas de aula não mais representa – e esse não mais é já há algumas décadas – os anseios da juventude. O ensino não consegue dialogar com a perspectiva, com os anseios que a juventude tem, com o mundo do trabalho, com as novas tecnologias.

Hoje, está todo o mundo aqui mobilizando ou assistindo a esta audiência pela TV, pela Internet, pelo Twitter, pelo Facebook, e não é essa a realidade que a juventude encontra dentro da sala de aula.

Então, trata-se de discutir a qualidade da educação com a inclusão de novas tecnologias, uma educação que consiga formar de maneira libertadora, fazendo com que o jovem consiga sair do ensino médio, do ensino básico preparado para construir este novo mundo que tem à frente e entendendo este mundo, entendendo o papel dele neste mundo. Eu penso que esse é um grande desafio da juventude nos dias de hoje: sair do ensino médio, etapa final do ensino básico, preparado para o mundo do trabalho, preparado para entrar na universidade, entendendo o papel que a gente joga no mundo, qual mesmo é o papel que a gente quer jogar na juventude. E aí – claro – não tenhamos dúvida de que é um papel protagonista que a juventude sempre jogou. Está contido nos anais da História do Brasil, na construção da Petrobras, no voto aos 16 anos, na Constituinte de 1988, que vem jogando agora com a PEC e com as Conferências Nacionais de Juventude, com o Estatuto Nacional da Juventude. A educação cumpre – sou convicta disto – um papel transformador, um papel central nesse novo momento de protagonismo do Brasil, de modo que a juventude possa dele participar de forma central. Então, é preciso discutir a educação de forma completa, discutir como que a gente consegue proporcionar esse aspecto para a juventude, discutir a educação como um todo. Hoje, 10% dos jovens que entram no ensino médio não conseguem concluí-lo. E, se a gente já vislumbra

que uma parte da juventude não consegue ter perspectiva concluindo o ensino médio, quem dirá sem a conclusão do ensino médio.

Há uma década, a gente até poderia dizer que essa juventude se evade do ensino médio, porque tem que trabalhar cedo, por causa do trabalho infantil, por causa dos problemas socioeconômicos que o Brasil vivia. E hoje não é mais esse o problema. Hoje é uma questão de falta de identidade. A escola não tem identidade com os anseios da juventude. A juventude hoje participa do Brasil, politicamente falando, e a escola não proporciona esse anseio.

Então, faz-se necessário discutir a educação como um todo, discutir o mundo do trabalho, a inclusão das novas tecnologias, o ensino integral. Todos os países desenvolvidos economicamente não têm menos que sete horas/aulas de jornada escolar. O Brasil tem uma média de quatro horas/aulas de jornada escolar, com uma série de disciplinas que não dialogam entre si. Portanto, eu creio que, para o desenvolvimento da juventude como um todo, para que a juventude consiga ter acesso a outros direitos, a educação é papel central nisso. E a gente precisa trazer à discussão aqui como elemento central.

E o ensino superior também. A gente teve recentemente – o Senador Paulo Paim também teve grande contribuição – a aprovação das cotas sociais e raciais, que já é realidade para a juventude brasileira. Já no ano de 2012, os vestibulares das universidades que aconteceram já contemplaram cotas sociais e raciais. E isso é, nada mais nada menos, que o principal avanço – e arrisco dizer – dos últimos dez anos de Brasil. Significa dizer que a juventude pobre, que a juventude negra consegue entrar na universidade e tem, a partir daí, uma nova perspectiva de vida, tem, a partir daí, uma nova perspectiva econômica e, a partir daí, claro, o Brasil ganha um novo cenário socioeconômico, porque essa juventude vai passar a interferir economicamente na vida do Brasil.

Então, a gente tem um bônus demográfico com a juventude sendo mais de 50 milhões no Brasil, e essa juventude contribui economicamente. É uma juventude que contribui economicamente, que não está satisfeita com o que tem, é uma juventude que quer mais, e o Brasil, o Estado brasileiro precisa proporcionar mais em virtude dessas lacunas que ainda são existentes na vida da juventude.

Um outro elemento aqui é a questão da violência. Como a Secretária Severine Macedo já falou alguns minutos atrás, a juventude sofre muito com a questão da violência, em especial a juventude negra. A juventude negra é vítima de um genocídio, Senador. Está sendo vítima de um genocídio no Brasil. A juventude

negra é excluída dos programas sociais, a juventude negra não tem acesso ao ensino básico como tem a juventude branca. A juventude negra não tem acesso ao ensino superior como tem a juventude branca. E o pior, se for negra e se for mulher, entra numa condição de vulnerabilidade ainda maior.

E a juventude precisa, e o Estado brasileiro precisa alertar para a violência na juventude. Setenta por cento da população carcerária hoje são jovens entre 18 e 29 anos. Eu estou convicta de que essa juventude carcerária de 18 a 29 anos, que são esses 70%, não teve educação de qualidade, não teve perspectiva de vida. Viveu em condições de vulnerabilidade, em condições escassas de acesso a programas sociais, de acesso à educação, de acesso ao ensino superior, de acesso até a alimento. E o Brasil fecha os olhos, o Estado brasileiro fecha os olhos para essa juventude. É uma juventude que não concluiu o ensino, que é marginalizada, que está nos diversos presídios aí pelo Brasil e que, quando sai do presídio, não tem nenhuma perspectiva de vida, porque o Estado não consegue prever um meio de inclusão dessa juventude.

(Soa a campanha.)

A SR^a MANUELA BRAGA – Para encaminhar aqui, para concluir, porque o tempo já está acabando, a questão das drogas na juventude. E aí eu vou falar de todas as drogas, quero incluir aqui todas as drogas, mas especialmente o *crack*. O *crack* vem acabando com a nossa juventude, e não dá para sermos hipócritas de ficarmos tratando o *crack* como não sendo um assunto de saúde pública, como não sendo um assunto de seguridade social. Não dá, porque enquanto ficarmos com a hipocrisia de que é droga, de que tem que proibir todo o uso de droga, que tem que marginalizar ainda mais essa juventude que já é marginalizada, que tem que penalizar essa juventude que já nasce penalizada, não dá para ficarmos tratando e fechando os olhos para essa juventude, porque enquanto fazemos isso, inúmeros jovens morrem, inúmeras famílias entram em condição de desespero pleno, porque o Estado não tem como ofertar, nem sequer se atenta para ofertar uma questão de promover a saúde pública, de promover a assistência, de promover o combate às drogas.

Por fim, queria dizer aqui que a juventude já avançou muito, no último período, em termos de participação, em termos de inclusão do termo juventude no Estado brasileiro, o Estado brasileiro identifica a juventude como sujeito de direitos, mas as políticas públicas de juventude que a gente tem hoje ainda são insuficientes para os desafios da juventude, são insuficientes para o desafio do Brasil, porque apesar de a gente ter avançado em leis, apesar de a gente ter avançado na Constituição Federal, a juventude ainda

continua marginalizada, ainda continua sem ter acesso a direitos, e o Estado não consegue ainda ver plenamente o que proporciona essa juventude e quais as necessidades da juventude.

Por fim, queria dizer aqui, Senador, que a juventude do Brasil inteiro – e a Ubes vai contribuir –, o Conselho Nacional de Juventude – arrisco aqui a falar pelo Conselho Nacional de Juventude – espera ansiosamente pela aprovação do Estatuto da Juventude, e a gente pede celeridade na tramitação para que, ainda no primeiro semestre de 2013, a juventude brasileira possa comemorar mais essa vitória. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação da Manuela, concedo a palavra ao Bruno Reis de Figueiredo, representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. BRUNO REIS DE FIGUEIREDO – Ex^{mo} Presidente, Senador Waldemir Moka; Ex^{mo} Relator, Senador Paulo Paim; nas pessoas dos quais cumprimento a Mesa de trabalho; Ex^{ma} Secretária Severine Macedo, na pessoa de quem cumprimento os membros da Secretaria de Juventude; Ex^{ma} Presidenta Ângela Guimarães, na pessoa de quem cumprimento todos os colegas conselheiros do Conselho Nacional de Juventude.

A OAB completa este ano 83 anos, e, ao longo desse período, tivemos duas lutas especiais: uma, em representatividade dos advogados brasileiros, pelos seus direitos, pelas suas prerrogativas; por outro lado, como uma instituição cidadã, a busca pela justiça social, pela cidadania, pelos direitos humanos.

No que tange à juventude, há 17 anos, em 1997, nós tivemos a criação da primeira Comissão de Jovens Advogados do Brasil, que foi em Minas Gerais, de onde venho. Lá fui Vice-Presidente da Comissão de Jovens Advogados, fui Presidente do Conselho Estadual de Jovens Advogados, sempre nessa luta pela juventude.

Nos outros Estados, tivemos também a composição dessa nova Comissão, de 1997 em diante. Hoje, nós temos essa Comissão de Jovens Advogados em todo o País e, agora, também na OAB Federal.

Ano passado, tivemos a honra de compor, junto ao Conjuve, a cadeia de Segurança Pública e Direitos Humanos e, daí em diante, tivemos também o compromisso mais largo e com maior ênfase com a juventude brasileira em todos os seus direitos, em todos os seus pleitos, em todas as suas lutas.

Hoje, temos mais de 50 milhões de jovens no Brasil e, de forma muito estranha, percebemos que essa camada tão importante da sociedade não tem um marco regulatório dos seus direitos, não obstante essa camada da sociedade ser sempre protagonista, ter sido, na história do Brasil, sempre protagonista nas

lutas sociais, seja na ditadura militar, seja no *impeachment* do Presidente da República; em todos os atos em que se precisou da juventude, ali ela estava, e hoje ela clama por um marco regulatório, clama pelos seus direitos reconhecidos.

Por outro lado, temos já o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, temos também o Estatuto dos Idosos, e a juventude merece e busca também o seu Estatuto da Juventude.

Em 2005, tivemos a criação da Secretaria Nacional de Juventude e, posteriormente, do Conselho Nacional de Juventude, que vieram a se unir e enfileirar-se nessa luta em prol da juventude brasileira.

Em 2010, veio a Emenda Constitucional nº 65, que já foi um início desse avanço, em que se previram, no art. 227 da Constituição Federal, vários direitos, como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. Também, em seu §8º, essa lei estabeleceu que o Estatuto da Juventude deve ser destinado a regular os direitos dos jovens. Ou seja, o Estatuto da Juventude, hoje em dia, está previsto já em uma emenda constitucional, já é uma previsão constitucional que deve ser concretizada o quanto antes.

O projeto de lei do Estatuto da Juventude tramita no Congresso Nacional desde 2004, tendo sido aprovado na Câmara Federal somente em 2011 – o que, realmente, perdoem-nos, mas é uma demora muito longa –, e tenho certeza de que, no Senado, este ano, se Deus quiser, conseguiremos aprovar esse projeto para que se concretize esse direito dos jovens brasileiros.

O importante, o que trazemos aqui é, realmente, essa sensação de avidez dos jovens brasileiros, da sociedade brasileira em concretizar, por meio do seu marco regulatório, do seu regulamento, do seu estatuto próprio, todos os direitos que os jovens merecem.

E, neste momento, a OAB registra aqui o seu compromisso com o projeto do Estatuto da Juventude e o seu compromisso com a juventude brasileira.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe!

Vamos aprovar esse projeto este ano ainda. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero agradecer o representante da Ordem dos Advogados.

Eu quero conceder a palavra ao Gleidson Alves Pantoja, representante do Fórum Nacional de Juventude Negra, mas antes quero registrar aqui a presença, desde o início desta audiência pública, do Senador Sodrê Santoro, que ainda não faz parte da Comissão, mas que está aqui prestigiando e ouvindo com atenção os expositores do Estatuto da Juventude. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Gleidson Alves Pantoja.

Vou passar a Presidência para o Senador Paulo Paim, em função de que o Governador do meu Estado se encontra no meu gabinete e eu preciso dar atenção a ele. Os senhores me desculpem momentaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Presidente da Comissão e Relator eventual, eu passo a palavra, então, ao Gleidson Alves Pantoja, que aqui representa o Fórum Nacional de Juventude Negra.

O SR. GLEIDSON ALVES PANTOJA – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento a Mesa, na pessoa da companheira Manuela Braga, e os demais no plenário, na pessoa da nossa Presidenta Ângela Guimarães, mulher negra aguerrida e militante, que muito tem contribuído para o avanço em relação às demandas da juventude negra brasileira.

Vocês conseguem me ouvir, não é? Porque eu não estou me ouvindo muito bem.

Registro que, num primeiro momento, é importante a presença de um jovem negro nesta Mesa, por conta do que a conjuntura brasileira hoje apresenta para a juventude brasileira. A realidade da juventude negra brasileira é de conhecimento da grande maioria dos que aqui estão presentes. Não é das melhores, ou melhor, é ainda muito brando usar um termo como esse para se referir a essa realidade da juventude.

Como muitos que passaram por aqui já falaram, a nossa companheira Manuela também, a juventude negra hoje enfrenta um grande extermínio, um grande genocídio, que se configura de várias formas e que agride a vida da juventude negra, neste País, por diversos fatores.

Um fator que é preponderante e que é muito importante destacar é o processo homicida mesmo, em que tanto o Estado quanto outros segmentos se colocam, de certa forma, como um instrumento utilizado dentro de um contexto de uma sociedade conservadora, de uma sociedade que, é importante negritar, tem reconhecido, a partir de várias ações, a necessidade de enfrentar o racismo, de enfrentar as dificuldades que são impostas às minorias da sociedade brasileira.

Registro também que, para além dessa questão do genocídio da juventude negra, que é muito importante destacar, é salutar também falar das ações que têm acontecido no sentido de frear essa situação. Seria muito estranho, seria, no mínimo, insensato da parte de nós, militantes da juventude negra, não reconhecer o empenho de vários segmentos militantes da juventude brasileira, no sentido de reconhecer a necessidade de enfrentar o racismo, de enfrentar o genocídio da juventude negra, mas também não seria legal da nossa parte desconsiderar as ações que o

Estado brasileiro tem implementado, nos últimos anos, no sentido de erradicar esse mal que tem assolado a juventude negra brasileira.

Eu vou, por muitas vezes, me ater à juventude negra, por conta obviamente da entidade que eu represento, mas não dá para desconsiderar também que o direito à vida – e é um direito que tem que estar pontuado nesse estatuto – é um direito de toda a juventude brasileira e é um direito a que nós precisamos nos atentar, porque ele, eu acho, é matriz de todos os outros que vimos aqui reivindicar. Porque uma juventude sem vida... Ninguém vai brigar por outros direitos para uma juventude que não tem o mínimo, que é o direito à vida. E, particularmente em relação a essa questão, nós temos que destacar a preocupação que os segmentos de juventude, em particular o segmento de juventude negra, tem em relação aos jovens que estão hoje dentro dos presídios brasileiros e que são, como já disse a Manuela, os principais ocupantes desses presídios.

Então, a juventude em situação de privação de liberdade precisa de uma atenção, vamos dizer assim, de uma melhor atenção no sentido de que o lastro do conservadorismo que hoje existe na sociedade e que tem se movimentado cada vez mais no sentido de aprovar a redução da maioridade penal contribui para que esses presídios que já estão lotados por jovens fiquem mais lotados e contribuam para que todos os jovens brasileiros tenham seus direitos negados, mais ainda.

Eu poderia me ater aqui a números, mas esses números são de conhecimento de muitos de nós jovens e são de conhecimento, inclusive, desta Casa. Mas eu quero apontar uma necessidade que é das várias instituições brasileiras, inclusive desta Casa, de, no mínimo, adequarem-se às necessidades e às demandas da juventude no seu dia a dia.

Esse momento é uma representação disso. A juventude não está apenas excluída dos processos; ela está consciente dos seus direitos, consciente das suas necessidades, e ela tem pautado isso no seu cotidiano, de várias formas e de várias maneiras, a partir, por exemplo, da organização de grupos regionais. O Conselho Nacional de Juventude é uma representação de que nós estamos querendo muito mais do que o que já está posto.

O Estatuto é extremamente importante para garantir aquilo para o que nós, de certa forma, estamos lutando há muitos anos, e não é uma década. São vários anos. E isso é para negritar a importância de se combater vários outros processos que vêm nos excluindo. Por exemplo, o acesso à educação é um processo muito importante de se pontuar. A aprovação da Lei de Cotas, que contou com o empenho de

vários segmentos da juventude brasileira, é um dado a se considerar.

Eu não vou me alongar muito, mas quero pontuar que é muito importante, é um passo decisivo para a juventude brasileira a aprovação desse Estatuto. Agradeço a oportunidade de estar aqui presente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nossos cumprimentos ao Gleidson Alves Pantoja. E, antes de passar para o próximo orador, quero fazer um registro rápido, aqui, registrando a presença conosco: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria de Políticas Públicas de Igualdade Racial (Seppir), que esteve comigo ontem, anteontem e disseram que estariam aqui hoje; representante do Fonajuve; representante do Conjuve; Secretaria Nacional de Juventude; UBES; Juventude Batista Brasileira; Juventude do Conam; representante da Unesco; Juventude Valparaíso; Juventude Mulheres do Brasil; Juventude Nação Hip Hop; Juventude Escoiteiros; Juventude União Bíblica Universitária do Brasil; Juventude da Unicafe. Peço uma salva de palmas a todas as entidades que estão presentes. (*Palmas.*)

Nós vamos passar a palavra agora para a nossa última convidada, que é a Maria Izabel da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas quero, antes, só dizer para vocês – a minha fala eu vou fazer no final – que, para mim, foi importante o que o Senador Waldemir Moka me disse, ou seja, que, no Encontro Nacional da Juventude do PMDB, o Presidente Renan Calheiros disse que é prioridade número um da Casa a aprovação do Estatuto da Juventude. (*Palmas.*) Esperamos que isso realmente aconteça. Depois, ao final, eu vou apresentar um calendário para vocês, que vai fazer com que nós todos tenhamos que correr muito, mas tenham certeza de que se eu, com mais de 60, estou correndo, vocês jovens vão correr mais do que eu. E por isso acredito na aprovação.

Então passamos a palavra a Maria Izabel da Silva, assessora da Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA MARIA IZABEL DA SILVA – Um bom dia a todas e a todos. Quero saudar o Presidente da CAS, Waldemir Moka, que se encontra ausente no momento, e também o Senador Paulo Paim. Na pessoa dos dois, eu saúdo os Parlamentares aqui presentes. Quero saudar a Ângela Guimarães e a Rebeca, Presidenta e Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Juventude, e em nome delas saúdo todos os conselheiros e conselheiras do Conjuve, e todas as entidades e representações militantes aqui presentes.

Quero saudar a companheira Severine, da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República e, em nome dela, trazer o abraço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em especial da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual estou aqui representando, e também ressaltar que represento, neste momento, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na condição de sua Presidenta. Então, a nossa fala é uma fala também da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos da Criança e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quero, na pessoa da Severine, saudar todos os gestores públicos, as gestoras públicas, em especial aqueles e aquelas que estão na ponta ou no Governo Federal executando políticas públicas para a juventude.

Estou muito feliz em participar deste momento, rever aqui nosso Senador Paim, rever aqui tantas pessoas, e comemorarmos sim o avanço que tivemos nesses últimos anos, em especial neste Governo, desde o governo Lula, quando nós tivemos a criação da Secretaria Nacional de Juventude, a criação do Conjuve, um marco histórico nessa luta de defesa e de garantia de direitos da juventude. E fico muito tranquila, Senador, porque desde essa época eu acompanhei todo o processo de discussão não só da criação da Secretaria de Juventude, da criação do Conjuve, na condição de conselheira do Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – na época. Está aqui meu companheiro da Central Única dos Trabalhadores. Eu coordenava, à época, o Coletivo Nacional de Juventude, da Central Única dos Trabalhadores, assim como coordenava a comissão contra a discriminação racial da CUT, estive ao lado do movimento negro, ao lado do Senador Paulo Paim no debate do estatuto da população negra. Portanto, estamos bastante familiarizados com o tema, e temos pronunciamentos que vamos trazer aqui, em nome da Secretaria de Direitos Humanos e em nome do Conanda, que já debatemos ao longo desses anos.

É fato que muito avançamos, mas muito precisamos avançar, e faço minhas as palavras de cada orador que aqui esteve, da necessidade de colocarmos no estatuto, de termos uma lei que garanta algumas coisas, ou muitas coisas, que não estão preconizadas em lei, assim como temos o Estatuto do Idoso, assim como temos o Estatuto da População Negra, assim como temos e estamos debatendo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, assim como temos o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Concordo em que é necessário pensarmos em como a nossa juventude pode ter acesso de fato àquilo

que lhe é de direito, que é o acesso à política pública, em especial a população negra. A população negra, como muito bem colocado pelo Gleidson, tem sido brutalmente assassinada, um verdadeiro genocídio. Vemos muito isso no programa de Proteção a Crianças e a Adolescentes Ameaçados de Morte, que coordenamos na Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É necessário que tenhamos o olhar para a nossa juventude trabalhadora, que é maioria na fila do desemprego, mas é necessário, também, que reafirmemos aqui – e quero conclamá-los, todos – a idade mínima para o ingresso no trabalho, de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Reafirmamos aqui a garantia do trabalho decente para os adolescentes trabalhadores a partir dos 16 anos. Portanto, para esses adolescentes, temos uma lista das formas que, de forma alguma, eles podem trabalhar. Tenho certeza de que contamos com vocês nessa empreitada.

E há, nesta Casa de lei, projetos para o rebaixamento da idade para o ingresso no mercado de trabalho. Sei que conto com o Senador Waldemir, sei que conto com o Senador Paulo Paim, os Senadores aqui presentes e os demais Parlamentares, para que não aprovemos esse retrocesso no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por fim, ouvi todos e tenho uma só discordância de tudo o que foi colocado aqui: reafirmamos, o Conanda, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, toda a militância da área da infância, o sistema de garantia de direitos, reafirmamos a importância do Estatuto e queremos vê-lo aprovado, sim, neste ano de 2013, quiçá neste primeiro semestre. Cerramos fileira junto com vocês, só que temos uma única discordância: a idade que está prevista no Estatuto.

Temos a definição jurídica que levantamos. Os nossos juristas, os nossos assessores jurídicos da Secretaria de Direito Humanos reafirmam, sim, uma sobreposição de legislação; reafirmam, sim, uma sobreposição do papel dos órgãos das duas Secretarias: a de Direitos Humanos, que trata da política da criança e do adolescente, portanto, até os 18 anos – crianças até 12; adolescentes, conforme o Estatuto, de 12 a 18 anos incompletos.

Reafirmamos a manutenção dessa idade mínima. Já dizíamos isso lá atrás, como Conanda, quando criamos a Secretaria. Digo criamos, porque fiz parte dessa luta, o que me deixa muito tranquila para falar. Quando criamos a Secretaria e lutamos pela criação da Secretaria da Juventude, levantamos a nossa preocupação, naquela época, com a idade lá colocada, de 15 anos. Da mesma forma, o Conjuve.

O Estatuto prevê, também, a criação dos conselhos da juventude, nos três níveis. A nosso ver, haverá uma sobreposição do papel, uma vez que temos, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, os conselhos tutelares e os conselhos dos direitos da criança e do adolescente, que legislam, que deliberam, que fiscalizam, que controlam as políticas de atenção à criança e ao adolescente. Portanto, legislamos, liberamos, controlamos, fiscalizamos, as políticas até 12 anos, para criança, e, até os 18 anos, para adolescentes.

Por fim, o debate da idade penal. É verdade que não é só a letra fria da lei, como foi dito aqui, pelo companheiro da ABGLT. É verdade que temos questões culturais, é verdade que temos desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e, em especial, da Lei do Sinase, que foi aprovada no ano passado e está em pleno andamento para sua plena implementação; mas o fato é que ainda vamos colocar uma cerejinha a mais para aqueles que querem, na contradição de duas leis, rebaixar a maioridade penal. Sei que sei que nenhum de vocês quer, assim como nós não queremos e nem o querem todos os movimento da infância no nosso País.

Portanto, por que não? Companheiros e companheiras do Conjuve, da Secretaria de Juventude; por que não? Militantes, Senadores, Parlamentares, por que não afunilarmos naquilo que nos converge, que são todos os artigos e tudo aquilo que está previsto no Estatuto da Juventude e trabalharmos com uma outra idade, resguardando e cerrando fileiras, juntos, para, de fato, implementarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Vamos juntos nessa, e tenho certeza de que precisamos tirar o bode da sala. O bode é a história da idade, da contraposição – aliás, há uma lei de 95 ou 98, que fala que uma lei não se pode sobrepor à outra, a não ser que sejam complementares. Estamos vendo, os nossos juristas apontam e a nossa militância também que teremos, que abriremos brechas, para controvérsias, para aqueles que não querem nem um, nem outro, botar tudo na lata do lixo e levar para grandes conflitos jurídicos a redução da idade penal, a redução do ingresso no mercado de trabalho, os direitos garantidos às crianças e adolescentes no seu pleno desenvolvimento como condição de pessoa em desenvolvimento.

Eu até me estendi um pouquinho e peço desculpas. É bastante tranquilo, mas, ao mesmo tempo, fui a única voz destoante. Portanto, eu peço desculpas por me alongar, mas penso que tinha esse direito, uma vez que fui a única a discordar de uma parte. Quanto ao resto, companheirada, estamos nessa, e até metade deste ano vamos aprovar o Estatuto com certeza.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero ainda... Não consegui entender, porque ela é a Presidente do Conjuve, mas não foi colocada na relação dos expositores.

Em deferência à Presidente, concedo a palavra para que você também possa fazer uso, uma vez que solicitou à Mesa Diretora. (*Palmas.*)

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES – Ex^{mo} Presidente da Comissão Waldemir Moka, Ex^{mo} Senador Paulo Paim, uma saudação especial a todos os membros da Mesa e também do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria que se encontram neste plenário. De fato, abri mão de estar aí – estarei na Mesa da próxima audiência em Porto Alegre – justamente para que pudéssemos dar oportunidade a essa multiplicidade de vozes da juventude brasileira que se encontra no Conselho.

Acho que, com esse conjunto de falas aqui, vimos o quanto esse tema é candente, pulsante em todos os movimentos e organizações juvenis brasileiras. Ele se constitui em um desafio não só para esses movimentos, mas também para o Parlamento e para o Governo brasileiro como um todo.

Vale a pena ressaltar que, quando os movimentos juvenis colocam a pauta do Estatuto da Juventude, eles não estão simplesmente advogando em causa própria. Eles reconhecem a importância do reconhecimento dos direitos da juventude e reconhecem a importância disso para o próprio desenvolvimento do Brasil. Estamos falando de nada mais, nada menos do que 50 milhões de jovens brasileiros, que, em todo o processo de luta da sociedade brasileira, tiveram um protagonismo fundamental.

Eu demarcaria aqui dois momentos que são importantes: o momento do ascenso das lutas sociais, durante a década de 60, 70 e 80, que resultou numa Constituinte garantidora de direitos. Naquele momento, o conjunto das demandas e necessidades da juventude ainda não conseguiu ser expressada, mas a demanda fundamental, a demanda por participação na vida política e social foi garantida, através de um projeto de lei de iniciativa popular, que garantiu o voto aos 16, o voto da juventude a partir dos 16 anos.

De lá para cá, até o momento em que o Estatuto foi apresentado ainda em 2004 – está para completar quase 10 anos de tramitação – esse debate avançou, ganhou espaço, ganhou centralidade na agenda política nacional, fazendo o que estamos vendo aqui hoje. Estamos sentados à mesa com o Governo, com diferentes conselhos e movimentos, com o Parlamento. Eu gostaria de ressaltar aqui, Senadores, a importância do

Parlamento na conquista dos marcos legais e de direitos que venham a se tornar política de Estado no Brasil.

Esta Casa e a Câmara Federal foram as Casas que primeiro se abriram para o conjunto de debates de iniciativas, não só o Estatuto da Juventude, mas, anteriormente, a emenda constitucional que incluiu a juventude, pela primeira vez, nesta Constituição. Isso foi em 2010 e teve como grande protagonista o nosso querido Senador Paulo Paim. Futuramente, nós já estamos aí, quentinha, no forno e na pauta, a discussão do Plano Decenal dos Direitos da Juventude.

Então, o conjunto dos marcos legais alçarão todo esse protagonismo, essa reivindicação, essa demanda da juventude brasileira a uma discussão de políticas de Estado que não vão ficar dependendo desse ou daquele governo com o qual tenha mais afinidade, mas que esteja inscrita definitivamente em nossa norma jurídica.

Então, eu chamaria a atenção, inicialmente, para isso.

Já falaram aqui sobre os pontos de divergências. Acerca disso, eu gostaria de, com muito carinho, tratar aqui – exatamente este único ponto de divergência – com muito carinho e muita tranquilidade, porque nosso Conselho tem feito diálogos cotidianos com o Conanda. Nossa perspectiva é tratar isso em outros momentos, em audiências, em seminários, para que possamos aprofundar e entender que o cenário hoje, quando delimitamos os jovens de 15 a 29 anos, é diferente, por exemplo, do cenário em que foi aprovado o ECA. E nós nos beneficiamos. É exatamente porque existe um ECA, é porque existe o Estatuto do Idoso, é porque existe o Estatuto da Igualdade Social que podemos vir a esta Casa para fazer este largo debate com a sociedade brasileira, porque outros marcos legais que são referências na garantia de direitos para segmentos populacionais já foram consolidados.

Mas, até final da década de 80, início da década de 90, existia um olhar sobre os segmentos populacionais do Brasil. E as transformações sociais, econômicas e políticas nos mostram que, acerca da turma dos 15 aos 18 anos, só um conjunto de medidas protetivas é importante, e já estão garantidas e institucionalizadas. Mas a gente precisa avançar para compreender também as demandas que os jovens têm hoje: as demandas pelo reconhecimento dos seus direitos, sua autonomia, sua antecipação. Por isso, não só o movimento da juventude brasileira, mas outros organismos internacionais e outros países já reconhecem o alargamento da faixa etária de juventude, ou seja, dos 15 aos 18, ampliando-se, na verdade, até os 29 anos, em decorrência desse processo de mudanças econômicas, políticas e sociais que o Brasil e o mun-

do vêm tendo nas últimas décadas. Então, isso tudo acaba influenciando.

Por fim, nós temos a grande expectativa, seja do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria de que, em parceria com o Parlamento e com outros conselhos de direitos, como o Conanda e outros, possamos acumular mais força no que diz respeito à garantia do reconhecimento dos direitos humanos no Brasil.

Essa também é uma pauta até recente. A gente sabe que, vez por outra, há ataques aos direitos da criança e adolescente, seja aos direitos da juventude, por manifestações racistas, no Twitter e na vida real, por manifestações de violências homofóbicas, por manifestações relacionadas à falta de garantia do direito à vida da juventude negra, que ainda é muito perseguida nos grandes centros urbanos e em todas as cidades de nosso País. Em vez de a gente centrar aqui, em qualquer possibilidade de diferença, precisamos fazer um grande bloco. Por quê? Esse reconhecimento de direitos e aprovação do Estatuto da Juventude, agora, em 2013, é essencial para o avanço da pauta dos direitos humanos no Brasil em parceria com o conjunto dos Conselhos e conjunto dos movimentos que já vêm batalhando por esse reconhecimento.

Nós, aqui do Conselho, temos a resolução, desde nossa primeira gestão, de sermos radicalmente contrários à redução da idade penal. Estamos nos engajando e convocamos aqui toda sociedade brasileira para grandes atos descentralizados em todo Brasil para, no próximo dia 06 de abril, dizer que não concordamos com 20 projetos de lei que tramitam aqui no Senado e que acham que a resolução dos problemas do Brasil está em encarcerar massivamente a juventude.

Nós já temos o dado de que 70% dos que estão nas prisões brasileiras são jovens de 18 a 29 anos. Nós queremos reverter essa lógica. Em vez da lógica da exclusão social e econômica, queremos a lógica da garantia de direitos. Em vez da lógica de colocar sobre a juventude o peso das condições sociais econômicas a que ela está submetida, queremos a lógica do reconhecimento de suas especificidades, a lógica do reconhecimento de suas identidades, a lógica do reconhecimento do papel dessa juventude para o aprofundamento da democracia e para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Então, nós dizemos “não” a essas perspectivas e dizemos “sim” à vida da juventude brasileira, dizemos “sim” a um grande pacto social em torno da aprovação do estatuto e dizemos “sim” ao reconhecimento dos direitos da juventude brasileira.

Muito obrigada. Que esta audiência sirva para impulsionar a concepção, a visão e o voto de cada um dos Senadores e Senadoras desta Casa e que

este grande movimento se espraie pelo conjunto da sociedade brasileira e consigamos, de fato, fortalecer a pauta dos direitos humanos no Brasil.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Aproveito rapidamente para fazer a entrega formal do conjunto das contribuições do Conselho, de uma carta que endereçamos ao Senado e também das contribuições, ponto a ponto, para serem assimilados pela relatoria da Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Peço que você entregue tudo ao Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que entregue aos dois. O Presidente vai me ajudar muito, tenho certeza. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Quero agradecer a Ângela Guimarães, que é a presidenta do Conjuve e agradecer também a Maria Izabel da Silva, que falou anteriormente representando aqui a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Apenas e tão somente para agilizarmos nossos trabalhos, consulto o Senador Sodré Santoro se deseja questionar algum dos expositores ou mesmo alguma fala relativa ao Estatuto da Juventude.

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Na verdade, eu até estava perguntando aqui para a Severine algo. É que não ficou muito claro para mim que a idade até 29 anos é um consenso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Até 29 é. Ah, falou-se muito da idade e eu fiquei em dúvida...

A SR^a SEVERINE MACEDO – Não é de 15 a 18. De 18 a 29 é consenso conosco, que foi a única voz...

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – É que eu fico imaginando o seguinte. A idade média do estudante quando sai de uma faculdade gira entre 24 e 25 anos. Eu acho que, a partir dessa saída da escola, a juventude já passaria a ser considerada adulta. Não sei, essa é a minha opinião, mas, se há um consenso, eu guardo a minha opinião para mim. *(Palmas.)*

Na verdade, eu acho que, a partir dos 24... Temos aqui o nosso representante da OAB: ele se formou advogado aos 24 anos e está preso ao Estatuto da Juventude. Acho que, a partir disso, ele já se transformaria em adulto.

Até cito uns direitos aí que vi, como o direito à meia entrada em espetáculos, com 50% de desconto. Eu acho que se está ampliando um pouco... O empresário daqui a pouco fica desestimulado a montar o espetáculo porque 50 milhões de jovens... A coisa começa a ficar um pouco mais cara. Não sei, essa é a

minha opinião, eu acho que até os 24 ou 25 anos seria o número ideal. Agora, se isso já está sacramentado, fica só como a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu quero agradecer ao Senador Sodré Santoro.

Quanto a esse debate da questão da idade, eu vejo o seguinte: vai acontecer que, durante a votação, vai ser oferecida uma emenda, aqui é comum isso. Se a Maria Izabel ou quem ela representa não se convencer disso... Porque o argumento é forte também: há, sem dúvida nenhuma, em tese, uma sobreposição dos 15 até os 18 anos. Isso tudo precisa ser debatido.

Não havendo consenso, jovens, só há um jeito aqui, e é por isso que existe o Congresso Nacional. A sociedade tem conflitos mesmo e, quando não se chega a um consenso quanto a esses conflitos, só há um jeito de resolver: votando. Aí vai acontecer, em algum momento, esta votação aqui: se vai ser de 18 a 29 ou de 15 a 29 – poderá até mesmo aparecer alguém que argumente que até 29 é um limite muito amplo e crie outro, talvez estabelecendo 24 ou 25 anos.

Quero chamar a atenção de vocês que estão aqui para o seguinte. Eu faço parte de uma geração que, diferentemente de vocês... Em 1969 eu era da União Campo-Grandense de Estudantes. Vocês imaginem o que representou isso – lembrem que vivíamos o auge da repressão militar. Faço parte de uma geração que lutou para que tivéssemos democracia – e se há uma coisa pela qual vou lutar até a minha morte é para que tenhamos essa democracia. Isto é fundamental: a garantia de que possamos debater. E quando não houver consenso, nós vamos – evidentemente que isso será feito democraticamente – decidir isso no voto. Eu já participei disto: diretório acadêmico. Eu sou médico, presidi o diretório acadêmico da minha faculdade, também no auge da repressão, e me lembro de ter montado um jornalzinho biológico. Na primeira parte do nosso jornal, aparecia um jovem vendado e amordaçado. É claro que eu fui pego e levado para conversar com um pessoal que achava que eu já estava subvertendo a ordem naquela época. Essas coisas representam uma geração, e hoje nós estamos aqui, democraticamente, fazendo avançar esse direito.

Vocês imaginem uma geração que não tinha o direito de falar, de se reunir, de escolher quem seria o seu Presidente da República ou o seu Governador. Imaginem isso. Então, eu acho que avançamos muito, mas isso não significa que não tenhamos de lutar para avançar cada vez mais. Por isso é que eu os saúdo.

Eu acho que só há, pelo menos aqui nesta reunião plenária, um ponto de discordância. Eu quero reconhecer que vocês avançaram muito, impressiona a unidade de vocês, e todos sabem que, quanto maior

a unidade, mais agilidade nós teremos aqui na aprovação do Estatuto da Juventude. *(Palmas.)*

Eu acompanhei a convenção do meu partido agora há pouco. A juventude do PMDB esteve com o Senador Renan e eles foram duros nisso. O Presidente Renan se comprometeu com a juventude quanto ao seguinte: a aprovação do Estatuto da Juventude aqui vai ter prioridade – arrancaram do Senador Presidente esse compromisso, e isso é fundamental.

Quer dizer, o que nós temos que fazer? Aprovar na CAS, aprovar na Comissão de Educação, aprovar na de Meio Ambiente e, aí, vocês vão para a última comissão, que é a de Direitos Humanos, onde é terminativo. Eu já disse para vocês: ser terminativo significa que, aprovado nessa última comissão, vai à sanção. Eu acho que vocês têm condição, sim, de fazer com que isso vá à sanção ainda no primeiro semestre; vai depender da agilidade que possamos ter nas comissões.

De minha parte, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, quero dizer, depois de ouvir o Relator – vamos ver se ele acha que isso se encerra aqui com esta audiência pública –, que já poderemos pautar para que votemos na Comissão de Assuntos Sociais esse relatório. Tenho certeza de que o Paim, depois desta audiência pública, vai delimitar aquilo que não é consenso e vai, certamente, colocar em seu relatório. Claro que essa é uma prerrogativa do Senador Paulo Paim, que apresentará o seu relatório à Comissão de Assuntos Sociais, que o debaterá e sobre ele deliberará. Se não tivermos consenso, vamos ao voto dos Srs. Senadores e Senadoras.

Ouçó agora o relator, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Waldemir Moka, que preside esta sessão, nossos convidados presentes na Mesa e no plenário, eu havia lido aqui o apoio dado ao projeto por de cerca de vinte entidades.

Antes de falar, quero aqui ainda registrar que há representantes da juventude africana, dos terreiros indígenas, que também apoiam o debate aqui no plenário. Assim também apoiam os representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Jovens da Contag, do Ponto de Cultura Rural, da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, Instituto de Estudo da Religião, Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Educacionais, União Nacional dos Estudantes, representantes aqui do Ministério da Educação, DPJur, Cead, Juventude e Escola da Gente – Comunicação e Inclusão, Juventude Indígena, Juventude das CNAB, a Unesco, OAB, Centrais Sindicais, Cobap, Fórum das Confederações, CNTE, o conjunto das confederações apoiam o Estatuto, vejo que a Cobap, que é Confederação Brasileira de Apo-

sentados e Pensionistas, tem clareza da importância do Estatuto.

Além disso, recebi, aqui, por *e-mail*, no meu celular, o Fórum das Confederações que reúne 17 confederações e quatro centrais. Aqui a CUT falou, tenho certeza, em nome de todas as centrais sindicais, e tenho certeza de que não há uma central que esteja contra o Estatuto.

Deixe-me fazer uma fala rápida porque nós vamos dar oportunidade ainda para que o Plenário fale.

Eu até tinha elencado aqui meia dúzia de pontos que eu entendia que poderiam ser polêmicos e poderiam suscitar o debate, mas percebo que a única questão que ficou para o debate é a questão da idade. Essa é a única coisa polêmica, segundo o que percebo, entre todos os participantes.

Eu faria um apelo muito grande ainda: que a Secretaria de Direitos Humanos, aqui representada pela Maria Izabel, tentasse um diálogo, porque, na última reunião, acatei a proposta, e está no meu relatório. A não ser que haja um grande entendimento, eu mantereirei o que acatei na última reunião, no meu relatório, e vocês todos são testemunhas porque foi unânime naquela questão.

Mas a Dr^a Maria Izabel me procurou disse: não, não é tão consenso assim, Paim, temos problema. E eu mesmo a convidei para que estivesse aqui hoje e colocasse o seu ponto de vista.

Veja, pessoal, estou aqui nesta Casa, entre Câmara e Senado, há 26 anos. Acho que sou um dos poucos parlamentares que, desde a Constituinte, entrou e não saiu mais. E não é pelo fato de ser eu o único reeleito; é que uns viraram presidente da república, outros viraram governadores, outros viraram secretário de estado, outros tiveram outra opção. Nesse período, eu aprendi o seguinte, um projeto como este, um projeto que eu diria que é quase uma emenda popular, construído por vocês – não fui eu que o construí, não foi a Manuela que o construí, não foi o Rodolfo Rodrigues; nós somos instrumentos da demanda popular – que vocês colocaram, foi para a Câmara, veio para cá, passou pela CCJ e agora caiu na minha mão.

O plenário do Senado, ao natural, faz grandes debates, e, quando um tema chega lá, com um movimento social, que aqui vocês representam, da juventude brasileira, com certa divisão, eu diria que não é bom, diria que não é bom. Se nós chegarmos ao plenário dizendo que este projeto é unanimidade com as Secretarias de todos os governos, com toda a juventude brasileira, é uma realidade para aprovar e outra para protelar.

Eu, por exemplo, sou daqueles – claro, nós vamos discutir –, que sabe o que é passar por todas as

comissões. E, na Casa, há um entendimento, assim como foi com o Estatuto da Igualdade Racial. Sou obrigado a dizer, Senador Antônio Carlos Magalhães, já falecido, e eu não nego as minhas políticas e nem os diálogos que faço quando quero aprovar um projeto. Na Comissão, na CCJ, ele aprovou o requerimento de urgência, ele foi direto para o plenário, o Estatuto da Igualdade Racial se tornou realidade, hoje é lei.

Só dei como exemplo. Nós podemos dialogar com as comissões, para termos o requerimento de urgência aprovado pelos líderes. Eu tenho um pouco de preocupação, embora o Presidente tenha feito o correto, ou seja, anunciou todas as comissões pelas quais ele teria ainda que passar. Nós podemos construir um grande entendimento para aprovar, eu diria, quem sabe ainda antes do dia 1º de maio, aqui no Senado, para que ele vá para a Câmara. Vocês podem ter certeza de que lá, com as mudanças aqui, que são inúmeras mudanças, fruto muito mais da força de vocês, vai haver outro debate lá, e nós queremos aprovar o Estatuto com certeza em 2013.

Então eu faria um apelo muito grande, para que façamos esse entendimento na redação final, garantindo a aprovação. E digo: nem sempre a gente aprova tudo o que a gente quer.

Quando apresentei a política de salário mínimo era o reajuste pela inflação e o dobro do PIB. Depois negociamos, e, com a mediação das centrais e do Presidente, aprovamos a inflação e o PIB. Está todo mundo hoje dizendo que resolvemos a questão e que poderemos ter um salário mínimo chegando a mil dólares até 2023 como era o projeto original.

O Estatuto da Igualdade Racial foi a mesma coisa. A política de cotas não entrou lá. É bom lembrar isso. Eu tive que retirar a política de cotas porque, senão, ele seria derrubado. Tiramos de lá a política de cotas, trabalhamos com um projeto paralelo, e o resultado hoje é que a política de cotas é uma realidade, graças à articulação e à pressão do movimento social.

Poderíamos falar aqui de tantos outros. O próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência está agora em detalhes para aprovação final com a articulação feita com todos os setores da sociedade. Então, o momento é este.

Eu proporia a vocês – claro, depende do Presidente porque a posição do Presidente é fundamental – um calendário. Eu estou preocupado, sei que há setores que gostariam que esse estatuto ficasse para 2014 ou até para 2018. Nós não queremos isso. Eu proporia, de forma objetiva, que, no dia 20, a gente faça uma reunião de trabalho em meu gabinete. Claro que não pode ser em uma plenária. Haveria, assim, dois representantes do Conselho Nacional de Juventude, dois da Secretaria

Nacional de Juventude, alguém ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Isso também é importante porque temos um tema.

Eu proporia dia 20 uma reunião de trabalho. Dia 21, eu estou propondo trabalhar. Para mim, não há problema passar dez, doze horas trabalhando. Dia 21, à tarde, estaríamos com a versão final do relatório; dia 22, eu encaminharia ao meu querido Presidente Waldemir Moka e proporia a votação. Mas, antes de eu propor a votação, peço uma salva de palmas para a Manuela D'Ávila. Sabemos da relatoria da nossa Deputada. *(Palmas.)*

Eu proporia a votação, portanto – sei que há um tempo regimental – aqui, na Comissão, no dia 27, que é uma quarta-feira. Eu, na sexta, entrego. Teríamos ainda cinco dias e pediríamos ao Presidente para colocar na pauta dia 27.

Agora, com a palavra o Presidente. O resto a gente faz. É possível, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Colocar na pauta é possível.

Eu só queria lembrar a V. Ex^a que dia 27 é a quinta-feira que precede a Sexta-Feira Santa e algumas pessoas consideram a quinta-feira, a partir de meio-dia, já...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dia 27 é que dia?

E quarta?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dia 27 não é quarta-feira?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quarta-feira.

Como a votação é simbólica, não é nominal...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na quarta-feira não vejo dificuldade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

Com essa atenção do Presidente, abro mão da minha fala. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de conceder a palavra – tenho certeza de que é uma loucura a nossa agenda – à Deputada Manuela, até por uma questão de justiça para que pudesse falar agora.

Estamos já nos estertores finais, usando uma palavra do meu vocabulário de clínica médica. *(Risos.)*

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – Obrigada, Presidente.

Na realidade, como eu estava em reunião com a Ministra Ideli, já que agora sou Líder do meu par-

tido na Câmara dos Deputados, cumprimento V. Ex^a, cumprimento todas as lideranças jovens que se fazem presentes nesta reunião aqui, na Comissão. Cumprimento o meu querido Senador e amigo Paulo Paim. Apenas agradeço a esta Comissão por relatar, de maneira tão breve, uma vez que cheguei no momento em que marcam a votação do relatório do Senador Paim sobre o Estatuto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Você vai ter que estar aqui no dia 27.

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – Estarei aqui no dia 27...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – ...porque essa matéria, Senador Moka, o Estatuto da Juventude, para nós é muito importante, porque nós não nos satisfazemos apenas com governos que nos garantem direitos.

Mais do que a garantia de direitos a partir de governos, como temos direitos garantidos com os dois governos do Presidente Lula e com o governo da Presidente Dilma, nós queremos direitos na lei, porque sabemos que os governos passam, mas os direitos devem estar escritos na legislação brasileira.

O Estatuto da Juventude será a legislação mais avançada do mundo no que diz respeito à sistematização de direitos para a juventude brasileira. O Senador Paim teve a honra de sistematizar esses direitos para os idosos, teve a honra de sistematizar direitos para um sem número de categorias profissionais, teve a honra também de sistematizar para os negros deste País, e eu tive a honra de formular e sistematizar sendo a relatora, mas uma relatora quase autora, porque nós não tínhamos um projeto muito bem formulado, uma relatora quase autora, com outros inúmeros Deputados, de fazer esse trabalho na Câmara dos Deputados.

Então, terminou a minha juventude, porque não sou mais formalmente jovem, e ficarei muito feliz de ver esse projeto aprovado no Senado.

Faço meu agradecimento e digo que, apesar de ser da base do governo da Presidente Dilma, ou com muito orgulho sendo da base desse governo, ficarei muito feliz de ver o Senado aprovando, tendo a certeza de que mais do que governos, nós teremos, na lei, os direitos para os jovens. Independente dos governos, os nossos jovens terão esses direitos para sempre assegurados pelo nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a Deputada Manuela D'Ávila.

O Senador Paulo Paim deixa já uma proposta: dia 20, uma reunião de trabalho; dia 21, se ele estiver com o relatório pronto, colocaríamos já na pauta, e eu peço...

Dia 27 é a pauta. Dia 20 é a reunião de trabalho. É isso? Mas isso você acorda com eles.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, isso eu acerto com eles. Já está acordado com eles.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E dia 27, em princípio, está marcada aqui a votação do nosso relatório. Convocar a reunião para isso.

Paim, eu sei que os jovens todos, ainda certamente alguns queriam falar, eu só acho o seguinte: da minha parte, vou passar a Presidência a V. Ex^a. Aqui é complicado, porque eu faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos e devo ir devo lá.

Passo a Presidência para o Senador Paulo Paim achando, da minha parte, que o encaminhamento é perfeito. E acho que nós temos a questão da idade. Se não houver consenso, eu torço para que haja, mas não havendo, só tem um jeito: nós vamos ao voto aqui. Não tem outro jeito. Está certo?

Passo a Presidência desta audiência pública para o Senador Paulo Paim. Lembro que a Secretária Severine gostaria de ainda fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Presidente, com sua presença ainda, se me permitir, vou adotar um critério, senão todos teriam que falar.

Eu vou dar três minutos, como é de praxe, para todos aqueles que usaram a palavra, para suas considerações finais, e aí encerramos nossa audiência pública. Ok?

Nossos convidados terão três minutos para suas considerações finais. Começamos com a Severine Carmem Macedo.

A SR^a SEVERINE MACEDO – Agradeço, Senador, ao senhor, ao Presidente, a todas as nossas organizações, ao conselho aqui presente, a Bel, por trazer essa discussão. Publicamente, já vimos fazendo um esforço, há um bom tempo, de diálogo entre a Secretaria Nacional de Juventude, a SDH, o Conanda e o Conjuve. Nós tivemos vários momentos de tentativa de encontrar um meio termo

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria bom que também vocês falassem do calendário proposto, se concordam, e suas considerações finais.

A SR^a SEVERINE MACEDO – Em relação à idade, Senador, para ir mais rápido, o nosso entendimento é o seguinte. Primeiro, é um consenso na SNJ, no Conselho, nas organizações juvenis, que nós não queremos retroceder uma vírgula em relação ao já conquistado, conquista histórica, mais de 20 anos do ECA. Então, não à redução da maioria penal, não

à mudança da legislação em relação à entrada no mercado de trabalho. Isso tudo é consenso.

O nosso entendimento é de que o Estatuto da Juventude é complementar e extensivo ao ECA na medida em que pauta os direitos da juventude do ponto de vista da autonomia e da emancipação, e não somente da proteção integral. Essa é fundamental; mas estamos dialogando com jovens que estão já entrando cada vez mais precocemente, tendo acesso a um conjunto de alternativas na vida que não são só as políticas públicas que promovam o seu desenvolvimento de maneira saudável.

Então, acreditamos que ele é extensivo e complementar, e que não há sobreposição, no nosso entendimento, porque a gente já coexiste e convive, e funciona muito bem a relação entre as secretarias de juventude e direitos humanos. Somos parceiros inclusive dentro do Plano Juventude Viva, de prevenção à violência contra a juventude; somos parceiros dos Municípios; os conselhos de juventude com os conselhos de crianças e adolescentes se complementam e convivem. Então, no nosso entendimento, pelo menos da nossa parte, não há sobreposição. Entendemos que temos que construir parcerias e sanar as lacunas que ainda existem na política pública tanto em relação à criança e ao adolescente quanto em relação à juventude.

Assim, vemos a necessidade de encontrar esse meio termo para que possamos dirimir isso que, no nosso entendimento, é muito mais construir um entendimento comum do que demarcar as pautas. A gente não quer só demarcar os direitos da juventude em disputa com a pauta da criança e adolescente e vice-versa, porque ambas são importantes.

Quanto ao calendário, Senador, total concordância. Nosso interesse é de que seja apreciado o quanto antes porque, voltando agora para a Câmara dos Deputados, haverá mais um processo de discussão lá. E sabemos que 2014 é um ano eleitoral, e ninguém mais vai conseguir pautar. É fundamental entrarmos, como bem falou a Deputada Manuela, 2015 com uma agenda de juventude, com uma política de Estado e não só com uma sensibilidade e uma aposta dos nossos governos.

Em relação aos outros pontos polêmicos, registro o esforço coletivo e saúdo muito o Conselho Nacional de Juventude e as organizações que compõem o Conselho pela capacidade de pactuação que construímos conjuntamente entre vários ministérios ou com o JUV/SNJ sobre a questão da meia entrada e da meia passagem. Há uma pequena questão em relação à meia entrada, que não é um problema hoje. Não é uma grande divergência e, por isso, achamos que é possível de ser sanada. E o nosso espírito é esse. Ainda há algu-

mas questões bem pontuais a serem resolvidas, mas o consenso é amplo em torno da aprovação.

Então, obrigada, parabéns ao senhor, Presidente, e seguimos na luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Severine Macedo. Vamos de imediato à Rebeca Ribas, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude.

Eu faço um apelo para três minutos para cada um para a gente poder ir para os finalmente.

A SRª REBECA RIBAS – Bom, vamos dialogar um pouquinho com a Maria Izabel em relação à questão da idade. A gente já vinha, como Ângela já colocou anteriormente, em diálogo com o Conanda e com a própria Secretaria. No caso do Conanda, houve mudança de gestão, então acho que a gente precisa retomar. Precisamos retomar, após essas mudanças, um pouco esse contato. Acho que é um pequeno ajuste que precisamos fazer. Estamos à disposição para sentarmos juntos à mesa. É como o Senador Paim falou: é sentar para uma reunião de trabalho. E acho que até seria bacana que a assessoria jurídica que trouxe o subsídio para vocês também analisarem o Estatuto da Juventude pudesse estar conosco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estão convidados, estão convidados inclusive para a reunião.

A SRª REBECA RIBAS – ... para, ponto a ponto, analisarmos quais são as questões que podem gerar duplicidade, enfim, o que pode causar conflito. E a gente está à disposição para conversar sobre cada uma delas. Acho que é uma reunião de trabalho para irmos ajustando.

Sobre as datas nós já estávamos conversando na mesa sobre isso, temos total concordância. De fato, vamos ter que engatar a quinta, mas é nessa disposição que a gente está vindo sempre não só hoje para a audiência. Vamos estar juntos novamente na audiência em Porto Alegre.

Então é isso aí, vamos trabalhar e vamos colocar esse estatuto para ser votado este ano e ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Rebeca Ribas.

De imediato, Alessandro Melchior.

Está presente? Não?

Então passo para a Manuela Braga. Estou indo direto aqui, não estou nem mais repetindo a cada entidade.

A SRª MANUELA BRAGA – Vou ser bem breve, Senador Paim. Cumprimento a Deputada Manuela D'Ávila, que continua sendo jovem. Apesar de não o ser mais formalmente, traz a bandeira e os sonhos da juventude.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é de Manuela para Manuela, tudo em casa. Vai lá, Manuela.

A SRª MANUELA BRAGA – Continua jovem, Deputada, continua jovem.

Queria falar aqui, Senador – por causa do tempo, não consegui falar em um primeiro momento – que temos de ter um olhar especial para a juventude do campo. Falei aqui, em minha primeira fala, que a juventude, apesar de ter avançado em políticas públicas, ainda encontra dificuldades no acesso às PPJs. Se a gente tem isso na cidade, a gente encontra de forma muito mais agravada no campo. É preciso citar aqui que mais de cem escolas foram fechadas no último período, no campo. Essa juventude não consegue ter um acesso mínimo...

(Intervenção fora do microfone)

A SRª MANUELA BRAGA – Foram mais de 13 mil nos últimos cinco anos, a companhia da Contag ressalta.

É preciso também entender e problematizar como esses direitos chegam à juventude do campo. Falo do direito não só à educação, mas do direito à cultura, do direito ao combate à violência, do direito ao esporte, do direito à qualificação profissional, do direito ao laser, que também é muito precário no campo.

Trago aqui a questão da maioridade penal. Acho que a gente tem de encontrar uma forma. A solução talvez esteja no bojo das discussões do trabalho sobre o Estatuto da Juventude. O Estatuto da Juventude tem de reafirmar que a gente não vai aceitar retroceder nos direitos da juventude e ter uma maioridade penal menor do que 18 anos. Isso significaria o Estado fechar os olhos para a condição em que a juventude vive. Quero dizer ainda mais, Senador. Não é só fechar os olhos, mas dizer que a juventude é culpada pela condição em que vive. Então, o Estatuto da Juventude deve reafirmar essa idade. Peço aqui a contribuição da OAB para a gente conseguir chegar a esse consenso. Acho que a OAB é fundamental para resolver esse dissenso na questão da idade que o Estatuto da juventude vai abranger.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Trinta segundos.

A SRª MANUELA BRAGA – Seria no intuito, Senador, de o Estatuto da juventude ser objeto da extensão de direitos e não de limitação de direitos. Acho que a gente consegue, trabalhando de forma unitária e plural, chegar a esse consenso.

Por último, queria deixar aqui a União Brasileira de Estudantes Secundaristas à disposição para con-

tribuir com essa grande vitória que a gente vislumbra para a juventude brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Manuela Braga.

Chamo Bruno Reis de Figueiredo, representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. BRUNO REIS DE FIGUEIREDO – Primeiramente, parabênizo os dois líderes gaúchos. A Deputada Manuela D'Ávila, em 2004, teve a honra de trazer um projeto de lei para a Câmara Federal. Eu a parabênizo, também, por toda a luta pela juventude. Por outro lado, parabênizo o nosso Senador Paulo Paim, que se mostrou de uma vontade política enorme. Quer dizer, pelo que estamos percebendo, este semestre, ainda, realmente, concretizaremos esse grande sonho que é o Estatuto da Juventude.

Por fim, ressalto e ratifico as palavras da Secretaria Severine no que tange ao complemento do Estatuto da Juventude ao ECA. Acredito que talvez seja interessante, se vocês entenderem necessário, um parecer da OAB nesse sentido para podermos analisar técnica e juridicamente todos os pontos. Mas, em um primeiro momento, o que temos de vislumbrar, realmente, é um complemento nos direitos já conquistados e nunca, realmente, a exclusão.

Contem conosco para o que precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Poderíamos convidar a OAB, acho, para essa reunião de trabalho também, já que essa questão está pegando. Se a OAB puder estar conosco.

Quero registrar a presença do Deputado, que chegou primeiro, Glauber, Deputado Federal pelo PSB. Veio aqui para dar todo o apoio para o Estatuto. Sobre a Senadora Vanessa Grazziotin, não preciso dizer nada, só preciso dizer que ela é nossa. Uma salva de palmas para ela.

Vamos passar agora para o Gleidson Alves Pantoja.

O SR. GLEIDSON ALVES PANTOJA – Quero parabenizar esta Casa pelo esforço que tem empreendido no sentido de aprovar o Estatuto. Quero parabenizar, obviamente, as organizações, que estão também muito empenhadas nesse sentido, o Conselho Nacional de Juventude.

Quero dizer que o que a gente tem apresentado aqui, Senador, demonstra o consenso e o quanto a gente precisa que esse Estatuto seja aprovado. Quero também dizer que, como na maioria das falas, nós estamos abertos ao diálogo, porque achamos que é muito mais importante garantir todos os direitos da juventude, inclusive, os que já estão colocados legalmente, como é o caso do ECA, mas também avançar no sentido de garantir outros direitos, que não são ex-

cludentes, mas que são necessários para que a nossa juventude possa gozar, de forma plena, da sua vida, da sua juventude e contribuir assim para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Gledson.

Passamos de imediato ao Alfredo Santana Santos Júnior.

O SR. ALFREDO SANTANA SANTOS JÚNIOR – Mais uma vez, bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fui Secretário-Geral da CUT na sua Fundação.

O SR. ALFREDO SANTANA SANTOS JÚNIOR – Eu sei disso. Tivemos agora a comemoração dos 30 anos, e estava lá na lista da primeira Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Era uma quarta. Daí eu fiz o discurso aqui em homenagem aos 30 anos, mas não pude estar lá.

O SR. ALFREDO SANTANA SANTOS JÚNIOR – Estávamos lá. O Presidente Lula esteve presente naquela homenagem dos 30 anos.

Então, gente, primeiro, mais uma vez, quero agradecer aos Parlamentares presentes, independentemente de serem ou não ser jovens, mas militantes da causa jovem, que estão aqui dando apoio ao Estatuto.

É importante – a Manuela lembrou, e eu estava conversando com os companheiros da Contag aqui presentes – ressaltar a condição do jovem do campo. Hoje, sabemos da pluralidade de enfoques da juventude. A juventude é extremamente diversa. É preciso pensar a condição do jovem no campo de forma diferenciada, pensar a educação do campo contextualizada com a sua realidade. E é preciso pensar também a sucessão e a condição de sucessão e permanência desse jovem no campo.

Acho que disso temos tratado no Conjuve e, com certeza, isso vai refletir no relatório do Senador como parte do consenso para que esse Estatuto seja aprovado o quanto antes.

Fico feliz, inclusive, com a suposta divergência, porque me parece que não é uma divergência de conteúdo. É muito mais uma divergência de forma e um receio de sobreposição de normas. É um receio justo por conta de uma condição jurídica, mas não é um receio de conteúdo do Estatuto. É uma divergência que facilmente poderá ser dirimida, a partir do momento em que os corpos técnicos jurídicos de ambas as partes possam conversar e construir uma alternativa para isso.

Nós, de um lado, temos a compreensão de que é possível, sim, uma interpretação complementar, e não de sobreposição das normas. Mas creio que com aaju-

da da OAB, com a participação do jurídico e também da Comissão de Direitos Humanos, isso será permitido.

E, por fim, para terminar, eu gostaria de dizer que vamos, sim, engatar a quinta, para cumprir esse calendário. E ousar falar aqui, em nome de todos os movimentos sociais que compõem as jornadas de lutas da juventude, que nós vamos ocupar Brasília no dia 27 e vamos fazer um grande ato para coroar a aprovação do Estatuto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– É essa mobilização que faz as coisas acontecerem. Eu nem sabia que vocês estavam com essa posição. Mas é bom saber.

Vamos lá.

Chamo David Barros Araújo *(Pausa.)* Não está aí? Então, vamos para a Sr^a Maria Izabel da Silva, que aqui representa a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SR^a MARIA IZABEL DA SILVA – Então, eu quero já iniciar, dizendo que concordamos com o calendário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Dr^a Maria, permita-me apenas um minuto. É que me perguntaram aqui, e é bom aproveitar antes de irmos para o encerramento: no dia 27, quero perguntar para a assessoria em que horário teremos a Comissão? *(Pausa.)* Começa às 9h da manhã. A reunião da Comissão começará às 9h da manhã, no dia 27.

Quero só lembrar que, no dia 20, em meu Gabinete...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É quarta. O dia de deliberação é na quarta aqui.

Então, no dia 27, uma quarta-feira, às 9h da manhã, iniciaremos aqui a discussão e a votação.

Lembrando que, no dia 20, em meu gabinete, no 22º andar – nas “torres gêmeas, aquelas que não foram explodidas” –, à tarde, a partir das 14h teremos a primeira reunião para fechar a redação final.

No dia 21, à tarde, voltaríamos porque sempre alguém diz: “olha, teremos de consultar alguém e teremos de levar...” Estaremos à disposição de novo com horário para começar, sem hora para terminar tanto no dia 20 como no dia 21.

No dia 22, eu me comprometi mandar para a Comissão. Então, na sexta-feira, pela manhã, a nossa versão final do Estatuto vai estar aqui na Comissão, para que possamos votar no dia 27.

Eu vou dar a palavra, claro, depois da nossa última painelistas, à Deputada Manuela e também ao Deputado Glauber, por favor.

A SR^a MARIA IZABEL DA SILVA – Bom, fizemos sim, é verdade, várias reuniões e várias discussões,

tanto que a nossa nota técnica inicial continha outras questões em que havia divergências. E nós afunilamos, ficando somente essa divergência única.

Então, nós, como Secretaria de Direitos Humanos – aproveitei para falar em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, porque estou na Presidência – acompanhamos todo esse debate porque já estava na assessoria da Secretaria. Então, tivemos, no último dia 20, a assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, toda a nova gestão, titulares e suplentes, e reafirmamos esse posicionamento que eu trouxe aqui. Portanto, estou respaldada pela assembleia da nova gestão. Está certo?

Quero solicitar, Senador Paim, companheiras e companheiros, que, para a próxima reunião do dia 20, para essa próxima agenda que concordamos, possamos ter não só a representação da Secretaria de Direitos Humanos, mas também uma representação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, assim como temos Secretário de Juventude e Conjuve.

Então, seria incluir o Conanda nessa reta final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só peço que seja um representante de cada setor, o.k.?

A SR^a MARIA IZABEL DA SILVA – Isso. Da mesma forma, um da Secretaria, e um do Conjuve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, isso.

A SR^a MARIA IZABEL DA SILVA – Mas também faremos, antes do dia 20, novas reuniões e conversas – não é, Severine? – com os nossos Ministros a quem estamos propondo essa agenda: Ministra Maria do Rosário, Secretário– Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para que possamos buscar um consenso antes mesmo dessa reunião do dia 20, ou alternativas de redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SR^a MARIA IZABEL DA SILVA – E, por fim, Senador Paulo Paim, solicito que V. Ex^a verifique com o jurídico da Casa a possibilidade de um parecer jurídico da Câmara dos Deputados sobre esse único ponto de divergência pública, para que possamos ter também essa orientação. Não só o jurídico do nosso lado, da Secretaria de Juventude e do Conjuve, mas também um parecer do jurídico desta Casa.

No mais, agradeço a oportunidade de estar aqui, inclusive de rever companheiras e companheiros de longas datas nessa discussão da juventude. Não sou mais jovem na idade, mas tanto quanto Manuela D’Ávila,

somos muito jovens na garra, e estamos engatando é a sexta, não é a quinta. Está bom? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Maria Izabel da Silva.

Eu vou pedir aos consultores do Senado, ao jurídico. O jurídico do Senado está acompanhando, e eu vou pedir mais do que um parecer: vou pedir uma proposta de versão na linha da construção de um entendimento, porque, depois de tantos anos aqui, eu não gostaria de chegar agora, no dia 20, dizendo: a minha posição é esta, e eu não abro mão.

Eu quero apenas me somar a essa versão de podemos construir uma redação de entendimento. Nessa peleia aqui não há vencidos e nem vencedores. Há a vitória da juventude brasileira, e eu sei que vai acontecer. *(Palmas.)*

A SR^a MARIA IZABEL DA SILVA – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, com certeza. Foi na linha da sua fala que eu quis reforçar.

Terminada a nossa audiência pública.

Mas falta alguma coisa, e nós temos dois Deputados.

Manuela, você é minha convidada, e quero ver se você estará lá, porque articulei com seu gabinete, marquei, e depois eles confirmaram. No dia 15 – e muitos aqui estarão lá – estaremos no Rio Grande do Sul, na Assembleia, a última audiência pública desta Comissão.

A Comissão vai deslocar-se para lá para ouvir a juventude, e a Manuela bem como o Randolfe são convidados. Não sei se o Randolfe vai poder, mas a Manoela não tem desculpa: é gaúcha e está intimada a estar lá. Eu sei que não precisaria dizer isso; não estaria só se não pudesse mesmo.

Então, já confirmo, para o Rio Grande e para quem está nos assistindo, a Manuela presente na nossa audiência pública, a Relatora do projeto original, grande construtora da proposta. *(Palmas.)*

Então, o dia 15 está confirmado.

Agora eu passo a palavra ao Deputado Federal Glauber, porque aqui na comissão é de praxe. Lá no Senado, não sei; mas quando chega Deputado aqui, não fala se não quiser.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Está bom, Presidente, eu vou agradecer e fazer uma saudação ao senhor, à Deputada Manuela D'Ávila, a todos os representantes da juventude organizada brasileira e me comprometo também a ser bastante objetivo.

Quero fazer um registro também do convite que recebi para que pudéssemos estar adensando a discussão do companheiro Igor, do Município de Cordeiro,

e registrar aqui também a presença do Vereador João Vidal, que é conselheiro, Vereador do PSB de Taubaté, que me perguntou, Presidente, se podia fazer também uma saudação de 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faça em nome dele. Cite-o e faça em nome dele.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Então, já está feita, atendendo à orientação. Já está feita aqui a saudação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Repita o nome dele para nós.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Vereador João Vidal, Conselheiro também do PSB...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem-vindo, João Vidal. *(Palmas.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Vereador do PSB de Taubaté.

Presidente, eu tive oportunidade de ver na Câmara dos Deputados, em 2009, quando eu ainda exercia um mandato como suplente, em 2009/2010, o trabalho da Deputada Manuela D'Ávila como Relatora.

Eu tive a oportunidade de ver o conjunto de audiências realizadas. Eu era membro também da comissão especial pelo PSB, que teve oportunidade de fazer a discussão dessa matéria. Vi o enorme esforço que a Deputada Manuela D'Ávila fez também na Câmara dos Deputados para que determinadas matérias pudessem ter aprovação daquele Plenário.

E eu venho hoje aqui para fazer uma fala rápida, simples e objetiva.

Eu não tenho dúvida de que, no Senado Federal, o interlocutor desta matéria não poderia ter sido mais bem escolhido para que essa condição de discussão possa se aprofundar e se adensar, através da sua articulação. Coloco-me à disposição do movimento organizado, daqueles que já participam da vida da juventude de uma forma organizada ou não, para que o mandato de Deputado Federal do PSB possa contribuir para que as políticas de juventude possam cada vez mais se adensar como prática cotidiana e como instrumento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Que nós deixemos de lado a representação pura e simples do eleitor que vota, e depois de quatro anos tem oportunidade de novamente participar do processo político, e que tragamos para dentro desta Casa os instrumentos de participação direta. Instrumentos de participação direta só podem ser realizados com quem tem espírito transformador, que é a juventude.

E, só para tranquilizar a Deputada Manuela, quando eu tive oportunidade, junto com ela lá na comissão, eu também era um daqueles que, tecnicamente, pelo Estatuto, era considerado ainda membro da juventude. Hoje, não mais, já com trinta anos. Mas quero dizer,

sim, que quero contribuir, como todos aqueles que têm a oportunidade, quero fazer a diferença através de políticas robustas e profundas de juventude.

Obrigado, Presidente.

Obrigado a todos os representantes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu diria a vocês que essa gurizada com 30 anos dizendo que não são os jovens. Sabem quantos eu faço agora no dia 15? Quem chuta aí?

(Intervenções fora do microfone.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Quarenta e dois.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinquentinha aqui; quarenta e dois aqui. Quem dá mais? Quem dá mais?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só de formação, a CUT tem trinta. Eu já tinha mais de trinta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço 63 aninhos e estou me sentindo muito jovem. *(Palmas.)*

Deputada Manuela com a palavra.

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – Eu queria, na realidade, fazer uma sugestão.

Como depois da minha fala surgiu aqui, no debate, o mesmo impasse que tivemos na Câmara, relacionado à caracterização etária da juventude, eu, na realidade, acharia muito injusto que diminuíssemos a caracterização e transformássemos em jovem só aquele maior de 18 anos, porque acho que, ao retirar os nossos jovens adolescentes, como nós caracterizamos no início do processo do Estatuto, a condição de eles serem jovens, nós estaríamos infantilizando os nossos adolescentes.

Quer dizer, nós estaríamos criando uma espécie de síndrome de Peter Pan, como se os nossos adolescentes não pudessem começar a amadurecer, quer dizer, como se eles tivessem que ser eternamente adolescentes, sem jovializar, como se tivessem que entrar na universidade antes. Eu, por exemplo, entrei na universidade com 16 anos recém-completos. Seria como se eu não fosse jovem com 16 anos, como se as pessoas comessem suas vidas sexuais como se tivessem 13 anos. Quer dizer, alto lá; a juventude começa cedo. A juventude não começa aos 18 anos. Então a gente também não pode...

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – Claro, claro. Por isso que a gente tem que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Só vamos deixar a Deputada com a palavra, senão inicia um outro debate. Deputada, por favor continue.

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – Não, eu não defendo a redução da maioria penal. Aliás, o meu primeiro pronunciamento na Câmara dos Deputados foi sobre isso. Se eu tivesse alguma dúvida sobre isso, eu não teria feito o meu primeiro pronunciamento sobre isso. Então, eu só estou dizendo que a gente não pode fazer a lei pelo mais simples. O mais simples é resolver, de maneira simplista. Quer dizer, cortemos e transformemos os 18 anos. Isso é o simples; simples e simplista. Então, é complexa a resolução, só que nós tivemos uma consultoria que durou meses porque foi onde surgiu o projeto. Sempre a Casa em que surge o projeto tem a consultoria mais ampla.

Eu queria sugerir a V. Ex^a que pedisse auxílio do Dr. Sérgio, que foi o consultor que nos deu a consultoria e que fez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Sérgio está convidado já.

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – Claro, para mostrar quais foram os elementos dessa redação, porque, naquela ocasião, qual foi a conclusão? Como o Estatuto da Criança e do Adolescente é um texto que versa sobre uma natureza de direitos a nossa conclusão foi que a natureza de direitos do Estatuto da Juventude não conflitua com os direitos do ECA. Quer dizer, não há conflitos nos direitos. Nós ficamos, justamente porque – vou usar uma expressão complexa – os Parlamentares que redigiram o Estatuto da Juventude são os Parlamentares amigos do ECA. Não foram os Parlamentares não defensores do ECA. Então, eu, o Deputado Glauber, a turma de Parlamentares que escreveram o Estatuto da Juventude são os Parlamentares que são amigos do ECA.

Então nós ficamos checando parágrafo por parágrafo para ver se havia algum tipo de conflito. Sabe quando a turma entra no avião e faz o *checklist* mil vezes? Nós checamos todos os artigos centenas de vezes para ver se havia alguma brecha e se algum artigo, em algum momento, poderia ferir o outro. E a consultoria foi a mesma que fez a revisão, junto com a Deputada Rita Camata, do sistema nacional, no mesmo ano. Foi a mesma equipe, tanto que a nossa briga – briga no bom sentido – era para não infantilizar o Estatuto da Juventude porque eles eram acostumados a trabalhar com legislação de criança e adolescentes, e nós não temos uma turma especializada em juventude. A turma mais próxima de juventude, na Câmara dos Deputados, em assessoria legislativa, é especializada em criança e adolescente, porque não existe turma especializada em juventude.

Nós fizemos esse *checklist*, digamos assim, centenas de vezes, e, tecnicamente, chegamos à conclusão de que os artigos... Estou aqui fazendo um papo franco para que haja uma tranquilidade. Então, assim. Do ponto de vista político, a turma que redigiu o Estatuto da Juventude é a turma amiga dos direitos da criança e do adolescente. Dá para a gente ter essa tranquilidade política e, tecnicamente, a assessoria já teve esse cuidado, porque nós tínhamos, também, essa preocupação. Mas, também, politicamente, nós temos a preocupação. Nós não queremos nem adultizar os nossos jovens adolescentes, assim como nós não queremos jovializar as nossas crianças nem sexualizar as nossas crianças, usando saltinhos ou batonzinho, etc, mas nós não queremos, também, que os nossos adolescentes jovens sejam transformados em pré-adolescentes.

Trata-se de uma fase da vida que é complexa, porque é complexo ser um jovem de 16 anos. Eu só peço que a gente não caia na solução simplista, que é retirar o jovem de 16 anos do Estatuto da Juventude, assim como é difícil defender que entre os 24 e 29 anos nós mantenhamos os jovens no Estatuto da Juventude, porque é difícil dizer que, nos países desenvolvidos, eles lutam para seus jovens continuarem jovens por mais tempo. Por quê? Porque eles postergam a entrada do jovem no mercado de trabalho? Sim. Porque eles querem que o seu jovem fique na universidade fazendo a pós-graduação e porque a classe média e os filhos dos Senadores e dos Deputados saem de casa aos 35 anos. E claro que se eu for subir o morro, com 13 anos... (Palmas.)

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – É verdade, ou não é verdade, Paim, que, se eu for à vila, vou ver que aos 13 anos as meninas são adultas. E eu sei disso. Essa é a realidade do povo brasileiro. E quando me ligam e perguntam: Deputada, por que até os 29? É óbvio que há meninas que aos 14 anos são adultas. Óbvio que há. Ou eu não conheço a realidade? Eu sou eleita por essa realidade, meu voto é o voto de classe C, D e E.

Agora, eu também sei que tenho uma das minhas irmãs que saiu de casa aos 32. E eu saí aos 17, não é? O.k. Agora, aqui dentro, se a gente for perguntar, os Senadores querem que as suas filhas casem aos 33, estudem e fiquem até os 35, se puder. Porque na França, antes da crise, ficava-se em casa até os 31 ou até os 33. Então, nós estamos trabalhando com o padrão ONU. A gente não faz a lei porque a gente tem. A gente faz a lei porque a gente quer.

E eu acho que nós temos que sonhar com uma sociedade que postergue e que trabalhe com o jovem que nós queremos ter. E nós queremos ter um jovem...

Não que todos façam pós-graduação, porque a gente pode ter um jovem que não queira sonhar com universidade, que queira sonhar em ser bailarina, enfim, que sonhe com o que quiser. Mas que possa continuar na universidade fazendo a sua graduação, a sua pós-graduação e que não queira nem casar – se acha que casar seja uma porcaria –, mas que possa querer casar, se quiser casar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Mas ter o direito de casar ou não.

A SR^a MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS) – Que tenha o direito de casar, ou não, e de fazer sua pós-graduação.

Obrigada.

Então, a minha sugestão é de contratar o Dr. Sérgio por uns dias aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Deputada Manuela.

Acho que, com a fala da Deputada Manuela, que foi a Relatora do projeto original, que está mobilizando, eu diria, todo o País, a gente encerra a nossa audiência pública de hoje. Mas lembrando o calendário, e repito, pessoal, repito: não pode ser uma assembleia. Peço que vá um ou dois representantes dia 20, no gabinete, às 14 horas. Dia 21, novamente, às 14 horas. Dia 22, encaminha-se o projeto para a Comissão, e a votação, na Comissão, no dia 27.

Eu peço a todos que façam contato com os Senadores da Comissão para que eles estejam aqui no dia 27 para a votação.

Está encerrada a audiência pública. Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

Nada mais havendo, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado!

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos, do dia treze de março de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores

Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Vital do Rego, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Sodré Santoro, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira e Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. Autoria:** Deputada Rebecca Garcia. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012. Aprovado Requerimento nº 11, de 2013-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, solicitando Urgência nos termos dos artigos 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, com as duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em Decisão Terminativa. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 2012 – Não Terminativo – Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ação regressiva previdenciária em casos de acidentes de trânsito e de violência doméstica e familiar contra a mulher. Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2012. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Sérgio Souza, em substituição ao Senador Vital do Rêgo. Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Se-

nado nº 264, de 2012. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 4 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, de 2011 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir e renumerar os incisos do art. 81, e proibir a venda de tabacos, cigarros ou produtos derivados de nicotina à criança ou ao adolescente. Autoria:** Senador Blairo Maggi. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2011 – Não Terminativo – Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 568, de 2011 – Não Terminativo – Altera os arts. 81 e 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de substância fumígena a menores de dezoito anos, e dá outras providências. Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 357 e 568, ambos de 2011, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo); e Contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 357 e 568, de 2011, que tramitam em conjunto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2012 – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade. Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2010 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados. Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010. **Resultado:** Retirado de Pau-

ta a pedido da Relatora (*ad hoc*). **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2011 – Terminativo** – Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, de 2011 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências para dispor sobre a exclusão, do salário-de-contribuição, das despesas do empregador com educação de seus empregados e dependentes. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 441, de 2011 e das Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2012 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de uso de tarja de identificação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde utilizados no âmbito dos serviços públicos de saúde. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2012 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de avaliação, acreditação e certificação da qualidade de hospitais. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, de 2013. Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012. Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Sérgio Souza, Rodrigo Rollemberg, Jayme Campos, Humberto Costa e Paulo Paim, e a Senadora Ana Amélia. Nada mais

havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a **4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais** da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu quero abrir esta reunião desejando ao meu amigo, Senador Sérgio Souza, muitos votos de felicidades. É um jovem Senador, grande representante do Estado do Paraná e que aniversaria hoje, João Durval. Esse jovem é aniversariante hoje!

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. *Fora do microfone.*) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, desejo-lhe, em nome da Comissão, dos funcionários desta Comissão, êxito e saúde. Sucesso e talento você tem de sobra!

Há expedientes sobre a mesa, que passo a ler.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens conforme pauta previamente divulgada.

Vou ler inicialmente o expediente.

Esta Presidência comunica o recebimento de aviso do Tribunal de Contas da União, que ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

O Aviso nº 154 trata do relatório de auditoria operacional para avaliação de ações no enfrentamento à violência doméstica domiciliar e familiar contra a mulher, com ênfase na implementação da Lei Maria da Penha.

Portanto, o relatório está à disposição dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

Ainda comunico:

Com meus cordiais cumprimentos, nos termos regimentais, dirijo-me a V. Ex^a para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Sodrê Santoro como membro titular da Comissão de Assuntos Sociais, em vaga anteriormente ocupada pelo nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

Do Senador Gim, que é Líder do Bloco Parlamentar União e Força. Portanto, o Senador Sodré Santoro passa a integrar oficialmente esta Comissão.

Eu queria aproveitar para fazer uma comunicação; na verdade, é uma informação, e eu pediria à nossa assessoria que registrasse isto aqui. A informação é do Ministério da Saúde, não é?, que diz o seguinte que os médicos classificados pelo Provab vão atuar em periferias de grandes cidades, Municípios do interior, com populações carentes e de regiões remotas.

Por meio da segunda edição do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), 4.392 médicos prestarão serviços em 1.407 Municípios do País. Os profissionais receberão bolsas de R\$8 mil mensais, pagas pelo Ministério da Saúde para atuar em periferias de grandes cidades, em Municípios do interior onde há dificuldade para contratação de profissionais da área. Os bolsistas irão fazer especialização em saúde da família.

A atuação dos médicos classificados pelo Provab será supervisionada por instituições de ensino superior. A atuação dos médicos nas equipes de atenção básica será supervisionada por instituições de ensino superior. Os profissionais vão cumprir 32 horas de atividades práticas e oito horas de atividades teóricas por semana. Por não terem contrato de dedicação exclusiva, poderão trabalhar em outros locais.

O Ministro Alexandre Padilha disse que o número de médicos pode aumentar, já que cerca de 500 profissionais ainda podem ser alocados, conforme o Edital nº 10, publicado na quinta-feira.

A alocação dos profissionais foi orientada pelas opções selecionadas pelo próprio médico e por critérios de preferência. Tiveram prioridade no processo os profissionais que se graduaram, obtiveram certificado de conclusão do curso ou revalidaram o diploma em instituição de ensino localizada na unidade da Federação à qual pertence o Município, bem como os nascidos no Estado. O segundo critério consistiu na data e horário da adesão, e o terceiro na idade do profissional, tendo preferência a maior.

Eu acho que essa é uma informação importante, porque um dos temas que certamente será debatido aqui, ainda neste semestre, é essa questão da interiorização dos médicos. Acho que a iniciativa, neste programa, é importante, porque você começa... É claro que não é só isso. Nós precisamos também dotar esses Municípios de estrutura para atendimento. Não basta ter o médico. É preciso ter condições de trabalho.

Então, eu ainda tenho aqui... Só enquanto esperarmos o quórum ser estabelecido para apreciarmos matérias, vou dar também algumas informações.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o Brasil tem mais de 287 mil médicos, mas menos de um terço deles está fora das Regiões Sul e Sudeste. Então, na verdade, temos uma grande concentração no Sul e no Sudeste de profissionais médicos. Municípios do interior do País enfrentam dificuldades para atrair e fixar médicos. Os dados mostram que, de cerca de 287 mil profissionais, apenas 13% estão em Municípios de até 50 mil habitantes, o que corresponde a quase 90% das cidades brasileiras. Veja como esse dado estatístico é importante, Senador Paulo Davim, V. Ex^a que é médico. Então, 90% das cidades brasileiras têm até 50 mil habitantes e, desses 90%, apenas 13% do total de médicos estão residindo nessas cidades. Esse é o nosso problema. Quer dizer, essa é a estatística que chama a atenção.

Então, só há uma forma de resolver isso: você estimular a ida desses profissionais, e estimular significa ter um salário realmente digno e condições de trabalho.

Se analisarmos a densidade de médicos a cada mil habitantes, na imensa maioria dos Municípios, a quantidade de médicos disponíveis é considerada baixa pelos critérios da Organização Mundial de Saúde, ou seja, menos de 2,5 médicos por mil habitantes. A média do Brasil é de 1,5 por cada mil habitantes, perdendo para países como Cuba, 6,4; Espanha, 4; Portugal, 3,9; Uruguai, 3,7; Alemanha, 3,6; Estados Unidos, 2,4; Canadá, 2,2; e Venezuela, 1,9.

Na Região Sudeste, a proporção é de dois médicos para cada mil habitantes. No Centro-Oeste, essa proporção cai para 1,6, na minha Região. No Nordeste, é de um médico para cada mil pessoas. E, no Norte, não chega a nenhum, é 0,8.

Em 2011, enquanto a Região Sudeste tinha 156.992 médicos, mais da metade do total de todo o País, na Região Centro-Oeste, esse número não passava de 21.826 médicos. No Norte, o total é de apenas 12.353 médicos para toda a Região.

Então, acho que essas são, sem dúvida alguma, as dificuldades.

E eu estou propondo, vou organizar, vou conversar com o Ministro Padilha e com esta Comissão, chamar o Conselho Federal de Medicina, os profissionais. Vamos fazer um debate. Entendo que a iniciativa desse Programa, o Provab, é importante, é o início para estimularmos a chamada interiorização dos médicos.

Ouçó o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os Senadores.

Na semana passada, fiz um pronunciamento nesta Casa sobre o Provab – Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica. Eu dizia, há algum tempo, que o problema do Brasil não é a quan-

tidade de médico, porque existem duas correntes no Brasil: uma, que diz que falta médico; e outra, que diz que não falta, falta uma política de interiorização. Nesta corrente, eu me coloco. E a prova disso é que, na hora em que o Governo faz um programa chamado Provab, que começou no ano passado, estamos em sua segunda edição, só neste ano foram contratados mais de 4.300 médicos em mais de 1.400 Municípios, ou seja, funciona. Na hora em que há um programa sério, o médico vai para o interior, porque nós precisamos de segurança jurídica. Não dá para o médico ir ao interior, e um mês recebe o salário, em outro, não. Se o médico não atender os caprichos do prefeito, ele é demitido. Então, essa insegurança jurídica afasta o médico do interior.

Na hora em que o médico vai, por intermédio de um programa do Ministério da Saúde, em que o seu salário é pago pelo Ministério, que são R\$8 mil, que ele tem um acompanhamento a distância, educação continuada a distância, que fica sob a supervisão da Unasus – Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, acompanhando uma universidade federal, ele se sentirá protegido e vai ao interior.

Vejam só, no segundo ano do Provab, que começou no ano passado, este ano, já foram mais de 4.300. Tenho certeza de que, no ano que vem, nós vamos praticamente dobrar esse número. É o que venho dizendo há muito tempo: precisamos de uma política de interiorização do médico, até porque hoje se fala em aumentar o número de vagas, aumentar o número de faculdades de medicina. Não precisa. O Brasil é o segundo País do mundo em escolas médicas. Nós temos 187 faculdades de medicina. Só perdemos para a Índia, que tem 250. Nós temos mais faculdades do que os Estados Unidos, do que a França, do que o Canadá, do que Japão, do que a China, que é o maior país do mundo. Nós só perdemos para a Índia. Então, se o número de faculdades de medicina desse qualidade ao serviço público, o Brasil seria o segundo melhor do mundo em termos de saúde pública. E não é.

Então, o Provab veio corroborar com o nosso pensamento, porque neste País é o seguinte: tudo que é prioridade para a Nação se transforma em carreira de Estado. É assim com a magistratura, é assim com a procuradoria, é assim com as carreiras tributárias, é assim com os delegados.

Agora, a saúde ainda não conseguiu ser prioridade, porque, na hora em que for prioridade, nós teremos carreira de Estado para a saúde. Aí vamos ter dentista, médico, enfermeiro no interior do Brasil. Como o juiz de primeira instância, segunda instância, terceira instância, a porta de entrada tem que ser pelo interior.

Então, eu acho que esse Provab é uma sinalização, Sr. Presidente. É uma sinalização de um programa de interiorização da saúde, não só do médico, porque médico sozinho não faz saúde. Não adianta o médico ter um pedaço de papel, uma caneta, que ele não vai promover saúde. Ele tem que ter uma estrutura mínima para trabalhar e uma equipe multidisciplinar. Então, na hora em que o Governo, que já está dando sinal... Eu até elogiei o Ministro da Saúde, elogiei o Ministério, porque o Provab foi um programa discutido com as entidades médicas, e aprovado. E o resultado está aí, não é? No ano que vem, eu tenho certeza, na sua terceira edição, de que nós vamos ter muito mais médicos indo para o interior.

Mas eu louvo a preocupação de V. Ex^a, desta Comissão, em debater. Quero, inclusive, anunciar a V. Ex^a e aos demais Senadores da Comissão que, no dia 2 de abril, nós estaremos promovendo juntamente com as entidades médicas nacionais, um seminário para discutir o trabalho médico no Brasil, no auditório do Senado, o Petrônio Portella, no dia 2 de abril, um seminário, o dia inteiro. Estarão presentes todas as entidades médicas nacionais. Eu estarei presente, porque foi uma solicitação minha, o Deputado Elísio também, porque nós somos ligados às entidades médicas, para discutirmos isso e levarmos para o Ministério. Da mesma forma que discutimos o Provab e o Provab deu resposta, nós queremos achar, descobrir outros instrumentos que fortaleçam a interiorização da saúde no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Parabenizo o Senador Paulo Davim pela iniciativa importante.

Vamos à pauta.

Eu vou passar para o item 4 da pauta, cujo Relator é o Senador Paulo Davim. Trata-se do PLS 357, de 2011.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir e renumerar os incisos do art. 81, e proibir a venda de tabacos, cigarros ou produtos derivados de nicotina à criança ou ao adolescente.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 568, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera os arts. 81 e 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de substância fumígena a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 357 e 568, ambos de 2011, que tramitam em conjunto.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prosseguimento da tramitação.*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, como V. Ex^a falou, esse projeto tramita apenas ao Projeto 357 e ao Projeto 568.

Portanto, eu passo direto à análise.

Os projetos em exame nesta Comissão tratam de matéria compreendida no âmbito das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com o que estabelece o art. 24, inciso XV, da Constituição Federal. A análise realizada não aponta, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Cabe à CAS o exame das matérias à luz do que estabelece art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina ser este Colegiado competente para opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho (inciso I) e à proteção e defesa da saúde (inciso II).

Analisando o PLS nº 389, de 2011, observamos que a modificação proposta com relação ao trabalho do adolescente apenas harmoniza as regras do ECA com os termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. De acordo com esse dispositivo, o trabalho é proibido aos menores de 16 anos, salvo na condição

de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade. Nesse sentido, o PLS nº 389, de 2011, é oportuno.

No que respeita à alteração do art. 81 do ECA, cabe informar que a restrição proposta quanto à venda de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, inclusive os fumígenos, já se encontra escrita no Estatuto e em outras normas. É o caso, por exemplo, da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que restringe o uso e a propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Nela é estabelecida a proibição de venda de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, a menores de 18 anos.

O Estatuto, por sua vez, também já determina ser proibida a venda a crianças ou a adolescentes de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

Quanto às alterações propostas para os arts. 121 e 122, deve-se observar que a ampliação do período máximo de internação viola o direito do adolescente à proteção especial. Essa proteção está inscrita no art. 227, §3º, inciso V, da Constituição Federal e abrange, entre outros aspectos, a obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade.

No que respeita à juridicidade, o texto do PLS nº 389, de 2011, por tratar de temas distintos, sem vínculo comum, constitui evidente afronta à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

De fato, exceto pelo público alvo, crianças e adolescentes, não há conexão entre os temas produtos fumígenos e medidas de privação da liberdade. Assim, a proposição afronta o disposto no art. 1º, do art. 7º da referida Lei Complementar, que determina excetuadas as condições, cada lei tratará de um único objetivo. Os dois outros projetos em análise neste relatório têm intenção similar no que respeita à produção de produtos fumígenos.

O PLS nº 357 de 2011 e o PLS nº 568, de 2011, ambos tratam de alterar o ECA para proibir a venda dos referidos produtos a crianças e adolescentes. Às duas proposições, portanto, aplica-se a mesma análise feita anteriormente no tocante ao tema. De fato, em decorrência da existência de lei que já prevê a proibição mencionada e em que pesem os bons argumentos apresentados pelos nobres autores, os projetos objetos desta análise estão eivados de injuridicidade, afinal não trazem inovação à legislação existente, já que trata da matéria de forma apropriada.

Da avaliação, então, pode-se concluir que, à exceção das modificações que o PLS nº 389, de 2011, pro-

move no ECA relativamente ao trabalho do adolescente com o objetivo de harmonizar o texto do Estatuto com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, as demais alterações não merecem prosperar. Voto.

Em face do exposto, votamos pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 357, de 2011 e 568, de 2011 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2011, na forma do seguinte Substitutivo. Esse Substitutivo altera a Lei nº 8.069, de 3 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente para tratar de trabalho de adolescente.

Então, o projeto que nós propomos à aprovação é esse que altera a Lei nº 8.069, no tocante ao trabalho de crianças e adolescentes. Os dois outros projetos que estavam apensados nós votamos pela rejeição porque já estão contemplados em leis anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o parecer do Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação o parecer que concluiu pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição dos PLS nºs 357 e 568, de 2011, que tramitam em conjunto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2011, na forma da Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais – é um Substitutivo –, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 357 e 568, de 2011, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento da sua tramitação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 264, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ação regressiva previdenciária em casos de acidentes de trânsito e de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2012.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O projeto é de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Em exame o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que propõe a modificação do art. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que rege o Plano de Benefícios da Previdência Social, para especificar os casos em que será cabível ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ação regressiva previdenciária.

Nos termos em que se encontra vigendo, a referida lei determina que, nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os empregadores responsáveis.

As alterações que se propõem são para acrescentar como causas ensejadoras de ação regressiva previdenciária:

1. Os acidentes de trânsito decorrentes das infrações gravíssimas, assim definidas no Código de Trânsito Brasileiro;

2. A violência doméstica e familiar contra a mulher, assim definida na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha;

Desde que de tais fatos resulte a concessão de alguma das prestações sociais previstas no art. 18 da Lei de Benefícios da Previdência Social.

Ao justificar a iniciativa, argumenta o autor que a ocorrência de atos ilícitos tem ocasionado graves consequências econômico-sociais em nosso País, notadamente quando relacionadas a acidentes do trabalho, acidentes de trânsito e atos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Acredita que, a exemplo do que já acontece relativamente ao acidente do trabalho, que acarreta ação regressiva contra os empregadores que descumprem as regras de saúde e segurança, a previsão da ação regressiva previdenciária para os casos de ilícitos gravíssimos de trânsito e de violência contra a mulher terá um forte impacto na redução dos acidentes e da violência, em razão da sua dimensão punitivo pedagógica.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto, Sr. Presidente.

Passo, então, à análise.

Nos termos do artigo 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão discutir e votar projetos de lei que versem sobre matérias que digam respeito à previdência social.

Disposições relativas à previdência social estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

Relativamente ao mérito, acreditamos, como o autor, que a aprovação do presente projeto de lei trará benefícios para a nossa sociedade, vez que representará mais um instrumento de combate à violência contra a mulher e aos ilícitos de trânsito.

A ação regressiva é o meio pelo qual aquele que suportou eventual ônus financeiro, para o qual não contribuiu com culpa ou dolo, deverá exercer o seu direito ressarcitório em face do verdadeiro causador do dano.

Nas hipóteses previstas no projeto – acidente do trabalho decorrente de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho; ilícitos gravíssimos de trânsito e violência contra a mulher –, o INSS poderá exigir dos responsáveis, em ação de regresso, o ressarcimento de valores pagos a títulos de benefícios previdenciários.

Nesses casos, bastará ao INSS a comprovação do dano, representado pelo custeio do benefício previdenciário em questão, a culpa do responsável pelo fato e o nexo causal entre a culpa e o evento causador do dano.

Assim, a ação regressiva previdenciária, visa a não só reaver o que o INSS efetivamente despende financeiramente, mas busca também, contribuir para que se reduzam não só os acidentes do trabalho, mas também os de trânsito e a violência contra a mulher, eventos que, como bem apontou o autor, têm tirado dos indivíduos senão a vida, sua capacidade produtiva, com prejuízos irrecuperáveis para toda a sociedade.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2012 do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o parecer do Senador Vital do Rêgo, que foi lido pelo Relator *ad hoc*, Senador Sérgio Souza. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2012.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2012.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que apreciasse neste momento, se for possível, o item 2 da pauta, do qual eu sou Relator. Nós estamos tendo uma audiência pública aqui ao lado, na Comissão de Desenvolvimento Regional, com o Ministro Fernando Bezerra; estava participando lá, mas vim para relatar esse projeto.

E aproveito para solicitar a retirada do item 5 da pauta, de que sou o relator. Recebi informações aqui da assessoria do Governo de que há divergências dentro do Governo e da sugestão do Senador Paulo Davim da realização de uma audiência pública sobre o tema, porque nós vamos analisar. Então, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a possibilidade de relatar o item 2 agora e a retirada do item 5 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido regimentalmente, na retirada do item 5. V. Ex^a como Relator tem essa prerrogativa regimental.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2012 – Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade.

Autoria: Deputada Sandra Rosado

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012.)

Passo, agora, ao item do qual V. Ex^a é o Relator.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2012 – Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para

instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, com as duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para proferir o relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka.

Vem para exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, de autoria da Senadora Angela Portela, que visa a instituir medidas destinadas à prevenção do uso indevido de psicofármacos em crianças e adolescentes.

Para tanto, inclui o art. 14-A na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece os requisitos a serem observados no uso de psicofármacos em crianças e adolescentes.

O primeiro inciso do *caput* do artigo determina que a necessidade do uso desses medicamentos na população infanto-juvenil deverá ser comprovada, estar em conformidade com os protocolos clínicos emanados do Ministério da Saúde. O segundo proíbe a medicalização psicofarmacológica realizada de forma indiscriminada, inadequada, desnecessária ou excessiva.

O parágrafo único do art. 14-A determina a promoção, em caráter permanente, de campanhas de esclarecimento sobre o uso de psicofármacos, direcionada para pais, educadores e alunos, de forma a prevenir a medicalização excessiva ou desnecessária.

A autora da proposição reporta à conclusão de estudos nacionais e internacionais sobre o tema, que mostra a existência de medicalização indevida de crianças e adolescentes.

A proposição foi submetida à análise desta Comissão de Assuntos Sociais e seguirá para ser apreciada, em caráter terminativo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição. Análise.

Cabe à CAS o exame de mérito da proposição, em conformidade com o disposto no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os aspectos relativos à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa serão apreciados pela comissão que detém a decisão terminativa sobre a matéria.

Concordamos com a autora da proposição quanto à necessidade de prevenir a medicalização excessiva

e desnecessária de crianças e adolescentes. Isso vale para todo tipo de medicamento, e não somente para os psicofármacos.

Como demonstram os estudos mencionados na justificção do projeto de lei, o uso de psicofármacos pelo público infanto-juvenil tem tido crescimento vertiginoso em todo o mundo e tem sido feito de forma indevida para responder às novas demandas sociais e familiares, e não propriamente por necessidade de saúde das crianças e dos adolescentes.

Essa situação é preocupante e demanda atenção especial por parte das autoridades sanitárias, de especialistas, de pais e educadores.

No entanto, devemos ponderar se a matéria deve ser regulada por meio de edição de norma legal. Um dos atributos próprios da lei especial para lhe conferir efetividade é coercitivamente. Observamos que esse atributo não está presente em alguns dispositivos que o presente projeto de lei pretende inserir no ECA. Esse é o caso dos incisos I e II do *caput* do art. 14-A proposto.

O inciso I determina que o uso de psicofármacos em crianças e adolescentes deve ter comprovada a sua necessidade, mas não determina como isso deve ser feito, a quem competirá a atribuição de comprovar a adequação da descrição.

A rigor, todo medicamento e, com muito mais razão, os de uso controlado, como os psicofármacos, devem ser prescritos por médicos, que não devem prescrever medicamentos sem que haja uma necessidade de saúde que justifique, sob pena de incorrer em infração de ordem ético-profissional.

O inciso II – proibição da medicalização psicofarmacológica indiscriminada, inadequada, desnecessária e excessiva – é um comando genérico do qual não se pode discordar, mas de pouca efetividade no plano concreto, pois novamente como aferir, em cada caso, se a prescrição é indevida? Ademais, qualquer prescrição que não seja necessária ou que seja de forma inadequada ou excessiva sujeita o profissional prescritor a sanções, conforme o caso.

Ademais, devemos reconhecer que a prescrição de medicamentos em geral e de psicofármacos em particular já está regulada por outros instrumentos legais e o seu detalhamento deve ser feito em instrumento infralegal, dado o caráter eminentemente técnico da matéria.

No entanto, pela relevância do problema que a proposição busca manter, cremos que incumbe ao Poder Público promover campanhas de esclarecimento para pais, educadores e alunos.

Assim, para preservar essa medida, conforme o escrito no parágrafo único do artigo que se pretende

inserir no ECA, apresentamos emenda para inserir esse dispositivo no atual art. 14.

Voto.

Pelas considerações expendidas, no mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

‘Art. 14
[...]

§ 2º A prevenção do uso indiscriminado, desnecessário ou excessivo de psicofármacos em crianças e adolescentes inclui-se entre os temas a serem tratados nas campanhas de educação sanitária previstas no caput.’ (NR)”

EMENDA Nº 2-CAS

Substitua-se na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, a expressão “medidas destinadas” por “medida destinada”.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está em discussão a matéria.

Pois não. Para discutir, Senador Paulo Davim e, logo em seguida, Senador Jayme Campos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador, a despeito da intenção da autora do projeto, a Senadora Angela Portela, sinceramente eu acho difícil se estabelecer, digamos, chegar à conclusão de que a prescrição foi inadequada.

É o tipo da lei que, eu acho, é difícil de vingar, de ser efetiva. Apesar de ser, todos nós sabemos que a proibição de medicalização psicofarmacológica indiscriminada, inadequada, desnecessária ou excessiva, todos nós somos contra. Agora, qual é a efetividade da lei? Como é que, no ato profissional, como é que saberemos se foi excessiva, se foi inadequada, e isso pelo Brasil afora? Como é que nós vamos ter condição de averiguar isso? Eu tenho essa dúvida. Tenho medo de ser mais uma lei sem aplicabilidade. Essa é a minha dúvida, a despeito das intenções, que são boas, mas eu não sei se terá a efetividade que a autora, eu tenho certeza, quis dar à lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero apenas cum-

primentar a autora do projeto, Senadora Angela Portela, como também o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

Eu, particularmente, acho que tudo aquilo que venha a proteger as nossas crianças e os nossos adolescentes é fundamental, sobretudo neste mundo em que estamos vivendo nos dias de hoje, é um momento em que todos nós temos que nos preocupar.

Entretanto, Sr. Presidente, a minha observação é de que aqui já foi hoje aprovada, uma matéria foi rejeitada, e outra está sendo aprovada, que são os itens 2 e 4.

E nessa mesma direção, Sr. Presidente, mostrando a minha preocupação, nós estamos, ou seja, já propusemos encaminhar um Projeto de Lei, que é o de nº 445, de 2011, que altera também o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e agora está na CCJ, sob a relatoria do valoroso companheiro, Senador Alvaro Dias.

Diferente de como é feito hoje, em que o menor é internado – V. Ex^{as} têm conhecimento – após a terceira vez em que comete o crime de tráfico de drogas ou crimes hediondos, poderá ser imediatamente internado. O que acontece hoje? Hoje o marginal, o maior de idade, usa o menor, e esse menor só é recolhido após a terceira vez em que é reincidente. E nesse caso, não podemos permitir que isso aconteça.

Então, com a aprovação dessa matéria, nós vamos retirar os adolescentes da rua, do campo de ação e dos traficantes, ou seja, colocando-o sob a tutela do Estado, promovendo a sua ressocialização.

Então eu acho que projetos como este aqui, que está preservando, mostrando a preocupação de todos nós, nessa mesma direção, nós fizemos esse Projeto que é o de nº 445, no sentido de que quando o menor, o adolescente, cometer, naturalmente, esses crimes a que me referi, ele seja de imediato recolhido sob a tutela do Estado, para que não continue sendo usado pelos verdadeiros marginais, que, lamentavelmente, muitas vezes, transformam isso em uma verdadeira escola de marginalização.

Particularmente, acho que será com projetos como esse aqui da Senadora Angela Portela também, preservando esses casos aí, e relatado pelo Senador Rodrigo Rollemberg, que nós vamos mostrar que estamos preocupados, sobretudo, com ações efetivas e ativas como essa e vamos dar melhores dias às nossas crianças e aos nossos jovens.

Era isso que eu tinha a falar, cumprimentando o relator e a autora do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, com as duas emendas do Relator.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão que será terminativa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Vou precisar me retirar, agora, para acompanhar o lançamento, no Palácio, das novas políticas do Governo Federal em relação à violência contra a mulher, mas antes eu queria somente fazer um registro e lembrar algo aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras.

Estive ontem com a Secretária-Geral da Mesa, e ela me informou que, provavelmente, amanhã, teremos a instalação daquela comissão sobre financiamento. Eu vi a composição, inclusive, e vi que vários dos Senadores aqui da Comissão – que, inclusive, tem acúmulo de discussão sobre essa matéria – não estão presentes, não foram indicados. Então, acho que seria importante, junto às respectivas bancadas, nós fazermos um trabalho para que essas indicações sejam feitas e, amanhã, possamos começar.

Inclusive, o próprio Senador Jayme Campos não estava indicado – falei com a Dr^a Claudia para que ela visse, junto à Liderança da Minoria, para viabilizar que ele estivesse presente –, como não estavam o Senador Paulo Davim e outros mais que têm acúmulo em discussão sobre esse tema do financiamento. Daqui para amanhã, entrarei em contato com cada um dos Senadores para nós fazermos essa instalação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu que agradeço, Senador.
Item 1 da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 3, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de

Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Autoria: Deputada Rebecca Garcia

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012, com a Emenda que apresenta.

Observações:

– Em 21.11.2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer pela Prejudicialidade da matéria.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, aproveito para saudar o nosso colega Sérgio Souza pelo aniversário, desejando saúde e vida longa, já que esta Comissão trata também das questões de saúde.

Queria também, já que o Senador Humberto Costa fez referência à questão de financiamento, dizer que há um requerimento para fazer uma audiência pública sobre a questão das tabelas, a correção das tabelas do SUS. Penso que a área médica talvez tenha interesse nisso, e não só a área médica, também o próprio usuário do serviço, porque está criando um problema grave, não só para hospitais, para clínicas, mas também para os próprios laboratórios de análises clínicas, o não reajuste das tabelas do SUS. Então, gostaria da atenção de V. Ex^a.

Quanto ao projeto enunciado, de minha relatoria, eu queria primeiro cumprimentar a autora, Deputada Rebecca Garcia, pela iniciativa, que é de 2008 – tem, portanto, cinco anos. Vou resumir, porque é muito claro e muito singelo o projeto da Deputada. Então, vou dar atenção a ele.

O projeto compõe-se de dois artigos. O primeiro deles acresce dois parágrafos ao art. 2º da Lei nº 9.797, de 1999. O §1º determina que, quando as condições técnicas permitirem, a operação cirúrgica plástica de reconstrução da mama mutilada por tratamento de câncer será realizada no mesmo tempo cirúrgico. O §2º estabelece que, em caso da impossibilidade de reconstrução imediata, seja garantido à paciente o tratamento assim que suas condições clínicas o permitirem. A cláusula de vigência, o art. 2º, determina que a lei originada pelo projeto entre em vigor na data de sua publicação.

O câncer de mama – e o nosso Presidente, Senador Waldemir Moka, sabe, porque aqui fizemos muitas audiências públicas debatendo o tema –, é o segundo tipo de neoplasia maligna mais frequente no mundo, sendo o primeiro entre as mulheres. É raro

antes dos 35 anos de idade, porém, após essa idade, a sua incidência se eleva rápida e progressivamente. Levantamentos do Instituto Nacional de Câncer, o Inca, mostram que mais de 50 mil brasileiras desenvolveram a doença em 2012. Portanto, no ano passado.

A iniciativa da Deputada Rebecca Garcia, do Amazonas, que para minha alegria é do meu Partido, foi feliz ao condicionar a obrigatoriedade da execução imediata da reconstrução cirúrgica mamária à existência de condições técnicas favoráveis. Esse é um aspecto importante. Ao mesmo tempo, a autora preocupou-se em garantir, para as pacientes que não puderem se beneficiar dessa técnica, que a reconstituição tardia não seja postergada indefinidamente, tal qual ocorre hoje em muitos casos.

Assim, o meu voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012, com a seguinte emenda que segue:

EMENDA Nº 1-CAS (Redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012, (Projeto de Lei nº 2.784, de 2008, na origem), a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, para dispor sobre o momento da reconstrução mamária.”

Esse é o voto, Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria, em discussão o parecer da Senadora Ana Amélia, que é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012, com a emenda da Relatora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Senador?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para encaminhar e discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu quero apenas cumprimentar a Senadora Ana Amélia e aproveitar o mês da mulher e, sobretudo, o texto para a aprovação deste projeto para, mais uma vez, realçando a grande importância do universo feminino na vida de todos nós, prestar as minhas homenagens a todas as brasileiras, que muito contribuem para a grandeza do nosso País.

Aproveito também para informar que o projeto de minha autoria que institui o Fundo Nacional de Amparo às Mulheres Agredidas, já se encontra na Mesa da Câmara dos Deputados, aguardando despacho apenas do Presidente Henrique Alves para designar o Relator da matéria.

De maneira que eu quero aqui cumprimentar a Senadora Ana Amélia e, da mesma forma, fazer esse breve comunicado em relação a esse projeto que nós apresentamos também aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só de forma simbólica, como aqui já foi dito, a Presidenta Dilma está lançando agora o Programa Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres e, na mesma linha, é uma homenagem às mulheres a aprovação desse projeto.

Na Comissão de Direitos Humanos, a relatoria lá entendeu diferente, mas aqui eu acompanho a Relatora e autora com voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação o parecer que concluiu pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012, com a emenda da Relatora.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, como é uma matéria já deliberada nas comissões, eu estou apresentando à Mesa, para que a Comissão – até pela lembrança do Senador Paim, do Senador Jayme Campos, do Senador Humberto Costa, hoje a Presidente Dilma está lançando um programa de apoio às mulheres e de políticas para as mulheres, não só na violência, mas em outros setores –, também, aproveitando o ensejo, que nós possamos dar a nossa contribuição requerendo urgência ao Plenário do Senado para votar esta matéria. Seria uma forma prática, objetiva de contribuição da Casa, a Comissão de Assuntos Sociais, presidida brilhantemente por V. Exª e pelo nosso ex-Presidente aqui, Jayme Campos, oferecer isso como contribuição.

Então, eu já estou apresentando este requerimento para que a Comissão encaminhe ao Plenário a urgência para votar esse projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu penso que a Comissão de Assuntos Sociais se soma ao requerimento de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Se V. Ex^a permitir, nós vamos subcrevê-lo em nome da Comissão de Assuntos Sociais, porque, realmente, é uma forma de, hoje, ainda hoje, se for possível, votarmos essa matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 11, DE 2013

Nos termos dos artigos 336, inciso II e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em votação o requerimento de pedido de urgência da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quanto ao PLS nº 316/2010, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, houve pedido de retirada de pauta. E o item 10, também, PLS nº 126/2012, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), também pedido de retirada de pauta.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 316, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 126, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de avaliação, creditação e certificação da qualidade de hospitais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012.)

Eu quero informar aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que, no dia 19 –, a Senadora Ana Amélia não está aí, mas é pedido da Senadora Ana Amélia –, haverá uma audiência pública, para a qual eu chamo a atenção, para que a gente discuta a tabela do Sistema Único de Saúde. Na verdade, é o reajuste da tabela do SUS.

Eu acho que esse é um assunto importante, nós vamos ter a presença aqui de vários representantes das entidades de classe do Ministério da Saúde. Esse é um dos assuntos que nós precisamos debater essa questão do financiamento da saúde, esse reajuste da tabela do SUS, que está completamente defasado.

Então, vem em boa hora esse requerimento, já foi aprovado. Eu estou apenas dando ciência de que, na próxima terça-feira, às 9 horas, nós vamos, então, realizar aqui essa audiência pública.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, temos outras matérias, e até o Senador Armando Monteiro me disse que eu poderia designar o Senador Jayme Campos como relator *ad hoc*, mas, em função desse lançamento da Presidente Dilma e também das questões todas, nós não temos quórum e as outras matérias são terminativas. Então, eu acho que não faz sentido a gente... O Senador Romero Jucá também pediu para adiar, porque ele quer estar presente, e ele é Relator das outras duas matérias.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 118, de 2011

– Terminativo –

Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991,

para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 441, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências para dispor sobre a exclusão, do salário-de-contribuição, das despesas do empregador com educação de seus empregados e dependentes.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011, e das Emendas nºs 1 e 2-CE.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 55, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de uso de tarja de identificação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde utilizados no âmbito dos serviços públicos de saúde.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.)

Então, não havendo mais quórum para deliberação dos projetos terminativos, a Presidência, não havendo mais nada a tratar, vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 8 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos, do dia dezanove de março de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Deputados Federais Darcísio Perondi e Nilson Leitão, e os Deputados Estaduais Pedro Westphalen do Estado do Piauí e Dilmar Dal Bosco do Estado do Mato Grosso. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apresentação da Pauta para discutir “o reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS)” em atendimento ao Requerimento nº 56, de 2012 da CAS, *de autoria da Senadora Ana Amélia*, com a presença dos seguintes oradores: **Ana Paula Silva Cavalcante**, Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde – CGHOSP/DAE/SAS/MS; **Olympio Távora**, Assessor Técnico da Confederação Nacional de Saúde – CNS; **Irineu Keiserman Grinberg**, Presidente da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas – SBAC; **Mário Martinelli**, Conselheiro Federal pelo Estado da Bahia e Membro da Comissão de Análises Clínicas do Conselho Federal de Farmácia – CFF; **Vitor Pariz**, Diretor de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboral – SBPC/ML; **Marcelo Abissamra Issas**, Representante do Conselho Federal de Biomedicina – CFBM; **Edson Rogatti**, Diretor Membro do Conselho de Administração da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB. A Presidência passa a palavra aos oradores. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Cyro Miranda e Aloysio Nunes Ferreira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publi-

cada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde – SUS, em atendimento ao Requerimento nº 56/2012, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por 10 minutos. Já explicarei. Quando começarem a falar, o relógio vai contar lá os 10 minutos. Um minuto antes, ou seja, no nono minuto, tocará uma campainha que é, exatamente, para terminar. Por que 10 minutos? Porque nós entendemos que é o importante, depois das falas – e a experiência nos mostra, já que são seis expositores –, já que o assunto é repetitivo. Então, a gente quer também que os Senadores tenham condição de debater o que, certamente, os expositores farão aqui.

Convido para compor a Mesa o Sr. Olympio Távora, Assessor-técnico da Confederação Nacional de Saúde, representando aqui o Sr. José Carlos de Souza Abrahão, que é o Presidente do Conselho da Confederação Nacional de Saúde. Convido o Sr. Irineu Keiserman Grinberg, Presidente da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas. Convido também o Sr. Mário Martinelli, Conselheiro Federal, pelo Estado da Bahia, e membro da Comissão de Análises Clínicas do Conselho Federal de Farmácia, representante de Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia. Convido, ainda, o Sr. Vitor Pariz, Diretor de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Patologia e Clínica Médica Laboral, representante de Paulo Sérgio Roffé Azevedo, Presidente da SBPC. Convido o Sr. Marcelo Abissamra Issas, representante do Conselho Federal de Biomedicina. Convido, ainda, o Sr. Edson Rogatti, Diretor-Membro do Conselho de Administração da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, representante de José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior, Presidente da CMB.

Não sei se a Senadora Ana Amélia gostaria, antes, de justificar o seu requerimento? *(Pausa.)*

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, muito obrigada pela gentileza.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a todos que compareceram, a convite, à Comissão de Assuntos Sociais, para debater um problema que aflige desde laboratórios de análises clínicas aos hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde, sejam filantrópicos ou outras instituições.

É uma situação verdadeiramente crítica a dessas instituições, porque não é admissível que os custos operacionais de laboratórios, hospitais, qualquer instituição médica, tenham aumentado nos últimos anos violentamente, seja por carga tributária, seja por custos operacionais, aumento de salários – que é, em grande parte, recursos humanos; aumento de todos os medicamentos usados, de todos os insumos que se usam na área médica, e o SUS não tenha corrigido essas tabelas.

Nós tivemos há poucos dias, sob a liderança do Senador Aloysio Nunes Ferreira, uma grande mobilização das Santas Casas e hospitais filantrópicos, revelando a gravidade da situação em uma audiência aqui no Congresso Nacional, com o Presidente do Senado, para revelar nesta ação das Santas Casas, a crítica situação financeira em que elas se encontram, inclusive com o Presidente Waldemir Moka presente, dando apoio e respaldo político a essas iniciativas.

Quando eu requeri esta audiência pública foi exatamente para “revisibilizar”, porque “visibilizado” o problema já está. O que a gente não entende é porque tanta demora na tomada de decisão para um ou outro lado.

Se não quer corrigir tabela, que compense as instituições que operam com outras medidas seja pela desoneração, seja por outras medidas, como financiamento barato. Embora seja custo, porque tem que pagar.

De qualquer modo, são temas que a Comissão tem toda a qualificação e a competência...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PT – BA) – A legitimidade!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A legitimidade para cuidar disso.

Agradeço ao Senador Waldemir Moka. E esse tempo de 10 minutos é o tempo para dar efetividade. E, em seguida, faremos um debate com os senhores participantes.

Eu agradeço imensamente a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PT – BA) – Agradecendo à Senadora Ana Amélia, autora

do requerimento que deu motivação a esta audiência pública que está acontecendo.

Concedo a palavra ao primeiro orador, pela ordem que eu chamei. É o Assessor Técnico da Confederação Nacional da Saúde, Olympio Távora, que terá 10 minutos.

O SR. OLYMPIO TÁVORA – Senador Waldemir Moka, Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, estou aqui representando o Presidente da Confederação Nacional da Saúde, Dr. José Carlos Abrahão, que se encontra impedido de comparecer. Eu, como sou assessor de trabalho, sou médico, já deixei a medicina há alguns anos e só trabalho na assessoria/consultoria de sistema de saúde. Praticamente, especializei-me em analisar e estudar o SUS.

Então, ele me designou para fazer esse trabalho.

Eu gostaria de fazer algumas colocações. Algumas delas serão bastante contundentes. Espero que eu não seja mal interpretado, Senador.

Primeiro, a realidade atual. Os repasses federais, quase totalmente fatiados em vínculos ou carimbos a programas, projetos e prioridades pontuais, são decididos pelo gestor federal. Os valores são repassados em pacotes que são fechados.

A oferta de serviços é fragmentada pelos índices de repasses, pela seleção da tabela de pagamentos, que tem privilegiado algumas entidades ou algumas especialidades que têm mais poder de vocalização e pressão.

Segundo, por favor (*Pausa.*)

Saiu uma portaria anteontem, na tentativa de regularizar esses repasses, definindo blocos de repasses de recursos. Mas, mesmo assim, esses repasses são feitos de maneira fatiada.

Então, os gestores estaduais ou municipais para receber o dinheiro do Ministério da Saúde têm que abrir contas específicas, uma para cada bloco de financiamento, que são repassadas uma cada a cada tempo. Não existe ainda, mas vai ser definida, posteriormente, uma escala para a liberação desses recursos. O único que tem data certa para passar é o primeiro, que é o bloco de atenção básica, que vai ser repassado no primeiro decênio de cada mês. Os outros ainda são indefinidos.

Outro por favor.

Agora a questão do financiamento. O financiamento do custeio apresenta o fator central da crise hospitalar e ambulatorial em todo o Brasil. O problema está em que a atenção hospitalar e ambulatorial do SUS se constituem uma grande mentira, a de que se pode remunerar o prestador de serviço a base dos custos de produção. Essa é uma palavra dura para se dizer – eu até retiraria essa palavra, “mentira” –, mas

é uma inverdade, é uma falácia dizer que remunera os prestadores de serviço, quando, na verdade, todo mundo sabe que está abaixo do custo.

O padrão remuneratório perverso vem sendo adotado ao longo do tempo e expressa a relação entre os custos de serviço e os valores de remuneração pela tabela do SUS. Essa discrepância está nessa tabela.

A tabela tem uma estrutura interna que apresenta problemas graves dos valores relativos. A lógica da tabela foi destruída. Essa tabela foi construída em 1980, na época do Inamps, foi absorvida depois pelo SUS e ao longo do tempo vem sendo mutilada. É uma tabela que definia pacote, mas ela era aberta; você sabia o que tinha em cada pacote, quanto era de bens de serviços profissionais, quanto era de insumos etc., e você tinha um valor.

Hoje, está tudo com valor fechado e não sabemos o que está ali dentro. Se você vai reajustar por causa de problemas de aumento salarial, se estivesse aberta a tabela, você poderia reajustar só quando houvesse aumento salarial. Sobre aumento de insumo se aumentaria o correspondente a aumento de insumo, porque antigamente era assim. Eu trabalhei muito tempo nessa tabela, eu sou novo ainda, mas desde 1980 eu trabalho nisso. Então, eu trabalhei nessa tabela desde o início e ela era aberta, era fácil de entender. Hoje, ninguém mais entende essa tabela.

Por favor.

Os porquês dos valores baixos. Primeiro, os escassos recursos financeiros, materiais humanos para manter o serviço de saúde operando com eficiência. Quando eu coloquei “materiais humanos” é porque os recursos de materiais humanos são parcamente remunerados. A remuneração do trabalhador da saúde está muito aquém daquilo que se desejava, daquilo que seria viável, daquilo que é possível, daquilo que fosse factível e que tivesse um salário condizente com a responsabilidade profissional.

A inconstância de repasse de pagamento do Ministério da Saúde para os pagamentos de serviços conveniados. Alguns desses repasses são corretos.

Eu tenho acompanhado, agora, repasses desses recursos para alta complexidade e outros recursos terapia renal substitutiva, em que o mês de janeiro foi pago agora na semana passada. Então, não tem essa constância.

Outro.

Os reajustes são inócuos. Eu estou dando o exemplo das consultas. Está claro, há muito tempo, que as consultas pagas pelo INSS são em valores irrisórios. Em janeiro de 1994, era 90 centavos; depois, em 1996, ela passou a 2,04, que foi corrigido e chegou em 2,55. A correção de 2,55 foi somente para as consul-

tas especializadas. Se se quisesse uma consulta com um cardiologista, com um cirurgião plástico, com um dermatologista, ou um endocrinologista, a consulta é R\$7,55; ela vai a R\$10,00, porque R\$ 2,50 é para cobrir os custos do serviço e R\$ 7,50 vai para o médico. Todo mundo reclama que os planos de saúde pagam mal, de R\$ 40,00 a R\$ 60,00 a consulta, mas o SUS dá 50 centavos. E o valor da consulta – 7,55 – é o mesmo desde 2002; permanece o mesmo valor irrisório.

Outro, por favor.

Outro exemplo é o seguinte: quando eu peguei, por exemplo, a dosagem de glicose, uréia e creatinina. Esses exames todo mundo conhece. Em 1994 o valor desses exames era 1,85. Em 1998 era 1,85; em 2013 é um 1,85. Então, há 19 anos o valor da remuneração de um exame de laboratório é o mesmo. Nós tivemos uma inflação, na época – peguei, ontem, no IBGE –, de 326%, nesse período e, no entanto, o valor de remuneração continua exatamente o mesmo.

Outro, por favor.

Eu peguei alguns procedimentos, por exemplo, na área de cirurgia só para não falarem que eu estou falando apenas na área ambulatorial. Dos procedimentos na área ambulatorial, eu peguei aqui um exemplo: o setor privado é responsável por 35% de todos os exames diagnósticos feitos no SUS. Tudo o que o SUS vai fazer de exames e aqueles mais importantes, o SUS depende do setor privado. Você pode ver que o setor privado representa – você pode ver aqui: procedimentos de alta complexidade representam 35%; aqueles 35% correspondem ao setor privado, que é 35% de 36% de tudo o que se faz no âmbito ambulatorial do SUS, é o setor privado, tanto o filantrópico quanto o lucrativo.

Esse é o gasto total do último ano, deste último ano agora, que mostra onde é que estão realmente os prejuízos e as dificuldades.

O seguinte, por favor.

Na área de internação, por exemplo: eu peguei alguns procedimentos que foram reajustados, todos eles – está aqui o reajuste até hoje de todos eles, o que está em azul. O único que teve um reajuste superior à inflação até hoje foi o parto normal, que foi um incentivo, por causa da obstetria etc. Foi o único procedimento que teve um reajuste superior a isso. Todos os outros vocês podem ver que o valor é inferior àquele, se for colocada a inflação, lá em vermelho – está ali o valor corrigido pela inflação e, em azul, o que é pago pelo SUS. Todos eles estão com valores inferiores.

Então, não há nenhum procedimento na tabela do SUS, principalmente na área de diagnóstico, e dentro da área de diagnóstico com ênfase especial à patologia clínica e análises clínicas, que não esteja mal remunerada, como jamais aconteceu.

Outro, por favor.

Por outro lado, eu coloquei aqui a lei, que jamais foi cumprida.

Diz o art. 26 da Lei nº 8.080 – eu transcrevi este artigo todinho, para mostrar que eu não estou inventando:

Art. 26. Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovados no Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º Na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração aludida neste artigo, a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá fundamentar seu ato em demonstrativo econômico-financeiro que garanta a efetiva qualidade de execução dos serviços contratados.

E, além disso:

§ 2º Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Eu falo que essa lei nunca foi cumprida porque, desde 1990 eu estou aqui, em todas as negociações que nós fizemos nunca chegamos a esse consenso. Houve uma tentativa de se chegar a isso, em 1994, 1995; houve uma tentativa antes da conversão para o Plano Real, mas não deu certo. De lá para cá não tivemos mais nenhum reajuste e, depois, com a mutilação da tabela, ficou difícil de fazer qualquer negociação.

O seguinte, por favor.

Então, em nossa opinião, o que se tem que fazer? Na discussão dos critérios em forma de reajuste, é importante isso: ouvir o contraditório é essencial nas ações governamentais. Nós precisamos ser mais ouvidos nas nossas negociações, nas nossas reivindicações, nas nossas postulações. A necessidade de se ouvir, de se ter a aprovação se aplica a todos os fóruns possíveis, como o Conselho Nacional de Saúde, os Conselhos Nacionais dos Secretários Municipais de Saúde, dos Secretários Estaduais de Saúde e, de bom alvitre, as entidades das sociedades diretamente envolvidas.

Acho que esse é o último.

Então, é o seguinte: eu fiz essa explanação rápida, ainda tenho um minuto para falar. Eu faço essas colocações e, como disse anteriormente, de uma forma mais contundente, porque acho que minha experiência e minha idade me permitem ser mais explícito e porque, como entidade de classe, nós somos constantemente instados pelos prestadores de serviços a arranjar alguma coisa.

Hoje, a meta do Ministério da Saúde é fazer um contrato por metas, mas esse contrato de metas jamais

iria funcionar, porque esse contrato de metas o valor é definido pela tabela. Então, não adianta. A tabela está difícil de negociar, porque ela foi mutilada.

Pois, o seguinte: falta dinheiro para a saúde e, queiramos ou não, o recurso federal é insuficiente para a saúde. Quando o SUS começou, 75% dos recursos de custeio eram federais. Hoje, são 47%. Então, a cada dia que passa, a participação da União no custeio da saúde é menor; a cada ano que passa, vai diminuindo. Nós temos estudos que vão mostrando essa curva decrescente da participação do Governo Federal.

Todo mundo diz que foi por causa da CPMF. Não é a CPMF. Se nós levantarmos a história da Previdência Social, nós vamos ver que o dinheiro da folha de pagamento era destinado especificamente para a saúde, foi criado para custear a saúde desde o tempo do INPS. Isso ficou definido em 1954, no governo Café Filho, e permanecia da mesma forma até 1993, quando foi tirado todo o recurso da folha de pagamento. Esse recurso da folha de pagamento foi criado especificamente para custeio da saúde. Os trabalhadores hoje que estão na economia formal continuam recolhendo um percentual do salário e esse percentual do salário, que vem a ser cerca de 40% da contribuição dele, seria destinado para a saúde. E esse dinheiro não vem mais. É mais dinheiro que a CPMF recolheria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer o Sr. Olympio Távora e dizer, Sr. Olympio, que foi uma explanação objetiva, muito clara. Quero agradecer mesmo a exposição.

Eu quero, de imediato, passar a palavra ao Sr. Irineu Keiserman Grinberg – peço desculpas se estiver pronunciando de forma errada o seu sobrenome, parece que houve um complô hoje, aqui.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Bom dia a todos.

Senador Waldemir Moka, o senhor pronunciou certo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Senadora Ana Amélia de Lemos – obrigado por ter nos propiciado esta audiência pública; Senador Humberto Costa, que já esteve no centro dos acontecimentos e que conhece como ninguém tudo aquilo que vamos falar hoje; meus colegas aqui presentes; pessoal da Casa... Eu não sei se há também representantes do Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Temos, sim. É a Ana Paula Silva Cavalcante.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Bom dia, doutora. Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me.

A Ana Paula chegou depois da composição da Mesa e eu pedi que ela tomasse assento. A Ana Paula Silva Cavalcante representa, nesta audiência pública, o Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Em primeiro lugar, eu gostaria de pedir permissão, Senador Waldemir, para que seja distribuído um texto que foi produzido na nossa Sociedade, que vai servir como editorial do próximo número de uma das mais importantes revistas do setor laboratorial e que vai ser um resumo daquilo que vamos dizer. Eu gostaria que o senhor permitisse, então, que seja distribuído esse texto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não. Peço à assessoria que o distribua aos Srs. Parlamentares.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Muito bem.

Há, no Brasil, aproximadamente 15 mil laboratórios, pelos dados do Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde, mas, se formos ver no INSS, que, a meu ver, exprime a situação real de todos os laboratórios, são 12 mil.

Esses 12 mil laboratórios estão divididos da seguinte forma. Existem 10 corporações – e, quando eu falo em corporação, são grandes organizações laboratoriais quase industriais, a maioria mantida por bancos, fundos de pensão e operadoras de planos de saúde. Então, são estabelecimentos que têm milhares de funcionários. Há, depois, aquilo que nós classificamos de grandes laboratórios, aqueles que têm mais de 100 funcionários, que são mais ou menos 80 a 100 no País. Os demais, ou seja, 11.500 laboratórios pelo menos, são pequenas empresas familiares, que dependem daquele trabalho de todo dia, pagando conta e vendo que a situação não chega nunca ao fim do mês.

Esses laboratórios são o sustentáculo das análises clínicas no País. Esses laboratórios são os responsáveis por 70% das decisões médicas e 90% dos critérios de alta hospitalar, cura ou simplesmente monitoração de terapias. Nada disso se faz sem o laboratório de análises clínicas.

Então, vamos imaginar uma situação absolutamente hipotética: se não existisse nenhum tipo de serviços auxiliares de diagnóstico e de terapia, apenas laboratórios de análises clínicas, nós resolveríamos 70% das situações clínicas do País. Com isso, eu quero ressaltar a vocês a importância do laboratório de análises clínicas.

Esses laboratórios trabalham, desde 1994, praticamente com a mesma tabela. De lá para cá, não sei se 15 ou 20 exames tiveram algum tipo de reajuste, nada mais do que isso, e nós continuamos trabalhando, nós continuamos produzindo e – eu me atrevo a dizer a essa altura – ajudando o SUS, nada mais do que isso. Nós somos colaboradores honorários do SUS, porque trabalhamos com qualidade e em troca recebemos promessas.

Em 1994, quando foi instalado o Plano Real no País, foi criada uma tabela e, nessa tabela, a glicemia, a dosagem de glicose no sangue – vejam a importância do exame – foi fixada a R\$1,85. Nós até fazíamos uma brincadeira na nossa sociedade e dessa brincadeira saiu um índice que chamamos de índice Chicabon. O que é o índice Chicabon? É quantos Chicabons podemos comprar com o valor de uma dosagem de glicose.

Naquela época, nós comprávamos 2,16 Chicabons, como o que recebíamos com uma dosagem de glicose. Foi uma época boa. Os laboratórios naquele momento puderam se equipar, melhorar instalações físicas, criar sistemas muito bons de informática e melhorar, de maneira espetacular, o acolhimento aos clientes, sejam eles do SUS, sejam eles particulares, ou sejam eles de outros convênios. Os laboratórios cresceram, muitos se prepararam para processos de acreditação, foram acreditados e se transformaram em exemplares estabelecimentos de saúde.

O tempo passou. Hoje o índice Chicabon, se não me engano, é 0,41. Ou seja, com uma dosagem de glicose não se compra a metade de um Chicabon. A dosagem de glicose continua em 1,85. Eu friso a dosagem de glicose pela importância do exame e pelo conhecimento, pois todo mundo sabe o que é uma dosagem de glicose.

Eu vou dar outro exemplo.

Entrou na moda – eu vou falar em moda, porque até hoje não se sabe exatamente a importância desse procedimento – a dosagem da vitamina D no sangue, que passou a ser exigida e passou a fazer parte de quase todos os *check-ups*.

O custo do exame, para o laboratório, é aproximadamente R\$20. E o SUS, numa ação magnânima, para que toda a população possa usar essa dosagem, introduziu uma tabela, há cerca de um ano e meio, e paga R\$15.

Essa é a situação do Sistema Único de Saúde. Essa é a situação dos laboratórios de análises clínicas do País.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Desculpe, eu queria que o senhor repetisse essa última argumentação. Foi introduzido quando isso?

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Há coisa de um ano e meio mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Entrou em uma tabela de procedimentos do SUS um exame chamado dosagem de vitamina D, ao qual muitos clínicos dão uma importância muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – E hoje está, vou dizer, na moda. Não sei exatamente avaliar se esse exame é importante, mas é muito solicitado. Ele custa para cada laboratório realizar o exame apenas um insumo em torno de R\$20,00 por exame.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E a remuneração?

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Quinze reais e sessenta e quatro centavos. Não entra aí o custo de abertura do laboratório, o custo de equipamentos, o custo de quem colhe o sangue de nosso cliente, o custo geral do funcionamento do laboratório, e, principalmente, senhoras e senhores, o custo dos tributos. Os laboratórios, apesar de trabalharem com toda essa vontade de fazer coisa boa, não têm nenhum tipo de benefício tributário do nosso Governo.

Desonerações como têm sido oferecida a vários setores da nossa economia, tanto na área previdenciária quanto na área de recolhimento de impostos, para a área da saúde, nem se fala, nem se cogita, nem se toca. O Imposto Sobre Serviço que a gente paga, que varia de cidade para cidade, vai de 2% a 5% do faturamento bruto de cada estabelecimento. Imposto de Renda, Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/Cofins, nada disso é levado em conta. Vocês podem ficar absolutamente certos e convictos que a situação se encontra no princípio do fim. Podem ficar convictos, também, de que a rede pública não tem as mínimas condições de absorver os serviços laboratoriais do SUS.

Por derradeiro, nós somos massacrados – e a palavra certa é essa mesmo – pelas vigilâncias sanitárias, que entram em nossos laboratórios, exigem coisas quase que incumpríveis, e nunca vão aos laboratórios do SUS. Os colegas do Conselho Regional de Farmácia estão fazendo um levantamento de todos os laboratórios públicos do País, e eu tenho certeza absoluta de que eles têm muito a dizer.

Obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, por gentileza, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Posso só fazer uma intervenção muito rápida com o Dr. Irineu? Gostaria de saber: os laboratórios são obrigados a trabalhar para o SUS?

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E por que se trabalha com prejuízo? Não é uma maneira de pressionar dizendo “não quero mais o meu credenciamento”? Eu sou empresário e não trabalho com prejuízo. Então, não tenho obrigatoriedade de trabalhar com o SUS.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos ouvir, porque eu acho que esse é o debate que será interessante logo após a exposição.

Eu quero agradecer a participação do Sr. Irineu e, logo em seguida, passar a palavra ao Sr. Mário Martinelli, Conselheiro Federal pelo Estado da Bahia e membro da Comissão de Análises Clínicas do Conselho Federal de Farmácia. Neste momento, representa aqui o Sr. Walter da Silva Jorge João, que é Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

O SR. MÁRIO MARTINELLI – Bom dia a todos, bom dia Senador Waldemir Moka, Senadora Ana Amélia, em nome do Conselho Federal de Farmácia, eu gostaria de agradecer por estarmos hoje aqui discutindo nesta audiência pública a situação da remuneração da tabela do SUS e, por conseguinte, a situação dos laboratórios clínicos deste Brasil. É importante termos hoje uma conversa franca e aberta. Na Comissão de Análises Clínicas do Conselho de Farmácia, após duas visitas a esse Ministério, ao Exmº Ministro Alexandre Padilha entregamos todo esse trabalho que foi mostrado a vocês – não vou ser redundante – com relação à defasagem da tabela do SUS, com relação à carga tributária. Resolvemos, então, fazer um levantamento do funcionamento dos laboratórios públicos do Brasil. Nós visitamos 27 capitais da federação; por amostragem nós escolhemos de dois a três laboratórios públicos e, pasmem vocês – e esse relatório a gente pretende finalizar ainda este ano, para apresentar aqui no Congresso, da Esbac, apresentar ao Ministério antes de socializar na rede –, a grande maioria dos laboratórios públicos do Brasil não realizam controle de qualidade interna. A grande maioria dos laboratórios públicos deste País apresenta condições insalubres de funcionamento. Todos esses dados estão sendo registrados com fotografias, com questionários aplicados pela Comissão de Análises Clínicas do Conselho Federal de Farmácia. E em sua grande maioria, como investir em laboratório, tanto ele público ou privado, com uma remuneração de R\$1,85 em uma glicose? Como investir

em um laboratório com uma remuneração de R\$1,65 em um parasitológico de fezes?

Recentemente, no ano passado, um pesquisador nosso, brasileiro, ganhou um prêmio da Organização Mundial de Saúde, ao desenvolver um parakit para o diagnóstico de parasitoses, e o preço de custo dele é R\$1,85. Como realizar esse exame recebendo R\$1,45?

Pasmem vocês, mas, como foi dito aqui, os laboratórios realmente estão chegando perto do fim. Nós temos um papel importante na construção da saúde pública deste Brasil, porque nós estamos lá nos Municípios, nos grotões do Brasil, realizando uma glicemia com qualidade para que o médico do PSF possa fazer um monitoramento de diabético; realizando um diagnóstico precoce do câncer de próstata, quando a gente realiza um bom PSA. E cadê a remuneração? Como investir em qualidade?

A eletroforese de hemoglobina, que é de suma importância para o diagnóstico do paciente falcêmico, o SUS nos remunera em R\$5,60. No meu Estado, a Bahia, por exemplo, como nós temos altos índices de pacientes portadores de anemia falciforme, a gente não tem condição de viabilizar esse teste, oferecer para rede por conta do custo. O custo operacional dele gira em torno de R\$9,00. E o que os laboratórios fazem? Usam uma metodologia, acetato de celulose, que existe e é regulamentada, e acetato de celulose não pega um traço falcêmico. O que é um paciente traço falcêmico? É um paciente que é portador de ‘hemoglobina S’ em 20%; e ele tendo 20%, ao se casar com uma mulher que tem 20%, o que é que vai acontecer? Um filho homozigoto. Essa mulher vai largar de trabalhar e ela vai ter que cuidar desse filho a vida toda, onerando ainda mais os custos da saúde pública.

Eu acredito que a gente precisa realmente acordar e enxergar a iniciativa privada como parceria, numa parceria público/privada – não na terceirização que está acontecendo Brasil afora. A grande maioria dos laboratórios públicos estão sendo terceirizados e nós não defendemos a terceirização não. Nós defendemos a parceria público/privada; que o SUS tenha o seu laboratório com qualidade, mas que o usuário do SUS possa optar em realizar esse exame no Ministério da Saúde ou do nosso colega aqui, porque ele pode ser conveniado, porque é assim na rede suplementar, assim é na Unimed – a Unimed tem o seu laboratório próprio, mas tem aqueles credenciados – e o usuário escolhe onde ele quer fazer o exame. Ou ele vai fazer no laboratório da Unimed ou ele vai fazer num laboratório credenciado. Aquele que ofertar um sistema, um serviço de qualidade é aquele que o usuário vai utilizar.

Então nós defendemos aqui a parceria público/privada, mas defendemos também um laboratório pu-

blico de qualidade. É o que nós não estamos vendo. Esse vai ser um trabalho que nós pretendemos finalizar agora com fotos e é um trabalho assustador. A sociedade brasileira não sabe o risco que corre quando realiza um exame de laboratório nesses hospitais. Quando o médico pega o resultado daquele e vai fazer uma perccorrência médica e ele não tem certeza daquele resultado que está ali, se ele é confiável ou não, porque os laboratórios não têm recursos para investir num sistema de qualidade, porque os laboratórios estão sem recursos para capacitar seus profissionais.

Então, a gente precisa discutir aqui hoje essa conversa franca e aberta, discutir o que nós queremos construir para o Brasil: uma saúde pública de qualidade ou uma meia saúde pública? Porque, na verdade, isso está notório, está evidente nas redes sociais, o caos que o Brasil vai vivenciando. Agora, no *Jornal do Senado* está que 15,1% das crianças no Brasil, de zero a quatro anos, não têm saneamento nas cidades. Essas crianças estão sendo acometidas por parasitoses e precisam de um parasitológico bem feito para diagnosticar.

Então, a gente precisa aqui hoje aproveitar essa oportunidade, para discutir com V. Ex^{as.}, numa conversa franca, e enxergar na iniciativa privada um parceiro para ajudar a construir o Sistema Único de Saúde, mudar esse conceito que existe de que a iniciativa privada só visa o lucro. E ter lucro é pecado? Todo mundo tem de trabalhar com lucro! Alguém me diz que ter lucro é pecado? Não é pecado! Nós precisamos ter lucros, para podermos reinvestir no nosso serviço, para trabalhar com um sistema de qualidade.

Lá no Conselho Federal, como já foi colocado aqui pelo Dr. Irineu, quanto a isso há controvérsia, porque há dados da CNS de que temos 18 mil laboratórios – outros, 15, 12 mil –, mas os laboratórios estão fechando. A empregabilidade do Governo, ou melhor, do setor, está falindo, por conta dessa defasagem! Alguém justifica 14 anos, 17 anos, sem reajuste em um serviço? Alguém pode justificar-me isso: trabalhar numa atividade e ficar 17 anos sem reajuste? Como fazer um pré-natal de qualidade, se o SUS remunera um teste de HIV em R\$10,00?

Agora, o Ministério da Saúde está banalizando os testes rápidos laboratoriais remotos, fazendo-os em festa de largo, em Carnaval. Imaginem: o folião está lá, pulando carnaval, aí ele vai fazer um teste rápido de HIV, que tem alta sensibilidade e baixa especificidade, e dá, lá, reagente. Como é que se vai dizer a ele que o indivíduo vai voltar para a casa, pegar o carro? Como é que se vai dizer a ele que aquele reagente é um falso positivo, sem o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, de um médico assistente ou

de um psicólogo? São portarias incabíveis dentro do Ministério da Saúde.

Na Rede Cegonha, agora Portaria nº 151 ou 161 – não me recordo –, o Teste de Gravidez está lá na regulamentação, dizendo que pode ser feito em qualquer ambiente, que não precisa de laboratório, e temos a RDC nº 302, que regulamenta a atividade de laboratórios no Brasil, e, no art. 6º dela, diz que todo teste laboratorial remoto tem de estar vinculado a um laboratório clínico, tem de ter um profissional capacitado e habilitado – pois “capacitar” é uma coisa, e “habilitar” é outra –, para poder estar realizando esses testes laboratoriais. E é o que estamos fazendo: estamos banalizando o teste laboratorial remoto.

Quanto à acessibilidade, acho que avançamos, e muito, na saúde pública do Brasil de 10 a 15 anos para cá, mas precisamos discutir que avanços nós queremos, que acessibilidade nós queremos.

Queremos acessibilidade com qualidade, ou acessibilidade só por acessibilidade?

Então, por isso, acho que precisamos buscar o apoio das instituições privadas, que fazem um serviço com qualidade, porque, dentro do Ministério da Saúde, existe auditoria para poder fiscalizar e auditar aqueles que estão fazendo uma atividade com qualidade e os que fazem uma atividade sem qualidade. Não estamos aqui contra a auditoria. Queremos que auditem as contas dos laboratórios. Auditem as notas fiscais dos laboratórios, para ver se eles estão realizando aqueles testes! Queremos, Senador, também participar da constituição do SUS! Queremos participar desse projeto!

Assim, quando fazemos um credenciamento com o SUS, temos, além deste, temos um credenciamento com o SulAmérica, o Bradesco; e acreditamos que, um dia, essa remuneração possa a vir.

Hoje, infelizmente, a tabela do SUS está sendo nivelada para a saúde suplementar. Quando vamos negociar com a SulAmérica – o Olympio Távora está aqui, da Confederação Nacional de Saúde, e nós temos um assento lá no Departamento de Laboratório da CNS –, eles pegam a tabela do SUS. Olha só: estou pagando a você R\$6,00 aqui; R\$3,00, ali. Quanto você está recebendo? R\$1,85? O que você está querendo? Aí se esquece todo o custo pré-analítico, que cresceu hoje assustadoramente. É o Ministério do Trabalho, exigindo as RDCs, as notas técnicas, para que você possa investir.

Então, hoje, realmente, é a oportunidade de se discutir, de termos uma conversa franca e sabermos o que queremos: ou queremos uma saúde de verdade, ou queremos uma meia saúde.

É o que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Gostaria de agradecer ao Sr. Mário Martinelli, que representou aqui o Conselho Federal de Farmácia.

Passo a palavra ao Sr. Vitor Pariz, Diretor de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica e Medicina Laboral, representante do Sr. Paulo Sérgio Roffé Azevedo, Presidente da SBPC.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, apenas gostaria de agradecer ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, porque, como falei na audiência anterior, ele liderou aqui o movimento, inclusive fazendo audiência com o Presidente da Casa, para mostrar a gravidade da situação da não correção das tabelas do SUS, entre outros problemas, para as Santas Casas e os hospitais filantrópicos.

Como na Casa temos aquelas pautas paralelas para debater a questão da Federação, queria agradecer publicamente ao Senador pelo que tem feito também pela causa da saúde pública.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço a referência, Senadora Ana Amélia, mas, infelizmente estou aqui acompanhando o Governador Geraldo Alckmin. Foi marcado, no mesmo horário desta audiência pública, que é da mais alta importância, da mais crucial importância, outra, na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Governador. Fui eu que tomei a iniciativa de convidar o Governador Geraldo Alckmin.

De modo que, por todas essas razões, infelizmente, não posso permanecer na reunião, mas tenho certeza de que a Senadora Ana Amélia e o Senador Cyro Miranda vão passar-me tudo o que for resolvido, decidido e dito aqui nesta reunião, para que eu possa engrenar o passo.

Desculpem-me mais uma vez.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

Com a palavra o Sr. Vitor Pariz.

O SR. VITOR PARIZ – Bom dia a todos. Acredito que não há como acrescentar mais muita informação. É importante que esses dados ditos fiquem anotados.

Entre 12 e 18 mil laboratórios no País, 10 grandes corporações, onde são fundos de capital aberto, com

dinheiro de banco, dinheiro de fora. São, na verdade, carteiras de investimento. É difícil considerar isso. O portfólio saúde é parte só desse investimento, que são bancos por trás e por aí vai.

Então, é difícil encarar isso como um negócio de análises clínicas por si só. Eu gostaria de lembrar que o Dr. Irineu falou, e já foi repetido diversas vezes, sobre a questão das decisões médicas se apoiarem nos 70% dos resultados laboratoriais. Esse é um dado fundamental, lembrando que, desses 12 a 18 mil laboratórios, apenas 2% deles têm algum tipo de certificação ou acreditação de qualidade. Isso é irrisório.

Há 20 anos, mais ou menos, estamos sem reajuste. Os custos têm aumentado. Além de Diretor da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, eu falo como médico patologista clínico e sócio de um laboratório da iniciativa privada. Então, sinto e sei na pele e na ponta do lápis qual a dificuldade, hoje, de se fechar a conta. Temos conseguido reduções com fornecedores de insumos importados, equipamentos, e pressionamos porque nos vemos pressionados. Temos conseguido a redução desses insumos e melhor os nossos custos, mas o aumento dos impostos, o dissídio todo ano... E com isso, com 20 anos sem reajuste em tabela de valores – isso não é fatalismo –, chegamos, de fato, a um ponto em que a situação tende a ficar muito grave.

Respondendo à pergunta de V. Ex^a. Muitos laboratórios ainda insistem em trabalhar para o SUS, porque eles chegam a um ponto em que não têm condições de fechar. Sou auditor do programa de auditores da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica. Tenho inúmeras histórias e possibilidades de conversar com proprietários de laboratório, porque os laboratórios, na sua grande maioria, são instituições familiares. O proprietário é ainda aquele que põe a mão na massa, não tem as características de um administrador, não tem condições de contratar um administrador. Ele chega num determinado momento, quando descobre que o seu problema atingiu certo ponto, a uma situação em que ele não tem condições financeiras de arcar com os custos para fazer demissões e fechar. Aí, ele começa a se afundar em dívidas, vai piorando a situação, contribuindo ainda mais para essa concentração em poucas corporações, tomando conta desse mercado, que não é absolutamente nada saudável, para usar a palavra.

Como disse o meu colega ali, os processos pré-analíticos do laboratório são muito bem regulamentados e são fundamentais para que a análise em si seja muito bem feita e para que laudo, para que o exame tenha valor ou seja confiável. Refiro-me à entrada do paciente, à forma como ele é orientado para que faça os exames, ou seja, se vai fazer jejum, se pode andar de bicicleta. Há uma infinidade de interferentes,

os processos analíticos são muitos sensíveis. E essa fase pré-analítica, desde a entrada, desde a orientação dele até a coleta do exame, passando pela atendente, passando pela forma como é colhido o material de coleta etc., tudo isso pode interferir no valor do resultado.

Então, dá para imaginar que essas concentrações onde funciona uma usina muito grande em determinado ponto do País, que pega amostras de sangue de outro extremo, que viaja quilômetros expostos a temperaturas quais sejam, sem que sejam tomadas as devidas medidas de precaução para que cheguem da forma como se deve na ponta, isso deve interferir, sim, no resultado do exame e, conseqüentemente, no diagnóstico do médico, no tratamento, no acompanhamento etc.

Lembro que um dado importante no setor de saúde privado, apesar dessa contribuição dos laboratórios em 70% das decisões médicas, é que apenas 11%, 12% dos custos das operadoras são referentes a laboratório. Ou seja, a gente contribui e muito e custa pouco para eles. Então, essa é uma informação importante também, porque volta e meia, a gente se vê pressionado dizendo que os custos da saúde são por conta dos laboratórios. Eu me refiro, nesses 11%, aos laboratórios em si e não aos serviços diagnósticos, porque daí são outras contas.

Eu acho que este debate é fundamental. É muito bom como membro da sociedade, tanto da sociedade civil, como da sociedade brasileira de patologia clínica, ter a oportunidade de vir aqui falar um pouquinho com vocês e contar para vocês como anda esse setor, que está doente e que, se não for tomada uma ação, as coisas podem piorar e muito. Quando as coisas ruins acontecem na ponta, dificilmente vão falar “mas isso poderia ter melhorado lá atrás” ou “se o diagnóstico teria sido feito a tempo”.

Poderia se economizar muito se tivéssemos tido os reajustes devidos e a possibilidade de investir nos laboratórios de análises clínicas do País.

Uma coisa que acontece com muita frequência é: pelos laudos não baterem com a clínica médica, o paciente é recomendado a que faça exame num outro laboratório. Então, ele fica fazendo a média de três, quatro laboratórios, para tirar um resultado. Isso encarece a saúde. Isso não se vê na ponta também. É óbvio que um laboratório certificado, com qualidades, com condições de fazer um bom serviço, obviamente ele tem condições muito maiores de contribuir com um laudo mais confiável, com um laudo preciso no final das contas, do que um laboratório que não tem certificações ou creditações ou mesmo não cumpre a RDC, que determina que sejam feitos os controles de qualidade interna do laboratório.

É isso que eu tenha a dizer. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Primeiro, agradeço ao Sr. Vitor pela objetividade e pela economia do tempo.

Muito obrigado, Vitor.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Abissamra Issas.

Dei sorte porque estava ao meu lado e me soprou o sobrenome dele aqui. Pode-se destroncar a língua na pronúncia do sobrenome.

O SR. MARCELO ABISSAMRA ISSAS – Senhoras e senhores, Senadores e Senadora, é com imenso prazer que o Conselho Federal de Biomedicina participa desta audiência pública.

Gostaria de parabenizar a Senadora Ana Amélia, pela iniciativa e agradecer ao Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, pelo convite. Em seu nome, cumprimento as autoridades presentes.

Falar da tabela SUS não é fácil, principalmente para mim, entusiasta e admirador desse modelo, mas, neste contexto, é importante lembrar os 19 anos em que não há reajuste na tabela. Pior do que a falta do reajuste é a falta de discussão, de inclusão e de revisão dos procedimentos que nela existem.

Poderíamos falar aqui horas sobre os aumentos que houve nesse período, sobre tudo o que mudou, tanto a parte tributária, a parte de mão de obra e a parte de insumos. Além disso, poderíamos discutir as novidades que apareceram nos laboratórios, que também, anteriormente, não existiam: a parte de coletas está absolutamente diferenciada hoje; a parte de Internet; a gestão; os controles. São novidades, são custos que chegaram e que se agregaram aos estabelecimentos até hoje. Poderíamos falar também de todo o esforço e de todo o trabalho feito por representantes de entidades de negociações; senão num todo, em parte dela. Quer dizer, tentamos negociar separadamente os horários noturnos e de feriados em que trabalhamos sem parar; poderíamos discutir pontos, como valores de coleta ou até de alguns exames isolados. Mas tudo isso só mostraria o tamanho do rombo.

Hoje, queria dar um enfoque diferente disso e sair um pouco dessa questão do custo. Eu acho que é importante lembrar que a nossa área é absolutamente tecnológica. Ela vive das novidades. As atualizações são muito rápidas e constantes, e a nossa sobrevivência depende diretamente dessas evoluções.

Decorrido algum tempo sem reajuste, os laboratórios que prestavam serviços ao SUS começaram a ignorar essas inovações em suas rotinas. Claro, as novas tecnologias sempre vêm com custo maior. Elas demoram para se adequar ou até para se popularizar. Então, quando há lançamentos, eles sempre chegam em valores maiores; quer dizer, esses preços só vão

mudar quando se popularizarem ou quando surgir uma nova.

Então, os laboratórios deixaram de assimilar essas novidades. Visto que ele é absolutamente tecnológico, dá para entender o que acontece na continuidade deles. E essa é a principal causa de os laboratórios se terem tornado arcaicos e obsoletos, comprometendo a prestação de serviços de qualidade. Nem os serviços próprios – é muito importante frisar isso –, nem os serviços administrados pelo próprio Governo deram conta dessa relação de valores. Hoje, qualquer auditoria básica que se faça – vejam que o preço que eles demandam para manter o serviço está muito além do que é remunerado pelo SUS. E, nesse absurdo, quer dizer, foi fácil promover uma terceirização em massa do serviço público. Quando se levanta um custo, rápido que seja, e se identifica que o custo daquele serviço é maior do que se fosse pago, é muito claro imaginar que a terceirização é nítida e justificável. Foi isso o que aconteceu.

Diante disso, surgiram grandes usinas capazes de realizar uma imensidão de exames por dia, por hora ou por minuto, com uma capacidade impressionante de produção, mas são absolutamente emittentes de laudos, distantes dos usuários e absolutamente impessoais. Nem os serviços especializados escaparam desse movimento. Nem referências nacionais – em São Paulo, por exemplo, Instituto Dante Pazzanese, de cardiologia; o Instituto Emílio Ribas, de infectologia – nem esses grandes, com serviços absolutamente especializados, escaparam dessa terceirização.

Com esse cenário, os laboratórios deixaram de atender plenamente os hospitais, sem acompanhamento *in loco*. Os levantamentos específicos, sem pesquisa ou estudos clínicos, simplesmente emitindo laudos e distantes da realidade local. Os laboratórios privados de pequenos e médio portes também tiveram o mesmo destino, sendo engolidos pelos grandes ou simplesmente fechado as portas. Isso vem acontecendo há quase duas décadas e provavelmente se estenderá no tempo já que as causas se perpetuam.

Vale lembrar ainda a patente violação das prerrogativas do SUS, quais sejam: a integralidade, equidade e universalidade, uma vez que os serviços prestados são diferentes entre si em comparação com o que se tem de recursos para serem oferecidos aos usuários. Basta fazer um simples comparativo: os hospitais de nome, hospitais renomados privados todos possuem seus laboratórios próprios, parceiros, acompanhando, fazendo levantamentos epidemiológicos, levantamentos de CCIH, acompanhando de perto todos os pacientes e os serviços em que eles estão inseridos. Os hospi-

tais públicos, não. Hoje, já foram praticamente todos terceirizados.

Portanto, há de se cobrar aqui que os gestores do serviço público e a sociedade, de maneira geral, têm uma dívida moral com esse segmento., porque suas práticas interferiram diretamente na evolução da categoria, impediram o desenvolvimento e aperfeiçoamento do segmento. Não levaram em conta a capacidade dos profissionais, tampouco a necessidade dos usuários, nem se atentaram às novas opções de procedimento, promovendo uma estagnação e consequente retrocesso nos serviços oferecidos. Em suma, podemos dizer que o aspecto financeiro sempre limitou as inovações e avanços.

Eu gostaria que refletissem sobre esta discussão. Não é o direto, mas é o que leva a isso. Quando perguntam: já são 19 anos, e vocês conseguem fazer por esse preço? É dessa maneira, ou seja, perdendo qualidade a cada dia, é não incorporando novas tecnologias. E, quando se fala em grandes usinas de produção, é diferente – todos sabem disso –, porque economia em escala é o fato de que, para realizar um exame, gasta-se R\$1, mas, para realizar um milhão de exames, gasta-se próximo de R\$0,1 cada um.

Então é isso que tem acontecido. Acho que precisamos resgatar o respeito que o laboratório merece, e que sociedade ajudou delimitando aspectos financeiros à nossa evolução.

Obrigado e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo ao Marcelo Abissamra, quero registrar aqui, primeiramente, a presença da nossa amiga do Ministério da Saúde, Dr^a Cleusa da Silveira Bernardo, velha amiga, para minha alegria, do meu Estado do Mato Grosso do Sul.

Registro a presença do Deputado Federal pelo PSDB do Mato Grosso, Nilson Leitão, e agradeço a presença do Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, eu diria, do Congresso Nacional, porque essa é uma frente de Senadores e Deputados, o Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, do PMDB do Rio Grande do Sul, Darcísio Perondi.

Passo a palavra ao Sr. Edson Rogatti, Diretor Membro do Conselho de Administração – Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, representante de: José Reinaldo Nogueira de Oliveira Junior, que é o Presidente da CMB.

O SR. EDSON ROGATTI – Gostaria de saudar o Ex^{mo} Senador Waldemir Moka, Presidente desta Comissão, na pessoa de quem saúdo todas as autoridades já aqui anunciadas, mas queria fazer um agradecimento especial à Senadora Ana Amélia pelo apoio

que tem dado aos hospitais filantrópicos na discussão das nossas dificuldades.

Toda a imprensa está noticiando que este ano pode marcar o colapso dos nossos hospitais. Anuncia isso baseada em fatos e tem razão de prever esse desfecho. O quadro que enfrentamos hoje é realmente grave e pode ser fatal. Por isso, estamos aqui para evitar que o pior aconteça. Estamos aqui defendendo o interesse da população. Proteger a saúde da população, principalmente dos mais carentes é o motivo da existência das nossas Santas Casas e dos nossos hospitais filantrópicos.

A nossa reivindicação aqui é por respeito, não em forma de agradecimentos, porque, como já disse, encaramos o que fazemos, na nossa função, como uma obrigação, mas, por respeito aos acordos, respeito pela justiça nas contrapartidas, respeito pela lógica matemática, do que a remuneração deve, pelo menos, cobrir os custos dos serviços, para que qualquer projeto seja viável.

Há 25 anos, o Governo veio solicitar-nos colaboração para criar o SUS. Sozinho não ia conseguir e ainda não consegue. Aceitamos, porque era, e continua sendo, uma ideia que compartilhamos: prestar assistência gratuita e universal à população. Colocamos hospitais, a estrutura e a competência do nosso pessoal à disposição.

Hoje, somos responsáveis por mais da metade do atendimento público. Temos, por obrigação, destinar 60% dos nossos atendimentos ao SUS, mas a maioria coloca à disposição 80, 90% do seu atendimento. Em várias, a assistência é integral.

Em mais de mil cidades, somos os únicos a prestar o atendimento gratuito. Dos mais de dois mil hospitais filantrópicos, 56% estão localizados em cidades com até 30 mil habitantes, onde, normalmente, as alternativas de assistências são reduzidas. Somos também eficientes – cinco vezes mais baratos dos que os hospitais federais e estaduais. Recebemos somente um terço do que recebem as (*ininteligível*). Aliás, por que essa diferença, se oferecemos os mesmos serviços?

Paguem às santas casas e aos hospitais filantrópicos, como são pagos as (*ininteligível*), como são pagos os hospitais públicos. É isso que queremos.

Em troca de tudo isso, solicitamos apenas a contrapartida financeira, o que é óbvio, afinal somos entidades sem fins lucrativos. Não temos de onde tirar o dinheiro, para financiar serviços tão abrangentes. O Governo tem somente essa obrigação e não está cumprindo.

Enquanto isso, continuamos fazendo aquilo que prometemos, mas essa omissão por parte do Governo, hoje, faz com que honrar nossa palavra coloque

em risco a sobrevivência dos nossos hospitais. Para afastar esse risco, a única solução que encontramos é que se tenha um financiamento justo para as santas casas em hospitais filantrópicos.

É por isso que pedimos: paguem, pelo menos, os custos. Não queremos ter lucros em nossos hospitais. Queremos receber, pelo menos, os custos dos procedimentos.

Fico feliz, hoje, de estar aqui presente, Senadores, Deputados, Dr^a Creuza, uma grande parceira nossa, dos filantrópicos, no seu departamento, tem feito um trabalho maravilhoso, mas nós precisamos é de financiamento. O que nós queremos é que o Governo e o Ministro do Planejamento entendam que o Ministério da Saúde precisa de mais recurso do Orçamento. É preciso mais recurso para a saúde! Nós perdemos a CPMF. O aumento é muito pequeno, e nós precisamos urgentemente ter um aporte financeiro por parte do Governo, mais recurso para o Ministério da Saúde, para que ele faça uma contratualização com todas as santas casas e hospitais filantrópicos do nosso País.

O Dr. Olympio já colocou a defasagem – e foi muito bem colocada pela mesa –, mas eu gostaria que todos colocassem mais recursos para a saúde, porque temos visto que a saúde é muito importante antes das eleições. Depois que passam as eleições, todo mundo se esquece e não coloca recursos para a saúde. Não há condições de melhorar a saúde sem mais recursos. Nós precisamos de mais recursos na saúde.

Por isso, todos os presentes – Senadores, Deputados –, quando forem votar o Orçamento da União, que façam força para que sejam colocados mais recursos na área da saúde, porque saúde e educação são princípios básicos para que a gente possa ter um país desenvolvido. Que sejamos um país com educação, um país com saúde, um país digno para todos os cidadãos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecemos ao Sr. Edson Rogatti.

Quero, agora, passar a palavra para a Dr^a Ana Paula, a última oradora. Em seguida, passaremos aos Srs. Parlamentares, que já se estão inscrevendo.

A Dr^a Ana Paula Silva Cavalcante é Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Com a palavra a Dr^a Ana Paula.

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de agradecer à Comissão de Assuntos Sociais do Senado pelo convite, em nome do Ministro Alexandre Padilha. Essa interlocução é muito importante para o Ministério da Saúde.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Waldemir Moka.

É importante ressaltar a presença dos representantes dos hospitais beneficentes e de várias entidades profissionais. Acho que essa atual gestão do Ministro Padilha tem tido uma diretriz de aproximação com a sociedade civil, com as sociedades médicas, com os representantes de hospitais, com os representantes de entidades profissionais de maneira geral.

Cumprimento todos os presentes na pessoa da Senadora Ana Amélia.

Vou explicar um pouco o que o Ministério tem feito e quais são as propostas que nós temos em relação à sustentabilidade do setor.

Alguém vai passar os eslaides? (*Pausa.*) Pode passar, por favor.

Primeiro, eu queria ressaltar a importância que sabemos que o setor beneficente tem para o SUS.

Se olharmos o número de hospitais vinculados ao SUS, 29% são de entidades beneficentes sem fins lucrativos. Então, sabemos da importância desse setor.

Pode passar.

Se formos para o número de leitos, 35% dos leitos são de hospitais beneficentes sem fins lucrativos.

Então, não é nenhuma novidade a importância dessa parceria do SUS com as entidades beneficentes, parceria histórica com o Sistema Único de Saúde e pré-SUS.

Pode passar.

Aí é o número de hospitais, entidades beneficentes sem fins lucrativos. A maior parte deles tem 51 a 100 leitos; logo depois, entre 100 e 250 leitos.

Pode passar, por favor.

Quando observamos o número total de leitos, vemos que a maior parte está em hospitais entre 100 e 250 leitos. Esse é o porte principal dos hospitais beneficentes sem fins lucrativos.

Pode passar.

Aí são entidades privadas beneficentes sem fins lucrativos, 34,65% dos leitos existentes SUS. É a importância desse setor, que todos conhecemos.

Pode passar.

Aí é o número de leitos de UTI: 34% dos leitos de UTI estão em entidades beneficentes sem fins lucrativos.

Vou passar rápido, vou disponibilizar essa apresentação porque, senão, fica muito longo.

Um dos primeiros pontos que eu queria levantar é o incentivo à contratualização que é dado aos hospitais filantrópicos, às entidades beneficentes.

Em 2011, o Ministério da Saúde aportou R\$220 milhões nesse valor do IAC; em 2012, R\$200 milhões. No final de 2012, mais R\$146 milhões. O total de rea-

juste entre 2011 e 2012 foi de R\$566 milhões, ou seja, foi um crescimento acumulado, de junho de 2011 até final de 2012, de 166%. Saímos de um valor de R\$340 milhões para R\$907,3 milhões de incentivo à contratualização apenas para os hospitais filantrópicos.

Pode passar.

No final de 2011, início de 2012, criamos o incentivo ao 100% SUS para aqueles hospitais/entidades beneficentes sem fins lucrativos que prestam 100% dos seus serviços ao Sistema Único de Saúde, 20% a mais na média complexidade. Sessenta hospitais até o momento estão recebendo, mas está aberto. E nós aportamos mais cerca de R\$83,5 milhões a esses hospitais.

Pode passar, por favor.

Aí a produção dos hospitais filantrópicos no Brasil, a frequência de 4.711 procedimentos hospitalares. E aí R\$5,434 bilhões, o valor total repassado. São 46,73% do valor total repassado aos hospitais, por tabela de procedimentos. E os hospitais filantrópicos têm 41% da frequência desses procedimentos. Então, é um valor significativo.

Pode passar.

Aí o impacto financeiro de reajustes de procedimentos e de inclusão de tabela do SUS, que foi muito falado aqui, de 2011 até hoje. Nós reajustamos e incluímos procedimentos em 2011. Aportamos R\$47,174 milhões. Em 2012, R\$268,789 milhões. E agora, no início de 2013, já houve aumento de tabela de R\$396,101 milhões.

Nós temos – eu posso disponibilizar para vocês – uma planilha com todos os procedimentos que foram reajustados ou incluídos e com o percentual do reajuste. Há percentuais variados entre 20%, 50%, 100% até 200% ou mais de reajuste. Eu posso disponibilizar. Não ia trazer aqui, porque é uma tabela extensa. Mas o impacto é na ordem de R\$712 milhões.

Pode passar.

Bem, estive em consulta pública durante 65 dias a Política Nacional de Atenção Hospitalar e a portaria nova de contratualização, para que todos os hospitais que prestam serviços ao SUS tenham contrato ou convênio com o gestor local por meio de metas de qualidade e indicadores de acompanhamento. Hoje uma parte dos hospitais são contratualizados, filantrópicos, mas não sua totalidade. Então, o Ministério da Saúde pretende estender ao conjunto dos hospitais filantrópicos essa contratualização.

Pode passar, por favor.

A situação hoje é a seguinte: nós temos 48 hospitais filantrópicos contratualizados como hospitais de ensino; 643 hospitais contratualizados no programa de reestruturação dos hospitais filantrópicos. E, nos dois

programas, 691 hospitais estão contratualizados. Nós pretendemos estender essa contratualização ao conjunto desses hospitais.

Pode passar.

Formalizando a relação entre prestador e gestor, vinculando recursos ao estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas, para aprimorar a gestão, estabelecer um processo de avaliação e de controle e favorecer o controle social, porque qualquer um terá acesso a esse contrato ou convênio.

Pode passar.

Então, as vantagens são claras: uma programação orçamentária e financeira; facilita avaliação e controle; possibilita investimentos na gestão hospitalar de uma forma mais racional; adéqua os serviços conforme a demanda, e não a demanda conforme os serviços, como é comum; maior transparência na relação entre gestor e prestador; e uma inserção do hospital na rede de atenção à saúde.

Pode passar.

Bem, o processo de contratualização será linear para todos os hospitais que prestam serviços ao SUS, com papel assistencial bem definido e financiamento da prestação hospitalar com todos os recursos, sejam eles federal, municipal e estadual, que deverão estar contidos nesse contrato.

Pode passar.

E a proposta também é alinhar as redes prioritárias: a Rede Cegonha, a Rede de Atenção às Urgências e Emergências, a Rede de Atenção Psicossocial, pessoas com deficiência e atenção oncológica. Porque, além daqueles recursos de que nós falamos, o Ministério aportou uma grande quantia de recursos por meio das redes.

Pode passar.

Os eixos da contratualização: gestão, assistência e avaliação. E, para os hospitais de ensino, ensino e pesquisa.

Pode passar mais um.

Então, a proposta para o segmento: formalizar o processo de contratualização com todos os hospitais; revisar os valores de incentivo. Então, com esses aumentos de IAC, todos os hospitais que recebem IAC passam a ter 26% do valor da média, porque havia hospital, em 2011, com 2%, com 5%. E nós colocamos um patamar mínimo de 26% – alguns têm a mais –, e vamos criar o Incentivo à Qualificação da Gestão Hospitalar no lugar do IAC – Incentivo à Contratualização, com reajuste desses percentuais, que já estavam em consulta pública, acima dos 26%.

Pode passar.

Novas formas de financiar, por meio das redes, e a recontratualização e contratualização das entidades beneficentes, com vistas à sustentabilidade.

Então, essa é uma proposta que eu trago. O Secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães, pretende, até 2014, recontratualizar ou contratualizar de forma mais sustentável, dando uma globalização nesse orçamento dos mais importantes hospitais beneficentes sem fins lucrativos do Brasil. Estamos trabalhando nos requisitos, nos critérios de seleção, e esses critérios serão discutidos com as entidades, com o setor, para que a gente escolha um conjunto desses hospitais, para, além do conjunto de investimentos dado a todos os hospitais, dar um recurso diferenciado a esse subconjunto.

Pode passar.

Queria ressaltar aqui que houve muito recurso repassado por meio das redes. Então, se formos ver os prontos-socorros qualificados pela Rede de Urgência e Emergência, esses dados são de meados de 2012. Não estão atualizados. Se fôssemos atualizar hoje, seriam bem mais. Tínhamos 18 hospitais sem fins lucrativos, dos 75 à época, recebendo um custeio adicional. Então, são mais R\$300 mil para um hospital que entra como pronto-socorro prioritário.

Pode passar.

Assim como leitos clínicos, as entidades beneficentes foram beneficiadas em 1.239 leitos clínicos, com diferencial.

Qual é a proposta do Ministério hoje?

A proposta do Ministério da Saúde hoje não é fazer um aumento linear de tabela e, sim, fazê-lo em blocos, por exemplo, como estamos fazendo com a Rede de Urgência, com a Rede Cegonha, com a Rede Oncológica. Em alguns momentos, de forma pontual, há, sim, reajustes de tabela, mas de forma geral pegamos um conjunto de recursos dentro da organização de uma rede para diversos serviços – UPA, Samu, pronto-socorro –, como temos feito, e estamos liberando recursos a partir do compromisso desses serviços em cumprir metas. E tem sido essa a grande estratégia do Ministério da Saúde.

Pode passar.

Vamos ver, ainda, outros leitos clínicos qualificados: dez nas entidades beneficentes sem fins lucrativos, isso em meados de 2012. Hoje, deve ser o triplo.

Pode passar.

Leitos de cuidados prolongados: 67 nas entidades beneficentes.

Isso tudo significa o quê? Esses leitos, que têm um custeio hoje x, quando estão dentro da rede recebem um custeio x², ou x+ y. Então, esse custeio diferenciado está atrelado a um conjunto de metas para

um conjunto de ações voltadas para uma área específica, por exemplo, saúde materno-infantil, Rede de Urgência e Emergência, pessoa com deficiência, Rede de Atenção Psicossocial centrada no *Crack*. Então, se você coloca leito de saúde mental em hospital, você recebe um custeio diferente para aquele leito. E, em todas essas políticas, os beneficentes têm entrado.

Pode passar.

Vemos aí a distribuição de leitos novos de UTI: 24 nas entidades beneficentes. Então, o custeio, que era um pouco mais de R\$400,00, passa para R\$800,00.

Pode passar.

São 416 leitos qualificados de UTI adulto em entidades beneficentes. Isso significa que praticamente dobramos o custeio desses leitos, atrelados, claro, às metas das redes às quais ele está ligado.

Pode passar.

Leitos novos de UTI pediátrica: 20 em entidades beneficentes sem fins lucrativos. A mesma lógica. Um *plus* no custeio desses leitos.

Pode passar.

Leitos qualificados de UTI pediátrica: 87.

Pode passar.

Recursos para custeio de ações da RUE – Rede de Urgência e Emergência de uma maneira geral. Foram aportados R\$305 milhões só no setor de entidades beneficentes até meados de 2012, do montante à época de R\$855 milhões. Quer dizer, dos R\$855 milhões que, nos meados de 2012, tinham sido liberados para a Rede de Urgência, R\$305 milhões foram para as entidades beneficentes sem fins lucrativos.

Com isso, não estou querendo dizer que não é legítimo o que estamos discutindo aqui, mas que essa gestão tem feito um esforço significativo para aportar recursos, de maneira geral, para o sistema e, em particular, para as entidades beneficentes, acho que estamos conseguindo demonstrar.

Pode passar.

Distribuição de leitos de gestação de alto risco: a portaria nova vai sair agora, e pretendemos, no mínimo, duplicar o número de maternidades habilitadas para atender gestação de alto risco. Na época, 190 dessas maternidades que recebem custeio diferenciado eram entidades beneficentes, sem fins lucrativos. Vamos aumentar os recursos para essas 190 maternidades e habilitar outras. Deve sair ainda nesta semana essa portaria.

Pode passar.

Leitos de UTI neonatal. Da mesma forma, são 289 leitos de UTI neonatal nos hospitais beneficentes, com aumento de recursos, por leito.

Pode passar.

UCI neonatal. São 270. É uma estratégia nova, que não existia. O Ministério da Saúde passou a custear esses leitos, que eram custeados apenas por Estados e Municípios. O Ministério, então, passou a dar uma contrapartida.

Pode passar.

Leitos de UCI neonatal, do mesmo modo.

Pode passar.

A rede Cegonha. Do montante da rede Cegonha, de R\$372 milhões naquela época, junho de 2012, R\$89 milhões foram direcionados para os hospitais beneficentes, sem fins lucrativos.

Pode passar.

Outros projetos dos hospitais beneficentes: cuidar da pessoa com deficiência, cirurgias eletivas, que é um projeto em que os hospitais beneficentes participam de forma significativa. Estamos com um projeto de ortopedia, na linha do cuidado do trauma. Temos o Olhar Brasil, os hospitais de ensino e ampliação das residências médicas e multiprofissionais. O Ministério da Saúde, para aquele hospital que abrir novas residências nas áreas prioritárias, dará recursos de investimento para esse hospital para bibliotecas, salas de aula. Além de custear a bolsa, dará recursos por residente. Estamos, inclusive, mudando a portaria para contemplar, de algum modo, as residências já existentes, porque essa portaria refere-se a residências novas.

Pode passar.

Bem, os objetivos do Ministério da Saúde nesta gestão, sem dúvida, é acesso com qualidade. Essa é uma máxima do Ministro Padilha. Além disso, garantir acesso e qualidade em tempo adequado, garantir atenção integral, fortalecer a rede de forma negociada e discutida com os vários atores.

Pode passar

Acesso e qualidade é a nossa, como falei, grande meta nesta gestão.

Pode passar.

Deixo aqui meus contatos. Agradeço, dizendo que estou disponível para tirar dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Dr^a Ana Paula, agradeço, mas temo que as colocações aqui se referiram muito às questões de laboratório, de exames, de tabela. E a palestra que a senhora fez contempla, claro, de forma genérica o que o Ministério da Saúde está fazendo. Vou abrir o debate, mas eu gostaria que a senhora fosse pensando, porque eu posso até estar enganado, mas as pessoas que fizeram as exposições aqui podem não se sentir esclarecidas. Mas é claro que senhora terá a oportunidade de esclarecer. A senhora trouxe uma palestra, tinha que seguir nessa linha, mas penso que

a senhora também ouviu e pôde ver que o nível aqui se refere à questão de laboratório.

Concedo a palavra, inicialmente, à autora do requerimento, Senadora Ana Amélia, e depois ao Senador Cyro Miranda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antes de fazer minhas colocações, digo que também o meu gabinete recebeu do Diretor de Defesa Profissional do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, Dr. Heládio Feitosa Filho, sugestão de que fosse convidado para essa audiência o Conselho Federal de Medicina. Quero registrar, então, para dar a ideia da relevância do que estamos discutindo aqui.

Recebi também do Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Dr. Roberto Mattar Cepeda, pedido para que também estivesse aqui para tratar do mesmo assunto.

Agradeço ao Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional por essa manifestação de desejo de estar aqui. São duas grandes instituições médicas.

Não foram, Senador Moka, nosso Presidente, apenas laboratórios clínicos. Os hospitais, santas casas e hospitais beneficentes, filantrópicos, deixaram muito claro que a situação é a mesma. Então, tanto do Conselho, da Confederação Nacional de Saúde, quanto das instituições de patologia clínica, biomedicina, farmácia, laboratórios, de todos eles – todos –, para mim, o discurso é igual. Não é o discurso, é o apelo. O apelo e a situação, porque a situação é igual. A Drª Ana Paula fez uma dissertação, eu diria, sobre a política do Ministério, dizendo que houve reajuste de 400% em algumas áreas. Isso não é nada se, no período de 20 anos, foi de 0 para 400, mas os custos aumentaram 800. Então, ele ficou praticamente anulado, Drª Ana Paula. Então, como aqui foi dito, é uma questão matemática. É uma questão de matemática. De lá para cá, os custos foram muito ampliados.

Eu queria saber, primeiro, do Olympio Távora, que começou o debate, pela Confederação Nacional de Saúde, se o que a Drª Ana Paula disse aqui atende em parte, porque acho que o que ela disse não atende. Ela não quer falar, o Ministério não quer falar de reajuste coletivo sobre o setor, quer falar sobre os blocos, aqueles que o senhor mencionou no começo, que burocratizaram, de forma segmentada, para cada setor. Então, do ponto de vista da Confederação Nacional de Saúde, essa política que o Ministério tem, que respeitamos, que foi colocada aqui, vai resolver o problema ou pode, eventualmente, burocratizar ainda mais, aumentar a dificuldade de acesso nos procedimentos? Para o senhor, é essa a pergunta.

Para o Dr. Vitor: o senhor disse que só 2% dos laboratórios têm acreditação; primeiro, quem faz essa acreditação? E nesses 2% estão incluídos os laboratórios dos hospitais públicos, que foi um problema citado aqui, que são hoje terceirizados? Essa qualidade está sendo...? Quanto à questão que o senhor mencionou, assim como o Dr. Irineu, da concentração em pequenos grupos, parece que está havendo a morte lenta e gradual dos pequenos... dos laboratórios que ao longo da história existem, laboratórios com 60, 70, 80 anos. Lá no Rio Grande do Sul há muitos, especialmente nas cidades médias e pequenas.

Queria também saber, do Edson Rogatti, se o que a Drª Ana Paula disse a respeito das questões e de todo o volume de recursos que ela diz que o Ministério repassou, se isso realmente está acontecendo.

O Dr. Martinelli me impressionou não só pela veemência com que abordou essa questão da falência dos hospitais públicos. Essa terceirização, em que medida isso pode ser revertido e por que isso está acontecendo? Se o senhor for capaz de responder, porque creio que seria o Governo, em relação a isso.

E queria, do Dr. Grinberg, mais um detalhamento, porque não é só o que onera. Toda a composição de custos: pessoal, insumos... O Dr. Vitor falou do aumento dos insumos, que são renegociados com o fornecedor lá fora ou aqui dentro. Os insumos, o produto químico que é usado, o equipamento que é usado, então, como compatibilizar, numa dificuldade de recursos, não havendo um reajuste adequado para isso, o que se poderia, na visão dos senhores, dos laboratórios de análises clínicas, que outra providência, pela qual pudéssemos nós aqui lutar, poderia haver para gerar uma compensação, para evitar essa morte anunciada que estamos vendo aí do setor?

São as questões que tenho para todos os senhores, agradecendo também ao Dr. Issas pela exposição que fez, mas foi uma coisa mais política, conjuntural do setor na área da biomedicina.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Moka, Presidente desta sessão.

Senhores convidados, muito obrigado pela presença.

Digo que estou estarecido. Eu achava que a coisa era ruim, mas ela é desastrosa, simplesmente desastrosa.

Quando eu fiz a pergunta para o Dr. Irineu, foi uma pergunta de revolta, porque eu acho que devíamos... Deixa só 2% para ver se dá conta do Sistema SUS, e todo mundo sai fora, porque não é possível! O

prejuízo, Dr. Vitor, é pior ainda, porque, a cada mês, o empresário vai ficando numa situação pior. Então, é melhor parar, estancar isso daí e dar uma lição no Governo. Eu sei que há 2% aí dos grandes laboratórios que sobrevivem porque têm outras manobras atrás disso daí, mas eles não vão dar conta do Sistema SUS sozinhos. De maneira nenhuma.

O que eu tenho certeza hoje – e aqui me passou – é de que este Governo não dá a menor importância para a saúde, porque são 22 anos sem nenhum reajuste.

A gente viu aqui hoje... Dr^a Ana Paula, a senhora me desculpe, mas a senhora falou em projetos, em objetivos, em estratégias. Só que quem tem fome precisa ser alimentado na hora. Não adianta eu dizer assim: volta daqui a um mês que eu vou lhe dar um prato de comida. Eles estão morrendo. Essa é a realidade. Nós não podemos contestar o que estamos ouvindo aqui. As Santas Casas estão na pior situação que já estiveram. Essa solução a médio e longo prazo, quando ela virá? Agora, falar em 200% em cima de R\$1,85 é ridículo, certo? Então, é não dar atenção para o sistema, quando eu vejo ali: saúde não tem preço. Saúde tem preço, sim. Saúde tem investimento.

Então, o Governo precisa de conscientizar. Nós estamos numa batalha para que sejam investidos 10% do PIB e o Governo se tem negado. Os Municípios estão recebendo cada vez menos, sabe por quê? Existem dois tipos de contribuição: impostos e contribuições. As contribuições ficam na mão da União, os impostos são repartidos para os Municípios e Estados. Em 1986, as contribuições representavam 7,4%; hoje representam mais de 44%. Então, cresce a necessidade do Município, e, com isso, temos menos recursos.

Como falar em qualidade se eu não apoio os laboratórios? Se eles estão abaixo do custo? Como eles vão investir? Como é que a Santa Casa vai melhorar o seu padrão? Então, isso para mim é muito bonito no papel. O papel aceita tudo. Agora, daqui a se realizar... As propostas são boas, mas eu não vejo realização. São dez anos. Nós estamos falando em 20 anos. É muita coisa, gente, sem reajuste. A senhora já pensou se num Ministério teria alguém trabalhando se há vinte anos ganhasse a mesma coisa?

Então, eu deixo aqui muito mais uma reflexão e uma revolta. E a gente tem batido nisso todos os dias: saúde é prioritário na Nação e obrigação do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vejo os Deputados Federais aqui. Eu queria que pudessem... Se alguém fala em nome de... Pois não.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT) – Sr. Senador; nossos representantes de entidades à Mesa.

Senadora, quero cumprimentá-la. Senadora Ana Amélia, pela iniciativa.

Eu sou de Mato Grosso e vim aqui... Sou Líder da Minoria na Câmara federal, mas vim aqui a convite da minha amiga Marineusa lá de Santa Catarina, que também é de Mato Grosso. Mas também fico estarelecido com a situação. Há aqui o Deputado Ilmar Augusto, que é Deputado Estadual de Mato Grosso também. Vou dar apenas dois exemplos aqui, Senador, para não me alongar muito.

Mato Grosso já é mais suspeito em relação à saúde, porque é o único Estado que tem uma capital que não tem hospital nem laboratório mantido pelo próprio Estado. Praticamente 60% do meu Estado não tem uma maternidade nem um aparelho de raio x. Laboratório, então, é o mínimo. Eu fui prefeito durante oito anos da cidade de Sinop. Lá existe um hospital construído, pronto e fechado há cinco anos. Fecharam 12 hospitais lá no meu Estado, mas esse não é o pior problema.

O pior é que esses números do SUS e esses investimentos que a gente escuta falar do Governo Federal são muito simples, com alguns detalhes. Primeiro, a Emenda nº 29, quando o Governo Federal tira do seu colo a responsabilidade de ter um mínimo de investimento nos Estados e Municípios e joga no colo dos Municípios e Estados a responsabilidade de aplicar 15%, 12%, e o Governo Federal não tem responsabilidade nenhuma. Segundo, depois, exige que os Parlamentares apliquem 2 milhões, de suas emendas individuais obrigatoriamente na saúde, porém elas não são nem empenhadas. A grande parte não foi nem empenhada, lamentavelmente. É obrigado, é quase uma obrigação, um trabalho de ditadura, 15 milhões, de emendas individuais, e 2 milhões, obrigatoriamente na saúde. Não foram empenhadas.

O problema da saúde, no geral. E acredito que o SUS é o melhor modelo inventado. O que lhe falta é dinheiro, responsabilidade, prioridade. Mais do que isso, é preciso ter um levantamento nacional das próprias entidades com relação a isso. E, realmente, os Municípios não aguentam mais.

Vou dar um exemplo aqui bastante tranquilo. A minha cidade tem apenas três hospitais. Os dois particulares não aceitam mais trabalhar pelo SUS. Já faz cinco anos que fecharam a tabela SUS. O único filantrópico, que está trabalhando com a tabela SUS, faz seis meses que não consegue pagar seus médicos e repassar dinheiro para os laboratórios.

Então, é uma demonstração clara no Município menor de que o modelo, a gestão e a falta de recursos com essa responsabilidade se exauriu. Se o Governo, de fato, não falar em prioridade... Falar em 80 milhões, 100 milhões, parece grande coisa. Vai gastar 8 na

transposição do São Francisco; 80 milhões vai ser o preço praticamente de 20 ou 30 estádios construídos no Brasil. Para o trem-bala são 60 bilhões que estão sendo discutidos.

A saúde precisa ser levada como prioridade no Orçamento do Governo, e não apenas uma peça de ficção; não apenas um número para se fazer propaganda, e a propaganda tem substituído de fato aquilo de que precisamos no dia a dia.

Não tenho nenhuma dúvida. Os laboratórios que funcionam dentro dos hospitais públicos, mantidos por prefeituras ou pelo Estado com pouco recurso dos SUS, esses já estão quebrados praticamente. Os terceirizados já não conseguem mais fazer os trabalhos, porque os Municípios também estão quebrados, e os Estados também já estão totalmente exauridos na saúde.

Acho que, no Estado de Mato Grosso, por exemplo, a dívida da secretaria de Saúde passa de R\$1 bilhão. Não vai conseguir manter. Estou dando o exemplo de um Estado.

Então, se não houver, de fato, uma responsabilidade, uma priorização e, acima de tudo, uma vontade política de investimento na saúde de verdade, o que está acontecendo no Brasil é apenas uma peça de ficção, uma propaganda bonita. A população não tem esse atendimento, a fila para qualquer tipo de atendimento é enorme; de exames, enorme. E não acontece de fato aquilo que esperamos, que é o atendimento à saúde básica. Faltam remédios nas prateleiras.

Então, parabeno o Senado por isso e, sem dúvida alguma, acho que essa voz tem de ser engrossada em todo o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Deputado Darcísio Perondi.

Quero registrar também a presença do Dilmar Dal'Bosco, Deputado estadual Democrata, de Mato Grosso.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Parabéns ao Senador Moka e ao Senado por promoverem esta audiência e discutirmos o SUS, o cidadão que sofre, os prestadores e a própria gestão do Ministério da Saúde.

Hoje, temos obrigação de colocar a discussão do SUS na agenda. A agenda, hoje, se olharmos os últimos dois anos, está fortemente econômica. Nós crescemos 2,7 em 2011; 0,9 no ano passado, e isso deixou o núcleo do Governo apavorado e assustado. E a linguagem toda é só acompanhar os jornais. Só acompanhar os jornais. Às vezes, temos a impressão de que a crise da saúde desapareceu, porque os jornais estão priorizando, a imprensa está priorizando a questão econômica.

Quero cumprimentar a Dr^a Ana Paula, que falou de forma segura, clara, como quem é apaixonada pelo SUS. Eu também sou. Está aqui a nossa querida Cleusa ao nosso lado, também apaixonada pelo SUS. Devemos defendê-lo.

O SUS faz muito com o dinheiro existente, Senadora Ana Amélia. Faz muito com o dinheiro existente. Colocando-se os números *per capita* que o Brasil gasta e comparando-os com países da América Latina, nós ficamos em último lugar. Aliás, ficamos, inclusive no crescimento no ano passado também, nos penúltimos lugares. Comparando-se a outros países do nosso nível econômico é pior ainda a diferença. Pelos dados do IBGE ou do Pnud, de cada R\$100,00, R\$55,00 são privados e R\$45,00 são públicos. E estamos no sistema universal, de acesso para todos. Então, há, sim, carência de recursos.

A gestão pode melhorar? Não sei onde li, talvez em um artigo da OMS, que, se houvesse um choque de gestão, o SUS melhoraria em 10% a 15%. Mas não resolve. O problema do SUS é recurso. A gestão é milagrosa. Dizem: “não, mas roubam muito”. Não, a corrupção diminuiu, Senadora Ana Amélia, dos últimos 20 anos para cá. Os controles aumentaram muito. Ainda há desvios, mas melhoraram muito. O engraçado é que esse mantra repetido não acontece no MEC, não acontece no Dnit, não acontece no conluio pecaminoso do BNDES com um seleto grupo de grandes empresas nacionais. Isso não é repetido. Nessa luta do Governo para melhorar o crescimento, o governo passado abriu mão de R\$45 bilhões em renúncia fiscal, incluindo desoneração. Para a saúde não tinha, quando o Senado negou a aprovação de dez por cento. Perdemos por 15 votos em 2011. Não tinha.

O Ministério não fala sobre recursos. É a crítica que faço ao Padilha, e digo isto ao Ministro Padilha, ou seja, que o Ministério não fala que faltam recursos. E falta. E falta! O Temporão dizia que faltava, e continua faltando, mas o Ministério não diz isso publicamente. Isso é uma dificuldade para nós que lutamos. Este ano, a isenção será de, no mínimo, renúncia fiscal de R\$53 bilhões no mínimo. E o Figueiredo, que é o homem que comanda as obras, aquela empresa nacional de projetos, disse, na sexta-feira – vi no Twitter, estou atrás da notícia completa – que o Governo fará o trem-bala com recursos próprios. Todos os países que fizeram o trem-bala, em parcerias privadas, quebraram. Ele não dá lucro. Ele é pesado. Ele é rápido, mas é pesado no custo. Então, os empresários não estão se candidatando, mas o Governo diz que quer fazer. Falam em R\$35 bilhões, mas vai ser o dobro. Quem está estudando trem-bala sabe que será o dobro. Então, recurso existe. E existe. Não existe é atitude.

Feito isso, não é preocupação do núcleo duro do nosso Governo, Senador Moka, do nosso Governo, Senadora – nosso, do PT e PMDB, o Partido da Senadora Ana Amélia está ajudando apenas; não vejo aqui Senadores do PT; o PT silencia com o SUS – passa para o Ministério: “o dinheiro é este, e tirem a saúde das manchetes.”

Aquilo que a imprensa falou há duas semanas, de uma reunião das entidades de saúde complementar com o núcleo duro do Governo, com a presença da Presidente Dilma, é verdade. E a verdade é mais dolorida porque não foram as empresas de saúde complementar que levaram a proposta para o núcleo do Governo, foi o núcleo duro do Governo. E acho que surpreendeu o próprio Ministro Padilha, que não é do núcleo duro do Governo. A Presidente Dilma apresentou a ideia de baratear os planos de saúde para enfrentar a crise do SUS. Olha a visão que a nossa Presidente quer. Dinâmica, inteligente, trabalha 30 horas por dia, mas ela e o núcleo duro, sobretudo ela, que é a nossa grande líder, tem a visão de que o dinheiro é suficiente e tem que melhorar a gestão.

Esse é o nosso grande problema, Senador Moka. O Lula ainda ouvia, sentia, o Lula tinha um pouquinho mais de abertura. A Presidenta Dilma não entende isso. Então, a reunião da semana passada e atrasada é a segunda reunião que houve e surpreendeu o Bradesco, a Qualicorp e a Amil, que foram convidadas a conversar com ela. Então, olhem como a questão é recurso.

A Dr^a Ana Paula fala, e fala com segurança, dos recursos. A SAS melhorou extraordinariamente com Helvécio e toda a sua equipe: a senhora faz parte; o Helvécio é conhecedor, tem uma visão da saúde hospitalar, uma visão também dos hospitais filantrópicos muito boa. Salvou, a rigor, a Santa Casa de Belo Horizonte. Não salvou, mas fez parceria, e a Santa Casa de Belo Horizonte não fechou quando ele foi secretário. A equipe é muito boa, mas tem aquele dinheiro só. E avança muito hospital público, avança muito hospital universitário em cima do dinheiro do SUS.

Já estou fechando, Senador Moka.

Então, a senhora foi brilhante na exposição. E para quem não conhece, Dr^a Ana Paula, vibra com a sua fala, vibra com a fala do Helvécio. Comparando, é quase 1 bilhão em três anos, mas, do reajuste de 2011, 50 milhões para um parceiro que atende quase a metade do SUS... Não, aqui é o reajuste geral! Reajuste com a inclusão de 2012, 268 milhões, e reajuste em 2013 de 400 milhões, Olympio, é pouco; Dr^a Ana Paula, é pouco! É pouco, Dr^a Ana Paula! A gente fica encantado com os números, mas é pouco, realmente é pouco, por isso a crise é verdadeira.

Para terminar, as santas casas, sim, são parceiras. São parceiras e estão sofrendo enormemente. Eu acho que elas teriam que... O Ministro sabe minha posição. As santas casas, se tiverem coragem, começam a parar – a parar – para ver se o núcleo duro do Governo acorda. Não sei se os provedores terão coragem, mas esse vai ser o caminho. Eu estou há 30 anos nisso. Esse vai ser o caminho.

O IAC... Que bom, o Governo atendeu o apelo do movimento, corrigiu o IAC, parabéns! Excelente! Mas, dos laboratórios, é impressionante! Já acompanhei por dois, três governos, os líderes dos laboratórios. Há uma frieza! Tenho a impressão, às vezes, de que o Ministério da Saúde quer fechar os pequenos laboratórios! Quer fechar! E depois quer levar médico para caximbinha, porque não tem ninguém para fazer hemograma, e lá no fim, é o desprendido Irineu, quando foi, jovem, para o fim do mundo, quando começou. Ninguém vai, com esse preço.

É uma frieza! É uma geladeira quando se levam os pleitos, Dr^a Ana Paula! O Ministério tem que olhar, tem que rediscutir isso! Aqui estão muitos representantes... É uma frieza, uma frieza! Até acusam... E nós, santas casas, ainda temos lá incentivos, isenção, etc., que ajudam. E aqui não há. Então, não sei, parece que é uma coisa deliberada, estruturada, que laboratório não precisa. Não precisa. E aí desempregam, baixam a qualidade. Não sei como vocês resistem. Então, precisaria dar uma olhada, Dr^a Ana Paula, nessa questão.

Mas o SUS passa por reajuste, por reajuste linear também. Estou de acordo, reajuste linear das tabelas. A média complexidade. A senhora não referiu ali. A média complexidade, hospitais estão fechando também. A média. Média. Até na grande. Não sei se o Olympio escreveu certo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Deputado Perondi...

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Estou encerrando.

A alta complexidade...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Eu pediria que V. Ex^a encerre.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Vocês estão diminuindo agora, mas a média também.

Então, passa por mais recursos.

Eu queria que o Ministério dissesse para o Brasil que está faltando recursos e que nós Parlamentares tivéssemos coragem de bater à porta do Palácio, Senador Moka. Nós não estamos tendo coragem. Aliás, não sei se a porta se abre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Infelizmente, a função da presidência

é às vezes até antipática, mas eu preciso coordenar e fazer com que o debate tenha andamento.

Vou pedir que os oradores que foram inicialmente... A Senadora Ana Amélia fez perguntas específicas. Eu começaria, então, dando a palavra ao primeiro orador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, pela ordem, Sr. Presidente, antes de o Dr. Olympio falar, apenas mostrar a relevância das redes sociais. Estou contando o que estamos fazendo para mais de 18 mil pessoas que me acompanham, e acabo de receber do Guilherme Velleda o seguinte: “Sou proprietário de um laboratório de análises clínicas em Bagé”, no Rio Grande do Sul, “que presta serviço, basicamente, para o SUS. Estamos falindo.” O pai dele faleceu e as dívidas ficaram com ele.

Só para deixar um exemplo claro do que está acontecendo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De Bagé, deve conhecer, porque deve ser laboratório antigo. Apenas isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Dr. Olympio, por favor.

O SR. OLYMPIO TÁVORA DERZE CORRÊA – Vou tentar... Para responder sua pergunta, Senadora, eu tenho de fazer alguma digressão.

Em princípio, no que a Drª Ana Paula apresentou, ela mostra uma tendência a beneficiar esse ou aquele segmento, mas nunca trabalhamos com reajuste linear de tabela. Eu disse que, desde o início dessa tabela do SUS, que o SUS herdou do Inamps, nós negociávamos um reajuste de diária e taxa quando se aumentava o salário; reajuste de material e medicamento na tabela quando havia aumento de medicamento. Então, tínhamos forma de corrigir esse ou aquele procedimento, de acordo com o que estava acontecendo.

Todas as propostas que fizemos – estou aqui desde 1990 – de reajustes e de quando pudemos negociar com o SUS, foram no sentido de reajustes pontuais, escolhendo-se aquilo que precisava ser feito. Os próprios estudos feitos pela SBAC e pela SBPC mostram que alguns exames de laboratório precisam ser urgentemente revistos. Apresentei junto com o pessoal, desde a época em que estava na Federação Brasileira de Hospitais, ainda, em 1998/1999, os reajustes pontuais de alguns procedimentos que não tinham condições de continuar naqueles valores. Já se vão 13 ou 14 anos, e não aconteceu nada. Então, a nossa posição de entidade de classe sempre foi buscar corrigir aquilo que, efetivamente, está mais errado, mais agudo e mais problemático.

Agora, vivemos um problema muito sério. Levei um pito – o Perondi estava comigo; desculpe chamar de Perondi, Deputado Perondi; pela intimidade que tenho com ele há mais tempo, deixei o título de lado. Estávamos com o Ministro do Planejamento, e eu falei que a coisa, nessa mudança de Governo Federal, está errada.

A Emenda à Constituição nº 29 fala que o Governo Federal tem de, no mínimo, colocar o dinheiro gasto no ano anterior, corrigido pelo PIB nominal, pela variação do PIB nominal. Então, falei que o mínimo para o Governo Federal virou máximo, porque nunca se colocou no Orçamento da Saúde mais do que o mínimo. É uma aberração matemática, falei com o Ministro. O mínimo virou máximo. É isso o que vem acontecendo. Eu disse que, quando o SUS foi criado, 75% do custeio, logo que começou, eram do Governo Federal. Hoje, são 46%. Então, o encargo está todo com os Estados e Municípios. Como os recursos do Governo Federal não aumentam, eles se negam a aumentar as tabelas e a corrigir as remunerações de quem presta serviço. O setor privado, tanto o lucrativo quanto o filantrópico... O lucrativo hoje está muito pouco no SUS, porque saiu com a questão de sobrevivência. Digo pela minha experiência própria. Eu tive laboratório, depois fiquei só com o meu serviço de hemoterapia, e tive de fechar.

Para fechar, sabe o que eu fiz, Senador?: Vendi o carro da minha mulher e o meu carro, para poder indenizar funcionário e ficar livre do prejuízo. Eu falei: “Não é possível. O que levei 40 anos da minha vida ganhando, eu vou ter de devolver agora por causa de prejuízo do SUS?” Eu fechei o serviço em 2002, e não tem condição de se trabalhar. Então, as coisas vieram se acumulando ao longo do tempo e eu não sei como vamos sair dessa, porque o Ministério da Saúde se nega a discutir tabela, fazendo, como a Drª Ana Paula mostrou, contrato de metas, contratos globais. Mas, como falei, os contratos de metas e contratos globais vão ser defasados, porque o valor do contrato de metas vai ser naquele serviço produzido. O serviço produzido está catalogado em cima de valores irrisórios. Então, vai continuar pagando pouco. Não tem solução para isso.

Então, o que o Senador Cyro falou, a questão de sair, deixar de trabalhar, muitas vezes, é difícil. Às vezes, você não tem condição de fechar, porque você tem de pagar, tem de mandar funcionário embora, tem de pagar indenização, etc. Então, fazer o que eu fiz: vender o que eu ganhei no passado para poder encerrar o serviço.

Agora, chamo a atenção para mais uma coisa. Falou-se aqui, mais uma vez, na perda da CPMF. Eu acho muito mais grave ter perdido o valor da contribuição da folha de pagamento, que aconteceu no governo

Itamar Franco. Vou contar uma historinha rápida aqui, Senador – se V. Ex^a me permite.

É o seguinte: em 1954, no tempo dos IAPs ainda, o Presidente Café Filho aumentou a contribuição previdenciária de 5% para 6% sobre a folha, com a justificativa de que se precisava de mais dinheiro para a saúde. No final do governo de Juscelino Kubistchek, em 1960, aumentou de 6% para 8% sob a justificativa de que se precisava de dinheiro para a saúde. No governo Figueiredo, aumentou para 8,5%, 9% até 11% sob a justificativa do seu conterrâneo, Jair Soares, de que se precisava de dinheiro para a saúde, que, à época, estava sendo custeada pela previdência social. Então, os trabalhadores e empresários, hoje, que continuam contribuindo para a previdência social, destinam um percentual muito grande dessa contribuição para a saúde historicamente. Em 1993, o Ministro Antônio Britto, seu conterrâneo também, juntamente com Itamar Franco, que é meu conterrâneo e já foi Presidente da República, acabaram com o repasse da folha de pagamento do INSS para a saúde. Então, esse foi muito mais grave, porque esse montante da folha, hoje, é muito superior aos 10% da receita. E nós falamos aqui da CPMF.

Eu gosto de contar história porque, quando se conta história, dá para ver de onde vêm as mazelas da saúde. Vou dizer sinceramente – já o disse diversas vezes, vou repetir; se quiserem me colocar na cadeia, podem colocar –: não conheço nenhum governo federal, desde que começou o SUS, que tivesse interesse em resolver problemas na saúde ou de alocar dinheiro para a saúde. Desde 1988 para cá, nenhum Presidente da República, nenhum governo federal, nenhuma equipe de governo se preocupou em colocar dinheiro na saúde. Então, enquanto vivermos nisso – para ficar mais *light* – digo que casa onde falta pão, todo mundo chora e ninguém tem razão. Ou, então, vamos fazer igualzinho o antigo superintendente do INPS de Minas que, quando uma repórter falou com ele “Dr. Mário, os postos estão cheios de filas, todos reclamam...”, ele respondeu, com aquele vozeirão grosso: “minha filha, você já foi ao cinema assistir a um filme bom? Já foi ao teatro assistir a uma boa peça? Tinha fila? Então, se tem fila, é porque está bom. Por que vou acabar com as filas?”

Então, estamos chegando a essa situação novamente. Se há fila, é porque está bom.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a pediu...é a resposta. Acho que, se fosse produtivo, se a Dr^a Ana Paula, em algum momento, quisesse fazer alguma referência ao que está sendo colocado, talvez ficasse melhor esse debate. Não sei se V. Ex^a concordaria com isso.

A pergunta é de V. Ex^a. Ele acabou de colocar que esses aumentos por blocos não atendem. E eu percebi...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ela poderia, se quisesse, estabelecer o contraditório ou, ainda, esperar que todo mundo fale para falar depois. Só não quero colocá-la na obrigação de ter que responder a tudo. Acho que isso também não. Não vamos trazer aqui o representante do Ministério da Saúde para isso; não é esse o objetivo.

Então, passo agora ao Irineu Grinberg.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Quero fazer algumas considerações. Todos nós que estamos aqui, hoje, ou proprietários ou diretores de laboratórios, começamos, todos, sem exceção, na área técnica, fazendo e exercitando aquilo que era – e lamentavelmente digo era – a nossa vocação: de realizar exames, de nos enriquecer tecnicamente, de melhorar todos os dias a qualidade dos nossos laboratórios.

Chegou um determinado momento em que nós precisamos pendurar o avental porque precisamos, prementemente, cuidar das finanças dos nossos laboratórios e nós não éramos preparados para isso.

Eu desconheço qualquer universidade que, dentro de cursos técnicos, ensine ou aplique alguma coisa sobre gestão. Então, nós precisamos aprender a ferro e fogo, e nos tornamos gestores dos nossos laboratórios, uma palavra nova, tão nova que muita gente nem sabe o que é isso.

No nosso próximo Congresso Brasileiro de Análises Clínicas, que vai se realizar em junho, lá no Costão do Santinho, em Florianópolis, nós vamos ter um congresso paralelo chamado Núcleo de Gestão e Qualidade, para acordar os nossos colegas para o quanto é importante nós gerirmos os nossos estabelecimentos.

Perguntou um Senador: “Por que vocês atendem?”

Eu vou dar um exemplo de um colega de Goiás que resolveu vender o seu laboratório depois de uma vida toda de trabalho. A importância que ele apurou pela venda, descontadas todas as indenizações dos funcionários e tudo aquilo que ele devia, quando recebeu o dinheiro da venda, sobrou o suficiente para comprar um apartamento JK no centro de Goiás. Então, ele trocou uma vida de trabalho por um apartamento JK em Goiás. É por isso que não dá para fechar os laboratórios.

Por outro lado, fechar como e por que se nós não sabemos fazer outra coisa, se a nossa vocação é o atendimento, se a nossa meta de trabalho inclui o Sistema Único de Saúde? Não por uma questão comercial, Dr^a Ana Paula, mas por uma questão de índole.

le, por uma questão de ciência e por uma questão de querer dar o melhor acolhimento aos nossos clientes.

A senhora explanou, de maneira magnífica, as metas hospitalares do Ministério da Saúde. Eu lhe perguntou, e gostaria de obter resposta: e o atendimento, aquele na ponta, no posto de saúde, onde todos as pessoas não têm nada que necessite hospitalização? Qual é a prioridade para isso? Aquela pessoa que sai da sua casa, vai a um posto de saúde, o clínico olha o olho, acha que está anêmica e resolve tudo com um hemograma. Então, isso vai custar para o Ministério da Saúde, um hemograma, R\$4,11, e resolve um problema.

Deus seja louvado se um dia nós conseguirmos o que se falou aqui: 200% de reajuste. Com 200% de reajuste, eu seria, hoje, a pessoa mais feliz do mundo, porque eu poderia, mais uma vez, reequipar o meu laboratório, mudar todo o sistema de gestão do meu laboratório e atender melhor a população.

Nós estamos num beco sem saída. Ou vamos postergando... A gente dá graças aos céus quando, no dia 20 de cada mês, consegue pagar o INSS, não aquilo que a gente descontou dos nossos funcionários, a parte patronal, que é um assalto. No dia 25, pagar PIS e Cofins é outro assalto, é uma extorsão.

Nós estamos, aqui, buscando resposta para tudo isso e, principalmente, buscando a solução dos nossos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra ao Sr. Mario Martinelli.

Eu sei que é difícil, às vezes, mas estou pedindo objetividade, porque pretendo... Porque, senão, nós vamos fazer uma audiência pública... Nós precisamos dar um encaminhamento. Nós não podemos ficar discutindo, aqui, e, no final dessa discussão, não ter um encaminhamento que possa fazer com que essa situação seja levada ou ao Ministro do Planejamento... É com isso que, às vezes, eu fico angustiado.

As audiências públicas não podem servir apenas para colocar o problema. O Senado... Aqui nós temos de nos responsabilizar por um encaminhamento que possa produzir algum tipo de resultado.

Então, com a palavra, Mario Martinelli.

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (*Fora do microfone.*) – Senador, já que ele fez uma pergunta objetiva a mim, eu gostaria de responder.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Em relação às atividades básicas de saúde, eu queria acrescentar que eu não trouxe o detalhamento das unidades básicas de saúde porque o assunto da audiência era aumento de tabela, não é? Mas nós temos o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da

Atenção Básica com aumento de recursos, reestruturação física e tecnológica das unidades básicas de saúde, inclusive com informatização, projeto de fixação de profissionais nas pequenas cidades e na periferia. Então, existe todo um departamento dentro do Ministério da Saúde voltado exclusivamente para a atenção básica, com uma série de projetos sendo realizados.

Outra coisa que eu gostaria de enfatizar, aqui, é que nós não trazemos exclusivamente projetos, nós trazemos números, que podem ser atestados nas diversas portarias, nos sistemas de média e alta complexidade do Ministério da Saúde. São dados transparentes que qualquer um pode visualizar. Nós não trazemos apenas, como foi dito, projetos. Nós trazemos ações efetivas, que foram realizadas, não é, Senador? O senhor pode achar até que o valor do IAC reajustado não foi o suficiente, mas ultrapassou muito 100% em menos de três anos, e houve aumentos para o segmento filantrópico de outras maneiras, como a gente chegou a explicar.

Em relação a não ter me referido explicitamente à questão dos laboratórios, é porque não ficou claro na demanda, pelo menos para mim, que nós fôssemos discutir um segmento específico. Imaginei que fôssemos discutir de forma mais genérica, por isso não trouxe uma customização em relação a isso. Não que não seja importante e que a gente não possa ter um encaminhamento para isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, não, mas eu entendo e até pode ser que, na hora de expedir os convites, não foi... Mas é claro que os convidados, a Mesa tem essa predominância.

Eu, até para ajudar no encaminhamento, proporia, então, que o pessoal... Não que vamos separar as coisas, aqui, mas que o pessoal de laboratório... Porque me parece que todo o problema, todo o sistema tem problema de financiamento. Eu não tenho a menor dúvida disso. O que falta para o SUS são recursos.

É claro que o Ministro da Saúde tem dificuldade. Claro, ele é Ministro, mas nós temos de fazer com que essa questão... E vai chegar ao Congresso Nacional, até por uma mobilização da população, chegará, aqui, 1,5 milhão de assinaturas pedindo os 10%.

Isso é que está errado. Como é que os Municípios se comprometem com 15% dos seus orçamentos? Não, 15 são aquilo com que se comprometem, mas, na média, eles estão investindo de 20 a 25%; os Estados, 12 e estão investindo, no mínimo, 13; e a União, pelos números que eu tenho, não chega a 5%. E olha que eu estou sendo bastante otimista: são 4 ponto qualquer coisa.

Então, é isso que está faltando, agora, eu acho que o encaminhamento produtivo é se sair daqui, se a Dr^a Ana Paula se compromettesse a que a gente pudesse sentar, especificamente com essa questão dos laboratórios – já seria uma resposta desta audiência pública –, para, depois, evoluir.

Aí, Senadora Ana Amélia, se V. Ex^a topa, esteve aqui o Senador Cyro Miranda, vou convidar o Senador Humberto Costa, que já foi Ministro, tem Vanessa Grazziotin, que é bioquímica, mas nós dois tomaríamos a responsabilidade de irmos junto com o representante, para que a gente começasse – não gosto da palavra comissão – um grupo de trabalho. Que a gente pudesse, realmente, chegar e sensibilizar o Ministério do Planejamento. Essa é a questão. Essa questão é orçamentária.

Eu ouço, por exemplo: “Ah, o negócio dos *royalties* vai todo para a educação”. Eu sou professor. Fiquei 15 anos dando aula. Meu Deus do céu, será que ninguém percebe que a saúde... Eu sou médico e professor. Não é possível priorizar 100% a educação. Não vai haver recurso para a saúde? Estou vendo as pessoas à míngua. Não é possível.

Então, esse é um desabafo no sentido de encaminhar.

Ouçó agora o Mário Martinelli.

O SR. MÁRIO MARTINELLI JÚNIOR – Antes de responder à Senadora Ana Amélia, Senador, digo que até concordo com o que disse em relação à falta de recurso. Mas o reajuste que foi proposto pela SBAC, maior sociedade brasileira de análises clínicas da América Latina junto com a SBPC, esse trabalho foi entregue ao Ministro da Saúde, o impacto do reajuste é muito pequeno.

Esse reajuste da tabela do SUS urge, porque não dá para a gente fazer um programa – eu acho esse programa da Rede Cegonha magnífico e todos os programas que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo estamos aqui para apoiar –, não dá para fazer um programa desses e uma urocultura de uma gestante por R\$4,80. Que qualidade vai ter essa urocultura para o acompanhamento dessa gestante? Como nós vamos realizar um antibiograma por R\$4,00 e utilizar dois discos de antibióticos, doze discos de antibióticos, que é o que preconiza a OMS?

Então, na verdade, o que estamos discutindo aqui é que urge o reajuste da tabela do SUS para os exames laboratoriais.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Quanto se tem?

O SR. MÁRIO MARTINELLI JÚNIOR – É R\$1,4 milhão por ano ou R\$1,1 milhão. Esse trabalho foi entregue ao Ministério, podemos aqui entregar ao Minis-

tro da Saúde ou à colega Ana Paula Silva, para buscar esse trabalho em que foi proposto um reajuste escalonado na média complexidade: na bioquímica, 30%; 20% em exames específicos; na urocultura; naqueles que, quem está no *front*, no laboratório, sabe que há dificuldade em poderem realizar esses exames.

Outra coisa que temos que observar é que hoje temos 140 milhões de usuários no Sistema Único de Saúde e a tendência é aumentar ainda mais, porque a saúde suplementar está ficando cara. Está ficando caro, oneroso para o cidadão brasileiro pagar um plano de saúde.

Então, se a gente quer avançar na discussão, tem que pensar nisso, Senador. Acho que tem impacto no reajuste e tem recurso, sim, para reajustar a tabela do SUS para exames laboratoriais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ô Mario, acho que o senhor não entendeu o que eu disse. Quando falei de um grupo de trabalho, estava propondo exatamente, especificamente essa questão dos laboratórios, que me pareceu ser a coisa mais angustiante aqui, pelo menos nesta audiência pública. É claro que não há como lidar com a saúde, mas, como disse a Ana Paula, se ela nos receber, é claro, vai-se chegar à questão de recurso. Recurso é planejamento, é Ministério da Fazenda, é a área econômica. Mas eu acho que nós começaríamos com representantes dos senhores, com uma reunião específica com a Ana Paula para, com base nas tabelas, ver se isso é possível. É o encaminhamento que me parece ser o mais ágil, mais sensato neste momento.

O SR. MÁRIO MARTINELLI JÚNIOR – Eu concordo, Senador. Já estivemos inúmeras vezes no Ministério neste Governo e em outros, com outras lideranças, com Parlamentares, com outras lideranças do Governo e as coisas não andaram para o laboratório. Nós precisamos saber realmente o que acontece com os laboratórios, o que o Governo pensa sobre os laboratórios clínicos do Brasil.

Ter uma remuneração dessa de R\$1,45 para exames de fezes é aviltante. Sinceramente, acho que fica muito complicado fazer esses exames com a qualidade que a sociedade tanto nos cobra. Penso que nós temos de chamar aqui para esta audiência o Presidente dos Renais Crônicos do Brasil para informar quanto o SUS nos remunera num sódio e potássio, que são de suma importância para a avaliação. Acho que temos de convidar aqui o Presidente dos Diabéticos do Brasil para dizer quanto o SUS nos remunera na glicose e se essa glicose de R\$1,85 vai ter qualidade lá na ponta para que o acompanhamento terapêutico seja feito.

Senadora, com relação à sua pergunta sobre os laboratórios públicos, esse trabalho está sendo fi-

nalizado. Nós pretendemos, e aí podemos aproveitar essa oportunidade para o Senador propor, levar esse trabalho também para essa reunião, mostrar como se encontram os laboratórios públicos do Brasil.

Não sei se há, dentro do Ministério, intenção de copiar o modelo americano, em que existem apenas duas redes de diagnóstico laboratorial. Eu não sei se existe essa possibilidade, porque no Brasil isso é inviável, como foi colocado aqui pelo nosso colega da SBPC. Esse transporte de amostras voando o céu do Brasil não se sabe como é feito. Recentemente, fazendo um voo daqui de Brasília para Salvador, vi de um laboratório de apoio uma caixa de isopor que me parece seria de amostra biológica sendo jogada para lá e para cá. Tudo isso tem interferências pré-analíticas, como foi colocado aqui pelo nosso colega.

Então, eu não sei, sinceramente, o que passa nessa terceirização dos laboratórios. Eu sei que os laboratórios estão, na sua grande maioria, sucateados. Nós temos verdadeiros heróis da saúde ali, colegas farmacêuticos, biomédicos e médicos patologistas recebendo salários aviltantes, sem um programa de gerenciamento de resíduos, sem controle de água, sem uma ergonomia. Isso está tudo sendo feito pela Comissão de Análises Clínicas do Conselho Federal da Farmácia. E coloco, também, Senador, aqui, a Comissão, o Conselho, as entidades, para a gente poder sentar junto com o Ministério e realmente apresentar esse trabalho.

Agora, urge o reajuste da tabela do SUS para os exames laboratoriais, senão os programas ficam ameaçados de caminharem com qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sr. Vitor Pariz.

O SR. VITOR PARIZ – Bom, Senadora, respondendo à pergunta sobre a acreditação, dos 2% de laboratórios acreditados, em média, aproximadamente, 3% só são laboratórios públicos. A grandessíssima maioria são empresas privadas. Isso custa. Obviamente, a acreditação custa. Ela basicamente se norteia na própria legislação.

Existem duas empresas, duas entidades, a SBAC e a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, que têm programas de acreditação. O PALC e o PNCQ, da SBAC; e existe o ONA também.

Só para vocês entenderem o que isso significa, os laboratórios hoje são muito automatizados, existe muito equipamento, equipamentos extremamente sensíveis, como estava dizendo o colega ali. E para que esse equipamento processe os analitos, a gente precisa... antes de iniciar a rotina de processo, nós precisamos passar controles e calibradores, que são, na maioria das vezes, importados e extremamente caros,

e muitos laboratórios não fazem, isso é lei, mas muitos deixam de fazer, deixam de cumprir por falta de recursos. E acham que... Aí é aquela estória, a gente não sabe até que ponto está errado – mas acham que é melhor fazer mesmo sem o controle do que não fazer.

Então, eu já tive a possibilidade de, como cliente, estar num hospital público em que a gasometria da UTI não tinha controle nenhum, não se fazia controle do equipamento de gasometria da UTI. E o médico intensivista se baseia nesses exames, ou nesse exame especificamente, um exame muito utilizado na UTI, para garantir a sua ação lá dentro, interferência.

Eu sugiro que no *slogan* “Saúde não tem preço” se acrescente “mas tem custo”, eu acho que fica melhor assim. Eu acho que médio prazo já não nos atende, eu acho que tem que... Não sei se a gente sobrevive a médio prazo, as empresas vêm quebrando, sim.

Choque de gestão, que é uma palavra da moda, eu já fiz, é importante, precisa fazer, sim, choque de gestão, mas até para isso precisa de recurso, porque, como vimos dizendo aqui, não é nossa formação. Eu fiz uma pós em Administração, mas, mesmo assim, precisei de um administrador para me orientar sobre o que fazer lá dentro. E é o que eu estou dizendo, com a margem que o setor tem hoje de resultado, com a margem que o setor tem, não há possibilidade de fazer choque de gestão. Hoje é uma questão de sobrevivência, é cortar custo a todo custo.

Exatamente.

É isso o que eu tinha. Acho que respondi às perguntas.

Obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque uma questão que o Senhor tinha abordado eu não tinha entendido direito, mas o Martinelli acabou falando. E também no *twitter*, o mesmo que falou a respeito disso, falou que lá na cidade de Bagé a questão da terceirização... e aí é questão da qualidade desse exame. Sai de Bagé um exame para Minas Gerais. Não tem avião de Bagé para lá. Tem de vir de carro até Porto Alegre, e de ônibus. Ônibus, ônibus. E, depois...

O SR. VITOR PARIZ – E os exames têm prazo para serem executados...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exato, muitos...

O SR. VITOR PARIZ – ...da coleta até a realização. Têm prazo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É. Então, imagine só todo...

O SR. VITOR PARIZ – Têm prazo. Temperatura.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...todo o SUS está transferindo – para um laboratório – esses exames para Minas Gerais. Então, a segurança sobre

isso, o Senhor tinha... agora... eu tinha entendido e o Martinelli reforçou.

Então, agradeço reforçando isso, que é realmente muito sério do ponto de vista do atendimento do paciente e do próprio médico, do próprio médico.

O SR. IRINEU KEISERMAN GRINBERG – Eu complementaria o que o Vitor falou, com conhecimento de causa, ou seja, o laboratório trabalhar sem controles interno e externo é a mesma coisa que um voo cego. O laboratório não pode garantir a qualidade daqueles resultados. É impossível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sr. Marcelo Issas.

O SR. MARCELO ABISSAMRA ISSAS – Na verdade, Presidente, ela tinha só feito um comentário na sua fala. Mas em relação à distância – aí é que vem a minha fala –, aos hospitais, à impessoalidade, aos puramente emissores de laudo, sem comprometimento e sem estarem próximos da realidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E vem o que o Marcelo falou, que sem recursos os laboratórios vão abrindo mão de novas tecnologias. Quer dizer, daqui a pouco os laboratórios vão estar completamente obsoletos. Não há como... Sem recursos, não há como fazer isso. Por isso é que eu às vezes... É claro, esta é uma Casa política, mas – é o meu estilo prático mesmo –, eu acho que a gente resolve as coisas se diminuir os discursos e vamos para lá. Agora, se nós não conseguirmos resolver que haja pelo menos um encaminhamento razoável, aí sim, nós vamos para... Mas eu queria neste momento dar um crédito e dizer que é possível a gente construir.

Agora, em relação à denúncia que o Conselho Federal de Medicina vai fazer, isso é outra história. Eu até aconselho vocês a terminarem direitinho, ter tudo em mãos, e aí vir até o Congresso já com isso tudo nas mãos, porque o que você está denunciando é extremamente grave. Eu o aconselho a ter isso em mãos, quando você realmente for falar, porque, é claro que em alguns momentos ... Mas é o Conselho Federal de Farmácia. Você está falando aqui pelo Conselho Federal de Farmácia.

Então, eu gostaria de separar essa questão do estudo, da denúncia daquilo que, hoje, aqui, não que a denúncia... Mas você vai trazê-la aqui. Vocês vão concluir e vão trazer isso aqui. Isso é importante para nós. Agora, nesse momento do encaminhamento, centrar nessa questão especificamente, sem deixar de olhar o todo, que é a fonte de financiamento. Aliás, nós vamos receber amanhã, aqui, às 15h, o Fórum Nacional dos Secretários de Saúde do País inteiro. Já

me contataram... Por quê? Para exatamente ver essa questão da saúde.

Então, o último inscrito é o Sr. Edson Rogatti; e depois eu não sei se a Ana Paula ainda quer falar.

O SR. EDSON ROGATTI – Presidente, eu vou ouvir primeiro e depois eu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou ouvir os que ainda não se pronunciaram.

Pois não.

(Falha na gravação.)

O SR. EDSON ROGATTI – Aqui dá. Um mil e quinhentas ficaram sem receber nenhum incentivo em todos esses anos. Como a gente já sabe, e acho que o Perondi pode até... O orçamento para 2013 agora foi aprovado, não foi, Perondi? O orçamento da União.

Eu gostaria que a senhora nos respondesse: Para 2013, nós vamos ter recursos para os hospitais filantrópicos, para a saúde, para que a gente tenha um aumento que atenda a todos os hospitais filantrópicos?

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Sim, em 2013, nós teremos a contratualização do conjunto dos hospitais filantrópicos, o que levará todos a receberem o incentivo, que não vai ser mais a contratualização, já que a contratualização não será obrigatória, mas o incentivo à gestão hospitalar, à qualificação da gestão hospitalar, inclusive com percentuais maiores do que os dados hoje.

Mas, além disso, não sei se ficou claro, além da contratualização, além dos recursos da rede, além de tudo que foi dito aqui, nós vamos... junto com o setor estamos trabalhando nos critérios, para discutir com os senhores, junto com as entidades representativas dos hospitais beneficentes e santas casas. Nos critérios, para que a gente veja quais os hospitais que são mais significativos para o SUS. A importância não precisa ser apenas por porte, pois às vezes ele é mais importante não porque é grande. Enfim, a gente tem que azeitar esses critérios para que façamos uma recontratualização ou uma contratualização específica, aportando recursos diferenciados.

Então, essa é a proposta, até final de 2014: a proposta do Secretário Helvécio. Nós já estamos trabalhando nisso, além da contratualização para o conjunto dos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tudo bem?

Olympio.

O SR. OLYMPIO TÁVORA DERZE CORRÊA – Eu só queria fazer uma pequena observação. A seguinte: a Confederação Nacional de Saúde tem acompanhado todo esse trabalho, essa luta dos laboratórios. Nós

participamos de estudos, estamos terminando outro estudo, recalculando os impactos atuais, etc.

Ele fala, por exemplo, que o impacto é de R\$1,1 milhão por ano. O SUS gasta R\$1,6 bilhão por ano com laboratório. Se eu pegar todo o gasto que eu tenho na tabela, gastaria R\$1,6 bilhão por ano. Nós estamos falando de um reajuste que não vai dar nem 10% do gasto global. Isso prova que nós estamos pedindo o reajuste de um pequeno percentual dos procedimentos mais importantes e significativos.

Em 2009, foi feito um trabalho, inclusive liderado pelo Irineu, levado até a Frente Parlamentar da Saúde, adotado pelo Perondi, trabalho que foi jogado para a Frente, levado para a Frente, e não teve resposta nenhuma. Todas as lutas do laboratório até hoje foram infrutíferas, Senador.

Faço votos e peço encarecidamente ao senhor que... Eu já fui de um laboratório. Meu primeiro emprego no Estado foi trabalhando no laboratório, fazendo exame para chagas e sífilis no Instituto Ezequiel Dias, em Belo Horizonte, em 1954. Então, eu tenho um passado de laboratório que é meu início na medicina. Então, eu peço, pelo meu passado, pelo que nós estamos fazendo, pela luta desses meninos que estão chegando agora, todos meninos para mim, que o senhor possa liderar esse processo e levarmos isso à frente, ao Ministério da Saúde, para a gente ter êxito para salvar os laboratórios do Brasil, porque o meu eu tive que fechar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Olympio, eu lamento... Não me ocorre... Mas eu estou aberto. Se vocês tiverem algum outro encaminhamento que julgarem que seja melhor do que o que eu estou tentando fazer, eu posso adotar o encaminhamento que a Mesa sugerir. O que me parece, neste momento, é que, como o recurso é pequeno em relação ao montante, se nós conseguíssemos avançar nisso daí, mas sem perder a perspectiva de que nós estamos falando de uma coisa muito maior... Mas, como isso está angustiando, e aqui eu vi, pelo menos o meu entendimento é de que é preciso fazer alguma coisa, porque não é possível que uma glicemia, pela qual pagam R\$1,41 ou R\$1,85 há dezessete ou dezoito anos, não possa ter um reajuste. É disso que eu estou falando. E nós estamos falando, pelo que o Olympio colocou, Perondi, que, num orçamento de R\$1 bilhão que se gasta com laboratório, o reajuste seria de 10%. Então, é relativamente pequeno. Os números... Claro fala-se “pequeno”, mas se está falando em R\$100 milhões. Mas, diante dos valores, ele é realmente pequeno.

Eu tentaria sensibilizar, porque eu tenho certeza de que o Ministro da Saúde, o Helvécio, a equipe do Ministério da Saúde quer resolver. Agora, para resol-

ver isso, o que nós, Parlamentares, temos que fazer? Sensibilizar a área econômica para um aporte maior no orçamento do Ministério da Saúde. Quando isso vai acontecer? Quando nós tivermos, realmente, uma fonte de financiamento para a saúde. Essa é a nossa luta e a razão por que chamei para a comissão da saúde aqui da Casa, do Senado, para que possamos fazer, este ano, uma luta para encontrarmos uma fonte de financiamento.

O meu encaminhamento é que a Ana Paula se compromettesse a receber, o que seria o nosso primeiro contato; conversaríamos eu e Ana Amélia, em princípio, com dois ou três representantes dos senhores – não adianta grupo grande, mas representativo –; e aí, dentro do Ministério da Saúde, conversaríamos com o Ministro ou com alguém da área do planejamento orçamentário do Ministério que pudesse encaminhar como poderíamos, de imediato, tentar uma solução para essa questão, que me parece grave e urgente, essa questão dos laboratórios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Moka – V. Exª me conhece –, senhores expositores, a Drª Ana Paula ouviu todas as exposições aqui, como nós ouvimos, e, pela sua capacidade, sua competência, sua diligência e sua responsabilidade, sobretudo, ela, com clareza, entendeu o que está acontecendo. A audiência pública tem esta finalidade: evidenciar os problemas que estamos vivendo.

Peço, Drª Ana Paula, que a senhora leve isso ao Ministro, diretamente, e nós, em seguida, vamos marcar. Sugiro, Senador Waldemir Moka, nós, representantes da Comissão de Assuntos Sociais, irmos ao Sr. Ministro o mais rápido possível. A minha sugestão é que V. Exª solicite, em nome da Comissão, uma audiência com o Ministro da Saúde.

A responsabilidade para definir os procedimentos de saúde é do Ministério da Saúde. A questão... Se o Ministério do Planejamento tem que ser acionado, essa é uma etapa posterior, mas nós precisamos ouvir do Ministro qual é a disposição do Ministro da Saúde em relação a essas questões, que são muito graves, muito graves.

Então, eu queria sugerir a V. Exª exatamente nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, quando digo planejamento, estou falando da área de planejamento do Ministério da Saúde. É claro que a responsabilidade é do Ministro.

Vai chegar o momento, Senadora, em que vamos ter que discutir com o Ministro e ele vai dizer: certo, e de quanto estamos falando do nosso orçamento? Aí é que estou dizendo; é a hora de nós chegarmos à etapa

final. Agora, a cobrança do Ministério da Saúde, essa foi feita aqui, publicamente, não tenho a menor dúvida.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O que eu digo é que, objetivamente, nós temos que ter do Governo e do Ministro da Saúde o que o Ministro está disposto a fazer, porque, pelo relato da Dr^a Ana Paula, dessa nova formatação dos chamados blocos... Eu cheguei a ouvir e ia lhe perguntar: Dr. Olympio, isso é uma caixa-preta? Porque é uma coisa tão... Ela é tão difícil... Penso que ela burocratizou os procedimentos na liberação. Então, o senhor falou muito dessa dificuldade. Por isso que eu entendi... Então, o Ministério tem... Mas, se me disserem que isso foi feito para racionalizar a liberação e agilizar a liberação dos recursos, das tabelas do SUS, seja para os laboratórios de análises clínicas, em que a situação é a mais grave neste momento, mas também não é menos grave no setor das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos, não é menos grave, senão, não estaríamos aqui todos reclamando. Mas nós não estamos fazendo aqui... Estamos falando uma coisa que é direito do cidadão brasileiro.

Doutor, o senhor tem razão, saúde não tem preço, mas tem custo. As pessoas, parece, estão se esquecendo de coisas elementares, porque é uma questão matemática. Uma questão matemática!

Então, é isso, Senador Moka. Estou disposta... Minha sugestão é muito simples: que V. Ex^a marque uma audiência com o Ministro da Saúde para termos uma conversa com ele, porque as categorias já apresentaram, mas nós temos que saber se apenas vamos fazer, mais uma vez, um faz de conta ou temos condição de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas sem a representação deles, Senadora?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O que nós ouvimos aqui, o relatório, nós temos uma assessoria técnica que coletou tudo isso. Independentemente disso, Senador, penso que seja muito mais testemunhal a presença de dois ou três...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou adotar o encaminhamento de V. Ex^a. Eu marco a audiência e, aí, conversamos com o Ministro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu penso que V. Ex^a, nós podemos aqui, entre os que estão presentes nesta audiência, selecionar quais são os dois que irão representar a categoria dos laboratórios.

Então, dois irão juntos, Senador, compatibilizam as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Se me permite, Senadora, eu faria o seguinte: conversaria inicialmente com a área mais

técnica do Ministério da Saúde, o planejamento – e a Ana Paula poderia nos ajudar –, levantaria os números junto com os representantes dos laboratórios e, depois de formatado isso, para saber o que significa isso, o que representa isso, iríamos até o Ministro da Saúde. E eu tenho certeza de que vamos chegar lá já com um diagnóstico da área técnica do Ministério e também com alguma coisa que os próprios representantes possam dizer se os atende ou se não os atende. Haverá uma negociação que é sempre mais técnica; agora, na hora de bater o martelo, de fazer com que a gente possa transformar isso em uma realidade, aí, evidentemente, o Ministro da Saúde terá que se manifestar.

Pois não.

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Eu concordo com esse encaminhamento, até porque, se vocês forem primeiro ao Ministro, evidentemente, que ele vai à área técnica para fazer, primeiramente, a avaliação antes de tomar a decisão. Então, seria o caso de a gente qualificar a demanda tecnicamente, compreender melhor, e o Ministério não vai se furtar a fazer essa discussão, em especial a área técnica responsável.

Eu me coloco à disposição para fazer todos os contatos necessários com quem trabalha lá com a média complexidade, inclusive a área hospitalar participando junto. Evidentemente, essa discussão vai chegar tanto ao Secretário Vecchio quanto ao Ministro, imediatamente, assim que sairmos daqui. Isso é ponto pacífico. Agora, eu acho que esse encaminhamento mais técnico pode ser um caminho mais efetivo para que a gente chegue a um consenso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Concorde em gênero, número e grau, Sr. Presidente. Eu acho que isso atende também à demanda, à pretensão e à expectativa dos expositores sobre o nosso papel em relação a essa questão tão grave e tão aguda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, nós dois sempre trabalhamos juntos em várias posições. Eu tenho certeza e posso garantir a vocês, não tanto pelo Senador Moka, que é um caboclinho lá do interior do Mato Grosso do Sul, mas pela Senadora Ana Amélia eu tenho certeza. E, aí, eu me atreveria a sugerir e gostaria que participasse também conosco a Frente Parlamentar da Saúde, porque isso reforça politicamente o grupo que vai lá. Mas eu acho que a gente deve conseguir as coisas tecnicamente; agora, se não conseguir, depois de tudo que a gente tentar, eu vou ser o primeiro a vir aqui e dizer: “Olha, infelizmente, não há vontade política para se resolver esse tipo de problema”. Mas eu gostaria de, antes, tentar esse encaminhamento,

talvez um pouco mais técnico, embora, é claro, que será também político.

Senadora Ana Amélia, o Brasil inteiro sabe que a senhora manda em mim. Eu quero é fazer o que a senhora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso é um risco sério, Senador Moka. (*Risos.*)

O SR. VITOR PARIZ – Eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. VITOR PARIZ – Eu queria sugerir que se relativizassem esses números, porque, em números absolutos, R\$1 bilhão é muita coisa, mas, em volume, o laboratório atende um número muito grande de pessoas; e, em volume de exames, mais ainda. Cada um deixa lá de quatro a seis exames. Então, esse volume de R\$1 bilhão, depois que você dividir pelo número de atendimentos e de exames, ele vai reduzir bastante. Então, é interessante que se relativize isso para mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas o que eu entendi da exposição do Olympio é que seria 10% desse R\$1 bilhão. Então, nós estamos falando de R\$100 milhões. Pelo menos foi isso o que eu entendi.

É isso?

O SR. OLYMPIO TÁVORA DERZE CORRÊA – São 10% de R\$1,6 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, são R\$160 milhões. Mas isso daí, perto dos números da saúde, eu não acho que seja... Agora, claro que, aí, vamos nos preparar tecnicamente, o conjunto aqui, e vamos nos valer... Tenho certeza de que a Ana Paula vai se empenhar nisso junto com a nossa amiga Cleusa, para que a gente chegue até o Ministro da forma tecnicamente a mais preparada, a fim de que a gente possa fazer, aí sim, uma cobrança política envolvendo os principais atores que defendem a saúde, tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados. E, claro, lembrando sempre que nós vamos estar juntos. Quem ganha com isso é a população.

Peço à Senadora Ana Amélia que encerre esta reunião, até porque ela só existiu por determinação política e pelo embasamento que V. Exª deu ao requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Moka, nós aqui temos uma responsabilidade institucional, constitucional – nosso mandato é expresso na Constituição. E eu tenho cuidado muito das demandas coletivas, das demandas que vêm da sociedade, de todos os setores, não apenas da área da saúde.

Recebi, em Porto Alegre, uma espécie de um grito de alerta sobre a questão dos laboratórios de análises clínicas e sobre a situação grave por que passam quanto aos aspectos citados aqui, não só em relação à defasagem violenta entre custos e preço recebido pelo exame feito, quanto também pela defasagem de praticamente 20 anos. No conjunto, são 20 anos sem reajuste, apesar de a Drª Ana Paula ter feito algumas correções.

Sabe-se, nesses 20 anos, o que aconteceu em termos de política salarial, em termos de avanços tecnológicos. Então, isso tudo agravou ainda mais. Foi bom por um lado, pela melhoria e pela qualidade, mas, por outro, agravou a pressão sobre os custos.

Então, quando recebi isso, entendi que uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais seria o ambiente próprio para fazê-lo, para discutir essa matéria.

E, hoje, estou convencida de que este requerimento e a audiência de hoje foram extremamente elucidativos sobre a gravidade da situação com a qual estamos convivendo.

Eu queria, de modo particular, agradecer a cada um dos senhores que aqui compareceram e não somente à representante do Ministério da Saúde, Drª Ana Paula Cavalcante, a objetividade da abordagem, a forma precisa como cada um se apresentou, cirurgicamente – para fazer uma analogia, que tem tudo a ver –, com a abordagem do tema, que às vezes é uma abordagem um pouco retórica, mas aqui foi extremamente objetiva em todos os aspectos.

Eu queria também agradecer aos Senadores a presença e aos Deputados, que deram brilhante contribuição; ao Deputado Darcísio Perondi, Deputado por Mato Grosso.

E queria agradecer também ao Deputado, Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, que também é médico da área da saúde da mulher, da gestante, meu colega, Deputado Pedro Westphalen, que é médico ginecologista e obstetra.

Então, com relação a tudo o que discutimos aqui, ele, certamente, vai nos ajudar, no plano estadual, a fazer esses encaminhamentos.

Repito o agradecimento a todos.

O Senador Moka falou muito que é professor, mas ele é médico. Então, ele também sabe muito bem acerca do que discutimos.

E quero também agradecer à Drª Ana Paula a sua disposição, cumprindo uma responsabilidade funcional, como servidora pública diligente que é, ao fazer esse encaminhamento para que, o mais breve possível, consigamos não voltar a uma audiência para repetir tudo

aquilo que nós hoje falamos, porém, ter uma solução concreta para esse grave problema.

Muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muitíssimo obrigado a todos os convidados.

(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos, do dia vinte de março de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Romero Jucá, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, de 2003 – Não Terminativo** – *Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado Parecer recomendando a declaração de prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº4, de 2003. A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 571, de 2011 – Não Terminativo** – *Altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, na forma da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI**

DO SENADO Nº 701, de 2011 – Terminativo – *Altera dispositivos da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, que “Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional”, para adequá-la à Constituição de 1988 e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado Parecer pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Senado nº 701, de 2011, nos termos do art. 101, I, do RISF. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2010 – Não Terminativo** – *Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insu-mos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato.* **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2010. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2012 – Terminativo** – *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de uso de tarja de identificação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde utilizados no âmbito dos serviços públicos de saúde.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2011 – Terminativo** – *Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.* **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 12, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, de Audiência Pública para instruir o PLS nº 118, de 2011. A matéria fica sobres-

tada, nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2011 – Terminativo** – *Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham.* **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, de 2012 – Terminativo** – *Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados.* **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, de 2013** – *Nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a parceria entre o Governo Federal e as comunidades terapêuticas na prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, prevista no Programa Crack, é possível vencer. Para terem acesso ao apoio financeiro do Estado, as comunidades terapêuticas precisam atender às regras dos editais do Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad), onde está centralizada a gestão da política antidrogas e dos recursos públicos a serem nela aplicados. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente à Secretaria da Comissão.* **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2013** – *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, que acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. A proposição está sob minha apreciação e os convidados serão enviados posteriormente ao conhecimento desta Comissão.* **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Davim, Paulo

Paim, Humberto Costa, Cyro Miranda, Cícero Lucena, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, João Durval, Romero Jucá e as Senadoras, Ângela Portela, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Eu gostaria, Sr^{as} e Srs. Senadores, de informar que a Presidência da Comissão recebeu, do Conselho Federal de Medicina, um documento referente ao manifesto chamado Manifesto de Belém. Ele é relativamente curto. Como eles tiveram o cuidado de mandar e se trata de documento do I Encontro Nacional de Conselhos de Medicina, eu acho importante que se faça a leitura.

Encaminhamos a Vossa Excelência o Manifesto de Belém, aprovado por aclamação na plenária de encerramento do I Encontro Nacional de Conselhos de Medicina, encerrado na última sexta-feira (8). Trata-se de documento que sai em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) “público, integral, gratuito, de qualidade e acessível a toda a população”.

Na mensagem dos médicos direcionada à Nação, os representantes do Conselho Federal de Medicina (CFM) e dos 27 Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) apontam ações que, se implementadas, podem comprometer o futuro do sistema de saúde brasileiro.

Temas como a entrada de médicos estrangeiros e de brasileiros com diplomas obtidos no exterior sem sua respectiva revalidação; a ausência de uma carreira de Estado para o médico; e o estreitamento nas relações entre o Governo e as operadoras de planos de saúde têm sido acompanhados com preocupação pelas entidades médicas em virtude do impacto que podem ter sobre o exercício da Medicina e a qualidade da assistência em saúde.

Conclamamos toda a sociedade para participar desta cruzada em defesa de um sistema público de saúde de qualidade. Por isso, solicitamos o apoio de Vossa Entidade [está-se referindo à comissão de Assuntos Sociais, naturalmente] para que este Manifesto seja divulgado entre representantes da sociedade civil organizada, sindicato de trabalhadores, associações,

fóruns de usuários, pesquisadores, professores e outros interessados. O documento se encontra disponível para consulta e impressão a partir do seguinte endereço, ancorado no site do Conselho Federal de Medicina, na Internet.

A Presidência da Comissão, se autorizada pelo Plenário, fará a divulgação como for possível, mas eu entendo que, ao ler aqui na Comissão, e ela é transmitida pela TV Senado, nós já estamos dando uma contribuição para que esse documento tenha divulgação.

Ainda damos conhecimento aos Srs. Senadores de que a Presidência recebeu do Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a seguinte correspondência:

Comunico a V. Ex^a que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou o Relatório do AVS nº 49, de 2012, de autoria do Tribunal de Contas da União (TCU), e Relatoria do Senador Sérgio Souza, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.059, de 2012, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nos sistemas públicos de previdência, com o objetivo de investigar questões relativas ao financiamento, apuração de resultados e equilíbrio de suas contas, bem como se o registro contábil desses fatos produzem informações íntegras, tempestivas e pertinentes – TC 015.529/2010-0.

Aprovado o referido Relatório, na 3ª Reunião Ordinária da CMA (anexadas a Ata e as Notas Taquigráficas da Reunião), este passa a constituir o parecer da CMA, para que esta comissão tome conhecimento do feito, informe à Comissão de Assuntos Sociais do conteúdo deste relatório, autorize o Presidente da Comissão a inserir o tema na programação de audiências públicas da CMA e remeta o processado ao arquivo.

Portanto, segue, em anexo, cópia do Parecer desta matéria, para o conhecimento da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

A Presidência comunica que essa documentação está à disposição dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras. Evidentemente, também será remetida ao Arquivo, mas ficaremos com cópia disponível.

Eu chamo a atenção dos membros desta Comissão para o seguinte: eu já tinha dito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que eu tinha sido contatado pelo Fórum Nacional dos Secretários de Saúde de Estados do nosso País. Eles estão reunidos esta semana e pediram para ser recebidos aqui pela Presidência. Eu estou tomando a liberdade de recebê-los aqui neste plenário, com a presença dos Senadores e Senadoras que puderem participar. Eu acho isso importante. Penso que dificilmente nós vamos ter algo mais repre-

sentativo, na área de saúde, do que a presença dos secretários de saúde de todos os Estados do nosso País. Evidentemente que não virão todos, mas virá, sim, uma representação desse Fórum.

Então, na qualidade de Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, tenho a honra de convidar V. Ex^{as} para participarem de um debate com os secretários estaduais de saúde sobre as principais demandas da saúde, a realizar-se no dia 20 de março de 2013, quarta-feira, às 15 horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa. Está feito o convite aos membros desta Comissão.

Eu queria, antes de ...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Será hoje?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Hoje, 20 de março, quarta-feira.

Eu gostaria, enquanto aguardo o quórum, de dar uma informação: mais de 130 países aprovaram, na última sexta-feira, 15 de março, nas Nações Unidas, uma declaração conjunta que condena com firmeza a violência contra mulheres e meninas no mundo. O acordo foi feito pelos países participantes da 57ª edição da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher, em Nova York, depois de duas semanas de debate.

A expectativa é de que o acordo se transforme agora em medidas concretas dos países para ajudar a prevenir a violência e fornecer às vítimas o acesso à Justiça e a serviços de assistência.

O documento aprovado pede, por exemplo, a proibição dos casamentos de menores de idade e forçados, e aponta a necessidade de fornecer métodos contraceptivos de emergência e permitir o eventual aborto a vítimas de violência sexual.

Segundo dados da ONU Mulheres, sete em cada dez mulheres, em todo o mundo, asseguram ter sido vítimas de abusos físicos ou sexuais em algum momento de sua vida, na maioria dos casos, cometidos por seus companheiros.

As negociações foram polêmicas, como as reservas expressadas por países com a Arábia Saudita, Irã, Líbia e Sudão, além da Santa Sé, com relação às referências explícitas aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres.

Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostra que a violência, no Brasil, atinge 175 mil mulheres por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, 4 a cada minuto. Pelos dados, a cada 15 segundos, 1 mulher é espancada no País. Achei que são números muito, muito altos. Causou-me impacto a informação.

A Presidente Dilma Rousseff lançou, há uma semana, no último dia 13 de março, o Programa Mulher, Viver Sem Violência, no qual pretende investir R\$265

milhões, entre 2013 e 2014, para atender mulheres em situação de violência.

Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE)

– Quero só comunicar à Comissão que, na semana passada, na última quinta-feira, pela manhã, fizemos a instalação daquela comissão temporária que trata da questão do financiamento. Vamos ter a segunda reunião dia 4, logo após a Semana Santa, para apresentarmos o plano de trabalho.

O Presidente da Comissão é o Senador Vital do Rêgo. Nossa intenção era a de que fosse o Senador Jayme Campos, mas ele não chegou a ser indicado – não sei se posteriormente foi indicado pela minoria para ser seu representante na Comissão. Inclusive, tive um entendimento com o Senador Aloysio Nunes e ele tinha ficado de fazer essa

indicação, mas não foi feita. Também, no dia, o Senador Jayme Campos não estava. Então, ficou o Senador Vital do Rêgo. O Vice-Presidente é o Senador Paulo Davim. E eu tive a alegria de ser escolhido Relator dessa Comissão.

Definimos lá que vamos levantar todos os projetos que tratam de financiamento e estão tramitando aqui no Senado. Vamos realizar algumas audiências públicas, mas não muitas, uma ou duas, com os autores desses projetos para que nos possamos escolher um e, a partir dele, elaborar outro que possa tramitar rapidamente pelas comissões e ir a plenário.

Então, minha comunicação é no sentido de dizer que a Comissão está funcionando, que vai funcionar. E é importante que outros Senadores que não fazem parte dela estejam lá.

Acho esse tema extremamente importante. Se tudo der certo, quem sabe este ano podemos ter alguma proposição para discutir?

Obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr^a Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Senadora Angela Portela havia pedido. Logo em seguida, o Senador Cyro Miranda.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, quero falar sobre esse documento que V. Ex^a acabou de ler, da ONU Mulheres, mostrando os assustadores números de violência contra a mulher no mundo e no Brasil. Parece uma epidemia. A revista *IstoÉ*, ou foi a Revista *Veja*, fez uma matéria enorme,

mostrando que, no mundo inteiro, a violência contra a mulher tem aumentado muito.

Quero dizer que o Governo brasileiro, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, ligada à Presidência da República, tem tomado algumas medidas. Uma delas foi a construção do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assinado por todos os Estados da Federação. Mas há necessidade de buscarmos também, além desse compromisso feito com os Estados, recursos orçamentários para que se possa implementar, fortalecer a rede de proteção à mulher vitimizada.

Nós temos, em 5.565 Municípios brasileiros, apenas quatrocentas e poucas delegacias e 68 varas especializadas no atendimento à mulher vítima de violência. E temos em torno de 70 abrigos que acolhem a mulher vítima de violência. Então, há necessidade de um esforço concentrado, de uma mobilização também da sociedade, do Poder Público, do Judiciário, do Legislativo, do Executivo, para que possamos ampliar e fortalecer essa rede de proteção para combater a violência contra a mulher.

Temos aqui, no Senado Federal, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem a Senadora Ana Rita como Relatora. Nos próximos dias, ela deverá apresentar o seu relatório, no qual faz um diagnóstico, um levantamento da situação da violência contra a mulher nos Estados brasileiros. Ela poderá apresentar, na conclusão desse relatório, a

situação, a omissão do Poder Público no que diz respeito a esse grave problema que assola o nosso País e os Estados brasileiros.

Então, eu queria deixar registradas essas iniciativas do Governo brasileiro e também do Parlamento, para que não esteja omissa, não enxergando esses atos de violência contra a mulher brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Obrigado, Senadora.

Pois não. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente Waldemir Moka.

Venho pedir a V. Ex^a autorização para retomarmos os trabalhos da Subcomissão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e gostaríamos que o senhor nos autorizasse a marcar uma reunião para a próxima segunda-feira, às 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu estou tão sintonizado com V. Ex^a que estava com o requerimento aqui. Aliás, em conversa ontem, com V. Ex^a...

Eu quero aproveitar e chamar a atenção para o seguinte, vou explicar antes: em dois anos, em tese,

as subcomissões permanentes são extintas quando se extingue o mandato da comissão principal. Muito bem. O Senador Cyro Miranda é Presidente de uma subcomissão temporária, o Vice-Presidente é V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que foi prorrogada e está em vigência. Então, eu só vou, na verdade, dizer que essa subcomissão continua atuando. É uma questão regimental, só para que a gente esteja ciente disso aqui.

Ao mesmo tempo, eu vou pedir que a gente faça a extinção das subcomissões permanentes até para que se possam – já há outros pedidos –, num grande entendimento, criar novas subcomissões para este período legislativo.

Esta Presidência consulta os Srs. Senadores membros da Comissão de Assuntos Sociais se podemos aprovar a extinção das subcomissões permanentes vinculadas à principal. São elas: Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que até já apresentou relatório; e a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da mesma forma.

Então, os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, então, a extinção.

Consulto também os Srs. Senadores membros desta Comissão se aprovam a permanência da Presidência e da Vice-Presidência da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), respectivamente os Srs. Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Será comunicada a decisão deste colegiado ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Dessa forma, Senador Cyro Miranda, eu penso que a subcomissão de V. Ex^a está mantida. O meu entendimento é de que ela não tinha sido extinta e que estava em vigência. Esse é o meu entendimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Agradeço em nome do Senador Paim e da Senadora Ana Amélia, que também compõe essa comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, só uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pois não, uma questão de ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...para nortear os encaminhamentos que pretendo fazer.

Sobre as outras subcomissões, V. Ex^a vai marcar um dia para a gente sentar, conversar, ajustar?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Vou. A partir da semana que vem, eu quero conversar.

Eu acho sempre importante, Senadores, vou discutir isso com o Plenário, que a gente tenha pelo menos uma dessas subcomissões vaga. Por quê? Porque sempre pode aparecer um assunto que possa exigir desta Comissão alguma subcomissão de imediato. Acho que a gente tem que discutir a respeito disso e ter cuidado para não esvaziar a Comissão de Assuntos Sociais. Há, inclusive, um pedido aqui. Não vai haver problema. Eu só quero discutir com o conjunto.

Quero dizer também que ontem fui recebido pelo Ministro, numa audiência não do Senador Moka, mas do Presidente da Comissão. Fui muito bem recebido. O Ministro Padilha se colocou à disposição, quer vir conversar. E eu pretendo também convidar os senhores para que a gente, num primeiro momento, possa ter esse contato. Ele se dispôs fazer um café da manhã para receber os membros desta Comissão lá no Ministério da Saúde. Enfim, eu acho que ele quer discutir a pauta.

Senador Humberto, acho que hoje, às 15 horas, V. Ex^a, na condição de Relator, Senador Paulo Davim, e também como membro Vice-Presidente dessa comissão especial que vai discutir o financiamento da saúde, talvez pudesse ouvir esse Secretário de Saúde, porque eu tenho uma informação de que um dos temas que ele acha da maior importância é exatamente essa discussão sobre o financiamento da saúde.

Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu tenho só uma dificuldade, Sr. Presidente. Eu faço parte daquela comissão da medida provisória dos portos e, hoje, nós vamos ter a representação do Governo lá. Então, eu vou tentar chegar aqui, mas vou deixar alguém da minha assessoria para acompanhar. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço.

Agora, havendo número regimental, antes de iniciar a pauta, a Ordem do Dia da nossa Comissão, quero pedir a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

De acordo com o arts. 89, VIII, e 201 do Regimento Interno, submeto já a dispensa da leitura e a aprovação das seguintes atas. Antes, dou uma explicação. Essas atas se referem a essas subcomissões. Eu só queria aprovar por uma questão regimental. Vocês sabem que, aqui no Senado, tudo que se faz ou tem que ter uma assinatura ou tem que ter aprovação. É, realmente, uma burocracia incrível. Mas vamos lá. São

elas: 8ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, realizada em 30 de junho de 2011; 6ª reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 29 de setembro de 2011; 5ª reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, realizada em 22 de maio de 2012; e 8ª reunião da Subcomissão Temporária de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, realizada em 17 de outubro de 2012.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, aproveitando que ainda não temos quórum para votar, eu queria encaminhar a V. Exª uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tenho já aprovado aqui, sob a liderança de V. Exª, pedido de realização de duas audiências. Como nós precisamos de um período para fazer os convites, eu queria só confirmar datas – já ajustamos indiretamente, é claro, mas V. Exª dá a última palavra. Uma reunião é para discutir a Convenção nº 151, pois a Presidência baixou um decreto e é fundamental nós termos bem clara a extensão desse decreto da Convenção nº 151 e também da nº 159, que trata do princípio da negociação coletiva do serviço público. E a outra é a dos pescadores. Nós tínhamos pré-agendado uma para 23 de abril e outra para 9 de abril. Se V. Exª concordar, não há nenhuma outra proposta nesse período, eu posso começar a fazer os convites, os encaminhamentos – é claro que é V. Exª quem o fará, mas eu tenho que fazer a mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou só, logo depois que terminar, conversar com a secretária, que vai informar. Em princípio, eu acho que já estão até reservadas essas datas, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bom, vamos passar à discussão das matérias.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 4, DE 2003

– Não Terminativo -

Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003.

Observações:

– Em 02.04.2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– Em 24.11.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer pela Prejudicialidade do Projeto.

– A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, essa matéria do nobre Senador Paulo Paim tem por finalidade criar a ouvidoria permanente do Senado Federal, destinada a investigar, coletar informações, estudar e avaliar as denúncias de discriminação ou preconceito, em razão da raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero ou opção sexual. Bom, essa foi a proposta do Senador Paim.

Depois, numa reunião da Comissão de Direitos Humanos, em agosto de 2011, presidida pelo Senador Paulo Paim, em comum acordo com ele, decidimos pela prejudicialidade, porque essa sugestão vem sobrepor o caráter da própria Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em se tratando de legislação participativa, isso reforça o nosso parecer e o nosso conceito da Comissão de Direitos Humanos. O Senador Paulo Paim percebeu, foi sensível a essa argumentação e, ele estava presidindo a reunião, concordou com o parecer da Comissão de Direitos Humanos pela prejudicialidade em razão do exposto.

Portanto, o nosso voto é pela prejudicialidade, baseado na discussão realizada em agosto de 2011, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em absoluta consonância com o autor da matéria, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão, o relatório e a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O autor vota com o Relator. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, recomendando a declaração de

prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003.

A matéria vai à Comissão Diretora, para prosseguimento da tramitação.

Engraçado que o próprio Presidente da Comissão de Direitos Humanos vetou esse projeto do Senador Paulo Paim, na época.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O que demonstra um caráter e uma personalidade absolutamente democrática do autor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu recebi o Item 2. O Relator é o Senador Cícero Lucena, que já está chegando a esta Comissão.

Eu vou pedir ao Senador Paulo Davim que faça o relatório do item 3 da pauta, enquanto aguardamos a chegada do relator do item 2.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 571, DE 2011

– Não Terminativo -

Altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, e da Emenda nº 1-CDH nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 17.05.2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH;

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O autor da matéria, Sr. Presidente, oferece a proposição no sentido de sinalizar o apoio do Poder Público às pessoas com deficiência e faz coro aos ditames constitucionais, ao buscar proporcionar condições para que essa parcela da população, que enfrenta dificuldades excepcionais em sua vida cotidiana, possa superar tais dificuldades e igualar-se aos demais cidadãos.

A proposição foi analisada e aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

com uma emenda. Após análise e parecer desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), seguirá para ser apreciada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Da análise.

Compete à CAS, em conformidade com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar o mérito das proposições legislativas que tratam de questões relativas à seguridade social, que compreende um conjunto integrado de ações destinadas a segurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Do ponto de vista do mérito, reconhecemos que, por uma questão de equidade, é justo que as pessoas com deficiência tenham preferência no recebimento dos créditos relativos à restituição do Imposto de Renda a que fazem jus. Essa é uma medida que proporciona mais brevidade no aporte de recursos devidos a pessoas que, via de regra,

têm necessidades especiais de saúde, o que lhes impõe gastos que oneram sobremaneira o orçamento doméstico. Além disso, pelas inúmeras dificuldades que enfrentam no seu dia a dia, essas pessoas merecem ter essa pequena compensação que reflete o reconhecimento e a solidariedade social.

Concordamos plenamente com a adequação terminológica proposta pela CDH, mediante emenda aprovada naquela Comissão que substitui o termo “portadores de deficiência física” por “pessoas com deficiência”. Essa é uma correção politicamente correta, o tratamento politicamente correto. Essa mudança não só atualiza o termo para a expressão que se convencionou adotar em anos mais recentes, como também evita que a medida fique restrita a pessoas com deficiência física, passando a englobar pessoas com outros tipos de deficiência.

Em relação à técnica legislativa, cremos que não é adequado reproduzir todo o conteúdo do parágrafo único do art. 13º da lei que está sendo alterada unicamente com a finalidade de proceder à sua remuneração. Como não houve qualquer alteração no conteúdo do parágrafo único, basta que o art. 1º do PLS dê o comando para que ele seja renumerado como §1º. Ademais, a expressão “pago a maior”, contida na ementa do projeto, é redundante e deve ser suprimida, pois o que importa é o fato de que a restituição é devida, independente do fato que gerou esse direito.

Outra expressão – “cadastradas no órgão da administração tributária” – contida no §2º que o projeto propõe acrescentar no art. 13 da Lei nº 9.250, de 1995, também deve ser suprimida, visto que a legislação brasileira só admite a condição de contribuinte do imposto em pauta quando a pessoa possuir número

do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) fornecido pela Receita Federal. Essa supressão segue preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a consolidação das leis. Em seu art. 11, alíneas “b” do inciso I e “c” do inciso II, a lei recomenda usar frases concisas e evitar o emprego de expressões ou palavras que confirmem duplo sentido ao texto. A manutenção da expressão leva ao entendimento de que existem situações em que a pessoa sem CPF pode ter direito à restituição, o que não é verdade.

Voto.

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, e da Emenda nº 1-CDH, com a seguinte emenda substitutiva. A Emenda não vou ler porque já foram citados aqui os termos que foram modificados.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o nosso Parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, na forma da Emenda nº 2, da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão Assuntos Sociais, é um substitutivo, e à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Item 4.

Embora esse projeto seja terminativo, o Senador Relator Paulo Davim pede que, antes de votá-lo, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, vou passar e nós não vamos votá-lo como terminativo porque ainda vamos ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 701, DE 2011 – Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, que “Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional”, para adequá-la à Constituição de 1988 e dá outras providências.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Senado nº 701, de 2011, nos termos do art. 101, I, do RISF.

Observações:

– *A votação será simbólica em virtude da conclusão do voto do Relator.*

O voto do Relator é pela oitiva.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso dito, Sr. Presidente, gostaria de passar imediatamente para a análise, porque acredito que só com a leitura da análise todos os presentes compreenderão do que se trata essa matéria.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre o exercício de profissões.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito, não há reparos a fazer, eis que a Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, carece de atualização, pois se encontra à margem das mudanças institucionais que o País viveu a partir do processo de redemocratização.

Já em relação à constitucionalidade da proposição, por introduzir alterações que afetam a organização e o funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, parece-nos, à primeira vista, que a iniciativa de projeto de lei, por membro do Congresso Nacional, sobre o tema, sofre restrição por parte da Constituição Federal.

Como se sabe, os conselhos profissionais são instituídos com o objetivo de disciplinar (sob os aspectos normatizador e punitivo) e fiscalizar o exercício das profissões regulamentadas por lei, outorgando a seus titulares a capacidade legal indispensável à sua admissão ao exercício profissional. Cabe também a essas instituições zelar pelo perfeito desempenho ético da profissão.

Exercem, portanto, função pública, uma vez que a fiscalização do exercício profissional está acima dos interesses da corporação e configura interesse da coletividade, constituindo-se, portanto, interesse público. Por isso mesmo, ou seja, por exercerem função de natureza pública é que os conselhos são dotados de prerrogativas públicas, tais como: o poder de verificar

a aptidão dos interessados em ingressar nos seus quadros para que possam adquirir a situação jurídica de profissional de um determinado ofício e seu exercício; o poder disciplinar sobre os seus membros e o de aplicar-lhes sanções que podem levar até a sua exclusão do conselho; o poder de cobrar contribuições, taxas pela prestação de serviços e exercício do poder de polícia e, ainda, multas.

Não é demais ressaltar que o objetivo primordial dos conselhos é o de proteger a sociedade e jamais o de defender ou proteger os profissionais neles inscritos, mediante reserva de mercado de trabalho. Por isso mesmo que, em suas constituições, eles são os Conselhos de Medicina, de Engenharia etc., e não do médico, do engenheiro... Não se confundem e nem mantêm semelhança com associações de classe ou sindicatos de categoria profissional.

Assim, afirmamos que as atividades desenvolvidas pelos conselhos são típicas do Estado, embora este os tenha “autarquizado”.

Conclui-se, daí, que os conselhos são órgãos integrantes da Administração Pública, já que de outra maneira não poderiam realizar serviços públicos típicos, próprios do Estado.

Sendo assim, a competência de iniciativa de lei que vise à criação, organização e funcionamento desses conselhos é privativa do Presidente da República, conforme dispõe o art. 61, §1º, inciso II, alínea e, combinado com o art. 84, VI, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 61.
§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....
II – disponham sobre:

.....
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Assim, face à possibilidade do projeto de lei em análise conter vício insanável de inconstitucionalidade,

entendemos ser necessário seu envio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se manifeste sobre a juridicidade e constitucionalidade da matéria.
Voto.

Pelo exposto, tendo em vista o que dispõe o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pelo envio do Projeto de Lei do Senado nº 701, de 2011, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que opine sobre sua constitucionalidade e juridicidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Lembro que, embora o projeto seja terminativo, o parecer do Relator é pela oitiva da Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, é uma votação simbólica.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a oitiva da Comissão de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, essa matéria vai para a CCJ e depois volta?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MT) – Volta.

Aprovada a oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Senado nº 701, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Retornamos à pauta.

O Senador Cícero Lucena é o Relator do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 131, DE 2010

– Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato.

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2010.

Observações:

- *A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.*
- *Votação simbólica.*

O autor foi o então Senador Tião Viana, hoje Governador do Estado do Acre.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como já foi distribuído anteriormente o relatório, vou direto à análise.

Na presente análise, vamos nos ater às questões relacionadas à competência da CAS para opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde; produção, controle e fiscalização de medicamentos; e inspeção e fiscalização de alimentos, conforme determina o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Outros aspectos da proposição deverão ser analisados pela Comissão de Meio Ambiente, a quem cabe decisão terminativa sobre a matéria.

A nanociência é a área do conhecimento humano que estuda a manipulação da matéria no plano de átomos e moléculas. O vocábulo vem da palavra nanômetro, que equivale à bilionésima parte do metro. Por meio desse conhecimento, a nanotecnologia está criando materiais com propriedades otimizadas e desenvolvendo novos produtos e processos.

As aplicações da nanotecnologia estão em inúmeros setores, desde a biologia até a engenharia, notadamente em processos produtivos de medicamentos, alimentos, saneantes e cosméticos. Por seus relevantes ganhos, o desenvolvimento de novas frentes para a sua aplicação vem ocorrendo de forma acelerada, o que requer o acompanhamento da matéria pelas autoridades sanitárias do País. Nesse sentido, ressalta-se a importância do tema do projeto de lei sob análise.

Por outro lado, há razões que contraindicam a aprovação da proposição.

Não há evidências científicas que justifiquem a necessidade de ressaltar o uso da nanotecnologia nos processos produtivos, conforme destaca a própria justificativa do projeto. Além disso, existem muitas técnicas diferentes englobadas nessa classificação, o que por si só torna inadequada a generalização da medida imposta pelo projeto de lei.

Existe, também, a possibilidade de a informação quanto ao emprego de nanotecnologia induzir no consumidor – que na maioria dos casos não tem conhecimento técnico sobre o assunto – a percepção de que

o produto, de alguma forma, é melhor ou pior do que outros similares, confundindo-o desnecessariamente.

A informação pode, em alguns casos, ser interpretada como uma advertência, mesmo que a nanotecnologia agregue melhoramento do produto. Esse alarmismo pode trazer prejuízos econômicos às empresas que têm investido no aprimoramento de seus produtos mediante o emprego da nanotecnologia. Consequentemente, poderia haver redução nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais no setor, o que minaria os propósitos do Programa Nacional de Nanotecnologia, instrumento governamental de fomento nessa área.

Outra razão para não efetivar a medida pretendida pelo PLS em tela advém do fato de que o desenvolvimento de novas tecnologias e o seu emprego na fabricação de produtos alimentícios, farmacêuticos, cosméticos e saneantes constitui um processo em permanente evolução. Assim, não parece haver motivo para destacar o uso da nanotecnologia, seja em detrimento, seja em favorecimento de outras novas tecnologias empregadas na industrialização daqueles produtos.

Finalmente, além de gerar confusão e alarme, o projeto sob análise pode encarecer o preço dos produtos, em decorrência da imposição de maiores exigências burocráticas.

Em virtude dessas razões, entendemos que, inexistindo base científica para a imposição de alertas sobre a utilização da nanotecnologia, a medida proposta pelo PLS nº 131, de 2010, caracteriza intervenção desnecessária sobre a produção de alimentos, medicamentos, saneantes e cosméticos. Ademais, ainda que tal advertência ou informação fosse considerada imprescindível, ela deveria ser regulamentada por meio de norma infralegal, pois é um detalhamento das regras gerais que devem ser observadas na fabricação de produtos sujeitos a vigilância sanitária, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 986, de 1969, e pelas Leis nºs 6.360, de 1976, e 9.782, de 1999.

Voto, Sr. Presidente:

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Em votação o parecer, que é pela rejeição do Projeto nº 131, de 2010.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, que é contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2010.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão que será terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012, a pedido do Relator, está sendo retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 55, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de uso de tarja de identificação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde utilizados no âmbito dos serviços públicos de saúde.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.)

O Senador Armando Monteiro é o Relator do Item 5. Nós precisamos de mais um Senador para ter quórum, porque esse projeto é terminativo. Eu acredito que, até V. Ex^a concluir o relatório, nós já tenhamos quórum.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o projeto em tela...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minuto, Senador.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 118, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de cotas para pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

– em 21.11.2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo);

– a votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro, para proferir o seu relatório. Com a palavra, o Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a proposição do nobre Senador Ciro Nogueira incentiva as empresas com mais de cem funcionários a admitirem pessoas com deficiência, na condição de aprendizes, na medida em que, alterando o art. 93 da Lei nº 8.213, permite que esse tipo de contratação seja considerado no cálculo do preenchimento das cotas de vagas destinadas a essa parte da população.

A contratação na qualidade de aprendiz, nos termos propostos, vai contribuir para o aprimoramento profissional de pessoas com deficiência por meio da qualificação própria dessa modalidade de admissão.

A iniciativa colabora, portanto, no sentido de transformar a legislação das cotas em norma efetiva, pois facilita o seu cumprimento por parte das empresas... Eu quero lembrar que apenas 21,4% das empresas cumprem as cotas estabelecidas na lei. Portanto, essa iniciativa colabora no sentido de transformar a legislação das cotas, de modo a dar efetividade a ela, pois facilita o seu cumprimento por parte das empresas ao atuar em duas frentes: incentiva a geração de oportunidades de treinamento e, por outro lado, contribui para que seja criada uma oferta de trabalhadores qualificados e prontos para assumir as funções cada vez mais complexas das grandes empresas. A falta de qualificação, aliás, é uma das grandes queixas das empresas quando buscam trabalhadores com deficiência.

Essa realidade fica evidente nos dados da Relação Anual de Informações Sociais, referentes ao ano de 2008, que indicavam a existência de 323 mil pessoas com algum tipo de deficiência ocupadas, correspondente a 1% do contingente total de vínculos empregatícios formais existentes no País. Esse baixo índice de contratação serve para mostrar o tamanho da responsabilidade dos agentes públicos na garantia do direito ao trabalho às pessoas com deficiência, na forma em que estabelece a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Mostra também a necessidade de que seja produzida

uma legislação a esse respeito, possível de ser cumprida por aqueles que a ela estão obrigados.

Para a consecução do objetivo de ampliar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, é imprescindível investir em sua capacitação, pois é a capacitação que vai possibilitar-lhes as condições de exercício pleno de suas habilidades. A proposição atua nessa direção, pois, ao incentivar a contratação de aprendiz, contribui para elevar o número de pessoas com deficiência mais qualificadas para enfrentar os crescentes desafios do mundo laboral.

Além de ampliar a oferta de capacitação para as pessoas com deficiência, elevando sua empregabilidade, a proposição também incentiva as empresas a desenvolver programas de treinamento, motivadas pelo atendimento concomitante da quota de contratação de trabalhadores desse segmento.

Assim, mitiga-se um círculo vicioso de não contratação pela falta de mão de obra especializada, que, por sua vez, sem o exercício profissional, não terá a chance de se especializar. Estimula-se, ainda, a boa prática de formação das pessoas com deficiência, a partir de iniciativas dos próprios empregadores.

A emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no entanto, em sentido contrário do contido no projeto original, retira a possibilidade de as empresas cumprirem quotas de emprego por meio da contratação de aprendizes. Dessa forma, a alteração proposta pela CDH debilita a proposição justamente no que ela estabelece de mais inovador, que é o atendimento do sistema de quotas de emprego por meio da admissão sob contrato de aprendizagem. Por isso, nosso parecer é contrário ao substitutivo daquele colegiado.

Voto.

Considerando o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, e pela rejeição da emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É esse o nosso parecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Para discutir, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ainda há poucos dias, quando esse projeto foi debatido em outra Comissão, recebemos a visita da Deputada Mara Gabrilli, que mostrou preocupação com esse projeto, que, de acordo com ela, prejudicaria as pessoas com deficiência em relação à obrigação presente.

É claro que o parecer do Senador Armando Monteiro leva em conta sua experiência e conhecimento na área empresarial, mas avalio que, neste caso, tendo em vista, inclusive, o substitutivo apresentado pelo Senador Wellington Dias, aprovado em outra Comissão, seria importante – eu gostaria de sugerir isto tanto ao Senador Ciro Nogueira quanto ao Relator Armando Monteiro – que pudéssemos fazer uma audiência pública a respeito disso, para analisar todos esses aspectos favoráveis e críticos à proposição antes de tomar uma decisão conclusiva. Nós poderíamos, aqui, acordar sobre quais seriam as entidades e as pessoas que poderiam comparecer à audiência, para dar um melhor esclarecimento a respeito desse projeto, obviamente importante.

É a sugestão que formulo antes de votarmos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a quer usar da palavra, Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, parabenizo pela iniciativa o Senador Ciro e o Senador Armando Monteiro, que, com certeza, como disse o Senador Suplicy, não só tem experiência, mas também sempre trata com muita responsabilidade e com muito cuidado todos os projetos.

Eu tive a condição de relatar esse tema na Comissão de Direitos Humanos. Lá já apontávamos a necessidade de realizarmos uma audiência, porque essas áreas relacionadas à pessoa com deficiência estão, hoje, estabelecidas em alguns acordos do Brasil, em algumas legislações específicas. Há desde mudanças conceituais até algumas preocupações que, hoje, cumprimos com relação a esses acordos internacionais. De maneira que ali sentimos a necessidade de fazer essa audiência.

Então, Senador Armando, eu acho que esse caminho que aponta o Senador Suplicy talvez seja o melhor. Há aqui dois caminhos. A gente poderia apresentar, numa audiência pública – e aqui eu recorro também à memória do Senador Paulo Paim –, construir um texto que venha a atender os objetivos, sem criar dificuldades na aplicação.

É basicamente essa a proposta. E faço um apelo aqui ao Senador Ciro, ao Senador Armando Monteiro nessa direção.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero parabenizar o Senador Armando Monteiro

pelo relatório. Eu acho que ele vai viabilizar, com ele, a entrada dessas pessoas no mercado.

A realidade do mercado hoje é que não se consegue contratar mais por não haver disponibilidade de mão de obra. Então, no caso do aprendiz, ele vai oportunizar justamente que ele tenha... E a empresa vai ter o maior interesse nisso. Depois de ela ter investido, com certeza, ele vai ficar. Está ficando muito difícil a pura e simples contratação, porque não há a quantidade qualificada para isso.

Eu não sou contra, de maneira nenhuma, a audiência pública.

E eu quero parabenizá-lo, porque, dessa maneira, tenho certeza de que está viabilizando a questão. Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, Senador Paulo Paim.

Eu não quero abreviar a discussão, mas quero dizer que nós temos quórum para votar a matéria se for o caso.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido.

Primeiro, gostaria de cumprimentar o Senador Monteiro e o Senador Ciro Nogueira pela iniciativa, e também o Senador Wellington Dias pelo substitutivo que apresentou.

Sr. Presidente, a nota que recebo aqui do Ministério do Trabalho, em resumo, é radicalmente contra o projeto original e favorável ao substitutivo. Eu não vou ler o conteúdo porque não é o momento. Quero apenas me somar à ideia de nós termos uma audiência pública e, quem sabe, a partir dela, construirmos um grande entendimento que garanta a aprovação do projeto.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não é comum, mas eu também...

Eu já ouvi aqui – quero só dizer – dos próprios empregadores que eles têm dificuldade na contratação. Eu ouvi isso na nossa subcomissão. E aí surgiu a ideia de que talvez se pudesse qualificar, porque, na verdade, existe uma lei que determina que a empresa fica na obrigação de contratar, só que não existe essa mão de obra qualificada.

Eu concordo com quem quiser fazer a audiência pública. Mas eu acho que a gente tem que parar para analisar isso, porque, ao querer ajudar, atrapalha-se. E eu tenho certeza de que, se a empresa puder qualificar, é evidente que, no passo seguinte, ela terá, por força de lei, que contratar. Ela só quer contratar mão de obra já qualificada.

Mas eu, evidentemente, ouço o relator agora para saber se concorda com a proposta de audiência pública ou não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, com essas sábias ponderações que V. Ex^a fez, eu quero primeiro dizer que sou sempre afeito, por natureza, ao diálogo, ao debate, à ampliação do debate. Portanto, a ideia da audiência pública não é algo que eu possa, vamos dizer, liminarmente rejeitar.

Agora, acho que, na medida em que se faça a audiência, o setor empresarial, por exemplo, vai confirmar essa realidade que V. Ex^a aqui tão bem sublinhou: que, às vezes, o legislador se descola um pouco da realidade do mercado. E por melhor que seja a lei, se a realidade não sancioná-la, fica como algo generoso, vamos dizer, que tem um objetivo finalístico que nós reconhecemos, mas, na realidade, não terá aderência na realidade concreta.

Então, eu não me negaria a aceitar a proposta da audiência, embora já saiba que, na medida em que se vá ao mercado, essa constatação vai ficar mais evidenciada ainda. Portanto, eu aceito a proposta da audiência pública, embora saiba que nós vamos ter a confirmação dessa impressão de que o mercado...

Esse projeto é uma forma inteligente de combinar a exigência legal com esse imperativo de capacitação dos deficientes para garantir a inserção deles no mercado de trabalho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero, então, fazer com que nós votemos o requerimento de audiência pública, e, ao aprovarmos, o projeto fica sobrestado, aguardando, então, a data da audiência pública para sua posterior deliberação.

Aprovado o requerimento de audiência pública para instrução da matéria do art. 93, inciso I, do Regimento, a matéria fica sobrestada, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização dessa audiência em data oportuna.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2011 – Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011.

Observações:

- Em 16/10/2012, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou parecer favorável ao projeto.
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

A competência da CAS para apreciar e decidir terminativamente sobre o PLS nº 428, de 2011, está fundamentada no inciso I do art. 91 e no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere a este colegiado competência para opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde.

Em seu relatório sobre a proposição sob análise, oferecido à CMA, o Senador Clovis Fecury demonstrou ter efetuado extensa pesquisa a respeito da matéria. Praticamente todos os documentos normativos que regulam a rotulagem de produtos alimentícios, no que interessa aos aditivos alimentares, foram mencionados por S. Ex^a. A despeito de possivelmente termos consultado os mesmos documentos e textos legais para a elaboração do nosso relatório, a minha análise da matéria levou-me a opinar de maneira distinta.

A tartrazina é um aditivo alimentar, pois se enquadra na definição estabelecida pelo regulamento técnico “Aditivos Alimentares – definições, classificação e emprego”, instituído pela Portaria nº 540, de 27 de outubro de 1997, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Na condição de aditivo, a tartrazina deve ser submetida a avaliação toxicológica, que considera, entre outros aspectos, o efeito cumulativo no organismo humano decorrente do seu uso. A regulamentação determina ainda que os aditivos alimentares sejam mantidos sob constante observação e reavaliados quando necessário, caso sejam modificadas as condições de sua utilização.

A regra atualmente vigente no País está em consonância com o que é preconizado internacionalmente. O *Food and Drug Administration*, dos Estados Unidos, e o *European Food Safety Authority*, da União Europeia, autorizam e reavaliam periodicamente o uso dos aditivos alimentares. De acordo com o *Committee on Hypersensitivity to Food Constituents*, do FDA, a tartrazina pode causar urticária – incidência menor do que uma entre dez mil pessoas –, mas não há evidências de que possa provocar ataques de asma.

Conforme salientou o Senador Clovis Fecury, a EFSA promoveu, no ano de 2009, um estudo de avaliação da segurança da tartrazina usada como corante de alimentos. O estudo concluiu não haver indícios

suficientes para justificar mudanças na legislação vigente, uma vez que apenas uma parcela diminuta da população exposta apresenta reações ao corante. Também não foi evidenciada qualquer associação com carcinogênese ou com distúrbios neurocomportamentais ou reprodutivos.

Na esfera de atuação dos organismos internacionais, avaliação efetuada pelo *Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives* – grupo de especialistas ligado à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e à Organização

Mundial da Saúde (OMS) que avalia a segurança de uso de aditivos – determinou que a ingestão diária aceitável para a tartrazina é de 7,5 mg/kg (miligramas por quilograma) de peso corpóreo. Esse valor permanece inalterado, pois não houve novos indícios de que a substância mereça maior atenção ou cuidado por parte das autoridades.

Outro aspecto que desaconselha a definição em lei de advertências sobre a tartrazina nos rótulos de produtos alimentícios é o fato de a matéria ser objeto de regulamentação pelo Grupo Mercado Comum, no âmbito do Mercosul.

O objetivo dessa regulamentação supranacional é harmonizar as exigências normativas dos países que compõem o bloco e facilitar as trocas comerciais de produtos alimentícios.

O Regulamento Técnico do Mercosul para rotulagem de alimentos embalados, adotado pelos Estados Partes do bloco, foi aprovado em novembro de 2003, em Montevideu, no Uruguai. Em seu item 6.2.3, o regulamento disciplina a informação relativa aos aditivos alimentares. A presença da tartrazina deve ser informada no rótulo, em harmonia com o que dispõe a legislação internacional a respeito da matéria.

Dessa forma, julgamos não ser conveniente, para o bom andamento das relações internacionais brasileiras no âmbito do Mercosul, que o País passe a fazer, unilateralmente, exigências adicionais para o rótulo de alimentos, impondo encargos a importadores e fabricantes de outros países do bloco que queiram vender para o Brasil.

A nosso ver, o regramento atual da matéria, editado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), é satisfatório. Com fulcro no poder normativo conferido pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Agência editou a Resolução nº 340, de 13 de dezembro de 2002, que determina que as empresas fabricantes de alimentos que contenham na sua composição o corante tartrazina (INS 102) devem obrigatoriamente declarar o nome do aditivo por extenso na lista de ingredientes constantes da rotulagem. Antes da edição dessa norma, a presença do corante po-

deria ser informada apenas pela menção de um dos códigos de identificação da substância utilizados, o que era insuficiente para alertar o consumidor com alergia à tartrazina.

A norma vigente permite que os consumidores sejam adequadamente informados, sem alarmismo, sobre a presença da tartrazina no alimento, permitindo que as pessoas que tenham manifestado algum problema de alergia decorrente do seu uso possam evitar o consumo. Essa medida é similar à que foi adotada pelo governo norte-americano e pela União Europeia.

Por outro lado, não há justificativa científica, de acordo com a Anvisa – “Considerações sobre o corante amarelo tartrazina”, Informe Técnico nº 30, de 24 de julho de 2007 –, para veicular mensagem de advertência nos rótulos sobre uma possível associação entre tartrazina e reações alérgicas. Com efeito, tal medida poderia ensejar preocupação desnecessária da parte dos consumidores em geral, fazendo com que, mesmo aqueles que nunca apresentaram problemas desse tipo, venham a evitar o consumo daqueles alimentos.

Para as pessoas que tenham tido problemas decorrentes do uso da tartrazina, interessa ter a informação clara sobre a presença do corante, para que possam evitar o seu consumo. O consumidor, portanto, já deve ter ciência de que é alérgico à tartrazina. Para

essas pessoas, é suficiente que a presença da substância seja declarada no rótulo do alimento que a contenha.

Ademais, é importante ter em mente que a emissão de alertas desnecessários pode mitigar o impacto das advertências realmente relevantes para a saúde. Ao manusear uma embalagem repleta de mensagens pouco significativas, é provável que o consumidor deixe de fixar sua atenção em alguma informação de grande relevância para sua saúde, porventura contida no rótulo.

Até o presente momento, não há evidências científicas que comprovem a necessidade de advertir a população quanto aos possíveis riscos associados aos corantes, de forma generalizada, e à tartrazina, especificamente.

Caso se acumulem novas evidências científicas sobre danos à saúde provocados pela tartrazina, ou por outros corantes, eles poderão ser proibidos, ou advertências poderão constar da embalagem de alimentos, por força de normas infralegais.

Assim, consideramos que a norma vigente já cumpre o papel de informar o consumidor, de forma clara, sobre a presença da tartrazina, ao obrigar as empresas produtoras a inscreverem, na lista de ingredientes, o nome da substância, por extenso, quando ela está presente no alimento.

Por fim, não há óbices à aprovação do PLS nº 428, de 2011, concernentes à constitucionalidade e à técnica legislativa. No que se refere à juridicidade da proposição, contudo, entendemos que a espécie normativa, mais adequada para regular a matéria é a norma infralegal, que possui uma dinâmica capaz de acompanhar o avanço do conhecimento técnico e científico e adaptar-se mais prontamente a elas do que o necessariamente longo processo legislativo, com óbvios benefícios para a população.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011, embora, Presidente, eu faça a seguinte ressalva: eu estive com o autor do projeto, pois ele me procurou hoje, pedindo um prazo para que a gente possa discutir um pouco mais esta matéria. Para isso, ele iria pedir ao seu companheiro Senador Humberto Costa que solicitasse vista do processo, e assim, até a próxima semana, nós poderemos discutir a possibilidade.

Mas esse é o voto, Sr. Presidente, e acho que nada melhor do que o diálogo sobre esse pedido de vista, com o que concordo plenamente, para que a gente possa, então, ter uma conversa mais amigável com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Conforme antecipado pelo Senador Cícero Lucena, e atendendo a essa demanda do nosso companheiro Jorge Viana, peço vistas para termos a possibilidade de construção de algum acordo com relação a esse texto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vistas coletivas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva do Senador...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho. De acordo com o art. 132, concedo o pedido de vista ao projeto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu queria só fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não. (*Pausa.*)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – A despeito da solicitação do pedido de vistas...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho.

Senadores, eu pediria ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Humberto Costa: a Senadora Ana

Amélia já leu o próximo projeto. Está lido. É só uma questão...

O SR. (*Fora do microfone.*) – Mas estão chamando a gente para ir lá na CCJ!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nós vamos votar..

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É só o voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Paulo Davim, logo em seguida, eu dou a palavra a V. Ex^a.

Senadora, V. Ex^a podia atualizar a sua...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, farei isso.

Esse é um projeto que trata do menor aprendiz, de autoria do Senador Paulo Bauer, que está de aniversário hoje. Podíamos até presentear-lo.

Quando foi apresentado o projeto, o Senador Cyro Miranda levantou uma questão sobre a falta de clareza em relação ao percentual do menor aprendiz. Então, foi feita uma emenda substitutiva do projeto, e o próprio Senador Cyro já aquiesceu com o que está nela.

Então, vou ler a emenda que esclarece totalmente o projeto que trata do aproveitamento e da qualificação do menor aprendiz:

Acrescenta o §3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a contratação de aprendizes.

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (*Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000*)

§1º As frações de unidade no cálculo da percentagem de que trata o caput darão lugar à admissão de um aprendiz.

§1º-A O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos que tenha por objetivo a educação profissional.

§2º Os estabelecimentos de que trata o caput ofertarão vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativos locais.

[*No §3º, está o reajuste do projeto.*]

§3º Cumprida a contratação do percentual máximo de aprendizes fixado no caput, é facultada ao em-

pregador a contratação de mais dez por cento do total de empregados do estabelecimento, na condição de aprendiz, com vagas destinadas a trabalhadores com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos. (NR)

Esse é o detalhamento e o esclarecimento levantado pelo Senador Cyro Miranda, e penso que a matéria é socialmente relevante. O Senador Armando Monteiro, que presidiu a Confederação Nacional da Indústria, os Sistemas do Senai, Sesi, sabe da relevância disso. Penso que o Senador Paulo Bauer deu uma contribuição para facilitar e agregar mais profissionalização a esses jovens.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, ressalvadas as duas emendas da Relatora.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o aniversariante, o Senador Paulo Bauer, e com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a Relatora, a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora e com as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Senadora Ana Amélia tem voto conhecido.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Agradecendo a acolhida da sugestão pela Relatora, voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com a Relatora. Eu me congratulo com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012.

Consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as duas emendas de iniciativa da Relatora. (Pausa.)

Aprovadas as emendas.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 176, DE 2012

– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Há sobre a mesa um requerimento, Sr. Presidente, sobre um tema de que tratei na reunião de instalação da Comissão, para que possamos tratar aqui com as entida-

des de comunidades terapêuticas, com o Ministério da Saúde e com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad) sobre o edital que trata de como haver as parcerias do Governo Federal com as entidades.

Então, a ideia é a de que possamos apreciar o requerimento para realizar esse evento. A ideia é a de que possamos convidar o Presidente da confederação das entidades, o Sr. Célio Luiz; a Dr^a Paulina, que é da Senad; e um representante do Ministério da Saúde que trata dessa área.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Este é o requerimento do Senador Wellington Dias:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, DE 2013

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro realização de audiência pública desta Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a parceria entre o Governo Federal e as comunidades terapêuticas nas prestações de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, prevista no programa Crack, é Possível Vencer.

Para ter acesso ao apoio financeiro do Estado, as comunidades terapêuticas precisam atender às regras dos editais do Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad), onde está centralizada a gestão da política antidrogas e dos recursos públicos a serem nelas aplicados. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Wellington Dias.

O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Wellington Dias.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

O Senador Romero Jucá, por meio de sua assessoria, havia pedido a retirada da matéria de pauta. Sua assessoria me pediu isso, e eu a retirei.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É que eu estava atrasado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim, entendo isso.

Consulto o Plenário se posso colocar em pauta, com a presença do Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senador, tudo isso, para mim, é dispensável, mas, aqui, se não fizermos isso...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Tem de seguir o regulamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Temos de seguir o Regimento, embora a Dr^a Dulcília seja muito flexível nessa questão de Regimento. (*Risos.*)

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 55, DE 2012

– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de uso de tarja de identificação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde utilizados no âmbito dos serviços públicos de saúde.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar.
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para proferir o seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um projeto apresentado pela Senadora Vanessa Grazziotin extremamente importante. V. Ex^a, que é médico, sabe do desafio que é hoje atender a população. E um dos problemas graves que nós temos para atender a população na área de saúde é exatamente a existência do medicamento nos postos, centros e hospitais.

O que prevê a proposta da Senadora Vanessa?

De certa forma, o Sistema Único de Saúde – SUS, já tem uma regulamentação para definir que, nas compras do SUS pelo Ministério da Saúde, tanto nas embalagens primárias como nas embalagens secundárias e nas embalagens de transporte de caixas, haja

uma tarja registrando que aquilo é produto do serviço público e não pode ser vendido.

A Senadora Vanessa Grazziotin quer ampliar isso, trazendo para a Lei nº 8.666, que é a Lei de Licitações, para que, não só no Sistema Único de Saúde, nas compras federais, mas também nas compras estaduais de municipais, haja também essa tarja, essa marca.

Eu apresentei o substitutivo porque nós estamos colocando a marca não só nas embalagens, mas também nos rótulos de frascos e também nos envelopes e remédios fracionados, exatamente para evitar que o sujeito rasque a embalagem, mas venda o produto fracionadamente.

Então, é um projeto extremamente meritório, ajuda no controle, no combate ao desvio de medicamento, que é hoje um dos problemas enfrentados pela rede pública de saúde. Portanto, apresento o substitutivo e faço aqui o apelo para que nós possamos votar. E faço, Sr. Presidente, inclusive, o apelo para que, sendo aprovado, nós possamos votar também o regime de urgência para o plenário, para que esta matéria possa efetivamente seguir para a Câmara dos Deputados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É terminativo aqui? Então, pronto! Então, sendo terminativo aqui, em cinco dias nós já resolvemos essa questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão.

Para discutir, Senador Cícero Lucena, que está inscrito, e Senador Paulo Davim.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, Senador relator, Senadora autora, concordo plenamente com o objetivo do projeto, com o mérito do projeto, com a urgência de nós fazermos isso. Existe uma indústria de desvio de medicamentos neste País, não só dos comprados pela parte pública, mas até pelos transportes dos laboratórios de uma forma geral. Mas eu gostaria de ter um esclarecimento. Não consegui perceber uma resposta a isso e, por essa razão, estou colocando como um pedido de esclarecimento.

Eu sou de um Estado onde a prefeitura ocupa um papel muito importante na área da saúde, mais do que ela tem capacidade de fazer – muito mais, Senador Wellington Dias. Muitos Senadores que são do Nordeste, por exemplo, sabem do que vou falar, e, com certeza, isso acontece no Norte.

O prefeito, muitas vezes – muitas e muitas vezes, eu já testemunhei isso –, autoriza receita na “perna”, como se diz, para que se compre na farmácia fornecedora daquele pequeno Município aquele medicamento federal, que lá não chega. Não chega o medicamento

federal nem a prefeitura tem volume para comprar de laboratórios; compra no

fornecedor, na farmácia, muitas vezes do amigo. É verdade! Muitas vezes o Município só tem uma farmácia.

Consequentemente, eu pergunto: como vai ficar esse atendimento do medicamento nos pequenos Municípios brasileiros?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Bom, eu diria duas coisas, Senador Cícero Lucena. Primeiro, essa questão do despacho na “perna”...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Quero só dizer que é esclarecimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não é, em tese, o modelo ideal.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Mas é a verdade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não é o modelo ideal. O ideal – e nós estamos tratando junto ao Ministério da Saúde também – é que o Ministério da Saúde tenha efetivamente um banco de dados de fornecimento, de distribuidoras com remédios para que os Municípios, por menores que sejam, possam interagir e comprar a um preço mais baixo esses produtos.

Mas, vejam bem, se houver, eventualmente, o despacho individual para o cidadão, essa compra será direta, individual, e não haverá estoque. Portanto, não será desviada. Na verdade, é um atendimento de ponta a ponta. O que nós estamos querendo evitar é a compra maciça de produtos que ficam em estoque no almoxarifado e que são surrupiados para ser vendidos em farmácias e ser vendidos ou distribuídos, enfim, para outros fins.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Atende-me o esclarecimento, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, na verdade, o despacho individual, em tese, não está sendo proibido.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O que estamos dizendo é o seguinte: em relação à compra para estoque, deverá haver essa questão.

Agora, nós temos que nos mobilizar para que o Ministério da Saúde possa, realmente, ter capilaridade e chegar o fornecimento ou a indicação de compra dos laboratórios oficiais com a marca da venda proibida em todo o Território brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou pela inscrição. Estão inscritos o Senador Paulo Davim, o Senador Wellington Dias e a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só para esclarecer que, para mim, foi suficiente o esclarecimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu percebi pelo semblante de V. Ex^a!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero elogiar a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, assim como o convincente relatório do Senador Romero Jucá.

Nós, que militamos na área da saúde, sabemos que uma das grandes mazelas do serviço público são os desvios: de insumos, equipamentos, medicamentos, enfim, tudo. E esta Casa e esta matéria, em particular, dão uma contribuição consubstancial para se enfrentar um dos grandes problemas do sistema público de saúde, que são os desvios. Eu acho que esta matéria vai começar um processo de moralização dentro do serviço público. É uma contribuição, sem sombra de dúvida.

A coisa pior do mundo é você chegar a uma unidade de saúde, que, há 15 dias, tinha estoque de determinados produtos, e você perceber que, do dia para a noite, aquele produto não existe mais. E há sempre a desculpa de que foi emprestado a alguma outra unidade, e nunca se sabe onde reside a verdade.

Portanto, eu quero parabenizar a iniciativa e declarar meu integral apoio a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero só, em um minuto, falar da importância deste projeto.

Além do desvio – vou usar uma palavra feia aqui – tradicional, para esse caso não sei se se aplica, em que há, muitas vezes, a participação do gestor do armazém, do gestor da área da saúde, há mais dois fenômenos que também começam a crescer, que é o assalto ao transporte do veículo e o assalto ao armazenamento de medicamentos. É exatamente pela facilidade que há depois de fazer a comercialização.

Então, eu queria parabenizar pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, como autora. E é do ramo: farmacêutica e bioquímica.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Farmacêutica e do ramo, não é, Sr. Presidente?

Bom, eu quero cumprimentar o Senador pela relatoria do nosso projeto.

Eu dizia a ele, ao Senador Jucá, que ele apresentava um substituto que muda completamente. Entretanto, eu considero que a modificação que ele faz melhora, porque leva essa questão para a Lei de Licitações, que é uma lei muito forte, e nós estamos aqui nos referindo a compras e não a um fato isolado ou a fatos isolados

de aviar medicamentos – ou dispensar, que é o termo correto – por receitas individuais.

De fato, esse é um problema grave no serviço público.

Quando a gente apresentou o projeto, nós pesamos, naturalmente, se isso acarretaria um custo maior. Porque também não podemos apresentar exigências tantas que elevem o custo do medicamento, que é muito mais do que uma mercadoria, é um insumo para a manutenção da saúde e da vida, não é? E percebemos que não há nenhuma dificuldade em fazer isso. Primeiro, porque as compras são feitas em grandes lotes, e vários segmentos já têm isso. Por exemplo, quando somos assinantes de alguma revista, vem lá escrito: “Venda proibida. Exclusivo para assinantes”. Não há custo. O custo já está embutido na impressão.

Então, eu quero agradecer ao Senador Jucá e dizer que seu substitutivo vem melhorar muito a lei. E mais: eu sou daquelas que pensam que não basta questões

importantes e muitas vezes polêmicas estarem em resoluções; elas têm que estar em leis, porque têm uma força muito maior de aplicabilidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, eu...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para arrematar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que há Senador querendo se ausentar, e eu dependo de quórum. V. Ex^{as} podem falar o quanto quiserem, desde que não saiam da sala.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Para registrar que, no art. 10, o texto final é: “Os produtos e a identificação a que se refere o §9º deverão constar em todas as embalagens dos produtos e serão definidos em regulamentos”. Só para ajustar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero parabenizar o Relator e dizer que tenho só uma dúvida. Eu não sei se está contemplado que dá um prazo à indústria para se adaptar, porque ela não vai ter esses lotes...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Isso virá na regulamentação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação, que será nominal porque o projeto é terminativo.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012, que tem preferência regimental.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a autora e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a autora e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acompanho o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a autora e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Voto conhecido, mas como vota a Senadora autora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e a autora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a autora e com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Parabenizando a autora e o Relator, porque deve ser missão de todos nós evitar o desvio, principalmente numa área tão importante como a da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Romero Jucá, voto conhecido, é o nosso Relator.

Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pelo meu semblante, o que o senhor acha, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a está alegzinho hoje.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator e a autora. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o semblante também...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu devo dizer que, no início do relató-

rio do Senador Romero Jucá, o semblante do Senador Armando Monteiro não era muito favorável. Aos poucos, ele foi...

Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quinze minutos, do dia treze de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Ataídes Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer e Sodrê Santoro e das Senadoras Lídice da Mata e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Armando Monteiro e Gim e a Senadora Ana Rita. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e Wellington Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, de 2012 Não Terminativo** Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para

estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra e outros. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Favorável à Proposta e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Em 11/03/2013, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira que recebeu Parecer contrário; Em 12/03/2013, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Paulo Bauer que recebeu Parecer contrário; Na 3ª Reunião Ordinária realizada nesta data, durante a discussão, a Senadora Lídice da Mata reformula o Relatório para acolher a Emenda nº 2, de autoria do Senador Paulo Bauer. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à PEC nº 66, de 2012, e à Emenda nº 2, de redação, renumerada como Emenda nº 1-CCJ, e pela rejeição da Emenda nº 1. **ITEM 2) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, de 2011 Terminativo Ementa do Projeto:** Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado. **Autoria do Projeto:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria do Projeto:** Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Sérgio Souza. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 390, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2010 Terminativo** Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do relatório. **EXTRA-PAUTA: ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 3, de 2013 Requeiro**, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – para discutir as Propostas de Emendas à Constituição de números 53 de 2007 e 56 de 2009, objetivando instruir para a conclusão do seu relatório. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e oito minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: **ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2012; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE**

2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 623, DE 2011; ITEM 8) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, DE 2011; ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2003 Tramita em Conjunto com a PEC Nº 2, DE 2006; ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2011 Tramita em Conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2011; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2011; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2006 Tramita em Conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2012; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2009 e ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70, DE 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia, senhoras e senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores, membros desta Comissão, o recebimento dos seguintes documentos:

Correspondência do cidadão Gilvan Augusto de Farias, do Estado de São Paulo, sobre o PL nº 4.434/2008. Expediente conferido. Enviado o Ofício nº 006/2013, desta Presidência, informando que a matéria em questão foi aprovada nesta Casa, na forma do PLS nº 58/2003 e remetida à Câmara dos Deputados para liberação.

Correspondência do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe, Srª Ângela Maria de Melo, apresentando sugestão para alteração da Constituição Federal, no sentido de suprimir indicação política para o cargo de conselheiro dos Tribunais de Contas da União e dos Estados. Expediente conferido. Enviado o Ofício

nº 7/2013, informando que a matéria em questão já é objeto da PEC nº 42, em trâmite no Senado Federal.

Correspondência do Presidente da Câmara Municipal de Jundiá, Sr. Gerson Sartori, encaminhando Moção nº 226, de autoria da Câmara Municipal, sobre proposição e aprovação da matéria que restringe o reajuste do subsídio de Parlamentares, Chefes do Executivo e Ministros até o mês de setembro do ano em que ocorrer eleição federal. Expediente conferido. Enviado ofício desta Presidência, informando que o conteúdo da moção será comunicado em plenário.

Correspondência do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Sul, Sr. Marcelo Bertoluci, informando posição contrária da OAB sobre a PEC nº 209/2012. Expediente conferido, informando que a matéria em questão encontra-se em trâmite na Câmara dos Deputados e somente será discutida no Senado depois de aprovada por aquela Casa.

A presente reunião é destinada à deliberação dos Itens 1 a 14. E reveste-se de caráter histórico, senhoras e senhores, porque, afinal, esta Comissão poderá dar um passo expressivo, a mais, para que o Brasil faça justiça social e trabalhista com milhões de cidadãos e de cidadãos que ainda exercem sua profissão em condições de vida bastante adversas. Refiro-me às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos.

Nosso primeiro item da pauta:

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2012 – Não Terminativo -

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra e outros.

Tive a honra de designar para essa missão uma Parlamentar identificada com as lutas sociais, a ilustre Senadora Lídice da Mata, mulher como a esmagadora maioria das pessoas que integram a categoria dos trabalhadores domésticos.

Antes de iniciar o exame da referida proposta à Constituição, esta Presidência sente-se no dever de enaltecer as lutas desses profissionais, que levaram longas décadas para conquistar esses direitos. Depois de atingirem certo nível de organização e com o apoio do Congresso Nacional, os trabalhadores domésticos conseguiram ver aprovadas diversas leis que foram regulamentadas pelo Congresso Nacional.

Basicamente foram assegurados registros em carteira profissional, salário mínimo e participação no sistema previdenciário.

A Constituição Federal de 1988, chamada Constituição cidadã, ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos: salário mínimo; irredutibilidade salarial; repouso semanal remunerado; gozo de férias, atualmente remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário mínimo normal; licença gestante sem prejuízo do emprego e do salário.

Com a edição da Lei nº 11.324, que alterou os artigos da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, os trabalhadores domésticos firmaram o direito às férias de 30 dias.

Se aprovada a PEC sob exame, os trabalhadores domésticos finalmente passarão a ter ainda direito à jornada de trabalho de 44 horas, remuneração por hora extra, fundo de garantia, seguro-desemprego e benefícios em caso de acidentes de trabalho.

Por essa razão, tenho o prazer de iniciar esta pauta com a Proposta nº 1.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra e outros;

Relatoria: Senadora Lídice da Mata;

Relatório: favorável à PEC nº 66 e contrário às Emendas nº 1 e 2.

Observação:

– Em 11/03/2013 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que recebeu parecer em contrário;

– Em 12/03/2013 foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Paulo Bauer, que recebeu parecer contrário.

Concedo a palavra, com muita honra, pela história que acabei de proferir em breve relatório, à Senadora Lídice da Mata, para proferir o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje realmente é um dia importante, não apenas aqui, nesta Comissão, mas também porque neste momento a Presidenta Dilma, em cerimônia no Palácio do Planalto, com toda a Bancada de Deputadas e Senadoras do Brasil e outras autoridades constituídas, apresenta ao País um plano

de enfrentamento à violência contra a mulher – esse que é um dos principais problemas que a população feminina enfrenta no nosso País.

Apesar da Lei Maria da Penha, um extraordinário marco legal contra a violência doméstica, ainda é uma grande ameaça à saúde no Brasil a violência contra a mulher.

Portanto, quero saudar a Presidenta Dilma, toda a nossa Bancada feminina e toda a luta das mulheres brasileiras, através de suas organizações, pelas conquistas que realizamos hoje, com o lançamento do plano de enfrentamento à violência.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que tenho a clareza da importância desta PEC para o nosso País.

Vou ler o nosso relatório.

Há 25 anos, a Constituinte organizou os direitos dos trabalhadores brasileiros. E, ao fazer essa organização de direitos ou essa garantia de direitos, excluiu alguns direitos das trabalhadoras domésticas ou dos trabalhadores domésticos.

Esta Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012, tem por finalidade, portanto, estender à empregada doméstica ou ao empregado doméstico os mesmos direitos assegurados pelo art. 7º aos demais trabalhadores urbanos e rurais.

Para tanto, altera o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para assegurar os direitos previstos em seus incisos.

4. Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e as de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

(...)

6. Irredutibilidade do salário, salvo disposto em convenção ou acordo coletivo;

7. Garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável;

8. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

(...)

10. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

(...)

13. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horário e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

(...)

15. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

16. Remuneração do serviço extraordinário superior no mínimo em 50% a do normal;

17. Gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal;

(...)

19. Licença paternidade nos termos fixados em lei;

(...)

21. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias nos termos da lei;

22. Redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

(...)

24. Aposentadoria;

(...)

26. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

(...)

30. Proibição de diferenças de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

31. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

(...)

33. Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

Atendidas às condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, além de sua integração social, os direitos previstos nos incisos:

I – Relação de emprego protegido contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar que preverá indenização compensatória dentre outros direitos;

II – Seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário;

III – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

(...)

IX – Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

(...)

XII – Salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

(...)

XVIII – Licença gestante, sem prejuízo do emprego e do salário e com duração de 120 dias;

(...)

XXV – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade, com creches e pré-escolas;

(...)

XXVIII – Seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Sabemos que seguramente equalizar o tratamento jurídico entre os empregados domésticos e demais trabalhadores elevará os encargos sociais e trabalhistas. Todavia, o sistema hoje em vigor, que permite a existência de trabalhadores de segunda categoria, é uma verdadeira nódoa na Constituição democrática de 1988 e deve ser extinto, pois não há justificativa ética para que possamos conviver por mais tempo com essa iniquidade.

À proposição foram apresentadas duas emendas. Análise.

Do ponto de vista da constitucionalidade da matéria, não há nada a objetar visto que o conteúdo da proposta não integra o elenco de matérias do art. 60, § 4º, da Constituição Federal, sobre os quais não pode haver deliberação e tampouco trata de matéria constante de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual Sessão Legislativa, conforme estabelece o § 5º do mencionado artigo.

Não há igualmente restrições quanto à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Ao contrário dos demais trabalhadores que tiveram aprovado seu código de trabalho em 1943, somente com a edição da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, os domésticos tiveram implementados alguns poucos direitos, como o da carteira de trabalho e previdência social, benefícios previdenciários na categoria de segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social e férias de 20 dias úteis ao ano.

Com o advento da Constituição de 1988, a eles foram estendidos outros direitos: salário mínimo; irreduzibilidade do salário; décimo terceiro salário; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença maternidade; e aposentadoria.

Mais tarde, a Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, assegurou direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao seguro desemprego, ainda que tenha estabelecido ser opção do empregador assumir a contribuição que possibilite o acesso a esses benefícios.

Finalmente, com a Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, proíbe-se ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia; garante-se o direito a férias anuais remuneradas de 30 dias,

com pelo menos um terço a mais que o salário normal, após cada período de 12 meses de trabalho prestado à mesma pessoa ou família; e veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Recentemente, delegados de governos, empregadores e trabalhadores presentes na 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotaram, no dia 16 de julho de 2011, novas normas internacionais de trabalho, com objetivo de dar melhores condições de trabalho aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos.

As novas normas foram convertidas na Convenção nº 189 e na Recomendação nº 201. Elas preveem que os trabalhadores domésticos devem ter os mesmos direitos básicos que os demais, incluindo a jornada de trabalho; o descanso semanal de pelo menos 24 horas consecutivas; um limite para pagamento *in natura*; informações claras sobre os termos e condições de emprego; bem como o respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, inclusive a liberdade de associação e de negociação coletiva.

Para que o Brasil se adapte às normas da referida convenção, faltaria assegurar à categoria dos trabalhadores domésticos a fixação da duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais; a remuneração do trabalho noturno superior a do diurno; e a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% a do normal.

No Brasil, a Constituição Federal atribui direitos e garantias ao trabalhador, já que o trabalho é um dos fundamentos do Estado. Nossa Lei Maior, todavia, ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores, dispensou um tratamento diferenciado aos domésticos, não atribuindo a eles todos os direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais.

Muito embora o Brasil seja um dos países mais avançados do mundo em relação aos direitos dos trabalhadores domésticos, estamos a dever um tratamento isonômico com os demais. Não é demais enfatizar que, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, existem cerca de sete milhões de trabalhadores domésticos. Desses, apenas um milhão têm carteira assinada.

Já os dados da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas apontam que a classe quase duplicou em menos de dez anos. Segundo a entidade, o número hoje no País chegaria a 9,1 milhões. Cerca de 80% desses trabalhadores são negros e 94% são mulheres. Existem dados também preocupantes de que 410 mil crianças estão no trabalho doméstico e 1,8 milhões desses trabalhadores ganham de zero a meio salário mínimo por mês.

Como vimos, à proposta foram apresentadas duas emendas.

A primeira, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, tem por objetivo incluir, entre os direitos do trabalhador doméstico, o inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal, que diz:

XXIX – ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores rurais e urbanos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

A emenda é meritória e oportuna, pois a inclusão desse direito é uma garantia de segurança jurídica às relações de trabalho não somente para o trabalhador doméstico, como também para os empregadores, eis que afasta interpretações sobre eventual imprescritibilidade da pretensão relativa aos créditos resultantes das relações de trabalho desse trabalhador.

Contudo, a jurisprudência já cuidou desse tema e os tribunais têm entendido que se aplica o mesmo prazo prescricional do inciso XXIX às ações trabalhistas movidas por trabalhadores(as) domésticos(as).

Por excesso de zelo, a ausência desse direito, no entanto, pode ser suprida por meio de projeto de lei ordinária, alterando a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que, ainda hoje, estaremos apresentando nesta Casa.

A Emenda nº 2 – para a qual também peço o apoio do nobre Senador –, de autoria do Senador Paulo Bauer, tem por finalidade alterar o parágrafo único do artigo 7º, na forma que dispõe o artigo único da PEC nº 66, de 2012, para incluir o inciso XVIII depois do XVII e antes do XIX, suprimindo-se sua menção presente ao final do dispositivo, sob a alegação de que, a permanecer a atual redação, o direito à licença gestante somente surtirá efeito a partir da edição de lei ordinária sobre o tema.

Não podemos concordar com autor da emenda porque os direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988, em razão de sua origem, a Assembleia Nacional Constituinte, são imutáveis e, portanto, não são passíveis de alteração legislativa que objetive a supressão ou redução, ou ainda o estabelecimento de condições menos favoráveis aos trabalhadores, eis que, por sua essência, são imutáveis e inderrogáveis.

Ainda que a PEC nº 66, de 2012, remeta à lei o direito à licença gestante, não há que se falar em direito de vigência contida, já que se trata de um direito de aplicação imediata, porque assim o quis o Constituinte. Nesse contexto, como a lei não poderá impor restrições a esse preceito constitucional, nem mesmo determinar o início de sua vigência, por ser autoaplicável, há que se interpretar a expressão “atendidas às condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do

cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades” como a edição de norma ou de normas que irão operacionalizar o cumprimento do preceito constitucional. Um exemplo: em se tratando da licença maternidade, de 120 dias, há uma necessidade de a gestante, a norma pode determinar, que sejam exercidos 28 dias antes do parto e os três meses pós-parto, ou mesmo, por uma decisão médica, a modificação desses prazos, ampliando o prazo de 28 dias antes da gestação para essa gestante a até mais de 28 dias.

Assim o fez a Lei nº 10.421, de 2002, ao alterar o artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, que se limitou o repetir o dispositivo constitucional.

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

Somos, pois, contrários às Emendas nºs 1 e 2.

Em conclusão: a medida vem em boa hora, eis que não só amplia significativamente os direitos dos trabalhadores domésticos, mas também põe fim a uma odiosa discriminação em relação aos demais trabalhadores, tornando mais justo o tratamento que essa laboriosa, mas pouco valorizada classe de trabalhadores merece de seus legisladores.

Com a presente proposta de emenda à Constituição, felizmente chega-se ao fim de um ordenamento jurídico que validava diferenças injustificáveis. Além disso, Sr. Presidente, cada vez mais cresce o consenso entre os juristas trabalhistas, e mesmo a simpatia do Supremo, em torno da ideia da intocabilidade dos direitos previstos no art. 7º, a exemplo dos direitos previstos no art. 5º, podendo-se nele mexer sempre no sentido da ampliação desses direitos e nunca no sentido da diminuição do direito adquirido, tornando-o, por si só, autoaplicável, como foi o desejo do Constituinte.

Mais uma vez uso esse argumento como reforço à ideia da não aceitação dessas duas proposições, que, julgo, partem de preocupações justas dos dois Senadores, mas no sentido justamente de fazer com que esse direito possa avançar rapidamente dentro desta Casa para garantir o benefício mais amplo ao trabalhador doméstico brasileiro.

Pelo exposto, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012, e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2 da CCJ. E quero apelar aos nossos companheiros da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa no sentido de que possamos aprovar esta PEC e fazer, portanto, justiça aos trabalhadores domésticos do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo V. Exª, Senadora Lídice, pelo bri-

lhante trabalho e registro que V. Exª teve, com a assessoria competente que o Senado lhe oferece bem como com a de seu gabinete, tempo muito curto para a análise dessa matéria, apenas três ou quatro dias após a indicação, visto que este mês, em face de uma agenda dedicada a homenagens ao dia 8 de março, nós priorizamos, na Comissão de Constituição e Justiça, esta PEC tão relevante aos trabalhadores domésticos.

Passo à discussão da matéria.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Ataídes Oliveira.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para me inscrever, Sr. Presidente. Senador Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Abertas as inscrições: Senador Anibal, Senador Pedro Taques, Senadora Lúcia Vânia, Senador Pedro Simon, Senador Magno Malta.

Tem a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, quero cumprimentar todos os nossos pares aqui, Senadoras e Senadores.

Presidente, sobre esta PEC, relatada pela nossa brilhante Senadora Lídice da Mata com toda sabedoria, apesar do curto espaço de tempo, não há dúvida nenhuma de que esta matéria venha a ser aprovada. Porque aqui, simplesmente, nós estamos corrigindo uma falha enorme ocorrida há longa data em nosso País, em relação à trabalhadora doméstica.

Agora, o que me preocupa, Presidente, é que a nossa Constituição de 1943... porque naquela época não se falava em desenvolvimento, naquela época a indústria nacional estava começando a dar os seus primeiros passos, então foi, com muita sabedoria, editada a nossa famosa CLT. E ao longo dos anos, ela vem sofrendo alterações, quer por esta Casa, pelos tribunais, enfim, e vejo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), hoje, como uma verdadeira colcha de retalhos. E isso é muito ruim.

Eu estou percebendo aqui, agora, que, no nosso dia a dia, nós podemos cometer as nossas redundâncias, as nossas figuras de linguagem, o nosso pleonismo. Mas percebo que nesta PEC extraordinária – e eu sou plenamente a favor –, nós estamos aqui cometendo pleonismo, principalmente com relação à emenda do nosso brilhante Senador Bauer, no art. 7º da Constituição. E tive o privilégio, no passado, de lecionar a matéria Processo do Trabalho, há alguns bons anos. Então, essa CLT é muito viva na minha cabeça.

Então, percebo que aqui nós estamos cometendo uma redundância, quando falamos em direito do doméstico. Mas eu contemplo essa brilhante ideia do

nosso Deputado Carlos Bezerra e da nossa Relatora Lídice da Mata.

Agora, Presidente, por que não aproveitar esta oportunidade e fazer uma belíssima reforma trabalhista neste País? A questão trabalhista, Senadora Lídice da Mata, Senador Pedro Taques, é hoje um dos entraves e um dos gargalos do crescimento do nosso País. Eu acho que é um momento muito bom de a gente discutir, Presidente, uma ideia macro e fazer essa reforma trabalhista tão necessária ao País.

Era somente isso que eu queria colocar, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a participação oportuna de V. Ex^a na argumentação.

Senador Aloysio Nunes, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu começo, como V. Ex^a e como o Senador Ataídes Oliveira, enaltecendo o trabalho da Senadora Lídice da Mata, competente, criterioso e que tem, entre outras virtudes, a de resgatar, ainda que brevemente, toda uma trajetória de luta dos trabalhadores domésticos pelo reconhecimento dos seus direitos, que começam a ser reconhecidos na Constituição de 1988 – reconhecidos em parte. E o que esta PEC procura é reconhecê-los na integralidade, naquilo que a Constituição tem de aplicável à relação peculiar do trabalho doméstico; uma longa caminhada que a Constituição consagrou e que a PEC procura, agora, impulsionar.

Lembro apenas à Comissão que, em relação aos trabalhadores rurais, a plena igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos também só foi reconhecida integralmente na Constituição de 1988. O Presidente João Goulart tomou iniciativas na linha de estender aos trabalhadores rurais o direito à sindicalização. E essa foi uma das causas, aliás, do golpe de Estado que o derrubou.

Vejam como o Brasil evoluiu nesses últimos anos, apesar da interrupção dramática da vida democrática durante a ditadura.

E eu digo também que, durante a ditadura, especialmente no seu final, emergem com muita força o movimento de mulheres no Brasil. Nos sindicatos – lembro o primeiro congresso da mulher metalúrgica em São Paulo e publicações, como *Brasil Mulher*; *Nós, Mulheres*; *Mulherio*, o movimento das mulheres pela anistia. Enfim, uma luta forte.

E essa luta dos trabalhadores domésticos, onde as mulheres predominam, é uma continuidade dessa luta.

Eu sou a favor dessa proposta no seu conjunto, mesmo porque considero que o trabalho doméstico é extremamente penoso e delicado, porque, em grande número – talvez, hoje, não mais a maioria dos casos –, o trabalhador ou a trabalhadora exerce a sua profissão na casa do patrão, sujeito à toda sorte de vexames, de intromissão na sua vida privada, de despotismo. De modo que toda proteção é pouca.

Apenas, Sr. Presidente, eu acho que nós poderíamos ter aproveitado a oportunidade para, na elaboração dessa emenda à Constituição, suprimos uma lacuna legislativa no que diz respeito à prescrição. V. Ex^a tem razão, Senadora Lídice da Mata: a jurisprudência dos tribunais do trabalho, inclusive do TST, é na linha de estender aos trabalhadores domésticos as regras prescricionais que estão garantidas aos demais trabalhadores. Mas o que custaria ter corrigido essa lacuna legislativa? O que custaria? Uma vez que o tema da prescrição da ação trabalhista e dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais e urbanos foi constitucionalizado, por que não fazê-lo?

Alega-se que estamos com pressa, que este é o mês da mulher. Tudo bem. Maior razão ainda para capricharmos no nosso trabalho por ser o mês da mulher, não é?

Que homenagem melhor poderíamos prestar à mulher do que fazermos um trabalho bem feito, imune a qualquer tipo de crítica? Ainda que o talento da Senadora Lídice da Mata forneça a ela argumentos que permitem provisoriamente superar... Mas fica essa lacuna, Senadora. Não há dúvida. Homenagem à mulher é fazer a coisa bem feita, porque mulher costuma fazer coisa bem feita.

Acho apenas que a Presidente da República não fez a coisa bem feita quando se reuniu com movimentos sociais para tratar de temas que dizem respeito à questão feminina e não olhou isso direito. O fato é que existe, efetivamente, um retrocesso constitucional no que diz respeito à licença-gestante, que, nos termos da Constituição de 1988, é uma norma de eficácia plena; não depende de regulamentação por lei, de implementação por lei. E, na emenda à Constituição que estamos examinando, ela sofre um *downgrade*: ela passa a ser uma norma de eficácia contida. Não há dúvida nenhuma. Veja que a licença-paternidade é tratada como norma de eficácia plena na Constituição de 1988 e continua assim no texto atual. Já a licença-gestante passa a depender de regulamentação legal.

Evidentemente, essa lei – a senhora tem razão, Senadora Lídice da Mata – não poderá contrariar a Constituição, mas não há dúvida de que aqui há um avanço para trás, e a Presidente da República, que tem assessores tão competentes quanto os assessores do

Senado e da Câmara, poderia ter dado uma olhada nisso em um minuto e ter dito: “Aqui está errado”. Não precisaria o Senador Paulo Bauer fazer uma emenda para corrigir isso. Mas, não, é o governo do espetáculo: “Vamos reunir, vamos fazer, vamos proclamar, a eleição está aí. Vamos embora. 2014. Vamos reunir os movimentos sociais, promover as mulheres. É o mês da mulher. Então, não pode atrasar”.

E não viu, não olhou algo que todos nós olhamos e vimos: que há uma falha nesse texto. Há uma falha gritante, evidente, um erro, que o Senador Paulo Bauer propõe com a sua emenda sanar esse erro em homenagem à mulher, não apenas uma homenagem simbólica que consiste da aprovação da emenda, que tem um simbolismo realmente, uma força política extraordinária e uma eficácia jurídica extraordinária. Mas aprovar caprichado, bem feito, fazer bem feito em vez de fazer apressado, de olho na eleição.

Por isso que eu defendo a emenda do Senador Paulo Bauer, porque essa emenda, efetivamente, evita o retrocesso que está contido na redação atual da PEC que vamos examinar.

Por isso que faria um apelo à Senadora para que reexaminasse esse argumento. Mas, de qualquer modo, a senhora tem o meu apoio, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero cumprimentar V. Ex^a pela presteza com que designou a Senadora Lídice da Mata para fazer a relatoria desta PEC. Vale ressaltar que o anúncio de que esta PEC estava sob a responsabilidade da Senadora Lídice da Mata aconteceu exatamente no 8 de março, durante o ato às homenageadas pelo Prêmio Bertha Lutz. E ela teve tão somente uma semana para se debruçar sobre esse assunto e trouxe um resultado excepcional.

O posicionamento do Senador Aloysio Nunes Ferreira traduz toda a grandiosidade da matéria. Primeiro, apoiando a relatoria da Senadora Lídice da Mata e depois, inclusive, apresentando com muita coerência os aspectos que ainda poderiam ser melhorados.

No que diz respeito à emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira, a Senadora Lídice já apresenta de imediato uma solução no sentido de apresentar um projeto de lei ordinária, inclusive da própria Comissão de Constituição e Justiça, que imagino deva ser assinado por todos, exatamente para corrigir e não ficar esse ponto falho.

Mas, no que diz respeito às duas proposições do Senador Paulo Bauer, aí sim a gente entra numa

possibilidade de prejuízo da matéria, uma vez que ela teria que voltar à Câmara e a gente perderia o *timing*...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe-me, apenas uma observação: qual o *timing* que a gente perderia? Fazer a homenagem no Dia das Mulheres, é esse o *timing*? Se V. Ex^a me permitir um aparte, o fato de a gente ser obrigado a votar as coisas como a Câmara manda para cá... já bastam as medidas provisórias, agora emenda constitucional também? Que *timing* é esse? Desculpe-me.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Olha, Senador Aloysio, eu entendo que a construção legislativa é feita passo a passo, não tem jeito de a gente consertar todos os aspectos de uma só vez. O Senador Ataídes acabou de falar que talvez o ideal fosse fazer uma nova Consolidação das Leis do Trabalho, algo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Um artiguinho assim, quero só uma coisa pequenininha assim, um artiguinho, uma coisa, só uma remissão, só isso, não quero...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito, mas neste caso ela teria que voltar para a Câmara.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E daí? Não é assim que funciona a Constituição? A Constituição é assim: a Câmara aprova, a gente pode emendar e volta para a Câmara... É assim que...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pois é, o problema é que em todas as vezes que isso acontece, nós sabemos a quantidade de leis passando pelo atraso dessa ida e vinda; e a gente tem a possibilidade de ter essa matéria aprovada hoje aqui na CCJ e mandá-la em regime de urgência ao plenário do Senado e termos a matéria aprovada.

E, se for o caso, a gente poderia trabalhar também com projeto de lei ordinária para corrigir essa falha que o senhor está apontando juntamente com o Senador Paulo Bauer.

De tal maneira que eu gostaria de defender aqui, junto aos colegas Senadores, que a gente pudesse aprovar o relatório da Senadora Lídice da Mata conforme ela apresentou, pois é um relatório qualificado, homenageia as mulheres, homenageia essa grande Senadora, que é a Senadora Lídice da Mata, uma representante do Estado da Bahia, o Estado com maior índice de empregadas domésticas nessas condições e, principalmente com a presença de negras executando essa função.

Então, nós teríamos todos os motivos, nesta reunião de hoje da Comissão de Constituição e Justiça, para aprovarmos esse relatório da Senadora Lídice da Mata. Eu faria apelo nesse sentido, considerando

toda a relevância dos argumentos apresentados pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Aníbal Diniz.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta de emenda à Constituição é relevante para acabar, no Brasil, com categorias. É mais ou menos o que existe na Índia, onde há os párias e outras categorias, porque lá se levam em conta a cultura e a religião daquele povo. Aqui, no Brasil, é preconceito mesmo, não há outro nome que se dê.

A proposta de emenda à Constituição é muito boa e, aliás, atende o que vem previsto na Convenção nº 189 da OIT, na Recomendação nº 201 da OIT. Nesse ponto, nós não podemos dizer que a proposta de emenda à Constituição não seja boa e não mereça a aprovação desta Casa. Eu quero parabenizar a Senadora Lídice pela relatoria da proposta de emenda à Constituição. No entanto, Sr. Presidente, a Constituição da República estabelece vários tipos de normas, e algumas têm aplicação imediata, como o caso da licença concedida à gestante, estabelecida no art. 7º.

Muito bem, essa proposta de emenda à Constituição, nesse particular, Senadora Lídice, significa o descumprimento de uma cláusula de não retrocesso dos direitos sociais. Aliás, isso é discutido no mundo todo. Na França, isso recebe o nome de efeito *cliquet*.

Um direito social ofertado não pode ser subtraído, Sr. Presidente. Aqui, com a vontade de fazer o bem, estamos trazendo sérios riscos à aplicação desse direito constitucional, que não exige a integração de uma norma subconstitucional, de uma lei.

Se nós vivemos num País que adota o sistema bicameral, não podemos ser apertados pelo tempo aqui, no Senado, que é a Casa revisora. Essa proposta de emenda à Constituição, quero ressaltar, é excelente, é excepcional, veio em boa hora. No entanto, aqui, nós estamos criando sérios riscos de que tenhamos como consequência a subtração de direitos constitucionais, através de um retrocesso constitucional nesse particular.

Nós sabemos que as empregadas domésticas, de forma eufemística chamadas de secretárias do lar – é o jeitinho brasileiro de afastar o preconceito que nós temos –, são desrespeitadas, inclusive, nos apartamentos dos Senadores da República. Se formos calcular o tamanho do quarto de empregada nos apartamentos dos Senadores da República, que são apartamentos da União, veremos que esses quartos, conhecidos como dependências de empregada, não cumprem a NR nº 31, do Ministério do Trabalho, que

estabelece o tamanho de um alojamento para um trabalhador rural. Quer dizer, até a estética gera preconceito, prejudicando essas cidadãs, que exercem seu trabalho com dignidade.

Esse ponto da PEC me preocupa muito. A norma constitucional é autoaplicável no tocante à gestante. Já disse um Senador que participava da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, que a foto poderia estar ali também, a do Rui Barbosa. É uma norma autoaplicável, autoexecutável, bastante em si mesma, que não exige outra normatização futura.

Estamos aqui estabelecendo, Sr. Presidente, um retrocesso nesse particular. Nós temos de ouvir a Relatora, para verificar se não é possível apresentar uma emenda de redação no que tange a esse particular.

Sr^a Relatora, esse é o ponto. No tocante à emenda que fala sobre a prescrição, precisamos, sim, constitucionalizar a jurisprudência, uma vez que a jurisprudência, como o próprio nome está a dizer, muda, tendo em conta o momento histórico. A jurisprudência muda. É lógico que existe segurança jurídica, que existe estabilização, mas a maior estabilidade é a força que se encontra na Constituição.

Eu vou votar favorável à proposta de emenda à Constituição, mas eu gostaria de ouvir uma maior reflexão a respeito dessas duas emendas apresentadas, uma pelo Senador Paulo Bauer, que acaba de chegar, e outra pelo Senador Aloysio. São importantíssimas essas emendas à proposta de emenda à Constituição.

Este momento é histórico, como disse V. Ex^a, para que possamos superar este preconceito que vem, infelizmente, da chamada Constituição cidadã. E temos que nos atentar para a nossa própria casa, ao menos aqueles Senadores que moram no apartamento funcional, aquele quatinho, que não segue a NR 31 do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o autor da proposta, o Deputado Carlos Bezerra e, com muita ênfase, cumprimentar a Relatora do projeto, Senadora Lídice da Mata. Esta relatoria revela bem a competência e a trajetória da Senadora Lídice da Mata, que tem uma luta histórica em favor da mulher brasileira e, portanto, não poderia ser diferente a sua atuação.

Eu quero reafirmar as mesmas colocações feitas aqui pelo Senador Aloysio Nunes, porque eu acredito também que a licença-gestante para o trabalhador doméstico, que é hoje um direito autoaplicável, torna-se, após a PEC, temerário. Eu acho que nós temos que rever esse artigo, em função de que essa já é

uma grande conquista da mulher brasileira que não pode ser perdida.

Eu quero também dizer que as principais conquistas: FGTS obrigatório, seguro-desemprego, adicional noturno, jornada de oito horas, horas extras, também são grandes conquistas que foram resgatadas aqui por esta PEC.

Atualmente, a Constituição assegura aos trabalhadores domésticos direito a nove dentre as garantias dos trabalhadores, em geral previstas no art. 7º. A PEC acrescenta outros dezesseis, dos quais, nove são auto-aplicáveis e sete, dependentes da lei regulamentadora.

É uma PEC altamente importante para o trabalhador doméstico, e como foi aqui colocado, um trabalhador que é discriminado na legislação brasileira e que está sendo resgatado com esta PEC. Portanto, ela tem a minha aprovação. E chamo a atenção da Senadora Lídice da Mata para a questão da licença-maternidade, que nos preocupa muito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a exposição de V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma rápida consideração.

Todos nós reconhecemos o mérito, a importância e até mesmo o sentido emblemático desta PEC relatada pela ilustre Senadora Lídice da Mata, talvez uma verdadeira alforria para os trabalhadores domésticos, em especial as trabalhadoras domésticas no Brasil. Na verdade, uma profissão que caminha, como deve ser – inclusive já ocorreu nos países mais desenvolvidos –, para a sua extinção. Nada mais natural num país que busca efetivamente galgar melhores níveis de desenvolvimento, que acredita que a educação efetivamente é a definitiva alforria para setores importantes, parcelas importantes da população brasileira; nada mais adequado do que enfrentarmos essa questão da forma objetiva como ela aqui está sendo tratada, garantindo a essas trabalhadoras FGTS; seguro-desemprego; remuneração de serviços extraordinários; benefício previdenciário por acidente de trabalho, que não existe até hoje; proibição de trabalho noturno para menores de 18 anos; proibição de diferenças de salários por motivo de idade, sexo, estado civil; enfim, um conjunto, um arcabouço de medidas revolucionárias para este segmento da mão de obra brasileira.

Mas, não obstante a intenção meritória daqueles que trabalharam nesta proposta, faz aqui o Senador Aloysio um alerta importante: não acredito que as trabalhadoras domésticas brasileiras se sentiriam menos

homenageadas, se, eventualmente, para melhorarmos, para garantirmos avanços e impedirmos retrocessos, esta proposta de emenda à Constituição fosse aprovada daqui a uma semana, daqui a 30 dias, daqui a 60 dias – isso não é o mais relevante. Essa questão de prendermo-nos às datas é, certamente, como disse o Senador Aloysio, muito mais parece um estímulo a essa pirotecnia das comemorações permanentes que o Governo vem conduzindo.

Li, recentemente, que, nos primeiros dois anos do Governo da Presidente Dilma, Senador Aloysio, gastou-se mais em eventos, em comemorações, em celebrações, do que em todo o segundo mandato do Presidente Lula, onde não eram raras essas celebrações e essas comemorações. Portanto, com a nossa responsabilidade como legisladores, apesar do mérito e dos avanços contidos na proposta, estamos correndo o risco de estabelecer um retrocesso, já que passa a depender de legislação infraconstitucional alguns desses direitos. A reflexão deve ser feita e a Senadora Lídice da Mata, com a experiência que tem, com o comprometimento que tem com essa matéria, está em condições de fazê-lo.

Obviamente, estaremos todos, aqui, apoiando e votando a favor dessa Emenda à Constituição nº 66, mas seria adequado que, em torno de um grande entendimento, pudéssemos garantir apenas avanço, não correremos o risco de, apenas para fazer homenagem numa data simbólica, impormos algum retrocesso em matéria de tamanha relevância, de tamanho impacto, à vida de milhões de brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aécio, agradeço a oportunidade da participação de V. Exª. Senadora Lídice, Senador Pedro Taques, Senador Aloysio, já estão conduzindo o avanço do entendimento.

Tenho, como próximos oradores, Senador Pedro Simon, Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Pedro Simon com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a permissão de V. Exª, pela ordem, rapidamente, Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, penso que a emenda do Senador Paulo Bauer possa ser introduzida como emenda de redação, aqui, uma vez que vamos alterar o que se denomina de topografia ou topologia legislativa. Vamos mudar só o local do dispositivo na proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Até porque ela é consagrada já pela Constituição Federal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, e há concordância.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a concordância do Senador Wellington. Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nos trinta e tantos anos que estou aqui, os vários projetos como esse foram apresentados. Nenhum praticamente teve chance de passar adiante. Havia quase que uma unanimidade no entendimento de que isso atingiria as famílias, mudaria o conceito da organização social e que, até para as empregadas domésticas, era bom porque faziam parte da família e teriam condições.

Acho que o projeto é o último vestígio de escravidão que há no Brasil. Acho que empregada doméstica sem os direitos, empregada doméstica que não tem horário, realmente é algo que não pode, não tem condições de continuar como tal.

Geralmente, essa pergunta que se fez aqui, e essa preocupação em devolver esse projeto à Câmara, meu bravo Senador Aloysio, é que, se esse projeto voltar à Câmara, provavelmente fique por mais uns dois anos na gaveta. Lamentavelmente, essa é uma situação em relação à qual as direções da Câmara e do Senado têm que tomar providência, porque chega a ser indecente o que está acontecendo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A preocupação de V. Ex^a é realmente relevante. É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O máximo que conseguimos, apresentando um projeto dessa natureza, é ele ir à Câmara, um Deputado faz uma cópia igual ao nosso, pede o arquivamento do nosso e entra com o dele. Então, o dele vem para nós discutirmos e, se emendar, voltar para lá.

Eles não admitem que o Senado, em alguns casos, possa ser Casa revisora. E eles exigem darem a última palavra.

Isso tem acontecido porque o Senado tem evoluído muito. E, na nossa legislação, toda ela, social, política, eleitoral, os projetos mais avançados têm saído aqui do Senado.

O Senado emenda, a Câmara engaveta.

A Lei da Ficha Limpa foi muito interessante. Como houve uma pressão muito grande da opinião pública, a Câmara resolveu votar, mas votou deliberadamente com uma série de coisas erradas que não podiam ser aprovadas. Veio para cá, e as emendas foram apresentadas.

Na hora de votar as emendas, eu fui um dos que foi à tribuna e fiz um apelo. Eu tinha mais de dez emendas, todo mundo tinha emenda. Vão retirar as emendas, vão aprovar esse projeto como veio e vão assumir o compromisso – e eu que não sei o compromisso –, de agora, este ano, melhorar o processo de ficha limpa, onde há muitas injustiças que não podem continuar. Mas se nós não tivéssemos aprovado aqui sem emendas, levaria mais de dez anos para vir.

Então, acho que a ideia de que a Relatora com os colegas façam uma emenda que possa ser incluída como emenda de redação, é a saída excepcional. Eu sou totalmente favorável e digo que hoje é um dia muito importante. Essa votação, se nós conseguirmos aprovar, e farei um apelo para que não volte para a Câmara, que se consiga uma fórmula de votar aqui, hoje, é um dia de grande vitória.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Pedro Simon.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acredito que há uma discussão aqui extremamente relevante. Vou repetir os elogios e as loas que já foram dirigidas ao autor da proposição, à digna Relatora, porque todos nós estamos cientes da importância do que está sendo discutido, debatido aqui.

Porém, peço máxima atenção ao Senador Anibal, ao próprio decano desta Casa, Senador Pedro Simon, para a discussão sobre o sistema bicameral do nosso País. Se toda vez que a Câmara aprovar algo que tenha visíveis imperfeições e, por qualquer que seja a alegação, o Senado deixe de cumprir o seu papel revisor, nós teríamos que ter a ousadia de analisar um sistema unicameral.

O argumento do prazo é válido até certo ponto. E, neste caso especificamente, este argumento cai por terra porque não posso acreditar em homenagem às mulheres, às trabalhadoras e trabalhadores domésticos, perdendo direitos. Não consigo vislumbrar como homenagear esta tão importante categoria se, com o texto oriundo da Câmara, ela passa a ter um direito subtraído, porque a licença-maternidade que hoje é autoaplicável deixa de sê-lo e terá que passar por uma regulamentação. E o que acontece na prática? Vamos ter que tramitar novamente na Câmara.

Portanto, não sei como as trabalhadoras irão celebrar uma Emenda à Constituição que será apresentada como um avanço que lhe tira um direito básico, conquistado em 1988, por quê? Porque nós teremos que obrigatoriamente percorrer o caminho na Câmara dos Deputados e no Senado.

Portanto, aqui, há dois argumentos extremamente fortes para que não prospere o texto como está construído. O primeiro é o nosso papel. Se a cada matéria que vem da Câmara renunciarmos às nossas obrigações, o Senado deixará de cumprir o seu dever, as suas atribuições constitucionais.

E, segundo...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com muita honra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a tem a mais absoluta razão. Não há o que discutir. Mas quero esclarecer V. Ex^a de que essa é uma dolorosa realidade, que vem há 30 anos. Isso não é de hoje e não é de ontem. Isso vem vindo, vem vindo, vem vindo, e o máximo que a gente consegue, repito, é um Deputado copiar o seu projeto e mandar para cá, porque o resto não acontece.

Isso o Presidente Sarney, inclusive, disse que ia discutir com o Presidente da Câmara. Iam fazer uma série de discussões, e até agora não aconteceu nada. E isso está acontecendo.

Isso, inclusive, V. Ex^a fala: é bicameral. Pois tem gente dizendo que tem que deixar de ser bicameral, porque o bicameral só está atrapalhando. Só está atrapalhando.

Então, V. Ex^a tinha razão. Então, vamos fazer isso, porque, se voltar para a Câmara, não sei quê... Mas é a triste realidade, porque, se esse projeto voltar para a Câmara com uma emenda – escutem o que estou dizendo –, nesta legislatura não voltará mais para o Senado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Pedro Simon, o problema é que, no caso em espécie, aprovada a matéria como se encontra, nós estaremos suprimindo direitos. Atente bem: é diferente do que está acontecendo, por exemplo, com a, mencionada na sua sempre lúcida fala, Lei da Ficha Limpa. Aqui o que está sendo posto é que, aprovado o texto da emenda à Constituição, o direito autoaplicável da licença maternidade deixará de sê-lo. E, portanto, não vejo como homenagear nenhum tipo de trabalhador, nenhuma categoria, suprimindo direitos. E nós teríamos de percorrer, para regulamentação da licença maternidade, o tortuoso e longo caminho legislativo na Câmara e no Senado. Está muito claro isso.

Acredito que não somos contrários, desde que haja suporte regimental, para uma emenda de redação. Fazemos a emenda de redação – a semiótica do gesto à *la Vital* do Rêgo da nobre relatora aponta para essa solução –, o que atenderá, acredito, a boa norma legislativa e vai preservar o direito das trabalhadoras,

que todos nós queremos proteger e atender. Do contrário, trocaremos seis por meia dúzia: a emenda deixa de voltar à Câmara, muito bem; porém, teremos que percorrer esse longo caminho na regulamentação de um direito que estará sendo suprimido com a eventual aprovação do texto como ele se encontra.

Portanto, a emenda de redação é a solução para o impasse.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Permite-me um pequeno aparte, Senador?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Claro.

(Interrupção na gravação.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Acaba de chegar às minhas mãos uma entrevista com o Sr. Mário Avelino, diretor do *site* domesticalegal.com.br. A respeito da PEC, ele diz o seguinte: “uma vez aprovada como veio da Câmara, sem os incisos XX e XXI do art. 7º, como disse o Senador Aloysio, os empregados domésticos serão imensamente prejudicados”, e aí explica. Quem disse isso foi o diretor desse *site*.

Obrigado, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Concluindo, Sr. Presidente, acredito que já há um consenso nessa direção, para deixar registrada uma preocupação que foi trazida pelo Senador Aécio Neves em relação à postura do Governo em episódios como esse.

Ontem, tivemos a aprovação do Orçamento Geral da União, em desrespeito nítido ao que está previsto no art. 66, § 6º, da nossa Constituição. Pois bem, esse é um debate que teremos mais adiante. Ao término da votação, o nobre Senador Romero Jucá – que, diga-se de passagem, fez um belíssimo trabalho como relator do Orçamento – deu ênfase, pôs em negrito, destacou que a grande conquista do Orçamento aprovado ontem seria a possibilidade de redução de impostos, sobretudo a desoneração da cesta básica, esquecendo o Governo de reconhecer que essa matéria, a desoneração da cesta básica, foi iniciativa do PSDB, através do Deputado Bruno Araújo, que fez aprovar a lei, permitindo a isenção da cesta básica, lei esta vetada por S. Ex^a a Presidente Dilma, e que agora a incorpora.

Quando a oposição traz, e tem feito sempre uma contribuição efetiva para o Brasil, o Governo encontra um mecanismo de se apropriar daquilo que é iniciativa nossa. E eu vou usar uma expressão que talvez seja forte, a meu ver, no aspecto político: de maneira desleal. Porque não haveria gesto de maior grandeza e reconhecimento que o de acolher a proposta e fazê-la vingar. Mas não, o caminho é sempre o de esconder o mérito da iniciativa. Veta, empana o avanço e depois traz como pai da criança.

Não podemos continuar com essa prática e, aqui, novamente, isso se repete. Portanto, queremos, neste instante, já que ontem não houve oportunidade, louvar a iniciativa do PSDB, através do Deputado Bruno Araújo, que foi o grande vencedor da redução dos impostos da cesta básica neste País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu tenho Senador Paim, Senador Sérgio Souza, Senador Paulo Bauer, que é autor, inclusive, da emenda...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... Wellington Dias, mas, regimentalmente, em qualquer momento da discussão, a Relatora tem precedência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, a minha fala seria por dois minutos, se a Relatora permitir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Relatora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Peço mais uma licença a V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Paim estava aguardando. Peço a V. Ex^a dois minutos para ouvir o querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só dois minutos, nobre Relatora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro, claro, claro. Sei que me ajudará.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Você chegou agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Vital do Rêgo, eu fui Constituinte. O Cássio aqui, na época, era o mais jovem Constituinte. Naquela época, eu entendo que todos nós aqui estávamos no mesmo campo de atuação, porque, na Constituinte, não é a questão partidária. Nós nos encontrávamos todos juntos com um único objetivo: construir o melhor para o povo brasileiro.

Naquela oportunidade, nós todos queríamos ampliar os direitos das domésticas, para que chegassem o mais próximo que fosse aos direitos dos outros trabalhadores. Mas, infelizmente, no debate político e depois na negociação, houve um grupo que entendeu que, se nós ampliássemos mais os direitos, cairia todo o capítulo das domésticas.

Então, acho que, neste momento, nós estamos fazendo justiça, quase que 30 anos depois, assegurando às domésticas, em princípio, os mesmos direitos dos outros trabalhadores, dando o limite, claro, que a lei permite. Por isso, eu só quero fazer um apelo: que, embora tardiamente, façamos justiça.

Concordo aqui com os argumentos que eu vi e acho que é importante essa emenda de redação. Oxalá, seja possível! Eu entendo que as duas emendas apon-tam nesse sentido. Se nós conseguíssemos aqui, numa engenharia de redação, ajustar, seria muito bom que a PEC não voltasse para a Câmara dos Deputados. Se voltar, eu confesso que tenho a mesma preocupação do Senador Pedro Simon. Se a emenda de redação salvar, eu tenho certeza de que o Brasil agradece.

Termino só dizendo o seguinte: hoje há uma dificuldade enorme, nos grandes centros, de contratarmos empregada doméstica. O que elas dizem? “Não, nós temos uma situação quase de pleno emprego, eu vou para outra área onde eu tenho fundo de garantia, enfim, todos os outros direitos.” O que ela não terá como empregada doméstica.

Só há uma saída. Se você quiser uma boa empregada doméstica, você vai ter que aumentar o salário dela, e compensaria muito mais você pagar um salário adequado e pagar os direitos sociais que a PEC aqui em debate garante. Até eu diria que, para garantir mais empregadas domésticas para o nosso povo que precisa dessas profissionais, seria importante a aprovação da PEC.

Era isso. Obrigado, Presidente. Falei por dois minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ok. Vamos ouvir a Relatora agora, porque houve um trabalho dos engenheiros legisladores: a Relatora, o Senador Taques, o Senador Aloysio.

Depois o Senador Magno. Está inscrito.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu queria tranquilizar, inclusive os companheiros que têm se manifestado no sentido da emenda...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos ouvir a Relatora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ... que, como disse, eu penso que as duas emendas são emendas de muito mérito.

A minha proposta é a de aceitar essa sugestão e transformarmos a emenda do Senador Paulo Bauer... Eu aceito como uma emenda de redação e nós construímos essa redação. E a emenda do Senador Aloysio, como eu falei antes, nós transformamos num projeto de lei da Comissão de Constituição e Justiça. Ela não tem o mesmo peso em relação a direitos que tem a anterior, a do Senador Paulo Bauer, e ela pode ser

transformada num projeto de lei sem nenhum prejuízo. Portanto, creio que esses dois encaminhamentos nos dariam condições de votar aqui hoje o projeto.

E quero chamar a atenção das Sr^{as} e Srs. Senadores de que não se trata de uma questão de tempo eleitoral, ou de tempo de governo, mas sim de tempo para aqueles que, há muitos e muitos anos, lutam para conquistar esse direito. A questão do emprego doméstico, que nós estamos analisando aqui, diz respeito a duas situações: dar ao trabalhador doméstico – 94% dele é mulher negra, 94% é de mulheres, 85% de negras. Portanto, nós estamos tratando do direito da mulher trabalhadora negra neste País. E, em segundo, do direito da mulher em geral, das famílias brasileiras que necessitam do trabalho doméstico para garantirem à família moderna a possibilidade de a mãe poder sair para trabalhar tendo as garantias de que as funções que antes lhe eram definidas pela sociedade passam a ser garantidas à sua família de alguma forma.

No limite, não é isso o que desejamos. Nós desejamos que o Estado possa ser dotado de equipamentos que possam realmente garantir que o emprego doméstico, no seu limite, possa deixar de existir como uma necessidade para a sociedade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E que os homens sejam também participantes do trabalho doméstico.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente, que nós possamos dividir essas... Afinal de contas, o ônus de garantir que a sociedade se reproduza, que a mão de obra se reproduza na sociedade, não pode ser só da mulher, é de toda a sociedade, e, portanto, dos homens também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos ouvir... Deixe-me ouvir...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu queria também tranquilizar o Senador em relação a essa crítica do *site* da empregada doméstica, porque o inciso XXI está contido na PEC. Deve ter sido uma confusão do senhor que é responsável pelo *site*. O inciso XXI, que é o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, está contido na PEC. E o inciso XX, não há nenhum prejuízo, até porque eu fico à vontade de dizer isso, porque essa é uma emenda minha à Constituição, a proteção do mercado de trabalho da mulher.

Portanto, eu queria convocar, convidar mesmo os nossos pares a que nós possamos agradecer as palavras do Senador Pedro Simon, que muito bem identificou o problema, e agradecer a participação de todos, ao Senador Aloysio Nunes, que teve toda a boa vontade em construir esse consenso, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora, antes de voltar à lista de oradores, eu vou ouvir rapidamente, para ordenar os trabalhos, os Senadores que são autores das respectivas emendas, se concordam com a posição da Senadora Lídice da Mata.

Senador Aloysio, rapidamente, só para que a gente ganhe tempo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu concordo. Se houver consenso da Comissão, eu não vejo problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Concorda, consenso.

Senador Bauer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Consenso em todo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a, autor, tem a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, estou acompanhando o debate e quero agradecer a todos que, antes da minha chegada à Comissão, fizeram análises e defenderam, inclusive, a emenda que apresentei, como é o caso do nosso Líder, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Eu quero dizer a V. Ex^a e a todos os pares que, primeiro, na verdade, existe uma coisa que até eu já estou estudando e oportunamente voltarei a tratar do assunto com os colegas Senadores e no âmbito do Congresso Nacional. Se o Senado é Casa revisora, e ele pode contribuir para o aperfeiçoamento de uma lei ou de um projeto de emenda constitucional, sempre me causou espécie o procedimento constitucionalmente previsto hoje, de uma coisa votada na Câmara e depois votada no Senado ter que retornar à Câmara para então ser reanalisada. Na minha visão, poderia acontecer isso, desde que houvesse um requerimento, uma reivindicação da Câmara para esse procedimento, e não automaticamente voltar para lá, por quê?

Então, nós temos Casa Revisora, mas sujeitos a uma revisão dos nossos próprios procedimentos. Eu penso que esse dispositivo constitucional, depois de vinte e tantos anos, precisaria, Senador Pedro Taques, ser revisto, porque a população brasileira, o cidadão brasileiro não consegue entender por que vota lá, depois vota aqui, melhora, arruma, acerta, e aí tem que voltar para lá. É difícil para o eleitor considerar isso um procedimento regular.

Seria como se ele pudesse votar num Senador ou um Deputado para exercer o mandato e lá no meio do mandato ele pudesse revogar seu voto. Teria um *recall* nesse caso, como me ensina aqui esse nobre jurista, o Senador Pedro Taques.

A emenda que eu apresentei é uma emenda absolutamente simplista. Ela não tem nada de inédito. Com a assessoria da nossa liderança, eu apresentei essa emenda, que foi sugerida e redigida, porque a Constituição Federal hoje é muito clara. Ela diz que a licença maternidade é autoaplicável e a licença paternidade é autoaplicável. Mas que negócio é esse de agora dizer que mulher grávida depende de lei e homem, que não engravida, não depende de nada?

Quer dizer, o homem, basta que uma mulher diga: “Olha, eu estou grávida e fiquei mamãe e ele ali é o pai”, pronto, ele está com a licença garantida. E a mulher, que passou toda a gestação e que, efetivamente, é evidente a circunstância que ela viveu e que ela está vivendo, depende de uma lei, que a minha querida e amiga Senadora Lídice da Mata, aniversariante de ontem, considera ser necessário regulamentar. Vamos regulamentar o quê? A gestação tem alguma diferença de uma mulher para outra ou tem alguma diferença temporal, ou qualquer coisa? Não. Nasceu, paga. Nasceu, tem licença. É automático. Amamenta e cuida do filho...

Eu acho que essa é uma questão que não tem o que discutir. Agora, eu queria dizer o seguinte, vários Senadores aqui me consultaram se eu concordaria que fosse tratado como redação. Nenhuma dificuldade. Não quero ser o pai da criança, ouviu, Senador Vital do Rêgo? Não quero ser o pai da criança, não quero poder dizer que a minha emenda resolveu o problema. Não é essa a questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E nem pleitear licença paternidade.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Nem pleitear licença paternidade. Eu concordo com a redação, mas eu quero, Senador Aécio, eu acho que a sua preocupação, a preocupação do Senador Cássio Cunha Lima, também da nossa Senadora do Estado de Goiás, Lúcia Vânia, é muito pertinente, mas eu tenho só uma preocupação: a segurança jurídica. Quer dizer, colocar como emenda de redação e ter o assunto por liquidado, não me causa nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pelo contrário, tem minha aprovação e o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos voltar à lista de oradores.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Só um segundinho, Presidente. Eu quero só fazer uma retificação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos voltar...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Só uma retificação a respeito da entrevista do Sr. Mário Avelino. São os incisos XX e XXIX, e não o XXI, como eu disse. Eu quero retificar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Magno Malta, voltando à lista de oradores para que todos possam se posicionar.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu quero ser breve. Penso que esse é um momento histórico, momento ímpar. Não vou chover no molhado, fazer colocações que aqui já foram feitas. Penso que esse momento é festivo mesmo, e fiquei aqui “babando”, ouvindo o Senador Cássio Lima falar, com essa categoria dele, com esses termos bacanas que esse jovem, simpático paraibano fala, mas penso que, nesse momento, todas essas conjecturas viram penduricalho.

Vira penduricalho tudo agora. A espera é longa. Para mim, de uma forma muito especial, que sou filho de doméstica, esse momento é ímpar, há muitos anos necessário. A dívida é muito grande. Não há o que esperar. E gostaria de dizer que qualquer governo que estivesse na vigência faria a mesma coisa. Todo governo aproveita o momento. Se Aécio fosse o Presidente agora, iria aproveitar. Você não é menino! Ou não, estou errado? Estou certo. Se fosse Pedro Taques, ia aproveitar também. Porque todo Governo é assim. Penso que, se a oportunidade aparece e ela tem caráter positivo, há que se fazer.

Minha mãe, Dona Dadá, não me sai da memória, principalmente num momento como este – as minhas tias todas foram domésticas, a minha mãe foi doméstica, faxineira ao longo da vida.

Sr. Presidente, essa mulher me ensinou uma coisa de que eu nunca me esqueci. Ela dizia: “Meu filho, há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei”. Este é o momento em que a graça tem que ser maior que a lei.

Se somos revisores, bacana – a lei diz isso. Se voltar para a Câmara e não votarmos agora, complica o momento. Mas é importante complicar o momento para poder reafirmar a posição do Senado: não é importante complicar o momento.

O importante é aproveitar o momento e saldar uma dívida velha, histórica, porque as domésticas deste País, muito mais do que limpar chão e lavar pia,

têm gasto parte das suas vidas em energia e dedicação aos filhos das famílias para as quais trabalham. É mais que trabalho.

Portanto, não faço nenhuma consideração técnica. Acho que temos que votar neste momento, neste mês da mulher. Todos os detalhes passam a ser periféricos e penduricalhos neste momento. A importância é saldar a dívida. Vamos passar a régua e fechar esta questão hoje, aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, depois o Senador Wellington Dias.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente eu gostaria de enaltecer o trabalho da Senadora Lídice da Mata, que, em pouquíssimo tempo, conseguiu produzir um relatório.

Infelizmente, Senadora Lídice, não é aquele relatório que nós, Senadores, queríamos do ponto de vista de aprimorarmos ainda mais a legislação para garantir ainda mais os direitos das domésticas brasileiras, porque o sistema, como já colocado aqui por muitos Senadores, não nos permite neste momento darmos um fim a este projeto de emenda constitucional alterando, fazendo as modificações que, talvez, sejam necessárias, porque isso acarretaria um retorno à Câmara dos Deputados. E nós sabemos o tempo que pode demorar e sabemos que estaríamos prolongando a garantia de termos algum direito já, de imediato, dado às mulheres deste Brasil e aos homens também, aqueles que fazem o serviço doméstico.

Nós sabemos do retrocesso que tivemos quando da instituição da CLT, porque naquele momento, lá em 1943, já foram excluídas as mulheres. E sabemos que os seus direitos vêm sendo dados a conta-gotas, chegando ao ponto de não haver a obrigatoriedade do recolhimento do INSS ou do FGTS, de ser uma prerrogativa do empregador, como se fosse essa categoria diferente das demais, como, por exemplo, do trabalhador normal ou do trabalhador rural, que têm a sua garantia de aposentadoria desde muito sempre.

Então, esses avanços são mais de dez – aqui nós temos vários avanços colocados nesta PEC. Por mais que não congregue tudo aquilo que nós gostaríamos que congregasse, ela já é um passo importante, que nós temos que dar neste momento.

Sr. Presidente, se nós não fizermos isso de fato, quando é que isso vai acontecer? E eu vejo que há unanimidade dos Srs. Parlamentares. Não é questão de Governo, não é questão de Oposição. É uma questão de direito, e nós vamos dar isso às mulheres e aos homens, aos trabalhadores domésticos deste Brasil,

fazendo com que esta PEC seja aprovada ainda no mês das mulheres, aqui, no Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, veja, nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça. O que é que ela faz – para a gente não perder... ? Trata exatamente do aspecto da constitucionalidade, da legalidade.

Eu acho que o que se está fazendo aqui é exatamente isso, ou seja, um projeto em que há dois blocos de direitos, alguns irrestritos, outros com algumas restrições. Então, não se está fazendo nenhuma alteração de mérito. Na verdade, está-se apenas adequando a redação, por isso é uma emenda de redação, uma emenda em que um item que está em uma área que tem restrições, dependendo do contrato de trabalho, dependendo de várias condicionais, passa para uma em que é um direito líquido e certo, inclusive com várias outras vantagens.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me um aparte depois, Senador?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

Quero parabenizar a iniciativa da Senadora Lídice e essa forma madura tanto do Senador Paulo Bauer como também do Líder do PSDB, Senador Aloysio, para termos a condição de fazer aquilo que todos os parlamentares falaram aqui, concretude, dar concretude a uma intenção. Tivemos um debate, lembro-me, na sessão que aconteceu na semana das mulheres. Quem esteve lá assumiu o compromisso de colocar esse projeto na pauta prioritária. Acho que é aqui na Comissão de Constituição e Justiça que podemos fazer isso. Quero parabenizar a condução de V. Ex^a, louvar e dizer que dialogamos aqui com todos os partidos presentes, os autores, há concordância para termos esse entendimento. Creio, nesse aspecto, o nosso Senador Pedro Taques pode, com o maior prazer, nos colocar. Quero dizer ao Senador Cássio que depois vamos conversar sobre o aspecto da constitucionalidade da 66, vamos discutir sobre a cesta básica e a isenção. Mas hoje vamos cuidar desse tema das empregadas domésticas e, se Deus quiser, tornar uma vitória para elas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, uma intervenção rápida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas uma intervenção para me associar ao que disse o Senador Wellington. É um papel restaurador da Comissão de Constituição e Justiça, que faz o controle preventivo de constitucionalidade. E esse controle

preventivo de constitucionalidade pode ser redacional. Não estamos mudando o mérito. Então, respondendo objetivamente ao Senador Paulo, autor da emenda, honrado representante de Santa Catarina, a segurança jurídica se faz presente, porque esse controle preventivo de constitucionalidade pode ser no aspecto redacional. Não estamos mudando o mérito, aqui passando o inciso XVIII da segunda parte do dispositivo para a primeira parte do dispositivo. Com razão, se me permite, o Senador Wellington mais uma vez se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de, quase ao final da discussão, fazer um alerta e algumas considerações.

Senador Pedro Taques, estamos tratando de uma matéria que dirá respeito a milhões de brasileiros e brasileiras. Tenho quatro empregados: dois em Natal e dois aqui. Um homem e uma mulher em Natal e um homem e uma mulher aqui. Todos eles têm carteira assinada, direito a férias, salário muito acima do salário mínimo, têm todos os direitos trabalhistas, todos.

Uma das preocupações que tenho, pela relação que todos temos com nossos empregados domésticos, que são relações afetivas, tornam-se afetivas, é não termos nenhuma área de atrito com eles. Pelo contrário, eu sei o nome da esposa do meu funcionário em Natal, quantos filhos ele tem, conheço os filhinhos dele, eu os ajudo pessoalmente. Há uma relação afetiva. Então, o que é preciso na relação entre empregador e empregado doméstico é o mínimo de atrito possível. Não pode haver atrito. É uma relação diferente entre empregado e empregador em uma indústria, em uma loja, é diferente.

Muito bem. Tenho a consciência de que o que estamos votando tem que ser votado, faz parte da evolução do modelo trabalhista brasileiro. A sociedade brasileira vai evoluir com essa matéria. Não tenho nenhuma dúvida, vai evoluir, vai amadurecer, vai subir um degrau, porque se vai dar ao trabalhador doméstico ou trabalhadora, homem ou mulher, direitos que ele não tinha. Porém, terá uma consequência. Ninguém se iluda. A quantidade de diaristas neste País vai aumentar. A quantidade de pessoas que vão deixar de poder contratar empregado doméstico vai aumentar por conta de uma lei que estamos votando, que é uma lei importante, que significa subir degraus no amadurecimento social do País, mas vai haver consequências no campo econômico. Principalmente, Senador Aloysio, na questão dos atritos entre empregado e empregador.

Na medida em que... Não tenho dúvida de que a quantidade de reclamações trabalhistas... Podemos ir

a qualquer DRT deste País e veremos que o número de reclamações trabalhistas de empregado doméstico em relação a empregador é muito grande hoje. Se colocarmos lacunas de interpretação duvidosa nesta matéria que estamos votando, vai crescer exponencialmente a quantidade de demandas judiciais. E vamos ser responsáveis por isso, porque produzimos uma lei mal feita. Não temos o direito de, para efeito de produzir brilho para quem quer que seja, por data conveniente ou por urgência inconveniente, produzir uma coisa que vai gerar demanda judicial às toneladas durante um, dois, três ou quatro anos, infernizando a vida no plano doméstico de pessoas. Infernizando a vida no plano doméstico de pessoas.

Por isso acho que nós temos que refletir muito bem sobre aquilo que está a propor o Senador Paulo Bauer, aquilo que está a propor o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Por exemplo, eu tenho dúvida em relação ao seguro de acidente de trabalho. Isso vai dar uma confusão infernal. Mas essa matéria vai ser regulamentada. Ela vai ser regulamentada. Mas quando ela for regulamentada, tem que ser regulamentada no detalhe, para evitar problema, porque pode ter problema e muito nessa questão.

Então, é o alerta que faço. Vamos votar a matéria com consciência, sabendo das consequências que ela vai ter sobre milhões de brasileiros e sobre as relações do empregado com o empregador, que se situa no plano da afetividade.

Acho que o esforço que se está fazendo aqui no sentido de arredondar o texto entre a Relatora e os autores das emendas tem que ser aperfeiçoado no limite. Mas voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda. E, por fim, o Senador Randolfe Rodrigues, para encerrarmos a discussão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Lídice da Mata, constituinte assim como o jovem Cássio e tantos outros que estiveram presentes naquela grande Assembleia Nacional. Eu, mesmo sem mandato, tive que vir a Assembleia defender as emendas populares.

Um dos temas mais instigantes da Constituinte foi exatamente o tema dos direitos trabalhistas. E como disse o Senador Paim, tivemos que recuar em uma espécie de ameaça de que perderíamos tudo se não recuássemos.

Nesses 25 anos que se passaram, penso que amadurecemos bastante no Brasil. Avançamos mais. As condições econômicas são melhores no atual quadro. E tenho absoluta consciência do passo que vamos dar

e dos prejuízos que poderão haver, pois pode haver uma demissão aqui ou ali, mas eles serão corrigidos imediatamente com esses trabalhadores encontrando o mecanismo da contratação adequada.

Isso é a acomodação do mercado de trabalho nessa área. Isso vai acontecer. Pode demorar seis meses ou um ano, mas vai acontecer.

Agora, o passo que estamos dando é muito significativo. É histórico. Vamos corrigir essa falha terrível que deixamos permanecer na Constituinte. Isso não poderia existir mais, mas perdurou. E estamos corrigindo agora.

As preocupações dos nossos colegas Senador Aloysio e Senador Bauer também são pertinentes, são corretas, mas elas podem ser resolvidas nessa movimentação que a nossa Relatora, com muita habilidade, encontrou. Primeiro, uma emenda de redação. Segundo, podemos ter a lei para corrigir eventuais falhas que porventura possam acontecer, mas que acredito não acontecerão. Acredito que não acontecerão. Mas vamos fazer um reforço legal infraconstitucional no acolhimento da emenda do nosso colega Senador Aloysio, que foi muito justa.

O que tem que predominar entre nós é esse sentimento. Pode haver algum revés no mercado de trabalho, mas ele se acomodará imediatamente, e nós vamos fazer justiça.

Esta é a Comissão de Constituição e Justiça, que trata da legalidade, que trata da nossa Constituição, que protege a nossa Constituição. Meu caro Wellington, esta Comissão é a Justiça, e a justiça nós estamos fazendo agora. Nós devemos aprovar a matéria, imediatamente. A nossa Senadora Lídice, com o apoio de Cássio e de todos nós, deve levá-la ao plenário imediatamente.

É justiça que estamos fazendo agora, com o esforço que V. Ex^a realizou, para que, nesta data, pudéssemos aprovar a nossa emenda constitucional que atende ao apelo que é feito pelos trabalhadores e trabalhadoras domésticos do Brasil inteiro há muitos e muitos anos. Nós estamos corrigindo isso neste instante.

Meus parabéns pelo seu relatório e pela acolhida que V. Ex^a encontrou para as emendas justas dos nossos colegas Senadores!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Inácio, esta Comissão, além de ser Comissão de Justiça, é também Comissão de Cidadania.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É sopa no mel.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues, último orador.

Depois, vamos exercer o direito do voto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar a Senadora Lídice. Esse debate a respeito dessa proposta de emenda à Constituição é um exemplo claro do quanto demora em nosso País o estabelecimento de direitos para os que estão embaixo.

Aliás, Senadora Lídice, eu diria que essa proposta de emenda à Constituição – e, por isso, urge que nós a aprovemos o quanto antes – equivale-se a uma Lei Áurea moderna, na mesma tradição do que foi a Lei Áurea no século XIX. Nunca é demais lembrar: o Brasil foi o último dos países das três Américas a abolir a escravidão. Até a antepenúltima década do século XIX, a maioria da população brasileira era tratada como gente de segunda espécie ou como coisa. Esse era o tratamento dado aos negros no Brasil até 1888, quando eles foram levados à condição de cidadãos. Até chegarmos à Lei Áurea, no século XIX, houve um conjunto de leis, como a Lei Sexagenária, a Lei do Ventre Livre.

Vejam, Sr. Presidente e Senadora Lídice, que pela mesma via-crúcis pela qual passaram os negros escravos no século XIX passam os empregados domésticos no século XX.

A Consolidação das Leis do Trabalho, claramente, em 1943, pregava, no seu art. 7º, a exclusão dos direitos às empregadas domésticas. Foram excluídos quaisquer direitos. Foram necessários 25 anos... Só em 1889, no século XIX, os negros tiveram sua condição de cidadania, pois um conjunto de leis anteriores não reconheciam os negros como cidadãos em igualdade de direitos com os brancos. No século XX, a legislação trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho, Senadora Lídice, dizia que empregada doméstica não era trabalhadora que deveria perceber direitos, ou seja, que ela não tinha acesso a direitos. Passaram-se 29 anos, para, em 1972, haver o primeiro diploma legal que inicia a ampliação dos direitos das empregadas domésticas.

Paulatinamente, chegamos a 2013. Senadora Lídice, no século XXI, estamos apreciando uma proposta de emenda à Constituição para igualar a condição da trabalhadora doméstica à de qualquer outro trabalhador. Ora, veja se não é a mesma coisa que fizemos com os negros no século XIX. Houve um conjunto de legislações, passou um século, fomos o último País das Américas a alçar os negros à condição de cidadãos, a igualá-los aos brancos. Fizemos a mesma coisa.

Por isso, Senadora Lídice, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, essa PEC, como disse o meu querido Magno Malta, urge, não pode demorar. Que seja emenda

de redação. E, é claro, há um dispositivo aqui, o inciso XXIX, que vai ser regido depois, sobre o prazo prescricional das ações trabalhistas. Depois, nós vamos ter que fazer aqui uma lei infraconstitucional sobre isso. E vários outros dispositivos; isso não impedirá a existência de leis infraconstitucionais, mas nós temos que aprovar hoje, agora, esta proposta de emenda à Constituição, sem retorno e sem qualquer possibilidade de retrocesso para a Câmara, porque o Brasil já demorou muito para aprovar isto. Nós demoramos um século inteiro para aprovar que existe somente uma categoria de trabalhadores no Brasil, e não existe, no Brasil, uma categoria de trabalhadores e outras categorias de subtrabalhadores. Assim como existia no século XIX: uma categoria de gente, os brancos, descendentes de portugueses, os senhores de senzalas, e uma categoria de subgente, os das senzalas, os negros. Era isso e foi assim que o nosso País tratou.

Então, sem retrocesso, pela aprovação imediata desta proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encerro a discussão. Agradeço ao Senador Randolfe.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade. *(Palmas.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta e à Emenda nº 2, do Senador Paulo Bauer, que foi incorporada como emenda de redação pela Senadora Relatora Lídice da Mata, e contrário à Emenda nº 1, que vai ser tratada como matéria infraconstitucional desta Casa.

A matéria está pronta para plenário.

Item 2 da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu preferi não discutir a matéria, mas eu queria cumprimentar o autor, Deputado Carlos Bezerra, e a Relatora, Senadora Lídice da Mata, e todos aqueles que colaboraram com esse projeto importante para os direitos das domésticas no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O item 2 da pauta é uma matéria simples, turno suplementar. Este projeto foi apreciado na semana passada, nesta Comissão.

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2011 – Terminativo –

Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.

Autoria do Projeto: Senadora Ana Amélia

Relatoria do Projeto: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas as respectivas emendas. E, não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, sem votação, na forma do Regimento Interno do Senado, art. 284.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Há um requerimento sobre a mesa.

Antes da participação do Líder do PSDB em exercício, Senador Cássio Cunha Lima, a quem quero ouvir e que tem uma sugestão à Presidência, que já foi feita, inclusive em consonância com as demais Lideranças, coloco em votação o requerimento lido na semana passada, do Senador Ricardo Ferraço, solicitando audiência pública.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 3, DE 2013

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – para discutir as Propostas de Emendas à Constituição de números 53 de 2007 e 56 de 2009, objetivando instruir para a conclusão do seu relatório, considerando as proposições sobre patrimônio – imóveis denominados terrenos de Marinha.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Essa foi a proposta lida na Comissão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, está convocada a audiência pública.

Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, apenas para propor a V. Ex^a que submeta ao Plenário a possibilidade de encerramento desta reunião em decorrência de um encontro extremamente relevante que acontece neste exato momento, no Salão Negro, entre governadores e o Presidente das duas Casas em torno do Pacto Federativo. Muitos dos que aqui compõem a CCJ já foram governadores e outros tantos têm interesse pelo tema, e, dentro dessas dificuldades de conciliação de agenda, o quórum já visivelmente diminuído, creio ser produtivo encerrarmos esta nossa reunião para que os que interesse tenham possam se deslocar neste instante ao Salão Negro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A matéria encaminhada por V. Ex^a é profundamente relevante, até porque outros líderes partidários fizeram o mesmo. Nós haveremos de levantar a reunião, mas, antes, oferecendo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para considerações a respeito do requerimento de S. Ex^a aprovado recentemente.

Fica deliberado que, após a participação do Senador Ferraço, nós vamos encerrar a reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para consultar V. Ex^a se o requerimento que trata de audiência pública como forma de ultimar debate relacionado a terreno de Marinha foi votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Lido, votado, aprovado por unanimidade, Senador Ricardo Ferraço. São duas propostas de emenda constitucional, duas matérias importantes que V. Ex^a está relatando e que precisava, para instruir o seu relatório, uma audiência pública, e nós acabamos de votar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a forma diligente e a sensibilidade que V. Ex^a tem demonstrado em trazer para a pauta da Comissão de Constituição e Justiça temas tão relevantes como esse que acabamos de aprovar, que consolida a necessidade de históricos direitos às trabalhadoras e trabalhadores domésticos e esse requerimento que vai nos permitir, Sr. Presidente, instruir e fazer um debate aqui relacionado a esse tema que é muito importante para um conjunto muito relevante de brasileiros, por tudo que tenha se transformado como agonia a

compulsão por arrecadação da União em relação a terreno de Marinha.

De modo que quero lhe cumprimentar pela forma dinâmica e diligente, dinâmica, com que V. Ex^a tem nos liderado, tem nos presidido nesta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, já confirmando a data da audiência pública proposta por V. Ex^a: dia 21, já agora, deste mês, 21 de março, às 14h, nesta Comissão. Determino à Secretaria ultimar os convites convocatórios postos no requerimento...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Precisamos garantir, Sr. Presidente, as presenças, porque, dentre essas presenças, há a Ministra de Estado de Planejamento e Gestão, Dr^a Miriam Belchior, porque a presença aqui do Ministério do Planejamento e da SPU é fundamental para a instrução desse processo. Então, a Secretaria terá que ultimar os esforços para garantir a presença dessas pessoas, autoridades importantes que serão fundamentais no encaminhamento desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Será feito, Sr. Senador Ricardo Ferraço.

Nada mais havendo a tratar, desejo a todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ (4ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (5ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (4ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 03, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia quatorze de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo e dos Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares e Lindbergh Farias, reúnem-se as referidas comissões, com a presença dos Senadores, Armando Monteiro, Ataídes Oliveira, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, Jayme Campos, João Capiberibe, João

Durval, Jorge Viana, José Pimentel, Luiz Henrique, Magno Malta, Pedro Taques, Romero Jucá, Ruben Figueiró, Sodré Santoro, Valdir Raupp, Walter Pinheiro e Wellington Dias e das Senadoras Ana Amélia, Ana Rita, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Aécio Neves, Alfredo Nascimento, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Anibal Diniz, Antonio Russo, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Gim, Ivo Cassol, Jader Barbalho, João Alberto Souza, João Ribeiro, João Vicente Claudino, José Agripino, Paulo Bauer, Pedro Simon, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Petecão, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Wilder Moraes e Zeze Perrella, e as Senadoras Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta:

Audiência Pública. Assunto/Finalidade: Instruir os Projetos de Lei do Senado nº 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012 – Complementares, que estabelecem normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Requerimento(s) de realização de audiência: RQJ 2/2013, Senador Vital do Rêgo; RQE 10/2013, Senador Lindbergh Farias; RDR 2/2013, Senador Antonio Carlos Valadares.

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s): PLS 192/2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin; PLS 289/2011, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp e Jorge Viana; PLS 744/2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella; PLS 761/2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; PLS 35/2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; PLS 89/2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino; PLS 100/2012, de autoria do Senador Francisco Dornelles; PLS 114/2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Participante: **Cláudio José Trinchão Santos**, Coordenador Nacional dos Secretários da Fazenda – Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz e Secretário de Estado – Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão – Sefaz-MA.

Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e oito minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senador Vital do Rêgo), pelo Senhor Presidente da

Comissão de Assuntos Econômicos (Senador Lindbergh Farias) e pelo Senhor Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Senador Antonio Carlos Valadares); e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 4ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir os Projetos de Lei do Senado nº 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012 – Complementares, que estabelecem normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, conforme Requerimento nº 2, de 2013, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo; Requerimento nº 10, de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias; Requerimento nº 2, de 2013, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, pela CCJ, CAE e CDR, respectivamente.

Nosso convidado, pela Casa, é o eminente colega e competente Senador Walter Pinheiro, Relator desta matéria, que já se encontra na Mesa dos nossos trabalhos.

Convido este que está, habitualmente, conosco, nos últimos dias, que tem estado presente às nossas reuniões e trabalhado conosco nessa agenda federativa, o Coordenador Nacional dos Secretários da Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária e Secretário do Estado do Maranhão, da Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão, o Sr. Claudio José Trinchão Santos. *(Pausa.)*

Seja bem-vindo!

De acordo com o art. 94, §2º e §3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: inicialmente, falará em nome das Presidências, CCJ, CAE e CDR, o Senador Antonio Carlos Valadares; depois, a palavra passará ao nosso Relator; e, depois, ao nosso convidado.

Inicialmente, passo a palavra para uma comunicação do Presidente da CAE, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Senhores, é só para dizer que a audiência com os Governadores que estava marcada para o dia 20, na próxima quarta-feira, foi antecipada para o dia 19. Então, vamos funcionar na CAE, da seguinte forma: às 9h, reunião da CAE, reunião ordinária e, às 10h, audiência pública sobre ICMS e Medida Provisória nº 599, com o Srs. Governadores Tarso Genro; Geraldo Alckmin; André Puccinelli; Omar Aziz, do Amazonas; e Wilson Martins, do Piauí. Essa reunião que estava marcada para quarta-feira, na verdade, foi antecipada para terça-feira.

Quero dizer também que, ontem, no final do dia, conversamos com o Presidente Renan, que continua firme no seu propósito de votar o Fundo de Participação dos Estados no dia 19, no plenário. Então, essa reunião é uma reunião muito importante, porque tem que avançar nos entendimentos possíveis, para colocarmos em votação, de fato, na tarde do dia 19.

No dia 21 da próxima semana, teremos a última reunião da CAE em torno da Resolução nº 1, com a presença do Ministro Guido Mantega. *(Pausa.)*

Semana Santa é na outra, até para a Bahia é muito tempo o dia 21.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Não é que a Bahia comemore essa Semana Santa o ano inteiro, é que, na Bahia, no ano inteiro, todas as semanas são santas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – A Bahia é de todos os santos.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, em nome das Presidências CCJ, CAE e CDR.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –

Senador Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo; Senador Lindbergh Farias, Presidente da CAE; Senador Walter Pinheiro, nosso Relator; Dr. Claudio José Trinchão Santos, Secretário da Fazenda do Maranhão, Srs. Senadores aqui presentes:

Esta audiência pública, conforme aqui foi anunciado pelo Senador Vital do Rêgo, tem a finalidade de servir à instrução dos projetos de lei complementar que tratam das novas regras do Fundo de Participação dos Estados. A urgência da matéria justifica que os debates e a instrução da matéria sejam feitos em conjunto pelas três Comissões aqui presentes: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Gostaria de ser bastante direito e focar a minha fala em apenas três pontos.

Em primeiro lugar, registrar que o Congresso Nacional está em mora.

Em 2010, o Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Direita de Inconstitucionalidade nº 875 e outras três ADIs que atacavam os coeficientes fixos de rateio do Fundo de Participação dos Estados contidos na Lei Complementar nº 62, de 1989. O Supremo declarou inconstitucionais esses critérios, por considerar que eles não obedeciam ao mandamento constitucional de promover o equilíbrio socioeconômico entre os Estados. De todo modo, o Supremo Tribunal Federal modulou os efeitos de sua decisão, para manter esses mesmos critérios em vigor até 31 de dezembro de 2012, prazo para que o Congresso Nacional elaborasse nova lei, definindo novas regras de rateio.

Embora um grande número de Parlamentares tenha formulado propostas, os impasses sobre os novos critérios não permitiram que a Lei fosse aprovada nesse período. Portanto, o Congresso Nacional não permaneceu inerte. Prova disso é que há 19 projetos tramitando, no Congresso Nacional, sobre o assunto, dos quais estamos analisando, instruindo oito que tramitam em conjunto. E, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, desde dezembro do ano passado, já tínhamos o relatório do Senador Vital do Rêgo pronto para ser votado.

Em janeiro deste ano, uma grande insegurança se abateu sobre todos os Estados da Federação. O receio era de que a União deixaria de repassar os recursos do Fundo de Participação dos Estados, em razão do decurso do prazo assinalado pelo Supremo Tribunal Federal. Essa preocupação afetou não apenas os Governadores, como toda a população usuária de serviços públicos e beneficiada por programas sociais.

Felizmente, a União pôde manter, temporariamente, os repasses. O Tribunal de Contas da União lavrou acórdão, para aplicar, em caráter emergencial e precário, até a superveniência de nova disciplina legal, a manutenção dos repasses para 2013, conforme a Lei Complementar nº 62.

Logo em seguida, o Supremo também demonstrou compreender a extensão problema. O valor do Fundo de Participação dos Estados para 2013 chega a R\$74 bilhões. Bloquear esses recursos dos Estados seria arruinar o Pacto Federativo. As consequências seriam muito mais graves do que realizar os repasse conforme as regras antigas. Portanto, mostrando-se sensível ao problema e atendendo o apelo de diversos Estados, o Ministro Ricardo Lewandowski, em decisão liminar, prorrogou a vigência dos critérios de rateio do Fundo de Participação por mais 150 dias.

Cabe, portanto, ao Congresso Nacional, agora, com a devida urgência, até meados de 2013, aprovar

as regras que substituirão aquelas declaradas inconstitucionais. Não podemos correr o risco de extrapolar, novamente, o prazo assinado pelo Supremo. Vale lembrar que os projetos que ora instruímos deverão seguir para apreciação da Câmara dos Deputados, pelo que este debate conjunto entre as três Comissões do Senado faz-se necessário e urgente.

O segundo ponto de destaque é que o Fundo de Participação dos Estados é fundamental para o equilíbrio federativo, especialmente para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Um dos objetivos fundamentais do pacto federativo brasileiro é a redução das desigualdades regionais (Constituição Federal, art. 3º, inciso III). No Plano do federalismo fiscal, esse objetivo da República exige que certas regiões sejam favorecidas por políticas que procurem promover o seu desenvolvimento. O Fundo de Participação dos Estados integra o conjunto dessas políticas.

Desde a Constituição Federal de 1946, o Brasil adotou a prática da repartição da receita tributária da União com os entes subnacionais. O Fundo de Participação dos Estados foi instituído em 1965, pela Emenda Constitucional nº 18, já com base no produto da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados.

A Constituição Federal de 1988 manteve o Fundo sobre o produto de arrecadação do IR e do IPI, destinando 21,5% da arrecadação desses impostos ao fundo (art. 159, I, alínea “a”). As verbas que integram o Fundo de Participação pertencem de pleno direito aos Estados e ao Distrito Federal, sendo a União mera depositária destas, como reafirmado pelo Ministro Lewandowski na decisão que concedeu a liminar no âmbito da ADO Nº 23.

A Constituição Federal também estabeleceu que o Fundo de Participação dos Estados tem como objetivo “promover o equilíbrio socioeconômico entre os Estados” (art. 161, I). Trata-se de uma função redistributiva que não vem sendo cumprida a contento, como afirmado pelo Supremo e demonstrado pelos dados históricos apresentados em estudo na consultoria legislativa do Senado.

Entre os Estados, há uma grande variação da participação do FPE em suas receitas totais. No período de 1990 a 2007, o Acre foi o Estado mais dependente do Fundo de Participação dos Estados, com 58,7% de suas receitas provenientes do fundo. Na outra ponta, está São Paulo, onde o peso do Fundo de Participação dos Estados é de apenas 0,31% das receitas totais – Estado de São Paulo, um Estado rico. Sergipe, Estado do Senador Valadares, foi o oitavo Estado com maior participação no Fundo de Participação dos Es-

tados em suas receitas totais, com 39,64% da receita proveniente do Fundo.

A lógica redistributiva impõe que os Estados com menor capacidade de obter receita de outras fontes sejam aquinhoados com coeficientes maiores do FPE. Mas tem havido discrepâncias. Enquanto a Bahia, com o maior coeficiente de participação, tem no Fundo de Participação dos Estados apenas 17,8% das suas receitas, o Acre, com pouco mais de 31% do coeficiente baiano, tem nesse fundo 58,7% das suas receitas. Outro exemplo, é a comparação de Sergipe com Minas Gerais, que tem coeficientes de participação no FPE próximos (4,1553 e 4,4545, respectivamente). Sergipe, no entanto, possui muito menos capacidade de gerar receitas de outras fontes. Apenas 60% da receita de Sergipe não provém do Fundo de Participação dos Estados, enquanto, em Minas Gerais, esse percentual é de 94,8% (O FPE representa apenas, no Estado de Minas, 5,2% de suas receitas).

Ao se correlacionar a distribuição histórica do Fundo de Participação dos Estados com o total da população e a renda *per capita* dos Estados, verifica-se que o FPE nem cumpriu um papel virtuoso de proporcionar mais renda aos Estados mais populosos, nem serviu a uma função estritamente compensatória de aportar mais recursos a localidades com menor dinamismo econômico. Nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, há uma correlação positiva entre o FPE e o total da população dos Estados, mas negativa com as rendas *per capita*. Nas Regiões Sul e Sudeste, a correlação com a população é insignificante, mas, com relação à renda, atendeu bem às diferenças entre os Estados. Os dados acumulados de 1995 a 2007 também não permitem concluir que o maior coeficiente do Fundo de Participação dos Estados e uma maior participação desses repasses na receita estadual tenha contribuído positivamente para o crescimento da renda *per capita*. Diversos Estados com maiores percentuais de repasses apresentaram crescimento de renda abaixo da média, enquanto diversos Estados com coeficientes do FPE menores tiveram elevações maiores na renda *per capita*.

Ao se relacionar o FPE com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também se observam algumas discrepâncias ou distorções: quatro Estados (Acre, Amapá, Roraima e Tocantins) recebem valores líquidos maiores que Estados com IDH semelhantes. Cinco Estados nordestinos são os maiores perdedores líquidos, a saber, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba e Piauí (dados do IDH do ano de 2000 e de repasses do FPE de 2006). Isso denota que o FPE não tem cumprido adequadamente a sua função redistributiva. O FPE não tem direcionado, como regra, mais recur-

sons para Estados com menor capacidade de atender as demandas por bens e serviços públicos (redução do hiato fiscal).

Finalmente, o terceiro e último ponto para explorar diz respeito às diversas propostas que estão em discussão.

Estão em pauta no Congresso Nacional várias matérias que dizem respeito às questões federativas. Além dos novos critérios para o rateio do Fundo de Participação dos Estados, estamos discutindo outros projetos dos quais posso destacar:

1 – A unificação do ICMS, proposta pelo poder Executivo no Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013;

2 – A instituição de dois novos fundos, sendo um para compensação das perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas do ICMS e outro (Fundo de Desenvolvimento Regional) para estimular de forma diferenciada o desenvolvimento econômico das regiões. Tais fundos são objeto da Medida Provisória nº 599, de 2012;

3 – O refinanciamento das dívidas de Estados e Municípios com a União e seus critérios de indexação, objeto do Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2013, também proposto pelo Poder Executivo e que ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Na data de ontem, Governadores de diversos Estados estiveram nesta Casa e centraram os pedidos em quatro pontos:

1 – A redução em 33% do percentual de pagamento mensal das dívidas dos Estados, que hoje está em torno de 12% da receita e o aumento de 16% para 30% no limite de movimentação de recursos destinados para investimentos.

2 – O repasse para os Governos estaduais de 13% da verba arrecadada com a Cofins e com a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) para compensar a perda de arrecadação decorrente de desoneração do IPI – que impacta diretamente no Fundo de Participação dos Estados.

3 – A obrigatoriedade que o Congresso aponte fontes de recursos para as despesas criadas para os Estados, a exemplo do piso nacional do magistério e do piso salarial nacional para bombeiros e policiais militares.

4 – E a redução para zero da alíquota que incide sobre o Pasep, que hoje é de 1%.

Naturalmente que algumas dessas reivindicações dos governadores serão levadas a efeito em movimentos a serem desencadeados pelos municípios brasileiros, que estão sofrendo também como os Estados, ou ainda mais do que os Estados talvez, os impactos das desonerações feitas pelo Governo da União, e

também em relação às suas dívidas perante o INSS e as despesas com o piso nacional dos professores.

O desafio que se impõe ao Senado Federal é o desafio de uma repactuação federativa. A análise das matérias que acabei de mencionar deve se considerar no conjunto das alterações que estão sendo propostas, e que não são poucas. Para exemplificar, a unificação das alíquotas do ICMS previstas em um projeto imporá perdas fiscais e, seguramente, de competitividade aos Estados do Norte e Nordeste. Será que os fundos instituídos em outra proposição legislativa, a Medida Provisória nº 599, serão capazes de efetivamente compensar tais perdas? E que critérios serão mais adequados para o FPE – Fundo de Participação dos Estados nesse contexto?

Almejamos chegar a um consenso em torno dos critérios para rateio do Fundo de Participação dos Estados. Diversas opções estão colocadas no debate e, considerando que neste ano o Fundo de Participação dos Estados deverá entregar mais de R\$70 bilhões aos Governos estaduais, mesmo uma pequena diferença de 0,01 ponto percentual de variação entre uma proposta e outra equivale a uma perda ou a um ganho de mais de R\$7 milhões para o Estado, valor que significa muito, especialmente para os Estados das regiões mais pobres.

Por isso, uma primeira reivindicação a se fazer é que as novas regras mantenham, no curto prazo, o valor repassado aos Estados e ao Distrito Federal, no último exercício financeiro. A segunda é que a passagem para o novo regime de repartição ocorra progressivamente, conforme regras de transição que possam minorar o impacto sobre as finanças públicas estaduais.

Esses dois pontos foram contemplados no anteprojeto elaborado pela Comissão Especial Externa do Senado Federal criada em 2012, por ato do Presidente José Sarney, a requerimento do Senador Pedro Taques, com a finalidade de analisar e propor soluções para questões relacionadas ao sistema federativo.

Tais preocupações, Srs Presidentes, Srs Senadores, também foram contempladas pelo relatório que chegou a ser apresentado pelo Senador Vital do Rêgo, quando deu parecer sobre essa matéria na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em 2012, acolhendo o trabalho realizado pela Comissão Especial Externa, mas que ainda não pode ser votado pela CDR, em tempo hábil. Mas esperamos que com essa reunião conjunta possamos fazê-lo.

O substitutivo apresentado pelo Senador Vital do Rêgo, eminente Presidente da CCJ, que poderá ser adotado pelo atual Relator, Senador Walter Pinheiro, em cujas mãos está a imensa responsabilidade de obtenção de uma saída jurídica capaz de dar segurança aos

Estados, garante aos Estados receberem até 2015 o mesmo valor absoluto recebido em 2012. Durante esse período, o excedente do que for arrecado passará a ser distribuído de acordo com dois critérios: população e renda *per capita* domiciliar. A partir de 2015, o critério seria o da equalização da capacidade fiscal dos entes federados, no entanto a serem definidos por meio de nova lei complementar, a dispor especificamente sobre as regras aplicáveis a esses critérios.

Temos certeza absoluta que o trabalho do Senador Walter Pinheiro será no sentido de garantir a governabilidade e o fortalecimento do pacto federativo, assim como fez o Senador Vital do Rêgo, na CDR.

A fórmula apresentada no substitutivo é, portanto, uma solução temporária, conforme vai evidenciar o nosso Senador Walter Pinheiro, para 2013 e 2014.

Nesse sentido, o debate em torno das regras do Fundo de Participação dos Estados não se encerrará com a votação dessas proposições.

Como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, posso assegurar que essa discussão deverá prosseguir para que possamos encontrar os melhores critérios, assim considerados como aqueles capazes de realizar de forma mais justa possível a promoção do equilíbrio socioeconômico entre os Estados.

A esse respeito, eu gostaria de registrar que na manhã de ontem, por quase quatro horas, debatemos com o Ministro da Integração, Fernando Bezerra, assuntos relacionados à primeira Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Essa conferência elaborará um texto a ser enviado ao Congresso Nacional e que se transformará em lei, onde mecanismos e regras serão estabelecidos no sentido de estabelecer o pacto federativo e de desenvolver, de forma equilibrada, as regiões brasileiras, de modo que as disparidades regionais sejam afastadas de uma vez por todas e que não haja diferença entre o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Que sejamos uma Nação unida, forte e valorizada pela harmonia entre os seus entes federados!

Portanto, Sr. Presidente Vital do Rêgo, Sr. Presidente Lindbergh Farias, espero ter expressado, através dessa singelas palavras, o pensamento de V. Ex^{as}. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a participação de V. Ex^{as}.

A nossa participação na Comissão de Desenvolvimento Regional, quando, na condição de membro titular da Comissão que hoje V. Ex^a honrosamente preside, cuja relatoria nos foi dada para apresentar esse trabalho, foi feita com as luzes, o empenho e a inspiração

do Senador Walter Pinheiro, a quem passo a palavra para exposição do seu relatório. *(Pausa.)*

Então, vamos alternar a ordem da exposição.

Convido o nosso ilustre convidado Secretário da Fazenda do Maranhão e Coordenador de Secretários da Fazenda, Claudio José Trinchão Santos, para fazer a sua exposição.

O SR. CLAUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS –

Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, Presidente da CAE; o Senador Vital do Rêgo, Presidente da CCJ; o Senador Antonio Carlos Valadares, da CDR; e, por fim, o Senador Walter Pinheiro, Relator da matéria.

Na nossa apresentação, não iremos trabalhar de forma detalhada projeto a projeto. Trabalharemos em linhas gerais. Até faremos comentários em três dos oito, nove ou dez – o número eu nem sei, porque são mais de 20 projetos –, mas trabalhamos em linhas gerais para todos tenham uma percepção das distintas realidades que temos no País.

Por favor.

Vamos trabalhar inicialmente os marcos históricos.

Tivemos uma decisão de inconstitucionalidade em 2010, que nos leva a hoje estarmos aqui discutindo a matéria. Foram criados grupos específicos para estudos, dentro do Confaz. Esse grupo, inclusive, produziu onze a doze estudos distintos e em nenhum deles tivemos consenso.

Quero dizer que esta é a matéria mais complicada dentro do Confaz e, certamente, uma das mais complicadas dentro do Senado, porque é uma matéria que envolve conflito de vinte e sete contra vinte e sete. Então, não tivemos nenhum tipo e acordo dentro do Confaz, até porque Estados da mesma região possuem interesses distintos e realidades distintas.

Houve esgotamento e prorrogação do prazo, e vivemos em uma situação de urgência. Nós temos 150 dias a contar da decisão do... Hoje muito menos e o tempo urge.

Pois bem! Por favor.

Essas foram as alternativas elaborada no âmbito do Confaz: equalização, um modelo mais aplicado nos países desenvolvidos, socialmente justo, mas sem chance de consenso, porque gera perdas para uma parte significativa dos Estados, especialmente dos Estados provenientes de territórios; redistributivo, ampliava os recursos para os Estados ricos e reduzia para os pobres; modelo previsto no CTN, o que seria um retrocesso, com ganhos expressivos para Estados ricos e perdas para os menores, ou seja, na contramão do bom-senso que deve ser aplicado nesta discussão; e modelo misto, em que se fazia, digamos, um *mix* de

equalização com os demais modelos, mas extremamente complexo e de consistência econômica questionável.

Pois não.

Temos praticamente hoje centralizado, na nossa percepção, três debates: a proposta da Comissão dos notáveis, o substitutivo do Senador Walter Pinheiro, que aperfeiçoou a proposta, e a proposta da Senadora Lúcia Vânia de Goiás.

Por favor.

A proposta dos notáveis, que é relativamente simples a forma de calcular, garante o recebimento mínimo dos valores atuais, corrigidos pelo IPCA, preservando o equilíbrio das unidades federadas; uma transição suave, sem maiores discontinuidades; um prazo razoável para a definição de novos critérios, através de Lei Complementar, em cinco anos; o estabelecimento prévio de uma lógica de equalização para critérios definitivos.

Por favor.

O substitutivo do Senador Walter Pinheiro tem como base a proposta dos notáveis. Substitui a variável PIB *per capita* pela renda domiciliar *per capita*, mais adequada em função das distorções do PIB. Tem estados que têm o PIB alto, mas o PIB tributável, por exemplo, que gera receita, é muito baixo. É o exemplo do Maranhão e de outros Estados que tenham vocação para comércio exterior. Modificou o critério de cálculo dos limites para as variáveis, reduziu o prazo para definição de critérios de cinco para dois anos e manteve a previsão de um modelo definitivo baseado na equalização.

Por favor!

O PLS 18/2013, da Senadora Lúcia Vânia, inclui o parâmetro de 50% da variação do PIB para correção da FPE, tornando ainda mais suave a transição; torna praticamente definitivos os critérios provisórios, porque elimina o prazo de edição de nova lei complementar ou praticamente se perpetua; elimina também a previsão de um modelo definitivo baseado na equalização; e modifica critérios de cálculo dos limites das variáveis.

Por favor.

Temos que fazer algumas análises nessa discussão.

Estou trazendo uma tabela que foi feita pela minha equipe do Maranhão em que nós fazemos uma comparação da receita corrente líquida *per capita* e o IDH dos Estados.

Lembro que estamos falando de um fundo que tem como base uma equalização do País, um equilíbrio da Federação.

Notem que, por exemplo, e não coloquei todos os Estados porque não caberia na tela, comparando o maior e menor, o Maranhão, que é o Estado que eu

represento, tem uma população de 6,6 milhões, aproximadamente, com uma receita *per capita* de R\$1.037,25 e, em contrapartida, em outro extremo, o Distrito Federal tem uma receita de R\$4.481,20. A capacidade de investimento do Distrito Federal, por exemplo, como de outros Estados, é, no mínimo, quatro vezes maior do que a de Estados como o Maranhão, como o Piauí, Estados que têm uma relação muito baixa. A capacidade de prover a população de serviços públicos é quatro vezes maior.

A gente percebe uma aderência também ao posicionamento do IDH. Observe que os Estados que têm a menor receita *per capita* também estão na base, digamos assim, do IDH. Quanto mais baixa a capacidade do Estado prover serviços menor o IDH. Temos algumas exceções – é claro! –, mas, em regra, essa é a relação, e isso nos leva a profunda reflexão. O Estado sem capacidade realmente não tem como dar uma qualidade de vida melhor a sua população.

Por favor!

Também nós temos aqui uma relação entre a receita FPE e o ICMS dos Estados. É também exemplificativa. Não dá para colocar todos. Mas observem que Estados que possuem até uma relação relativamente alta de receita *per capita*, Estados especialmente provenientes dos territórios, no Norte, especialmente, que possuem uma relação talvez três, quatro, duas vezes e meia maior que os Estados que estão na base, possuem uma relação de dependência muito forte do PFE, em algumas situações de mais de 70%.

Nesse ponto, aparece, como pano de fundo – Por favor! – o grande conflito: Estados com grande dependência do FPE e baixa receita própria, até pelas características destes Estados, que são mais remotos, estão na Região Norte, com difícil acesso, sem mercados, com baixíssima industrialização ou sem nenhuma industrialização, *versus* Estados com baixíssima capacidade de investimentos, com baixa relação de receita corrente *per capita*. Esse é o grande conflito, porque qualquer tipo de ajuste que se faça e que traga redução, por exemplo, de receitas para Estados do Norte, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, traz um impacto fulminante para as finanças públicas desses lados; em contrapartida, os Estados que têm baixíssima capacidade, como Maranhão, Piauí, Alagoas, Bahia, urgem, necessitam de receitas para realizar suas políticas públicas, porque a presença do Estado acaba sendo muito baixa por incapacidade financeira.

Por favor.

Então, nós estamos aqui discutindo uma solução política. E qual seria essa solução política? Vou ser um pouco presunçoso aqui e dar algumas dicas, digamos assim: produzir um modelo que viabilize a produção

de índices próximos dos atuais, e com correção que não impacte substancialmente os atuais índices para que os Estados não sejam pegos de surpresa com perdas significativas das suas receitas e inviabilidade, em curto prazo, desses Estados; e definir prazos para a revisão do modelo, pois as receitas dos Estados sofrerão grandes variações. Por quê? Nós estamos vivendo o momento da rediscussão do modelo federativo. Neste exato momento, nesta mesma Casa, estamos discutindo a reforma de ICMS, que trará, certamente, mais receita para os Estados de destino – os Estados do Norte, do Nordeste. Em algumas situações, não. O Centro-Oeste é sacrificado neste modelo. Os *royalties* permitirão uma nova distribuição, ou seja, novas receitas para os Estados mais remotos. O próprio comércio não presencial, a PEC 197, também trará mais receitas para o destino. Com os programas sociais, bolsa família e outros programas, é inquestionável o crescimento das rendas *per capita* e domiciliar principalmente nas regiões mais pobres. De certa forma, temos também o crescimento econômico diferenciado de algumas regiões, especialmente no Centro-Oeste e Nordeste, em que o crescimento do PIB é bem maior do que o crescimento do PIB do Brasil como um todo. Talvez, e quero deixar claro, talvez, após um processo das desconcentrações das riquezas e equilíbrio federativo, o modelo federativo talvez seja viável, mas isso nós só saberemos lá na frente.

Pessoalmente – e aqui falo agora não como coordenador do Confaz, mas como Secretário da Fazenda do Maranhão –, o modelo de equalização seria mais justo e seria mais interessante para o Estado do Maranhão, indiscutivelmente, mas nós temos que pensar nesta Federação como um todo. Então, provavelmente daqui a cinco ou dez anos, estaremos vivenciando uma nova realidade neste país, eu não tenho dúvida disto. Será uma nova redistribuição, serão novos padrões de renda, inclusive nas regiões mais remotas. Eu acho que esse é um novo momento de se repensar a Federação quanto à distribuição de receitas.

Por favor!

Requisitos para uma proposta de consenso: viabilidade jurídica da proposta, preservação do equilíbrio financeiro dos Estados, redução dos conflitos federativos – vivemos hoje um momento tenso, de guerra, em diversos temas federativos – e manutenção constante do debate em busca de um modelo adequado.

Por favor.

Talvez, e sendo mais presunçoso ainda, dando um “pitaco”, como se diz no Nordeste, uma alternativa seja uma adaptação do substitutivo do Senador Walter Pinheiro, que adequou muito bem, foi muito feliz em sua proposta, mas, ainda que tenha sido muito bem elabo-

rada pelo Senador, não agrada aos representantes de alguns Estados: elevar o prazo de validade dos critérios provisórios para cinco anos, eu até diria dez anos, para termos uma nova discussão dentro de uma nova realidade para esse país que nós teremos certamente daqui a cinco, mais certamente daqui a dez anos; deixar em aberto uma lógica de critérios definitivos, ou seja, dentro de um prazo de cinco ou dez anos ou dentro do que esta Casa definir, rediscutir o modelo, e talvez neste momento se tenha um ambiente de equilíbrio na nossa Nação que permita inclusive repensar se o modelo de equalização, que é o mais justo, é possível ou não; e eliminar a previsão de cálculo diferente para a repartição de outras receitas, o que está previsto no art. 2º, que também traz distorções especialmente favoráveis a Estados que tenham uma população muito grande, ou seja, estaria na contramão da lógica de um fundo que seria repartido em uma federação.

Por favor.

Tenho um minuto.

Como esse assunto está em pauta, até porque foi colocado ontem pelos Governadores, a solução definitiva, e derivando, porque esse não é o escopo, mas eu acho que nós temos que discutir o FPE como um todo, é rever o modelo do FPE, a sua base.

Por favor.

Esse gráfico que está contemplando números de 1988 a 2010 mostra claramente a queda da participação do IPI, do Imposto de Renda, na base de tributação de receitas do Governo Federal. Nós despendemos de 76% para 46%, enquanto outras receitas subiram de 24% para 55% no mesmo período.

Por favor.

Esse gráfico também mostra a participação declinante, uma tendência declinante do Imposto de Renda e do IPI no seu somatório, que é a base do FPE e do FPM.

Por fim, a participação das transferências constitucionais administrada pela Receita Federal também estão caindo.

Enfim, sei que o debate no momento não é este, mas talvez, daqui a cinco ou dez anos, em uma revisão do FPE, porque provavelmente a proposta que deve ser aprovada deve levar essa discussão para o futuro, até lá nós temos que rediscutir, mas rediscutir o FPE plenamente, não só a questão da redistribuição, mas também a base do FPE, afinal de contas isso que nós estamos discutindo aqui e agora é a Federação e a Federação não pode ser fragilizada com entes mais fortes em detrimento de entes mais fracos, Estados e Municípios.

Com essa última apresentação, encerro as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Coordenador do Confaz.

Fizemos uma inversão. Inicialmente a Mesa havia definido a participação do Presidente Valadares, em nome dos Presidentes; uma apresentação inicial do Sr. Relator; e a abertura dos debates, já com os convidados. Fizemos agora uma inversão para o Relator, autor do substitutivo e Relator em plenário, fechar a reunião, porque poderia colher informações, como essas, e sugestões que pudessem ser incorporadas ao seu relatório. Então, fazendo o sentido anti-horário, proposto pelo Senador Dornelles, agora há pouco, abro o debate para os membros das três Comissões.

Com a palavra, pela ordem dos inscritos, o Senador Francisco Dornelles, nosso Ministro e professor. Depois, o Senador Pimentel e o Senador Armando.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Antônio Carlos Valadares, Presidente Vital do Rêgo, Presidente Lindbergh, meu prezado Claudio, meu caro Walter Pinheiro, nós, do Rio de Janeiro, consideramos extremamente importante o papel do Fundo de Participação dos Estados como instrumento de distribuição de renda. O Rio tem uma participação importante nisso. Para o senhor ter uma ideia, dos R\$119 bilhões que a União arrecada no Rio, só são devolvidos ao Estado R\$60 milhões ou 0,5% da arrecadação. Alguns Estados recebem 130%, 140%. Acharmos isso justo, porque o Fundo de Participação dos Estados tem que ser um instrumento de distribuição de renda.

No entanto, Senador Walter Pinheiro, apresentamos aqui uma proposta que considera os seguintes parâmetros em relação ao Fundo de Participação dos Estados, embora eu acredite, Presidente Vital do Rêgo, que tenhamos que enfrentar o problema do FPE dentro da proposta ontem do Governador do Ceará. Na realidade, quando eu ocupava a Secretária da Receita, 80% da arrecadação da União vinha do IPI e do Imposto de Renda. Então, a base de cálculo dos Fundos de Participação era 80% da União. A partir de 1994, acredito, ou de 1990, foram criadas contribuições cujas receitas não são distribuídas a Estados e Municípios. Com isso, foi encolhida a arrecadação do IPI. Hoje a arrecadação do IPI e do Imposto de Renda é menos de 50%. De modo que, para resolver o problema do Fundo de Participação dos Estados, e essa é a proposta do Governador do Ceará, devemos incluir o Cofins, o Fundo de Participação e a contribuição social sobre o lucro na base de cálculo sobre o FPE. Sem isso, estaremos sempre perdendo receita, porque, cada vez que a União quer dar um incentivo, ela dá no IPI, no Imposto de Renda. Nunca dá no Cofins. Então, nós tí-

nhamos que estabelecer um parâmetro de modo que todos ficassem dependentes um do outro.

Mas a proposta nossa em relação ao FPE é que 5% fosse distribuído de acordo com a superfície; 10% da arrecadação, com o teto de 15%, o que reduz participação nesse item do Rio e de São Paulo; 15% para a população com um piso de 4,5, o que beneficia Acre, Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, Ceará e Tocantins, e um teto de 8%, que reduziria Minas, Rio de Janeiro e São Paulo; 70% como inverso da renda *per capita*, com um redutor de 90% do Distrito Federal e São Paulo, que perderiam com esse redutor. Em outras palavras, dentro dessa proposta, 19 Estados sairiam ganhando e oito Estados teriam perdas que seriam compensadas ou pela correção da base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados ou pelo aumento de percentual do Fundo de Participação dos Estados ou, então, até pelos dois sentidos – pelo aumento do FPE ou pela inclusão do Cofins.

Agora eu queria dizer, Senador Walter Pinheiro, que política é um fato e a proposta de V. Ex^a ganhou força pela sua competência, pela capacidade de articulação, pela sua facilidade em tentar convencer, ainda não me convenceu totalmente, mas, em conversas próximas, gostaria de ser convencido por V. Ex^a, porque a sua proposta realmente não maltrata muito os Estados.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas V. Ex^a é mais convincente, não “compinheiro”. Então, portanto...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas eu acho positivo da sua proposta a manutenção de um período – concordo, inclusive, com o Secretário – de cinco anos, para que nós pudéssemos até... Um período que fosse depois da eleição de 2014, não caísse num ano eleitoral, porque isso será um desastre. Acho que a proposta de cinco anos é viável. Precisa da correção de alguns problemas formais em relação a código tributário nacional, em vez da extinção, suspensão de direitos, mas são alguns parâmetros pequenos. Estou certo e gostaria de ser convencido pela proposta de V. Ex^a e não ter que ser obrigado a defender a minha proposta no plenário. Apesar de estimulado pela Senador Lindbergh... Ele agora, como Presidente, é juiz, não pode defender nada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu agora sou bombeiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Então, eu tenho que fazer um pouco a posição do Lindbergh aqui, porque ele agora é candidato e tem que moderar um pouco suas posições.

Então, realmente, acho que seu projeto está numa linha de acordo, de entendimento, e política é entendimento. Todas as vezes que as decisões são tomadas no arbítrio, na força, elas perdem um pouco sua consistência, sua validade. De modo que eu espero que seu projeto, com algumas mudanças e sugestões que V. Ex^a vai receber de Senadores e Deputados, possa, realmente, ser um projeto do consenso que todos nós iremos aprovar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência, formalmente e por carinho que tem ao Senador Pinheiro, aconselha ao Senador Pinheiro construir com extrema capacidade a coesão com as sugestões do Senador Dornelles, porque somente eu sei o que é estar no plenário com antagonismos de ideias com o Senador Dornelles. Eu sofri muito, quase 7 horas debatendo, fora o Senador Lindbergh, aqui próximo.

Senador Pimentel com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quero também saudar os nossos presidentes das três comissões, saudar o nosso Secretário da Fazenda do Estado do Maranhão, abraçar o Walter Pinheiro e começar registrando que, se essa matéria fosse fácil, o Confaz traria para nós uma proposta. O Confaz não traz a proposta em face das dificuldades que tem, e as dificuldades não são entre as cinco Regiões, mas entre as cinco Regiões e também dentro da própria Região. Então, esse é o desafio, nosso Relator Walter Pinheiro, que está na mão de V. Ex^a para nos ajudar.

Eu acredito que a proposta apresentada por V. Ex^a de manter como piso o ano 2012 ajuda muito e, a partir daí, distribuir o que crescer, nos critérios aqui apresentados. Acho que é um caminho. Teríamos que discutir a transição. Essa transição curta, de dois anos, eu também entendo que é insuficiente, nosso Relator, porque pegaria basicamente 2013 e 2014, enquanto que o PPA dos Estados foi até 2015. Eu colocaria como data mínima de transição o fechamento do Plano Plurianual dos Estados, que é 2015, e permitiria, também, aos governadores reeleitos ou eleitos um período mínimo de discussão e de estabilidade orçamentária para eles.

Portanto, a minha tese é que, ultrapassando o ano 2015, a partir daí não tem crise. Acho que é razoável. Mas a minha preocupação, Walter, seria contemplar o PPA dos Estados, porque ali já tem todo um planejamento, as LDOs estão sendo feitas com esse olhar, e permitiria, também, aos governadores que tomarem posse em janeiro de 2015 pelo menos um ano de transição. E também os novos senadores que vão chegar, a renovação da Câmara Federal, e era um período em

que nós concluiríamos toda essa discussão sobre o ICMS, o diferencial de alíquota, de origem e destino, essa questão dos *royalties* do petróleo já estará apaziguada. Vamos ter que ter um entendimento, é a melhor forma. E também vamos ter, um pouco, é fato, não tem jeito, vamos ter que enfrentar essa decisão da guerra fiscal. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal já alcançou cinco Estados da Federação. Precisamos nos antecipar para ter uma saída organizada das decisões que o Supremo está tomando, para não colocar em risco a estabilidade econômica das empresas, dos governos estaduais. Portanto, há um conjunto de ações, e essa transição mínima para ultrapassar o PPA dos Estados acho que era o melhor caminho para a gente caminhar. Com os cinco anos não tenho crise, mas o único pedido é que fosse após 2015.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Registro a presença do Sr. Jader Afonso, Secretário de Fazenda do Governo do Mato Grosso do Sul, do nosso queridíssimo Governador André Puccinelli.

Com a palavra, nosso companheiro catarinense, Senador Casildo Maldaner.

V. Ex^a tem a palavra para sua intervenção.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Vital do Rêgo. Eu vinha de manhã já escutando a exposição que o Senador Valadares vinha fazendo, desde o histórico, quando começou o Fundo de Participação dos Estados no Brasil, como é que vem e vai, e, naturalmente, esse tempo todo, houve oscilações. Eu gostei muito da exposição do Valadares, o histórico, todo ele dividido em três partes. Foi extraordinário.

Trocando ideias aqui com o nosso Líder do Governo no Congresso Nacional, o Pimentel, nós chegamos à conclusão de que aquela exposição do Secretário da Fazenda do Maranhão, Dr. Claudio... Se nós pudéssemos receber uma cópia daquilo, são dados interessantes que tem ali, sem dúvida alguma, são interessantes, para a gente, como se diz lá no oeste catarinense, na região serrana, ruminar um pouco isso, ruminar com os nossos amigos, lá em Santa Catarina, acho que faz bem isso.

Naturalmente, o Senador Walter Pinheiro, como bom Relator, vai ter que ter um jogo extraordinário, como, da mesma forma, disse o nosso professor, nosso Ministro Dornelles. Ele disse, inclusive, que o Presidente da CAE, que é o instigante, é o não dorme, é o periclitante Senador Lindbergh...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ele é um atleta, vive nas Olimpíadas, ele é *tout*, né, que agora tem que ter um pouco mais de... Pelas

circunstâncias. Aliás, eu vivi um pouco isso quando no governo em Santa Catarina, quando enfrentava greves. E quem as não enfrentou? E aí tem que ter uma calma, uma paciência... Aí eu sempre dizia: é melhor 2 horas de diálogo do que 5 minutos de tiroteio. Então, 2 horas de diálogo é melhor do que 5 minutos de tiroteio.

Então, neste momento, Presidente, o diálogo é fundamental. O Senador Dornelles, referindo-se ao Relator Walter Pinheiro, ouvindo isso, recebendo essas ideias, procurando, conforme dizia o Senador Pimentel, construir, quem sabe, paulatinamente, para buscarmos um entendimento nacional. Acho que esse é o momento, Senador Walter Pinheiro, de, buscando sentir, talvez isso, avançando, como se disse, em parcelas, vamos implantando, buscando consensuar a questão dos 27 Estados do Brasil. Acho que esse é o caminho. Vamos ruminar, vamos pensar nessas próximas horas para buscarmos, então, essa saída.

Eu me ateno um pouco, gostei daquela do Dornelles de, quem sabe, vincular aí essa questão das receitas federais, quem sabe o Cofins, vincular isso compulsoriamente. Aí fica amarrado. Eu estou sentindo que cresce esse movimento de vincular.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tem que ser emenda à Constituição.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como diz V. Ex^a?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tem que ser emenda à Constituição, não cabe no parecer dele.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Tinha que ser uma emenda?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não precisa, não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Dornelles está dizendo que não precisa, mas vamos discutir isso.

O que os Estados querem, se puder amarrar um pouco isso para que não se fique muito da dependência quando se retira sobre o IPI, Imposto de Renda. Fazem-se as políticas nacionais, que nós não somos contra, mas afeta o negócio dos Estados, não só no Fundo de Participação dos Estados, que é a composição do Imposto de Renda e do IPI, e aí não há certa segurança nos orçamentos, não se sabe como é que vai acontecer lá adiante. Então, por isso, para dar essa garantia, como se diz, uma espécie de caução, uma trava. Isso é interessante. E com reflexos: quando nós falamos em FPE, nós não podemos esquecer do FPM. Os Municípios, quer queiram, quer não, dentro dessa modalidade, naturalmente, deve entrar também a questão do Fundo de Participação dos Municípios. São essas as considerações.

Senador Walter Pinheiro, é uma grande missão. Sei que não é fácil para envolver, porque esse conjunto não é só isso, é o que está em pauta e todos os colegas dizem, e aqui o Pimentel mesmo falou. Está aí a dívida dos Estados, está aí a questão do ICMS, está aí a questão dos *royalties*, está aí uma série de questões que nós temos que encarar conjuntamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Permita-me só uma manifestação em relação a um assunto que está sendo tratado aqui em pauta, a questão da distribuição do FPE, por conseguinte o FPM, e também a questão do ICMS, que, na Casa, tem andamento, na Comissão de Assuntos Econômicos. São matérias difíceis para serem resolvidas, não é fácil, até porque alguém vai ganhar e alguém vai ter que perder.

Todavia, o que precisa é o Governo Federal abrir mão de uma parte da sua receita. Hoje há um descompasso, lamentavelmente, que aqui já foi bem colocado, em relação aos critérios do IPI, do Imposto de Renda, que, lá atrás, era 77%, hoje é menos de 50%. Se você for nessa direção, o mais grave é que os Municípios, os próprios Estados receberam incumbências, de lá para cá, que, lamentavelmente, também não estão sendo capazes de cumprir.

Temos que discutir, de maneira geral, tudo, desde a questão das dívidas dos Estados, a renegociação das dívidas dos Estados tem que vir. Eu, particularmente, quando fui governador, Senador Walter, assinei, de forma desesperada, uma renegociação na dívida do governo FHC. Isso, naquele momento, seria um pouquinho, daria um sufoco, mas era alguém, naturalmente, do que teria que ser feito. Foi uma rolagem draconiana, que permitiu que o Governo Federal, hoje, abocanhe 20% a 21%, praticamente, das receitas correntes líquidas do Estado do Mato Grosso. Entretanto, há uma legislação que diz que se teria que aplicar apenas 15%.

Pois bem, vejo aqui a dificuldade que o senhor vai ter. A proposta inicialmente feita por V. Ex^a, acho que, até certo ponto, é factível. Agora, não podemos mais postergar pelo fato de que os Estados estão engessados, os Municípios estão literalmente falidos, todos. Se sobra, não sobra 5% dos cinco mil seiscentos e tantos Municípios brasileiros. Estão literalmente falidos.

Eu, particularmente, fui prefeito três vezes, três mandatos. Em boa hora deixei a prefeitura, oito anos atrás, graças a Deus. Além das dificuldades financeiras, temos hoje mais alguns problemas quase “inconsertáveis”. Hoje você tem que, todos os dias, render

homenagens aos promotores de justiça, aos procuradores da República, TCU, AGU, TCE, Assembleias, etc., etc. Quando é prefeito, à câmara de vereadores.

Então, eu acho, quando se trava um debate pesado, um debate como esse aqui, é muito importante. Agora, vejo com dificuldade. Você colocou aqui perfeitamente bem, fez um quadro que deixou muito clara a visão em relação, naturalmente, ao Norte, Nordeste, Centro-Oeste, etc., etc. Eu, particularmente, tenho a sensação de que nós temos que discutir primeiro...

Ontem o Vice-Governador, Governador em exercício do Pará, fez lá uma boa observação: é inadmissível que os Estados paguem PIS em relação à própria transferência do Governo Federal. É 1%. Eu fiz um cálculo rapidamente, de cabeça, Senador Armando: Mato Grosso, por exemplo, arrecada R\$12 bilhões – é praticamente a sua receita, em termos de orçamento –, ainda vai ter que desembolsar R\$120 milhões de PIS/Pasep. Se você fizer um cálculo rapidamente, em quatro anos são R\$480 milhões. É quase um plano de governo! Ou seja, um Estado como o nosso, de dimensão continental, carente de infraestrutura, carente de saúde, segurança, etc., uma receita como essa ficando para o Estado iria contribuir sobremaneira para minimizar essas dificuldades.

Então temos que ter consciência aqui, independentemente de ser ou não ser Base aliada, temos que fazer o Governo Federal abrir mão dessa grande concentração de receita. Caso contrário, vamos continuar falidos.

Quando você fala em empréstimos, financiamentos, eu fui prefeito, só vou citar um exemplo aqui, há vários: eu contrái um empréstimo de US\$1 milhão para pavimentar as linhas de ônibus, ou seja, do transporte coletivo. Esse empréstimo, foi pago 25 vezes já o valor dele, e a prefeitura continua devendo US\$1.400 mil! Você já pagou isso aí! Eu saí da prefeitura faz oito anos, outros prefeitos, que entraram depois de mim, já pagaram, e não acaba a dívida. Então, algo tem que ser feito. O que existe de estoque das dívidas dos Estados é impagável. Alguém disse ontem, dos governadores, que já pagou não sei quanto, ainda deve mais não sei quanto. É impagável! Temos que melhorar essa questão do perfil das dívidas dos Estados também. O Governo brasileiro... Agora, me parece, já está autorizado, Mato Grosso fez a primeira rolagem de 900 milhões, quase 1 bilhão, permitindo alongar a dívida e, sobretudo, diminuir os percentuais do indexador.

Então, são essas as políticas que temos que trabalhar aqui. Falar que o FPE vai ser uma matéria fácil para aprovar aqui; difícil, muito difícil, porque alguém vai ter que abrir mão. Agora, quem tem que abrir mão, nessa altura do campeonato, é o Governo Federal,

porque há uma concentração de 63% a 64% do bolo tributário na mão do Governo Federal.

Essa é a minha opinião. Espero e torço para que V. Ex^a consiga realmente fazer um bom encaminhamento com relação à matéria de que V. Ex^a é relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que, depois dessa disputa na questão dos *royalties*, a gente agora tem que pensar esse debate federativo todo em cima de uma coerência, para a gente não ficar só na briga Estado contra Estado, cada um pensando no seu interesse.

O que é mais justo? Acho que está faltando isso aqui para ordenar um pouco os debates. Um gráfico que conheço já de tempos, que o coordenador do Confaz apresentou, o Trinchão, que é uma tabela muito importante. A gente tem que pensar, cada cidadão do País, como cidadão. Vamos tentar diminuir as diferenças. Você veja ali: nesse gráfico fica claro que os grandes Estados do Nordeste, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, quando a gente discute o conceito de receita corrente *per capita*, é aí que tem uma distorção.

Então, veja bem, para você convencer São Paulo, Rio, quem quer que seja, dentro de toda essa discussão, a ter um caminho mais justo, se você faz um caminho em que diminui essa distorção, temos uma lógica, que é tratar o cidadão como cidadão em qualquer Estado. Tem que haver uma coerência, não pode um ter 4 mil, outro mil e tantos.

Eu acho que esse caminho, para o futuro, para todos os debates nessa questão federativa, diminui essa distância; esse conceito de receita corrente *per capita* tem que ser o centro em toda essa discussão que nós temos para o futuro.

Então, tem um ponto aqui no projeto do Senador Walter Pinheiro. Não é nada, mas é uma declaração em que ele diz o seguinte: depois desse prazo de três anos, até 2015 que seja, temos que tentar construir uma lógica em cima do sistema de equalização. Eu acho que isso tem que ser mantido. É só uma orientação para um debate no futuro.

A Comissão de Notáveis tirou essa posição também. É claro que não é simples. Dentro daquele conceito, que também tem que ser outra coisa, que tinha que ser uma regra para nós, ninguém mexe no que está para trás. Nisso, o relatório do Senador Walter Pinheiro é muito preciso. Ele utiliza 2012, não dá para mexer em alguma coisa que está para trás.

Mas isso, por incrível que pareça, não é a discussão central do relatório do Senador Walter Pinheiro, mas tem um ponto lá em que ele deixa apontado, para

essa discussão depois dos cinco anos, ou depois de 2015, a gente tentar começar a construir um debate em cima de um sistema de equalização. Porque aí, Senador Casildo Maldaner, a gente bota coerência. Vai ter que explicar para São Paulo e Rio, que estão abrindo mão, por isso, porque temos que ter um País mais equilibrado. Hoje, não. O sistema é muito distorcido. O sistema, como um todo, é muito distorcido.

Então, eu queria fazer essa intervenção, porque eu acho que é importante para o futuro a gente colocar... Essa é a tabela do Coordenador do Confaz. Mas eu acho, Senador Humberto, que esse é um critério que tem que ir crescendo. Isso aqui pode ordenar, viu, Cássio, uma coisa que a gente aceita, numa lógica que é a seguinte: é dessa forma, tudo bem. Agora, não dá para tirar e ir para outro negócio completamente distorcido.

Então, estou querendo fazer essa minha fala em relação ao futuro. O Presidente Renan estabeleceu o dia 19 para votar. Eu quero dizer aos senhores aqui que a gente tem que fazer um grande esforço do FPE no dia 19. Estive ontem conversando e a gente tem que fazer um grande esforço para votar isso, de fato, no dia 19, no plenário. Olha, está ruim para o Senado, está ruim para o Congresso Nacional não termos aprovado ainda esse Fundo de Participação dos Estados. Foi uma posição do Presidente que acabou de ser eleito, e eu acho que ele tem de entregar aquilo que falou.

O meu esforço é neste sentido agora, Senador Walter Pinheiro: conversar com as partes, com o Senador Dornelles, com quem tem discordância. Mas nós temos, como Senado Federal, de votar isso no dia 19. É uma demonstração deste Senado. Foi uma posição do Presidente do Senado que temos de reforçar de todas as formas.

E quero dizer em relação aos outros temas, Senador Casildo, que não é porque estou chegando na CAE e quero impor o ritmo, que estou animado e quero colocar para votar tudo. A questão da reforma do ICMS nós temos de votar mesmo, porque os investimentos estão parando. Há uma grande insegurança. Isso virou uma questão central.

E eu queria aqui, sem me alongar, dizer o seguinte: eu acho que estamos perto da construção de um acordo que não vai envolver todo mundo – haverá pequenas discordâncias –, mas de um consenso maior que envolva a questão da dívida, do ICMS e do FPE. Podemos, de uma vez por todas, sair dessa pauta federativa com velocidade, até o final de abril e começo de maio. Os *royalties* já estão no Supremo. Agora, são esses três pontos.

Em relação à questão da dívida, o projeto de lei complementar está na Câmara dos Deputados. O Relator é o Deputado Eduardo Cunha. Ontem, tivemos

uma conversa com ele e com o Senador Walter Pinheiro também. Ele vai apresentar o seu relatório agora para tentar votar na Câmara, já em abril. Há um espaço de discussão sobre a diminuição do comprometimento da receita corrente líquida. Isso é um fôlego para os Governadores; isso ajuda na negociação do ICMS.

Então, Senador Casildo, em relação às datas nossas lá, não é por entusiasmo. Nós precisamos votar. Vamos ter marcada a votação dessa questão na Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 26. Eu sei que vai ter pedido de vistas, mas nós queremos votar no dia 2 de abril. Vai ser um período em que a Câmara vai estar votando também a questão da dívida.

E quando colocamos data para votar, facilitamos. Estamos tendo um processo intenso de negociação. Não significa dizer que não tem negociação, mas que, ao colocar a data, eu acho que aceleramos e fortalecemos esse processo de negociação em conjunto com a dívida.

Encerro minha fala dizendo o seguinte: eu estou muito esperançoso que consigamos, o Congresso Nacional como um todo, dar uma demonstração de grande maturidade, votar o FPE, e avançar na discussão da dívida e na reforma do ICMS também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço o Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Srs. Presidentes, Srs. Senadores, a discussão que estamos fazendo é antiga no Brasil. Não apenas eu, mas muitos dos que aqui se encontram, que compõem o Senado e a Câmara Federal, vêm de longe, numa expressão de Leonel Brizola. E acredito que um dos grandes problemas que enfrentamos para realizar reformas que estejam vinculadas ao pacto federativo, dentre elas a tributária, que termina englobando todos esses temas de fundo de participação, de ICMS, é a incapacidade que tivemos de descolar esse debate da conjuntura.

Toda vez que olhamos para a conjuntura, prevalecem os interesses de sobrevivência de Prefeitos, de Governadores, do próprio Presidente ou da Presidenta que esteja no comando dos respectivos Poderes executivos. E tem sido essa talvez, Lindbergh, a razão principal para a dificuldade de se desenhar o modelo que seja justo.

Nós falamos muito em justiça. A tabela apresentada revela disparidades que são insustentáveis para o Brasil. Mas na prática, no dia a dia, no pão, pão; queijo, queijo, nós não conseguimos construir consensos políticos para promover mudanças que tenham eficácia quase que imediata. O que acontece, então? E é o que

tem se acumulado no Brasil, nas últimas décadas. As distorções vão crescendo, porque você faz um arranjo aqui, faz um arranjo acolá, não olha o País como um todo. E esse olhar só pode ser feito de forma distante.

Nós teríamos de desenhar um país ideal, para que ele pudesse ser implementado daqui a pelo menos doze anos, porque nós estaremos livrando os atuais mandatários dos efeitos das eventuais mudanças, inclusive na perspectiva de eventuais reeleições.

Parece muito pragmatismo da minha parte, mas, ao longo desse meu caminhar, como Prefeito que fui três vezes; Governador por duas oportunidades; Deputado constituinte e agora no Senado, estou absolutamente certo de que teríamos de buscar soluções emergenciais, como a do FPE, porque não podemos mais deixar esse tema em aberto.

Mas, nesse esforço de dois jovens talentosos e brilhantes Presidentes de comissões importantes, talvez de se criar um pequeno núcleo de trabalho, nosso mesmo, sem buscar comissões externas, num primeiro momento, mas aproveitar esses talentos jovens, essas vocações que o Senado tem na pessoa do Senador Vital, de Lindbergh Farias, e de tantos outros, para que pudéssemos fazer um desenho não para agora, nem tampouco para amanhã, e, sim, para depois de amanhã.

Eu acho que, se pudéssemos caminhar nesses dois sentidos, obviamente tratando as questões do hoje, do agora: o FPE, eu já disse, é uma delas, e o ICMS, que vai dar uma confusão generalizada, porque a proposta de 4% simplesmente aniquila os Estados pequenos. Já antecipo minha posição como representante da Paraíba: não tem como votar nessa proposta.

Ouvi ontem do Governador Cid Gomes, que tem vivência, que tem experiência e que comanda um dos mais importantes Estados do Nordeste – que tem uma economia vigorosa, que é o Ceará, como todos nós sabemos – que o Governador Cid está extremamente preocupado, porque não temos, no Nordeste, infraestrutura; nós não temos capacidade de construir mercado de forma rápida; não temos as grandes matrizes energéticas, nem tampouco de matéria-prima. E o que vai acontecer é simplesmente uma fuga ou um retorno para as regiões onde a infraestrutura existe, o mercado está presente e as matérias-primas estão sendo distribuídas.

Será talvez o mais duro golpe que o Nordeste brasileiro poderá sofrer, porque não se propõe absolutamente nada de concreto em substituição àquilo que se é reconhecidamente um mal para o País – chamada guerra fiscal –, mas não tem sido apontado outro caminho para levar para um Estado, como a Paraíba, investimentos, a não ser através de tratamento diferenciado no campo fiscal, porque o Governo Federal

não conseguiu, e não é de hoje – aí é um problema histórico do Brasil – cumprir o que está disposto na Constituição que determina que se faça uma política de equilíbrio regional.

Portanto, para concluir a minha fala e não ser cansativo, acredito que o esforço do Senador Walter Pinheiro é digno de reconhecimento e elogio. Eu ainda tenho algumas dúvidas sobre a proposta, e até a próxima terça-feira, dia 19, poderemos dirimi-las, o que acredito seria muito importante.

Fica, portanto, a modesta sugestão para que o Senador Vital e o Senador Lingbergh possam juntos analisar a possibilidade e, além dessas discussões conjunturais do aqui e do agora, como eu já disse, possam imaginar algo que possa desenhar um Brasil daqui a doze, quinze anos. Há quem diga: “Não, mas é muito longe, é muito tempo.” Se tivéssemos feito isso lá atrás, na Assembleia Nacional Constituinte, nós já estaríamos com esse modelo implementado há muito tempo.

A experiência mostra que, se trabalharmos em reformas dessa envergadura com efeitos de curto prazo, elas não saem; não saem por reações legítimas, humanas, naturais e compreensíveis no campo da política. Teremos de fazer algo que pudesse nos projetar para daqui a uma década e meia, duas décadas, quem sabe, e aí sim repactuar o Brasil no seu aspecto federativo de forma equânime e de maneira justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a sugestão experiente e sempre bem-vinda de V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Inscreva-me aí, meu caro Vital do Rêgo.

Com dois paraibanos na Mesa, temos de pedir licença para se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está inscrito, Senador Inácio.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. É apenas para registrar também a presença neste auditório – eu vi agora – do Secretário de Fazenda de Santa Catarina, Dr. Antonio Gavazzoni.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Reitero a presença do Secretário da Fazenda, do Mato Grosso do Sul, a que Jader Afonso já tinha feito. Senador Romero Jucá.

Ele não viu Roraima, porque estava acima...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pois é. Ele está fora do mapa. Para o senhor vê a nossa dificuldade. Eu queria te pedir, Sr. Presidente, que pudesse voltar aquele eslaide, aquela tabela, porque eu queria fazer um comentário em cima dela, também. Na verdade, o que estamos discutindo aqui? Estamos

discutindo um cobertor curto que precisa ser redimensionado, e o segredo desse redimensionamento é exatamente diminuir as distorções. Esse é o grande nó da questão. Partir da fórmula que nós temos hoje para dizer que, hoje, o Governo não cumpre a lei. A fórmula, hoje, venceu por conta do prazo, no Supremo Tribunal Federal; é uma fórmula que tem lógica, mas, na prática, não tem funcionado com a lógica que foi criada. Por quê? Porque a lei que define o FPE e o FPM de capitais diz o seguinte: ele será calculado, dando resultado de um coeficiente, resultado da multiplicação de dois coeficientes: um coeficiente de população, ok; outro coeficiente de renda *per capita*.

Quando se fez essa lei, por que é que se colocou população *versus* renda *per capita*? Porque é o número de pessoas que existem naquela localidade, no Estado ou na capital, vezes a capacidade financeira que tem no bolso do cidadão, a renda dele, para pagar impostos, para consumir, enfim, para viver e com isso mesmo ativar a economia. Essa economia teria uma sustentação e o FPE seria, vamos dizer assim, a complementação, a compensação e a equalização dessa sustentação econômica. Ok.

O que acontece na prática? O IBGE não calcula renda *per capita*. O IBGE, equivocadamente, calcula PIB *per capita*, que é algo extremamente diferente de renda *per capita*, extremamente diferente, principalmente para os Estados menores.

Em 2002, com data-base para o FPE e o FPM de 2005, isso se agravou. Por quê? Porque o IBGE mudou a fórmula de calcular o PIB e, portanto, o PIB *per capita*, colocando mais alguns indicadores, e isso fez com que a renda *per capita* que está sendo comparada ao PIB *per capita*, porque o IBGE não cumpre a renda *per capita*, houvesse uma ampliação muito grande nos Estados mais pobres. Vou dar um exemplo de Roraima e mostrar essa contradição.

Antes dessa mudança do PIB *per capita*, o PIB *per capita* de Roraima era R\$4 mil. No ano seguinte, passou a R\$9 mil o PIB *per capita*, e, hoje, o PIB *per capita* que está inserido no cálculo do FPE é mais de R\$14mil. Ora, o IBGE diz que a renda, em tese, PIB *per capita* de cada habitante de Roraima é R\$14 mil. O Ministério do Desenvolvimento Social diz que mais da metade da população de Roraima vive com meio salário mínimo e, portanto, é cliente do Bolsa Família. Então, são dois dados oficiais que se contradizem, antagônicos, de forma gritante.

Essa tabela coloca – aí Roraima não está aparecendo – o exemplo do Acre, que está em quarto lugar e do Amapá, que está no terceiro lugar. Provavelmente Roraima é segundo. Por que esses Estados estão aparecendo desse jeito? Porque há uma distorção brutal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sim, é receita... Mas mesmo assim. Quando você faz qualquer questão ou receita líquida ou PIB líquido, você distorce, por quê? Porque você pega uma receita, divide pela população desses Estados, que é pequena. É pequena, mas o Estado tem as mesmas obrigações e estrutura de um Estado grande. Nós temos a Assembleia Legislativa com o mesmo número de Deputados, Tribunal de Justiça com o mesmo número de Desembargadores, Juízes; o Estado de Roraima é do tamanho do Estado de São Paulo geograficamente, como o Estado de Rondônia também é. Uma agravante: nesses Estados desenvolvidos, a saúde e a educação, o carro-chefe é a atividade privada. Você tem plano de saúde na saúde, você tem o hospital privado. No caso de Roraima, Acre e Amapá não tem; só tem hospital público, só tem escola pública, não tem plano de saúde. Tudo depende do poder público. Há uma sobrecarga enorme no poder público. Então, o que eu quero raciocinar com isso ao nosso querido relator? Que esse cálculo, quando se coloca *per capita* só, ele dá uma distorção muito grande para os Estados que mais precisam. A arrecadação do FPE ou do FPM da capital de Roraima é 66% da receita. Então, se é uma arrecadação baixa, cria uma situação de extrema dificuldade; tira-nos a condição. Por quê? Porque nós não temos a economia. Nós não temos arrecadação de ICMS, nós não temos incentivos; nós não temos instrumentos efetivos. O grande empregador é o poder público, que tem que ter recursos para poder contratar pessoas e pagar salário em dia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Fazer concurso. O Ministério Público, agora, em cima de fazer concurso. Então, na verdade, essa situação, essa tabela aqui... Mostra outra aí. Mostra outra.

Roraima. FPE: 2,4%, R\$968 milhões. O orçamento do Estado é de R\$2 bilhões. Então, 2,4%..

Tocantins: 4,34%. Qual a diferença de Roraima para o Tocantins? Nenhuma. Nenhuma, e o coeficiente de um é 4,3% e o outro é de 2,4%, quase metade. Então, esse tipo de equalização nós temos que fazer nessa discussão. Eu estou aqui defendendo não só Roraima mas os Estados pequenos do Norte, os Estados recém-criados, que dependem do FPE, que dependem do FPM da capital e que, efetivamente, em qualquer cálculo desse em que seja colocado de forma *per capita* direta, sem levar em conta a efetiva economia do Estado, nós teremos um problema grave de distorção e nós vamos colocar isso na mesa durante a votação.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito justa a apreciação de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, se fosse 4 de outubro, que é Dia de São Francisco, talvez a tarefa tivesse mais fácil com o Papa Francisco, mas 19, que é Dia de São José, é tarefa dura para o Ceará, que é o nosso padroeiro. Então, Walter, eu estou alinhado aqui, porque esse problema das regiões nossas não é uma tarefa fácil de compreensão porque basta um bilionário de Roraima, que mora no Leblon, para distorcer toda a estatística do Estado de Roraima, porque ele eleva de tal maneira o *per capita*, que distorce. E isso acontece com o Ceará. Então, o Ceará tem uma meia dúzia de ricos, que distorcem! Oitenta por cento da população do Ceará, meu caro, de pouco mais de 8 milhões, está na linha da pobreza. É isso aí. Região é isso! Esse é que é o debate!

O debate que nós travamos ontem, anteontem, sobre ICMS não é tarefa fácil. Não é tarefa fácil, companheiros, porque nós estamos mexendo com algo que foi conquistado e ampliado em 1988. Em 1988, se fez uma minirreforma tributária. Não fosse ela, não sei o que seria de federação, porque foi ela que deu algum fôlego adicional ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, senão nós estaríamos liquidados. A nossa capacidade de atrair qualquer empresa estaria liquidada.

Eu digo hoje: com esse instrumento que nós temos, é difícil atrair. Se você chegar agora, meu caro Valadares, em São Paulo e percorrer, pelo menos, umas dez cidades de São Paulo, com todo esse problema de distorção, de FPE, de ICMS, etc, eles atraem 60, 70, 80 empresas novas por mês em vários Municípios paulistas, em várias regiões. Para levar uma lá para o Crateús, no Ceará, para o Tauá – entendeu? – olhe, não é mole. São José das Piranhas, na Paraíba, então, pelo amor de Deus! Então é disso que estamos tratando.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não é “das” não, é “de”. São José “de”, não é “das”, não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É “de”.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É São José “de”, não é “das” não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – São José de Piranhas!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não é São José das Piranhas, não. (*Risos.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O nosso problema é que é São José, amigo, e que São José é dia 19. Esse que é o problema. Então a dramaticidade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Por isso que a lei do ICMS vai ser difícil de ser aprovada aqui, por causa dessas distorções.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É difícil. O nosso paraibano Lindbergh Farias, que é uma pessoa fantástica que nós adoramos, mas, às vezes, a posição que você está circunstancialmente no mapa pode levar a uma opinião diferente de quem vive dramaticamente o problema. Eu dou um último exemplo, Lindbergh.

Nós conseguimos atrair por um acaso, não foi uma coisa programada, organizada, mas, por um acaso, passava um fabricante de sapatos no Ceará e olhou assim, e perguntou, em uma roda: “Rapaz, eu posso botar a minha empresa aqui.” o governador agarrou o cara pelo braço e não soltou mais: “Vai botar.” E foi a tal empresa de Sobral, a Grandene. Gera ali, no Semi-Árido, em uma região absolutamente inóspita, 19, 20 mil empregos, às vezes, cai para 19, sobe para 20, cai para 24, desce para 22, mil empregos. Aí o cara, “Ai, está fazendo renúncia”, “Está transferindo para outro Estado”. Amigo, é disso que nós estamos tratando; é disso que nós estamos tratando. São milhares de empregos. Isso é o ICMS, e o FPE, o zelo e o cuidado nosso porque nós avançamos um pouquinho na questão do FPE na Constituição! Foi em 1988 que nós avançamos um pouquinho. Ganhamos um pouquinho, está certo? O problema de data não tem... Eu quero é que vote hoje, hoje, resolva hoje. Mas não é esse o problema que está em causa, se vota hoje ou amanhã, não. Quando nós tratamos aqui do problema do ICMS... Porque é uma coisa, digamos assim, que está relacionada à outra, que é dentro do programa do pacto federativo. Nós temos um problema objetivo no Ceará, no Maranhão, no Piauí, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, na Bahia, e em muitos outros Estados do Centro-Oeste, que é um passivo. Como é que você vai tratar? Por exemplo, o Confaz precisa de unanimidade para resolver, mas não resolveu, não. Esse que é o problema; não resolveu. Se não resolveu, se não resolveu aquele passivo, sinceramente, não vota aqui. Pode botar a data, pode inventar a data, não vai votar. É um problema nosso, do Senado Federal e dos nossos Estados. Então, sinceramente, isso não é possível.

O FPE, eu estou mais otimista com o nosso relator de que, talvez, a gente consiga encontrar... Há um conjunto tão grande de propostas que eu acho que o relator tem espaço para manejar aqui dentro a questão do FPE, mas, também, não considero que seja algo tão fácil de ser resolvido, mas a minha expectativa é de que é possível um acordo. Se não é dia 19, para proteger o nosso padroeiro lá no Ceará, pode ser dia

18, pode ser difícil, também, porque é uma segunda-feira... (*Risos.*) Dia 20. Acho que dá para a gente conseguir o entendimento. Também não é fácil, mas dá para conseguir o entendimento, porque eu vejo a situação de Roraima, depois eu vejo a minha, depois, eu olho para São Paulo. Então, amigo, quer dizer, distribuir... Não é um punhado tão grande assim não. Não é um punhado tão grande. Acho que dá para chegar, mas não vamos considerar que é um problema de facilidade. É um problema de muito trabalho do relator com as lideranças aqui no Senado, especialmente a questão do FPE e do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Inácio Arruda.

Como último orador inscrito para o debate, antes de ouvirmos o relator da proposta em Plenário e autor do Substitutivo, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Convidados, caí na mesma linha do Senador Romero Jucá. Ontem, nós tivemos uma reunião da bancada do meu Estado com o Governador Confúcio Moura, com o Secretário da Fazenda, Dr. Benedito. Qual era a preocupação do Governador? Rondônia não pode perder mais. Por que eu falo não pode perder mais? Porque é uma ironia. Se essa questão do FPE tivesse sendo discutida junto com a grande reforma tributária, talvez, as coisas pudessem ser resolvidas com mais facilidade, porque ninguém quer perder. Essa é a grande verdade. Mesmo São Paulo, Rio de Janeiro e os Estados mais ricos e outros, não querem perder. E é natural que não queiram perder, mas se tirar todo FPM, todo o FPE de São Paulo, vai fazer alguma diferença? Não; praticamente nada. Mas, tira um ponto de um Estado Norte do Brasil, ou do Nordeste, dos Estados mais pobres para ver como é que vai ficar. O grito é muito grande.

Rondônia é até uma ironia. Nós vamos gerar agora mais de 7 mil MW de energia elétrica, podendo chegar a 9 ou 10 mil com a terceira usina de Cachoeira do Ribeirão, uma usina binacional, e mais uma pequena que vai ser construída em Machadinho d'Oeste, 350 MW, pode chegar a mais de 10 mil MW de geração de energia elétrica. Mas sabe o que Rondônia vai ganhar com isso? Nada; vai perder. Sabe por que vai perder? Porque essa energia toda vai ser transportada para uma subestação gigante em Araraquara, Estado de São Paulo. Dali é que ela vai ser redistribuída. Então, Rondônia, como o ICMS é cobrado no destino e não na origem, Rondônia não vai ganhar nada. Além de não ganhar, vai perder. Sabe por que vai perder? Porque as térmicas que geram 400 MW de energia a diesel, essa Rondônia ganha, porque ela é distribuída para

dentro do Estado e tem o ICMS do combustível da Petrobrás, que é alto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador, eu pediria ao senhor um aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pois não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Temos que entregar urgentemente uma emenda constitucional nas mãos do Senador Vital do Rêgo, que deu ao Estado de origem o direito de cobrar o ICMS da energia e do petróleo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Se essa proposta for aprovada, que o ICMS fique na origem e não no destino, Rondônia não se importaria de perder até algum percentual do FPE, porque seria altamente compensada com o ICMS da energia. Então, acho que aí é que está a grande discussão. O Senador Dornelles, que é o nosso professor, Ministro Dornelles – sempre o chamo de ministro –, ele sempre tem boas propostas para resolver essas questões. Então, o que nós temos que nos aprofundar – isso é rápido e urgente, a solução que o nosso relator está tentando encontrar, perdendo noites de sono, para encontrar uma equação para não prejudicar ninguém, o que é muito difícil. Mas eu espero que Rondônia – esse é um apelo meu e da minha bancada – não seja mais penalizada do que já está sendo, até que a gente encontre uma solução para a reforma tributária a fim de melhorar essa questão do ICMS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador e Presidente Valdir Raupp.

Algum Senador mais? (*Pausa.*)

Estamos encerrando o período das discussões. Passo a palavra, neste momento, ao Senador Walter Pinheiro, que ouviu atentamente a toda exposição do nosso convidado e de todos os debatedores, e, agora, pode posicionar-se a respeito das sugestões e do seu relatório, que deverá ser votado no próximo dia 19.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Primeiro, eu queria dizer, Sr. Presidente, acho importante realçar, que esse esforço para esse entendimento, nós estamos fazendo desde o ano passado, com todas as tratativas e, lamentavelmente, a gente terminou não encontrando as condições para votação, e eu diria até muito mais motivada essa condição para não conseguirmos votar, pelo próprio ambiente que nós tínhamos no Congresso Nacional extremamente contaminado, Senador Dornelles, por uma disputa em relação à questão dos *royalties*. Aquilo, em minha opinião, foi o

determinante, tanto é, Senador Romero, que nós inviabilizamos a votação do Orçamento.

Na realidade, quero chamar a atenção para isso, para termos uma ideia, e é esse o esforço que estamos tentando fazer para tirar essa matéria dessa contaminação, porque se a gente contaminar – não sei se foi o Senador Inácio que colocou –, se a gente contaminar isso com o ICMS, esquece, porque não vamos para lugar nenhum. Então, na realidade, vamos entrar em uma dificuldade extrema para a gente encontrar uma saída, porque deu para ver, exatamente, a disparidade. O problema do ICMS é um problema extremamente grave, gravíssimo. Dentro das próprias regiões, Senador Inácio, vamos encontrar disparidades, por exemplo, na relação lá no nosso Nordeste. Quando nós formos para a Região Norte, mais ainda. Você tem uma situação do Amazonas com uma situação dos outros Estados.

Então, teríamos que ter aqui a capacidade de entender que, sem essa talvez posição de jogar isso para as calendas, mas separar essa discussão, e até ir na linha do que o próprio Senado decidiu, Senador Raupp, e acho que foi interessante, quando nós votamos o ICMS-Importação, tínhamos claro que, se esperássemos para fazer tudo junto, não conseguiríamos fazer nada. De certa forma, juntando tudo para tentar trabalhar com essa bolsa compensatória, ampliaríamos as distorções.

Por isso é fundamental que tenhamos um olhar com um pouquinho mais de acuidade em cada ponto desse, porque você permite, inclusive, uma mobilização e uma capacidade de participação, de busca dos Estados em resolver os seus problemas, a partir desse elemento separado.

Ontem, por exemplo, os governadores trouxeram algumas ponderações importantes. Esse debate que aqui o Senador Casildo e o próprio Senador Dornelles também já tinham disparado, quando falamos dessa questão do FPE, há duas frentes. Uma é a composição do Fundo. Portanto, temos que discutir qual o instrumento para ampliar o bolo ou definir qual vai ser o mecanismo para travarmos essa discussão. Além dessa questão, Senador Casildo, entra aí aquilo a que chamamos de trava aqui no nosso debate, que V. Ex^a falou, que tem a ver com um passado muito recente. O Governo quando mexe no IPI faz uma isenção, que efetivamente o impacto se dá na ponta, mas é com o chapéu alheio, e principalmente com o FPE.

No ano passado, por exemplo, o IPI representou algo em torno de 5 bilhões, nesse contexto das isenções. Esses recursos saíram de onde? Do bolo do FPE. Ou seja, deixaram de compor esse bolo do FPE. Com isso você vai tendo maior dificuldade para tratar dessas questões.

Não sei se foi o governador do Pará ou de Santa Catarina, ontem, e o próprio Eduardo Campos, chegou e disse: olha, cada vez que você toma uma posição dessa, ou cada vez que você também aporta para cada Estado um volume de despesa, é preciso dizer de onde vem a receita, para você promover. Esse é um caminho que temos que resolver desse outro lado.

Do lado de cá, agora, temos que discutir exatamente como vamos montar a distribuição do que existe. Estamos diante de um problema que é: queremos discutir o aumento do bolo, queremos discutir as travas, etc? Vamos. Mas um problema que está em curso é o seguinte: com o que existe hoje, o que precisamos fazer para não sofrer solução de continuidade? Essa é a diferença e é talvez um pouco dessa angústia para tentarmos votar a questão do FPE.

A primeira premissa básica que buscamos trabalhar nesse processo foi exatamente tentar manter as condições atuais para evitar que nessa transição em que vamos precisar conviver com o outro aspecto adiante possamos corrigir isso exclusivamente dentro do critério da distribuição do que eu tenho. Se por acaso algo for acrescido, como disse muito bem o Senador Dornelles, precisamos ver efetivamente como aumentar esse bolo, mas garantir que até lá, até esse ponto, asseguremos aos Estados quase que zero de perda em relação aos recursos.

Então esse foi o primeiro pressuposto básico que trabalhamos. E trabalhamos com outro pressuposto, que é importante, nessa chamada transição suave, nesse período, que é a ideia de você imaginar em que Estados e Municípios – e nesse particular o FPE só os Estados –, em que cada um se projetou, até levando em consideração a Lei de Responsabilidade Fiscal, e levando em consideração a principal lei que cada Estado elaborou, em 2011, para vigor a partir de 2012, que é o Plano Plurianual.

Esse Plano Plurianual vai até 2015, por isso, Secretário Trinchão, quando imaginamos o período da transição até final de 2015, era na expectativa de você casar com o próprio planejamento orçamentário que cada Estado fez, com a seguinte tese: eu não posso impor a um Estado receber menos nesse período de uma parcela, por exemplo, com que ele já contava. Isso vale para a União, ela utiliza isso como elemento, e vale obrigatoriamente para os Estados. E vale até para outro caminho, Senador Dornelles. Quando vão avaliar as contas dos Estados – o Senador Jayme acho que reclamou que temos que responder a tribunal, não sei o quê –, quando cai a arrecadação pela retirada do IPI ou retirada dos *royalties*, portanto é o mesmo elemento, o Estado responde pelo orçamento. Essa mexida não entra no julgamento nem entra como salvaguarda

ou desculpas encostadas à Lei de Responsabilidade Fiscal. Não tem isso. Não tem. O Estado responde por aquilo que ele apresentou enquanto proposta orçamentária e o fez lastreado no que ele tinha enquanto capacidade de receita.

Por isso que essa trava, Senador Casildo Maldaner, é fundamental. Porque foi com esse montante que o Governador de Santa Catarina fez o PPA dele, e fez o PPA dizendo o seguinte: até 2015 eu vou ter essa expectativa de arrecadação. E aí, consequentemente, ele programa todas as suas despesas, a partir dessa projeção. Então esse é o elemento que buscamos trabalhar.

Essa utilização dos critérios, a chamada promoção do equilíbrio socioeconômico, Senador Romero – e tive inclusive oportunidade de conversar com V. Ex^a várias vezes, aliás até com os Estados do Norte de um modo geral, com cujos representantes também fomos conversando, não só aqui na Casa, até com os secretários de fazenda –, então, o que buscamos trabalhar nessa primeira leva? Essas distorções de PIB e principalmente de PIB quando pegamos a situação dos Estados do Norte do País têm um peso considerável. Porque você tem o caso específico, por exemplo, de população reduzida numa área razoável. Então vocês continuam com as mesmas obrigações de deslocar serviços de saúde, de educação, etc, para todo canto.

Quando o meu amigo Inácio fala da renda... Tem uma coisa, Inácio, que a gente discutiu muito: o PIB e a renda. A melhor tradução de, se no Ceará conseguimos superar os problemas sociais e enfrentar a miséria, tentando reinserir, a única forma mais eficaz de medir isso é se mudou a vida do sujeito, e não essa medida global. É a vida dele do ponto de vista da renda *per capita* domiciliar. Porque aí você faz exatamente essa medida. Vamos ter meia dúzia de milionários, que ocupam ali a Praia do Futuro, etc, mas vamos ter também milhões de pessoas vivendo em condições muito mais abaixo dessa chamada média inclusive que é feita a partir do PIB. Então, quando você faz essa soma e tira o PIB, essa distorção de meia dúzia, joga exatamente o nosso indicador lá para cima. A medida pela renda de cada domicílio traz exatamente o dado a partir da leitura de cada realidade existente no Estado.

Então buscamos compatibilizar isso para dizer: olha, é por isso que uma parcela do FPE tem que ir mais para esse lugar e não para outro. É óbvio que num cenário desse, pelo fato de São Paulo ter uma população grande, também tem bolsão de miséria. Então isso aparece lá por conta do tamanho da população. Mas é atenuado, à medida que você vai e faz outro tipo de leitura em relação a essa renda. Obviamente, também, a renda domiciliar em São Paulo é muito mais elevada

do que no caso do Ceará, Roraima, Rondônia ou Amazonas, que vive uma situação, inclusive, mais delicada ainda por conta dessa questão territorial.

Acho que essas distorções... A gente também tentou trabalhar com esse conceito, projetando o que seria, efetivamente, a possibilidade de encontrar esse ponto de equilíbrio do FPE, de maneira que nós déssemos tranquilidade para atravessar esse período de transição, o que nos daria tempo, Senador Dornelles, para ganhar, por exemplo, esse aumento do bolo, para ganhar instrumentos que não permitam que o Governo possa mexer nesses parâmetros, mexer nesses recursos, fazendo as isenções federais sem a incidência. São elementos que nós não temos como colocar agora nessa matéria, mas nós podemos colocar, à medida que essa transição... À medida que esse prazo corre, nós temos a capacidade até de aprovar em um tempo muito mais razoável do que é o desejo, inclusive, dos Estados – e sei que foi com toda dificuldade, mas o Confaz conseguiu, até de certa maneira, enxergar isso mais unitariamente –, o que foi apresentado pelo Confaz. Então, esse é o terceiro elemento que é importante.

A gente tinha trabalhado com o período de 2015, mas acredito que essa proposta que trouxe hoje aqui o Confaz e que diversos Sr^{as} e Srs. Senadores apontaram... A gente poderia aumentar um pouquinho o prazo, e talvez resolva, também, essa coisa de a gente ganhar um tempo maior aqui, ou seja, elevar para cinco anos, o que significaria tirar do final de 2015 e invadir o período do outro PPA, que deve ser elaborado pelos novos governantes, exatamente no ano de 2015, para vigência a partir de 2016. Daria, inclusive, uma folga já razoável para a gente caminhar para o outro debate.

Pode passar.

Então esses critérios... E aí já vai o primeiro, Senador Dornelles, que acho importante frisar. V. Ex^a nos trouxe uma posição, que nós estamos considerando uma posição razoável: a de buscar ampliar esse equilíbrio na medida em que a gente pode aumentar o número de Estados beneficiados com a elevação do limite – em relação, inclusive, ao aspecto, que V. Ex^a levanta aqui – do limite superior, o chamado 80% da nossa renda domiciliar *per capita*. Isso poderia, inclusive, puxar um pouquinho mais, para a gente fazer uma divisão, levando em consideração a realidade efetiva de como você mudou a vida das pessoas ou fazendo uma leitura mais fidedigna. Então, aumentar esse percentual, permitindo uma melhor leitura dessa renda domiciliar *per capita*, no peso com o outro coeficiente, fazendo com que essa pressão do PIB – tão bem levantada pelo Senador Romero Jucá aqui – sofra certo nível de ajuste, fazendo com que outros Estados possam ter um coeficiente elevado. Então, esta é uma

primeira coisa que estou dizendo a V. Ex^a: a gente tinha trabalhado com 70, mas aceitando já a sugestão de V. Ex^a dessa ampliação.

Pode passar adiante.

Então, nessa tabela, a gente tinha, mais ou menos, mostrado como tinha sido produzida aquela expectativa. Nós vamos ver ali, nas colunas 13, 14 e 15, a possibilidade de manutenção do que seria, basicamente, o repasse dos valores para cada Estado nos próximos três anos. Nós tínhamos feito essa projeção até o final de 2015, com a expectativa do final do PPA. Então, acho que é importante a gente ampliar isso agora, com essa proposta dos cinco anos, o que acrescentaria, nessa situação, mais dois anos. E levaríamos, efetivamente, para o ano de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por aí os coeficientes ficariam quase iguais, praticamente iguais.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Ex^a colocou limite inferior para a população?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Coloquei o limite o inferior para a população. É aquilo que eu mostrei para V. Ex^a, ali, antes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para registrar, Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só que a introdução do limite inferior, na realidade, de 0,02.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para registrar, sem querer botar água na fervura, o caso dos Estados do Norte, menores, continua ruim e piora. Roraima diminui de 2,48 – que já é baixo – para 2,47. O Acre diminui de 3,42 para 3,41. E o Amapá diminui de 3,41 para, no final, 3,37. O que é na verdade uma diminuição para todos os três.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Bote a tabela com 80, aí, para eu mostrar a eles. (Pausa.)

Isso.

O que acontece? Está vendo, Senador Dornelles, nessa tabela, esses Estados do Norte caem bem mais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Também diminui.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu acho que, com o limite que V. Ex^a colocou em relação à população, a condição desses Estados menores melhora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E 0,02. É essa a correção.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, mas até agora nas duas tabelas nós estamos piorando.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, não. Ele vai, por exemplo, o Estado do Acre, com

essa correção que eu estou falando do limite de 2, Senador Romero, ele passa para 3,44 no último ano. Vai para 3,44.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Hoje o Acre tem 3,42. Pela tabela cai para...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não. Com essa correção que eu falei aqui agora, é porque não está ali, mas passaria para 3,44.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Bahia perde.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A Bahia perde.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Bahia está perdendo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O Estado de V. Ex^a, por exemplo, vai para 2,84. O Estado do Amapá vai para 3,42.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – No Amazonas, 2,84.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu tenho a impressão que V. Ex^a ainda não fez nessa tabela a correção do mínimo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isso. V. Ex^a tinha apresentado. Então essa tabela com o mínimo de 2 está aqui. (Pausa.)

Exatamente. Então, na realidade, acho que essa correção ajusta esses elementos e você consegue ter...

Volta para a tabela de 70 para ele ver exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas esse 0,2 é baseado em quê? O que acrescenta? Pegou onde, Senador?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Trabalha-se com o limite. O limite que a gente estava trabalhando, ali, nesse caso, é o limite de 7%, quando se trabalha ali essa proporção do redutor. E ainda há uma proposta, que foi apresentada aqui pelos secretários do Norte – basicamente no caso do Amapá, Roraima – que é a ponderação do rateio, como critério, dos 10% do PIB. Portanto, o que puxa, por isso que eu dei esse valor um pouco mais acima, você traz essa realidade do PIB nacional, o que efetivamente puxa os valores do Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas. E o seu valor inclusive original era de 2,7 e ficaria acima, por exemplo, – esse é o valor hoje atual, 2,79 – ele iria um pouco para cima de 3 pontos percentuais. Então modifica com essa correção envolvendo aí a tabela utilizando essas ponderações que foram feitas durante, aqui, a apresentação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu vou ponderar que, na verdade, com essa tabela, mesmo com essa correção, o Acre e Roraima ficam numa situação ainda bastante complicada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não sei se o pessoal tem a tabela dos valores, para eu mostrar para o pessoal...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu entendo que, como 85% da distribuição é para a Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, se a gente olhar aqui, a gente vai ver que poucos – muitos poucos, talvez dois ou três Estados só, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste – estejam abaixo de 3, eu acho que a nós deveríamos ter, pelo menos, um piso do coeficiente de 3, para esses Estados do Norte e do Nordeste, como piso mínimo, para que pudesse se ter, efetivamente, uma melhoria, uma distribuição, pelo menos uma base. Quem ficaria fora disso? Ficaria Amazonas, que é 2,84; Goiás, 2,83; Roraima; Mato Grosso do Sul...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, mas Paraná não entra nessa discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Dornelles, deixe-me projetar para ele ver com 2 e 80 agora. Eu fiz aqui, agora, e já dá para projetar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Walter, eu cheguei agora. Infelizmente perdi boa parte. Mas, V. Ex^a fala de propostas que foram encaminhadas pelos Estados através do Confaz – creio que seja isso. Nenhuma delas, vindas do Norte, leva em consideração, ou reivindica também, o critério ambiental, incluído nesse rateio do FPE?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, porque, na verdade, Senadora, a gente fez uma discussão, inclusive, sobre essa questão, porque, aí, nós temos problemas para fazer essa chamada transição. Então, na realidade, a gente buscou fazer a distribuição mantendo os mesmo valores e mexendo nesse critério, sem envolver mais essas questões – tanto ambientais, ou até outro tipo de relação da utilização territorial. Porque aí nós não encontraríamos efetivamente a possibilidade de fazer essa transição do FPE. Esse elemento se encaixaria também no outro que nós falamos aqui antes, que são as mudanças mais de conteúdo para a composição do fundo. Dentre elas, inclusive, acréscimo, introdução de outras receitas. Então, não caberia nesse projeto, agora...

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...a gente tratar disso. Hoje, nós estamos tratando muito das condições para distribuir efetivamente o que nós temos. Como a partir desse bolo, sem a introdução de critérios que possam remunerar ou aumentar esse bolo, mas distribuir efetivamente como ele tem, buscando manter de todas as formas os valores que os Estados recebem, hoje, enquanto FPE. Então, é por isso que a gente fez como regra de transição, permitindo que

o Congresso Nacional possa mudar essa regra, ou acrescentar, através de outras posições, dentre elas a própria questão territorial, a questão ambiental, essa questão da utilização.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A partir de 2015?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A partir de... Nós temos proposto 2015. Hoje chegou uma proposta aqui para a gente avançar um pouco mais, em mais dois anos, e deixar em uma transição de cinco anos, para permitir que a gente, inclusive, tenha condição de, em conjunto com esses outros elementos, produzir aí outra cesta – poderíamos dizer assim – de recursos para distribuição do FPE.

Deixe-me só colocar a tabela com 0,2, Senador Dornelles, que, a partir dessas alterações que são importantes... *(Pausa.)*

E era bom que o pessoal pudesse mostrar aí a tabela de valores, aquela projeção de valores. A gente tem trabalhado muito, Senador Romero, para assegurar exatamente os valores recebidos, obviamente, com as devidas correções, que os Estados têm a partir de hoje. Portanto, mantendo aquela tese que foi aqui já falada, inclusive, pelo próprio Secretário Trinchão, em relação a uma espécie de piso para que os Estados possam ter a tranquilidade de cumprir aí o seu orçamento, recebendo esses valores de piso da transferência do Fundo de Participação. Se o pessoal não conseguir colocar, acho que a gente tem essas tabelas aí. Nós tínhamos projetado, por exemplo, a estimativa 2012, 2013, 2014, 2015, com essas variações.

Então está aí, Senador Dornelles, usando agora os 2%. Olha lá o que eu tinha falado antes: o Acre vai para 3,44; no caso o Estado de Rondônia vai para 2,83; o Estado de Roraima, 2,52, quando você faz essa variação com 80% do redutor e trabalha com o mínimo de 2%. Então, esse é o ajuste, Senador Romero, que a gente faz exatamente entre a questão da proposta que foi feita pelo Amapá: a gente tentar utilizar mais ainda, reduzir um pouco essa carga de PIB e tentar introduzir o elemento, principalmente, da renda domiciliar, buscando fazer esse equilíbrio. Nós entendemos que há outro elemento que talvez possa ajudar aí, Senador Dornelles – V. Ex^a é uma das pessoas que pode contribuir bastante com essa questão –, que é a gente ter a capacidade de imaginar, por exemplo, a questão dos *royalties* e dos outros repasses.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Exatamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Aí ele ajudaria mais ainda nessa proposição. Então,

se V. Ex^a concorda com isso, eu tenho a impressão que isso ajuda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Que aí ajuda bastante para que a gente tenha a condição efetiva de...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Walter.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Walter Pinheiro, um minuto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu vi que V. Ex^a colocou...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Após a fala de V. Ex^a, após o seu relatório, eu abrirei a oportunidade para outros Senadores que queiram falar. Então, vamos deixar o nosso Relator terminar o seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, mas deixa o pessoal ir fazendo a intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pode ser também?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pode, pode.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu senti no relatório do Senador Walter Pinheiro, que a questão da trava da questão da caução é uma questão muito presente, porque, na verdade... E o Relator frisou fortemente. O PPA programa – até situa o Estado de Santa Catarina – para 2015 e, aí, se o Governo Federal altera lá adiante os seus programas de IPI para beneficiar setores daqui ou de lá, cai. Quer dizer, essa cunha, essa segurança... Uns entendem que o que se pode fazer é barrar agora. Outros entendem que tem de ser por emenda à Constituição. Senti no Relator de que, nesse momento aqui, não entraria. Ontem os governadores colocaram ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado essas preocupações. E, por parte do Presidente da Câmara, e da Mesa do Senado, há quase que um compromisso de tentar buscar o entendimento. Se nós não buscarmos uma saída para assegurar isso, vai ser bem complicado. Vai ser complicado. É uma preocupação. Vamos supor que não haja o entendimento. Como é que nós vamos dar essa garantia de uma série de estabilidade dos orçamentos elaborados pelos Estados para ter uma sequência até 2015? O PPA é programado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Deixe-me ouvir o Senador Cássio aqui, porque aí eu aproveito e já respondo...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não, é só para solicitar que mantenha na tela a sua proposta. Como foram feitas várias simulações,

termina gerando uma confusão. Mas deixe na tela a proposta que está sendo defendida por V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pronto. Tranquilo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Para que a gente possa visualizar com mais tempo, com mais calma

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Deixe-me botar, inclusive, a proposta com valores, Cássio. Acho que é interessante, porque aí a gente trabalha também com os elementos dessa preocupação que o Senador Casildo levantou aqui agora.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Qual é a possibilidade efetiva que você tem da garantia desses valores. Obvio que a preocupação dele reside em outra coisa. Tudo bem, eu estou projetando esses valores. Mas, aí, o que ele defende é que nós teríamos de ter, na outra posição, a aprovação de uma matéria que garanta uma espécie de trava, porque, aí, nas próximas isenções de IPI a gente não sofra arrecadação. O que eu estou insistindo é que essa operação, por exemplo, eu não tenho como fazer nessa peça aqui, nesse projeto de lei. É importante lembrar isso.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Se me permitem... Existe inclusive propostas em tramitação, Presidente, com sua anuência, visando coibir a prática – que não é de hoje, justiça seja feita – de isenções, sobretudo, do IPI e, eventualmente, do Imposto de Renda que compõe exatamente o Fundo de Participação por parte do Governo Federal sem que compensações sejam feitas. É importante que esse tema esteja sendo debatido de forma conjunta ao critério de redistribuição.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Aí eu é uma parte, Senador Cássio. Eu estou sentindo, por parte do Relator, que nessa proposta, nesse projeto que ele está elaborando, não há como amarrar. Se não amarrar aqui, vai ficar uma coisa solta. Aí os julgadores vão ficar preocupados. Os Estados vão ficar preocupados. Se não há uma maneira, se não há uma amarração nisso, vai ficar um pouco complicado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas eu não tenho como fazer nesse projeto de lei, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas e qual é a saída?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Mas não tem por uma recomendação do Governo? Sejamos francos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não. Porque na realidade nós teríamos que alterar...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Porque ter, tem. Apenas compreenderemos, claro, as dificuldades políticas que V. Ex^a tem...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Não, não, não. Não é isso.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– ...se houver uma recomendação do Governo nesse sentido. É natural que isso aconteça.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só

porque é diferente. Nós estamos fazendo uma proposta, Cássio, é diferente. Olha só. Não é nem por nenhuma dificuldade de relação com o Governo. Até cheguei a conversar isso com o Senador Eunício ontem, que está inclusive preparando uma proposta de emenda à Constituição, que acho importante, porque você faz a alteração da distribuição do bolo, inclusive da alteração deles. Então, é, na realidade, Senador Cássio, impedimentos do ponto de vista exatamente do instrumento de fazer isso. Isso caberia mais... Por isso, nessa transição, ganharíamos tempo, tranquilamente, até este ano. O Congresso Nacional, se tiver essa disposição, neste ano inclusive, já aprova a proposta de emenda constitucional tendo todas essas condições para aumentar, para travar, para determinar o que retira e o que não retira, o que seria exatamente possível fazer nessa emenda constitucional.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB –

SC) – Essa preocupação tem que estar presente. Tem que haver um pacto nisso, porque senão fica difícil.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –

Deixa-me só fazer uma pergunta, Walter?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Diga. Parece-me que o Trinchão quer falar ali.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pri-

meiro nunca podemos esquecer que estamos tratando de uma matéria por um jeito esquisito: uma decisão judicial coloca para o Congresso Nacional a necessidade de se ter uma regulamentação que obedeça a determinadas regras para poder não ser considerada mais inconstitucional. Tinha uma situação que era considerada inconstitucional. Sorte que o Governo não anulou. Deu um prazo para que pudesse regulamentar.

Na última tabela apresentada, o que vejo de importante nela? Na verdade, a variação fica muito pequena, e isso é bom! Ninguém pode ter uma expectativa de que o resultado dessa votação seja um ganho extraordinário para esse ou para aquele Estado, pelo contrário, a rigor, permanecer onde estava era o patamar. Tiveram os quatro Estados que recorreram no Supremo, mas estou dizendo que são 27 no total.

Ontem, estive conversando com vários Governadores. Na hora da apresentação, foi dito, tanto aqui pelo Trinchão quanto tinha sido dito ontem, que não

havia um consenso. Não havia um consenso porque tem várias propostas, mas acredito que, se tiver algo que fique num patamar e que não se tenha mudanças bruscas, é o melhor caminho que a gente tem para aprovação. Qual é o receio de quem é Governador, de quem está na Secretaria da Fazenda? É que a gente tenha uma alteração brusca que possa causar um impacto maior. Foi toda essa discussão que tínhamos aqui em relação aos *royalties*.

Então, o que eu queria chamar atenção e perguntar é: nesse formato, do ponto de vista de toda a discussão da tese da inconstitucionalidade, temos segurança ao aprovar de não ter mais as regras? Segundo, quem faz a atualização, quem está sendo apontado para fazer atualização, ano a ano, após esse período que já está estabelecido?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Senador Dornelles, queria que V. Ex^a tivesse dois minutinhos só. Não sei se V. Ex^a não pode, mas seria importante.

O SR. CLAUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS –

São dois pontos. Falando aqui agora não como coordenador, mas de um Estado do Nordeste que tem os piores índices, como é sabido por todos, quando vejo uma proposição em que Bahia, Paraíba, Ceará, Estados que têm os piores índices, têm algum tipo de perda e, em contrapartida, São Paulo, Rio Grande do Sul têm ganhos, fico preocupado. Entendo perfeitamente as preocupações dos representantes dos Estados do Norte, somos solidários. Esses Estados já estão em situação extremamente complicada, debilitados financeiramente, muito abaixo da média. Então, temos que ter isso sempre em mente, sempre em foco. Não podemos fugir disso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Es-

tamos falando de 30 milhões de São Paulo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares.

Bloco/PSB – SE) – Use o microfone Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – ...São Paulo fala de 495 para 602, que ganho é esse?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Essas tabelas, Senador Cássio, quando V. Ex^a fala do original... Na realidade, o que a gente buscou? Esse é o espírito daquilo que V. Ex^a se referiu aqui. A ideia dessa matéria aqui é atender a essa demanda dessa questão da ilegalidade, preservar a receita dos Estados, portanto, é a manutenção do piso, para não provocar prejuízo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB –

SC) – Como amarrar isso?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso aí, Senador...

Agora, na outra questão que envolve a isenção de impostos ou o acréscimo desse bolo, esse projeto de lei não pode mexer nisso. Por isso, é importante outra peça. Vamos ver a projeção desses recursos. Se pegarmos o valor que cada Estado recebe hoje e projetá-lo – e estamos usando o crescimento real de arrecadação, Senador Casildo, em torno de 1,5... Não estou usando mais do que isso. Estou trabalhando com 1,5 de incremento de arrecadação, o que seria uma média, tomando como relação uma inflação de 5,5% e fazendo a projeção. Então, a ideia era pegar exatamente esse piso e assegurar que os Estados não tenham uma receita menor que essa. Por isso, isso é uma transição. Se vamos aumentar de um, se vamos diminuir de outros, esses elementos terão que ser construídos nesses próximos 5 anos.

Essa seria a ideia principal, Senador Dornelles, para tentarmos contribuir.

Quando fazemos aquela variação do percentual, o redutor, de certa forma ainda vamos preservando essa possibilidade de se ter o piso consideravelmente...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendi de V. Ex^a a preocupação de assegurar, de ter patamares. O esforço é extraordinário. Buscado esse entendimento e essa transição suave, conforme expressão usada, não sabemos, daqui a um ano ou dois anos – e está levantando o Senador Eunício, que é o Líder da nossa Bancada inclusive – e temos que ver. Os Governadores estão nessa expectativa. Há um compromisso do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado de encarar com carinho isso. Vejo, então, que, para amarrar essa exposição, fechado esse pacote suave, tem que ser por uma PEC. Teremos que buscar o entendimento entre os líderes e o Presidente da Câmara e do Senado para votar essa PEC este ano, nos próximos meses, porque, se não tiver esse compromisso firmado, vai ficar uma insegurança, porque daqui a pouco vem uma isenção de um setor da política nacional, que o Governo entende que tem que proteger, e essa isenção vai mexer na programação dos Estados, no IPI ou no Imposto de Renda. Isso vai acontecer porque é preciso, não sei se daqui há 10 meses, e a programação vai furar.

Então, precisamos logo de um entendimento. Se houver conciliação, vota-se, até para assegurar uma trava, uma caução. Se ficar para buscar o entendimento de uma compensação, para fazer encontros, para ver isso, ver aquilo, para emprestar o dinheiro do BNDES, fica difícil. Não dá. Acho que tem ser essa garantia.

A palavra do Líder seria fundamental para começarmos a tranquilizar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, meu Presidente.

Só para dizer para o Senador Casildo que vou chamar, na próxima terça-feira, às 15h, a Bancada do PMDB para apresentar essa PEC à Bancada. Vamos pegar as assinaturas até terça-feira para, na própria terça-feira ou quarta-feira, apresentar essa PEC. Conversei com o Relator, Senador Walter Pinheiro, que concorda com essa ideia, com o secretário de finanças do meu Estado, com o Governador do meu Estado, com vários outros Governadores, inclusive o Governador Eduardo Campos, Governador Cid Gomes e vários outros Governadores que estavam presentes à nossa reunião, no sentido de que é preciso dar um basta nisso. Somos a favor dessa questão de desoneração, não somos contrários, mas não se pode criar sempre expectativas negativas para os Estados, fazendo daqui para lá, sem ter a contrapartida.

Então, há um compromisso da Liderança do PMDB, obviamente com anuência do meu Líder Dornelles, de procurarmos esse entendimento dentro de todo o bloco para apresentarmos essa PEC e para que ela caminhe o mais rápido possível para ficarmos tranquilos em relação a essa questão, porque impossibilitado está o Senador Walter Pinheiro de nos atender nessa demanda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Eunício, a sua PEC se refere a compensações nas contribuições sociais?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Eunício, entendo que, para mudar os percentuais do Imposto de Renda e do IPI destinados aos fundos, é necessária uma mudança constitucional, mas nada impede que, mesmo por lei ordinária, se estabeleça que o percentual da Cofins e do lucro líquido seja destinado aos fundos.

É só essa a ponderação que gostaria de fazer.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Mas o art. 159 da Constituição, pelo menos é o que a Consultoria da Casa me informou – pedi uma nota técnica, que está sendo preparada... Há a necessidade de se fazer uma PEC, se apresentar uma PEC, para alteração do art. 159, para dar proporção e mudança de patamar. Essa é a posição da assessoria. Há uma definição e uma posição clara e objetiva do Senador Eunício Oliveira. Obviamente, vou convencer nossa

Bancada, na próxima terça-feira, e os líderes para apoio desta matéria, que é de extrema importância e relevância para o Estado brasileiro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso oferece segurança.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, esse debate está sendo feito por todas as Bancadas. V. Ex^a lidera, além do PMDB, um conjunto de outros partidos. No nosso caso, temos o nosso bloco. O Gim Argello, outro bloco.

Temos muitas propostas aqui e não conseguimos fazer andar. Acho que o que V. Ex^a está abrindo é um debate. Esse é que é o centro do debate. Aqui, no Fundo de Participação, a expectativa é de não alterar muito para não causar embaraço – É faca na garganta mesmo! –, e temos que caminhar para isso. No ICMS, acho que temos que abraçar, porque há uma coisa fundamental que é o crescimento do País, é ter facilidade para o empreendedor. Acho que esse ponto temos que abraçar.

Ouvi, ontem, a proposta dos Governadores. Em vez de estarmos puxando isso para o Fundo de Participação – e V. Ex^a falou uma coisa em *off*, como dizem os jornalistas, e quero deixar pública... Acho que o grande debate é, se eu não tenho mais o ICMS, até porque perdeu eficácia para uma política de atração de investimentos, o que eu vou ter no lugar? O Governo apontou o fundo. Nesse ponto, concordo com V. Ex^a, 25% de orçamentário. Esse é que é o fundo mesmo! Atração de investimentos via empréstimo não é atração. Isso a empresa já tem. Compreende?

Avalio que temos que trabalhar nesse ponto. Se sou governador de um Estado e tenho um orçamentário – fui por duas vezes – e chega uma empresa... Aliás, hoje só estão indo para os Estados empresas que já vão mesmo. Elas metem a faca na garganta do Governador e do Secretário. Elas já vão para lá, mas querem ir sem pagar impostos. Trazer uma empresa que interessa ao Estado não é fácil, pela disputa que há hoje dentro do Brasil, mas, se eu tenho um dinheiro para poder participar da capitalização da empresa... É um investimento de 100 milhões? É, e o Estado tem 40 milhões para poder entrar. Você entra com 60 milhões e o Estado, com 40 milhões. A empresa pensa: vou ter que fazer um financiamento? “Eu banco os encargos deste financiamento.” Quanto é o encargo? Para um financiamento de 1 bilhão, o encargo é 100 milhões. “Tenho dinheiro para bancar esse encargo.” Assim, a empresa vem. “Tenho dinheiro para fazer a estrada.” “Tenho dinheiro para fazer uma subestação de energia.” Assim, você atrai, é diferente. Tanto moti-

va as empresas existentes no seu Estado como você atrai novos investimentos nacionais e internacionais. Esse é o centro do debate.

Ontem, fiquei sentindo uma ausência muito grande da posição dos Governadores sobre o principal ponto, que é esse do ICMS, que interessa ao País. Isso interessa ao País. Este País, se quiser ter condições de crescimento no longo prazo... Um governo daqui a pouco passa. Daqui a 10, 15 ou 20 anos, quem é que vai estar governando? Ninguém sabe. Então, independentemente de governo.

Eunício, esse é o ponto, e vamos estar juntos trabalhando. É um debate que V. Ex^a começa pelo PMDB, mas vale a pena sentar, inicialmente, esses 3 blocos, para negociar com a oposição, porque é uma pauta do País o que V. Ex^a está levantando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eunício; depois, uma breve consideração final do secretário Claudio Trinchão; e, encerrando, Senador Walter Pinheiro.

Senador Eunício.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Antes de o Senador Eunício falar, quero insistir, Senador Eunício, Senador Wellington e Senador Casildo, no fato de que a nossa proposta não pode, de forma nenhuma, e até falei com o Senador Romero aqui e ele disse para elevar o piso... A ideia é exatamente manter o piso que todo mundo tem. Na medida em que faço essas alterações bruscas, deixa de ser uma proposta de acordo. Se eu botar o Estado da Bahia para crescer e tirar do Ceará, não vai dar, e vice-versa idem.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a teve a nossa anuência desde a primeira vez que apresentou o pré-projeto.

A essa questão que o governador e Senador hoje Wellington Dias levanta, é preciso ficarmos muito atento. Não queremos fazer novamente esse debate, como se fosse uma guerra fratricida entre Estados brasileiros. A questão do ICMS caminha para algo muito mais dramático do que aconteceu com a questão dos *royalties* de petróleo, que devia ter sido negociado lá atrás e não aconteceu. Alertei, e inclusive estou dizendo publicamente aqui, no privilégio que tive com a Presidente Dilma, Sua Excelência sobre essa questão do ICMS.

Hoje, fala-se na chamada guerra fiscal, na isenção fiscal dos Estados brasileiros, dos Estados mais pobres do Brasil, mas todos nós sabemos que, além do fosso social, há um fosso enorme da questão de desigualdades regionais, e todos nós temos que ter compreensão disso, mesmo os que nasceram nos Estados mais favorecidos, mais ricos do Brasil, como São Paulo e outros Estados brasileiros. O que acontece hoje, para deixar bem claro – e sei que os Sena-

dores sabem disso, mas talvez o telespectador não –, é que, quando se fala em guerra fiscal, o Estado que está dando a isenção está dando a isenção dos impostos que cabem ao Estado. Ele não está desonerando absolutamente nada que seja da União. Ele não tira um centavo dos Municípios do Estado dele. *(Pausa.)*

Não, meu Estado não retira. Meu Estado faz 75% de isenção, que é o que cabe ao Estado. Falo do Estado do Ceará – posso falar por ele. Em 25% as empresas não são desoneradas, porque não cabe ao Estado. Esses 25% são dos Municípios. Quando se instala uma empresa no meu Estado, além do meu Estado ganhar oportunidade de trabalho, de emprego, de formação de mão de obra, de ocupar pessoas para que não migrem para outros Estados brasileiros, essa empresa que lá se instalou paga 25% do percentual de ICMS para os Municípios do Estado. Não há isenção de 100%, no meu Estado pelo menos. Posso falar por ele. Se o Município do meu Estado, e sou municipalista, sou medalhado municipalista...

Toda empresa que vai para lá recebe 75% de isenção, que é dele, do Estado, diferentemente do Governo Federal, que faz aqui a isenção. As chamadas contribuições não entram no bolo, e isso não foi fruto do governo Lula ou do Governo Dilma, mas do governo passado. Criaram-se as contribuições, e nessas contribuições não se compõe o bolo do FPE e do FPM, que é a nossa proposta de mudança. Por que isso? Se igualarmos pura e simplesmente o ICMS a todos os Estados brasileiros, faço uma pergunta aos senhores. O legislador original fez a questão do bolo, da divisão do ICMS, e estabeleceu que, quando o Estado que manda a mercadoria, por exemplo, o Rio de Janeiro, que você tanto ama, manda uma mercadoria para o Estado do Ceará, manda com 7% e que, quando o Ceará manda para o Rio de Janeiro, porque é um Estado pobre, que tem dificuldade de produzir, manda com 12%. Quando nós igualarmos isso aqui e disserem que tem um fundo que compensa, não vamos nos enganar. Não existe fundo! Não existe fundo constitucional nessa história. O que existe é uma proposta para 25% ser do OGU, o que é sempre uma dúvida, todos nós sabemos. Nós aqui lidamos com o Orçamento e sabemos que dificilmente conseguimos liberar uma emenda de bancada para um Estado mais pobre do Brasil, e muito menos para um Estado mais rico.

Agora, como é que se cria um fundo com 75% de empréstimo? Qualquer empresa brasileira que tenha certo suporte para se instalar como empresa grande, vai se instalar em qualquer Estado brasileiro, e o BNDES vai financiar 75%, como o Banco do Nordeste financia até 80%, como o BNDES às vezes financia até 90% do capital que ele vai empregar de financiamento, nessa

empresa, a juro de mercado e do BNDES. Então isso não é fundo, é empréstimo.

A empresa que vai receber o empréstimo para se instalar em São Paulo, que está perto da mão de obra, que está perto do fornecedor, que não tem transporte para levar matéria prima, por exemplo, para o Ceará, e para trazer do Ceará, se não tiver uma forma de incentivo, não vai se instalar em nenhum Estado distante do Brasil, vai se instalar onde é perto.

Eu já não atuo mais no ramo empresarial. Mas, na época da empresa, ter uma empresa de transporte de valores em Teresina, no Piauí, na terra de Wellington Dias, é diferente de ter uma empresa que vai transportar valores em São Paulo. É muito diferente.

Então, nós não podemos pegar e dizer: vamos igualar todos agora, porque o Brasil é todo igual. Não é verdade. O Nordeste brasileiro, da forma como estamos levando a questão do ICMS, da forma como está posto, não resolve o problema. Cria um grave problema de ampliação de desigualdades regionais. E eu quero que alguém me convença do contrário.

E os governadores... Pelo menos o do meu Estado não desonera dinheiro alheio. Ele desonera o ICMS que é do Estado nosso e recebe 25% para distribuir para os Municípios.

Então, Sr. Presidente, diferentemente do que faz o governo central, que desonera o que é nosso, o que é do Estado, que desonera o que é do Município, sem a devida contrapartida, o meu Estado, ao fazer desoneração do ICMS, não faz guerra fiscal, ele distribui algo que é importante, para levar empresas para lá para gerar emprego e para gerar renda e dar oportunidade aos Municípios de ter também um dinheirinho para pagar as suas contas.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar, agradecendo a paciência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar para o coordenador do Confaz, Claudio José Trinchão, devo dizer que há um espaço grande, Senador Wellington, para negociação, para discussão.

Na reunião com os secretários de Estado, com a presença do Secretário Executivo Nelson Barbosa, ficou muito claro que os Estados pedem mais segurança naqueles fundos. Ficou claro também que há que se reforçar esses fundos. A discussão de 75, financiamento, 25, OGU, o que dá para avançar, o que dá para mudar? Como tornar esse fundo de desenvolvimento regional uma coisa mais robusta?

Então quero só dizer, vou passar para o Senador Cássio Cunha Lima, que quer fazer uma breve...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É um aparte sobre os fundos, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedo a V. Ex^a. Mas só queria antes dizer o seguinte, nós que estamos lá na Presidência da CAE, Senador Eunício, Senador Cássio, essa negociação vai se intensificar muito nessas semanas. O que pudermos fazer para colocar todas as posições... Eu sei que a posição do Ceará tem sido uma posição muito firme nisso. Eu acho que o nosso papel é tentar mediar o máximo junto com o Ministério da Fazenda.

Então eu queria só dizer a V. Ex^a, como Senador do Ceará, e aos outros Senadores da região, que nós vamos fazer um grande esforço para tentar chegar ao máximo de entendimento com o Governo Federal e com o Ministério da Fazenda.

Saibam que a Comissão de Assuntos Econômicos vai ser parceira na construção desse diálogo e desse consenso.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É uma observação muito rápida, Presidente Lindbergh, para que V. Ex^a fique atento, e como Presidente da CAE terá um papel muito importante nesse debate, além de todos os outros nos quais a sua participação tem sido destacada, que para quem já foi governador, como eu fui, quando se fala em fundo de compensação de qualquer perda de receita, dá um arrepio. Dá um, porque, infelizmente,...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Lei Kandir.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A Lei Kandir é o grande exemplo. Foi vendido a todos os governadores do Brasil que era preciso desonerar as exportações. Todos nós concordávamos, eu não era governador ao tempo, mas acompanhei isso de perto, e o fato é que nunca, em tempo algum, a Lei Kandir compensou as perdas que foram registradas pelos Estados. Nunca!

Em alguns Estados, como é o caso do Pará, essa conta hoje fica quase que impagável. A Paraíba não é um Estado fortemente exportador. Em alguns momentos, tivemos que desembolsar do Tesouro estadual para honrar os compromissos que deixaram de ser honrados pela Lei Kandir.

Portanto, no que depender do meu voto, como um modesto Senador que sou, não há hipótese de aceitar qualquer mudança no ICMS cuja compensação seja apresentada através de fundos, porque isso não funciona, infelizmente, no Brasil. E muito menos por empréstimo.

Como é que você pode imaginar que você tira instrumentos de desenvolvimento dos Estados e, para compensar a retirada dessas ferramentas, você oferece crédito bancário, como está acontecendo hoje, de

forma muito preocupante, com as desonerações que o Governo Federal vem fazendo.

São medidas macroeconômicas importantes, ninguém discute a necessidade delas, mas o efeito, a médio prazo, que está sendo provocado é extremamente danoso. Por quê? A matemática é simples, não é preciso ser economista para entender. Ao tempo em que você deprime a receita dos Estados, para compensar essa diminuição de receita o governo vem oferecendo dinheiro emprestado. Ou seja, tira do Estado aquilo que lhe pertence e aumenta o seu endividamento. É óbvio, é claro que a curto, a médio prazo, essa conta não fecha.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, só pela ordem.

Eu entendi o espírito do Líder e a preocupação do Cássio. Eu acho que Eunício foi... Dá para tirar ideia da reunião da próxima terça-feira, de apresentar uma proposta, uma emenda. E se houver entendimento, o Wellington é o Líder da bancada do PT, inclusive, aqui no Senado, eu acho que se se caminhar nessa direção de dar segurança, e eu vi os instrumentos, como a Cofins, de amarrar, se se mexer para beneficiar o IPI ou o Imposto de Renda de um setor nacional, compensa amarrar ali. Ou na distribuição da COFINS. Que vá também na distribuição para os Estados, na composição do FPE. Talvez seja a modalidade de criar. Oferece tranquilidade. É a maneira de fazer, Presidente, porque o fundo de compensação vai ser um rolo, vai ser uma loucura.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington, só para encerrar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já que nós temos aqui o Walter, o Delcídio infelizmente não está aqui, que é o outro relator, veja só: de tudo o que nós temos conversado, para ficar claro aqui, em relação ao fundo de participação é isso, é uma tabela que não tenha grandes alterações. Está de parabéns aqui o relator, que está chegando a essa mágica a que eu mesmo não imaginava que um dia pudesse chegar.

Segundo, ICMS. É o interesse do Brasil. Tem que haver os três níveis de governo: União, Estado e Município. O que se está colocando aqui é que lá atrás a proposta original era com três faixas. Eu acho que esse é um caminho que tem que ser trabalhado, 4%, 7%, Norte/Nordeste, mantendo os 12% do Amazonas. Eu acho que o Amazonas, no futuro, vai discutir o que vai fazer com esses 12%, pela realidade tributária que vai ficar. Mas esse é o caminho inicial.

Segundo, fundo. Para o fundo de compensação, aí acho que Eunício tem razão, é preciso ter uma regra,

por causa do que ficou da Lei Kandir. Tem que haver uma regra com a qual fique todo mundo se sentindo seguro.

Tem que alterar a Constituição? Qual é o problema em fazer com regra constitucional? Quer pagar? Quer. Qual é o problema de ser lei ou de ser regra constitucional? Faz-se com regra constitucional, porque todo mundo se sente seguro.

Sobre o fundo de desenvolvimento, meu Líder. Veja, os governadores apresentaram ontem uma proposta, Walter, de 26,5 das contribuições. É peso pesado, como se diz. Mas veja, para dar o fundo, para dar, saindo de 4 para os 16 que estão colocados, para colocar esses 12 a mais em relação a toda a contribuição, não dá mais do que nove pontos percentuais nas contas que eu faço, não dá mais do que nove pontos percentuais, entre oito e nove pontos percentuais das contribuições. Bem mais barato do que os 26,5 que foram apresentados ontem.

E com isso acho que todo mundo se sente tranquilo. Um fundo constitucional de compensação, um fundo constitucional de desenvolvimento, com o orçamento apontando a fonte, eu acho que chegamos a esse entendimento aqui e a essa diferenciação da lei.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador Wellington, eu acho que a ponderação de V. Ex^a e do Senador Cássio Cunha Lima é muito pertinente, o relator também é o Senador Walter Pinheiro, há que se passar segurança desses fundos.

A história da Lei Kandir está muito presente e vamos agora, para concluir, Senador Walter Pinheiro, passar para o Trinchão, que é o coordenador do Confaz, por três minutos, e, depois, para Walter Pinheiro, por mais três minutos, para encerrar.

O SR. CLAUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS – Tentarei ser breve. Só quero pegar o gancho das colocações do Senador Eunício e do Senador Wellington. Nós precisamos realmente colocar a questão do fundo constitucional.

Do fundo de exportação, nós recebemos algo em torno, nos últimos anos, de 12 ou 13%, no final do exercício seguinte, em quatro parcelas, e, no último ano, com atraso. Não há orçamento que suporte. O Estado que é exportador, que fica na posição intermediária, acumula crédito. O Estado do Maranhão chegou a acumular 1 bilhão de crédito proveniente do Pará, de minério de ferro que vem do Pará. É uma lógica absurda. Nós fizemos um trabalho e conseguimos diminuir significativamente esse valor, mas com um custo muito alto para o nosso Estado.

Mas vamos voltar aqui ao FPE. Eu queria parabenizar a iniciativa das três comissões e especialmente parabenizar o trabalho do Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter, V. Ex^a tem sido um mágico. O que V. Ex^a está conseguindo é uma mágica, está conseguindo conciliar o bom sendo, a coerência, tendo a sensibilidade de captar todos esses fatores, que são muitos, e produzir uma legislação que eu creio que vá atender os interesses pelo menos da maioria dos Estados. A unanimidade é impossível. Disso nós temos certeza.

Não vou me alongar, mas gostaria de apenas deixar uma frase aqui no ar, que deve permear todas as discussões desses sistemas federativos. Eu recebi ontem essa frase. A mais clássica definição de Justiça é a de dar assimetrias aos assimétricos. Nós vivemos em um País de distorções, de realidades distintas, e os senhores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS – Exatamente. Então, senhores, vivemos num País de realidades distintas, os senhores têm um papel fundamental, e eu sei que os senhores têm sapiência e bom senso para corrigir essas distorções.

O FPE é um desses temas que podemos corrigir, conciliado com a reforma do ICMS.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu só pedi, Senador Lindbergh, para deixar outra agonia. Coincidentemente até, o sujeito que vai lidar com essa agonia do fundo do ICMS é este que vos fala. Então peguei o meu HDzinho aqui na cabeça e dei uma separada, disse: cuide do FPE, guarde o outro lá, vazio, que daqui a pouco você cuida do fundo.

Então, é para ir armazenando as informações para não dar *tilt* aqui na cabeça. Até porque eu sei que essa engenharia não é fácil. E aí, Senador Cássio, quando insisto no objeto central desse nosso projeto, ou trabalhamos, aqui no Senado, com a tese de que nós vamos fazer essa transição garantindo o mesmo patamar para os Estados ou vamos entrar numa guerra.

É o que eu estava dizendo ao Romero. Ele veio falar comigo aqui: Dê uma puxadinha para cima. Eu disse: mas aqui não dá para fazer gol de mão. Não tem jeito, não tem como. Se eu der uma puxadinha para um, essa puxadinha tem que sair do fígado de outro. Não tem jeito. Não tem saída. Para manter a Paraíba com os 4,79, eu tenho que manter lá, fazer todo o esforço para manter Roraima no 282. Na medida em que vou lá e subo, o cara diz “ah, mas é só zero vírgula...” O

“zero vírgula”, meu irmão, aqui, vai... Eu estou falando no “zero vírgula” em relação a 27. Aí... Cada zero um...

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Setenta bilhões no total.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É mole?

Então, assim, não é...

Esse foi o esforço que a gente buscou... E aí eu quero, mais uma vez, ressaltar o apoio que a gente teve do Confaz, a compreensão nessa construção, para a gente tentar exatamente encontrar essa alternativa. Não é fácil você... Por isso que a gente traduziu para valores, está tentando equilibrar.

Então, o que os Estados vão ter que ter é o seguinte: ganho no FPE nós podemos ter em outra matéria; aqui é como eu distribuo hoje o que tem mantendo exatamente as mesmas condições que todo mundo tinha até 2012. Esse é que é... No meu setor, num passado muito recente, isso ficou conhecido como reengenharia, mas não pode ser uma “reenganaria”, porque, se for fazendo um pedaço lá desses negócios, nós não vamos conseguir chegar.

Por isso, Senador Casildo, que eu disse aqui que, nessa tabelinha, a gente foi buscando equilibrar, aplicar os coeficientes de maneira que a gente buscasse, nessa média dos três anos, como eu tinha trabalhado originalmente, fazer com que cada Estado ficasse quase no mesmo percentual e no mesmo montante, para não sofrer perdas.

Agora, nós vamos ter que pensar, depois disso, se o Congresso Nacional quer mexer, botar elementos como o da questão ambiental, acrescentar PIS/Cofins, não sei o quê, etc... Aí é com a gente, em outra matéria, em outro lugar, porque aí vamos ter mais tempo até para discutir isso e ver, efetivamente, qual vai ser a correlação de forças estabelecida.

Então, eu queria chamar a atenção para esse aspecto, o aspecto da manutenção das condições que os Estados, inclusive, se planejaram em 2012, tendo feito isso em 2011, tomando como referência 2011, que foi a construção do PPA... Eu até também tive a honra de ser o Relator do PPA nacional.

Então, você trabalhou essas projeções como garantia dessa receita. Então, é nesse sentido que a gente está tentando manter aqui os índices de equilíbrio para aprovar essa matéria e dar outra resposta, para sair daquela insegurança jurídica, se paga ou não paga, se a União vai ter que repassar ou não, a depender da decisão do Supremo. Então, para a gente dar essa tranquilidade, todo mundo recebe esse montante e nesses próximos três anos aí a gente faz todo tipo de discussão e enfrentamento para saber se nós vamos aumentar, se eu vou tirar mais daqui e

botar mais acolá... Então, a correlação de forças nós vamos ter a oportunidade de discutir sobejamente nos próximos anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Parabéns a V. Ex^a.

Eu acho que esta audiência pública aqui teve um valor importante, criando esse espírito, abrindo a discussão, a negociação, e criando um clima para votação no Plenário no dia 19.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo aqui ao nosso Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Antônio Carlos Valadares, e a presença do coordenador do Confaz.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 8 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezesseis minutos, do dia vinte de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy, Jorge Viana, Humberto Costa, Romero Jucá, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Ataídes de Oliveira e Aloysio Nunes Ferreira e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata e Kátia Abreu reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cássio Cunha Lima, Sodré Santoro e Magno Malta. Usam da palavra o Senador Casildo

Maldaner e a Senadora Vanessa Grazziotin. Registra presença o Senador Wellington Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 623, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação e da Emenda nº 1-CMA. Durante a discussão, o Relator reformula o Relatório e conclui pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação com a Emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CMA. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2-CCJ, e rejeitada a Emenda nº 1-CMA. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2009.** Terminativo. Altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais”. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. A Presidência designa o Senador Pedro Taques como relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2009.** Terminativo. Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos), para vedar a participação dos ocupantes de mandato eletivo e respectivos parentes, até terceiro grau, na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Em 20/03/2013, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles, dependendo do relatório. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2011.** Terminativo. Acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, a fim de estabelecer a gratuidade na primeira emissão do documento de identificação do Registro de Identidade Civil. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto.

ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, de 2010. Terminativo. Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para definir como crime de responsabilidade de Governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecção. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos Regimentais. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre a cooperação federativa no âmbito da Defesa Civil e prever a formação da Força Nacional de Defesa Civil. **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, acolhendo a Emenda nº 1 nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2011, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do Art. 282 do RISF. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Rodrigues e Aloysio Nunes Ferreira. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, de 2011. Terminativo.** Altera os arts. 1º e 10 da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, para acrescentar exigências para a qualificação de entidades Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) nos termos das respectivas Leis. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 8) OFÍCIO “S” Nº 3, de 2013.** Não Terminativo. Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, os documentos do Doutor GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2006.** Não Terminativo. Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta dispositivos às Leis nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência). **Autoria:** Senador José Sarney. **TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2012.** Não

Terminativo. Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006, com nove emendas que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 234, de 2012. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório. **ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, de 2011.** Não Terminativo. Altera o art. 37 da Constituição Federal para determinar a suspensão da contagem do prazo de validade de concurso público nos casos que especifica. **Autoria:** Senador Wellington Dias e outros. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável à Proposta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 12) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, de 2011.** Não Terminativo. Acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Autor. **ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 78, de 2011.** Não Terminativo. Modifica o art. 144 da Constituição Federal, para determinar que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, escolhido dentre Delegados de Polícia Federal, maiores de trinta e cinco anos. **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2010.** Não Terminativo. Estabelece normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações no âmbito da Administração Pública Federal para efeito de controle de custos de obras públicas. **Autoria:** Senador Jefferson Praia. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 16) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, de 2012.** Não Terminativo. Declara nula a Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato do Senador

Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont, adotada em 9 de janeiro de 1948. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2012.** Não Terminativo. Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência. **Autoria:** Deputado Dr. Ubiali. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 18) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2009.** Não Terminativo. Dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 19) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 2, de 2013.** Não Terminativo. Cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 a 3-CCJ. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70, DE 2011 e ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Dornelles e o Senador Benedito chegaram e eu posso começar.

Muito bom dia a todos. Peço a V. Ex^{as} que tomem os seus devidos lugares.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprova queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens 1 a 19.

Na abertura dos nossos trabalhos, nesta manhã, gostaria de esclarecer que organizei uma pauta que valoriza a iniciativa parlamentar, o que pretendo transformar em tônica de nossa gestão à frente deste colegiado. Assim, as reuniões ordinárias das quartas-feiras serão iniciadas com apreciação de matérias que demandam a presença da maioria absoluta dos integrantes da Comissão, a exemplo das proposições que serão deliberadas em caráter terminativo e que exigem votação nominal. Por isso, a primeira metade da pauta da reunião de hoje é composta por projetos de lei de iniciativa de Senadores e Senadoras, entre os quais posso mencionar o PLS 623, do Senador Jorge Viana, que busca disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos. O tema, de interesse crescente no País.

Outra importante matéria de repercussão social é o PLS 257, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que tem como objetivo estabelecer a gratuidade da primeira emissão de documento de identificação, de registro de identidade civil.

Duas proposições importantes pretendem instituir mecanismos de moralização na administração e nos serviços públicos: o PLS 358/2009, do Senador Luiz Henrique, que impede a participação de titulares de mandatos eletivos e seus parentes na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos; e o PLS 677/2011, do Senador Pedro Simon, que acrescenta exigências para a qualificação das entidades denominadas OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Antes de passarmos ao primeiro item da pauta, devo mencionar ainda que, hoje, iniciaremos o exame da indicação do Sr. Dr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama, para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Haverá leitura do relatório da Senadora Ana Rita.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Aloysio Nunes e, depois, o Senador Benedito de Lira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu sou Relator do item

12 da pauta e pediria a V. Ex^a que o retirasse de pauta, a pedido do autor, Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deferido o pedido de V. Ex^a.

Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu sou Relator do item 4, e, como se trata de uma matéria importante para atender à sociedade, tendo em vista que às 11h, Sr. Presidente, eu tenho audiência, queria só pedir a V. Ex^a, se possível, ouvisse o Plenário. Peço a compreensão dos colegas para a gente fazer uma inversão de pauta para eu possa fazer a leitura desse relatório, considerando que a matéria é de suma importância e tenho audiência às 11h. Enquanto eu vou e volto, é tempo que, talvez, tenha o número suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consulto o Plenário sobre a solicitação do Senador Benedito de inversão de pauta. *(Pausa.)*

Não há nenhuma restrição.

Fica o item 4 como primeiro item da pauta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu agradeço a V. Ex^a, agradeço a compreensão de meus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A minha intenção era aproveitar o belo relatório de V. Ex^a.

Primeiro item da pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2011 – Terminativo –

Acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, a fim de estabelecer a gratuidade na primeira emissão do documento de identificação do Registro de Identidade Civil.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O item 4 é o primeiro item, na página 48, Senador Aloysio.

A votação é nominal, e eu concedo a palavra a V. Ex^a como relator da matéria.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preliminarmente quero agradecer a compreensão e a gentileza dos companheiros, colegas, por terem permitido a inversão de pauta.

Da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 9.454, de

7 de abril de 1997, a fim de estabelecer a gratuidade na primeira emissão do documento de identificação do Registro de Identidade Civil.

Sr. Presidente, submete-se à análise de natureza terminativa desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011, de autoria do Sr. Senador Ciro Nogueira.

O art. 1º apresenta a redação do mencionado art. 6º-A, alvitrado para a Lei nº 9.454, de 1997, estipulando a mencionada gratuidade.

Eu vou passar, Sr. Presidente, à análise da matéria.

Análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea “I”, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nesta hipótese, notadamente sobre registros públicos.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 257, de 2011, tendo em vista que i) compete privativamente à União legislar sobre registros públicos, a teor do disposto no art. 22, inciso XXV, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, caput); iii) os itens da proposição não importam em violação de cláusulas pétreas; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto i) possui o atributo de generalidade; ii) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; iii) se afigura dotado de potencial coercitividade; iv) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; e v) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado.

Particularmente quanto a seu mérito, a proposição exprime sensatez digna de nota, pois institui, em favor do cidadão, direito que se revela proeminente diante do simples fato de que a adequada identificação civil é requisito exigido para o pleno exercício da cidadania nas mais diversas situações. Além disso, note-se que o PLS nº 257, de 2011, nada mais faz que tornar possível, no âmbito do sistema de Registro de Identidade Civil (ainda a ser implantado, nos moldes da mencionada Lei nº 9.454, de 1997), o exercício, pelo cidadão, de um direito já reconhecido, tanto pelo Congresso Nacional, na tramitação do projeto que deu origem à recente Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012 (que altera dispositivo da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no

caso que menciona), quanto pelo Governo Federal, que o sancionou sem vetos.

Por fim, registre-se que a técnica legislativa empregada na elaboração da proposição sob exame é irretocável, seguindo à risca os parâmetros fixados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação é nominal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eduardo com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Considero louvável a proposição, mas ouvi o Senador citando a Lei 12.687, que já institui essa gratuidade. Então, eu creio que, se já existe a lei que determina isso, um projeto de lei no mesmo sentido eu vejo a sua prejudicialidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, se eu não me engano, esse dispositivo da Lei 9.454, de 1997, teria sido revogado pela Lei 12.058, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Acho que seria o caso de conferir isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A Lei nº 12.687, Senador Aloysio, no art. 3º, diz: “É gratuita a primeira emissão da carteira de identidade”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, entendi. Quer dizer, a lei já está em vigor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A lei já contempla isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas é o novo registro, o senhor me permite, não é a carteira de identidade, mas o documento que substituiria a carteira de identidade, que foi previsto pela Lei 9.454, de 1997. Um documento que conteria provavelmente um *chip*, um cartão magnético

ou coisa que o valha, que tem um custo, que, segundo a justificativa do projeto, seria de R\$40,00, isso em 2011, quando foi apresentado o projeto. É esse novo documento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Aí, sim, é perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O novo documento, não a RG atual.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sanou a dúvida de V. Ex^a?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O.k., sanada a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É que a legislação prevê a indicação de um novo *chip* e esse *chip* desse novo documento teria um custo de R\$40,00 e o Senador Cyro Miranda tem a oportunidade, através desse...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Mais do que louvável o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ciro Nogueira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O que tinha sido revogado foi o prazo de cinco anos, prazo máximo de validade para os RGs atuais. A lei de 97 prevê que serão válidos por cinco anos, mas esse prazo é que foi revogado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Prudente a apreciação de V. Ex^a, Senador Eduardo. Agradeço ao Senador Aloysio.

Chamada nominal.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira, voto conhecido.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Concluimos a chamada.

Aprovado o projeto à unanimidade dos presentes.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Cumprimento o Relator.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Voltamos ao item 1 da pauta.

O Senador Jorge Viana já está a caminho.

Item 3 da pauta, Senador Luiz Henrique... V. Ex^a está solicitando o projeto para reexame no sentido de aperfeiçoá-lo?

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Exatamente. O projeto, quando relatado por mim, apresentou muitas dificuldades. Houve a interposição de uma emenda do ilustre Senador Ministro Francisco Dornelles. Estou em negociações com o autor, Senador Inácio Arruda, e com o Senador Dornelles para aprimorar o projeto e poder, então, trazê-lo se possível na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fica, assim, atendida à solicitação de S. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

Item 14 da pauta, aproveitando os relatores presentes.

Com a palavra, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, esse item 14 da pauta eu gostaria de pedir para retirar da pauta. Acabei de conversar com a

Liderança do Governo para que possamos aprimorar mais esse projeto – a pedido da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Solicitada a retirada e atendida para reexame do Senador Pedro Taques.

Depois de um período de 'cooper legislativo', o Senador Jorge Viana chega. Múltiplas atividades numa quarta-feira, Senador Jorge Viana, reconhecidamente – esta Comissão e a esta Presidência entendem.

Volto ao item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 623, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação e da Emenda nº 1-CMA.

Observações:

– *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;*

– *Votação nominal.*

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Primeiro, peço desculpas, Sr. Presidente, pois estava recebendo o Prefeito de Rio Branco, Marcos Alexandre, e, como V. Ex^a bem disse, hoje é a terceira Comissão em que busco, de alguma maneira, desenvolver o meu trabalho junto com os colegas.

Parecer.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 623, de 2011, do Senador Sérgio Souza, aqui presente, caro colega.

Relatório.

É submetido à apreciação desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 623, de 2011, de autoria do Senador Sérgio Souza, estruturado em dois artigos.

O art. 1º propõe acrescentar §§ 4º e 5º ao art. 288 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica).

O § 4º determina que o órgão constante do caput do referido art. 288 – no caso, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) – manterá sítio na rede mundial

de computadores para fins de recebimento formal de reclamações e denúncias dos usuários de serviços aéreos, de modo a permitir acesso restrito ao interessado para acompanhamento e ciência do resultado.

O § 5º estabelece que as informações assim recebidas serão utilizadas para divulgação de indicadores de desempenho das empresas aéreas e dos aeroportos.

É basicamente este o propósito do Projeto do Senador Sérgio Souza.

O Brasil tinha, por parte do uso da aviação civil, 30 milhões de usuários há dez anos. Agora, são cem milhões de usuários, Sr. Presidente. E são permanentes as reclamações, a falta de uma sintonia entre quem presta o serviço e os usuários. É óbvio que o Brasil está num processo de mudança com as concessões; é claro que o mercado brasileiro é um dos mais atrativos do mundo; é claro que também temos um ganho real na renda por parte de uma parcela importante da população. Tudo isso implica a necessidade de um aperfeiçoamento dessa interação entre o consumidor e o usuário de um serviço tão essencial como o transporte aéreo.

Sr. Presidente, fazendo a análise do ponto de vista da legalidade do projeto, ele não fere nenhum princípio constitucional e, ao contrário, ele reforça, faz um aperfeiçoamento na legislação, no sentido de valorização da prestação de serviço aos usuários do transporte aéreo.

Então, diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 623, de autoria do Senador Sérgio Souza, com a emenda proposta pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

E devo dizer, caro Presidente, que também é necessária – faço um adendo ao parecer – a apresentação de uma emenda exclusivamente de redação, pela qual nós temos que fazer uma alteração no art. 1º, porque o ano é 1986 e não 1967. Só um ajuste de redação desta matéria.

É o meu parecer. Voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Iniciamos o processo de discussão.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques, depois o autor, Senador Sérgio Souza.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o projeto é muito bom. Eu quero cumprimentar o Relator e peço vênia, licença apenas para não concordar, Sr. Presidente, com a alteração do §4º, do art. 288.

Se o cidadão tem acesso a esse *site* para fazer a sua reclamação, a sua denúncia, por óbvio, eu diria até ululante, ele tem o direito constitucional de saber o re-

sultado dessa denúncia. Ele tem o direito constitucional de saber o que ele pediu. Parece-me que aqui ocorre uma inconstitucionalidade por omissão deste projeto de lei, ao menos neste parágrafo 4º, cuja emenda veio da Comissão de Meio Ambiente.

O projeto é muito bom. Quero cumprimentar o autor, o Relator, mas esta emenda da Comissão de Meio Ambiente me parece algo... Sugiro a redação como propôs o autor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O projeto é terminativo. O Senador Pedro Taques arguiu uma matéria interessante, para a qual eu peço a análise do Relator, mas, antes, vou ouvir o autor do projeto, que já recebeu uma série de menções honrosas à sua iniciativa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu acho que, como a maioria dos Senadores, nós estamos constantemente em aeroportos brasileiros, em nossos Estados, aqui na Capital, e nós vemos o descaso que sofre um cidadão. Nós não só sofremos esse descaso, mas nós percebemos que o Brasil, realmente, não está com o seu aparato aeroportuário preparado para receber essa demanda que aumentou – como disse o Senador Jorge Viana, Relator aqui nesta Comissão, a quem eu agradeço o relatório. Nós não estamos preparados. E não é só a infraestrutura, não, mas, principalmente, o serviço, a qualidade do serviço, porque as operadoras, as companhias aéreas são extremamente mal educadas e a qualidade do serviço é muito ruim. E o cidadão que está sofrendo, no dia a dia, essa má prestação de serviço, tem quais mecanismos para reclamar? Liga para um 0800, em que ele vai ter que buscar isso, ele vai buscar isso na própria Internet, ou ele vai a um juizado especial que alguns aeroportos brasileiros têm para atendimento ao cidadão. Ele vai enfrentar uma fila e ele não tem mais tempo para isso. Ninguém tem hoje em dia, neste mundo ágil do mundo eletrônico, da rede mundial de computadores, tem mais tempo para fazer determinadas ações manuais e corriqueiras.

Na verdade, a intenção desse projeto, Sr. Presidente, é de que o cidadão possa, diretamente na rede mundial de computadores, fazer as suas reclamações e possa acompanhá-las, porque ele pode estar sentado, esperando para embarcar ou ainda já dentro da aeronave, esperando a decolagem, e fazer as suas reclamações através do seu *smartphone*, do seu *tablet*, do seu *laptop*. Então, há mecanismos de agilidade, Sr. Presidente.

Mais do que isso, ele pode fazer o acompanhamento pela Internet, pela rede mundial de computadores.

E ainda mais: que esses dados todos sirvam de indicadores dos resultados, se aquela companhia atende bem ao usuário ou não. Isso, com certeza, vai ajudar a melhorar ainda mais o atendimento ao cidadão brasileiro com a qualidade no serviço que ele merece.

Era essa a intenção do projeto. Agradeço mais uma vez à relatoria do Senador Jorge Viana pela agilidade no relatório e por entender a necessidade de regulamentarmos essas questões o mais rápido possível.

Sei que o Senador Jorge Viana também, de vez em quando, tem seus problemas com a aviação civil no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senadores estão me reclamando pela dificuldade em ouvir os colegas. Há muita gente em nosso ambiente falando muito alto. Peço que os Srs. assessores, os profissionais que estão nos acompanhando nos deixem trabalhar.

Com a palavra, para continuar a discussão, o Senador Jorge Viana, como Relator, para as suas posições finais, antes da votação nominal.

Por favor, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, há um questionamento por parte de dois Senadores que sempre nos auxiliam naquilo que é a essência do trabalho desta Comissão, que é a de não aprovarmos uma legislação quando haja uma interpretação equivocada ou mesmo não seja explícita o suficiente.

Foi apresentada na Comissão de Meio Ambiente uma emenda ao projeto em que, segundo as observações feitas pelos colegas Aloysio Nunes e Pedro Taques, há dúvidas.

É simples: quem tem acesso ao processo de reclamação? Certamente abre-se uma ocorrência. E os colegas observam que não pode haver restrição nem à análise desse questionamento e muito menos aos resultados dela.

A intenção da emenda era a de restringir isso ao reclamante, ao que faz a reclamação. Então, eu proponho, então, como está em caráter terminativo, com a aquiescência de V. Ex^a, eu retiraria o projeto, faria uma tentativa de mexer no texto de maneira a acolher, porque também concordo, no mérito, com as preocupações.

Se é para o usuário poder fazer as reclamações e, como diz o § 5º, as informações devem ser públicas e constar, inclusive, da análise dos serviços prestados, então...

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Relator ainda está com a palavra. Depois, facultarei a palavra a V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, eu só queria concluir, falando que uma alternativa, tendo em vista ser meritório o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E contar com o acolhimento de todos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Meritório e urgente!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu assumo rapidamente fazer um ajuste de redação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ainda nesta sessão?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Posso fazer nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos fazer nesta sessão?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Faço uma correção também da emenda redacional do ponto de vista da data e já...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixe-me otimizar: V. Ex^a fica com o tempo necessário durante a sessão e, a qualquer tempo, após a sua correção, eu lhe darei prioridade na votação nominal, na apreciação do seu projeto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 2 da pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 121, DE 2009

– Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais”.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

A relatoria caberia ao Senador Randolfe Rodrigues. Nomeio, *ad hoc*, o eminente Senador Pedro Taques. Página 28, Senador.

Com a palavra, S. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2009, de autoria de S. Ex^a o Senador Inácio Arruda, que tem o objetivo de combater a prática do assédio moral no serviço público.

Para cumprir seu intento, o projeto promove alterações em dois dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112, de 1990).

O art. 117 da Lei recebe o inciso XX, para incluir o assédio moral entre as condutas vedadas aos servidores. O projeto tipifica o assédio moral nos seguintes termos: coagir moralmente subordinado, através de atos ou expressões reiteradas que tenham por objetivo atingir a sua dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica.

A segunda alteração proposta para o Estatuto dos Servidores é a modificação do inciso XIII de seu art. 132, para firmar a penalidade de demissão ao servidor que infringir a regra de vedação à prática do assédio moral.

A justificativa do projeto aponta os efeitos negativos do assédio moral sobre a dignidade e honra dos trabalhadores, ressaltando a gravidade dos danos psíquicos sofridos por suas vítimas, como mostram levantamentos promovidos pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização Mundial da Saúde.

O projeto recebeu, em 12 de maio de 2009, do primeiro relator designado, Senador Expedito Júnior, relatório com voto pela aprovação.

Sr. Presidente, o projeto é constitucional, possui juridicidade e regimentalidade. Desta feita, no mérito, voto pela aprovação, com a seguinte emenda: “Dê-se a seguinte redação à emenda do projeto...”

Aí apresento a emenda.

Quero ressaltar que faço como Relator para o ato apenas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda, obviamente.

Senador José Pimentel.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, estou com algumas dúvidas com relação ao item 2.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós já estamos em processo de votação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Já está em processo de votação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em votação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, voto conhecido. Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon. Senador Sérgio Souza, autor do projeto. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias. Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Sim, com o Relator. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, levando em conta a formação jurídica do Senador Pedro Taques, ainda que surgissem dúvidas sobre...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Há legitimidade. Assumiu todos os termos do voto.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa. Está ausente.

Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ataídes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Como Relator *ad hoc*, ou para o ato, em bom português, o relator *ad hoc*, em tese, pode mudar o voto, claro. Então, essa designação para o ato muitas vezes pode influenciar na votação. Se formos analisar a constitucionalidade desse projeto, a olhos desarmados, esse projeto, em tese, ofende o art. 61, §1º, da Constituição. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é a razoabilidade e a proporcionalidade da pena de demissão. Nisso poderia ocorrer uma modulação.

Então, eu me penitencio por ter acatado a solicitação de V. Ex^a para relatar neste ato o projeto. Seria interessante que nós – já se iniciou a votação – pudéssemos analisar esse projeto, e agora eu falo não mais como Relator *ad hoc*, mas como um Senador membro desta Comissão, penso que tenho, como qualquer Senador, essa legitimidade para debater isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – À matéria cabe, inclusive, recurso a plenário. Nós estamos no meio de um processo de votação.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, esta minha dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota V. Ex^a?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... é exatamente essa que o nobre Senador Pedro Taques colocou. Eu não me sinto preparado, neste momento, para votar “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vota “abstenção” ou vota “não”?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Abstenção.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – E peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Durante o processo de votação, qualquer Senador pode reformar o seu voto. Nós não podemos separar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E o Relator pode também?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu peço vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não cabe vista, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Não cabe?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não cabe vista. Nós estamos em processo de votação.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, diante das ponderações do Senador Pedro Taques, com as quais eu concordo... eu acho que era preciso, em primeiro lugar, analisar melhor a constitucionalidade; em segundo lugar, a modulação da pena de demissão no conjunto das penas que são passíveis de aplicação aos servidores públicos. Em razão disso é que eu vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Aprovado...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com meu voto favorável, Sr. Presidente. Senador Inácio Arruda.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos. Eu queria retificar meu voto para abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a abstenção dos dois Senadores, com voto favorável...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu acompanho o recurso do Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu peço a palavra como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixe-me proclamar o resultado, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A gente não terminou a votação ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu já terminei a votação e vou proclamar o resultado. Não proclamei o resultado ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, por gentileza, antes de V. Ex^a proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes de proclamar o resultado, passo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, em atenção a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Como Relator, Sr. Presidente, e antes de terminar a votação, qualquer Senador pode mudar o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, eu ousou mudar o meu voto, como Relator. Ouso mudar o voto, porque eu tenho sérias dúvidas a respeito da constitucionalidade desse projeto. A Lei nº 8.112/90 é de iniciativa privativa, exclusiva, é um monopólio de competência legislativa de S. Ex^a, a Presidente da República. Esse é o ponto. E o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu tenho um caso inédito na Comissão, e é bom porque esses desafios aparecem.

(*Manifestações simultâneas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Por favor! Por favor.

Eu não proclamei o resultado. Eu não proclamei o resultado. É um fato desafiador para esta Comissão, no sentido de que outros casos como esse podem acontecer.

Antes de passar ao Senador Pedro Taques essa relatoria *ad hoc*, até pelo conhecimento e o respeito que eu tenho ao Senador Pedro Taques por seu vasto conhecimento científico no campo jurídico, eu consultei S. Ex^a. S. Ex^a não teve o tempo, talvez, necessário para o aprofundamento da sua tarefa, mas mesmo assim aceitou esse encargo. Aceitou esse encargo, esse honroso encargo de relatar uma matéria do seu colega, Senador Randolfe. E relatou e leu toda a matéria. E na condução do seu relatório pela aprovação, certamente granjeou, conquistou apoios dos demais membros da Comissão, ou que estavam em dúvida ou que migraram para aprovar o voto do Relator.

Há um ineditismo neste momento. Antes de publicar, não tinha concluído o processo de votação, mas estava concluindo a tomada de votos e, antes de proclamar o resultado, o Relator *ad hoc* reformulou o seu voto.

A Presidência sente-se no dever e na obrigação de novamente abrir a tomada de posições de S. Ex^{as}, até porque eu estou diante de um fato novo, que é a reformulação do voto do Relator. Por isso vou fazer outra chamada.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Exatamente essa era a dúvida. Eu votei com o Relator, e o Relator mudou o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência já tomou a sua posição.

Com a palavra, o autor do projeto, que tem preferência que essa Presidência, *ex officio*, lhe dá.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E eu gostaria de falar como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Devemos enfrentar os fatos inéditos, até para que se faça jurisprudência.

Por favor, silêncio!

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda, para defender seu projeto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, diante do fato novo, já que a votação terá que ser reiniciada – então, é outra votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Reiniciada. Será outra votação, com a mudança de posicionamento do Relator.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É absolutamente novidade que tem que ser examinada. Acho que o mais correto e ponderado é retirarmos a matéria de pauta já que o Relator foi nomeado *ad hoc* e não teve condições de examinar mais adequadamente a matéria, para possa ser feito de forma adequada, porque nós já votamos muita coisa nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Inácio. Senador Inácio...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, diante disso e com as ponderações que considero sempre muito pertinentes do Senador Pedro Taques, acho que o mais correto, para fazer justiça não só ao Relator *ad hoc*, mas ao Relator da matéria, nosso colega Randolfe, que a gente retire a matéria de pauta para fazer esse exame melhor sobre as ponderações levantadas pelo Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.

Senador Pedro Taques, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu reabri o processo de votação, mas também tinha obrigação de reabrir o processo de discussão ao dar a palavra ao Sr. Relator. E, neste momento, consulto o Relator: seria prudente, e até vejo a iniciativa do Senador Inácio, como autor, V. Ex^a passa, neste momento, a figurar como relator da matéria, e eu consultaria e até apelaria a V. Ex^a para retirar o projeto de pauta, para um exame melhor, e aí nós haveríamos de colocar, prioritariamente, na reunião da próxima quarta-feira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concorde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item seguinte, item 5, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a uma inversão de pauta para que coloque em apreciação o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consulto...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, eu discordo, porque estou esperando aqui há vários...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu também estou aqui esperando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo discordância, temos que seguir a pauta. Vamos para frente.

Item 5.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos na ordem, tem o item 3, Sr. Presidente. Vai pular?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Foi retirado de pauta, Senador Inácio.

Item 5, à página 56:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 251, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para definir como crime de responsabilidade de Governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: O voto do Senador é pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Posso ler, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Relatório.

Vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2010, de autoria da nobre Senadora Kátia Abreu, do PSD, que altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, objetivando considerar, também, como crime de responsabilidade de Governador de Estado ou do Distrito Federal o não cumprimento, no prazo de quinze dias, de decisão judicial de reintegração de posse em propriedade rural ou urbana, bem como a ação ou omissão que dificulte ou impeça a efetivação dessa decisão.

Nos termos do art. 101, incisos I e II do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em epígrafe, bem como de seu mérito e técnica legislativa.

O projeto não atenta contra a Constituição Federal e se mostra plenamente adequado aos preceitos concernentes à responsabilidade dos Chefes do Poder Executivo de todos os níveis da Federação. Não fere nenhuma das cláusulas pétreas, sendo permitida a iniciativa parlamentar para assuntos dessa natureza.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a disposição nele vertida inova

o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se mostra dotado de potencial coercitividade; e compatível com princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Julgamos, apenas, necessária a inclusão de duas emendas ao projeto. A primeira para aclarar os termos da ementa, e a segunda para tornar mais técnica a redação oferecida pelo único artigo da lei objeto de alteração.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2010.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, primeira inscrita.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer o trabalho do Sr. Relator, Senador Sérgio Petecão, do Acre, e pedir aos colegas reflexão sobre este tema.

Esta Comissão é, com certeza, não a mais importante, mas uma das comissões mais valiosas desta Casa, a nossa CCJ, que se presume na defesa da lei, da ordem, da constitucionalidade das propostas aqui apresentadas no Congresso Nacional.

Nós estamos assistindo, felizmente não em todos os Estados do Brasil, Sr. Presidente, a uma afronta ao Estado de direito, colocando em dúvida a confiança dos cidadãos na justiça. O instrumento de reintegração de posse é um instrumento que legitima um direito pético na Constituição, que é o direito de propriedade, quer seja direito de propriedade urbana, quer seja rural. E o que nós observamos é que essa omissão por parte de alguns governadores na reintegração de posse determinada pela justiça dos seus Estados, essa afronta faz com que a violência aumente cada vez mais. Isso dá guarida a determinados movimentos. E não ao desejo das pessoas de terem um pedaço de terra. Esse é um desejo legítimo, que nós respeitamos, como produtores rurais, como cidadãos, como Senadora: o direito de todos a ter terra, a ter casa, a ter carro, a ter trabalho, a ter uma vida digna. Mas o sonho e o desejo de um, Sr. Presidente, não pode ser o inferno da vida de outros. As invasões que se sucedem, especialmente em alguns Estados da Região Norte e Nordeste do País, fazem com que os produtores se sintam abandonados, sintam-se excluídos da justiça brasileira.

E eu não posso aceitar passivamente a argumentação de alguns de que esse projeto de lei pode dificultar a vida dos governadores, porque as suas polícias

militares não têm contingente suficiente para reintegrar a posse. Esse é o segundo erro, Sr. Presidente. É o segundo erro de um governante, é uma falha administrativa grave justamente não manter o efetivo justo para que os cidadãos se sintam protegidos e também é uma falha grave não manter o aparelhamento das suas polícias militares. É uma falha grave de governo.

Portanto, isso não está em discussão. Mesmo porque, quando também são impostos aos produtores rurais normas e regras, ninguém avalia que não há contingente para fazê-lo, como, por exemplo, o instrumento do georreferenciamento imposto pelo Incra. É um instrumento extraordinário, é um bom instrumento tecnológico para garantir a estabilidade na propriedade rural, mas não temos contingente nos INCRA's dos Estados do Brasil para efetivar os georreferenciamentos. Assim como nós não temos fiscais suficientes nos órgãos ambientais dos Estados para dar licença ambiental para o produtor produzir, ele também é multado sem dó nem piedade pela falta e pela ausência do Estado. O georreferenciamento, a ausência impede que as fazendas possam ser vendidas, que as fazendas possam ser divididas entre os seus filhos, entre os familiares.

Sr. Presidente, a ausência de efetivo da Polícia Militar não pode impedir que a Constituição seja cumprida. Então, os governadores não podem discutir decisão judicial. O Brasil fez uma opção pelo Estado de direito. Decisão judicial não se discute, decisão judicial não se protela, decisão judicial é cumprida. Peço a todos os colegas que não façam uma decisão judicial virar uma mera abstração; não façam com que a Justiça possa ser desacreditada. O prejuízo não é só do produtor rural, o prejuízo é pela falta de confiança na Justiça.

Peço, então, aos colegas que nós possamos incluir como crime de responsabilidade, uma coisa tão justa, tão clara e pétrea, o direito de propriedade, e que a reintegração de posse – o que eu peço neste projeto é quase o que não havia necessidade de ser pedido: que uma decisão judicial seja cumprida pelos governadores dos Estados do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. Com a palavra o Senador Aloysio Nunes para discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu compartilho da preocupação da nossa querida colega Senadora Kátia Abreu quanto à leniência de muitos responsáveis pelas chefias dos Executivos estaduais na execução de ordem judicial no que diz respeito à reintegração de posse. É verdade, isso ocorre.

Mas é preciso também considerar que, em muitos casos, não se trata de leniência, mas de prudência

na execução da ordem judicial, e muitas vezes essa prudência surge até do diálogo entre o juiz que decretou a reintegração de posse e o governador ou o secretário da segurança. Vejam, nós temos aqui muitos ex-governadores. Está aqui um dos mais brilhantes, o Senador Aécio Neves. A senhora, um dia, será governadora, se não for Presidente da República. Pedro Simon, Luiz Henrique, Agripino Maia, todos eles foram governadores e sabem que, às vezes, é preciso um tempo para oferecer uma alternativa para um ocupante, é preciso um tempo para organizar a retirada das pessoas que estão ocupando um imóvel.

Eu conversava, agora há pouco, com o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que foi Vereador e Presidente da Câmara de São Paulo. Nós tivemos, quando eu ocupava a Secretaria do Governo da Prefeitura, um caso célebre da ocupação por mais de mil famílias de um prédio no centro de São Paulo, o Edifício Zarzur, em que foi preciso uma paciência de Jó, diálogo, disposição, busca de alternativas para as famílias que ocupavam o prédio, para que nós pudéssemos proceder a uma retirada pacífica; caso contrário, correríamos o risco de ter pessoas mortas, feridas, crianças.

Então, há previsão já na lei que define os crimes de responsabilidade do descumprimento de ordem judicial. Recusar o cumprimento de decisões do poder judicial, no que depender do exercício das funções do Poder Executivo, já é hoje considerado crime de responsabilidade. O que me parece excessivo é definir esse prazo de 15 dias para as reintegrações de posse.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Para cumprir uma decisão judicial.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para cumprir uma decisão judicial. Veja, Senadora, nós tivemos em São Paulo, recentemente – e acho que todos os Governadores aqui poderão citar exemplos –, a ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo por estudantes que invadiram aquele prédio, depredaram, numa ação indigna da vida universitária. Era preciso retirá-los para que a reitoria voltasse a funcionar.

Bem, emitida a ordem de reintegração de posse requerida pelo reitor, foi preciso um processo de persuasão, de diálogo e, inclusive, de mobilização de forças policiais, no sentido de mostrar que o Governo tinha, efetivamente, a decisão de cumprir a ordem, para que, finalmente, houvesse a desocupação pacífica. Então, 15 dias, Senadora, sinceramente, me parece um constrangimento que poderá levar a ações com resultados que V. Ex^a seguramente não desejaria, ou nenhum de nós desejaria.

Creio que a disciplina que já consta da lei de crimes de responsabilidade é suficiente: recusar-se ao

cumprimento de ordem judicial é crime de responsabilidade e o processo do governador se dará seguro o que dispuser a Constituição dos Estados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eduardo Lopes. Está inscrito. Quem me pediu para discutir agora?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – José Agripino. Eduardo Lopes, com a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, ouvindo o nosso Senador Aloysio, eu já acreditava que ele ia nessa direção, e nós temos aqui o seguinte: uma das efetividades do provimento judicial são as denominadas sentenças mandamentais.

Então, a Lei nº 1.079, de 1950, na qual se deseja alterar, no artigo 12, diz:

Art. 12. São crimes contra o cumprimento das decisões judiciárias:

1 – impedir, por qualquer meio, o efeito dos atos, mandados ou decisões do Poder Judiciário;

2 – Recusar o cumprimento das decisões do Poder Judiciário no que depender do exercício das funções do Poder Executivo;

[...]

Então, eu creio que já está, a própria lei já define isso, inclusive num outro artigo já cita governadores. Então, eu vejo, pela prejudicialidade do projeto. Já existe a lei que define isso. Agora, a questão como foi citada, dos 15 dias para se cumprir, existem muitas barreiras, muitas dificuldades, em cada cenário, que deve ser analisado, realmente, a fim até, como foi citado, a fim até de proteger vidas. Tivemos em São José dos Campos um fato, que trouxe até muitos problemas. Então, a lei já define isso, já é definida, inclusive com respeito aos governadores, a questão do não cumprimento.

Por isso, não há como alterar na norma o que não esteja contemplado, razão pela qual a minha orientação é pela prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques. Peço silêncio, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o direito de propriedade é um direito fundamental. Está escrito na Constituição, no artigo 5º, está lá escrito. Aliás, alguns defendem que o nascimento do Estado se deu em razão do direito de propriedade. Existem outras correntes diversas.

Muito bem. O direito de propriedade deve ser preservado, sim. Nós não podemos permitir a baderna, a invasão na propriedade privada. Esse é um fato. O segundo fato, a Lei nº 1.079, de 1950, ela já estabelece isso expressamente no artigo 12. O governador comete crime de responsabilidade se:

1 – impedir, por qualquer meio, o efeito dos atos, mandados ou decisões do Poder Judiciário;

2 – Recusar o cumprimento das decisões do Poder Judiciário no que depender do exercício das funções do Poder Executivo;

Muito bem. É a Lei nº 1.079, de 1950, que trata sobre crime de responsabilidade. Seria constitucional o estabelecimento de prazo? Seria legal o estabelecimento de prazos ao magistrado? O Código de Processo Civil, Sr. Presidente, nos arts. 926 a 931 já estabelece prazo para o cumprimento de reintegrações. Está escrito lá que o juiz não estabelece prazo. Por que não pode estabelecer prazo? Porque nisso leva-se em conta o caso concreto, as circunstâncias exteriores à reintegração. É possível que ali, a partir da invasão, escolas sejam montadas, crianças ali estejam. No prazo de 15 dias, se a legislação estabelecer esse prazo de 15 dias, pode trazer prejuízo não à propriedade, que deve ser preservada, mas à integridade física daqueles que invadiram, mas o seu direito constitucional deve ser preservado.

O estabelecimento de 15 dias de prazo me parece não ser figura prudente. O que diz a jurisprudência, Sr. Presidente? Se nós formos buscar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, existem decisões que afirmam o seguinte: tendo em conta a situação concreta – 90 dias se faz como prudente, 120 dias. Cito aqui o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, fala de 60 dias. Existem decisões que dão 120 dias. É o caso concreto que isso determina.

E, para encerrar, Sr. Presidente, imagina se a terra for pública, se for uma área da União que estiver invadida? Se for uma área do próprio Estado, da unidade federada? Nós não vamos estabelecer prazo para o cumprimento por parte do governador na defesa do patrimônio que ele tenha a responsabilidade processual civil de defender de acordo com o Código de Processo Civil e o Presidente da República. Só vamos estabelecer prazo para a desocupação das áreas particulares, isso se me apresenta, com todo o respeito, como violador do princípio da isonomia, porque as pessoas no processo, as pessoas jurídicas têm a mesma igualdade.

Compartilho da preocupação de que temos que fazer com que as decisões dos juízes sejam efetivas; aliás, essa é uma consequência da democracia. Decisão judicial tem que ser cumprida; agora, neste caso,

estabelecer prazo de 15 dias, parece-me que não encontre prudência.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria, com todo respeito aos colegas que aqui já se manifestaram, que pudéssemos ser um pouco mais objetivos, porque dizer, com todas as honras, que o direito de propriedade precisa ser preservado, isso não pode estar só na Constituição e nas palavras, isso precisa estar na prática.

Então, gostaria de saber dos dois debatedores qual seria o prazo razoável? Se 15 dias é pouco tempo, o direito de propriedade, de verdade, no preto e no branco, vai funcionar em quanto tempo? Quanto tempo o produtor precisa esperar para a Constituição ser cumprida?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu, V. Ex^a terá tempo suficiente, enquanto estou seguindo a ordem de oradores, para discutir com o Relator e com os debatedores.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É para que os demais que possam debater, já possam tentar discutir o caso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aécio Neves, com a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, em razão já das inúmeras manifestações, todas elas convergentes, tanto no respeito à preocupação da Senadora Kátia Abreu em relação ao direito inalienável à propriedade, chamo a atenção apenas para dois aspectos: o primeiro, no campo jurídico, aqui já externado, com a competência habitual do Senador Pedro Taques, mostrando que existe, inclusive no STJ, decisões em torno de casos concretos que estabelecem prazos distintos, em razão exatamente da complexidade e das particularidades de cada um dos casos.

Mas trago, na verdade, talvez exemplos de uma experiência muito pessoal que vivi em Minas Gerais. Sempre fomos muito atentos à garantia do direito de propriedade. Somos o Estado onde o agronegócio, a atividade rural, é parte fundamental da nossa economia.

Lembro-me de ter deixado o governo do Estado, após meu segundo mandato, sem qualquer processo em curso, no que diz respeito à reintegração de posse, mas tivemos casos extremamente complexos que sempre demandavam a criação de um gabinete de crise, a compreensão das particularidades do local, tanto do ponto de vista de acesso quanto identificação, não apenas das razões – sejam elas políticas, sejam elas sociais, daquela ocupação –, mas que instrumentos aqueles que ocupavam usavam. Exatamente para que uma ação precipitada, eventualmente não precedida

dos cuidados adequados, pudesse gerar conflitos, enfim, com tragédias, com mortes.

Preocupa-me – disse isso, pessoalmente, à Senadora – esse exíguo prazo de 15 dias. Estabelecer um parâmetro, talvez em torno de 90 dias, sujeito à avaliação da Justiça, a partir da peculiaridade de cada caso, talvez seja uma direção mais adequada, mas existirão processos que, por maior que seja a intenção do governante de buscar fazer a reintegração, por melhor que seja a qualidade das suas forças de segurança, da estrutura das suas polícias, é um processo que precisa de cuidados excepcionais, para que não se transforme uma mera invasão em uma tragédia, ou, no caso, em um confronto político maior.

Portanto, veja que há por parte da Senadora uma flexibilidade para compreender que esse prazo é extremamente exíguo e acho que temos, aqui, condições de construir um texto que garanta que é essencial o direito de propriedade, mas que respeite a realidade, enfim, as particularidades de cada um dos processos, sejam eles urbanos, sejam eles rurais, que demandam ações absolutamente distintas. Preocupa-me apenas o prazo extremamente exíguo para essa reintegração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Depois, tenho inscrito o Senador Sérgio Souza, Roberto Requião, Ataídes Oliveira, Ana Rita, Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, V. Ex^a sabe o que me preocupa mais nessa discussão? É não chegarmos a um entendimento e passarmos para o País que o direito à propriedade não foi muito considerada na apreciação dessa matéria, porque, na hora em que essa matéria é posta em discussão, o cerne da questão é direito de propriedade, a preservação do direito de propriedade.

Se é feita uma proposta de prazo de 15, 30, 90 ou 120 dias e não se estabelece prazo nenhum – isso fica sujeito à interpretação da lei –, você fica sujeito, inclusive, à politização do problema.

Eu vou dizer a V. Ex^{as} o que ocorreu comigo. Meu pai foi proprietário de uma fazenda que produzia melão e empregava, na safra, perto de mil pessoas. Era exportador de melão, produzia melão para a Europa. Essa propriedade foi desapropriada por ser considerada improdutivo. Pasmem! Ela foi desapropriada por ser considerada improdutivo. E ela produzia um milhão de caixas de melão por ano, empregava mil pessoas

na safra e foi decretada improdutivo e, por isso, desapropriada por interesse público.

Muito bem. Foi desapropriada, os sem-terra invadiram, foi pedida, por via judicial, a reintegração de posse. É claro que a Justiça promoveu e concedeu a reintegração de posse. O governador do meu Estado à época era meu adversário político, e eu fiquei na dependência do humor do governador, e o tempo foi passando, passando, passando.

Meu pai tinha morrido e eu fiquei na dependência do pensamento político do governador, que é o Comandante da Polícia Militar, para fazer ou não a reintegração de posse. A reintegração de posse foi feita muito depois de 15 dias, de 30 dias, muito tempo depois. E foi um longo período de aflição.

A reintegração de posse, Sr. Presidente; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, só ocorre quando a Justiça entende que o direito da propriedade privada foi maculado. Então, a decisão judicial, no primeiro momento, decide se a propriedade privada pertence a alguém, se ela foi agredida e se ela tem de ser preservada para que Alemanha, Rússia e China entendam que no Brasil existe, de verdade, o direito à propriedade privada, que é o recado que nós estamos tentando preservar neste momento, nesta Comissão.

Agora, eu respeito as ponderações do Senador Aloysio, Senador Aécio. É delicado! Eu fui governador e tive problemas na negociação com invasores de propriedade privada. Eu vivi, como governador, do outro lado do balcão, o mesmo problema. Então, o que eu acho. Eu acho que nós temos de chegar ao entendimento do que a Senadora Kátia Abreu pretende em defesa do direito da propriedade. Qual é o prazo ideal? Eu entendo também as colocações do Senador Pedro Taques de que a Legislação já guarda certos princípios que resguardam o direito à propriedade. Mas se a gente não definir aqui, já que a proposta foi feita, que o assunto foi provocado, que a chaga está aberta, se a gente não definir um prazo, nós vamos dar um péssimo recado, no plano nacional e internacional.

Aqui no Brasil a preservação do direito à propriedade é uma brincadeira! Não é uma coisa levada muito a sério porque, quando se provoca a definição de um prazo, não se define o prazo. Ou de 15 dias ou de 30 dias ou 90 dias, nós temos de sair daqui com a definição de prazo.

Eu quero dizer que a Senadora Kátia Abreu tem razão em sua preocupação. Meu voto será pela definição de um prazo, que pode ser de 15 dias ou um pouco dilatado – não pode ser indefinido – em defesa de uma coisa que é sagrada, que é cláusula pétrea na Constituição brasileira, que é o direito à propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ouço o Senador Sérgio Souza.

Há outros inscritos: Senador Requião, Senador Ataídes, Senadora Ana, Senador Suplicy.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Os debates tidos até agora neste processo demonstram que é necessário nos reestudarmos. Vou pedir licença a meus pares para pedir vista.

Eu sou membro de uma frente parlamentar agropecuária que priva muito pela propriedade. Eu sei o sofrimento que é o de um cidadão ver sua propriedade ser dilapidada e perdendo, inclusive, valor econômico. Sei também e entendo o movimento daqueles que não têm terra ou não tem teto no sentido de buscar uma fórmula para haver uma reforma agrária mais eficiente. Também entendo a posição de um chefe do Poder Executivo em se ver em situações constrangedoras.

Então, eu vou pedir vista para estudar mais a fundo e achar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista concedida. Projeto seguinte.

Interrompida a discussão. Projeto seguinte.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, vista coletiva, por favor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O Relator vai pedir vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva, Dornelles pediu agora.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, estamos todos incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva, todos os Parlamentares, menos o Relator. Está resolvido.

Projeto seguinte:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 25, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre a cooperação federativa no âmbito da Defesa Civil e prever a formação da Força Nacional de Defesa Civil.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto, acolhendo a Emenda nº 1 nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, nós, aqui no Senado, logo que chegamos,

junto com o Senador Casildo Maldaner e outros colegas, incluindo o Senador Lindbergh, criamos uma comissão temporária para analisar a lei do conhecido Sindec (Sistema Nacional de Defesa Civil), que havia sido recém-aprovado, em 1º de dezembro de 2010.

Quando assumimos aqui em 2011, um dos desafios era encontrar uma maneira de aperfeiçoar o Sistema Nacional de Defesa Civil, tendo em vista os desastres naturais e também, óbvio, o Fundo Especial de Calamidade Pública, que foi criado pela mesma lei, o chamado Funcap. A intenção desse Fundo Especial de Calamidade Pública era envolver entes federados, no caso Estados, Municípios e União, no sentido de ter recursos para responder aos desastres naturais.

O problema é que a lei equivocou-se quando ela apresentou uma proposta de criação do fundo para reparo dos danos, e nenhum Município, nenhum ente federado, nenhum Estado conveniu com a União, mesmo com a vantagem de que, para cada um real apresentado por uma prefeitura ou por um Estado, a União colocaria três reais. Mas é óbvio que nenhum prefeito ou governador tem condição de assumir a responsabilidade de reparar sozinho danos causados por desastres naturais.

Está aí, agora, de novo, a tragédia em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Ontem colegas Senadores foram à tribuna, todos nós... São 27 vítimas dessa tragédia, desse desastre natural, e o que se identificou é que os recursos, os compromissos assumidos na última tragédia não haviam sido sequer implementados e já estamos lidando, agora, com um novo desastre natural.

O projeto do Senador Lindbergh vem com o propósito de propor – e aí, no mérito, eu fui defensor, junto com outros colegas, de criarmos uma Força Nacional de Defesa Civil. O problema é que o projeto, da maneira como estava, originalmente, criava espaço para se ter outro órgão, despesas, muitas possibilidades que comprometem completamente o mérito e a intenção de se criar uma Força Nacional de Defesa Civil.

Obviamente que no mérito sou favorável, porque acho que, para enfrentar os desastres naturais, tem que haver uma ação conjunta. Isso acontece, mas acontece de maneira desorganizada e, depois que os fatos ocorrem, aí é que se junta, que se busca encontrar as condições necessárias para enfrentar os desastres naturais.

Está evidenciado que o melhor negócio para um país que não tem problemas climáticos extremados, como no caso do Brasil, é a prevenção. O que não ocorre. No mesmo trabalho que fizemos, criminalizamos quem seja conivente com a ocupação de áreas de risco, por exemplo – tratamos disso no Código Florestal também.

E o projeto originalmente apresentado pelo Senador Lindbergh, no meu ponto de vista, para que ele não possa ser questionado nesta Comissão, e atender à constitucionalidade, que é a essência do nosso trabalho aqui na Comissão, eu entendi que ele precisava de substitutivo que estabeleceria a criação da Força Nacional, mas dentro da lei do Sindec, sem correremos o risco de estarmos aqui possibilitando o surgimento de despesas indevidas e má utilização de algo que é tão fundamental para o melhor funcionamento da Defesa Civil Nacional.

Já vem com uma característica, o nome já diz, é Defesa Civil, algo que não implica em custo, mas socorre, salva vidas, como é feito em cada Município, em cada Estado deste País.

O projeto Substitutivo, então, que apresento, no meu ponto de vista, cria as condições para que possamos garantir a constitucionalidade da matéria, ao mesmo tempo, a juridicidade e a regimentalidade da mesma.

Então, no mérito, sou de acordo com a proposta, mas, para sanar eventuais problemas, fiz um voto de aprovação do projeto de lei acatando uma emenda apresentada pela Senadora Ana Amélia, na forma do seguinte Substitutivo que passo a ler:

A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que institui o Sindec – Sistema Nacional de Defesa Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A [fazendo aqui, então, no meu ponto de vista, o aproveitamento do mérito, sem que a gente venha a comprometer a proposta, que é meritória]:

“Art. 17-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar entre si convênios para a execução conjunta de ações de defesa civil, inclusive para constituição de força nacional de defesa civil.

§1º Somente os entes que integrarem o Sindec poderão participar dos convênios previstos no caput.

§2º Os convênios previstos no caput deverão conter, no mínimo:

I – identificação do objeto;

II – fixação de objetivos e metas;

III – definição de etapas ou fases de execução do objeto;

IV – previsão de início e fim da execução do objeto;

V – plano de aplicação de recursos financeiros;

VI – cronograma de desembolso;

VII – especificação do aporte de recursos.

§3º O objeto dos convênios previstos no caput poderá conter, entre outras medidas:

I – execução de ações conjuntas;

II – desenvolvimento de ações de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal;

III – transferência de recursos;

IV – cessão, em caráter emergencial e temporário de servidores civis e militares com formação técnica compatível com as atividades a serem desenvolvidas, bem como de máquinas e equipamentos para a execução das atividades previstas no convênio.”

Concluo, Sr. Presidente, dizendo ser favorável com o Substitutivo e informando aos colegas que estamos deliberando sobre alteração na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da Defesa Civil e previsão da formação de Força Nacional dentro do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec).

O projeto prevê uma alteração na Lei que criou o Sindec, possibilitando uma ação conjunta a partir de convênios entre os entes federados, para que eles possam estar mais bem preparados para prevenir, dar suporte e agir nos desastres naturais.

Meu voto é pela aprovação com o Substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encerrei o relatório e estou iniciando a discussão.

V. Ex^a, Senador Valadares, pede inscrição para discutir.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, depois Senador Luiz Henrique e, em seguida, Senador Valadares.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Jorge Viana procurou escoimar do projeto original, que evidentemente é um projeto que obedece à melhor das boas intenções, aquilo que ele continha de inconstitucionalidade. Remanescendo, no entanto, o §1º, que diz que “somente os entes que integrarem o Sindec poderão participar dos convênios previstos no caput”, parece-me que aí ele invade realmente a competência da Presidência da República. No mais, a forma que ficou de um projeto autorizativo não é inconstitucional, mas é inócuo, porque concede autorização a quem não pediu e a quem não necessita disso. Autorização para firmar convênio é rotina das administrações e, nesses convênios, evidentemente, se estabelecem quais são os objetivos da ação comum. De modo que não é preciso de lei para isso.

O que é necessário é uma ação efetiva do Governo Federal nessa matéria; não é de lei que nós precisamos. O que precisamos é de eficiência pelo menos no uso dos recursos orçamentários que são colocados à disposição do Poder Executivo, seja para prevenir esse tipo de desastre, seja para remediar, para atenuar as consequências sobre as suas vítimas.

A tragédia de 2011 chamou a atenção do País inteiro, mais de 900 pessoas mortas, uma tragédia de proporções épicas. Naquele episódio, o Governo Federal prometeu casas para os desabrigados. Até agora, não entregou nenhuma; não entregou nenhuma. Um tal plano nacional de monitoramento etc. foi lançado pelo Presidente Lula e relançado pela Presidente Dilma.

Eu fiz levantamento, e falei sobre isso na tribuna ontem, da execução orçamentária em matéria de prevenção nos últimos anos. Sabem V. Ex^{as} quanto o Governo executou do orçamento que foi posto à disposição dele para prevenção? Vinte e três por cento. Foi o executado. Depois da tragédia de 2011, o Governo prometeu liberar recursos para os Municípios afetados. Liberou, em meados do ano passado apenas, quinhentos e poucos milhões. Então, convenhamos, não há... A Presidente Dilma diz: “Olha, as pessoas resistem em sair de áreas de risco.” Elas resistem em sair quando não lhes forem oferecidas alternativas.

Não se gasta dinheiro em prevenção. Gasta-se para corrigir, e muitas vezes esse gasto é direcionado pelos Ministros que ocuparam a pasta da Integração Nacional para atenderem a interesses locais. A imprensa noticiou fartamente que determinadas gestões do atual Governo e do governo passado direcionaram fábulas para a base eleitoral do Ministro, deixando as demais regiões à míngua. Uso puramente eleitoral do Ministério.

Então, não é de lei que nós precisamos, muito menos de uma lei que, na minha opinião, meu querido amigo Jorge Viana, com todo o esforço que o senhor fez, transformou uma proposição inconstitucional numa proposição inócua. E por que inócua? Porque o problema não é de lei, não. O problema é de ação, de ação coordenada entre Estados, União e Municípios, para aplicação da legislação urbana para a prevenção de acidentes, para a realização de obras de engenharia que previnam os deslizamentos de encostas, para construção de moradias para as pessoas que, sem outra opção, acabaram por se instalarem em áreas de risco.

Portanto, o que se quer é administração, administração eficiente, correta, e liderança do Governo Federal nesse processo. Coisa que falta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero elogiar a solução encontrada ao projeto pelo nobre Senador Jorge Viana, que o transformou numa proposição autorizativa. Essa proposição autorizativa, no caso concreto, é importante porque cria uma sinalização forte do Congresso ao Poder Executivo para que a Nação tenha uma força especializada em Defesa Civil.

Governador do Estado de Santa Catarina, eu presenciei os fatos da catástrofe climática do Vale do Itajaí. E vi como as Forças Armadas foram prestimosas em atender aquela catástrofe climática. Mas percebi também que, se tivéssemos uma força especializada mobilizada, de prontidão, a ação das Forças Armadas, junto com as forças de segurança estadual, teria sido muito mais eficaz.

Então, o que vejo de grande mérito neste projeto é essa sinalização do Congresso Nacional ao Executivo e à Nação, dizendo que precisamos, no âmbito das Forças Armadas, ter uma unidade preparada e pronta a intervir nessas catástrofes. Por isso, cumprimentando a autoria do Senador Lindbergh, a contribuição da Senadora Ana Amélia, votarei favoravelmente ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria apenas de contribuir com o aperfeiçoamento dessa matéria objeto da relatoria do Senador Jorge Viana, que, com muito propriedade e inteligência, conseguiu contornar as inconstitucionalidades existentes na matéria original da autoria do Senador Lindbergh.

O §1º a que se referiu o Senador Aloysio Nunes, de fato, tem uma impropriedade que pode ser corrigida com uma redação que sugiro ao Senador Jorge Viana. Em vez de, no §1º: “Somente os entes que integram o Sindec poderão participar dos convênios previstos no *caput*”, V. Ex^a poderia adotar outra redação, que sugiro que seja deste modo: “Somente os entes que integram o Sistema Nacional de Defesa Civil existente, ou que venha a ser criado, poderão participar dos convênios previstos no *caput*”, porque, assim, não estaremos citando um órgão já denominando, um órgão já criado pelo Governo Federal. É essa a sugestão que damos.

Ainda, dentro deste ambiente de contribuição, queria dizer o seguinte: os recursos que foram aplicados pelo Ministério da Integração, nos idos de 2011, o foram por autorização expressa da Presidência da República, em face do estado de calamidade acontecido, em diversos Municípios daquele Estado, e não por iniciativa própria do Ministro Fernando Bezerra. Queria fazer esse esclarecimento por um dever de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, que preside, com muito brilho, a Comissão de Desenvolvimento Regional, que trata, entre outros assuntos, dessa matéria.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

Para discutir, depois, o Senador Casildo Maldaner, já inscrevi V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, pelo conhecimento que tem na área.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, por economia de tempo, o mérito do projeto é muito bom. No entanto, entendo que se encontra prejudicado, em razão das alterações que foram promovidas pela Lei nº 12.608. E o Regimento Interno, no seu art. 334, inciso II, diz o seguinte:

Art. 334. O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado.

[...]

II – em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Entendo que o tema é o mesmo, o mérito é muito bom, mas o caminho, com todo o respeito, já foi resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, como último debatedor, para iniciarmos o processo de votação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, não poderia deixar de, neste instante, pelo menos deixar uma palavra aqui de participação.

Tivemos uma comissão especial aqui no Senado, presidida pelo Senador Jorge Viana, que tive a honra de ser o relator, e percorremos o Brasil. Mesmo naquelas viagens da comissão, no Rio de Janeiro, já naquela época, e em outros lugares, o Senador Lindbergh defendia a criação de uma Força Nacional para a Defesa Civil em casos de desastres, como tem a Força Nacional para outros episódios, como segurança e outros. Já era uma preocupação.

Vejo agora, com a apresentação desse projeto pelo Senador Lindbergh Farias, o Senador Jorge Viana, presidente daquela Comissão, teve a honra de relatar nesta Casa essa proposta.

A criação dessa Força Nacional de Defesa Civil é uma das propostas de um todo para enfrentarmos esse sistema no País. É alguma coisa. *(Pausa.)*

Não será criada a Força?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Um esclarecimento.

Se eu não me engano, o Relator, no seu parecer, retirou esse artigo, o 17-B, do projeto original, por considerá-lo matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Casildo, para conclusão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não vou entrar nas minúcias técnicas, se a autoria é da Presidência ou se é daqui, se é do Senador Lindbergh. Não vou entrar na origem.

No mérito, para o Brasil, ela sem dúvida alguma ajuda, é essencial. Eu diria que é uma das partes. Temos de avançar mais, temos de reformular o Funcap, dar condições para as defesas civis estaduais e para as defesas civis municipais trabalharem na prevenção, tema que estamos levantando o tempo todo. Isso é algo que vai ao encontro disso. O Brasil precisa acordar para a questão da prevenção, porque estão aí os problemas.

Em relação ao mérito, deixo aqui os cumprimentos ao autor – consta aqui o Senador Lindbergh – e ao Relator, eminente Senador Jorge Viana, com uma emenda da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quero felicitá-lo e registrar o profundo conhecimento e estudo que V. Exª tem nesta matéria.

Vamos à votação nominal.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Favorável ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Contra o projeto.

Senador Anibal, meu presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu queria apenas a manifestação do Relator diante da sugestão que apresentei sobre a modificação da redação do §1º. Eu gostaria, antes de votar, de saber da manifestação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou pedir a V. Exª para consultar o Relator informalmente, vou passar e, depois, tomo o voto de V. Exª. Consulte o Relator.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, voto com o Relator, evidentemente, anunciando aqui também a presença do Senador Luiz Henrique com uma PEC que aprovou na nossa Comissão, está no plenário, de também um fundo relativo a essa matéria, fruto de um grande debate patrocinado pelo Senador Jorge Viana e como Relator o Senador Casildo Maldaner, e que tive a honra de ser o vice-presidente dessa comissão temporária.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, quero aguardar também a conversa do Senador Valadares com o Relator para, depois, proferir o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)
Com o Relator.

Estamos votando o Substitutivo do Senador Jorge Viana.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eunício Oliveira, meu líder.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Dornelles. (*Pausa.*)

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Contrário ao Relator.

Senador Jorge Viana é voto conhecido.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A favor da ideia e contra o projeto, porque o projeto, infelizmente, é inócuo, não tem efeito algum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou tomar os votos, finalmente, dos Senadores Eduardo Lopes e Valadares. Por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, a contribuição é no sentido de tornar mais efetivo o projeto e aperfeiçoá-lo. Sou totalmente favorável, com uma restrição apenas, já que o Sindec é uma instituição criada pela Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, uma lei recente.

O §1º fala em Sindec. Ora, Sindec é uma atribuição da Presidência da República, do Governo Federal, do Poder Executivo. A minha sugestão é que se omita o termo “Sindec” e façamos a sua substituição pela expressão “um órgão já existente ou que venha a ser criado”. Estou ponderando porque essa parte do §1º é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou me permitir apresentar uma sugestão a V. Exª. Como nós estaremos votando essa proposta em dois turnos, no turno suplementar, V. Exª apresentaria formalmente ao Relator em forma de emenda para, no turno suplementar, ele apreciar. Aí sanearíamos essa questão. Correto, Senador Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – De acordo com a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nesse caso, eu votarei...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator e apresentando a emenda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ... pela sugestão de V. Exª, mas, no segundo turno, apresentarei a emenda. Com a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a colaboração imprescindível de V. Exª.

Senador Eduardo, como vota V. Exª?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Da mesma forma, com o Relator, aguardando a emenda para votação suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Eduardo.

Aprovado, o Substitutivo será submetido a turno suplementar com a emenda, sugestão do Senador Antonio Carlos Valadares.

Nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Senador Jorge, V. Exª já tem a redação final do item 1, nominal? Por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu inclusive fiz questão de consultar informalmente o Senador Pedro Taques e o Senador Aloysio, que fizeram observações pertinentes no sentido de preservarmos o mérito do projeto do Senador Sérgio Souza.

Passo à leitura de como fica o projeto.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 623, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 288 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar acrescido dos §§4º e 5º:

“Art. 288

.....
.....
§4º O órgão a que se refere o caput manterá sítio, na rede mundial de computadores, destinado ao recebimento formal de reclamações e denúncias dos usuários de serviços aéreos, permitindo acesso restrito ao interessado para acompanhamento.

§5º Os resultados das informações recebidas nos termos do §4º deste artigo são de acesso público e serão utilizadas para divulgação de indicadores de desempenho das empresas aéreas e dos aeroportos.” (NR)

Dessa maneira, a gente está resgatando algo fundamental para o projeto. Primeiro, dando acesso público, como o Senador Pedro Taques tinha colocado, dos resultados das reclamações, e, em segundo lugar, criando condições para que a pessoa que venha a fazer reclamação possa, de alguma maneira, ter alguma salvaguarda ao fazer a sua reclamação. Penso que dessa maneira estão atendidas as importantes observações que nos ajudam a fazer a lei ficar mais clara e resgatando aqui o mérito da iniciativa do Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo V. Exª pelo poder de síntese e de buscar o entendimento.

Durante a discussão, o Relator reformulou o voto e concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto e, no mérito, pela sua aprovação, com emenda de redação ora apresentada e pela rejeição da emenda 1-CMA.

Já está conclusa a discussão.

Início, agora, o processo de votação.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Votação nominal.

Senadora Ana Rita, como vota V. Exª, após a reformulação do voto do Senador Jorge Viana?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Parabenizando o Relator por ter aceitado as sugestões, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Petecão.

Senador Armando Monteiro.

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ataídes de Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Jorge Viana, voto conhecido.

Aprovado o projeto e a emenda de redação.

Eu queria repetir a votação com a emenda de redação.

Se os senhores concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos votar a emenda que tem parecer contrário para fechar a aprovação desse projeto.

Os senhores que concordam com a manifestação do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Pedindo a votação contrária, mantemos as mesmas votações.

Aprovado o projeto e a emenda de redação e rejeitada a emenda nº 1 da CMA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item seguinte, Senador Pedro Simon, item 7.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Combinei com o autor, Senador Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Peço silêncio, por favor.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... para deixar esse projeto para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu posso recolocá-lo na próxima semana, Senador Simon, com a concordância dos autores. É um projeto importante.

O Item 7 está adiado para a próxima semana.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 677, de 2011

– Terminativo -

Altera os arts. 1º e 10 da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, para acrescentar exigências para a qualificação de entidades Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) nos termos das respectivas Leis.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

– *Votação nominal;*

– *Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.)*

Item 8, Senadora Ana Rita:

ITEM 8

OFÍCIO “S” Nº 3, de 2013

– Não Terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, os documentos do Doutor GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Votação secreta.

De acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado e, em conformidade com o Ato nº 1 desta Comissão, de outubro de 2007, esta Presidência comunica às Sr^{as} e Srs. Senadores que o processo de apresentação de escolha de autoridades será feita em duas etapas. A primeira, hoje portanto, a relatora apresentará o relatório à Comissão com recomendações para que, no caso, o indicado apresente informações. Após apresentação, será concedida vista coletiva, como de costume.

Na segunda etapa, amanhã, conforme acordo de lideranças na Casa, nós haveremos de fazer reunião extraordinária, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para proferir seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Procedo à leitura do relatório.

Cabe a esta Comissão opinar sobre a indicação do Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para ocupar vaga de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, CNJ, no biênio 2013-2015, nos termos constitucionais.

Constitui competência privativa do Senado Federal, nos termos do §2º do art. 103-B da Constituição, apreciar as indicações ao Conselho Nacional de Justiça, e aprová-las, exigida para tanto a maioria absoluta.

A matéria se encontra disciplinada mediante a Resolução nº 7, de 2005, pela qual compete a esta Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre os nomes indicados ao CNJ, antes de sua apreciação pelo Plenário da Casa.

O currículo do indicado reflete sua trajetória profissional e acadêmica, ampla e diversificada: bacharel em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1988, cursou especialização na Universidade de Brasília, em convênio com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, no ano de 1989, com monografia sobre *O Direito Penal e a família informal*.

Adiante, fez mestrado pela mesma Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 1997, com dissertação sobre *Companheirismo, uma espécie de família*. No ano de 2002, concluiu com defesa de tese o seu doutoramento, ainda na UERJ, com trabalho sobre Biodireito e as relações paterno-materno-filiais.

Antes de alcançar a elevada condição de Desembargador Federal, que hoje exerce no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Guilherme Calmon Nogueira da Gama foi Promotor de Justiça no Estado de Minas Ge-

rais, em 1989; Defensor Público, no Estado do Rio de Janeiro, nos anos de 1989 a 1990; Juiz de Direito no Estado de São Paulo, de 1990 a 1993; e finalmente, a partir de 1993, ingressou na carreira de juiz federal da 2ª Região.

O indicado foi Juiz Federal substituto de 1993 a 1995; Juiz Federal titular de 1995 a 1998; Juiz Federal convocado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região de 2002 a 2008. Integrou a primeira turma recursal do TRF da 2ª Região e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Federal, em ambos os casos no período de 2002 a 2003. No ano de 2004, foi Juiz Federal auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 2ª Região no ano de 2004. Finalmente, antes da promoção a Desembargador Federal, foi Juiz Federal Auxiliar ao Supremo Tribunal Federal.

Para o ingresso na carreira de todos esses cargos, promotor de justiça, defensor público, juiz de direito e juiz federal, foi aprovado em disputados concursos públicos de provas e títulos.

Guilherme Calmon Nogueira da Gama recebeu diversas honrarias, tais como o Título de Cidadão Taubateano, conferido pela Câmara Municipal de Taubaté em 2002, pelos serviços ali prestados como juiz de direito; a Medalha do Pacificador, conferida pelo Exército Brasileiro, em razão de serviços prestados à instituição, no ano de 2004, e ainda a Medalha Pedro Ernesto, conferida pela Câmara Municipal do Estado do Rio de Janeiro, além da Medalha da Ordem do Mérito Militar, em grau de Comendador do Corpo de Graduados Especiais, conferida pelo Presidente da República, em 2010.

É membro da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC) e sócio efetivo do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFam). Foi diretor da Revista de Direito Federal, da Associação de Juízes Federais do Brasil (Ajufe), nos períodos de 2004-2006 e 2006-2008.

Suas atividades docentes são igualmente amplas, iniciando-se na condição de professor colaborador da Unitaú – Universidade de Taubaté, de 1991 a 1993; e incluindo a de professor adjunto da UERJ, desde 1993 até os dias atuais. É professor contratado da Fundação Getúlio Vargas e professor colaborador do programa de mestrado e doutorado da UERJ, e desses mesmos programas na Universidade Gama Filho.

Dentre as obras publicadas destacam-se: *O Companheirismo, uma espécie de família*, pela *Revista dos Tribunais*, em 1998; *Temas de Direito Penal e Processo Penal*, este em co-autoria com Abel Fernandes Gomes, pela Editora Renovar, em 2000; *Alterações constitucionais e limites do poder de reforma*, pela Editora Juarez de Oliveira, em 2001; *Direito de Família brasileiro – abordagem sob a perspectiva civil-constitucional*, pela

Editora Juarez de Oliveira, em 2001; e *A Constituição de 1988 e as pensões securitárias no Direito brasileiro*, Editora LTr, em 2001, *A Nova Filiação*, o Biodireito e as Relações Parentais, Editora Renovar, em 2003, e muitos outros trabalhos de relevo, sobretudo no campo do Direito Civil.

Guilherme Calmon Nogueira da Gama faz acompanhar seu currículo dos documentos obrigatórios, na espécie, conforme as disposições regimentais pertinentes, especialmente a Resolução do Senado nº 7, de 2005, que disciplina a matéria.

Assim, apresenta Declaração de Renúncia, pela qual, em atendimento ao disposto no art. 5º, V, dessa Resolução, renuncia ao direito de concorrer à lista de ingresso em qualquer Tribunal Superior durante o mandato de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, até dois anos após o seu término.

E declara, igualmente, em atendimentos à mesma Resolução, que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder, ou instituição, responsável por sua indicação (art. 5º, II, da Res. nº 7, de 2005); que não cumpre qualquer tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar e, ainda, que não existe qualquer procedimento dessa natureza instaurado contra sua pessoa (art. 5º, III, da mesma Resolução). E, finalmente, que não é membro do Congresso Nacional, de Poder Legislativo de Estado da Federação, do Distrito Federal ou de Município, ou cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, inclusive, de membro de qualquer desses Poderes (art. 5º, IV, da Resolução nº 7, de 2005).

Declara, em documento formal, que não possui parentes, consaguíneos ou afins, vinculados à estrutura do Poder Judiciário; e, nos mesmos termos, que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em cumprimento, respectivamente, ao disposto no art. 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, que disciplina este procedimento.

Guilherme Calmon Nogueira da Gama entrega a esta Comissão, nos termos do mesmo Ato nº 1, de 2007, em seu art. 1º, inciso II, alínea “c”, os documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal. Os documentos se encontram, efetivamente, acostados aos autos.

O indicado é autor, em litisconsórcio ativo com a Associação dos Juízes Federais de ações referentes ao Imposto de Renda sobre o terço de férias e ao adicional de tempo de serviço, que se encontra em tramitação na Justiça Federal e que não figura como réu em qualquer ação judicial, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como não responde a qualquer proce-

dimento administrativo-disciplinar. Por último, declara, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea “e”, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição e Justiça, que atua no Tribunal Regional Federal da 2ª Região como Desembargador federal junto à 6ª Turma Especializada, 3ª Seção Especializada e Tribunal Pleno, e informa os demais juízos onde serviu nos últimos cinco anos contados de sua indicação.

Finalmente, encaminha a esta Comissão, em atendimento à regra do inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, sua Argumentação Escrita, de modo a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade no Conselho Nacional de Justiça.

Após o resumo de sua experiência profissional, Guilherme Calmon Nogueira da Gama afirma, “com plena convicção, o compromisso de honrar e dignificar – com trabalho, dedicação, afincos e comprometimento necessários à indicação dos Ex^{mos}. Ministros do Superior Tribunal de Justiça para o exercício do cargo de conselheiro do CNJ, bem como atender a expectativa de V. Ex^a e dos demais Ex^{mos}. Senadores Membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal”.

Diante do exposto, entendemos que Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem. É só leitura, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós estamos em um processo de discussão, tenho que abrir a discussão, mas imediatamente vou conceder vista coletiva.

Para discutir, Senador Francisco Dornelles, depois o Senador Valadares.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, tendo a vista coletiva, eu apelaria ao Senador Dornelles para que a gente depois...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É vista coletiva e amanhã nós vamos para a sabatina.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Senadora Ana Rita pelo seu brilhante parecer.

O Dr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama é um dos competentes desembargadores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e a sua presença no

Conselho Nacional de Justiça vai honrar esse Conselho e dar mais transparência e eficiência ao seu trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, tão somente para dizer a V. Ex^a que, após a concessão de vista desse projeto, dessa matéria, eu irei apresentar um “pela ordem” no sentido da concessão de prioridade a um projeto de lei. É só isso que eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k., passarei a ouvi-lo, Senador Valadares.

Não mais havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva, ficando para amanhã... Peço a V. Ex^{as} a colaboração no que diz respeito ao quórum, até porque iniciaremos a arguição do candidato e a votação, nos termos do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça.

Parabenizo o trabalho da Senadora Ana Rita.

Próximo item da pauta: item 9. O Relator, Senador Romero Jucá, solicitou a sua retirada para reexame.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2006 – Não Terminativo -

Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta dispositivos às Leis nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência).

Autoria: Senador José Sarney

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2012 – Não Terminativo -

Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006, com nove emendas que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 234, de 2012.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.)*

O item 10, a Relatora Lúcia Vânia solicitou adiamento para a próxima reunião, pois está em reunião.
(*É o seguinte o item adiado:*

ITEM 10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 70, DE 2011

– Não Terminativo -

Altera o art. 6º da Constituição Federal, para incluir, entre os direitos sociais, a proteção à adolescência.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável à proposta.)

ITEM 11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 22, DE 2011

– Não Terminativo -

Altera o art. 37 da Constituição Federal para determinar a suspensão da contagem do prazo de validade de concurso público nos casos que especifica.

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável à proposta.

Antes de conceder a palavra a S. Ex^a o Senador Pedro Simon, a quem peço um minuto, nós temos um requerimento de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Aloysio muito interessante para ser lido ainda hoje nesta Comissão.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da boa técnica legislativa e favorável ao mérito.

A alteração proposta ao inciso III do art. 37 da Carta da República determina a suspensão da contagem do prazo de validade de concurso público no caso de suspensão temporária de nomeação de aprovados.

A justificação informa que o objetivo é preservar os aprovados em concursos públicos de terem, contra a sua expectativa de nomeação, a suspensão de convocação por conta de elementos de índole financeira ou orçamentária.

No mérito, temos para nós a necessidade de aprovação da proposição. É efetivamente insustentável e irrazoável que os candidatos aprovados em concursos públicos válidos tenham contra si o risco de não convocação por conta da ocorrência de limitações orçamentárias episódicas na Administração contratante, vendo, enquanto isso, fluir o prazo de validade do certame seletivo.

Por isso, Sr. Presidente, eu apresentaria a sugestão para retirada de pauta para haver tramitação na comissão da lei geral dos concursos públicos, em tramitação.

Nós, então, estaríamos aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Atendendo a V. Ex^a, faremos a retirada de pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para facilitar o trabalho de V. Ex^a, já que temos quórum. Gostaria de fazer uma solicitação de que fosse retirado de pauta o item 13.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 13? Atendido V. Ex^a, para reexame.

(*É o seguinte o item retirado:*

ITEM 13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 78, DE 2011

– Não Terminativo -

Modifica o art. 144 da Constituição Federal, para determinar que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, escolhido dentre Delegados de Polícia Federal, maiores de trinta e cinco anos.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta.)

Eu quero comunicar a V. Ex^{as}, antes de passar a palavra ao Senador Valadares, para aproveitar a presença de V. Ex^{as}, que foi agendada para o dia 4 de abril, quinta-feira, às 10 horas, a instalação da subcomissão permanente de segurança pública; e que foi reagendada para às 14 horas, do dia 4, audiência pública destinada a instruir as Propostas de Emenda à Constituição de nº 53 e 56 que tratam de terrenos de marinha. Então, dia 4, instalação da subcomissão permanente de segurança pública e convido V. Ex^{as}

que tenham interesse em participar, principalmente aqueles que já trabalham com a comissão especial do Código Penal, para firmarmos um trabalho em paralelo entre a subcomissão da Comissão de Justiça e a comissão especial do Código Penal.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 26, DE 2012

– Não Terminativo -

Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

– Em 16/07/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia.

Peço ao Senador Luiz Henrique para

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão, para não ocorrer o mesmo caso que ocorreu com a relatoria: que não estando presente o relator, não seja nomeado relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sugestão aceita de forma muito prudente, Senador Luiz Henrique.

Item 16 da pauta:

ITEM 16

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 4, DE 2012

– Não Terminativo -

Declara nula a Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont, adotada em 9 de janeiro de 1948.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Relatório:

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 4, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda, pretende declarar a nulidade da Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont, adotada em 9 de janeiro de 1948.

Na justificação, o autor da proposição sustenta que Luiz Carlos Prestes, eleito Senador pelo Partido Comunista do Brasil em 1945, com a maior votação proporcional da história política brasileira até então, foi uma das personalidades mais marcantes da história brasileira, até hoje reverenciada por suas atividades políticas e militares, caracterizadas pelo nacionalismo e pela defesa das camadas sociais oprimidas.

Acrescenta o autor que, embora Luiz Carlos Prestes tivesse direito a ocupar uma cadeira nesta Casa Legislativa até 31 de janeiro de 1955, a Mesa do Senado Federal declarou extinto o seu mandato e de seu suplente, Abel Chermont, em 9 de janeiro de 1948, por meio de Resolução publicada no dia seguinte no *Diário do Congresso Nacional*, com base na Lei nº 211, de 7 de janeiro de 1948, que previa a extinção do mandato dos parlamentares eleitos sob legendas partidárias que tiveram o registro cassado.

Destaca o autor do PRS que a medida contra Prestes feriu as garantias constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito previstos no § 3º do art. 141 da Constituição Federal de 1946, uma vez que a referida Lei nº 211 foi publicada após o cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por três votos a dois, em 7 de maio de 1947, numa decisão equivocada e considerada um erro judiciário que manchou o novo regime democrático consagrado pela Constituição.

Por fim, o autor registra que o projeto pretende reparar a inconstitucionalidade e as máculas jurídica e política de um ato antidemocrático de cassação de parlamentar eleito pelo povo existentes na Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato de Luiz Carlos Prestes, fazendo justiça à história e à nação brasileira. Afinal, embora desde 23 de junho de 1988, o TSE tenha deferido o registro do Partido Comunista do Brasil, nada foi feito com relação aos mandatos dos parlamentares desse partido arbitrariamente extintos em 1948.

O projeto em exame não recebeu emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão se pronunciar sobre a matéria, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Verificamos que a Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947, do TSE, que cancelou o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundamentou-se

no art. 141, §13, da Constituição Federal, segundo o qual era vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

Nos termos da referida resolução, aprovada por apertada maioria de três votos a dois, o PCB recebia influência doutrinária, político-partidária, marxista-leninista, de procedência estrangeira, não obstante extenso voto contrário do Relator, Prof. Sá Filho, no sentido de que a pluralidade dos partidos caracteriza os regimes democráticos modernos e que não ficou provado no processo que aquele partido, em seu programa ou ação, fosse contrário ao regime democrático baseado na pluralidade partidária e nos direitos do homem.

Por sua vez, a Lei nº 211, de 1948, determinava, em seu art. 1º, alínea “e”, a extinção do mandato dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não legendas partidárias, pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidisse no §13 do art. 141 da Constituição Federal.

São os seguintes os dispositivos pertinentes da Lei:

Art. 1º Extingue-se o mandato dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não legendas partidárias:

.....
e) pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidir no § 13 do artigo 141, da Constituição Federal;

.....
Art. 2º Nos casos das letras “e” e “f” do artigo 1º, as Mesas dos Corpos Legislativos, a que pertencerem os representantes, declararão extintos os mandatos.

Parágrafo único. Para esse fim, o órgão judiciário ou autoridade que houver cassado o registro do Partido ou declarado a perda dos direitos políticos dos representantes levará o fato ao conhecimento das referidas Mesas, dentro em 48 horas, contadas do trânsito em julgado da decisão ou da publicação do ato, e, quanto aos atos e decisões já existentes, da vigência desta lei.

Dispunha, de sua parte, o §13 do art. 141 da Carta de 1946:

Art.

.....
§13. É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer Partido ou as-

sociação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

.....

Ocorre que o §3º do mesmo art. 141 da Constituição de 1946 determinava que a lei não poderia prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Portanto, a Lei nº 211, de 1948, não poderia retroagir para atingir os mandatos em curso, sob pena de inconstitucionalidade.

Dessa forma, o projeto deve ser aprovado, visto que não há vícios de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa. Antes, pretende sanar vício de inconstitucionalidade presente na Resolução de 9 de janeiro de 1948 desta Casa Legislativa que extinguiu o mandato do Senador Prestes, com base na aplicação retroativa da citada Lei nº 211, de 1948.

Cabe lembrar, todavia, que não há que falar em ressarcimento pela remuneração devida nos anos restantes de mandato do ex-Senador, tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, que assim dispõe:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Tampouco é devido o benefício de pensão, uma vez que o regime de previdência específico de parlamentares somente passou a existir em 1963, quando foi criado o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) por meio da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, que exigia a contribuição por no mínimo oito anos de mandato.

Inclusive esta Lei de 1963, que criava o Instituto de Previdência dos Congressistas, já foi revogada.

Portanto, a aprovação do projeto não gerará efeitos financeiros aos sucessores do Senador Luiz Carlos Prestes.

A ressalva se dá quanto à assistência à saúde. O Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1995, concede a ex-Senadores o direito à assistência à saúde, a ser prestado:

a) pelos serviços próprios da Secretaria de Assistência Médica e Social ou da rede pública, sem ônus para os beneficiários;

b) por serviços prestados por instituições públicas e privadas mediante contrato de credenciamento com o Senado Federal;

c) por profissionais liberais ou entidades não credenciadas com o Senado Federal, sob a modalidade de

livre escolha, mediante prévia autorização da SAMS, e prévio empenho dos valores por ela informados;

d) por profissionais liberais ou entidades não credenciadas com o Senado Federal, sob a modalidade de livre escolha, mediante solicitação de ressarcimento das despesas efetivamente realizadas, nos casos de urgência.

Logicamente que existe uma resolução do Senado Federal estabelecendo um limite para realização dessas despesas de saúde para cobertura de assistência médica a ex-parlamentares.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2012, com as ressalvas que acrescentei por ocasião da leitura deste parecer.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Em discussão, a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero destacar, nesse projeto de iniciativa do nobre Senador Inácio Arruda, que ele exalta a democracia e condena a exceção, condena o ato arbitrário.

Qualquer que fosse o parlamentar colhido por essa arbitrariedade, eu estaria aqui a defender o parecer do ilustre colega Antonio Carlos Valadares. Trata-se, no entanto, de uma personalidade que pertence à história deste País.

Lembro um episódio – o Senador Pedro Simon deve lembrar também – em que o então Deputado Thales Ramalho, então Secretário-Geral do MDB, fizera uma declaração muito dura contra o Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes. E o General Cordeiro de Farias fez uma reprimenda ao então ilustre Secretário-Geral do MDB. Embora afirmasse ter profundas divergências ideológicas e políticas, o General disse que Luiz Carlos Prestes deveria ser respeitado porque já pertencia à história deste País.

Conheço a família Prestes, conheço a Srª Maria Prestes, que mora num apartamento por generosidade do saudoso arquiteto Oscar Niemeyer. Não fora isso, nem teria condições de ter uma casa própria para residir.

O projeto tem todo o mérito. Por isso, em respeito à democracia, exaltando na figura de Luiz Carlos Prestes um capítulo inapagável da história deste País, voto pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo orador inscrito, coloco a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Faço questão de constar que votei a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Será consignado o voto de V. Exª, Senador Pedro Simon.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O item 17 tem como Relator o Senador Paulo Bauer, que pede a retirada da matéria de pauta.

Está retirado de pauta o item 17.

(É o seguinte o item retirado:)

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 105, DE 2012

– Não Terminativo -

Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.

Autoria: Deputado Dr. Ubiali

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O item 18 é relatado pela Senadora Lúcia Vânia. Também houve solicitação de reexame da matéria por parte da Senadora Lúcia Vânia.

(É o seguinte o item retirado:)

ITEM 18

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 244, de 2009

– Não Terminativo -

Dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009.)

Passamos ao item 19:

ITEM 19**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 2, DE 2013****– Não Terminativo –**

Cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Relatório: dependendo de relatório.

Observações: A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

O relatório é do Senador Antonio Carlos Valadares.

O Senador Antonio Carlos Valadares se encontra presente?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Senador está resolvendo um problema que só ele pode resolver no momento na nossa sala. Mas já vem correndo ali, porque se trata de matéria ligada à Procuradoria da Mulher, e ele tem grande sensibilidade em relação a essa questão. Por isso, houve um pedido, um clamor das mulheres para que ele relatasse essa matéria. Estamos na expectativa de que, ao abotoar o paletó, ele possa relatar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Enquanto aguardamos a presença do Senador Antonio Carlos Valadares, fazemos a leitura do requerimento apresentado...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O Senador já está presente aqui, Sr. Presidente, devidamente pronto, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Faremos, então, a leitura do requerimento e, logo em seguida, concederemos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Requerimentos assinados pelo Senador Luiz Henrique da Silveira e Aloysio Nunes Ferreira:

“Requeiro, nos temos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a finalidade de discutir o regimento de pagamento de precatórios.

No momento em que o Congresso Nacional discute a reforma tributária, com alterações substanciais para a economia da todos os Estados federados, é preciso buscar uma solução jurídica urgente para essa questão, que exaure os orçamentos estaduais.

Estima-se que cerca de um milhão de credores tenham mais de R\$90 bilhões a receber de Estados e Municípios. Este Congresso adotou norma constitucional que permitia o pagamento em até 15 anos, a

realização de leilões para priorizar o credor disposto a dar mais desconto, além de prever a reserva no orçamento de Estados e Municípios entre 1% e 2% para quitação das dívidas.

Essa norma acaba de ser declarada inconstitucional pelo egrégio Supremo Tribunal Federal.

Sem a emenda à Constituição, voltam a valer as regras da Constituição de 1988, que praticamente inviabilizam o pagamento dos precatórios.

Assim sendo, sugiro sejam convidadas, para discutir essa matéria e fornecer subsídios a esta Comissão, as seguintes pessoas:

– ex-Ministro da Justiça Ex^{mo} Sr. Nelson Jobim;

– Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ex^{mo} Sr. Tarso Genro.

– Cláudio José Trinchão Santos, coordenador dos Secretários de Estado da Fazenda no Confaz e Secretário de Fazenda do Maranhão;

– Il^{mo} Sr. Dr. Mauro Ricardo, Secretário de Finanças de Salvador;

– economista Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Sala das Comissões.”

Esse requerimento vem assinado pelo Senador Luiz Henrique e pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e vai à votação na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo agora a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para proceder à leitura do seu relatório sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 2, não terminativo, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal.

A autoria da matéria é da Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para proferir o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o parecer já foi distribuído a todos os Senadores e a todas as Senadoras e é do conhecimento dos integrantes desta Comissão.

Sendo assim, eu apenas vou me referir ao fato de que apresentamos três emendas relativas a esse projeto.

O art. 1º foi alterado com a nova redação: “Fica instituída a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, constituída de uma Procuradora, a ser designada pelo Presidente do Senado Federal a cada dois anos, no início da primeira e da terceira Sessão Legislativa”. É uma redação semelhante à que foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

Outra emenda suprime o art. 3º do projeto.

E uma emenda dá nova redação ao art. 4º, dando à Comissão Diretora o prazo de 60 dias para disciplinar a estrutura administrativa da Procuradoria.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Parecer do Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com três emendas.

Em discussão a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, autora da matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Apesar de não compor a Comissão. Muito obrigada.

Eu quero dizer que as emendas apresentadas pelo Senador Valadares decorrem do fato de que estamos unificando o projeto que cria a Procuradoria da Mulher no Senado, tal qual existe na Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, foi criada a Procuradoria no ano de 2009, que tem uma exceção: Procuradoras-Adjuntas – que lá existem porque o número da Bancada é bem maior. No mais, ele cria e estabelece os mesmos mecanismos.

Eu gostaria aqui de agradecer não só ao Senador Valadares, que relatou, mas à Senadora Ana Rita, à Senadora Angela Portela, que foi uma das defensoras da Procuradoria na Mesa Diretora.

Eu gostaria de pedir a V. Exª que esse projeto fosse encaminhado imediatamente, se possível, pela Secretaria à Mesa Diretora, que terá uma reunião hoje, para apreciá-lo. É assim que está acertado não só com a Presidência, mas com a Mesa Diretora como um todo.

Então, agradeço ao Senador Valadares, à Senadora Ana Rita, ao Senador Luiz Henrique, ao Senador Inácio Arruda. E quero dizer que nós teremos um longo e belo trabalho à frente dessa Procuradoria aqui na Casa, que a Câmara já vem marcando posições importantes e que, a partir de agora, com a aprovação, nós poderemos ter.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Assim que a matéria for aprovada, será procedido conforme a solicitação de V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer uma consulta a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se essa Procuradoria é criada com servidores já da estrutura do Senado sem necessidade de criar novos cargos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu posso responder. Primeiro que o conteúdo do projeto está designando a estrutura à Mesa Diretora da Casa. Mas já há uma disposição e uma afirmação do Presidente Renan de que não vai criar nenhum cargo. O máximo que se faz é garantir a estrutura e fazer remanejamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Remanejamento?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Remanejamento. Mas essa é uma decisão que caberá à Mesa Diretora da Casa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nessas condições eu quero cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Valadares, porque o projeto tem mérito e, não criando novas despesas para o Senado, voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Para discutir a matéria, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui aproveitar a oportunidade para parabenizar o Relator, Senador Valadares, mas também parabenizar a autora do projeto, Senadora Vanessa, que se empenhou muito para que pudéssemos aqui, hoje, contar com uma Procuradoria Parlamentar aqui no Senado Federal. E eu digo que é uma experiência altamente importante, porque a Câmara dos Deputados já conta com esse espaço. E é um espaço de debate, de políticas públicas para as mulheres; é um espaço de articulação política, de defesa do direito das mulheres, ou seja, fortalece a atuação parlamentar das mulheres no Senado Federal.

Então, parabéns, Senadora Vanessa. Eu sei que V. Exª trabalhou muito essa semana para que nós pudéssemos ter a alegria e a honra de poder aprovar o projeto nesta manhã de hoje. Parabéns a V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Para discutir, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É um compromisso que foi assumido durante a discussão para eleição da Mesa Diretora e vai sendo honrado. Assumiu-se ali o compromisso de que essa matéria seria apreciada. Uma iniciativa da Senadora Vanessa, que, mesmo que gerasse alguma despesa adicional para o Senado Federal, seria importante. E sem gerar despesa, então, mais uma razão para nós darmos celeridade na sua implantação.

Acho que vai ser um trabalho muito interessante, muito importante, de apoio para as mulheres que atuam no Congresso Nacional, mas, sobretudo, para as mulheres que estão acompanhando a atividade do Congresso Nacional, especialmente do Senado, com a definição de uma nova instituição que tem condições de ouvir as mulheres brasileiras.

Por isso, parabéns à Senadora Vanessa Grazziotin e à Mesa, que buscou encaminhar no sentido da aprovação da matéria. Eu tenho certeza de que hoje, na sua reunião deliberativa, vai apreciar votando favoravelmente a resolução que acaba de ser relatada pelo ilustre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Relatório.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão.

A matéria vai ainda hoje para a Comissão Diretora, conforme solicitado pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte minutos, do dia vinte e um de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Romero Jucá, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Ataídes de Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Bauer e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata reúne-se a presente Comissão. Deixam

de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Braga, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Sodrê Santoro e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião Anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 3, de 2013.** Não Terminativo. Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, os documentos do Doutor GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado:** Aprovado o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela aprovação da escolha do nome do Dr. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, por unanimidade, com 17 (dezesete) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e dez minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único:

OFÍCIO “S” Nº 3, de 2013**– Não Terminativo –**

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, os documentos do Doutor GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Votação Secreta.

Observações:

Em 20/03/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b”, do art. 2º, do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades, no âmbito da CCJ.

Convido o Sr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama, para se fazer presente à mesa e tenho a honra de convidar, também, S. Ex^a o Sr. Ministro Francisco Falcão, Corregedor-Geral do Conselho Nacional de Justiça, que nos dá a honra de sua visita nesta Comissão.

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama para sua exposição, por 20 minutos, e, aí, sim, passaremos à fase de arguições.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Vital do Rêgo; Ex^{ma} Sr^a Relatora, Senadora Ana Rita; Ex^{mos} Srs. Senadores; Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras; Ex^{mo} Corregedor-Geral da Justiça, Ministro Francisco Falcão; Ex^{mos} juízes federais presentes; senhoras e senhores, é com grande satisfação e honra que venho, aqui, a esta Casa Legislativa, a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apresentar algumas ideias a respeito da minha pretensão em relação a assumir o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Sou magistrado de carreira há 23 anos, tendo passado pela Justiça estadual de São Paulo e, posteriormente, ingressado na Justiça Federal em atuação no Rio de Janeiro, na 2ª Região; e há cinco anos, integrando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na condição de juiz desse Tribunal. Com 46 anos, metade da minha vida, portanto 23 anos, na atuação da magistratura e do Poder Judiciário brasileiro.

Com a Emenda Constitucional nº 45/2004, que está prestes, ano que vem, a completar seu primeiro decênio, passamos a ter importantes atividades e atuações por parte do Conselho Nacional de Justiça – a partir da Emenda Constitucional nº 45 –, principalmente no campo do controle e fiscalização da Justiça brasileira e, especialmente, em termos de criação e desenvolvimento de políticas públicas nacionais voltadas ao aperfeiçoamento do sistema da Justiça e a melhoria da prestação jurisdicional.

Dessas funções que o CNJ têm para desempenhar, já podemos perceber, nesses oito anos da sua existência, uma série de resultados muito positivos a respeito tanto do controle e fiscalização da Justiça, como também implantação de políticas públicas no âmbito do aperfeiçoamento da jurisdição brasileira.

Destaco, aqui, alguns projetos e ações voltados ao cumprimento dos objetivos e funções do CNJ, inclusive no âmbito de ações da cidadania.

Há várias iniciativas por parte do Conselho Nacional de Justiça que têm tido resultados expressivos. Dentre outras, destaco o movimento pró-conciliação, inclusive objeto de uma comissão permanente específica do Conselho Nacional de Justiça. Esse movimento pró-conciliação já conta com a sua sétima semana nacional, realizada no final do ano passado, e que redundou na solução consensual de milhares de litígios que até então não tinham sido solucionados a partir das ações judiciais, ou mesmo sem ação ainda proposta. Essa foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, que tem se protraído no tempo e tem permanecido como algo muito positivo em relação às ações do CNJ.

Outra iniciativa envolve a modernização tecnológica do Poder Judiciário e o início de implantação do chamado PJE, Processo Judicial Eletrônico, exatamente para evitar a continuação de utilização de papéis, de modo que possamos ter uma Justiça mais ágil, mais efetiva e, ao mesmo tempo, sustentável ambientalmente. Isso é também algo que deve ser destacado no âmbito do CNJ.

Da mesma forma, nas medidas voltadas para uma prestação jurisdicional com moralidade, eficiência e efetividade, o CNJ vem desempenhando uma tarefa que é fundamental no sentido de diagnosticar problemas e questões que existem e que merecem maior atenção para a solução. E, a partir desse diagnóstico, é possível tentar apresentar e equacionar essas questões que se apresentam.

Destaco, finalmente, as comissões permanentes do Conselho Nacional de Justiça, em especial a Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, a Comissão de Acesso à Justiça e Cida-

nia e a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, como comissões que têm apresentado e desenvolvido iniciativas, ações e projetos relativos àquilo que havia mencionado.

Na condição de juiz do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – portanto, agora a meu respeito –, há cinco anos integro aquela Corte na condição de juiz do Tribunal, mas tendo atuado anteriormente em uma série de órgãos do Poder Judiciário, na Justiça Federal, no Rio de Janeiro. Fui juiz de vara criminal, fui juiz-presidente de turma recursal no Rio de Janeiro, integrei a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, criados pela Lei 10.259, de 2001. Enfim, tenho buscado não só contribuir, mas atuar de modo efetivo no âmbito de várias tarefas que até extrapolam os limites da mera atuação jurisdicional. Atualmente, sou o coordenador dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região. Por lei, é um juiz do tribunal que exerce essa função de coordenador, portanto, tanto os juizados do Rio de Janeiro quanto os juizados do Espírito Santo, Estados que estão abrangidos pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, são juizados que estão sob a minha coordenação, e temos tido várias medidas e ações positivas. Por exemplo, destaco aqui a efetiva implantação das turmas recursais da estrutura permanente da Lei 12.665, de 2012, portanto bem recente, que, de modo pioneiro, ocorreu na seção judiciária tanto do Rio de Janeiro quanto na seção judiciária do Espírito Santo.

Da mesma forma, das metas que foram apontadas e cumpridas no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em como atingir metas de conciliação, superamos em pelo menos 40% o número de audiências de conciliação previstas para o ano de 2012 nesse período. Acabei de ser, em dezembro passado, eleito diretor-geral da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, portanto uma outra atribuição fora da minha função jurisdicional, que é exatamente, que é exatamente a escola dirigida aos magistrados e servidores quanto ao seu aperfeiçoamento, quanto ao seu aprimoramento em relação a temas que são relevantes no âmbito da nossa atuação. Isso tudo, penso eu, fez com que eu adquirisse uma experiência muito significativa, de modo a permitir a atuar no Conselho Nacional de Justiça.

Anteriormente à Justiça Federal – passados 20 anos, portanto –, estive em São Paulo como juiz de direito, como juiz estadual, e lá também atuei em varas criminais, em varas cíveis, em juizados, ainda, informais, antes até da mudança ocorrida em 1995 com os juizados especiais.

Enfim, isso tudo demonstra um conhecimento do Judiciário que extrapola o limite apenas da Justiça Fe-

deral. E o Conselho Nacional de Justiça também tem esse papel de desempenhar atividades relacionadas aos vários ramos do Judiciário.

Os únicos ramos em que eu ainda não tive a oportunidade de atuar, em razão até dos concursos que realizei, foram a Justiça do Trabalho e a Justiça Militar.

Em relação à Justiça Eleitoral, fui juiz eleitoral no período em que estive em São Paulo como juiz estadual. Então, mesmo essa competência eu pude desempenhar.

Para finalizar, sem querer cansar as Sr^{as} e os Srs. Senadores, eu gostaria apenas de ratificar aquilo que já expressei por escrito, na argumentação a respeito do compromisso que publicamente assumo perante não só esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas também perante toda a sociedade, no sentido de dar o melhor de mim nas atividades e missões que espero poder ter a honra de realizar no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Eu não poderia finalizar esta minha fala, Senador Vital, sem fazer um especial agradecimento ao Superior Tribunal de Justiça, e aqui o faço na pessoa do Ministro Francisco Falcão, pela confiança que depositou, por votação unânime, ao fazer a minha indicação para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Então, eu gostaria de registrar publicamente esse meu agradecimento ao STJ por esta alegria que tive a honra de receber.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Passada a fase de exposição, iniciaremos agora as arguições.

Por precedência regimental, passo a palavra à Relatora, depois, como primeiro inscrito, ao Senador Antonio Carlos Rodrigues e depois ao Senador Pedro Taques.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero primeiramente cumprimentar o Ministro Francisco Falcão, Corregedor Nacional de Justiça, quero cumprimentar e saudar com muita alegria o Desembargador Guilherme Calmon Nogueira da Gama, que eu tive a alegria e a honra de poder conhecer mais recentemente, e poder, aqui, ser a Relatora do ofício que o conduz ao CNJ.

Eu quero também dizer que é um orgulho muito grande ser a Relatora do ofício que conduz o Desembargador Guilherme Calmon para integrar o Conselho Nacional de Justiça, que tem essa importante função constitucional de supervisionar o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, impedir desvios de conduta e auxiliar na correta aplicação da lei, respeitando a autonomia funcional dos juízes, sem, com isso, permitir que desvirtuamentos ocorram e tragam prejuízo à população.

O desembargador tem seus estudos voltados para o estudo da família, buscando sempre um olhar para as novas estruturas, relações e formações familiares. Pude avaliar isso muito bem, analisando o seu currículo, lendo todas as informações.

No CNJ, acho importante haver esse olhar pela família, núcleo da sociedade, que mudou com o passar dos anos. E o Direito precisa acompanhar as novas conformações, os novos arranjos.

Para nós mulheres, a família não é mais aquela de quando grande parte dos nossos códigos foram elaborados, especialmente o Penal, sobre o qual nós estamos, inclusive, fazendo esse debate aqui, no Senado Federal, com a participação maciça dos nossos Senadores e Senadoras. E, com isso, nós mulheres ganhamos as ruas, assumimos novos papéis e acumulamos tarefas.

Por isso, para nós mulheres, o CNJ tem papel importante no fortalecimento de nossas lutas e de nossas demandas. Com relação à Lei Maria da Penha, temos nos segurado no CNJ para evitar retrocessos por conta de interpretações incompatíveis da Lei nº 11.340, que, de forma corriqueira, prejudicam as mulheres.

Para não me alongar, Desembargador, gostaria de fazer alguns questionamentos, apenas para entendermos um pouco mais a forma de pensar o Direito de nosso sabatinado, que, tenho certeza, honrará aquele Conselho, o CNJ, e prestará um grande serviço à população brasileira, em especial às mulheres.

Em sua opinião, Desembargador, como estudo do assunto, como se dá a atuação do Direito para acompanhar a evolução do conceito de família? O Poder Judiciário vem recepcionando os novos arranjos familiares, quer dizer, mesmo sem a modificação da legislação, temos avançado e garantido direitos. Como o senhor avalia esta postura?

Como o senhor, na condição de Conselheiro do CNJ, considera que deveria ser a atuação do Conselho na aplicação da Lei Maria da Penha, uma vez que, em nossas visitas pela CPMI da Violência contra a Mulher em todo o Brasil, deparamos com situações inimagináveis, como, por exemplo, juízes que criam tal grau de exigência para o deferimento de medidas protetivas de urgência, tornando quase impossível às mulheres atenderem aos requisitos, como duas testemunhas, o que não é possível a uma mulher que sofre violência dentro de casa sem que ninguém presencie, ou que mulheres comprovem serem as donas da casa para solicitar o afastamento do agressor do lar; caso não haja, elas que devem se retirar, mesmo comprovando que residem no local. Enfim, não entendem a natureza da medida, que é urgente e provisória, podendo ser re-

vogada, mas que naquele momento foi solicitada para preservar a integridade física da vítima.

E, ainda, em recente estudo do Conselho, foi identificada a necessidade de ampliação do número de Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher em todo o País. Há Estados, como Sergipe, que não possuem nem mesmo Vara. Então, como o CNJ poderia atuar para efetivar a expansão de Juizados e Varas Especializadas?

Por fim, como o senhor entende a criação de um organismo específico dentro da estrutura do CNJ para tratar exclusivamente da questão da violência contra as mulheres, que possa ser uma instância para contribuir com as Coordenadorias Estaduais e o próprio Conselho?

Se o senhor precisar, eu posso lhe passar as questões, tá?

Obrigado, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O nosso sabatinado recolherá, para facilitar o seu trabalho no desenvolvimento das respostas, as arguições da Senadora Ana Rita, com cujo trabalho de pesquisa e diligente manifestação diante do lapso que teve para as providências necessárias para esta arguição esta Presidência se congratula.

Convido o Senador Antonio Carlos Rodrigues para fazer uso da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Bom dia, Senador Vital. Bom dia, Francisco Falcão e Dr. Guilherme.

Desembargador, qual a sua sugestão sobre o futuro do Poder Judiciário no Brasil? O que o senhor gostaria que fosse feito e quais as críticas que o senhor faria ao CNJ? No desempenho de suas funções no CNJ, como o senhor pretende lidar com a grande demanda de advogados que solicitam audiências com os Conselheiros?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a e passo, imediatamente, a palavra ao eminente colega e amigo Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Ministro Francisco Falcão, Desembargador Calmon Nogueira, Sr. Presidente, gostaria, antes de iniciar as minhas indagações, de afirmar a importância do Ministro Francisco Falcão na Corregedoria Nacional de Justiça. O trabalho que por ele está sendo feito honra a magistratura brasileira.

E V. Ex^a não está substituindo a Ministra Eliana Calmon, o Ministro Dipp, que por ali passaram. Está

ocupando o espaço que é de um cidadão de bem, como V. Ex^a, de um magistrado preocupado não só com o Poder Judiciário, mas com o cidadão, o jurisdicionado.

Um exemplo disso é o debate, naquela resolução, sobre o patrocínio de encontros de magistrados por entidades privadas. O juiz precisa ter a capacidade subjetiva, que é a imparcialidade para julgar.

Eu quero elogiar a magistratura brasileira. São os juízes federais, estaduais, homens e mulheres de bem que exercem suas atribuições nos limites da Constituição. Como existem políticos que cometem crimes, também existem juízes que cometem crimes. Existem Senadores, magistrados que cometem crime. Isso é da natureza humana. Mas o trabalho que vem sendo desempenhado por V. Ex^a na Corregedoria é um trabalho exemplar.

Eu não poderia deixar de falar isso porque eu confio no trabalho de V. Ex^a.

Presidente, conheço o Desembargador Calmon desde a época em que eu era estagiário. Fui estagiário na Procuradoria do Estado de São Paulo, como voluntário, fazendo assistência judiciária, em Taubaté, no interior do Estado. E o Dr. Calmon, Guilherme Calmon, já era juiz de Direito em Taubaté – ele é bem mais velho que eu, uns 20 anos mais velho que eu –, e eu era estagiário, eu assistia às audiências com o Dr. Guilherme Calmon. Ele ministrava aulas, parece-me, de Direito Civil, Direito de Família, na Universidade de Taubaté – não era a minha turma porque eu era um pouco menor, não de tamanho –, mas eu assistia às aulas do Dr. Guilherme Calmon. E, desde aquele momento, eu conheço o seu trabalho e posso dizer que ele é um homem de bem.

Foi para o Rio de Janeiro, no concurso da Magistratura federal, e ali trilhou o seu ofício de servidor público dentro do Poder Judiciário, a sua promoção para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região num momento histórico daquele Tribunal.

Só quem milita no sistema de Justiça sabe a importância da assunção de V. Ex^a ao Tribunal Regional Federal.

Portanto, o primeiro requisito se encontra presente.

Agora não posso ficar aqui fazendo da sabatina um convescote entre amigos, porque a função de um Senador da República não é apenas elogiar o trabalho daquele que vem aqui para ser sabatinado.

V. Ex^a preenche este requisito.

Existe um erro formal no ofício que o Ministro Felix Fischer encaminhou para cá, mas esse erro formal não pode passar a olhos desarmados da CCJ. Eu só queria fazer referência a ele, mas não prejudica esta sabatina.

No ofício do Ministro Felix Fischer diz que V. Ex^a está sendo indicado com fundamento do art. 103, “b”, inciso VII. V. Ex^a não é juiz federal, é Desembargador do Tribunal Regional Federal, então o correto que o Ministro Felix Fischer deveria ter mandado era como fundamento o inciso VI. Esse é um erro formal, de so-menos importância, mas, como a Comissão de Constituição e Justiça, ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Foi feito o reparo, e a Presidência agradece a V. Ex^a, porque constará dos Anais da Casa, para efeito de documentação futura da própria nomeação do sabatinado, esse reparo em tempo oportuno.

Passo as indagações a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Qual a opinião de V. Ex^a a respeito da Resolução do Conselho Nacional de Justiça que estabelece limites de patrocínio para eventos de magistrados federais?

Essa é a primeira indagação. E continuo.

V. Ex^a, no CNJ, entende que o CNJ pode afastar magistrados de suas funções sem instauração de processo judicial, mas somente com base em processo administrativo?

Qual a opinião de V. Ex^a a respeito da demora do Poder Judiciário, notadamente do Supremo Tribunal Federal, em remeter a esta Casa, ao Congresso Nacional, o projeto da nova Loman.

Estamos há quase 25 anos, e o Poder Judiciário sempre – sempre seria um exagero –, mas, muitas vezes, diz que o Congresso é omissor. E, aqui, o Poder Judiciário, notadamente o Supremo Tribunal Federal, está sendo omissor, porque existe a competência legislativa privativa, e nunca remete ao Congresso Nacional o projeto para que possamos discutir uma nova Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A Lei Complementar nº 35, de 79, já está caindo de podre, em muitos de seus pontos! Qual é o entendimento de V. Ex^a?

Sabemos que o CNJ tem competência sobre os serviços notariais, e, nos serviços notariais, devem-se estabelecer regras para a conversão da união homoafetiva em casamento, porque os registros têm-se recusado a isso, e queria saber a opinião de V. Ex^a sobre este ponto. Sabemos que alguém tem que errar por último, e o Supremo Tribunal Federal deve errar por último, para encerrar o sistema. A não submissão do Supremo Tribunal Federal ao Conselho Nacional de Justiça, como podemos resolver essa questão de difícil indagação? Porque Ministro do Supremo não se encontra subordinado ao Conselho Nacional de Justiça, como o Procurador-Geral da República não se encontra subordinado ao Conselho Nacional do Ministério Público. Como podemos resolver isso, na opinião acadêmica balizada de V. Ex^a?

Qual é a opinião de V. Ex^a a respeito da criação dos Tribunais Regionais Federais? Precisamos de mais Tribunais Regionais Federais. Isso pode ser feito através de Proposta de Emenda à Constituição? Tenho defendido, aqui, que a criação de Tribunais Regionais Federais, através de Propostas de Emenda à Constituição, alterando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fere, de morte, a independência do Poder Judiciário, porque a Constituição estabelece que é competência privativa do Poder Judiciário.

Qual é a opinião de V. Ex^a, a respeito dos milhares de ações de improbidade administrativa, contra improbidade administrativa, milhares de ações contra corruptos, que cometem crimes contra a Administração Pública, e não são julgadas pelo Poder Judiciário no Brasil? Não seria tempo de fazermos um mutirão para julgamento dessas ações?

Recentemente, o Ministro da Justiça afirmou que as prisões do Brasil são medievais. Concordo com ele, nesse ponto, mas não cabe a um Senador resolver questões penitenciárias, a não ser, quanto à fiscalização dos recursos que são aplicados – cabe ao Poder Executivo. Qual é a opinião de V. Ex^a? Porque o CNJ tem um trabalho muito firme em cima disso, a respeito do sistema penitenciário; o CNJ tem um trabalho muito firme, parece-me, através da Dr^a Taís Ferraz, uma grande magistrada federal do Rio Grande do Sul, no levantamento e na tomada de providências, para que os inquéritos policiais que envolvam homicídios sejam, efetivamente, denunciados e julgados.

Qual é o papel do CNJ nessa construção, formulação, de uma política pública voltada à segurança pública, afastando a segurança pública do sinônimo de polícia? Porque segurança pública não é sinônimo de polícia. Mas o CNJ tem uma contribuição, a meu juízo, a respeito deste tema.

Por fim, gostaria de dizer, Sr. Presidente, que o CNJ tem desempenhado um papel de suma importância na democracia, de suma importância, de manter a independência do Poder Judiciário, manter essa independência do Poder Judiciário, mostrar caminhos – esse deve ser o papel de uma Corregedoria – e, no momento em que tiver que punir, tem que punir, porque o CNJ não pode proteger os amigos, nem prejudicar os inimigos. Essa é a função de um magistrado que esteja no Conselho Nacional de Justiça.

Em sendo possível, gostaria da resposta a essas indagações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de saudar a presença do Ministro Francisco Falcão, que nos honra,

nesta reunião. Há sempre um sentimento muito forte de parabenização, quando deparamos com o Ministro Falcão, pelos laços que nos unem a nossa Monteiro, a nossa Paraíba. Portanto, Ministro, é sempre uma alegria reencontrá-lo!

Reconheço as atribuições do Senado da República, em sabatinas como esta. E, há pouco, o Senador Pedro Taques destacou que não estamos aqui em uma ação entre amigos. Mas, mesmo diante dessa consciência plena que tenho do nosso papel, eu não posso de forma alguma deixar de enaltecer e de destacar o currículo do Desembargador Calmon Nogueira.

Ao longo da minha trajetória, eu não me lembro de ter deparado com alguém que, aos 46 anos, tenha conseguido ser promotor de Justiça em Minas Gerais, defensor público no Rio de Janeiro, juiz estadual em São Paulo, juiz federal e, agora, desembargador federal.

Portanto, a trajetória de vida pesa, e pesa muito, claro, em um momento como esse.

Sem nenhum constrangimento, Desembargador, felicito-o por essa trajetória. A capacidade demonstrada em seu currículo fala por si só. Portanto, tenho certeza de que a sua chegada ao Conselho Nacional de Justiça estará contribuindo, e muito, para todos os aprimoramentos institucionais que desejamos no nosso Brasil, não apenas no Poder Legislativo, no Poder Executivo, mas também no Poder Judiciário.

Por ter sido objeto de julgamento na Justiça Eleitoral e ter perdido um mandato de Governador – e vou continuar dizendo sempre que a decisão foi equivocada, porque não pratiquei nenhum ato de improbidade; não pratiquei nenhum ato de corrupção; fui condenado em uma avaliação subjetiva da Justiça Eleitoral, com base em um programa social muito semelhante ao Bolsa Família que nós realizávamos na Paraíba –, tenho tido muito cuidado de não tratar de temas que possam estar vinculados à Justiça Eleitoral, até mesmo o da Lei da Ficha Limpa, com seus avanços, mas também com suas imperfeições. Isso porque a Lei foi aprovada neste Senado de maneira açodada, no meu ponto de vista, diante de uma pressão muito grande da opinião pública. O fato é que distorções foram geradas, e creio não ser eu a voz apropriada para tratar desse tema, porque qualquer coisa que eu diga pode ser interpretada como rancor, ressentimento, tentativa de revanche.

Mas hoje eu vou quebrar essa postura que tenho mantido desde o dia em que cheguei aqui para lhe fazer uma indagação que julgo importante.

A Justiça Eleitoral tem hoje uma formação deformada com a presença da representação dos advogados – e o digo porque sou advogado, regularmente inscrito na OAB. Diferentemente do quinto constitucional nos

Tribunais, sejam eles estaduais ou superiores, quando, com a participação efetiva da OAB, o juiz deixa em caráter definitivo de ser advogado, operador do Direito e passa a ser magistrado, com todas as características, salvaguardas, direitos e deveres da magistratura, na Justiça Eleitoral, não! Na Justiça Eleitoral há nitidamente um conflito de interesses porque o advogado torna-se juiz por apenas dois anos e, dois anos depois, deixa aquela toga provisória e volta para o seu escritório de advocacia. E aí há, inegavelmente, um conflito de interesses que precisa ser resolvido.

Creio que a melhor formação para a Justiça Eleitoral seja a que nós pudéssemos ter dois juízes federais, ao invés de um, como hoje; três desembargadores estaduais e dois juízes estaduais. A representação dos advogados deixaria de existir na Justiça Eleitoral, porque, pelo menos na nossa Paraíba – e digo nossa porque é minha como é do Presidente Vital do Rêgo. E não sei se o Presidente concorda comigo. Ele, inclusive não precisa sequer se manifestar para que não haja constrangimento –,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Concordo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – ...absurdos vêm ocorrendo. Verdadeiros absurdos vêm ocorrendo nas decisões coincidentemente emanadas dos juízes eventuais vindos da advocacia.

A pergunta, portanto, é esta: qual é a opinião de, perdoe-me, V. Ex^a em relação à formação da Justiça Eleitoral, seja ela na instância de segundo grau ou mesmo no Tribunal Superior.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Permita-me!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, Senador Pedro Taques.

Eu não posso deixar de colocar minha colher de pau nesse angu e concordar inteiramente com o Senador Cássio da necessidade de modificação da competência dos Tribunais Regionais Eleitorais. Os Tribunais Regionais Eleitorais... A Justiça Eleitoral é uma justiça federal especializada, nos Estados comandados pela Justiça estadual. E essa construção dos advogados via Tribunal de Justiça, nos Estados, e Supremo Tribunal Federal, no TSE, precisa ser mudada, até com a participação maior da Ordem.

Eu me esqueci de uma indagação, que, se V. Ex^a me permitir, eu gostaria ainda de fazer ao Desembargador. Posso fazê-la? É bem curta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

V. Ex^a vai substituir, parece-me, o Desembargador Tourinho, e, nesse sentido, há uma música da Roberta Miranda que diz assim: “Vá com Deus!”. Vá com Deus.

Eu gostaria de indagar a V. Ex^a se cabe a desembargador, no exercício da sua atribuição jurisdicional – o Conselho Nacional da Justiça não pode se imiscuir nas decisões judiciais, por óbvio, porque isso é uma garantia da própria democracia –, dar sermão em magistrados de primeiro grau em acórdãos de tribunal.

Qual é o papel do desembargador – e V. Ex^a é um desembargador federal – no momento de reformar as decisões dos juízes? No Brasil, alguns desembargadores se arvoram a juízes da causa. Eles não são juízes da causa, e não cabe a desembargador dar sermão em magistrados federais, como o Dr. Tourinho faz, haja vista um caso específico, que, inclusive, foi representado no Conselho Nacional de Justiça, parece-me, de um juiz de Goiás chamado Alderico, no caso Cachoeira, que levou a uma CPI, aqui, presidida pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo. Qual é o limite do papel do desembargador? Se ele extrapola a decisão judicial, o que acontece?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Cássio ainda quer fazer uma intervenção complementar.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu não pretendo fazer um pingue-pongue com o Pedro Taques, porque perderia sempre. Mas, para complementar a indagação, ocorreu-me, mas me fugiu, por falta de disciplina para fazer anotação: hoje cedo, lendo o jornal *O Estado de S. Paulo*, deparei com notícias sobre o vazamento de e-mails – e quem me trouxe à memória foi o próprio Pedro Taques, quando fez referência ao Desembargador.

Gostaria que V. Ex^a comentasse os episódios mais recentes ocorridos no Conselho Nacional de Justiça, no debate do Desembargador com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, e a notícia veiculada, hoje, no jornal *O Estado de S. Paulo*, em decorrência de vazamento de e-mails, onde se apresentam indícios de formação de conluio no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência sempre haverá de flexibilizar a participação na sabatina dos Srs. Senadores e Senadoras, primeiro porque nós temos um sabatinado, como bem disse, agora há pouco, o Senador Cássio Cunha Lima, que merece todos os méritos pelo seu extraordinário currículo. Assim falou o Senador Pedro Taques também. Depois, esta Presidência se comprometeu com esta Comissão de fazer uma sabatina, a mais participativa possível, sempre. Então, quanto

mais pudermos ter de retirar, extrair, do sabatinado as nossas dúvidas, as nossas interrogações, os nossos conflitos dentro da Comissão, nós vamos assim proceder sempre.

Felicitó V. Ex^a por não deixar o assunto que trouxe como núcleo central da sua intervenção sem a minha devida participação. Acho importantíssima a manifestação que V. Ex^a trouxe a respeito das composições dos Tribunais Regionais Eleitorais. Esse é um assunto que deve ser tema das nossas discussões, já que V. Ex^a também é membro titular desta Comissão.

Com a palavra, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tinha agendado, Sr. Presidente, uma reunião, hoje, às 10h30 com o Ministro de (*Inaudível.*)

O. k.

Por isso, eu não me preparei para estar aqui, neste momento, e formular algumas perguntas. Mas foi desmarcada a reunião, e eu saí correndo para cá, porque o interesse é muito grande.

Pois bem, Presidente.

Ministro Falcão, quando a nossa eminente Ministra, tão querida por mim e tão admirada por mim, Eliana Calmon, ia deixar a Corregedoria, era uma preocupação muito grande minha quem a iria suceder; se teria a mesma linha, se pensaria mais ou menos, enfim. E, para a nossa grata satisfação, Ministro Falcão, V. Ex^a assumiu, e hoje eu posso dizer que V. Ex^a é admiração do povo brasileiro. V. Ex^a é muito querido e muito respeitado pelo povo brasileiro. Com quem eu falo – eu também vim do Direito, há um longo tempo, hoje sou empresário e político – percebo que V. Ex^a hoje goza do carinho e do respeito do povo brasileiro. Isso é muito bom.

Porque a impunidade neste País, nos últimos anos, tornou-se a mãe da corrupção – a mãe da corrupção. E isso é muito grave. Mas eu percebo que o nosso Poder Judiciário tem restabelecido esse quesito: a punidade. O Presidente do nosso Supremo Tribunal Federal, nesse caso do mensalão, por exemplo, deu essa resposta ao povo brasileiro.

Então, eu quero parabenizá-lo e dizer que estou muito contente em estar aqui diante de V. Ex^a.

Ontem, na nossa reunião de ontem desta douta Comissão, Desembargador Guilherme Calmon, a nossa colega e companheira tão competente Senadora Ana Rita fez aqui o seu relatório e leu o seu currículo. Diante do seu currículo, a única coisa que eu posso dizer é que V. Ex^a é um homem abençoado por Deus. E interessante que o nosso companheiro e amigo Pedro Taques disse que foi seu aluno, que foi um garoto quando você estava lecionando, Excelência. Eu acho

que eu discordo dele: cadê o nosso eminente... Ele já foi embora? Eu acho que ele é até mais velho do que V. Ex^a, viu? (*Risos.*) Pois bem.

Mas, então, eu quero formular aqui tão somente duas perguntas a V. Ex^a.

Uma, conforme o nosso eminente Senador Pedro Taques colocou, é em relação à criação de Tribunais Regionais Federais, porque, no meu entendimento – e a lei, a Constituição é muito clara –, a competência para a criação de tais tribunais não é do Congresso Nacional e, sim, do Supremo Tribunal Federal.

Eu gostaria que V. Ex^a declinasse alguma coisa sobre esse tema: se é realmente de responsabilidade, de competência do Supremo Tribunal ou desta Casa.

Segunda, é sobre os precatórios, que, esta semana agora... O Pedro Taques retornou? Pedro Taques! A segunda, Excelência, é a respeito dos precatórios. Foi decidido agora, recentemente, que o pagamento desses precatórios terá que ser feito imediatamente. Há 20 anos, quando eu advogava, eu entrei com diversas ações contra a Previdência Social a favor de aposentados. Isso há 20 anos. E até hoje ainda há processos aguardando o pagamento. E eu me lembro, Presidente, que, em muitos desses casos, 10 anos, 15 anos depois, eu tive que pagar não aos autores da ação, mas à sua terceira geração. Isso é lamentável.

Eu concordo plenamente que esses precatórios devam ser pagos de imediato. Porém, sabemos que a situação, hoje, dos nossos governantes estaduais e municipais é terrível: não há dinheiro, estão falidos. Os Estados e Municípios estão falidos neste País.

Eu gostaria de ouvir também de V. Ex^a o que tem a dizer sobre os precatórios.

E, por derradeiro, só como curiosidade aqui, Excelência, nosso Desembargador Guilherme Calmon, essas declarações do nosso Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que disse desse conluio de advogados com magistrados, o que é muito ruim, é muito danoso à nossa Nação. Eu gostaria que, se possível, V. Ex^a falasse alguma coisa sobre essa declaração do nosso eminente, competente e admirável Joaquim Barbosa.

Por final, agradeço e desejo a V. Ex^a muito sucesso e que Deus continue lhe dando muita sabedoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu tinha elencado algumas indagações, mas, por um dever de economia do processo, entendo que elas já foram exauridas nas participações anteriores dos nossos colegas Senadores.

Só uma dúvida, estamos estudando e temos aqui uma subcomissão específica para segurança pública e estamos discutindo a reforma do Código Penal. Eu

gostaria, Desembargador Calmon, de saber o seu conceito sobre a legislação penal brasileira, se ela é permissiva em relação a outros países, no que diz respeito à execução da pena.

As outras perguntas, no que diz respeito à criação de novos tribunais, a questão do funcionamento e dos propósitos do Conselho Nacional de Justiça já foram esgotadas pelos demais companheiros.

Eu queria registrar a presença de diversos desembargadores, magistrados, membros do Poder Judiciário, a todos prestar uma homenagem e ao Secretário-Geral Fábio Cesar dos Santos Oliveira do Conselho Nacional de Justiça. Está aí presente, representando, ao lado do Ministro Falcão, o Conselho Nacional de Justiça, ele, secretário e juiz auxiliar do Ministro Joaquim Barbosa.

Bem, com a palavra, para suas considerações, após as arguições da Senadora Relatora, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, do Senador Pedro Taques, do Senador Cássio Cunha Lima, do Senador Ataídes Oliveira, o nosso sabatinado, Desembargador Guilherme Calmon.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Presidente Vital do Rêgo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes, com a licença e a vênica, eu gostaria de pedir as anotações do colega Pedro Taques, se possível, porque foram várias, ou se ele pode... Até porque ele faz muitas de improviso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Fora do microfone) – Eu tenho 15 aqui, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Então ficam as 15; fica pelas 15, porque foram mais. V. Ex^a também usa do improviso para as suas arguições.

Mas eu gostaria de liberar, e peço licença a V. Ex^{as}, por outra agenda importante, o nosso Presidente, o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Falcão, que vai agradecer as manifestações de carinho e atenção ao Conselho Nacional de Justiça e ao mesmo tempo pedir licença para se retirar.

O SR. FRANCISCO FALCÃO – Sr. Presidente, eu quero dizer da imensa satisfação em poder voltar a esta alta Casa do Parlamento brasileiro e agradecer as generosas palavras dos eminentes Senadores e também dizer da grande responsabilidade que está sobre os meus ombros. Nesse sentido, gostaria de citar uma frase que um querido amigo me disse no dia em que tomei posse no cargo de Corregedor Nacional de Justiça. Esse amigo me dizia: “Falcão, nesse cargo que você assume, não se faz favor. Entre fazer um favor e ficar com a história, fique com a história.” E é assim que eu pretendo me portar no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, para honrar a aprovação,

desta Comissão de Constituição e Justiça, a unanimidade de votos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Desembargador.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Presidente, Senador Vital do Rêgo, eu me sinto duplamente honrado por estar me submetendo a esta sabatina, não só pela presença do Ministro Francisco Falcão, mas também pelas questões que me foram direcionadas.

Tentarei cumprir estritamente aquilo que me pareceu correto, ou seja, responder a todas as questões. Tentarei fazê-lo e, obviamente, acredito eu, dentro de um limite de tempo, mas espero que o nosso Presidente esteja um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A nossa obrigação não é com o tempo, é com o conteúdo. Fique à vontade.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Sendo assim, inicialmente, eu queria me dirigir à Senadora Ana Rita, especialmente, para dizer que a honra e o orgulho são meus pelo fato de a Senadora ter sido escolhida relatora da minha indicação. Na verdade, o orgulho é meu, porque, pelo pouco tempo que temos tido contato, mas já pela trajetória política da Senadora Ana Rita, para mim, é realmente motivo de grande satisfação tê-la como relatora da minha indicação. O relatório a que pude assistir foi muito fidedigno, aliás, superou as minhas referências em termos do currículo que apresento.

Quanto às questões que foram formuladas pela Senadora Ana Rita, eu gostaria de dizer, em relação à primeira, quanto à recepção pelo Poder Judiciário dos novos arranjos familiares, que isso já vem acontecendo há algum tempo e, agora, de modo muito mais apressado e célere, porque os tempos estão cada vez mais rápidos, a vida está cada vez mais dinâmica.

Eu faço aqui apenas uma única referência, um pouco mais atrás na história, do Poder Judiciário brasileiro envolvendo as chamadas uniões estáveis, ainda quando elas não estavam previstas na Constituição Federal de 1988. Por uma construção pretoriana, por uma construção dos tribunais, foi possível reconhecer, para fins previdenciários, para fins de sociedade de fato, para várias finalidades que, até então, não estavam previstas em lei, efeitos jurídicos positivos em favor das pessoas que hoje identificamos como sendo companheiros. Isso ainda em meados da década de 50 do século passado.

Assim, a atuação do Poder Judiciário na recepção dos novos arranjos para fins de reconhecimento e atribuição de efeitos é algo que a história demonstra

como sendo inerente à sua atuação, até porque o Poder Judiciário está exatamente lidando com as questões de fato que vêm acontecendo. Então, essas mudanças e essas transformações acabam por impactar nos julgamentos, no âmbito da própria avaliação.

Isso vem acontecendo, hoje em dia, mais recentemente, com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.132, envolvendo as uniões homoafetivas. Já há também a perspectiva do reconhecimento das chamadas famílias simultâneas em determinadas circunstâncias. Então, isso é algo que o Judiciário já vem fazendo e realizando há algum tempo, a que, obviamente, o Conselho Nacional de Justiça terá de estar atento, para também fazer as devidas adaptações e adequações.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Por gentileza, pode explicar melhor o conceito de famílias simultâneas? Perdoe-me.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – A ideia das famílias simultâneas ainda é algo que está se construindo, não é algo definitivamente resolvido. Por exemplo – e aí eu já pego um pouco a referência da Senadora Ana Rita em relação à questão da mulher –, há situações, até por força ainda de uma realidade cultural e social de a mulher, muitas vezes, se submeter à vontade do seu marido ou companheiro, de ela admitir a existência de outra relação daquele homem com outra mulher. E, tradicionalmente ou mesmo no texto frio do Código Civil, nós identificamos ali apenas e tão somente a ideia de que essa outra seria mera concubina. Já há alguns julgados, por parte de certos tribunais, no reconhecimento de efeitos em favor dessa outra, não no sentido de ser concubina, mas, sim, de atribuir efeitos jurídicos, e, então, a ideia de termos arranjos familiares que acabam sendo simultâneos.

É importante frisar que isso não significa a quebra do princípio monogâmico. A monogamia continua como princípio jurídico no nosso sistema, mas, em razão da realidade dos fatos, é preciso que se amparem e que se projetam aquelas outras situações que podem se identificar.

Não sei se respondi a contento, mas a minha resposta seria exatamente no sentido de que o Judiciário está mais próximo das causas, das questões factuais que estão acontecendo e, portanto, tem de, obviamente, apresentar respostas, muitas vezes até por falta de uma previsão na legislação, porque aquela hipótese não tinha ainda sido aventada. Então, por isso que a lei acaba ficando um pouquinho atrás dos julgamentos em relação a essas hipóteses.

No que tange à atuação do Conselho Nacional de Justiça em relação à Lei Maria da Penha, parece importantíssima a atuação do CNJ em relação a esse

tema. Aliás, já há iniciativas em andamento do Conselho Nacional de Justiça envolvendo aplicação da Lei Maria da Penha, questões relativas à violência doméstica contra a mulher. V. Ex^a se referiu a alguns casos concretos em que os juízes – alguns juízes – se mostram reticentes à aplicação de medidas urgentes, de medidas céleres para resolver questões. Nós temos exemplos de situações em que isso de fato aconteceu, e o CNJ por força dessas situações tem já atentado para essas questões envolvendo a efetiva aplicação da Lei Maria da Penha. Parece-me que o CNJ aqui – para não dizer com certeza, mas quase com certeza – pode não só atuar no campo da capacitação dos próprios magistrados e servidores que atuam nesses juizados e nessas varas, portanto, especializadas, porque, de fato, o juiz e os seus auxiliares precisam ter um olhar diferenciado para essa situação: informação, ainda que não totalmente técnica, mas alguma informação sobre questões psicológicas, questões relativas à assistente social. Enfim, é preciso que essas capacitações sejam também permitidas a esses juízes e auxiliares.

Então, o CNJ já tem atuado em matéria das escolas – e aqui eu posso até me referir a minha escola da magistratura, do meu Tribunal Regional Federal, em que os temas atuais, os temas relevantes têm sido objeto de capacitação, de eventos, de seminários, de cursos de modo exatamente a permitir que as pessoas possam, de fato, gerar ou ter condições de resolver corretamente ou de forma mais rápida essas questões.

Refiro-me até – e chamo atenção para isto – a um evento que aconteceu no meu tribunal envolvendo algumas ações – e aí, Presidente, peço licença apenas para dar um exemplo – relativas à aplicação da Convenção de Haia sobre sequestro internacional de crianças, que pela Convenção, que é de 1980, devem ser resolvidas, no máximo, em seis semanas. Ou seja, um tempo muito curto e célere porque envolve uma criança que foi supostamente trazida ilícitamente para o Brasil ou foi levada do Brasil para o exterior. Então, a solução tem que ser em seis semanas, ainda que seja uma solução para permanecer no Brasil, independentemente.

No entanto, em razão muitas vezes da falta de conhecimento sobre questões específicas relativas a essas causas, acaba-se ultrapassando esse prazo fazendo com que as ações demorem muito tempo.

Nosso Tribunal, por força até de uma iniciativa minha, aprovou uma resolução de concentrar a competência para conhecimento e julgamento dessas ações nas quatro primeiras varas das 30 Varas Cíveis da capital do Rio de Janeiro e na 1ª Vara Cível de Vitória, dentre as oito varas cíveis federais de Vitória que existem. Então, isso já é uma medida exatamente tendente a tratar

adequadamente a questão sob o aspecto estrutural e até mesmo em termos de conteúdo. Isso me parece, no âmbito das Justiças estaduais, também terá que ser feito em matéria da aplicação da Lei Maria da Penha, por força de a competência ser da justiça estadual.

Concordo com V. Ex^a quanto à necessidade de ampliação do número de juizados especializados em matéria de violência doméstica. Como acabei de dizer, é preciso que haja efetiva adaptação e conhecimento sobre essas questões, e a especialização demonstra os resultados muito positivos em termos de maior qualidade e maior celeridade na solução dessas questões. Então, isso vem demonstrar a importância da especialização, e o Conselho Nacional de Justiça tem, sim, uma importante atividade e atuação nesse campo da indicação da especialização.

Finalmente, quanto à última questão sobre a criação de organismo específico dentro da estrutura do CNJ para tratar exclusivamente da questão da violência contra as mulheres, já há, Senadora, dois departamentos, mas que não estão relacionados diretamente à violência doméstica: um deles é o Departamento de Pesquisa Judiciária, mas que tem como coletar informações e dados estatísticos a respeito do número de ações, número de mulheres vítimas de atos de violência por parte de seus companheiros, seus maridos, etc., que foi criado pela Lei 11.364, de 2006; e o outro é o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e o Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, criado pela Lei 12.106, de 2009, ambos os departamentos integrantes da estrutura do CNJ. Talvez, até também com a contribuição do Congresso Nacional, seja o caso de criarmos alguma estrutura que possa também estar associada a isso a partir dessas medidas, enfim, questões que o próprio CNJ já tem identificado. Parece-me que esse é o caminho e me filio a essa orientação que V. Ex^a também expressou.

Não sei se cumpri todas as questões. Queria agradecer as perguntas que foram formuladas.

Quanto às perguntas formuladas pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues, também agradeço as questões que foram formuladas.

Relativamente às sugestões que eu poderia apresentar acerca da estrutura do Poder Judiciário no Brasil, parece-me que o CNJ é exatamente o local adequado para se pensar essa reestruturação do Poder Judiciário, ainda que, obviamente, com a competência do Supremo Tribunal Federal para dar iniciativa às leis e mudanças que podem ocorrer no âmbito formal. Mas pensar politicamente, estrategicamente a reestruturação do Poder Judiciário isso, sim, é missão do CNJ. Nessa perspectiva, eu tenho várias ideias; quer dizer,

eu, particularmente, se acolhida a minha indicação, serei um dos 15 conselheiros do CNJ, mas tenho algumas ideias que poderiam, pelo menos, servir para começar a se pensar a esse respeito.

Por exemplo, é preciso repensar essa estrutura envolvendo juizados especiais federais, no caso da Justiça Federal, e as varas. Hoje nós temos uma mudança que eu percebo de modo muito claro em termos não só de números de processos novos distribuídos para as varas em comparação com o número dos juizados, mas também isso se reflete em outros ramos do Poder Judiciário. Talvez uma mudança em relação a algumas dessas competências, de certa forma, que acabam sendo ainda colocadas em zonas cinzentas. A própria implementação de algumas alterações que já foram feitas com a Emenda à Constituição nº 45, e me parece que aí é mais uma questão de vontade política, e não de mudança legislativa ou mudança constitucional, como, por exemplo, a federalização dos crimes contra direitos humanos no âmbito da Justiça Federal. Portanto, ações que até o Brasil, como república, tem sofrido no exterior por força das demoras nas soluções dessas questões e isso tem gerado condenações contra a nossa república por força exatamente desses atrasos. Isso me parece ser algo que não precisa de mudança legislativa, mas de implementação daquilo que de fato já ocorreu em termos de alteração. Enfim, tentarei, de algum modo, contribuir com essas reflexões se assim puder integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Críticas ao CNJ. Parece difícil, neste momento... Faço até um parêntese para dizer que, não porque estou aqui na condição de indicado do CNJ, que não teria críticas a fazer. Óbvio que, por ser um órgão, como todo órgão, integrado por pessoas, há erros, há desvios que devem ser corrigidos e, portanto, temos que estar sempre atentos a esses equívocos, a alguns problemas que podem ter acontecido. Há determinados momentos, o Senador Pedro Taques tocou bem no assunto, de possível interferência na atuação jurisdicional e, portanto, é preciso que o CNJ... Em algumas situações, há uma zona um pouco cinzenta entre o que é administrativo e o que é jurisdicional. Então, essa definição sobre o que é administrativo e o que é jurisdicional, na verdade, ainda está em construção em relação a certos temas. Em alguns momentos, sim, o CNJ extrapolou, e temos outro órgão do Poder Judiciário que está cumprindo a sua missão, que é o Supremo Tribunal Federal, para eventuais problemas e erros que tenham sido cometidos pelo CNJ. Então, parece-me que isso tem sido feito no âmbito do nosso Judiciário brasileiro.

Com relação à demanda de advogados para serem atendidos com relação aos conselheiros. Senador, isso é cumprimento de regra expressa da Lei Orgânica

da Magistratura Nacional, bem como do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. O juiz tem o dever de atender e receber todos os advogados que o procurem para tratar de questões envolvendo as causas que estão submetidas a seu julgamento.

Então, parece que... Na minha trajetória profissional, já disse que – até pedindo escusas por repetir –, há 23 anos, sou magistrado e nunca tive qualquer problema em relação a advogados que tenham me procurado, sempre foram recebidos. Então, parece que essa é uma regra que deve ser, mais uma vez, efetivada por todos, não apenas por mim, não apenas pelo Ministro Falcão, mas por todos os Conselheiros do CNJ, caso, obviamente, venha a ser confirmada a minha indicação.

Relativamente às perguntas do Senador Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Para facilitar... Desculpe-me, Dr. Guilherme. Para facilitar, a nossa Secretaria sintetizou as perguntas do Senador Taques – nossa competente Secretaria.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Eu primeiramente queria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fora essas, em qualquer outra V. Ex^a intervém.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Eu anotei quase todas, mas fiquei com receio de algumas delas terem passado.

Primeiro, quero registrar aqui a minha grande satisfação de ter sido ainda que não professor, mas de ter atuado em algumas ações e audiências a que o hoje Senador Pedro Taques tenha assistido, na nossa querida Taubaté, como estagiário ainda. Então, é uma grande satisfação. Os cabelos brancos já denunciam um pouco a minha idade, não é? Então, isso demonstra como o Senador Pedro Taques é bastante prematuro, mas competente e aqui traz todas as suas qualidades ao Senado Federal.

Relativamente às questões que foram aqui formuladas, qual é a minha opinião sobre a resolução que estabelece limites para o patrocínio de eventos em que há participação de magistrados? Senador, relativamente a essa questão, é óbvio, existe norma expressa na Lei Orgânica da Magistratura, que o magistrado, juiz – seja ele juiz federal, juiz estadual, juiz do trabalho, juiz militar, juiz eleitoral –, não pode receber qualquer tipo de, enfim, presente ou dádiva por parte de pessoas públicas ou privadas.

Então, parece-me que a resolução do CNJ que veio estabelecer limites veio em boa hora, porque, de fato, pelo menos em alguns casos, estava ocorrendo violação clara a regras a respeito dos deveres e comportamentos dos magistrados. Então, nessa perspectiva, eu

sou favorável ao estabelecimento de limites em relação a esses eventos, porque, de fato, não é possível. Eu, pessoalmente, nunca participei de eventos desse tipo em que tenha havido patrocínio de entidades privadas em relação à atuação nessas atividades, mas tenho conhecimento de alguns outros em que houve. Então, respondendo de modo muito sintético aqui, parece-me que a resolução veio em boa hora para poder exatamente coibir, prevenir abusos que poderiam ocorrer nessa perspectiva.

Se o CNJ pode afastar magistrados somente com base em processo administrativo. Na realidade, nós temos aqui uma atuação do CNJ no âmbito do controle administrativo-financeiro do Poder Judiciário e da Magistratura. E, em matéria de processo administrativo disciplinar, sim, não há nenhum empecilho a que haja afastamento em se tratando de situações que, de fato, são reconhecidas como graves, em que não pode haver prosseguimento do magistrado, há uma incompatibilidade na continuação da atividade do magistrado, até em razão dos fatos pelos quais ele está sendo processado administrativamente. Então, eu tenho posição favorável ao afastamento preventivo do magistrado em processo administrativo por parte do CNJ. Tenho tido essa compreensão.

Como entendo e como percebo a demora do Judiciário em remeter a nova Loman ao Congresso Nacional. Na realidade, como, de fato, a Lei Complementar da Magistratura, Lei Complementar nº 95, data de muito tempo, nós percebemos que já há uma defasagem significativa. Isso fica evidenciado numa série de aspectos. No entanto, a iniciativa é do Supremo Tribunal Federal, e cabe aos Ministros do Supremo Tribunal Federal deliberar acerca dessa questão. Tal como o Congresso Nacional, em alguns momentos, até por questões de economia interna e até por questões de conveniência e oportunidade, considera outro momento que não aquele que, a princípio, seria o mais adequado, na minha visão, enfim, parece-me que, da mesma forma, os Ministros do Supremo Tribunal Federal têm entendido, até porque, por mais que algumas questões já estejam maduras, talvez outras não estejam ainda. Então, diante dessa circunstância, não sou, nesse ponto, crítico, enfim, em relação ao não encaminhamento, até este momento, ao Congresso Nacional, de um projeto da nova Lei Orgânica da Magistratura, mas entendo qual a perspectiva do Congresso Nacional a esse respeito.

Qual a minha posição a respeito da negativa de alguns serviços notariais registrarem as uniões homoafetivas, em termos de habilitação para casamento?

Senador, como julgador, coloco-me muito na posição daquele que, de fato, pode ter se comportado ou

pode vir a se comportar de uma certa forma. E, colocando-me na posição de um oficial de registro e até um tabelião, parece-me difícil um tabelião, mesmo um oficial de registro, de imediato, assimilar a possibilidade de se registrar e se habilitar procedimento para fins de casamento entre pessoas do mesmo sexo, quando ainda não há uma lei a esse respeito. Porque ele segue o princípio da ilegalidade, por força de norma expressa contida na Lei de Registros Públicos. Então, há um princípio de ilegalidade estrito ali que me parece serve como fundamento para não se permitir neste momento. Daí a dissonância entre alguns cartórios em relação a esses registros relativos às uniões homoafetivas.

Mas não tenho dúvida de que já é hora e, com certeza, o CNJ tenha sim um papel importante para definir essa questão através dos seus atos e resoluções que pode vir a baixar. E, aí, evitaria o problema da alegação da falta de lei, porque lei aí é em sentido amplo, poder-se-ia compreender no âmbito da atuação do CNJ a respeito desses serviços notariais.

Uma questão que é muito difícil, Senador, perdoe-me, mas essa aqui, talvez, eu não teria como responder: por que os Ministros do Supremo Tribunal Federal não se submetem à atuação do CNJ?

Na verdade, é uma regra contida na Constituição. O CNJ está abaixo do Supremo Tribunal Federal, hierarquicamente falando, em termos de estrutura do Poder Judiciário. Então, é aquela questão. Muitas vezes, chegamos a uma resposta quase que impossível de ser obtida, qual seja: quem controla o controlador? Vai chegar um momento em que, se o CNJ, eventualmente, controlar, passar a controlar o Supremo Tribunal Federal, quem vai controlar o CNJ? E há normas na Constituição que estabelecem os poderes do Congresso Nacional em relação à atuação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Então, parece-me que a solução deve ser pensada nessa perspectiva, mas me coloco aqui realmente numa situação tanto ou quanto desconfortável porque é aquela questão de quem controla o controlador, não é? Enfim, não sei se respondi.

Com relação à criação dos novos Tribunais Regionais Federais, parece que também foram formuladas outras questões a esse respeito. Primeiro, mais uma vez, a atuação do CNJ na identificação de problemas, diagnóstico a respeito dos problemas. No âmbito da Justiça Federal, hoje, temos cinco Tribunais Regionais Federais. Na distribuição dos Estados, que acabaram por ficar vinculados a certo tribunal, percebemos – isso se deu lá em 1988, 1989, com o advento da Constituição de 1988, e, pouco depois, a definição dessas abrangências territoriais, competências territoriais – que a 1ª Região ficou realmente com 13 Estados e o Distrito Federal. É um tribunal que, realmente, tem

uma competência territorial muito grande, muito larga. Outros Tribunais, como o meu, por exemplo, têm competência apenas em dois Estados: o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, da 2ª Região; da 3ª Região, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

V. Exª me pergunta: “São necessários mais TRFs?” Para responder a essa questão, é preciso fazer um levantamento de dados, de diagnósticos para chegar a essa conclusão. Em termos de conveniência e oportunidade, só se pode trabalhar, e através de dados concretos, acerca de questões que muitas vezes podem estar sendo não resolvidas por problemas de outra ordem que não o volume de processos.

Dou o exemplo do meu tribunal, e aí falo com o conhecimento de causa, porque é o meu tribunal. Eu assumi um gabinete, há cinco anos, que tinha em torno de cinco mil processos conclusos. Hoje, tenho duzentos. Ou seja, a partir de práticas de gestão de processos e de treinamento de servidores, consegui reduzir esse acervo praticamente que a um número de feitos distribuídos mensalmente para o meu gabinete. Isso significa dizer que não era um problema de número, era um problema de gestão que, de fato, agora foi resolvido.

Então, parece que é preciso identificar esses problemas, se eles, de fato, existem em relação à questão numérica para pensar em termos de ampliação. Obviamente que já houve um estudo feito, no âmbito do Conselho da Justiça Federal, a esse respeito, e algumas propostas dali foram extraídas e tal. Eu pessoalmente não tenho conhecimento concreto de perto desses dados, mas eu poderia afirmar que parece que o CNJ terá sim que, se for o caso, identificar os problemas relativos aos atuais cinco tribunais regionais federais e propor ou confirmar uma proposta de ampliação desses tribunais.

Os tribunais poderiam ser criados por projetos de emenda à Constituição? Essa também, Senador, é uma questão difícil. Porque poderíamos aqui estar falando e tratando de um poder constituinte derivado. Se o poder constituinte derivado nesse momento teria condições ou não de modificar norma do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a criação desses outros tribunais regionais federais. Ou, ao contrário, se dependeria de iniciativa do Supremo Tribunal Federal. Não tenho, sendo muito transparente e sincero com V. Exª, uma posição fechada a esse respeito. Acho uma questão que ainda é realmente polêmica. Coloco-me aqui, também, entre aqueles que ainda estão questionando.

Relativamente às ações de improbidade administrativa, tentando ser bem objetivo, temos já recomendações e até resoluções do CNJ nesse sentido, inclusive

metas do CNJ para fins de julgamento das ações de improbidade administrativa. Eu tenho acompanhado, no âmbito do meu tribunal, pelo menos, que é onde eu tenho mais acesso, e de fato lá tem sido observada essa diretriz, essa meta do CNJ. Agora, é preciso que o CNJ esteja atento para eventuais descumprimentos a respeito daquilo que foi assim deliberado.

Prisões no Brasil e o sistema penitenciário brasileiro. Qual o papel do CNJ na segurança pública? Nós temos aquele departamento de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário, sistema de execução de medidas socioeducativas, que me parece que tem tido uma atuação efetiva, seja em relação aos mutirões carcerários, seja em relação a algumas inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ.

Então é óbvio que vários problemas ainda persistem, mas essa é uma questão histórica que só poderá ser resolvida mediante parcerias e uma série de órgãos atuando em conjunto. Acredito que tenhamos ainda muito a trilhar a esse respeito e espero contribuir nesse período, se assim confirmada a minha indicação, como conselheiro do CNJ.

Finalmente, a última questão que V. Ex^a formulou, pelo menos que tenho aqui anotada, se cabe ao CNJ dar sermão a magistrados em acórdão contra juiz de primeiro grau. Qual seria o papel dos desembargadores ao reformarem a decisão?

Senador, quanto a isso, tenho uma convicção, desde o primeiro momento que me tornei magistrado, seguindo estritamente a Lei Orgânica da Magistratura, que nesse ponto continua correta, de que o magistrado não está ali para discordar, concordar, está ali para julgar. E, se o juiz adotou alguma postura que possa ser uma palavra um tanto quanto um pouco mais ofensiva, ou decretou uma prisão quando não deveria, o magistrado de segundo grau tem poderes para reformar essa decisão tranquilamente, sem qualificar a decisão do juiz ou desqualificar, sem fazer qualquer adjetivação.

Aí eu até digo, não só ao magistrado, mas a todo e qualquer profissional na área do Direito e até em outras áreas, que é preciso que se atue profissionalmente. Ou seja, ninguém está ali para brigar, para ofender ou para ser amigo. Está para atuar profissionalmente. Então, se vai reformar ou confirmar uma decisão, na realidade, confirma ou reforma tecnicamente, sem qualificar ou desqualificar. Essa é uma das condutas que tenho adotado na minha atuação como magistrado, e eu cada vez mais confirmo essa minha convicção, de que não faz sentido, não há motivo para qualificar ou desqualificar magistrado.

Óbvio, se houver desvios, os desvios terão que ser tratados no campo próprio. Manda-se para a Corregedoria cópia, mas sem qualificar ou desqualificar.

Verifico que houve algum desvio em relação àquele processo, àquele causa, remeto peças ao Ministério Público e/ou à Corregedoria, mas sem a necessidade de fazer qualquer referência negativa, enfim, afrontosa ao próprio magistrado.

Não sei se respondi a todos os questionamentos do Senador Pedro Taques.

Senador Cássio Cunha Lima, também gostaria de agradecer as observações e indagações que V. Ex^a formulou. Primeiro, formalmente, registrar aqui a minha alegria por V. Ex^a ter enaltecido o meu currículo, quanto à minha trajetória profissional. Realmente, em 23 anos como magistrado, mais alguns outros anteriores como promotor de Justiça, defensor público, enfim, a experiência acumulada é muito grande.

No que tange à Justiça Eleitoral, Senador, eu tenho algumas ideias e muitas delas, me parece, na linha de V. Ex^a. É preciso rever a composição dos tribunais regionais eleitorais e é preciso rever a composição do Tribunal Superior Eleitoral.

Acredito que, no momento atual, no momento em que nós vivemos, em que a Justiça Federal está cada vez mais interiorizada, cada vez com os seus quadros mais qualificados, obviamente, há uma tendência – a Justiça Eleitoral é uma Justiça da União – tal como na federalização dos crimes contra direitos humanos. Da mesma forma me parece apropriado que se pense pelo menos numa ampliação do número de integrantes dos TREs e do TSE em matéria das Justičas da União.

Com relação à presença de advogados na composição dos TREs e do TSE, talvez essa composição ou essa integração tivesse sentido em algum momento no passado, como V. Ex^a bem destacou. Mas, no momento atual, realmente, tal como acontece na Justiça Federal, nas Justičas estaduais, nas Justičas do Trabalho, aqueles que entram pelo quinto constitucional do Ministério Público ou da Advocacia da OAB passam a ser magistrados, não por mandatos de dois anos, mas magistrados. Então, em razão disso, parece-me que merece ser repensada ou, pelo menos, ser reestudada essa ideia quanto à composição da Justiça Eleitoral. Eu sou muito simpático a essa ideia. Parece que realmente essa é uma tendência que também se observa em relação a outros países.

A segunda questão que V. Ex^a formulou, relativa ao vazamento de *e-mails* no âmbito do CNJ e também um debate do Presidente do CNJ, Ministro Joaquim Barbosa, e o Desembargador Federal Tourinho Neto, Senador, é muito delicado me pronunciar sobre isso. Obviamente, eu tenho a minha percepção sobre essas questões. É óbvio que não se admite, é inadmissível que haja qualquer tipo de – vou utilizar aqui um termo talvez um pouco forte, mas não consigo

identificar melhor – influência em relação a decisões de colegas, e, como magistrados que somos, nós assumimos o compromisso de cumprir a Constituição e as leis. Tal como o Ministro Falcão disse, na verdade, não estamos para fazer favor; estamos para cumprir a Constituição e as leis. Como magistrado, em todos os meus atos e em todas as minhas atividades, sempre cumpro a Constituição e as leis de acordo com o compromisso que firmei.

Então, por óbvio que eu entendo que não há como se admitir qualquer tipo de – entre aspas – “tráfico de influência”. E essa é uma postura que deve ser tratada no campo próprio.

Com relação ao debate entre o Presidente do CNJ, Ministro Joaquim Barbosa, e o Desembargador Tourinho Neto, me parece que a questão ali foi – pelo que pude ver de fora – envolvendo um caso concreto relativo a um processo administrativo disciplinar de um magistrado.

Obviamente, dentro do debate no julgamento das causas, especialmente em colegiado, algumas expressões ou algumas palavras podem ser ditas talvez até com um tom um pouquinho acima daquele que seria mais adequado. Eu, particularmente, tenho muito cuidado em me pronunciar quando estou divergindo ou mesmo concordando, enfim, mas cada um tem lá suas características. Então, obviamente, devemos aqui apenas exigir que se cumpra aquilo que está na Constituição e nas leis em termos até mesmo de comportamento entre profissionais.

Fora isso, acredito eu, não deva acontecer.

Quanto aos questionamentos formulados pelo Senador Ataídes Oliveira, primeiramente agradeço as questões formuladas. Sou também um homem temente a Deus e, portanto, fico muito lisonjeado com a bênção que o senhor me dirigiu em relação à futura tarefa que terei, se for confirmada a indicação.

Sobre a criação dos tribunais federais, me parece que, de certa forma, já respondi na resposta ao Senador Pedro Taques.

Com relação aos precatórios, nós sabemos que há um problema de ordem estrutural e financeira por parte de vários Municípios e Estados da Federação. E o Supremo Tribunal Federal, recentemente, decidiu no sentido de que não há como manter aquele prazo para pagamento desses precatórios. Existe atividade no âmbito do Conselho Nacional de Justiça que está envolvida com a questão dos precatórios. Exatamente na perspectiva de identificar aqueles lugares, Estados ou Municípios em que há problema, para tentar, de alguma forma, contribuir para a solução desses problemas.

Então, entendo que é, sim, atribuição do CNJ, em se identificando problemas relativos a precatório,

tentar até, se for o caso, concluir que aquele Estado, infelizmente, por questões financeiras e orçamentárias, não tem como cumprir as ordens judiciais naquele tempo que foi determinado. Mas aí vamos ver de que forma será possível, e não simplesmente deixarmos sem solução.

Também no que tange ao terceiro questionamento que seria relativo ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça e a referência que ele fez sobre conluio entre advogados e magistrados, gostaria aqui, rapidamente, Senador, de fazer uma pequena observação. Nós, magistrados, ao assumirmos os nossos cargos e funções, nós renunciemos a algumas circunstâncias ou questões que seriam próprias de outras pessoas. Por exemplo, com base na Lei Orgânica da Magistratura, eu não tenho como – um exemplo bastante extremo, mas me parece apropriado – sair em uma escola de samba do Rio de Janeiro. Eu abdiquei dessa possibilidade ao me tornar magistrado e, portanto, assumi uma postura em termos de um comportamento que seja adequado às funções e ao cargo que eu ocupo.

Da mesma forma em relação às amizades. Infelizmente, por uma opção pessoal, como magistrado, eu não posso ter relações próximas, estreitas de amizade com certos profissionais que, daqui a pouco, vão ingressar com pedidos ou no tribunal ou, antes, na Vara em que eu atuava. Ou, se eventualmente houver uma amizade – que pode ter ocorrido até em razão de questões familiares, de época de faculdade; salvo engano, isso foi dito até em algum momento nos debates, conluio entre advogados e magistrados –, quando houver a situação de amizade íntima, qual é a postura que está prevista na própria Lei Orgânica e no Código de Processo? Impedimento do magistrado; o magistrado está impedido para julgar aquelas ações.

Então, isso é nítido. Não tenho dúvida de que, em havendo alguma amizade muito próxima, eu estou impedido para julgar aquela causa e, como tal, eu me declararei impedido. Então, isso está previsto no nosso sistema e resolve-se a partir desses instrumentos. Acredito que seja esse o encaminhamento que devemos ter relativamente à matéria.

Finalmente, aproveito aqui – já excedi meu tempo... – a indagação formulada pelo Presidente Vital do Rêgo, que é a questão da execução da pena e se a nossa legislação penal é ou não permissiva. Presidente, eu gostaria de dizer que, hoje, não judico, não atuo em matéria penal, mas tive a oportunidade de ser juiz titular de vara criminal, seja na Justiça Estadual de São Paulo, seja na Justiça Federal lá no Rio de Janeiro, e tive a oportunidade de verificar que, realmente, em certas situações, a nossa legislação é permissiva.

O fato de não ser possível estabelecer, como já foi declarado inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, um regime integralmente fechado da pena em relação a determinados condenados por certos crimes hediondos, por exemplo, não impede, como já acontece hoje em dia, que, em certos casos, possa haver um maior rigor em relação aos prazos para progressão do regime prisional. Então, também – e isso, obviamente, faz parte de todo um contexto que relaciona o Congresso Nacional e o próprio Judiciário – é importante que nós trabalhemos e identifiquemos essas situações que merecem ser tratadas de forma mais rigorosa.

Então, não sei se é a posição de V. Ex^a, mas eu, particularmente, entendo que há, sim, em certas hipóteses, uma legislação penal mais permissiva do que deveria ser.

Desculpem-me o alongado, e aqui eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – MS) – Nós temos ainda...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Serei breve, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – MS) – Sei disso.

O Senador Valadares vai ainda fazer uma intervenção, e eu peço à secretaria para alertar aos Srs. Senadores que estão na CAE que, imediatamente após a intervenção do Senador Valadares e a participação final do nosso sabatinado, nós vamos abrir, na forma regimental, a votação. Há Senadores que já estiveram presentes na nossa reunião, estão participando de uma reunião na CAE, com o Ministro Mantega, e solicitaram que, ao iniciar-se a fase de votação, nós os alertássemos para eles voltarem à Comissão – como o Senador Sérgio Souza, que está aqui extremamente ansioso para iniciar o processo de votação.

Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria cumprimentar V. Ex^a e também o Desembargador Guilherme Calmon, que fez uma carreira brilhante e, através de sua palestra nesta audiência pública, demonstrou conhecimento profundo na área específica, que é a do Direito, e está devidamente preparado, sem dúvida alguma, para exercer as altas funções lá no CNJ.

Gostaria de, prioritariamente, informar a V. Ex^a e à Senadora Ana Rita, essa grande Senadora do Espírito Santo, que fez um questionamento ao desembargador e mencionou que não existia vara especializada da mulher no Estado de Sergipe, que, de fato, não existia, mas, em 2011, foi criada, pela Lei Complementar nº 207, e ela funciona justamente com o nome de Juiza-

do Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na 11ª Vara Criminal, em Aracaju.

Portanto, eu queria dar essa informação a V. Ex^a de que, realmente, antes de 2011, não havia essa vara especializada em defesa da mulher.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não é especializada?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não é especializada. Ela funciona dentro de uma vara criminal.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, o que eu quis dizer, Senador, é que é importante haver varas especializadas em atendimento à mulher. O CNJ divulgou recentemente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como existe a Delegacia da Mulher, lá em Sergipe.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Lá em Sergipe existe.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Acredito que vai ter, porque, agora, com as últimas informações que recebemos do CNJ, serão criadas inúmeras varas e, possivelmente, o Estado de Sergipe deverá receber pelo menos uma.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas agradeço a V. Ex^a. Sem dúvida alguma que o Tribunal de Justiça tomará as providências no sentido de criar, no Estado, uma vara específica, especializada da mulher.

Sr. Desembargador, no ano passado, depois de uma ação proposta pela AMB – Associação dos Magistrados do Brasil, perante o Supremo Tribunal Federal, divergindo da plena autonomia do CNJ para julgar juízes e impor penas a esses juízes, independentemente das corregedorias, o Supremo decidiu, então, como falei, em decisão apertada, por seis a cinco, tendo como Relator o Ministro Marco Aurélio, que o CNJ, de fato, tem competência para não só julgar como impor penas, afastar juízes que cometeram desvios ou que tenham incorrido em falta grave.

Então, o Ministro Marco Aurélio, apesar de ter perdido, como Relator, criticou veementemente o CNJ, dizendo que o CNJ tinha superpoderes, estava interferindo na autonomia dos tribunais de justiça, anulando a ação das corregedorias, enfim, quebrando o pacto federativo.

Gostaria de saber a opinião de V. Ex^a a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes da opinião do Desembargador Guilherme, 15 segundos – foi assim que me pediu o Senador

Sérgio Souza. Até uma menção ao número da legenda a que o Senador pertence.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Desembargador Guilherme, é para cumprimentá-lo pelas colocações. Do pouco que pude ouvir, V. Ex^a tem realmente competência, não é à toa que foi recomendado ao Senado Federal. Aqui, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, temos percebido a sua competência. Sabemos da importância do CNJ, principalmente no momento em que precisamos viver um novo Brasil de transparências em todos os poderes e, também, cuidarmos um pouco da invasão de poderes entre outros poderes, que considero um tema importantíssimo. Estamos sentindo muito, nós aqui do Legislativo sentimos na pele isso diariamente. É somente essa a colocação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agora, sim, para finalizar, o Desembargador Guilherme Calmon Nogueira da Gama.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Sr. Presidente, tentarei ser bastante breve, porque sei que já extrapolei os limites de tempo.

Primeiro, agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares pela questão que formulou. Com relação à vara especializada em matéria de atendimento relativo à violência doméstica contra a mulher em Sergipe, parece-me que já há medidas tendentes a resolver. V. Ex^a bem destacou, enfim, tal como a Senadora Ana Rita já o havia feito.

Em relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ação proposta pela AMB quanto à competência do CNJ, à atribuição do CNJ em julgar, originariamente, juízes, magistrados de primeiro e segundo graus, sem ter havido a etapa da corregedoria, Senador, essa questão é realmente polêmica. Não à toa houve um placar apertado de seis a cinco, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Eu diria a V. Ex^a, na minha visão, na minha concepção, o seguinte: óbvio que não é possível esvaziar o papel das corregedorias no âmbito dos tribunais de justiça, dos tribunais regionais federais, dos tribunais regionais do trabalho, dos tribunais regionais eleitorais, etc. No entanto, há situações e situações, Senador. Eu, como disse, há 23 anos integro o Judiciário brasileiro e já pude observar que há momentos em que, por circunstâncias que também precisam, obviamente, ser tratadas e apuradas pelo próprio CNJ, a corregedoria regional ou local não atua.

Então, apesar de entender os argumentos relativos até a suposta quebra do pacto federativo envolvendo essa competência originária do Supremo, eu acabo por me filiar a essa maioria dos seis votos que

entenderam nesse sentido, exatamente por força das circunstâncias concretas que nós identificamos.

Aproveitando para responder à indagação feita pelo Senador Sérgio Souza a respeito de uma certa judicialização que tem sido aventada ou mencionada quanto a questões políticas, Senador, eu concordo com V. Ex^a. Há determinados momentos em que tem havido invasão por parte do Judiciário. Então, vamos ter aí, ainda, um trabalho pela frente para tentarmos chegar a uma solução equânime.

Enfim, é o máximo que eu posso fazer, que posso falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos abrir a votação.

Senador José Pimentel.

Senadora Ana Rita.

Senador Pedro Taques.

Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Eduardo Lopes.

Senador Eduardo Braga.

Senador Luiz Henrique.

Senador Sérgio Souza.

Senador Ataídes Oliveira.

Senador Humberto Costa.

Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador José Agripino.

Nós estamos em processo de votação. Convido os Srs. Senadores.

Senador Valdir Raupp.

Senador Vital do Rêgo.

Já conseguimos?

Peço à assessoria para ver o número de votos.

Eu vou esperar mais um pouco.

Nós já temos quórum suficiente, mas, em atenção a alguns Senadores que me recomendaram que gostariam de participar desta votação, eu vou aguardar mais alguns minutos, mas já temos o limite necessário.

Peço à secretaria para ultimar as convocações dos Srs. Senadores, os convites dos Srs. Senadores para participarem desta votação.

Senador José Pimentel.

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Voto com o Senador Pimentel.

Mais dois minutos para encerrarmos a votação.

Mais um Senador para encerrarmos o processo de votação.

Já temos número, mas estamos esperando.

O Senador Armando Monteiro está vindo votar. Em atenção à S. Ex^a, vamos esperar por mais alguns instantes.

Com o Senador Armando Monteiro, vamos encerrar com o seu voto o processo de votação.

Senador Armando Monteiro.

Vou encerrar o processo de votação.

Encerrado o processo de votação.

Solicito ao Senador Pedro Taques e ao Senador Ataídes que funcionem como escrutinadores. Um, representando a Ordem dos Advogados do Brasil; o outro, representando o Ministério Público, sob a atenção da nossa Relatora.

Segundo a secretaria, são 17 votos.

São 17 votos SIM.

Aprovado, por unanimidade, com muita honra, Dr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama. (*Palmas.*)

Foi aprovada a sua indicação, por unanimidade.

A matéria vai a plenário na próxima terça-feira.

Já falamos com o Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros, que não se opôs a colocar a matéria em pauta, consultados os Srs. Líderes, já na próxima terça-feira.

Tenham todos um bom-dia. Fiquem com Deus.

Deus proteja V. Ex^a, futuro Conselheiro Guilherme Calmon Nogueira da Gama.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e sete minutos, do dia vinte e sete de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Aécio Neves, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Sodré Santoro, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Romero Jucá, Roberto Requião, Clésio Andrade, Waldemir Moka, Ataídes de Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira e Gim e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Cássio

Cunha Lima e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião Anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2011.** Terminativo. Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo – Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental. **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 759, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para estender a máquinas e veículos motorizados de qualquer característica a obrigatoriedade da identificação por meio de caracteres gravados no chassi ou no monobloco, do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2012.** Não Terminativo. Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1. Aprovado o Requerimento nº 5, de 2013-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **ITEM 9) OFÍCIO “S” Nº 4, de 2013.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto

no art. 103-B da Constituição Federal. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, de 2009.** Não Terminativo. Altera a redação do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (isenção de taxas no registro de imóveis, a proprietários rurais cuja somatória de áreas não exceda a 15 módulos fiscais). **Autoria:** Deputado Benedito de Lira. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, de 2009.** Não Terminativo. Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal. **Autoria:** Senador José Sarney. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, de 2009.** Não Terminativo. Regulamenta o inciso III do § 1º do art. 173 da Constituição Federal, para estabelecer as normas aplicáveis às licitações e contratos administrativos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, que explorem atividade econômica, bem como de suas subsidiárias. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, de 2009.** Não Terminativo. Regulamenta os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, bem como de suas subsidiárias. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2010.** Não Terminativo. Regulamenta o procedimento licitatório simplificado para contratação de obras, serviços, aquisições e alienações, no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, nos termos do inciso III, § 1º, do art. 173 da Constituição Federal. **Autoria:** CPI – Petrobras – 2009 (CPI). **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2009, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 220, de 2009, 238, de 2009, e 12, de 2010. **Resultado:** Retirado de Pauta para aguardar realização de Audiência Pública. **ITEM**

16) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2012. Não Terminativo. Altera o § 6º do art. 39 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigação dos órgãos e entidades públicas de divulgar a remuneração de seus servidores. **Autoria:** Senador Roberto Requião e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Humberto Costa e Ataídes Oliveira, nos termos regimentais. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2012.** Não Terminativo. Altera as Leis nºs 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.539, de 8 de novembro de 2007; cria cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, dos Planos de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, dos cargos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2012.** Não Terminativo. Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENA-SUS, cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 6, de 2013-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **EXTRAPAUTA: ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 4, de 2013.** Requeiro, nos termos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de

audiência pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de discutir o regime de pagamento de precatórios. **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 5, de 2013

Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 26, de 2012.

Autoria: Senador Pedro Simon. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 6, de 2013

Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 123, de 2012.

Autoria: Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e vinte e dois minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2010; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2010; ITEM 6) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2011; ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70, DE 2011; ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2011; ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011; ITEM 14) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2011; ITEM 15) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2011 e ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está destinada à deliberação dos itens 1 a 19.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designo os membros da Subcomissão Permanente de Segurança Pública: Bloco de Apoio ao Governo, titulares, Senadores Pedro Taques e Anibal Diniz; Bloco Parlamentar da Maioria, Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique; Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Bloco Parlamentar União e Força, Senador Armando Monteiro.

Fica convocada a reunião de instalação e a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o dia 4 de abril, às 10 horas da manhã.

Senhoras e senhores, na abertura das nossas atividades, gostaria de lembrar a V. Ex^{as} que a pauta desta reunião foi organizada, seguindo a tendência, já implementada nas reuniões anteriores, de valorizar a iniciativa parlamentar, sendo que iniciaremos pelo exame das proposições que nesta Comissão possuem caráter terminativo, porque demandam votação nominal, seguindo-se aquelas que precisam ser ainda submetidas às outras comissões ou ao Plenário.

Algumas das matérias que serão apreciadas em caráter terminativo já tiveram a discussão iniciada na última reunião e hoje retornam à pauta para deliberação, como o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2010, da Senadora Kátia Abreu, que altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial; o PLC nº 26, de 2012, da Presidência da República, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício do cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; e as Medidas Provisórias nºs 2.216 e 2.225.

Outra proposição que retorna à pauta é o PLS nº 25, do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre a Cooperação Federativa no âmbito da Defesa Civil e para prever a formação da Força Nacional de Defesa Civil.

Trata-se de matéria aprovada na forma de substitutivo, razão pela qual deve ser deliberada em turno suplementar, quando apreciaremos também a emenda de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Entre as matérias novas constam três projetos de lei da Câmara de autoria da Presidência da República, destinados a ampliar o número de cargos de áreas e órgãos específicos do Poder Executivo. Desses, apenas o primeiro item será deliberado em caráter terminativo. Trata-se do PLC nº 15, de 2011, que dispõe sobre

a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo, do Grupo –Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

Antes de passarmos ao primeiro item da pauta, devo mencionar ainda que hoje iniciaremos o exame da indicação da Ministra Maria Cristina Peduzzi para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho, TST.

Haverá leitura do relatório pelo Senador Pedro Simon.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Desculpe, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes de passar a palavra pela ordem aos senhores relatores de matérias para equalizarem a pauta, eu gostaria, em atenção ao Senador subscritor Luiz Henrique e a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de pôr em votação um requerimento de autoria de V. Ex^{as}, até invertendo a ordem.

Hoje é um dia meio atípico, por estarmos com horário muito curto de funcionamento da nossa reunião. Eu tenho um requerimento muito interessante, que já foi lido na reunião passada, e gostaria de pôr em votação rapidamente o requerimento dos Srs. Senadores Luiz Henrique e Aloysio Nunes, requerendo, nos termos regimentais, audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o regime de pagamento de precatórios.

Estima-se que um milhão de credores tenha mais de 90 bilhões a receber de Estados e Municípios. Este Congresso adotou norma constitucional que permitia o pagamento em até 15 anos, a realização de leilões para priorizar o credor disposto a dar mais desconto, além de prever a reserva, no Orçamento de Estados e Municípios, de entre 1% e 2% para a quitação de dívidas.

Essa norma acaba de ser declarada inconstitucional pelo egrégio Supremo Tribunal Federal. Sem a emenda à Constituição, voltam a valer as regras da Constituição de 1988, que praticamente inviabilizam o pagamento dos precatórios.

Assim sendo, os Srs. Senadores sugerem que sejam convidados para discutir essa matéria e fornecer subsídios à Comissão as seguintes personalidades: o Sr. Ministro Nelson Jobim, o Sr. Governador de Estado Tarso Genro, o Sr. Cláudio José Trinchão, coordenador do Confaz e Secretário da Fazenda do Maranhão, o Sr. Mauro Ricardo, Secretário da Fazenda de Salvador, o economista Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo.

Em discussão, o requerimento de V. Ex^{as}, Senadores Luiz Henrique e Aloysio Nunes.

Em votação.

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu, infelizmente, tenho um compromisso em São Paulo, tenho que tomar um voo com horário bastante apertado. Creio que todos nós temos hoje esse problema. E eu sou relator do Item 7. Gostaria de pedir preferência para a votação desse item.

E pediria também, com a aquiescência do Relator, que nós jogássemos para a próxima semana, impreterivelmente, o Item 11. É um item que vai dar bastante discussão, muito debate, é matéria da maior importância, e creio que mereceria uma reunião que não tivesse essa atipicidade da reunião de hoje.

Se o Relator concordar, o Senador Pedro Taques, eu pediria a retirada de pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo, Sr. Presidente, com a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Estou solicitando aos Srs. Relatores presentes que queiram mexer na pauta, à semelhança do Senador Aloysio Nunes e do Senador Pedro Taques...

Está deferida a solicitação do Senador Aloysio Nunes e do Senador Pedro Taques.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Item 17.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Retirados o Item 7 e o Item 11.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, do Item 17 eu sou o Relator, peço também para retirar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu peço apenas que os Srs. Relatores me permitam ordenar os trabalhos. Para economia de processo e tempo, dou preferência ao item 7 e retiro de pauta o item 11.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Peço para retirar, também, o item 17, Sr. Presidente; voltando na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deferida a retirada do item 17.

Que se pronunciem os Srs. Relatores, por favor.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – O Senador Luiz Henrique me comunicou que já falou com V. Ex^a da retirada do item 4, no item 759.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Foi em *off*, ele tem que se manifestar. Espero que o Senador Luiz Henrique possa fazê-lo agora.

V. Ex^a vai se manifestar sobre alguma relatoria?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sobre esse item.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique, com a palavra V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu recebi uma correspondência da Confederação Nacional da Agricultura fazendo ponderações a respeito desse projeto. Mantive entendimentos, na tarde de ontem, com o autor, o nobre Senador Sérgio Souza, e combinamos que eu requereria a retirada da discussão deste projeto na reunião de hoje para que pudéssemos aprimorá-lo e votá-lo após a reunião desta semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador, o item 4?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O item 4.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Somente o item 4, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – E também solicitei a retirada para reexame do item 16.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O item 4 fica para a próxima reunião, Senador Luiz Henrique; o outro, fica para reexame de V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, no item 11 da pauta existem vários projetos com tramitação em conjunto, e ele trata do estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista. Todos esses projetos buscam regulamentar os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição, e o projeto é da autoria do Senador Sarney.

Eu gostaria de solicitar a retirada de pauta desse projeto. Existe um requerimento de minha autoria na CCJ para a realização de audiências públicas para que nós possamos debater esse projeto que é de relevo para a regulamentação da Constituição.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu retiro o item 11 de pauta, do Senador Pedro Taques. E ainda nesta reunião haveremos de ler o requerimento de S. Ex^a para marcar, com a brevidade necessária, as audiências públicas, haja vista a importância do projeto que S. Ex^a está a relatar.

Com a palavra, pela ordem, novamente o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, só para complementar a fala do Senador Luiz Henrique, esse projeto trata de nós fazermos uma alteração na legislação para permitirmos um documento de transferência para máquinas agrícolas. Eu só queria dizer a V. Ex^a e aos Senadores todos que é importante a retirada de pauta para que possamos aprimorar. Não se trata de emplacamento, não se trata de licenciamento, mas, sim, que o produtor ou o possuidor de bens como esse tenha um documento, a exemplo do que existe para uma moto, um carro, um caminhão. E, às vezes, dentro de uma mesma propriedade você tem outros veículos de valor muito inferior que têm esse documento que garante a propriedade e dá inclusive uma segurança ao cidadão dessa propriedade contra furtos e roubos. É nesse sentido.

Então, eu concordo com a retirada. Já conversamos sobre isso e vamos aprimorar isso conjuntamente, inclusive ouvindo a Confederação Nacional da Agricultura, que tão bem defende os agricultores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Indiscutível o mérito de V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Houve um equívoco aqui. O que eu estou retirando é o item 2, e não o 16; o 16 é um projeto de autoria do Senador Roberto Requião. Se puder, na mesma linha do que foi deferido ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu gostaria também de promover a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos priorizar, em homenagem ao Senador Roberto Requião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo objeção, vamos começar pelo item 7 da pauta; depois pelo projeto do Senador Requião, com a relatoria do Senador Luiz Henrique.

Item 7 da pauta. Vamos começar a nossa pauta. Atenção Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Novamente o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu pedi vista do item 5, que é de autoria do Senador Sérgio Petecão. Eu já apresentei uma emenda, mas, em homenagem à autora do projeto, a Senadora

Kátia Abreu, que não está presente hoje, também vou pedir a retirada de pauta do item 5.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Retirada do item 5 deferida.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 26, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

Aprovado o Requerimento nº 5, de 2013-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.

Concedo a palavra, para proferir o seu relatório, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto de lei que passo a relatar tramitou na Câmara dos Deputados, aonde chegou em 2006.

No seu art. 1º ele anuncia situações de conflito de interesses na Administração Pública Federal e determina que sejam reguladas pelo que for disposto na Lei.

O art. 2º determina os cargos e empregos públicos cujos ocupantes estão sujeitos à restrição da lei proposta.

O art. 3º define, para os fins da lei, os conceitos e conflitos de interesse e de informação privilegiada.

O art. 4º determina que os ocupantes de cargos ou empregos públicos no Governo Federal devem agir de modo a prevenir ou impedir possível conflito de interesses e resguardar informação privilegiada.

O art. 5º arrola as hipóteses em que se configura o conflito de interesses no exercício do cargo ou emprego público, a saber:

I – divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas, obtidas em razão das atividades exercidas;

II – exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou do colegiado de que ele seja integrante;

III – exercer atividade, em razão de sua natureza, que seja incompatível com as atribuições do cargo ou do emprego;

IV – atuar como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta de quaisquer dos Poderes da República;

V – praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público ou seus familiares;

VI – receber presente de quem tenha interesse nas suas decisões;

VII – prestar serviços a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual esteja o agente vinculado.

O art. 6º trata de situações que configuram conflito de interesse após o exercício no cargo ou emprego, situações em que um ex-governador, desculpem-me, um ex-presidente da República, um ex-ministro, um ex-diretor de agência não podem se envolver:

I – jamais divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas, obtidas em razão de atividades exercidas; e

II – no período de seis meses – uma espécie de quarentena: a) prestar qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego; b) aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenha atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado; c) celebrar com órgãos ou entidades do Poder Público, do Poder Executivo Federal, contratos de serviços, consultoria, assessoramento ou atividades similares vinculadas ao órgão ou entidade em que tenha ocupado cargo ou emprego; d) intervir em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

O art. 7º, por sua vez, estabelece que, durante o período de impedimento de que trata o inciso II do art. 6º, desses seis meses de quarentena, não será devida qualquer remuneração compensatória ao ex-ocupante, exceto no caso em que, conforme seu §1º, houver autorização pela Comissão de Ética Pública – que, aliás, não está com o seu quórum completo, há claros na composição da Comissão de Ética Pública –, em virtude da impossibilidade do exercício de atividade não conflitante com o desempenho das atribuições do cargo ou emprego anteriormente ocupado.

O art. 8º estatui as competências da Comissão de Ética Pública. O parágrafo único determina que essa comissão atuará nos casos que envolvam os agentes

mencionados nos incisos I a IV do art. 2º, desde o cargo de Ministro de Estado até os DAS de nível 5 ou equivalentes, enquanto os demais casos, DAS de nível 4 inclusive, para baixo, são tratados pela Controladoria-Geral da União.

O art. 9º estabelece alguns deveres funcionais para os agentes públicos, mencionados no art. 2º.

E, nas disposições finais, temos que o art. 10 estende os mandamentos contidos nos arts. 4º e 5º, bem como no inciso I do art. 6º, a todos os agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo Federal.

O art. 11, por seu turno, determina que os agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º deverão, ainda, divulgar, diariamente, por meio da Internet, sua agenda de compromissos públicos.

O art. 12 estabelece que a prática, pelos agentes públicos, dos atos previstos nos arts. 5º e 6º, implicará improbidade administrativa, na forma da Lei nº 8.429, de 1992, quando não caracterizada qualquer das condutas descritas nos arts. 9º e 10 daquela lei.

O art. 13 estabelece que o disposto na lei ora proposta não afasta a aplicabilidade da Lei nº 8.112, de dezembro de 1990.

Seguem-se as cláusulas de vigência, data da publicação e as cláusulas revogatórias.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada nas comissões competentes, mas somente prosperou uma subemenda à Emenda nº 1 da Comissão de Trabalho, a qual, já absorvida no texto enviado à Câmara, altera de cinco para seis meses o prazo estabelecido no art. 6º, inciso II, da proposição.

Nesta Comissão, foi apresentada uma única emenda, no prazo regimental, de autoria da ilustre Senadora Lúcia Vânia.

Passo à análise, Srs. Senadores, para ressaltar que o art. 8º, parágrafo único, estabelece que a Comissão de Ética Pública envolverá, nos casos de agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º do Parecer, isto é, a partir de ocupantes de cargos de grupo de DAS nível 5 inclusive, e equivalentes, o dispositivo reserva à CGU as mesmas competências, relativamente aos ocupantes dos cargos de DAS 4 inclusive, e equivalentes, bem como cargos inferiores.

Sr. Presidente, creio que seria despendendo me estender sobre a análise de uma matéria cujo mérito me parece absolutamente indiscutível. Eu, inclusive, conversando com os integrantes da Advocacia-Geral da União e com o próprio Ministro, desisti de apresentar outra emenda que visaria apenas um aperfeiçoamento técnico, na minha opinião, para evitar que a matéria volte à Câmara e possa ser aprovada e entrar em vigor tão logo o Senado dê seu assentimento.

A emenda da eminente Senadora Lúcia Vânia propõe a substituição da expressão “no período de seis meses” pela expressão “no período de doze meses, para dirigentes de empresas reguladoras, e seis meses, para os demais casos”, referentes ao prazo de quarentena.

Entendemos, entretanto, que o grau de informação de um dirigente de empresa reguladora não é diferente daquele, por exemplo, de um ministro de Estado ou de um secretário-executivo, que atue no mesmo setor. Por outro lado, não vemos razão para atribuir custo adicional ao Estado no intuito de garantir o pagamento de honorários aos ex-dirigentes de agências reguladoras por um período de doze meses.

Então, eu, com todo o respeito à iniciativa e louvando o ânimo da Senadora ao apresentar essa emenda, rejeito a emenda para estabelecer para todos o prazo de seis meses de quarentena.

Portanto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, com a rejeição da Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio, no seu relatório o senhor rejeita a emenda, mantendo a quarentena?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mantendo a quarentena.

A Senadora propunha estender para os ex-ocupantes de agências reguladoras a quarentena até doze meses. Eu entendi que seria melhor manter seis meses para todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão, a matéria.

Senador Álvaro Dias, primeiro orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Primeiramente, Sr. Presidente, cumprimentar o Senador Aloysio pelo relatório de profundidade que apresenta e destacar que o propósito é salutar, o projeto é importante, mas as suas consequências me parece, pelo menos circunstancialmente, não atendem às expectativas que geram a aprovação da lei, pelo simples fato de que a fiscalização, sobre o eventual registro de conflito de interesses, a relação de promiscuidade do público e do privado, ficará a cargo da Comissão de Ética da Presidência da República e da Controladoria-Geral da República.

Em muitas ocasiões, verificamos que é como colocar o cabrito cuidando da horta, quem constitui a Comissão de Ética é a Presidência da República, e o Governo, muitas vezes, se caracteriza por ser um clube de amigos.

Então, a autoproteção, a proteção da reciprocidade, quantas representações a oposição já encaminhou a essa Comissão de Ética e qual o resultado de todas

elas? Sempre a frustração; a complacência prevalece; a cumplicidade prevalece.

Mas há um fato curioso, Senador Aloysio, a primeira vítima dessa lei deveria ser o seu autor. O autor dessa proposta é o ex-Presidente Lula. Hoje ele deveria ser investigado pela Comissão de Ética da Presidência da República porque há denúncias de que está havendo essa relação de promiscuidade do público e do privado. O ex-Presidente estaria obtendo vantagens em razão do exercício da função de Presidente da República, nas suas viagens ao exterior, patrocinadas por empreiteiras de obras públicas, e com a participação do corpo diplomático em vários países a auxiliá-lo, numa atividade eminentemente privada.

Portanto, há um conflito de interesses, o interesse público e o interesse privado. O ex-Presidente no exercício de uma atividade eminentemente privada, e os mecanismos públicos a seu dispor, com recursos públicos a sustentá-los em suas viagens no exterior.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos apoiar o relatório do Senador Aloysio, que é competente, o projeto é bom. O ex-Presidente Lula, autor deste projeto, pelo menos subscreveu o projeto como Presidente da República, deveria seguir rigorosamente os seus parâmetros, evitando essa relação denunciada de promiscuidade do público e do privado.

Evidentemente que estamos aguardando ainda um pronunciamento do Presidente Lula em razão das denúncias veiculadas pela imprensa. Nós não podemos nos antecipar prejulgando, mas estamos aguardando esses esclarecimentos do ex-Presidente sobre as suas viagens ao exterior em aviões de empresas empreiteiras de obras públicas, com o patrocínio delas e com a colaboração do corpo diplomático brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, apoiando e votando com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques para discutir a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito rápido, Sr. Presidente, apenas para concordar com a matéria. Nós precisamos de uma legislação que traga essa transparência. Parabenizo o Relator pelo trabalho feito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, até porque hoje todos têm compromissos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas eu queria retificar a minha intervenção. Na verdade, o meu diálogo a respeito dessa matéria se deu não com o Ministro da AGU, mas com o Ministro da CGU, com o Ministro Hage.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Feita a retificação.

O Senador Sérgio Souza pediu a palavra para discutir.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, bem rápido. Entendo que o projeto é extremamente meritório. Quero louvar a iniciativa do Presidente Lula em ter encaminhado esse projeto ao Congresso Nacional.

E V. Ex^a, Sr. Presidente, foi presidente de uma CPI que recentemente tratou de assuntos muito próximos ao que nós estamos discutindo aqui. Nada mais justo. Louvável então a iniciativa. Parabéns, Senador Aloysio, pelo brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador José Pimentel, para discutir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo seu parecer e registrar que essa proposição chegou aqui ao Congresso Nacional em 2006, que não é o caso, Senador Aloysio Nunes, ficou na Câmara um tempo muito longo. E muitas vezes quando criticamos as medidas provisórias é em face também dessa morosidade do processo legislativo.

Portanto, a matéria dessa magnitude, de suma importância para o Estado republicano, ficou aqui basicamente seis anos na sua tramitação.

Evidentemente que o Senado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Há também aí preguiça da maioria parlamentar, favorável, caudalosa, enorme, mas que não se apressou para votar o projeto do Presidente Lula em tempo hábil.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quero registrar que é uma questão interna nossa. Nós criticamos muito as medidas provisórias, e com razão, mas, na parte legislativa, quando vem para que nós possamos exercer na plenitude o nosso exercício do mandato, nem sempre correspondemos com a mesma agilidade.

Evidentemente que o Relator, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, foi diligente no seu prazo e cumpriu aquilo que o Regimento determina.

Quero registrar também que a criação da CGU – Controladoria-Geral da União e de um conjunto de normas que estão sendo implantadas permitiu ao Brasil ser mais ágil na apuração de determinados desvios de conduta e, acima de tudo, de um conjunto de normas que aqui chegaram. Nessa mesma época, no segundo

governo Lula, foi encaminhado ao Congresso Nacional um outro projeto alterando o Código Penal, equiparando uma série de crimes praticados pelo servidor público, que envolve o setor empresarial, ou seja, a pessoa jurídica nos mesmos crimes, que esperamos poder agilizar. Esse projeto de lei ainda está na Câmara Federal. Eu sei que o Senador Pedro Taques tem uma iniciativa legislativa no mesmo sentido, mas trata-se de um conjunto de normas que têm como objetivo tornar mais transparente o poder público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Só para informar a V. Ex^{as}, o Boletim de Ação Legislativa demonstra que, na Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto, com o recesso, demorou apenas sete meses de tramitação.

Agradeço a diligência do Sr. Relator Aloysio Nunes Ferreira no Senado.

Senador Roberto Requião; depois, Pedro Simon.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ao escutar as discussões desse projeto me vem à memória Paulo: “De nada vale a fé sem as obras”.

É uma proclamação de fé, que vem acompanhada, por exemplo, com a utilização dos *insiders informations* do Mendonça de Barros no Governo do Fernando Henrique e a recente nomeação do Bernardo Figueiredo para a Empresa de Planejamento e Logística. Primeiro para a ANTT, depois de ter sido preposto da ALL na privatização das ferrovias no governo do Fernando Henrique.

Me vem à memória São Paulo e me vem à memória também Ingenieros, com o seu extraordinário livro “A Simulação na Luta pela Vida”. É evidente que isso é uma profissão de fé sem nenhuma base lógica. Quarentena de seis meses, só se o sujeito fosse confinado a uma cela indevassável, sem comunicação. As informações podem ser passadas de maneira informal, sem a participação direta. Acho que a medida e a discussão são absolutamente inúteis. Mas, para não dizer que sou contra a moralidade, adianto o meu voto a favor dessa brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A gente pode analisar que esse projeto chegou aqui em 2006. O Lula mandou para cá o projeto. O projeto não foi aprovado? Pelo menos ele usou os aviões ali. Ele mandou o projeto. Acho que temos culpa de não termos votado. Um projeto dessa natureza, com essa importância, era um projeto para entrar aqui e sair na mesma hora. Agora, um projeto desse ficar em uma gaveta não sei quanto tempo! O Lula ficou lá esperando. Cada vez que pediam um avião da empreiteira tal

para ele, ele dizia: “Como é que está o meu projeto lá? Ainda não foi aprovado? Então pode”. Acho que temos de reconhecer que um projeto dessa natureza, se o aprovarmos agora, repare V. Ex^a, o Lula vai até pedir desculpas: “Olha, mas eu tive a idéia.” Quem teve a idéia foi ele. Nós é que ficamos com o projeto na gaveta. Essa idéia do Requião, a rigor certa, de a gente fazer uma coisa que parece que a gente tem certeza de que não vai acontecer, termina não se aprovando o projeto. Mas nós estávamos enganados, o Lula tinha a melhor das intenções. Ele mandou o projeto para cumprir. Agora, como é que ele ia cumprir se nós não votamos o projeto? É verdade que, de certa forma, esse é o tipo de projeto que não precisava nem vir à Casa. É uma questão de princípios. Um Governo que é sério, que é responsável, não precisaria de lei para não fazer. Na lógica do bom senso, um governo sério faz isso independente da lei. Agora, o Lula quis botar na lei. Veio para cá e ficou três anos parado. Então, vamos comunicar à Presidente que, agora, a lei foi votada.

Também foi fruto dessas coisas um fato que foi notícia internacional. A nossa Presidente foi para a posse de um novo Papa, acho que fez muito bem em ir, foi um ato altamente positivo, agora, acho que uma das embaixadas mais bonitas que se tem no mundo é a Embaixada do Brasil na Itália, três papas já moraram lá. No entanto, ela estava fechada, não abriu porque o Ministro não estava lá, perdão, porque o Embaixador não estava lá. Não me consta que o Embaixador seja o faxineiro. Não estava o Embaixador, mas a Embaixada estava lá e estava funcionando. Daí 54 pessoas pararem no hotel mais grã-fino do Vaticano, foi até um serviço que a imprensa toda comentou: entre o discurso do novo Papa, falando em pobreza, e a presença da nossa Presidente levando a riqueza.

Acho que se deve votar favoravelmente, Sr. Presidente. Mas, como ele está meio esquecido, eu pediria a V. Ex^a a gentileza de mandar um ofício ao Presidente da República dizendo: “o projeto agora está aprovado”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – De volta ao Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, como o Senador Pedro Simon se referiu a prazos e a tempo, quero apenas registrar que recebi o projeto para relatar no mês de junho. Julho foi mês de recesso, e o devolvi em outubro. Tendo, nesse ínterim, dialogado com o Ministro e com seus competentes assessores sobre o projeto e a idéia de não apresentar, finalmente, as emendas que gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência já registrou a diligência da relatoria na remessa do seu relatório e da presteza da pauta, tão logo a Comissão voltou a funcionar após o recesso.

Nenhum orador inscrito.

Em votação, o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à emenda.

A matéria vai a Plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu me equivoquei quando pedi a retirada de pauta do item 11. Na verdade, eu gostaria de pedir o assentimento do Relator para a retirada do item 14, porque eu infelizmente tenho de me ausentar e tenho várias emendas apresentadas, algumas acolhidas e outras rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Relator do item 14 é V. Ex^a?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, o Senador Aloysio apresentou várias emendas e eu quero debater com ele as suas emendas. Já apresentei o relatório e concordo com ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Retirado o item 14 também.

Vamos ao projeto seguinte. A preferência é do Senador Requião.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu apenas pediria urgência ao projeto que terminamos de votar para ver se ele pode ir ao Plenário hoje, para que nós não o esqueçamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em votação a urgência solicitada pelo Senador Pedro Simon.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a urgência do Senador Pedro Simon.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, uma questão de informação.

Esse item 14, por acaso, não é aquele meu projeto do direito de resposta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou ler a ementa para V. Ex^a: “Dispõe sobre

direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada...”

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – V. Ex^a poderia me informar a quanto tempo ele está parado na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Peço à Secretaria para tomar as providências para informar V. Ex^a a tempo.

O projeto seguinte é de V. Ex^a.

Apenas vamos tomar a informação para passar a V. Ex^a.

Passaremos ao Item 16 da pauta.

Ele chegou em 30/11/2012, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, requeiro a V. Ex^a, para evitar mais delongas, porque a cada vez que ele entra em pauta há um motivo para ele sair, inclusive um dos motivos foi uma viagem minha ao exterior, não vou me escusar dessa responsabilidade, mas eu solicito a V. Ex^a que pautasse, definitivamente, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Atendido o pedido de V. Ex^a.

ITEM 16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2012

– Não Terminativo -

Altera o § 6º do art. 39 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigação dos órgãos e entidades públicas de divulgar a remuneração de seus servidores.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique para proferir seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de autoria do Senador Roberto Requião tem finalidade altamente moralizante. S. Ex^a propõe que se estabeleça obrigação dos órgãos e entidades públicos de divulgar a remuneração de seus servidores.

Na justificação, é sustentado que essa publicidade atende a exigências da democracia e do princípio republicano, colacionando emenda de decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada em junho de 2011, no mesmo sentido.

É necessário frisar o interesse público, a justeza e a necessidade da medida. Como se colhe da ementa do acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal, referido na justificativa do projeto, a prevalência do prin-

cípio da publicidade administrativa, calcado no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, e o óbvio desca-
bimento de se falar em proteção da intimidade e vida
privada de agentes públicos, porquanto remunerados
por verbas públicas, são razões bastantes ao acolhi-
mento da proposição.

Nesse sentido, opinamos pela aprovação do pro-
jeto com o acréscimo da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

*Dê-se ao § 6º do art. 39 da Constituição Fede-
ral, que se pretende alterar pelo art. 1º da Proposta
de Emenda à Constituição nº 3, de 2012, a seguinte
redação:*

“Art.39.....
§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Ju-
diciário publicarão anualmente os valores do
subsídio e da remuneração dos cargos e em-
pregos públicos e divulgarão, mensalmente e
mediante relação nominal, os valores pagos,
a qualquer título, a seus membros e aos seus
servidores, inclusive das autarquias, fundações
públicas, empresas públicas e sociedades de
economia mista, ressalvados, motivadamente,
os casos cujo sigilo da identificação do servidor
seja imprescindível à segurança da sociedade
e do Estado.

..... (NR)”

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente e Srs. Sena-
dores, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB
– PB) – Em discussão, o parecer.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr.
Presidente, Sr. Relator, senhor autor do projeto, que-
ro confessar que sou absolutamente favorável a esse
projeto e entendo inclusive que ele é uma extensão
importante da lei de informação. É importante que haja
absoluta transparência no serviço público e a possi-
bilidade de um controle social efetivo. Sem dúvida, a
divulgação da remuneração dos agentes públicos faz
parte disso.

No entanto, fui instado a levantar o seguinte ques-
tionamento: como a proposta se estende aos órgãos
da administração indireta, alguns deles suscitaram
questionamento de que são empresas que competem
inclusive no mercado. E que a divulgação da remune-
ração de gerentes, de diretores que são quadros de
carreira ou quadros contratados faria com que houves-
se uma disputa no mercado, na medida em que há o
conhecimento dos valores de remuneração e benefí-

cios. Enfim, o que não acontece com as instituições
estritamente privadas.

Então, a minha ideia seria pedir vista ao projeto
e dizer ao Senador Luiz Henrique que vou articular
as pessoas que suscitaram essas questões para con-
versar com V. Exª e, na próxima semana, se V. Exª se
convencer, votarei com V. Exª e, se V. Exª não se con-
vencer, votarei com V. Exª também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB
– PB) – Atendido o pedido de vista.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo
Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Quero fazer uma breve observação. Acho que a
ponderação do Senador Humberto Costa é válida, os
cuidados, inclusive ressaltando que ele é a favor da
proposta com eu sou.

Eu só queria lembrar aos responsáveis pelas em-
presas públicas que competem com as empresas pri-
vadas que há já, inclusive no Brasil, empresas privadas
que competem no mercado e têm por norma a publi-
cação da remuneração de todos os que trabalham ali.

Então, isso já é norma e considero que não pre-
judica a competitividade, mas é uma norma muito sau-
dável. E eu cumprimento o Senador Roberto Requião,
pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB
– PB) – Eu vou pedir a V. Exªs, até por ser regimen-
tal, e V. Exªs hão de colaborar com esta Presidência,
que, na hora em que a vista for concedida, a matéria
deixará de ser discutida.

Por favor, vista concedida ao Senador Humberto
Costa, com o compromisso de estar, Senador Humberto
Costa, na pauta da próxima reunião, é isso? Pode ser?

Senador Requião, a matéria de V. Exª estará na
pauta da próxima reunião.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr.
Presidente, pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)
– Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB
– PB) – Vista concedida, não vou discutir mais a ma-
téria, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)
– Só um registro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB
– PB) – Um registro, sem discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) –
É louvável o projeto do nosso Senador. Agora, olhando
o art. 70 da Constituição Federal, todo mundo que bota
a mão em dinheiro público tem que dar publicidade
do seu salário. Era só isso que eu queria colocar. Eu
peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos discutir o assunto na próxima reunião. Vista coletiva.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, não mais para discutir o assunto, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu sou o Relator do item 1, que é um item terminativo que cria 100 cargos de controladores de voo no Brasil, que é algo extremamente urgente, emergente, dramático. Há necessidade desses controladores.

Como a matéria é terminativa, o quórum está alto e nós temos medo que o quórum possa se esvaír, eu pediria a V. Ex^a que colocasse em votação o item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou colocar imediatamente após o item 9. O Senador Pedro Simon pediu a preferência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O Senador Pedro Simon tem preferência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sempre terá preferência desta Presidência também.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Ficarei secundando o Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 9.

ITEM 9

OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Votação secreta.

Com a palavra, para apresentação do seu relatório, assim como fez, há 12 anos, com a mesma Ministra, o Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, esta Presidência faz uma homenagem a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado, Presidente.

Colegas Senadores, ofício do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, encaminha ao Senado Federal o currículo do Ex^{ma} Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, indi-

cada pelo referido Tribunal para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

De acordo com o art. 103-B, o Conselho compõe-se de 15 membros, dentre os quais um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo Tribunal.

Determina o §2º do referido dispositivo que a autoridade indicada deverá ser nomeada pelo Presidente da República, após ter seu nome aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal, cujo mandato será de dois anos, admitida uma recondução.

Os membros do Conselho têm por atribuição constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo a esta Comissão proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos, abaixo, o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pela magistrada indicada.

A Sr^a Maria Cristina Irigoyen Peduzzi graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília, é Mestre em Direito, Estado e Constituição pela mesma universidade e Ministra do Tribunal Superior do Trabalho desde 2001. Foi Vice-Presidente do Tribunal no biênio 2011/2013.

É professora visitante do Instituto Brasiliense de Direito Público, foi professora do Centro de Ensino Unificado de Brasília e da União Pioneira de Integração Social. Atua, ainda, como professora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, onde figurou como membro do Conselho Consultivo.

No Ministério Público Federal, foi Procuradora da República em 1984, e no Ministério Público do Trabalho foi Procuradora em 1992.

Desde 2005, é membro do corpo editorial da Revista do Tribunal Superior do Trabalho, e fala inglês e espanhol.

Ganhou 26 prêmios e títulos, dos quais destacamos a Comenda Medalha Miranda Lima (OAB/DF), e o Prêmio Tereza Grisólia Tang – Mulheres Destaques na Magistratura (Associação dos Magistrados Brasileiros).

É autora do livro “O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Perspectiva do Direito como Integridade”, além de ter escrito muitos capítulos de livros publicados. Entre os vários artigos publicados em periódicos, citamos: “El Acoso Moral” (Revista Laboral Chilena, v.191. 2010), e “A Emenda Constitucional nº 45/04 e a Reforma do Poder Judiciário em Especial da Justiça do Trabalho” (Trabalho e Ambiente, v. 4, 2006).

Tomou parte em bancas examinadoras de concursos públicos, e também em muitos eventos, congressos, exposições e feiras. Ministrou o Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho, em 2012 e 2013.

No tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, a indicada informa que não possui parentes consanguíneos ou afins, vinculados à estrutura do Poder Judiciário; que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses poderes.

Declara, ainda, que é autora de uma única ação judicial, consistente em Mandado de Segurança em tramitação na 3ª Vara Cível de Bagé, em que obteve medida liminar para liberar usufruto constituído sobre bens de sua propriedade.

Quanto às exigências relativas ao Ato da Mesa nº 1, de 2007, informa que não exerce cargo ou atividade como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, e apresenta documentos comprovando regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome da Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi para compor o Conselho Nacional de Justiça.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Lido o parecer...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E ele só é votado na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Lido o parecer de V. Exª, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima reunião o processo de arguição da candidata e a votação, nos termos do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Devolvo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu agradeço e apenas diria a V. Exª que nessa reunião, que é na próxima semana, eu traria outras informações de cunho pessoal com relação à Ministra – a sua qualidade, a sua competência, a sua história, a sua biografia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É uma das pessoas mais notáveis no meu Estado, o Rio Grande do Sul e, modéstia à parte, aqui em Brasília, onde se impõe à Ministra o respeito de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ninguém melhor que V. Exª para traduzir a carreira, a passagem histórica, a sensibilidade desta mulher, desta Juíza, desta personalidade jurídica que V. Exª tem a honra de relatar. Por isso que esta Pre-

sidência escolheu V. Exª, assim como, 12 anos atrás, a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça deferiu a V. Exª essa mesma honra, quando a Ministra foi sabatinada, também, para cargo similar no Superior Tribunal do Trabalho.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos ao item 1 da pauta, atendendo ao, sempre Líder, Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Agradeço a V. Exª, Presidente.

Quero apenas registrar, quanto ao item anterior, que é uma grande Ministra indicada, com o parecer de um grande Senador, o Senador Pedro Simon. Portanto não há dúvida de que a Ministra será aprovada, por unanimidade, por conta da sua história e do peso do Relator e do relatório do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu quero prestar minhas homenagens. Aqueles que são advogados devem reconhecer e saber a importância deste homem, Senador Pedro Taques, Luiz Carlos Lopes Madeira, grande jurista brasileiro, a quem esta Presidência presta sua homenagem.

Item 1, página 17.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu vou apenas registrar a importância desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixe-me só enunciá-lo, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 15, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo – Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como eu estava dizendo, é despidendo falar da importância, da necessidade e da urgência de termos

controladores de voo no Brasil. Esse projeto cria cem cargos de controladores de voo que serão providos à medida que os concursos forem realizados.

Portanto, o parecer é favorável.

Eu peço aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação é nominal.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aécio Neves.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador José Agripino.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sodrê Santoro.

O SR. SODRÊ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Jucá. Voto conhecido.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A matéria foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Será encaminhada à Secretaria-Geral para as providências cabíveis.

Item 2.

Foi retirado da pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não. Com a palavra, o Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a, se for possível, para também fazer uma antecipação de votação do item 19, que trata da criação de vários cargos, inclusive do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde. Se for possível essa inversão da pauta, eu lhe agradeço.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, por favor. Dentro da mesma linha, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou atender à solicitação do Senador Humberto Costa e, imediatamente, vou conceder a palavra ao Relator da matéria, Senador Gim Argello. Trata-se do item 19, o PLC nº 123.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Relator é o Senador Gim Argello. Passo a palavra a S. Ex^a para, em havendo concordância do

Senador Gim Argello, volto a palavra a esta Presidência para fazer o enunciado da ementa.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Está muito bem, Sr. Presidente.

Eu só gostaria de, antes, dar um aviso a V. Ex^a, pois o senhor tem me cobrado para fazer o relato hoje também do PLC nº 126, que é um outro projeto, um projeto estruturante e importante para o Governo. Eu apresentei o meu relatório, mas me surgiram algumas dúvidas. Então, quanto ao item 18, eu pediria a V. Ex^a que eu pudesse apresentar o relatório na próxima reunião.

Eu já estou pronto para fazer o relato do item 19, que é esse item tão importante também, um item estruturante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quanto ao item 18, V. Ex^a pede a retirada para reexame. Concedido.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Passo ao item 19, atendendo à solicitação do Senador Humberto Costa, dando preferência para a avaliação de S. Ex^a.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2012 – Não Terminativo -

Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Gim.

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável ao projeto.

Observações:

Aprovado o Requerimento nº 6, de 2013-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Submete-se à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por determinação do Presidente do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 123, de 2012, apresentado na Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo, com a finalidade descrita na ementa.

O art. 1º do projeto cria, no âmbito do Poder Executivo, 330 cargos de provimento efetivo de Analista de Comércio Exterior, da carreira de mesma denominação, criada pela Lei nº 9.620, de 1998.

O art. 2º institui, no Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o cargo de provimento efetivo de Analista Técnico-Administrativo, de nível superior, com atribuições voltadas ao planejamento, à supervisão, à coordenação, ao controle, ao acompanhamento e à execução de atividades técnicas especializadas necessárias ao exercício das competências daquela superintendência.

O §1º do art. 9º determina que o ingresso ao cargo e o desenvolvimento no cargo observarão as normas aplicáveis aos demais cargos da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, enquanto o §2º define as atribuições do cargo.

Atualmente, há servidores ocupantes de diversos cargos lotados no Denasus que já desempenham funções similares às designadas ao Analista de Controle Interno do SUS. Por óbvio, aqueles não serão ocupantes de um dos cargos ora criados. Contudo, o bom funcionamento do Sistema de Auditoria do Sistema de Auditoria do SUS não pode deles prescindir.

Por esse motivo, o §2º do art. 9º estende a eles as mesmas atribuições do novo cargo.

Não sem motivo, os servidores lotados e em exercício no Denasus farão jus à estrutura remuneratória atribuída ao Analista de Controle Interno do SUS (art. 13), e os cargos por eles ocupados, quando vagos, serão transformados em cargos efetivos que o PLC pretende acrescentar à Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho.

O art. 10 estabelece a composição da remuneração dos servidores ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do SUS, que está assim definida: uma parcela corresponde ao vencimento básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo I do PLC; e a outra refere-se à Gratificação de Desempenho de Atividades de Analista de Controle Interno do SUS – Gdasus, nos termos do art. 11 do Projeto.

A Gdasus não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens (§16 do art. 11) e não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo (§17 do art. 11).

O art. 11 estatui que a Gdasus será devida exclusivamente aos servidores ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do SUS em exercício das atividades inerentes ao cargo efetivo, sendo atribuída em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em regulamento.

Há situações que excepcionam a exigência do exercício das atividades inerentes ao cargo efetivo no Denasus para a percepção da Gdasus.

O §8º do art. 11 define como será paga a Gdasus ao titular de cargo efetivo de Analista de Controle Interno do SUS em efetivo exercício no Denasus e investido em cargo em comissão ou função de confiança.

Sr. Presidente, o relatório de quatro páginas já é conhecido.

Eu peço a V. Exª que, se alguém tiver alguma dúvida, estou pronto para esclarecer.

No mais, é uma matéria bastante relevante. Eu gostaria que todos compreendessem que existe essa necessidade. Os servidores estão aqui e já conversaram com todos os Senadores.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é apenas para ressaltar a importância do projeto e dizer que ele atende à área da auditoria do SUS, que é uma área extremamente relevante e importante de ser reforçada.

Eu acompanho de perto o trabalho de auditoria do SUS, do Denasus. Sem dúvida nenhuma, esse projeto foi negociado durante muitos anos e agora nós estamos chegando a uma posição.

Além disso, como são analistas de comércio exterior, nós estamos dando condições de melhorar a estrutura de importação e exportação do País. Trata-se do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, dos servidores da Suframa e dos servidores da Anvisa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, preliminarmente, eu quero adiantar que voto favoravelmente a esse projeto, por se tratar de uma área da saúde. A saúde no Brasil é um caos e nós não podemos permitir que nos acusem, acusem o Senado Federal e o Congresso, de estar atrapalhando o serviço público de saúde.

Mas o projeto poderia ser melhor, em função de que cria também DASSs, cargos comissionados, etc. Não vamos entrar nessas particularidades.

Mas, Sr. Presidente, veja, o que está previsto para este ano em matéria de engordar a administração pública brasileira: o Governo prevê um acréscimo de 5,1 bilhões na folha de pagamentos, pretendendo contratar 61.682 novos servidores, sendo que 49.347 no Executivo. O Brasil vai se tornando ingovernável.

Há poucos dias, o Jorge Gerdau disse que era impossível governar com 40 Ministérios. Temos 39. É criação de Ministérios, de secretarias, de diretorias, de coordenadorias, de conselhos, de empresas, de cargos comissionados, enfim, de novas funções públicas gastando, gastando muito, aumentando as despesas correntes, limitando cada vez mais a capacidade de investir do Estado brasileiro.

Faltam recursos para a saúde, para a educação, para a segurança pública; faltam recursos para obras de infraestrutura. Nós estamos invertendo prioridades. É evidente que estamos transformando o Estado brasileiro em um Estado obeso, um Estado lento. O aparelhamento do Estado é a causa. Esse loteamento dos cargos, a cooptação do apoio político dos partidos, isso obriga o Governo a alargar-se, a criar estruturas paralelas e desnecessárias. O povo vai trabalhando duro, pagando impostos, e o Governo desperdiçando. O povo tem razão quando fala que existem muitos chupins da República, que vivem à custa do Erário, sem produzir o que se poderia produzir.

Enfim, Sr. Presidente, eu lamento que não se faça uma reforma administrativa. O que nós vemos a cada passo é a reforma administrativa às avessas. O Governo crescendo ao invés de enxugar; engordando ao invés de emagrecer. E o povo pagando essa conta sem poder pagar. Mas a esse projeto, como diz respeito à saúde do povo brasileiro, nós votamos favoravelmente. Os demais projetos, vamos opor aqui o nosso voto contrariamente como forma de protestar contra esse modelo, que é um modelo promíscuo, que estabelece uma relação de promiscuidade, que vai infelicitar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. A Presidência pautou esse projeto pela importância que ele tem dentro da máquina administrativa do Estado.

Senador Pedro Taques, Senador Humberto Costa, Senador Ataídes, para iniciarmos o processo de votação.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mérito do projeto é muito bom. Vou votar favorável, mas eu gostaria que fosse

registrada a minha dúvida: os arts. 8º e 13 foram inseridos por emenda de um Deputado Federal. Eu tenho dúvida sobre a constitucionalidade, mas vou votar favorável. Eu gostaria de registrar a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto, rapidamente, a posição de V. Exª e Senador Ataíde para iniciarmos o processo de votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT –PE) – Vou declinar da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a sensibilidade de V. Exª.

Senador Ataídes para iniciarmos o processo de votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, eu coaduno com a fala do nosso Senador Pedro Taques e do Senador Álvaro Dias. Mas eu queria fazer um registro – eu também sou a favor, evidentemente –, mas eu queria fazer um registro. Nesta última década, a folha de pagamento, há dez anos, era algo em torno de R\$64 bilhões. Hoje ela ultrapassou os R\$200 bilhões. A máquina está inchada. Dessa forma, vai chegar a um ponto em que o povo brasileiro não vai suportar.

Eu só queria fazer esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não há mais nenhum Senador a discutir a matéria.

Em votação o relatório do Senador Gim Argello.

O Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai a Plenário, em regime de urgência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu queria pedir regime de urgência para a matéria e aplaudir o relatório e o trabalho do Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em votação, com os mesmos aplausos ao Senador Gim, o regime de urgência da matéria.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A matéria está aprovada, em regime de urgência, com o apoio das Lideranças para a próxima semana.

Não há mais matéria na pauta, está encerrada a reunião.

Tenham todos um bom-dia! Feliz Páscoa! Fiquem com Deus!

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, E EM 04 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e sete minutos, do dia três de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy, Jorge Viana, Humberto Costa, Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Ataídes de Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Eduardo Amorim e Blairo Maggi, e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Braga. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião Anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

1ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, de 2010. Terminativo. Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para definir como crime de responsabilidade de Governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta, e pelo acolhimento da Emenda nº 1. Em 26/03/2013, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza, que recebeu Parecer favorável. Em 03/04/2013, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que recebeu Parecer contrário. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70, de 2011.** Não Terminativo. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para incluir, entre os direitos sociais, a proteção à adolescência. **Autoria:** Senador Paulo Bauer e outros. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2011.** Não

Terminativo. Revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais. **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável à Proposta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Roberto Requião e Ataídes Oliveira, nos termos regimentais. **ITEM 12) OFICIO “S” Nº 2, de 2013.** Não Terminativo. Encaminha os documentos do Senhor Juiz Federal Alexandre Berzosa Saliba, indicado por este Tribunal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CF, Art. 130-A, inciso IV), no biênio 2013-2015. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 13) OFICIO “S” Nº 5, de 2013.** Não Terminativo. Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII da Constituição Federal, os documentos originais do Senhor Juiz Federal SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **EXTRAPAUTA: ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, de 2013.** Requeiro nos termos do art. 93, I, a realização de duas audiências públicas, para instrução do PLS 207, de 2009, que “Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal”, visando em especial a ampla discussão do conteúdo do relatório por mim já apresentado a esta Comissão. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado:** Aprovado. **2ª PARTE: ITEM 1) OFICIO “S” Nº 4, de 2013.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:**

Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis. **A Presidência suspende a Reunião às treze horas e trinta e três minutos e reabre às nove horas e vinte e três minutos do dia quatro de abril de dois mil e treze. ITEM 8) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 244, de 2011.** Não Terminativo. Susta os efeitos da Resolução nº 2, de 2011, do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que “dispõe sobre os programas de cunho religioso nos veículos da EBC”. **Autoria:** Senador Lindbergh Farias e outros. **Relatoria:** Senador Jorge Viana (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, de 2012.** Não Terminativo. Dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências. **Autoria:** CPI – Crise do Sistema de Tráfego Aéreo. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº1-CCJ (Substitutivo). Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às nove horas e quarenta e um minutos do dia quatro de abril de dois mil e treze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2010; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2013; ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2011; ITEM 7) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2011; ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2012 e ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos. São 10h07.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneceram como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira parte destinada à deliberação dos itens 1 a 19 e a segunda parte, à proposição que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra Maria Cristina Peduzzi para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência informa a V. Ex^{as} que a reunião de hoje, como bem falei há pouco, está dividida nestas duas partes: arguição da Ministra Maria Cristina Peduzzi e as votações na parte inicial. Algumas dessas matérias serão apreciadas em caráter terminativo.

Está retornando à pauta para deliberação, como item 1, o Projeto de Lei do Senado nº 251, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que altera a Lei nº 1.079, para definir como crime de responsabilidade de Governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial.

Outra proposição que retorna à pauta é de autoria do Senador Requião: trata-se do Projeto de Lei nº 141, de 2011, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. A matéria encontra-se na alçada do Plenário, por causa de interposição de recursos a esta Comissão, que deverá manifestar-se sobre emendas a ela apresentadas.

Entre as matérias novas, destaco o Projeto de Lei do Senado nº 90, que estabelece disposições na forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Devo mencionar ainda que, hoje, faremos o início do exame de duas indicações do Superior Tribunal de Justiça. São elas: o Sr. Juiz Federal Saulo José Casali, para compor o Conselho Nacional de Justiça; e o Sr. Juiz Federal Alexandre Berzosa Saliba, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público. Essas relatorias estarão sob a responsabilidade dos Srs. Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira.

Vamos iniciar a apreciação das nossas matérias pelos projetos não terminativos, em virtude do quórum.

Com inversão necessária pelo quórum, vamos ao item 12.

Sr. Senador Aloysio Nunes, por favor, p. 231, item 12 da pauta.

ITEM 12

OFÍCIO “S” Nº 2, de 2013

– Não Terminativo –

Encaminha os documentos do Senhor Juiz Federal Alexandre Berzosa Saliba, indicado por este Tribunal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CF, Art. 130-A, inciso IV), no biênio 2013-2015.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Votação secreta.

Observações:

A avaliação do indicado será feita em duas etapas, nos termos do art. 2º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Aloysio, para a leitura do seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, mediante Ofício “S” nº 2, o Sr. Ministro Felix Fischer encaminha ao Senado currículo do Sr. Alexandre Berzosa Saliba, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do disposto no art. 130-A da Constituição Federal.

De acordo com o art. 130-A, *caput*, o Conselho compõe-se de 14 membros, dentre os quais um juiz indicado pelo Superior Tribunal de Justiça. Ainda de acordo com o *caput* do artigo, os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha por maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Ao Conselho compete, de acordo com o § 2º do art. 130-A, o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, cabendo a esta Comissão proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos, abaixo, o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pelo juiz indicado:

O Sr. Alexandre Berzosa Saliba é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santos, e habilitou-se pela OAB em 1993. É especialista em Direito Processual Penal pela Universidade Metropolitana de Santos, e exerceu a advocacia de 1993 a 1996.

Foi assessor do Ministro José Augusto Delgado e, de 1996 a 2001, foi Juiz de Direito do Tribunal de

Justiça do Mato Grosso do Sul. Foi também Juiz Federal da 2ª Região.

Nomeado pelo Ministro Cezar Peluso para compor a comissão visando ao aprimoramento da disciplina do processamento de extradições e nomeado pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio Noronha, Corregedor-Geral da Justiça Federal, para compor comissão nacional como representante da 3ª Região de proposta de administração dos bens apreendidos pela Justiça Federal.

É Professor da Escola de Magistratura Federal da 3ª Região, Professor da Escola de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e ainda Professor nos cursos preparatórios para ingresso nas carreiras do Ministério Público e da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, nas cadeiras de Direito Penal e Direito Processual Penal.

É coautor da obra *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*, estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie.

No tocante às exigências do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado informa que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, que seja ocupante de cargo de provimento em comissão, que não recebeu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, e que não se encontra em cumprimento de qualquer sanção, não teve e nem tem contra ele instaurados procedimentos dessa natureza, que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem possui cônjuge, companheira ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, que seja membro desses Poderes. Não possui, ainda, parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

Não participa nem participou como sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidade governamental; que sua situação fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal encontra-se regular. Anexou a esta declaração as certidões e os documentos comprobatórios correspondentes.

Não figura na condição de réu em qualquer ação judicial e é autor, em litisconsórcio com a Ajufe – Associação dos Juízes Federais, de três ações judiciais: Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física, ATS, Isenção de Imposto de Renda sobre o abono de permanência e Isenção do Imposto de Renda sobre terço de férias.

Por fim, declara que atuou perante a 2ª Vara Federal de São Carlos e como Diretor da 15ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, desde fevereiro

de 2008, e perante o Supremo Tribunal Federal na condição de juiz convocado em função de auxílio e, posteriormente, como Magistrado Instrutor junto ao gabinete da Ministra Ellen Gracie, de fevereiro de 2010 a dezembro de 2011.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Alexandre Berzosa Saliba para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o relatório, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do Ato nº 1, da CCJ, de 2007.

Nós vamos encerrar os dois itens – são dois ofícios de indicações –, para voltarmos à pauta com o item nº 1, aos processos em ordem da pauta, com os terminativos inicialmente.

O item nº 13 está na p. 248 do avulso de V. Ex^{as}:

ITEM 13

OFÍCIO “S” Nº 5, de 2013

– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII da Constituição Federal, os documentos originais do Senhor Juiz Federal SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Votação secreta.

Observações:

A avaliação do indicado será feita em duas etapas, nos termos do art.2º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Comissão recebeu expediente do Ex^{mo} Ministro Felix Fischer, eminente Presidente do Superior Tribunal de Justiça, formalizando a indicação do Juiz Federal Saulo José Casali Bahia, atualmente lotado na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, para integrar como membro o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2013-2015.

O Ofício referido nos chega instruído com toda a documentação exigida pela Resolução nº 7, de 27

de abril de 2005, desta Casa, e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão.

Não há reparos a fazer quanto à instrução da indicação, por conta da existência, nos autos, de toda a documentação exigida pelas normas deste Senado Federal que regem a espécie.

O exame das credenciais técnicas do magistrado federal, cuja indicação aqui nos ocupa, revela, à saciedade, densa formação técnica, jurídica e acadêmica numa carreira que se iniciou na posição de estagiário em direito junto à Defensoria Pública do Estado da Bahia, para após atingir as condições de Juiz de Direito do Estado da Bahia, Procurador da República, e, finalmente, de Juiz Federal, que ora ostenta.

Na atividade docente, atua como Professor associado da Universidade Federal da Bahia na graduação, mestrado e doutorado. É Professor visitante da Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, e da Universidade François Rabelais, na França.

A atuação que toca diretamente as competências do Conselho Nacional de Justiça como desenhadas pela Constituição Federal vigente também foi percorrida com êxito pelo Dr. Saulo José Casali Bahia, o qual, por inúmeras vezes, atuou designado pela Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, me permita interromper a leitura para pedir aos presentes silêncio, por favor. Nós estamos com a Comissão funcionando, há um Senador lendo uma matéria importante, ele merece o nosso respeito e devemos ter atenção à sua leitura. Por favor.

Desculpe, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Penso que, mais do que eu, quem mereça respeito seja o Senado da República, não é? Obrigado.

A atuação que toca diretamente as competências do Conselho Nacional de Justiça como desenhadas pela Constituição Federal vigente também foi percorrida com êxito pelo Dr. Saulo José Casali Bahia, o qual, por inúmeras vezes, atuou designado pelo Corregedor-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região nas atividades de auxílio à correição geral em diversas Seções Judiciárias, entre elas, do Distrito Federal, de Goiás, do Maranhão, de Roraima, do Acre, do Amapá, do Amazonas e também da Bahia.

Sob essa ótica, é de se ressaltar, também, a firme atuação da elaboração de estratégias de desempenho de atividade judiciária na Avaliação de Desempenho de Unidades Jurisdicionais de 1º Grau da Justiça Fede-

ral e em ações de inspeção de correição em Tribunais Regionais Federais.

Diante de todo o exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendemos que esta Comissão dispõe de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Ilustre Magistrado Federal Saulo José Casali Bahia para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Lido, em discussão o parecer de S. Ex^a Senador Taques.

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a reunião do dia 17 de abril a arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 1º desta Comissão.

Vamos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 251, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para definir como crime de responsabilidade de Governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

– Em 20/03/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

– Em 26/03/2013, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Sérgio Souza;

– Votação nominal.

O Relatório é pela aprovação do Projeto, com emenda que apresenta, e pelo acolhimento da Emenda nº 1, do Senador Sérgio Souza.

A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 26/03/2013, foi recebida a emenda do Senador Sérgio Souza, que recebeu parecer favorável do Senador Sérgio Petecão.

Em 03/04, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, dependendo de relatório, agora, do Senador Petecão, a quem passo a palavra para relatar a Emenda nº 2, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, recebida recentemente por esta Comissão.

Passo a palavra a S. Ex^a Sr. Relator.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC)

– Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, para que possamos dar maior celeridade ao trabalho desta Comissão, eu recebi aqui a emenda do Senador Suplicy, exatamente às 9h23 desta manhã de hoje, e nós não iremos acolhê-la. Iremos acolher a emenda do Senador Sérgio Souza, que, na verdade, apenas muda o prazo já estabelecido pela proposta. O prazo inicial seria de quinze dias e a emenda do nobre Senador Sérgio Souza altera: o prazo a vigorar é de zero até trinta dias.

Então, somos pela rejeição da emenda do Senador Suplicy e acolhemos a emenda do Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – A emenda do Senador Sérgio Souza foi acatada já na reunião passada e a emenda do Senador Suplicy foi rejeitada.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr.

Presidente, para discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Gostaria de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Para discutir a matéria, o Senador Suplicy, até por ordem de precedência, pois é autor da emenda, depois o Senador Sérgio Souza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, a minha proposta é que os arts. 924, 926, 927, 928 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passem a vigorar com a redação do art. 924, que regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da seção seguinte, quando intentada ação dentro de 30 dias da turbação ou do esbulho; passado o prazo mencionado no *caput* deste artigo, será adotado procedimento ordinário, não perdendo, contudo, o caráter possessório.

O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação ou reintegrado no esbulho, desde que o imóvel cumpra a função social.

O art. 927, no inciso II, diz da turbação ou esbulho praticado pelo réu e seu impacto no uso do imóvel.

O art. 928, que contra as pessoas jurídicas de direito público e nos casos de ocupação coletiva não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais, observadas algumas disposições.

Para efeito do disposto neste capítulo, desde que sejam consideradas coletivas as ocupações, eu tinha proposto que abranjam para pelo menos cem moradias. A Senadora Ana Rita avalia que não se deveria limitar, apenas sendo caracterizado como coletivo.

As ações possessórias que versem sobre as ocupações coletivas terão a obrigatoria interveniência

do Ministério Público como assistente dos réus, devendo o juiz, no prazo de dez dias do ajuizamento da ação, oficial os Poderes Públicos federal, estadual e municipal para que, no mesmo prazo, manifestem seu interesse em integrar ou não a lide, deslocando-se a competência, quando for o caso.

Não havendo interesse do Poder Público na área, a execução da reintegração de posse será condicionada à oferta de abrigo aos ocupantes, observadas as condições de higiene, saúde e segurança.

A reintegração de posse deverá ser efetivada com a presença do juiz, de membro do Ministério Público e, havendo menores de idade, de representante do Conselho Tutelar.

Ora, no bojo da análise de projeto que define como crime de responsabilidade de governador de Estado o não cumprimento de reintegração de posse dentro de 15 dias, vem à tona a questão dos despejos coletivos, que constitui um problema clássico de vulnerabilidade fundiária no Brasil. É vasta a previsão normativa doméstica e internacional acerca de mecanismos que garantem o cumprimento da função social da propriedade como instrumento de regularização fundiária e desenvolvimento social.

Diante de problemas muito difíceis e que envolveram tragédias, como no caso do Pinheirinho, cumpre lançar um olhar atencioso sobre as situações capazes de conduzir a tragédias sociais por diversos motivos, sejam ambientais ou sociais.

Daí por que é oportuna a alteração da legislação possessória referente à vulnerabilidade fundiária, de modo a operar verdadeira modernização, conforme a Constituição cidadã. Essa vulnerabilidade envolve diversos fatores que somente podem ser levados à solução por medidas estruturais que abarquem as diversas dimensões do problema fundiário.

Sr. Presidente, não vou ler toda a justificativa que aqui está para o conhecimento de todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras, mas eu gostaria de dizer que, há duas semanas, ocorreu uma situação em que justamente o Prefeito Fernando Haddad, de São Paulo, havendo uma solicitação de reintegração de posse de uma área onde, há 8 meses, se encontravam cerca de 700 famílias, no Jardim Iguatemi, justamente o Prefeito tomou a iniciativa de dialogar com o Governador Geraldo Alckimin e ambos dialogaram com o Presidente do Tribunal de Justiça, com o Desembargador responsável. Houve uma análise da situação social premente que precisava ser resolvida. Então, o Prefeito se comprometeu a realizar a compra daquele imóvel pelo Poder Público com a finalidade de moradia social. Assim, com o entendimento entre as partes, foi suspensa a ação de reintegração.

Então, muitas vezes, se houver o prazo necessário para o diálogo entre as partes, poderemos evitar situações de violência.

Compreendo a preocupação da Senadora Kátia Abreu, que há pouco disse a mim: “Imagine se você tiver a sua propriedade ocupada e começarem a utilizar a sua geladeira, a sua cama ou houver uma situação em que poderão colocar a sua família em risco”. Compreendo a situação em que ela própria diz ter-se encontrado. Mas avalio que é muito importante também que nós verifiquemos as situações que, ao longo desses últimos anos, tem havido.

Eu próprio fui chamado, certa vez, pelo proprietário de uma área, para dialogar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Para concluir, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –... com aqueles que estavam ocupando a estrada junto à área. O diálogo se deu perante o Ministro Luiz Fux e também perante o Incra. E se chegou ao entendimento pelo qual aquela área, hoje denominada Assentamento Celso Furtado, acabou sendo adquirida por aqueles, junto aos proprietários, cuja propriedade havia sido decretada, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, como área não produtiva. Por esta razão, as famílias haviam ali, no Município de Castilho, em São Paulo, acampado: para que as autoridades responsáveis pela reforma em nosso País pudessem avançar na direção...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Recordo esses episódios para dizer das razões pelas quais apresentei essa proposta de diálogo entre as partes antes que se realize o procedimento de reintegração de posse.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O. k., Senador. Por favor.

Agradeço a V. Ex^a.

Um esclarecimento ao Plenário: nós estamos discutindo o projeto como um todo. Vamos votar o projeto inicialmente, ressalvadas as duas emendas: uma aceita pelo Senador Relator, que foi a emenda do Senador Sérgio Souza, e outra rejeitada.

Então, a V. Ex^{as} caberá, a cada um, a discussão não das emendas ou do projeto individualmente, mas o posicionamento sobre o projeto como um todo. Por isso, advirto V. Ex^{as} no momento da discussão.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, para discutir o projeto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na reunião anterior desta Comissão, se instalou um debate aprofundado sobre, até mesmo, se não seria redundante esse dispositivo, porque a própria lei já previu a obrigatoriedade de cumprimento de decisão judicial. Mas o debate convergiu para o prazo, que 15 dias seria pouco.

A proposta da Senadora Kátia Abreu é de alterar o art. 74 da Lei nº 1.079 e nela estabelecer um prazo para o cumprimento de decisão judicial no caso de ocupação, de invasões.

Eu pedi vista naquele momento – foram concedidas vistas coletivas – e apresentei uma emenda aqui acatada pelo Senador Sérgio Petecão. A emenda desdobra o parágrafo único em dois parágrafos. Nós criamos um § 1º e nele trocamos “15 dias” por “em até 30 dias”. Então, pode ser 1 dia, podem ser 10 ou 30 dias. E colocamos também, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o prazo será contado a partir do recebimento, o que não estava bem especificado no texto anterior.

No § 2º, nós inserimos isso da seguinte forma:

§ 2º O juiz que determinar a reintegração da posse levará em consideração, para definição do prazo [ou seja, de 1 a 30 dias] de que trata o § 1º desse artigo, além do direito de propriedade, a complexidade de cada caso, o tempo necessário para planejamento e logística da ação policial, a segurança física dos ocupantes da propriedade e da força policial [a segurança física daqueles que estão ocupando a propriedade e também da força policial] e outros fatores considerados relevantes [pelo juízo].

Ninguém melhor do que o juízo da causa, que vai conhecer os fatos e os elementos colocados no processo, para entender a necessidade e para dar o tempo necessário à autoridade competente, neste caso o governador do Estado, para a desocupação. E isso porque temos casos de ocupação de centenas de milhares de famílias em áreas rurais, por exemplo, Senadora Kátia Abreu, mas podemos ter a ocupação de um imóvel urbano por uma única família, quando a complexidade será muito diferente. Inclusive, a logística para esta operação é muito menor e também mais rápida.

Imaginemos nós uma fazenda invadida no interior do Brasil, em um Estado brasileiro a centenas de quilômetros da capital, uma situação em que o efetivo policial necessário seria de milhares de policiais, além de aparatos como caminhões para o transporte dos bens daqueles que estão ocupando aquela propriedade e a segurança de toda aquela região, isso além do planejamento.

Então, os prazos têm de ser realmente diferenciados.

Eram essas as minhas justificativas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Roberto Requião, para discutir a matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quero trazer à Comissão a minha experiência de Governador do Paraná por três vezes.

Eu assumi o Governo do Estado, sucedendo o Governador Jaime Lerner. E nós tínhamos 116 pendências de reintegração de posse no Paraná. Havíamos tido alguns conflitos com mortes, nessa fase anterior ao meu governo. E eu tomei uma primeira providência, que foi baixar um decreto estabelecendo que nenhum comando policial militar do Paraná poderia dar iniciativa a um processo de reintegração sem a autorização direta do governador. Resolvi assumir, dessa forma, a responsabilidade.

A conclusão desse processo, a fim e a cabo, foi que, dos 116 problemas que nós tínhamos, eu resolvi 110 sem que houvesse uma única morte. Mas, logo mais adiante, os setores interessados nas reintegrações entraram com uma medida judicial e anularam o meu decreto de mediação, porque o meu decreto impunha a existência de uma comissão de negociação e foi através dessa comissão de negociação que eu fiz 110 reintegrações sem nenhum conflito que levasse à morte de um único trabalhador ou de um único policial.

A Justiça derrubou esse processo. Eis que, de repente e não mais que de repente, eu recebo uma ordem de um juiz afoito para organizar uma região urbana da cidade de Curitiba, uma reintegração de posse num prazo exíguo de tempo – não me lembro se era de 15 dias ou 20 dias. Ocorre que essa região que tinha a titularidade de uma série de instituições e pessoas, inclusive a Caixa Econômica, era habitada, há mais de 40 anos, por cerca de 45 mil pessoas. Daí eu dei uma resposta célebre, que desagradou bastante o Poder Judiciário: “Se o Governador não fizer o despejo em tantos dias” – e não me lembro mais quantos dias me deram para cometer essa loucura de retirar 45 mil pessoas que moravam há mais de 40 anos numa área – “nós vamos pedir a intervenção no Paraná”. Minha resposta foi a seguinte: Eu sou a favor da intervenção, desde que o juiz que determinou a reintegração seja o interventor e seja o executor do despejo de 45 mil pessoas. E terminei essa declaração dizendo que, para mim, o mandato de governador valia muito menos do que a morte de um agricultor. Eu preferia perder o mandato de governador a deixar de negociar uma situação pacífica para restabelecer a tranquilidade na área. Nunca ocorreu a intervenção, e até hoje aquele pessoal está morando lá, negociando, por partes, com

a Caixa Econômica, à qual estão pagando, e com alguns proprietários privados.

O que eu quero dizer é que essa questão é uma questão variada. Cada problema é um problema. E esse aqodamento do prazo só pode levar a situações parecidas, Senador Suplicy, com o Pinheirinho e daí para muito pior. Até porque o número enorme dessas 116 ordens de reintegração que o Governo do Estado havia recebido, primeiro, através da intimação direta do governador, que passaria pela comissão de negociação, não eram propriedades das pessoas que pediam reintegração.

A confusão fundiária é muito grande no Paraná e enorme no Brasil. Eu sou de uma família de nordestinos de Divina Pastora e de baianos de Salvador, e nós viemos para o sul. E no sul eu tenho avós alemães e italianos que vieram ao Brasil pela terra, ocupar terra, produzir, com o apoio do Estado algumas vezes, outras vezes, não. Então, a questão é delicada.

Algumas áreas objeto de intervenção têm dois, três proprietários. Contamos os títulos por andares. Então, isso sempre é uma coisa muito delicada.

Eu, com a vênua da Senadora Kátia, vou votar claramente contra essa proposta de limitação de dias, em primeiro lugar, porque a Justiça não reconhece a responsabilidade direta do governador e intima diretamente o comando policial e, em segundo lugar, porque a mediação revela coisas que não aparecem no primeiro momento para o juiz.

Agora, eu falo com a autoridade de quem herdou 116 pedidos de reintegração e fez 110, sem que houvesse uma morte, um ferimento, um conflito social mais pesado. Vejam bem vocês a sinecura em que me pôs o Judiciário do Paraná: demitir 45 mil pessoas que moravam há mais de quarenta anos numa área absolutamente urbanizada num prazo de 15 ou 20 dias. Eu pergunto a vocês: vale um mandato a crise que você provoca, a mortandade de policiais ou de moradores? Rigorosamente não vale.

Eu acho que essa coisa está posta bem, é muito importante que seja negociada, e eu me interessaria muito mais por consolidar, em nível de justiça, a comissão de mediação e a autorização direta, com a responsabilidade também direta do governador, do que a truculência de sentenças que a minha experiência demonstrou muitas vezes que não tinham pé nem cabeça, eram produto do conservadorismo reacionário de um juiz que não se preocupava em verificar o que estava fazendo o Incra na desapropriação ou a existência de proprietários anteriores.

Meu voto é consciente, é baseado na minha experiência e é absolutamente contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui ratificar as palavras do Senador Requião. O Senador Requião traz uma experiência própria de como ele lidou com essa situação.

Eu, como assistente social, trabalhei durante muitos anos também com assentamentos de trabalhadores rurais, tive a oportunidade de acompanhar de perto as ocupações de terra, e a minha função, o meu papel era justamente cuidar para que essas famílias pudessem ser assentadas em locais adequados.

O Projeto de Lei aqui proposto define prazos para que o chefe do Executivo possa fazer a desocupação da terra, ou seja, a reintegração de posse num prazo de quinze dias. E é impossível, no prazo de quinze dias, ou prazo de um mês, ou prazo de dois meses, ou de seis meses, fazer a reintegração de posse. Depende muito de cada situação.

Eu, por exemplo, me lembro aqui de uma experiência de ocupação de terra em que 500 famílias ocuparam uma rodovia em busca de terra para morar. Eu coordenei uma equipe multidisciplinar, composta por representantes de diversas secretarias do governo do Estado, e a minha função era cadastrar aquelas famílias, para que nós pudéssemos conhecer quem eram aquelas pessoas. Nós passamos um mês, com uma equipe só cadastrando as famílias. E cadastrar é o primeiro passo, não é suficiente; é apenas o primeiro passo para que o Poder Público possa conhecer quem são aquelas pessoas, quantas crianças há, se elas estudam, se elas não estudam, se têm problemas de saúde, se precisam de atendimento médico.

Ou seja, é preciso haver um olhar para aquelas pessoas e para as suas necessidades. E a necessidade não se resume apenas em ter um local para morar. Quantas famílias passam meses, anos debaixo da lona e muitas vezes não têm acesso à educação, não têm acesso à saúde? São questões básicas para que as famílias possam viver.

Então eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que esse projeto, na minha opinião, está apenas olhando o direito de propriedade, mas não está olhando o direito da pessoa humana, e eu, como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, jamais votaria um projeto como esse, que, na minha opinião, contraria todos os princípios dos direitos da pessoa humana.

Acho que é possível sim – e eu faço aqui referência à fala do Senador Requião –, que o único caminho é o caminho da negociação, do diálogo, da busca de alternativas viáveis, para que possam todos sair atendidos, tanto quem detém o poder da propriedade,

quanto aqueles que buscam o direito de ter um local digno para morar, para viver, para plantar, para trabalhar, enfim. Acho que nós devemos, como Senado da República, ter um olhar amplo sobre essa questão, um olhar que busque atender a todos.

Na minha opinião, é preciso o diálogo, a negociação, a construção de instrumentos legais que possam garantir que esse diálogo seja feito, porque a solução de um problema como esse não passa apenas pela determinação do gestor público principal, que é o governador do Estado, ou do juiz local, passa por uma articulação entre todos os poderes, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas, pelo Poder Executivo, pelo Poder Judiciário. É preciso haver uma ação integrada, articulada entre todos.

Então não é com quinze dias, com um mês ou um ano que se resolve isso. Depende muito de cada situação, depende muito de cada problema apresentado. Estipular prazo, na minha opinião, não é o caminho mais adequado. O caminho adequado é o diálogo e a negociação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Ataídes, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, eu vou ser bem breve.

Com toda vênia, Senadora Kátia e nosso Senador tão brilhante, atuante, Sérgio, eu não consigo ver a eficácia deste projeto, Presidente. Até porque já está mais do que dito, a Lei nº 1.079, no seu art. 12, I e II, já determina as sanções a esse gestor que não cumprir. E um bom exemplo – quero ratificar aqui as palavras da Senadora Ana Rita –, é esse exemplo claro desse gestor, hoje Senador Requião.

Seria muito bom que se estipulasse um prazo, mas é inconcebível, é inviável, é inaceitável. E eu percebo ainda mais o seguinte, Presidente: o magistrado, de acordo com cada situação, pode estipular esse prazo.

Portanto, eu já declaro o meu voto contra e não vejo, repito, não vejo a eficácia desse projeto, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria, em primeiro lugar, me dirigir à senhora, Senadora Kátia Abreu, porque eu tenho pela senhora uma admiração muito grande, pelo trabalho que desenvolve aqui no Senado, de uma Senadora preparada, atuante, obstinada na defesa das suas causas.

Quero dizer também que, pela primeira vez, depois que a senhora assumiu a Confederação Nacio-

nal da Agricultura, eu pago a contribuição confederativa sem reclamar. Antes reclamava muito, porque a Confederação não fazia nada em defesa da nossa agricultura, e a situação mudou radicalmente sob a liderança de V. Ex^a.

Eu lamento divergir de V. Ex^a nessa sua iniciativa, por razões de ordem prática, puramente prática. Evidentemente o direito de propriedade é um direito fundamental, garantido pela Constituição, mas ele precisa ser defendido de forma razoável, como todo direito precisa ser defendido de forma razoável. E eu penso que o estabelecimento do prazo para o cumprimento das ações de reintegração de posse, como proposto por V. Ex^a, não é razoável, me perdoe.

Eu penso que a lei dos crimes de responsabilidade já é suficientemente clara ao tornar passível de punição, com base nesse estatuto, aquele governante – governador, presidente, prefeito – que obstaculizar o cumprimento de ordem judicial. Agora, fixar o prazo a partir do qual se caracteriza o obstáculo ao cumprimento da ordem judicial, fixar esse prazo em abstrato, sem consideração dos casos concretos, me parece temerário.

Aqui nós temos vários ex-governadores. Falou o Requião, nós temos Cássio Cunha Lima, Ricardo Ferraço, Agripino, Pedro Simon, Alvaro Dias, vários ex-governadores aqui presentes, que já viveram situações semelhantes. Prefeitos já viveram situações semelhantes em suas cidades.

Quando se fala em reintegração de posse, não se está falando apenas da reintegração no caso do esbulho possessório, mas muitas vezes – como no exemplo citado pelo Senador Requião, de uma ação que se arrastava há 40 anos – o que se discute não é a posse, é o domínio, é a propriedade, são as ações reivindicatórias que, em geral, são longuíssimas, seguem o rito ordinário e se arrastam, e cujo deslinde demanda, às vezes, décadas, gerando situações absolutamente consolidadas. Às vezes é uma posse de boa fé, que precisa de um pouco mais de tempo, em uma propriedade rural, para que seja procedida a colheita.

Veja, no caso dos imóveis rurais, a situação talvez seja menos problemática. Mas, nos imóveis urbanos, uma determinação draconiana de prazo de 30 dias pode levar a tragédias.

O Senador Antonio Carlos Rodrigues, aqui presente, Senador por São Paulo, foi Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e Vereador durante muitos anos. É um homem extremamente versado nas questões urbanas, na vida concreta das cidades, das nossas cidades, da cidade de São Paulo. E ele citou, da última vez em que discutimos esse assunto, o caso de um prédio em São Paulo, o Conjunto Zarzur, se eu

não me engano, que estava ocupado por mais de 3 mil famílias. Para cumprir o mandado de reintegração de posse, foi preciso agir com muita prudência, oferecer alternativas, propor soluções para famílias numerosas, oferecer Bolsa Aluguel, de tal forma que não houvesse necessidade da intervenção da força policial.

Situação semelhante nós vivemos quando é preciso desocupar terrenos de moradores de áreas de risco. É preciso agir com toda a prudência, para evitar tragédias.

Então, eu penso, Srs. Senadores, que especialmente levando em conta a situação dos imóveis urbanos abrangidos pelo projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, não é prudente adotarmos esse prazo de 30 dias. Não é prudente. É melhor deixar que as coisas ocorram e sejam decididas caso a caso e que o juiz próprio avalie se o governante responsável pelo cumprimento da ordem está obstaculizando, por ação ou omissão, o cumprimento da decisão judicial. Cabe ao próprio juiz, e à parte também, que provocará o juiz, no caso em que se configurar a hipótese já prevista na lei dos crimes de responsabilidade.

Não concordo com a emenda do Senador Suplicy, meu caro colega Suplicy, porque há aí um artigo em que V. Ex^a praticamente legitima o chamado exercício arbitrário das próprias razões, ao dizer que o possuidor tem direito de ser mantido na posse, desde que cumpra o imóvel sua função social. Isso significa simplesmente transferir para o ocupante algo que é próprio do Poder Público, que é a ação desapropriatória.

Por essas razões, Sr. Presidente, eu vou votar contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, apesar de me sentir contemplado pelas diversas falas que aqui aconteceram, eu queria também registrar o meu posicionamento de ser contrário à aprovação desse projeto, pelas mesmas razões que foram aqui colocadas. Não se consegue resolver um problema que, na maioria das vezes, é de ordem social, com definições burocráticas de prazos, com ameaça de enquadramento de governadores e prefeitos em crimes de responsabilidade.

Então, eu também sou admirador da Senadora Kátia Abreu, do seu trabalho, do seu preparo, da sua forma aguerrida de lutar, mas considero que esse projeto traz muito mais malefícios do que benefícios. Nós vamos estar o tempo todo lidando com pessoas e, quando nós lidamos com pessoas, nós não podemos ter um posicionamento cartesiano, digamos assim.

Portanto, eu sou contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acredito que os argumentos apresentados pelo Senador Aloysio Nunes e pelo Senador Roberto Requião, em relação à intenção muito clara da Senadora Kátia Abreu, que tem o nosso reconhecimento pela sua competência, pelo seu talento e pela preocupação no que diz respeito a problemas reiterados de invasões de terras, de terras produtivas, com que o Brasil se depara, em que não se consegue o cumprimento da determinação judicial para reintegração de posse, lamentavelmente, a preocupação da Senadora não está, de forma fiel, expressa na redação da proposta.

Para quem é ou para quem já foi governador, é impossível aprovar uma proposta como esta. É impossível. Eu já me deparei, assim como fez o Senador Requião em seu relato, com situações em que determinadas decisões judiciais seriam, se cumpridas, transformadas numa verdadeira carnificina.

V. Ex^a, Sr. Presidente, conhece bem a realidade de Baía da Traição, onde nós temos um conflito antigo, secular posso dizer, de proprietários com índios; e em outras regiões urbanas, com populações que chegam, no caso da Paraíba, a dez mil pessoas.

Além do mais, a reintegração de posse é sempre fruto de uma demanda judicial, em que é notificado o comandante da Polícia Militar e não o governador do Estado. Portanto, se o governador não é sequer cientificado, se não dá o ciente naquela ação, ele não pode ser de forma nenhuma penalizado por crime de responsabilidade.

Senadora Kátia, um ajuste precisaria ser feito, porque hoje, repito, quem é governador não é notificado dessas decisões. As notificações são encaminhadas ao comandante da Polícia Militar, quando muito, ao secretário de segurança. É requisitada força policial para cumprimento da ordem judicial...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É. Quando muito, é notificado o secretário de segurança pública, mas a regra é a notificação ao comandante local para o cumprimento da decisão.

Como pode o governador ser responsabilizado de um crime de cuja ação ele não é sequer notificado?

Não há como aprovar a proposta.

Talvez, se separássemos, Senadora Kátia, as áreas urbanas das rurais, poderíamos ter uma equação melhor, mas, pela primeira vez, sou obrigado a me colocar contra uma iniciativa de V. Ex^a, em tantos outros encontros que já tivemos.

Como ex-governador, não tenho a menor condição de votar a favor da proposição, pelos argumentos aqui trazidos e, principalmente, pelo fato técnico de o governador sequer ser notificado nas ações de reintegração de posse, cuja notificação é feita aos comandantes das respectivas polícias militares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Só comunico aos senhores que eu tenho ainda o Senador Moka, o Senador Pedro Taques, o Senador Eduardo Lopes, o Senador Ricardo Ferraço...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Quero me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agora, o Senador Agripino.

Sem querer tolher, efetivamente, o direito de todos se pronunciarem sobre um tema tão polêmico, nós temos uma pauta extensa e ainda teremos a segunda parte. A Ministra Cristina já se encontra, para nossa honra, em nossa Comissão; até está assistindo aos nossos trabalhos.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu quero, na verdade, fazer um contraditório.

Eu tenho certeza do que motivou a Senadora Kátia Abreu, que, a par de ser Senadora do seu Estado de Tocantins, preside também a Confederação Nacional de Agricultura. Certamente, chegam à Senadora Kátia Abreu, como Presidente da Confederação, os reclamos. E eu sou testemunha disso.

Eu já quero deixar muito claro aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que eu não sou produtor rural e não sou proprietário de terras, não que o Senador que é proprietário não tivesse também o legítimo direito de defender.

Ocorre que essas propriedades são invadidas e assim permanecem anos e anos a fio, dependendo de quem está no governo do Estado. Não é o caso do governador que tenta a negociação, que tenta realmente fazer com que se cumpra um mandado judicial. Há casos de governo de Estado que tinha 30, 40 decisões judiciais – isso já aconteceu no meu Estado, em governos anteriores – e não cumpria nenhuma, com o argumento de que a Polícia Militar e a Polícia Civil não seriam usadas para retirar trabalhadores de propriedades. Mas essas propriedades são particulares. Imaginem se alguém invadissem a sua casa, a sua moradia! É claro que estamos falando de coisas diferentes, mas imaginem isso! E a pessoa poderia ficar lá por meses, dois meses, três meses, quatro meses! Ou o quintal da sua propriedade! A propriedade rural não é diferente, é uma propriedade. Não estamos fa-

lando aqui de terras ou de propriedades que são griladas, que são invadidas também; nós estamos falando de alguém que tem o direito legítimo de propriedade.

Agora, eu concordo que nós não podemos, ao buscar o direito de propriedade, evidentemente, cometer atos em que ocorram, como já ocorreu, incidentes que levam trabalhadores à morte. Eu absolutamente não concordo.

Eu estou querendo dizer que o que motivou a Senadora Kátia Abreu é o desespero – e não de um, nem de dois nem de três, de muitos – de quem tem essas propriedades invadidas e que, ao longo de meses e anos, não tem a resposta, embora haja uma decisão judicial dizendo que ele é dono daquela propriedade, que a propriedade está invadida e que as pessoas que a invadiram teriam de sair legalmente, mas isso não é cumprido.

Eu já tenho uma experiência de um negociador nacional – isso já aconteceu no meu Estado –, uma espécie de ouvidor agrário que se encarregava de fazer essas negociações.

Senadora Kátia Abreu, se eu fosse V. Ex^a e V. Ex^a me permitisse, nós poderíamos pedir vista desse projeto, para que pudéssemos ajudar a construir alternativas. V. Ex^a coloca 30 dias. E aí eu ouvi alguns governadores, por quem tenho muito respeito, como o Senador Cássio Cunha e Roberto Requião, dizerem que, na prática, em 30 dias, o governador ser obrigado a retirar dali, nós podemos estar realmente... Eu entendo a angústia. Sou um dos que acham que mandado judicial precisa ser cumprido. Agora, eu não sei se determinar o prazo seria a forma de fazermos isso. Quem sabe conseguiríamos um texto que, ao mesmo tempo, tivesse decisão judicial e tivesse uma negociação? Se, após as negociações exaustivas, mesmo assim, não houvesse nenhum tipo de entendimento, aí, sim, seria necessário que o governador pudesse usar... Mas eu defenderia a negociação em primeiro lugar. Eu tenho certeza de que V. Ex^a – eu a conheço – também poderia se sensibilizar a que colocássemos, por algum tempo, a prioridade da exaustiva negociação. Não tendo essa negociação, em algum momento, essas propriedades teriam de ser, evidentemente, desocupadas.

É a minha contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, com a palavra. V. Ex^a está inscrito.

Depois, Senador Eduardo Lopes, Senador Ricardo Ferraço e, por último, Senador Agripino. Aí, nós passaremos à votação, depois da Senadora autora.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu nunca fui governador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Do Rotary.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas pode ser, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nunca fui governador, Sr. Presidente, mas, como Procurador da República, eu participei de mais de 100 processos de desapropriação no Estado de Mato Grosso. Nós estamos aqui diante de um tema muito importante, e penso que o debate deve ser feito por este colegiado. A Constituição garante o direito de propriedade, a Constituição garante que as decisões judiciais devam ser cumpridas num prazo que seja razoável, mas a Constituição também garante a dignidade da pessoa humana.

Nós estamos diante de uma questão de difícil resolução. Esse debate não esgota este tema. Nós precisamos fazer esse debate. E isso passa pela discussão sobre a reforma agrária no Brasil, a falência da reforma agrária no Brasil.

No Estado de Mato Grosso, que é um Estado produtor, nós acompanhamos produtores que têm a sua propriedade com título e existem pessoas a ocupando ou a invadindo – dependendo da sua construção ideológica, você usa a palavra ocupação ou invasão. E as decisões judiciais realmente não são cumpridas; demora para que a decisão judicial seja cumprida.

Como Procurador da República, eu participei de gerenciamento de crise, de invasão do Incra ou ocupação do Incra, do Ministério Público Federal. Existe o direito fundamental de se manifestar, mas também precisamos debater aqui essas manifestações. Nós não podemos permitir que uma repartição pública, por exemplo, fique fechada por tempos e tempos, sem que tenhamos uma solução para essa questão.

No entanto, eu penso que este projeto não resolve essa situação com prazo. É o juiz que deve decidir isso, tendo em conta as circunstâncias exteriores do caso concreto. E quanto a estabelecer prazo para o juiz, eu concordo com o Senador Requião, com o Senador Humberto Costa, com o Senador Cássio e o Senador Aloysio, que falaram que nós vamos criar aqui problemas maiores, Sr. Presidente.

Defendo que nós tenhamos que debater este tema sim, sem receios, mas votarei contra este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Tudo o que eu falar aqui vai parecer redundante, porque eu me sinto contemplado com o que ouvi de todos que me antecederam. Então, eu quero só refor-

çar que, como na outra vez em que o projeto foi aqui apresentado e que me manifestei, a minha posição é contrária. Mantenho a minha posição, por uma questão realmente técnica e por tudo que foi apresentado aqui, porque não há o que alterar na norma, não há o que já não esteja contemplado. Como foi citado pelo nosso Senador, é a questão da Lei nº 1.079, no seu art. 12, itens 1 e 2. Então, tudo seria apenas redundância.

Reitero a minha posição, como da outra vez, contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo V. Ex^a pelo poder de síntese.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, o nosso querido e estimado colega Senador Moka retratou com fidelidade, a meu modesto juízo, o propósito e a motivação da nossa queridíssima Senadora Kátia Abreu.

Fico com a impressão de que o propósito é o melhor, mas sou levado, assim como fez o Senador Cássio Cunha Lima, assim como fez o Senador Roberto Requião, assim como fez o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelas experiências respectivas que tivemos, pelas responsabilidades que tivemos à frente de governos estaduais.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de ser Vice-Governador do Estado do Espírito Santo e, no exercício do governo, por diversas vezes, tive a responsabilidade de mediar conflitos tensos que exigiram uma enorme capacidade e habilidade de considerar outros fatores que, circunstancialmente, eventualmente, o juiz de Direito, por melhores que sejam as suas intenções, não contemplará.

Portanto, o que nós poderíamos fazer para que a letra da lei possa ter efeito prático? E é isso que se deseja. A proposta é meritória, mas, em lugar de mediar conflito, pode exacerbar, potencializar os conflitos na área rural e na área urbana. Fico com a impressão de que nós temos obrigação, nesta Comissão, de construir leis que tenham um efeito prático, que tenham eficácia, que sejam efetivas e que possam contribuir para a cultura da paz e não para a cultura da potencialização do conflito.

Por isso mesmo, a proposta que faço de encaminhamento é para que possamos – se esse for o entendimento da autora, naturalmente, do Relator – retirar de pauta esse projeto para, que nós possamos aprofundar um pouco mais esse projeto, para que, ao mesmo tempo, nós possamos considerar a iniciativa da eminente Senadora Kátia Abreu. Mas possamos trazer à luz dessa iniciativa efeitos práticos do dia a dia de quem tem a responsabilidade de mediar conflitos.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poucas vezes em qualquer das comissões do Senado se levou a efeito um debate com tanta profundidade sobre um tema que é agudo, que é complexo. Aqui foram ouvidas opiniões de pessoas que relataram experiências vividas, pessoas de comprovado equilíbrio e bom senso, que revelaram inclusive angústias pessoais, vividas.

Está tudo correto. Agora, um país é respeitado na medida em que ele respeita o Estado de direito. O que se está discutindo? A eficácia de uma lei. Se você fizer uma avaliação correta da proposta da Senadora Kátia Abreu, você vai verificar que em pauta está é o cumprimento de uma determinação judicial.

A Justiça determina a reintegração ou não da posse de uma propriedade rural ou urbana em função de razões que a Justiça avalia. A Justiça inclusive pode ser contestada com recursos das partes, que podem recorrer, que podem recorrer e mudar o entendimento da Justiça. A Justiça reporta-se a quem? A quem pode tornar a lei eficaz, que é a Polícia Militar, que é subordinada a quem? Ao governador do Estado. Aí é que entra a figura do governador do Estado.

Aqui foi colocado, por exemplo, o confronto entre o direito e a questão do direito humano, o direito da lei e os direitos humanos. Eu acho que essa lei, em última análise, remete exatamente à priorização de direitos humanos à medida que se obriga o governador, num prazo que pode ser discutido, a dar à questão social a devida prioridade pela determinação de um prazo, já que a Polícia Militar é subordinada a ele, governador. A Justiça decretou ou não a reintegração de posse. A Justiça pode ser contestada com recursos e pode rever ou não.

O que eu acho que está faltando ainda? E aqui uma sugestão ao relator e à própria autora. Primeiro de tudo, está corretíssima a colocação feita pelo Senador Requião, pelo Senador Cássio Cunha Lima de que a comunicação não é feita ao governador. É feita à Polícia Militar.

Então acho que, no primeiro momento, na hora em que a Justiça, no primeiro momento, decretar a reintegração de posse, a comunicação entre os poderes no Estado é completa. Existe uma secretaria. A comunicação deveria ser feita, logo no primeiro momento, a uma secretaria de governo ou ao próprio governador. Assim, haveria tempo entre o primeiro momento e o recurso, que sempre existe, e governo faria parte, começaria a acompanhar o processo e inclusive se manifestaria com relação à eventual possibilidade de negociação. Num segundo momento, aí, sim, com

a priorização determinada pelo prazo, o governo do Estado entraria na questão social para valer, para dar eficácia à lei, para garantir eficácia à lei.

Como está, se nós discutirmos esse assunto e não o decidirmos, vamos passar o recado para muita gente de que no Brasil existe lei para inglês ver. Na hora em que se aprofunda a questão, em que se pragmatiza a eficácia da lei, se foge do assunto. O Congresso Nacional foge do assunto.

Eu acho que alguns aperfeiçoamentos se impõem, a comunicação, no primeiro momento, pela Justiça e também ao Governo do Estado para, no caso da reintegração de posse, do recurso da reintegração de posse, que o Governo do Estado já possa começar como elemento de negociação entre as partes, para que, a partir do momento da entrega da definição final da justiça, o Governo seja, sim, responsabilizado com um prazo que lhe dê a obrigação, sim, de priorizar uma questão social.

Um Governador – eu já fui duas vezes – tem obrigações com a educação, com a saúde, com um mundo de coisa, mas tem também obrigações sociais. À medida que ele possa ser responsabilizado com prazo, ele passa naquele momento a ter uma primeira prioridade com uma questão social.

Eu acho que essa lei, com a definição de um prazo, pelo contrário, diferente do que muito se discutiu aqui, prioriza em ações de Governo do Estado a questão social, pela determinação de um prazo em que, se o fato não for decidido, a responsabilidade passa a ser do governo e do governador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sensata a argumentação do Senador Agripino.

Com a palavra como última oradora, a autora, para que iniciemos o processo de votação.

V. Ex^a, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a todos os colegas pelo debate, pelas citações que alguns fizeram à minha pessoa, especialmente o Senador Aloysio, o Senador Moka, entre tantos. Acho que esse debate é bastante apropriado.

Eu gostaria apenas de pedir aos colegas, por ser autora do projeto, alguns minutos para demonstrar o porquê dessa ação, deste projeto de lei protocolado aqui na nossa Casa.

Gostaria de lembrar a todos que já estão cansados de saber que o direito de propriedade também é um direito fundamental e está garantido no art. 5º da Constituição e é uma cláusula pétrea.

Quero lembrar que o último estudo do Banco Mundial que se chama *Doing Business*, em 180 países, o Brasil fica em 130º com relação a estímulo ao

comércio. No quesito direito de propriedade, de 180 países, o Brasil fica no 109º lugar como indicador para atração de investimentos ou não. Isso é um número bastante grave para um País moderno, que se diz democrático, que tem uma bela Constituição e que reflete esse sentimento pelo mundo afora numa colocação tão terrível de 180 países: sermos o 130º pior país em estabilidade das instituições e 109º no quesito específico de direito de propriedade.

Eu gostaria aqui de demonstrar que, apenas no ano de 2012, a CNA tem um observatório da insegurança jurídica no campo que já funciona há mais de mais quatro anos. Infelizmente, apenas no ano de 2012, tivemos 1.084 invasões em Estados que nos causam surpresas, como o Estado de Minas Gerais, do nosso Governador Anastásia, que, em minha avaliação, além de amigo pessoal, é um dos Governadores mais eficientes. Mas, no quesito segurança jurídica, Minas está se transformando num Estado, do ponto de vista de atração de investimentos e de segurança jurídica, um exemplo negativo nacional.

São 150 pedidos de reintegração de posse naquele Estado, e estamos fazendo todo o levantamento do cumprimento dessas reintegrações de posse. E, em Minas Gerais, exatamente na comarca, na vara agrária de Belo Horizonte, a demora para se reintegrar posses são oito meses, 240 dias.

Se nós pegarmos a vara agrária do Estado do Pará, que tem apenas quatro varas agrárias, e ficou mais fácil de serem levantadas, nós temos uma demora na vara de Castanhal de 580 dias para obedecer uma decisão de juiz, Sr. Presidente. Em Marabá, 800 dias para cumprir uma determinação judicial; em Santarém, 956 dias; em Altamira, 853 dias para se cumprir uma reintegração de posse.

Então, não consigo, sinceramente, entender que segurança jurídica é essa? Que Estado de direito é esse? Que direito de propriedade é esse? Não é tão bem assim nem tanto.

Quando o Senador Suplicy sugere, em uma emenda, que uma fazenda esbulhada, uma fazenda invadida, já temos que misturar o índice de produtividade GUT e GEE. Que país é este? É um país que nós temos, é um país que tem leis, em que eu tenho o direito à coisa julgada e em que eu devo provar ou não a minha produtividade ou a minha improdutividade, os meus graus de GUT e GEE. Não é pelo fato de a minha fazenda ser invadida que, naquele momento, ela deve ser avaliada se é produtiva ou não, para deixar os invasores.

Para isso, Fernando Henrique Cardoso, quando teve a sua propriedade invadida, depois de dois anos de esbulho neste País, decretou que fazenda invadida não pode ser desapropriada por meio de uma MP.

O que o Senador Suplicy sugere aqui é exatamente o contrário. Uma fazenda esbulhada ser avaliada se ela é produtiva ou não é o fim do Estado de direito, é o fim da segurança jurídica, é o fim do direito de propriedade.

A manutenção de posse, Senador, não tem nada a ver com função social. O que trata da função social da terra são os arts. 184, 185 e 186 da Constituição Federal, e o que trata da manutenção da posse é o Código de Processo Civil. A reintegração de posse é apenas um fato. E o que é analisado na manutenção da posse é o fato “posse”, incondicional. Incondicional! Nós não podemos viver à mercê da irresponsabilidade de alguns, que deixam os fatos se prolongarem, tirando o direito das pessoas.

Quero lembrar, Sr. Presidente, como disse aqui um colega Senador, que o prazo razoável para a reintegração de posse se contrapõe à dignidade da pessoa humana. E eu quero dizer a V. Ex^a que o produtor rural, que o esbulhado também é pessoa humana e merece o direito da minoria. E é do direito da minoria que nós estamos aqui falando. Não queremos tirar o direito da maioria; o direito, o desejo, o sonho das pessoas de terem terra. Mas o direito e o sonho daqueles que querem ter terra não podem ser concretizados invadindo o meu direito, invadindo o meu sonho, invadindo a minha propriedade, que foi conquistada com suor e trabalho; não foi com grilagem, com invasão e causando falcaturas. Nós não defendemos essas pessoas. A dignidade humana da minoria também tem que ser preservada.

Quando Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi presidente do CNJ, apenas com o anúncio de que ia para o Pará, para Altamira, verificar as reintegrações de posse não cumpridas, em três dias a ex-Governadora – em três dias – reintegrou posse de 18 fazendas. Apenas porque Gilmar Mendes estaria lá na semana seguinte.

Com relação ao Paraná, quero aqui informar que não são essas as informações que tenho. Isso não significa que as minhas informações são ditatorialmente certas, mas a informação que tenho de que o período em que se disse aqui que se reintegraram 116 propriedades não é verdadeira. O Governo terminou com 65 invasões sem repetir. Aliás, ainda com apoio explícito, dizendo que o MST é uma dádiva de Deus. Foi isso que foi publicado em todos os jornais do Paraná, trazendo insegurança.

Hoje, não. Hoje, o nosso observatório demonstra que, no atual Governo, as reintegrações de posse são feitas. Por isso, lá no Beto Richa, há apenas nove pedidos de reintegração de posse hoje. Tenho aqui a lista de todos os Estados do Brasil.

Eu só pergunto aos meus colegas e às minhas colegas: o que vamos fazer com isso? O que faremos

com essa situação? É esse o exemplo, é essa a situação que nós vamos deixar para que o mundo todo veja.

Com relação ao Código Penal, em que já existem previstas essas situações, por isso não; nós tivemos outras situações em que os artigos foram específicos no crime de prevaricação, como na dos seguranças das penitenciárias, que foram exorbitados na pena caso deixassem um celular entrar. Então, isso não é novidade, de que, apesar de a lei já prever a prevaricação, a omissão, nós não possamos, nesta Casa, especificar um caso, como foi feito no art. 319, que diz respeito a essa questão de prevaricação especial de diretor de penitenciária que deixa entrar celular em uma cadeia.

Quanto ao fato de esse projeto indicar a caracterização do crime, é claro que o governador deverá ser citado pelo juiz. Ninguém pode ser acusado sem ser citado pessoalmente. Da forma como está hoje, sim, a Polícia Militar é solicitada pessoalmente, mas, no caso da aprovação desse projeto, não; é condição, é condição de caracterizar o crime o próprio governador ser notificado.

Sr. Presidente, encerro aqui, deixando à disposição de todos os colegas todos os números, todos os indicadores de terror que nós estamos vivendo neste País.

E nós podemos contar apenas com esta Casa. Nós podemos contar, o povo brasileiro, a minoria dos fazendeiros, que são cinco milhões de propriedades rurais neste País, que são responsáveis por um terço do emprego, que são responsáveis por 30% do PIB deste País, nós merecemos dos Senadores e Senadoras uma situação clara, uma situação objetiva, que não traga insegurança.

Gostaria que muitos aqui, aliás, não gostaria que nenhum dos meus colegas passassem por que estão passando as pessoas no campo. Invadiram as suas casas; quebraram as suas propriedades, viveiros de mudas, barracões; tratores incendiados, dormindo na cama de cada um aqui, comendo da sua comida, abrindo a sua geladeira; trazendo insegurança aos seus trabalhadores, trancados em galpões sem poder sair. Não gostaria que nenhum dos meus colegas vivessem isso. Nenhum. Nem para o meu pior inimigo gostaria que alguém aqui visse a revolta, a indignação, de uma pessoa que sofre um esbulho possessório, quer seja de uma bicicleta, quer seja de um carro, de um apartamento; de uma fazenda pequena, média, grande; de um apartamento, Sr. Presidente. Ninguém merece!

Ninguém tem esse direito de relativizar o direito de propriedade neste País. Ou nós temos o direito de propriedade ou não temos! Que os governadores e o Poder Público assumam a sua responsabilidade de construir casa para as pessoas, de fazer reforma

agrária decente e dar a terra que as pessoas precisam. E não permitir, com promessas vãs, com promessas falsas, de que vai haver mediação entre o crime e o esbulhado. Pelo amor de Deus, não me peçam isso, que eu jamais poderei concordar!

Imagine a minha propriedade invadida e eu tentando dialogar na audiência pública com o Stedile. Ninguém merece isso, gente! Ninguém merece isso! Invasão de propriedade é crime na Constituição. Então, vamos mudar a Constituição, vamos mudar a lei e dizer que invadir terra não é crime mais, que invadir propriedade urbana não é crime mais. Agora, não vamos fazer de conta.

Peço encarecidamente aos meus colegas que possamos ter um caminho feliz para que possa prevalecer no País o Estado de Direito, a coisa julgada, o trânsito em julgado. Ou estaremos dando uma sinalização terrível para esses movimentos militantes, que usam pessoas pobres, desvalidas, com seus sonhos jogados por terra, sendo usadas para invadir prédio público, propriedade privada. Isso seria uma sinalização de que o Senado é conivente com isso; e, tenho certeza, que não é essa a intenção dos meus colegas. A intenção dos meus colegas é fazer valer o direito de propriedade neste País, que também é um direito humano desta minoria que também são humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encerrada a discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, peço a palavra por ter sido referido por S. Ex^a a gentil Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Ex^a, Senador Requião, usando o art. 14.

Por favor, peço silêncio.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Quero aqui lembrar que eu não citei de nenhum Senador da República aqui neste momento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Referiu-se ao Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou dar a palavra a V. Ex^a, Senador Requião. Por favor, posicione-se.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E o Governo do Paraná tinha como titular a mim.

Quero me comprometer, em futura reunião da Comissão, trazer uma por uma, para a leitura atenciosa da Senadora Kátia Abreu, as reintegrações de posse que fiz e as que foram requeridas.

E, por outro lado, quero reafirmar a minha visão suportada, não numa histeria proprietária, mas suportada numa visão sociológica do País.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é uma bênção, porque, sem o movimento, os protestos sociais não teriam objeto, não teriam organização, iriam para a selvageria.

O MST, no Paraná, permitiu que o Governo do Estado negociasse cada caso, e é preciso que se entenda que, em determinados momentos, depois de examinar os títulos de propriedade, verificar que eram legítimos, o Governador do Estado telefonava ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e comunicava: “olha, não existe nenhuma legitimidade na ocupação.”. E, só como esse telefonema, a reintegração era feita, sem uso de força policial.

Agora, histeria e acusação falsa, enquanto eu pertencer a esta Comissão, não vou admitir.

Todos aqui tentamos tratar com racionalidade; agora, a histeria, a manifestação desesperada, sem nenhum suporte na visão sociológica do País, na realidade conhecida com os governadores, deve ser repelida mesmo que, nestes novos tempos, a Senadora Kátia Abreu venha a ser a Vice-Presidente da nossa Presidente Dilma, na próxima eleição.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a terá o direito pelo art. 14, mas esse direito termina com a palavra de V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, eu fiz questão absoluta de não usar nenhuma qualificação negativa com relação a nenhum dos meus colegas. Portanto, eu peço a esse senhor que se acha o dono da verdade que me respeite, porque não estou tendo aqui atividade e atitude históricas. É o meu direito livre de falar e de me expressar com os meus colegas, que convivem comigo nesta Casa.

Respeite-me, meu senhor, assim como eu o respeito! Basta o senhor se dar ao respeito também para ser tratado aqui. Das suas gracinhas, a grande maioria está cansada, e eu não admito que a mulher possa ser tratada assim! Não admito, Sr. Presidente!

Ainda ontem fizemos aqui uma grande comemoração em favor das mulheres do Brasil. Ontem, efetivamos, aqui, uma PEC, e o senhor não vai me intimidar com essas qualificações que muitos machistas, chauvinistas usam para as mulheres do Brasil! Histeria? Dê o nome que o senhor quiser, porque o senhor não me atinge, o senhor não me ofende, porque a grande maioria desta Casa está já por aqui com as suas graças!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos voltar à serenidade dos ânimos.

Por favor, com a palavra, o Sr. Relator, Petecão. V. Ex^a tem alguma coisa antes de eu, definitivamente, encerrar a discussão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Diante da complexidade do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Imaginei que o senhor diria isso mesmo, depois de 15 oradores.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Eu gostaria de pedir a retirada de pauta, para que nós pudéssemos fazer uma reanálise no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a, Senador, regimentalmente, tem esse direito. V. Ex^a ouviu nada mais nada menos do que 15 manifestações durante quase 1h10min, e eu rogo a V. Ex^a, dando-lhe esse direito...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Mas o senhor há de convir comigo que é um projeto complexo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Na forma regimental, de retirar para reexame. Peça a V. Ex^a que faça o reexame dentro de um prazo prudente e rápido, para que esta Comissão continue estudando esta matéria, porque, quando esta Presidência pautou foi porque ouviu as manifestações dos Srs. Senadores.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz, meu Vice-Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Como o projeto estava em vista coletiva, para ser retirado agora deve ter a apreciação do conjunto desta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Anibal, ele reformulou o relatório, inclusive na hora em que acrescentou a emenda do Senador Sérgio Souza e retirou uma. Por isso, ele tem a precedência de retirar o relatório de pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. A bem da verdade, apenas, eu gostaria de...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, como eu estava com a palavra, eu só quero agradecer a sua acessibilidade mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a a terá sempre.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A bem da verdade, a Senadora Kátia Abreu mencionou, há pouco, que não havia citado qualquer Senador aqui, mas ela havia me citado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É matéria vencida, por favor.

Vamos à frente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas ela reconheceu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu consultaria V. Ex^{as}, porque nós estamos com alguns projetos não terminativos, e gostaria de dar precedência a três projetos não terminativos e iniciarmos a segunda parte. Consultaria V. Ex^{as} para a deliberação de dois projetos não terminativos, atendendo, inclusive, a uma manifestação do Senador Simon, que já nos cientifica da presença, o que já fizemos, da nossa Ministra Maria Cristina Peduzzi, na nossa Casa. Aí, nós haveríamos de deliberar sobre dois projetos não terminativos e encerraríamos a primeira parte da reunião para aproveitar este quórum extraordinário que temos na Comissão para o início da sabatina da Ministra. V. Ex^{as} concordam?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quais seriam os itens não terminativos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item nº 4, Senador Ricardo, projeto do Senador Paulo Bauer, com a relatoria da Senadora Lúcia Vânia, que se encontra presente; e o item nº 6, do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana, que se encontra presente.

V. Ex^a quer fazer alguma permuta?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Esses serão os dois únicos itens?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Os dois únicos itens.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu quero aproveitar este instante, Sr. Presidente, para requerer à V. Ex^a a sensibilidade, a diligência a um projeto de minha autoria relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

É um projeto que julgo da maior relevância, da maior importância, pela capacidade que tem, terá e poderá ter, para que nós concedamos maior celeridade à Justiça brasileira. Trata-se da nossa PEC nº 15, Sr. Presidente.

Esse projeto está relatado pelo Senador Aloysio Nunes há mais de seis meses. Eu quero solicitar a V. Ex^a que possa incluir esse projeto na pauta.

Já fizemos duas audiências públicas. V. Ex^a pode pedir o concurso do Senador Aloysio Nunes Ferreira para que nós possamos encaminhar com a deliberação desse projeto.

É um apelo que faço a V. Ex^a, esperando alcançar o seu coração para que esta matéria possa ser deliberada pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço, o apelo de V. Ex^a terá a acolhida desta Presidência. E nós vamos ultimar

os últimos detalhes para iniciarmos o processo de deliberação, a partir do momento em que haveremos de consultar o Senador Aloysio, como Relator da matéria, se já exauriu todas as audiências públicas, todas as consultas referentes às oitivas de parte a parte.

É uma matéria de impressionante importância para esta Presidência e esta Comissão, tanto é assim que, no discurso de posse desta Presidência, o fez-se um registro específico desta matéria mencionando o S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

Eu tenho total interesse de, ouvida a Comissão, colocar esta matéria em pauta.

E ouço V. Ex^a, Senador Aloysio, para saber se todos os recursos foram exauridos nas audiências em relação à PEC dos Recursos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, realmente agradeço a oportunidade que V. Ex^a me dá.

É uma matéria polêmica, sem dúvida alguma. E as matérias polêmicas realmente são importantes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu gosto de pautá-las também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E nós já tivemos oportunidade de apresentar o parecer no mês de junho do ano passado. Houve pedido de vista. Houve uma audiência pública aqui, e nós ouvimos o Ministro Peluso, que à época era o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Depois, promovemos uma audiência pública aqui com representantes da OAB, de institutos de advogados, do próprio Presidente do STJ, das associações de magistrados.

Eu considero que a Comissão está plenamente instruída. Agora, nós temos que discutir e deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ok. Instrução completa, Senador Ricardo Ferraço, esta Presidência vai tomar as providências cabíveis para o atendimento ao pleito de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) –

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 70, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 6º da Constituição Federal, para incluir, entre os direitos sociais, a proteção à adolescência.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável à Proposta.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a com a palavra.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, pretende incluir, entre os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal, a proteção à adolescência.

O objetivo desta proposta é corrigir uma omissão constitucional, pois são garantidos diversos direitos das crianças e dos adolescentes, mas somente a proteção à infância está incluída no rol entre os direitos sociais.

Essa omissão cria uma incoerência entre o art. 6º e os outros dispositivos constitucionais que dispõem sobre crianças e adolescentes.

Portanto, Sr. Presidente, em razão do que foi exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2011.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovada a matéria por unanimidade, o relatório passa a constituir parecer favorável à proposta.

A matéria vai a Plenário.

ITEM 6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 35, de 2011

– Não Terminativo –

Revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana. O item 6.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Item 6. Esta iniciativa do Senador Luiz Henrique de Emenda Constitucional tenta lidar com algo real que acontece no Congresso Nacional. É prerrogativa do Senado a apreciação de indicações para que o Governo possa indicar Embaixadores, Presidente do Banco Central. E hoje nós temos uma situação gravíssima no que diz respeito aos tratados assinados por governos com o nosso País. A tramitação demora, e esses tratados, em muitos casos, perdem até a eficácia.

O Senador Luiz Henrique apresenta esta PEC e insere o inciso XVI no art. 52, para conferir ao Senado Federal a competência privativa de resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Altera o inciso VIII do art. 84, para adequar a competência privativa do Presidente da República, com a seguinte redação: “Celebrar tratados, convenções e atos internacionais sujeitos a referendo do Senado Federal, nos termos do art. 52”.

O autor justifica a apresentação da proposição, argumentando que a tramitação atual dos tratados é lenta, é mais que lenta. Como falei ainda há pouco, leva a situações de se perder a eficácia, devido ao complexo rito de tramitação na Câmara dos Deputados, onde os tratados passam, no mínimo, por duas comissões e, na maioria das vezes, tramitam também por comissões outras além das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores e do Plenário.

A aprovação das indicações, como eu falei ainda há pouco, de Embaixadores e a aprovação de crédito externo só tramitam no Senado. E é baseado exatamente nesses dois argumentos que o Senador Luiz Henrique apresenta esta PEC.

Obviamente, eu, como Relator, dou um parecer favorável à iniciativa do nobre Senador Luiz Henrique, tendo como base a análise de que cabe ao Congresso, mais especificamente ao Senado, apreciar esses tratados e deliberar sobre eles.

Ora, Senhores, se a Constituição estabelece prerrogativas como a indicação de Embaixadores, a aprovação de empréstimos aos Governos, ao Senado carece de uma justificativa. Se, quando da discussão, algum colega trouxe luz, é óbvio que será bem-vinda. Mas penso que já foi objeto de discussão, desde que cheguei aqui, todo ano, a falta de uma tramitação célere para os tratados assinados. Aprovamos tratados aqui que foram assinados há 10, 15 anos. Isso é mais que suficiente como justificativa para mudarmos os trâmites dessas matérias que são da maior importância num mundo que vive hoje em tempo real. O Brasil hoje é uma nação que se firma diante do mundo, mas, quanto às prerrogativas do Congresso, nós estamos devendo explicações.

Do ponto de vista da constitucionalidade, da legalidade da proposta, a análise é positiva.

E, diante dessa avaliação e ante o exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 35, de 2011, e, no mérito, pela aprovação.

O meu parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação da PEC, de autoria do nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, para debater.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Findo o relatório do Senador Jorge Viana, antes vou passar à discussão. E, pela ordem de inscrito, o Senador autor da PEC, Senador Luiz Henrique; depois, Senador Pedro Taques e Senador Paulo Bauer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Peço desculpas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu elaborei esse projeto após os primeiros meses de vivência na Comissão de Relações Exteriores, quando chegavam a ser relatados, como já relatou o Senador Jorge Viana, tratados que estavam em tramitação nesta Casa havia 10, 11, 14, 15 anos. Isso desmoraliza o Brasil perante a comunidade internacional.

O Chefe de Estado brasileiro celebra esses tratados com festa, com pompa, com circunstância, com comemoração, e, depois, esses acordos internacionais não são executados, não são implementados por falta de decisão do Poder Legislativo.

A tramitação em duas Casas desses processos é uma das razões fundamentais do atraso na aprovação das avenças internacionais celebradas com o Brasil.

Por isso, peço aos meus pares que apoiem o parecer do Senador Jorge Viana, uma vez que é importantíssimo para a credibilidade internacional do nosso País.

Quero cumprimentar o Senador Jorge Viana e agradecer-lhe a forma lúcida com que relatou esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Senador autor e Relator, pelo desculpas, escusas, licenças, mas entendo que o projeto é inconstitucional.

E vou argumentar no seguinte sentido: nós adotamos no Brasil uma teoria chamada monística em relação aos tratados internacionais. Os tratados internacionais precisam ser recepcionados na nossa ordem interna. Diferente do que ocorre em Portugal, na Alemanha em que existe o princípio da recepção automática. Aqui, no Brasil, o tratado precisa de três momentos, como nós todos sabemos: o Presidente assina o tratado, como Chefe de Estado – art. 84, inciso VII. Depois, o tratado precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional – art. 49, Inciso I –, por meio de um decreto legislativo. E, depois, Sr. Presidente, o tratado precisa ser promulgado por um decreto.

Se nós modificarmos e ofertarmos essa competência apenas ao Senado, nós estaríamos subtraindo

atribuições da Câmara, e isso seria inconstitucional. Primeiro, porque os tratados internacionais que não têm por objeto direitos humanos, segundo o Supremo Tribunal Federal, têm *status* de lei ordinária. Eles podem revogar leis ordinárias. E seria inconstitucional nós aprovarmos um ato normativo que tem força de lei ordinária só por uma das Casas, pois há o que se denomina de bicameralismo na nossa Constituição.

E os tratados internacionais que têm por objeto direitos humanos, a partir da Emenda Constitucional nº 45, têm *status* de emenda constitucional se forem aprovados com o quórum da emenda constitucional.

Sr. Presidente, daí nós não poderíamos ter um tratado internacional com força de emenda constitucional aprovado apenas por uma das Casas do bicameralismo.

Eu li com atenção o parecer muito bem elaborado por S. Ex^a o Senador Jorge Viana e concordo com ele. Hoje, cada tratado internacional, para merecer a aprovação do Congresso Nacional, leva 1.885 dias, quase cinco anos. Isso é um absurdo! Mas é uma omissão do Congresso Nacional.

Penso, com todo respeito a S. Ex^{as} o autor e o relator que o projeto é inconstitucional, até porque o Supremo Tribunal Federal já decidiu que os tratados internacionais que tenham por objeto direitos humanos e sejam recepcionados antes da Emenda Constitucional nº 45, que é o caso do Pacto de San Jose da Costa Rica, seriam normas supralegais.

Portanto, esta Proposta de Emenda à Constituição, mais uma vez expressando o meu respeito, é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Paulo Bauer.

Cumprimento V. Ex^a, que teve um item agora aprovado por esta comissão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Exatamente. Sr. Presidente, além de comemorar a votação e aprovação por este Plenário da proposta de emenda constitucional que apresentei e que a Nobre Senadora Lúcia Vânia relatou, agradeço a manifestação a todos.

Sem dúvida, é um assunto muito importante, que beneficia a juventude do País, que passa a ter a garantia, depois de aprovado no Plenário, por parte do Governo também, da sua vida, da sua atividade contemplada como uma das ações que o Governo Federal precisa valorizar e promover.

Eu quero, neste momento em que cumprimento a Senadora Lúcia Vânia e agradeço pela manifestação, também cumprimentar o Senador Jorge Viana pela relatoria da presente PEC e aqui enaltecer o trabalho do Senador Luiz Henrique, que, sem dúvida, com uma con-

dição invejável de oportunidade e de encaminhamento, apresentou uma proposta absolutamente coerente.

Nós precisamos, nas relações internacionais, estabelecer uma rapidez maior. O mundo está globalizado, as relações do Brasil com outros países são cada vez maiores, e não se pode ter convênios, acordos e tratados pendentes de decisão política, de aprovação parlamentar por conta de um ritual que envolve a Câmara e o Senado.

Eu acho que a providência de atribuir ao Senado este assunto, especificamente, é uma providência muito adequada.

Cumprimento o Senador Luiz Henrique pela iniciativa, ao mesmo tempo em que registro que deveríamos, Sr Presidente, fazer o mesmo em relação a outros assuntos que são da competência do Senado e da Câmara. Por exemplo, a atribuição de nome de rodovia poderia ser exclusivamente de competência da Câmara dos Deputados, sem precisar passar pelo Senado Federal.

Há coisas que são feitas lá e cá e poderiam ser feitas só por um ou só por outro. Eu tenho certeza de que a sugestão do Senador Luiz Henrique é muito oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Requião, como último orador inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, na linha do Senador Pedro Taques, esta proposta, data vênua do Relator e do autor, é uma *capitis diminutio* à Câmara Federal. Não acho necessária, não acho oportuna, não acho interessante.

Mas eu diria a V. Ex^a que já há mais de um ano, Senador Luiz Henrique, tramita nas gavetas das Comissões uma proposta de minha autoria, feita a quatro mãos com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. É uma proposta inspirada no sistema norte-americano, no *fast track*. E ela se dirige fundamentalmente aos acordos comerciais que precisam ter velocidade. Os Presidentes se reúnem, assinam protocolos, e 20, 30 anos depois, nada aconteceu. Mas, no dia seguinte à assinatura, os jornais todos proclamam os acordos que, praticamente, inexistem.

Essa minha proposta estava para ser votada na Comissão de Relações Exteriores. Eis que, de repente, não mais que de repente, o ilustre Senador Suplicy pede uma audiência pública.

O *fast track* é uma proposta se resume no seguinte: se os acordos internacionais, principalmente os comerciais, forem acompanhados por uma delegação do Senado e da Câmara, por meio de suas Comissões de Relações Exteriores, que estarão dando ciência dos trâmites e do acompanhamento para as suas respectivas Comissões. Uma vez assinados, existe um

prazo de 30 dias para serem rejeitados ou não pelo Plenário. Se eles não forem votados, são aprovados por decurso de tempo. Isso daria uma extraordinária velocidade, extraordinária e necessária velocidade aos acordos comerciais.

Mas o Senador Suplicy pediu uma audiência pública, ficou de designar, há cerca de um ano, os membros que participariam dessa audiência pública, e isso nunca foi feito. Acho que esse processo que o Samuel Pinheiro

Guimarães, com a minha participação, elaborou é mais interessante, ajuda a agilidade dos acordos comerciais do Brasil, principalmente neste momento de construção do Mercosul.

Então, Senador Vital, quero pedir vistas deste processo para ver se, numa próxima reunião, conversando com alguns Senadores, podemos fazer uma simbiose desse processo que está parado na Comissão de Relações Exteriores com esta proposta relatada pelo Senador Luiz Henrique. E espero conversar com o Senador Luiz Henrique e com o autor. Acho que é necessária a velocidade. Esse *fast track* nos Estados Unidos foi feito para dar consequência e agilidade aos acordos internacionais.

Então, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista concedida.

Vamos encerrar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu só gostaria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho oposição a que se aprimore o projeto, talvez incorporando a sugestão legislativa do Senador Roberto Requião. Agora, só quero deixar bem claro aqui que, se fosse um projeto de lei ou qualquer norma subconstitucional que estivéssemos propondo, se poderia falar em inconstitucionalidade, data vênua ao nobre Senador Pedro Taques, mas é um projeto de emenda constitucional. Estamos mudando a Constituição para quê? Para agilizar esse processo. Não é possível que passemos a vergonha que vimos passando com o retardamento da aprovação desses acordos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A vista foi concedida, Senador autor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^{as} têm um compromisso comigo de que, depois da vista concedida – me permitam –, não vou abrir mão para a discussão da matéria. Já está concordado. O Senador Pedro Taques concorda com V. Ex^a.

A matéria está...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E mesmo a proposta de emenda... Eu entendo o objetivo do projeto. É absolutamente louvável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a me permita.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu quero concordar com isso, só que, com todo respeito, proposta de emenda à Constituição pode ser reconhecida inconstitucional – já existem decisões há muito tempo sobre isso – se elas ofenderem cláusulas pétreas, que é o caso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não é o caso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não. É a independência dos poderes. É o Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós não vamos discutir esta matéria mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não atinge cláusula pétrea.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós não vamos discutir a matéria. Foi pedido vista, e eu não terei de discutir a matéria.

Encerrada a primeira fase, declaro suspensa a reunião.

Convoco V. Ex^{as} para amanhã, às 9h, darmos continuidade aos itens não terminativos, com escolha dos membros para a Subcomissão de Segurança Pública já convocados e para votação dos itens não terminativos. A partir das 9h da manhã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente! Presidente, só para lembrar a V. Ex^a que, amanhã, às 9h, haverá a reunião da Comissão de Financiamento, de que V. Ex^a é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Também. E o Senador Anibal Diniz haverá de presidi-la em meu nome.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim, senhor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Veja, amanhã pela manhã, nós teremos Comissão de Finanças. É o horário regular da Comissão de Relações Exteriores. Eu faço um apelo a V. Ex^a para que nós programemos os nossos trabalhos de tal maneira que todos pudéssemos participar plenamente. Se jogarmos para a próxima semana, não haveria nenhum prejuízo. Amanhã, sim, haverá prejuízo.

zo, porque todos nós estaremos dilacerados em várias comissões, inclusive V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência vai analisar a posição de V. Ex^a.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu alerto a V. Ex^{as} que nós estamos continuando a nossa reunião. A segunda parte começa agora. Eu convido a Ministra Maria Cristina Peduzzi, indicada para compor o Conselho Nacional de Justiça, a fazer parte da nossa Mesa. Com muita honra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente. Presidente! Eu acho que eu passei batido porque aqui tudo é muito ligeiro. Eu gostaria de vista também neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva, vista coletiva ao projeto anterior.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Passemos à 2ª parte desta reunião.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 4, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Em 27/03/2013, foi concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007– CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.

Na presente reunião, procederemos à arguição da indicada, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação da escolha dos membros, de autoridades, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra à Ministra Maria Cristina Peduzzi para sua exposição.

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI – Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal; Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras; Ex^{mos} Srs. Senadores, Ex^{mo} Sr. Senador Pedro Simon, Relator do processo da

minha indicação, senhoras e senhores, no processo de indicação do meu nome pelo Tribunal Superior do Trabalho ao Senado Federal, foi juntado o meu *curriculum vitae* e feita uma apresentação. No relatório apresentado pelo Senador Pedro Simon, também foi apresentado o meu currículo, de forma que eu, nesta oportunidade, não tomarei o tempo de V. Ex^{as} reproduzindo-o.

Estou aqui à disposição de V. Ex^{as} para responder às questões que parecerem convenientes. Apenas quero registrar que estou muito orgulhosa e, sobretudo, muito feliz por poder representar o Tribunal Superior do Trabalho, se V. Ex^{as} entenderem de aprovar o meu nome, perante o Conselho Nacional de Justiça, órgão que, ainda noviço, criado no bojo da reforma do Poder Judiciário, está em pleno funcionamento, desempenhando importantes atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição da República.

A minha experiência profissional remonta há 40 anos, desde o meu ingresso na faculdade de Direito. Exerci a advocacia intensamente durante 27 anos. Fui Procuradora da República. Fui Procuradora do Ministério do Trabalho, por pouco tempo, mas tive essa experiência. E fui professora em cursos de graduação, de pós-graduação, inclusive na Universidade de Brasília, onde me graduei em Direito, onde realizei cursos de especialização e onde obtive também o título de Mestre em Direito, Estado e Constituição. Tenho, portanto, uma experiência acadêmica. Tenho quase 12 anos de exercício como Ministra integrante do Tribunal Superior do Trabalho, onde ingressei pelo quinto constitucional da advocacia.

Quero aqui reiterar o meu compromisso de levar essa experiência profissional para servir o meu País, para servir o Poder Judiciário, que integro com muita honra e muita dedicação.

Este é o compromisso que aqui assumo perante V. Ex^{as}: continuar dando o melhor de mim para contribuir também nos trabalhos tão importantes desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Por último, registro que há precisos 12 anos, no mês de abril de 2001, aqui compareci para ser sabatinada quando indicada para o Tribunal Superior do Trabalho. Doze anos após, estou aqui agora, com muita honra pessoal, comparecendo perante esta egrégia Comissão, perante o Senado da República para, também à disposição de V. Ex^{as}, responder aos questionamentos que foram formulados. Os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Faço um registro, para nossa honra e satisfação, da presença no nosso Colegiado do Desembargador Ney José de Freitas, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Passaremos à fase de arguição. Vamos à inscrição de oradores: Senador Aloysio, Senador Pedro, Senador Sérgio, Senador Ataídes.

Senador Aloysio, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr^a Ministra, em primeiro lugar, a minha saudação à senhora, a alegria de vê-la aqui prestes a assumir, a dar um novo passo na sua brilhante carreira de magistrada.

Eu tenho uma primeira ordem de indagação, que diz respeito à sua função no Tribunal Superior do Trabalho. A emenda à Constituição da reforma do Judiciário introduziu uma novidade no processo brasileiro, criando a figura do efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal em determinada circunstância e também do requisito da repercussão geral para admissão de causas perante o Supremo Tribunal Federal. Hoje, aliás, já está tramitando uma proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Ferraço para criar também o mecanismo da repercussão geral, esse requisito junto ao STF. Pergunto a V. Ex^a se, na Justiça do Trabalho, esse tipo de mecanismo teria algum cabimento, teria utilidade para o julgamento das ações trabalhistas.

Pergunto também a respeito da execução na Justiça do Trabalho, que muitas vezes se torna um processo torturante, especialmente para o empregado, pela demora. Eu sei que a Justiça do Trabalho tem se aparelhado, tem resolvido, esse tempo está sendo cada vez mais acelerado, mas pergunto à senhora se há sugestões no âmbito legislativo para a execução.

A segunda ordem de perguntas diz respeito à sua ocupação futura, ao cargo que a senhora vai ocupar no CNJ. Houve agora, semana passada, uma reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* intitulada “CNJ eleva gastos e reproduz vícios dos tribunais”.

Quero dizer, em primeiro lugar, à senhora que eu sou entusiasta do CNJ e da função que ele desempenha no sistema judiciário brasileiro. Por isso, fiquei preocupado com o teor do noticiário a que me referi. Gastos aqui apontados como excessivos, com passagens aéreas, contas de telefone, diárias, carro oficial, enfim. A reportagem sugere e apresenta dados para reforçar a sugestão de que há necessidade de um ajuste administrativo no Conselho. Há uma tendência dos órgãos da Administração, tendência das burocracias de criarem funções para elas mesmas, e isso demanda gasto, demanda energia, e vão perdendo, com isso, o foco inicial da sua atividade.

Essa mesma reportagem se refere a um conjunto de programas desenvolvidos pelo CNJ, como doação de órgãos, combate ao tráfico, gestão socioambiental, programas na área fundiária, meio ambiente, direitos

humanos. E, por outro lado, diz também que uma iniciativa muito importante e que teve excelente resultado, como o mutirão carcerário, está há algum tempo já interrompido – não se fazem mais mutirões carcerários, mesmo depois da crise do sistema carcerário que atingiu o Estado de Santa Catarina ainda recentemente.

Então, eu me dirijo à senhora para saber a sua opinião sobre isso, que medidas a senhora sugeriria para corrigir esses eventuais desvios ou falhas de gestão que são apontadas pelo jornal.

Creio que, por enquanto, é só.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, suas arguições, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ex^{ma} Senhora Ministra, analisei o currículo de V. Ex^a, seu trabalho no Tribunal Superior do Trabalho, como advogada, como Procuradora da República que foi, mas sempre digo que a sabatina não pode ser um convescote entre amigos. Nós estamos aqui para fazer efetivamente a sabatina.

Queria saber se V. Ex^a pode me responder sobre alguns temas. O primeiro deles é como o CNJ pode evitar o chamado “filhotismo”. O que é isso? Advogado, filho de Ministro, advogando no mesmo tribunal; advogado casado com Ministro no mesmo tribunal. Esse “filhotismo” pode ser evitado de que maneira? Nós sabemos que o homem muda a lei, mas a lei dificilmente consegue mudar o homem, porque aí existe muita falta de caráter. Como nós podemos resolver isso? O CNJ pode estabelecer algo nesse sentido?

Ontem, na reunião do Conselho Nacional de Justiça, foi discutido e constituído um grupo de trabalho para debater a justiça militar: a Justiça Militar da União, a Justiça Militar dos Estados. Nós sabemos que São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul possuem suas justiças militares estaduais. Na Argentina, esse tema foi agitado no ano passado, foi debatido. Qual é a posição de V. Ex^a a respeito da extinção da justiça militar, tendo em conta a eficiência, a economicidade, previstas no art. 37 da Constituição?

Uma terceira indagação a V. Ex^a: juiz pode receber advogado de uma das partes sozinho? Isso ofende a ampla defesa, o contraditório, a imparcialidade? Ou ele teria, como ocorre na Suprema Corte americana, a necessidade de convidar a outra parte para que se fizesse presente? De que maneira o Conselho Nacional de Justiça pode pensar isso?

A respeito da correição feita pelo Conselho Nacional de Justiça, V. Ex^a entende que seja mais adequado o Conselho aguardar a resolução do caso no tribunal, por meio das corregedorias estaduais, ou isso já sai da responsabilidade do tribunal? Nós sabemos que isso

já foi decidido pelo Supremo, mas, na prática, qual é a ideia de V. Ex^a a respeito dessa concorrência entre as corregedorias?

Já caminho para o final das indagações, Sr. Presidente.

A senhora entende que o Conselho Nacional de Justiça, independentemente da posição do Supremo Tribunal Federal no controle concentrado e difuso, poderia reconhecer administrativamente a inconstitucionalidade de uma lei e não aplicá-la naquele caso?

Qual é a posição de V. Ex^a sobre a Corregedoria Nacional de Justiça e o afastamento do sigilo bancário e do sigilo fiscal? Esse tema foi agitado, foi debatido pela sociedade brasileira quando era Corregedor o Ministro Gilson Dipp, a quem eu rendo homenagens; depois, a Ministra Eliana Calmon e, agora, o Ministro Francisco Falcão.

A respeito da proteção física dos magistrados, proteção física. Existem, segundo o Conselho Nacional de Justiça, mais de cem magistrados pelo Brasil ameaçados de morte. De que maneira o Conselho Nacional de Justiça pode atuar para resolver essa situação diante da demora de muitos presidentes de Tribunal de Justiça dos Estados em dar segurança física àquele magistrado? Foi o que ocorreu no Rio de Janeiro no caso da juíza que foi morta ali naquele Estado.

São essas as perguntas. Eu gostaria de vê-las respondidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, uma das minhas perguntas foi feita pelo Senador Pedro Taques e vem muito da manifestação do Presidente do Conselho Nacional de Justiça com relação à insinuação de que haveria um certo conluio entre advogados e juízes e da manifestação do Presidente Joaquim Barbosa, naquele momento, dizendo que há, de certa forma, promiscuidade até mesmo.

Eu tive a honra inclusive de receber a Ministra Maria Cristina no meu gabinete e ali já fizemos uma espécie breve de sabatina também, quando tivemos a oportunidade de nos conhecer um pouco melhor. Mas, como advogado, me preocupou muito esta declaração, com a qual também acho que os juízes se preocuparam muito. Então reforço a pergunta do Senador Pedro Taques nesse sentido.

A minha segunda pergunta, Sr^a Ministra, é sobre a descentralização da Justiça Federal. Temos hoje no Brasil cinco Tribunais Regionais Federais que foram criados pela Constituição de 1988. E, desde 1989, da sua instalação, tivemos uma multiplicação, em mais de mil por cento, do número de processos. Hoje, se-

gundo dados da Associação dos Juízes Federais do Brasil, temos cerca de um milhão de processos parados nos Tribunais Regionais Federais. E o Congresso Nacional tem tomado algumas iniciativas, aprovando alteração ao dispositivo constitucional, que é o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que criou os TRFs, para ampliar os números de TRFs, inclusive esta Comissão de Constituição e Justiça já recentemente aprovou várias criações de novos TRFs. E, hoje, no plenário da Câmara dos Deputados, será votada uma PEC, a PEC 544, que cria quatro novos Tribunais Regionais Federais no Brasil.

Então, primeiro essa questão da iniciativa, que se discute muito, se o Poder Legislativo poderia ou não alterar a Constituição, se haveria ou não uma invasão de prerrogativa. No entanto, o próprio CNJ foi criado por uma proposta de emenda à Constituição de um Parlamentar. Aí vem toda uma discussão da necessidade da descentralização e, na continuidade, a celeridade nos julgamentos. Uma vez foi aqui dito: há um milhão de processos na Justiça Federal. Também temos dados da Justiça do Trabalho, também temos dados das Justiças estaduais e sabemos que há uma morosidade toda no julgamento, e que o CNJ, nos últimos anos, tem promovido, com grande êxito, ações junto aos Poderes judiciários, aos Judiciários estaduais e federais, para que haja uma agilidade no estoque de julgamento. No entanto, isso não traz um risco à qualidade do julgamento? A conciliação também tem havido, tem sido feita, de forma constante, como solução para diminuição do estoque de processos que há hoje na Justiça.

Pergunto: isso não é um problema estrutural da Justiça ou será um problema da legislação que permite recursos e mais recursos, gerando uma morosidade no processo?

Eram essas as indagações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Ex^{ma} Sr^a Ministra Maria Cristina, na nossa penúltima audiência, eu ouvi, com muita atenção, esse nosso decano e brilhante Senador Pedro Taques... perdão, o nosso decano e brilhante Pedro Simon, sobre a belíssima biografia de V. Ex^a.

Então, eu não tenho dúvida de que V. Ex^a vai continuar contribuindo muito para este País, e este País precisa realmente de pessoas sérias.

Tenho somente uma pergunta, Excelência.

É sabido que nós temos hoje 230 mil ações de crimes contra a Administração Pública. Sabemos também que 17 mil são de improbidade.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a o que o CNJ pode fazer e em que o Congresso Nacional pode contribuir?

Por fim, quero desejar muita felicidade, muito êxito e muito sucesso na sua carreira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes, o Senador Pedro Taques tem mais uma indagação a fazer.

Consulto V. Ex^a se, antes de o Senador Pedro Simon concluir, há algum outro Senador inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Bem rápido.

Sr. Presidente, eu fiz um requerimento, em sendo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, para que o Ministro Joaquim Barbosa, como Presidente do Conselho, fosse indagado a respeito daquele...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Essa matéria será lida oportunamente, Senador. Ainda nesta reunião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ...daquele rififi que houve entre dois conselheiros e a troca de gentilezas e de *e-mails* entre o então Conselheiro Tourinho e um outro conselheiro.

Eu gostaria de saber, na opinião de V. Ex^a, como funcionam os embargos auriculares, se isso é... não existe isso, mas se um juiz pode pedir para o outro para julgar, e no Conselho. Isso nos traz a impressão de que, daqui a pouco, nós vamos precisar, Ministra, de um fiscal para fiscalizar o fiscal; de um controlador do controlador.

Qual é a opinião de V. Ex^a sobre isso, com todo o respeito que tenho a sua carreira e a sua pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Informo a V. Ex^a que o requerimento haverá de ser lido ainda nesta reunião.

Sr^a Ministra, as perguntas que lhe faço, algumas já foram...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, rapidinho. É só uma manifestação. Não tenho pergunta não. Eu tenho um depoimento a fazer.

A Ministra Cristina, Senador Pedro Simon, é oriunda – é gaúcha como V. Ex^a – do Quinto Constitucional. Foi para o TST, como representante dos advogados, por brilho pessoal. No TST, ela foi escolhida, entre seus pares, para compor o CNJ, evidentemente por mérito pessoal. E vai compor agora o CNJ, que é um organismo.

Eu me orgulho muito, Ministra Cristina, de ter presidido essa Comissão à época em que foi feita a reforma do Judiciário, que produziu, entre as suas no-

vidades, essas grandes novidades, que foram o CNJ e o CNMP. São órgãos que têm atuação extremamente eficaz no campo de colocar ordem na Justiça, de dirimir dúvidas, enfim, de dar saltos no processo de evolução da democracia brasileira.

V. Ex^a vai compor agora o CNJ, se passar – e acho que passará pelo crivo da Comissão –, levando a opinião abalizada de uma advogada com militância na Justiça do Trabalho e que vai ser a voz, no CNJ, mais ouvida, quando questões relativas à Justiça do Trabalho estiverem em voga, estiverem em questão.

Eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar que, pela sequência de vitórias de sua vida profissional, V. Ex^a vai honrar o CNJ, que é um órgão de primeira categoria na Justiça brasileira.

Eu quero dizer que confio na sua experiência, confio na sua capacidade jurídica e, mais do que tudo, no seu bom senso, porque fazer justiça é fundamentalmente conhecer lei, mas aplicá-la com bom senso, e V. Ex^a tem uma marca na sua vida profissional: a prática permanente do bom senso.

Que Deus lhe proteja na sua nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quero aproveitar o depoimento tão abalizado do Senador José Agripino e comunicar à Casa que nós temos a honra de receber um outro membro do CNJ, um potiguar de fortes raízes com o Tribunal Superior do Trabalho, que é Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

Emmanoelzinho, nossos cumprimentos. Seja muito bem-vindo!

Senador Valdir Raupp com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr^a Ministra Cristina; Sr^{as} e Srs. Senadores, eu faria apenas dois questionamentos breves.

V. Ex^a tem uma atuação relativa à questão do assédio moral do trabalhador. Como Conselheira do CNJ, como pretende dar continuidade a essa questão tão frequente nos dias atuais?

O segundo é com relação à decisão do STF que julgou inconstitucional a PEC dos Precatórios, a PEC nº 12, considerada a PEC do calote pela OAB. O que V. Ex^a pensa sobre o assunto? Vê alguma sugestão para a solução do problema?

Essa PEC foi pensada junto com o Supremo Tribunal Federal. Há quatro, cinco anos, o Senador Renan Calheiros era Presidente aqui e o Ministro Nelson Jobim era Presidente do Supremo, e sentaram juntos Supremo e Senado, Supremo e Congresso, para decidir a questão dessa PEC, por entender que a situação estava muito complicada com as prefeituras, com os Estados, que não tinham condições de pagar suas dí-

vidas de precatórios. Essa PEC foi pensada no sentido de flexibilizar, inclusive com o apoio...

Eu fui Relator dessa PEC e eu devo ter feito umas dez audiências públicas. Foram dois, três anos só de discussão com todos os setores. Os credores também entendiam que tinham que encontrar um caminho, porque eles não estavam recebendo. Havia gente morrendo, há 20, 30 anos sem receber precatório nenhum, até mesmo os trabalhistas. Essa PEC veio trazer um alento para todos os lados, tanto para os devedores quanto para os credores.

Agora o Supremo veio dizer que nada valeu nada. E agora está percebendo de novo – eu já ouvi até pronunciamento de Ministro – que tem que se encontrar um caminho de parcelar, porque agora eles estão dizendo que não pode parcelar. Como vai pagar tudo de uma vez? Impossível. Então, o calote vai continuar e, infelizmente, lamentavelmente, o Supremo está contribuindo, porque o Congresso aprovou uma PEC, dando essa possibilidade, e agora o Supremo diz que é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes de eu passar a palavra ao último orador inscrito, até prestando-lhe uma homenagem, Senador Simon, eu gostaria de arguir a Ministra sobre qual a opinião, já que ela é especialista nessa matéria por vir do Tribunal Superior do Trabalho, de como nós, legisladores, poderemos aperfeiçoar a chamada PEC do Empregado Doméstico, no sentido de apressar de forma legislativa a prestação desses serviços, com a experiência que S. Ex^a tem nos julgamentos dessa área?

Como V. Ex^a vê a adoção do processo judicial eletrônico na contribuição da celeridade jurisdicional e no que diz respeito à garantia do amplo acesso à Justiça e na segurança desses eventuais direitos aludidos à própria defesa?

As outras perguntas já foram aqui discutidas pelos oradores que me antecederam.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon. Deixei V. Ex^a para encerrar, porque há 12 anos V. Ex^a também teve a oportunidade de relatar, nesta mesma Câmara, neste mesmo Colegiado, a indicação da Ministra Cristina ao Tribunal Superior do Trabalho. Assim, completa-se um ciclo importante na sua vida, na sua histórica biografia, que honra a todos nós que estamos sempre súditos desse legado de honradez, de probidade, que V. Ex^a deixa para o País.

Eu fiquei muito emocionado quando a Ministra me informava isso, e tive a honra de poder designar V. Ex^a para cumprir esse papel, em nome de todos nós, de relatar a presença da Ministra Cristina no CNJ.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Faz 12 anos, Sr. Presidente, e eu vejo a Ministra com a fisionomia mais moça. Parece até que ela deveria baixar para um tribunal inferior. E eu envelheci 12 anos. Quer dizer, estou indo para casa. Meus cumprimentos por, além do desenvolvimento intelectual e jurídico, manter essa aparência excepcional que a senhora tem.

Em primeiro lugar, eu trago as minhas homenagens a V. Ex^a, em nome do Brasil e em nome do Rio Grande do Sul. A sua atuação, no Tribunal Superior do Trabalho é, como tínhamos certeza, excepcional. Nós temos muita alegria em ver o que foi o seu trabalho. Nós do Rio Grande do Sul temos uma análise que costumamos fazer, é que nós somos muito exigentes ao escolher os nomes que mandamos para os tribunais superiores. E, graças a Deus, eles têm sido excepcionais, e V. Ex^a está no melhor dos casos de todos eles até aqui.

Já disse alguém que a natureza deu tanto poder à mulher, que a lei, por prudência, deu-lhe pouco. O Criador deu muito e a lei deu pouco. Posso até concordar com a primeira parte do enunciado, mas não se trata de prudência, mas de condenável discriminação.

Quando a senhora esteve aqui em 2001 – lá se vão 12 anos –, eu tive a honra de ler o relatório, que, na originalidade, pertencia ao nosso querido Senador Fogaça, que não pôde estar aqui presente, e eu fiquei com a alegre e honrosa missão de fazê-lo, acrescentando o meu ponto pessoal sobre a matéria.

Pois quis o destino que hoje eu voltasse a relatar sobre V. Ex^a. E numa hora tão importante, sobre um assunto tão importante, que é a presença de V. Ex^a no Conselho Nacional de Justiça.

O que mudou além dos anos vividos? Em primeiro lugar, a esperança transformou-se em realidade. O trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo no Tribunal Superior do Trabalho vai além das expectativas de todos. E isso não me surpreende. É que entre a esperança de lá e a realidade de cá, sempre houve a certeza de que fazíamos a melhor das recomendações, que se fundamentava no conhecimento e no que havia à época dos trabalhos que V. Ex^a vinha desenvolvendo no campo profissional.

Eu já disse, naquele dia, que estava certo de que a escolha recaía sobre uma jurista competente, uma advogada competente, uma mulher que tem conhecimento da cultura geral da realidade brasileira. E que seria, no Tribunal Superior do Trabalho, não apenas uma profunda entendedora da Justiça do Trabalho, mas da Justiça no seu geral, e uma profunda conhecedora dos trabalhos da sociedade brasileira.

Tudo isso foi confirmado de lá para cá, com uma mudança. Hoje eu sou enfático nas mesmas palavras que disse naquele dia. Para isso, dei mais uma pas-

sada de olhos no currículo de V. Ex^a, o que apresenta agora, comparando-o com o daquele tempo. O caderno virou livro. É impressionante não só a quantidade como a relevância dos temas que V. Ex^a vem desenvolvendo nesses anos, em tantos artigos, livros, teses, depoimentos e palestras. Como exemplo, cito alguns títulos publicados por V. Ex^a e que são autoexplicativos: em *Aspectos Polêmicos e Atuais do Direito do Trabalho*, “Assédio Moral”; “A Mulher e o Trabalho no Mundo Contemporâneo”, “O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e sua Eficácia Concreta”; *O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Perspectiva do Direito como Integridade*.

Talvez pouco tivesse V. Ex^a, de lá para cá, a acrescentar ao seu conhecimento jurídico, porque ele já era amplo. O que eu quero enfatizar agora, e aí sim, com a ênfase necessária, é o aprofundamento do seu conhecimento da realidade brasileira. E se isso já era importante para a função a que V. Ex^a se propunha naquela oportunidade, muito mais agora, que V. Ex^a se apresenta para o Conselho Nacional de Justiça.

Fazer justiça é lidar com o cidadão na sua plenitude, não apenas do sussurro robotizado aos tímpanos das orelhas de livros. Daí a importância do conhecimento da realidade ao aplicar a lei que foi concebida segundo o desejo da coletividade e de quem faz as leis, que são os legítimos representantes do povo. Daí, tanto nós, que fazemos as leis, como os magistrados, que a colocam em prática, não podemos deixar de conhecer com a devida profundidade a nossa realidade. V. Ex^a já demonstrava isso naquele tempo. Hoje, pelo seu currículo e pela conversa que conhecemos, temos a certeza absoluta de que o Conselho Nacional de Justiça muito ganhará com sua presença, com sua participação, com sua experiência e, principalmente, com sua visão de mundo. Minha recomendação é no sentido de que o nome de V. Ex^a seja confirmado com o devido louvor pelo Senado Federal. Há mais esse desafio na sua consolidada experiência de vida. Assim, literalmente, nós também estamos fazendo justiça.

Só uma coisa espero que não tenha mudado desde a outra vez. Naquele dia, V. Ex^a afirmou que era brasileira acima de tudo, mas gaúcha e brasiliense em partes iguais. Mas, com 12 anos de Brasília, desejo que, pelo menos, V. Ex^a não tenha diminuído a sua participação gaúcha. Ficamos com 50%.

Vejo como da maior importância a presença de V. Ex^a nesse Conselho.

V. Ex^a e eu temos um amigo comum, o Ministro Jobim. Quando ele iniciou as tratativas para criar o Conselho, analisamos muito isso e, desde o início, vimos as dificuldades que ele enfrentava. Ao final, ele conseguiu uma vitória. Lembro-me de que, no início,

nós, no Senado Federal, não desejávamos o Conselho como ele era, corporativo, como se dizia. Nós queríamos mais a presença de pessoas de fora, queríamos que ele fosse uma representação nacional. E Jobim nos disse: “Isso aí não sai. Um conselho assim, como vocês estão imaginando criar, não sai. Acho melhor nós fazermos um conselho que tenha condições de ser aprovado do que atirmos em algo que não tem chance de chegar lá.”

Uma coisa que achei interessante é que, na oportunidade, ele disse: “Olha, não se preocupe com essa questão do corporativismo, porque, pelo que conheço, pelo que sei, no momento em que estiver instalado o Conselho e em que o Conselho começar a funcionar, ao longo do tempo, cada magistrado vai ter sua posição pessoal. Ele vai dar o voto com a consciência dele, com a responsabilidade dele, não com espírito de corpo, mas buscando a verdade.” Vejo, com toda a sinceridade, que isso é positivo.

O nosso Dipp – que pena a sua saúde, que pena que ele tenha ficado doente! – iniciou como corregedor com um trabalho excepcional. A Sr^a Calmon foi excepcional ao exagero e, talvez, até usasse uma linguagem meio agressiva, mas o conteúdo era positivamente concreto. E o atual corregedor vem seguindo o mesmo caminho.

Tenho a convicção de que encontramos o caminho certo. Acho que nós estamos caminhando com o Conselho para conhecer a realidade, para saber da realidade e para caminhar adiante.

Falando com os membros do Tribunal, ficávamos surpresos quando ficávamos sabendo que o Supremo Tribunal Federal era Supremo Tribunal Federal, mas, no dia a dia, não tinha como se meter, por exemplo, no Tribunal do Acre ou no Tribunal do Rio Grande do Sul, que tinham sua autonomia, que, no fundo, davam o salário que queriam, que tinham a orientação que queriam e que davam as determinações que queriam. Eu me lembro de que um Presidente do Supremo Tribunal disse que eles deram um aumento tão intenso nesses tribunais estaduais, que a fórmula que ele usou foi a de dizer o seguinte: “Pois eu não vou mandar o dinheiro.” E a disposição foi essa. Ele, o Presidente, não mandou o dinheiro, e os tribunais se reuniram e chegaram à compensação de diminuir o vencimento deles de maneira responsável.

Então, confio, com toda a sinceridade, no Conselho. Acho que vamos passar a ter a universalidade necessária, a integração necessária e transparência, que é importante.

Nós, aqui, no Congresso Nacional, não temos autoridade alguma para criticar quem quer que seja, porque, para fazer qualquer crítica, temos de começar

por nós. Mas, como não há Poder neste País mais criticado do que o nosso, nós achamos que esse diálogo vai chegar a um bom entendimento. Digo, com toda sinceridade, que, conhecendo-a como pessoa humana, acho que a colaboração de jurista, a colaboração de juíza e a colaboração de cidadã da realidade vai lhe dar muito a perspectiva de melhorar extraordinariamente o Tribunal.

Fico muito feliz com a indicação de V. Ex^a. Eu sou dos grandes simpáticos que aplaudem o Superior Tribunal de Justiça. Acho que ele tem uma grande missão e acho que o tempo vai passar, os exageros, a falta de senso de corte quando deve cortar vai desaparecer, e o Tribunal vai colocar a Justiça no seu devido lugar, e V. Ex^a vai colaborar muito para isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Sr. Relator e comunico a V. Ex^{as} que, imediatamente após a Ministra se pronunciar, nós iniciaremos a votação nominal.

Peço vênica a V. Ex^{as}, porque alguns já vieram à Presidência pedindo que abrissemos a votação, mas há uma decisão desta Casa de que nós não poderemos abrir antes da participação final da nossa sabatinada.

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI – Muito obrigada, caro Senador Pedro Simon, pelas elogiosas palavras. Estou muito sensibilizada.

Vou procurar responder às perguntas na ordem em que foram formuladas.

Em primeiro lugar, quero até registrar ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que a primeira pergunta que S. Ex^a formulou me agrada responder porque, sobre a repercussão geral estabelecida para o Supremo Tribunal Federal, tive uma experiência de dois anos na Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho despachando os recursos extraordinários e vivenciando o tema da repercussão geral.

Sem dúvida, foi um mecanismo estabelecido com o objetivo de dar cumprimento ao princípio constitucional, que também foi positivado, da celeridade processual.

Ocorre que, na experiência e na prática, o que se identifica é que o Supremo Tribunal Federal tem muitos processos para julgar e não consegue, com a brevidade que seria desejável, decidir aqueles com repercussão geral aguardando pronunciamento.

Apenas para, digamos assim, sintetizar, nós temos, hoje, no Tribunal Superior do Trabalho, sobrestados, mais de 30 mil processos, no rumo da casa dos 40 mil processos, aguardando a manifestação do Supremo Tribunal Federal em questões em que imprimida a repercussão geral.

De forma que um mecanismo que teve o objetivo de imprimir celeridade não está podendo, está

mantendo represados nos tribunais de origem um número muito elevado de processos com prejuízo para aqueles que aguardam, que estão impossibilitados... Muitos mandados de segurança tive que informar, na condição de Vice-Presidente, e reclamações que eram ajuizadas contra o meu despacho de sobrestamento. Mas é um ato vinculado. Eu não posso determinar a baixa do processo nem o processamento para o Supremo Tribunal Federal.

Então, veja que eu tenho cá as minhas dúvidas se seria oportuno que, no TST, nós tivéssemos mecanismo semelhante. E digo mais: não temos porque não queremos. Porque, ao contrário do Supremo Tribunal e do STJ, que dependem de disposição constitucional, a competência do Tribunal Superior do Trabalho não está fixada pela Constituição e há um dispositivo na CLT que, expressamente, defere ao Tribunal Superior do Trabalho poder para estabelecer no seu Regimento esse mecanismo, tanto que nós muito discutimos isso na época em que V. Ex^a retomou, no final da década de 1990, a PEC de 1992, que se converteu na reforma do Judiciário.

Eu lembro que, à época, como advogada, fui ao Tribunal Superior do Trabalho ouvi-lo e manifestar também a posição dos advogados na época sobre a extinção do Tribunal Superior do Trabalho e sua inclusão como um órgão integrante do STJ. Naquela oportunidade, foi editada uma medida provisória que atribuiu ao Tribunal Superior do Trabalho competência para, por meio do Regimento Interno, disciplinar, no âmbito do Tribunal, o sistema da repercussão geral com o nome de transcendência, mas que na verdade é a mesma coisa.

O Tribunal se reuniu em diversas oportunidades para decidir sobre a conveniência de regulamentar o instituto da transcendência e acabamos decidindo por não adotar a transcendência. Por quê? Porque seria um mecanismo em que teríamos um pré-requisito de admissibilidade onde critérios subjetivos poderiam prevalecer sobre os critérios objetivos do cabimento do recurso. E optamos por não regulamentar. De forma que ainda mantenho a opinião primitiva de que não seria conveniente adotar, no âmbito do TST, esse mecanismo.

Em relação à segunda pergunta de V. Ex^a sobre o processo de execução, nós temos inclusive projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional objetivando outros mecanismos que implementem a celeridade. Já foram adotados... O grande mecanismo foi a adoção do Bacen Jud, que hoje tem contribuído para abreviar as execuções. A conta corrente do devedor é alcançada imediatamente pelo juiz. Esse foi, realmente, um mecanismo muito eficiente. Alguns in-

convenientes foram já superados, de forma que está funcionando bem. Eu diria que já foi bem reduzido. E há outros, que também já estão aqui em exame, que poderão ainda aprimorar a execução, mas agora sempre por meio de lei. E muitas execuções ainda não se resolveram porque estão sobrestados os recursos extraordinários.

Em relação ao terceiro tema que V. Ex^a trata, dos gastos excessivos que a imprensa noticia, eu realmente não posso concretamente me manifestar, porque não tenho conhecimento suficiente do que efetivamente ocorreu para me manifestar. Apenas penso e me ocorre que, ao contrário do que ocorreu na Europa, onde os Conselhos Nacionais de Justiça foram criados com objetivo maior de fortalecimento do Poder Judiciário, portanto funcionam como órgãos encarregados da administração da Justiça, no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça – e V. Ex^a é mestre no assunto porque foi realmente o primeiro Relator da reforma do Judiciário – foi criado com o objetivo primordial de controle do Poder Judiciário. Não só do controle da atuação administrativa e financeira como também da atuação disciplinar dos juízes.

De forma que essa finalidade sempre vai colocar no rumo certo as decisões do Conselho. E tenho muita preocupação de me manifestar sobre questões que não conheço, de forma que alguma explicação deve vir do próprio Conselho sobre essas questões que foram ali estabelecidas. E justamente porque é um órgão de controle, eu tenho a confiança de que sempre se manterá no rumo certo.

Em relação aos outros temas – mutirão carcerário, falhas de gestão –, penso que exatamente a lei da transparência hoje também tem colaborado para que qualquer cidadão possa questionar se entender que houve um desvirtuamento, ou, digamos, se privilegiou uma questão em prejuízo de outra, que se tome, se retome aquele rumo. Acredito, firmemente, no propósito do Conselho de que, não só no controle externo que ele exerce, mas também no seu controle interno, haverá de se manter fiel aos princípios que nortearam a sua criação.

Passo, aqui, às respostas às questões formuladas pelo Senador Pedro Taques.

Como o CNJ pode combater o “filhotismo”?

Bom, vejam que a Constituição da República, dentro do princípio da harmonia e da independência dos Poderes da República, é expressa, no art. 22, inciso XVI, quando estabelece como competência privativa da União a regulamentação da atividade profissional, não só do advogado, mas de toda e qualquer atividade profissional.

Então, me parece que a disciplina dessa matéria é privativa do Congresso Nacional, porque é privativa da União, e é o Congresso que melhor tem condições, efetivamente, de examinar, porque ele é o agir comunicativo que Habermas tanto preconiza. É aqui que nós temos a voz do povo; é aqui que nós temos as condições de ouvir a sociedade, de ouvir as comunidades interessadas; e, aqui, qualquer disciplina que se faça adequada para o exercício profissional será definida em lei.

Não vejo como possa o Conselho Nacional de Justiça disciplinar, por quê? Porque a lei já o faz. O Código de Processo Civil estabelece os impedimentos, não é? O juiz é que tem de ter ética, e isso é o que o Conselho pode, realmente, fiscalizar.

O próprio magistrado estará impedido, ele não pode se tornar, atuar... O impedimento, segundo o Código de Processo Civil, ou é do próprio juiz, ou é do próprio advogado, que não pode atuar num processo já distribuído para um parente seu. De forma que há uma disciplina legal e o magistrado tem o compromisso, evidentemente, ético, porque se não o tiver ele estará sujeito a responder por improbidade. Ele deve cumprir essa disciplina legal.

Em relação à extinção da Justiça Militar, eu, evidentemente, não tenho aqui meios para opinar concretamente se seria ou não o caso, e volto à referência que fiz, aqui, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, na época em que S. Ex^a era o Relator e que se propunha a extinção do próprio Tribunal Superior do Trabalho.

Eu apenas posso dar a minha opinião no sentido de sustentar que, se não há movimento suficiente para manter um tribunal em funcionamento, a questão é constitucional. Pode-se transformar num órgão, sem dúvida, do STJ, como países, a maioria dos países estabelece, e, sem dúvida, é o Congresso Nacional que poderá dispor sobre essa questão, por meio de reforma à Constituição, de emenda constitucional.

Juiz pode receber advogado de uma parte sem a outra? Como o CNJ pensa? Bom, eu falo por mim, como eu penso.

Eu, durante 27 anos, fui advogada. Sempre mantive, nesse tempo, relações cordiais com os magistrados. Nunca corrompi magistrado nenhum. Nunca presenciei colegas meus que tivessem tentado corromper um magistrado.

Como magistrada há 12 anos, eu mantenho relações cordiais com os advogados. Nunca tive qualquer tentativa de ser corrompida por advogado, de forma que eu vejo as relações entre advogado e juiz como relações idôneas.

Não penso que deva se receber um advogado só de uma parte com a presença do advogado de outra

parte. Não vejo o juiz como uma figura ingênua, que possa ser convencido facilmente por um advogado. Acho que as relações têm que ser respeitadas, equidistantes, mas sem estes melindres, porque não há qualquer comprometimento do juiz em receber o advogado de uma parte sem a presença do advogado da outra parte.

Quanto à competência concorrente do CNJ, qual a ideia? E qual a ideia sobre as corregedorias? Eu, aqui – apesar de que, claro, decisão do Supremo cumpre-se –, eu louvo, aplaudo a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas não há dúvidas sobre a competência concorrente do CNJ e das corregedorias dos tribunais. Por quê? Porque a Constituição é clara em dois dispositivos, não só quando estabelece as atribuições do CNJ, no art. 103, como no art. 93. Parece-me clara a competência concorrente. O CNJ pode mais, ele pode até avocar os processos que tramitam nos tribunais, agora, a iniciativa tem que ser mesmo, pode ser do CNJ. E o reflexo positivo que já se sente, inclusive aqui, até as próprias corregedorias estão funcionando parece que melhor em muitos locais. Então, eu sempre pensei que a competência concorrente não diminui a importância das corregedorias dos tribunais. Ao contrário, quando as corregedorias estão em funcionamento, nem há necessidade de o CNJ avocar. E o CNJ, inclusive, pode mais até porque ele pode revisar as decisões. Nós tivemos uma decisão do Órgão Especial do TST que foi revista, foi desconstituída num procedimento administrativo disciplinar, posteriormente, pelo CNJ. Então, não haveria como negar a competência concorrente.

Em relação à pergunta se o CNJ poderia reconhecer a inconstitucionalidade, é um órgão administrativo, mas é um órgão que integra o Poder Judiciário. Eu não tenho a menor dúvida de que o CNJ pode, na decisão administrativa, deixar de aplicar uma lei porque considera que a lei é inconstitucional. Não vejo qualquer restrição.

Sigilo bancário e fiscal. Estou informada de que está para ser decidido, pelo plenário do CNJ, este tema: se o CNJ poderia, quer por meio do plenário, quer por meio do corregedor, de decisão monocrática do corregedor, quer por meio de decisão monocrática de um membro do CNJ, de um conselheiro, quebrar o sigilo bancário, fiscal, telefônico de um investigado. Ora, temos que ler a Constituição com os olhos de hoje. O dispositivo constitucional que condiciona a quebra do sigilo das comunicações, que condiciona a autorização judicial, é anterior à Emenda nº 45, que criou o CNJ como um órgão do Poder Judiciário. Então, se o CNJ é órgão do Poder Judiciário e se tem a atribuição constitucional de ser diligente no controle e na investigação, como vou pretender que peçam autorização ao

juiz? Penso que, no contexto, temos que ler a Constituição com estes olhos voltados para a reforma do Judiciário, que foi produzida nesses termos. Portanto, entendo possível, sim, que a quebra do sigilo bancário e fiscal, justificadamente, seja ordenada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Proteção física dos magistrados. Como o CNJ pode atuar? Nesse sentido, acho que o CNJ pode, sim, disciplinar essa matéria, por meio de resolução. Penso que estaria no âmbito das suas atribuições fazê-lo, porque é uma questão da maior importância. O juiz tem que ter assegurada a sua independência, inclusive por uma questão física, de segurança pessoal.

Passo às respostas das questões formuladas pelo Senador Sérgio Souza. Sobre o conluio entre advogados e juízes, acho que foi respondida. Item 2, centralização dos Tribunais Regionais Federais, questão que, inclusive, está na pauta. Eu vi que foi posta, inclusive, para o futuro integrante do Tribunal Regional Federal, que foi sabatinado, para quem foi colocada essa questão. Ele tem melhores condições do que eu, porque é integrante de um Tribunal Regional Federal, mas não tenho dúvida: são cinco Tribunais Regionais Federais, e a implementação do princípio da celeridade processual, sem dúvida, justifica a criação de outros Tribunais Regionais Federais, porque, num país do tamanho do Brasil, apenas cinco! A dificuldade para as partes, inclusive, o ônus de ter de contratar um advogado... E há um movimento processual – eu tenho lido – que justifica a criação de novos Tribunais Regionais Federais. Sou favorável, sem dúvida, a essas PECs.

Senador Ataídes Oliveira, 230 mil ações contra a Administração Pública...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente... Através de proposta de emenda à Constituição de origem Parlamentar, é possível a criação de Tribunais Regionais Federais?

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI – Penso que não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A senhora disse PEC, através de PEC.

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI – Não há uma PEC em tramitação? (*Pausa.*) Várias. Eu penso que a iniciativa é privativa do Supremo Tribunal Federal.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas, nesse caso, por exemplo, a iniciativa que criou o CNJ... Então, não seria o CNJ inconstitucional?

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI – Não, mas... Não é tribunal, é um órgão de controle externo. Vejam, é uma ideia antiga, porque, já na reforma constitucional de 1991, foi ventilada, até apresentada na época, pelo então Senador... Foi examinada,

mas não chegou a ser votada, a criação do CNJ, de um órgão de controle externo. Depois, foi retomada no final da década de 90, no bojo da reforma do Poder Judiciário. Como um órgão de controle externo, é uma situação diferente. Com relação aos tribunais, penso que é privativo, está na Constituição, do Supremo Tribunal Federal.

Senador Ataídes, 230 mil ações contra a Administração Pública, muitas sobre o tema da improbidade. Desculpe-me, anotei isso, mas a minha manifestação seria especificamente sobre o quê?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– O que o CNJ pode fazer, Ministra, e no que o Congresso Nacional pode ajudar?

A SRª MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

– Sem dúvida, acho que o CNJ pode, no exercício do controle externo, prevenir e, evidentemente, por meio do procedimento administrativo disciplinar, assegurada, evidentemente, a ampla defesa, pode aplicar punições cabíveis aos magistrados e pode, sem dúvida, em relação aos serviços auxiliares, por meio do mecanismo que lhe foi outorgado, da Resolução, adotar medidas que possam prevenir atos dessa natureza. Em relação às ações que tramitam, temos que invocar o princípio da celeridade. Agora, quanto à regulamentação, sem dúvida, é do Congresso.

Quanto aos *e-mails*, eu não conheço, da imprensa, não seria prudente, da minha parte, manifestar-me sobre o caso concreto. Apenas me parece que temos sempre que assegurar o direito de defesa e conhecer bem os fatos para que possamos sobre eles nos manifestar.

O Senador Valdir Raupp me pergunta sobre o assédio moral. Realmente, o assédio moral não tem uma tipificação legal ainda, mas nem por isso os tribunais deixaram de punir as hipóteses, em especial a Justiça do Trabalho, porque o próprio princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da proteção ao trabalho, à saúde – especialmente a saúde mental – justificam a tutela judicial. Mas, em relação ao assédio moral, há vários projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional visando à sua disciplina, quer como um ilícito civil, um ilícito trabalhista, quer como crime. E, certamente, a exemplo do que aconteceu com o assédio sexual, que depois que foi tipificado como crime implicou em uma redução drástica no nível de ocorrência, creio que isso ocorrerá também em relação ao assédio moral. A dificuldade que nós temos hoje é identificar hipóteses concretas de assédio moral, uma vez que não há ainda uma lei definindo seus contornos. Nós temos, por meio da jurisprudência, por meio da doutrina e por meio de recomendações da OIT, estabelecido alguns critérios para a definição do assédio moral. Creio que

o CNJ poderia, sem dúvida, também estabelecer mecanismos de prevenção, mas não definir, claro, o tipo, porque isso também depende de ato do Congresso, por meio da lei em sentido formal.

Decisão do STF sobre os precatórios. O que eu posso dizer aqui é que tudo que se puder fazer para reduzir o tempo de espera do precatório é saudável. Esse parcelamento que foi estabelecido por emenda constitucional foi o possível. O Senador Valdir Raupp, que foi o Relator, explicita. Não posso aqui também opinar se está certo ou se não está certo. Parece-me que o certo é: tudo que se puder fazer para reduzir a espera do credor é bem-vindo.

Senador Vital do Rêgo, PEC do empregado doméstico. Ontem, as Casas do Congresso promulgaram a chamada PEC das domésticas. O que eu posso dizer? Que o reconhecimento de direitos, em especial, de direitos dos trabalhadores, homenageia o princípio da dignidade da pessoa humana, da proteção do trabalho, da cidadania. Mas a regulamentação me parece fundamental para viabilizar a implementação da nova disciplina. E essa regulamentação me parece que já está sendo gestada. É conveniente que assim se faça para propiciar a implementação da nova disciplina, repito.

Em relação ao processo judicial eletrônico, é uma realidade. Eu compreendo as dificuldades, não só para os magistrados, como também para os advogados, que muitas vezes não têm os recursos da informática disponíveis para desde logo avançar nessa novidade. Mas é um mecanismo irreversível. Nós temos que nos adaptar a ele, e o processo digitalizado é um meio-termo que está servindo, digamos, de experimento para magistrados e advogados. O processo judicial eletrônico, portanto, vai, a meu ver, na medida em que estiver efetivamente implementado, colaborar para a celeridade, não só do processo de conhecimento, como também das execuções. Hoje não temos mais esta distinção no processo civil, mas para implementar as decisões judiciais.

Acho apenas que não devemos correr contra o tempo, porque sempre é tempo de adaptar-se a ele. É a minha opinião. Se eu tiver necessidade de complementar alguma indagação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Ministra.

Nós vamos abrir a votação.

Eu peço a V. Ex^{as} que ainda permaneçam após a proclamação do resultado, porque temos um requerimento para votar, do Senador Pedro Taques, e não posso colocar em votação. Mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É um requerimento de V. Ex^a. Se V. Ex^a não quiser que eu o coloque em votação, deixo para a próxima. Mas é um requerimento importante de V. Ex^a que vou colocar em votação logo depois.

Vamos iniciar a votação. Vamos colocar o Senador Pedro Taques para esperar um pouco.

Não havendo mais quem queira arguir os candidatos, vamos dar início ao processo de votação. As cédulas estão aqui.

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Sodrê Santoro. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)* Não está?

Senador Ataídes. *(Pausa.)* Já votou?

Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

O Senador Armando Monteiro já votou. Eu peço ao Senador Aloysio...

Não há mais nenhum voto? *(Pausa.)* Quantos Senadores, por favor? Catorze Senadores já sufragaram os seus votos.

O Senador Francisco Dornelles está a caminho, no Congresso, mais precisamente nos corredores da Casa.

Nós já temos 14 votos. Estamos apenas, em atenção ao Senador Francisco Dornelles, esperando S. Ex^a.

Eu gostaria de registrar a presença do querido Conselheiro Bruno Dantas; do eminente companheiro e amigo Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; do Presidente em exercício da Anamatra, João Bosco de Barcelos Coura. A todos os nossos agradecimentos.

Esperamos só o Senador Dornelles para encerrarmos a votação. *(Pausa.)* O Senador Dornelles não...

Então, está encerrada a votação.

Peço aos Senadores José Agripino e Aloysio Nunes que iniciem o processo de apuração.

Nós temos ainda um requerimento a ser votado e um requerimento a ser lido. E, ainda, alguns informes à Comissão.

(Pausa.)

Quatorze votos conferidos. *(Pausa.)*

Senador Dornelles chegou para o abraço.

Catorze votos SIM. Por unanimidade, a escolha da Sr^a Ministra Maria Cristina Peduzzi foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai a Plenário, com o prazer desta Comissão.

Pode agradecer. Fique à vontade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Será que poderíamos... Quero pedir urgência para a remessa ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consulto os Líderes. *(Pausa.)*

Líderes consultados, urgência concedida.

Aprovado, vai ao Plenário, com pedido desta Comissão de urgência.

Peço a V. Ex^a que não saiam da Comissão porque nós temos, ainda, um requerimento.

Com a palavra, a nova...

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI – Meus agradecimentos aos caros Senadores, ao Senador Pedro Simon, ao Presidente. Muito obrigada a todos que compareceram aqui, a minha família, aos meus companheiros de trabalho, aos Presidentes da AMB e da Anamatra e aos Conselheiros do CNJ. Há três aqui presentes: Conselheiro Ney Freitas, Emmanoel Campelo e, também, ao Bruno Dantas, que acabou de sair.

Muito obrigada a todas as pessoas que estão aqui, a todos os amigos. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nós já requeremos a urgência para que a matéria possa ser apreciada ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A urgência já foi, inclusive, votada, com o apoio de V. Ex^a.

Requerimento importante que V. Ex^{as} haverão de votar.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, DE 2013

Requeiro nos termos do art. 93, I, a realização de duas audiências públicas, para instrução do PLS 207, de 2009, que "Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal", visando em especial

a ampla discussão do conteúdo do relatório por mim já apresentado a esta Comissão.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Assina Senador Pedro Taques, com os relacionados para as duas audiências.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovadas as duas audiências.

Leitura de requerimento, também do Senador Taques.

Requer, nos termos do art. 90, inc. XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Joaquim Barbosa, a respeito das notícias veiculadas na imprensa sobre a possível influência praticada pelo Conselheiro Tourinho Neto, que teria atuado com ingerência em decisão do Conselheiro Jorge Hélio em um procedimento administrativo em que a juíza federal Lilian Tourinho, filha de Tourinho Neto, pretendia garantir sua participação em concurso de remoção de uma Vara Federal do Pará para Salvador.

Requer, ainda, sejam prestadas informações sobre as providências tomadas pelo Conselho Nacional de Justiça acerca de tais fatos.

O requerimento lido vai à votação na próxima reunião.

Eu gostaria de lembrar aos membros da Subcomissão Permanente de Segurança Pública que esta está convocada, também, para amanhã, às 10 horas, para instalação e escolha do seu presidente e vice-presidente, respectivamente.

Designo, ainda, para compor a referida Subcomissão, além dos membros já designados, o Senador Eduardo Braga, como membro titular; o Senador Ricardo Ferraço, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

Comunico, também, a realização de audiência pública a realizar-se amanhã, dia 04/04/2013, às 14 horas, destinada a instruir as Propostas de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, que “revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis”, e nº 56 de 2009, que “acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários”, conforme requerimento do Senador Ricardo Ferraço, com as presenças dos seguintes convidados: Sr^a Cassandra Nunes, Secretária da Secretaria do Patrimônio da União e representante da Ministra Miriam

Belchior; Sr. José Carlos Machado, da Prefeitura de Aracaju; Sr. Fernando Mazzoco, Procurador da República; Sr. Obéde Pereira de Lima, Doutor em Engenharia Cartográfica, e o Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quem é o autor da proposta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, mas do projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Projeto de lei...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Da emenda constitucional. Quem é o primeiro subscritor?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Solicito à Secretaria informações. *(Pausa.)*

Amanhã, teremos reunião às 14 horas.

Às 9 horas, nós vamos continuar com os não terminativos, já em entendimento com as Lideranças e com as providências da Secretaria; entre 10 e 11 horas, nós vamos votar a Subcomissão de Segurança Pública; e, às 14 horas, nós vamos ter a audiência pública dos terrenos de Marinha.

A informação solicitada por V. Ex^a: Almeida Lima e Marcelo Crivella são os autores respectivos das duas propostas de emendas à Constituição.

Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, que será reaberta amanhã, às 9 horas, para deliberação dos demais itens não terminativos da pauta.

Agradeço a todos.

Tenham todos um bom dia!

Fiquem com Deus!

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, suspensa às 13 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 23 minutos do dia 04/04/2013.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Declaro reaberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens não terminativos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu sou o Relator do item 10, que é não terminativo e diz respeito às nossas Forças Armadas. Enquanto os nos-

sos pares outros vão chegando, se V. Ex^a concordar e os nossos pares também – em especial o Senador Pedro Taques –, eu tinha muito interesse em que V. Ex^a desse prioridade a ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Transmissão de pensamento, Senador Pimentel, pois era exatamente esse item que eu estava colocando como prioritário.

Item 10, com a concordância do querido Senador Pedro Taques e dos demais companheiros.

Item 10 da pauta, p. 159.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 102, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências.

Autoria: CPI – Crise do Sistema de Tráfego Aéreo

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador José Pimentel para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 102, 2012, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, que dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer), o acesso aos destroços de aeronave, revoga dispositivo da Lei 7.565, de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e dá outras providências.

Análise.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem assim quanto ao mérito da proposição, nos termos do art. 101, incisos I e II, “d”, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei está na conformidade com o disposto no inciso I do art. 22 da Constituição Federal, pelo qual confere à União competência privativa para legislar sobre direito aeronáutico. Por seu turno, o art. 48 da Constituição atribui ao Congresso Nacional

competência para dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Com relação à juridicidade, a proposição não viola as normas e princípios do ordenamento jurídico vigente.

No que tange à técnica legislativa, entendo que o projeto deve receber emenda de redação, a fim de se adequar ao art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica vinculando-se a esta por remissão expressa.

Nesse sentido e a facilitar a compreensão do tema, propomos que as disposições do PLC sejam inseridas no Capítulo VI do Título III do Código Brasileiro de Aeronáutica, que trata do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos em seus arts. 86 a 93.

Entendemos, ainda, que a emenda do projeto deve ser alterada, tendo em vista que o PLC trata das investigações do Sipaer e não apenas da proteção às referidas investigações. Dessa forma, sugerimos a supressão da palavra “proteção” na emenda.

No tocante ao mérito, a iniciativa é louvável, visto que se pretende ampliar a segurança do tráfego aéreo brasileiro por meio de criação de normas mais específicas e eficazes sobre as investigações de acidentes aeronáuticos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) voltadas especialmente à prevenção de acidentes e incidentes aeronáuticos. Com esse objetivo, o projeto especifica a competência para investigação (Sipaer) e confere-lhe a independência indispensável para a realização dos procedimentos necessários, elenca as fontes de investigação e assegura o sigilo das informações obtidas, além de fixar o procedimento para acesso aos destroços de aeronaves civis.

Portanto, como foi destacado na justificativa do projeto, lança-se mão de todos os recursos disponíveis para a identificação de tudo que possa haver contribuído para o acidente ou o agravamento de seus resultados, ao fim exclusivo de produzirem recomendações de segurança de voo em proveito unicamente da prevenção de acidentes. Trata-se, portanto, de louvável iniciativa no sentido de se oferecer mais subsídios à legislação sobre prevenção de acidentes e incidentes aeronáuticos.

Fazemos apenas duas ressalvas relativas ao mérito do PLC.

A primeira diz respeito ao §2º do art. 9º. O dispositivo deve ser alterado a fim de que sejam excluídos de valor probatório apenas os dados dos sistemas de notificação voluntária de ocorrências. Dessa forma,

passarão a ter valor probatório e poderão ser incluídas em inquérito ou em processo judicial ou administrativo, dada a sua relevância para as demais investigações:

a) as gravações das conversas nas dependências do controle do tráfego aéreo e suas transcrições; e

b) as gravações das conversas na cabine de pilotagem e suas transcrições.

A segunda ressalva, relativamente ao mérito do PLC, diz respeito ao §3º do referido art. 9º. Entendemos que basta garantir que as informações prestadas em proveito da investigação Sipaer serão espontâneas e utilizadas apenas para fins de prevenção de acidentes. Dessa forma, retiramos a previsão de sigilo de tais informações.

Diante das alterações propostas, de redação e de mérito, oferecemos substitutivo ao projeto sob exame. Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012, nos termos do substitutivo já previamente divulgado.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, primeiro pela diligência de oferecer um parecer em uma matéria tão importante dentro de um prazo tão curto para a dimensão da matéria. Coloco em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª, para discutir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é apenas para cumprimentar o Senador Pimentel e ressaltar a importância desse projeto,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Importantíssimo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ... que vem concretizar o que está previsto na Convenção de Chicago, porque nós temos uma especificidade nesse tipo de investigação, e ela não tem a finalidade apenas repressiva, mas também preventiva, para evitar outros acidentes.

Por isso, quero cumprimentá-lo e desde logo dizer que votarei favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É um trabalho, Senador Pedro Taques, Senador Pimentel, que foi elaborado pelo próprio Congresso Nacional, quando, na Comissão Parlamentar de Inquérito, tratou-se de uma série de eventos lamentáveis para o Brasil, cujo resultado foi uma proposta legislativa que nós estamos concluindo por meio de uma ação importante nesta Comissão, que eu espero que em plenário possa acontecer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero também registrar o trabalho que

foi feito pela nossa Aeronáutica, subsidiando, esclarecendo e prestando todos os esclarecimentos que este Relator necessitou para proferir seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Faço constar a presença da Aeronáutica por meio do Brigadeiro Rui Mesquita, que está presente aqui acompanhando a nossa votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, no debate desse projeto também a assessoria do gabinete que ocupo aqui esteve presente no Comando da Aeronáutica para discutir detalhes desse projeto, demonstrando a excelência do trabalho que o Comando da Aeronáutica faz nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É, é uma Força que participa das nossas atividades.

O parecer está em votação. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade, com as louvações justas e necessárias desta Comissão.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o pedido desta Comissão a S. Exª o Sr. Presidente Ricardo Ferraço pela urgência da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu retiro de pauta, por ausência justificada dos Srs. Relatores, o item 11, cujo Relator, o Senador Paulo Bauer, justificou a ausência por motivo de viagem; o item 9, cujo Relator, o Senador Luiz Henrique, também; e o item 5, cujo Relator viajou.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera os arts. 14 e 32 da Constituição Federal, para estabelecer a elegibilidade dos cargos de Administrador Regional do Distrito Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável à Proposta.

ITEM 9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera o §6º do art. 39 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigação dos órgãos e entidades públicas de divulgar a remuneração de seus servidores.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 105, DE 2012

– Não Terminativo -

Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.

Autoria: Deputado Dr. Ubiali

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: – Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta;

– *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.*)

Senador Pimentel, o Sr. Senador Jorge Viana solicitou que V. Ex^a funcionasse como relator *ad hoc* no item 8. Ele está vindo, mas, como nós não temos muito tempo – parece-me que o Senador Pedro Taques tem uma informação a dar à Comissão daqui a pouco –...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

Sr. Presidente, teremos, às 10 horas, a constituição da comissão de juristas que vai pensar em um anteprojeto para a nova Lei de Execução Penal. Será às 10 horas. Seria interessante que membros da CCJ ali estivessem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O. k. Esta Comissão se fará representar por V. Ex^a e esta Presidência. Se o Senador Pimentel tiver possibilidade de se fazer presente, seria muito importante que a Comissão se fizesse presente. Vamos tentar ultimar esta reunião até o prazo necessário para o início da reunião na Presidência.

Item 8 da pauta, p. 133, o Senador Pimentel funcionará como *ad hoc*.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 244, de 2011

– Não Terminativo -

Susta os efeitos da Resolução nº 2, de 2011, do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que “dispõe sobre os programas de cunho religioso nos veículos da EBC”.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador José Pimentel

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2011, que susta os efeitos da Resolução nº 2, de 2011, editada pelo Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Análise.

A remessa do PDS nº 244, de 2011, a esta Comissão encontra respaldo no que dispõe o art. 90, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, a CCJ exerce o papel de subsidiar decisão relativa à competência do Congresso Nacional de sustar atos normativos do Poder Executivo que ultrapassem os limites de seu poder regulamentar.

A propositura também tem lastro na Constituição, que, em seu artigo 49, inciso V, confere competência ao Congresso Nacional para *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa*.

Conquanto o PDS em exame tenha sido apresentado em conformidade com os pressupostos de natureza regimental, observamos que a Resolução nº 2, de 2011, objeto de contestação por parte dos Senadores, foi revogada e substituída pela Resolução nº 4, de 2012, igualmente com origem no Conselho Curador da EBC.

A nova norma é resultante de trabalho do Grupo Consultivo criado para estudo e elaboração da proposta de faixa de programação religiosa, que contou com representantes de diversas orientações religiosas, incluídos os representantes dos programas atualmente no ar. Convém ressaltar que a proposta consubstanciada na Resolução foi aprovada pela unanimidade dos membros do Grupo Consultivo em maio de 2012.

Para maior clareza, Sr. Presidente, reproduzimos seu texto *ipsis litteris*, porque já foi publicado previamente.

Como se vê, o PDS em análise perdeu seu objeto em razão de fato superveniente, da edição de nova norma regulamentadora sobre a matéria.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2011, nos termos do inciso I, art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

É este, Sr. Presidente, o parecer do nobre Senador, que eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado, por unanimidade, o relatório do Senador Jorge Viana, subscrito pelo Senador José Pimentel na sua integralidade.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Eu quero comunicar o cancelamento da instalação da Subcomissão de Segurança Pública – outra data nós haveremos de marcar, em consonância com os senhores membros da Subcomissão –, em virtude da necessidade da presença dessa Comissão, por iniciativa do Senador Pedro Taques e a anuência desta Presidência, na reunião de instalação, daqui a pouco, da Comissão de Juristas que vai estudar reformas na Lei de Execução Penal. É importante que a Comissão se faça presente, porque vai ser receptora do trabalho desses juristas que haverão de aperfeiçoar a legislação presente.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião convocando a próxima reunião para quarta-feira...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, seria possível... Parece-me que está na pauta o requerimento ao Ministro Joaquim Barbosa, que foi lido ontem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É na próxima reunião ordinária.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bem. Muito obrigado. Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós temos uma audiência pública às 14 horas – eu queria lembrar isto a V. Ex^a – para tratar dos terrenos de marinha, proposta pelo Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para Mato Grosso, o terreno de marinha que fica mais próximo está a seis mil quilômetros, mas eu participei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com certeza, V. Ex^a está convidado, até porque é um estudioso dessa matéria. É um livro sobre isso.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Tenham todos um bom dia, e fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, suspensa às 13 horas e 33 minutos, reaberta às 09 horas e 23 minutos do dia 04/04/2013, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.)

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 2.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do

Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, RANDOLFE RODRIGUES, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, CRISTOVAM BUARQUE, ANTONIO CARLOS VALADARES, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM e JOÃO COSTA**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, de acordo com o art. 89, inciso VIII, combinado com o art. 201, do Regimento Interno do Senado Federal, submete a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da 12ª. Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, realizada em 8 de junho de 2011, que também é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, todos constantes da pauta cheia da reunião. 1) Aviso TCU nº 1641, de 5 de dezembro de 2012. Trata de acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2012, quanto ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à Presidência da República, e a outras unidades. O Aviso é enquadrado no inciso IV do Ato nº 2/2009-CMA; 2) Aviso TCU nº 1714, de 10 de dezembro de 2012. Cuida de denúncia, com pedido de medida cautelar, versando sobre o programa multimodal de transporte e desenvolvimento minério-industrial do estado da Bahia, envolvendo a implantação da ferrovia de integração oeste-leste. Enquadrado no inciso VII do Ato nº 2/2009-CMA; 3) Aviso TCU nº 1716, de 10 de dezembro de 2012. Cuida de solicitação do Congresso Nacional, veiculada por ofício do Presidente da CMA, sobre aplicação e fiscalização dos recursos referentes à compensação ambiental. o acórdão se limita a fixar a data final para que a unidade técnica do TCU encaminhe ao relator o relatório final da auditoria realizada para atendimento da solicitação. Enquadrado no inciso VII do Ato nº 2/2009-CMA. Os avisos ficarão à disposição dos Senhores Senadores pelo período de sete dias na secretaria da comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados. **1ª PARTE. REUNIÃO DE TRABALHO.** É realizada cerimônia de assinatura dos acordos de cooperação técnica entre o Senado Fede-

ral, a Câmara dos Deputados e a Controladoria-Geral da União para a unificação da entrada de dados dos Portais de Transparência da Copa de 2014 do Senado Federal e da Controladoria-Geral da União. Comparecem as seguintes autoridades: Ministro de Estado Jorge Hage Sobrinho, Chefe da Controladoria-Geral da União; Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União; e Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. **2ª PARTE. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 108, de 2012**, que “Nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam convidados para audiência pública, nesta Comissão, representantes das consultorias PwC Brasil e Ilos e da ONG Trata Brasil a fim de prestar esclarecimentos sobre o estágio das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e seu reflexo no rescimento do país, apontado de matéria da Revista Exame intitulada “Um Trilhão de Reias Empacados”. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. **ITEM 5) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2003 – Não Terminativo**, que “Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia”. Autoria: Deputado Euler Moraes. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2007 – Não Terminativo**, que “Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências”. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do PLC nº 62/2003 e do PLS nº 232/2007. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do PLC Nº 62/2003 e do PLS Nº 232/2007. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2011 – Não Terminativo**, que “Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar”. Autoria: Senador Luiz Henrique. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2-CMA. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 109, de 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas ao Excelentíssimo Diretor-Presidente da Agência

Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Senhor Dirceu Braz Aparecido Barbano, informações relativas aos registros de medicamentos e agrotóxicos concedidos e também cancelados no ano de 2011 e 2012, bem como, sejam anexadas às informações todos os pareceres e análises dos técnicos que procederam os deferimentos e os cancelamentos dos registros e a imediata informação sobre os procedimentos e tempo para o restabelecimento dos registros cancelados. Peço aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes”. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. **Ficam adiados os demais itens da pauta.** Os Senhores Senadores louvam o trabalho realizado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg, e registram elogios à equipe da CMA pelo trabalho realizado no biênio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 18/12/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Eu gostaria de agradecer as presenças dos nossos ilustres convidados de hoje: Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, e Sr. Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da República.

Quero agradecer a presença do Senador Sérgio Souza, e de todos aqueles que nos honram com suas presenças na manhã de hoje.

Caras Senadoras, caros Senadores, iniciamos os nossos trabalhos hoje com a participação de convidados da mais alta importância para a República. São vocações dedicadas à tarefa das mais relevantes para o bom funcionamento das democracias: a fiscalização e o controle dos gastos públicos.

Devo lembrar que tal atividade tem impacto direto na melhoria da qualidade dos gastos, na maior eficiência na administração, na correção de rumos de políticas, na reorganização dos modos de operacionalizar programas e ações e ainda na reordenação de objetivos que a experiência mostrou insuficientes ou equivocados.

Fiscalização e controle representam parte fundamental daquilo que é o fim maior de todos nós neste plenário: o bem-estar e o progresso sociais.

No trabalho cotidiano temos todos também a obrigação de promover a transparência para que a sociedade possa, autonomamente, fiscalizar o Poder Público. Essa independência, essa autonomia, esse acesso ao conhecimento são pilares inquestionáveis da democracia brasileira, que se consolida como forte exemplo de maturidade na região e no mundo.

Portanto, hoje é dia de festa na nossa Comissão. Vamos assinar um acordo de unificação da entrada de dados do Portal Copa Transparente, gerido pelo Senado Federal, com o da Controladoria-Geral da República. Esse ato se encaixa perfeitamente no que acabo de dizer sobre transparência e o poder da sociedade e sobre como podemos aperfeiçoar práticas que levarão ao melhor uso dos recursos públicos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu gostaria também de falar um pouco sobre os 2 anos de trabalho – serei breve – nesta Comissão que tenho o orgulho de presidir.

Hoje é a nossa última reunião do ano e, praticamente, a última deste meu mandato como Presidente, que durou o biênio 2011/2012. Foram 2s anos de labuta árdua e compensadora. No período, a Comissão de Meio Ambiente realizou 115 reuniões e nossas sub-comissões realizaram outras 44.

Nas audiências públicas, contamos com a presença de inúmeras autoridades, como o Ministro da Defesa, Celso Amorim, o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Recebemos, também, diretores de agências reguladoras, membros de órgãos técnicos, como o próprio TCU, nosso parceiro permanente e que hoje se junta a nós nesta celebração, pela importância capital para os trabalhos do Legislativo. Recebemos dezenas de representantes da sociedade civil e da comunidade acadêmica. Fomos beneficiados enormemente pela troca de informações e saberes que a sociedade organizada e nossos melhores cientistas têm a oferecer ao País. Todos nos deram a base para – quero crer – a tomada de melhores decisões.

Apreciamos um elevado número de matérias: 448 proposições. Destacarei três projetos que podem

ser considerados exemplos típicos das atividades da Comissão no biênio.

Na área de fiscalização e controle, aprovamos o PLS nº 438, de 2007, que submete as agências reguladoras à auditoria operacional realizada pelo TCU em periodicidade anual, de extrema importância.

Na área de defesa do consumidor, aprovamos o PLS nº 329, de 2010, para tornar rápida a comunicação aos destinatários dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores, reduzindo o prazo para correção de informações de dados e cadastros;

Na área de meio ambiente, não posso deixar de destacar o PLC nº 30, de 2011, conhecido como o Código Florestal. No segundo semestre de 2011, tivemos, por alguns meses, nesta Comissão, a oportunidade de vivenciar como pontos de vista diferentes numa democracia podem convergir para a construção de um consenso. Muitos aqui abriram mão de suas preferências para acomodar o que outros setores da sociedade, igualmente legítimos, também desejavam. Foi um exercício difícil, como sempre é a construção do diálogo, mas valoroso, corajoso. Superamos as divergências e crescemos todos no diálogo, sob a batuta do Senador Jorge Viana, Relator na Comissão. Votamos um texto que, se não expressava os melhores sonhos de nenhum de nós, expressava avanços significativos e traduzia o mais importante: a compreensão de que o melhor para o País deve vencer, sempre.

Infelizmente, o texto do Senado foi derrotado na Câmara dos Deputados, mas o exemplo ficou, e o respeito que vivenciamos, aqui, neste plenário, nos momentos contenciosos mais críticos, fortaleceu o Senado da República e, por consequência, fortaleceu nossa democracia.

Além das matérias legislativas, aprovamos na Comissão R\$1.250.000.000 em emendas orçamentárias. Nos 2 anos realizamos ainda mais de 15 eventos, como o Seminário Internacional sobre Água e Transdisciplinaridade; os colóquios sobre proteção de espécies ameaçadas de extinção, sobre proibição do retrocesso ambiental e sobre a Carta da Terra, nos quais a parceria com o Ministro Herman Benjamin e com o STJ foi de fundamental importância; o *workshop* sobre o sistema de informação da diversidade brasileira, em parceria com o MCT, também foi outra grande realização desta Comissão.

Realizamos as exposições Cerrado Vivo, O Azul do Verde-Amarelo e Rios Voadores, e a Mostra de Cinema Ambiental do Cerrado.

Lançamos diversas publicações.

Participamos da Rio+20. Excelente oportunidade para definirmos, mais que medidas no âmbito internacional, medidas a serem implementadas no

âmbito nacional e que preservarão a vida para as futuras gerações.

Realizamos diligências para as obras da Copa, capitaneadas pelo ilustre Senador Blairo Maggi; e diligências a Belo Monte, capitaneadas pelo Senador Flexa Ribeiro.

Estivemos ligados ao que de mais importante há no coração do debate nacional. Acredito que, na empreitada, alimentamos o respeito de nossos parceiros e dos cidadãos e cidadãs que, afinal, são o fim de todo esforço realizado aqui, nesta Casa.

De forma que quero agradecer a todos e todas que colaboraram, de alguma forma, para que o biênio fosse tão produtivo. Agradeço aos nossos Senadores, que se desdobraram para estar aqui durante as reuniões, seguindo agendas tão estritas que desafiavam as leis da Física, porque conseguem estar em muitos lugares ao mesmo tempo e fazer muito mais do que 24 horas permitem. Agora mesmo, no momento em que estamos realizando esta reunião, vários estão em outras comissões e deverão estar, daqui a pouco, aqui. Agradeço aos nossos convidados e convidadas, que colaboraram com seu saber em diversos temas e áreas; aos setores técnicos da Casa, que fizeram com que as reuniões transcorressem tranquilamente; às assessorias e consultorias, que colaboraram no trabalho de planejar, realizar, avaliar reuniões e propostas; e, agora, a todos os presentes, que tiveram a paciência de escutar este discurso, que tem a importância capital de recuperar o trabalho que o Senado Federal faz para cumprir seu papel de legítimo representante de cada um e uma neste País.

Somos a Casa da Federação, não resta dúvida, mas somos, também, àqueles que se debruçam diariamente sobre temas nacionais que constroem o futuro do País.

Quero fazer um agradecimento especial a todos os servidores desta Comissão na figura da Secretária desta Comissão, Leany, pela dedicação, pelo espírito público que demonstraram nesses 2 anos e que foram fundamentais para a realização dos trabalhos desta Comissão.

Com isso, passamos agora à solenidade de “firmatura” dos acordos técnicos entre Senado Federal, aqui representado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, pela Câmara dos Deputados, aqui representada pela sua Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e pela Controladoria-Geral da República.

Também faz parte da Mesa, nosso convidado de honra, o Tribunal de Contas da União, na pessoa do seu Presidente, Ministro Augusto Nardes. O TCU tem exercido papel central no bom funcionamento dos

trabalhos relativos à Copa de 2014, seja pela edição de normativas, seja pelo controle que faz diretamente junto aos órgãos e autoridades responsáveis pela realização das obras no cumprimento da obrigatoriedade de alimentação do Portal.

É com muita alegria que, neste momento, passo a palavra ao Ministro Jorge Hage, para suas considerações.

O SR. JORGE HAGE – Ex^{mo} Sr. Senador Rodrigo Rollemberg; eminente Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União; ilustre Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados; Sr^{as} e Sr^s. Parlamentares; senhoras e senhores servidores desta Casa; senhores da Imprensa, é com muita alegria que nós, da Controladoria-Geral da União, participamos hoje, aqui, deste evento que, em sua aparente simplicidade, envolve e, na verdade, simboliza algo de importância muito maior do que pode parecer à primeira vista.

A celebração deste acordo de cooperação, que visa à integração da entrada de dados nos Portais da Controladoria-Geral da União e do Senado Federal, com participação da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, tem a importância de representar a integração de esforços, a capacidade de trabalharmos em conjunto – Poder Executivo e Poder Legislativo –, cada um, obviamente, com a clareza da identidade, da identificação das suas responsabilidades específicas.

Nós, na Controladoria, como órgão central do sistema de controle interno previsto na Constituição da República, do mesmo modo que o sistema de controle externo, representado pelo Tribunal de Contas, como órgão de auxílio ao Poder Legislativo, podemos e sabemos construir soluções conjuntas.

A construção dessa possibilidade de integração dos Portais tem uma importância extraordinária também para a viabilidade, na prática, da atualização da compatibilidade dos dados e das informações, facilitando enormemente, como vai facilitar, a vida dos representantes das cidades-sede e dos Estados-sede dos jogos da Copa do Mundo, responsáveis por boa parte dos investimentos. É que até aqui essas autoridades das outras esferas federativas se viam obrigadas a alimentar dois diferentes sistemas de informação. O que contribuía, evidentemente, para a incompatibilidade, incoerência, disparidades de informações, além, obviamente, da duplicação desnecessária de trabalho.

A partir dessa unificação, que foi construída graças ao empenho das equipes técnicas de ambas as partes e à hábil, competente e eficiente condução do Senador Rodrigo Rollemberg, durante os últimos meses, a partir de agora as cidades-sede, os Estados-sede terão a sua vida facilitada. E o que é mais importante:

a população brasileira terá informações mais pertinentes, mais consistentes e mais atualizadas.

O Tribunal de Contas da União, do mesmo modo que o Ministério Público Federal, vem sempre cobrando essa atualização, essa integridade nas informações. A partir de agora, o trabalho para isso será extremamente facilitado. E o Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União faz com que o Brasil tenha se tornado hoje referência internacional nessa matéria de transparência, informando, como informa em outras áreas não apenas nessa área de investimentos da Copa do Mundo, mas nas despesas normais dos órgãos federais, dados diários. Ou seja, todas as despesas feitas até a noite de hoje estão na Internet na manhã do dia seguinte, o que é algo que tem levado o nosso País a se tornar referência, com a busca por parte de outros países do conhecimento da experiência brasileira.

Essa experiência se enriquece ainda mais com a integração que promovemos todos juntos das informações relativas ao extraordinário evento que o Brasil sediará em 2014. Eu tenho certeza de que daí também caminharemos para a integração no que se refere às informações sobre os Jogos Olímpicos de 2016, porque o primeiro passo está dado. A demonstração da nossa capacidade de trabalharmos em conjunto, sem barreiras decorrentes de estarmos em Poderes distintos, foi dada, sob a liderança do Senador Rodrigo Rollemberg, a quem eu cumprimento mais uma vez por esse feito.

Muito obrigado a todos.

E meus parabéns a todos que integram as equipes do Senado, da Câmara, do TCU e da Controladoria-Geral da União por esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Jorge Hage. Sinto-me muito honrado com as palavras de V. Ex^a. Agradeço a generosidade das palavras de V. Ex^a.

Com muita alegria, passo a palavra ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes.

O SR. AUGUSTO NARDES – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. É um prazer estar aqui nesta Casa.

Eu queria saudar o Ministro Jorge Hage; o Edmar Arruda, que vem lá do Estado do Paraná e que preside uma comissão muito importante que é a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Eu entendo que este é um momento importante porque a transparência é um dos temas que cada vez mais a sociedade brasileira exige. E quando temos essa capacidade de fazer esse intercâmbio de informações, por meio do Portal da Copa Transparente, que eu estou vendo ali o quadro, com todos os dados, com todas as informações que são possíveis, para que a sociedade

possa acompanhar tudo o que está acontecendo com as nossas decisões, com as orientações da CGU e com as orientações aqui do Congresso Nacional, por meio da Comissão presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, é muito importante para que possamos mostrar ao Brasil esse trabalho importante de democracia e também da importância que temos para a Nação brasileira, relatando todas as informações que possam ser úteis para a sociedade.

Gostaria de destacar também o trabalho importante que é feito através do Portal da Transparência da CGU. O Ministro Jorge Hage tem feito um trabalho dando uma demonstração de muita eficiência, de muita eficácia.

Portanto, eu gostaria de dizer, meu caro Presidente, que é primeira visita que eu faço ao Senado depois de eleito. Para mim, é uma satisfação poder estar aqui neste momento, voltar um pouco ao Congresso Nacional, de onde saí, e relemburar os bons tempos que aqui dividimos, em muitos momentos, a discussão de temas importantes.

Eu gostaria de aproveitar, já com a presença de alguns Senadores, e dizer que o Tribunal de Contas da União tem o máximo interesse de estabelecer essas parcerias não somente com a Comissão de Meio Ambiente, mas também com as demais comissões, para que a gente possa fazer trabalhos em conjunto.

Eu diria especialmente para o Deputado Edmar Arruda, Senador Rodrigo Rollemberg, V. Ex^a também foi Deputado, que o Tribunal tem um acervo de informações importantíssimas para a sociedade brasileira, que é importante que tenhamos essa interação para que vocês possam utilizar as informações a favor da transparência. Nós temos, lá, acórdãos de todos os setores da vida brasileira e, portanto, podemos, através das informações que temos, passar ao Congresso Nacional assuntos atualíssimos.

Em relação à questão da parceria, eu gostaria até de adiantar, já estamos dando esse apoio. Quando foi criada a Rede da Copa, que se estabeleceu junto com a Câmara, o Senado e o Tribunal de Contas e, agora, com a CGU, através do Portal da Copa Transparente, para que nós possamos desta forma mostrar à sociedade brasileira que os recursos estão sendo bem-aplicados; especialmente no momento em que nós estabelecemos, através de uma instrução normativa, que os clientes, ou seja, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, têm que informar de forma antecipada, antes da assinatura desses convênios, através dos Portais, ou seja, especialmente esse da Copa Transparente. Ou seja, antes de liberar o recurso já tem que estar sendo divulgado. Isso é uma forma de dizer que nós, o Tribunal de Contas, entendemos que possa ter conhe-

cimento o Parlamento que fiscaliza num plano maior todas as decisões que acontecem no País em termos de recursos públicos.

Eu gostaria também de aproveitar para dizer que queremos também trabalhar muito com auditorias coordenadas. O que é isso? É um tema novo: auditorias coordenadas. Estamos planejando fazer uma auditoria na área da educação, com todos os Estados brasileiros, para trazer, anualmente, um relatório – essa vai ser a novidade da gestão que eu vou enfrentar a partir de janeiro do ano que vem –, para que não venhamos aqui somente com informações das obras que temos que fazer, do Fiscobras – e vamos continuar fazendo –, mas que possamos também estabelecer, Senador Rodrigo Rollemberg, um relatório anual da educação brasileira, não somente de obras. E também fazermos um relatório anual também de um setor que é fundamental para a sociedade brasileira, que é a questão da saúde.

Então, a nossa ideia, estamos fazendo uma evolução no Tribunal, continuando o trabalho dos ex-presidentes e do atual Presidente, que me passou, na semana passada, a Presidência, Benjamin Zymler, no sentido de que o Tribunal evolua para ter um relatório sobre educação, sobre saúde, sobre previdência, sobre segurança, sobre meio ambiente, anualmente, para o Senado e para a Câmara; para que, com isso, nós possamos atacar nas questões que são fundamentais para que o Brasil possa ter uma melhor governança.

Há poucos dias até, eu falei sobre esse tema junto com o Ministro Hage, que está aqui presente, no sentido de que a gente pudesse estabelecer essa condição diferenciada de ter um relatório anual, especialmente pelo fato de que a imprensa dá uma grande importância às obras, mas é mais importante nós termos uma educação, que é a base de tudo para podermos estabelecer...

Então, eu queria aproveitar aqui a presença do Senador Valadares e do Senador Flexa Ribeiro, que já são homens que têm uma tradição nesta Casa, de que vamos inovar no Tribunal. Vamos partir para essas questões que considero de grande importância.

Quero também saudar o Senador de São Paulo, que foi meu colega, Senador Aloysio. Prazer em vê-lo aqui.

Portanto, eu gostaria de cumprimentá-lo, Senador Rodrigo Rollemberg, por essa iniciativa e dizer que, nós, no Tribunal, estamos à disposição desta Casa, não somente para essas parcerias, mas também quando for necessário. Qualquer assunto de grande interesse do Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União estará pronto para passar as informações que são de nível técnico, de grande conhecimento que têm

os nossos técnicos, que poderão ser aproveitadas pelos senhores.

Eu queria, mais uma vez, agradecer o convite e dizer que essa iniciativa é uma demonstração para a sociedade brasileira de que a transparência existe, especialmente por esse trabalho importante do Senado, presidido pela Comissão do Meio Ambiente, sob a Presidência do Senador Rodrigo Rollemberg, e também com a presença e o apoio da Comissão que trata da fiscalização da Câmara dos Deputados, através do Deputado Edmar Arruda.

Muito obrigado.

Contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Augusto Nardes. Nós nos sentimos muito honrados com a presença de V. Ex^a.

Aproveito para apresentar-lhe votos de muito sucesso à frente do Tribunal de Contas da União. Tenho convicção de que pela sua experiência e toda sua trajetória pública realizará um excelente trabalho à frente daquela importante instituição.

Antes de passar a palavra ao Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, eu gostaria de fazer um agradecimento especial à Câmara dos Deputados, porque, desde o primeiro momento, ainda na gestão anterior, quando o Presidente desta Comissão era o então Senador Renato Casagrande, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados participou da concepção, juntamente com o TCU, deste Portal Copa Transparente. Portanto, fica aqui o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento à Câmara dos Deputados.

É com muita alegria que passo a palavra ao Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que compartilhará todas as informações desse Portal com o Senado Federal, como podemos ver ali o *designer* do Portal Copa Transparente.

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSC – PR) – Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta Comissão, é uma honra para nós estar aqui representando a Câmara dos Deputados; Ministro Jorge Hage Sobrinho, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União; também Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, queremos parabenizá-lo pela posse, e também dizer que temos feito um trabalho muito importante em parceria com o TCU e, com certeza, vamos continuar esse trabalho com o senhor na presidência.

A Câmara tem contado com o TCU de forma inequívoca e queremos, aqui, registrar a nossa gratidão aos servidores do TCU pelo empenho e pela sua capacidade com relação àquilo que nós solicitamos do TCU.

É com satisfação que, hoje, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, representando a Câmara dos Deputados, vem a esta Casa Legislativa para celebração do Acordo de Cooperação Técnica para Intercâmbio de Informações Referentes aos Recursos Públicos Alocados na Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

Sr^s. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, para nós é uma alegria muito grande poder participar – a Câmara, o Senado, a CGU – desse projeto.

Nós nos sentimos honrados com o convite o Senador Rodrigo Rollemberg para restabelecer essa parceria, iniciada em 2009, quando foi criada a Rede de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos entre as Comissões de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos da Câmara e do Meio Ambiente e Fiscalização e Controle do Senado, que agora está fortalecida com a integração da Controladoria-Geral da União.

Essa união de forças que agora celebramos, para nós, representantes dos órgãos constitucionalmente responsáveis pela fiscalização dos recursos públicos, é fundamental para a transparência e controle da aplicação desses recursos na realização de um dos maiores eventos mundiais, que será sediado pelo nosso País: a Copa de 2014.

O Portal Copa Transparente revela-se uma importante ferramenta para agentes fiscalizadores e cidadãos no que se refere ao acompanhamento dos gastos com as obras de infraestrutura, de construção e de reforma de estádios e na contratação de serviços para a realização da Copa de 2014.

Também é importante ressaltar que nessa oportunidade está sendo dado o pontapé inicial para o atendimento da demanda dos gestores dos contratos relacionados ao mundial, que agora poderão contar com a unificação da entrada de dados e portais, Portal Copa Transparente da Câmara e do Senado e o Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, permitindo, assim maior celeridade e publicação dessas informações.

Mais uma vez, agradeço a todos os senhores que apoiam, acreditam nesse trabalho e que, sem dúvida, será de grande valia não só para as instituições fiscalizadoras, mas para toda a sociedade brasileira.

Mais uma vez, quero agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg que capitaneou para que esse momento estivesse acontecendo hoje.

Muito obrigado Sr. Senador e aos demais Senadores aqui presentes, senhoras e senhores.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Deputado Edmar Arruda.

Quero, mais uma vez, registrar a importância da parceria da Câmara dos Deputados, especialmente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tão bem presidida pelo Deputado Edmar Arruda.

Registro aqui as presenças do Dr. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno, e a do Dr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário-Adjunto de Planejamento e Procedimentos, do Tribunal de Contas da União.

Antes de firmarmos os acordos, eu gostaria de falar algumas breves palavras sobre o processo que culmina com a data de hoje.

Temos dialogado com os nossos parceiros por diversos meses, desde o surgimento da demanda dos gestores de racionalização do trabalho de alimentação do Portal, no intuito de otimizar tal procedimento. Fizemos, inclusive, Senador Aloysio Nunes, Senador Flexa Ribeiro, Senador Valadares, em 16 de outubro uma reunião de trabalho com os membros da Comissão para ouvirmos demandas e discutirmos a questão.

Hoje, o acordo específico viabiliza maior eficiência na alimentação dos dados. Haverá um calendário de transição que se estenderá até abril e que irá garantir informações prontas e de qualidade para todos os participantes.

Entretanto, ainda mais importante é o acordo geral, que tem por objetivo promover intercâmbio entre os quatro órgãos, Senado, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União e CGU, no intuito de se promover mais transparência e, consequentemente, mais fiscalização e controle dos gastos públicos para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

A tarefa é árdua, é hercúlea, mas, somando esforços, há que se atingir um patamar de excelência na atividade. O País ganha, a sociedade ganha e nós, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos sentimos recompensados em participar dessa tarefa, contribuindo para o avanço de práticas e valores republicanos.

Lançamos também hoje o novo Portal Copa Transparente, na parceria fundamental que recuperamos com a Câmara dos Deputados. Estamos imbuídos das mesmas funções, Deputado Edmar Arruda e, conjuntamente, iremos trabalhar para cada vez mais prover a sociedade com informações relevantes e de qualidade, para que possa fiscalizar os agentes públicos.

Gostaria de agradecer, particularmente, ao Prodasen, e cumprimento a figura do seu Diretor, Afrânio Peixoto, que muito nos honra com a sua presença, e

as equipes técnicas que trabalharam nas últimas semanas para que tivéssemos hoje esse novo Portal. Ele ainda é um produto em evolução, mas, hoje, temos um Portal mais amigável, com mais informações, todos os normativos correlatos, links para os parceiros, novas formas de pesquisa. Ainda avançaremos no próximo ano, mas é uma vitória podermos, hoje, apresentar à sociedade essa ferramenta que, certamente, renderá muitos frutos nos próximos 2 anos.

Passaremos, agora, à “firmatura” dos acordos. Informo que a íntegra dos acordos está na pauta cheia da reunião, que todos os Sr^s. Senadores têm em mãos.

Pergunto se algum Senador deseja usar da palavra? (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; Ministro João Augusto Nardes, Presidente do TCU; Ministro Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União; Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, quero apenas parabenizar V. Ex^a, o Deputado, o Ministro Jorge Hage, o Ministro João Augusto Nardes, por esse ato em que fazemos a assinatura dos acordos de cooperação técnica entre o Senado, a Câmara dos Deputados e a Controladoria-Geral da União para unificação da entrada de dados nos Portais de Transparência da Copa de 2014.

Acho que é importante que se tenha essa convergência das informações num Portal de transparência, para que a sociedade possa ter conhecimento efetivo das ações que levam à execução das obras e ações para o sucesso da Copa de 2014.

Poderíamos também já, concluído o processo da Copa, prorrogar esse acordo de cooperação, Ministro Hage, para as Olimpíadas de 2016, que também terão as mesmas condições de levar à sociedade essas informações, com total transparência.

Quero parabenizar então, festejar esse acordo de cooperação. Que outros acordos possam vir a ser feitos. Eu sugeriria um que eu busco há muito tempo, há 4 anos, junto à Comissão de Infraestrutura, que se refere ao PAC. Acho que para as obras do PAC, Ministro Jorge Hage, Ministro Augusto Nardes, há que se ter também um portal de transparência, como esse que se está fazendo acordo para a Copa de 2014. São os maiores investimentos da República, e é preciso que a sociedade acompanhe *pari passu* a execução dessas obras. O que todos nós sabemos – a mídia, Ministro Jorge Hage, informa – é que essas obras estão com grandes dificuldades para que efetivamente sejam concluídas ou avancem, tanto que os resultados de dispêndio previsto pelo Governo, ao final de cada exer-

cício, são bem mais reduzidos daquilo para que foram projetados. Há uma grande quantidade de recursos que não são utilizados, ou seja, as obras não avançam e, com isso, há dificuldade de o Brasil avançar, porque basicamente são obras de infraestrutura necessárias para melhorar a competitividade do nosso País.

Por final, Presidente Rodrigo Rollemberg, quero parabenizar o Ministro Augusto Nardes pela assunção à Presidência do Tribunal de Contas da União.

Lamentavelmente, não estive na sua posse, Ministro; estava aqui discutindo o Orçamento. Naquele dia nós saímos daqui já na madrugada, em função da leitura dos relatórios setoriais – eu fui Relator setorial da área da saúde – e precisávamos fazer a aprovação de todos eles, até porque o relator geral está entregando hoje o seu relatório, que precisa ser aprovado até quarta-feira, para que possamos, no Plenário do Congresso Nacional, aprovar o relatório de 2013.

Quero parabenizá-lo e desejar sucesso a V. Ex^a nessa nova missão. Tenho absoluta certeza de que V. Ex^a tem competência e conhecimento para levar avante esse projeto. E parabenizá-lo, já que inicia o seu mandato propondo relatórios setoriais do Tribunal de Contas da União com relação à saúde e à educação, e eu colocaria, se possível, a parte de infraestrutura. Todos são problemáticos para a Nação brasileira, mas todos precisam e devem ter de todos nós, Parlamentares, e de V. Ex^{as} o apoio para que o Brasil possa desenvolver-se na velocidade de que precisamos para entregar o País melhor para a geração futura.

Parabéns e sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Passo a palavra ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente Rodrigo Rollemberg, eu gostaria de me congratular com V. Ex^a e com todos aqueles órgãos aqui representados pelo Deputado Edmar Arruda, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o Ministro Jorge Hage, Chefe da Controladoria-Geral da União; o Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, que assinarão daqui a pouco um acordo de cooperação, que eu considero fundamental para a consecução de um dos objetivos nacionais que é a transparência na realização ou na execução de obras públicas.

Certamente que o mundo inteiro está acompanhando o desenrolar dessas obras, não só os brasileiros, tendo em vista que a maior competição internacional, a maior competição mundial, que é a Copa do Mundo, terá como sede o nosso País, que vai demonstrar competência – se Deus quiser –, não apenas nos gramados, com seu futebol ágil, inteligente

e alegre, como também demonstrará total sintonia com o sentimento reinante na sociedade brasileira de transparência, bons critérios na aplicação dos recursos públicos e prestação de contas eficiente aos órgãos próprios da República.

O Tribunal de Contas exerce um papel, sem dúvida alguma, essencial ao controle dos atos administrativos, da aplicação dos recursos financeiros oriundos da União, e essa fiscalização, tenho certeza absoluta, não visa a bloquear as obras a cargo da União. Antes, pelo contrário. É uma fiscalização que tem como objetivo primordial garantir, assegurar a transparência, a economia ou a economicidade de recursos financeiros num País ainda pobre, em determinadas regiões, muito carente, como é o caso do Nordeste do Brasil, nós Senadores do Nordeste, acompanhamos de perto o sofrimento daquela gente com a seca que recrudescer a cada dia, matando os rebanhos, matando a produção e empobrecendo a nossa gente. Portanto, é um País que necessita de recursos e também de controle dos gastos públicos, ao lado, naturalmente, do Ministro Jorge Hage, que exerce também um papel considerável no controle desses gastos. E assim, também, as nossas Comissões, tanto a do Senado como a da Câmara dos Deputados, que acompanham de perto tudo aquilo que é feito por esses órgãos que nós consideramos os nossos braços direitos. O Tribunal de Contas, que é o órgão auxiliar do Poder Legislativo, em que o Dr. Jorge Hage, através da Controladoria-Geral da União, Ministro coordena, em nome do Governo, a auditoria necessária na aplicação desses recursos.

Queria aproveitar, Sr. Presidente, ao término da minha fala, para, a exemplo do que fez o Senador Flexa Ribeiro, parabenizar o novo Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Augusto Nardes, cujo trabalho é enaltecido não só por aquela casa, mas por todo o Brasil, pela forma célere, tranqüila, serena como sempre se conduziu nos julgamentos que são importantes para o controle dos atos públicos e administrativos do nosso Brasil.

Meus parabéns! Que Deus o ajude nessa função tão importante para a valorização da boa aplicação, da honestidade dos bons gestores administrativos!

Parabéns a V. Ex^a, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Passaremos, então, agora à assinatura do Acordo de Cooperação – são quatro vias – que será assinado pelo Presidente desta Comissão, pelo Presidente da Comissão da Câmara e pelo Ministro-Chefe da CGU. *(Pausa.)*

(Procede-se à assinatura do Acordo de Cooperação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Registro também, com muita alegria, as presenças do Senador Blairo Maggi e do Senador Sérgio Souza, que já se encontravam presentes. Registro ainda que o Senador Blairo Maggi é o Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Esclareço ao Senador Flexa Ribeiro que esse Acordo de Cooperação Copa Transparente se estende não só para a Copa do Mundo, mas também para as Olimpíadas e Paralimpíadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) *(Fora do microfone.)* – Está no acordo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está. Nós, antecipadamente, aceitamos a sugestão de V. Ex^a.

Assinados os acordos, que serão publicados nos *Diários do Senado Federal e da União*.

Agradeço imensamente as presenças do Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União; do Ministro Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União e do Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Suspendo a reunião por 5 minutos.

Retornaremos em seguida.

(Suspensa às 12 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está reaberta a segunda parte da reunião destinada à deliberação de projetos.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Aproveito para colocar em votação, de acordo com o art. 89, inciso VIII, combinado com o art. 201 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de leitura e aprovação da ata da 12ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, realizada em 8 de junho de 2011, uma vez que o Regimento exige a aprovação da Ata para publicação no *Diário do Senado Federal*.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos.

Em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Aviso TCU nº 1.641, de 5 de dezembro de 2012. Trata de acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal referentes ao segundo quadrimestre de 2012, quanto ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à Presidência da República e a outras unidades enquadradas no inciso IV do Ato nº 2, de 2009, CMA.

Aviso TCU nº 1.714, de 10 de dezembro de 2012. Cuida de denúncia com pedido de medida cautelar versando sobre o Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Minerio-Industrial do Estado da Bahia, envolvendo a implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, enquadrado no inciso VII, do Ato nº 2, da CMA.

Aviso TCU nº 1.716, de 10 de dezembro de 2012. Cuida de solicitação do Congresso Nacional, veiculada por ofício do Presidente da CMA, sobre a aplicação e a fiscalização dos recursos referentes à compensação ambiental. O acórdão se limita a fixar a data final para que a unidade técnica do TCU encaminhe ao relator o relatório final da auditoria realizada para atendimento da solicitação enquadrada no inciso VII, do Ato nº 2, de 2009.

Os avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores pelo período de 7 dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação serão arquivados.

Item 1.

O autor do requerimento não está na pauta.

Item 2.

Também não está o autor.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 108, DE 2012

Nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam convidados para audiência pública, nesta Comissão, representantes das consultorias PwC Brasil e Ilos e da ONG Trata Brasil a fim de prestar esclarecimentos sobre o estágio das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e seu reflexo no crescimento do país, apontado de matéria da Revista Exame intitulada “Um Trilhão de Reias Empacados”.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Em votação.

Aqueles que aprovam o Requerimento permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4.

O Projeto de Lei é retirado de pauta por ausência do relator.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2003

– Não Terminativo -

Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.

Autoria: Deputado Luciano Pizzatto

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação)

Passamos ao item 5.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2003 – Não Terminativo -

Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia.

Autoria: Deputado Euler Moraes

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2007 – Terminativo -

Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição do PLC nº 62/2003 e do PLS nº 232/2007.

Com a palavra o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Srs. Senadores, submetem-se ao exame da Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003, de autoria do Deputado Euler Moraes, e o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que tramita em apenso.

O PLC nº 62, de 2003, cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Rio-Parque do Araguaia, envolvendo a bacia do rio Araguaia nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará.

O PLS nº 232, de 2007, transforma o Rio Araguaia em “Rio Parque”, com a imposição de restrições às atividades econômicas de modo similar às previstas para uma APA. A proposição veda a construção de qualquer tipo de barragem, eclusa, comporta, derro-

camento nos pedrais e corredeiras, bem como o alargamento de canais.

As duas proposições visam a proteger o Vale do Rio Araguaia mediante a criação de uma Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia. Os objetivos são: I) preservar a calha principal e o curso natural do Rio Araguaia; II) assegurar a preservação e a valorização do patrimônio cultural e natural; III) garantir a preservação e o uso sustentável da expressiva biodiversidade; e IV) assegurar e promover o desenvolvimento da potencialidade turística.

Com a aprovação do Requerimento nº 1.389, de 2009, de autoria do Senador Eliseu Resende, as duas proposições passaram a tramitar em conjunto, e o PLS nº 232, de 2007, perdeu o caráter terminativo.

Os projetos foram redistribuídos para o exame da CCJ, CDR e CMA, e foram rejeitados nas duas primeiras Comissões.

Na CMA, não foram apresentadas emendas às proposições.

Análise.

Compete à CMA apreciar o mérito das matérias relativas à preservação da biodiversidade e à conservação e ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Todavia, apesar da justa preocupação dos autores com a proteção do meio ambiente na bacia do Rio Araguaia, consideramos que o objeto está devidamente contemplado no ordenamento jurídico brasileiro.

A par do vício de iniciativa apontado pela Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se que a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, na forma de unidades de conservação da natureza, é feita com base em critérios técnicos que devem ser aferidos em procedimento administrativo próprio. A criação e a ampliação de unidades de conservação são instituídas por meio de ato do Poder Executivo.

Sob o aspecto infraconstitucional, duas observações se mostram importantes. Em primeiro lugar a categoria “Rio Parque” não existe no ordenamento jurídico voltado para a criação e o gerenciamento de unidades de conservação. Cabe observar que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece duas grandes categorias de unidades de conservação: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Criar um “Rio Parque” seria uma inovação desnecessária e prejudicial para o SNUC, além de gerar dificuldades virtualmente insuperáveis para a adequada gestão da área.

Em segundo lugar, vale salientar que a Lei nº 9.433, de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Constituem diretrizes gerais dessa Política, entre outras: (I) a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade e (II) a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. Todo aproveitamento dos cursos d’água no País – inclusive a construção de barragens – deve submeter-se a critérios técnicos, ambientais, econômicos e sociais definidos com a ativa participação da sociedade e dos usuários. O estabelecimento de regimes específicos para determinados rios contraria a lógica estabelecida.

Em síntese, ainda que as proposições sejam iniciativas de elevado mérito ao conceder primazia à proteção do meio ambiente, não há como acolhê-las.

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003, e do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, acompanhando neste voto os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Regional, que também foram pela rejeição dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório e o parecer do nobre relator pela rejeição do projeto permaneçam como se encontram.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela rejeição do PLC nº 62, de 2003, e do PLS nº 232, de 2007.

Item 6. Não terminativo.

O Senador Jorge Viana, Relator, não está presente.

Os demais itens são terminativos. Não há quórum para deliberação.

Eu quero apenas, mais uma vez, muito rapidamente, agradecer a todos os Senadores e Senadoras que fizeram parte desta Comissão pela contribuição, pela colaboração ao trabalho desta Presidência, que teve seu trabalho extremamente facilitado pelo altíssimo espírito público de todos os membros desta Comissão.

Eu tive a oportunidade de fazer um breve relatório das matérias apreciadas e aprovadas nesta Comissão. Tivemos durante o ano passado todo o debate sobre o Código Florestal, em que a Comissão conseguiu construir um ambiente de diálogo e apreciar um tema importante, como o Código Florestal, e produzir um texto fruto de um entendimento. Tivemos também uma participação expressiva na Rio+20; e apreciamos diversas matérias importantes no âmbito do meio ambiente, da defesa do consumidor e da fiscalização e controle.

Eu gostaria de nominar pessoalmente os servidores desta Comissão, de altíssimo espírito público,

sem os quais nós não teríamos conseguido realizar o trabalho que realizamos. Começo pela Secretária da Comissão, Sra. Leany Barreiro de Sousa Lemos, agradeço à Ana Paula de Souza, ao Estevão Hagel Ledur, ao Ewerton Pacheco de Souza, ao Givago Laurentino da Costa, ao José Mendes da Silva, Lindaura Araújo de Castro, Márcia Andrea Renno Silva Negreiros, Marina de Almeida Rosa, Karol Laiter, Oscar Perné do Carmo Júnior e Vivian Salvador Pacheco, todos servidores de altíssimo espírito público que, como disse, muito contribuíram para os trabalhos desta Comissão.

Quero agradecer também à Consultoria do Senado Federal, sempre muito competente, que presta uma colaboração inestimável para o conjunto de Senadores desta Comissão.

Portanto, ao encerrar os nossos trabalhos legislativos, quero dizer que me senti extremamente honrado de poder, nos meus dois primeiros anos de mandato, presidir uma Comissão tão importante como esta, com a participação de Senadores tão expressivos, tão experientes, vários ex-governadores e vários ex-ministros, todos extremamente reconhecidos pela população brasileira e que, sem dúvida, pelo seu altíssimo espírito público, contribuíram muito para facilitar o trabalho desta Presidência.

A todos quero aqui registrar a minha eterna gratidão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, com a permissão do Senador Sérgio, que já tinha aqui se manifestado para falar e o fará posteriormente, quero agradecer a V. Ex^a e a toda equipe aqui da nossa Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, em nome da Leany e também de todos os demais servidores.

E quero dizer também que, nos meus dois primeiros anos de mandato como Senador, tive a oportunidade de vir participar desta Comissão presidida por V. Ex^a. Aqui confesso que aprendi muito. Aprendi a ser um pouco mais tolerante. Aprendi a ouvir um pouco mais. Muitas vezes, ouvi duas vezes para aqui falar uma vez, porque aqui no Senado e nesta Comissão não devemos ou não é conveniente ir para os enfrentamentos. É sempre importante argumentarmos, contra-argumentarmos, ouvirmos, dizermos.

Acho que sob o seu comando, sob sua batuta, esta Comissão só teve um único enfrentamento, que foi no finalzinho do nosso relatório do Código Florestal. E foi por pequenos desentendimentos. Se tivéssemos

um pouquinho mais de paciência, nem aquele enfrentamento teríamos tido aqui.

Então, quero parabenizá-lo pela forma como conduziu esta Comissão, como nos liderou nesse processo.

Acho que esse Código Florestal, que acabamos aprovando aqui, ficou de bom tamanho para o que pudemos negociar naquele momento. Não era nem o sonho dos ambientalistas, nem o sonho daqueles que são produtores rurais, mas o que foi possível construir. Como a sociedade evolui, está sempre em permanente mudança, acho que no futuro teremos mudanças nesse Código Florestal, avançando em algumas áreas ou voltando em outras áreas, mas cada uma no seu momento.

Quero aqui parabenizá-lo pela forma como nos conduziu nesse processo, pela forma como V. Ex^a se abriu para o debate, levando esta Comissão para fora, conversando com setores da agricultura, conversando com setores do meio ambiente. E sei que, em muitas oportunidades, V. Ex^a abriu mão de conceito que tinha, de pensamento mais consistente em algumas coisas pessoais para privilegiar o contexto como um todo. Isso é sabedoria.

Eu sempre digo que avançar, todos nós sabemos. Quando ficamos brabos, avançamos mais ainda. Mas a inteligência do ser humano é saber recuar, saber dar espaço para negociação. E isso V. Ex^a fez com maestria. Parabéns.

Fiquei muito feliz de estar participando da Comissão com V. Ex^a aqui neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero registrar que me senti muito honrado e privilegiado, Senador Blairo Maggi, em conviver com V. Ex^a, com toda a sua experiência e com todo o seu espírito público.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza. Em seguida, Senador Aloysio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que compõem esta Comissão, quero dizer que, para mim, foi motivo de muita satisfação participar dos trabalhos desta Comissão nestes últimos 2 anos – 1 ano e meio que eu estou no Senado.

A Comissão de Meio Ambiente foi uma daquelas em que eu escolhi pessoalmente atuar desde o início, desde quando cheguei ao Senado Federal, porque aqui debatemos temas que mexem com a vida do cidadão, direta ou indiretamente, a exemplo do Código Florestal. Não poderíamos, de forma alguma, deixar de tratar por completo esse instrumento que produz alimentos, mas também que conserva o meio ambiente. E sem esses dois instrumentos, alimentos e meio ambiente, não há sobrevivência no Planeta.

Foi um privilégio trabalhar com esses colegas, Senadores e Senadoras, sempre na construção do entendimento para um bem maior, que é a vida, que é a sustentabilidade.

E quero dizer da satisfação de ter essa assessoria, aqui comandada pela Leany, sempre muito prestativa. Cobra muito, principalmente a presença, mas na organização, eu que presido a Subcomissão da Água, sempre nos assessorou brilhantemente, como a todos aqueles que compõem esta Comissão.

Parabéns a V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg, pela condução dos trabalhos, que está a sua altura, à altura do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Quero também fazer esse registro do trabalho dos Presidentes das Subcomissões: Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Copa e das Olimpíadas, tão bem presidida pelo Senador Blairo Maggi, que promoveu visitas nos locais de realização das obras da Copa; Subcomissão da Água, tão bem presidida por V. Ex^a, Senador Sérgio Souza, também Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, no primeiro ano, e, depois, Relator; Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, tão bem presidida pelo Senador Flexa Ribeiro; e também a Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20, dos desdobramentos da Rio+20, agora presidida pelo Senador Cristovam Buarque.

Com muita alegria, ouço o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, meu prezado amigo Senador Rollemberg, V. Ex^a apresentou, ainda na semana passada, um relatório sobre a sua atividade, a atividade da nossa Comissão, neste biênio que está prestes a se encerrar. Um relatório fecundo, no qual eu destaco a liderança – expressão do Senador Blairo Maggi – de V. Ex^a na condução dos nossos trabalhos. Não apenas nos trabalhos legislativos, e foram trabalhos de grande monta, mas também nos debates que aqui foram promovidos, que contribuíram para esclarecer a opinião dos Senadores e a opinião pública brasileira, aqueles que acompanham os trabalhos do Senado, sobre temas da mais alta relevância no âmbito temático da nossa Comissão.

V. Ex^a soube criar um clima de cooperação entre nós, com o mais absoluto e escrupuloso respeito ao Regimento Interno, com respeito à minoria parlamentar, que integro, e também prestigiando o trabalho das Subcomissões.

V. Ex^a não teve ciúme das Subcomissões. Pelo contrário, procurou integrá-las, tecer os fios que pudes-

sem fazer com que esse trabalho fosse realmente integrado, e apresentado, e vivido como uma obra coletiva.

Acompanho há muitos anos sua trajetória política e foi um privilégio para mim ter convivido com V. Ex^a aqui nesta Comissão, assim como no plenário do Senado nestes 2 anos.

Desejo a V. Ex^a muitas felicidades, bom Natal.

Agradeço e exalto também o trabalho dos servidores desta Comissão e dos nossos colegas que a integram. Foi para mim um privilégio conviver com os senhores e as senhoras nestes 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes. V. Ex^a sabe da profunda admiração que tenho por V. Ex^a, não é de hoje. Já tinha essa admiração antes de V. Ex^a chegar ao Senado Federal e só aumentou no convívio diário no Senado Federal.

Ouçó, com alegria, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Rollemberg, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero reafirmar aquilo que os meus pares aqui já disseram de V. Ex^a, agradecendo todo o apoio que deu a todos nós que fazemos parte do Plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e parabenizá-lo pela forma da condução dos trabalhos nestes 2 anos, tendo V. Ex^a na Presidência. V. Ex^a conseguiu impor, conquistou essa liderança pela forma como trata os seus pares, numa relação muito de parceria e de reconhecimento do papel que cada um dos Srs. e Sr^{as} Senadoras desempenha nesta Comissão.

Quero, particularmente, agradecer a V. Ex^a por todo apoio que deu à Subcomissão de Acompanhamento da Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, assim como deu a todas as outras Subcomissões. E dizer que V. Ex^a, ao encerrar o seu mandato aqui na Comissão de Meio Ambiente, deixa um legado da maior importância para o Brasil e para esta Casa, o Senado Federal, pelos diversos temas que aqui foram debatidos. Destaco, como fez o Senador Blairo Maggi, que V. Ex^a conduziu com maestria a discussão sobre o Código Florestal. Evidentemente, que um tema dessa magnitude não pode contemplar as intenções por consenso de todos. V. Ex^a soube conduzir a discussão e chegar a bom termo, com a aprovação do projeto na Comissão e, depois, no plenário.

Quero parabenizá-lo. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a continuará trilhando o sucesso em anos seguintes. Estamos terminando uma sessão legislativa. Daqui a pouco, vamos iniciar outra sessão legislativa, a partir de fevereiro de 2013. Então, várias outras missões da importância dessa que V. Ex^a desempenhou terão a sua condução. Tenho absoluta certeza. Mais à

frente, V. Ex^a tem outros projetos e todos nós já somos solidários a eles.

Então, quero desejar a V. Ex^a e aos membros que lhe auxiliam na Comissão, em nome da Leany e também da Consultoria do Senado, os agradecimentos pela forma fidalga como tratou todos nós. Cada um de nós tem vários compromissos ao longo das manhãs nas Comissões. Somos sempre instados a aqui estar e estamos sempre prestigiando a sua convocação aqui na Comissão de Meio Ambiente. Parabéns!

Um bom Natal para todos! Que esse espírito natalino permaneça durante todos os dias de 2013! Acho que o mundo seria melhor se cada um de nós, imbuído desse espírito que nós chega no Natal, pudesse seguir esse mesmo espírito em todos os dias de 2013.

Um feliz 2013, com sucesso, saúde!

Que Deus abençoe V. Ex^a, todos os membros que o auxiliam na Comissão e todos os nossos pares aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Recebo com muita emoção as palavras de V. Ex^a e agradeço-lhe toda a generosidade.

Com a palavra o meu amigo Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Rodrigo, Presidente, antes de mais nada, além da manifestação que quero fazer por conta do encerramento da sua condução nesta Comissão, um encerramento que merece registro, quero pedir licença para que V. Ex^a me permita, de maneira muito breve, fazer um relato de uma proposta de lei do Senador Luiz Henrique que, talvez, até possa fechar esse trabalho todo, tendo em vista que ele cuida para que possamos ter mais florestas, mais árvores plantadas. Se fosse possível. Fiz aí uma consulta...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como a característica desta Comissão ao longo destes 2 anos foi trabalho, Senador Jorge Viana, acato a sugestão de V. Ex^a. Pode relatar o item 6 da pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma maneira diferente de agradecer e de cumprimentar o trabalho de V. Ex^a.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2011, do Senador Luiz Henrique, que cria incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda para fomentar projeto de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar.

Esse projeto talvez simbolize um trabalho feito por esta Comissão ao longo desse período. O Senador Luiz Henrique deixa muito claro que não significa que a União vai abrir mão de receita, apenas está fazendo

uso de uma lei e restringindo exclusivamente para a agricultura familiar, que também é caracterizada em lei, a possibilidade de o produtor acessar uma redução no Imposto de Renda, quando ele fizer, na propriedade, florestamento ou reflorestamento.

Vou aqui direto para a análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas “a” e “c” do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente e à preservação e conservação de florestas.

Dessa maneira, cabe observar também que o PLS nº 249, de autoria do Senador Luiz Henrique, de 2011, estabelece incentivo fiscal que torna possível a utilização dos mecanismos mais eficientes para promover a recuperação de florestas, algo que nós, inclusive, fizemos constar do novo Código Florestal.

Como já disse antes, a proposta do Senador Luiz Henrique foi feita de maneira muito cuidadosa, e o meu relatório só fez uma pequena alteração: o reflorestamento deve ser feito prioritariamente com espécies nativas, mas pode ser feito também, quando intercalado, com o uso de espécies exóticas. Esse é um ponto também acordado com o Relator.

Devemos também notar que o incentivo fiscal proposto não gera novas renúncias de receita, pois a proposição não altera os limites de dedução do Imposto de Renda previsto na legislação. Apenas oferece mais uma opção: projetos de florestamento e reflorestamento para a aplicação do Imposto de Renda devido dentro dos atuais limites e, portanto, dispensa as medidas que possam vir no sentido de questionar se está sendo ou não atingida a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo respeitada. Entretanto, é necessário assegurar que, na hora de se fazer o reflorestamento, faz-se opção por espécie nativa, podendo ser ainda espécies nativas intercaladas com exóticas.

Então, diante do exposto, o meu voto é pela aprovação desta proposta.

Esta proposta já passou na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

A apresentação desse relatório, caro colega Rodrigo Rollemberg, eu queria que fosse acompanhada também dos meus cumprimentos, porque eu conhecia a sua capacidade de trabalho, o seu compromisso com o Brasil. Agora, eu não só o conheço, como tenho um amigo aqui. O trabalho que V. Ex^a fez, dirigindo esta Comissão, dando-lhe dinamismo, fazendo com que nos sentíssemos úteis ao Brasil, trabalhando nesta Comissão...

Emblematicamente, óbvio, temos tratado da aprovação do novo Código Florestal. Foi um desafio! Era

um projeto que estava aí há mais de uma década! Foi nesta Comissão – sem desmerecer nenhuma outra – que encontramos a solução para o novo Código Florestal, para tirar da insegurança jurídica os produtores, para dar maior proteção ao meio ambiente.

E, obviamente, como já foi dito aqui pelos colegas, está longe de ser a proposta dos nossos sonhos. Mas é fato que hoje o Brasil dispõe de um instrumento que está sendo implementado – que já começa a ser implementado –, que garante a rigidez na legislação brasileira de proteção dos recursos naturais, dos recursos hídricos, da nossa biodiversidade. Mas, ao mesmo tempo, cria condição para possamos ter o maior programa de recomposição florestal do mundo, que já está sendo iniciado em nosso País.

Isso muda a agenda do País. Eu acabei de vir – fui indicado pela Comissão – de Doha. O Brasil chega aos fóruns internacionais com autoridade, por estar reduzindo o desmatamento. E quando implementar o programa de recomposição florestal que o Código Florestal estabelece, certamente essa autoridade será ainda maior.

Então, eu gostaria, do fundo do coração, de agradecer a amizade, a confiança, a relatoria que V. Ex^a me deu, que veio a partir de um posicionamento pessoal seu de confiança em mim. Eu não sei se retribuí à altura, mas me esforcei para ser merecedor da sua confiança.

O certo é que V. Ex^a não só presidiu e conduziu bem os trabalhos, como nos ajudou na busca da solução e foi de uma coragem extraordinária aqui, nos momentos mais difíceis, para que pudéssemos ter dado uma boa condução em uma matéria tão complexa, mas, ao mesmo tempo, tão importante para o País e até para o mundo.

Então, eu agradeço o privilégio de ter trabalhado nesta Comissão e, ao mesmo tempo, de ter sido Relator de uma das matérias mais importantes do Senado Federal nestes últimos 2 anos. E só o fui por conta da generosidade de V. Ex^a.

Sei que o Distrito Federal tem, no Senador Rodrigo Rollemberg, um guardião do meio ambiente, das boas causas, da boa luta, e, certamente, o trabalho de V. Ex^a está só começando neste Senado Federal, ajudando sempre o Distrito Federal, o Centro-Oeste, mas também o Brasil.

Para mim, foi um privilégio encerrar o trabalho fazendo o relatório de um projeto, de uma proposta – que, espero, vire lei – do nobre Senador Luiz Henrique, que também é um grande parceiro, que, no fundo, faz aquilo que nós tanto procuramos disseminar Brasil afora e mundo afora, que é plantar árvores. Plantar árvores é plantar vidas. E esse projeto do Senador

Luiz Henrique estimula para que sigamos plantando árvores, plantando vida.

Então, eu espero ter o voto dos colegas neste relatório e que V. Ex^a aceite meus cumprimentos, acompanhados dos votos de saúde e felicidade para você e sua família em 2013.

E quero dizer aos colegas que estão aqui, todos, que, daqui a pouco, hoje ainda, talvez esteja chegando ao gabinete de cada um uma pequena lembrancinha do Acre, muito modesta, mas é um pouquinho do sabor acreano, acompanhada do meu agradecimento, porque têm sido um privilégio as amizades que eu conquistei aqui no Senado, especialmente na CMA.

Muito obrigado, Senador Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Eu quero agradecer as suas palavras e dizer que também foi uma honra ter convivido com V. Ex^a. Tenho aprendido muito com a sua capacidade de liderança, sua capacidade de diálogo, e tenho convicção de que V. Ex^a, juntamente com o Senador Luiz Henrique, outro homem público de grande estatura, fizeram o que poderia ser feito de melhor em relação ao Código Florestal, em função da complexidade do tema e das imensas diferenças. Como disse aqui o Senador Blairo Maggi, na verdade, o texto produzido pelo Senado foi um texto equilibrado, que representava a média das opiniões desta Casa. Cumprimento V. Ex^a. Já tinha me referido a V. Ex^a no meu pronunciamento inicial, pela contribuição importantíssima que deu a esta Comissão, juntamente com o Senador Luiz Henrique, na discussão do Código Florestal.

Antes de passar a palavra ao Senador Ivo Cassol, vou colocar em discussão o projeto relatado pelo Senador Jorge Viana, de autoria do Senador Luiz Henrique.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero parabenizar o Senador Luiz Henrique, autor do projeto, e o Senador Jorge Viana, Relator.

Esse projeto é da maior importância, porque vem incentivar, principalmente e em especial, o pequeno agricultor, para que ele possa usar a sua propriedade, até quatro módulos fiscais, fazer o plantio de espécies, tanto exóticas como naturais.

No Pará, nós temos um projeto, Senador Jorge Viana, que vai ser atendido por esse do Senador Luiz Henrique, tão bem relatado por V. Ex^a, para o plantio, nas pequenas propriedades – principalmente iniciado ainda no governo do então Governador Almir Gabriel

–, num assentamento do Incra que estava totalmente abandonado – 150 famílias foram incentivadas pelo governo e pela empresa Agropalma, com financiamento do Basa, a fazê-lo –, de dendê nessas áreas de 25 hectares, cada módulo, plantando 10 hectares de palma. Hoje, esse projeto está em plena produção, dando uma renda familiar a essas pessoas que não tinham condições mínimas de sobrevivência de mais de R\$3 mil por mês. Então, há depoimentos que fazem com que se verifique que esse é o tipo de projeto que vem ao encontro da necessidade do pequeno agricultor brasileiro.

Meus parabéns.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero, rapidamente, primeiro, agradecer a esta Comissão a possibilidade de, durante todos estes 2 anos, estar aqui com vocês, contribuindo com a votação de projetos que são importantes para a sociedade brasileira.

Quero parabenizar o Senador Rodrigo Rollemberg pela condução dos trabalhos e agradecer também a assessoria que, conforme já foi dito, é sempre muito prestativa.

Quero também manifestar a minha opinião a respeito do projeto que está em discussão para votação. Sou favorável ao projeto. Realmente ele vem contribuir para que possamos ter um ambiente mais reflorestado, onde a qualidade de vida possa ser melhor.

Eu quero aproveitar a oportunidade para também dizer que, hoje pela manhã, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tivemos um projeto que segue nessa mesma linha do que está sendo apreciado aqui, do Senador Luiz Henrique. O nosso projeto foi aprovado em decisão terminativa e segue agora para o plenário desta Casa. É um projeto que autoriza o Poder Executivo a conceder, nas operações de crédito rural realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural, subvenções econômicas a agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que adotem práticas de conservação do meio ambiente.

Acho que ele também vem contribuir, com certeza, para que possamos estimular, a agricultura familiar e os agricultores familiares, práticas que possibilitem conservar o meio ambiente de forma saudável.

Então, eu gostaria de fazer essa colocação, porque muito nos alegrou, nesta última semana do ano de 2012, ter um projeto já aprovado nessa área, aqui na Comissão de Agricultura, e que está muito relacionado ao projeto que estamos aqui discutindo e aprovando na Comissão de Meio Ambiente.

Era isso, Sr. Presidente.

Um feliz Natal e um feliz 2013 para todos e para todas!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Agradeço também a sua colaboração nesta Comissão, sempre muito assídua, muito presente, e trazendo uma contribuição muito expressiva.

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório e o voto do Senador Jorge Viana permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da CMA.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 249, DE 2011

– Não Terminativo –

Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação com duas emendas)

Aproveito para cumprimentar, mais uma vez, o autor da proposta, Senador Luiz Henrique, e o Relator, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigando, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria que também quero aqui parabenizar V. Ex^a pela maneira humilde e simples com que conduziu os trabalhos nesta Comissão de Meio Ambiente, da qual fiz questão de fazer parte, nestes praticamente 2 anos à frente do Senado, junto com V. Ex^a e demais colegas, e de ter debatido tantos projetos relevantes para o País, especialmente para o Estado de Rondônia.

Ao mesmo tempo, eu queria aqui fazer um pedido extrapauta. Há um requerimento de minha autoria que solicita à Anvisa – ele ainda tem de ser aprovado pela Mesa Diretora – informações relativas a registro de medicamentos agrotóxicos concedidos e também cancelados nos anos de 2011 e 2012.

Então, eu gostaria que V. Ex^a o colocasse em votação extrapauta.

Ao mesmo tempo em que se encerra o ano e ficamos felizes da vida no aguardo de um 2013 repleto de sucesso, nos deparamos com a notícia de que a

Petrobras coloca 1 bilhão pelo ralo. Infelizmente, a Petrobras, na gestão do Sr. Gabrielli, comprou uma empresa quebrada, arrebatada no Texas, nos Estados Unidos, e deu 1 bilhão de prejuízo para os sócios, os acionistas, e especialmente o povo brasileiro, porque parte da Petrobras é do povo brasileiro. Um bilhão! Foram comprar uma sucata velha, que no começo eram quarenta e poucos milhões, e acabaram comprando por R\$1,180 bilhão, e estão oferecendo hoje 180 milhões por essa mesma empresa. Isso é um absurdo!

Então, eu gostaria que colocasse extrapauta o requerimento:

Requeiro, em nome desta Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do Regimento, seja convidado para audiência pública o Sr. Nestor Severo.

Esse Nestor Severo, por incrível que pareça, ainda é Diretor da BR Distribuidora da Petrobras. Por incrível que pareça! Um sujeito dá um prejuízo de 1 bilhão para a Petrobras e ainda continua lá.

Na época, quando estavam comprando essa empresa, a Ministra, hoje atual Presidente, foi contra – ela era Presidente do Conselho, eu li toda a matéria, foi contra. Mesmo assim, eles executaram o negócio.

Então, essas pessoas têm que ser responsabilizadas na forma da lei.

Portanto, eu solicito que seja proposta extrapauta a vinda do Sr. Nestor Severo e José Gabrielli, ex-Diretor Internacional e Presidente da Petrobrás, no sentido de esclarecer fatos contidos na matéria veiculada na Veja desta semana. Um bilhão foi por água... E não é R\$1 bilhão, mas US\$1 bilhão de prejuízo.

Quero parabenizar o seu trabalho como Presidente desta Comissão.

Eu me sinto feliz por ter feito parte desta Comissão tão importante para o Brasil, especialmente para o setor produtivo, pelo Código Florestal e por tantas outras matérias debatidas e pela fiscalização, que também é o nosso papel.

Por isso, para encerrar o ano e para começarmos o ano que vem com trabalho pela frente, solicito que seja colocado extrapauta o requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, pelas suas palavras.

Quero propor um encaminhamento a V. Ex^a. Como são dois requerimentos extrapauta: um requerimento de informações e o outro requerimento de convite, e nós estamos com o quórum baixo, eu gostaria de sugerir que a gente aprove o requerimento de informações ao Presidente da Anvisa, o Sr. Dirceu Barbano, e que nós deixemos esse requerimento de convite, de con-

vocação do ex-Presidente da Petrobrás e do Sr. Nestor Severo, que são questões polêmicas e não estavam na pauta anteriormente, para o próximo Presidente. É a solicitação que faço a V. Ex^a. Só colocaria os requerimentos na pauta se houver unanimidade. Portanto, faço esta sugestão: que possamos colocar extrapauta e aprovar o requerimento de informações ao Diretor Presidente da Anvisa e não coloquemos na pauta o outro requerimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Por estarmos no final de ano e para encerrar os trabalhos, não vou ser contra V. Ex^a, nosso Presidente, mas, no começo do ano, com certeza, vou apresentar o requerimento, porque, infelizmente, o desfalque que deram é absurdo. Espero que, nesse período, a Presidente nova da Petrobras, nova na maneira de dizer, a Graça, tome providência referente a esse Diretor da Distribuidora e o substitua, urgentemente, de uma vez. Foi triste? Mas a gente, devagarzinho, vai aprendendo. Pode ficar tranquilo que a gente pega jeito. É uma alegria compartilhar. Com certeza, no ano que vem, vou re apresentar esse requerimento para que possa ser votado e se coloque aqui, em xeque, essa situação que a Petrobras vive hoje de maus gestores do passado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Submeto ao Plenário a inclusão extrapauta do requerimento que solicita ao Ex^{mo} Sr. Diretor Presidente da Anvisa, Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, informações relativas ao registro de medicamentos e agrotóxicos concedidos e também cancelados no ano de 2011 e 2012.

Aqueles que concordam com a inclusão em extrapauta do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 109, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas ao Excelentíssimo Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Senhor Dirceu Braz Aparecido Barbano, informa-

ções relativas aos registros de medicamentos e agrotóxicos concedidos e também cancelados no ano de 2011 e 2012, bem como, sejam anexadas às informações todos os pareceres e análises dos técnicos que procederam os deferimentos e os cancelamentos dos registros e a imediata informação sobre os procedimentos e tempo para o restabelecimento dos registros cancelados. Peço aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes.

Autoria: Senador Ivo Cassol)

Quero aproveitar para fazer mais alguns agradecimentos ao Dr. Paulo Mohn, Diretor da Consultoria Legislativa do Senado Federal, por toda a contribuição dada; ao Sr. Orlando de Sá Neto, da Consultoria de Orçamento; e, cumprimentando todos os consultores do Senado Federal, fazer um agradecimento especial ao Carlos Tomé, à Carmen Rachel, ao Gustavo Taglialegna e ao Renato Brown, que deram contribuição bastante expressiva aos nossos trabalhos, especialmente na discussão do Código Florestal e de outros temas. Em nome desses consultores, eu gostaria de agradecer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E ao Habib, claro; ao nosso querido Habib. Em nome deles, quero agradecer a todos os consultores do Senado Federal, a essa consultoria que honra o serviço público brasileiro pela excelência dos serviços prestados à causa pública.

Mais uma vez, faço um agradecimento especial a todos os servidores desta Comissão na figura da nossa Secretária Leany, desejando a todos os brasileiros que nos acompanharam, a todos os que acompanharam os trabalhos desta Comissão, um feliz Natal e um ótimo 2013. Que seja um ano melhor do que foi 2012 para todos os brasileiros e brasileiras!

Nada mais havendo a tratar, e mais uma vez agradecendo, muito sensibilizado, o apoio de todos, declaro encerrados os nossos trabalhos.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 06.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de março de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência

do Vice-Presidente da Comissão, Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, ANA RITA, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, ATAÍDES OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, EDUARDO AMORIM, BLAIRO MAGGI, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, SÉRGIO SOUZA, ALOYSIO NUNES FERREIRA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, GARIBALDI ALVES, KÁTIA ABREU, JOSÉ AGRIPINO e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, faz os seguintes **COMUNICADOS**: Ofício nº 38/2013, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha apreciação da ouvidoria do Ministério do Meio Ambiente sobre a atuação do Serviço Florestal Brasileiro referente ao segundo semestre de 2012; e Ofício nº 144/2013, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 984/2012 (RMA Nº 99/2012, na origem, de autoria do Senador Pedro Taque). **LEITURA DE AVISOS, EM CONFORMIDADE AO ATO Nº 02, DE 2009 DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, APROVADO EM 08/12/2009**. A presidência comunica o recebimento do Aviso nº 117-TCU, de 27 de fevereiro de 2013, que cuida de Relatório de Auditoria realizado nas obras do Aeroporto Internacional de Confins, em Belo Horizonte/MG, empreendimento relativo à Copa do Mundo. Enquadrado no Inciso III do Ato nº 2/2009, o aviso será distribuído para relatoria. Passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS**. Após deliberação dos itens 8 e 10, com pedido de inversão de pauta do Senhor Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, o Senhor Senador **EDUARDO AMORIM** passa a Presidência ao Presidente da Comissão, Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 3, DE 2013**, que “Requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2012, do Senador Paulo Paim, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o emprego industrial da substância

sulfidrato de sódio, tendo por convidados: 1. Ministério do Meio Ambiente; 2. Ministério da Saúde; 3. Ministério do Trabalho e Emprego; 4. Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); e 5. Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul (AICSul)". Autoria: Senador Anibal Diniz. Resultado: Aprovado.

ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 5, DE 2013,

que "Requer, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvido nesta Comissão de Fiscalização e Controle o senhor Marcos Valério Fernandes Souza, a respeito de suas declarações à Procuradoria Geral da República relativas ao Banco do Brasil". Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Rejeitado.

ITEM 3) REQUERIMENTO Nº , DE 2013,

que "Nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja convidado o Exmº Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel Santos, para prestar esclarecimentos acerca de supostas irregularidades e ilegalidades no processo licitatório – pregão eletrônico de 31/12/12 – para aquisição de 1.226 tablets pelo Ministério Público da União". Autoria: Senador Fernando Collor. Resultado: Não Lido.

ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 7, DE 2013,

que "Nos termos do art. 71, VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre o cumprimento do Acórdão nº 346/2012-TCU, relativo à realização de auditoria nos contratos de concessão das rodovias que constituem o Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná". Autoria: Senador Sérgio Souza. Resultado: Rejeitado.

ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 6, DE 2013,

que "Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a 'Rio +20 e a Biodiversidade: Resultados e Perspectivas', a ter lugar no Plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 26 de abril de 2013 (sexta-feira)". Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado.

ITEM 6) AVISO Nº 49, de 2012 – Não Terminativo,

que "Encaminha cópia do Acórdão nº

2059, de 2012, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nos sistemas públicos de previdência, com o objetivo de investigar questões relativas ao financiamento, apuração de resultados e equilíbrio de suas contas, bem como se o registro contábil desses fatos produzem informações íntegras, tempestivas e pertinentes (TC 015.529/2010-0)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Para que a comissão: a) tome conhecimento do feito; b) informe à Comissão de Assuntos Sociais do conteúdo deste relatório; c) autorize o Presidente da Comissão a inserir o tema na programação de audiências públicas da CMA; d) remeta o processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, para que a comissão tome conhecimento do feito, informe à Comissão de Assuntos Sociais do conteúdo deste relatório, autorize o Presidente da Comissão a inserir o tema na programação de audiências públicas da CMA e remeta o processado ao arquivo.

ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 561, de 2009 – Não Terminativo, que "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer formato específico para o instrumento de fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia". Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação com três emendas. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator.

ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2012 – Não Terminativo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

ITEM 10) TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, de 2012 – Não Terminativo, que "Dispõe sobre a remarcação, o cancelamento e o reembolso de passagem aérea". Autoria: Senador Vital do Rêgo. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, de 2012 – Não Terminativo,** que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar a comercialização dos serviços de transporte aéreo de passageiros". Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 359/2012, com uma emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 364/2012. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do PLS nº 359/2012 com a emen-

da nº 1-CMA e pela prejudicialidade do PLS nº 364/2012.

ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, de 2010 – Terminativo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão nas faturas emitidas por concessionárias dos serviços públicos de orientações sobre a racionalização do consumo de água, energia elétrica e gás; e dá outras providências”. Autoria: Deputado Fábio Souto. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Rejeitado o projeto, por unanimidade..

ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2008 – Terminativo, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que ‘dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências’, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis”. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nº 1 e 2-CMA, por 6 votos favoráveis, 5 votos contrários e nenhuma abstenção. O Presidente da Comissão desempatou a votação, conforme prevê o art. 89, XI, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2011 – Terminativo, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que ‘dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências’, para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas da União, no Senado Federal”. Autoria: Senador Itamar Franco. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CMA, por unanimidade. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2011 – Terminativo**, que “Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP)”. Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o projeto na forma da emenda nº 2-CMA (Substitutivo), por unanimidade. Nos termos do art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão na próxima reunião da Comissão, estando aberto o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo.

ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, de 2011 – Terminativo, que “Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação com

duas emendas. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nº 1 e 2-CMA, por unanimidade. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2012 – Terminativo**, que “Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para instituir a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos culturais que tenham captado recursos mediante renúncia fiscal e que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura”. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do projeto com as três emendas de redação aprovadas na CE. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nº 1, 2 e 3-CE/CMA, por unanimidade. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 4, de 2013**, que “Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta comissão, audiência pública para a apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas. Considerando que o Dia Mundial da Água é comemorado no dia 22 de março, solicito o agendamento da audiência para o dia 19 de março de 2013. Para tanto sugere que sejam convidados: Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; e Dr. Ney Maranhão, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA”. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. **Ficam adiadas as demais matérias.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Estevão Hagel Ledur, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blaio Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 12/03/2013

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, teremos uma reunião da Bancada do PSDB hoje, e o horário da reunião está se aproximando. Eu pediria a V. Ex^a preferência para alguns itens nos quais há matérias de outros Senadores do Partido ou que estejam sob a minha relatoria, que são os itens 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15. É uma fornada! Será que toda a pauta de hoje é em homenagem à Bancada do PSDB, Sr. Presidente? Estou começando a achar que estamos virando governo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Aloysio, nós atenderemos seu pedido, na medida em que não houver quórum para apreciar os itens terminativos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E há o item 18 também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – E, quanto aos itens não terminativos cujos relatores aqui estiverem, nós, com certeza, poderemos atender, como foi pactuado na última reunião com o Presidente Blairo Maggi.

Comunico aqui o recebimento dos seguintes documentos, os quais estarão à disposição dos Srs. Senadores, para consulta, na Secretaria:

– Ofício nº 38, de 2013, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha a apreciação da Ouvidoria do Ministério do Meio Ambiente sobre a atuação do Serviço Florestal Brasileiro referente ao segundo semestre de 2012;

– Ofício nº 144, de 2013, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 984, de 2012 (RMA nº 99, de 2012, na origem), de autoria do Senador Pedro Taques.

Passo à leitura de avisos.

Em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

O Aviso nº 117, do TCU, de 27 de fevereiro de 2013, cuida de relatório de auditoria realizada nas obras do Aeroporto Internacional de Confins, em Belo Horizonte, Minas Gerais, empreendimento relativo à Copa do Mundo, enquadrado no inciso III do Ato nº 2, de 2009. Conforme análise prévia, esse aviso será distribuído para a relatoria.

Passamos à pauta.

Submeto à sugestão dos Senadores para inversão da pauta. Poderemos começar com o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 561, DE 2009

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer formato específico para o instrumento de fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação com três emendas

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, passo direto à análise do projeto cuja emenda V. Ex^a acaba de ler; passo à análise do mérito.

Quanto ao mérito, avaliamos que a iniciativa do Senador Crivella merece aplauso. Se cada um, dentro de suas especialidades e atribuições, esforçar-se para ser mais um fiscal da boa aplicação do dinheiro público, certamente veremos nosso esforço ser recompensado. Ademais, o PLS, embora apresentado em 2009, ressurgiu para discussão em boa hora. Não poderia haver momento mais oportuno, uma vez que o Poder Executivo, por meio de inúmeras Medidas Provisórias tem contribuído, com suas inúmeras exceções, de maneira singular para enterrar a Lei de Licitações.

Contribuiremos todos para impedir o sangramento dos cofres públicos com obras realizadas em desacordo com o projetado, inacabadas ou em cuja execução grasse o descaso com o erário e a locupletação de agentes públicos e privados para lesá-lo.

No caso específico desse projeto, cumpre lembrar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são consideradas autarquias, segundo remansosa jurisprudência do Supremo Tribunal. Indiscutivelmente, o sistema de que participam o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREAs) exerce múnus público, derivado da lei, que o obriga a certos encargos em benefício da coletividade e da ordem social. Dessa forma, a proposição não incide em injuridicidade quando o chama a desempenhar funções no âmbito da fiscalização.

Pelo lado da Administração, cria-se um instrumento valioso de controle. Acerta o Senador Marcelo

Crivella ao afirmar que se permitirá criar uma de “trilha de auditoria”. Para os órgãos de controle, interno e externo, será facilitada a tarefa de definir responsabilidades, permitindo conferir liquidez e certeza à imputação de eventuais prejuízos a quem lhe tenha dado causa.

É preciso, do ponto de vista da técnica legislativa, ajustar a numeração dos artigos da proposição. De maior importância, porém, é a correção da referência ao §1º do art. 67 da Lei de Licitações feita no parágrafo único do art. 3º (equivocadamente numerado como 2º). Parece-nos que o correto seria o dispositivo referenciar o §3º do art. 67, pois é nele que está a previsão do registro específico para obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.

Nesses casos é que a fiscalização da execução de todo e qualquer contrato será obrigatoriamente registrada em Laudo de Fiscalização Técnica, que poderá, a critério da Administração, constituir o registro de que trata o §1º do art. 67 para o contrato a que se vincula.

Estamos propondo uma emenda para corrigir esse equívoco.

Por fim, também mediante emenda, propõe-se a correção de singelo erro de pontuação cometido no texto ora proposto para o §10 do art. 7º da lei.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Em discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria só de pedir um esclarecimento, pedindo desculpas, pois estava numa solenidade.

Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Já tivemos uma outra matéria similar do Senador Fernando Collor, que tenta trazer para os procedimentos vinculados à 8.666 os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, no caso, os CREAs, e os CAUs, os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo.

Eu não tive o privilégio de ouvir a parte inicial do parecer de V. Exª, mas a preocupação maior que eu traria, na discussão da matéria, é se nós não teríamos aí mais um complicador, neste complicado País, que tem seriíssimos problemas para fazer valer – e aí eu não estou pondo sob suspeição ninguém – a Lei de Licitações.

É fato que, independentemente de cor partidária, prefeitos, governadores, gestores públicos, todos têm muita dificuldade em cumprir a legislação. Por outro lado, todos nós queremos mais transparência e menor risco para o Erário.

Um último questionamento que ponho a V. Exª: nós estamos aqui estabelecendo – e V. Exª sempre

muito zeloso em tudo que faz aqui – mais uma atribuição a esses conselhos, que não têm essa atribuição. E é uma tarefa complexa, porque é um envolvimento em processo de licitação pública, é um processo que ocorre em todos os Municípios do País, nos Estados e na União Federal. E, segundo me consta, há uma certa controvérsia por parte dos próprios conselheiros, tanto do Conselho de Arquitetura e Urbanismo quanto dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREAs) – e eu sou filiado ao CREA –, sobre esta matéria.

Eu não ouvi a parte do pronunciamento de V. Exª, mas será que não seria adequado termos, antes de uma decisão sobre esta matéria, a oportunidade de ouvirmos os que compõem esses conselhos? Esse é um questionamento simples que faço, por conta de estarmos aqui deliberando uma atribuição nova, da maior responsabilidade, para esses conselhos, que já têm atribuições, mas que os conselheiros, talvez, não reúnam – pelo menos nas circunstâncias de hoje – as condições de cumprir uma tarefa tão complexa e de tanta responsabilidade como essa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Pois não.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, diante da ponderação do Senador Jorge Viana, eu acho que seria prudente, realmente, nós fazermos essa audiência. Porque S. Exª argumenta com uma questão de fato: teriam ou não teriam esses órgãos condições de exercer essa atribuição que a lei, se aprovado o projeto, lhes conferiria? Então, vale a pena, realmente, penso eu, nós ouvirmos esses conselhos, ouvirmos a opinião deles.

Do meu ponto de vista, não há nenhuma objeção. Aliás, até solicito a retirada de pauta da matéria, para que nós possamos fazer essa diligência. Acho prudente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pois bem, Presidente. Eu acho que nós estamos tendo uma grande oportunidade de rever esta Lei nº 8.666, de 1993, como um todo. Mas eu louvo a iniciativa do Senador e do Relator Aloysio em fatiar essas correções, que julgo de extrema necessidade. Essas correções hoje colocadas aqui, que constam da aprovação dos trabalhos legislativos, as etapas anteriores à de licitação, que estabelecem obrigatoriedade e acrescentam, também, nos seus arts. 64, 67 e 4, para detalhar as características do laudo de fiscalização.

Isso tudo é muito importante. Mas eu repito – viu, Senador Aloysio?: acho que nós estamos perdendo uma grande oportunidade de corrigir as distorções desta

lei, que é de 1993. E nós sabemos que a corrupção no Brasil passa obrigatoriamente pelas licitações, por esta Lei nº 8.666.

Então, no meu entendimento, eu acho que teria, realmente, que haver uma discussão mais ampla. E quero até aproveitar aqui, Presidente Eduardo Amorim, para lhe dar os parabéns. Porque Eduardo Amorim, o nosso Senador e agora Presidente, acabou de protocolizar nesta Casa a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

Eu quero parabenizá-lo, porque vejo que a corrupção no Brasil também passa pelos nossos tribunais, infelizmente.

E, por fim, em 2011, eu protocolizei também aqui o Projeto de Lei nº 538, criando a Carteira de Projetos da Administração Pública, para que este Congresso saiba quais são as obras inacabadas que este País tem, porque é uma grande preocupação minha essas obras inacabadas.

Portanto, eu acredito que nós temos que discutir mais a fundo esta Lei nº 866/93.

Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está em discussão ainda?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Está em discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Concluída a discussão, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Está bem.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Eduardo Amorim, Srs. Senadores, eu também quero estar na mesma linha do Senador Jorge Viana, já aceita pelo Relator, Senador Aloysio Nunes, de se ouvir os CREAs no sentido de se saber se eles têm capacidade de assumir um compromisso como esse.

É importante o projeto do Senador Crivella. Acredito que seja importante.

Esses projetos todos têm que ter uma “certidão” – vamos colocar assim aspeada – dos CREAs no sentido da sua qualidade, da sua eficiência, porque todas as dificuldades...

O Senador Ataídes acaba de falar das obras inacabadas, paralisadas. Esses problemas advêm da falta de um projeto executivo que possa dar ao processo licitatório condições de ter um preço justo, porque, na maioria dos casos, eu diria, pela pressa dos governos

de licitem suas obras, elas são feitas até com um projeto que eu nem diria básico. O próprio RDC agora, que é a forma simplificada que o Governo Federal adotou para as obras inicialmente da Copa, depois para as do PAC, daqui a pouco vai ficar generalizado, porque, como disse o Senador Ataídes, em relação à Lei de Licitações, a nº 8.666, já, inclusive, houve o processo de discussão aqui, no Senado Federal, na legislatura passada. Fizemos várias audiências, várias reuniões no sentido de se adequar aos dias atuais a lei, que é da década de 90. E não tivemos sucesso para isso. Nós discutimos muito, mas não avançamos numa nova legislação sobre os processos licitatórios.

Então, acredito que, com a audiência pública, o Senador Jorge Viana e o Senador Aloysio, concordando com o Relator, vão poder explicitar isso. E aí nós vamos ver se os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia têm capacidade para fazer. Se tiverem, acho que devemos dar sequência e encaminhar o projeto para sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Questão de ordem do Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Era mais pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentá-lo, porque hoje V. Ex^a exercita a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Obrigado!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E queria aqui apresentar um requerimento, assinado por mim e pelo nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, que se encontra sobre a mesa.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 4, de 2013

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta comissão, audiência pública para a apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas.

Considerando que o Dia Mundial da Água é comemorado no dia 22 de março, solicito o agendamento da audiência para o dia 19 de março de 2013. Para tanto sugiro que sejam convidados: Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; e Dr. Ney Maranhão, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA).

Autoria: Senador Jorge Viana

Temos o privilégio de ter aqui, no nosso plenário, o Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Estou presente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está presente. Ele é o Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), e o Dr. Ney Maranhão é Superintendente de Planejamento e Recursos Hídricos da ANA.

Eu gostaria de solicitar, tendo a concordância dos demais colegas, que esse requerimento pudesse ser apreciado e votado ainda hoje, tendo em vista a proximidade da data.

Mais uma vez, registro aqui o privilégio da presença do Dr. Vicente Andreu. E, como estamos próximos do Dia Mundial da Água, e esta Comissão tem tido um cuidado, desde quando ainda era presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, de ter esse tema na agenda, é uma maneira de fazermos essa homenagem antes do dia 22: com uma audiência pública no dia 19, próxima terça-feira aqui.

Peço a compreensão de V. Ex^a para apreciação dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Muito justo, Senador.

Mas o Senador Aloysio Nunes, para que seja realizada audiência pública, tem de retirar o projeto de pauta; tem de pedir a sua retirada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – O senhor já requereu.

O projeto se retira de pauta, e é necessário que se faça também um requerimento pedindo a audiência pública.

Mas vamos dar continuidade à nossa pauta.

Vamos ao item 10.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 2012 – Não Terminativo -

Dispõe sobre a remarcação, o cancelamento e o reembolso de passagem aérea.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2012 – Não Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (*Código Brasileiro de Aeronáutica*), para

disciplinar a comercialização dos serviços de transporte aéreo de passageiros.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 359/2012, com uma emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 364/2012.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2012, tem por objetivo regular a remarcação, o cancelamento e o reembolso das passagens aéreas.

O art. 1º prevê que a remarcação, o cancelamento e o reembolso de bilhete de voo regular de passageiros obedecerão às condições especificadas no contrato, observados o princípio da liberdade tarifária e a regulamentação dos órgãos competentes. Está previsto também que as taxas de remarcação, cancelamento e reembolso devem ser informadas de forma destacada ao comprador, não podendo superar o limite de 100% do preço pago pelo comprador para cada trecho.

O art. 2º determina que a opção de remarcação de reserva deverá estar disponível para o passageiro nos mesmos canais utilizados para a venda de passagens, sendo livre de ônus até duas horas após a compra da passagem.

O art. 3º estabelece que as empresas aéreas deverão garantir a oferta de passagens em classes tarifárias sobre as quais não incidam restrições ou multas para remarcação ou cancelamento em todos os assentos de todos os trechos.

O art. 4º prevê um prazo de 120 dias para entrada em vigor da lei que resultar da aprovação do projeto.

O Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2012, de autoria do Senador Ivo Cassol, tem por fim disciplinar a comercialização dos serviços de transporte aéreo de passageiros.

O art. 1º propõe um acréscimo para determinar que a empresa de transporte aéreo disponibilize – desculpe o termo – ao consumidor, para cada itinerário, data e horário, a informação sobre:

a) a quantidade de assentos disponíveis em cada classe tarifária;

b) o custo e as restrições aplicáveis a cada classe tarifária, inclusive a correspondente à tarifa cheia; e

c) a quantidade de assentos vendidos em cada classe tarifária.

O art. 2º também contém uma cláusula de vigência.

A justificativa do Senador Cassol é basicamente de que a oscilação de preços em determinado itine-

rário e a falta de transparência para avaliar o risco de um eventual adiamento da compra da passagem aérea prejudicam o consumidor.

Foi solicitada a realização de uma audiência pública para instruir o projeto, com representantes das agências reguladoras, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, da Secretaria Nacional do Consumidor e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Justiça.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2012, e do Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2012.

O Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2012, adequadamente preserva a liberdade tarifária das empresas aéreas observado na aviação comercial brasileira nos últimos anos, ao prescrever que os valores das taxas para remarcação, cancelamento e reembolso do bilhete aéreo obedecerão às condições especificadas no contrato de transporte aéreo.

A diferenciação das tarifas permite a oferta de tarifas promocionais, atraindo para o transporte aéreo pessoas que deixariam de viajar caso tivessem de pagar a tarifa mais elevada, com direitos mais amplos e, em consequência, com valores acessíveis a pequena parcela da população.

O projeto busca aperfeiçoar o regime de liberdade tarifária mediante a inserção na lei de dispositivos que coíbem determinadas práticas abusivas ao consumidor.

Em primeiro lugar, os consumidores devem ser bem informados, de forma clara e destacada, sobre as regras de remarcação, cancelamento ou reembolso da passagem aérea.

Em seguida veda a cobrança de valor superior ao preço do bilhete pela remarcação, cancelamento ou reembolso da passagem. Além disso, é assegurada ao consumidor a utilização para cancelamento do mesmo canal utilizado por ele para a compra da passagem, garantindo-se ainda um prazo de arrependimento de duas horas após a aquisição do bilhete, sem ônus, de modo a corrigir eventual erro do consumidor.

O projeto acertadamente obriga as companhias aéreas a oferecer ao consumidor passagem em classe tarifária na qual não incida qualquer restrição ou multa, assegurando a possibilidade de escolha do consumidor conforme o seu interesse e disponibilidade.

O Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2012, colabora para aperfeiçoar a transparência na comercialização de passagens ao consumidor. A obrigatoriedade de informação sobre a quantidade de assentos em cada classe tarifária, o custo e restrições de cada classe e a quantidade de assentos vendidos permite ao consumidor comparar os custos e benefícios entre a aquisição da passagem aérea na tarifa plena ou na

promocional, facilitando sua decisão quanto aos riscos de um eventual adiamento da compra da passagem.

Feitas essas considerações, registramos que, conforme o disposto no art. 260, II, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, projetos de lei mais antigos têm precedência sobre os mais recentes, quando originários da mesma Casa. Portanto, tendo em vista o comando regimental, aprovamos o PLS nº 359, de 2012, o qual incorpora a contribuição do PLS nº 364, de 2012 – que chegou, apenas, cinco projetos atrás; poderia ter chegado empatado.

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2012, com a emenda a seguir, a qual incorpora a contribuição – como eu disse – do Projeto de Lei Senado nº 364, de 2012, que, por força do Regimento, entendemos estar prejudicado.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Em discussão.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, a emenda que havia sido feita aí no projeto de lei – na verdade, o projeto de lei que está sendo incorporado – é fundamental para o nosso usuário do transporte aéreo brasileiro, uma vez que, quando a gente compra a passagem, a gente nunca tem o preço original, o preço do desconto e o número das cadeiras disponíveis. Portanto, é fundamental que isso esteja em tela, disponível para todo o consumidor, porque, ao mesmo tempo, ele pode propagar o preço que tem para outro, aproveitando a promoção. Então, a promoção do preço real com o preço que está sendo comercializado.

Portanto, fico feliz que esse meu projeto de lei esteja sendo incluído no projeto de lei do meu colega. Por isso, fico satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eduardo Amorim, que preside a CMA, Srs. Senadores, eu quero também festejar aqui e parabenizar o Senador Aloysio pelo seu parecer, e os Senadores Vital do Rêgo e Ivo Cassol, pelos projetos apresentados.

Essa questão das tarifas e das passagens emitidas pelas transportadoras aéreas deixa todo cidadão brasileiro em uma dificuldade muito grande em fazer remarcação, em alterar tarifas sem que haja uma publicidade em relação a isso.

Eu diria também, Senador Ivo Cassol, que, em relação às promoções, Senador Aloysio Nunes, que as companhias aéreas fazem de vez em quando, oferecendo voos com tarifas diferenciadas, elas não dizem

quantas vagas e quantos assentos estão disponíveis. E aí, pelo que a gente busca, para se encontrarem vagas nessas promoções, dizem que é só de madrugada – quando há –, porque não há acesso e não há transparência para o consumidor. E isso é importante. Nós vamos comemorar agora, dia 15, esta semana, o Dia Mundial do Consumidor. Então, é importante que o Congresso Nacional priorize esses projetos todos que dizem respeito a aprimorar o Código dos Consumidores neste momento.

Eu quero parabenizar o Senador Aloysio e vou votar favorável à aprovação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Estou com nosso eminente e brilhante Relator, Aloysio Nunes. Quero também parabenizar essa iniciativa brilhante dos Senadores Vital do Rêgo e Ivo Cassol.

Pela aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359/2012, com a Emenda nº 1 da CMA, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2012.

Antes de dar continuidade à nossa agenda, passo a Presidência ao nosso Presidente Blairo Maggi, colocando agora em pauta o requerimento do Senador Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bom dia, Srs. e Sras. Senadoras, agradeço aqui a meu Vice-Presidente que conduziu a reunião até agora.

Minha ausência aqui na Comissão se deu por motivo importante. Estamos lá na CAE também discutindo o futuro dos nossos Estados quanto ao ICMS, alíquotas e etc e tal. Então, é importante que também participemos lá. É uma pena que essas Comissões, todas elas, se acavalam e acabamos não dando conta de ver tudo o que acontece aqui e que é importante. Mas é assim mesmo. Temos vários colegas, Senadores e Senadoras, que estão lá também, e há outras comissões funcionando. Portanto, meu caro Senador Amorim, muito obrigado pelo início da reunião.

Então, vamos lá. Vamos agora ao item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 3, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2012, do Senador Paulo Paim, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o emprego industrial da substância sulfidrada de sódio, tendo por convidados: 1. Ministério do Meio Ambiente; 2. Ministério da Saúde; 3. Ministério do Trabalho e Emprego; 4. Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); e 5. Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul (AICSul).

Autoria: Senador Anibal Diniz

Não há discussão.

Então, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Anibal Diniz.

O item extrapauta qual é? É este aqui?

Requerimento do Senador Jorge Viana.

Submeto aos senhores...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E, junto, o Senador Aloysio Nunes, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, Senador Jorge Viana e Senador Aloysio Nunes, que submetem aos Srs. Senadores a inclusão extrapauta de um requerimento de autoria dos dois Senadores.

O requerimento diz o seguinte:

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 4, DE 2013

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta comissão, audiência pública para a apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas.

Considerando que o Dia Mundial da Água é comemorado no dia 22 de março, solicito o

agendamento da audiência para o dia 19 de março de 2013. Para tanto sugiro que sejam convidados: Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA [que estava aqui presente]; e Dr. Ney Maranhão, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA).

Autoria: Senador Jorge Viana

Então, autoria é dos nobres Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só um questionamento. Gostaria de ver se era possível, caso o Plenário concorde, fazermos, o mais cedo possível, essa audiência, tendo em vista os compromissos que temos, e quem sabe conciliarmos até com o funcionamento da Comissão.

Sei que V. Ex^a é madrugador. Quem sabe, então, fizéssemos cedo essa audiência, no dia 19, começando, até mesmo, às 8h ou 8h30.

É uma sugestão para que V. Ex^a possa apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Quem tem calendário?

Dia 19 é?

É uma terça-feira.

Da minha parte, não há objeção, Senador.

Consulto o Plenário se não tem objeção a fazermos às 8h30 essa reunião.

Consultado o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está o.k.?

Essa turma aqui faz parte da Comissão de Agricultura, e são todos tiradores de leite lá, sabe, Jorge? Levantam cedo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Turma da botina.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O pessoal levanta cedo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente!

Ah, perdão!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não. Senador Aloysio Nunes, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a terminou de votar? Pautamos o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não, ainda não. Estávamos consultando se poderíamos fazer no dia 19. Então, submeto à votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam com esse requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, pela ordem, Senador...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela experiência...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela experiência, por ser mais... – não vou dizer mais velho –, mas mais experiente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu sou o mais novo!

Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Temos aqui, na pauta, o item 2, que é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer a presença do Sr. Marcos Valério Fernando de Souza, para que ele fale, perante esta Comissão, a respeito das declarações que prestou à Procuradoria Geral da República em relação a indelicadezas cometidas no Banco do Brasil.

O Senador Randolfe não está presente na reunião. Acontece que ele não é mais membro da Comissão. Então, peço a V. Ex^a...

Ele continua membro? Ah, ele continua membro. Então, ele vem para cá... Eu subscrevo o requerimento, então, se ele não está aí, para que possamos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O correto é isso mesmo, Senador Aloysio. Quer dizer, V. Ex^a subscreve o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Subscrevo, exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu recebi a informação errada de que ele não seria mais membro da Comissão. Eu queria saber como fazer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Colocamos em votação.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, eu só queria colocar em pauta o item 9, para aproveitar o Senador Flexa Ribeiro, como Relator, e apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É sobre esse item 2, Sr. Presidente.

Eu, entendendo, inclusive, a preocupação do Senador Aloysio Nunes de deliberarmos sobre esse

assunto, particularmente entendendo ser uma matéria vencida, tendo em vista que até para mim seria importante – para mim e para muitos brasileiros – que o Sr. Marcos Valério tivesse contado a sua história de como se iniciou esse processo todo que se institucionalizou na vida partidária do País, muito antes, inclusive, de o PT chegar ao governo.

Mas mesmo com todo o respeito ao autor, Senador Randolfe, penso que esta é uma matéria vencida, tendo em vista que esses assuntos foram exaustivamente tratados nos processos que a mais alta Corte de Justiça do País julgou. Entendo, por outro lado, que qualquer tentativa de pinçar matéria não só julgada, mas onde houve uma decisão da Justiça não significaria nada mais do que nos levar a uma situação de consumir tempo.

É uma matéria que foi apresentada pelo nobre Senador Randolfe. Mas mesmo entendendo que está subscrevendo o Senador Aloysio Nunes Ferreira, gostaria que pudéssemos ter o Senador Randolfe aqui quando fôssemos apreciar esse requerimento.

Entendo que devemos deliberar sobre esse requerimento, mas gostaria que o autor, Senador Randolfe, pudesse também estar presente quando fôssemos deliberar sobre esse item, o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Jorge Viana, a regra normal é que, se há um Senador que subscreve, o requerimento fica para ser lido, e é o que eu farei. Vou ler o requerimento e o colocarei em votação. Vamos disputar no voto o que vai acontecer aqui.

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra, mas não para discutir, pois ainda vou ler o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para parabenizá-lo pela sua decisão, pois essa é a regra. Quando um Senador pede para subscrever um requerimento, ele passa a ser também autor do mesmo. Portanto, o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, o Senador Jorge Viana, preocupado... Como sempre o PT se mostra quando se busca esclarecer assuntos. A desculpa é sempre a mesma. Já foi amplamente discutido, já foi amplamente trazido à sociedade. Então, se já foi, não há por que não se ouvir mais uma vez.

Quero novamente parabenizá-lo pela decisão que V. Ex^a tomou como Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu ainda vou ler, Senador Anibal Diniz. Não foi lido ainda o requerimento. Depois vou abrir para discussão. O requerimento diz o seguinte:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 5, DE 2013

Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvido nesta Comissão de Fiscalização e Controle o senhor Marcos Valério Fernandes Souza, a respeito de suas declarações à Procuradoria Geral da República relativas ao Banco do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros

Justificação

Em reportagem publicada no dia 12 de dezembro de 2012, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que, em depoimento à Procuradoria-Geral da República, o publicitário Marcos Valério, conhecido como operador do esquema Mensalão, afirmou que existia uma espécie de pedágio cobrado pela diretoria do Banco do Brasil junto às empresas de publicidade que mantinham contrato com a instituição.

De acordo com a reportagem, seria cobrado o valor de 2% sobre o total contratado e esses recursos seriam destinados ao Partido dos Trabalhadores.

É de suma importância que o referido senhor seja ouvido nesta Comissão de Fiscalização e Controle, uma vez que suas denúncias dizem respeito à uma importante instituição financeira estatal brasileira sob o controle da União.

A apuração destas denúncias é papel fundamental do Senado Federal e desta Comissão de Fiscalização e Controle.

Assinado: Senador Randolfe Rodrigues e Senador Aloysio Nunes Rodrigues.

Em discussão o requerimento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, com toda vênia ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, agora signatário do presente requerimento, vivenciamos no Brasil o julgamento mais prolongado

e mais midiático da história, que foi o julgamento da Ação Penal nº 470, em cujo centro das discussões estava exatamente esse personagem, que é Marcos Valério. Ele passou por toda a sorte de investigação e teve toda oportunidade do mundo para dizer tudo o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Anibal, só para corrigir a informação que me foi dada, V. Ex^a está fazendo um encaminhamento da votação. Neste momento, não se permite a discussão, e sim o encaminhamento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Mas eu pedi para discutir há pouco. V. Ex^a acabou de dizer que ia abrir para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – V. Ex^a faça o encaminhamento, porque, para mim, é a mesma coisa. Só para questões legais, não estamos discutindo. Estamos fazendo o encaminhamento para votação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Em que momento vai haver a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não se discute requerimento, faz-se encaminhamento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Então, quero encaminhar contrário à proposição...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Mas V. Ex^a pode falar.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quero encaminhar contrário à proposição do Senador Aloysio Nunes Ferreira, exatamente porque não vejo sentido algum trazer para o Senado Federal um personagem que já foi julgado, já foi condenado, já teve toda oportunidade do mundo de dizer tudo que pretendia dizer e que apenas agora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Anibal, as declarações são de dezembro, posteriores a todas essas implicações.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Estou acabando de dizer, Senador Flexa Ribeiro, ele teve todo o tempo do mundo para fazer suas revelações durante todo o julgamento da Ação Penal nº 470. Se não o fez...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Por pressão...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – De maneira nenhuma, ele teve toda a oportunidade de fazer, inclusive teve a condenação anunciada, e não se pronunciou a esse respeito. Portanto, não acredito que haja qualquer novidade crível a ser apresentada por esse personagem.

Ademais, particularmente, acho que o instituto da delação premiada tem que ser questionado no Brasil. Imagine só um personagem que recebe uma conde-

nação, da noite para o dia, no auge do seu desespero, resolve trocar informações em troca de facilitação no cumprimento da sua pena. Ou seja, o instituto da delação premiada é algo que tem de ser colocado em reflexão no Brasil: se vamos permanecer com esse tipo de instituto para facilitar a vida de condenados, de criminosos, de pessoas que têm de se ver com a Justiça. É muito complicado esse tipo de situação.

Além disso, quando essas questões foram tornadas públicas, houve manifestação tanto do Partido dos Trabalhadores quanto de muitos dos personagens envolvidos de alguma forma nesse processo, colocando a completa inoportunidade da apresentação do Sr. Marcos Valério, dizendo que tem novidades a revelar e criando toda uma cortina de fumaça para novamente conduzir para a política um processo que já está praticamente finalizado, com as penas estabelecidas.

Sabemos que esse julgamento midiático como foi, que inclusive revelou as entranhas de um tribunal que deveria se pautar pela constitucionalidade de seus atos, resolveu chegar à conclusão de uma condenação sem ter encontrado provas. E querem dar continuidade a um processo desse agora, para querer envolver o Presidente Lula? Aonde vamos chegar com esse tipo de discussão?

Acho que é chegada a hora de o Brasil seguir em frente. Se há um processo eleitoral para acontecer em 2014, vamos tratar do processo eleitoral, mas não querer inviabilizar nomes, querer expor nomes como o do Presidente Lula, a partir de uma denúncia de alguém que resolve tirar proveito da sua situação, buscando no instituto da delação premiada um tipo de amenização da pena que terá que cumprir.

Acho que nós Senadores temos responsabilidade com nossos mandatos e não podemos trazer para cá um tipo de depoimento como esse. Se tiver de acontecer, que seja reaberto pelo próprio Ministério Público, ou que o Supremo Tribunal Federal reabra o processo e ouça o delator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Anibal, para encaminhar, por favor.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Mas trazer aqui para o Senado? Com o que nós Senadores podemos contribuir, a mais, para um julgamento que já teve 53 sessões com todos os Ministros trabalhando e chegando às conclusões a que chegaram?

Não vejo como oportuna a presença do Sr. Marcos Valério aqui porque ele não tem novidade nenhuma para trazer a este Senado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Anibal.

Para encaminhar, tem a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me manifestar a respeito desse requerimento.

Será que nós, Senadores membros desta Comissão de Meio Ambiente, de fato, devemos abrir espaço para esse tipo de debate?

Por que digo isso? Primeiro, porque estamos tratando de uma pessoa que já foi julgada e condenada pela Justiça a cumprir pena de mais de 40 anos. E digo: que bom que a Justiça se definiu por sua condenação, por um tempo que eu considero razoável para pagar por aquilo que fez.

Segundo ponto sobre o qual quero refletir aqui com os colegas Senadores: será que esta Comissão não estará beneficiando uma pessoa já julgada e condenada pelo que fez?

Talvez a intenção dessa pessoa, ao vir a esta Comissão para apresentar novas denúncias – pelo que sabemos, denúncias que não têm muito sentido, não têm muita consistência, porque são denúncias que já foram claramente desmentidas –, não seja alcançar a possibilidade de cumprir uma pena menor do que a de 40 anos, que foi a estabelecida e que esperamos que seja cumprida? Ao fazer novas denúncias, não estaria tentando obter a redução de sua pena? Isso me preocupa, acho que nós não podemos prestar este tipo de serviço: possibilitar a um condenado fazer denúncias, possivelmente infundadas – pelo que sei, já foram realmente esclarecidas –, na tentativa de reduzir sua pena.

Então, eu queria que os nossos colegas Senadores aqui presentes avaliassem isso. Acho que já temos muita coisa para fazer nesta Comissão para pensar em abrir um palco para que um condenado pelo Supremo Tribunal Federal possa vir aqui prestar informações, tumultuar um processo, na tentativa, possivelmente, eu imagino, de ter sua pena reduzida.

Acho que todos já sabemos o que essa pessoa fez, isso já foi amplamente apurado pela Justiça, a Justiça já a condenou e definiu uma pena. Então, que fique na cadeia, que cumpra sua pena pelos malefícios que fez para a sociedade brasileira. Acho que nós não podemos permitir que venha aqui nessa tentativa de apresentar novas queixas. Já teve oportunidade de fazer isso e hoje é uma pessoa condenada.

Então, acho que nós não podemos abrir espaço nesta Comissão para esse tipo de debate. Acho que não é prudente e eu me recuso a participar de uma reunião que vá fazer isso. Acho que não é prudente e eu não estou aqui para beneficiar quem já foi condenado pela Justiça.

Essa é a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu, como subscritor do requerimento, não estou aqui para beneficiar ninguém, Senadora. Isto aqui não é um órgão jurisdicional, ninguém pode decidir por redução de pena de ninguém. Desculpem-me, mas estão confundindo as bolas: isto aqui é uma comissão do Senado, a Comissão de Fiscalização e Controle. Há denúncias fornecidas por esse cidadão, que foi condenado, é verdade, mas há condenados também no mesmo processo que estão na Câmara dos Deputados, são correligionários do PT que estão aí exercendo mandatos.

Agora, o que eu estava querendo é que esse cidadão viesse aqui para prestar esclarecimentos sobre irregularidades que teriam acontecido no Banco do Brasil, só isso. Trata-se de cumprir a finalidade desta Comissão. Aqui ninguém quer reduzir pena de ninguém, ninguém quer desqualificar o julgamento do Supremo, dizer que foi um julgamento midiático, que foi uma farsa, coisa nenhuma. Queremos apenas esclarecimentos. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Com a palavra, para encaminhar, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria encaminhar contra o requerimento. Volto a repetir aqui: teria sido importante para o País se o Sr. Marcos Valério tivesse contado a origem desse esquema que ele montou, inclusive envolvendo partidos que governaram este País antes da gente, como o próprio PSDB, em Minas Gerais, e que está dependendo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso é o recorrente... É a ladainha...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ...de um julgamento do Supremo, porque o Supremo fez uma inversão de pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se o Supremo condenar, nós não vamos passar a mão na cabeça de ninguém.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Em vez de julgar o original, julgou o segundo tempo do jogo do Sr. Marcos Valério.

Mas, enfim, Sr. Presidente, colegas como o Senador Anibal e Senadora Ana Rita já colocaram, gostaria que V. Ex^a colocasse em votação o requerimento.

Nós encaminhamos contra esse requerimento, tendo em vista que já foi matéria julgada pelo próprio Supremo Tribunal Federal, e esse senhor não tem au-

toridade de seguir mentindo Brasil afora. Se ele quiser falar a verdade, ele faria sobre a origem do mensalão que nunca foi no Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Para encaminhar?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, para encaminhar.

Com toda vênia que nossos queridos pares aqui, os que acabaram de me anteceder pelo não encaminhamento desta matéria, eu só queria colocar o seguinte, Sr. Presidente. É de conhecimento de todo o País, através da nossa imprensa, que houve fatos novos.

É de competência desta nobre Comissão apurar. Aqui é a Comissão de Fiscalização. Eu não vejo o porquê de esse cidadão vir aqui dar explicações. São atribuições desta Casa e atribuições de cada Senador da República. Portanto, voto pelo encaminhamento sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vamos, então, fazer a votação.

Para rejeitar o requerimento, levantem a mão; aqueles que concordam com o requerimento, permanecem como estão.

Vamos à votação.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Então, rejeitado o requerimento do Senador Randsdorf e também do Senador...

Antes de passar ao item 5, gostaria de fazer um esclarecimento. Sei que é desconfortável esse tipo de assunto para a Base do Governo – eu faço parte dele também. Mas eu gostaria de dizer que, eu, na Presidência desta Comissão – e ela é de fiscalização –, ela tem todo direito e dever de fazer aqui as ponderações. Eu não vou esconder requerimento e não vou deixar de colocar em votação porque um acha que deve ser e outro não. Minha conduta aqui na Comissão será a mais republicana possível e mais democrática possível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero parabenizar novamente e dizer ao Senador Jorge Viana que a Base do Governo tem que estar presente. Não precisa ficar chamando para cá e fazendo discursos intermináveis para que possam chegar seus Senadores para derrubar o requerimento da maior importância, subscrito pelo Senador Aloysio Nunes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Como eu sei o apreço de alguns colegas por esta matéria e por discuti-la, essa história toda... Eu espero que esse apreço prossiga quando o Supremo estiver julgando o mensalão do PSDB, que não é de Minas, mas do PSDB.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pode estar certo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria que colocasse em pauta o item nº 9 e o item nº 14, aproveitando o Senador Flexa Ribeiro, pois também sou Relator de seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Dando sequência, então, vamos ao item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 6, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a “Rio+20 e a Biodiversidade: Resultados e Perspectivas”, a ter lugar no Plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 26 de abril de 2013 (sexta-feira).

Autoria: Senador Blairo Maggi

Coloco em votação o requerimento de minha autoria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 11 da pauta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu pedi para colocar o item 9, por ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Item nº 11. Já irei ao nº 9.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 139, DE 2010 – Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão nas faturas emitidas por concessionárias dos serviços públicos de orientações sobre a racionalização do consumo de água, energia elétrica e gás; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Fábio Souto

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela rejeição

Tem a palavra o Sr. Relator Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou fazer um relatório bastante simplificado deste Projeto de Lei da Câmara nº 139, porque, na realidade, é um projeto que já foi anteriormente examinado

pelos Senadores Flexa Ribeiro, Wilson Santiago e Sérgio Souza, mas os relatórios apresentados não foram votados pela Comissão.

Ele tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade de inclusão, nas faturas emitidas por concessionárias dos serviços públicos, de orientações sobre a racionalização do consumo de água, energia elétrica, gás, dá outras providências e apresenta uma série de proposições relacionadas a essas informações.

Não obstante a louvável preocupação do autor do projeto quanto ao uso racional de bens imprescindíveis para a sustentabilidade da vida, como água, energia elétrica e gás, e a urgência de medidas que visem a educar e informar os cidadãos quanto à adoção de melhores práticas de consumo, propomos melhor reflexão sobre esse projeto de lei, uma vez que há outras formas para promover o consumo consciente e a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais: mediante ações desenvolvidas no âmbito da educação ambiental formal e não formal assentadas na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Além disso, temos resoluções da Aneel, como a Resolução nº 4.516, de 29 de novembro de 2000, que, em seu art. 84, faculta à concessionária veicular mensagem que julgar pertinente, desde que não interfira nas informações obrigatórias estabelecidas no art. 83 da norma. Por fim, o art. 100 da Resolução determina que as concessionárias devam desenvolver, em caráter permanente, campanhas com vistas a orientar a população sobre a utilização racional de energia elétrica e as formas de combater o desperdício. Ademais, as faturas que chegam aos consumidores já têm muitos campos de informação e não teria nenhuma eficácia nelas adicionar qualquer tipo de informação, ainda que fosse dada com a melhor das intenções educativas.

Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos pela rejeição do PLC nº 139, de 2010. É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Anibal.

Em discussão a matéria.

Há alguém que queira discuti-la? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos à votação.

Quem vota com o Relator vota “não”.

O voto do Senador Anibal Diniz é conhecido.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sendo assim, o projeto de Lei do Senado nº 139, de 2010, foi rejeitado unanimemente.

Vamos ao Item nº 9, que é não terminativo...

Senador Ivo, V. Ex^a me permite colocar em votação os terminativos? É que o nosso quórum é bem apertado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, o item nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Então vamos ao Item nº 14 da nossa pauta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011 – Terminativo -

Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do Substitutivo

Como o relatório do Senador Flexa Ribeiro já foi lido na reunião do dia 05/03/2013, a matéria está em discussão.

Para discutir, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos, então, à votação, já que o projeto é terminativo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O propósito desse projeto, na verdade, é facilitar para os nossos consumidores dos quatro cantos do País os preços de combustíveis praticados nas bombas.

Quando o consumidor sai de casa, muitas vezes chega a um posto e outro e tem de ficar se locomovendo, movimentando-se e, com isso, gastando combustível. Com a publicação na página, todo consumidor tem direito ao acesso ao preço e em que posto pode abastecer com o menor preço. Então, é esse o meu propósito desse projeto de lei, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro.

Vamos à votação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 353, de 2011, com a Emenda nº 2, da CMA.

Quem vota com o Relator vota “sim”.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Acompanha o Relator.

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)* Já se ausentou.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – E Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O projeto de lei, então, foi aprovado por unanimidade nesta Comissão.

Proclamo, então, o resultado.

O projeto é aprovado nos termos do Substitutivo nº 2 da CMA, por unanimidade de votos.

Comunico que, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o projeto será submetido a turno suplementar de discussão na próxima reunião desta Comissão, estando aberto o prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 55, DE 2008

– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis.

Autoria: Senador Gim.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Como o relatório já foi lido em 27/11/2012, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada, então, a discussão.

Vamos à votação do projeto. Farei a chamada nominal.

Votaremos primeiro o projeto, depois as emendas. Aqueles que votam com o Relator votam “sim”.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Jorge Viana. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sei que V. Ex^a já está num processo de votação, mas temos dificuldade de apreciar essa matéria e até mesmo de votá-la.

A intenção do ponto de vista do mérito é indiscutível, qualquer tentativa de estabelecer limites, de explicitar o controle de emissões é muito bem-vindo. Mas, no caso, quando se trata de veículos automotores no Brasil, o País tem a alimentação desses veículos com combustíveis que são completamente diferentes do que ocorre em outros lugares do mundo. Nós temos os carros flex, nós temos o etanol, nós temos uma situação bastante diferente e, inclusive, mais complexa de se estabelecer, sem que isso possa levar a algum tipo de prejuízo ao contribuinte, que eu tenho certeza de que não é a intenção nem do proponente, Senador Gim, muito menos do Relator, Senador Flexa, que é zeloso em defesa do contribuinte...

Mas o certo é que, nessa matéria, nós estamos encaminhando um voto contra, tendo em vista que a normatização dos motores que está sendo usada está diretamente vinculada e tem como fonte de inspiração a União Europeia. Os carros e o combustível usado na União Europeia são completamente diferentes dos nossos. Nós temos aqui algo que é muito vantajoso, que é a possibilidade, como falei ainda há pouco, do carro flex. E aí fazer um controle do jeito que o projeto propõe, na motorização que o Brasil tem, com o combustível que nós usamos, fica muito difícil e certamente teremos risco de termos um custo maior para o contribuinte.

Por isso é que eu gostaria de encaminhar, tendo em vista essa peculiaridade, que é um patrimônio do Brasil, hoje, que é uma vantagem comparativa que o Brasil tem, pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, vamos à votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, Senador Flexa, se bem que eu já tinha encerrado a discussão, mas vamos lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, eu vou atender à determinação do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só queria defender o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Mas o senhor fique à vontade, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só queria defender a parecer.

O Senador Jorge Viana alega que não há como colocar aqui parâmetros da União Europeia para definir a redução da poluição. Então, que ele indique, faça uma emenda, e indique quais são os parâmetros que devam ser adotados. Agora, ser contra um controle da poluição do meio ambiente, eu acho que esta Comissão fica numa situação muito difícil, muito difícil. Eu não quero discutir se o parâmetro que eu fui buscar para dar uma condição de medir essa redução está correto ou não. Eu posso até não estar no caminho correto. Mas se não for esse, que se encontre um outro que faça com que a indústria brasileira possa se adaptar à regra que é mundial.

Agora, a Comissão de Meio Ambiente votar contra um projeto que pretende melhorar o meio ambiente, é difícil para nós aqui, como membros da Comissão, aceitarmos essa posição do Governo, que é defendida...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... brilhantemente, pelo Senador Jorge Viana, e temos que reconhecer a sua inteligência, a sua competência e a sua presença permanente nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Então, vamos à votação.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PR – MT) – Senadora Ana Rita...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Também pela rejeição, pelas considerações apresentadas aqui pelo Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Rodrigo já não se encontra.

Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu voto pela aprovação. Acho que nós temos que ter um controle, porque, infelizmente, nós somos vítimas, hoje, do

sistema, e, com relação à poluição dos veículos, nós temos que ter um controle.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, voto “sim”.

Senador Ataídes Oliveira...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Comissão do Meio Ambiente, “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – “Sim”, voto “sim”.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem, Senador Sérgio.

É possível nesse processo...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu estou em processo de votação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – É possível vista nesse processo? Nessa ordem não é mais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco PR – MT) – Não mais.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não mais.

Obrigado.

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Flexa Ribeiro...

Voto conhecido.

Então, vamos ao resultado: 5 votos SIM; e 5 votos NÃO.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O voto do Presidente é “sim”. Acompanho o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu lamento que tenha tido esse desfecho a votação. O Senador Jorge Viana está atento e poderia ter pedido vista do processo para encontrar uma alternativa. Esse projeto é do Senador Gim Argello. Isso aqui é fogo amigo na Base do Governo. Quer dizer, como é que a Base do Governo derruba um projeto de alguém que é Líder do Bloco União e Força, fidelíssimo ao Executivo?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Foi aprovado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, derrubar o projeto desse jeito... Lamento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O projeto foi aprovado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O projeto está aprovado. Eu já desempatei; está aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu não tinha ouvido o seu voto. Parabéns mais uma vez.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Usando o lado benigno do art. 14, eu queria só me referir ao Senador Flexa que não há nenhuma intenção nossa em querer transformar isso em uma disputa política, até porque o projeto já tinha sido aprovado com o voto de minerva do eminente Presidente da Comissão. Agora, a intenção nunca foi essa.

A questão é que o projeto tem um problema grave na aplicabilidade dele, que é como vamos utilizar os critérios e normas da União Europeia no carro brasileiro que usa motor flex? É impraticável. Mas isso, agora, certamente, será tratado em outras comissões da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge.

Submeto à deliberação do Plenário se posso repetir a mesma votação do projeto para as duas emendas apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, o projeto é aprovado com as Emendas nºs 1 e 2, da CMA, por seis votos a cinco (seis votos favoráveis e cinco contrários).

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vamos ao Item nº 13, também projeto terminativo. Temos quórum ainda?

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 2011 – Terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que “dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências”, para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas da União, no Senado Federal.

Autoria: Senador Itamar Franco

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Informo que a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com o parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Sr. Relator Senador...

Só um momento. Está na secretaria e já...

Senador Flexa, o senhor nem percebeu que eu votei favorável ao seu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem um item em que sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – É o item nº 13, Senador Aloysio. Projeto do Senado nº 108, de 2011. Ele é terminativo. Então, com a palavra V. Ex^a para relatar esse projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Este projeto é de autoria do nosso saudoso ex-Presidente Itamar Franco, nosso colega. Vai ao encontro da busca de efetividade, uma das mais importantes funções do Parlamento moderno, que é a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Efetivamente a nossa Constituição foi feliz quando construiu um modelo de controle externo a que se sujeita a Administração Pública, e o titular dessa atividade é o Congresso Nacional, que, para se desincumbir dessa obrigação, conta com a colaboração do Tribunal de Contas da União. Ora, nesse modelo, a atividade de controle e fiscalização somente pode funcionar a contento se as Casas do Legislativo e o Tribunal de Contas da União funcionarem de forma integrada e articulada.

O constituinte, certamente, se preocupou com isso, conforme se pode verificar no texto dos art. 70 a 75 da Carta Magna, que compõem sua seção relativa à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e de administração. Lá está previsto, por exemplo, que cabe à Corte de Contas realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e que o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Assim, o que faz a proposição sob exame, de autoria do inesquecível Presidente Itamar Franco, é tornar mais efetiva essa integração, em perfeita harmonia com o texto constitucional.

Não há dúvida de que a presença periódica do Presidente do Tribunal de Contas no Senado Federal irá facilitar a troca de informações entre os dois órgãos, responsáveis, cada um com uma missão específica, pelo sucesso do controle externo do Estado brasileiro.

Impõe-se, apenas, proceder a alteração no texto do projeto, com vistas a permitir melhor aproveitamento do comparecimento do Presidente do Tribunal de Contas da União a esta Casa.

Dessa forma, estamos apresentando emenda, prevendo que esse comparecimento se dará uma vez a cada ano, no início de cada Sessão Legislativa, quando o Presidente da Corte de Contas debaterá o relatório anual apresentado no exercício anterior.

De fato, o relatório anual é o documento mais completo apresentado pelo Tribunal ao Congresso Nacional. Conforme o §2º do art. 90 da Lei nº 8.443, de 1992, nele a Corte apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade. Ou seja, trata-se, sem dúvida, do texto que ensejará o melhor debate sobre o tema.

Ademais, parece-nos necessário explicitar que a audiência pública que se pretende instituir terá lugar no âmbito desta Comissão, que tem como um de seus objetivos a fiscalização e controle.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2011, com a emenda, cujo teor eu acabo resumir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado Senador Aloysio.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Para discutir, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Flexa, V. Ex^a pode observar que nós temos aqui dentro do possível uma atuação sempre suprapartidária. No caso, essa matéria, com todo o respeito à memória do Senador Itamar Franco, eu acho que ela trás de volta – parece uma medida simples –, mas ela reforça uma prerrogativa dessa Casa, que não é só dessa comissão, que é fiscalizar. Uma das atribuições do Parlamento é a fiscalização. E a prerrogativa principal do TCU é fazer o controle e a fiscalização. Mas o Senado foi abrindo mão de suas prerrogativas com o passar do tempo. Agora mesmo, temos uma matéria que o proponente é o Senador Walter, o Relator foi o Senador Anibal, que agora também virou uma Resolução da Mesa aprovada em Plenário, onde os indicados para as agências têm que vir aqui prestar contas na comissão de origem onde ele foi sabatinado junto com outras comissões do Senado Federal.

Eu acho que a relatoria do Senador Aloysio, de maneira objetiva, coloca a importância que nós temos de ter aqui uma melhor relação de trabalho entre o Congresso, no caso, o Senado, que tem a prerrogativa de fiscalizar, e o órgão que tem na essência do seu existir a fiscalização e controle que é o TCU. Então, não basta que recebamos aqui relatórios trimestrais, mas

termos aqui a presença da direção do TCU, do Presidente do TCU, de maneira regular, como estabelece a proposta do nobre e grande Senador Itamar Franco.

Então, eu queria aqui, como membro desta Comissão, dizer que é com satisfação que eu também discuto favorável a essa matéria e peço, inclusive aos companheiros, aos colegas que votemos com o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado Senador Jorge Viana.

Consulto se mais algum Senador quer discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Farei a chamada nominal para a votação:

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.

Senador Jorge Viana, voto conhecido. Com o Relator.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.

Senador Rodrigo...

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente, “sim”

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Para registrar aqui o nosso voto, Sr. Presidente. Votamos “sim”. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado.

Senador Aloysio Nunes Ferreira *(Pausa.)*. Vota “sim”.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.

Então, o projeto foi aprovado por unanimidade, nesta Comissão.

Submeto, então, à deliberação do Plenário se posso repetir a mesma votação do projeto para a emenda apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto é aprovado com a Emenda nº1 da CMA, por unanimidade.

Vamos, então, ao item 17, também terminativo.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 738, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.433, de oito de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos para irrigação por gotejamento e microaspersão.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: pela aprovação, com duas emendas que apresenta.

Informo que a matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Sr. Relator, Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Sr. Presidente.

O PLS nº 738, de 2011, é uma proposição do Senador Marcelo Crivella, já teve parecer favorável da Comissão de Agricultura e aqui, nesta Comissão de Meio Ambiente, foi relatada anteriormente por V. Exª, que apresentou duas emendas. No entanto, elas não foram aprovadas. Coube a mim fazer novamente a relatoria. Informo que estou incorporando as suas sugestões.

É uma matéria cujo mérito é inquestionável, porque se trata do estabelecimento de uma taxa especial de juro para os financiamentos voltados para a aquisição de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão. Então, é uma matéria que tem total – di-

gamos assim – aplauso da nossa parte, e nós votamos por sua aprovação, com o acréscimo das emendas.

Portanto, as emendas:

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se à emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2011, a seguinte redação:

“Altera a Lei 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos para irrigação por gotejamento e microaspersão.”

EMENDA Nº 2 – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º Inclua-se o seguinte parágrafo único no art. 11 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979:

‘Art. 11.
Parágrafo único. O financiamento de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão terá taxa de juro anual inferior em, pelo menos, 1% (um ponto percentual), relativamente aos encargos financeiros aplicados aos demais sistemas de irrigação.’ (NR)”

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Farei, então, a chamada nominal. Votaremos primeiro o projeto e após as emendas.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto conhecido, voto “sim”.

Senador Jorge Viana

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator; “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Eduardo Amorim

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, por unanimidade

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – E o Senador Ivo Cassol?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Opa, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Também com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Esse é o voto mais importante aqui. Desculpe, Senador.

Por unanimidade, faltava seu voto.

Submeto à deliberação do Plenário se posso repetir a mesma votação do projeto para as emendas apresentadas pelo Senador Anibal Diniz.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Então, o Projeto é aprovado com as Emendas nº 1 e 2 da CMA, por unanimidade de votos.

Item 18 da nossa pauta.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 22, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para instituir a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos cultu-

rais que tenham captado recursos mediante renúncia fiscal e que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação do projeto com as três emendas de redação aprovadas na CE.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Projeto de Lei que relato foi apresentado pelo Senador Alvaro Dias, com o objetivo de aprimorar os controles públicos sobre a execução de projetos na área cultural que merecem o patrocínio de incentivos fiscais, previstos, entre outros, pela Lei Rouanet.

E determina o projeto que esses projetos, durante a sua execução, sejam acompanhados e avaliados pelos órgãos competentes do Ministério da Cultura ou órgãos encarregados para esse fim pelo Governo.

Determina que, no prazo de seis meses, depois do término do projeto, deverá ser feita uma avaliação da utilização correta dos recursos recebidos, sob pena, inclusive, de inabilitação dos seus responsáveis.

Determina também que o Tribunal de Contas inclua, no seu parecer prévio sobre as contas do Presidente, a análise relativa à avaliação de que trata esse projeto, ou seja, a avaliação da execução dos projetos culturais.

É uma medida importante que vai na linha do controle maior pelo Legislativo e, também, pelo Poder Executivo, da utilização desse recurso.

Meu voto é pela aprovação, com as emendas de redação que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Em discussão, o Projeto do Senado nº 22. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Farei a chamada nominal e votaremos primeiro o projeto e, após, as três emendas aprovadas pela Comissão de Educação.

Então, farei a chamada.

Senador Anibal Diniz, como vota?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Presidente, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator a Senadora Ana Rita. Senador Valdir Raupp.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Está na secretaria, Sr. Presidente, já está vindo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Volta a chamá-lo.

Não esquecendo, agora, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, voto conhecido. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim” o Senador Flexa.

Então, aprovado, por unanimidade, o projeto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Só um minutinho.

Consulta, então, ao Plenário, se posso repetir a votação para as três emendas de redação aprovadas na Comissão de Educação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Proclamo o resultado: o Projeto é aprovado com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da Comissão de Educação/CMA, por unanimidade dos votos.

Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, tem o item nº 6, não terminativo, consulto a V. Ex^a se poderíamos votá-lo hoje e o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vou colocar todos que estão na pauta, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faltam dois itens da nossa pauta, os nºs 6 e 9.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador.

Senador Flexa, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a podia colocar em todas as reuniões da Comissão de Meio Ambiente, um requerimento convidando ou convocando o Marcos Valério, porque aí haverá pauta para limpar a pauta dos itens terminativos com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A cada cinco reuniões, nós vamos arrumar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu concordo. A motivação tem que ser só a gente começar a ver o “Mensalão – a origem: PSDB”; aí eu estou dentro; assino junto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vocês façam desta Comissão o instrumento, não há problema nenhum.

Vamos ao item 6 da nossa pauta.

ITEM 6

AVISO Nº 49, de 2012

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2059, de 2012, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nos sistemas públicos de previdência, com o objetivo de investigar questões relativas ao financiamento, apuração de resultados e equilíbrio de suas contas, bem como se o registro contábil desses fatos produzem informações íntegras, tempestivas e pertinentes (TC 015.529/2010-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Para que a comissão: a) tome conhecimento do feito; b) informe à Comissão de Assuntos Sociais do conteúdo deste relatório; c) autorize o Presidente da Comissão a inserir o tema na programação de audiências públicas da CMA; d) remeta o processado ao arquivo.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, para a sua relatoria.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Trata-se do AVS nº 49, de 2012 (Aviso no 1008-Seses-TCU-Plenário, de 8 de agosto de 2012, na origem), que trata do Acórdão nº 2059/20012 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 015.529/2010-0, pelo Plenário do TCU na sessão Ordinária de 08/08/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

O referido Acórdão versa sobre auditoria realizada nos sistemas públicos de previdência, com o objetivo de investigar questões relativas ao financiamento, apuração de resultado e equilíbrio de suas contas, bem como se o registro contábil desses fatos produzem informações íntegras, tempestivas e pertinentes.

Passo diretamente ao voto, Sr. Presidente, tendo em vista que a análise é bastante extensa e já foi distribuída aos Srs. e às Sr^{as} Senadores no avulso desta Comissão.

O trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União apresenta estudo profundo e de qualidade sobre os sistemas públicos de previdência. Como em todos os outros países – o Brasil não seria exceção –, esse tema, por sua relevância e por sua sensibilidade às mudanças de ordem demográfica, tais como o envelhecimento da população, precisa ser constantemente revisto, para que se busque o equilíbrio atuarial e a autossustentabilidade dos sistemas. Os resultados de trabalhos dessa natureza podem contribuir em muito para a redução dos déficits historicamente observados.

A par de todas as determinações e recomendações feitas pelo TCU em seu Acórdão, é preciso destacar que os déficits da previdência decorrem principalmente do caráter assistencial que foi dado à aposentadoria rural. As distorções que existiam no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis, com a entrada em vigor da Lei nº 12.618/2012, que institui o Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos, devem ser resolvidas no longo prazo.

Considerando que a CMA está realizando uma programação de audiências públicas para o ano de 2013 e pela importância do tema e seu impacto nas contas da União é conveniente que se estude a possibilidade de se incluir nessa programação audiência sobre o tema, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS).

Assim, somos de opinião que esta Comissão:

Tome conhecimento do feito;

Informe a Comissão do Senado Federal do conteúdo desse acórdão e desse relatório;

Autorize o Presidente da Comissão a inserir o tema na programação de audiências públicas da CMA para o ano de 2013;

Remeta o processado ao Arquivo.

Era o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, para que a Comissão tome conhecimento do feito; informe à Comissão de Assuntos Sociais do conteúdo desse relatório; autorize o Presidente da Comissão a inserir o tema na programação de audiências públicas da CMA; e remeta o processo ao arquivo. Item 9 da pauta, último item a ser votado.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 28, DE 2012

– Não Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o iminente Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como já é do conhecimento de todos, o Projeto de Lei é do Senador Flexa Ribeiro e o Relator é este nobre Senador, vou direto ao voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 28, de 2012. Portanto, somos favorável ao projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico, facilitando a vida de todo mundo. Hoje se faz transferência financeira, se faz tudo do banco, não podemos admitir que fiquemos vivendo no século passado.

Por isso, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, pela relatoria.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto.

Com a palavra o autor, para agradecer, já que o projeto foi aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso mesmo, Presidente. Estou atento.

Pedindo novamente desculpas a V. Ex^a e agradecendo pelo voto de minerva, quero agradecer aos

meus pares a aprovação do projeto, em especial, ao Senador Ivo Cassol pelo parecer. É um projeto não terminativo, que irá à Comissão... Não sei qual é próxima.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Também não sei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – CCT, parece.

É um projeto importante para apoiar os consumidores, especialmente porque, no último 10 de março, comemoramos os 22 anos da promulgação do Código de Defesa do Consumidor e agora, no próximo dia 15, sexta-feira, vamos celebrar o Dia Mundial do Consumidor. Então, esse projeto vem no sentido de apoiar a revisão, a atualização do Código de Defesa do Consumidor e vem em apoio inclusive à Comissão Temporária presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, que tem como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que avalia a proposta para modernizar o Código de Defesa do Consumidor.

Nesse sentido, quero agradecer mais uma vez aos Srs. Senadores pela aprovação e ao Relator, Senador Ivo Cassol, pois estamos oferecendo uma nova oportunidade para que todos os consumidores possam ter, através da Internet, do meio digital, por seus *e-mails*, a possibilidade de acessar seus compromissos, suas contas e faturas, sem ser necessário que seja solicitado isso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só queria fazer um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Nós temos o Projeto de Lei do Senado nº 72, de autoria do nobre colega Senador Ataídes, que eu gostaria de solicitar que a relatoria fosse encaminhada para a minha pessoa. É o Projeto de Lei nº 72, que se encontra já nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – V. Ex^a será atendido.

Temos aqui o último item.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 7, DE 2013

Nos termos do art. 71, VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), pelo Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre o cumprimento do Acórdão nº 346/2012-TCU, relativo à realização de auditoria nos contratos de conces-

são das rodovias que constituem o Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná.

Autoria: Senador Sérgio Souza

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Souza, para discutir.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, na verdade, trata-se de um requerimento feito aqui na Comissão pela, então, Senadora Gleisi Hoffmann, hoje Ministra-Chefe da Casa Civil, que gerou um acórdão, o Acórdão 346, de 2012, do TCU, que determinou ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná um prazo de 360 dias para o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiros do contratos.

O requerimento é justamente no sentido de que, tendo em vista que já venceu esse prazo, agora, no mês de fevereiro, nós estamos solicitando que seja encaminhado pelo TCU informações a respeito se foi cumprido ou não as determinações daquele Tribunal ao DR, o Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, com relação às praças de pedágio naquele Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Para finalizar eu só gostaria de informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que hoje, às 16 horas, nós teremos uma reunião da Subcomissão de Belo Monte para eleger o novo Presidente daquela Subcomissão.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado pelas presenças.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, COM A 24ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NO PLENÁRIO TREZE DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e doze minutos do dia onze de dezembro de dois mil e doze, no Plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Sena-

dor **João Costa**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, com a presença dos Senadores **Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Capiberibe, João Costa, José Pimentel, Lindbergh Farias, Marco Antônio Costa, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, e Wellington Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificou ausência o Senador **Walter Pinheiro**. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores desta Reunião: **Francisco José de Siqueira**, Diretor Jurídico da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; **Ricardo Nogueira**, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG; **Wolner Aguiar**, Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA; e **Rui Thomaz de Aquino**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Taxis Aéreos – ABTAer, representando **Milton Arantes Costa**, Presidente da Associação Brasileira de Taxis Aéreos – ABTAer. O Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Marcelo Pacheco Guarany, justificou sua ausência. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários e a maneira como o mesmo vem se realizando pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2012–CI. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. O Presidente tece considerações a respeito das apresentações e passa uma lista de questionamentos aos expositores para serem respondidas e encaminhadas à Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Costa**, Presidente em exercício da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a 24ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 37ª Reunião da Comissão de Infraestrutura e da 23ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovadas.

Passemos à pauta, mas antes convido para que tomem assento à mesa os convidados: Francisco José de Siqueira, Diretor Jurídico da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Ricardo Nogueira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag); Milton Arantes Costa, Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos; Rui Thomaz de Aquino, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos; Wolner Aguiar, representante do Sindicato Nacional de Empresas de Táxi Aéreo.

O Diretor-Presidente da Anac, Marcelo Guarany, apresenta justificativa com relação a sua ausência.

A presente reunião tem a finalidade de discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários e a maneira como o mesmo vem se realizando pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, especialmente em face da aviação geral: táxis aéreos e oficinas de manutenção, cujos contratos vêm sendo reajustados de sobremaneira e denunciados à revelia, segundo determinações do Ato Administrativo nº 3.139/2012, da Infraero, que não acata o que determina a Resolução nº 113, de 2009, da Anac, e desobedece às determinações legais contidas na Lei nº 7.565, de 1986, o Código Brasileiro de Aeronáutica, em seus arts. 40, 175, 220 e outros, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 46, de 2012, da Comissão de Infraestrutura, de minha autoria.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de 15 minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco José de Siqueira, Diretor Jurídico da Infraero.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Bom dia, senhores. Eu saúdo a todos, na pessoa do Presidente da mesa, o Senador João Costa; saúdo os colegas integrantes dos organismos de representação da aviação geral e do sistema de táxi aéreo. Quero lhes dizer, Sr. Senador e senhores ouvintes, que é um prazer estar aqui falando em nome da Infraero para trazer esclarecimentos a respeito das dúvidas que, porventura, existam a respeito desse marco regulatório que rege a atuação da empresa.

Pertenço aos quadros da Infraero há 1 ano e meio. Já cheguei para assumir o cargo de Diretor Jurídico, e vimos fazendo um esforço muito grande, Senador, para demarcar o espaço de atuação da empresa no cenário econômico a partir de um lastro operacional constituído por serviço público, serviço aéreo público, serviço aéreo privado, provendo a infraestrutura necessária para que o Brasil possa voar.

A sociedade brasileira vem, nos últimos anos – os senhores são testemunha viva e são atores desse processo –, ocupando mais e mais os serviços de transportes aéreos. Por uma razão óbvia, houve uma ascensão social significativa nos últimos anos e, por deficiência de nossos serviços de infraestrutura rodoviária, ferroviária, aquaviária, o serviço de transporte aéreo é aquele que melhor atende à vocação de um país continental como o Brasil.

Nesse contexto, chegando à Infraero essa nova administração, em um ambiente sabidamente momentoso de prestação de contas dessa infraestrutura aeroportuária, com obras em 44 dos 66 aeroportos que administrávamos, três deles, recentemente, foram entregues a operadores privados como decorrência de um processo de concessão conduzido pelo Governo a partir do ano passado.

São 44 obras em 63 sítios aeroportuários. Obras de infraestrutura, de construção de terminal, de construção de pista, de parte de estacionamento de aeronave, de parte de estacionamento de veículos, garagens, reformas, instalação de equipamentos novos. Enfim, para modernização de nossos espaços aeroportuários diante não apenas de um apelo evidente que existe na mídia de que temos um déficit e de que precisamos cumpri-lo até que chegue a Copa das Federações, a Copa do Mundo, as Olimpíadas ou uma forma localizada, o Encontro Mundial da Juventude no Rio de Janeiro. Não é só isso, evidentemente. O nosso compromisso é, antes de tudo, com a sociedade brasileira.

O déficit existe para com a sociedade que, por conta dessa demanda pelos serviços de transporte aéreo, precisa, sim, ser bem acolhida, bem acomodada em aeronaves, ser transportada com a velocidade necessária para atender a seus compromissos, para realizar seus sonhos. A ascensão a esse transporte, às vezes, traz uma marca bonita de você entrar em uma aeronave se deslocando por recantos deste País e se deparar com pessoas que voam pela primeira vez, que formam, às vezes, uma pequena romaria ao entregar o membro da família à companhia aérea para vê-lo ser transportado de um espaço para outro. Isso é a vocação do Brasil nesta quadra que estamos vivendo, e a Infraero está bem encartada nesse contexto, bem incorporada a esse processo como gestora dessa política de governo voltada à exploração da atividade aeroportuária, para o provimento adequado de infraestrutura aeroportuária para que o País possa avançar.

Nesse contexto, portanto, a Infraero se viu diante de uma necessidade de rever o marco regulatório de suas atividades voltadas para todos os segmentos de operação dos aeroportos, aviação regular e aviação não regular. Dentro desse contexto, da não regular e

da aviação geral, há a disciplina relativa à ocupação dos espaços aeroportuários destinados à vocação operacional do sistema. Foi aí que, revendo o marco que vinha desde os anos 80, S. Ex^a o Senador João Costa mencionou o Código Brasileiro da Aeronáutica como sendo um marco de partida de 1986, posto e positivado o direito em um contexto em que vivíamos sob a regência de outro texto constitucional. Anos depois, veio a Carta de 1988, mudando significativamente os conceitos, os parâmetros, os princípios relativos à gestão pública.

Nós, como integrantes de uma empresa pública federal, estamos rigorosamente encartados nesse contexto e devemos obediência plena a esse marco legal, constituído, primariamente, por atos emitidos por esta Casa do Congresso Nacional e sua irmã, a Câmara dos Deputados.

Veio, em 1993, a Lei de Licitações, exatamente para dar um novo direcionamento aos princípios de contratação pública vigentes à época como uma herança do marco constitucional anterior. E nós acompanhamos todo esse processo. Houve uma disciplina. A lei se diz muito rígida, não branda.

Lia, ontem, uma referência de que há uma disposição, em algum momento, de enrijecer mais do ponto de vista de exigências dos atores que contratam com a administração pública, satisfazerem a determinados requisitos além daqueles que já hoje são previstos no ordenamento positivo. Mas não vem ao caso... Não venho analisar a norma de *lege ferenda*, eu estou apenas fazendo uma referência para mostrar o contexto em que vivemos sob a regência de um ordenamento legal que nos compete dar cumprimento e nos compete, dentro da competência marginal que existe no âmbito da administração pública, regulamentá-la de forma adequada, obedecidos os preceitos legais para melhor atendimento das finalidades institucionais legadas às empresas públicas, como é o caso da Infraero.

Nesse contexto, pois, sobreveio a lei da Anac, de 2005; sobreveio, depois, uma resolução posta pela Anac, em 2009; sobreveio, em 2009, ainda, o regulamento de licitações da Infraero, baixado por portaria do Ministro da Defesa, que era o órgão supervisor da Infraero ao tempo. Hoje temos um Ministério próprio, cuidando especificamente da aviação civil, que é a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Veio, em 2010, um ato normativo já posto pela Infraero dentro dessa consubstanciação da norma infralegal, posta pelo Ministro da Defesa, na portaria que aprovou o regulamento de licitações da Infraero. Na Resolução 113, da Anac, baixou ela – Infraero – um ato normativo próprio em matéria de distribuição e alocação dos espaços aeroportuários, obedecidos,

naturalmente, os pressupostos básicos, centrais, estabelecidos, seja pela norma do Ministério da Defesa, seja pela norma posta pela Anac como Agência reguladora do setor.

Em que pese toda essa iniciativa, verificamos nós, ao chegarmos, ano passado, na Infraero, que havia sim uma dúvida subjacente na aplicação desse marco normativo e que não permitia uma uniformidade de entendimento em todos os espaços ocupados pela empresa pública Infraero, representada por suas várias superintendências regionais ou de aeroportos espalhados pelo País.

Houve, então, em abril deste ano, uma iniciativa nova, já patrocinada por nós, de rever esse marco regulatório interno para conformá-lo a um contexto de melhor compreensão das leis e dos atos normativos de regência, sobretudo, dos espaços aeroportuários destinados à aviação geral. E, em decorrência dela, as atividades conexas, correlatas, auxiliares desse sistema de operação.

Baixamos um novo ato normativo interno a respeito dessa matéria, estabelecendo, claramente, uma disciplina para efeito de concessão de áreas aeroportuárias de natureza operacional, mediante dispensa de licitação, assentada aí, especialmente no plano da aviação regular mediante licitação normal no ambiente voltado para a atividade da aviação não regular e atividades conexas como eu mencionei.

Esse marco regulatório tem o efeito de enquadrar a empresa Infraero em um ambiente mais adequado a sua atuação como empresa. Conquanto nós executemos uma atividade lastreada em serviço público, nós exercemos uma atividade de natureza econômica. Por que de natureza econômica? Conceitualmente, por ser a Infraero uma empresa pública, já a partir do Decreto-Lei nº 200/67, ela exerce uma atividade de natureza econômica. Não bastasse isso, Senador João Costa, depois de criada a Infraero, ela acabou se transformando, em face de uma participação que havia entre a União e um fundo público de investimento como sócio, em uma sociedade anônima. Empresa pública e sociedade anônima; não de economia mista, mas anônima.

Por expressa disposição do art. 2º da lei de sociedade anônima, Lei 6.404/76, a atividade da sociedade anônima, qualquer que seja seu objeto, será sempre mercantil. Então, somos uma empresa que exerce uma atividade econômica. Por que eu estou qualificando esse objeto com esses contornos? É para dizer o seguinte: embora o lastro em que repousa a atividade econômica da Infraero atenda pela marca do serviço público, este serviço público deve ser bem qualificado para que a empresa funcione como empresa. A aviação regular, que traz a marca do interesse público, está

encartada em um bloco que atende por essa marca de interesse – supremacia do interesse.

Então, essa modalidade de prestação de serviço está claramente definida na norma interna da Infraero como submetida a um processo de concessão mediante dispensa regular de licitação. O serviço não pode faltar. É uma empresa que é acreditada, seja no ambiente interno nacional, porque o capital é marcadamente nacional, ou seja autorizada a operar no País, aqui, ela tem de ter um espaço adequado para operar e prestar o serviço de natureza pública que é a marca de sua atividade.

A aviação geral, no entanto, tem a marca da atividade comercial. Não estou negando que as empresas que explorem atividade de aviação regular não sejam empresas comerciais. Estou falando do serviço! O serviço é marcadamente de natureza pública, de interesse público. O outro, embora mesmo o serviço da aviação geral – e vou mencionar, permitam-me os senhores membros das entidades de representação do sistema de táxi aéreo – seja também qualificado hoje, a partir do Código Brasileiro da Aeronáutica, também como um serviço aéreo público, há de se seguir, conceitualmente, o que o legislador entendeu que deveria ter aquele tratamento, há mais de três décadas ou quase, e realidade subjacente ou vigente hoje nesse sistema, tanto que o projeto enviado pelo Poder Executivo para o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados mais especificamente, e que é objeto hoje de discussão já em um contexto de emenda substitutiva, pautada pela Mesa da Câmara, trouxe, conceitualmente, o sistema de táxi aéreo como serviço aéreo privado.

Então, é uma questão de conceito apenas, por quê? Porque as exigências que se fazem para a operação da companhia aérea regular são muito mais gravosas, muito mais onerosas e momentosas mesmo do que as exigências que se fazem para o sistema de táxi aéreo. A regularidade do voo, a partida, a chegada; a origem, o destino. A obrigação de prover, a tempo e hora, uma infraestrutura própria para manter essa sistemática não é a mesma exigência que se faz para o sistema de táxi aéreo, por exemplo. Por isso mesmo, o Governo entendeu que poderia conceituar o sistema de táxi aéreo como serviço aéreo privado, não mais como um serviço aéreo público.

É uma discussão que o Congresso vai resolver quanto a ir a uma direção ou outra – o que não importa muito. Eu apenas estou colocando, à barca do tratamento que o Governo, em determinado momento histórico, entendeu que melhor qualificava esse serviço em face da natureza operacional dele perante a comunidade.

Diante disso, pois, Senador, eu trago essa mensagem em nome da Infraero. Estou pronto para parti-

cipar do debate e trazer a esta Comissão do Senado os esclarecimentos necessários por parte da Infraero. Estamos sempre prontos a debater, abertos à discussão, abertos às sugestões; enfim, prontos para buscar, em uma trilha bem definida, o melhor objetivo para atender à finalidade institucional perseguida por nossa empresa.

Então, eu quero, em nome da Infraero, mais uma vez, deixar aqui meu registro, meu testemunho de agradecimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura, à Subcomissão da Aviação Civil pela oportunidade de vir, em nome de minha empresa, debater esses assuntos para esclarecimento da sociedade e dos senhores que são representantes dela. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço as palavras do Dr. Francisco Siqueira.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Nogueira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), por 15 minutos.

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Obrigado, Senador João Costa. Quero agradecer o convite enviado à Abag para participar, neste dia, desta reunião. Cumprimento também o Dr. Siqueira, meu colega Wolner; meu Conselheiro na Associação, Rui Thomaz, hoje aqui com a camisa de outra associação. Aos Presentes, meu bom dia.

Senador, ouvindo as palavras do Dr. Siqueira, eu quase fiquei com vontade de ir embora por não ter mais nada o que dizer aqui, porque ele já explicou tudo.

Mas, prestando um pouco de atenção, a gente observa que tem alguns *gaps*, algumas falhas no entendimento, pelo menos passado, do que é a aviação civil, qual é a finalidade dos aeroportos e qual é a função da empresa. Evidentemente, é uma posição um pouquinho diferente da que foi defendida pelo Dr. Siqueira.

Senador, eu trouxe uma apresentação, um pouco educativa, mas me permito, com sua autorização, evidente, passar, porque a gente coloca, educadamente... Não educadamente, mas professoralmente, explicamos o que é a aviação civil que está em um País e que depende, essencialmente, de aeroporto, porque avião depende de aeroporto.

Simbolizando um triângulo, nós temos as várias camadas onde estão os vários segmentos que compõem toda aviação civil. No topo da camada – um pouco difícil de ler para alguns –, nós temos a aviação regular doméstica no segundo piso; no primeiro topo do triângulo, a aviação regular internacional.

A base, toda ela, é a aviação geral. Essa é a base! Qual é a finalidade desse triângulo? É a que, se não tiver as camadas mais baixas ativas, produtivas e funcionando, não existirá a ponta do triângulo, pelo menos de verde e amarelo; pelo menos, não de bra-

sileiros; pode, sim, ter de estrangeiros. Mas não sei se é isso que o Estado quer.

Por favor, o seguinte.

Também só para mostrar o tamanho do que é a nossa aviação segmentada.

O topo, o que representa em termos de aviação, em número, em quantidade. Eu não vou nem entrar na qualidade da aviação.

O seguinte, por favor.

Dentro da aviação geral, como mostrou o eslaide anterior, um dos segmentos é o táxi aéreo.

Aqui, são números só de táxi aéreo, mas nós temos uma ordem, uma noção de grandeza do que é o táxi aéreo no País.

Embora tenha, aqui, duas associações, me desculpem os colegas, o Wolner e o Rui, mas eu já tinha isso levantado no nosso anuário e confrontado com informações do Snet.

Essa é a quantidade de aeronaves que estão prestando serviço neste País.

Por favor, o seguinte.

Cem por cento de transporte de passageiros de plataformas, que é um serviço estritamente feito por táxis aéreos.

Eu vou passar os eslaides, mas vou me deter muito pouquinho, senão eu vou tirar a fala do meu colega Wolner e do colega Rui.

O seguinte, por favor.

Isso é aviação geral. Não é só passageiro, não é só mala. Isso é aviação geral.

Se isso não for serviço aéreo público, se isso não for de interesse, eu rasgo a minha carteirinha da ordem, Dr. Siqueira. Rasgo, não; quebro, porque é de plástico.

Se isto aqui não for de interesse do Estado, o que será?

Adiante, por favor.

Geração de emprego.

A aviação geral brasileira vem crescendo numa curva muito superior às congêneres de outros países.

Em 2010, nós atingimos o segundo lugar em termos de quantidade. A aviação brasileira, a aviação geral, hoje, é a segunda do mundo e só perde para os amigos, para os irmãos do Tio Sam. Todo o restante nós passamos e é um movimento que tem 4, 5 anos com o mais forte.

Ele gera o dado... O coeficiente, direto e indireto, foi buscado no Sindicato Nacional dos Aeronautas. Para cada emprego direto, ele gera, tem uma consequência de dez indiretos, então, a gente pode, por baixo, imaginar que são 330 postos de trabalho ligados à aviação geral no País inteiro – no País inteiro, eu enfatizo, porque a Infraero não está no País inteiro, em termos de aeroportos.

O seguinte, por favor.

Na Abag, a gente está, há dois anos, trabalhando dados e temos um Anuário Brasileiro de Aviação Geral, e esse eslaide é um Boletim de Inteligência que a gente solta a cada 15 dias, sobre pontos de interesse.

Frota distribuída.

A frota de aviação geral distribuída, de aviões convencionais, motor a hélice, espalhada pelo País.

O seguinte, por favor.

A frota de helicópteros, também espalhada pelo País.

O seguinte, por favor.

Os táxis aéreos espalhados no País.

Observem que ele é, realmente, distribuição no País.

O seguinte, por favor.

Oficinas de manutenção.

A distribuição territorial das oficinas que dão suporte ao voo das aeronaves da segunda frota de aviação geral do mundo e, por que não, muitas delas atendem o Governo Federal, atendem o Governo estadual e até alguns Municípios. E atendem, também, a aviação regular, em determinados serviços.

A distribuição territorial.

O seguinte, por favor.

Empregos diretos. É no País inteiro.

O seguinte, por favor.

Este aqui é só um dado do crescimento no ano passado, o que gerou de novos empregos.

A distribuição desses quatro últimos eslaides é para mostrar que a aviação geral é que faz o Brasil ter asas. Não é a aviação regular.

Quem faz o Brasil ter asas é a aviação geral, distribuída em todo o território por empresas que voam, empresas que mantêm o voo, que geram empregos, que pagam impostos, que têm um aspecto social extremamente importante. É um setor que requer profissionalismo, que requer técnica, que requer preparo.

Por que estou mostrando o tamanho e a distribuição? Porque um simples ato de uma empresa executiva de orientações de legislação, no caso a Infraero, um simples ato, por mais nobres que sejam as causas, os motivos – o Dr. Siqueira nos explicou –, por mais nobres que possam parecer, ainda assim, parece que está olhando somente uma ou duas árvores, mas nós estamos tratando de uma floresta do Brasil inteiro.

É muito fácil entender, porque estamos falando de Brasil inteiro, que um ato que olha, pontualmente, os interesses da empresa pode destruir tudo isso.

A aviação se dá por ligações que nós chamamos de capilaridade.

Nenhum avião é feito, fora os de instrução... Claro, o de instrução é feito para voar localmente. Ele decola de “a” e pousa em “a”.

O avião é para transporte, ele é para viajar, ele é para sair de “a” para “b”, para “c”, para “d”.

Quem é, hoje, que voa de um ponto “a” para um ponto “b” sem ter certeza de que, quando chegar lá, vai ter apoio? Ninguém. Ninguém. Ou ele tem apoio próprio, ou ele tem apoio de uma outra empresa para atendimento, até para manutenção.

Se não fosse assim, seria inviável se voar num País deste tamanho, porque, além de passageiro, além de mala, além de carga, ia ter de colocar ferramenta e mecânico de elétrica, de pneu, de motor. Ninguém voa com uma oficina a bordo.

As pessoas entram num avião esperando que ele não dê pane, mas como é máquina, pode dar pane. Como é máquina, pode falhar.

A rede, aquela que mostrei ainda há pouco, das oficinas de manutenção é que dá a garantia de que a aeronave saia da sede por esse Brasilzão todo e vá conseguir ser apoiada onde pousar.

O próximo eslaide, por favor.

Então, a gente chega ao nosso grande óbice, Dr. Siqueira, perdão, Senador João Costa: a Resolução Anac.

Essa Resolução Anac, 113, de setembro de 2009, veio substituir uma portaria antiga, uma portaria do antigo e ex-Departamento de Aviação Civil, que era a Portaria 774, em que estava bem pacífico o entendimento de quem podia estar dentro do aeroporto, porque, na verdade, a portaria ditava procedimentos, mas ela não inventava outros tipos de alcance. Ela se limitava ao que estava previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica e dava procedimento à realização da legislação.

A 113, a Resolução 113, de setembro de 2009, já começou a inventar. Ela já fugiu um pouquinho ao que está previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Eu queria abrir um parêntese sobre um entendimento diverso sobre a aplicação da lei.

Várias leis podem ser citadas, e até as de concorrência, de licitação, mas o meu entendimento, o entendimento de meus companheiros, nesta sessão, é de que quando a área é específica, o tratamento deve ser dado pela lei específica. E a lei específica que rege tráfego aéreo e aeroportos é o Código Brasileiro da Aeronáutica.

Outras leis, leis gerais, podem até ser chamadas, mas o que rege, realmente, é a lei específica e o CBA, a 7565, é específico.

Bom, fechando o meu parêntese, a Resolução 113 já trouxe alguns conceitos, segundo a Anac da

época, inovadores, mas que já não estavam previstos dentro do Código Brasileiro da Aeronáutica.

Tanto é, essa Resolução foi tão ruim, tão ruim, que nós estamos há quase 4 anos, toda a sociedade de aviação, em diversos fóruns, reunidos para modificar essa resolução.

Eu, pessoalmente, sou conselheiro da Anac e, como conselheiro da Anac, juntando-me a outros conselheiros, dentro do Conselho Consultivo da Agência, montamos uma câmara técnica, conforme o Regimento, de infraestrutura.

Essa câmara técnica foi criada no meio de 2010. Já gerou três versões de propostas de emenda à Resolução 113 e essas distintas versões foram sempre acomodando pontos de vistas de técnicos da Agência.

Estava previsto sair, agora, Senador, uma nova versão dessa resolução, que trata justamente sobre as áreas aeroportuárias, no dia 30 de novembro, mas eu creio que os acontecimentos recentes que envolveram a Agência acabaram tumultuando um pouquinho o processo interno e não saiu.

Essa versão que estava previsto sair agora, no dia 30, e não foi publicada, foi costurada a ponto fechadinho, durante um ano e meio.

Então, nós estávamos aguardando que essa resolução saísse, porque ela aclararia pontos obscuros. A primeira edição, a 113, de 2009, colocou no mercado muitos pontos obscuros, permitindo interpretações diversas.

Após quase 4 anos, o mercado amadureceu bastante o entendimento e o que nós fizemos, nós, câmara técnica, em que estavam presentes 43 entidades de representação, inclusive a Infraero participava das discussões... Nós chegamos a um ponto que acomodava o interesse de todos: da Agência, com seus interesses de Estado, e do mercado, da sociedade em geral, com a comunidade de aviação também aceitando perder – porque, inicialmente, o pessoal quer ganhar 100%, mas, aí, não tem como. Sangrando não tem como. Sangrando a carne de um e de outro, nós chegamos a um texto que atenderia, mas, infelizmente, não quis o destino que isso acontecesse agora. Tardamente, e ainda assim não aconteceu.

Bom, nesse meio tempo, desde a Resolução 113 – a primeira versão vem sendo adiada, porque ela tinha um prazo de um ano e foi adiada, então, duas ou três outras resoluções saíram, modificando somente a data fatal da 113, mas o conteúdo permaneceu, nesses quatro anos, o mesmo –, a Infraero soltou alguns atos administrativos orientando seus aeroportos, as suas administrações locais como proceder na execução mais direta, administrativa, atendendo à Resolução 113.

O que aconteceu no 3139, que causou, inicialmente, espécie e, depois, um pouco de revolta, e, depois, muita revolta, é que o 3139 foi além do que previa a 113. Foi além.

A 113 prevê, por exemplo, que os táxis aéreos estão igualmente dispensados de licitação nos aeroportos, conforme está a empresa regular, e o 3139 foi além disso. Mas, além disso, teve a maneira como foi: truculenta. A maneira foi truculenta.

Eu não sei se foi a orientação, acredito que não, porque o Dr. Siqueira é um *gentleman*, então, jamais sairia da sede uma orientação para os aeroportos serem truculentos com as empresas, mas, saiu ou não essa orientação, ela foi executada com truculência: aumento abusivo de preços, notificação de 10 dias, desocupada e utilizada, contrato novo a cada 5 anos.

Nada disso, nenhuma legislação, desde que o Santos Dumont voou, nenhuma legislação disse que isso tem de ser executado. No entanto, o 3139 trouxe isso para o mercado.

O seguinte, por favor.

Efeitos esperados da truculência.

Insegurança jurídica. É evidente, numa empresa que está com seu contrato para vencer, em que todos os seus colaboradores sabem que a truculência vai entrar pela janela, pela porta, pelo telhado, sabedores de que poderá ou não a empresa continuar, a insegurança jurídica está perfeita ali dentro, na insatisfação, na insegurança dos seus colaboradores, na continuidade da realização de contratos com terceiros.

Todas as oficinas de manutenção, e algumas muito mais que as outras, são credenciadas, homologadas por fabricantes de peças de aeronaves. São milhares os componentes de um avião.

As empresas são treinadas, recebem um certificado e fazem, têm um contrato de execução, de manutenção, e nenhum contrato é pequenininho, de pouco tempo, dada a especificidade, dada a técnica requerida, a habilitação da empresa. Então, são contratos, relativamente, de médio prazo.

E como a oficina fica perante suas instalações, porque é exigido, pela Anac, que tenha? É exigido. No ato de autorização de funcionamento, ela tem de comprovar que tem uma área separada, e não pode ter garfo misturado com colher e misturado com prato. Cada um tem de ter o seu lugar. Cada equipamento tem de ter o seu espaço dentro daquela área da oficina, porque assim a Anac exige, assim está previsto para os operadores do RBAC 145.

No entanto, com 5 anos, contratos de R\$10 mil, R\$20 mil... Não vou entrar em discussão se está bombástico, mas de 140 mil... É desconhecer como funciona o mercado, é desconhecer como funcionam as

margens, por isso eu comentei que podem ser bastante nobres as razões da Infraero, mas ela não trabalha para si, ela trabalha para outros. Ela é uma prestadora de serviços, então, ela tem de considerar o outro.

Redução da segurança operacional. Eu, na minha empresa, trabalho com uma margem de lucro pequena e para manter o meu negócio sou truculentamente obrigado a pagar um custo muito maior do que eu vinha pagando anteriormente. Eu vou começar a reduzir custos. Todos nós faremos isso. Dentro de casa nós fazemos isso. E um dos primeiros pontos que a empresa vai fazer é reduzir na segurança operacional. O piloto e o mecânico não vão fazer mais a reciclagem, não vão fazer o treinamento. Há pessoas voando com pilotos com Certificado de Capacidade Física vencido, porque se paga e não se paga barato para cada tripulante fazer a renovação do seu exame físico.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Segurança operacional. Redução da capilaridade. Aquilo que eu mostrei, a distribuição territorial, vai terminar. Redução na formação de recursos humanos, porque é a base. Os segmentos mais baixos estão exatamente na formação dos recursos humanos para todo o sistema de aviação.

Desatendimento da frota governamental. Todos os governos que possuem frota são apoiados por oficinas ou por uma empresa de táxi aéreo, porque tem serviço de manutenção, porque são credenciadas pelo fabricante. É a aviação geral que atende.

Aparece o táxi aéreo pirata. Já se falou muito em táxi aéreo pirata. Inclusive, Senador, a Abag é filiada a um organismo internacional que participa, que tem assento no *International Business Aviation Council* (Ibac). O Ibac está promovendo, neste mês de dezembro, uma reunião em Montreal só para tratar de táxi aéreo pirata no mundo. E nós temos muitos aqui.

O que é o táxi aéreo pirata? O que é o táxi normal que tem na rua, que obedece às exigências da prefeitura para tirar uma série de selos para funcionar? E aí o privado, que não tem esse custo, consegue oferecer um preço mais baixo. No entanto, ele é pirata, porque não obedece à legislação prevista para isso, o carro e o motorista não estão habilitados para isso. O passageiro está inseguro. Se tiver algum problema, nada o socorre, diferentemente do táxi aéreo normal.

Bom, expectativa: redução dos postos de trabalho, redução no consumo de combustível, recolhimento... Ou seja, são efeitos esperados que nós estamos vendo que estão começando a aparecer, simplesmente por causa desse ato.

Já estou terminando.

O seguinte eslaide, por favor, só para fecharmos o raciocínio.

Então, já comentamos a respeito disso. Esse ato não tem nada de razoabilidade. O princípio de razoabilidade e de especificidade devem ser perseguidos, até em respeito ao que temos hoje.

A aviação geral é patrimônio nacional.

Último eslaide, por favor.

Senador, muito obrigado pela paciência de me ouvir. Estou à disposição da mesa para eventuais esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu que agradeço a presença e as palavras.

Concedo a palavra ao Sr. Rui Thomaz de Aquino, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos, por 15 minutos.

O SR. RUI THOMAZ DE AQUINO – Bom dia, Senador João Costa, Dr. Francisco Siqueira, Wolner, Nogueira, amigos, alguns associados.

Obrigado pelo convite, pela oportunidade de estarmos aqui e podermos discutir um pouquinho a preocupação e o momento que vivemos no Brasil.

Eu pediria, por gentileza, se pudesse colocar a apresentação da Abag de novo, no segundo eslaide da pirâmide.

Senador, por 10 anos, eu fui Presidente da Abag. Hoje eu sou membro do Conselho da Abag, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos e fui Presidente, sou Vice-Presidente e serei o Presidente novamente da Associação do Ibac – International Business Aviation Council, que é um conselho de aviação executiva mundial, com sede em Montreal. Temos 15 países, representamos 85% da aviação executiva no mundo. Isso é para dizer há quantos anos e há quanto tempo vimos lutando contra algumas forças inexplicadas.

Esse quadro é simples, é básico, é objetivo, reflete uma realidade e me admira quando as pessoas não o entendem.

Quando falamos de uma empresa regular de transporte aéreo, regular, nós temos que lembrar o seguinte: a primeira coisa que precisa é piloto. Se esse piloto não nascer na primeira linha embaixo, depois fazer uma escola, depois passar por algum tipo de aviação privada. Assim é a lei. São 40 horas, tira o piloto privado. Aí ele não é nada. Ele tem que fazer 150 horas para virar um piloto comercial e aí pode vender o serviço dele. Ninguém o contrata porque ele é 150 horas, inexperiente. Aí pergunto: e como ele faz de 150 para mil horas, que é o mínimo que uma empresa de linha aérea requer para contratar o piloto? Ele precisa voar em algum lugar. Agora, ele voa neste intermédio, onde temos entendido que cada vez mais está difícil nós sobrevivermos. Os custos estão aí e as importâncias

não são dadas da forma como elas assim o são. Não me canso de repetir que a TAM atende 42 cidades no território brasileiro; a Gol atende 45 cidades. Então, nós estamos concentrando os nossos esforços, os nossos benefícios a quem atende 45 cidades, que são as mesmas cidades. Não são 42 mais 45. Não. São as mesmas cidades. Então, estamos concentrando os benefícios, as vantagens todas para elas. Fica tudo para elas. Agora, o País fica com 45 cidades, é atendido.

E táxi aéreo aviação geral? Não, esses caras estão incomodando. Precisam tratar com negócio. Como negócio? Quem faz as remoções desse interior? Quem vai a esse interior? Nós temos quase 4 mil aeroportos no Brasil. Não temos 45. Não existem 45 cidades. São 5.585 Municípios, quase 4 mil aeroportos, e nós estamos discutindo aqui como tirar o táxi aéreo, aonde precisamos chegar. Nunca, nunca. Em todos esses anos, eu sempre disse o seguinte: a aviação executiva do táxi aéreo é um complemento à aviação regular. Ou, então, vamos fazer o seguinte: vamos mandar um Airbus 320 operar numa pista de 700 metros para buscar passageiro. Ah, não. Ah, mas tem um táxi aéreo de quatro lugares que vai lá e atende a demanda que tem lá no mercado. Só que, quando ele volta e vai pousar no aeroporto principal, não tem hangar, não pode, não tem *slot*, não dá, não vai. Espera um pouquinho. Existe uma diferença muito grande entre os objetivos e aonde queremos chegar.

Os custos – e o meu colega Nogueira colocou –, da forma como são colocados, são de maneiras inesperadas, de maneiras abruptas, onde, aparentemente, se entende que seria simples se nós conseguíssemos chegar aqui. Ah, você cobra de mim e eu cobro de alguém. Temos um mercado restrito. Temos um mercado de compromissos com governos, com ambulâncias, com remoção aeromédica, com prestação de serviço, onde não conseguimos fazer esse repasse. Não existe como, não existe essa margem, não existe esse mercado.

É simples: quem quer entender mercado de aviação? Vamos, sem grandes coisas, contar quantas empresas faliram nos últimos 5 anos? Não precisa ser muito inteligente para saber o que aconteceu. E cito mais três ou quatro em processo neste momento. Está aí a Passaredo. A Anac está para suspender a operação dela e tudo bem. Alguém sentou para tentar entender o que está acontecendo? Qual a participação desses custos quando a Infraero diz o seguinte: aeroporto de Ribeirão preto não pode, não pode... Agora, o que eu posso dizer é o seguinte: a minha empresa tem um hangar no aeroporto de Jundiaí. Há 11 anos foi estendida a pista de 1.100 para 1.400 metros para que pudesse operar aeronaves maiores.

Há 11 anos, todas as semanas, faço uma ligação e pergunto por que não regularizaram a pista de 1.100 para 1.400 metros. A última explicação que tive da Anac era: há algumas coisas aí que não podemos aceitar. Falei: então, fecha o aeroporto. Acabou, simples. Fecha o aeroporto, encerramos, porque aí vocês não têm obrigação, vocês não têm risco, a posição é mais cômoda, e nós acabamos. Esse é o caminho, porque a outra forma é a escassez de espaço.

Obviamente já foram comentadas aqui quais são as dificuldades que vamos enfrentar pela frente. Esse assunto de custo, de espaço, obviamente, quando chegamos, pouca gente tem noção. Vou dar um exemplo para vocês: operar um táxi-aéreo no aeroporto de Brasília. Você tem que ir para o terminal 2. Devido ao tráfego, às vezes você leva entre 20 e 30 minutos taxinando a aeronave até a outra pista, na cabeceira da pista, para poder decolar de lá. Existe um lugar no mundo que acontece desse jeito: chama-se Brasil, cidade Brasília. É meio óbvio que, se há uma pista do lado, você taxia para ali e decola dali. Então, essa é a realidade que vivemos. Agora, estamos queimando combustível, meio ambiente, gastando tempo, queimando freio, táxi. É tudo custo. E isso não é considerado em nenhum momento. Ou seja, para mim é muito óbvio; para qualquer um que está aqui é óbvio; a única coisa é o seguinte: nós precisamos tirar os táxis-aéreos daqui dos aeroportos. Tudo bem. Se arrumar outro lugar para colocar, tudo bem. Não tem.

Eu participo de algumas comissões onde estamos discutindo o assunto Copa do Mundo. Por quê? Porque a Fifa determinou o seguinte: os convidados da Fifa ou quem for só podem em aeronave TPX, táxi-aéreo. Beleza. Então, chamaram-nos. Nós fomos para lá, táxi-aéreo. Eu vou dar um número para vocês: haverá 180 mil jornalistas no Brasil durante o período da Copa. A base será Rio de Janeiro. Se nós pegarmos 1% dos jornalistas que resolverem ou que tiverem a necessidade de se movimentar entre as cidades dos jogos, estamos falando em 1.800. Como não estamos falando em aviões de quatro, seis, oito lugares, vocês imaginam o tamanho do transporte, o que vai acontecer nesses 60 dias de Copa. Não estou nem falando que não há lugar para esses aviões pousarem, porque a decisão mais sábia que houve, recentemente, no Rio de Janeiro... Ah, nós estamos com problemas de infraestrutura aeroportuária. O que fizeram? Os táxis-aéreos estão proibidos de vir para o Rio de Janeiro. Essa foi a decisão mais sábia que aconteceu. Essa é simples: ah, estão proibidos de vir para cá.

Senador João Costa, sábado, a ABTAer teve uma reunião em São Paulo, com a maior representatividade que eu já vi até hoje, em termos de empresa, porque é

o clamor do momento que vivemos, é a preocupação que nós temos. Havia mais de 50 empresas presentes: Macapá, Belém, Campo Grande, Porto Alegre, Fortaleza, Salvador – há alguns amigos nossos de Salvador –, enfim, do Brasil. E o momento é o seguinte: o caminho é, num curto espaço de tempo – dessas 183, que já foram 400 –, cairmos para algumas empresas ou este mercado desaparecer. Este mercado não tem condição de sobrevivência da forma como está. Nós não temos renovação de frota. Mais de 50% da nossa frota aqui, no Brasil, têm mais de 30 anos. E as únicas notícias que nós recebemos é assim: você está interdito, você não pode, o preço subiu, está mais caro o custo. Enfim, é essa preocupação.

O que eu queria dizer é o seguinte, corroborando as palavras do companheiro Nogueira e mostrando esse quadro: nós sabemos das importâncias, da importância da aviação internacional, da aviação regular, da aviação regional, de todas elas, mas nós queríamos ter o mesmo respeito, a mesma consideração para com aquelas que são consideradas de serviço público, e assim o fizemos a vida inteira. Então, a importância tem que ser considerada, a importância tem que ser respeitada. Nós já explicamos cada um deles aqui, e o que eu posso dizer é o seguinte: hoje, provavelmente, aqui, em Brasília, já devem ter morrido cinco ou seis pessoas de moto ou de carro, mas, se um monomotor com um piloto decolar e cair, nós vamos ser capa de todos os jornais amanhã de manhã. Nós sabemos disso. Assim é a aviação e assim é a forma como somos tratados. Então, fica aqui o clamor da Associação Brasileira das Empresas de Táxi Aéreo, a preocupação que a gente tem. Os fatos lhes são claros, os fatos são evidentes, e condições de resolver a gente tem.

Contamos com o Senado, com a Câmara, com os Srs. Senadores, e, quanto à Infraero, que ela tenha a devida consideração para com o nosso setor, que é de suma importância. É inquestionável: cada um no seu pedaço. Ou seja, se a aviação regular tem a importância dela, o táxi aéreo tem toda a sua importância. Não estou dizendo que um é mais importante que o outro, mas ela também tem importância e tem de ser considerada e respeitada.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Nós precisamos incluir nesse rol o Governo. Esse problema é grande demais para resolvermos sozinhos. O Governo tem de estar com disposição para solucionar.

Concedo a palavra ao Sr. Wolner Aguiar, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo.

É Vólner ou Vonei?

O SR. WOLNER AGUIAR – [Vôlner].

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – [Vôlner].

Então, apenas para repetir o nome, Wolner Aguiar, representante do Sindicato das Empresas de Táxi Aéreo.

O SR. WOLNER AGUIAR – Senador, bom dia.

Meus cumprimentos ao senhor; ao Ricardo, nosso colega; ao Rui Aquino; ao Dr. Siqueira, já velho conhecido nosso. Bom dia aos presentes.

Bem, falar por último, depois até do Nogueira, é complicado para mim, porque ele não deixou nenhuma palavra para eu discorrer.

Mas vou tentar, dentro do nosso conhecimento, do nosso pouco conhecimento, complementar, então, o que o Nogueira falou, o que o Rui também falou, mas abordando especificamente o táxi aéreo.

Então, em nome aqui das empresas de táxi aéreo, através do SNETA, nós agradecemos a oportunidade de voltar à Casa e de discutir novamente esse assunto, que tem deixado a indústria da aviação geral numa insegurança, como o próprio Nogueira e o Rui colocaram, sem precedentes.

Durante a apresentação, a gente vai então comentando e complementando os dados. Com a devida permissão, então, do Senador, vou fazer a apresentação, também um pouco didática, para que os presentes conheçam um pouco do táxi aéreo. E, no passar dos eslaides, vou complementando com algumas informações adicionais.

Cento e oitenta e oito empresas atuando em todo o território nacional.

Esse eslaide meu está um pouco desatualizado. O Rui falou em empresas que faliram, o Nogueira apresentou 183, acho que cinco já foram, então, para o espaço.

Mil duzentos e trinta e sete aviões, 325 helicópteros, para uma média de 1,5 milhão de passageiros transportados por ano, 80 mil empregos diretos e indiretos e R\$1 bilhão em impostos recolhidos por ano. Então, esse é o tamanho do táxi aéreo no Brasil.

Essas empresas associadas ao SNETA colocamos só para o conhecimento dos presentes. Algumas empresas, a Líder, a TAM, a Aeróleo, BHS, Senior, Helisul, Global, Sete, Algar, Morro Vermelho, Sotan, Atlanta, Bertol, Weston, Rio Branco, Palmas e Fast Flight. São 188, 183, uma média de 180 empresas que estão sobrevivendo ao cenário atual, associadas ao SNETA.

Essa tela mostra um grande serviço que o táxi aéreo executa, hoje, no Brasil e que é por muitos desconhecido: o suporte à indústria de exploração de petróleo e gás no Brasil. Muita gente desconhece que esse serviço só pode ser executado através do táxi aéreo. Então, ele é fundamental para a indústria de óleo e gás.

Cem por cento dos passageiros das empresas exploradoras de petróleo e gás são transportados diariamente por helicópteros, por táxi aéreo. Não há nenhuma empresa privada ou governamental. Todas as empresas são de táxi aéreo. Mais de um milhão de passageiros transportados por ano – 100%, mais de um milhão.

Ali, só uma comparação: enquanto as embarcações mais rápidas navegam a uma velocidade de 40 quilômetros por hora, os helicópteros atingem a velocidade de 280 quilômetros por hora. Isso está sendo muito mais constante e presente devido à distância cada vez maior em que as plataformas são instaladas.

Hoje, são 160 helicópteros de médio e grande porte que atuam nesse serviço, cada um com uma média de 110 horas de voo mensalmente.

Estima-se que essa frota, em 2020, deverá atingir a marca de 271 aeronaves – de 160 para 271 aeronaves –, pulando, então, desse patamar de 1 milhão de passageiros transportados para 2 milhões de passageiros transportados por ano, com um investimento de mais de R\$2,5 bilhões em novos equipamentos.

Nesse setor as maiores operadoras são a Líder, a Aeróleo, a BHS, a Omni e a Senior.

É um serviço que... Até indo na esteira do Dr. Siqueira, quando ele fala da marca do interesse público, em que a Infraero direciona seus esforços para a aviação regular, vou me permitir, Dr. Siqueira, com o devido respeito, discordar do senhor, porque isso é interesse público. Então, a Infraero deveria também direcionar as suas energias, as suas atividades para as empresas de táxi aéreo. Esse aí é apenas um dado do que o Nogueira já falou e do que o Rui já falou.

Só para ilustrar, são as maiores contratantes, os maiores exploradores de petróleo e gás no Brasil. São a Petrobras, Schell, Eksons, Repsol, OGX, Chevron, Statorium, BG Grupo, BP, Anadarko, Maersk, Perenco, Queiroz Galvão e Transpetro. Essas são as empresas que contratam o serviço de táxi aéreo para exploração de gás e óleo.

A integração nacional através do táxi aéreo.

Ao contrário do que se pensa, do que muita gente, hoje, no Brasil pensa – isso é algo que temos de rebater –, táxi aéreo não é somente o transporte de passageiro de alto poder aquisitivo; não é aquele empresário que comprou seu avião e que voa pelo Brasil afora. Táxi aéreo é muito além disso.

As receitas líquidas das 100 maiores empresas brasileiras em 2011 foram de quase R\$1 trilhão, quase um terço do PIB brasileiro. Todas essas empresas utilizam regularmente a aviação geral de maneira privada ou através das empresas de táxi aéreo.

Conforme vários estudos internacionais, a maior parte das aeronaves da aviação executiva são utilizadas para negócio. Nós vamos mostrar no próximo quadro a expressão gráfica dessa frase.

O transporte de passageiros, através da aviação geral, viabiliza o transporte para estudo e realização de novos projetos, que, por fim, facilitam a fixação de populações em suas regiões de origem, onde os novos empreendimentos serão instalados.

É programa do Governo descentralizar os grandes polos industriais, e isso só é feito através do atingimento dessas cidades mais longínquas, desses Estados menos favorecidos, tirando-se um pouquinho do eixo econômico Rio, Minas e São Paulo. Isso só é feito, só é conseguido através do táxi aéreo.

Nesse sentido lembramos que o Governo... Bem, aí já falamos. Está-se repetindo o que falei.

É importante destacar ainda que a aviação geral é a maior formadora de mão de obra, pilotos, engenheiros e mecânicos para as empresas de aviação regular. Já é, então, uma repetição do que o Rui colocou, do que o Nogueira colocou. Não vou ser repetitivo aqui, explanando mais sobre o assunto, mas é um fato: não há como se questionar a importância do táxi aéreo no desenvolvimento de pilotos, mecânicos e engenheiros, sempre levados para a aviação regular. Esse é o grande celeiro de formação de mão de obra.

Esse gráfico retrata um pouco o que o Rui falou sobre a questão da amplitude da aviação regular e, em contrapartida, da amplitude da aviação não regular, o táxi aéreo, aviação geral.

No quadro da esquerda, temos representadas graficamente as 134 localidades onde a aviação regular opera, e, no gráfico da direita, a representação gráfica dos locais onde o táxi aéreo alcança. Ora, não precisa de confirmação: aviações complementares. A aviação regular não compete com a aviação não regular; elas são complementares, uma praticamente não sobrevive sem a outra.

Esse é o quadro, de que falei atrás, sobre a questão da utilização do táxi aéreo e da aviação regular. A barra azul, a aviação comercial, a aviação regular, e a barra verde, a aviação do táxi aéreo.

Atividades não relacionadas a negócios. Nisso a aviação regular é bem maior. Férias e descanso, *idem*. Gestão de negócios já existentes: já se vê aí uma ascensão considerável do táxi aéreo e da aviação geral. Reuniões com clientes e tratamento de novos investimentos: aí a aviação geral e o táxi aéreo se sobrepõem à aviação regular, de forma expressiva – 75% dos propósitos estão dedicados a negócios, 40% ligados a investimento, 28% à gestão operacional e 7% a reuniões com clientes.

Esses dados comprovam, então, aquela questão da utilização do jato executivo, do bimotor em voos. Não é a questão só da utilização pelo empresário rico, que utiliza suas aeronaves, há um propósito muito maior.

Por favor.

Esse quadro mostra outros serviços, também frutos do táxi aéreo. São essenciais e oferecidos pelas empresas de táxi aéreo, que também muita gente desconhece. O Rui já citou, o Nogueira, também: a questão de transporte de enfermos em UTIs aéreas e de transporte de órgãos. Isso é feito pelo táxi aéreo, devidamente regularizado. Aeronaves do tipo helicóptero para inspeção de linhas energizadas, torres, antenas e gasodutos. Isso também é feito pelo táxi aéreo. E os voos de inspeção, transporte de equipamentos e pessoas e para o combate a incêndio na região da Amazônia, provendo-se suporte às ações do Ibama. Isso também é táxi aéreo.

Então, são serviços... Nesses anos todos, conversando com entidades e com o Governo, percebemos o desconhecimento dessas pessoas sobre a real utilização do táxi aéreo.

Por favor.

Além disso, como o Rui falou e o Nogueira também, ninguém decola de um ponto a outro sem o devido suporte. A aeronave, apesar de feita para voar sempre, é uma máquina, necessita de reparos, de inspeções programadas, de reparos de panes. Esse suporte é necessário principalmente para as oficinas de táxi aéreo instaladas pelo Brasil todo.

Quase todo o suporte técnico da frota de aeronaves que serve ao táxi aéreo é prestado localmente, gerando-se uma enorme quantidade de empregos diretos e indiretos.

Aí a formação de mecânicos. Todas as empresas que prestam serviço de manutenção das aeronaves treinam seus colaboradores locais, transferindo conhecimentos técnicos de itens de alta tecnologia.

Nesse sentido, para prestar esse suporte técnico, estão instaladas no Brasil, com modernos centros de manutenção, diversas empresas internacionais, através de parcerias com empresas locais ou diretamente, tais como Pratt Whitney, GE Aviation, Turbomeca, Dassault, Bombardier, Hawker Beechcraft, Embraer e Helibrás – Eurocopter, transferindo tecnologia e capacitando mão de obra local que, daqui a algum tempo, vai ser absorvida pela aviação regular.

Não obstante a importância das oficinas de manutenção – e aí a necessidade de áreas aeroportuárias –, todo o suporte em terra para a aviação executiva – tudo que o avião, passageiro e tripulação necessitam em solo – é provido pelas oficinas de apoio a esses serviços.

Todo o suporte em terra aos passageiros do táxi aéreo e das demais aeronaves privadas é executado pelas empresas especializadas de atendimento aeroportuário.

Tais empresas prestam suporte em solo para aeronaves privadas e de táxi aéreo, com equipamentos de rampas, serviço de estacionamento, comissariaria e limpeza.

Além disso, essas empresas auxiliam no posicionamento das aeronaves de táxi, fora das pistas, em segurança. As empresas de suporte em terra também atendem às aeronaves executivas estrangeiras, que trazem diariamente executivos e autoridades para reuniões e eventos internacionais, como, por exemplo, a Rio+20, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

No período de janeiro a agosto de 2012, mais de mil aeronaves estrangeiras operaram somente no aeroporto de Guarulhos; no mesmo período, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil ultrapassaram a marca de US\$30 bilhões.

Bem, Senador e presentes, esses são os eslaides complementares aos já apresentados pelo Nogueira, já complementados também pelo Rui Aquino, e a nossa participação neste debate, mostrando, então, a importância do táxi aéreo para o setor.

Coloco-me à disposição e agradeço novamente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Nós é que agradecemos a presença de todos.

Recebi algumas perguntas durante a reunião, encaminhadas ao Dr. Francisco de Siqueira, representante da Infraero; ao Ricardo Nogueira, representante da ABAG; ao Sr. Rui Aquino; e ao Sr. Wolner Aguiar.

Eu vou passar às mãos dos senhores as perguntas e gostaria que me respondessem por escrito futuramente, que me encaminhassem as respostas por escrito.

Este problema é muito maior que todos nós – o que está acontecendo com a aviação geral e com a aviação regular. Essa classificação de que a aviação regular desempenha um serviço público e que a aviação geral desempenharia um serviço privado e que, portanto, precisaríamos adequar isso aos conceitos de mercantilização e trazer cobranças de taxas diferenciadas para um setor e para outro setor é uma discussão que não vai ser resolvida hoje, que não será resolvida nesta mesa, nesta reunião, mas que deve ser resolvida.

É preciso criar uma equação em que a aviação geral permaneça de pé, com toda a segurança que esperamos da aviação, e que o Governo também permaneça de pé. Ou seja, é preciso encontrar uma equação em que as partes consigam encontrar um denominador comum que seja bom para todos e, prin-

cipalmente, bom para os usuários do serviço. Esses, sim, precisam ser protegidos por nós e tratados com absoluta responsabilidade.

Se, encarecendo os custos de operação, nós diminuimos a segurança e aumentamos os riscos, precisamos sentar à mesma mesa, o Senado, a Câmara, representantes do Senado, representantes da Câmara, representantes do Governo, representantes da aviação geral, e, sim, depois de uma boa linha de negociação, de composição, encontrar a solução.

Então, passarei às mãos de cada um as perguntas que me foram encaminhadas. Espero as respostas por escrito, agradeço a presença de todos, de maneira especial, dos convidados.

Agradeço muito, em meu nome e no do Senado, os esclarecimentos que foram feitos, a contribuição que cada um dá neste momento tão difícil que a aviação passa.

Estamos enfrentando novo desafio, que é o desafio da Copa do Mundo, o desafio de eventos internacionais e nacionais que vão surgindo e que dependem da aviação geral.

Espero em breve encontrar uma solução, que será divulgada.

Muito obrigado a todos. Tenham um bom dia.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

Obs.: Seguem abaixo as respostas enviadas pelos convidados.

Resposta do Convidado **Francisco José de Siqueira**, Diretor Jurídico da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero:

Pergunta nº 1:

Existe algum procedimento por parte da Infraero no sentido de prover incentivos para as atividades dos táxis aéreos e oficinas de manutenção como concessionárias dos sítios aeroportuários?

Resposta: Os Planos Diretores elaborados pela Infraero contemplam a distribuição das áreas aeroportuárias de modo a proporcionar o desenvolvimento de todas as atividades relacionadas à aviação civil, especialmente a atividade de táxi aéreo e de oficina de manutenção de aeronaves.

Pergunta nº 2:

Algumas empresas vêm recebendo correspondências de Superintendentes da Infraero informando que a renovação de seus contratos não seria possível devido ao Ato Administrativo nº 3139/PR/2012. Qual é a posição da Infraero ante tal situação?

Resposta: Sobre esse tema, relativo à prorrogação dos prazos de vigência dos contratos, há de se esclari-

recer que a concessão de uso de áreas aeroportuárias administradas pela Infraero se encontra disciplinada no Regulamento de Licitações e Contratos da empresa, editado pela Portaria Normativa nº 935/MD – Ministério da Defesa, de 26 de junho de 2009, no Ato Administrativo nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012.

A concessão de uso de área comercial nos aeroportos encontra regulamentação específica nos artigos 11 a 23 do Regulamento de Licitações da Infraero e a concessão de uso de área operacional encontra disciplina no Ato Administrativo nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012. O referido Ato Administrativo estabelece a obrigação de a Infraero realizar, em regra, licitação para promover a concessão de uso de área para as empresas prestadoras de serviço aéreo público não regular e para as atividades que lhe sejam comuns ou acessórias. Com base no referido arcabouço normativo, devem os Superintendentes da Infraero acompanhar e fiscalizar os contratos de concessão de uso de áreas aeroportuárias, informando aos concessionários o termo inicial e final das referidas relações jurídicas e as hipóteses em que são admitidas as prorrogações dos prazos de vigência dos instrumentos contratuais.

Pergunta nº 3:

Resposta: Quais são os critérios da Infraero para redefinir os valores das atuais concessões, e qual a orientação que a mesma passou para as concessionárias dos aeroportos privatizados, como O de Brasília, que também estão subindo os valores das concessões para os usuários da aviação geral e táxis aéreos?

Resposta: A Infraero realiza pesquisa nos aeroportos sob sua administração para fixar o lance mínimo a ser ofertado nos certames públicos destinados às concessões de uso de áreas aeroportuárias, entretanto, o preço específico para utilização da área é ofertado pelo próprio concessionário no curso da licitação. Por seu turno, a fixação do preço para a concessão de uso de áreas destinadas ao despacho de aeronaves, passageiros e respectivas bagagens, carga e descarga de aeronaves ou instalação de escritórios administrativos, não precedida de licitação, ocorre por intermédio da Tabela de Preços Específicos, publicada anualmente no Diário Oficial da União – DOU, a qual é formada por quatro grupos de aeroportos, com preços do metro quadrado de área fixados de acordo com a inserção do aeroporto em cada grupo. Por fim, cabe registrar que a política de preço relativa à distribuição de áreas nos aeroportos concedidos pela União obedece às regras do

mercado, dentro do princípio da livre iniciativa.

Resposta do Convidado **Rui Thomaz de Aquino**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer:

Pergunta nº 1:

Além dos reajustes quanto às alocações dos hangares e de sua colocação e em licitação, quais outros reajustes de taxas e tarifas tem imposto a INFRAERO para a categoria?

Resposta: As outras tarifas que mais tem impactado e comprometido na composição de custo dos serviços do táxi aéreo são as de pouso / decolagem. Para melhor evidenciar os abusos, tomamos a liberdade de enviar em anexo a minuta do Ofício ABTAer 032/2012, que está sendo protocolado na INFRAERO. Reclamações sobre este mesmo assunto (tarifas aeroportuárias), também estamos protocolando Ofícios no DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Ofício 031/2012) e na ANAC (Ofício 033/2012).

Ofício ABTAer 032/2012

São Paulo – SP, 08 de Dezembro de 2012

A INFRAERO – Aeroportos

At. do Presidente, Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale

Prezados Senhores:

A ABTAer – Associação Brasileira das Empresas de Táxi Aéreo, na condição de representantes de seus associados vem, respeitosamente, **solicitar a INFRAERO a isenção das tarifas de Pousos que incidem sobre todas as aeronaves TPX com PMD até 12.500 lbs.**

A motivação para esse pedido ser feito de forma direta é resultado da situação crítica com custos elevadíssimos que são impostos às empresas de táxi aéreo, de forma não justificada. Comparado com o exterior, mesmo com a crise econômica mundial, percebe-se que nos outros países o táxi aéreo vive um momento especial, e no Brasil, apesar de uma economia mais robusta e dos inúmeros problemas de mobilidade, o cenário é bem menos otimista para o segmento.

Por isso, muitos empresários do setor reclamam do aumento abusivo de taxas aeroportuárias e das exigências que inviabilizam os pequenos operadores. Segundo eles, tanto a legislação quanto as taxações são voltadas para linhas aéreas, deixando o serviço de táxi aéreo sufocado. Temos visto muitas empresas de táxis aéreos sendo fechadas ou com seus certificados suspensos devido aos altos encargos e requerimentos.

Caracteriza **Tarifa de Pouso** – Remunera os custos dos serviços e das facilidades proporcionados às operações de pouso, rolagem e permanência da aeronave em até três horas após o pouso. Afinal, quais facilidades que justificam a cobrança do valor da tarifa

de pouso para aeronaves na faixa de PMD até 6? As aeronaves TPX até a faixa citada, suas operações não podem ser niveladas às aeronaves da aviação regular – No Art. 2 da Lei 6009/73 fala da efetiva utilização aos preços que incidirem sobre a parte utilizada. Ora, as aeronaves TPX utilizam em proporção muito inferior aos serviços para aviação regular.

Os critérios de cobrança de tarifas e os reajustes praticado e previsto sem fundamento para os aumentos abusivos, em percentual muito desproporcional da realidade atual, em rota contrária à política econômica, um ato de arbitrariedade, pois devemos ter reajustes apoiados e justificados em índices oficiais como IGPM, IPCA. Isso elevou em muito, de forma muito significativa, o comprometimento das despesas com tarifas na composição dos custos das empresas de táxi aéreo, que hoje passam por inúmeras dificuldades, em grande parte corroborada por estas penosas cobranças de tarifas, expondo a risco de falência do segmento.

Ao compararmos a tarifa cobrada para uma aeronave mais popular, um Sêneca, pela Resolução Nº 103 de 23 de Junho de 2009 com a atual temos um reajuste de 304,46%.

Ora, se os valores que eram praticados em 2009 já eram elevadíssimo para o porte das empresas / aeronaves de táxi aéreo, o valor atual, inviabiliza o setor, responsável pelo transporte de pessoas, cargas (*destinadas ao desenvolvimento do país e numerário*), UTI em mais de 3.000 municípios.

Portanto, pelos relevantes serviços prestado a Nação pelas empresas de táxi aéreo no desenvolvimento do país, por si só justifica a isenção da tarifa retro mencionada, inclusive se verificado o ônus elevado para as empresas e a representatividade ao arrecadador. Ainda como sugestão, no contexto da Aviação Geral, poderiam excluir o táxi aéreo – Aviação Não Regular por Demanda e taxar mais o restante que são particulares, onde muitas são aeronaves utilizadas no transporte aéreo clandestino, com custo muito menor por não haver exigências / acompanhamento, e alto risco para as pessoas transportadas, a exemplo de recentes acidentes.

Temos observado que as justificativas para os reajustes abusivos seriam por corte do subsídio, Investimentos e atualizar para privatizar. Também argumentam que pelo tempo decorrido sem reajustes, se aplicar a correção os reajustes ainda ficam abaixo. Essa não é a metodologia mais adequada, considerando que o correto é comparar o que justifica o volume cobrado, a proporção aplicada em relação ao tipo / porte e o impacto sobre o onerado. A permanência desses critérios de cobrança de tarifas viram um objeto incerto e duvidoso.

Neste ato a ABTAer, visando respaldo no pleito, esta solicitação esta sendo representada pelo Presidente, Cmte Milton Arantes Costa, Vice-Presidente Rui de Thomaz de Aquino, Superintendente Enio Paes de Oliveira, Tesoureiro Leo Cassiano Moreira Rezende e as Empresas Associadas assinantes deste ato mandatário.

Respeitosamente,

Cmte Milton Arantes Costa
Presidente | ABTAer

Rui Tomaz Aquino
Vice – Presidente | ABTAer

Enio Paes de Oliveira
Superintendente | ABTAer

Leo Cassiano Moreira Rezende
Tesoureiro | ABTAer

ADDEY Taxi Aereo Aerotop Taxi Aereo Algar Aviation
Táxi Aéreo

AMAPIL Taxi Aereo AMAZONAVES Taxi Aereo APUI
Taxi Aereo

ATA – Aerotáxi Abaeté Bitten Táxi Aéreo Brasil Vida
Taxi Aereo

Ceara Taxi Aereo CENTRAL Taxi Aereo CHC Taxi Aereo

Colt Táxi Aéreo CTA Taxi Aereo FLEX Taxi Aereo

FRETAX Taxi Aereo Global Táxi Aéreo GLOBO Táxi
Aéreo

Goair Táxi Aéreo HEISS Taxi Aereo Helimarte Taxi Aereo

HERINGER Taxi Aereo JACARÉ Taxi Aereo JAD Taxi
Aereo

JATO Taxi Aereo JUTA – Junqueira Taxi Aereo Logika
Táxi Aéreo

Manaus Aerotaxi NHR Taxi Aereo – Financeiro NO
LIMITS Taxi Aereo

PEC Taxi Aereo RIMA – Rio Madeira Aerotaxi Rio
Norte Táxi Aéreo

SANTAFE Taxi Aereo STILUS Taxi Aereo TAP – Táxi
Aéreo Piracicaba

Tio Táxi Aéreo TWO Taxi Aereo UIRAPURU Taxi Aereo

VOAR Táxi Aéreo WDA Táxi Aéreo

Ofício ABTAer 031/2012

São Paulo – SP, 08 de Dezembro de 2012

Ao

DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo

At. do Vice-Diretor Major-Brigadeiro-do-ar José Roberto Machado e Silva

Prezados Senhores:

A ABTAer – Associação Brasileira das Empresas de Táxi Aéreo, na condição de representantes de seus associados vem, respeitosamente, **solicitar ao DECEA a isenção das tarifas de Navegação Aérea que incidem sobre todas as aeronaves TPX com PMD até 12.500 lbs.**

A motivação para esse pedido ser feito de forma direta é resultado da situação crítica com custos elevadíssimos que são impostos às empresas de táxi aéreo, de forma não justificada. Comparado com o exterior, mesmo com a crise econômica mundial, percebe-se que nos outros países o táxi aéreo vive um momento especial, e no Brasil, apesar de uma economia mais robusta e dos inúmeros problemas de mobilidade, o cenário é bem menos otimista para o segmento.

Por isso, muitos empresários do setor reclamam do aumento abusivo de taxas aeroportuárias e das exigências que inviabilizam os pequenos operadores. Segundo eles, tanto a legislação quanto as taxações são voltadas para linhas aéreas, deixando o serviço de táxi aéreo sufocado. Temos visto muitas empresas de táxis aéreos sendo fechadas ou com seus certificados suspensos devido aos altos encargos e requerimentos.

Os critérios de cobrança de tarifas e os reajustes praticado e previsto sem fundamento para os aumentos abusivos, em percentual muito desproporcional da realidade atual, em rota contrária à política econômica, um ato de arbitrariedade, pois devemos ter reajustes apoiados e justificados em índices oficiais como IGPM, IPCA. Isso elevou em muito, de forma muito significativa, o comprometimento das despesas com tarifas na composição dos custos das empresas de táxi aéreo, que hoje passam por inúmeras dificuldades, em grande parte corroborada por estas penosas cobranças de tarifas, expondo a risco de falência do segmento.

Também, outro fato que justifica a isenção é que, de acordo com a Portaria nº 44 / DECEA de 29 de Março de 2012, no Capítulo IV – Das Isenções, Art. 49, item II, na sua redação “aeronaves privadas brasileiras utilizadas em serviços da Administração indireta Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal”, enquadram na isenção de tarifas, considerando que grande parte

dos serviços prestados pelas empresas de táxi aéreo são através de contratos com esses Órgãos citados e, também, para a Administração direta, ambos enquadradas nessa condição de isenção.

Ainda, na Portaria nº 2/GC5 de 05 de Janeiro de 2012 trata sobre recomposição de valores das tarifas que, além dos 175% de reajustes aplicados entre 2011/2012, a partir de Janeiro/ 2013 terá mais 83,85%.

Ora, se os valores que eram praticados antes de 2011 já eram elevadíssimo para o porte das empresas / aeronaves de táxi aéreo, o valor atual, acrescido do reajuste a partir de Janeiro / 2013 inviabiliza o setor, responsável pelo transporte de pessoas, cargas (*destinadas ao desenvolvimento do país e numerário*), UTI em mais de 3.000 municípios.

Portanto, pelos relevantes serviços prestado a Nação pelas empresas de táxi aéreo no desenvolvimento do país, por si só justifica a isenção das tarifas retro mencionadas, inclusive se verificado o ônus elevado para as empresas e a representatividade ao arrecadador. Ainda como sugestão, no contexto da Aviação Geral, poderiam excluir o táxi aéreo – Aviação Não Regular por Demanda e taxar mais o restante que são particulares, onde muitas são aeronaves utilizadas no transporte aéreo clandestino, com custo muito menor por não haver exigências / acompanhamento, e alto risco para as pessoas transportadas, a exemplo de recentes acidentes.

Temos observado que as justificativas para os reajustes abusivos seriam por corte do subsídio, Investimentos e atualizar para privatizar. Também argumentam que pelo tempo decorrido sem reajustes, se aplicar a correção os reajustes ainda ficam abaixo. Essa não é a metodologia mais adequada, considerando que o correto é comparar o que justifica o volume cobrado, a proporção aplicada em relação ao tipo / porte e o impacto sobre o onerado. A permanência desses critérios de cobrança de tarifas viram um objeto incerto e duvidoso.

Neste ato a ABTAer, visando respaldo no pleito, esta solicitação esta sendo representada pelo Presidente, Cmte Milton Arantes Costa, Vice-Presidente Rui de Thomaz de Aquino, Superintendente Enio Paes de Oliveira, Tesoureiro Leo Cassiano Moreira Rezende e as Empresas Associadas assinantes deste ato mandatário.

Respeitosamente,

Cmte Milton Arantes Costa
Presidente | ABTAer

Rui Tomaz Aquino
Vice – Presidente | ABTAer

Enio Paes de Oliveira
Superintendente | ABTAer

Leo Cassiano Moreira Rezende
Tesoureiro | ABTAer

ADDEY Taxi Aereo Aerotop Taxi Aereo Algar Aviation
Táxi Aéreo

AMAPIL Taxi Aereo AMAZONAVES Taxi Aereo APUI
Taxi Aereo

ATA – Aerotáxi Abaeté Bitten Táxi Aéreo Brasil Vida
Taxi Aereo

Ceara Taxi Aereo CENTRAL Taxi Aereo CHC Taxi Aereo

Colt Táxi Aéreo CTA Taxi Aereo FLEX Taxi Aereo

FRETAX Taxi Aereo Global Táxi Aéreo GLOBO Táxi
Aéreo

Goair Táxi Aéreo HEISS Taxi Aereo Helimarte Taxi Aereo

HERINGER Taxi Aereo JACARÉ Taxi Aereo JAD Taxi
Aereo

JATO Taxi Aereo JUTA – Junqueira Taxi Aereo Logika
Táxi Aéreo

Manaus Aerotaxi NHR Taxi Aereo – Financeiro NO
LIMITS Taxi Aereo

PEC Taxi Aereo RIMA – Rio Madeira Aerotaxi Rio
Norte Táxi Aéreo

SANTAFE Taxi Aereo STILUS Taxi Aereo TAP – Táxi
Aéreo Piracicaba

Tio Táxi Aéreo TWO Taxi Aereo UIRAPURU Taxi Aereo

VOAR Táxi Aéreo WDA Táxi Aéreo

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRA-ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e vinte e três minutos do dia treze de março do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo

II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Sodré Santoro, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Wilder Moraes, Armando Monteiro e Magno Malta. E dos Senadores não membros da Comissão Valdir Raupp, Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner. A presidência registra a presença dos Deputados Federais Jerônimo Goergen, Presidente da CINDRA – Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados, Romário Faria, Presidente da CTD – Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, José Rocha, Paulo Foletto, Sérgio Brito e Valadares Filho. Deixam de comparecer os Senadores João Durval, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Amorim. Justificam a ausência os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de audiência pública, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho, para discorrer sobre a nova proposta para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que será discutida e votada durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR). A audiência é realizada com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Inácio Arruda, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Eduardo Suplicy, Cícero Lucena, Wellington Dias, Ivo Cassol, e, ainda, o Deputado Federal Jerônimo Goergen, Presidente da CINDRA – Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados. Finda a audiência pública, com a anuência do Plenário, o Presidente coloca em votação o **ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 03, de 2013** – Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações da pasta de Turismo para os próximos anos. **Autoria:** Senadores Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira e Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar,

encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Comissão.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a respectiva nota taquigráfica. Comunicados.

Recebemos ofício do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, Senador Gim Argello, indicando o Senador Sodrê Santoro como membro titular da CDR, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Recebemos do Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, no ano de 2012 – antes era o Deputado Wilson Filho, agora, o nosso Deputado Jerônimo Goergen –, o relatório final do VI Simpósio da Amazônia: Desenvolvimento Regional Sustentável – Regiões Norte e Nordeste, realizado em 6 de novembro de 2012.

Realizaremos, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a Comissão de Assuntos Econômicos, amanhã, quinta-feira, 14 de março, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, o estudo dos Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744, 761, de 2011, e 35, 89, 100 e 114, de 2012, Complementares, que estabelecem normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

Na oportunidade, contaremos com a presença do Sr. Cláudio José Trinchão Santos, Coordenador dos Secretários Estaduais da Fazenda do Confaz e Secretário da Fazenda do Maranhão.

Essa reunião conjunta será realizada amanhã em decorrência de um requerimento aprovado por esta Comissão.

Eventos.

No dia 14 de março, quinta-feira, reunião ordinária do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo.

No dia 15 de março, abertura do 5º Salão Mineiro de Turismo e do 7º Salão do Turismo da Abav-MG, em Belo Horizonte.

Demais assuntos.

Sr. Presidente da Comissão da Amazônia, Deputado Jerônimo Goergen, agradeço a V. Exª a cordialidade de ter vindo da Câmara dos Deputados até o Senado. Sabemos dos afazeres que V. Exª tem, inclusive com a eleição de novos membros, que o ajudarão a conduzir essa importante Comissão, que agora recebeu uma nova denominação, porque a ela foram acrescentados novos afazeres.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apresentação do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que vem, nos termos do disposto no art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado, combinado com o art. 50, *caput* e I, e art. 58, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, apresentar a nova proposta para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Ferraço, com muito prazer, concedo-lhe a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srs. Presidentes, antes de nós termos aqui o prazer e o privilégio de ouvir o nosso querido, estimado e diligente Ministro, eu gostaria de submeter a V. Exª uma preocupação que quero, naturalmente, compartilhar com as Srs. Senadoras e com os Srs. Senadores.

O Senador Inácio Arruda acompanhou esse debate ontem muito de perto por sua propriedade e importância.

Sr. Presidente, tramita, nesta Casa, o Projeto de Resolução nº 1, de 2013 – também a Senadora Ana Amélia participou desse debate ativamente ontem. Esse projeto altera o sistema de ICMS em nosso País. Ele não apenas altera a alíquota, mas transfere também da origem para o destino a apropriação do ICMS, que é a principal fonte de arrecadação de receitas para a maioria dos Estados brasileiros. Esse projeto, Sr. Presidente, tem um elevado impacto no desenvolvimento regional dos nossos Estados. O ICMS foi, nos últimos anos, e é uma ferramenta muito importante para a contribuição do desenvolvimento em nossos Estados.

Pois bem. Qual é a minha preocupação, Sr. Presidente? É que esse projeto está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos, e nós apresentamos um requerimento em plenário para que também tramite na

Comissão de Desenvolvimento Regional. Não há como, Senador Inácio Arruda, um projeto dessa dimensão não merecer a avaliação, não merecer o prestígio de V. Ex^a e desta Comissão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A meu juízo, esse é um projeto, essa é uma resolução que centraliza, que concentra o desenvolvimento regional, impedindo que os Estados nacionais possam ter autonomia para trabalhar a atração de investimentos que possam gerar oportunidades no conjunto dos nossos Estados.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Na mesma linha de V. Ex^a, quero anunciar que também dei entrada, na semana passada, em um requerimento. E a Mesa, inclusive, já pediu o processado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Porque a ordem de tramitação passa a ser na CDR, não mais na CAE. Isso é muito importante, porque aqui cuidamos das regiões do Brasil, do desenvolvimento regional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ou seja, requeremos, então, juntos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O nível de preocupação é o mesmo.

E nós queremos pedir o concurso e a liderança de V. Ex^a na condição de nosso condutor, de nosso Presidente, para que esse requerimento possa ser considerado pelo Plenário e esta Comissão possa ser ouvida.

Ontem, foi anunciado, Sr. Presidente, um cronograma para se votar essa resolução até o dia 26 em plenário. Corre na Casa um esforço – e eu peço o apoio de V. Ex^a e do Partido Socialista Brasileiro –, um requerimento para que isso seja votado em regime de urgência. Como votar um tema dessa dimensão, que implica elevados impactos econômicos e sociais em nossos Estados, a toque de caixa?

O apelo que faço a V. Ex^a, ao mesmo tempo em que fico feliz que, mais uma vez, estou agindo convergentemente com meu Líder Inácio Arruda, é na direção de que, não apenas na Comissão de Assuntos Econômicos, mas na Comissão de Desenvolvimento Regional, possa-se debater esse tema. Esse é um apelo que faço a V. Ex^a. Fiz um requerimento em plenário, mas quero crer que V. Ex^a, na condição de nosso Presidente, poderá fazer chegar ao Presidente Renan Calheiros essa reivindicação.

Quero crer que esse requerimento deva ser de todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

É esse o comunicado que trago a V. Ex^a. Tenho certeza de que, pelo dinamismo, V. Ex^a já dá sinais de que vai liderar e coordenar esta Comissão de Desenvolvimento Regional em nossa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Ricardo Ferraço, eu quero agradecer a V. Ex^a e enaltecer o seu gesto e a iniciativa sua e do Senador Inácio Arruda em propor que esta Comissão se debruce sobre assunto tão polêmico quanto este da mudança do ICMS, que é, sem dúvida alguma, como se referiu V. Ex^a, uma das mais importantes receitas. Nas regiões mais pobres, é a mais importante receita. Nenhuma atitude pode ser tomada pelo Senado Federal – V. Ex^a tem razão – sem audiência da comissão competente. O que diz respeito aos interesses regionais, da CDR. Então, V. Ex^a toma uma iniciativa louvável, ao lado de nosso Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente desta Comissão, no sentido de fortalecer a ação política e desenvolvimentista desta Comissão.

Agradeço a V. Ex^a. Meus parabéns. Mais uma vez, V. Ex^a está sintonizado com os interesses do nosso País.

Eu gostaria de designar os Senadores Inácio Arruda e Lídice da Mata, assim como Ricardo Ferraço, para introduzirem no recinto o nosso Deputado Federal e Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra. (Pausa.)

Sr. Ministro Fernando Bezerra; Sr. Senador Inácio Arruda, nosso Vice-Presidente; Sr. Deputado Jerônimo Goergen, Presidente da Cindra, da Câmara dos Deputados; permitam-me V. Ex^{as}, antes de iniciarmos os debates e a exposição do Ministro, fazer uma referência à presença deste Ministro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Este Ministro dinâmico, trabalhador, eficiente percorre todo o Brasil, semanalmente, para conhecer, de perto, as dificuldades vivenciadas pelo nosso País durante as enchentes, durante as intempéries, que são muitas. Quando não são as secas, são as enchentes. O nosso Ministro está sempre presente, emprestando a solidariedade do Governo da Presidenta Dilma nos eventos que acontecem por todo este vasto País.

Sr. Ministro, é uma honra recebê-lo aqui, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional, que tem uma perfeita sintonia com os trabalhos do seu Ministério. Aqui, estamos à disposição de V. Ex^a para, juntos, trabalharmos pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

Sr. Ministro, um dos temas mais recorrentes, um dos diagnósticos a respeito do Brasil é o de que se

trata de um País assimétrico, desigualmente desenvolvido. Estaria aí, segundo convicção assentada, a matriz de uma série de desajustes políticos, econômicos e sociais que resultam num País injusto, em permanente conflito consigo mesmo, em busca, há décadas, de selar um novo Pacto Federativo. Equalizar esse quadro tem sido o desafio não superado de sucessivos governos. Não se corrigem, da noite para o dia, questões que remontam ao tempo da Colônia e que permaneceram à margem das preocupações dos governantes por séculos.

O desafio chega aos nossos dias. Coube ao governo do Presidente Lula estabelecer um novo marco nesse processo, com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de fevereiro de 2007.

Estamos agora diante de nova e decisiva etapa com a convocação da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, de 18 a 22 deste mês. É um passo à frente em busca de cumprir um dos objetivos fundamentais da Nação, como determina o inciso III do art. 3º da Constituição Federal: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

A presença do Ex^{mo} Sr. Ministro Fernando Bezerra nesta reunião evidencia o interesse de associar esta Casa – a Casa da Federação – a essa iniciativa. E, Sr. Ministro, a presença também do Deputado Jerônimo Goergen significa essa mesma sintonia entre a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Ministério dirigido por V. Ex^a.

Nossa resposta não pode ser outra senão um “sim” maiúsculo. E não será uma participação meramente protocolar ou figurativa. Será uma presença proativa, entusiástica, já que o tema do desenvolvimento regional e da superação das disparidades tem sido uma das maiores preocupações do Senado ao longo de muitas legislaturas.

Estamos também determinados a promover uma audiência pública com o objetivo de auscultar a sociedade e de recolher propostas e sugestões que deem conteúdo substantivo a esse trabalho. O País não pode continuar passivo diante de seus desafios.

Já temos, há muito, o diagnóstico; precisamos agora implementar a terapêutica. Precisamos alinhar as diretrizes de desenvolvimento da Nação, ajustando-as às políticas de desenvolvimento das macrorregiões e dos Estados federados.

Não terá efeito, contudo, uma política regional de cima para baixo. É preciso – e é este o objetivo da conferência, tão incentivada por V. Ex^a – dar à nova política regional o selo participativo, para que a redu-

ção das desigualdades resulte de um consenso de compromissos nacionais.

Louvo a iniciativa do Ministro Fernando Bezerra de dar realce efetivo a essa questão, que, em suma, fundamenta a missão institucional de sua pasta: promover a integração nacional, o desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do País, assegurando inclusão socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população.

A I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, não tenho dúvidas, ensejará o estabelecimento de novos princípios e diretrizes para a reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, promovendo nova concentração federativa e social.

A PNDR foi instituída por decreto; sua nova versão deverá traduzir-se em lei que, votada pelo Congresso, dará maior efetividade e representatividade a seus postulados.

O Brasil, há muito, anseia por realizar suas potencialidades e tornar-se uma nação do Primeiro Mundo. Não o fará enquanto não superar suas desigualdades sociais e regionais. Felizmente, estamos nesse caminho.

Que essa conferência, sobre a qual V. Ex^a se debruçará nesta reunião, represente mais um passo nessa direção. São os votos de todos os membros que integram esta Comissão de Desenvolvimento Regional.

O Deputado Jerônimo Reis, Sr. Ministro, Deputado Jerônimo Goergen, digo melhor – Jerônimo Reis foi um Deputado de Sergipe, por sinal, muito amigo meu –, tem uma atividade a ser executada no âmbito de sua comissão, e precisa se retirar, porque a sua reunião vai acontecer agora, às 9 horas. Antes, porém, ele gostaria de dizer algumas palavras e homenagear V. Ex^a.

Com a palavra, o Deputado Jerônimo Goergen.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP – RS) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Valadares. Saudando V. Ex^a, quero cumprimentar os demais Senadores, como o Senador Inácio Arruda, nosso Vice-Presidente; de maneira muito especial, a Senadora Ana Amélia, minha conterrânea; e o Senador Benedito de Lira, que integram a Bancada do Partido Progressista, que tenho a honra de, junto com o Líder Arthur Lira, integrar na Câmara Federal.

É um momento, para mim, bastante significativo, Ministro, porque nós estamos numa nova fase da Comissão na Câmara também. A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, até a semana anterior, era a Comissão da Amazônia, Integração e Desenvolvimento. Portanto, eu percebia lá que, Senador Benedito, nas horas das escolhas de seus membros, havia uma impressão de que apenas quem fosse do Norte poderia integrá-la. A Câmara dei-

xou, Senador Valadares, de debater temas de integração nacional e de desenvolvimento regional que são da mesma importância que o tema amazônico, que é, sem dúvida, um orgulho e uma responsabilidade para o Brasil. Portanto, a alteração do nome, Ministro, tem exatamente este objetivo: abranger os temas da defesa civil, os temas do desenvolvimento regional, os temas que envolvem a integração. Ontem, nós elaborávamos a agenda de trabalho, e surgiram temas infinitos que nós podemos debater. Portanto, quando o Senador nos ligou convidando para aqui estar, fiz questão de pessoalmente acompanhar, de estar aqui e de respaldar o seu trabalho e o trabalho da Comissão.

Eu gostaria, sim, de fazer com que a comissão voltasse a ser um dos participantes formais desse seminário. Eu soube até que, no passado, tínhamos sido convidados, e a ausência nossa nos excluiu, como comissão. Não fomos participantes efetivos desse trabalho. Eu gostaria que V. Ex^a nos reinserisse na participação desse debate.

Aproveito, conforme ontem mesmo, formalmente, fiz pessoalmente contato com a sua assessoria, para convidá-lo para que, na próxima quarta, nós Deputados possamos recebê-lo para um café da manhã, para apresentar o debate da nova política de desenvolvimento regional. Seria fundamental para quem pretende reativar a força dessa comissão. Tenho certeza de que devemos debater as questões regionais, o crescimento do Brasil, buscando uma força para que não pensemos um Brasil isolado, mas um Brasil só, um Brasil que somos todos nós, que é de todos nós. Portanto, fazer uma política nacional de desenvolvimento é uma grande responsabilidade. Tenho certeza de que, conduzido por V. Ex^a e pela Presidente da República, teremos condições de dar passos concretos nesse sentido.

Desejo, Senador Valadares, uma reunião muito profícua, de grandes resultados, de muito trabalho, reafirmando o compromisso da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para que aquilo que depender de nós possa realmente vir a atender às demandas do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Uma boa reunião de trabalho aos senhores. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu quero agradecer às Senadoras Ana Amélia e Maria do Carmo e aos Senadores Rodrigo Rollemberg, Sodrê Santoro e Ruben Figueiró, assim como ao nosso ex-Presidente Senador Lira, das Alagoas, e ao nosso Vice-Presidente Inácio Arruda, essa figura importante do Nordeste do Brasil, representante do Ceará.

O Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro, após o que, poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição. A lista já foi distribuída. É favor se pronunciarem os Senadores e Senadoras que tiverem interesse.

Inicialmente, então, teremos a palavra do Ministro, que terá um tempo de meia hora. Com a palavra V. Ex^a, Sr. Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COLHO – Muito obrigado.

Eu queria saudar o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, companheiro, amigo, Senador Antonio Carlos Valadares; cumprimentar o nosso Vice-Presidente, companheiro, Senador Inácio Arruda; e cumprimentar os senhores membros da Comissão. Saudando a Senadora Ana Amélia, que todos se sintam saudados.

Eu queria dizer da minha alegria por ter recebido esse honroso convite para, na manhã de hoje, poder falar de um tema que considero estar na ordem do dia do debate aqui, no Congresso Nacional, e, de forma particular, no Senado da República, em função das diversas matérias que tramitam no Congresso Nacional que dizem respeito ao equilíbrio federativo. Aqui, discute-se a questão da partilha dos *royalties*; aqui, discutem-se as novas regras de distribuição do FPM e do FPE; aqui, discutem-se as alíquotas interestaduais de ICMS. Portanto, o momento é muito oportuno.

É nesse sentido que o Ministério da Integração Nacional, desde o ano passado, buscou o protagonismo e a iniciativa de estimular um amplo debate na sociedade brasileira em torno da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O Senador Antonio Carlos Valadares fez aqui um breve resumo da nossa experiência nesse assunto. A primeira PNDR surgiu no governo do Presidente Lula, mas eu gostaria de enfatizar que é a primeira vez que nós realizamos uma conferência nacional sobre o tema. Assim como a sociedade brasileira foi mobilizada para debater as políticas públicas de saúde e de educação, nós também o fizemos no que diz respeito à questão do desenvolvimento regional.

No ano passado, só para dar uma breve informação, nós realizamos 27 conferências estaduais em todas as unidades, inclusive uma aqui no Distrito Federal, e, na sequência, realizamos cinco conferências

macrorregionais em todas as regiões do País, às quais busquei ir pessoalmente. Estive em Porto Alegre, no Norte, no Centro-Oeste, no Nordeste, no Sudeste, para que pudéssemos recolher subsídios, indicações, sugestões que aqui apresentamos. Todo esse debate reuniu mais de dez mil pessoas. E uma coisa é interessante: quando nós fazemos uma análise dos participantes desse debate, mais de 60% dos que ali se fizeram presentes tinham nível superior ou título de mestres ou de doutores. Ou seja, nós tivemos a contribuição da academia, dos institutos de pesquisa, das agências de desenvolvimento regional. Portanto, nós estamos com ricas contribuições e importantes subsídios que podem embasar as diretrizes para uma nova PNDR.

E por que uma nova PNDR? Essa é a primeira pergunta. Por que estamos envolvidos no debate de uma nova PNDR? Essa próxima transparência coloca, de forma muito clara, por que temos que buscar esse debate, essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro, permita-me fazer uma interrupção rápida.

Eu gostaria de convidar o Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado Romário, para fazer um gol aqui na nossa Mesa e participar dos nossos trabalhos.

Agradeço a V. Ex^a, Deputado Romário, pela sua presença prestigiosa, com as devidas escusas ao Sr. Ministro por interrompermos por um instante a sua fala. Pode continuar, Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Eu falava das razões para que promovêssemos esse debate. E aqui, nesta transparência, fica muito clara a razão disso. Apesar de todo o esforço desenvolvido nos últimos anos, fica claro que nós ainda somos um País profundamente desigual.

Aqui trazemos o PIB de cada uma das macrorregiões. Fica, portanto, evidente a questão e o desafio em relação ao Nordeste, mas não se pode tratar de desenvolvimento regional como uma coisa meramente territorial ou do interesse de uma única região, porque nós não temos o consenso nem o apoio da sociedade brasileira para enfrentar essas disparidades e essas desigualdades.

A figura ao lado sobre informação de população e PIB regional é muito mais interessante porque traz também a renda *per capita* das diversas regiões brasileiras. E aí percebemos que o tema do desenvolvimento regional interessa a todas as regiões.

Por exemplo, é um desafio promover o equilíbrio do desenvolvimento na metade sul do Rio Grande do Sul. É um grande desafio hoje cuidar do despovoamento econômico do oeste de Santa Catarina. Continua

sendo um desafio a questão do Vale do Ribeira, em São Paulo. E poderíamos, portanto, continuar citando diversos outros exemplos, porque a primeira PNDR já inaugurava esse novo conceito de não circunscrever o desafio do equilíbrio federativo, restringindo a discussão apenas à questão das macrorregiões, mas procurando enxergar as diversidades e as diferenças regionais no âmbito de cada território estadual ou de cada macrorregião.

E assim percebemos que a nossa tarefa é gigantesca. Nós precisamos, portanto, da contribuição da sociedade, do Congresso Nacional, para que possamos avançar na elaboração de uma nova PNDR.

E passo à decisão. Nós vamos realizar a conferência nacional. A Presidenta Dilma – eu quero dar a notícia em primeira mão – decidiu participar da abertura da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que se dará na próxima terça-feira, no espaço Brasil 21, em Brasília. Na sequência, vamos ter 60 dias para sistematizar todas essas contribuições, e, nos últimos 30 dias – 60 dias mais 30 são 90 –, até 30 de junho, o Governo Federal vai encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei que institui a nova PNDR.

Haverá, então, o debate aqui na Casa do povo brasileiro para que possamos, até o final do ano, à luz das decisões que o Congresso Nacional tem pela frente, retratar nessa PNDR todos os novos instrumentos a fim de buscarmos aquilo que é o desejo de cada um de nós: construir um Brasil mais igual, um Brasil mais justo, um Brasil mais fraterno.

Próximo.

Aqui nós mostramos os avanços que se verificaram ao longo dos últimos anos. O Brasil fez um esforço muito grande no sentido de aplicar políticas públicas voltadas para aqueles que sempre estiveram excluídos do processo de desenvolvimento econômico-social. O Governo Federal, nos últimos dez anos, ampliou, de forma substancial, os gastos sociais. Então, a despesa pública em programas de proteção social e de valorização do salário mínimo que pudessem, portanto, retirar da pobreza extrema milhões e milhões de brasileiros – esse é um resultado notável que nós alcançamos nos últimos anos – retrata, portanto, todo o esforço que o Brasil empreendeu.

Aqui há esta figura com o anúncio recentemente feito pela Presidenta Dilma. A pobreza extrema, em 2003, existia em quase 17,5% da população brasileira, mas estamos nos aproximando de zerá-la neste ano, considerando pobreza extrema toda unidade familiar que tem uma renda *per capita* inferior a R\$70,00.

Então, na realidade, o Brasil produziu um grande avanço nesses últimos dez anos, procurando atingir profundamente o quadro do desequilíbrio social.

Aqui nós estamos percebendo que a renda dos 10% mais pobres cresceu no Brasil, nesses últimos dez anos, 6,8% e a renda dos mais ricos, os 10% mais ricos, cresceu 1,5%. Então, toda a política econômica do Governo brasileiro nos últimos anos foi uma política de distribuição, de inclusão social, de proteção social, criando, portanto, a dinâmica que todos nós estamos constatando. Nós nos transformamos num País de classe média.

Esta próxima figura mostra o que o Brasil conseguiu de 2003 para cá. A classe C, que representava 37,6% em 2003, hoje representa mais da metade da população brasileira. Por isso, a Presidenta Dilma recentemente disse que o Brasil se transformou num País de classe média.

Agora, aqui também percebemos que todo esse esforço do Governo brasileiro – o esforço do Presidente Lula e, na sequência, o da Presidenta Dilma – conseguiu, no período de 2003 a 2011, taxa de crescimento média anual de 4,3% contra a média anual, de 1984 a 2003, de 2,5%. Pela primeira vez no Brasil, convivemos com o crescimento econômico e convivemos também com a redução da desigualdade social, porque, em períodos anteriores, até mesmo na época do milagre brasileiro na década de 70, havia crescimento, mas não conseguíamos reduzir o quadro da desigualdade social. É o que esta transparência aqui ilustra com muita força.

Portanto, nós estamos vivendo esse círculo virtuoso de manter o crescimento econômico do Brasil acelerado e, ao mesmo tempo, estamos reduzindo as desigualdades sociais.

Aqui nós trazemos também as taxas de crescimento entre 2000 e 2009, a taxa de crescimento média anual do PIB das diversas regiões. Se para o Brasil a média de crescimento, de 2000 a 2009, foi de 3,2%, percebemos o movimento que ocorreu. O Norte cresceu, em média, 4,7%; o Centro-Oeste, 4,6%; o Nordeste cresceu, em média, 3,6%; e o Sudeste e o Sul cresceram abaixo da média brasileira. Ou seja, no esforço do crescimento brasileiro, houve também uma preocupação com o recorte regional, houve um esforço do Governo brasileiro para animar o desenvolvimento das regiões mais deprimidas, das regiões periféricas do desenvolvimento nacional, e também conseguimos reduzir, de forma acentuada, os desequilíbrios regionais.

Mas vamos perceber que, embora tendo ocorrido isso, é preciso fazer muito mais. Embora tenha ocorrido a redução das desigualdades regionais, se mantivermos o mesmo ritmo das políticas verificadas até aqui, chegaremos a esta constatação que é a razão principal de uma nova PNDR: mantidas as políticas atuais para que nenhum brasileiro de nenhuma região tenha uma

renda média inferior a 75% da renda média nacional, nós levaríamos quase 60 anos para poder atingir isso. Então, acho que não cabe aguardar 60 anos para que possamos ter um País mais equilibrado. Essa é a razão da PNDR.

O Brasil, que, nos últimos dez anos, conseguiu eliminar a pobreza extrema, é um País que tem que colocar na sua agenda – na agenda de trabalho, na agenda de preocupação, na agenda pública dos governos, da União, dos Estados e dos Municípios – a construção, nos próximos dez anos.

E aí já obtemos a primeira informação: a ambição de que a nova PNDR tenha um horizonte temporal de dez anos e que tenha como principal objetivo equilibrar a Federação, assegurando, ao final desses dez anos, que não haveremos de permitir que a renda *per capita* de nenhuma região brasileira seja inferior a 75% da renda média de todo o conjunto do País.

Então, é isto que nós temos que discutir: que instrumentos de políticas públicas nós devemos viabilizar para que possamos construir este País mais igual, este País mais justo e este País mais fraterno.

E aqui trazemos algumas informações que já estão sendo desenvolvidas pelo Governo da República, mas é, digamos, importante não só intensificar esse caminho, fazer mais do que estamos fazendo, mas também tentar identificar novas políticas que possam dar um dinamismo ainda maior nessa direção.

Por exemplo, na medida em que colocamos mais renda para os mais pobres e na medida em que incluímos maior número de brasileiros na classe média, nós geramos consumo. E, ao gerar consumo, uma série de investimentos em atividades industriais e em atividades de transformação, de logística, de comércio começaram também a ocorrer nessas regiões menos dinâmicas, menos pobres. Então, quem verifica os investimentos... Por exemplo, setores da indústria de higiene pessoal, da indústria de alimentos, da indústria de vestuário, da indústria de móveis, indústrias muito concentradas no espaço do Sul e do Sudeste, começaram a migrar para algumas regiões do Centro-Oeste e do Nordeste. Por quê? Porque se começaram a confirmar as demandas, as necessidades de consumo para esses mercados emergentes. E, nos últimos oito anos, verificamos um investimento crescente em indústrias de transformação para atender às necessidades dos novos consumidores.

Nós aqui também trazemos a necessidade dessa nova PNDR, porque é importante que o Congresso Nacional, ao discutir os temas que estão aqui para deliberação, temas que estão sendo reclamados pela própria sociedade brasileira, também não vote essas questões de forma isolada. É preciso ter uma visão conjunta de todos esses temas, porque todos eles vão

rebatem nesta questão mais importante que é a construção de um País mais equilibrado.

Então, nós precisamos ter uma visão e uma compreensão de todas as questões que estão aqui para deliberação e gostaríamos de trazer o debate da PNDR para o Congresso, para que, na sua capacidade de criar consensos, de formular políticas públicas, pudesse trazer para dentro da PNDR esse colchão, a fim de acomodar as aspirações e as tensões que estão sendo vividas aqui na Casa do povo brasileiro em função de todas essas demandas. Primeiro, os riscos de não criarmos verdadeiras ilhas de dinamismo no Brasil e os espaços periféricos ficarem esquecidos no processo de desenvolvimento. Então, nós não podemos, digamos assim, ter visão estreita ou isolada das questões que estão sendo discutidas pela sociedade brasileira.

E também nós não podemos abandonar a visão de desenvolvimento regional. É óbvio que precisamos acabar com a guerra fiscal, mas é preciso também deixar claro quais são os instrumentos que vão permitir os investimentos nas regiões de mais baixo dinamismo. Como isso vai ocorrer? Como viabilizamos, se queremos de fato isso? É importante que se extinga a guerra fiscal entre os Estados brasileiros, mas é importante que não se subtraíam os instrumentos de estímulo, de incentivos, para que os investimentos também possam ocorrer nessas regiões menos dinâmicas.

Eu já falei aqui sobre o assunto, mas há questões que precisam ser tratadas e são desafios não só para os Estados das regiões menos desenvolvidas, mas também para todo o Estado brasileiro: a questão da reforma tributária, a questão do FPE, a questão das dívidas dos Estados, a questão da Previdência, de como equacionar a questão da Previdência dos Estados e dos Municípios. Portanto, todas essas questões são instrumentos importantes para que possamos equilibrar a nossa Federação.

Nós trazemos aqui um conceito que é possível e já provamos, nesses últimos dez anos, que o Brasil pode crescer e promover equidade. Nós crescemos e eliminamos a pobreza extrema. O que queremos trazer agora é o conceito de podermos ser um País competitivo, oferecendo oportunidades de todas as regiões e de todos os territórios poderem competir, disputar investimentos, criar condições para a felicidade das pessoas que moram em todos os espaços nacionais e manter a política de inclusão social. Ou seja, vamos criar um País competitivo, mas vamos manter o nosso compromisso de ser um País inclusivo, um País que não vai abandonar os mais pobres. Muito pelo contrário. Um País que vai buscar chamar todos os brasileiros para participar desse processo de desenvolvimento e de crescimento.

Então, essa é, digamos assim, a fotografia desse equilíbrio que nós queremos buscar nas políticas que vão animar a nova PNDR. Esta é a construção desse novo Brasil: políticas públicas que possam, digamos, integrar, juntar, unir a aspiração da equidade social, do equilíbrio regional para sermos um País competitivo para disputar investimentos em escala global e, ao mesmo tempo, incorporar os conceitos de inovação, porque o Brasil não pode parar no tempo. Nós estamos disputando mercados com todas as nações e precisamos preservar um conceito que está muito presente em todas as políticas públicas brasileiras e é uma exigência da sociedade brasileira: o respeito ao conceito da sustentabilidade.

E aqui demonstramos um pouco, digamos assim, da evolução, das visões da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Primeiro, trazemos a grande mudança que ocorreu entre 2003 e 2011, fruto da discussão e da implementação da primeira PNDR.

Já naquela primeira PNDR, nós começamos a abandonar o conceito velho que era aquele de abordar a questão do desenvolvimento regional voltado quase que exclusivamente para o Norte e o Nordeste. A visão, então, de equilíbrio federativo estava voltada só para buscar o desenvolvimento de determinados espaços do território nacional. E imaginava-se que esse desenvolvimento dessas regiões poderia ser alcançado apenas trazendo grandes investimentos, sem ter o cuidado de procurar saber o diálogo que esses grandes investimentos devem buscar fazer com os arranjos produtivos locais, buscando a integração com as economias locais.

Há aí o debate entre uma visão mais moderna e uma visão mais arcaica.

Portanto, esse era o pensamento que, digamos, por muito tempo prevaleceu dentro não só do Ministério da Integração, mas da Secretaria de Políticas Regionais, antes do Ministério da Integração, e a própria visão predominante dentro das agências de desenvolvimento regional.

Nós inauguramos, na primeira PNDR, essa abordagem das múltiplas escalas, que é a questão da integração nacional, que é a questão do equilíbrio federativo. Isso teria que ser buscado em todo o Território nacional, e era preciso discutir primeiro a visão local, as aspirações locais, os arranjos de produção local, o que animava a economia daqueles territórios. E, aí sim, buscar investimentos que pudessem dar dinamismo às atividades que ali já se praticavam, incorporando um componente importante para o desenvolvimento nacional.

Nós somos um País muito diverso, não só do ponto de vista da biodiversidade, mas da cultura, da

economia, das nossas raízes históricas. Esse é um ativo importante para o Brasil, um País que tem uma formação bonita do ponto de vista histórico, político e social. Nós temos que tirar partido dessas diferenças regionais brasileiras como um ativo para as nossas políticas de desenvolvimento.

Próximo.

Aqui há um balanço. O que não avançou? Por que a primeira PNDR não produziu, digamos assim, resultados ainda mais exuberantes? Acabamos de mostrar que conseguimos incluir e conseguimos reduzir, sim, as desigualdades regionais. Mas, se mantivermos esses mesmo instrumentos, nós vamos levar 60 anos para termos um País equilibrado como recomenda, por exemplo, a OCDE, que formula as políticas públicas para os países desenvolvidos, que não permite que rendas *per capita*s de territórios subnacionais sejam inferiores a 75% da média daquele território. É isso que estamos buscando como nosso objetivo.

Mas, analisando as coisas que devem melhorar, a primeira coisa que queremos destacar é que a primeira PNDR ambicionava, aspirava à criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. Nunca foi criado. Não saiu do papel.

Agora, no Governo da Presidenta Dilma, no âmbito dessa discussão da reforma tributária, estão aqui no Congresso Nacional para serem votados dois novos fundos. Um é o fundo de compensação pela reforma fiscal, pela eliminação da guerra fiscal; o outro é o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. Então, é importante que possamos criar, implementar e operacionalizar o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. É evidente que a conferência vai trazer subsídios, vai trazer sugestões de como deve ser esse fundo. E é evidente que a proposta do Governo será aperfeiçoada, aprimorada aqui no Congresso Nacional, para que possamos ter um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional robusto, que possa de fato fazer a diferença e que possa estimular os investimentos nos diversos territórios do nosso País.

Outra coisa também que nós constatamos é que a Câmara de Políticas de Integração Nacional, que deveria ser um fórum que deveria ter sido empoderado com poder político para poder fazer valer a implementação de políticas públicas que levassem a esse equilíbrio federativo, também ficou no papel, não se tirou do papel para que ela pudesse de fato ser um protagonista dessas ações e desses programas que pudessem levar ao equilíbrio federativo.

Próximo.

Aqui mostra que o problema se verifica praticamente em todo o Território nacional. Nós temos aqui a prioridade um, que seria a região com a cor roxa.

É onde está a população que tem abaixo de 50% da média nacional. Então, verificamos que, abaixo de 50%, nós temos praticamente todo o Nordeste e todo o Norte do País. A fotografia fica muito clara quando colocamos por esse recorte.

Depois, falamos daqueles espaços no Território brasileiro que estão com renda entre 50% e 75% da média nacional. Aí verificamos como ela está presente no Rio Grande, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, em Minas Gerais, no Centro-Oeste brasileiro, mostrando, portanto, que o desafio dessas políticas de desenvolvimento regional interessa ao conjunto de toda a Federação. E é esse conceito que nós precisamos valorizar e precisamos trazer para essas políticas e para os instrumentos que vão animar essa política.

A outra preocupação que nós também estamos buscando é verificar onde está havendo o despovoamento, saber se esse despovoamento de determinados espaços do Território nacional é uma coisa boa ou é uma coisa ruim e onde ele está, quais são as regiões que estão perdendo população. Aí verificamos que há preocupações sérias no Rio Grande, no oeste de Santa Catarina. A metade sul do Rio Grande é um desafio. O oeste de Santa Catarina é um desafio. A população está migrando para outros espaços do território de Santa Catarina ou para até outros Estados brasileiros. Mas verifique que existe, portanto, um movimento...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – ... bastante acentuado de migração no nosso Território. Isso não quer dizer que seja claramente uma coisa ruim, mas é preciso que possamos entender quais são os instrumentos para animar o desenvolvimento nesses espaços.

Precisamos também agregar valor. Este é um conceito que queremos colocar como uma das premissas da nova PNDR: agregar valor ao que já produzimos nesses espaços regionais e procurar diversificar a economia. Por exemplo, há Estados que estão voltados para o agronegócio, como claramente ocorre no Centro-Oeste, no oeste da Bahia, no sul do Maranhão e em boa parte do território do Tocantins. O que é que se pode ensinar de industrialização ou de agregação de valor na produção do agronegócio nesses territórios? Isso é só para ilustrar, só para dar um exemplo daquilo que nós estamos buscando.

Depois, nós trazemos aqui, de forma muito breve, para tentar obedecer ao horário colocado pelo Presidente, quais são, digamos assim, os três grandes objetivos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Fique à vontade, Sr. Ministro, para terminar a sua palestra.

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – ... dessa nova PNDR que nós estamos buscando. Os três novos objetivos: primeiro, um novo modelo de governança. Nós queremos discutir isso com a Presidenta, estamos discutindo com a Casa Civil, com o Ministério do Planejamento, para que possamos empoderar aquela Câmara ou um Conselho Nacional de Ministros, que possa, de fato, ter força para poder fazer valer as políticas públicas voltadas para o equilíbrio federativo. Então, temos que discutir um modelo de governança que possa fazer a diferença.

A outra grande novidade que trazemos para o debate é que não se resolve o problema o desenvolvimento regional com um fundo a mais ou um fundo a menos. Não vai se resolver botando mais ou menos dinheiro no FNE, FDNE, FNO, do FDCO. São instrumentos importantes. Mas o que assegura mesmo a construção dessa Federação mais equilibrada é que em todas as políticas públicas – educação, saúde, inovação, ciência e tecnologia, infraestrutura –, quando o Governo brasileiro definir as prioridades de investimento nos seus eixos estratégicos para promoção do desenvolvimento nacional, deve estar presente a preocupação com o recorte regional.

Então, nós estamos trazendo aqui a expressão “pacto de metas”. O pacto de metas é que cada área do Governo deve ter uma meta para aquele território que está abaixo da média nacional. Então, há que se buscar indicadores claros, que possam estar na lei, para que possa valer e, portanto, orientar e instruir todos os programas e as políticas públicas que possam contribuir para a construção desse desenvolvimento equilibrado.

E por que isso é importante? Eu vou dar aqui um único exemplo: se nós não temos políticas claras para promover a desconcentração do desenvolvimento industrial brasileiro, nós estamos correndo um risco sério de reconcentração econômica. Quem vê os dados do que vai ser ou do que serão os investimentos no setor industrial brasileiro nos próximos cinco anos sabe que boa parte desses investimentos estão correlacionados com investimentos na indústria do petróleo e gás. E nessa indústria do petróleo e gás, em função do pré-sal, naturalmente os investimentos no setor industrial tentam, seguem, fluem para uma concentração nos Estados do Sudeste.

Então, se não houver uma visão de política pública mais abrangente, que possa buscar, por meio de investimentos em infraestrutura, animar que esses investimentos privados possam ir na direção de outros espaços nacionais, nós poderemos estimular uma reconcentração do nosso desenvolvimento.

Por fim, nós queremos de fato sublinhar a prioridade, a necessidade de que, desta feita, tendo em vista que a matéria já se encontra para discussão e apreciação do Congresso Nacional, possamos fazer valer a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Rapidamente afirmo que o que nós estamos buscando e que vamos propor na conferência, para que se possa depois estar traduzido na proposta de lei que o Governo brasileiro encaminhará ao Congresso Nacional, é a criação desse Conselho Nacional do Desenvolvimento Regional, a Câmara Nacional de Integração de Políticas Públicas Territoriais. O Conselho teria a presença de Ministros de Estado; nas Câmaras, funcionaria a secretaria, com a presença do corpo técnico dos diversos secretários e as agências Sudene, Sudam, Sudeco nas conferências estaduais. Para a Região Sul, surgiu com muita força a possibilidade da criação da Sudesul. E nós estamos discutindo dentro do grupo técnico...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – ... a possibilidade de a Sudesul surgir não só para atender a Região Sul do País, mas todos os espaços menos dinâmicos da Região Sul e da Região Sudeste, os comitês regionais e instâncias sub-regionais, como associação, consórcios de Municípios, associação municipalistas, enfim, nós estamos buscando, portanto, um modelo de governança que possa empoderar as decisões para estimular as políticas nacionais de desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, ensinar a participação de todos os entes federados.

Aqui nós falamos do federalismo cooperativo.

Então, a ideia é que todos os planos nacionais – nós temos a PNDE, nós temos o PAC, temos o Brasil Maior, temos a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, o Plano Nacional de Educação e aí poderíamos citar muitos outros planos nacionais...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – ... no âmbito desse Conselho e no âmbito da Câmara, possam buscar integrar todos esses instrumentos para traduzir isso em pactualização de metas que possam se transformar em indicadores para, ao longo de dez anos, podermos buscar este País mais igual, com a participação dos Estados e dos Municípios, que também reproduzem as suas políticas estaduais, porque, como nós vamos buscar também o equilíbrio dentro dos Estados, é preciso também fazer o mesmo recorte

PARTE II

...é preciso também fazer o mesmo recorte. O que se dá no nível federal se dá no nível estadual. É

importante que as políticas públicas estaduais possam ter também como objetivo buscar o equilíbrio ou o dinamismo das regiões mais atrasadas.

Então, a nossa meta está aí colocada mais uma vez. A gente botou mais uma vez. E aqui a gente traz um exemplo de educação: como se encontra a questão da educação com base nos dados disponibilizados em 2010.

Então, veja que a preocupação, os dados, digamos assim, vermelhos, onde a gente tem a pior qualidade do ensino no Brasil. Aquilo grita. Mas nós temos manchas alaranjadas que passam por todo o Brasil, inclusive algumas ilhas isoladas. Então, é importante que o ensino médio, o ensino técnico, todo o esforço da política nacional de educação tenha presente esse quadro que precisa ser revertido. Não dá para pensar em equilíbrio regional, em desenvolvimento regional se a gente tem qualidades de ensino tão distintas e tão diferenciadas entre as várias regiões do Brasil.

Essa é uma preocupação.

No caso das metas, a gente está propondo estes eixos; que as metas e os indicadores possam atuar dentro desses eixos: educação e capacitação profissional, saúde e os serviços básicos, infraestrutura, ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento produtivo e sustentabilidade. São os seis eixos que devem, portanto, nortear isso.

Aqui, para deixar mais clara essa questão da desigualdade, vejamos os dados do Nordeste comparados aos do Sudeste. Temos no Sudeste, numa população acima de 15 anos, 5,5% analfabetos; no Nordeste, vamos para 19,1%. Temos aí disparidades muito grandes.

Anos de estudo da população acima de 15 anos: no Nordeste, 6,3 anos; no Sudeste, 8,5 anos de ensino. O Ideb: 3,9 no Nordeste; no Sudeste, como média, 5,2.

Professores com formação superior: no Nordeste, 46%; no Sudeste, 73%.

Número de matriculados na educação profissional; são as escolas técnicas, o ensino médio profissional. Hoje, o Brasil vive pleno emprego, e, na realidade, a busca por empregos com melhores salários exige qualificação. E, aqui, para cada mil habitantes no Nordeste, só temos 2,9 de matrículas no ensino técnico; no Sudeste, temos, para cada mil, 7 matriculados no ensino técnico.

Número de doutores. Entre uma região e outra, para cada 100 mil habitantes, no Nordeste temos 2,4 e, no Sudeste, 9,5.

É evidente que a gente traz isso justamente para mostrar as disparidades maiores. Não vamos trabalhar pegando a melhor região, comparando-a com a pior região. Vamos trabalhar com a média do Brasil, a média do Brasil. Ninguém, nenhuma região pode ficar

abaixo de 75% da média do Brasil. O objetivo para os próximos dez anos da PNDR é que ninguém, nenhuma região esteja abaixo de 75% da média nacional.

Hoje, qual é a nossa realidade?

O Nordeste representa 47% da renda média brasileira. Então, é preciso fazer um esforço para que nenhum outro espaço, nenhuma outra região e nem dentro de cada território... Esta é a visão: passar para cada território a busca de políticas públicas que possam ensejar esse equilíbrio.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA – Próximo.

No caso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, o que nós queremos é viabilizar, implementar o Fundo, e estamos nisso cada vez mais. Trabalhamos muito, nesses dois últimos anos, no que diz respeito ao aprimoramento dos fundos existentes. Nós criamos o FDCO. É uma realidade. O Congresso Nacional ajudou. Nós financeirizamos os Fundos de Desenvolvimento Regional do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste e estamos buscando normas cada vez mais agressivas, que possam conferir aos fundos constitucionais um instrumento de animação e de promoção do desenvolvimento dessas regiões. E estamos buscando uma integração com outros agentes financeiros. Não estamos voltados apenas para os bancos de desenvolvimento regional – nem o Basa, nem o Banco do Nordeste. Nos últimos dois anos, buscamos um protagonismo com o BNDES, com o Banco do Brasil, com a Caixa, que passaram também a ser parceiros de toda a política nacional de desenvolvimento regional.

Nesses últimos dois anos, em relação a essa aprimoração dos fundos e da integração entre os fundos e os outros agentes financeiros do Governo Federal, isso foi uma prática constante. É importante que a gente também possa receber as contribuições do Congresso Nacional em tudo o que possa, digamos assim, permitir uma maior sinergia e uma maior integração entre esses fundos de desenvolvimento e essas instituições financeiras federais.

Sr. Presidente, com essas breves palavras, tentando mostrar, portanto, a nossa animação e a grande expectativa que temos da nossa Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, aproveito a oportunidade para convidar não só V. Ex^a, o presidente, o vice-presidente, mas todos os membros da Comissão, para que possam prestigiar, sobretudo, a reunião de abertura, que contará com a presença da Presidenta Dilma, na terça-feira próxima. Renovo, portanto, o convite para que possamos ter uma importante presença do Congresso Nacional.

Quero aqui dizer da minha expectativa, digamos assim, otimista. Sei que muitos já sonharam com a

construção de instrumentos que pudessem levar a um País mais equilibrado, mais justo, mais fraterno.

Quero acreditar que estamos próximos de materializar uma vontade e uma decisão política do Governo da Presidenta Dilma, que vai permear as diretrizes dessa segunda PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e que vai, nessa direção que aqui eu busquei, de forma improvisada e muito rápida, compartilhar com os membros da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado da República. E acho que, a partir de junho, quando o projeto de lei chegar ao Congresso Nacional, vamos ter aí o segundo semestre de um rico e intenso debate.

Quero encerrar as minhas palavras dizendo que, se formos capazes... E nós demonstramos essa nossa capacidade nesses últimos dez anos: o Brasil avançou, o Brasil cresceu e o Brasil reduziu ou eliminou a pobreza extrema, como aqui falei.

Então, este País tem condições, este País pode sonhar e, mais do que sonhar, este País pode realizar, nos próximos dez anos, o que foi sonho para muitas e muitas gerações que passaram aqui pelo Congresso Nacional, que animaram o debate na nossa academia, nas nossas universidades, nas nossas agências de desenvolvimento regional.

Creio, portanto, que se impõem, na agenda do debate político e na agenda administrativa dos governos, instrumentos de política pública que possam oferecer ao Brasil aquilo que o Brasil clama: que todos os brasileiros, independente da região onde vivem, tenham orgulho de ser brasileiros e tenham, sobretudo, o gosto, a alegria de poder ver que o desenvolvimento nacional está sendo dividido e compartilhado com todos os brasileiros do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Portanto, agradeço pelo convite e quero desejar a V. Ex^a, que assume a presidência desta importante Comissão do Senado Federal, sucesso. Sei da capacidade de articulação política de V. Ex^a nesta Casa e fora dela; sei da sua longa vivência como administrador público e como liderança política no seu Estado e na nossa região. Portanto, coloco-me à sua disposição e dos seus colegas Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão, para que possamos nos irmar, somar esforços e ver o desenvolvimento regional como prioridade das políticas de governo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro, quero agradecer, em nome dos membros desta Comissão, a presença de V. Ex^a nesta Comissão, quando, nesta palestra, demonstrou conhecimento profundo dos problemas nacionais e regionais e mostrou a importância da I

Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional, que será realizada e que, sem dúvida alguma, contará com o nosso apoio, com o nosso estímulo, a fim de que o Brasil encontre os caminhos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Eu queria registrar que estão presentes nesta Comissão, participando desta audiência pública, os Deputados José Rocha, do Estado da Bahia, e Valadares Filho, do Estado de Sergipe, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados.

Também acabaram de chegar para se integrarem aos nossos trabalhos os Senadores Cícero Lucena, que foi presidente desta Comissão, eminente membro da CDR, e também o Senador Armando Monteiro, do Estado de Pernambuco, que foi um grande presidente da CNI e que, nesta casa, realiza um grande trabalho em favor do desenvolvimento da nossa Região Nordeste e do Brasil.

Agora, passemos aos debates.

A primeira inscrita, por coincidência foi a primeira a chegar a esta Comissão – 7h30 ela já estava aqui –, Senadora Ana Amélia, sempre assídua nos seus trabalhos, a quem concedo a palavra para começar os nossos debates.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Antonio Carlos Valadares, caro Senador Inácio Arruda, nosso Vice-Presidente, quero cumprimentar o Ministro Fernando Bezerra pela exposição completa que fez sobre esse plano de desenvolvimento nacional.

V. Ex^a, como Deputado Federal, parlamentar atuante, sabe dos dilemas que nós vivemos aqui.

Eu estava na Comissão de Assuntos Sociais com a relatoria de um tema muito importante sobre saúde da mulher. Mas, temos que fazer escolhas, como “a escolha de Sofia”. Estou aqui, então, tratando desse tema.

Fiquei particularmente grata por V. Ex^a ter manifestado a preocupação com a metade sul do meu Estado, mas há outras regiões, como o nordeste do Estado, perdendo uma migração e uma mobilidade muito grande das pessoas que, por falta de oportunidade, estão deixando aquela área.

Como disse V. Ex^a, não se sabe se um fundo ou uma entidade vai mudar o perfil. Elas precisam ser eficientes. Então, claro, se a Sudesul vier para ajudar, será muito bem-vinda. Esse é um movimento que já existe lá.

Eu queria até ajudá-lo, Ministro. O seu Ministério é fundamental; é o ministério que, digamos, tem mais a ver com a questão de descentralização e de atenção aos Municípios. Como Senadora municipalista, tenho uma preocupação muito grande. O ministério que o senhor comanda é um dos que têm maior volume de

restos a pagar, processados e não processados, destinados aos Municípios pendentes de pagamento ou execução.

No final do ano de 2012, no ano passado, portanto, era de R\$1,7 bilhão, dos quais foram pagos apenas R\$235 milhões. Logo, há um saldo pendente desses restos a pagar, no seu Ministério, de R\$1,465 bilhão.

Como nós podemos ajudá-lo nessa tarefa?

A Secretaria Nacional de Defesa Civil – a Sedec, aliás, tem um relevante papel – é onde são homologadas as situações de emergência e os estados de calamidade pública; para essa homologação é preciso publicação no *Diário Oficial da União*. O Município que sofre desastre precisa encaminhar uma série de documentos e um plano de trabalho.

A Confederação Nacional dos Municípios fez um estudo técnico apurando que somente 8% – apenas 8% – dos Municípios recebem recursos no primeiro ano do evento; 12% recebem recursos no segundo ano, e depois não há mais aporte de recursos para esses Municípios recuperarem os danos sofridos, seja por incêndio, seja por estiagem ou por qualquer outro tipo de catástrofe. Eu queria, então, saber por que está acontecendo isso e o que precisa melhorar para tornar isso mais eficiente.

Existe também o caso, Ministro – e aí foi citada a questão da irrigação – de alguns Municípios em que a calamidade é recorrente. Alguns já tiveram 16 decretos. Ora, se isso ocorre, parece que o melhor caminho não é o socorro, mas a prevenção para essas situações de calamidade.

Para também reforçar essa questão de prevenção, ontem a imprensa, no meu Estado, declarou: “Falta de irrigação faz o PIB gaúcho cair 1,8%”. Isso exatamente afetando a questão relacionada à agropecuária. Então, nesse particular, o Rio Grande do Sul teria previsto, do Programa Mais Irrigação, R\$187 milhões.

Eu queria saber se esse dinheiro vai chegar lá; se essa ação na área da irrigação vai ter efetividade.

Aqui, os números que V. Ex^a apresentou, do desempenho econômico da Região Norte, da Região Centro-Oeste e da Região Nordeste, mostram exatamente uma situação inversa. Enquanto essas regiões cresceram, as que tiveram um suporte, um apoio de estímulo, o Sul não cresceu.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Especialmente o Sul, apenas 2,6%, num decréscimo, comparativamente às outras regiões.

Para terminar, o Senador Ricardo Ferraço, no início, antes de V. Ex^a começar a sua exposição, fez uma boa abordagem, que eu queria ratificar. É que a Medida Provisória nº 599, em tramitação nesta Casa,

criou um Fundo de Desenvolvimento Regional para substituir a guerra fiscal como instrumento de desenvolvimento regional. Ótimo! E também criou o Fundo de Compensação para os Estados que vão perder na questão do ICMS.

O problema, Ministro, é que existe um Ministério, que é comandado pelo senhor, e esses fundos da Medida Provisória nº 599 serão subordinados ao Ministério da Fazenda. Ora, se o ministério é para a integração, seria natural manter esses fundos no Ministério da Integração Nacional.

Eu queria saber se isso não cria um problema de conflito de gestão.

A mesma coisa ainda quanto à questão da mesma Medida Provisória: a Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e a Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste não terão assento no Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Regional. Por se tratar de uma compensação pelo fim da guerra fiscal, as decisões sobre a aplicação dos recursos devem ser dos Estados. Mas parece razoável que essas superintendências tenham, pelo menos, participação no Conselho Gestor.

Eu estou aqui defendendo o seu Ministério, Ministro Fernando Bezerra – o senhor é tão aplicado e tão atento conosco aqui!

Já que eles têm uma visão, trabalharam o tempo todo para conhecer a realidade, que pelo menos entrem para o Conselho Gestor.

Essas são as minhas colocações, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos estabelecer aqui uma regra mais simples: nós ouviremos três Senadores e, em seguida, o Ministro dará as respostas.

O segundo inscrito é o Senador Benedito de Lira, do Estado do Alagoas, ex-Presidente desta Comissão e atual Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente Valadares, caro Vice-Presidente Inácio, meu prezado e querido amigo Ministro Fernando Bezerra, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, demais pessoas da equipe de V. Ex^a que aqui se encontram, meus amigos; quero cumprimentá-los.

Sr. Ministro, fiquei muito feliz em saber, através do meu Presidente, que hoje estamos recebendo V. Ex^a para fazer a apresentação desse Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Realmente, para nós, nordestinos, não nos assustam os números, porque, ao longo da história deste País, nordestino sempre foi

tratado como uma pessoa de uma sub-raça, infelizmente. Tanto é verdade que, quando se pretende fazer políticas públicas, as coisas acontecem. Imaginemos, por exemplo, se por acaso outros governos que passaram por esta República tivessem tido pelo menos uma mínima preocupação com as regiões subdesenvolvidas, especialmente o Norte e o Nordeste: tenho certeza absoluta de que o País não seria o que é hoje; seria muito diferente do que é hoje, Presidente.

Tanto é verdade que, com dez anos de governos que direcionaram ações para desenvolver e equilibrar esses desequilíbrios terríveis, nós estamos vendo já o País com outra cara, mudando. Por exemplo, eu não vejo mais aquela cena que eu já vi muito em Alagoas, com especialidade no meu Estado, pessoas catando lixo para comer, Presidente. Isso não era um fato isolado no meu Estado, mas era um fato genérico. Por quê? Porque infelizmente nós não tínhamos políticas públicas direcionadas para as pessoas mais pobres.

A concentração de renda não ficava apenas nas mãos dos grandes, dos ricos do País, mas também das regiões mais ricas do País, das regiões que mais se desenvolveram, mas que se desenvolveram porque as ações foram todas direcionadas para elas, em detrimento das outras regiões.

Se nós fizermos um comparativo do que representa, por exemplo, o Nordeste, que tem um percentual considerável da população nacional, o PIB nordestino dá uma contribuição, sem dúvida alguma, para desenvolver este País, mas, infelizmente, as coisas não aconteciam.

Eu quero cumprimentar V. Ex^a. E é muito bom e interessante que nós tenhamos V. Ex^a à frente desse Ministério, porque os avanços surgiram consideravelmente.

Há uma preocupação do Governo no que diz respeito ao equilíbrio das regiões. Nós ainda precisamos andar muito, muito ainda, para que possamos fazer essa equalização entre os desequilíbrios regionais.

Diz-se isso ao longo do tempo, nos debates que são travados nesta Casa e na outra Casa do Congresso Nacional. E eu tenho dito, em muitas oportunidades, Presidente Valadares,...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ...que nós, nordestinos, somos muito passivos, acreditamos muito nas promessas, e precisamos mudar um pouco o nosso comportamento.

Eu fui Deputado e dizia sempre: vejam o desequilíbrio. O meu Estado, por exemplo, tem nove Deputados; não podemos competir com São Paulo, que tem 75 Deputados. Mas nesta Casa sim: o tamanho de Alagoas, que é o penúltimo Estado da Federação,

e o tamanho de Sergipe, que é o último em território, é igual ao de São Paulo.

Então, nós, nordestinos, precisamos nos juntar, unir e definir, em uma só oportunidade, para que possamos realmente fazer valer o equilíbrio.

Mas a esperança está chegando, e tenho certeza absoluta de que nós chegaremos ao final do Governo da Presidenta Dilma...

Eu lembro, Senador Inácio, na primeira eleição do Presidente Lula, em 1989, que V. Ex^a, com seu Partido, sempre foram aliados de primeira ordem, como o PSB. Eu tinha um candidato a presidente da República do meu Estado. Naquela época, eu era Presidente da Assembleia do meu Estado, e eu fiz a opção de votar num trabalhador, num operário, porque eu já tinha votado em outros presidentes desde a época em que adquiri a maioria para votar e não tinha visto absolutamente nada com relação à nossa Região, Senador Inácio. “Então, eu vou votar agora num Presidente operário, trabalhador do Nordeste, para ver o que realmente pode acontecer.” E mudou este País.

Com as desvantagens e o acúmulo de coisas ruins ao longo de toda a história do Brasil, logicamente que, em dez anos, você não pode resolver 100% do que estava acontecendo no País, mas nós já temos visibilidade do que está acontecendo.

Então, Ministro, eu gostaria de cumprimentá-lo por estar à frente do Ministério, tocando esse projeto de melhoria das regiões.

E queria abrir um parêntese aqui, Presidente, permita-me: quero agradecer ao Ministro Fernando Bezerra. Ontem tivemos um dia feliz no meu Estado de Alagoas: a Presidenta Dilma e o Ministro Fernando Bezerra entregaram aos alagoanos do Semiárido do meu Estado a primeira etapa do Canal do Sertão, ou seja, uma obra hídrica da maior envergadura no Nordeste brasileiro. Nós só perdemos para o Rio São Francisco. É o segundo rio maior da Federação, rasgando o Semiárido de Alagoas. Brevemente teremos a transposição, rasgando quatro Estados da Federação, inclusive o de V. Ex^a, meu querido Senador Inácio Arruda.

Pois bem, Ministro, muito obrigado a V. Ex^a pelo gesto, pela determinação e pela parceria que V. Ex^a tem demonstrado com sua presença no Ministério para com os Estados nordestinos e, particularmente, com o Estado de Alagoas. O povo de Alagoas lhe será grato. O povo de Alagoas vai-lhe prestar uma homenagem – não sei qual –, a V. Ex^a, ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma.

Há momentos em que a gente pede, mas a gente tem de ter também a hombridade e a dignidade de agradecer. Pedir é muito bom, é mais fácil, mas, para agradecer, as pessoas dizem: “É pura obrigação.” Sim,

mas, se não tivesse havido a boa vontade, o interesse, a determinação, a política que o Governo está adotando...

E V. Ex^a, que é do Estado de Pernambuco, foi o grande desbravador do sistema de irrigação. O que era Petrolina e o que é Petrolina? E nós devemos isso, o pernambucano deve isso, e o Brasil, a V. Ex^a, como um dos grandes mentores dessa obra.

Era assustador, Valadares, V. Ex^a sabe disto: as barrancas do Rio São Francisco, 200m de um lado e do outro, e uma pessoa humana não tinha um copo d'água potável para beber. Ao longo da história deste País, sempre se serviu de um carro-pipa. E eu espero, Ministro, que a gente possa extirpar essa situação, de uma vez por todas, do Semiárido.

Não vou fazer-lhe perguntas, porque fiquei muito feliz com a sua exposição, mas apenas quero cumprimentá-lo e desejar que Deus o proteja para continuar nessa mesma vontade. O senhor parece que se sente bem. Até ao fazer a exposição, o senhor sorri, num sentimento de felicidade e de quem está fazendo algo para atender ao Brasil mais pobre, que é a Região Norte e a Nordeste do meu País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Benedito de Lira, por essa participação maravilhosa.

Eu queria registrar a presença, nesta Comissão, do Deputado Paulo Foletto, do nosso PSB do Espírito Santo, a terra do nosso Casagrande, Governador.

Eu também queria registrar que, igualmente, participa desta reunião o Senador Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo.

Eu gostaria de combinar uma nova regra, tendo em vista que vamos ter...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – E também o Senador Wellington Dias e o nosso colega Presidente da Comissão de Justiça, Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Também estão presentes o Senador Wellington Dias e o nosso Presidente da CCJ, Vital do Rêgo, prestigiando a nossa Comissão, ex-Presidente da CPI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É, o homem mais importante desta República – V. Ex^a tem razão.

Eu queria combinar uma nova regra: tendo em vista que nós vamos ter várias reuniões de comissões, inclusive da CCJ, que começará às 10 horas, o tempo dos oradores fica reduzido a três minutos, com a tolerância de um minuto, e nós ouviríamos todos os Senadores já inscritos, para, em seguida, ouvirmos a

palavra do Ministro. Assim, nós vamos cumprir as nossas atribuições nas comissões, e o Ministro voltará ao seu Ministério para continuar trabalhando pelo Brasil.

Com a palavra o próximo inscrito, Senador Inácio Arruda, o nosso Vice-Presidente, por três minutos, com tolerância de um minuto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, meu caro Ministro Fernando Bezerra, com quem tivemos a satisfação de percorrer, com os Senadores Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Humberto Costa e o Deputado Pedro Eugênio, essa obra extraordinária que é a interligação de bacias do Nordeste setentrional com a Bacia do São Francisco. É uma obra muito importante, e o nosso único desejo é acelerar a obra, não deixar que ela tenha nenhum tipo de parada, como já aconteceu, em prejuízo da nossa região, que hoje está sendo castigada com uma das maiores secas. Se Rachel fosse viva escreveria “Seca do Doze”, porque a do *Quinze* talvez já esteja atrás da seca do doze; as condições sociais é que se alteraram substantivamente.

Eu fico muito feliz com o anúncio do trabalho que já vinha sendo feito para a realização da conferência. É uma mobilização do País, é uma mobilização nacional para compreender as suas diferenças, porque, em determinados círculos onde se concentram as informações no Brasil, as informações do nosso País, há uma ideia equivocada do conjunto da Nação, muito equivocada – do potencial, da riqueza, do povo bravo que existe nessas regiões.

Aqui nesta mesa, em debate, o Aziz Ab'saber, geógrafo, Presidente da SBPC, e Presidente de Honra da SBPC até morrer, disse: “Que coisa fantástica o Nordeste!”, ele nasceu em São Paulo. E disse mais, que, se nascesse de novo, queria nascer no meio do Sertão do Nordeste brasileiro, lá na terra dos monólitos, em Quixadá, no Ceará. Pedra seca e aquela resistência brava do povo.

Então, esses círculos não conhecessem essa realidade...

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...nacional.

Brasília apresentou para o Brasil o Centro-Oeste, não existia para o Brasil o Centro-Oeste; foi a coragem de Juscelino que disse: “Vou botar essa capital aí”. O que ele foi destrutado por esses círculos não foi brincadeira, mas construiu e apresentou para o Brasil o Centro-Oeste brasileiro. Ali, no meio do governo do Juscelino, o Celso Furtado se apresentou para uma reunião com o Juscelino, tremendo que só vara verde, porque ele disse que tinha de dizer uns desaforos para o presidente. A primeira coisa que ele disse para

o presidente foi: “O senhor não entende nada de Nordeste, nem o seu governo entende nada de Nordeste”. E daí foi falando uns 40 minutos, tremendo; ele disse que nem enxergava o presidente. Mas, ao final, o presidente perguntou: “Quem é este cidadão?” E o Celso pensou: “Acho que vou ser fuzilado.” E aí, ele disse: “Quem é este cidadão que até agora vocês não haviam trazido para falar comigo, para dizer essas verdades da questão regional brasileira e do Nordeste brasileiro?”.

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu, Sr. Presidente, meu caro Ministro, estou vendo uma situação parecida com aquela, que é a necessidade absoluta de gente como V. Ex^a e a Presidente Dilma, com coragem de enfrentar esse desafio do desenvolvimento integrado do País, e o desenvolvimento integrado significa as regiões crescerem. E Nordeste, Centro-Oeste e mesmo o Norte, que já tem um crescimento maior que a sua população, precisam absolutamente crescer mais. E os instrumentos dessa política, sejam os conselhos – Sudene, Sudeco, Sudam, novas instituições –, ou a recomposição da instituição regional Sudeste e Sul, elas têm de ter um fator de integração muito forte com esta Casa, com o Senado brasileiro.

Eu proponho a V. Ex^a que já mande na lei – não deixe que vire uma emenda nossa não – a representação do Congresso Nacional nesses conselhos deliberativos. Nós estamos no Conselho da Cultura, no Conselho da Educação, no Conselho da Saúde, mas não temos presença nos conselhos de desenvolvimento e integração do País; estamos fora. A presença de um Senador numa reunião dessas é estranha. Chegam a Presidente, os ministros, os governadores, e ficam ali ao largo, lá escondidos, lá no canto, bem distantes, os Senadores da República, que tratam da questão do desenvolvimento regional. Deputado, nem pensar; fica mais atrás ainda.

Acho que isso é uma forma inadequada de tratar o desenvolvimento regional, porque nós estamos debatendo isso todos os dias aqui. Quem vai discutir ICMS, Resolução nº 1, e que não pode ser de forma açodada, como estão querendo fazer, é esta Casa; somos nós que vamos decidir. O FPE, somos nós que vamos decidir. Então, esses instrumentos têm de ter essa interligação, essa interface.

Acho que a conferência é um instrumento muito poderoso nesse sentido, porque ela dá essa força extraordinária que a coragem dos dirigentes vai buscar. Tem de ter coragem, mas tem que ter respaldo político forte do Congresso e da Nação brasileira. Eu tenho essa dimensão da questão.

Vejo as preocupações da Senadora Ana Amélia como questões justas que ela levantou aqui e que pre-

cisam ser examinadas por V. Ex^a. Às vezes, nós temos os recursos, fazemos as emendas aqui no Congresso Nacional, ampliamos os recursos do Ministério, e, depois, as emendas não são liberadas. Não chegam ao destino, porque o Governo parte do seguinte princípio: “Olha, nós já estamos fazendo essa obra do São Francisco; nós já estamos fazendo essa interligação da Transnordestina; já vamos fazer a oeste, já vamos fazer mais não sei o quê, e vocês ainda botaram essa emenda aqui?” Essa emenda é muito importante para o Biu, lá nas Alagoas; ou é muito importante para o nosso colega Presidente, lá no Estado de Sergipe; ou no Mato Grosso do Sul, ou mesmo em São Paulo, numa região pobre, porque, infelizmente, ainda existem cinturões de pobreza no Estado mais rico da Nação brasileira. Na Paraíba e no Ceará, nem pensar! Essas coisinhas são muito importantes.

Então, fico por aqui, congratulando-me com essa ação do Ministério por essa conferência. E queremos estar presentes não somente à sua abertura, mas queremos estar presentes durante os debates desse importante evento nacional; é a integração das regiões, mas é do Brasil, é nacional. Acho que tem um relevo muito grande e um papel muito destacado.

Agradeço, também, a presença de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda.

O próximo orador é o Senador Ruben Figueiró, a quem concedo a palavra.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda, meu eminente Ministro Fernando Bezerra, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, demais assistentes, permita-me, Sr. Ministro um toque pessoal.

Há 24 anos nós tivemos a oportunidade de participar de uma delegação parlamentar, a convite da República Popular da China, para visitar aquele país. Tivemos recordações que mantenho até hoje, e é com muito prazer que o revejo depois de tantos e tantos anos, e vê-lo com o mesmo otimismo que tinha naquela época.

A exposição que V. Ex^a fez demonstra o seu espírito de brasilidade, o seu desejo de servir ao nosso País, não somente ao seu Nordeste, não somente a sua Petrolina, mas, também, a todo o nosso País.

Tive a oportunidade, com muito prazer, de observar as projeções que fez e a análise que fez sobre elas, que me convenceram, sinceramente, de que a sua presença no Ministério é realmente muito necessária a todo o Brasil.

Para ser rápido, atendendo às ordens imperativas do nosso Presidente, eu desejava apenas dizer a V. Ex^a que o Centro-Oeste, a região que o saúda com muita

alegria e justificada razão, cresceu, segundo projeção de V. Ex^a, 4,6% no período. Mas quero dizer a V. Ex^a que esse crescimento se deveu, principalmente – talvez 75% da meta de todas as projeções que V. Ex^a faz...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – ...foi baseada na iniciativa privada.

Vejo que V. Ex^a tem projetos, o Governo da República tem projetos para o Centro-Oeste também.

Eu gostaria apenas de deixar duas ou três sugestões com relação, primeiro, às ferrovias. Há, talvez, no seu Ministério um projeto, ou pelo menos uma intenção de se estender uma linha férrea entre Maracaju, que é zona extremamente produtora de grãos, a Cascavel, no Paraná, e daí a Paranaguá, porto de exportação. A outra é do próprio Município de Maracaju a Porto Murtinho, que vai dar acesso ao rio Paraguai, permitindo também a exportação de grãos pelo rio Paraguai abaixo, até Argentina e o exterior.

Há outra questão que eu gostaria de pedir a V. Ex^a, porque V. Ex^a se lembrou aí da possibilidade de criação pelo PND II do Conselho de Desenvolvimento Regional, reunindo os Ministros. Então, nessa oportunidade, ou antes disso, V. Ex^a levar uma preocupação de Mato Grosso do Sul, e que também é interesse do Brasil, do gasoduto Brasil-Bolívia, permitindo se fizesse um ramal de Campo Grande, possivelmente a região mais apropriada, até Cuiabá, em Mato Grosso, e também para Goiânia e o Distrito Federal.

Nós temos condições perfeitas de utilização do gás natural, com propano e com butano principalmente; além da produção da ureia, nós temos condições de instalar lá uma usina separadora do gás.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sabe V. Ex^a que são mais ou menos seis subprodutos que decorrem do gás natural, e isso possibilitaria o desenvolvimento dessas duas regiões.

Então, rapidamente, Sr. Ministro, com a alegria de cumprimentá-lo, depois de tantos anos, eu gostaria que V. Ex^a anotasse esses dados, porque é um anseio do meu Estado do Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e, sem dúvida, de Goiás e do nosso Distrito Federal, que nos recebe com tanto calor humano.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Senador Ruben Figueiró.

O próximo debatedor é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, prezado Ministro

Fernando Bezerra, a exposição de V. Ex^a, que pude ouvir – não aqui dentro –, mostra uma visão e uma energia tão positiva para realizar o desenvolvimento sustentável do Brasil com muito maior equilíbrio, com a sua visão de aqui mostrar as áreas com menor grau de desenvolvimento, mas as ações para justamente trazer uma maior equilíbrio são da maior importância. E vejo que V. Ex^a tem uma energia formidável para acompanhar os graves que acontecem, sejam lá em Alagoas, no Ceará, em Pernambuco, em todo o Nordeste, Centro-Oeste.

Mas quero também agradecer, inclusive em nome da Prefeita Marcia Rosa, de Cubatão, a visita que V. Ex^a fez sábado último àquele Município, que, no último dia 22, sofreu as consequências de uma chuva fortíssima, de extraordinária intensidade. Dos quase 120 mil habitantes da cidade, cerca de 65 mil tiveram prejuízo dramáticos, com a destruição de suas casas ou, às vezes, de móveis.

Então, trata-se de uma situação de grande emergência, e o Ministro, Sr. Presidente Valadares, lá esteve no sábado, liberou uma verba de emergência da ordem de R\$6 milhões e disse como o Ministério da Integração poderá, inclusive, para os programas Minha Casa, Minha Vida, de emergência, colocar-se também à disposição de Cubatão – inclusive entrosado com outras áreas...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ...do Governo da Presidenta Dilma.

Eu quero, portanto, cumprimentá-lo por essas iniciativas e também colocar-me à disposição para ajudar no que for necessário ali. A Prefeita Marcia Rosa pediu-me que lhe agradecesse também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cícero Lucena, ex-Presidente desta Comissão e 1º Secretário, “prefeito” do Senado Federal e também de João Pessoa.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sim, fomos colegas.

Ministro Fernando Bezerra, Presidente Valadares, Vice-Presidente Inácio Arruda, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputados presentes, eu começo dizendo também o que Senador Inácio disse: da nossa satisfação de termos participado, nas últimas quinta e sexta-feira, de uma visita ao eixo norte da transposição das águas do Rio São Francisco. Conhecedor que sou desse projeto, fiquei bastante satisfeito, entre outros motivos, pela demonstração clara, Ministro, do seu empenho, do seu envolvimento e do conhecimento do que está ocorrendo, embora com a consciência de que desejas-

se que as coisas estivessem em melhores condições; que não tivessem tido os problemas que tiveram; que o Governo, efetivamente, possa cumprir aquilo que está assumindo de público em termos de prazo para a conclusão de uma obra que é consciência de todos quanto à sua importância; e o quanto vai ajudar a amenizar o sofrimento do povo daquela região.

A nossa viagem para o eixo leste, *a priori*, está programada para os dias 4 e 5 de abril, e com certeza estaremos também passando essas informações. Não é tema dessa reunião, como não o é também a seca. Mas eu tenho certeza absoluta de que V. Ex^a, sensível e conhecedor que é da Região, percebeu de forma clara, nos nossos deslocamentos, a quantidade de animais mortos, com fome e sede, ao longo da estrada, numa demonstração clara da gravidade do problema da seca na Região.

V. Ex^a, na alçada do Ministério, tem adotado a busca da solução, da ajuda, da colaboração, mas vem um tema, inclusive levantado pela Senadora Ana Amélia, que são os limites do Ministério. Na verdade, Presidente Valadares, acho que há um desvio das funções e do seu papel desse Ministério, cujo nome diz, efetivamente, quais deveriam ser o seu trabalho e as suas ações: integrar. Integrar regiões; e integram-se regiões com ações integradas de ministérios.

Esse Ministério, Senador Inácio Arruda, era para ser uma Casa Civil de realizações de integração, de cobranças de projetos. Aqui todos são experientes – ex-governadores, ex-prefeitos, Deputados e Senadores – e sabem muito bem que o planejamento do País, mesmo para o desenvolvimento, não é feito pelo Ministério da Integração Regional. É feito pelo Ministério do Planejamento, o que é um desvio, uma distorção do papel.

(Soa a campainha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Nós deveríamos resgatar isso para o Ministério da Integração. Porque, por exemplo, não acredito que uma Transnordestina, ao ser planejada, ouviu o Ministério da Integração e deixou a Paraíba de fora. Como integra a Transnordestina e deixa a Paraíba sem...? E olhe que foi um dos primeiros Estados a ter linha de trem, que ligava João Pessoa a Fortaleza. Foi desativada, não foi retomada, e nem está no planejamento. Então, é uma demonstração clara.

Como se falar em desenvolvimento quando a Petrobras decide colocar refinaria em Pernambuco, no Ceará, no Maranhão? O Ministério da Integração foi ouvido?

Foi não, Ministro! Não é da sua época essa decisão, mas eu afirmo com certeza absoluta que ele não foi ouvido.

Quando se discutiu a colocação de siderurgia no Nordeste, em algumas coisas, também foi esforço isolado, competência de governador, mas não foi uma política macro feita pelo Ministério de Desenvolvimento Regional na busca de reduzir os desequilíbrios.

O Senador Inácio Arruda citou o caso de Celso Furtado. Até então o Brasil não tinha planejamento regional, e ele defendeu o planejamento regional, puxando para o Nordeste naquele instante. E, aí, a Sudene foi o berço do planejamento. Após a Sudene ser o berço do planejamento, ela teve a necessidade de desenvolver o que não existia nos Estados – nem secretário de planejamento –, para que cada Estado desenvolvesse também o seu planejamento e passasse a ter atividades estaduais. Essa atividade estadual, com a competência de governantes, com oportunidades de governantes, com relações de governantes, com omissões de outros governantes, está proporcionando algo a que fiz referência na abertura desta Comissão, na posse do nosso ilustre Presidente, Sr. Ministro.

Em 1994, quando se estava falando na queda do Muro de Berlim, eu então ocupei, em 95, a secretaria que originou hoje o Ministério de Integração. E eu dizia que havia um muro imaginário entre o Nordeste e o restante do Brasil em termos de desenvolvimento, e o Nordeste pagava um preço muito alto por isso.

Hoje, nós estamos vivendo uma realidade mais crítica ainda. Existem muros imaginários dentro do próprio Nordeste. Existem Estados que, por competência, por eficiência, por apadrinhamento, por relação com o Governo Federal, estão se desenvolvendo mais do que outros que, muitas vezes, não têm relacionamento político com o Governo Federal, que não têm algumas omissões de alguns governantes que estão fazendo esse muro, melhor dizendo, esse fosso entre os Estados nordestinos. É papel do Ministério ajudar nesse planejamento e na recuperação, com obras estruturantes.

Toda a Paraíba tem a consciência – e acredito que o Governo tem – de que é uma dívida histórica. Não estou botando culpa apenas no atual Governo, mas existe uma dívida histórica com a Paraíba em termos de obras estruturantes para o desenvolvimento daquele Estado.

Então, em nome disso, eu gostaria de resgatar exatamente o papel do Ministério. O Governo precisa olhar esse Ministério como uma Casa Civil do desenvolvimento, da justiça social. Quem for fazer porto, planejar porto, escute o Ministério do Desenvolvimento. Quem for fazer estrada, também escute o Ministério da Integração Regional. Quem for fazer qualquer política, atrair empresas para investir, escute o Ministério da Integração Regional, para que ele possa dar a sua visão e possa ajudar a corrigir isso.

Eu fiquei muito feliz também, Presidente, já encerrando, embora com a sua sempre gentileza de me permitir esticar um pouco, quando, há 15 dias, a Presidente Dilma esteve na Paraíba, pela primeira vez, anunciando a obra que vai aproveitar, quando concluído o eixo leste da Paraíba, para podermos ter o abastecimento de uma região que nunca pensávamos que iria precisar, que é o Brejo Paraibano. Mas, no futuro, a nossa capital, João Pessoa, vai beber água também da transposição, através desse eixo leste.

Então, fico feliz pelo fato de a Presidente ter estado lá – esteve ontem também, em Alagoas. Eu só gostaria de dizer o seguinte: seria bom se houvesse eleição todo ano, porque assim haveria uma ação maior, obviamente, com a ressalva de que, em tempo de eleição, não vale fazer o diabo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço, Senador Cícero Lucena, sempre interessado pelo desenvolvimento de seu Estado.

Agora, vamos ouvir a palavra do nosso Líder, o Líder do Bloco, Senador Wellington Dias, ex-Governador do Piauí, grande conhecedor dos problemas do Nordeste.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado.

Primeiro, quero dizer que é uma satisfação grande estarmos aqui todos nós, liderados por V. Ex^a, com muita competência, junto com o nosso Senador Inácio Arruda. Sabemos de todo o compromisso que V. Ex^a tem com o Brasil e, de forma especial, com o Nordeste e com o nosso querido Sergipe.

Eu queria aqui também saudar o Senador Fernando Bezerra e dizer que acompanhei a visita de V. Ex^a. Não está mais aqui Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Humberto Costa e outros. Agora, lá na transposição, fiquei satisfeito porque acho que muita gente comenta sobre ações, sobre obras, sem que se tenha a real dimensão sobre elas. Então, muitas vezes se faziam pronunciamentos – eu mesmo acompanho aqui, naquela Comissão que foi instalada –, como se não houvesse obra alguma, como se estivesse tudo parado. Enfim, eu acho que o que os olhos não veem o coração não sente. E V. Ex^a, nessa visita, fez isso.

Então, quero aqui parabenizá-lo e comemorar com os outros Estados os avanços. E alegre também, porque acho que, realmente, a gente precisa concluir e entregar uma etapa – eu vi a firmeza com que V. Ex^a se colocava – até 2014; entregar pelo menos os primeiros 200km desse canal. Vi aqui a alegria do Senador Benedito Lira com o Canal do Sertão. Eu ainda

brinquei com ele: “Tem água?” “Isso é conversa, homem?”. Uma frase bem nordestina.

Mas veja, Ministro: eu queria trazer aqui, em rápidas palavras, algumas questões. A primeira, avalio que a gente precisa cuidar da Transnordestina. Eu queria aqui fazer uma sugestão, Presidente Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Junto com a transposição, a Transnordestina é uma das mais importantes. É uma obra que começou, e acho que, por uma questão mais de arranjo financeiro – não é nem técnico –, enfim, a gente está com a dificuldade de fazê-la andar e cumprir o cronograma que estava previsto.

Eu acho que valeria a pena. Eu acho que é importante, meu Presidente – e eu queria colocar à Comissão – que o Ministro pudesse tratar disso, junto com o Ministro dos Transportes, as áreas envolvidas – o BNDES, a Sudene, enfim, com a empresa Transnordestina –, porque é importante essa obra. Nós estamos tratando do PAC 2, da segunda etapa, e precisamos desenganchar, como se diz aqui, numa linguagem simples, essa obra.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A segunda, pedir socorro mesmo para uma situação. Tratei com a Presidenta Dilma, com o Ministro Pimentel, com a Ministra Gleisi, mas veja: ainda no governo do Presidente Lula, havia a preocupação com o crescimento do Brasil de forma ordenada, um crescimento do Nordeste que não fosse desequilibrado. Um Estado tem refinaria, outro tem esse ou aquele investimento. No meu Estado, o Piauí, tratamos de alguns projetos que são privados, mas de empresas que também têm participação do Governo Federal.

A Suzano, ontem, numa reunião do Conselho, alegando uma situação da economia do mundo, anuncia paralisar investimentos que já estão em andamento, mais de 400 milhões, de uma base que é o maior investimento privado no Brasil, cerca de 4,5 bilhões. É uma base de 300 mil hectares de eucaliptos para a produção de celulose no Piauí, na região de Palmeirais.

Então, eu queria fazer um apelo. Eu acho que é preciso V. Ex^a, como nordestino, não deixar isso acontecer, porque nós contamos com esses investimentos. O Governo Federal – sou testemunha – fez um arranjo financeiro para viabilizar as condições desse investimento, e o Estado cumpriu com todos os termos que foram acertados. Eles ficaram agora, em 2014, de iniciar a obra da fábrica. Se há problema na conjuntura mundial para a fábrica, prossegue-se na parte de produção, mais à frente se faz o investimento em relação

à fábrica, mas eu acho que, simplesmente suspender, não vamos aceitar, porque ali tem participação do BNDES, dos fundos de pensão, de incentivos fiscais, inclusive, para outras regiões do Brasil. Nós não vamos tolerar isso; não tem cabimento.

A outra é a Vale do Rio Doce, que não só no Piauí, mas também em outras áreas. Vem desativando vários investimentos, inclusive um em Capitão Gervásio, uma reserva de níquel. Agora, ela nem sai da reserva, nem continuam os investimentos. Então, é uma reserva com a qual o nosso Estado conta. É uma região paupérrima, de baixa renda, e essa riqueza é o que pode fazer a diferença ali.

Então queria fazer esse apelo a V. Ex^a, para que faça contato com o Ministro Pimentel, do Desenvolvimento e com a Ministra Gleisi, da Casa Civil. V. Ex^a, como nordestino, como nosso companheiro, correligionário do nosso Governador Wilson Martins, que também está apreensivo, até por conta da situação lá no Estado, talvez pudesse nos ajudar nesse trabalho.

Por último, Sr. Presidente, eu vi agora, nessa semana, algo que me chamou a atenção: a importância do programa Mais Irrigação. Eu tenho certeza de que posso falar aqui por toda a Bancada do Nordeste. Nós estamos juntos com V. Ex^a. Sabemos dos preconceitos contra um programa como esse. Quem não conhece Petrolina, quem não conhece o Rio Grande do Norte, quem não conhece Tabuleiro Litorâneo, quem não conhece Guadalupe, quem não conhece Crateús, quem não conhece programas de irrigação não compreende, lá em Sergipe...; quem não conhece não compreende a importância disso.

Vejam só que há grandes, médios e pequenos projetos. Nós estamos falando da seca. Aqui, acabamos de ouvir: onde é que não deu problema? Onde tem irrigação. Existe um *kit* irrigação – isso me chamou a atenção agora. O Presidente da Codevasf esteve lá em Teresina entregando para 267 famílias *kits* de irrigação. Custa R\$3.500 um *kit* irrigação, que garante as condições de uma família operar dois hectares. Veja isto: se ali há um poço, se ali há uma base de água, a gente tem uma solução: ou plantação de verdura, ou de melancia, de melão, de frutas. Enfim, choveu, água da chuva; não choveu, irrigação.

Então, o que...

(SEGUE PARTE III)

Não choveu, é irrigação.

Então, o que eu quero dizer com isso? Isso é muito pouco para a gente dar a solução definitiva. Para a gente ter, por exemplo, um milhão de pessoas atendidas com o *kit* irrigação, são R\$3,5 bilhões. Estou falando R\$3,5 bilhões para a gente dar definitivamente solução aos pequenos produtores. O que são R\$3,5 bilhões?

Quantos R\$3,5 bilhões nós gastamos a cada ano por conta de uma situação de emergência? E as pessoas plantando milho, feijão... Bom, para quem não convive com o Semiárido, não convive com a seca.

Então, eu quero fazer aqui um apelo a V. Ex^a, ousado, e sou do Partido da Presidenta, Líder aqui da Base de apoio, e estou com V. Ex^a. Apresente um projeto ousado nesta área. A saída é essa, não há outra. Está certo? É possível que uns possam ir para outras atividades, mas o principal socorro que se dá hoje é esse.

Eu queria pedir aqui que V. Ex^a elaborasse um projeto ousado. Esta Comissão estará com V. Ex^a. Nós vamos estar juntos aí, garantindo as condições de transformar isso num grande programa, e V. Ex^a marcar na história como o homem que fez com que o Brasil para o futuro deixasse de falar neste negócio: "perdi por causa da chuva".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço, Senador Wellington Dias, pela sua contribuição.

Senador Ivo Cassol, com a palavra V. Ex^a.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, é uma alegria cumprimentá-lo. Deixo o meu abraço. Eu não pude participar, desde cedo, da audiência porque eu estava na reunião da Bancada e com o Governador do meu Estado. Então, já estava também em compromisso.

Mas fiz questão de vir aqui participar para solicitar de V. Ex^a e da sua equipe, que faz parte aqui. O Basa, que é o nosso o banco de fomento da Amazônia, ao mesmo tempo incentivou muitos projetos em várias áreas e, hoje, tem restrição ao projeto de construção de PCH.

Eu dou um exemplo para o senhor. Eu sou proprietário de PCH, minha família, e nós temos lá vários projetos que foram financiados pelo Basa, e, ao mesmo tempo, há mais um que está sendo executado.

O Ministério da Integração simplesmente baixou uma resolução, baixou não sei o quê e cortou esses investimentos. Não é o meu caso, porque o que nós já temos estamos fazendo, mas é com os outros projetos que estão em andamento e que estão inviabilizados.

Ao mesmo tempo, quando se toma uma posição como essa, concordo com o Sr. Ministro e com sua equipe quanto à questão de se fazer os investimentos com empresas. Exemplo da Jirau, de Santo Antônio. Eu sei que foram ao Banco da Amazônia, tiveram uma linha de crédito. Portanto, captou o maior recurso que tinha, colocou em circulação em cima daquelas duas obras. Mas estou me referindo ao contrário, aos

pequenos projetos. Estou me referindo a que V. Ex^a pudesse reabrir para as PCHs não só para Rondônia, mas também para o Pará. Há vários projetos, Ministro, tramitando dentro do Banco da Amazônia, que estão paralisados.

Essas mesmas empresas têm dificuldade. Para você ir para o BNDES, para você pegar um empréstimo de 40 milhões ou de 1 bilhão, o trabalho é o mesmo. Já o Basa convive com o povo amazonense, com o povo da Região Amazônica, convive com todo o mundo.

Então, eu só queria solicitar ao senhor que revisse essa resolução, essa portaria do Ministério, porque a solicitação é muito grande por vários outros empresários. Conversando com os próprios diretores do banco, eles mesmos falaram: olha, nós temos aqui em carteira. O pessoal fez a solicitação, mas nós estamos impossibilitados de atender.

E dinheiro há, Ministro. Dinheiro há. A única coisa que eu pediria ao senhor é que, nesse veto feito, continue o veto para os grandes empreendimentos. Se o Basa é um banco de fomento para o pequeno empresário e para o pequeno empreendedor, não temos que colocar todo o recurso que o Basa tem, por exemplo, em Belo Monte. Em Belo Monte, o BNDES tem dinheiro à vontade para colocar, as outras entidades têm. Mas o Basa é para continuar fomentando os pequenos projetos. Lembrando só, Ministro...

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só um minuto, Presidente.

Lembrando só, Ministro, que nós vivemos uma crise energética poucos dias atrás. O Brasil teve quase um apagão. Nós temos ainda o problema da seca no Nordeste, que estou percebendo, e os reservatórios não estão lotados, estão com 60%, 50%, 70% com água. Ainda não chegaram a 100%. Esses empreendimentos são fundamentais para que a gente possa contribuir com esses grandes empreendimentos que vêm. São pequenas PCHs em várias regiões contribuindo para tirar aquelas regiões do sufoco.

Então, o pedido que eu faria a V. Ex^a é que pudesse rever essa normativa, essa aportaria – não sei que nome foi dado lá –, para poder voltar a financiar o Basa, voltar a financiar os pequenos empreendimentos, PCHs até 30 mega, ou que sejam 50. Aí vocês veem o critério que fica melhor, para poder contribuir. Com isso, nós estaremos desenvolvendo e tendo mais facilidade com mais rapidez sendo liberados esses empréstimos, uma vez que o Basa já é o nosso Banco da Amazônia. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu peço licença aos membros desta Comissão, antes de conceder a palavra ao Sr. Ministro,

para a apresentação de um requerimento, abrindo uma exceção ao nosso Regimento, tendo em vista que o Senador Inácio Arruda, ao lado de outros Senadores, apresentou um requerimento sugerindo a presença, nesta Comissão, em audiência pública, do Ministro de Estado do Turismo, Gastão Dias Vieira. Já que a nossa Comissão também trata de turismo, entre as suas atribuições, eu pediria vênua aos Srs. Senadores para aprovação deste requerimento.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. Agradeço a V. Ex^a.

Já combinei aqui com o Sr. Ministro, considerando que nós temos outras Comissões e S. Ex^a terá que voltar ao Ministério, se o tempo de 15 minutos está de bom tamanho para a finalização deste debate.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Muito bom.

Sr. Presidente, procurarei ser breve para cumprir o horário e farei agora alguns comentários, tentando responder a algumas indagações e questionamentos que foram aqui colocados pelos Srs. Senadores e Senadoras.

Inicialmente, a Senadora Ana Amélia abordou alguns temas como “restos a pagar do Ministério da Integração”. Tenho a oportunidade de informar que o Ministério da Integração ampliou em mais de 15% os investimentos em 2012, quando comparados a 2011, e que, este ano, o Ministério da Integração deverá bater recorde em termos de desembolso em relação às ações que vem desenvolvendo, quando deveremos ultrapassar a expressiva marca de mais de R\$5 bilhões em desembolsos.

Ela falou também sobre os volumes de RAP. O RAP é um bom sinal. É um sinal de que o Ministério está contratando, porque você licita a obra, contrata, empenha, e as obras do Ministério são obras que demandam de 24 a 36 meses para serem executadas. Então, o volume do RAP, necessariamente, não é uma leitura negativa. O RAP de emenda, sim. Quando se fala de RAP de emenda, que são obras para prefeituras de baixo valor, para os governos estaduais, é importante agilizar a liberação dos valores alocados por meio de emendas. E o Ministério da Integração tem recebido o prestígio do Congresso Nacional, com diversos Parlamentares, Senadores e Deputados, alocando as suas emendas ao Ministério da Integração.

Quero dizer que a Presidenta Dilma tem tido muita sensibilidade. Inclusive nós, ao longo desses últimos dois anos e três meses, tivemos autorização para a realização de concurso público na Sudene, na Sudam, na Sudeco, e só está faltando o concurso do DNOCS, para que a gente possa dar sangue novo em

todos os órgãos regionais. Acho que vai sair agora, neste primeiro semestre, a autorização para o concurso do DNOCS.

Uma das limitações que nós sofremos é com pessoal, é termos técnicos para agilizar a liberação dessas emendas.

Por exemplo, Senadores do Centro-Oeste que estão aqui, nesta reunião, a Sudeco vai ter não só a ampliação dos seus quadros pelo concurso, mas também pelos cargos comissionados da estrutura diretiva da Sudeco, que vai sair de 20 para 65. Agora, neste mês de abril, só a Sudeco terá mais 45 pessoas na sua estrutura diretiva.

Então, eu acredito que, neste ano, o desembolso de emendas será muito mais acentuado.

O Ministério da Integração é o Ministério – à exceção da Educação e da Saúde – que mais libera emendas dos Srs. Parlamentares, em função do prestígio que a instituição tem junto ao Congresso Nacional. Nós estamos envidando esforços para abreviar o prazo de liberação.

A outra observação da Senadora Ana Amélia foi em relação à Defesa Civil. Ela falava de reconhecimento. Uma das grandes mudanças que nós fizemos no reconhecimento para estado de emergência ou calamidade pública é que agora não se exige mais documento. Acho que precisaria a assessoria da Senadora conhecer os novos instrumentos para o processamento de situação de reconhecimento de emergência ou calamidade pública. Essa é uma realidade que se enfrentava nos anos anteriores, mas desde janeiro deste ano o reconhecimento é feito *on-line*, não precisa papel vir de lá para cá, e não há exigência de documentação. O reconhecimento é feito em 24 horas.

Agora, em relação à liberação de recursos para reconstrução ou para prevenção, de fato nós somos obrigados a cumprir as normas das Secretarias de Controle no sentido da exigência da documentação. Quando nós chegamos, o número de documentos era da ordem de 32 documentos. Conseguimos reduzir para 21 e continuamos trabalhando, dentro da Defesa Civil, com o apoio da CGU e da AGU, para ver se é possível ainda racionalizar mais, para que a burocracia seja menor e a gente de fato possa reduzir esses prazos que a Senadora colocou, o que é verdade. Muitas liberações se retardam porque os Municípios e os Estados não entregam a documentação que é exigida pelos convênios celebrados. Então, nós estamos com um grupo de trabalho voltado para reduzir os prazos de liberação dos recursos.

Em relação a investimentos de irrigação no Rio Grande do Sul, nós temos metas ainda maiores do que os 180 milhões. O PAC de irrigação para o Rio Gran-

de do Sul, incluindo aí oferta de água, construção de barragens e canais de irrigação, o PAC do Rio Grande do Sul é superior a R\$500 milhões em diversos investimentos que estamos fazendo em parceria com o Governo do Estado ou com os Municípios. Acredito que, neste ano, deveremos ter um desembolso melhor em função de problemas que foram enfrentados durante a execução da obra junto ao Tribunal de Contas do Estado, e o Governo do Estado e as prefeituras estão encontrando a solução.

Faço uma pequena correção: o fato de o Sul e o Sudeste crescerem menos do que o Norte e o Nordeste é bom para o Brasil, porque temos que crescer muito, todo o Brasil. Agora, as regiões menos dinâmicas têm que crescer mais do que as dinâmicas, senão, a gente não vai superar os desequilíbrios regionais.

Quanto às questões dos fundos, de fato são dois fundos que estão aqui em apreciação, um para compensação em função da reforma tributária, o fim da guerra fiscal. Aí, esse fundo deve ficar alocado mesmo ao Ministério da Fazenda. E o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é o grande debate. Estamos encaminhando a nova PNDR e entendermos, sim, que cabe ao Ministério da Educação o protagonismo em relação aos instrumentos que devem animar a política de desenvolvimento regional.

Agradeço ao Senador Benedito de Lira pelo apoio. Enquanto ele foi Presidente desta Comissão, foi um grande parceiro do Ministério da Integração. Os investimentos que estamos realizando no Estado de Alagoas têm contado com o apoio reiterado do nosso querido Senador Benedito de Lira.

O Senador Inácio Arruda fez uma bela sugestão. Nós vamos trabalhar em relação a isso para verificarmos a possibilidade de o Senado Federal ter representação nos Conselhos da Sudene, da Sudeco e da Sudam, como forma de buscarmos essa integração entre as instituições. E ele também cobrava a agilização na liberação das emendas. Acredito que a resposta que ofereci à Senadora Ana Amélia se aplica também às preocupações do Senador Inácio Arruda.

É uma alegria poder rever meu companheiro, meu amigo, companheiro de Câmara dos Deputados hoje Senador Ruben Figueiró. Ele chamava a atenção de que o desenvolvimento experimentado pela Região Centro-Oeste se calçou muito nos investimentos privados. De fato, isso mostra, portanto, a valia dos instrumentos que foram criados, como o FCO, como o FDCO, tendo-se um *funding* adequado para animar o setor privado a promover o desenvolvimento dessas regiões. Mas, de forma correta, ele coloca a necessidade de se enfrentar o nosso grande déficit, que é uma realidade brasileira, um grande déficit de infraestrutura,

sobretudo de infraestrutura logística. Aqui, ele aponta as sugestões de investimentos na área de ferrovia e na área de gasoduto.

Para não me estender, vou comentar aqui apenas que eu acredito que o Brasil esteja dando um grande passo no que diz respeito aos investimentos em infraestrutura. Uns reclamam que está atrasado, que deveriam ser mais rápidas as decisões para investimento em infraestrutura, mas ninguém nega que os investimentos em infraestrutura nos últimos dez anos têm mudado este País.

É fácil. Se nós pegarmos os investimentos do PAC 1, foram quatrocentos e poucos milhões; no PAC 2, serão novecentos. Já desembolsamos mais de quatrocentos. Em dois anos e três meses o Governo da Presidenta Dilma já desembolsou tudo que foi desembolsado no PAC 1. Mas é evidente que precisamos fazer mais. O Brasil é hoje o País que tem o maior programa de implantação de ferrovias do mundo. E não é fácil mobilizar e captar recursos privados para investimento em ferrovia. Isso exige prazos de retorno muito longos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ministro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – E eu diria que uma das grandes...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há um produtor de arame farpado lá no Ceará que se dispõe a fazer os trilhos, para não termos que importar. Os dormentes nós já estamos fazendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Pois é, o trilho é outra coisa em que estamos mexendo também para dotarmos o Brasil de uma fábrica de trilho, o que não existe. É um absurdo!

Eu queria apenas dizer o seguinte: quem está acompanhando de perto o debate sobre as novas regras da concessão ferroviária, a grande decisão da Presidenta Dilma será reconhecida na medida em que os primeiros leilões, as primeiras concessões sejam outorgadas. A decisão do Governo brasileiro de comprar capacidade de carga é uma coisa que será reconhecida.

Por exemplo, aqui se fala de Transnordestina. Desde 1999 que a Transnordestina é discutida. Só veio sair do papel com o Presidente Lula. Saiu do papel com o Presidente Lula. A obra está devagar? Está. Já teve nove mil, tem quatro mil pessoas. Mas vamos falar português claro: uma ferrovia de 1,6 mil quilômetros, que liga as zonas de produção de grãos do Piauí, do Maranhão, do Oeste da Bahia aos Portos do Pecém e de Suape, essa ferrovia, para se pagar, deve ter carga. E o investidor que estava convocado para fazê-la enquanto pôde esticar sua implantação esticou, o que é natural, porque ele não tem ainda carga para poder

amortizar o seu investimento. Porque, se ele tivesse concluído a ferrovia, ele teria que começar a pagar os empréstimos. E só se pagam os empréstimos com carga. Então, a decisão do Governo Federal foi recente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ou está esperando a nova lei de mineração, porque o que há de granito para carregar naquela estrada não é mole.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Não, mas, no fundo, no fundo, nós temos que ser também corretos do ponto de vista de que somos uma região que tem ainda muitos investimentos a serem feitos. Por exemplo, nós temos que financiar a exploração de minério de ferro no Piauí, mas não há o minério de ferro ainda para ser transportado pela ferrovia. É preciso fazer mais e mais investimentos, e a carga vai aparecer. Eu não tenho dúvida nenhuma. Eu não tenho dúvida nenhuma.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ministro, aí fica: quem nasceu primeiro foi o ovo ou a galinha?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Eu não tenho dúvida nenhuma de que os volumes de cargas vão aparecer e de que é importante que a ferrovia surja. Por isso, a decisão é importante. Na hora em que você dá tranquilidade ao investidor de infraestrutura de que a carga que não existir durante um determinado período o Governo comprará, o investidor acelera o seu investimento. Nós vamos ver isso em todo o País, em todas essas concessões. Agora, nós vamos viver neste Governo a alegria de poder ligar o Porto de Itaquí ao Porto de Santos, com a conclusão da Norte-Sul. Agora, é preciso fazer muito mais.

Aqui, o Senador Ruben Figueiró estava falando das ligações de Maracaju a Paranaguá, a diversos outros troncos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Em uma região de produção.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Uma região que já tem a produção. Quer dizer, é diferente. É uma região mais madura.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Mais de 15 milhões de toneladas de grãos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Que já está madura para que os investimentos possam ocorrer. Mas eu digo que esses investimentos em ferrovias são investimentos pesados...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – De retornos longos, que precisam, portanto, de modelagens que possam animar e dar segurança ao investidor privado. Reputo que a decisão que foi tomada recen-

temente na modelagem das concessões ferroviárias fará jus à coragem da Presidenta Dilma de acelerar os investimentos em infraestrutura neste País. E nós vamos colher os primeiros resultados quando da realização dos primeiros editais de concessão.

O Senador Eduardo Suplicy registrou a nossa visita ao Município de Cubatão. Estivemos, no último sábado, procurando oferecer apoio para a recuperação das áreas afetadas naquele importante Município de São Paulo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Com o apoio do Ceará. (*Inaudível.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Ah, sim, saímos da transposição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem. E eu havia estado lá na sexta-feira e pude, então, observar a problemática tão severa. Por isso, achei tão importante que V. Ex^a tivesse ido lá, observado pessoalmente e tomado as providências importantes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – A Prefeita Márcia registrou a visita do Sr. Senador durante a semana. Nós tivemos, portanto, a alegria de iniciar um trabalho de colaboração e de recuperação das áreas de Cubatão.

O Senador Cícero Lucena registrou a visita à transposição. Nós já estamos com 4.150 pessoas na obra da transposição. Deveremos mobilizar, até julho, mais quatro mil pessoas. O Eixo Norte já está em fase de plena remobilização. Estamos concluindo a licitação dos saldos de obra do Eixo Leste. Esperamos também, até o mês de agosto e de setembro, estar vivendo plena remobilização no Eixo Leste. E a nossa confiança, nossa expectativa é de que, em 2014, a gente tenha 100 quilômetros de água no Eixo Leste, 100 quilômetros de água no Eixo Norte e todo o empreendimento concluído até o final de 2015. Essa é toda nossa disposição e a nossa determinação.

Queria também aproveitar, porque o Senador Cícero Lucena comentou a questão da seca, que é uma das mais severas dos últimos 60 anos. O Governo Federal está acompanhando de perto, e estamos sugerindo a realização de uma próxima reunião da Sudene, desta feita no Rio Grande do Norte, com a presença dos Governadores. Vamos convidar esta Comissão para se fazer presente nesta reunião. Vamos fazer um balanço de todas as ações que estão sendo feitas em relação à mitigação dos efeitos da seca e estamos avaliando novas medidas. Inclusive, uma das medidas que o Senador Cícero Lucena tem cobrado é a equação das dívidas dos pequenos produtores rurais junto ao Banco do Nordeste. O grupo de trabalho já está formado. É possível que, ao longo desta semana, na próxima semana, a gente esteja com esse situação

resolvida, para poder ser anunciada na reunião da Sudene, no Rio Grande do Norte.

Houve um comentário e uma manifestação que eu julgo muito importante. Sobre quando da decisão dos grandes investimentos realizados pelo Governo Federal, o Senador Cícero Lucena lembrou a Transnordestina, as refinarias e citou outros exemplos. Eu não sei se o Senador chegou a ver a minha apresentação ou se chegou a ouvir a ideia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. As premissas da nova política vêm justamente atender a essas inquietações. É empoderar esse Conselho para que o Ministério da Integração possa cumprir esse papel. V. Ex^a chegou a chamar de casa civil do desenvolvimento regional. Mas a ideia é essa. A ideia é a de que o Ministério seja um Ministério de formulação de políticas públicas, de integração de políticas, com a fixação clara de indicadores, de metas, para que, ao longo de dez anos, a gente possa acompanhar, por meio das nossas agências, para construir este País mais equilibrado.

Agora, quero dizer ao Senador Cícero Lucena que já começamos a realizar o resgate da dívida histórica com a Paraíba. Há alegria de estarmos investindo só na área de infraestrutura hídrica na Paraíba mais de R\$1,4 bilhão no Governo da Presidenta Dilma. O Senador lembrou bem o investimento das Vertentes Litorâneas da Paraíba. Lembro um outro projeto importantíssimo para a Paraíba, para o qual foram autorizados os estudos, que é o ramal do Piancó sangrando do Eixo Norte da Transposição que, sendo implementado como nós estamos esperando – vamos aguardar o estudo de viabilidade –, a Paraíba fica com a questão da sua segurança hídrica resolvida. E podemos dizer que outras secas virão, certamente, mas a Paraíba estará mais preparada para enfrentar os efeitos das estiagens.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ministro, permita-me dizer da minha alegria quando, nessa viagem, foi levantada exatamente essa possibilidade de dizer que há uma demanda muito grande no Estado da Paraíba por essa solução, tanto que estamos fazendo uma reunião nos próximos 15 dias com a unidade da política paraibana, no caso, os três Senadores. Estamos nos encontrando com todos os prefeitos das regiões para que possamos discutir e mostrar, sensibilizar a Presidente Dilma e V. Ex^a, que já está encaminhando, no sentido da importância dessa obra. Como bem disse, outras secas virão, mas a convivência vai ser mais amena do que o sofrimento de hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Obrigado, Senador.

O Senador Wellington Dias fez comentários sobre a Transnordestina. Acredito que já tenha respondido. Acredito, Senador, que está sendo assinado o novo

contrato de concessão com a Ferrovia Transnordestina. Depois das decisões da nova modelagem para o setor ferroviário, cria-se, portanto, agora um novo contrato de concessão e estou muito animado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ainda neste semestre?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Não, ainda neste mês.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Melhor ainda.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Está sendo assinado, e acredito que as obras estejam sendo, portanto, reiniciadas, retomadas, sobretudo no trecho de Missão Velha a Pecém, com os contratos de obras sendo celebrados.

No caso de Piauí e de Pernambuco, existe a disputa de uma arbitragem entre o grupo da Transnordestina e o consórcio construtor. Essa arbitragem está chegando ao final também e deve permitir a mobilização em vários trechos, porque hoje só se está concentrando o trabalho nos trechos entre Araripina e Arcoverde. É importante agora serem retomados nas duas pontas da ferrovia entre o Piauí, Eliseu Martins até Araripina e entre Arcoverde até Suape. E mobilizar os investimentos entre Missão Velha e Pecém. Então, acredito...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Que, neste primeiro semestre ainda...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Neste primeiro semestre.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Assinando o contrato de concessão – a expectativa é assinar neste mês de março –, a gente deve ver, neste primeiro semestre, a remobilização completa da obra da Transnordestina.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso é bom.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ministro, não se esqueça do resgate à Paraíba. Sou eu de novo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Ah, pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – E colocar na Transnordestina também. O ramal que nós temos, do Porto de Cabedelo, que liga fácil a Suape. E em todo eixo do Estado já existia uma ferrovia. Portanto, de fácil solução, inclusive, para que a gente possa explorar o potencial mineral que nós temos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Senador Cícero Lucena...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ligando a Transnordestina com o início da Transamazônica, que é em Cabedelo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Eu volto a repetir o meu comentário. Na realidade, a Transnordestina ficou com um traçado definido, mas a malha da antiga Rede Ferroviária Federal continua com o concessionário. Agora, com essa modelagem em que você define a capacidade de carga, você poderá ter marcos para a recuperação de todos os trechos.

Por exemplo, V. Ex^a está lembrando o ramal que sai de Natal, passa pela Paraíba e chega até Pernambuco, que é importante também para o Porto de Suape.

Há outro ramal, que é o tronco alimentador que sai do Cabo e vai até Porto Real, em Alagoas, que também é muito importante.

No Plano de Concessão Ferroviária, já se incluiu a ligação ferroviária Recife-Salvador. É importante que se ligue todo o Nordeste por trem. Portanto, vai entrar na ordem do dia a recuperação da antiga malha da Rede Ferroviária Federal em toda a extensão do Nordeste.

Então, nós estamos criando as condições para que esses investimentos privados possam ocorrer e em prazos mais curtos.

O Senador Wellington Dias se referiu também aos investimentos privados da Suzano e da Vale. Nós vamos entrar no assunto – eu não tinha essa informação –, para que a gente possa manter esse cronograma de investimentos.

Aproveito para agradecer o apoio do Senador Wellington Dias, um apaixonado pela irrigação, que fez um grande trabalho quando Governador do Piauí e é um dos apoiadores dessa política do Ministério da Integração, do Mais Irrigação.

Nós temos, já alocados, entre o PAC 1 e o PAC 2, Senador Wellington Dias, R\$5 bilhões para a irrigação. Como o programa foi lançado em novembro, agora que o DNOCS/Codevasf e o Ministério da Integração estão mobilizados para poder iniciar e implantar novos perímetros, recuperar perímetros e, sobretudo, atuar também na agricultura familiar, com os kits de irrigação que estão sendo distribuídos em todo o Nordeste.

Num primeiro momento, nós estamos adquirindo 20 mil para atender 20 mil famílias em toda a Região do Semiárido. É pouco, mas nós estamos querendo consolidar para que isso possa despertar os interesses dos governos estaduais, das prefeituras, de modo que isso se transforme em um ambicioso programa. Quem sabe um milhão de kits em vez de 20 mil, e a gente, assim, possa, por meio da agricultura irrigada, gerar emprego e gerar renda no Semiárido nordestino.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me chamar a atenção para o fato de que não

há – e estou dialogando lá – uma compreensão do casamento que há, na linha da convivência com o Semiárido, do programa de *kit* irrigação, voltado para os pequenos produtores... A quem se dá assistência na época de uma seca como esta? Ao pequeno. Então, quando a gente soma, qual é o volume mesmo que o Governo, que nós brasileiros estamos despendendo agora, estamos liberando agora para atender, desde o ano passado, todas essas famílias? É um volume grande.

O que eu estou dizendo, Ministro, é que já há a experiência – e aí eu louvo V. Ex^a, que abraçou a proposta –, mas não há ainda a compreensão de que esse é o caminho para a gente sair da situação emergencial para uma solução definitiva. Há os projetos grandes, os projetos médios, que são mais demorados, são mais estruturantes, mas veja: 20 mil *kits*? Nós já temos, pelo menos, cinco mil implantados em várias regiões do Brasil – no meu Estado são vários os já implantados. Então, já está comprovado.

Só para que V. Ex^a saiba, no nosso Estado – V. Ex^a conhece o B. Sá, apaixonado, da região de Oeiras –, o resultado é uma renda, Senador Valadares, acima de R\$20 mil líquidos por ano, seja num ano de seca, seja num ano de chuva. Nós estamos falando disso. Ou seja, dá para tirar gente do Brasil sem Miséria e resolve o problema da emergência.

Então, o que eu acho é que o Governo ainda não comprou a ideia – V. Ex^a, sim –, mas eu acho que os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, a Casa Civil, enfim, quem faz o arcabouço do planejamento precisa compreender.

Estou aqui desafiando V. Ex^a, como apaixonado, como aliado – e tenho certeza de que falo por esta Comissão – a trabalharmos a apresentação de um projeto ousado para o Governo. Implanta-se um milhão de *kits* desses rapidamente? Não. Deve-se casar com formação, assistência técnica etc. Mas eu acho que já há condições de se fazer algo mais ousado.

V. Ex^a arrancou 20 mil *kits* no alicate, eu sei, porque não há essa compreensão. Mas eu acho que, agora, está na hora de começar a dar visibilidade às experiências já existentes, desde 2009, para a gente fazer disso um programa definitivo. Eu acho que o Brasil vai compreender isso.

É barato tirar uma família de uma situação de inconstância de renda para uma renda sólida e definitiva, com investimentos da parte pública, que tem já o sistema de águas – e se não tem, já há programa também para isso, como é o Água para Todos.

Então, há que se casar o Água para Todos com o Mais Irrigação, a assistência técnica, que tem no MDA, e, assim, você faz o programa. O resto é Pro-

nafe; é financiamento. A outra parte é financiamento! E, para tanto, já temos também as linhas de crédito todas programadas.

Então, os programas estão prontos; é só fazer o arredondamento, o casamento. Repito aqui: R\$3,5 bilhões de investimento para um milhão de famílias, numa solução definitiva, é pouco para o Brasil.

É isso que eu digo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – E eu concordo com V. Ex^a, mas eu quero dizer que não existe limitação por parte do Planejamento ou parte da Fazenda ou mesmo por parte da Presidenta Dilma em relação ao Programa Mais Irrigação. Muito pelo contrário. Sua Excelência quer apostar e investir mais e mais na irrigação, tanto assim que criou a Secretaria Nacional de Irrigação, tanto assim que criou o Programa Mais Irrigação. E, dentro desse programa, há uma parte que é voltada para a agricultura familiar e para os perímetros de interesse social. Uma das áreas onde o *kit* vai entrar com muita força são os assentamentos do Incra. E nós, portanto, já estamos desenvolvendo com o MDA e com o Incra como ampliar os investimentos disso.

Então, na medida em que a gente assegure as condições para fazer o investimento... Até porque não basta dar um *kit* desses, há que ter a segurança hídrica, para se ter a água, a assistência técnica e o acesso ao crédito. Então, nós temos que formar todo um pacote.

Assim, na medida em que consigamos caminhar todos juntos, seja com o Incra, seja com os Estados, seja com os Municípios, nós vamos ampliar, cada vez mais, os investimentos nesse instrumento, que é um dos instrumentos da política do Mais Irrigação, ou seja, o *kit* voltado para o pequeno produtor rural, para a agricultura familiar.

Finalmente, Sr. Presidente, queria aqui comentar a manifestação do Senador Ivo Cassol, que é pertinente. Nós a acolhemos como uma sugestão que temos de analisar e trabalhar. Apenas para explicar por que nós evoluímos para restringir os financiamentos do Basa e do Banco do Nordeste para a área de energia. É porque o objetivo mesmo desses recursos é criar, digamos assim, uma base empresarial local, regional. Que os recursos do FDA e do FNO sejam recursos que criem o empresário local, que deem condições para o empresário local investir na região.

No ano passado, no final de 2011, quando tomamos essa decisão, quando a decisão foi implementada, verificamos, pelo perfil dos tomadores, que os investidores em energia eram médias e grandes empresas, que não teriam dificuldades em buscar o *funding* no BNDES. Ainda porque o BNDES precisava ampliar os seus investimentos tanto no Norte quanto no Nordeste.

A presença do BNDES no Norte e no Nordeste é ainda muito baixa em relação ao PIB dessas regiões. Então, é preciso fazer um esforço de colocar aqueles que querem investir nessa região para buscarem o dinheiro do BNDES e o dinheiro dos Fundos Constitucionais ou dos Fundos de Desenvolvimento Regional. Assim, se prioritariamente você destina ou reserva esses recursos para apoiar a iniciativa empresarial local, regional, você vai criando, portanto, uma base local.

V. Ex^a chamou a atenção para a especificidade dos investimentos em PCHs, que são investimentos de menor monta e que, digamos assim, atraem justamente o empresariado local, de base regional, que é o objetivo do fundo.

Portanto, com essas considerações, nós vamos levar isso à discussão dentro dos Conselhos, tanto da Sudene quanto da Sudam e da Sudeco, para que a gente possa, junto com o pessoal do Ministério da Fazenda, chegar a uma decisão que possa comportar a preservação do nosso objetivo.

Nós queremos apoiar, sim, o empresariado local, e os recursos desses fundos são para criar essa base empresarial de que nós ainda somos muito carentes. Nós precisamos ter mais e mais empresários fixados e que dialoguem com os arranjos produtivos locais.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – V. Ex^a me permite?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para reforçar. Eu quero agradecer a sua compreensão. Quando eu frisei que se dê prioridade ao pequeno produtor, é porque nós temos ainda muitas áreas carentes na Região Norte. Eu não me refiro aqui ao Nordeste porque não tenho porque não tenho muito conhecimento do Nordeste, e lá há o problema de água. Esses pequenos empresários são, na verdade, da região. Dou o exemplo da minha família e de outras famílias que conheço e que, agora, têm de se deslocar para fazer o trabalho dentro do BNDES.

Então, já que o Basa é um banco de fomento e está direcionado a essa linha de que o senhor falou, sou a favor do senhor. Na época em que eu era governador e em que o Basa liberou uma linha de quase R\$1 bilhão para usinas do Rio Madeira, eu fui contra. Eu falei: “Nós podíamos investir isto aqui no setor produtivo, dando mais dinheiro”. Mas, de repente, o banco tinha um saldo, tinha isso em caixa e, naquele momento, utilizou o recurso.

Quanto a esses grandes projetos, concordo com V. Ex^a. O senhor tem razão: não pode ser colocado nesses grandes empreendimentos, que já têm a concessão, já têm garantias, têm tudo. Mas, nessa área

que estou solicitando que V. Ex^a reveja, segue-se exclusivamente essa linha dos produtores da região, dos empresários locais. E todo recurso que esse pessoal ganha, tudo o que eles têm eles investem na própria região, em outros setores.

Então, é por isso que fico feliz. Quero parabenizá-lo. Revendo isso, o senhor vai dar oportunidade a esses mesmos pequenos empreendedores de voltarem a participar junto ao Basa, como já vinham fazendo até agora.

Então, parabenizo o senhor. E, quanto aos grandes empreendimentos, que vão buscar no BNDES as grandes cifras, porque, na verdade, são pequenos projetos. São projetos de R\$40 milhões, de R\$30 milhões, de R\$20 milhões, de R\$80 milhões. São pequenos projetos.

Essa linha que o senhor está conduzindo é fundamental. Mas o Basa inverteu. Não é que deixou os pequenos, mas, naquele momento lá atrás – acho que ainda não era a sua época –, achou mais conveniente investir num grande projeto e se esqueceu de que poderia pegar o mesmo recurso e distribuí-lo para vários pequenos projetos, atendendo áreas isoladas, como a 429, Buriti, Machadinho, que são áreas isoladas, as quais o Basa pode continuar financiando. São outros empreendedores. O pessoal é da região, o pessoal é do Estado, que pode ser contemplado com esse investimento.

Então, fico feliz. Pode contar com o Senador Ivo Cassol, porque é importante que o Basa continue fomentando a nossa Amazônia e o nosso Nordeste.

Obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO – Muito obrigado, Senador.

Eu queria, finalmente, agradecer, mais uma vez, ao Presidente da Comissão, o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo convite, pela oportunidade que tive aqui de expor as diretrizes e as premissas daquilo que será a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). E, certamente, por merecer e contar com o apoio desta importante Comissão, para que possamos, até o final do ano, alcançar a aprovação da PNDR no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro, foi realmente um privilégio para esta Comissão receber V. Ex^a, que demonstrou total conhecimento a respeito dos problemas do Brasil, notadamente das regiões mais pobres, que precisam de políticas públicas diferenciadas, visando ao seu desenvolvimento e ao processo de integração com o restante do Brasil.

O seu Ministério desempenha um papel preponderante. Aqui, todos os Senadores e Senadoras que participaram deste debate demonstraram a eficiência com que V. Ex^a vem dirigindo esse órgão, que faz parte da estrutura administrativa do Governo da Presidenta Dilma, na evolução de um processo de desenvolvimento nacional, não particularizando região A ou B, como disse V. Ex^a, mas tornando esse processo totalmente integrado, porque, só assim, o Brasil acabará com suas disparidades regionais.

Estão em curso, neste Senado Federal e também na Câmara dos Deputados, várias proposições visando a corrigir essas disparidades, essas distorções no nosso desenvolvimento econômico e social. Naturalmente, medidas que sejam tomadas para a reestruturação da Administração Federal voltadas para o desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste são medidas que serão recebidas por todos nós, que compomos esta Comissão, com muito interesse.

Como disse o Senador Cícero Lucena, há que se ter um resgate histórico não só da Paraíba, como também das regiões mais pobres do nosso País. E V. Ex^a está atento quanto a essa necessidade, para evitar que haja justamente essa diferenciação entre o tratamento que era concedido ao Sul e ao Sudeste do nosso País e às demais regiões do Brasil.

Eu quero dizer a V. Ex^a que tenho visitado, no Estado de Sergipe, obras a cargo do Ministério da Integração e da Codevasf e fiquei vivamente impressionado com a atuação do seu Ministério no Estado de Sergipe, que é um pequeno demonstrativo da sua ação benfazeja em todo o Brasil, por meio do seu Ministério.

Visitei, por duas semanas consecutivas, os perímetros irrigados de Propriá – Cotinguiba/Pindoba e Betume – e de Poço Redondo e Canindé – Jacaré/ Curituba –, e pude ver de perto que as atividades desenvolvidas pelo seu Ministério redundaram em grandes benefícios sociais e econômicos não só na área de esgotamento sanitário, mas também na área de abastecimento d'água. Vários e vários Municípios e povoados, que, apesar de estarem perto do Rio São Francisco, ainda não tinham abastecimento de água adequado, com tratamento, agora sim, essas populações estão sendo lembradas pelo Governo Federal, visando ao atendimento às suas necessidades básicas.

Também o Projeto Xingó, que é uma antiga aspiração, V. Ex^a está desenvolvendo em parceria com o Governo do Estado. Nós esperamos que esse Projeto Xingó seja tocado ainda na administração de V. Ex^a no Governo da Presidenta Dilma.

Por fim, eu queria anunciar a V. Ex^a que o Estado de Sergipe, proporcionalmente, teve a maior produção, um incremento maior na produção de arroz no Brasil. Isso devido às providências do seu Ministério com re-

lação à melhoria da estrutura dos perímetros irrigados do Baixo São Francisco – Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume –, em que vários canais que estavam alagados ou entupidos pela ação do tempo foram desobstruídos e várias bombas foram consertadas, inclusive com emendas individuais apresentadas por mim e por Valadares Filho. Também com recursos do próprio Ministério, quase 30 bombas foram consertadas. Essas bombas, que servem, naturalmente, não só para irrigar e drenar os canais, contribuíram substancialmente para o aumento da produção. Bombas com mais de 30 anos de existência, que foram recuperadas, estão funcionando a contento e aumentando, portanto, a produção agrícola na região do Baixo São Francisco.

Portanto, Sr. Ministro, como eu disse, essa é uma pequena prova da ação benfazeja do seu Ministério num Estado pequeno, o menor Estado da Federação, mas já sentimos os reflexos do desempenho da gestão administrativa de V. Ex^a e do Governo da Presidenta Dilma.

Portanto, a sua presença nesta Comissão nos dá a garantia e a segurança de que os grandes projetos, em todas as áreas, não só na transposição, na irrigação, no abastecimento d'água, no esgotamento sanitário e na grande irrigação, aqui falada por Wellington Dias – o programa Mais Irrigação –, todas essas ações proporcionam a todos nós a garantia de que a nossa Região Nordeste, como também a Região Centro-Oeste e a Região Norte, que são as mais pobres do País, sofreram, sem dúvida alguma, um grande impulso nesta gestão, e se integrarão, dentro em breve, não em 60 anos, mas em cinco ou seis anos, ao processo de desenvolvimento do nosso País.

Sua presença para nós foi um privilégio, uma grande alegria e nos encheu de muito entusiasmo. Tenho certeza absoluta de que todos aqueles que acompanharam a desenvoltura da sua apresentação estão vivamente impressionados e certos de que o Ministério da Integração está entregue em boas mãos.

Obrigado e até a próxima oportunidade, Sr. Ministro. (Palmas.)

(Iniciada às 8 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de março do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número dezenove da Ala Senador Alexandre

Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Wilder Moraes e, ainda, do Senador não membro da Comissão José Pimentel. Justifica a ausência a Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Sodré Santoro e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2009 – Complementar**, Dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri– Araripe (RICA). **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2011**, Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2012**, Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para reduzir de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação para o exterior de empresas instaladas em Zona de Processamento de Exportação (ZPE). **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Wilder Moraes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Lídice da Mata, nos termos regimentais. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2010**, Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos, prévios, para a construção de qualquer espécie de edificação em encostas de morros, montanhas, maciços, terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e em outras áreas do gênero, comprovadamente de risco. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade ao Projeto por 9 votos favoráveis, nenhum contrário e

nenhuma abstenção. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2011**, Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto por 8 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2012**, Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza – Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata e outros. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CMA. **Resultado:** A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 01 e 02-CMA/CDR por 8 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 4, de 2013** – Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, o Senhor Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Sr. Sérgio Duarte de Castro, com vistas a expor um balanço e uma avaliação dos resultados da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que acontecerá no período de 18 a 22 de março de 2013, em Brasília – DF. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 5, de 2013** – Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, para que discorra sobre as ações, projetos no âmbito de sua pasta para o Desenvolvimento Regional do país. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 6, de 2013** – Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado

Federal, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) destinada a discutir as metas e planos para o desenvolvimento do Centro-Oeste e ainda, a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Tendo em vista os assuntos a serem abordados, sugiro que, para a mencionada audiência, seja convidada a seguinte autoridade: O Senhor Marcelo Contreiras de Almeida Dourado, Diretor-Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 7, de 2013** – Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir os PLS nº184, de 2010, PLS nº 320, de 2010 e o PLS 712, de 2011, que tramitam em conjunto e versam sobre a mesma matéria, o Fundo de Participação dos Municípios, FPM. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Sra. Mirian Belchior, Ministro da Planejamento; Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação nacional dos Municípios; Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 8, de 2013** – Requeiro, nos termos do disposto no art. 104-A, combinado com os arts. 40 e 90, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo possa realizar Diligências nas cidades-sedes da Copa das Confederações, que será realizada em junho de 2013 nas cidades de Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador, com a finalidade de verificar, in loco, o andamento das obras dos estádios e as demais ações de preparação para a realização dos eventos esportivos. Requeiro, ainda, que esta comitiva de Parlamentares, que será designada posteriormente, de acordo com a cidade a ser visitada, seja acompanhada por um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e de um Consultor Legislativo do Senado Federal, na condição de assessores. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 9, de 2013** – Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de

audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para que sejam prestadas a esta Comissão informações a respeito da atuação da Embrapa Pantanal no Estado do Mato Grosso do Sul e do desenvolvimento sustentável na região pantaneira. Tendo em vista o tema a ser abordado, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes personalidades: Sra. Emiko Kawakami de Resende, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal; Sr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite, Presidente do Sindicato Rural de Corumbá. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião da Comissão.

A Ata da 4ª Reunião já foi aprovada durante a reunião conjunta das Comissões CDR/CCJ/CAE, que ocorreu no último dia 14.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas. Comunicados:

Acontece nesta semana, de 18 a 22 de março, por iniciativa do Ministro da Integração Nacional, Ex^{mo} Sr. Fernando Bezerra, a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Representando esta Comissão, estive presente à abertura dessa Conferência. Estava também presente o nosso Vice-Presidente Senador Inácio Arruda.

Na oportunidade, falando em nome desta Comissão, destaquei a importância da realização desta Conferência para o fortalecimento da integração nacional.

A Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc) – Brasil convida para a solenidade de lançamento do programa de qualificação em gestão e certificação de micro e pequenas empresas de eventos, que acontecerá no dia 26 de março, às 18 horas, na

sala plenária da CNC aqui, em Brasília. O convite é extensivo aos membros da Comissão.

Há sobre a mesa os seguintes requerimentos:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso V da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, o Senhor Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Sr. Sérgio Duarte de Castro, com vistas a expor um balanço e uma avaliação dos resultados da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que acontecerá no período de 18 a 22 de março de 2013, em Brasília – DF.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 5, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, para que discorra sobre as ações, projetos no âmbito de sua pasta para o Desenvolvimento Regional do país.

Autoria: Senador Cícero Lucena

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 6, DE 2013

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) destinada a discutir as metas e planos para o desenvolvimento do Centro-Oeste e ainda, a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Tendo em vista os assuntos a serem abordados, sugiro que, para a mencionada audiência, seja convidada a seguinte

autoridade: O Senhor Marcelo Contreiras de Almeida Dourado, Diretor-Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir os PLS nº184, de 2010, PLS nº 320, de 2010 e o PLS 712, de 2011, que tramitam em conjunto e versam sobre a mesma matéria, o Fundo de Participação dos Municípios, FPM. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Sra. Mirian Belchior, Ministro da Planejamento; Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação nacional dos Municípios; Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Autoria: Senador Cícero Lucena

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 8, DE 2013

Requeiro, nos termos do disposto no art. 104-A, combinado com os arts. 40 e 90, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo possa realizar Diligências nas cidades-sedes da Copa das Confederações, que será realizada em junho de 2013 nas cidades de Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador, com a finalidade de verificar, in loco, o andamento das obras dos estádios e as demais ações de preparação para a realização dos eventos esportivos. Requeiro, ainda, que esta comitiva de Parlamentares, que será designada posteriormente, de acordo com a cidade a ser visitada, seja acompanhada por um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e de um Consultor Legislativo do Senado Federal, na condição de assessores.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Esse requerimento, na verdade, é uma ação conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Romário. Foi um acordo que fizemos de que

essa visita, que será feita nos Estados que serão sede Copa das Confederações, será feita por Senadores e Deputados, previamente designado pelas respectivas Comissões.

Vamos supor que vamos a Recife. Lá está sendo construído um estádio de futebol para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo. Então, a Comissão vai dar prioridade aos Parlamentares de Pernambuco, o que não implica o fato de que Senadores de outros Estados não possam nos acompanhar nessa visita. Pelo contrário, será um acontecimento, um evento a ser comemorado pelo Estado de Pernambuco, recebendo tantos Parlamentares, Senadores interessados no desenvolvimento do desporto e do turismo nacional com repercussões naturalmente no desenvolvimento regional em todo o Brasil.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, DE 2013

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para que sejam prestadas a esta Comissão informações a respeito da atuação da Embrapa Pantanal no Estado do Mato Grosso do Sul e do desenvolvimento sustentável na região pantaneira. Tendo em vista o tema a ser abordado, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes personalidades: Sra. Emiko Kawakami de Resende, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal; Sr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite, Presidente do Sindicato Rural de Corumbá.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Logo em seguida, colocaremos em votação.

Indago aos Senadores presentes sobre a inclusão dos mencionados requerimentos como itens extrapauta.

Como não há nenhuma divergência ou contestação, esses requerimentos serão incluídos na pauta extra desta Comissão.

Os requerimentos receberão os nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9 e serão deliberados ao final desta reunião.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições.

Há número para deliberar? A assessoria nos informa que há quórum para deliberação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2009 – Complementar – Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (Rica).

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado o Projeto, com o respectivo Parecer.*

Eu gostaria que telefonassem ao Senador Inácio Arruda, para que ele comparecesse a esta Comissão não só na qualidade de Vice, como também de autor desta matéria.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena, para fazer a leitura do seu relatório. Item 1 da pauta.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Bom dia, Sr. Presidente, demais Senadores aqui presentes. Como já foi devidamente distribuído, nós vamos direto à análise.

Os objetivos constitucionais pretendidos pelo art. 43 da Carta Magna – de incremento do desenvolvimento e redução das desigualdades regionais – são especialmente necessários na área de abrangência da pretendida Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe. Sem os instrumentos fiscais e creditícios franqueados a partir da dicção constitucional, e sem uma especial ação federal, em coordenação com os quatro Estados abrangidos, a região do Cariri-Araripe não conseguirá atingir seus ideais de prosperidade e desenvolvimento econômico, humano e ambiental.

A técnica legislativa da proposição é satisfatória, e não encontramos óbices de ordem constitucional a opor.

Portanto, pelo exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 122 – Complementar, nesta Comissão.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo eminente Senador Cícero Lucena, pela aprovação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria, que será encaminhada ao Presidente do Senado Federal para as providências cabíveis.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, o senhor me permite só uma pequena observação?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – É apenas para fazer um pedido ao Prodasen. Temos a mídia eletrônica com todos os relatórios de todas as comissões. Infelizmente, tentei acessar no *tablet* fornecido a todos os Senadores, mas não consegui e tive que recorrer ao impresso, que devíamos evitar. Então, essa cobrança não é à Comissão, mas à área técnica do Prodasen para que cumpra o papel da digitalização das nossas agendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sua reclamação será levada em conta e direcionada ao órgão competente.

Agradeço a V. Ex^a.

Senador Wellington Dias, Líder do Bloco de Apoio ao Governo e meu líder.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas o melhor mesmo é ser seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, saudando aqui todos os presentes, primeiro, quero parabenizar a precisão na apresentação do voto do nosso querido Senador Cícero Lucena e essa iniciativa do Senador Inácio Arruda. Na verdade, apenas para clarear, é uma região que já tem uma interface muito importante, são três Estados ali, Pernambuco, Piauí e Ceará, a chamada região do Araripe.

Destaco aqui: ela tem um grande potencial na área da mineração, um grande potencial de gesso, agora houve recentes descobertas na área de ferro. Acredito que, como é de um lado e de outro, a separação é mais uma linha imaginária, eu acho que há um potencial grande. Há uma tradição, porque é uma região alta, tem uma condição diferenciada de clima, eles têm uma produção de mandioca, têm uma tradição muito forte, exportam para várias regiões do Brasil.

Quero aqui apenas saudar a aprovação desse projeto. Ali temos os Municípios de Alegrete, Belém do Piauí, Betânia, Caldeirão Grande, Campo Grande, Caridade, Curral Novo. Agora, a Ferrovia Transnordestina vai passar exatamente por essa região de grande potencial. Acho que trabalhando organizadamente... porque nós somos o mesmo País. Existem as linhas imaginárias de divisão, e acho que esse é um conceito importantíssimo, estamos vivenciando já uma rede, como chamamos, uma região integrada de desenvol-

vimento, Teresina, Timon e outras. Aqui em Brasília, há cidades-polos, e eu considero isso importantíssimo.

Eu queria aqui, como piauiense e representante do povo do Piauí, agradecer ao Senador Inácio Arruda por essa iniciativa, agradecer ao nosso Relator e à Comissão pela aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para fazer a leitura do seu relatório, parabenizando a Senadora Maria do Carmo por sua iniciativa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, é uma honra poder relatar esse projeto da Senadora Maria do Carmo.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 702, de 2011, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, busca acrescentar dois parágrafos ao art. 82 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), que tem uma finalidade de proteção à criança e ao adolescente muito importante porque proíbe a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

Então, é um projeto simples, na verdade.

Entre as competências da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme o disposto no inciso VI do art. 104 do Regimento Interno do Senado, está a de apreciar proposições relativas ao turismo, nesse caso hotéis, pensões etc., caso específico do projeto em exame. Assim, não há óbice regimental para aprovação do projeto.

Isso posto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, no mérito.

Então, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto. Inclusive, eu gostei porque, além de tratar dessa

preocupação da hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados do pai ou de um responsável autorizado, eu destaco aqui uma inovação também apresentada pela Senadora, que obrigar o Poder Público a veicular, nos meses de novembro e dezembro, por cinco anos, campanha publicitária para divulgar esta disposição.

Eu acho fundamental, porque, às vezes, a gente faz uma lei importante como essa, e a sociedade nem pode cobrar porque, muitas vezes, nem tem conhecimento.

Então, eu queria manifestar uma posição pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Wellington Dias.

Logicamente, antes, abro a discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos, então, à votação.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam o projeto da Senadora Maria do Carmo, que dispõe sobre hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A matéria foi aprovada e será encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Aproveitando o quórum exigido pelo Regimento, vamos passar à votação das matérias terminativas, para que possamos limpar a pauta e começarmos outros trabalhos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 4, DE 2010

– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos, prévios, para a construção de qualquer espécie de edificação em encostas de morros, montanhas, maciços, terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e em outras áreas do gênero, comprovadamente de risco.

Autoria: Senador Romeu Tuma

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações:

– Votação Nominal.

– A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, tendo sido apro-

vado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CI (Substitutivo);

– Em 12.09.2012, durante a 16ª Reunião, foi lido o Relatório e declarado prejudicado o projeto, ficando adiados a discussão e a votação da matéria.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação. A votação será nominal. Sendo declaração de prejudicialidade, pelo Regimento, a votação deve ser nominal.

Quem vota “Sim” estará concordando com a declaração de prejudicialidade, ou seja, aprovando o relatório da Senadora Lídice da Mata.

Vamos fazer a chamada nominal.

Senador Wellington Dias, como vota V. Exª?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Vota Sim.

Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Vota Sim.

Senadora Lídice da Mata. Voto conhecido. Relatora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/ PSB – SE) – Senador Sodrê Santoro. (Pausa.) Não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – São 10 votos favoráveis.

Aprovado o parecer da Senadora Lídice da Mata, pela prejudicialidade do projeto.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata pela ordem.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Só para lembrar à Comissão que este foi um projeto com mérito do Senador Romeu Tuma. Ele fazia modificações no Estatuto da Cidade. No entanto, uma Lei posterior, de nº 12.608, de 10 de abril de 2012, decorrente da Medida Provisória nº 547, de 2011, incorporou o conteúdo desse projeto.

Por isso, nós o consideramos prejudicado, porque ele foi incorporado pela medida provisória.

Aliás, Sr. Presidente, aproveito para dizer que essa prática vem-se repetindo aqui no Senado ou no Congresso Nacional. Muitas iniciativas de Srs. Deputados, na Câmara, ou Srs. Senadores, aqui, depois são incorporadas em medidas provisórias, mostrando que precisamos ter mais celeridade nas proposições do Legislativo, porque isso termina tirando a iniciativa do, dando-a praticamente com exclusividade ao Poder Executivo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a a informação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 356, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras Providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

No dia 24 de maio do ano passado, na 13^a Reunião da Comissão, foi lido o Relatório e encerrada a discussão da matéria, ficando adiada a votação do projeto. Estamos votando hoje.

A Senadora Ana Amélia, autora do Projeto, deseja manifestar-se.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Meus caros Senadores e minhas caras Senadoras desta Comissão, temos visto, nos últimos tempos, uma fragilização do sistema federativo, com consequências muito negativas para Estados e Municípios de modo especial, tanto que estamos envolvidos agora numa polêmica do FPE, da alíquota única de 4% do ICMS e de algumas outras alterações na Constituição para tornar mais equilibrada a relação entre os entes federativos.

Este projeto, aliás, não é de minha autoria exclusiva, porque segui, a pedido do autor, Senador do Mato Grosso, que havia apresentado com as razões aqui expostas.

Hoje, os municípios têm uma dificuldade muito grande de acesso. Primeiro, como fazer projetos. Segundo, financiamento para elaborar projetos que sejam bons para isso. Veja, o Governo Federal faz programas e projetos importantes, como Minha Casa, Minha Vida, e todos eles impactam sobre as cidades ou os Municípios – pequenos, médios ou grandes. Os grandes sempre têm qualificação e preparo.

Então, o que isso cria é uma política de apoio da União, ou dos Ministérios relacionados, no caso da assistência técnica e financeira, aos municípios, para elaborar o plano diretor e outras normas decorrentes.

Assim, penso que, apesar de o Governo rejeitar, acho que temos de criar algumas condições. Isso não é o fim do mundo. Essa é uma alternativa é uma alternativa prática, inclusive para melhorar a condição de vida das pessoas, porque um plano diretor organiza. O que estamos vendo no Rio de Janeiro agora? Vinte e sete mortos por ocupação desordenada do solo urbano – claro, ocupação ilegal, morros. O Plano Diretor estabelece, inclusive, onde as habitações podem ser construídas para evitar essas tragédias que estamos vendo. Então, penso que tem utilidade sim, apesar da oposição do Governo em relação a esse projeto, Senador Presidente.

Obrigada.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Para discutir, Sr. Presidente.

Senadora Ana Amélia, o projeto de iniciativa de V. Ex^a é por demais oportuno, porque vivemos essa realidade tão verdadeira, vamos dizer assim, se é que podemos afirmar, e estamos num item muito preocupante. Nós passamos 19, 20 anos discutindo a política de resíduos sólidos do nosso País, Senador Figueiró. Estabeleceram-se metas e obrigações aos Municípios brasileiros para que em 2014 acabassem todos os lixões no País. Estabeleceu-se que, no ano de 2012,

todos os Municípios brasileiros deveriam apresentar o seu plano de resíduos sólidos.

A cidade de São Paulo, a maior do País, entregou no último dia do prazo estabelecido. Eu fui Prefeito de uma cidade, onde Deus me permitiu resolver a questão do Lixão do Roger e transformá-lo em um aterro sanitário, retirando as famílias daquela localidade, construindo casas, construindo creches, criando a primeira cooperativa de catadores de lixo do Nordeste naquela oportunidade. Quando eu cheguei a esta Casa, dediquei-me a esse assunto nesta Casa. E, no segundo ano como Senador, apresentei uma emenda de comissão, que foi aprovada no Orçamento, estabelecendo R\$215 milhões para que a Funasa – na época, a responsabilidade era dela – desse suporte técnico aos Municípios com menos de 50 mil habitantes para fazer exatamente a política e o gerenciamento de resíduos sólidos, criando consórcios, vendo a alternativa que deveria ser dada em relação a resíduos sólidos, se era aterro controlado, se era aterro sanitário, se era usina, fazendo estudo técnico de localização, de solo, verificando onde era importante colocar aquele aterro, ou seja, dando suporte técnico.

Acredite, Senadora Lídice da Mata: dos 215 milhões, o Governo liberou 10, obviamente que para uma ou duas prefeituras do partido do presidente da Funasa. Mas isso foi o que ocorreu. E agora estamos vendo isso. Estou, inclusive, com um projeto semelhante já em andamento no sentido de que passemos também para o Governo essa responsabilidade, porque nós temos alertado, temos pedido, temos feito pronunciamento, e não vemos iniciativa do Governo de apoiar os pequenos Municípios. E o que é mais grave: nós estamos chegando... Porque a lei estabelece que o Município que não apresentar o Plano Diretor, o Município que não fizer o aterro sanitário não terá liberação de recursos. Está previsto na lei. E o Ministério Público, que busca exatamente a execução das leis, começa a cobrar dos Municípios, que não têm a mínima capacidade. Então, da mesma forma da oportunidade do projeto da senhora, espero que, quando o nosso vier a esta Comissão, possa também ter a compreensão e a aprovação, devido à gravidade do assunto.

Porque, senão, vamos terminar com o jeitinho brasileiro, que seria a coisa mais fácil: adiar o prazo para que os Municípios possam fazer, o que seria um crime que essa Casa adotaria, estimulando o não cumprimento da legislação.

Por isso, fico muito feliz em ter a oportunidade de votar favoravelmente à iniciativa de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O projeto é terminativo e o quórum é qualificado.

Senadora Lídice da Mata com a palavra.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Rapidamente, Sr. Presidente, apenas para me pronunciar também no sentido de dizer que esse projeto é importante. Concordo integralmente com o argumento desenvolvido pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Cícero Lucena. Estamos vivendo um pacto federativo às inversas no País. Não é possível mais continuar com a concentração de recursos que nós temos na mão da União, e os Municípios pagando tudo.

V. Ex^a, que é do Nordeste, como uma parte dos integrantes daqui, como o Senador João Durval, que foi governador, sabe que, se os Municípios brasileiros, os Municípios nordestinos deixassem de pagar, de colocar à disposição funcionários para os tribunais funcionarem no interior, de pagar a gasolina dos carros de polícia, de pagar um salário a mais, extra para os delegados e policiais naquela cidade, não existiriam esses serviços prestados nos Municípios brasileiros e os Estados teriam que arcar com essa realidade. Portanto, nós precisamos levar a sério e discutir profundamente essa situação dos Municípios brasileiros.

Obrigada.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Wilder, com muito prazer.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Eu gostaria de pedir que V. Ex^a pudesse voltar ao item 3 da pauta, do qual sou Relator. Estou participando de uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura, para onde eu gostaria de voltar para debater, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Logo após a deliberação deste projeto, atenderei a solicitação de V. Ex^a.

Senador Benedito de Lira, com muito prazer, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu queria apenas cumprimentar a Senadora Ana Amélia e dizer que realmente é inacreditável o que observamos nos Municípios até 50 mil habitantes. Na verdade, o Congresso Nacional, que também tem responsabilidade direta com relação à melhoria da qualidade das atividades de cada Município desses cria dificuldades para apreciação da matéria, como bem disse a Senadora Lídice da Mata. Aqui há algumas matérias importantes para os Municípios.

Cito um caso que está acontecendo hoje no meu Estado com relação, Cícero, aos aterros sanitários, para cumprir a lei que estabelece que até 2014 não deve haver mais lixão nas cidades do Brasil. Além das difi-

culdades que temos enfrentado com relação ao Instituto do Meio Ambiente para liberação das licenças para obras de aterros sanitários, agora apareceu o IPHAN. Há uma obra em Alagoas, de um consórcio de mais de 19 Municípios, na grande Maceió. Há dois anos que o empresário lutou para resolver um problema pendente que tinha na Justiça Federal, porque havia um cidadão vizinho, a 3km de distância de onde seria instalado o aterro, que inventou que tinha uma mata, uma APP, e estava criando mutuns. Por conta disso, esse processo passou dois anos *sub judice*. Depois de dois anos, a Justiça autorizou que o IMA – Instituto do Meio Ambiente de Alagoas concedesse a licença. Agora, há 15 dias, o IPHAN chegou lá com o engenheiro deles e encontrou dois pedaços de caco de telha. Vocês sabem o que é caco de telha? Pedaço de telha velha. O que aconteceu? Interditou a obra de novo, suspendeu, porque ali deveria ser resto de cabeça de índio, de imperador, desse tipo de gente. Reparem. Quer dizer, é um negócio, é uma brincadeira. É uma brincadeira! É preciso acabar com isso. Pedaço de telha! Está comigo aí porque eu vou ao IPHAN para mostrar ao presidente do IPHAN que estão interditando obra da importância de um aterro sanitário porque encontraram em cima do solo... E há 50 anos que os tratores rodavam por lá para plantar cana, e agora apareceram pedaços de telha em cima da terra, e o IPHAN entendeu que ali é um... aquele tipo de escavação que eles fazem...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Um sítio arqueológico.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pronto, um sítio arqueológico. E está interditada a obra. Pode uma coisa dessa?! Como é que a gente vai cumprir ou como é que se cumpre lei desse jeito?

São essas coisas que precisam ser... Aí V. Exª fala aí em Ministério Público. O Ministério Público deveria agir dessa forma, e muitas vezes age contrariamente. Qualquer informação que chega, eles imediatamente entram com uma ação, e é interditada a obra com uma liminar. Então, esta Casa e o Congresso Nacional precisam se posicionar de maneira mais firme com relação a essas ações.

Eu queria cumprimentar a Senadora.

Voto com o projeto, sem a menor dúvida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para conformar meu querido Benedito

de Lira. No meu Estado, agora, pararam as obras do Luz para Todos em 60 Municípios. Querem que haja um arqueólogo para perfuração de cada poste do Luz para Todos. Mais do que isso, quero citar um caso para compreenderem onde é que estamos chegando. A transposição das águas do São Francisco ficou um longo período paralisada no Estado de Pernambuco porque descobriram umas ossadas. Isso está em um museu, visitei agora. Depois que fizeram os estudos, sabem de que eram os ossos? Ossos de jumento. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington Dias.

Antes de colocar em votação, quero enaltecer a iniciativa louvável da Senadora Ana Amélia, sempre sintonizada com os interesses do municipalismo brasileiro, agora muito assolebado com despesas as mais diversas, que lhes são impostas por obrigações constitucionais, legais e também por exigências da própria comunidade. Inclusive, a assistência técnica na elaboração de projetos é uma ajuda não digo indireta, mas direta aos Municípios, que se ressentem justamente da falta de condições técnicas, muitas vezes para a apresentação, perante o Governo Federal, dos projetos que são aprovados no Orçamento da União, tanto através de emendas de comissões, emendas de Bancada ou emendas individuais. Portanto, enalteço V. Exª. É um enriquecimento, sem dúvida alguma, para os Municípios brasileiros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria, agradecendo a V. Exª, registrar e salientar o trabalho feito pelo Relator desse projeto, Senador Eduardo Amorim. A ele também meus agradecimentos, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quero dizer a V. Exª que o Senador Eduardo Amorim, que estava escalado para outra comissão, disse-me ontem que voltará à Comissão de Desenvolvimento Regional, e nós o receberemos aqui com muito prazer.

Vamos submeter, então, à chamada nominal o projeto da Senadora Ana Amélia.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É a autora.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Senadora Maria do Carmo saiu um instante.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Cícero Lucena.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... cumprimentando a autora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Aprovado, por unanimidade.

Parabéns a V. Ex^a. (*Palmas.*)

Quero informar aos membros desta Comissão que nós adotamos a seguinte decisão, naturalmente que de acordo com a maioria. Fazendo reunião às quartas-feiras, conforme está no Regimento, às 14h ou 14h30, é praticamente impossível obter quórum. Então, estamos sugerindo que façamos mesmo às quartas-feiras às 9h, exatamente às 9h. Tivemos ontem um contato com o Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Infraestrutura, e chegamos a um acordo. Tomei a iniciativa de ligar para S. Ex^a, que foi muito solícito, muito correto e cordial, e disse que a Comissão nossa escolhesse o horário, que ele escolheria outro sem a menor dificuldade. Aí fiz o contrário: “Não, o senhor escolha, que depois nós vamos escolher nosso horário.” S. Ex^a escolheu o primeiro horário, a partir das 7h30 ou 8h da manhã. E a partir das 9h, nós estaremos aqui reunidos todas as quartas-feiras. Peço aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que se manifestem se são favoráveis a esse

horário. (*Pausa.*) Na terça-feira é difícil a obtenção do quórum; na quarta-feira à tarde, pior ainda. Então, acho que a única solução será a realização de uma reunião sempre extraordinária às quartas-feiras. Quando houver necessidade de uma audiência pública, também faremos nesse horário, ou em outro horário que seja escolhido pela Comissão.

Senador Benedito de Lira, com a palavra V. Ex^a, que é também de Alagoas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Ex^a por essa iniciativa. Na verdade, a Comissão, no período passado, teve dificuldades enormes com relação ao quórum, porque foi mantido o horário de 14h nas quartas-feiras, e com esse calendário que temos aqui, o Senador tendo que estar em quatro, cinco comissões ao mesmo tempo, isso realmente gerou uma série de dificuldades para que pudéssemos obter quórum e muitas vezes desobstruir pautas importantes na Comissão. Esse horário está muito bem, acho que, com isso... A demonstração está aqui, hoje, com doze ou dez Senadores comparecendo à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é uma das mais importantes comissões desta Casa. As pessoas alegam que é a Comissão de Justiça, a CAE, a de Infraestrutura... Não, uma das mais importantes comissões desta Casa é esta, que é uma comissão que cuida da regionalização do País, do turismo no País. Cumprimento V. Ex^a e estou de pleno acordo que possamos nos reunir aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Mas é exatamente isso, porque aqui é uma coisa impressionante, há uma briga pelo espaço de televisão. Muitas vezes alguém faz o horário de 8h, o outro antecipa para 7h30. Aí amanhã vai aparecer algum às 6h, por quê? Para ocupar o espaço. Acho que, independentemente de ter foco de televisão, temos um compromisso, que é exatamente tocar as matérias, decidir, em qualquer que seja o horário. Cumprimento V. Ex^a. Estou de acordo com 9h.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Valadares, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Rodrigo Rollemberg, Líder do PSB no Senado, com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a e concordar com a sugestão de data e horário para nossas reuniões.

Sou Relator do item 6 da pauta, que é um projeto terminativo nesta Comissão, e quero sugerir a V. Ex^a que, em função do quórum adequado e qualificado,

pudéssemos examiná-lo imediatamente. Trata do Rio Vaza-Barris.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Wilder... V. Ex^a vai pedir vista do projeto do Senador Wilder? (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 316, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para reduzir de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação para o exterior de empresas instaladas em Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Senador Wilder, V. Ex^a fez requerimento anterior ao do Senador Rodrigo Rollemberg, mas eu pediria que, depois da leitura do seu relatório, V. Ex^a ficasse na Comissão para votarmos o projeto solicitado pelo Senador Rodrigo Rollemberg, mantendo o quórum.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Vamos à análise do projeto.

Nos termos do art. 104-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Assim, nesta Comissão, a análise quanto ao mérito do PLS nº 316, de 2012, se concentra em seu impacto sobre o desenvolvimento regional.

A eliminação do limite rígido previsto no art. 18, com a redução da exigência mínima de participação das exportações no faturamento da empresa instalada em ZPE de 80% para 50%, permitirá a instalação de muitas ZPE localizadas em regiões menos dinâmicas. Isso virá contribuir para a distribuição mais equilibrada das atividades econômicas nas diversas regiões e sub-regiões do País.

De acordo com o art. 6º-A da Lei nº 11.508, de 2007, as importações ou as aquisições no mercado

interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE têm o benefício da suspensão da exigência do recolhimento dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados ou IPI, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ou Cofins, Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, Contribuição para o PIS/PASEP e o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante ou AFRMM.

No entanto, segundo o §3º do art. 18 da mesma Lei, os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação, além do Imposto de Importação e Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante ou AFRMM, relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei. Ou seja, a venda de bens produzidos em uma ZPE no mercado doméstico se dá sob a mesma carga tributária de uma importação qualquer, sem vantagem fiscal em detrimento das demais empresas instaladas no País.

Portanto, não haverá um tratamento assimétrico a favor das empresas situadas em ZPE quando as mesmas estiverem destinando ao mercado interno até 50% de sua produção.

Como conclusão, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição, a qual se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais.

Quanto à adequação econômico-financeira, a proposição não apresenta impacto sobre as contas públicas e não prevê elevação de renúncia fiscal.

Quanto à legalidade, o art. 48 da Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, em especial sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Assim, além de não ferir a ordem jurídica vigente, a proposição atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em síntese, o PLS nº 316, de 2012, não apresenta óbices para sua aprovação por esta Comissão e tornará a ZPE mais relevante como instrumento de promoção da atenuação das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento.

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto Lei do Senado nº 316, de 2012, de autoria do Senador Romero Jucá.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra V. Ex^a, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, como nós aprovamos, no ano passado, aqui nesta mesma Comissão e na Comissão de Assuntos Econômicos, um projeto muito mais amplo sobre as ZPE no Brasil, com um brilhante relatório, também como o do Senador Wilder, do Senador Wellington. Esse projeto está, hoje, em plenário.

Portanto, eu gostaria de solicitar vista desse projeto, porque o outro é muito mais amplo e, se nós o aprovarmos, ele será prejudicado.

Então, eu queria pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pelo Regimento, V. Ex^a tem todo direito. Vista concedida.

O Senador Rodrigo Rollemberg nos pediu que fosse colocado para ser votado o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2012.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 143, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza – Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências.

A Senadora Lídice da Mata é autora e eu tive a honra de ser signatário desse Projeto, que, sem dúvida alguma, vai atender a uma grande parte dos Estados de Sergipe e Bahia.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg, que, para a nossa honra, é também sergipano. Sua família honrada é de Sergipe, fez história no nosso Estado e ele está fazendo história em Brasília.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Seu relatório é pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 – CMA.

A votação será nominal e a matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da qual V. Ex^a

foi Presidente, tendo sido aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas 01 e 02.

Concedo a palavra, então,...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Nesse caso, ele poderia ir direto à votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Um resumo do seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Valadares. Agradeço suas palavras generosas.

Até parece que esse projeto é uma aliança entre os Estados de Sergipe e Bahia, mas é importante registrar, antes de ler o relatório, que nós estamos falando de um rio da maior importância para a história do País, lembrando que o Rio Vaza-Barris passa às margens de Canudos, próximo da sua nascente, e vai desaguar no Oceano Atlântico, no Mosqueiro, dividindo as cidades de Aracaju e Itaporanga d'Ajuda.

É um rio da maior importância para a economia daquela região, tanto para a Bahia, o sertão baiano, como também para o sertão, o agreste e o litoral sergipano.

Vem ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2012, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e dá outras providências.

Nos termos do art. 104 – A, V, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a agências e organismos de desenvolvimento regional.

Além do mérito, cabe a esta Comissão tecer comentários sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria, conforme dispõe o art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Conforme previsto no art. 4º da Lei nº 6.088, de 1974, a CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos Rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim. Esse aproveitamento pode se dar diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas.

O objetivo das ações da Companhia, ainda segundo o art. 4º da referida Lei, é promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Para tanto, a Codevasf poderá coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor em articulação com os órgãos federais competentes.

Originalmente, a área de atuação da Codevasf abrangia tão somente o vale do Rio São Francisco. Contudo, a constatação da qualidade e da eficiência das ações da empresa autorizou a ampliação legal da sua zona de abrangência. Nos últimos anos, ela passou a englobar também os vales dos rios Parnaíba, Itapecuru e Mearim. O objetivo da ampliação é promover o desenvolvimento dessas regiões.

Sem alterar a missão da Codevasf, o PLS nº 143, de 2012, inclui o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia.

No tocante ao mérito do PLS, considerando o histórico da atuação da Codevasf na promoção do desenvolvimento regional, parece oportuna e pertinente a ampliação da sua área de abrangência para englobar também o Vale do Rio Vaza-Barris. É fato amplamente conhecido que a atuação da Codevasf tem sido de grande importância para a organização de atividades produtivas nas áreas em que atua, contribuindo para que a utilização dos recursos naturais ocorra de maneira racional e sustentável. Com esse apoio, o desenvolvimento econômico e social tornou-se realidade para áreas que antes contavam com poucas perspectivas de crescimento.

(...) A proposição também preenche os requisitos de juridicidade e de boa técnica legislativa, estando em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Assim, verifica-se que não há restrições formais ao PLS.

No entanto, entendemos como procedentes e necessárias as alterações propostas nas emendas aprovadas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A Emenda nº 1-CMA aprimora a redação do art. 1º do PLS; e a Emenda nº 2-CMA inclui o Vale do Rio Vaza-Barris na previsão de ações discriminadas no art. 9º da Lei nº 6.088, de 1974.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2012, com as Emendas nº 1 e nº 2– CMA aprovadas

na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª e o parabenizo por esse brilhante relatório.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, só para apelar para o apoio dos Srs. Senadores e Senadoras para este projeto, que, como já foi destacado, tem essa importância para uma das regiões mais secas do nosso Estado, do nosso País, que carrega a simbologia da cidade de Canudos.

Parece até que eu havia combinado. Se combinado, não teria acontecido. Está aqui presente nesta reunião, nos ouvindo, veio participar da Conferência do Desenvolvimento Regional o Prof. Luiz Paulo Neiva, que é um dos maiores lutadores em defesa da cidade de Canudos e da cidade de Euclides da Cunha, naquela região, Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Estado da Bahia. Ele tem lutado muito para desenvolver ações de convivência com a seca naquela região. Neste momento, enfrentamos grandes dificuldades para conseguir viabilizar, Senador Inácio, pedindo sua ajuda, por dificuldades com o Banco do Nordeste. Há um ano e três meses, nós estamos tentando o financiamento dos pequenos produtores atingidos pela seca na região.

Tudo isso ocorre no momento da Conferência de Desenvolvimento Regional, aqui na cidade de Brasília, com a participação do Prof. Luiz Paulo Neiva, sendo testemunha deste momento em que nós poderemos aprovar essa inclusão do Vaza-Barris na Codevasf.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, permita-me interromper V. Exª.

A quantos Municípios atualmente a Codevasf dá assistência na Bahia?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mais de 130 Municípios. Só na...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Haverá um acréscimo, com este projeto, de quantos Municípios? Já fez o levantamento?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – De pelo menos uns 20 e poucos Municípios, 23. É muito mais de 150, em torno de 150.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – No total, com este projeto?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito bem.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Por que só na região de Juazeiro, ali, são quase 30 Municípios, e a maior parte da Codevasf está justamente no oeste da Bahia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro que, depois, vamos reivindicar um aporte maior no orçamento para a Codevasf poder abrigar essa região também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Primeiro, esse valor histórico extraordinário. E nós conhecemos essa luta do povo nordestino, especialmente conhecemos a Batalha de Canudos, tendo à frente Antônio Conselheiro, que saiu lá de Quixeramobim, e Quixeramobim já havia tido outro episódio histórico. Ele declarou-se quase independente, quase formando um Estado. E foi nomeado para dirigir aquela região o filho da Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves. A Monarquia reagiu, e terminou no fuzilamento não só do Tristão Gonçalves, que ficou enterrado naquela região, no Município de Jaguaribara, que hoje tem uma barragem em cima dessa cidade e em cima do túmulo de Tristão Gonçalves. Está enterrado ali, com 6,8 bilhões de m³ de água em cima da antiga cidade de Jaguaribara.

O mesmo ocorreu com Canudos, digamos assim. Quer dizer, Canudos também ficou sob as águas e, agora, acho que correta e justamente, vamos aprovar esse projeto. Não é nenhum conluio sergipano/baiano, não tem nada a ver. É uma realidade que se impõe à aprovação desta matéria.

Acho que a iniciativa da Senadora Lídice da Mata ajusta a atuação da Codevasf na Bahia. A Codevasf já vai até os sertões de Crateús, no Ceará, atravessa o Piauí inteiro no Rio Parnaíba e chega também ao Município de Crateús, nos sertões do Ceará.

Por isso, é muito importante que a gente aprove, Senador Valadares, essa iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para informar aos companheiros que essa iniciativa atingirá 14 Municípios do seu Estado, onde, na verdade, o Vaza-Barris representa 11,7% do Estado; no meu Estado, representa apenas 2,5, mas atingirá também mais 13 Municípios do Estado da Bahia. Portanto, seremos 27 Municípios a mais que a Codevasf atingirá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a informação de V. Ex^a. Quando V. Ex^a me apresentou esse projeto e fez questão de que eu fosse o segundo signatário, eu o fiz com muito prazer, primeiro, pela irmandade entre o Estado da Bahia e o Estado de Sergipe, onde a única fronteira que existe é também o Rio São Francisco. Com a inclusão de 13 Municípios do nosso Estado de Sergipe, ficaremos com 40 Municípios, dos 75 existentes, que serão assistidos pela Codevasf.

Atualmente, a Codevasf está realizando no Estado de Sergipe obras do mais alto significado econômico e social, obras de infraestrutura nos setores de saneamento básico, distribuição de água potável, recuperação de perímetros irrigados, de bombas de irrigação e de drenagem, e também, além disso, obras de construção de estradas vicinais. Hoje mesmo, liguei para o Governador Marcelo Déda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Já estou encerrando, Senadora. Esse comunicado é importante.

Telefonei para o Governador Marcelo Déda, do Estado de Sergipe, comunicando a ele que a Codevasf está transferindo para o Estado, através da superintendência regional dirigida pelo Engenheiro agrônomo Paulo Viana, R\$20 milhões para obras de construção de 180 quilômetros de estradas nos perímetros irrigados de Sergipe, com a aplicação de um material antes não aplicado nas estradas vicinais, que dura 25 anos – um material impermeável. Naturalmente, será de grande valia para a economia do Estado de Sergipe.

Por isso, a Codevasf tem uma importância enorme para os Estados nordestinos da região do semiárido. Notadamente, esse projeto, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, tem uma importância fundamental para os Estados de Sergipe e da Bahia. Inclusive, a minha cidade, cidade onde nasci e fui prefeito, a cidade de Simão Dias, é banhada também pelo Rio Vaza-Barris e receberá os recursos da Codevasf para realização de obras fundamentais para o desenvolvimento daquele Município, e de Pinhão, São Domingos, Pedra Mole e tantos outros, como também Itaporanga d'Ajuda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O meu voto...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Para terminar...

Em votação, aproveitando o quórum. A votação é nominal.

Trata-se de um projeto histórico para a nossa região, Senadora Lídice da Mata.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estamos vendo aqui a emoção do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Inclusive porque vai atingir a terra onde nasci.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tive o privilégio de ser homenageado lá em Simão Dias.

Eu quero manifestar o meu voto “sim”, acompanhando a Relatora, parabenizando-a pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, com a autora e com Antônio Consequente, em homenagem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, voto conhecido, autora.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com elogios à iniciativa, é o Sul ajudando o Nordeste a resolver seus problemas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sem dúvida alguma, V. Ex^a sempre presente.

Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, com as minhas homenagens à autoria e a solidariedade do Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente, agradecendo a generosidade das outras regiões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço também a V. Ex^a.

Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Aprovado...

Desculpe-me. Chamo o nosso companheiro de Alagoas, pulei o nome do Senador...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Depois da Ana Amélia, era o Benedito Lira. E V. Ex^a passou à frente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – De fato, pulei o nome. Senador Benedito de Lira, desculpe-me.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero agradecer a generosidade da Senadora Ana Amélia, e dizer a ela que o nordestino também ajudou muito a crescer o Sul e o Sudeste. Então, voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Benedito de Lira, quero agradecer a V. Ex^a pela assiduidade com que V. Ex^a participa, ao lado dos demais Senadores. Agradeço pela sua presença sempre marcante nesta Comissão. Como Presidente da Comissão de Agricultura, uma das mais importantes deste Senado, esse ex-Presidente demonstra o amor que tem pela nossa Região Nordeste e ao Brasil.

Consulto se posso repetir a mesma votação do projeto para as emendas. (*Pausa.*)

(*Assentimento dos membros da Comissão.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sendo assim, aprovadas as emendas.

Os Requerimentos já foram lidos. Consulto se já posso colocá-los em votação. (*Pausa.*)

Em votação com apenas um conserto, uma retificação.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Devidamente acatada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A retificação é no sentido de que, em vez da convocação, seja um convite ao Ministro.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu só queria, Presidente, se V. Ex^a me permite, usar um pouco a palavra e dizer que ontem fiz um pronunciamento na tribuna do Senado em que relatei, de uma forma muito rápida, pegando um índice que tem tudo ver com essa Comissão de Desenvolvimento Regional, sobre os anúncios de investimento do PAC 2.

Comparei o Estado da Bahia, Pernambuco, Ceará e o meu Estado. Acredito que cada um de vocês irá fazer em relação aos Estados de vocês. No volume entre os quatro Estados – obviamente não é essa a posição da Paraíba – a Paraíba ficou em quarto lugar, com um terço em relação à Bahia, por exemplo, em volume.

Quando eu fui para investimento *per capita* do PAC 2 – sugiro que cada um também o faça –, Pernambuco teve cinco vezes mais, *per capita*, do que a Paraíba. Cinco vezes mais! Isso demonstra, de forma clara, cada vez mais, a importância do trabalho desta

Comissão para que possamos discutir profundamente essa desigualdade que está existindo no Nordeste. O “Muro de Berlim” está voltando ao Nordeste, e não é mais do Nordeste em relação a outras regiões, não. É entre o próprio Nordeste.

De 2002 a 2010, para se ter ideia, a participação da Bahia, da Paraíba, de Alagoas, de Sergipe, onde todo mundo diz que o Nordeste cresce mais do que o Brasil, a nossa participação é a mesma desses Estados em relação ao PIB nacional, uma demonstração clara de que temos que aprofundar esta discussão e ampliar este debate. Porque nós estamos vivendo uma ilusão, estamos fazendo aquela coisa com o que o nordestino é acostumado. É o sentimento coletivo. Às vezes, o nordestino vê um Estado rico e pensa que está rico. Às vezes, vê fartura, Senador Benedito, água correndo porque está chovendo no Rio de Janeiro, de repente ele se sente molhado lá no Nordeste. Está certo?

Então, nós temos que aprofundar este debate. Paraíba, Sergipe, Alagoas, Piauí não cresceram nos últimos dez anos a sua participação no PIB. Então, como está tendo esse crescimento todo? Que diferença é essa? Além desses investimentos *per capita*.

O cara diz “não, o PAC está resolvendo o problema do Brasil”. Minha Casa, Minha Vida, vamos ver quanto é que está acontecendo em cada Estado nosso e em particular em cada Estado do Nordeste.

Esse é um papel importante nesta Comissão, Sr. Presidente, que eu tenho certeza. V. Ex^a vai conduzir muito bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Declaro, então, aprovados os requerimentos, com o encerramento do pronunciamento do Senador Cícero Lucena.

Eu gostaria de informar a esta Comissão que os Municípios a serem beneficiados com o seu ingresso na área de atuação da Codevasf, com a aprovação definitiva deste projeto e a sua sanção, no Estado do Sergipe, são os seguintes: Carira, Frei Paulo, Pedra Mole, Pinhão, Areia Branca, Campo do Brito, Itabaina, Macambira, São Domingos, Simão Dias, Lagarto, Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga d’Ajuda. São 750 mil sergipanos que vivem nesses Municípios inseridos na proposta da Senadora Lídice da Mata, que foi assinada também por mim.

Os mencionados Municípios correspondem a quase 19% dos 75 Municípios sergipanos. Além disso, a própria capital do Estado está inserida na bacia hidrográfica, assim como os importantes polos agroindustriais de Lagarto e Itabaina. Sem dúvida alguma, uma iniciativa louvável da Senadora.

Eu gostaria também de informar que os perímetros irrigados a serem beneficiados com os 20 milhões – que serão transferidos pela Codevasf, no Estado de Sergipe – são os perímetros irrigados de Propriá e Cotinguiba/Pindoba, que compõem o chamado Baixo São Francisco. E 180 quilômetros de rodovias serão construídos nesse perímetro irrigado pela Codevasf, com transferência de recursos ao Governo do Estado, ao Governo do Dr. Marcelo Deda.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Ruben Figueiró, com a palavra V. Ex^a

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Eu estou aqui desde o início da reunião ouvindo os parlamentares do Nordeste, o que me deu oportunidade de ter uma visão pelo menos panorâmica dessa realidade que existe em nosso País, sobretudo naquela região a que eu me refiro do Nordeste.

Para mim, foi muito importante porque a minha Região, que é o Centro-Oeste, também tem problemas muito importantes e tal e que estão à margem do interesse do Governo Federal. Foi por essa razão, Sr. Presidente, que eu apresentei dois requerimentos que foram aprovados por esta Comissão. Quero agradecer a diligência a V. Ex^a e a manifestação ao Plenário. São dois requerimentos, um referente à Embrapa/Pantanal, que trata de um bioma importantíssimo e que é, hoje, patrimônio nacional. E também uma questão muito importante, que é a exploração pesqueira no Rio Taquari, que tem implicações importantes, até porque há uma certa intervenção de pessoas e países vizinhos, que lá estão explorando, inclusive com o tráfico de drogas.

E o outro requerimento se destina a ouvir o Sr. Superintendente da Sudeco, ainda mais agora que foi aprovado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Região.

São assuntos extremamente importantes, que eu acho que vão permitir a esta Comissão... Eu considero válida a opinião do Senador Benedito de Lira, de que é uma das comissões mais importantes deste Senado e do Congresso Nacional.

Portanto, eu não poderia deixar de manifestar a minha satisfação em ter ouvido os parlamentares do Nordeste, aplaudi-los pela ação persistente e consistente que têm feito na defesa dessa região. E é um estímulo para nós do Centro-Oeste também que persegamos e sigamos a orientação dos parlamentares do Nordeste.

Muito obrigado a V. Ex^a pela oportunidade da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu quero reconhecer que V. Ex^a é um parlamentar atuante, em defesa não apenas de sua região, Região Centro-Oeste, trabalhando aqui com atuação marcante,...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – ...como também em defesa de todo o Brasil.

Encerro a presente reunião, convocada outra para a próxima quarta-feira...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de encerrar, o nosso Vice-Presidente deseja fazer uma manifestação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Uma sugestão que fiz, inclusive, a V. Ex^a, para trazer-mos o assunto da seca na Região Nordeste. Temos requerimentos desde o ano passado, que já foram apreciados pela Comissão, e ainda não se materializaram em termos de audiência pública. A única questão que eu agregaria é que nós trouxéssemos o DNOCS, que é o órgão, digamos assim, responsável, em tese, pela questão da seca no Brasil. Quer dizer, é um órgão nacional. E agregado com a Codevasf, porque ela atua na região do Semiárido, com abastecimento de água e também com irrigação e produção. Então, acho que já temos requerimentos aprovados e eu agregaria, em relação...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Requerimento aprovado sobre o DNOCS?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, não é sobre o DNOCS especificamente, mas como há requerimentos que tratam do assunto da seca, que agregássemos DNOCS e Codevasf.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – DNOCS e Codevasf.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O assunto é de urgência.

Ontem, a mudança, digamos assim, da posição do Sol ou da Terra em relação ao Sol, que é o mais correto, significou que a incidência solar vai estar mais, a partir de hoje, no hemisfério norte do Planeta. E essa mudança gera normalmente precipitações pluviométricas na Região Nordeste, principalmente nessas regiões que têm mais dificuldades de chuvas.

Ontem, hoje e provavelmente amanhã, essa região vai estar coberta de nuvens, e às vezes chamamos esse fenômeno de seca verde. É uma espécie de ilusão que se cria, porque chove e se cria ali uma

ramazinha; essa rama acaba rapidamente, e temos de estar prevenidos em relação a isso.

O ano de 2012 foi muito difícil para a nossa Região – muito, muito difícil –, e o ano de 2013 se anuncia também como ano de grandes dificuldades. Por isso, peço a V. Ex^a que agregue ao que já aprovamos também a vinda do DNOCS e a vinda da Codevasf, porque eles têm responsabilidade direta com essa questão.

E uma outra instituição, que é de abastecimento, Conab, também precisa ser ouvida pela nossa Comissão, porque é responsável pelos estoques de reserva do Governo Federal no que diz respeito a alimentos para a população, mas também alimentos para os animais. Estamos tendo sobra de alimentos na Região Centro-Oeste e muita falta na Região Nordeste, para abastecer a população animal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, V. Ex^a está sugerindo que aproveitemos os requerimentos já aprovados e apenas nós....

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, e agregarmos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Nós colocamos as autoridades que serão convidadas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Conab, DNOCS e Codevasf.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – DNOCS e Codevasf.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – DNOCS e Codevasf. Registrado o pedido de V. Ex^a, informo que a CCJ acaba de começar. Vamos, então, à reunião da CCJ.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Somos todos da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a, as providências serão tomadas no sentido de fazermos um audiência pública, o mais rapidamente possível, enfocando o problema das secas e trazendo para o âmbito desta Comissão as autoridades referidas por V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência vai encerrar a presente reunião. Na próxima quarta-feira, há outra no mesmo horário, às 9h.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezenove minutos do dia três de abril do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Sodré Santoro, João Capiberibe, Walter Pinheiro, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Wilder Moraes, e, ainda, do Senador não membro da Comissão, José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e João Costa. Justificam a ausência os Senadores: Lúcia Vânia e Antonio Carlos Valadares. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de audiência pública, tendo como convidados presente: Eduardo Seixas de Salles, Secretário de Estado da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura; José Maria dos Anjos, Coordenador-Geral de Cereais e Culturas Anuais da Secretaria de Política Agrícola – SPA – MAPA; Cesário Ramalho da Silva, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo e Presidente Sociedade Rural Brasileira Diretor da Associação Brasileira dos Produtores de Milho – ABRAMILHO; Érico Antônio Pozzer, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos, e Diretor Presidente da Associação Paulista de Avicultura. Justifica a ausência o Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, em virtude de reunião com a Presidenta da República. Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Lídice da Mata, autora dos Requerimentos RDR's nºs 25 e 28/2012-CDR, o Senador Benedito de Lyra, o Senador João Capiberibe e, ainda, o Vice-Presidente da Comissão, Senador Inácio Arruda. Finda a audiência pública, com a anuência do Plenário, o Presidente submete a inclusão dos seguintes Requerimentos, como itens Extrapauta: **Item 1 – Requerimento nº 10, de 2013-**

CDR – “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para tratar sobre “Economia Solidária e Banco Comunitário”, convidando para debater o tema: o Senhor Paul Singer, titular da Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho; o Senhor João Joaquim de Melo Neto Segundo, Coordenador Geral do Banco Comunitário de Palmas; a Senhora, Marusa Vasconcelos Freire, Procuradora do Banco Central do Brasil; a Dra. Sônia Marise Salles Carvalho, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UNB; e o Professor Dr. Augusto Câmara Neiva, Coordenador do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo – USP”.

Autoria: Senador Inácio Arruda. **Resultado:** Aprovado.

Item 2 – Requerimento nº 11, de 2013-CDR – “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre o enfrentamento dos efeitos da seca no Nordeste, convidando as seguintes autoridades para debater o tema: o Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, Sr Alexandre Navarro Garcia; o Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, Sr Emerson Fernandes Daniel Junior; o Presidente da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, Sr. Elmo Vaz Bastos de Mattos; o Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, e o Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – FAEC, Sr. Flávio Viriato Saboya Neto”. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Resultado:** Aprovado.

Item 3 – Requerimento nº 12, de 2013-CDR – “Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à realização e promoção, em conjunto com o Governo do Estado do Amapá, do ‘Seminário para o Desenvolvimento Regional da Amazônia’, a realizar-se no dia 24 de maio de 2013. Requeiro, ainda, que o referido Seminário seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Sugerimos que sejam convidadas as autoridades abaixo, para tratar desses e outros temas correlatos: **1.** Sr. Ministro Fernando Bezerra Coelho – Integração Nacional; **2.** Dr. Valmir Pedro Rossi – Presidente do Banco da Amazônia; **3.** Dr. Djalma Bezerra Mello – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); **4.** Dr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira – Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRA-

MA).” **Autoria:** Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, vamos iniciar os trabalhos da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, hoje, em audiência pública, para tratar de tema importantíssimo, relativo a questões da logística de distribuição de alimentos para atender ao rebanho nacional.

Há número regimental. Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 5ª Reunião da Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

O Presidente da Comissão de Integração Regional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Câmara dos Deputados, Jerônimo Goergen, já esteve presente conosco, em reunião anterior, e convida para reunião de trabalho daquele colegiado hoje, dia 03, às 09 horas, na Sala de Reuniões T-55, Anexo II, que contará com a presença com o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional Fernando Bezerra, ocasião em que será oferecido um café da manhã aos convidados.

Evidentemente, estamos aqui, no Senado da República, com as Comissões em pleno vapor, em atividade febril. Já, desde as 7h30, iniciaram-se os trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que está aqui ao lado, sempre muito concorrida, da qual também somos membros.

Estamos também aqui na responsabilidade de conduzir a Comissão de Desenvolvimento Regional, em substituição ao nosso Presidente, que está em viagem e não pode comparecer à reunião de hoje, que trata de uma audiência pública, como já comunicamos.

Vamos iniciá-la de forma imediata, já convidando para compor a Mesa: o Sr. Eduardo Seixas de Salles, o Sr. José Maria dos Anjos, o Sr. Erico Antonio Pozzer. O Sr. Cesário Ramalho da Silva ainda não chegou. E

pediu escusas por conta da sua ausência o Presidente da Conab. Estive ontem com ele na audiência com o Presidente da República no Conselho de Desenvolvimento da Sudene e posso confirmar que ele foi convocado pela Presidente para estar hoje, pela manhã, tratando exatamente dessa questão do atendimento às vítimas da seca e do rebanho animal na nossa região.

Antes, quero fazer outros comunicados.

Foram agendadas as primeiras diligências às cidades-sedes da Copa das Confederações. É uma pauta ligada a outra área de atuação da Comissão, que é a do turismo. Então, no dia 16 de abril, no Estádio Nacional de Brasília, aqui mesmo na sede, no Plano Piloto; no dia 22 de abril, no Rio de Janeiro; no dia 29 de abril, em Recife. É um esforço da Comissão para que possamos cumprir esse calendário de vermos todos os nossos estádios – que agora estão recebendo o nome de arena, não sei por que, mas são estádios de futebol. É assim que nós os chamamos no Brasil. Tenho certeza de que o povo vai consagrar esse nome. Eu estava vendo o estádio Arena Fonte Nova. Todo mundo que entrava, perguntava: “Você está indo para onde?” E respondiam: “Estádio Fonte Nova.” Então, é Fonte Nova mesmo. Assim, trata-se de um esforço e um trabalho que estamos realizando para não só cumprir a agenda, mas, ao mesmo tempo, dialogar, debater e estimular a atividade turística no Brasil, que é fonte também de geração e distribuição de riqueza.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 25 e 28, de 2012, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de debater os problemas e soluções que envolvem o desabastecimento de milho no mercado interno.

Nossos convidados já estão à mesa. Não sei se é suficiente, mas vamos destinar dez minutos para cada um dos expositores, podendo ser prorrogado, se o tempo não der, por mais dois, três minutos. Acho que, se todos formos diretamente ao assunto, conseguiremos tratar da questão no tempo de dez minutos, mas, se não der, a Mesa terá o máximo de flexibilidade.

Então, vamos começar pela ordem de composição da Mesa.

Com a palavra o Sr. Eduardo Seixas de Salles, Secretário de Estado da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Agricultura. Então, ele tem a responsabilidade não só de abastecer a Bahia, como também de cuidar do abastecimento nacional, já que está na Presidência do Conselho Nacional de Secretários.

Convido também o Sr. Cesário Ramalho da Silva para compor a Mesa dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Sr. Eduardo Seixas de Salles.

O SR. EDUARDO SEIXAS DE SALLES – Bom dia a todos!

Agradeço, Senador Inácio Arruda, o convite. Queria agradecer à nossa Senadora da Bahia, Lídice da Mata, pelo empenho, neste momento difícil por que passa a agropecuária baiana e nordestina. Gostaria de cumprimentar o José Maria dos Anjos, Coordenador do Ministério da Agricultura; o Cesário Ramalho, nosso Presidente da Sociedade Rural Brasileira; o Erico Antonio, nosso Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva. E início, assim, a minha apresentação, Sr. Presidente.

Procurei focar a apresentação basicamente em poucos eslaides, da maneira mais objetiva possível, Sr. Presidente.

Só para dar uma ideia, coloquei a Bahia como exemplo, temos um rebanho de 11,5 milhões animais, basicamente, espalhados em todo o território baiano. O que chamamos de Semiárido baiano – a Bahia tem 56 milhões de hectares, é do tamanho da França – é o equivalente praticamente a todos os semiáridos do Nordeste juntos. Só para vocês terem uma ideia, aquela faixa ali é a faixa do Semiárido baiano. Essa faixa amarela ali, que eu quis separar, é a que chamamos de “caatinga da Caatinga”. Aquela região de cima é a mais dramática da Bahia.

Também queria mostrar que o rebanho baiano, graças a Deus, está concentrado basicamente não na “caatinga da Caatinga”, como dizemos aqui, “no semiárido do Semiárido”. Então, temos 71% desse rebanho naquela faixa amarela, que não tem sofrido tanto em relação à questão da seca.

Essa área, em termos de rebanho, só para vocês terem uma ideia, tem 8,2 milhões de animais, nessa faixa amarela, e 3,2 milhões, naquela faixa do Semiárido baiano ali. O que acontece é que essa faixa do Semiárido é a área em que temos o maior número de criadores familiares. Só para dar uma ideia: a Bahia possui o maior número de famílias de agricultores familiares do País. São 665 mil famílias de agricultores familiares, sendo que praticamente 500 mil destas estão concentradas no Semiárido baiano. Então, é importante dizer que a agricultura tradicional, nessa área do Semiárido, é a dos pequenos agricultores.

Ali podemos ver, segundo dados de novembro – a Federação da Agricultura do Estado da Bahia contesta a informação inclusive, porque temos de colocar dados documentados – que, na campanha de aftosa de novembro, pegamos a declaração dos produtores de quantos animais deles tinham morrido por morte

morrida, como chamamos. O que é morte morrida na nossa visão? Não é o animal que vai para o frigorífico para ser abatido, mas aquele que morreu de fome ou de sede. Esse animal, 320 mil animais desses, na campanha de novembro, foram declarados pelos produtores como mortos. Acreditamos que esse número, hoje – de novembro para cá se agravou mais a situação – deve passar, sim, dos 500 mil animais. Nós só vamos saber o número real quando fecharmos, agora em maio, a outra etapa da campanha de aftosa.

Então, números básicos hoje declarados: 320 mil animais mortos; destes, 70% morreram ali no Semiárido baiano, naquela região que chamamos a pior da Caatinga baiana, que é aquela ali de cima. Desses animais, 70%.

Pode passar.

Quis trazer um exemplo, separando, primeiro, por número de animais. Nesse território da Chapada Diamantina, puxei um exemplo que é o do Município de Jacobina, que tem uma população bovina de 52 mil animais, sendo que, em número de animais mortos, talvez seja o Município que tenha perdido mais animais – 7,5 mil animais morreram de fome ou de sede neste Município de Jacobina. Esse percentual é de 13,72% do rebanho. Hoje, praticamente o restante desse rebanho já foi todo embora de Jacobina. É o que chamamos de recurso de pasto. Então, os animais morreram, e outros foram recursados em outras regiões do Estado da Bahia e até em outros Estados, como o Pará, Pernambuco, Tocantins e outros que estão mais próximos, no caso de cada Município.

Quis citar um exemplo também em termos de percentuais. Aí puxei territórios diferentes exatamente dessa região. No território de Irecê, esse Município aqui de São Gabriel perdeu 25% do seu rebanho. Então, um quarto do rebanho morreu de morte morrida, e o restante do rebanho, a grande maioria, foi recursada em outros lugares. E puxei esse outro Município, já de outro território, lá do nordeste da Bahia, que é Rodelas, um Município também pequeno, mas com um índice elevado: 27% do seu rebanho já morreu. Por último, puxei um Município que é tradicional também da pecuária baiana, Ruy Barbosa, que fica na região da Chapada Diamantina, onde já tivemos um exemplo de saída de animais. Em novembro, quase 13 mil animais já tinham saído do Município de Ruy Barbosa. Então, 25% do rebanho, um rebanho significativo de um Município, já havia saído por recurso de pasto. Em Ruy Barbosa, não se perdeu tanto animal, porque ali havia um recurso maior financeiro, e os produtores, de um nível médio para grande, conseguiram recursar esses animais para fora do Município.

Primeiro, mostrei o cenário. Agora, gostaria de mostrar essa região, que tem o maior crescimento na agropecuária brasileira atualmente, chamada de Mapito-Ba – a região de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia –, com estimativa de produção, este ano, de 14 milhões de toneladas de grãos, sendo que, no oeste da Bahia, 5,5 milhões.

Aí, separei especificamente a produção de milho. A produção de milho este ano é menor, porque os produtores decidiram plantar mais soja em função do seu preço. Então, a Bahia avançou para 1,3 milhões de hectares de soja, diminuiu o plantio de milho e também o de algodão, que saiu de 450 para 270 mil hectares. O Mapito produziu 4 milhões de toneladas, mais ou menos; e, no caso do oeste da Bahia, no ano passado, produziu 2 milhões; neste ano, Senador Benedito de Lira, a perspectiva, na região nordeste da Bahia – tivemos uma produção que, no ano passado, chegou a 500 mil toneladas – é que chegue a 326 mil toneladas. Então, cito apenas a produção de milho.

Em junho do ano passado, os secretários de agricultura do Brasil se reuniram com a Conab, em Recife, com o Presidente Rubens Rodrigues dos Santos e outras pessoas do próprio Ministério da Agricultura – o José Maria não estava, mas era o Secretário de Política Agrícola a essa altura –, e nós levantamos a demanda, naquela altura, em junho do ano passado, de cada Estado, quanto necessitaria, em termos de milho, para a venda em balcão esse programa, que é estruturante, que é importantíssimo, não só para a Bahia, não só para o Nordeste, mas para todo o Brasil.

Só para dar uma ideia, o milho, em algumas regiões da Bahia, chega a custar R\$50,00 o saco. Então, o agricultor familiar não tem condições de trabalhar com esse preço para a subsistência de seus animais. Assim acertamos o mínimo de necessidade de 20 mil toneladas/mês para cada Estado; no caso da Bahia, 20 mil toneladas.

De abril de 2012 até o momento, a Bahia recebeu, ao todo, 36 mil toneladas. Quer dizer, precisávamos de 20 mil toneladas por mês e recebemos, em praticamente um ano, 36 mil toneladas de milho. O Dr. Rubens não está presente, mas já disse isto várias vezes a ele, não criticando, de forma alguma, essa gestão ou esse momento da Conab: acho que, ao longo dos anos – sou engenheiro agrônomo, estou há 20 anos no campo, estou Secretário de Agricultura há três anos e estou Presidente do Conselho de Secretários –, vemos uma falha muito grande, ao longo de décadas, o sucateamento de uma empresa fundamental na vida da agropecuária brasileira, que é a Conab.

A Bahia, hoje, só tem cinco armazéns, que são aqueles ali em vermelho. Somando, eles dão 32 mil

toneladas de armazenagem, o que é muito pouco para um Estado produtor como a Bahia.

Agora, na questão da venda do milho em balcão, conseguimos emprestado, digamos assim – liguei para cada um deles –, mais oito armazéns para poder distribuir esse milho, porque o pequeno produtor não consegue chegar a distâncias muito grandes para buscá-lo.

Aí colocamos duas questões básicas. Na nossa visão, falta à Conab, ao longo dos anos, estrutura. Hoje, o Brasil pretende ser o celeiro na produção de alimentos do mundo e vemos a potencialidade disso lá fora. Já fui à China e à Coreia várias vezes, e vemos a preocupação com a questão do abastecimento.

Então, na nossa visão – vou encerrar, só há mais dois eslaides –, citando o caso específico da Bahia, não temos um grande armazém para receber a safra da Bahia na Conab. O oeste da Bahia, por exemplo, na nossa visão, precisaria ter ali e na região do Mapito-Ba como um todo um armazém de 100 mil toneladas, e talvez um de 40 mil toneladas no nordeste da Bahia, para que a Conab pudesse fazer o papel que cabe a ela, que é o papel regulador.

Há dois anos, o preço da saca de milho era R\$13,00, e os produtores não tinham a quem vender. Não existia um armazém, no caso da Bahia, para o produto ser comprado pela Conab e estocado. Então, a Bahia vendeu esse milho todo para fora a um preço muito baixo. Não foi estocado na Bahia por falta de armazéns, e, dali, esse milho foi estocado em Mato Grosso e em Goiás. Então, ficaram os armazéns, em Mato Grosso e em Goiás, cheios e a Bahia vendendo aquele milho barato, sem poder vendê-lo para a Conab.

O que aconteceu agora? O Nordeste inteiro precisa desse milho. As aviculturas do Nordeste inteiro são abastecidas praticamente por milho produzido no Nordeste. Dali, hoje, a situação é a de que precisamos que essas carretas saiam do Mato Grosso e de Goiás, vão para a Bahia, lá sejam descarregadas, ensacadas e, depois, distribuídas para aqueles oito mais cinco armazéns que vocês viram ali distribuídos.

Essa operação não tem funcionado. Por que não tem funcionado? Na verdade, precisaríamos de 120 mil toneladas por mês para o Nordeste brasileiro. Isso representa 4 mil carretas com a safra durante o ano – a safrinha de Mato Grosso e, agora, a safra normal do Mato Grosso e do Paraná. E as carretas não têm interesse em ir para o Nordeste, porque, em dez dias, elas fazem ali dez fretes, isso dito por elas, todas as transportadoras. Nós já sentamos juntos. Eles não querem ir ao Nordeste para pegar uma carreta, subir dez dias e, depois, voltar batendo carroceria, como eles dizem. Assim, o preço que se paga, por um es-

tudo feito pela Conab do qual discordamos, é de uma cabotagem mais cara.

No dia 5 de junho nós, Secretários de Agricultura, o Conseagri, do qual sou Presidente, entregamos um ofício à Conab, aos ministérios, solicitando a cabotagem – em 5 de junho de 2012 –, para que a gente tivesse a velocidade necessária para que esses animais não chegassem ao nível de calamidade que chegou nesse momento.

O que nós solicitamos? Essa cabotagem, o estudo. Nunca retornaram...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SEIXAS DE SALLES – ... com o porquê de não fazer a cabotagem.

Agora, esta semana, foi publicado, dizendo que a cabotagem é mais cara, que custa R\$650,00 a tonelada, enquanto a Conab está pagando R\$370,00 a tonelada para levar daqui do Mato Grosso para o Nordeste. Só que o Estado da Bahia resolveu pagar 6 mil toneladas de frete. Nós, do Estado, estamos pagando R\$500,00 a tonelada e não conseguimos transportadora. A Conab, com R\$370,00, também não consegue transportadora. Então, a questão não é o preço pago, é que os carreteiros não querem ir para o Nordeste.

Nossa sugestão, desde 5 de junho do ano passado, era de que, através do Porto de Paranaguá, se distribuisse nas capitais do Nordeste esse milho e dali, das capitais do Nordeste, se fizesse a redistribuição desse milho. Com certeza, se isso tivesse sido feito há mais tempo, teríamos minimizado esses efeitos da seca, porque, com o milho, esses pequenos agricultores, esses criadores familiares teriam sobrevivido, e lá nós faríamos aquela distribuição que está ali colocada.

Então, o que eu tentei fazer, numa exposição breve, foi mostrar nossa visão: o Brasil, que quer chegar a celeiro do mundo, Presidente Inácio Arruda, necessita trabalhar uma questão básica, que é a questão de abastecimento. Nós precisamos ter a Conab com um papel regulador, que é aquele papel, realmente, de, quando o milho estava R\$13,00 o saco, comprar o milho todo para regular o mercado. Agora, no momento em que o milho está R\$40,00, R\$50,00 o saco, que a gente conseguisse despejar esse milho a preços acessíveis para as criações.

Nós tivemos reunião há duas semanas com todos os Secretários de Agricultura, e o Secretário de Santa Catarina disse que o milho não está chegando a Santa Catarina, e todos nós, do Nordeste, dissemos: “Quem dera que estivesse chegando o volume que está chegando a Santa Catarina, porque, no Nordeste, realmente...” O senhor vê, chegaram 32 mil toneladas. Então, nós ouvimos ontem... A Senadora Lídice e outros Senadores estavam presentes, eu estava com

o Senador Pinheiro ontem à noite, e o Secretário Rui Costa, da Casa Civil, que é o coordenador, junto com o Governador Jaques Wagner vêm colocando sempre essa questão da cabotagem, e parece que ontem foi determinado pela Presidenta que a Bahia vai receber 40 mil toneladas em abril e 40 mil toneladas em maio, através do sistema de cabotagem. A gente sabe que agora é um período pior porque temos os portos abarrotados e, sem dúvida, agora a demora será maior para que esse milho chegue. Mas de carreta, volto a dizer, o Estado da Bahia está pagando 6 mil toneladas – o Estado pagando –, e não consegue trazer; só conseguiu trazer 3 mil toneladas agora.

O que foi passado agora, dos leilões, foram 13 mil toneladas para a Bahia, das 50 mil toneladas. Infelizmente, não podemos acreditar que esse milho chegue a essas 13 mil toneladas, na velocidade que nós desejamos, lá para o Nordeste. Então, gostaríamos de colocar que a posição nossa é de que o Brasil tinha que atentar mais para a questão, fazer um grande plano nacional de armazenagem, fazer com que a Conab, Srs. Senadores, tenha uma estrutura física, uma estrutura de pessoal que realmente valorize a importância do setor agropecuário brasileiro.

Volto a dizer: na Coreia, na China, visitei essas empresas de abastecimento, e existe uma seriedade tão grande... Na China, chegou o Ministro da Agricultura a me dizer: “Eduardo, nós temos 1,3 bilhão de habitantes. Se não tivermos condição de regulação de abastecimento, esse país entra num caos total.” Acho que o Brasil tem, sim, condição de ser a grande fonte abastecedora do mundo de alimentos, mas nós precisamos nos preocupar não só com a questão da armazenagem, mas com a logística como um todo, com as estradas, as ferrovias, os portos, mas, neste momento, o foco maior é a questão das armazenagens, da logística, do credenciamento de armazéns privados, da construção imediata de armazéns, não só para o recebimento de safra, mas para a distribuição desses produtos em todos os Estados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Então, vamos passar, de imediato, a palavra para nosso próximo convidado.

Já se viu que não é só Deputado e Senador que fala muito. *(Risos.)* Esse tempo de dez minutos não foi suficiente. Faltou. Ele só pôde expor os eslaides, ele não pôde fazer o comentário necessário. Mas vamos reestruturar a questão do tempo para que possamos cumprir a responsabilidade da audiência. Visto que dez minutos tornou-se impraticável, vamos conceder, então, quinze minutos para todos os nossos convidados.

Sr. José Maria dos Anjos, Coordenador-Geral de Cereais e Culturas Anuais da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o senhor tem a palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Inácio Arruda, que está presidindo esta reunião; a Senadora Lídice da Mata, autora do requerimento; nosso Secretário de Agricultura da Bahia, Eduardo Salles; nosso Presidente da Câmara de Milho, Cesário Ramalho, e da Câmara de Aves e Suínos, Erico Pozzer.

Não vou demorar muito, Senador, serei rápido. Eu gostaria só de dizer o seguinte. Nós realmente estamos vivendo um momento que, no Nordeste, é muito complicado em função da seca. Agora, quero mostrar alguns eslaides para tentarmos demonstrar que não temos problemas de abastecimento de milho. O que temos são problemas de abastecimentos regionais, o que é uma situação boa e diferente.

Esse quadro mostra o suprimento, em nível mundial, de milho. Ali nós vamos ver – não sei se aqui tem o indicador – que a produção caiu muito na safra 2012-2013, mas em função principalmente da quebra da safra americana, que vamos mostrar adiante. Com isso, tivemos uma redução nos estoques de passagem, que provocou uma relação estoques/consumo das menores dos últimos tempos.

Quando olhamos esse gráfico, fica mais claro: tínhamos, no passado, um estoque que correspondia a 30% do consumo, e hoje isso equivale a 13%. Então, realmente, houve um aperto em termos de abastecimento. E esse aperto se deveu basicamente à quebra da safra americana. Os americanos plantaram uma safra que, se as condições de clima fossem normais, daria para produzir 375 milhões de toneladas, e a produção caiu para 273 milhões de toneladas; portanto, o estoque de passagem nos Estados Unidos caiu para uma relação de 6%, ou seja, muito baixa.

Isso provocou realmente um problema muito grave em relação aos preços, porque quando a gente pega preço hoje com a economia aberta, o que manda é cotação no mercado externo, e aí os preços em Chicago – aqui é a Bolsa de Chicago – subiram violentamente neste período, mas agora eles já estão demonstrando sinal de queda. Por quê? Porque a safra no Brasil é grande e também porque a safra americana será uma safra, se as condições forem favoráveis, muito grande, já que eles estão plantando a maior área da história desde mil novecentos e não sei quanto.

Aí a gente já vê o sinal em Chicago. Chicago está trabalhando hoje com US\$6,00 por bushel, US\$6,95 foi a cotação do dia 02/04; houve uma queda muito forte

quinta e sexta-feira, mas, quando a gente olha os preços futuros – aqui é cotação para setembro – já estão US\$5,63; para dezembro, US\$5,39, que é essa curva para baixo. Ou seja, está caindo muito o preço do milho em Chicago. E esses preços são trazidos para o Brasil, já que hoje somos grandes exportadores de milho.

Aqui temos a área plantada no Brasil, primeira e segunda safra. Hoje o Brasil planta uma área, na segunda safra, bem maior. Já é o segundo ano consecutivo que a área da segunda safra é maior do que a área da primeira safra, mas, de qualquer forma, plantamos, no total, 15,4 milhões de hectares de milho.

Nossa produção, que vai ser recorde absoluto este ano, deve ser de 76 milhões de toneladas de milho, segundo o último número da Conab, de março, ou seja, nós não teremos problemas de abastecimento.

E aí olhamos o balanço de oferta e demanda nosso. Nós viemos de uma produção, na safra 2009-2010, de 56 milhões de toneladas, e estamos produzindo este ano, a confirmar os números da Conab, 76 milhões de toneladas, ou seja, 20 milhões a mais. É um consumo que está crescendo de 47 para 52 milhões de toneladas, mas, mesmo assim, nós tivemos, ano passado – aqui é contado de 1º de fevereiro a 31 de janeiro – uma exportação de 22,3 milhões de toneladas, ou seja, fomos o segundo maior exportador de milho do mundo, perdemos apenas para os americanos. E a Conab está trabalhando com um número de exportação para a safra 2012-2013, que é uma safra que começa no dia 1º de fevereiro e vai até 31 de janeiro de 2014, mesmo assim, com exportação de 15 milhões; nós teríamos um estoque de passagem de 15,6 milhões de toneladas, ou seja, uma folga muito grande em termos de estoque de passagem.

Aqui são as exportações ano a ano. O Brasil vem crescendo. Nós começamos a exportar milho a partir da safra 2000-2001; o Brasil era importador de milho. E o crescimento nas exportações é visível. Como eu já tinha mostrado, exportamos o ano passado, nessa safra, 22,3 milhões de toneladas, com previsão para este ano de 15 milhões de toneladas.

Esse é o balanço de oferta e demanda em nível regional, onde mostro que temos realmente um problema não de abastecimento, mas, sim, regional. Temos, por exemplo, os grandes exportadores, que são Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, DF e Minas Gerais, que têm excedentes, ou seja, produzem muito mais do que consomem, portanto, sobra produto, e temos as outras regiões, que são importadoras, como Norte e Nordeste, com 1,7 milhão de toneladas de importação de milho. O Rio Grande do Sul, este ano, onde a situação vai ser mais tranquila, vai precisar de 1,1 milhão; São Paulo, de 2,6 milhões; Santa Catarina,

3,5 milhões. Então, nas Regiões Norte e Nordeste, o problema mais grave é o da seca. Temos, realmente, uma situação inusitada, porque é uma das piores secas da história, e aí nós estamos vivendo realmente esse drama de abastecimento da Região Nordeste. Os outros Estados são importadores, mas estão mais próximos dos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, que é onde normalmente se complementa esse abastecimento aqui, somando mais um pouco o que acaba vindo dos países do Mercosul.

E aqui são nossas exportações mês a mês. Neste caso é ano civil, por isso não bate com aquele número de 22 milhões de toneladas. Aqui é janeiro a dezembro, e mostra que, nos três primeiros meses de 2013 – isso aqui é recorde –, o Brasil já exportou 7,2 milhões de toneladas de milho, nos três primeiros meses do ano. Isso demonstra que temos um grande excedente de milho no mercado interno.

E aqui temos o preço no mercado interno, ou seja, já estamos tendo uma queda visível no preço – isso é em Cascavel, no Paraná. O mercado chegou a R\$30,00, e hoje já está aqui próximo de R\$24,00, e com tendência de queda maior no segundo semestre.

Aqui é Rondonópolis, no Mato Grosso. No Mato Grosso caiu menos, porque o Mato Grosso, basicamente, produz segunda safra, então o preço tende a cair mais no segundo semestre, que é quando se colhe a segunda safra no Mato Grosso. E com as perspectivas de queda em Chicago, o Governo está trabalhando com a expectativa de esse preço no Mato Grosso cair até abaixo do preço mínimo, que seria quando o Governo recomporia seus estoques, já que praticamente não temos estoque.

Esse é um comparativo do que aconteceu nos últimos dias, ou seja, o preço tem caído muito: oito, doze, nos últimos 30 dias. Isso mostra que, realmente, a questão vai ser minorada com a colheita da safra, que está se intensificando, e principalmente com a entrada da segunda safra, a partir do segundo semestre, e também com a colheita da safra americana.

Esse gráfico mostra que a avicultura e a suinocultura sofreram muito o ano passado em função da alta dos preços do milho, mas hoje a situação já é favorável para a avicultura. Aqui temos o relativo de preços: quantos quilos de milho se compra com a venda de 1kg de frango. Isso aqui é a média histórica. Aqui é quando a situação está negativa para a avicultura, e acima da linha é quando está favorável. Portanto, hoje temos um dos melhores momentos, pelo menos nesse período de 2003 para cá. Só em 2006 foi mais favorável.

Aqui apresentamos esse gráfico. O Presidente da Conab, infelizmente, não pôde estar presente, mas mostramos que o grande problema do Governo é que

realmente temos muito pouco estoque. E aí nosso estoque está basicamente concentrado no Mato Grosso, com uma logística muito difícil para se levar para as regiões de maior dificuldade, que hoje é a Região Nordeste.

Esse quadro eu peguei com a Conab, já que o Presidente da Conab não veio, para mostrar que a Conab realmente está fazendo todos os esforços. O secretário colocou bem que nós temos realmente alguns problemas, não só de falta de armazéns nos destinos, mas também de carência de estrutura para atender essa demanda, que cresceu muito. É uma coisa inédita.

E aqui tentamos fazer uma demonstração: antes da emergência em função da seca, a Conab vendia, no Nordeste, em um ano, o equivalente a mais ou menos 55 mil toneladas. Após a emergência, nós passamos a vender 367 mil toneladas – isso ocorreu da emergência para cá.

Aí, falando sobre a Bahia: a Bahia não tinha praticamente programa de venda em balcão; ou seja, o programa era pouco significativo, porque a Bahia, quando consideramos a Região Nordeste, é um dos Estados, eu diria, mais favoráveis, porque lá há excedente de milho. É claro que o excedente de milho está no oeste da Bahia, como já foi colocado pelo secretário, mas a Bahia é exportadora de milho e inclusive atende os outros Estados da Região Nordeste do Brasil. Na Bahia, aumentou o atendimento, de 686 para 37 mil toneladas, como o secretário já tinha colocado.

E a Conab já está fazendo uma remoção, está tentando intensificar as remoções, para aumentar, com todas as dificuldades que temos, porque, antes, tínhamos 334 clientes atendidos em média, nos anos anteriores, e hoje há 16.308 atendidos. Tínhamos, aqui, 55 polos de atendimento, e hoje temos 13. Isso demanda gente e demanda toda uma logística que não se monta, realmente, do dia para a noite.

Considerando-se o País todo, tínhamos 27 mil clientes – a Conab atendia, na Região Nordeste, no balcão, e aqui pegamos só do Espírito Santo para cima, porque está compreendida a região da Sudene – e subiu para 115 mil. Portanto, é realmente muito difícil atender. E os postos saíram de 33 para 72. Ou seja, a Conab está envidando todos os esforços, mas realmente tem um problema de deficiência para tentar atender.

Nós intensificamos – aqui, é um último número, só um resumo –, mas o Governo está fazendo um esforço. O secretário falou na questão de armazenagem, e o Governo está criando realmente um programa de armazenagem, que vai contemplar inclusive a Bahia, com a construção de novos armazéns.

Nós fizemos, para tentar atender, porque a operação do Nordeste estava sendo atendida exclusiva-

mente com remoções... Ou seja, o Governo removia principalmente do Mato Grosso, para levar para esses diversos polos do Nordeste. Em função das dificuldades de remoção, o Governo soltou uma medida provisória, para que a Conab pudesse comprar o produto posto no destino. Foi uma autorização de até 550 mil toneladas na conversão da medida provisória. O Governo fez um primeiro leilão, que foi bem sucedido, de compra de 50 mil toneladas. Aí, os compradores, os fornecedores, eles já vão entregar os produtos nos polos definidos, o que está melhorando essa *performance*. É o que esperamos.

Com relação à cabotagem, aí quero fazer uma colocação, isso realmente está sendo colocado. Pelo menos, é a orientação do Governo de que a próxima operação seja feita por meio de cabotagem. Mas eu só gostaria de dizer que, hoje, quando o Governo faz um leilão de compra, como fez esse de 50 mil toneladas, não existe impedimento algum para que o setor de cabotagem participe. Aí, alguém pode dizer que os lotes foram pequenos e que não há viabilidade. É o que se vai tentar fazer nas próximas operações de leilão.

Então, eu queria colocar que realmente não temos problema de abastecimento; temos problemas de distribuição e de transporte. Aí, a Conab, como eu mostrei, não tem estoque, e nós estamos trabalhando com um cenário de tentar recompor os estoques, está certo?

Tendências de mercado. Não quero me estender muito além dos meus dez minutos, mas coloquei aqui que a situação tende a melhorar muito no segundo semestre e que o Governo está com uma proposta de recompor os estoques, o que está sendo discutido em nível de Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, que é o Governo tentar fazer uma recomposição de estoques através de compra de produto em AGF (Aquisição do Governo Federal) ou mesmo, se não houver essa possibilidade, o Governo comprar milho no mercado, para recompor e evitar, no futuro, uma situação dessas. Assim, podemos voltar a ter um estoque, pelo menos, de 3 milhões de toneladas, para, numa situação de emergência, o Governo poder atender. E é isso o que o Governo está trabalhando para tentar fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda – Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem. Ficou dentro dos quinze minutos.

Vamos passar a palavra, então, por quinze minutos, ao Sr. Erico Antonio Pozzer, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos e Diretor-Presidente da Associação Paulista de Avicultura.

Dispõe de quinze minutos para sua apresentação.

O SR. ERICO ANTONIO POZZER – Obrigado.

Bom dia a todos.

Bom, observando a apresentação do secretário e do Sr. José Maria dos Anjos, já podemos ter uma ideia de como aconteceram as coisas e do mais importante: o que vamos fazer neste ano.

Então, para a avicultura brasileira, o ano passado foi um desastre. Foi um desastre por quê? Vou falar um pouco do passado e vou focar um pouco no que gostaríamos que acontecesse em 2013. No ano passado, em função de todos os motivos aqui colocados, da quebra da safra americana, que explodiu o preço do milho, etc., etc., poderiam ter sido bem menores esses efeitos e esses problemas se a Conab tivesse estoque. Não tinha nada. Então, não atendeu nem balcão. Imagina os produtores de suínos e de aves, que são integrações. Uma integração pequena, que abate hoje 80 mil frangos por dia, precisa de aproximadamente 100 mil sacos de milho por mês, só de milho.

Então, o que aconteceu? Vocês lembram muito bem o que aconteceu com o setor de suinocultura no sul do Brasil: muitos produtores quebraram, o Governo fez alguns programas no sentido de auxiliar, mas auxiliou com dinheiro, porque realmente era necessário se trazer milho de algum lugar, porém estava muito caro. Isso foi feito e amenizou um pouco a situação da suinocultura.

Com a avicultura foi diferente, e eu diria que foi pior. Temos duas aviculturas no Brasil: uma, que é a avicultura dos grandes grupos. Há três grandes grupos privados, mais um grupo de oito cooperativas do Paraná e de Santa Catarina que detêm 70% da avicultura nacional. Esses não têm problema de caixa, não têm problema de dinheiro. O milho pode ir a R\$40,00 que eles não quebram, porque são bancados também, em grande parte, pelo Governo – BNDES, Banco do Brasil, etc. Isso é uma verdade, graças à competência deles.

Os outros 30% da avicultura brasileira são feitos por mais de 100 empresas que abatem entre 50 mil e 250 mil frangos por dia. São pequenas e médias integrações. E quando falo em integração, o plantel que está no campo, de suíno e de frango, é bancado pela própria empresa. Não é igual ao abatedouro de boi, em que se compra mais ou menos conforme lhe convém. E não há estoque de boi. O frango come todo dia – dia e noite, sábado e domingo, feriado, Natal, primeiro dia do ano –, e o suíno também.

Então, o que aconteceu no ano passado? Muitas empresas de frangos quebraram. Só em São Paulo, quatro quebraram, e há mais três em recuperação judicial. Em Santa Catarina também houve problemas. No Paraná, quebrou um. No Rio Grande do Sul também houve problemas. Enfim, a produção de frangos no ano passado reduziu-se em 10%: de 550 milhões

de frangos passou para 500 milhões de frangos. Isso fez com que a situação melhorasse um pouco com relação à oferta e procura, e os que ficaram ficaram. Mas São Paulo, por exemplo, que é um Estado deficitário de milho, quebrou. Estamos produzindo hoje 25% a menos, única e exclusivamente em função de empresas que quebraram, reduziram sua produção por falta de produto ou por falta de dinheiro.

Então, o que aconteceu no ano passado poderia ter sido bem menos se realmente a Conab tivesse os estoques. Poderia ter feito lá em maio, junho, quando estava abaixo do preço mínimo. É lógico que não tinha como recompor isso em julho, quando explodiu a crise toda em função da quebra americana.

Nesses casos, quando falo de São Paulo, são 5 mil pessoas que perderam seus empregos; que passaram para um outro setor porque, graças a Deus, agora, neste momento, ainda existe recolocação. E se não tivesse?

Talvez no Nordeste, a situação – talvez, não; eu tenho certeza... No Nordeste a situação é terrível.

Então, morreu frango de morte morrida em São Paulo, no Paraná e em Santa Catarina também. Se um frango fica dois dias sem comer, por falta de qualquer tipo de ração, um come o outro, e isso aconteceu.

O que queremos, na verdade, no setor de integração, dos pequenos e médios produtores de frango e de suínos, é que não seja esta gangorra, de um ano o milho custar R\$36,00 e, no outro ano, o milho custar R\$15,00.

O nosso amigo Cesário Ramalho, que representa o milho, aposto que tem a mesma ideia. Precisamos de um equilíbrio, e, para se ter um equilíbrio, tem de existir um estoque regulador. Se não existir um estoque regulador, entra em campo, além do apetite das *tradings* e de países que precisam do milho – aí é uma questão de segurança alimentar, uma questão de ter o grão, e não de preço –, todos esses problemas de muito preço num ano e pouco preço no outro.

O que gostaríamos que acontecesse agora em 2013? Isso é o que mais interessa, porque o que foi já foi; quem quebrou quebrou; quem ficou vai ter de sobreviver e vai ter de tocar a sua vida. Gostaríamos que, agora em 2013, quando tudo indica que vai haver realmente uma boa safra de milho, é que essa recomposição de estoques não fosse de 3 milhões; que fosse de 5 milhões de toneladas, Dr. José Maria dos Anjos. Entendemos que 3 milhões de toneladas é pouco. É preciso ter mais do que isso.

E a questão da logística, realmente, agora, nessa época, é terrível, porque o pessoal está querendo embarcar a soja, livrar-se da soja para, depois, dar atenção para o milho. Então, realmente, esses Esta-

dos que estão com problemas de logística agora, eu acho que, em mais um mês, vão sofrer.

Neste ano de 2013, temos uma perspectiva muito boa de safra. Acho que teríamos de envidar todos os esforços no sentido de realmente recompor os estoques da Conab. Para quê? Não sabemos como vai ser nos Estados Unidos. A primavera deles começou com neve, ainda. Então, tomara a Deus que, pela intenção de plantio deles, realmente vá ser uma safra recorde. Tomara que aconteça isso, mas e se não acontecer? Pode ser que, em junho, julho, tenhamos novamente surpresas.

Outro fator eu gostaria de colocar aqui e que ficasse bem claro: essas pequenas e médias integrações hoje dificilmente participam de um leilão da Conab. Não tem como. Eles não têm condições de entrar. Primeiro, não têm capital de giro para pagar o milho antes; segundo, é que a maioria, nessa crise, já deixou de pagar alguns impostos e não tem CND.

Acho que nós teríamos de nos preocupar realmente em fazer o que o Governo já fez algumas vezes: leilão de frete. Então, as empresas vão fazer a pesquisa de mercado, vão comprar o milho nas condições e no prazo em que conseguem comprar, e o Governo, sim, dar uma ajuda para bancar o frete, como já foi feito no passado, inclusive para exportação.

Então, não me alongando muito, acho que a grande preocupação nossa é esta: vai ter uma super-safra? O que vamos fazer? Como o Governo pode intervir para manter esse mercado de uma forma que, num ano, as integrações, os produtores quebram, e o produtor ganha muito dinheiro – às vezes, nem muito o produtor, mas os intermediários – e, no outro ano, acontece o contrário.

Portanto, acho que uma recomposição de 5 milhões de toneladas teria que ser feita. É necessário que o Ministério da Fazenda consiga arrumar esse dinheiro, para termos essa segurança e intervir no mercado para manter uma constância nos preços. Daí, as integrações – quem produz carne de frango e de suíno – terão condição de produzir com um preço razoável e colocar na gôndola, para que o consumidor também tenha esse produto a preço acessível. E o produtor, por sua vez, vai poder produzir sem medo de ter prejuízo ou de ter de contar com o Governo para não ter prejuízo.

Então, em resumo, é isso.

Gostaria muito que essa preocupação da Câmara Setorial de Aves e Suínos fosse passada para o Ministério da Agricultura, para a Conab, e que isso fosse feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Bom, de qualquer sorte, já está passado diretamente. O senhor já falou aqui para o Brasil inteiro. O Mapa está na Mesa, representado. O Eduardo, daqui a pouco, vai estar nesta reunião. Se ele tiver de sair correndo, é porque está sendo convocado pela Presidente, fruto da reunião de ontem, em Fortaleza, da Sudene. Uma reunião está acontecendo agora, tratando exatamente da questão do milho no nosso País.

Concedo a palavra, então, ao Sr. Cesário Ramalho da Silva, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo e Presidente da Sociedade Rural Brasileira, que vem ainda representando a Associação Brasileira dos Produtores de Milho – Abramilho.

O senhor dispõe de quinze minutos, por favor.

O SR. CESÁRIO RAMALHO DA SILVA – Está bem.

Obrigado, Senador Inácio Arruda, do Ceará, Estado que está sofrendo também.

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Lídice, da Bahia, por trazer esses assuntos da agricultura aqui para a Câmara, aqui para o Senado, aqui para o Congresso Nacional, porque nós estamos esgotados de falar, de alertar, de gritar, de sofrer, de ver os nossos companheiros se perdendo, não só lá na Bahia, como em Santa Catarina, como em São Paulo, como no Paraná, onde nós temos esses 65% da produção brasileira.

Lembramos que o Brasil é o principal exportador mundial de frangos, é o segundo ou o terceiro maior de suínos, é o primeiro exportador de carne bovina. E o milho é fundamental, é o principal grão que existe no Brasil.

Parabenizo o Eduardo Salles, nosso Secretário da Bahia, meu amigo, meu parceiro, companheiro. É uma pessoa, Senadora, que tem o respeito da produção rural baiana. Eu frequento o Luís Eduardo e tenho percebido, visto isso aí. É muito importante, então, que ele tenha provocado esta reunião aqui.

Eu queria cumprimentar o Zé Maria, grande companheiro, grande parceiro que está também muito antenado e muito acordado com todos esses problemas e conjuntamente conosco tem alertado.

Eu queria dizer que ontem a Presidente Dilma, na reunião no Ceará, se não me engano, fez promessas em relação a essa questão do milho, mas não vai chegar o milho lá. O Brasil é grande produtor de milho. O Brasil foi, no ano passado, o segundo maior produtor de milho do mundo. O Brasil foi, no ano passado, o primeiro exportador mundial de milho. Nós exportamos 20 milhões de toneladas, e nós colhemos 70 milhões de toneladas; consumimos 50 milhões de toneladas e exportamos 20 milhões de toneladas. É errado exportar

negativo? Certo. Só que nós temos de pensar nessa grande produção.

O produtor de frango e suíno, Senador Inácio, em Santa Catarina, tem uma área inferior a 18 hectares. Não tem a massa, o volume que se tem na Bahia, de mais de 200 mil, como o Eduardo falou. Mas é a principal atividade econômica do Estado o milho. Nós perdemos milho no Mato Grosso. O milho, no Mato Grosso, foi estocado a céu aberto. E nós perdemos empregos, renda, fábricas em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, que teve também um momento crítico por conta do clima no ano passado.

Portanto, o que falta não é o milho. O que falta é logística. No Brasil é zero, é sucata a logística brasileira. É sucata. Assistiremos aqui ao Erico Pozzer, que apresenta aqui a Holanda, que é um dos modelos mais sofisticados e mais integrados à população, de pequenos produtores altamente capacitados, altamente profissionalizados e que estão com o balanço no vermelho por causa dessa questão do milho. Falta de aviso acho que não é.

Quando eu tomei posse na Sociedade Rural Brasileira – estou terminando agora o meu segundo mandato, vou sair –, no primeiro discurso de posse, presente o Ministro da Agricultura, presente o Secretário-Geral do Ministério, o Silas Brasileiro, o Governador José Serra, mais de 30 Deputados federais, foi falado isso que nós estamos conversando aqui. Não há atitude do Governo para o maior setor da economia brasileira.

O Brasil é o País o agronegócio. Repito: o Brasil é o País do agronegócio. O agronegócio é o negócio mais importante do País e nós precisamos cercar os banhistas, os turistas na estrada do Guarujá para Santos para aparecermos na primeira página e vermos o País assistir a um sucateamento total.

A Conab, como bem disse o Eduardo, como bem disse o Zé Maria, funciona para comprar no momento adequado, quando há sobras e quando há essa dificuldade que enfrenta o Nordeste hoje, que é natural.

Os Estados Unidos, no ano passado, sofreram pela mesma causa. E se nós somos grandiosos no milho, se somos hoje grandiosos na soja, é por causa da grande quebra americana do ano passado.

Portanto, Senador, é até um pouco triste falar isto: o Nordeste não tem milho e não vai ter, porque um navio, para carregar no Porto de Paranaguá, leva 65 dias. Existe navio ancorado em janeiro que está carregando hoje. Há navios lá que se dirigiram para a Argentina porque os nossos compradores mudaram suas compras para a Argentina. Estão esperando desde janeiro os nossos produtos, as nossas mercadorias suadas, trabalhadas por 5 milhões de brasileiros que são os produtores rurais. Isso está acontecendo

e o governo, todos os governos, não é este Governo, não tomam conhecimento do maior negócio do País, do maior empregador do País que é o nosso negócio.

Por isso fiz questão de vir, Senadora, vim correndo, fiz questão disso, para parabenizar a senhora, parabenizar o Senado por inserir a agricultura aqui. É a última instância nossa. Nós já temos a Frente Parlamentar da Agricultura com Senadores e vários Deputados, é uma frente significativa, tem trabalhado, tem batalhado conjuntamente conosco, comigo e com as outras entidades ligadas ao setor. Nós ainda ontem tivemos, na Câmara, um debate sobre o plano de safra em que nós acusamos exatamente isso. E todas as entidades que lá estavam falaram que nós não temos problema de recurso para as nossas safras; nós temos problema para sair o produto das nossas fazendas, das nossas propriedades e levar para engrandecer o pequeno produtor, o médio, o grande, enfim, todos os produtores, com preços adequados, sem a volatilidade.

O milho, em Santa Catarina, Eduardo, custava R\$38,00, R\$40,00. E o que bem disse o Presidente da Associação Paulista de Agricultura é que as grandes empresas têm fluxos de caixa fantásticos que não se abalam. Mas nós estamos perdendo a classe média, Senador, que somos nós aqui. A classe média está se acabando no campo brasileiro.

Nós estamos falando da questão do milho, mas nós temos vários outros problemas em vários outros setores. Estive na Bahia semana retrasada com João Lopes – Eduardo, não fui à inauguração, mas fui em seguida. O café, na Bahia, está enfrentando uma crise gravíssima: preços deprimidos e seca também. Não vão colher o café também. Então, precisa haver um sistema de suporte. Nós não podemos fazer isso.

Eu queria sugerir aqui, eu não sei se é uma coisa viável, mas acho que nessa questão de preservarmos o produtor, diminuirmos a volatilidade – é impossível o produtor médio conviver com essa situação –, eu acho, Eduardo, que nós teríamos de importar esse milho para vocês do Nordeste, da Argentina, porque o Brasil, apesar de ter o milho, não tem porto para embarcar.

Outra coisa são os caminhões que estão descendo para embarcar soja e milho, porque daqui a alguns dias, em Santos, entra o açúcar e congestionam mais e nós temos um fluxo rodoviário já consolidado. Para o caminhão agora faltam 60 mil motoristas. Nós temos caminhões parados porque perdeu-se o fluxo, Senador, esse entra e sai. Esses caminhões que levam a soja, o milho, mais recentemente, e açúcar, levam os nossos fertilizantes, porque o navio, muitas vezes, que vai embarcar esses produtos brasileiros traz os fertilizantes e esses fertilizantes, como o Eduardo bem disse, ele não quer levar para o Nordeste. Por quê? Porque lá

não tem fertilizante. Ele quer ir a Santos ou Paranaguá, que tem um navio atracado há 60 dias pagando uma *demurrage* de US\$30, US\$40 ou US\$50 mil por dia. A senhora sabe quem paga isso, Senadora, esse atraso de desembarque? A senhora sabe quem paga? Esse homem que o Eduardo falou, o secretário da Bahia ou o meu associado lá na minha entidade. Somos nós que pagamos. Agora, em última análise, quem paga é o consumidor. É ele que paga.

E o Governo, em vez de fortalecer o Conab, fortalecer o nosso Ministério da Agricultura, nossa trincheira de luta e de armação, de estruturação para defender o produtor rural, criou o Conselho Interministerial de Preços para intervir no mercado, não para proteger o produtor, para mascarar uma inflação. Para mascarar uma inflação, porque se nós tivéssemos, como bem disse o Erico, equilíbrio nessas ofertas! Mas nós não podemos fazer isso.

Na minha entidade, a Rural Brasileira, junto com a Abramilho, presidida hoje pelo ex-Ministro Alysson Paolinelli, nós estamos fazendo um trabalho bastante “ciclado” com o Ministro Mendes Ribeiro, que saiu, “ciclado” também com o Ministro Andrade, fazendo uma programação para passar essa produção de 60, 70 milhões de toneladas de milho para 100 milhões, no máximo até 2020. O Ministro Paolinelli, com toda a sua experiência, como falou ontem ali na Câmara, também tem uma preocupação imensa com essa volatilidade. E nós temos que produzir mais milho. Nós exportamos, a partir do milho, US\$15 bilhões nas proteínas animais.

Portanto, a minha exposição é mais ou menos isso, Senador Inácio.

E volto a falar, Eduardo – agora de manhã eu vim com dois diretores da Monsanto no avião –, que eu acho que para o Nordeste é mais barato, inclusive economicamente, nós comprarmos o milho na Argentina para levar para lá, porque a situação de vocês não é de amanhã, ela é de ontem. É dramática a situação. É quase de vida ou morte. Sabemos bem como é.

Então, eu acho que dessa sugestão a gente deve ver a viabilidade. O Ministério pode ver isso, vocês aqui no Senado, todos. Da nossa Frente Parlamentar, temos vários Senadores que participam. É uma estrutura positiva, eficiente a que a gente tem tido.

Eu queria, para completar, dizer isto: enquanto nós temos o milho, lembrando, ao tempo lá em Mato Grosso, temos a perda de emprego nos Estados do Sul e nos Estados do Nordeste.

Eu queria lembrar, Eduardo, que eu estive, no ano passado, como Presidente da Câmara Setorial do Milho, numa reunião lá em Luís Eduardo Magalhães, junto com o Ministro Paolinelli e com o pessoal da IBA – você também esteve lá, mas sempre chega

e sai antes de mim – e eu fiz uma sugestão, fiz uma carta, como Presidente da Câmara Setorial do Milho do Ministério, para o Presidente Rubens, da Conab, dizendo que um lugar, uma região como Luís Eduardo Magalhães não ter um armazém do Governo, um armazém, pelo amor de Deus, Senador, não é possível. Estamos falando do seu lugar, do seu Estado, mas, com certeza, o Ceará está na mesma, o Rio Grande do Norte, e por aí adiante, todos eles devem estar nas mesmas situações. Então, eu queria lembrar que eu oficializei isso. O Presidente Rubens me atende muito bem, é solícito às coisas, mas evidentemente ele tem as suas dificuldades.

Eu acho que é mais ou menos isso o que a gente queria dizer e alertar.

Mais uma vez, Senadora, a agricultura agradece imensamente a atenção que a gente está tendo aqui com vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É um prazer recebê-lo, ouvir e saber que há o propósito de nós chegarmos aos cem milhões de toneladas de milho em cinco ou seis anos, acho que seria uma boa notícia, digamos. Acho que o setor produtivo tem todas as condições de realizar essa tarefa, e, o Governo, de cumprir a sua missão de estabelecer uma logística capaz de atender, uma logística de Governo – Conab, e uma logística privada, que se pode fazer em associação, sem nenhum problema.

Concedo a palavra, por um minuto, para o nosso Eduardo, porque a reunião já começou. Ele é o representante de todos os Secretários, e ficaria chato se ele não estivesse presente. Portanto, Eduardo, você tem um minuto para despedir-se.

O SR. EDUARDO SEIXAS DE SALLES – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a, aos Senadores, à nossa Senadora Lídice da Mata. É muito importante colocarmos como pauta, aqui no Senado, como disse o Cesário, as questões da agricultura. Acho, Presidente, que o que aconteceu aconteceu. Não podemos chorar sobre o leite derramado. Cabe aos Senadores, aos gestores, a nós todos juntos pensarmos o futuro. Acho que, agora, pensar o futuro é pensarmos em uma estrutura de logística, de armazenagem, de ter uma Conab em condições de fazer o papel dela bem feito, com estrutura física, estrutura de pessoal condizente com o tamanho do Brasil, com o tamanho da agropecuária brasileira.

Volto a dizer: não é crítica a nenhum presidente de agora, a nenhuma diretoria de agora. Temos, Cesário, que pensar no futuro. E, em relação à questão emergencial do Nordeste, acho que, quanto mais cabeças pensantes tivermos agora, melhor. Não se trata de um

ano de seca, Presidente; são três anos com índices pluviométricos abaixo da média histórica. Nos anos 2012-2013, chegamos ao limite. Os aquíferos, tanto subterrâneos como superficiais, chegaram ao limite. A situação é dramática, realmente. A gente chega e vê agricultores familiares depressivos no campo, porque, às vezes, as três vaquinhas que ele tem ali, que são o sustento e educação dos filhos no dia a dia, estão morrendo. Eu, como Secretário de Agricultura nesses três anos, já rodei mais da metade dos Municípios da Bahia, tenho visto essas coisas e buscado soluções. Acho que cabe a nós, gestores, buscarmos soluções porque esse é o nosso papel. Claro que não vamos nunca conseguir resolver um problema da dimensão dessa seca.

Costumo dizer que é como se fosse um terremoto, Sr. Presidente, que tem devastado o Nordeste. É uma morte silenciosa. Não acontece como uma enchente no Rio de Janeiro, Senadora Lídice, em que vemos pessoas morrendo pela televisão. Mas vemos uma morte silenciosa, a do futuro da agropecuária.

Então, acho que todos nós temos que nos unir nesse momento. A Presidente Dilma ontem deu um exemplo quando sinalizou com R\$9 bilhões, e temos ainda alguma coisa a crescer. O pequeno produtor e o médio produtor não foram contemplados ainda em algum momento. O crédito tem que chegar a eles também para que tenham uma recuperação de pastagens, recuperação de rebanhos para se prepararem para o pós-seca.

Sempre digo no Nordeste que os países do norte, os países da Europa convivem bem com a neve durante meses, e nós temos que conviver também com a seca. Cabe agora, neste momento, ao Senado, à Senadora Lídice, ao Senador Benedito de Lira, que está aqui, estruturar, talvez através de um PAC-Semiárido, o Nordeste brasileiro para que as próximas gerações sofram menos, porque, sem dúvida, o prejuízo daqui, Sr. Presidente, será de décadas para recuperarmos o que foi perdido.

Então, quero deixar a mensagem de que temos que pensar no futuro, juntos. Agradeço muito, Senadora Lídice, por esse papel. Estão todos imbuídos, o Governador Jaques Wagner, todos os Secretários de Estado, estão todos pensando em ações dinâmicas para minorar os efeitos dessa seca. E, sem dúvida, tudo que façamos ainda será insuficiente em função da dimensão desse evento que é a seca dos últimos três anos.

Muito obrigado a todos.

Peço desculpas porque há quatro secretários executivos a quem vamos expor exatamente o que foi colocado ontem pela Presidenta no Palácio do Planalto.

Até logo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço ao Eduardo, que preside também o Conselho dos Secretários de Agricultura, cuja presença é muito importante.

Antes de passar a palavra a nossa Senadora Lídice da Mata, que requereu esta audiência pública tão significativa com o setor produtivo e com o Governo e seus representantes, destaco um episódio da reunião de ontem, da excelente reunião do Conselho de Desenvolvimento da Sudene. Apesar de não termos discutido nenhum grande empreendimento, daqueles bilionários empreendimentos que podem surgir, que devem surgir em uma reunião da Sudene, ela tratou de uma questão social dramática, que é a estiagem prolongada no Nordeste brasileiro. Então, a reunião foi de grande êxito, mas houve algo estranho, absolutamente estranho, que está sendo tratado pela Senadora Lídice da Mata: foi a ausência, na mesa, do órgão principal do Governo brasileiro, que discute e deve estar presente na questão da seca. Refiro-me ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). É algo estarrecedor o fato de que, em uma hora dessas, o DNOCS não esteja presente, não seja a principal voz do Governo em cada canto do Nordeste brasileiro. Foi absolutamente estranho, e devemos tomar providências. Somos Senadores para isso. O que está havendo? A diretoria não está respondendo? O diretor não é o adequado? Quem é o responsável por isso?

Vamos conversar com o Ministro. Levantou-se a questão do local da sede do DNOCS, se deveria ser no Ceará, Rio de Janeiro, Brasília. Eu respondi dizendo que é absurdo isso, porque ninguém está pleiteando trazer a sede do BNDES para Brasília, a sede da Petrobras ou a sede da Eletrobras e de alguns órgãos do Governo. Se fosse para mudar o BNDES, seria para levar para a cidade de Fortaleza, evidentemente. (Risos.). Depois de Fortaleza, poderíamos examinar o caso de Maceió, Benedito de Lira. A Bahia já tem um grande polo petroquímico, gigantesco, já tem o petróleo. Pelo menos, a sede da companhia poderia estar conosco. E Teresina, pela nossa ligação histórica com o Rio Poti...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Você não vai esquartejar, rapaz.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – (*Fora do microfone.*) Pernambuco já tem a sede da Chesf.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda Bloco/PCdoB – CE) – Claro! Teresina é porque temos uma ligação umbilical com o Rio Poti, que vem do Ceará, da Serra da Joaninha, e vai desembocar em Teresina, no Rio Parnaíba. Então, Teresina poderia sediar dois ou três órgãos federais para lhes dar maior eficiência, porque, quem sabe, vivendo em situação mais caótica, tenham

mais eficiência e respondam mais. Mas estranhei absolutamente a ausência do órgão principal, centenário, que respondeu a todas as secas, que fez as principais barragens em cada Estado nordestino. E estava ausente naquela reunião, naquela mesa. Sinceramente, é algo que requer uma explicação no mínimo razoável aquela ausência na mesa em que se discutiu com a Presidenta da República a estiagem prolongada o Nordeste e as soluções que podemos dar. É algo muito estranho.

A Senadora Lídice da Mata conversou comigo no plenário e disse-me que precisávamos tratar dessa questão do DNOCS, dessa situação estranha. Estou enxergando uma situação grave. E ontem, ficou constatado que é muito, muito grave.

Então, faço este registro de que a reunião foi excelente, mas com a ausência daquele que deveria ser o principal responsável pela questão. É algo realmente muito estranho.

Senadora Lídice da Mata, cumprimentando-a pela audiência pública que estamos realizando, concedo-lhe a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, quero destacar aqui a presença do nosso ex-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, nosso Benedito de Lira, que agora é também Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, e a preside com muita capacidade.

Como V. Ex^{as} tomaram conhecimento e V. S^{as}, esse requerimento foi feito no final do ano passado. Tentamos realizar esta audiência, mas, com a Presidência do Senador Benedito de Lira, muitas audiências aconteceram aqui. Ele dinamizou muito a nossa Comissão. E terminou não havendo prazo para que realizássemos esta audiência pública no período do ano passado. Esta é uma das primeiras audiências realizada neste ano nesta Comissão, dada a gravidade da seca na Bahia – eu motivada pela Bahia, mas os outros motivados pelo Nordeste inteiro.

Essa situação, ao invés de se resolver, agravou-se. Na verdade, algumas dessas propostas, como o Secretário aqui destacou, a ideia de incluir a cabotagem se deu em meados do ano passado, em meio à crise já bastante profunda da seca nordestina. E como isso não aconteceu, qual é a real situação que nós ontem vimos retratada pelos governadores de todo o Nordeste? O milho veio para Nordeste? Veio, chegou, mas chegou atrasado e em quantidade muito abaixo daquilo que tinha sido programado antes pela Conab. O que seria prometido, 20 mil toneladas mensais para a Bahia, chegou a 37 em oito meses. O que seria planejado para Pernambuco, 15 mil toneladas/mês, chegou a 40 mil toneladas em nove meses. Então, chegamos,

tivemos milho, mas tivemos uma quantidade pequena e com muito atraso. Isso fez com que a produção ainda existente de outros alimentos fosse usada, alimentos produzidos no próprio Estado. Então, digamos, todo o estoque possível, de torta de algodão, de outro tipo de volumoso, capim, bagaço de milho, enfim, tudo que havia possível de servir de alimento para o rebanho nos nossos Estados, na nossa região foi usado.

De maneira que agora nós só temos uma saída: é o milho ou é o milho. Não há outra possibilidade de discussão. A situação é absolutamente desesperadora, porque, diferente da enchente, que chega e vai embora, a seca vai se estabelecendo, vai ficando, vai ficando; suas consequências vão se aprofundando, as consequências negativas, e nós temos isso de um lado, temos basicamente funcionando com alguma eficiência os programas de atendimento às populações, de apoio à população, o Bolsa Estiagem, o Bolsa Família, o Garantia-Safra, mas isso é insuficiente para que a gente possa manter a produção, possa manter o rebanho. A produção que já não existia, que já foi perdida, não tem como recompor.

Os Estados agora pensam na recomposição das matrizes dos seus rebanhos, com enorme dificuldade. Acho que a reunião de ontem foi muitíssimo importante, porque a Presidente garantiu a continuidade dos programas que hoje estão mantendo o Nordeste: o Bolsa Estiagem, enquanto a seca existir, o Seguro Safra, mas ela não avançou em uma questão que é essencial para o Nordeste de agora e que é tão falada pelo Senador Wellington Dias, que é a garantia do perdão da dívida dos produtores, os produtores que estão com o seu rebanho acabado, ainda assim estão sendo cobrados pelo Banco do Nordeste sobre as suas dívidas.

Então, nessa questão fulcral, nós não conseguimos avançar nessa reunião; assim como nessa questão essencial, que é a questão do abastecimento do milho, avançamos. Mas aí eu acho que o Brasil, nós estamos com um problema, temos dificuldade de colocar os problemas no ambiente de debate da sua resolução, porque toda vez que colocamos fica parecendo que estamos criticando a Presidente ou o Presidente que está no posto. Ninguém pretendia, naquela reunião, criticar a Presidente Dilma. Todos os governadores, assim como a população do Nordeste reconhecem que, nos últimos dez anos, nunca houve tanto investimento no Nordeste como o que houve nos governos Lula e Dilma, onze anos. No entanto, todos esses investimentos foram capazes apenas de fazer com que crescesse a participação do Nordeste no PIB em menos de 1% ainda, com todos os investimentos de refinaria, de tudo que foi feito no Nordeste. Então, agora que estamos no período da seca e, ainda, quan-

do dessa situação se agrava, que a nossa população vive... Como já foi mostrado ali, a Bahia tem 69% do seu território no Semiárido, e a parte mais seca é de pequenos produtores, de pequenos agricultores que vivem daquilo que produzem. Então, isso ocorre num momento em que essa população nunca teve tanto.

O Governador Eduardo Campos, ontem, usou uma frase – e não sei se ela foi bem entendida por todos, até porque, em período pré-eleitoral, tudo que é dito é suspeito ou é colocado sob suspeição e vira uma crítica –, mas ele disse uma coisa muito clara: essa população, que nunca teve nada, passou a ter alguma coisa, passou a ter 30 cabeças de boi, passou a ter apoio para produzir. Com isso, a sensação de perda é muito maior que a de antes, pois antes não se tinha nada. O que se perdia era menos um, menos dois. Agora, não! O pequeno produtor, o pequeno agricultor, o agricultor familiar, no Brasil, no Nordeste brasileiro, chegou a ter alguma coisa. E, justamente quando ele começou a ter alguma coisa, vem a infelicidade de uma seca que, como alguns já dizem, é a pior seca dos últimos 80, 90 anos. Mas pouco importa saber quantos anos! O que importa é a profundidade da crise que nós estamos vivendo.

Por outro lado, essa crise revela algo que o Sul-Sudeste também já reclamava: a falta de logística para a distribuição e o abastecimento do nosso rebanho; é a falta de capacidade da Conab em agir como agência reguladora dos preços e do abastecimento no País; e é também a falta de infraestrutura logística para o abastecimento em todo o Nordeste, Senador Inácio Arruda, como foi demonstrado aqui pelo Secretário de Agricultura da Bahia e Presidente dos Secretários de Agricultura do Brasil.

Em todo o Nordeste nós não temos armazéns. Inclusive, o Governador Cid Gomes apresentava uma solução lá, naquela reunião, que são os armazéns infláveis, para, portanto, uma situação de emergência que nós vivemos.

Então, o Nordeste vive, neste momento, a necessidade de ações igualmente urgentes: as ações urgentíssimas, para o socorro do abastecimento do Nordeste com milho, uma vez que nós não temos outro produto para garantir. É milho ou milho! Ou então, como se referiu o representante da Câmara de Produção de Aves e Suínos, é um comer o outro. Esta é a dramaticidade total. E, de outro lado, também urgentes, aquelas que são as medidas chamadas medidas pós-seca. Elas têm que vir ao mesmo tempo! Não dá para pensar em tomar as medidas urgentes agora e, depois, as pós-seca. Nós temos de tratá-las com o mesmo nível de prioridade.

Há um sentimento de unidade muito grande no Nordeste, e a reunião dos Governadores mostra isso, mostra um reconhecimento das ações tomadas pelo Governo da Presidente Dilma, da importância que a Presidente dá a isso tudo. Todavia, evidencia também as dificuldades do gigante Estado brasileiro, as dificuldades de vencermos a burocracia, as dificuldades de fazermos chegar ao produtor, lá na ponta, ao cidadão, ao morador do Nordeste brasileiro, nos seus rincões mais distantes, toda essa política que está sendo adotada.

Foram anunciados R\$9 bilhões – e, na outra reunião, foram mais bilhões anunciados, tanto na reunião de Sergipe, como na reunião da Bahia –, mas o grande drama, Senador Wellington, é a dificuldade em fazer com que isso chegue lá para o pequeno produtor. Chega, sim, aos Municípios. Vocês imaginem que isso ocorre num país onde há uma inversão de distribuição da renda. Temos esta situação: os Estados brasileiros recebem menos que a União e os Municípios menos ainda que os Estados; o Município que já está vivendo do Fundo de Participação dos Municípios cada vez mais diminuto e com a crise internacional, com as desonerações para mantermos os empregos, para mantermos o consumo, para mantermos a economia funcionando. O Município nordestino sofre mais ainda, aí vem a seca e arrebenta tudo. A mesma depressão de que o nosso Secretário falou aqui está existindo entre os prefeitos. Nós temos casos na Bahia em início de gestão de prefeito que se suicidou, de prefeito que entrou em depressão, de prefeito que renunciou, porque não conseguem dar conta de chegar, encontrar aquela realidade e não sabem por onde caminhar.

Então, a nossa situação é dramática. Essa situação de drama exige a intervenção do Estado, a sensibilização dos produtores, a chamada, a montagem de uma força-tarefa para socorrer o Nordeste brasileiro. E é com essa intenção que nós queríamos, desde o ano passado e agora, fazermos esta audiência pública, estimulados ontem que fomos praticamente todos os Senadores nordestinos para a reunião da Sudene, saímos esperançosos de que nós possamos viabilizar aquele esforço. Como foi dito aqui, não adianta ficar discutindo se é mais caro vir por navio ou ir por rodovia, porque nem por navio nem por rodovia estamos conseguindo. Então, temos que sentar para ver o que fazer, como sensibilizar, como o Governo pegar o telefone e discutir com o Porto de Paranaguá: “Olha, vamos passa na frente de todos da fila, vai entrar e sair o milho para o Nordeste brasileiro.” Se for necessário, pensar, para dar agilidade a isso, em importar da Argentina. Precisamos entender que isso precisa de um sentimento de força-tarefa para que a gente não perca o resto do rebanho, não perca a possibilidade de

sobrevivência do povo nordestino neste momento em que estamos vivendo com a seca se agravando tanto.

Ontem uma notícia alvissareira. Parece que havia a possibilidade de chover no sertão. Isso é alvissareiro, porque nos coloca a possibilidade de não continuar com isso, mas as dificuldades que estamos enfrentando, mas a dificuldade continuará, porque estaremos com mais da metade do rebanho bovino de todo o Nordeste destruído e a necessidade de recomposição disso tudo, que não é de uma hora para outra, num estalar de dedos que a gente consegue fazer.

Então, eu queria agradecer a participação de todos que aqui vieram e, ao mesmo tempo, buscar sensibilizar todos para essa situação que o Nordeste vive neste momento e pedir ajuda, pedir o socorro, pedir a contribuição dos produtores em todos os sentidos para que possamos resolver essa questão da montagem de uma logística urgente para socorrer o Nordeste brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem, Senadora Lídice, responsável por este debate. Estamos discutindo aqui para o Brasil inteiro. Evidentemente, o Governo está presente aqui através dos seus Secretários, os Governos estaduais também, porque o Eduardo representou esse sentimento dos Governos estaduais.

Esta audiência vem ainda de uma parte de trabalho que o Senador Benedito de Lira deixou para essa nova gestão. Ele disse: “Vou logo ocupar este povo, não vou deixá-los terem fôlego ao assumirem a Comissão.” Então, o Senador Valadares já recebeu a Comissão com um conjunto de demandas oriundas do trabalho e do esforço que o Senador Benedito de Lira, que é a pessoa absolutamente ligada a essa questão, a este debate, da agricultura, da produção agrícola, pecuária do Brasil, da agricultura da nossa região, diferentemente da agricultura do Sul, é uma outra realidade da nossa agricultura, mas com gente muito pujante, com gente muito dinâmica, muito disposta, no esforço especialíssimo da nossa região.

Portanto, eu queria passar a palavra ao Senador Benedito de Lira, que agora assume uma responsabilidade, digamos assim, igual ou maior do que a que tinha dirigindo a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é de dirigir a Comissão de Agricultura, que considero uma das mais importantes. Então, V. Ex^a tem uma grande responsabilidade.

Esse é um debate conjunto da Comissão de Desenvolvimento Regional, porque trata das Regiões, e da Comissão de Agricultura, que V. Ex^a preside.

Então, com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente Inácio, senhores debatedores, Senadora Lídice da Mata, eu queria cumprimentar V. Ex^a, porque, como membro efetivo desta Comissão, teve um papel importante durante todo o período em que estivemos à frente da Presidência. Eu sou um homem muito feliz, porque hoje a Comissão está sendo conduzida por dois extraordinários Senadores do Nordeste brasileiro: Inácio e Valadares.

Angustia-me, ao longo de toda a minha vida, essa história de seca, porque a seca nada mais é que um fenômeno da natureza. O que faltou no Brasil, até hoje, foi vontade política para conviver com a seca. Em determinando momento da história deste País – isto foi muito comentado, e conhece o nobre Senador Arruda a indústria do carro-pipa –, era mais interessante haver um carro-pipa do que um projeto de governo ou um projeto de Estado, porque conviver com a seca não é diferente da convivência, em outros países, com fenômenos da natureza iguais ou piores do que esse.

Agora, infelizmente, no nosso País, a situação é semelhante ao longo de toda a sua história. Inclusive na época do Império, para se fazer demagogia com as pessoas, o imperador da época dizia: “Vou usar a última pedra preciosa do meu chapéu para resolver o problema da seca.” Uma mentira deslavada. Muito pelo contrário. Exploraram este País, sugaram as nossas riquezas e nada fizeram. Este País é abençoado. Nós não temos problema de vulcão, não temos problema de terremoto, mas temos este pequeno problema que é a seca.

E, como disse a Senadora – e todos nós temos ciência disto –, com o advento do Presidente Lula, agora sequenciado pela Presidenta Dilma, o Nordeste brasileiro, o Semiárido nacional, o Semiárido brasileiro realmente passou a ter algumas ações paliativas, mas estamos carentes ainda, Senador. E é preciso que haja uma conscientização por parte das Casas do Congresso Nacional para fazer com que o Governo brasileiro, o Executivo nacional comece a elaborar um projeto, a criar condições para que tenhamos uma convivência pacífica com a seca, porque todo ano ela vai acontecer. Não é agora ou daqui a cem anos. É uma seca maior do que a de cem anos passados; é agora e para o ano; de 2014 a 2015. Todo ano há seca. Não adianta pensar diferente.

E este País é pujante na sua capacidade de produzir, graças, em primeiro lugar, à capacidade de trabalho do seu povo, dos agricultores e dos pecuaristas nacionais. Nós vimos isso ao longo do tempo. Eu tenho aqui quase 20 anos de mandato. E, nesse tempo todo, pedindo para que se encontre um caminho para minimizar a dificuldade dos pequenos produtores

do meu País. As pessoas ficam imaginando que eles são caloteiros. Não são! Eles não podem pagar. Não há como. O que ele lançou na terra não produziu, não colheu. Vai pagar com o quê? Ora, minha gente, pelo amor de Deus! Não é possível uma coisa destas: continuar batendo nessa tecla.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Seguro Safra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Existem mecanismos de toda a ordem para proteger a produção industrial, mas, infelizmente, não existe mecanismo para proteger a produção agrícola. Nos Estados Unidos, o produtor de amendoim – vou dar um exemplo – produziu, neste ano, uma boa safra de amendoim. Para o ano, ele está proibido de plantar amendoim, mas o seguro safra paga o que ele produziu este ano. Aqui, não. Aqui, produzir é pecado.

Você, em determinado momento, teve que conviver com o juro de mercado, para plantar o feijão, o milho, o algodão, criar o frango, o suíno etc. Então, o que eu vejo, nobre Senador, é que precisamos continuar brigando por isso.

Esses detalhes, por exemplo, de logística, nós não temos. É aquilo que disse o Cesário: a nossa produção não está sendo transportada, porque nós não temos logística. É como disse, mesmo: nos portos do meu País, precisa passar 60 dias um navio ancorado, para ser carregado. Isso não existe!

Recentemente, nós tínhamos um carregamento aqui de 600 mil toneladas de soja para a China. Foram buscar nos Estados Unidos, porque eles iam passar aqui dois anos para carregar. Isso não existe!

Ainda tem, hoje, por exemplo, a medida provisória que tramita na Casa – e há uma movimentação terrível para não aprová-la –, para que se possa realmente dar condições de acabar com o monopólio dessa história de portos. Aquilo foi feito no passado, com a Petrobras. Eu fui um daqueles que estavam aqui e votei pela quebra do monopólio da Petrobras. Então, precisa dar a condição à iniciativa privada para que ela possa exatamente fomentar o desenvolvimento deste País.

Então, eu queria aqui cumprimentar os nossos palestrantes, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Realmente, nós temos que partir para uma condição...

Nobre Senador Inácio Arruda, V. Ex^a fez aí uma espécie de desabafo absolutamente verdadeiro. O DNOCS. Qual é a condição do DNOCS? Gradativamente, querem acabar com ele, extingui-lo. Por quê? Porque ele foi sempre um órgão de fazer com que as coisas acontecessem no Nordeste. Então, por isso é que ele não estava presente na grande mesa de reuniões, ontem, lá na Sudene, em que deveria estar.

Dever-se-ia fazer um aporte, um investimento, dentro do DNOCS, para que ele pudesse continuar desenvolvendo as ações que desenvolveu ao longo do tempo.

O Ministério da Agricultura, que eu reputo o mais importante Ministério desta República, está praticamente esvaziado! Não existe mais uma política. Não existe política agrícola no Ministério da Agricultura, que deveria ser um Ministério fortíssimo, tanto quanto o Ministério da Fazenda, que não produz, só arrecada, mas é fortíssimo, porque é o dono do cofre. E o Ministério da Agricultura, que produz, o Ministério da Agricultura, que dá informação para produzir, qualificar, melhorar geneticamente a produção, cada dia maior, este Ministério praticamente não existe no cenário político brasileiro, na agricultura nacional. É uma pena, mas é verdade. E eu acompanhei. Quando cheguei aqui, o Ministério da Agricultura tinha uma ação; gradativamente, foi perdendo. Os órgãos que têm realmente essa corresponsabilidade precisam ser reativados, Senadora Lídice da Mata.

Eu queria aqui dizer aos senhores que, na Comissão de Agricultura, nós vamos começar a fazer um trabalho muito duro com relação a isso. Amanhã mesmo nós vamos ter uma audiência pública convidando todos da cadeia do leite, que é outra atividade econômica marginal deste País.

O pequeno produtor de leite, o médio e o grande, não é concebível, em lugar nenhum, se produzir um litro de leite e ter de vendê-lo por R\$1,10, R\$1,20. Se se chegar a uma bodega e pedir um gole de cachaça, custa R\$5,00. Uma latinha de cachaça custa R\$10,00 ou R\$12,00 ou R\$15,00, sei lá. Mas um litro de leite você produz... E, para produzir um litro de leite, o pequeno, o médio e o grande têm que investir cerca de R\$1,30. É o custo de produção, porque a vaca não dá leite simplesmente porque é uma vaca de leite. Ela dá leite pela boca. E os insumos para que o leite seja produzido estão lá na estratosfera. Então, é preciso compatibilizar isso.

Nós estamos chamando, amanhã, para uma audiência pública, a cadeia produtiva do leite. É interessante, Senador Inácio, Senadora Lídice, que as ações e as coisas que a gente discute aqui não fiquem apenas entre quatro paredes. Vamos fazer com que as coisas aconteçam, levando o reclamo e as informações que nos são trazidas por quem está no dia a dia, para que as autoridades constituídas do País possam, com isso, gerar políticas de desenvolvimento em benefício da sociedade.

Aqui nós temos feito uma série de desonerações para proteger a indústria automobilística, a linha branca. E qual é a ação que tem sido praticada para proteger o agricultor? Ou será que a agricultura não

é a grande força de emprego deste País? É. No meu Estado, por exemplo, a base econômica é a cana-de-açúcar. Está acabado. Tínhamos 40 usinas, temos 23 hoje, e, das 23, 20 falidas praticamente. Vinte falidas! Por quê? Porque não existe uma política de socorro a esses pequenos produtores de cana. Infelizmente, produzir cana em Alagoas é diferente de produzir cana em São Paulo. Mas até a produção de cana de São Paulo está em processo de declínio, porque não existe ação do Ministério da Agricultura para políticas agrícolas de desenvolvimento.

Eu imagino o quanto não sofre o criador do pinto, do frango, do suíno, comprando insumos com preço assustador. Cadê a política, que não existe, para socorrer esses produtores? Infelizmente, é o que nós temos visto, Senador Inácio. É como disse a Senadora Lídice da Mata: tecer considerações não é tecer críticas. Nós estamos, inclusive, elogiando as ações que a Presidenta Dilma tem desenvolvido. Agora, é preciso tomar a decisão e a decisão dela chegar na ponta, porque o processo burocrático é tão grande neste País que, às vezes, você desconfia: espera aí, tem milho para comprar, 300 toneladas de milho.

O Ministério da Agricultura, recentemente, fez um leilão para compra de 300 toneladas de milho. Mas, para esse milho chegar ao Nordeste ou chegar aonde ele tiver que chegar, as coisas se acabam. E é como disse a Senadora Lídice da Mata: os rebanhos estão sendo dizimados, mas você pode recompor. Agora, você não pode recompor a vida humana. Quando morre o rebanho, quando se acaba o rebanho, o homem também se acaba porque ele vive daquilo. Então, você pode recompor o rebanho, mas você não pode recompor a vida humana, recompor a pessoa humana. Então, é preciso ter cuidado com ela. E, para ter cuidado com ela, é preciso ter ações urgentes, imediatas, e que elas cheguem onde ela está. Do contrário, não perderemos apenas os animais, vamos perder também as pessoas. Isso é triste e é lamentável o que está acontecendo, hoje, no Semiárido.

Infelizmente – repito, para encerrar, Senador –, ao longo da história do Brasil, nós nunca tivemos um projeto de governo. Eu nem queria um projeto de governo, porque um governo chega, sai, o outro chega e pode mudar, mas um projeto de Estado para o Semiárido. O Semiárido carece de um projeto de Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura, que dirigiu aqui a nossa Comissão com um trabalho especialíssimo. Ele prestou contas aqui não só no encerramento das atividades do ano de 2012, mas, ao iniciar a atividade

de 2013, ele mostrou a importância e o papel da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico aos Srs. Senadores que temos três requerimentos aguardando deliberação. Se todos concordarem, poderemos incluí-los, como extrapauta, para a segunda parte da nossa reunião.

Estão todos de acordo? *(Pausa.)*

Então, vamos incluir os extrapauta e logo deliberar sobre eles, antes de passar, porque são coisas muito simples.

O primeiro é um requerimento de minha autoria, para discutir o crédito solidário.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 10, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para tratar sobre “Economia Solidária e Banco Comunitário”, convidando para debater o tema: o Sr. Paul Singer, titular da Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho; o senhor João Joaquim de Melo Neto Segundo, Coordenador Geral do Banco Comunitário de Palmas; a Srª Marusa Vasconcelos Freire, Procuradora do Banco Central do Brasil; a Dra. Sônia Marise Salles Carvalho, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UNB e; o Professor Dr. Augusto Câmara Neiva, Coordenador do Núcleo de Economia solidária da Universidade de São Paulo – USP.

Se todos estiverem de acordo, vamos colocar em votação.

Em votação. *(Pausa.)*

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado à unanimidade.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir so-

bre o enfrentamento dos efeitos da seca no Nordeste, convidando as seguintes autoridades para debater o tema: o Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, Sr Alexandre Navarro Garcia; o Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Sr Emerson Fernandes Daniel Junior; o Presidente da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos; o Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Sr Rubens Rodrigues do Santos e; o Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), Sr. Flávio Viriato Saboya Neto.

Esse segundo requerimento, que também é de minha autoria, visa a dar continuidade a esta reunião de hoje. É uma discussão sobre a questão da estiagem. Evidentemente que não é para resolver o problema desta, é para resolver esses problemas que os senhores colocaram aqui, da logística, das condições, do funcionamento adequado, para que a gente possa conviver melhor com a seca, porque ninguém vai acabar, evidentemente, com a seca, nem com as nevasdas nos polos da terra; se acabarmos, também o Planeta acaba, não é verdade?

Convidamos o Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará porque o Estado do Ceará, além de ser semiárido, ainda é um cristalino, 92% do território no semiárido e 75% no cristalino. Às vezes alguns pensam que são cristais para ornamentar prateleira, peças de cristal para servir o vinho etc. Não, é uma pedra muito dura, difícil de produzir naquela região. Então já é um milagre você produzir naquelas condições.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 12, DE 2013

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à realização e promoção, em conjunto com o Governo do Estado do Amapá, do ‘Seminário para o Desenvolvimento Regional da Amazônia’, a realizar-se no dia 24 de maio de 2013. Requeiro, ainda, que o referido Seminário seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas,

assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Sugerimos que sejam convidadas as autoridades abaixo, para tratar desses e outros temas correlatos: 1. Sr. Ministro Fernando Bezerra Coelho – Integração Nacional; 2. Dr. Valmir Pedro Rossi – Presidente do Banco da Amazônia; 3. Dr. Djalma Bezerra Mello – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); 4. Dr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira – Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Autoria: Senador João Capiberibe
Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento é pertinente e está dentro do nosso leque. É que às vezes as pessoas não sabem que o Amapá, Roraima, a parte norte do Amazonas e do Pará são regiões de grande potencial produtivo, inclusive agrícola, e que pode ser compatível a produção naquela região com a grande preservação ambiental que já se realiza na região. Então, é preciso discutir, e outras alternativas de desenvolvimento que a região possui.

Está dentro do nosso leque de discussão, Senador Capiberibe. Parabéns pela aprovação do requerimento de V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado.

Presidente, apenas para convidar V. Ex^a e a Senadora Lídice para, no dia 24, estarmos lá no Amapá, porque os dois são nordestinos, Bahia e Ceará, e seria importante. Somos uma região ainda em fase de início de desenvolvimento e é importante que a gente faça esse intercâmbio de experiência, para que não se cometam os mesmos erros que a colonização antiga cometeu. Seria importante a presença dos Senadores.

Depois, haverá uma viagem de navio. A ideia é fazer o seminário dentro do navio, no Rio Amazonas. Essa é uma ideia do governador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vamos ver se tem navio disponível.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Vamos ver se é possível passar o dia debatendo o desenvolvimento da Amazônia no rio, que é uma via navegável fantástica. O desenvolvimento brasileiro é feito de costas para a realidade brasileira, mas ninguém discute navegação fluvial, ninguém discute os rios brasileiros como vias navegáveis, e se não se discute o rio, tampouco se discute trem, e aí começa tudo pelo carro.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É verdade!

Então, cumprimentando-o pela iniciativa, apenas para efeito de registro taquigráfico, coloco em votação o requerimento do item 2.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tenho ainda aqui uma pergunta, adicional a esse nosso debate, para os senhores todos. Vocês vejam que, primeiro, nós temos milho...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu queria também fazer um convite a V. Ex^a: daqui a pouco, nós teremos uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, quando serão instaladas três Subcomissões. Dessa forma, gostaria de convidá-lo, de convidar a Sr^a Senadora, bem como todos os Senadores presentes na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Se a Comissão de Constituição e Justiça deixar, nós vamos tratar dos direitos humanos.

Mas, senhores convidados, nós temos milho; milho suficiente, ao que me parece, produzido no Brasil por produtores brasileiros. Contudo, chegamos a essa situação estarecedora: nós temos milho e não conseguimos entregá-lo a quem precisa. Então, tendo milho nacional e não tendo condições de entregá-lo, pergunto: nós temos condições de trazer milho da Argentina? Há milho na Argentina? É possível trazer esse milho da Argentina? Pergunto ao Cesário, ao Érico e ao nosso amigo José Maria dos Anjos.

Essa nossa integração com o Mercosul permite ou facilita essa transporte ou não? Acho que a gente precisaria ter essa informação com relação ao milho, porque, se puder com o milho, talvez possa com outros produtos também, como o sorgo, que também é um produto bastante importante para a nossa avicultura e para a nossa agricultura.

É possível essa troca, ou seja, realizar esse negócio nessa rapidez, nessa velocidade? Pergunto isso, porque o nosso nós já vimos que não estamos conseguindo entregar.

Então, era essa a pergunta final que eu queria deixar para vocês, que arguíram a questão da importação: é possível? Se for viável e se houver disponibilidade, nós podemos trazer essa matéria prima tão importante para a nossa produção?

E vamos inverter, começando pelo Cesário; depois, o Érico; e, em seguida, encerramos com o José Maria. Cada um disporá de cinco minutos e, depois, concluiremos nosso debate.

Com a palavra o Cesário.

O SR. CESÁRIO RAMALHO DA SILVA – Obrigado.

Senador Inácio Arruda, eu volto a dizer que fico extasiado por estar debatendo, pois esse é o nosso negócio. Nós temos paixão por isso; temos história com isso. Eu acho que o Brasil tem que debater mais a agricultura. Tudo isso que acontece é por falta de debate; uma falta de debate e, como acabou de dizer o Senador, a perda de importância do Ministério da Agricultura.

O Ministério da Agricultura, assim como o DNOCS, estão sendo aliçados desse processo de debate. E gostaria de ressaltar que o Ministério tem um quadro técnico da maior expressão. O Ministério da Agricultura também participou pouquíssimo do debate da questão florestal. A Embrapa participou do debate ambiental, mas não na medida das suas condições técnicas e científicas.

Então, eu acho que uma das coisas principais que nós temos de promover é o fortalecimento do MAPA. O MAPA perdeu historicamente, não em um governo ou dois, mas perdeu a agricultura de pequeno porte, a familiar, para a qual se criou um ministério; nós não temos a irrigação, que é uma ferramenta da maior importância e que cresce significativamente no Brasil inteiro; nós perdemos a floresta plantada para o Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente deve fazer parte daqueles cinco ou seis Ministérios do Jorge Gerdau, que preside uma comissão aí de agilização, de desburocratização no Planalto. O Ministério da Agricultura talvez não faça parte desses ministérios importantes. Com certeza, o Ministério da Fazenda está lá.

Então, uma das coisas pelas quais eu luto desesperadamente é pela valorização do Ministério da Agricultura. O Ministério tem quadros extraordinários, tem um número expressivo de técnicos, de PhDs e de cientistas em todos os setores. Porém, politicamente, ele tem perdido.

Objetivamente, com relação a essa questão que o senhor colocou, sobre a importação, eu estou trazendo aqui alguma coisa, colocando para debate, mas o Brasil é um tradicional importador de milho da Argentina. O José Maria deve se lembrar disso: nós já trouxemos várias vezes milho de Argentina, exatamente por esse problema. Porque, quando nós trazemos fertilizantes da Argentina, de Bahía Blanca, que é um porto abaixo de Buenos Aires, você traz mais ou menos, Senador, você viaja dois ou três dias com o fertilizante e fica trinta dias em Paranaguá para descarregar o navio. Então, existe essa ferramenta, já existe uma tradição e a segunda maior produção de milho do mundo era da Argentina. Eram os americanos, os argentinos e nós estávamos lá embaixo. Viemos ganhando espa-

ço e passamos, neste ano, a ocupar praticamente o primeiro lugar em exportação, mas em produção nós estamos no segundo lugar.

Então, eu acho que é uma coisa viável.

Outra coisa, nós acabamos de falar, o Senador também comentou que alguma *trading* chinesa cancelou a compra brasileira e foi buscar o milho na Argentina. A Argentina não tem essa complicação de portos que temos aqui. A Senadora coloca para atravessarmos, passarmos na frente e tudo. Em emergências, se as pessoas vão morrer, acho que a gente realmente tem que fazer, o mundo entende. Mas não é uma coisa boa, positiva, comercialmente falando, temos que preservar também os nossos clientes. Concordo com a senhora que se houver uma emergência, como temos no Nordeste, de repente, pode-se pensar. Mas acho que temos essa válvula...

(Soa a campanha.)

O SR. CESÁRIO RAMALHO DA SILVA – ... e serve para puxar um pouco a orelha de nós brasileiros. Eu me ponho aí também para ter puxa da minha orelha.

Encerrando, Senador, queria lembrar que se tivéssemos um seguro amplo no País, não o seguro que nós temos, que preserva as nossas mercadorias, os nossos insumos, os tratores, enfim, tudo que nós adquirimos... Esse seguro que temos hoje – o Proagro, por exemplo – preserva esses fornecedores, ele jamais preservou a renda do produtor rural brasileiro. E o Ministério da Agricultura também vem fazendo promessas nessa questão do seguro e não chegamos ainda a nada. Não temos 8% da produção rural brasileira assegurada.

Senador, pessoalmente visitei, fiquei dez dias no Corn Belt, nos Estados Unidos, visitando a catástrofe da perda americana do milho. Eles não colheram literalmente nada, havia lavouras grandes, até pequenas e grandes, em que a pessoa não colheu uma espiga de milho. Mas o agricultor tem conforto, Senadora. Ele tem aborrecimento, ele tem preocupação por ter perdido a sua produção, mas ele não tem o impedimento de amanhã produzir outra vez, que é a vocação natural dele, ele é preparado para aquilo, ele é estruturado para fazer isso. Ele não tem isso, porque ele tem seguro, ele vai comprar os insumos da mesma forma que ele comprou anteriormente. Quer dizer, ele não vai ficar na lista negra do Serasa, ou qualquer outra coisa. Então, ele tem essa segurança.

Uma última coisa, Senador, eu diria que a questão da seca afeta historicamente o Nordeste, mas no ano passado o Rio Grande do Sul perdeu 50% da sua produção de soja. Quando a senhora perde 50%, temos uma quantidade imensa de produtores que perderam 100% da sua produção e o Governo, Senador, foi lá e

prometeu uma prorrogação de dívida. Ele nunca mais vai pagar, ele nunca mais vai ser independente. Deve haver o seguro, deve-se apagar com uma borracha essas dívidas. Nisso, quem é atingido, quem sofre é o pequeno produtor principalmente.

A última, complementando, quem está entrando nessa onda, nessa marola grandiosa é a classe média rural brasileira.

Obrigado.

Mais uma vez, parabéns. Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Cesário, nós que te agradecemos. Ficamos também à disposição na nossa Comissão para que possamos continuar a discussão em torno de soluções. Nós trazemos aqui, à nossa responsabilidade. Muitas vezes sai daqui também a crítica, mas é daqui também que saem as propostas e o aperfeiçoamento da legislação que permitirá termos infraestrutura e logística capazes de responder ao potencial produtivo do nosso País.

Meu caro Érico Antônio Pozzer, o senhor tem cinco minutos para entrarmos no encerramento.

O SR. ÉRICO ANTÔNIO POZZER – Bom, essa questão da Argentina hoje é muito mais viável do que uns anos atrás, quando tínhamos o problema dos transgênicos. Hoje, os mesmos eventos produzidos lá estão sendo produzidos aqui no Brasil, talvez o Zé Maria consiga confirmar isso ou não.

Eu fiz algumas contas aqui. Um navio de milho leva mais ou menos 50 mil toneladas, mais ou menos. Hoje os bitrens levam, mais ou menos, mil sacos de milho. Então, seriam mil carretas para ir para o Nordeste para levar 50 mil toneladas de milho. Eu não sei se... Eu acho que a urgência é tanta que ou vai trazer de outro lugar, lá dos *hermanos*, ou o Governo tem que realmente dar um jeito, contratar esses mil bitrens e mandar para lá. Vai custar quanto? Cinco milhões de reais? Eu não sei. É preciso fazer umas contas rápidas para preservar ainda o que há. Quem sabe, em 30, 40 dias, a situação lá melhore um pouco. É uma questão de emergência. Eu acho que, pagando bem, perigo não tem – meu pai já falava isso.

Existe falta de carreta hoje? Existe, mas é uma questão de pagar. Nós hoje estamos pagando, para trazer milho de Goiás para São Paulo, R\$7,00, o que antes custava R\$4,50, R\$5,00, no máximo. Então, não há para onde correr. A mesma coisa aconteceu no ano passado. Existia milho em determinados pontos do País, só que se colocava nas principais praças de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, ao custo de R\$34,00, R\$37,00. É por isso que aconteceu esse desastre todo.

Eu gostaria só de alertar o seguinte: quando eu falo, quando o Cesário também fala da classe média dos produtores, queremos dizer que existe a classe média das integrações dos produtores de carne de frango, dos produtores de carne de suíno, que são esses 30% da produção nacional.

Então, as crises são oportunidades, ao mesmo tempo, só que, para quem tem capital de giro, para quem tem caixa, para quem tem respaldo de banco, crise soa como música para os ouvidos.

Essa crise de 2012 concentrou mais ainda o setor, porque eram, mais ou menos, 60% e já são 70% na mão de quatro ou cinco grandes grupos. Se houver mais uma crise dessas, vai para 80%; mais uma, vai para 90%. É isso que nós queremos para o Brasil? É isso que nós queremos? Eu acho que não. Vão ficando para trás abatedouros que ficam parados; vão ficando para trás aquelas estruturas regionais em que existe uma interação total entre os produtores da região, os pequenos produtores, e essas integrações que produzem suínos e frangos. E aí vão formando, cada vez mais, esses grandes grupos. Eu não tenho nada contra grande grupo. Eu acho que eles são muito competentes em conseguir o que eles estão conseguindo fazer. Eu estou dizendo que nós temos que preservar essas médias e pequenas empresas, porque, nada, nada, cada uma emprega 300, 500, 1.000, 1.500 funcionários; emprega mais do que a indústria automobilística. Em São Paulo, a avicultura, ninguém faz ideia, dá emprego para 50 mil pessoas, e, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, é daí para mais.

Então, eu gostaria de alertar para que essas políticas de abastecimento, seja via logística, seja qual for o programa... Realmente, o Ministério da Agricultura, a toda hora, tem que pedir bênção ao Ministério da Fazenda. É complicado para nós. Não deveria ser assim.

A balança comercial brasileira só é positiva por causa da agricultura, seja ela pela exportação de produtos primários, seja ela pela exportação de produtos com valor agregado, como é o caso das carnes.

Então, eu acho que nós temos que realmente trabalhar em cima disso e manter essa classe média de produtores rurais e de indústria, uma classe média de indústrias que são empresas hoje que... No ano passado, os bancos, tanto os estatais como os bancos privados, simplesmente fugiram de nós como o diabo, da cruz. “Não. Você não tem garantia, não tem isso, não tem aquilo.” O frango está passando fome no campo. Qual é a garantia a mais, além do abatedouro, além do incubatório, além da fábrica de ração? “Ah, mais isso tem pouca... Se for preciso vender é difícil, não dá para transformar em dinheiro.” Então, gente, é realmente o que Senadora falou: parece que produzir

no Brasil é pecado; pode ser taxado como caloteiro, como outras coisas mais.

Então, nós temos que prestar atenção nisso, porque, com mais uma crise igual a de 2012, vai sobrar pouca gente. Eu acho que não é isso que nós queremos para o Brasil, mesmo porque, um dia, alguém vai pagar na gôndola do supermercado.

Só mais uma coisinha que não tem a ver com esta reunião. De dezembro para cá, os preços de carne de frangos e de suínos para quem produz e coloca na gôndola do supermercado, nós reduzimos em torno de 12% a 15% os preços. Nós reduzimos, porque a fase é outra. Em janeiro, fevereiro e março, normalmente, os preços caem, mas vai ver no ponto de venda para ver se caiu. Não caiu nem um centavo, então, as margens dos supermercadistas que tinham diminuído para patamares um pouco mais palatáveis, agora, aumentaram novamente. Então, isso é um outro problema que nós temos de atacar lá na frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado a V. S^a, Sr. Érico Antônio Pozzer.

Vamos passar, de imediato, para o José Maria dos Anjos, Coordenador-Geral de Cereais e Culturas Anuais, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, eu quero agradecer o convite. Eu acho que foi muito importante, mas digo que, realmente, o Governo, e principalmente a Conab, passa por uma dificuldade muito grande pelas questões de logística e porque ela não tem armazém, porque, muitas vezes, a Conab... Fazer a operação de comprar o milho é simples, mas ela tem de ter, lá na ponta, um armazém que recebe, ela tem de ter uma estrutura e, como já foi dito, lá no Nordeste não tem.

Então, não é só a vontade de querer fazer.

Respondendo a pergunta se pode trazer ou não o milho da Argentina, pode sim. Eu só acho que, hoje, ficaria mais caro do que o nacional, porque nós estamos trabalhando com o milho e, como somos exportadores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Não, nós fizemos essa conta. É, fizemos.

Porque é o seguinte: nós somos exportadores e a paridade de exportação, hoje, trabalha na faixa de 23% abaixo da paridade de importação. Então, se você pegar o milho, hoje, na paridade de exportação, que é o que está dando, hoje, Paranaguá, que é Chicago, ele já caiu para uns R\$27,00, mas, de qualquer forma, eu estou dizendo isso porque, quando a Conab faz um leilão, ela diz, lá, que quer comprar milho. Aí, ela compra de quem fornecer ao preço mais barato. Ela não

diz que tem de ser argentino ou brasileiro. Então, se o mercado quiser atender com milho importado, pode.

Então, não existe a trava. O que tem de diferente, que é o que se está planejando fazer nas operações futuras... Então, a ideia é fazer ... Nós temos duas operações a fazer, que são a orientação da Presidência da República. Nós vamos fazer mais um leilão de compra de 100 mil toneladas – nós fizemos o primeiro de 50 –, nos moldes do que foi feito, ou seja, colocados nos postos, e aí são postos pequenos, em função da prancha de recebimento de cada armazém, mas existe uma outra orientação, de fazer um outro, segundo, com 100 mil toneladas, de lotes grandes postos nos portos. Só que a dificuldade, e, aí, ficou por conta lá da Secretaria de Portos ver isso para o Governo, é armazém para receber essas quantidades nos portos.

Resolvendo a questão dos armazéns, vai ser feito um leilão com lotes maiores, mas da mesma forma: pode vir importado, não tem nada que impeça. Só isso.

Então, agradeço e estamos à disposição, tentando adotar todas as medidas que são necessárias para agilizar o processo. Obviamente, toda ação do Ministério da Agricultura, hoje, no que diz respeito a essas políticas, depende do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, porque são ações feitas em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Bom, senhoras e senhores, se for necessário, nós vamos até a Argentina buscar esse milho, Senadora Lídice da Mata.

Ontem, nós já estivemos na reunião da Sudene, um grande número de Senadores, até para espanto, digamos assim, dos que costumam estar na reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, mas tinha uma razão objetiva, quer dizer, a estiagem que nós estamos vivendo, não há dúvida de que é a maior seca de todos os tempos, que nós passamos a vivenciar.

Se Rachel estivesse viva, faria, com certeza, uma segunda obra, quer dizer, teve a seca de *O Quinze* e ela iria fazer a seca do doze, treze, porque ela é maior. Antes, na seca de *O Quinze*, você não tinha o Cerrado, você não tinha a Embrapa, nem você tinha o cinturão industrial que o Brasil tem hoje, espalhado, já, por um espaço muito maior do seu território. Então, hoje, fossem aquelas condições, seria uma tragédia sem, absolutamente, tamanho. Então, exigem respostas nossas muito ativas.

Eu acho que nós temos de examinar como resultado. A reunião de ontem apontou para isso, que nós poderemos ter importação de milho. Aqui, está demonstrado que tem viabilidade. Nós temos de encontrar o mecanismo.

Talvez a gente não tenha de fazer leilão, não. Talvez a gente tenha de dizer: “Nós vamos comprar esse milho da Argentina”, porque se a gente disser que é leilão, talvez a gente não consiga trazer o milho, talvez não chegue milho a tempo. Eu acho que nós temos examinar como fazer. Eu acho que é uma segunda questão da nossa reunião é a reestruturação da Conab, porque ela sofreu... Eu me lembro das vendas, dos armazéns da Conab no Estado do Ceará. Venderam os armazéns, liquidaram. A preço de nada, entregaram aqueles armazéns, e nós perdemos capacidade de estoque do Governo, porque não havia armazém.

Outra questão, levantada por todos nós, para pontuar como resultado da nossa reunião: o estoque que equilibra a situação do País, porque é uma questão de segurança alimentar, humana e animal, exige essa reestruturação da Conab e compras do Governo mais acentuadas. Se você simplesmente deixa rolar, fica numa situação como essa. Hoje, nós estamos vivendo essa realidade porque no ano passado, quando se alertava aqui para o risco de uma estiagem mais prolongada, não foi considerado que nós teríamos a estiagem mais prolongada. Ficamos esperando. Quem sabe muda o clima, aumenta da temperatura no Atlântico ou diminui no Pacífico, e aí vem uma chuva boa e resolve o nosso problema. Não veio. Nós teríamos que ter a garantia de um estoque de equilíbrio muito maior. Então, é um alerta para a nossa Conab.

O problema da logística. Eu chamo atenção para a Transnordestina, que nós estamos construindo. Há necessidade e obrigação de o Governo fazer a ligação imediata da Transnordestina com a Norte-Sul. Senão, vai continuar com o mesmo problema.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – (*Fora do microfone.*) A hidrovía do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda – PCdoB – CE) – Claro, além das hidrovias do São Francisco, do Tocantins, do Araguaia. É preciso haver essa diversidade de modais, senão, você fica prisioneiro. Quer dizer, só tem transporte se for rodoviário, e você está preso em uma única solução de transporte de grãos em um país continental. É absolutamente absurdo o que nós vivemos no Brasil.

Eu também tiro como ponto desta reunião fazermos as ligações dos modais de transporte que nós temos. Eu citei a Transnordestina porque nós a estamos construindo, parando em Eliseu Martins, no Piauí, quando já deveríamos estar com o programa e o projeto de ligação com a Norte-Sul, para fazer essa ligação e permitir uma alternativa de transporte imediata, rápida, para todo o Nordeste brasileiro.

Por último, espero que agora, nesta reunião para a qual o Eduardo saiu correndo, o DNOCS esteja

sentado à mesa. Se não estiver sentado na mesa, eu acho que é obrigação dos Senadores fazê-lo sentar à mesa, ele ganhando musculatura para responder ao problema da estiagem na Região Nordeste. Aliás, não é só na Região Nordeste. A sua experiência, hoje, se estende também para o Sul. A consultoria para o Rio Grande do Sul foi dada pelo DNOCS porque ele tem uma experiência já, é uma verdadeira universidade, digamos assim, do Semiárido e da convivência com a seca, que não pode ser tirada da mesa de discussão, em hipótese nenhuma. Acho que seria um erro grave do Governo.

Então, encerro esta reunião, fazendo essa pontuação, que acho que é necessária, como resultado desta audiência tão importante que nos ofereceu a Senadora Lídice da Mata, porque sem ela nós não teríamos feito.

Agradeço a presença dos senhores, convidando para outras oportunidades de estarmos juntos, debatendo a produção brasileira agropecuária, que é fundamental. Eu também sou desses que considero que o Ministério da Agricultura é, sim, muito importante. Em qualquer contagem, de um a cinco, ele está entre os primeiros.

Obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE MARÇO DE 2013.

Às oito horas e trinta minutos do dia quatorze de março de dois mil e treze, no Auditório Petrônio Portela, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ACIR GURGACZ, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI, JOÃO CAPIBERIBE E INÁCIO ARRUDA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Kátia Abreu, Gim e Antonio Carlos Rodrigues. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declara-

da aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 4, de 2013**, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Benedito de Lira, Acir Gurgacz, Valdir Raupp e José Agripino, aprovado em 07.03.2013, com a finalidade de discutir a plena representatividade das colônias de pescadores; das Federações Estaduais e Confederação Nacional e o restabelecimento do cadastro especial de colônia de pescadores no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Carlos Daudt Brizola** – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – **MTE**; **Sr. Manoel Messias Nascimento Melo** – Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – **MTE**; **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** – Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social – **SPPS/MPAS** (representante do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Garibaldi Alves Filho); **Sr. Abraão Lincon Ferreira da Cruz** – Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – **CNPA**; **Sr. Átila Maia Rocha** – Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura – **MPA** (representante do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella); **Deputado Cleber Verde (PRB – MA)** – Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura – **FPMPA/SAPESP**; **Sr. Eduardo Antunes Parmeggiani** – Vice-Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – **MPT**; (representante do Sr. Luis Antonio Camargo de Melo, Subprocurador-Geral do Trabalho); **Sr. Elizeu Augusto de Brito** – Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros da Pesca – **FAEP-BR**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Benedito de Lira, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Inácio Arruda e a Deputada Elcione Barbalho (PMDB – PA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2013, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Benedito de Lira, Acir Gurgacz, José Agripino e Valdir Raupp, aprovado em 07/03/2013, com a finalidade de discutir a plena representatividade das colônias de pescadores; das Federações Estaduais e Confederação Nacional e o restabelecimento do Cadastro Especial de Colônias de Pescadores no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Informo à Comissão que esta audiência pública tem como objetivo analisar e discutir a edição da Portaria nº 2.159, de 28 de dezembro de 2012, a qual tornou sem efeito a Portaria nº 547, de 11 de março de 2010, que estabelece o Cadastro Especial de Colônias de Pescadores, suspendendo os processos e os procedimentos de pedido de registro de colônias de pescadores que se encontram em tramitação no Ministério do Trabalho e Emprego.

A presente reunião terá a presença dos seguintes convidados: Ex^{mo} Sr. Carlos Daudt Brizola, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Sr. Átila Maia da Rocha, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura; Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social; Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura; Sr. Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, e o Sr. Elizeu Augusto de Brito, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros da Pesca.

Queria cumprimentar o Ministro Brizola Neto, que já se encontra presente a esta reunião.

Antes de iniciarmos o ciclo de palestras, eu gostaria de fazer algumas ponderações. Cada convidado terá um prazo de 20 minutos para fazer sua exposição; se necessário, com prorrogação de cinco minutos.

Após a apresentação, será aberto o debate para que os Srs. Senadores e Deputados possam fazer indagações às autoridades que se manifestarem a respeito desse tema.

Gostaria de comunicar ao Plenário que o Regimento do Senado Federal não permite qualquer tipo de manifestação, seja ela de aplausos ou de não aplausos, para que possamos ter uma reunião de absoluta

tranquilidade, porque o objetivo maior dessa reunião é exatamente que o Ministro do Trabalho possa prestar informações necessárias e indispensáveis, solicitadas, reivindicadas e promovidas pelo Senado Federal através da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A mobilização foi feita por todos, colônias de pescadores, federações e Confederação, e o Ministro é conhecedor dessas manifestações, dessa mobilização em torno da portaria publicada em dezembro último, que torna sem efeito, melhor dizendo, que suspende os processos que tramitam no Ministério do Trabalho com relação ao cadastro geral de pescadores.

Cumprimento o Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, companheiro que comandou esta Comissão no período que antecedeu a nossa presença à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Terei o privilégio de ter aqui, ao meu lado, um dos Senadores mais competentes da Casa, com a experiência extraordinária no que diz respeito à atividade primária no nosso País.

Ouçó aqui o Ministro. Pondero a V. Ex^a que seria interessante, como proposta, que começássemos ouvir outros, porque V. Ex^a seria... *(Falha na gravação.)*

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Agora, sim.

Bom dia a todas e a todos os presentes. Bom dia, Presidente Senador Benedito de Lira, é um prazer e uma honra estar aqui, no Senado Federal. Cumprimento o Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente desta Comissão e Líder do PDT no Senado Federal. Agradeço a oportunidade de estar aqui, no Senado Federal, com as representações dos pescadores, das colônias de pescadores. Não tenho óbice ao fato de ouvirmos alguns oradores, mas não posso deixar de registrar que temos um chamado da Presidenta para o lançamento do Plano de Ciência e Tecnologia, no Palácio do Planalto, às 10h. Então, vamos ver como conduzimos.

Eu poderia fazer uma pequena explanação, Senador, porque a questão que nos traz aqui é principalmente a que se refere à portaria do Ministério do Trabalho que V. Ex^a mencionou, que suspendeu a análise de registro, mas não suspendeu os registros concedidos anteriormente, e o desafio de como garantirmos a representação sindical dos pescadores, como garantirmos a aplicação do art. 8º da Constituição Brasileira, que equipara as colônias a sindicatos e que determina que isso seja observado na forma da legislação vigente, o que é importante ressaltar. Temos ainda o desafio de aplicarmos o princípio da unicidade sindical em Municípios que, às vezes, concentram mais de uma dezena de colônias.

Portanto, acho que eu poderia fazer uma rápida explanação sobre isso, e, em seguida, estaríamos abertos aos primeiros questionamentos. Está presente

a esta audiência, Presidente, o Secretário de Relações do Trabalho. Faço questão de frisar a importância que o Ministério do Trabalho dá a esse contato, ao amplo diálogo social que sempre estabelecemos com as representações sindicais patronais, mas, principalmente, com as laborais e à oportunidade de aqui, no Senado Federal, travarmos esse diálogo. Então, se V. Ex^a considerar adequado, poderíamos fazer uma rápida explanação do processo que resultou na portaria de dezembro do ano passado e do desafio que temos agora de encontrar a forma adequada para garantir a plena representação dos pescadores e a equiparação, de fato, das colônias de pescadores a entidades sindicais.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Acho que iremos começar por V. Ex^a, considerando que o Secretário do Emprego do Ministério deverá permanecer após a sua saída.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sim, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – As indagações que, por acaso, ocorram com a ausência de V. Ex^a logicamente que lhe levarão para que possamos realmente encontrar os caminhos.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Eu me comprometo a ser breve nesta primeira exposição para haver a oportunidade de responder a algumas perguntas ainda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Gostaria de registrar a presença dos Deputados Federais que são parte legitimamente interessada nesta audiência: Vitor Paulo, do PRB, do Rio de Janeiro; Paulo Pereira da Silva, Paulinho da Força, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Força Sindical; Zequinha Marinho, do PSC, do Pará; e José Airtton, do PT, também do Ceará.

Considerações iniciais.

Sr. Ministro, vamos abrir a nossa audiência lhe concedendo a palavra. V. Ex^a terá 20 minutos neste primeiro momento para fazer a sua apresentação. Com a palavra o Ministro Brizola Neto.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sr. Presidente, eu me comprometo a ser bem mais breve, utilizar menos do que esses 20 minutos concedidos, até para conseguirmos avançar no debate e, mais do que isso, no diálogo e na construção de um consenso para esse desafio que a lei nos impõe.

Vou abrir fazendo a leitura dos princípios que têm que nortear a ação de toda a vida pública – e não pode ser diferente no Ministério do Trabalho –, primeiro, com a nossa Constituição Federal, a nossa Carta Magna.

Em seu art. 8º, ela é muito clara. Assim dispõe:

Art. 8º.....
.....

Parágrafo único. As disposições deste artigo [que equiparam as colônias de pescadores às representações sindicais] aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Faço a leitura também do art. 7º da lei que trata da constituição das colônias e aptidões para o funcionamento, Lei nº 11.699, de 2008. Ela determina no seu art. 7º:

Art. 7º As Colônias de Pescadores, constituídas na forma da legislação vigente após feita a respectiva publicação e registrados os documentos no cartório de títulos e documentos, adquirem personalidade jurídica, tornando-se aptas a funcionar.

Qual o desafio que nós enfrentamos diante dessa legislação? Em nenhum momento...

Cumprimento o Deputado Cleber Verde, o Deputado José Airton, o Deputado Zequinha Marinho, o Deputado Presidente da Força Sindical Paulo Pereira da Silva e o Deputado Vitor Paulo.

Seguindo, diante dessa legislação, já que a Lei da Pesca não tratou especificamente da questão que é obrigação do Ministério do Trabalho analisar, que são os registros sindicais, nos vimos diante de um grande desafio: como aplicar a legislação vigente, como determina a Constituição Federal, em Municípios que concentram, muitas vezes, mais de uma dezena de colônias? Qual o procedimento que se deve fazer para garantir a plena representação sindical?

Não me parece adequado que simplesmente aquela colônia que se apresentasse primeiro garantisse a representação sindical em detrimento de todas as outras que se encontram ali naquele Município. O desafio que nós temos, e talvez possa até resultar numa normativa ou, então, até num procedimento que a gente consiga construir aqui em consenso, é garantir primeiro a publicidade do processo, a ampla divulgação dos procedimentos que resultam na concessão do registro sindical a uma colônia de pescadores. E mais: a ampla divulgação para garantir que todas as colônias daquele Município participem daquele processo e tenham garantia da sua representação.

É fundamental que nós encontremos um meio, um processo, critérios para estabelecer como se dará a representação dos pescadores em determinados Municípios.

Esse tem sido o desafio do Ministério do Trabalho, Presidente.

Encontramos, lá, uma situação em que foram concedidos alguns registros sindicais, foi concedida a

equiparação de registros sindicais a colônias de pescadores, mas em nenhum momento, nenhum momento, houve a preocupação com aquilo que nós chamamos de representação, a garantia de que todos os pescadores de determinado Município pelo menos participaram daquele processo que estendeu a representação sindical a determinada colônia.

Este é o desafio, eu acredito, de todo o movimento sindical – aí, não é só dos pescadores: garantir algo que é fundamental para a organização sindical, que é a plena representatividade.

É fundamental que aquela organização sindical não represente somente uma colônia de um determinado Município, ela represente a totalidade dos pescadores daquele Município, porque a lei é muito clara, e, inclusive, as centrais sindicais têm isso muito claro, de que o princípio que determina a organização de base sindical e que prevalece sobre os demais é o princípio da unicidade sindical, um sindicato por categoria, por Município.

Este é o desafio que nós temos de enfrentar: organizar o processo de concessão de registros sindicais para colônias de pescadores, garantindo um princípio, consagrado na CLT, na Constituição Federal e reconhecido por todas as centrais sindicais, de que deve prevalecer a unicidade sindical na base sindical, nas organizações de base. Um sindicato por base territorial mínima do Município e por categoria.

Então, eu acredito que, hoje, neste encontro, Presidente... E quero parabenizar a iniciativa da Comissão do Senado de promover este encontro e este amplo debate. Amanhã, teremos uma nova audiência pública, também, lá no Ministério do Trabalho, audiência pública convocada desde a primeira semana de janeiro, justamente para buscarmos uma solução para a portaria que suspendeu a análise de registro, mas não cancelou registro algum e não cancelou as disposições anteriores.

Agora, o desafio que nós temos aqui – eu acredito que esta é uma grande oportunidade, debatendo diretamente com os Parlamentares, com os nossos Senadores e Deputados, e com os pescadores, principalmente – é encontramos um caminho que garanta a aplicação da lei, que garanta e consagre o princípio da unicidade sindical, mas, acima de tudo, garanta plena representação dos pescadores.

Então, Presidente, feita essa explicação inicial, eu acho que é importante ouvirmos, aqui, os nossos Parlamentares, a representação dos pescadores.

Eu queria cumprimentar o Abraão Lincoln, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, e dizer que o Ministério do Trabalho jamais vai se recusar a fazer a concessão dos registros sindicais e a dar

representação aos pescadores, consequentemente, o código sindical, que permite aos sindicatos devidamente regularizados recolherem o imposto sindical dos pescadores, mas nós precisamos estabelecer um procedimento claro, nos precisamos estabelecer um procedimento institucionalizado, para que o registro sindical não seja concedido ao sabor da vontade daquele que ocupa, hoje, o Ministério do Trabalho, e, sim, de acordo com procedimento estabelecido pelos próprios pescadores, pelas próprias representações sindicais.

Nada melhor do que um ambiente como este, como uma audiência pública, onde a gente pode ter contato com todos os pescadores, com a representação dos pescadores, com a participação e a contribuição valiosa dos nossos Parlamentares, para a gente chegar a um procedimento em que se resolva a questão da unicidade sindical e o Ministério possa, não ao arrepio da lei, mas cumprindo a legislação, conceder os registros sindicais às colônias de pescadores.

Então, feitas essas explicações iniciais, eu retorno a palavra ao Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito De Lira. Bloco/PP – AL) – Eu agradeço a S. Ex^a o Sr. Ministro do Trabalho, Brizola Neto.

Eu queria dizer às pessoas que aqui se encontram, das representações, das federações, das colônias, ao Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, que estou muito feliz, Ministro, porque, pelo que percebi na primeira intervenção, de V. Ex^a, acredito que vamos chegar ao término desta audiência pública, ao mesmo tempo na continuidade, com a audiência pública que V. Ex^a promoverá amanhã, no Ministério do Trabalho, com a participação de Parlamentares da representação dos pescadores do País como um todo, com a possibilidade de encontrarmos caminhos para atender àquilo que estabelece a legislação, logicamente, e também atender aos anseios daqueles que exercitam essa atividade, que veio antes, parece, possivelmente, do Brasil República.

Então, eu queria cumprimentar todos os presidentes de federações, de colônias, e abro um parêntese para cumprimentar todos os pescadores do meu País na pessoa da minha querida alagoana Presidente da Federação dos Pescadores do meu também querido Estado de Alagoas. Quero cumprimentar a todos e dizer que façam desta Casa a continuidade da sua casa ou do seu hábitat de trabalho. *(Palmas.)*

Abri um precedente para atender ao Ministro, considerando que ele tem um horário previamente estabelecido para retorno, mas, em primeiro lugar, eu teria que conceder a palavra aos subscritores do requerimento que proporcionou este encontro.

Considerando que o Senador Flexa Ribeiro, que foi o primeiro subscritor, não se encontra, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente da Comissão e também subscritor deste requerimento.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Benedito de Lira. Meus cumprimentos pela rapidez em atender nosso pedido para fazer essa audiência pública. Nós conversamos semana passada, e prontamente V. Ex^a já organizou esta bela audiência pública com nossos pescadores.

Agradeço ao nosso Ministro Brizola Neto pela sua presença aqui conosco para discutir e debater este assunto.

Faço uma saudação a todos os nossos convidados, Abraão Lincoln, Presidente da Confederação; aos demais convidados; ao representante do Ministério da Pesca; do Ministério da Previdência; ao Procurador da República também, meus cumprimentos, e obrigado pela presença aqui conosco.

Uma saudação especial a todos os nossos pescadores e, em nome do Hélio, que é da Federação dos Pescadores do Estado de Rondônia, saúdo todos os pescadores. Um abraço a todos os rondonienses que estão aqui, rondonienses de Ji-Paraná, de Machadinho, de Candeias, de Porto Velho, do Baixo Madeira, a todos os pescadores que estão acompanhando, junto conosco, esta audiência pública. Cumprimento também as pessoas que nos acompanham pela TV Senado.

A realização desta audiência pública para discutirmos o impasse em questão, da competência sindical entre as colônias de pesca do Brasil, foi uma solicitação da Confederação Nacional dos Pescadores e da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura do Congresso Nacional.

Subscrevi o requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro porque entendo que é com base no diálogo que podemos chegar a uma solução para esse impasse.

Antes de continuar, gostaria de cumprimentar nossos Deputados Federais, que estão acompanhando e também participam desta audiência pública, Deputado Paulinho da Força, Deputado Vitor Paulo, Deputado Zequinha Marinho, Deputado Cleber Verde, que é o Presidente da Frente, e o Deputado José Airton, do Ceará. Muito obrigado pela presença dos senhores nesta audiência pública.

Os pescadores demonstram preocupação com a possibilidade de cancelamento das cartas sindicais, Ministro, expedidas para as colônias de pesca, conforme a determinação da Portaria nº 2.159, emitida por V. Ex^a e publicada no Diário Oficial no dia 3 de janeiro de 2013. Essa é a grande preocupação dos nossos

pescadores. Eles têm, no meu entendimento, uma das profissões mais antigas do planeta. Mesmo antes da agricultura, já havia um ser humano pescando. Precisamos regulamentar. Entendo que é legítima a regulamentação da colônia dos pescadores para que eles tenham essa organização e tenham reconhecimento pelo seu trabalho, tão importante para toda a população brasileira.

Das 1.200 colônias de pesca existentes no Brasil, 300 receberam a carta sindical com base na portaria nº 547 e com base no que está previsto no art. 8º, §1º da Constituição, regulamentado pela Lei nº 11.699, de 2009, que equipara colônia de pescadores aos sindicatos rurais. Os pescadores questionam como uma decisão do Ministério do Trabalho pode se sobrepor a uma lei federal e a uma portaria anterior do próprio Ministério. Diante dessa questão, eu me coloquei à disposição do setor da pesca e aquicultura para intermediar uma conversa com o Ministro Brizola Neto para tentarmos resolver essa situação de forma administrativa e através das reuniões que ora estamos promovendo aqui, no Senado Federal.

A portaria já estava publicada, inclusive com audiência pública marcada pela Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério, para discutir sua aplicação, o que ocorrerá amanhã. Faço um parêntese aqui, Ministro, sobre se não é oportuno tratarmos desse assunto hoje e cancelarmos a audiência de amanhã. Não seria oportuno?

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Há um número grande já de inscritos – o Secretário pode me dar um número exato de inscrições, são 230 inscrições garantidas – e, por isso, fica difícil cancelarmos uma audiência com tantas pessoas. Marcamos essa audiência anteriormente, foi marcada anteriormente inclusive à audiência aqui, do Senado. Não respondemos a essa iniciativa, Senador; na verdade, saímos à frente, o Ministério marcou audiência pública, antes, inclusive, da Comissão de Agricultura do Senado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, é conhecido que a audiência marcada pelo Ministério é anterior à nossa audiência. Mas, assim mesmo, fica aqui o nosso pedido.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Senador, acredito que, se conseguíssemos encontrar aqui o caminho, justamente nesse diálogo, não vai haver nem sentido, ou seja, perdemos o objeto da audiência pública de amanhã. Mas, antes de encontrarmos esse procedimento, é importante mantermos a audiência, até porque teríamos mais tempo para, se necessário, aprofundar o debate e produzir consenso, acima de tudo. Esse é o caminho e este é o desafio que temos

aqui: produzir um consenso de qual é o procedimento que vamos ter para garantir a unicidade sindical.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro, por sua colocação e por sua vontade de achar uma solução.

Agradeço, mais uma vez, a vinda dos convidados.

Saúdo o nosso Senador Flexa Ribeiro, também signatário, junto conosco, desta importante audiência pública, nesta manhã no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao eminente Senador Acir Gurgacz. Faço apenas um registro: dar o nome da Presidenta da Federação, cumprimentando todas as federações de pescadores do Brasil, na pessoa da minha querida Eliane Moraes.

Eu gostaria que você ficasse de pé, Eliane, para que as pessoas pudessem vê-la. (*Palmas.*)

Dando sequência, dou a palavra ao subscritor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro. V. Exª tem a palavra para justificar seu requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Bom dia a todos.

Presidente da CRA, Senador Benedito de Lira; Ministro Brizola; Senador Acir Gurgacz; Deputado; Presidente da Confederação Nacional da Pesca; senhores convidados a participar desta importante audiência pública; senhores presidentes de colônias dos pescadores de todo o Brasil que se deslocaram até aqui, atendendo ao convite para participarem da audiência; Srs. Deputados; senhoras pescadoras e senhores pescadores; minhas senhoras e meus senhores, o setor da pesca é, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes para a economia do nosso País.

O Brasil tem condições de assumir uma posição de destaque na produção de pescado em relação ao mundo. Lamentavelmente, hoje, Ministro Brizola, participa com menos de 1% do comércio internacional de peixe, ainda importa pescado. Nós temos, por bondade de Deus, uma costa, em nosso País, de mais de 8 mil quilômetros, com uma capacidade de produção enorme. E temos águas internas, como é o caso da nossa Amazônia, que podem e devem ser exploradas.

Nós temos que dar, evidentemente, aos pescadores as condições todas de desenvolverem o seu trabalho. Agora mesmo o Governo Federal, a Presidenta Dilma, o Ministro da Pesca, Crivella, lançou um programa de muitos bilhões de reais para incentivar a produção de pescado, e nós todos apoiamos a iniciativa do Governo e o trabalho de todos os pescadores e das pescadoras do Brasil.

Lá atrás, Ministro Brizola, tive a oportunidade de ser o relator da Lei da Pesca. Era um projeto que

demandava, aqui no Congresso Nacional, décadas, e que não era aprovado. Tivemos na relatoria a felicidade de poder aprová-lo. E quando chegou a mensagem da Presidente da República criando a Secretaria da Pesca com *status* de Ministério, junto com os nossos pares no Senado Federal e na Câmara Federal, condicionamos a aprovação da nova secretaria à aprovação da Lei da Pesca. Não adiantava criar mais um ministério se não houvesse um instrumento que pudesse dar aos trabalhadores da pesca as condições de exercerem a sua profissão. E isso efetivamente aconteceu. E mais à frente, tivemos a oportunidade de equiparar o pescador ao agricultor familiar. Todos esses instrumentos foram e são importantes para o desenvolvimento das suas atividades.

A questão da legalidade sindical é, sem sombra de dúvida, outro fator da maior importância. A Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores tem quase 100 anos, é de 1920 – vai fazer 93 anos. Há colônias de pescadores centenárias, quase bicentenárias.

Eu não tive oportunidade de assistir à fala de V. Ex^a, mas fui informado de seu conteúdo e acho que tranquiliza, Senador Benedito de Lira, a todos nós, os Senadores que subscreveram o requerimento da audiência, e a todos os trabalhadores da pesca, os filiados às colônias, porque V. Ex^a, na sua fala – até porque é constitucional a equiparação das colônias aos sindicatos, não há como, através de uma portaria, ser cancelada –, tranquiliza a nós, pois V. Ex^a quer apenas esclarecer a possibilidade de existência de mais de uma colônia em cada Município. A informação que tenho é que isso não chega a ocorrer, mas, se vier a ocorrer, é uma questão só de cronologia, e V. Ex^a terá todas as condições, então, de dar continuidade, e não só dar continuidade na legalidade das que estão solicitando, como manter as que já foram assim definidas.

Então, quero aqui agradecer ao Senador Benedito de Lira pelo pronto atendimento de S. Ex^a como Presidente da Comissão de Agricultura, e ao Senador Acir Gurgacz e aos Senadores que assinaram junto conosco o pedido desta audiência pública.

Finalizando, quero deixar uma mensagem a todos os pescadores do Brasil. O Pará disputa com Santa Catarina, Presidente Benedito de Lira, o posto de maior produtor de pescado do Brasil. Tenho certeza de que nós somos os maiores produtores – queremos até que Santa Catarina nos incentive a pescar mais. Estamos aqui para apoiar o setor da pesca, e fazemos isso na certeza de que estamos trabalhando para o desenvolvimento e melhor condição de vida de todos os brasileiros e do nosso País.

Muito obrigado. Vamos à luta, porque a vitória é nossa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando continuidade a nossa audiência pública, concedo a palavra, agora, ao representante do Ministério da Pesca, Sr. Átila Maia da Rocha, que representa, nesta oportunidade, o Ministro Crivella, que, por razões...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só para ajudar nosso Senador Flexa Ribeiro: Rondônia também está na disputa com o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Isso é bom demais!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Quem coloca tambaqui nas feiras do Pará e do Amazonas é o Estado de Rondônia já, com a produção de pescado. (*Palmas.*) E temos um caminho grande pela frente para aumentar e ajudar a produção de pescado brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Sr. Átila Maia da Rocha, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, que, nesta oportunidade, representa o Ministro Crivella.

O SR. ÁTILA MAIA DA ROCHA – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, todos os integrantes da Mesa, Srs. Deputados, senhores pescadores e pescadoras, senhoras e senhores, é um erro grave conceber a história das instituições, em qualquer nível de análise, como a sucessão aleatória ao sabor do acaso. Assim, senhores, no Brasil, a aglomeração de pescadores se deu após o declínio da política canavieira, na segunda metade do século XVII, quando os trabalhadores daquele setor agrícola procuravam alternativas de sobrevivência e encontraram na pesca a solução para seus problemas. Essas aglomerações primitivas receberam a alcunha de colônia de pescadores.

O pescador artesanal é dono de sua própria força de trabalho e, via de regra, desenvolve seu labor fazendo uso de parcerias que ocorrem em regime de economia familiar, o que significa que tudo, desde a embarcação até os apetrechos de pesca utilizados, poderiam ser fabricados no seio da família, além de a mão de obra ser eminentemente familiar.

Na década de 80, as organizações sindicais e as colônias de pescadores participaram ativamente das negociações para a promulgação da chamada Constituição cidadã, sendo as colônias, inclusive, mencionadas na Carta Magna, no parágrafo único do seu art. 8º.

Nesse dispositivo constitucional, estão sendo assegurados direitos às colônias de pescadores artesanais inerentes às organizações sindicais rurais, donde se conclui que a Lei Maior ampliou as prerrogativas das colônias de pescadores, dando-lhes *status* de organizações sindicais.

Na realidade, o funcionamento de uma colônia de pescadores é idêntico ao de uma entidade sindical, na medida em que as colônias de pescadores representam profissionais e são regidas por um estatuto social aprovado em assembleia geral e administradas por uma diretoria coletiva, eleita pelos próprios pescadores, com toda a estrutura administrativa inerente a uma organização sindical, inclusive conselho fiscal.

O incremento da consciência associativista dos pescadores artesanais culminou, em 2010, com a obtenção do direito de serem as colônias de pescadores e seu sistema confederativo reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 547, de 2010, como representantes dos interesses dos pescadores artesanais no Brasil.

Então, o sistema confederativo da pesca artesanal (colônias, federações estaduais e a Confederação Nacional) passou a integrar oficialmente o sistema de organizações sindicais do Brasil.

O resultado de todo esse movimento foi o reconhecimento da Administração Pública da evolução do sistema confederativo da pesca artesanal, o que significou a publicação da lei das colônias, a Lei nº 11.699, de 2008, que prevê em seu art. 1º:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal.

E ainda o seu art. 2º:

Art. 2º Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição.

Assim sendo, como é que nós podemos deixar os pescadores brasileiros sem a representação plena? O que acontecerá com as colônias já inscritas?

Esse, concordando com o nosso Ministro do Trabalho, Brizola Neto, sem dúvidas, é o grande desafio. E, assim sendo, com base na harmonia do todo, que é mais importante que o isolamento das partes, consulto o nobre Ministro quanto à possibilidade de reconsiderar a Portaria nº 2.159, de 28 de dezembro de 2012, uma vez que, em seu art. 1º, ela torna sem efeito a Portaria nº 547, de 2010.

Concordamos em que realmente algo precisa ser feito, algo precisa ser reajustado, mas eu apelaria ao nosso Ministro que levasse em consideração a possibilidade de preservar o cadastro que lá existe, mantendo ativa a Portaria nº 547, de 2010, ainda que ele possa efetivamente suspender a análise de novas pretensões. Esse é o apelo para que o Ministério da Pesca consiga manter um controle rígido sobre o registro geral da pesca. Porque, do contrário, isso poderá causar grandes prejuízos, especialmente ao Codefat.

Eram essas as palavras. Estamos à disposição aqui para as interações necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vamos fazer aqui um ordenamento para que possamos aproveitar a presença do Ministro na Casa.

Vou dar a palavra ao representante do Ministério da Previdência. Depois, então, o Ministro terá um tempo para responder às perguntas e às indagações que estão sendo feitas, considerando que terá que se afastar. Mas conversamos há poucos instantes e ele, ao sair, deixará aqui o Secretário de Emprego do Ministério, para que a gente possa, ao término desta audiência pública, ter aqui uma reunião com a presença dos Senadores.

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Suplicy, que desde ontem trata deste assunto.

E queria comunicar à Casa, aos senhores presentes, que está presente também o Deputado Federal Evandro Milhomen, do PCdoB, do Amapá.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Senador, em homenagem à Câmara, que a gente também possa ouvir um representante da Câmara, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ah, sim. Antes de o Ministro sair, daremos a palavra a um representante da Câmara dos Deputados, porque, sem dúvida nenhuma, é uma parceria que nós temos.

Concedo a palavra ao representante do Ministério da Previdência, Sr. Leonardo José Rolim Guimarães.

Gostaria de cumprimentar os palestrantes, porque a economia de tempo está sendo extraordinária, quer dizer, cada um que está fazendo a sua exposição está considerando exatamente o que pode ser suficiente, está sendo sucinto para que a gente possa...

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sendo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... sendo objetivo, para que a gente possa realmente aproveitar a presença do Ministro. Quem sabe ele não vai estar aqui até o último orador?

Com a palavra S. S^a.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

– Bom dia a todos.

Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente; Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura; na pessoa dos senhores quero cumprimentar os demais Senadores e Deputados presentes. Cumprimento o meu amigo Abraão Lincoln e, em sua pessoa, os demais pescadores e dirigentes sindicais da pesca aqui presentes.

Vou procurar ser bem breve, até porque, em relação ao Ministério da Previdência, não há muito o que acrescentar.

O Ministro Garibaldi, conhecido de todos pelo trabalho que tem feito há muitos anos em defesa da pesca no Brasil, como Senador, foi um dos relatores da Lei da Pesca, foi relator na Comissão de Assuntos Econômicos; quando Presidente do Senado, aprovou a lei das colônias, Lei nº 11.699, no Senado, que depois teve que voltar à Câmara; assim também com a lei que criou o Ministério da Pesca – esse tripé que compõe a base legal principal de funcionamento da pesca no Brasil.

No Ministério da Previdência, não poderia ser diferente. Encontramos lá uma situação desconfortável em relação aos pescadores no que diz respeito à sua representatividade. Apesar de, desde 2008, termos uma lei que reconhece as colônias como os únicos representantes legítimos dos pescadores artesanais brasileiros, o Ministério da Previdência ainda não o reconhecia dessa forma.

Antes, e independente do reconhecimento sindical pelo Ministério do Trabalho – uma coisa não está ligada à outra – o Ministério da Previdência reconheceu esse direito. Hoje as colônias são os representantes, no Ministério da Previdência, dos pescadores. As colônias têm hoje a prerrogativa inclusive de fazer o cadastro dos segurados especiais pescadores artesanais, um projeto muito importante do Ministério da Previdência que vai permitir que, no futuro, os segurados especiais tenham acesso mais fácil, mais ágil aos seus benefícios, seja aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença. Esse cadastro hoje é feito, no caso dos agricultores familiares, pela Contag e, no caso dos pescadores artesanais, pelas colônias, por meio da Confederação Nacional dos Pescadores, em convênio firmado entre o Ministério da Previdência e a Confederação.

Além disso, regularizamos o convênio para o reconhecimento do direito da contribuição associativa ser descontada do benefício previdenciário do pescador aposentado, prerrogativa que também não era

reconhecida anteriormente, sendo que várias outras instituições já a tinham.

Além disso, temos avançado em relação a algumas divergências que tínhamos relativamente a benefícios previdenciários dos pescadores. O diálogo tem sido constante; acredito que temos grandes avanços, inclusive no que diz respeito à representação dos pescadores no Conselho Nacional de Previdência Social. Foi outro avanço que tivemos. A Confederação hoje está presente, representando os pescadores artesanais no Conselho de Previdência Social, assim como as demais maiores entidades que representam os trabalhadores e aposentados do Brasil.

Objetivamente, a questão do registro sindical não interfere em todos esses trabalhos conjuntos de reconhecimento de direitos que a Previdência tem feito com os pescadores. Independentemente disso, nós nos solidarizamos, porque entendemos que o caminho que o Ministério do Trabalho está tomando é um caminho cuidadoso e que tem de ser tomado realmente. Se, de um lado, nós temos uma lei que reconhece o direito de representação das colônias e, mais do que isso, que as colônias são os únicos representantes dos trabalhadores pescadores artesanais, de outro lado, nós temos o princípio constitucional da unicidade sindical. Temos que compatibilizar uma coisa com a outra. Mas, repito: isso não interfere em nada com relação aos direitos previdenciários.

Era, brevemente, numa primeira participação, o que tinha a apresentar.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao representante do Ministério da Previdência.

Gostaria de pedir a atenção dos nossos palestrantes para o fato de que precisamos otimizar o uso do tempo, pois o desejo é de que o Sr. Ministro, antes de sair, possa responder a todos os oradores que o sucederem.

Concedo a palavra ao Deputado Cleber Verde, que falará em nome da Câmara dos Deputados.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria dizer a V. Ex^{as} que o meu querido Senador Acir Gurgacz está cronometrando o tempo...

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Cumprimento o Senador Acir Gurgacz; o Ministro Brizola Neto; o Leonardo, Secretário de Política da Previdência; o Elizeu Augusto de Brito, que aqui representa os engenheiros de pesca de todo o Brasil; cumprimento o Abraão Lincoln e, na sua pessoa, todos os presidentes

das federações de colônias de pescadores presentes aqui nesta audiência pública; cumprimento o membro do Ministério Público; cumprimento o Átila Maia, que nesta oportunidade representa o Sr. Ministro Marcelo Crivella; cumprimento os Srs. Deputados que já estiveram aqui, como os Deputados Aírton Cirilo, Vitor Paulo, Paulinho da Força; cumprimento o Zequinha Marinho; cumprimento o Evandro Milhomen; cumprimento o Senador Eduardo Suplicy, em nome de quem cumprimento todos os membros da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, que, no Congresso Nacional, vem desenvolvendo um trabalho em favor do segmento da pesca neste País. Quero cumprimentar, de forma especial, a todos os pescadores e pescadoras que comparecem, nesta manhã, a esta audiência pública, prova incontestada da sua preocupação em relação ao movimento sindical. (*Palmas.*)

Sr. Ministro, Sr. Presidente, é importante fazer um registro histórico: nós temos conquistas históricas na Carta Magna, na Constituição. Eu me recorro de algumas ações, principalmente do Constituinte originário, feliz na sua decisão, fruto da organização dos movimentos sociais, quando nós tivemos, por exemplo, a definição da garantia da aposentadoria rural para lavradores e pescadores; a redução da idade mínima para a aposentadoria foi constituída pelo Constituinte originário, reduzida para homens e mulheres, cinco anos menos. Está aqui na nossa Constituição. O lavrador e o pescador se aposentam; o homem com 60 anos de idade, e a mulher com 55 anos de idade, fruto de uma decisão dos Constituintes originários desta Casa.

As conquistas que estão elencadas nesta Constituição são fruto exatamente dessa organização dos movimentos sociais. Se a Câmara ou o Senado puxou para si a responsabilidade e aprovou, por exemplo, a lei das colônias, a Lei da Pesca, a criação do Ministério, isso tem, Sr. Ministro Brizola, a participação decisiva das colônias de pescadores de todo o Brasil. (*Palmas.*) Estiveram aqui, na Câmara e no Senado. E, se não me falha a memória, V. Ex^a participou ativamente da aprovação dessas leis.

Portanto, as leis que esta Casa apresentou à sociedade, que vêm beneficiando o povo brasileiro e, de forma especial, os nossos pescadores, têm a participação, sim, do movimento associativo dos pescadores do Brasil.

É importante registrar – e aqui faço um parêntese para citar, Sr. Presidente – que, na terça-feira, o Senador, hoje Ministro Crivella, fez um balanço de um ano de sua gestão, que culminou inclusive com o lançamento do Plano Safra de Pesca e Aquicultura. Recursos na ordem de R\$4 bilhões a mais para investimento no setor, que envolve diversos Ministérios: Saúde;

Educação; Ministério do Trabalho; MDA; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Conab. Enfim, as diversas ações do Governo estão nesse contexto do Plano Safra.

É importante registrar, Senador Benedito de Lira, que, inclusive, os bancos oficiais, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia são parceiros número um nesse plano. O pescador vai buscar o crédito de forma facilitada, sem burocracia.

Vou dar um exemplo aqui que aconteceu no Maranhão, quando entregamos diversos cheques lá. Eu estava presente. Pescadores receberam R\$2,5 mil. Quero citar aqui o Deputado Márcio Marinho, companheiro do PRB da Bahia. O pescador, pela segunda vez, estava recebendo R\$2,5 mil, Senador Benedito de Lira. E, ao final, só paga R\$1,8 mil. Ou seja, se ele mantém a adimplência, ele tem um desconto de 25%, portanto. Ele não paga a mais; ele paga a menos.

É o Governo mais uma vez contribuindo, sim, com a questão da desigualdade de renda neste País.

Quero registrar aqui com satisfação e dizer que estou nesta Casa há mais de seis anos e tenho acompanhado as políticas públicas que vêm do Presidente Lula e agora da Presidente Dilma. Ações que vêm, de fato, ajudando a diminuir a desigualdade de renda deste País. Faço essas citações porque, historicamente, isso vem mudando, de fato, a realidade da vida do povo brasileiro, especialmente a dos nossos pescadores.

Então, o Governo Federal manifestou-se de forma clara, ele acordou para esse setor da economia que estava adormecido.

Eu estive na Noruega, representando a Frente Parlamentar, e aquele país tem a pesca como segundo maior setor da sua economia. E o Brasil, com tanto potencial, tanto rio, lago, nosso mar, nossa costa litorânea, não explorava a contento.

O Sr. Ministro veio e, terça-feira, fez um balanço de um ano. Que avanço, Ministro Brizola! Que avanço! Especialmente em função – que coincidiu, repito – do Plano Safra.

Então, vive um novo momento. E aqui nós temos representantes do Maranhão. E tenho a oportunidade de acompanhar alguns lançamentos do Plano Safra regionais, que são feitos por lá, e que beleza ver pescadores, piscicultores mudando sua realidade! No sul do Estado, o piscicultor tirando 40 toneladas de peixe por mês! Mas com dificuldade, porque ele compra um bitrem de ração por semana. E aí falta-lhe a fábrica de ração.

Então, está-se organizando o setor, e o Plano Safra vem nesse sentido de poder encontrar dificuldades, de encontrar os problemas que existem no setor para, justamente, Deputado Zequinha Marinho,

buscar solução, oferecer recurso de forma subsidiada, que lhe permita encontrar meios para produzir mais, e o Governo obter aquilo que ele quer, que é o lucro social. O Governo quer ver as famílias melhores. É isso que eu vejo da Presidente Dilma, do Governo Federal, que nós acompanhamos nesta casa. O Governo quer ver cada pescador, cada trabalhador ter uma vida mais digna, uma vida mais cheia de realizações, que ele tenha recursos para sustentar a si e à sua família.

Foi dito aqui pelo Benedito de Lira... Não posso me alongar na minha fala, mas quero dizer aqui, de forma clara, Sr. Ministro Brizola, que a Câmara está muito atenta às ações do Governo, apoia as ações que são propositivas no sentido de favorecer os nossos trabalhadores, mas também ela vai de encontro às manifestações do Governo.

Aqui, cito também o nosso querido Líder do PRB, George Hilton, de Minas Gerais, que prestigia esta audiência pública.

Sr. Ministro, faço questão de registrar que, ontem, na Comissão de Finanças e Tributação, a Câmara deu mais um exemplo claro de que está a favor dos pescadores, junto com as iniciativas do Governo.

Vejam que a Comissão de Finanças e Tributação, como V. Ex^a sabe, é a Comissão onde, de fato, se discute a questão orçamentária. Imaginava eu que lá pudéssemos obter uma derrota, mas, para a minha felicidade, houve sensibilidade por parte de todos os Deputados daquela Comissão, fazendo justiça. Aqui, quero citar o que disse Rui Barbosa: “Nada há mais relevante para a vida social do que a formação do sentimento de justiça”.

Ontem, a Comissão de Finanças e Tributação aprovou, por unanimidade, um projeto de nossa autoria que vai beneficiar os proprietários de barcos, que, muitas vezes, por conta do seguro-defeso, são obrigados a parar de trabalhar. O pescador artesanal recebe o seguro-defeso, mas o proprietário de um barco pequeno, Milhomen, também é obrigado a ficar sem trabalhar, porque ele não pode pescar com seu barco. Na época do seguro-defeso da lagosta, por seis meses, ele fica parado. E o que fazer? Esse proprietário de barco, muitas vezes, vende sua embarcação. Ele vende sua embarcação, porque não tem como manter seu trabalho.

E aí fizemos justiça ontem. O nosso projeto passou, por unanimidade, na Comissão de Agricultura e, ontem, passou na Comissão de Finanças e Tributação. Aprovamos o projeto, que vai à CCJ e que, depois, vem ao Senado, para garantir a esse proprietário de barco, através do Fundo da Marinha Mercante, o direito de ser ressarcido, de receber recursos provenientes

desse fundo. Atendemos, assim, aos anseios desses trabalhadores.

Portanto, Câmara e Governo têm o mesmo sentimento, o mesmo pensamento, para garantir, acima de tudo, o apoio aos nossos pescadores. Com isso, não era de se estranhar que, diante da decisão do Sr. Ministro de editar uma portaria que é também prerrogativa do Ministério, o Congresso Nacional, nós – faço questão de registrar aqui – apresentássemos o Projeto de Decreto Legislativo nº 815, deste ano, para sustar os efeitos da portaria do Sr. Ministro, porque entendemos que ela está na contramão do que quer o Governo Federal, a Presidente Dilma e esta Casa, Câmara e Senado. *(Palmas.)*

Portanto, quero registrar também que já temos o apoio de todos os líderes da Câmara Federal, inclusive o do líder do seu Partido, que o assinou e o subcreveu, entendendo que a portaria vai de encontro à Constituição Federal, que coloca em sintonia colônias junto com os sindicatos.

Era o que eu queria registrar, em nome dos companheiros e das companheiras da Frente Parlamentar da Pesca.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, Deputado Cleber.

Considerando que o Ministro terá de se retirar – e sei perfeitamente a ansiedade dos pescadores, das colônias e das confederações, etc. –, daremos continuidade a isso depois, Presidente.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu queria dar uma palavrinha antes de o Ministro sair.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Haverá tempo para isso. Ele vai dar uma informação que vai agradar V. Ex^a e os ouvintes. Se o Ministro não tivesse esse compromisso com a Presidente da República para tratar de assunto de interesse do País, logicamente, nós ficaríamos aqui. Mas eu gostaria de ouvir o Ministro e, logo em seguida, eu concederei a palavra a V. Ex^a e ao Procurador.

Ficaremos aqui com a presença do Secretário de Trabalho, que deverá levar para o Ministro aquilo que ficar definido aqui. Isso foi o que pactuamos aqui, cochichando nós dois, não é, Ministro?

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Obrigado, Sr. Presidente.

Acho que foi importante ouvir os requerentes, ouvir a manifestação do representante da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente. E, sem dúvida alguma, não vai haver prejuízo de ouvirmos aqui a representação do Ministério Público do Trabalho e também do representante da Confederação Nacional dos Pescadores,

Abraão Lincoln. Aqui estará presente o nosso Secretário de Relações de Trabalho. Dentro do Ministério, essa é a Secretaria responsável justamente pela concessão dos registros sindicais.

Aproveito o ensejo para cumprimentar o Senador Suplicy, que, sem dúvida alguma, é um dos baluartes do Senado Federal e que abrilhanta esta audiência pública com sua presença.

Quero responder aqui de maneira rápida.

Acho que foi importante, inclusive, a intervenção do Deputado Cleber Verde, para ver como, nesses últimos dez anos, avançou-se em relação justamente a políticas públicas que valorizem a pesca e, principalmente, o pescador artesanal em nosso País.

O Ministério do Trabalho não pode ser diferente. Nós, Cleber, viemos de uma tradição política em que, se existe uma prioridade, se existe um compromisso que sempre orientou a nossa ação, é justamente o direito e a garantia do trabalhador brasileiro. Esse é um compromisso de que não abrimos mão.

E eu gosto sempre de recordar, Presidente, Senador Benedito de Lira, as palavras de um grande brasileiro que se chamava Leonel Brizola, que, ao final de mais de 60 anos de vida pública, gostava de repetir, e repetia muito para os seus netos: “Olha, eu tenho mais de 60 anos de vida pública, ocupei os mais diferentes cargos em toda a minha trajetória política, e encontrem, podem vasculhar minha vida inteira, não há um único ato contra os trabalhadores”. E esse é um princípio que nós carregamos. Talvez por isso tenho a honra de ter sido escolhido pela Presidente Dilma para estar à frente do Ministério do Trabalho, por um profundo compromisso com os direitos e as garantias dos trabalhadores brasileiros.

Uma consideração que é muito importante ser feita e que talvez seja a gênese de todo esse conflito, Cleber, porque nós não temos óbice nenhum, nenhum, em continuar fazendo a concessão de registro e a equiparação das colônias de pescadores a sindicatos... (*Palmas.*) ... garantindo todos os direitos que essa representação lhe dá, inclusive do recolhimento da contribuição sindical e do imposto sindical, é que, quando éramos Deputados, Cleber, lutamos contra praticamente um Plenário inteiro para manter o princípio do imposto sindical, que é um princípio muito generoso. Por esse princípio, aqueles que não reivindicam porque não estão na vanguarda do processo de reivindicação da classe trabalhadora pagam um dia de trabalho, um dia, um único dia de trabalho, durante todo o ano, para aqueles que estão à frente das suas categorias. Isso está na vanguarda do processo de reivindicações e de lutas e conquistas por direitos e garantias. Porque são, sim, os representantes sindicais que hoje lotam este

plenário, justamente para garantir direitos e garantias para toda uma categoria, no caso os pescadores.

Quero frisar que fiz questão de estar aqui presente, como Ministro de Estado. Recebi o telefonema do Senador Acir e do Presidente Benedito de Lira com o convite e, de pronto, fiz questão de estar presente a esta audiência pública. Primeiro, porque nós nunca nos recusamos ao debate; e, segundo, porque temos o compromisso claro, Cleber, de garantir direitos, de dar garantias ao trabalhador brasileiro. E não vai ser diferente com os pescadores.

Antes de sair, Presidente, quero assumir aqui um compromisso... (*Palmas.*) ... como já o fiz outras vezes, inclusive em reuniões com as próprias representações de pescadores, encontros da Confederação Nacional dos Pescadores, com o Abraão Lincoln. O que precisamos encontrar aqui, Senador Suplicy? O compromisso que quero assumir é este: o de encontrarmos aqui um procedimento que o decreto legislativo, Cleber, infelizmente, ainda não resolve. Nós temos que encontrar uma maneira, e nem precisa ser uma normativa, um processo legislativo, que, muitas vezes, é moroso, mas, talvez, por um próprio ato administrativo, seja possível, sim, encontrar o caminho que garanta, Senador Suplicy, o princípio da unidade sindical, que é consagrado por todas as centrais sindicais, de que, na base, o que vale é o princípio da unidade.

Com relação a entidades de grau superior, há uma grande discussão. Há, inclusive no Supremo Tribunal Federal, judicializadas, várias ações de inconstitucionalidade quanto à interpretação de uma portaria. A Portaria nº 186 disse que, em relação a entidades de grau superior, o que vale é o princípio da unidade ou o princípio da pluralidade. Até porque, é importante lembrar também, a Constituição de 1988 faz um grande acordo na organização sindical. Um acordo da antiga organização confederativa, criada lá atrás, no bojo da Revolução de 1930, da Consolidação das Leis do Trabalho, que criou o sistema confederativo com um novo sindicalismo que surgia com a redemocratização do nosso País, principalmente nos sindicatos que emergiam do ABC do Estado de São Paulo. Então, fez-se um grande acordo e temos uma legislação, a Carta de 88, que em muitos momentos é híbrida. Em muitos momentos ela remete à unidade sindical, em outros momentos remete à pluralidade sindical. E o que ficou estabelecido, de fato, e é um acordo de todas as centrais sindicais – repito, de todas as centrais sindicais – é que, na base, o que vale é o princípio da unidade.

Eu quero deixar um compromisso do Ministro, do Ministério do Trabalho, aqui nesta audiência pública, lamentando muito que tenhamos esse compromisso com a Presidente da República, no Palácio do Planalto, que

é o lançamento de um ousado plano de investimento em inovação em ciência e tecnologia, que vai atingir a pesca, também, a indústria da pesca e o pescador artesanal. É um grande pacote de financiamento para inovação, para ciência e tecnologia, que vai ser lançado agora no Palácio do Planalto. Mas, antes de sair, eu quero deixar aqui o compromisso de que se nós encontrarmos, aqui mesmo nesta audiência pública, ou no mais tardar até amanhã, na audiência pública do Ministério do Trabalho, o procedimento que garanta a unicidade sindical, garanta a plena representatividade dos pescadores, sem prejuízo de representatividade de um único pescador sequer, a publicidade dos atos, que a gente garanta que todos os pescadores daquele Município que se interessarem estejam participando do processo de concessão do registro sindical, nós revogamos a portaria na mesma hora. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria só agradecer a V. Ex^a e dizer o seguinte: aguarde mais dois minutos porque o Presidente da Confederação fará uma sugestão que vai ao encontro desse seu compromisso.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sem problema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Sr. Abraão Lincoln. Peço uma economia de tempo, porque você sabe que o Ministro tem que sair.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu sei.

Bom dia a todos e a todas.

Eu acho que a solução do problema Deus guarda para a hora certa. Os pescadores do Brasil têm tido no Congresso Nacional a sua grande voz. É tanto que nestas duas Casas, Câmara e Senado, todas as atuais leis que regulamentam a pesca foram aprovadas por unanimidade. *(Palmas.)* Inclusive a criação do Ministério, com os votos da oposição e do Governo. Aqui não há oposição nem Governo. E o nosso Ministro Brizola Neto muito nos ajudou a caminhar aqui nos corredores da Câmara, fez história junto conosco, para regulamentar o art. 8º, Dr. Procurador, da Lei nº 11.699.

Ministro, deixe-me dar-lhe uma boa sugestão. Agora mesmo já fizemos aqui um compromisso com o Ministério Público do Trabalho, que está aqui muito bem representado e que sempre contribuiu como guardião da lei, para que a lei fosse cumprida e para que os pescadores tivessem direito e acesso às suas cartas sindicais. *(Palmas.)*

No Estado do Rio de Janeiro, nós começamos a fazer isso. Em um compromisso que a Confederação assumiu na última audiência com o senhor, a colônia de Sepetiba e a colônia de Pedra de Guaratiba se fun-

diram numa só. E aqui eu quero fazer uma proposta ao senhor, para sairmos todos vitoriosos, os trabalhadores e o Governo. O Ministério Público do Trabalho, junto com a Confederação, que tinha atribuição institucional para isso, se comprometem a fazer a fusão de todas as colônias quando houver mais de uma no Município, junto com o Ministério do Trabalho. Por uma única razão. *(Palmas.)*

Eu quero dar aqui um exemplo do Rio Grande do Norte, Ministro. No século passado, a Capitania dos Portos procurou a Federação lá do Rio Grande do Norte para resolver um problema de ordem, porque há uns pactos do mar. Nós não vamos aqui discutir isso. A história da pesca é totalmente diferente da de qualquer outra categoria deste País. Em alguns Municípios... No caso do Rio Grande do Norte, um só teve que ter três colônias divididas, Dr. Procurador, até por uma razão de sobrevivência humana, por questões de ordem racial. Então, a própria Marinha do Brasil à época nos pediu isso. Não a mim, mas a quem me antecedeu.

Aqui eu queria fazer essa proposta antes de o Brizola sair. Ele que nos ajudou, Dr. Procurador, Senadores, Senador Valdir Raupp, a contribuir para que essa lei fosse aprovada. Vamos aqui encerrar essa discussão. Uma proposta – o nosso Procurador do Trabalho está aqui e vai falar; já conversamos aqui com o Ministério do Trabalho, através das suas superintendências – é fazer a conciliação e a fusão, como já fizemos na terra do Ministro. Estamos fazendo, sim, e vamos continuar fazendo, porque essa é a nossa atribuição institucional. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sr. Ministro, eu acredito que encontramos o caminho. Vai atender exatamente o que estabelece as regras do Ministério do Trabalho. Há essa vontade por parte da Confederação Nacional dos Pescadores e a conscientização de todas as federações, Ministro.

Então, antes de V. Ex^a se retirar e responder, logicamente, por um minuto, ao que disse o Presidente da Confederação, eu queria agradecer a V. Ex^a pela presença e, ao mesmo tempo, pela sensibilidade. Eu nunca duvidei – conversava com o Acir –, eu tinha certeza absoluta de que, nesta audiência, encontraríamos os caminhos para resolver o impasse, que ainda não existia, mas poderia ser objeto de dificuldade mais à frente.

Então, V. Ex^a tem a palavra para as suas considerações finais, logicamente com a sua despedida, respondendo ao que disse o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Perfeitamente, Presidente.

Aqui, mais uma vez, reafirmo, inclusive, que a nossa presença aqui, nesta audiência pública, reforça justamente o nosso compromisso, que deixamos muito claro quando éramos Deputados, na Câmara Federal, e trabalhamos em conjunto com a Confederação Nacional dos Pescadores e outras representações de pescadores para aprovar tantas leis que foram importantes para o reconhecimento e a valorização do pescador artesanal. E, agora, não vai ser diferente, Presidente.

O nosso desafio aqui era justamente tornar claras quais eram as dificuldades do Ministério do Trabalho em fazer a análise dos pedidos de registro sindical. O que nós discordamos, inicialmente, foi justamente que a portaria anterior não observava esse princípio muito importante de garantia. Nós sabemos que, muitas vezes, existe uma corrida pela questão do imposto sindical, e não me parecia justo, simplesmente, aquela colônia que chegou primeiro ter direito à representação sindical e ao imposto sindical, em prejuízo de todas as demais. Era fundamental que todas as colônias de determinado Município participassem daquele processo, tivessem conhecimento do processo que daria a representação sindical aos pescadores não de uma colônia, mas de todo o Município. Então, isso é fundamental.

Acertado isso, eu acho que hoje nós estamos diante de uma grande oportunidade... (*Palmas.*) ... do encontro do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do representante do Ministério Público do Trabalho, que tem dado grandes contribuições ao Ministério do Trabalho. Hoje, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho atuam juntos, irmanados, em questões fundamentais, como a questão do combate ao trabalho escravo, como a questão do enfrentamento ao trabalho infantil e também, justamente, no reconhecimento das representações sindicais.

Nesse sentido, não temos nenhuma dificuldade de assumir o compromisso de que, estabelecido um procedimento legal, que observa os princípios legais, que tem amparo na legislação vigente, que garanta, principalmente, o princípio da unicidade sindical nos Municípios, o Ministério do Trabalho vai voltar, prontamente, a fazer a análise dos registros. Também é importante que façamos a discussão sobre o questionamento que foi feito aqui – não me recordo bem por quem; se foi o representante da pesca ou se foi o próprio Presidente da Confederação – de como tratar os registros já concedidos. Talvez um caminho seja até as assembleias ratificadoras, que deem conhecimento a todas as colônias daquele processo de representação sindical e ratifiquem a representação sindical já concedida. Isso é importante.

Nós suspendemos os efeitos daquela portaria, mas não suspendemos as concessões de registros

a colônias de pescadores que foram feitas na gestão anterior. É importante reforçar: aqueles registros estão concedidos.

E, talvez, Presidente, seja interessante, até para garantir a plena legitimidade, a plena representatividade, que – tenho certeza – é a marca da Confederação Nacional dos Pescadores, que haja assembleias ratificadoras, que garantam, ali, que todos os pescadores daquele Município vão estar representados.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ

– Um aparte.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Pois não, Presidente, o senhor tem todo direito a um aparte.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ

– O problema é o seguinte: essas situações são isoladas. São muito poucas situações.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sim.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ

– Então, o que eu proporia ao senhor? Nesses casos isolados, formar uma equipe de trabalho da Secretaria de Assuntos Sindicais – são poucos casos; não são muitos. Faríamos uma coordenação, capitaneada pelo Ministério do Trabalho, com a presença do Ministério Público e da Confederação, e iríamos solucionar nos Estados – evidentemente, as superintendências do trabalho, Ministério Público Federal de cada região, com a federação de cada Estado – e fazer as fusões que já começamos no Rio de Janeiro. E os outros registros continuariam a ser analisados normalmente.

O que não podemos é parar o Brasil em razão de situações pontuais. Aí, eu queria propor isto aqui: o senhor baixar uma portaria – não sei qual é o procedimento de ordem legal –, participando à Confederação e ao Ministério Público, uma portaria nacional; e, nos Estados, as federações, junto com as superintendências e os ministérios públicos regionais do trabalho.

E, para os demais problemas dos Municípios, onde não há conflito, continuar normalmente o procedimento de análise pelo Ministério do Trabalho das cartas sindicais que estão lá. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Lincoln, sem prejuízo de observarmos a legislação, tendo cuidado para não fazer uma indevida intervenção do Estado na organização sindical, o que nos é vedado pela Constituição Federal, eu não vejo prejuízo nenhum de que a gente proceda... (*Palmas.*) ... à volta das análises das cartas sindicais, sempre, sempre – faço questão de frisar isso – observando a legislação.

Então, o nosso desafio aqui hoje é justamente este: descobrir qual é o procedimento normativo, qual é o procedimento legal que temos de adotar para garantir a plena aplicação do art. 8º da Constituição Federal, que equipara, sim, as colônias às representações sin-

dicais, mas que estabelece seja fundamental – e, claro, isso aí, nós, que estamos aqui e organizamos o nosso ordenamento jurídico, sabemos – a observância da lei.

Então, não há prejuízo algum, desde que não haja indevida intromissão do Estado, através do Ministério do Trabalho, nas organizações sindicais e que seja observado o princípio, consagrado por todas as centrais sindicais e pela legislação brasileira, da unicidade sindical: um sindicato por Município por categoria.

Assim, resolvidos esses questionamentos que levantamos aqui, resolvidas essas dúvidas que existem, sim, na legislação, o Ministério do Trabalho vai prontamente voltar a fazer a análise dos pedidos de registro sindical. (*Palmas.*)

Então, dito isso, firmado esse compromisso não só com o Senado Federal, não só com a Câmara dos Deputados, mas principalmente com a representação dos pescadores... (*Palmas.*)... – lamento, vou ter de pedir licença realmente, porque temos esse compromisso assumido com a Presidente da República –, vou deixar aqui o nosso Secretário de Relações do Trabalho, que é o Dr. Manoel Messias, que vai estar pronto para avançar em relação a qual será esse instrumento legal adequado para conseguirmos ir adiante e voltar a conceder os registros sindicais a essas instituições centenárias e que muito contribuíram para a construção do nosso Brasil, que são as colônias de pescadores.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ministro, aproveito a oportunidade em que V. Ex^a se despede e vai a uma outra atividade da sua agenda para agradecer a sua presença. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal agradece a sensibilidade de V. Ex^a.

Daremos continuidade à audiência pública, porque há alguns oradores inscritos e ainda alguns outros palestrantes que irão se manifestar.

A ausência do Ministro não significa que acabou a audiência pública. Nós vamos continuar com a audiência, porque o Secretário de Trabalho, que ficará no seu lugar, levará para o Ministro as conclusões a que chegaremos, aqui, dentro de mais alguns minutos ou horas.

Então, Ministro, muito obrigado a V. Ex^a e disponha da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,...

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Obrigado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... porque nós estaremos juntos para ajudar a encontrar os caminhos que solucionem as dificuldades por acaso criadas ou surgidas.

Mais uma vez, muito obrigado a V. Ex^a e que Deus o ilumine para continuar fazendo o bem, agindo em benefício dos trabalhadores do meu País.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Acir. Obrigado, Deputado Cleber Verde, e obrigado, acima de tudo, à representação dos pescadores e a todos os Parlamentares aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando continuidade à nossa audiência, eu pediria apenas um pouco de paciência aos oradores inscritos.

Nós daremos a palavra, agora, ao Subprocurador do Trabalho para fazer as suas considerações.

Com a palavra, S. S^a.

O SR. LUIS ANTONIO CAMARGO DE MELO – Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, o Senador Benedito de Lira, os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, as senhoras e os senhores representantes das colônias de pescadores, as senhoras e os senhores. Bom dia.

Agradeço a oportunidade dada ao Ministério Público do Trabalho de estar presente e de se manifestar sobre esse assunto.

Eu gostaria de dizer que nós temos acompanhado essa questão da regulamentação do art. 8º, parágrafo único, da Constituição Federal, ou seja, a concessão do *status* de entidade sindical às colônias de pescadores.

Desde a tramitação do projeto que resultou na Lei 11.699 e após a aprovação desse projeto, fizemos um trabalho em nível nacional, juntamente com a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, no sentido de adaptar os estatutos das colônias de pescadores à feição de entidades sindicais. Esse processo foi feito em todo o País e resultou no êxito dessa adaptação.

A respeito do assunto da nossa audiência pública hoje, o parecer da consultoria jurídica da Advocacia-Geral da União junto ao Ministério do Trabalho coloca diversos óbices quanto à concessão desse registro sindical às entidades das colônias de pescadores, mas me parece, pela fala do Ex^{mo} Sr. Ministro do Trabalho hoje, aqui, que, realmente, o impasse se situa na questão da unicidade sindical, ou seja, da existência de mais de uma colônia de pescadores em um mesmo Município.

Creio que esse impasse, esse óbice já teve, aqui, o encaminhamento: essa proposta do Presidente da Confederação de fazermos a fusão ou unificação das colônias de pescadores, para que exista apenas uma por Município.

O Ministério Público do Trabalho se coloca à disposição para orientar e fiscalizar esse procedimento

em todos os Municípios em que se fizer necessário. Creio que, com isso, nós poderemos ter resolvido essa questão, esse impasse.

Não sei se o Sr. Secretário de Relações do Trabalho, aqui presente, teria outros óbices quanto a essa concessão de registro. Mas, se for apenas a questão da unicidade sindical, eu creio que a questão está, então, resolvida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que tem um compromisso daqui a pouco, na Comissão de Relações Exteriores.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Antes de V. Ex^a começar, eu gostaria de fazer o registro da presença do Deputado Márcio Marinho, do PRB, da Bahia; do Deputado George Hilton, do PRB e Líder do Partido; e cumprimentar o meu querido amigo Senador Antonio Carlos Valadares, que também se encontra presente nesta audiência.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar os representantes: do Ministro da Pesca, Átila Maia da Rocha; da Secretaria de Políticas da Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães; Sr. Abraão Lincoln, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores; Deputado Cleber Verde, do Ministério Público do Trabalho; Elizeu Augusto de Brito; Manoel Messias, Eduardo Antunes Parmeggiani. Eu gostaria de saudar todos os pescadores, representantes das colônias de pescadores de todo o Brasil, inclusive aqueles que são do meu Estado de São Paulo, aqui presentes e colocar-me à disposição.

Avalio que esta reunião dos senhores e senhoras com o Ministério do Trabalho e da Pesca está chegando a um entendimento muito positivo para garantir a representação das colônias e das suas representações sindicais.

Eu gostaria, Presidente, Senador Benedito de Lira, diante da preocupação causada pela reportagem do Fantástico e da *Veja* relativamente à questão dos abatedores de carne, de solidarizar-me a V. Ex^a, no sentido de assinar também o requerimento que vai apresentar para convidar a vir aqui o representante do Ministério da Agricultura responsável pela inspeção da produção animal no Brasil.

E eu gostaria, relativamente aos pescadores, de informar, em especial ao representante do Ministro Marcelo Crivella, que os pescadores de todo o litoral

norte gostariam muito de marcar audiência com S. Ex^a. Em princípio, o Ministro Marcelo Crivella já definiu que vai realizar uma audiência ali, na região de Ubatuba, possivelmente na vila de pescadores, uma das últimas típicas que existem – é até uma vila muito bonita, onde há cerca de 400 habitantes, famílias de pescadores –, em Picinguaba, para ter um diálogo com todos os pescadores das colônias do litoral norte de São Paulo. O Ministro se comprometeu a marcar uma visita lá, e eu quero estar presente para ajudar no diálogo, para falar de todos os problemas da pesca, de barcos, de alguns que vêm de muito longe e que preocupam os pescadores artesanais ali. Então, quero saudá-los todos.

Peço licença, porque preciso agora ser o Relator de matéria na Comissão de Relações Exteriores.

Meus cumprimentos, e que possa o objetivo de reconhecimento das colônias de pescadores e de todos os sindicatos de todo o Brasil ser atingido, como está se firmando aqui acordo nessa direção.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

Queria dizer ao eminente Senador Inácio Arruda que V. Ex^a está inscrito, daqui a pouco lhe dou a palavra. Esta audiência pública, sem a palavra de V. Ex^a, não tem sentido. (*Palmas.*)

Para encerrar o ciclo de debatedores, concedo a palavra ao último convidado por nós, Sr. Elizeu Augusto de Brito, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca.

Com a palavra, o Sr. Elizeu Augusto de Brito, por favor.

Senador Valdir Raupp, em dois minutos, concedo a palavra a V. Ex^a, que foi subscritor do requerimento.

Esta audiência não obedeceu a determinados critérios pela importância que ela tinha, e V. Ex^a deve encerrar, não poderia começar logo cedo, senão vai embora.

Com a palavra, o Sr. Elizeu Augusto, por favor.

O SR. ELIZEU AUGUSTO DE BRITO – Bom dia a todos! Bom dia, Srs. Senadores! Bom dia, amigo Abraão! Cumprimento todos os colegas pescadores.

Gostaria de externar, aqui, o seguinte: na qualidade de representante dos engenheiros de pesca do Brasil, que é aquele pescador de nível superior, estamos militando nessa atividade há 40 anos. Eu, pelo menos, sou da segunda turma de Engenharia de Pesca de Pernambuco. Temos colegas aqui – o Clemerson e outros estão aqui – para dizer o seguinte: concordamos plenamente com a proposta feita. E quero dizer mais uma coisa: é simples a questão. Quando se trata muito de unicidade – houve algum fator, acredito eu, que fez

com que essa portaria fosse lançada –, no momento em que se trata de unicidade, deve-se começar ouvindo aquela parte interessada e, até onde tenho conhecimento, isso não foi feito, ela não foi ouvida. (*Palmas.*). Até porque, quando começamos a tratar desse assunto, todos que fazem a Confederação Nacional dos Pescadores, nós discutimos, como Federação de Engenheiros de Pesca, a necessidade de se unificar, principalmente, a base.

A grande luta da nossa federação, da Confederação dos Pescadores, é que essa base tenha realmente unicidade. Mas todo mal traz um bem: a Portaria saiu e fez com que, hoje, tivéssemos este grande dia, com a presença de Ministros, Deputados, Senadores, com a presença do representante do Ministério do Trabalho, principalmente, para que a coisa tomasse uma amplitude e, também, mostrasse a pujança que é o setor pesqueiro deste País, principalmente, aqueles que fazem a pesca artesanal. São pescadores profissionais, beneficiados com a pesca artesanal.

Quero dizer que a participação do Governo, como a confederação está se abrindo para ter o acompanhamento, não será nunca intromissão na unicidade. E também, deixar claro que nós, como federação, nos colocamos à disposição do Ministério e de todas as autoridades dos pescadores, para participar dessa reorganização naqueles casos pontuais que existem. Então precisamos dizer o seguinte: que é simples, basta se fazer uma retificação da portaria que está aí, e o processo todo continua sem prejudicar ninguém, e, onde houver algum caso que possa ser resolvido, esta Comissão – nos colocamos à disposição – terá resolvido.

Gostaria só de informar aos senhores que finalmente a Engenharia de Pesca chegou a São Paulo e eu, neste País, pensei que já tivesse visto tudo. Eu não vi tudo, acho que não vi ainda quase nada, porque, chegando a um Estado do porte de São Paulo, onde a Unesp, no *campus* de registro, iniciou, ontem, as aulas do curso de Engenharia de Pesca de São Paulo, sendo o primeiro, encontramos lá laboratórios enormes, laboratórios para produzir aquilo que o pescador deseja, que é animais para se fazer o repeixamento, inclusive das águas oceânicas, um laboratório voltado para a aquicultura marinha, encontramos uma navegação chamada barco escola para treinar pescadores. Agora, o que doeu um pouco e que continuaria doendo muito se não houvesse pessoas interessadas em botar aquilo para funcionar é que tudo isso, de certa forma, está abandonado, encostado. E é uma navegação que pode resolver um problema que é ajudar a qualificar os pescadores artesanais, principalmente deste País.

Então, esse é um setor em que, para se desenvolver, sabíamos que haveria essa luta. O dia da luta

chegou, e a luta continuará para que o setor seja grande e sempre venha a crescer. Afora isso, os filhos dos pescadores hoje estão tendo o direito de ser técnicos na área de pesca e aquicultura.

Então, nós temos, dentro dos próximos cinco a dez anos pelo menos, uma revolução, sim, tirando o País desse caos que é ser rotulado e diplomado como o maior importador de peixe da América do Sul, em muitos casos concorrendo com outros países que não têm nem a metade do que nós temos como o maior importador de pescado do mundo. Nós precisamos, sim, ser o maior exportador de pescado do mundo.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Sr. Elizeu Augusto pelas suas manifestações.

Dando sequência, agora, concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Valdir Raupp, que também foi um dos subscritores do requerimento que propôs esta audiência pública. Com a palavra S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Benedito de Lira, grande Presidente que substitui outro grande Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, que fica como Vice-Presidente desta Comissão, que está muito bem representada, muito bem conduzida com o Presidente Benedito de Lira e o Vice-Presidente Acir Gurgacz; quero cumprimentar ainda, mesmo na ausência, porque teve que se retirar, o Ministro Brizola Neto, Ministro do Trabalho; cumprimentar o representante do Ministro Garibaldi Alves – também é um defensor incansável da pesca brasileira o Ministro Garibaldi Alves –, da Previdência Social, representado pelo Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social; cumprimentar o Átila Maia da Rocha, que representa, neste momento, o Ministério da Agricultura e Pesca, na pessoa do Senador Marcelo Crivella, que, no início, ele mesmo foi humilde, como sempre, dizendo que não sabia colocar uma minhoca no anzol, mas hoje é um defensor intransigente, um apaixonado pela pesca, pela aquicultura e pesca brasileira; cumprimentar o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, o Abraão Lincoln – com esse nome, ele pode se eleger a qualquer coisa no Brasil –; cumprimentar o Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura; cumprimentar o Dr. Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho; cumprimentar o Elizeu Augusto de Brito, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca; cumprimentar os Senadores presentes, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, as Sr^{as} e os Srs. Deputados Federais; em nome do Hélio Braga, Presidente da

Federação de Pescadores de Rondônia, meu Estado, quero cumprimentar todos os representantes de colônias, de federações de pescadores de todo o Brasil aqui presentes; minhas senhoras e meus senhores.

Quero dizer da nossa alegria de estar aqui, porque eu, quando muito pequeno ainda, no Estado de Santa Catarina – nasci no sul de Santa Catarina, muito próximo do mar e próximo também de grandes rios –, como meu pai era pescador, naquela época não profissional, todas as semanas ele pescava e muitas vezes eu o acompanhava até o rio ou até o mar, porque o meu Município, onde eu nasci, São João do Sul, chegava até o mar, perto de Torres, lá no Rio Grande do Sul, e o meu pai ajudava a sustentar a família ou com produtos da agricultura, da roça, da pecuária, mas muitas vezes com produtos da pesca.

Então a pesca é uma profissão digna, nobre, uma das mais antigas do mundo. Pedro já pescava, depois virou pescador de almas, mas era um profissional da pesca, na época de Jesus Cristo. Então essa é uma profissão muito digna.

Eu fui o relator, aqui no Senado Federal, da Lei da Pesca, e nós não podemos negar que, nos últimos dez, doze anos, esse segmento avançou muito, no governo do Presidente Lula e agora no Governo da Presidente Dilma, com a criação do Ministério da Pesca, com a valorização dessa atividade tão nobre em todo o Brasil. Então muitos avanços aconteceram, e vai continuar avançando. Acho que está muito claro que há vontade política do Governo, que há vontade política do Congresso Nacional, do Senado, da Câmara dos Deputados. Nós demos a demonstração disso quando criamos o Ministério da Pesca. Dizem que hoje há ministérios demais, mas eu acho que o Ministério da Pesca é um ministério que está cumprindo a sua função, está cumprindo o seu papel na ajuda aos pescadores. (*Palmas.*)

Então no que depender do meu Partido, o PMDB, que preside hoje o Senado Federal e também a Câmara dos Deputados, e de mim, que sou o Presidente nacional do Partido em exercício – o nosso Vice-Presidente da República, Michel Temer, também é um defensor, um entusiasta da pesca no Brasil –, vocês podem contar com a gente, aqui no Senado Federal, na Câmara Federal, no Governo, onde a gente estiver, para colaborar e para ajudar.

E quanto a esse impasse que foi gerado, o Ministro Brizola já deu sinais de flexibilização na área do Ministério, eu acho que é possível resolver. Sou muito simpático a um ditado que diz o seguinte: no final vai dar tudo certo; se não deu certo ainda, é porque não chegou ao final. E isso, com certeza, vai dar certo também. Contem com a gente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero cumprimentar S. Ex^a, o Sr. Senador Valdir Raupp. Eu imaginava que ele fosse passar uns 30 minutos falando, mas foi de uma economia extraordinária.

Eu queria registrar a presença e cumprimentar a S. Ex^a, a Sr^a Deputada Elcione Barbalho, Deputada Federal do PMDB, do Pará.

Chamo o último orador inscrito para o debate nesta audiência pública, e não poderia ser diferente, pelo que ele representa, na representação do Nordeste brasileiro nesta Casa, no Senado Federal, de um dos mais prósperos Estados do Nordeste. Eu tinha dito a ele, na semana passada, que precisávamos ter muito cuidado, porque já existe uma grande divergência entre regiões, e não podemos ter divergência entre Estados. Mas eu queria cumprimentar o Senador Inácio Arruda, e ao mesmo tempo em que o cumprimento, eu concedo a palavra a V. Ex^a para as suas manifestações a respeito desta audiência pública.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda, como último orador. Depois darei a palavra ao Secretário Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho e, no final, daremos a palavra ainda aos palestrantes, por três minutos, para suas considerações finais.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, um bom dia a todos e a todas. Bom dia, pessoal! (*Manifestação da plateia: “Bom dia!”*)

Vamos ficar espertos. Acho que houve conquistas. Vocês vejam o papel do Congresso Nacional, de suas comissões: nosso Senador Benedito de Lira presidindo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; nosso Deputado Cleber Verde comandando uma frente parlamentar que trata desta questão-chave da produção brasileira, que é a pesca. E não há pesca sem pescador.

Eu, como um pescador de sossego, perguntei aqui para o nosso Presidente se ele conhecia sossego, e o Presidente disse: “Não, não conheço, não.” É um camarãozinho miudinho. Quando começa a bater o sereno, o sossego aparece, e a gente pesca o bichinho de landuá. Ele não estava sabendo. E um piauzinho puxado no anzol? Ele disse: “Isso aí eu conheço.” Porque essa pesca nós fizemos muito nos riachos e açudes ali da região metropolitana de Fortaleza, onde em todas as épocas cai um serenozinho.

O nosso problema é naquele grande sertão, que tem um Castanhão com 6,8 bilhões de metros cúbicos de água, onde se cria pirarucu. Só a produção do Castanhão triplicou toda a produção de pescado do Estado do Ceará. Veja o espaço que se tem para pesca no Brasil.

E se tem espaço para a pesca, criou-se um ministério, porque era importante. Não pode um País com esse litoral desse tamanho, com rios que criam bacias gigantescas como é a bacia de Belém... Naquela região onde nasce Belém, há uma grande bacia, um encontro de vários rios gigantesco com potencial de pesca extraordinário, pesca continental, onde estão nossos grandes rios: Paraná, Paraguai, Amazonas, Tocantins e, imaginem, o Araguaia, rios fabulosos para pesca, e o São Francisco inteiro, com vários barramentos, com condições de produção. São várias barragens no interior do Nordeste brasileiro para garantir a água para beber. E mais a pesca, a produção de pescado para alimentar o povo da nossa região Nordeste brasileiro. (Palmas)

E se cria um ministério que abre o espaço, como nos disse aqui o secretário, para a pesquisa, a ciência – criar pirarucu em cativeiro é ciência, ciência do povo brasileiro. A lagosta nós estamos estudando, o seringado nós estamos estudando lá no Laboratório de Ciências do Mar, na cidade de Fortaleza, para garantir mais pescado, mais peixe cultivado pelo nosso pescador do litoral nordestino. Então esse é o potencial da riqueza.

Agora, não se tem esse potencial sem as mãos dos pescadores, sem a sua organização, sem a sua estruturação. E digamos que, em última instância, as coisas são conquistadas com luta. Quer dizer, sem luta não alcançamos as vitórias que nós consideramos importantes.

As colônias foram reconhecidas, são muito respeitadas. No meu Estado, há a corrida de jangada e quem organiza são as colônias de pescadores. São queridas e respeitadas não só pela sua bravura de pescadores do mar, dos jangadeiros do mar, mas pela capacidade de produzir. Saíram arrastando jangadas do Ceará até o Rio de Janeiro, levando pescador do Rio Grande do Norte e Pernambuco, numa grande missão, à época, para o reconhecimento. São muito respeitadas.

Eu vejo, Abraão, que parece que aconteceu um mal entendido, mas um mal entendido que poderia causar prejuízos à organização dos trabalhadores que queriam reivindicar os seus direitos. Esse mal entendido, pela sua palavra aqui na nossa mesa, de homem que honra a tradição não só política, porque não é um problema de DNA, é um problema de política do seu avô, o nosso Brizola Neto, honrando essa tradição política – não é problema de DNA, porque isso não se transfere por DNA; é política – disse: “Vou honrar essa tradição.” Nada que fira o direito dos que trabalham e produzem a riqueza no nosso País... Se há mal entendido, se há portaria equivocada, está liquidada, está resolvido o assunto.

Acho que esta é uma conquista que vocês levam desse trabalho: a mediação do Congresso Nacional, a mediação do Ministério Público no sentido de ajudar e contribuir na organização social dos trabalhadores da pesca no Brasil. Acho que as colônias avançam, dão um passo adiante no processo de organização do nosso País.

No meu Estado, vocês são muito importantes, aqui no Estado de que eu sou quase conterrâneo, porque meu avô é de Currais Novos, minha avó é de Caicó e minha mãe, de Mossoró. Também sou conterrâneo aqui do Abraão. Nesse canto, pescador é muito querido e muito respeitado; e no Brasil inteiro. Se você for ao Rio Grande do Sul, verá que é a mesma coisa. Se descer pelos rios do Pará, não há o que discutir; e no Amazonas, nem pensar.

Então eu acho que a gente deve tratar...

Neste Centro-Oeste que não existia até o Juscelino ter coragem de enfrentar toda a grande mídia nacional, porque fez isto: enfrentou toda a grande mídia nacional e colocou a Capital aqui e o Centro-Oeste passou a existir para o Brasil – antes era só o litoral, agora também existe também o Centro-Oeste –, se descobriu que havia rios, havia peixes, havia potencial para produzir. O Cerrado, que diziam que não produzia nada, é o maior celeiro de produção de grãos do mundo. E esses grãos nos ajudam a cultivar peixe lá no Ceará. Imaginem como são as coisas!

Então, companheiros, um abraço. Vocês contem com o PCdoB, com um Partido comunista, um Partido dos comunistas, um Partido dos comuns.

Nós vamos continuar esperando aqui. Mais três minutos para um lado, três minutos para outro não é problema. Aqui há uma esquizofrenia senatorial: dez reuniões simultâneas. E, como tudo é televisionado, o cara quer aparecer em todas. Em umas reuniões, é obrigado, porque é membro. Se faltar, o presidente da comissão diz: “O Senador não está presente, o relator do processo faltou.” E o sujeito que está ouvindo isso no Ceará diz: “Cadê o Inácio Arruda, que não está relatando o processo e que foi chamado agora?” Daqui a pouco, haverá reunião da Comissão de Justiça, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Desenvolvimento Regional, de que tanto eu como o nosso colega que preside a Comissão de Agricultura somos membros também, outra missão árdua, para discutir temas de interesse dos Estados, como FPE e ICMS, que vão mexer com a estrutura de recursos dos Estados da Federação brasileira, e vamos estar presentes. Por enquanto, estamos aqui.

Um abraço. Contem conosco! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer a manifestação do Senador Inácio Arruda.

Eu havia anunciado que seria o último orador inscrito, mas vou abrir uma concessão toda especial, por merecer esse crédito, à Deputada Elcione Barbalho, que pediu para fazer as suas manifestações. *(Palmas.)*

Eu lhe concedo a palavra. V. Ex^a terá cinco minutos para fazer as suas manifestações. Com a palavra, a Deputada Elcione Barbalho.

A SR^a ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Bom dia a todos e a todas.

Obrigada, Sr. Presidente, por abrir esta exceção, mas quero pedir, de antemão, minhas desculpas aos companheiros. Eu estava fazendo um pronunciamento na Câmara. É uma luta muito grande, é um corre-corre que vivemos a semana toda nesta Casa. Mas vim para prestar a minha solidariedade e dizer, com muita alegria, desse recuo, dessa questão do diálogo que foi aberto com o Ministro Brizola. Isso me preocupou bastante.

Somente ontem, à noite, na saída da sessão, tomei conhecimento de que haveria este evento aqui, mas não poderia jamais me ausentar, até mesmo porque estou falando aqui não só representando o meu Pará, mas todo o meu Brasil, onde a pesca é fator de economia, é geração de emprego, é muito importante. *(Palmas.)* Precisamos, cada vez mais, incrementá-la.

Eu quero, neste momento, Senador Benedito, parabenizá-lo pela iniciativa. Quero cumprimentar o querido Presidente do meu Partido, Senador Raupp; o meu querido amigo Inácio Arruda; o Senador Acir Gurgacz; o companheiro Cleber Verde, que faz parte da nossa Câmara Federal; demais autoridades que fazem parte da Mesa; também o Abraão Lincoln, da Confederação, que tomou essa iniciativa também, que abraçou a causa mais do que justa; e também o Orlando Lobato.

Quero parabenizar as 13 delegações aqui presentes, as 13 colônias que também vieram fazer parte dessa grande frente e lutar pelos seus direitos. Parabéns! Contem comigo! Contem, com certeza, não só com o meu partido, mas também com todos os grupos de Deputados e Senadores que fazem parte deste Congresso Nacional. Sejam bem-vindos! Que consigamos levar essa luta firme e forte à frente.

Meu muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

Pela ordem, com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Presidente da Comissão da Agricultura, por esta brilhante audiência pública;

cumprimentar o nosso Presidente da Confederação, Abraão Lincoln, e os nossos convidados; agradecer pela presença aos nobres Senadores e Deputados Federais e, especialmente, aos pescadores brasileiros, que estão aqui para defender a sua causa. A presença de vocês aqui demonstra exatamente a preocupação e a responsabilidade que têm com os pescadores que ficaram nas suas cidades. Portanto, meus cumprimentos a todos vocês.

Eu entendo que esta audiência pública foi muito importante. O Ministério do Trabalho já sinalizou para o entendimento. Era exatamente isso que estávamos esperando como resultado desta audiência pública.

Portanto, meus cumprimentos a todos os pescadores. Podem ter certeza de que estaremos sempre aqui no Senado defendendo os interesses dos senhores, especialmente os dos nossos pescadores do Estado de Rondônia.

Um abraço a todos. E sejam sempre bem-vindos ao Senado. *(Palmas.)*

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz.

Ao se retirar desta audiência pública, o Ministro do Trabalho deixou como seu representante o Sr. Manoel Messias, Secretário de Relações do Trabalho. Gostaria de dizer a todos vocês que aqui se encontram que tive uma surpresa agradável. O Sr. Manoel será o operário junto ao Ministério do Trabalho para este encontro de soluções, e ficou praticamente definido aqui o compromisso do Ministro com a federação, tendo a participação do Ministério Público do Trabalho. Eu dizia ao Manoel que esta manhã de hoje foi maravilhosa. Vejam como é importante a mobilização dos segmentos de trabalhadores do Brasil.

Queria cumprimentá-los, cumprimentar a todos os representantes das confederações, da federação, das colônias, por esse comportamento exemplar que tiveram aqui, uma demonstração inequívoca de que as coisas são feitas com responsabilidade. A TV Senado mostrou para o Brasil como se reivindica sem baderna, sem agressão, sem fazer com que as pessoas fiquem intimidadas, no diálogo.

Assim, queria cumprimentá-lo, Lincoln, pela gestão que desenvolve à frente da Confederação Nacional.

Falei da minha alegria e minha surpresa: é que o Manoel, além de ser a autoridade que é no Ministério do Trabalho, também é conterrâneo, um homem do alto sertão do meu Estado, da cidade de Santana do Ipanema. Manoel, que coisa maravilhosa! Como vocês são sortudos, vocês que representam os pescadores!

Disse aqui que estou muito feliz por essa descoberta, por essa identificação. Tenho certeza absoluta,

Presidente, que vocês vieram pisando com o pé direito e agradecendo a Deus por terem chegado a Brasília e saírem daqui...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o direito e com o esquerdo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O que é isso, Inácio?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, só para abrilhantar o seu discurso, queria lhe dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pois não.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Temos pessoas aqui que andaram cinco dias de barco até Manaus, lá da calha do Solimões, para vir aqui assistir a esta audiência feita pela sua Comissão, pela Comissão de Agricultura e Pesca. Tem gente aqui do Oiapoque, do Rio Grande, de Corumbá, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Alagoas também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Exatamente.

Eu darei a palavra agora ao Secretário Nacional de Relações do Trabalho, Sr. Manoel Messias, que, nesta oportunidade, representa o Ministro Brizola Neto.

Depois de ouvir as manifestações das pessoas que lhe antecederam, logicamente fará um resumo do que haverá de acontecer, de hoje para amanhã, no Ministério do Trabalho com relação a essa portaria que foi editada em dezembro próximo passado, que criou essa preocupação junto às colônias de pescadores de todo o Brasil.

V. S^a tem a palavra para as suas considerações.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, quero dizer que é um prazer estar participando de uma comissão do Senado Federal presidida por um alagoano. Nosso pequeno, mas valoroso Estado tem contribuído enormemente para a democracia do País.

Queria cumprimentar os demais Senadores subscritores desse requerimento: Acir Gurgacz e os demais Senadores; o representante do Ministério da Previdência, Leonardo Guimarães; o representante do Ministério de Pesca e Agricultura, Átila Maia; o Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e da Agricultura; o representante do Ministério Público do Trabalho, Eduardo Antunes; o Sr. Elizeu Augusto, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca; e o Abraão Lincoln, Presidente da Confederação. E em nome do Abraão Lincoln, cumprimento todos os pescadores e pescadoras aqui presentes. Cumprimento os Deputados e demais autoridades presentes.

O Ministro do Trabalho já expressou a orientação com a qual vamos trabalhar. Eu queria apenas acrescentar algumas informações que são importantes para nós construirmos uma solução na linha que o Ministro tem orientado. Primeiro, temos dialogado, ao longo desses meses, desde que o Ministro assumiu o Ministério, por diversas vezes, com representantes da colônia de pescadores e fomos mostrando, ao longo de nossas conversas, as dificuldades que estávamos encontrando. Então, quando fomos obrigados a revogar a portaria, naquele momento, foi em função da situação que se apresentava de os instrumentos legais normativos existentes não estarem encontrando solução para os problemas que tínhamos que enfrentar no processo de registro. E que problemas são esses? É importante ficar claro. Há um vazio, do ponto de vista legal ou normativo – podemos encontrar uma solução administrativa, que será mais rápida –, em relação a alguns aspectos para os quais precisamos encontrar a solução.

O primeiro é o registro sindical. O Ministério do Trabalho faz registro sindical, porque o Supremo Tribunal Federal disse que o Ministério do Trabalho deveria fazê-lo enquanto não tivesse uma lei que dissesse onde se registra sindicato. Então, registramos sindicato porque o Supremo determinou que nós registrássemos enquanto uma lei não determinasse. A lei da colônia de pescadores não fala no registro sindical. Temos que encontrar uma solução para essa questão.

A segunda questão. A lei não trata, como o Ministro muito brilhantemente expressou aqui, da forma para resolver o problema de conflito de unicidade sindical, porque a Constituição fala em Município e as colônias são organizadas por zona. Então, temos que ter uma forma, e aqui se colocaram algumas alternativas interessantes, de resolver eventuais conflitos sindicais, conflitos de unicidade sindical. Ressalve-se: conflitos de unicidade sindical que já estão dentro do Ministério. Fomos obrigados a parar o processo, porque se apresentaram conflitos em relação à unicidade sindical, e não tínhamos instrumentos para resolver esses conflitos.

Terceiro aspecto. Precisamos claramente definir, e a lei e a norma não resolvem o problema completamente, o problema da contribuição sindical. São três questões para as quais temos de encontrar formas, normas ou leis que deem parâmetros à ação do Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho não pode dizer se uma colônia é mais legítima do que outra. O Ministério do Trabalho não pode dizer para as colônias de pescadores: “Juntem-se em uma só.” Não pode uma norma, uma portaria dizer: “Juntem-se em uma só.” O Ministério do Trabalho está proibido de fazer isso. E o

Supremo tem, reiteradas vezes, quando nos manifestamos muitas vezes com relação ao fato, dito: “Vocês não podem interferir na organização sindical”. Então, temos questões que não podemos fazer. E precisamos ter normas, precisamos ter regras para conceder o registro de uma colônia ou outra. São os três aspectos que vamos enfrentar.

Temos 230 colônias com registro no Cadastro Especial de Colônia de Pescadores, não no cadastro de entidades sindicais, 13 federações e a confederação, e 291 processos. Ou seja, com apenas 230 colônias, já enfrentamos inúmeros problemas de conflitos.

Se continuássemos trabalhando sem resolver esses problemas, o que encontraríamos ao ter que trabalhar? Por isto tivemos de dar um freio de arrumação: para encontrar uma saída legal para nossos procedimentos. Ressalve-se: o Ministério do Trabalho e Emprego existe, em função de o País ter se modernizado, avançado, para construir direitos dos trabalhadores. E os direitos dos trabalhadores no Brasil, infelizmente, não foram instituídos para todos, num primeiro momento. Quando se instituiu a CLT, ficaram de fora segmentos importantíssimos da organização dos trabalhadores. Lembrem-se de que a CLT, à época em que foi instituída, não abrangia os trabalhadores rurais – só depois se incorporaram os direitos dos trabalhadores rurais –, não abrangia, como até hoje não abrange, as trabalhadoras domésticas. Os direitos do trabalho ainda não abrangem todas as categorias. Por isso, é importante a organização dos senhores e é importantíssimo o reconhecimento que o País fez à atividade da pesca ao longo dos últimos anos, tornando-a, de fato, uma atividade importante para a economia do País e para a vida de todos vocês. É importante esse reconhecimento e é muito importante a luta de vocês para que isso se constitua como direito e não como política de um governo. Esse é um fato importante. É claro que isso requer organizações de classe, organização representativa dos pescadores, para que isso esse direito se constitua e se possa lutar por mais direitos.

Então, um ato positivo do Ministério do Trabalho é a absoluta consciência do caráter histórico das colônias de pescadores. E nos interessa resolver esse problema, encontrando, definindo normas que possamos seguir para proceder ao registro. Lembrem-se: o Ministério do Trabalho só pode fazer aquilo que a lei determina ou aquilo que tem embasamento legal para ser feito. Nós não podemos legislar. Esse é um ponto concreto.

Por esses aspectos, Senador, eu quero deixar na mão da Comissão, através do senhor, todo o entendimento do Ministério do Trabalho sobre esse tema, inclusive, de forma clara, detalhada, quais as dificuldades legais que nós encontramos, porque estamos

convencidos de que, além de trabalharmos juntos com as colônias de pescadores, com o Ministério Público do Trabalho e com outras instituições, precisaremos contar com o apoio dos Senadores e Deputados para resolver alguns dos obstáculos. Para alguns obstáculos, talvez, se não encontrarmos uma solução administrativa, sejam necessárias alterações legais. Há determinadas questões que, talvez, tenham que ser resolvidas por questões legais.

Gostaria de concluir, dizendo que temos uma audiência pública amanhã. Quando revogamos a portaria, havíamos dito às representações das colônias de pescadores que faríamos uma audiência pública para ouvir as opiniões, para construir uma solução, ou seja, não a revogamos simplesmente. Nós a revogamos já nos comprometendo a criar um instrumento para construir uma solução para o problema. Por isso, vamos fazer essa audiência pública. Há mais de 230 pessoas inscritas, inúmeras colônias, federações, entidades sindicais, centrais. Autoridades se comprometeram a participar da audiência pública, amanhã, que se realizará a partir das 10 horas, no auditório do DNIT, no Setor de Autarquias Norte. Além dessa grande contribuição que a Comissão de Agricultura do Senado nos dá – foi muito importante esta audiência –, queremos ouvir, formalmente, outras posições. Lá – e essa é a posição que vamos encaminhar amanhã – pretendemos constituir um grupo de trabalho para, de forma muito rápida, encontrar uma solução legal ou normativa para esses problemas, esses obstáculos apresentados.

Por isso, deixo ao Senador este documento. Está aí a visão da Secretaria de Relações do Trabalho, a nossa visão do jurídico, e o que achamos que deve ser resolvido para que possamos retomar, de forma mais rápida possível, o procedimento de reconhecimento das colônias de pescadores, se esse for o caminho que temos de seguir. Nós temos preocupação com isso.

Lembrem-se de que o Supremo, em algum momento em que tentamos normatizar a colônia de pescadores em relação ao acesso ao seguro defeso – tratava-se de um parecer da colônia de pescadores para que o pescador acessasse o seguro defeso – nos proibiu de fazer isso, dizendo que não poderíamos fazer nenhum movimento que exigisse filiação do pescador à colônia. No momento em que tentamos atuar nessa área, o Supremo disse: vocês não podem fazer determinados procedimentos. Então, nós temos que nos mover com cuidado, com segurança, para respeitar a legalidade para isso.

Obrigado pela oportunidade. O Ministério do Trabalho está comprometido com a busca de uma solução. Esta audiência foi fundamental, Senador, para que nós possamos construí-la. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Dr. Manoel.

Com a palavra o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ

– Eu queria informar ao Ministério do Trabalho que as colônias não são zoneadas. Há um acordo internacional, histórico, milenar, de que cada país que tenha as embarcações...

Por exemplo, é uma questão de segurança do trabalho: um barco do Brasil na divisa com o Uruguai, um barco do Rio Grande do Sul, se naufragar ou acontecer qualquer coisa, a referência do z – no Brasil, a gente usa o z – é a referência caso encontrem uma tábua daquele barco, uma boia, qualquer coisa que referencie para a Marinha daquele país, o Uruguai, no caso, ou a Marinha brasileira, que aquele barco é brasileiro e é da região do Rio Grande do Sul.

O nosso zoneamento internacional é de segurança do trabalho da navegação. Lamentavelmente, a Marinha não está aqui para informar melhor. Mas isso ocorre porque, por exemplo, na Europa, onde os países são menores, Senador, acontece muito de um barco de um país vizinho naufragar e aparecerem pedaços dele em outras praias de outros países pequenos, na África. Então, esse zoneamento não tem nada a ver com a questão de ordem trabalhista, mas, sim, de segurança da navegação e da vida humana no mar.

É tanto que só é usada pela Marinha – o Senador que é do Ceará sabe disso –, aqui, nos Estados onde temos a questão do território marítimo e nos grandes rios, como Amazonas, Negro, e uma parte do São Francisco.

A questão do z – eu quero esclarecer aqui ao Senado e ao Ministério do Trabalho – não tem nada a ver com a questão da referência. É uma questão de navegabilidade. Portanto, isso não quer dizer que possa haver dez, vinte, cinquenta, cem ou mil colônias. Isso aí não tem nada a ver. Eu queria fazer essa reflexão com o Ministério do Trabalho. (*Palmas.*)

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

– Se me permite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Manoel.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

– Quando eu falo a palavra “zona”, não estou tratando a questão da z, Abraão. É que, de fato, nós temos – é importante que vocês saibam, como já foi reconhecido aqui, infelizmente – em alguns Municípios, mais de uma colônia de pescadores, e isso gerou conflito dentro do Ministério.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ

– Isso aí está resolvido já.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

– É disso que estou falando. Então, não quero entrar na questão da utilização das zonas como referência. Não é essa a questão que está colocada. Primeiro.

Segundo, Senador, esqueci-me de fazer um comentário. Em todo o sertão de Alagoas, infelizmente, na minha cidade, não há colônia de pesca porque o meu rio é temporário, a esta altura está seco, há dois anos que não há água lá, então não há como ter colônia de pesca. É uma pena!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu vou conceder a palavra a Roquelina. Quem é Roquelina? Levante-se, por favor. A Roquelina é uma pescadora, e há outras. Ela é pescadora e, pela informação que tive, gostaria de recitar um poema. Ela é poetisa também. (*Palmas.*)

A SR^a ROQUELINA – Eu tenho que controlar a emoção. Bom dia a todos vocês. Eu quero agradecer muito a Deus por este momento maravilhoso, por esta coragem que temos, por esta alegria de sermos pescadores.

Eu gostaria de recitar um poema para vocês, de minha autoria. Deus me permitiu ser poetisa.

Que os Mares.

A natureza é uma beleza sem igual.

Às vezes, até o mar se apresenta para nós em forma de estrada,

cheio de verde vida, que nos convida a lhe contemplar.

Quantas maravilhas neste mundo há!

Há oceanos e pequenos mares, onde os peixes têm seus lares.

Que maravilha são os mares, vistos do alto dos vales!

*E o que será que dizem os navegadores,
em seus barcos à vela, sempre a velejar,
sob o vento suave e a brisa do mar?*

*Onde a natureza está sempre a ensinar,
é preciso entender que o mar é uma fonte de vida ajudando*

o homem a viver.

A natureza, esta maravilha, que nem todos conhecem o seu potencial de amor.

Te amo, natureza, em qualquer lugar que eu esteja.

Afinal, nós somos natureza.

Muito obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Olha, eu queria, aproveitando o encerramento desta audiência, cumprimentar a Deputada Fátima Pelaes e o Deputado Lelo Coimbra.

Dando sequência, vou conceder a palavra ao Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas da Previdência Social.

Tem três minutos para as suas considerações finais.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

– Obrigado, Senador.

Eu acredito que esta audiência pública foi muito importante para avançarmos no encaminhamento da solução. Repito: na visão do Ministério da Previdência, não há nenhum problema em relação aos pescadores continuarem tendo acesso a todos os seus benefícios, e as colônias, independentemente de reestruturação ou não, continuam sendo entidade representativa para o Ministério da Previdência Social. *(Palmas.)*

Essa iniciativa de fazer a fusão das colônias em Municípios em que há mais de uma colônia, que foi deferida aqui, é importante para efeitos de fato da unidade sindical. Acho que esse é um caminho. Na minha interpretação, inclusive, o art. 1º da Lei das Colônias já estabelece isso, na medida em que diz que se aplica o art. 8º da Constituição às colônias, e o inciso II fala justamente da questão da unicidade sindical em nível municipal.

Então, acredito que esse assunto está resolvido. É, agora, questão de implementação e, repito, o Direito Previdenciário independe da fusão, porém para o Ministério do Trabalho é necessário esse cumprimento.

Lembramos a importância que tem a Previdência para os pescadores, a importância, eu diria, para a garantia da sua sobrevivência em momentos de doença, na maternidade, na aposentadoria e como instrumento importante de proteção ao trabalho. Também, a importância do trabalhador, pescador, para o Ministério da Previdência.

As portas do Ministério da Previdência estão sempre abertas para todos, o Abraão sabe muito bem disso. Todas as demandas que o setor tem sempre serão bem recebidas, discutidas e analisadas pelo Ministério da Previdência.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, que representa, aqui, o Ministério da Previdência Social.

Eu concedo a palavra, por três minutos, ao Sr. Átila Maia da Rocha, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O SR. ÁTILA MAIA DA ROCHA – Sr. Presidente, senhoras e senhores, vou fazer um resumo bem rápido, uma síntese do entendimento que nós tivemos nesta manhã.

Primeiro, ficou claro, aqui, o prestígio do segmento, demonstrado por todas as pessoas que aqui estiveram e ainda estão, e, além disso, tivemos a participação, aqui, de três Ministérios e 27 Parlamentares.

Isso demonstra a força social e a força econômica dos pescadores na economia brasileira e na sociedade brasileira.

Segundo, concordo com o Senador Inácio Arruda. Está muito próximo de um pequeno erro de comunicação, lembrando que comunicação não é o que se escreve, não é o que se lê, não é o que se fala, mas, sim, o que se entende. E a Portaria nº 547, com certeza, causou um entendimento errado do que se pretendia. E isso ficou bastante confirmado em função do posicionamento do nosso Ministro Brizola Neto, que aquiesceu aqui ao pleito, a todas as colocações que foram feitas. Aproveito para fazer um apelo ao Abraão no sentido de agilizar a fusão das colônias, de forma que, em cada Município, tenhamos uma única representação, um único código. Com isso, tenho certeza de que esse problema será resolvido em definitivo.

Por último, agradeço a participação de todos por termos vivido aqui um momento importante. Em pleno Senado Federal, todos nós tivemos oportunidade de viver, de comprovar, que pequenas divergências não podem, em hipótese alguma, apagar as convergências. *(Palmas.)* E a grande convergência de todo o País no que se refere ao setor pesqueiro é de que o Brasil seja, no prazo mais curto possível, o maior produtor de peixe do mundo, e isso irá acontecer. Podemos discutir apenas o tempo, mas essa é uma evidência e não há como correr desta evidência.

Finalizando, não poderia deixar de cumprimentar o Abraão por esse movimento que fez, que está servindo de exemplo para todos os segmentos da sociedade brasileira de como se faz uma reivindicação que se resume basicamente nas iniciais de quatro palavras que vivemos durante este momento aqui: articulação, sem articulação não se viabiliza nada; mobilização, que é o que estamos vendo aqui com todo mundo aqui; responsabilidade e organização.

Essas quatro palavras, em suas iniciais, significam amor, e é assim que o Abraão atua à frente da colônia dos pescadores, a Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra ao Presidente da Confederação dos Pescadores Sr. Abraão Lincoln Ferreira.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador Benedito Lira, Senadores aqui presentes, como não enxergo direito – todo mundo sabe disso –

peço para que todos se sintam nominados, Deputados e autoridades aqui presentes.

Mais uma vez esse Congresso faz história. Como falei no início, são os técnicos que estão aqui e hoje são grandes autoridades, como o Secretário Nacional de Previdência, Leonardo Rolim; Brigadeiro Átila Maia, companheiro da Comissão de Agricultura; Rogério e, como não enxergo direito, não vou dizer tantos outros para não cometer injustiça, os que construíram de 88 até há três anos, a legalidade do setor pesqueiro brasileiro.

Meus amigos, meu procurador, depois da lei ser aprovada nesta Casa, nas duas Casas, depois de o Presidente Lula ter sancionado, precisamos, Senador Benedito Lira, recorrer ao Ministério Público do Trabalho porque forças ocultas não desejavam que os pescadores brasileiros tivessem carta sindical e registro (*Palmas.*)

Senador Benedito Lira, vou lhe dar um número porque fiz questão de contar – e muitos Senadores e Deputados que estão aqui se lembram muito bem disso –: nós fomos a 35 audiências no Ministério do Trabalho. Imaginem essa ruma de homens e mulheres que saem da calha do Solimões, do Oiapoque, do Chui, de Corumbá. Tem presidente de colônia que está com o filho no braço! E se não fosse o Ministério Público do Trabalho ajudar esta categoria, que, na visão de muitos, é uma categoria de indigentes que não merecia ter registro, mesmo havendo colônias bicentenárias e uma confederação com 92 anos de idade... Ainda existe gente que quer que esta categoria seja como muitas pessoas que nascem e morrem sem direito de serem registradas.

Presidente Benedito de Lira, vou lhe dizer uma coisa de que o senhor não tem conhecimento: do meio desta categoria já saiu um Presidente da República, o Presidente Café Filho, pescador e catador de caranguejo e fundador da Colônia Z-4, de Natal. Nos manuscritos da colônia está a sua caligrafia. Portanto, o primeiro trabalhador a ser Presidente do Brasil foi um pescador, catador de caranguejo. (*Palmas.*)

Eu não sei por que muitos tentam esconder isso, Senador Benedito de Lira. Pois eu tenho andado por este País todo, Senador Valdir Raupp, mostrando ao povo que pescador também é gente. E nós mostramos sabe como? Vindo para cá, pedir o apoio desta Casa. Mas não pedimos nenhum real, nenhum prato de comida ou um lugar para dormir. (*Palmas.*)

O que o Congresso Nacional tem feito pelos pescadores é abrir suas portas e escutar o seu clamor pela legalidade e não para pedir esmola. Nós estamos aqui, Senador. Quando terminar esta audiência, nós vamos embora, por uma única razão: há três dias estamos aqui em Brasília, sem pedir nada a ninguém, nem no

Ministério da Pesca, que é a nossa casa, nem aos Senadores, nem aos Deputados e nem a ninguém. Nós estamos com dificuldade, e é por isso que eu queria pedir aqui ao meu Secretário do Ministério do Trabalho, nosso conterrâneo nordestino, que sabe do que estou falando. Muitas colônias aqui são do sertão, onde nem água mais existe, inclusive na sua terra, Senador Benedito, que é a terra dele. Ninguém sequer pode se considerar mais pescador porque, não havendo água, não há peixe.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É verdade.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Mas eu queria fazer um apelo. Noventa por cento das pessoas que estão inscritas na audiência de amanhã, com certeza, são o nosso povo. E não temos condições de continuar aqui até amanhã, pelo cansaço econômico, e não queremos quebrar uma tradição nossa de não pedir nada a ninguém. Queríamos aqui pedir o apoio inclusive do Ministério Público, dos Senadores, do meu Secretário do Ministério do Trabalho, que permitam que nosso povo volte para casa porque nossas dificuldades já estão grandes e não temos condições de permanecer aqui. (*Palmas.*)

Eu tenho um companheiro aqui, que falou comigo agora, o Barroso ali, que gasta cinco dias de barco para vir descendo, e sete dias para subir, lá na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Se o vento ajudar, não é?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRADA CRUZ – Se o vento ajudar, daqui a sete dias ele chega em casa. Sai hoje, porque daqui para Manaus ele vai de avião.

Então, eu queria pedir a todos que compreendam as nossas vidas, porque nós nunca viremos aqui para pedir um real ou um prato de comida. (*Palmas.*)

Agradeço aos Senadores, agradeço aos Deputados, ao Ministro Brizola, que sabe melhor do que ninguém, porque conviveu conosco. Aqui está a federação do Rio de Janeiro com suas colônias, andando por esses corredores, para fazer com que a gente tenha o direito a existir de direito, porque, de fato, nós já existimos há muitos milhares de anos neste Planeta.

Com a força da minha alma, eu quero agradecer a todos vocês. À imprensa que está aqui. Escutei depoimentos de jornalistas ali, dizendo aquilo que o Senador falou. Nós não somos de fazer baderna, nós não somos de quebrar Congresso, nós não somos de invadir prédio de ministério nem de bater em ninguém. Nós viemos atrás dos nossos direitos. (*Palmas.*)

E, mais uma vez, ao Ministério Público, como eu disse lá para todos os procuradores: nós não viemos aqui pedir socorro, viemos perguntar se nós temos

direito. E o Ministério Público tem nos apoiado nesta luta, porque ele sabe que a legalidade existe.

Então, os pescadores do Brasil devem uma atenção especial ao Congresso Nacional, e eu queria um “viva!” de todos os meus companheiros ao Congresso Nacional brasileiro. (*Manifestação da plateia.*) Deus abençoe a todos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Senador Acir Gurgacz, pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu saúdo, mais uma vez, e cumprimento todos os pescadores, muito bem representados aqui pelo nosso presidente da confederação, Abraão Lincoln, que fez um discurso emocionado e muito verdadeiro com relação a essa profissão, que é uma das mais antigas do Planeta, a dos pescadores.

Faço um apelo, mais uma vez, ao Ministério do Trabalho. Eu o fiz na presença do Ministro Brizola Neto, que é o nosso Ministro do PDT. Peço agora ao Secretário Manoel Messias para que cancele essa audiência pública de amanhã e dê como encerrado este assunto, em favor dos nossos pescadores. (*Manifestação da plateia. Palmas.*) É esse o apelo que faço ao Ministério do Trabalho.

Muito obrigado a todos, cumprimentando o nosso Deputado Márcio Rogério, do Estado de Rondônia, que está aqui presente também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Acir.

Passamos a palavra agora ao Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Sr. Presidente, vou ser breve. Quero cumprimentar o Senador Inácio Arruda, o Senador Valdir Raupp, o Átila Maia, o Ministério Público, cumprimentar V. Ex^a, o Senador Acir Gurgacz, o Manoel Messias, cumprimentar, enfim, o Eliseu, o Leonardo e a todos e a todas.

Ouvindo aqui o Abraão, tenho certeza de que ele emocionou a todos nós, com o depoimento e uma fala que vem da sua alma. Logo após ouvirmos aqui a nossa poetisa, eu acho que o Abraão, certamente, enfatizou, com toda a pureza da sua alma, o seu sentimento e a sua fala, que, como eu disse, nos emocionou.

Mas, ouvindo nossa poetisa, eu me lembrei – e esta audiência hoje tem uma grande representatividade – de um poeta português que diz que “o valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem”.

Então, esta reunião, que já dura cerca de três horas – realmente tem pouco tempo, mas é muito intensa – nos faz concluir que, de fato, houve aqui algumas propostas muito coerentes que o Ministro, inclusive, aquiesceu como sendo muito boas.

Eu inclusive mencionei ao ministro, na minha fala, que o Congresso, a Câmara apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2013, para sustar os efeitos da sua portaria. E ele bem disse: “Sustar os efeitos não vai resolver o problema.” É verdade. Mas há aqui uma solução.

Foi apresentada aqui uma solução. E é lógico que o Congresso está na sua legitimidade de apresentar um projeto de decreto para sustar o efeito da portaria do ministro, mas fica, é óbvio, sem uma solução prática.

E o que foi colocado aqui pelo Abraão Lincoln, no sentido de poder fazer a fusão, encontrar uma solução conjunta, criar uma comissão especial formada pela engenharia de pesca, pela própria representação da confederação de pescadores, pelo Ministério do Trabalho, que vai acompanhar, em alguns Municípios. Porque, no Maranhão, por exemplo, não existe, em um Município, mais de uma colônia; só há uma colônia. Em Alagoas também, como no Ceará. Enfim, na grande maioria dos Estados do Brasil, não há mais de uma colônia nos Municípios. Então, não há problema de unicidade sindical naquele Município. Não há problemas.

Portanto, a solução está clara, está aqui visível diante do que foi colocado pelo Abraão: naquele município pontual em que há problema, busca-se, através desta comissão, os entendimentos para fazer uma eventual fusão ou, quem sabe, num diálogo, encontrar a solução para que a colônia que tem o seu registro mais antigo possa prevalecer. Enfim, é uma questão de diálogo, o que estamos fazendo aqui nesta audiência. E com esse tempo que temos aqui, essas três horas, já certamente encontramos uma solução que o Ministro entendeu prontamente, solução para a discussão dessa portaria que revogou a portaria anterior, que já emitiu centenas de cartas sindicais.

Portanto, eu quero só deixar para reflexão, Manoel Messias. Peço aqui, em nome da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura desta Casa, Manoel Messias... Acredito que o Ministro e V. Ex^a entenderam bem as razões pelas quais – o presidente da confederação citou aqui as dificuldades – é difícil manter mais um dia os nossos queridos presidentes de colônias aqui em Brasília. São dificuldades que viveram com o deslocamento de vinda, inclusive de volta. Eu vi aqui senhoras com crianças nas mãos, que fizeram questão de estar aqui, presidentes de colônias.

Portanto, em nome desses presidentes de colônias, que vieram de longe, em nome desses compa-

nhieiros que aqui estão... Eu acho que esta audiência, que tomou vida pelo Senado, já resume e já conclui exatamente o que quer as nossas entidades de pescadores. *(Palmas.)*

Portanto, não vejo necessidade de fazermos mais uma audiência amanhã, como disse o Abraão, porque a grande maioria que está inscrita são companheiros e companheiras que aqui já estão, e já encontramos aqui uma solução para esse grande problema.

Portanto, quero também fazer minhas as palavras do Senador Acir, em nome da Frente Parlamentar Mista, que integra quase 320 Deputados, 38 Senadores, que V. Ex^a, em nome dessa frente, em nome dos Senadores, das colônias aqui presentes, possa já atender a esse apelo nosso, para que possamos sair daqui já com essa definição aqui apresentada, de uma solução prática e objetiva.

Para concluir, só para uma questão de avaliação. V. S^a diz que a lei das colônias não menciona critérios de representatividade sindical. É verdade. Mas a Constituição Federal, a nossa Carta Magna, que é a Lei Maior, é clara no art. 8º. Ela equipara as colônias aos sindicatos. *(Palmas.)* Portanto, não há o que questionar. Eu sou advogado, V. S^a talvez seja advogado também. É uma interpretação clara da nossa Constituição, que é a Lei Maior deste País. Então, quando o legislador, nós aqui, aprovamos a Lei da Pesca e não definimos isso, é porque a Constituição Federal é clara. Então, isso serve para reflexão de V. S^a.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Deputado Cleber pela sua participação.

Concedo a palavra ao Sr. Luis Antonio Camargo de Melo, Subprocurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

O SR. LUIS ANTONIO CAMARGO DE MELO – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós debatemos bastante aqui esta manhã e, infelizmente, eu vejo um retrocesso entre as palavras do Ministro do Trabalho e, agora, do Sr. Secretário de Relações do Trabalho. *(Palmas.)*

O Sr. Ministro colocou como único óbice aqui para que nós encaminhássemos o registro das colônias de pescadores a questão da unicidade sindical. Conseguimos tirar uma proposta aqui de fusão, incorporação, etc., enfim, seja lá que nome se dê, para que tenha uma entidade apenas por município; e nós do Ministério Público do Trabalho nos dispomos a acompanhar, fiscalizar e orientar. Mas o Sr. Secretário de Relações do Trabalho agora nos coloca que também o entendimento do Ministério do Trabalho é que as colônias não

há previsão legal de seu registro e nem possibilidade de receberem contribuição sindical.

Eu faço eco às palavras do Sr. Deputado que me antecedeu aqui, porque creio que o art. 8º da Constituição Federal é norma clara e suficiente para determinar que as colônias de pesca sejam equiparadas em todos os aspectos aos sindicatos. *(Palmas.)* E, portanto, não vejo esses óbices. Mas, infelizmente, cabe-me registrar essa posição pelo menos ao Sr. Secretário aqui, o que o Sr. Ministro não colocou.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Sr. Luis Antonio Camargo.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho.

O SR. EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI – Sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ah, desculpe.

Para encerrar a lista de convidados, concedo a palavra ao Sr. Eliseu Augusto de Brito, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca, para suas considerações finais.

O SR. ELISEU AUGUSTO DE BRITO – Sr. Presidente, demais autoridades, gostaria de colocar o seguinte: concordo com a última palavra, que tem a força de retrocesso. Infelizmente, por ser chamado Manoel Messias, a gente esperava que tivéssemos realmente aquele Messias. *(Palmas.)*

Gostaria de dizer que há uma brincadeira, eu que sou pernambucano – com muita honra, virei rio-grandense-do-norte –, que fazemos com os cearenses, que diz que tem cearense em todo lugar. Quando o homem chegou à Lua, o cearense já estava lá.

Então, ouvi a história de que, em Santana do Ipanema, não tem pescador. E tem. Não tem a colônia; tem o pescador que vive em Santana do Ipanema e está sofrendo com essa seca. E tem a região que abrange, por exemplo, os pescadores pequenos que são de lá – a colônia não existindo.

Mas eu queria informar a vocês que o Nordeste brasileiro – muita gente pensa que não tem isso, que é só sofrimento; temos sofrimento, sim, mas não é só isso – está abrigando em Paulo Afonso – Santana do Ipanema faz parte dessa região, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe – o 18º Congresso de Engenharia de Pesca. A grande chamada do nosso congresso são a sustentabilidade e a sobrevivência do pescador, porque, infelizmente, não temos como deixar de fora essa categoria que se chama pescador, porque, na dependência de tudo o que vamos fazer na área científica, todos os que trabalham sempre têm de recorrer àquele pescador. Por mais que a área técnica, cien-

tífica seja importante, há um determinado momento em que aquele pescador é muito mais importante que todos. *(Palmas.)*

Por isso, desde que assumi essa federação, busquei essa parceria com os pescadores e digo: solução tem. Estamos com os encaminhamentos colocados. Precisamos, sim, apenas unir algumas colônias – alguns Municípios têm mais de uma –, para que tenhamos o processo.

Agora, eu não poderia nunca deixar de colocar que tenho 200 colônias que, digamos, têm problema. E as demais ficam paradas? O órgão que mais tem problema neste País – e todo o mundo sabe, não é preciso citar nenhum –, de norte a sul, de leste a oeste, é o Detran. Já pensou que se, por conta do Rio Grande do Norte – eu falo aqui no Rio Grande do Norte, porque sou do Rio Grande do Norte; ou Pernambuco, a minha terra de nascimento, suspendessem todos os registros de todo mundo? *(Palmas.)*

Eu tenho de dizer que a gente precisa, sim, separar o joio do trigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Senador. Muito obrigado, pescadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Bom, queria agradecer a presença do Deputado Marcos Rogério, Deputado Federal do PDT de Rondônia.

Messias, vou quebrar o protocolo e vou fazer um resumo do que vimos aqui.

Eu poderia lhe conceder a palavra e encerrar, mas vou fazer alguns comentários e lhe passarei a palavra, para que possa manifestar-se diante dos apelos que foram formulados.

Esta é uma audiência pública, a primeira, se a memória não me falha, depois da minha presença nesta Casa, com esse número de pessoas. Mas não são pessoas curiosas, tampouco ninguém que se pegou na rua e a quem se deu uma quentinha para que viesse para cá. É uma audiência pública de pessoas que, na verdade, vivem da atividade pesqueira neste País. *(Palmas.)*

Vieram para Brasília com inúmeras dificuldades, e o Presidente da Confederação, lá atrás, no começo desta semana, dizia-me que os pescadores da Região Norte, com especialidade aqueles que vivem lá nos confins do Estado do Amazonas, iam enfrentar quatro ou cinco dias de rio abaixo para vir a Brasília.

Eu considero, Messias, que esta audiência encerra as ações, tudo de que se poderia duvidar com relação à forma como fora convocada.

Agradeço, sem dúvida nenhuma, aos Deputados e Senadores que subscreveram o requerimento, para que pudéssemos efetivar esta audiência pública.

Nós tivemos uma alegria ímpar com a presença do Ministro Brizola Neto, que, ao chegar aqui, desprovido de qualquer tipo de resquício que pudesse ter ou de luta sindical, encontrou imediatamente a solução do problema. Se houver um entendimento entre a Federação, o Ministério Público, logicamente respaldado pelo Ministério do Trabalho, estará encerrada e revogada a portaria. *(Palmas.)*

Eu compreendo perfeitamente as posições de cada um nos postos públicos que ocupam. Mas quero lhe fazer um apelo aqui, não apenas como Senador da República e como Presidente desta Comissão, mas também como conterrâneo: encerre esta audiência pública amanhã, porque ela já foi feita hoje. *(Palmas.)* Não faça com que essas pessoas possam retornar à sua origem, aos seus Estados, às suas cidades com a expectativa da dúvida, e o senhor contará com o nosso apoio.

O Ministro já deu, com absoluta transparência, a sua posição. Se nós formos na hipótese de criarmos algumas normas legais, nunca mais na vida haverá colônia de pescador – se esperarmos que algum projeto de lei tramite nesta Casa para definir algumas dificuldades por acaso existentes.

A Constituição já dá a clareza, e a lei que regulamentou o artigo. E a Portaria existia desde 2010 e foi revogada agora, apenas para... Como diz o adágio popular, tem-se de dar um freio de arrumação, e, quanto a esse freio de arrumação, Messias, foi exatamente encontrada aqui a solução.

Os pescadores modestamente, com muita simplicidade, chegaram ao entendimento maior de que não criarão a menor dificuldade para que as coisas possam continuar no seu ritmo normal.

Então, eu queria, minha gente, agradecer aos meus companheiros do Senado Federal a sensibilidade, a compreensão, a participação e a presença de cada um e as manifestações que fizeram. Eu queria agradecer ao Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e dizer, Lincoln, que a sua emoção é a emoção de todos nós. Você falou com a alma, com o coração para os seus companheiros do dia a dia.

E olhe, Messias, o sertanejo é, realmente, um lutador, um forte, um bravo, porque, para enfrentar as dificuldades que estão enfrentando os sertanejos do Brasil no Semiárido brasileiro, é preciso, como disse Euclides da Cunha, ser um forte. Mas, mais forte do que o sertanejo, é o pescador; e mais corajoso do que ele, é o pescador. *(Palmas.)*

Eu lhe digo e, às vezes, fico a repensar, meu querido Senador Acir. Esses homens botam um barco, muitas vezes movido à vela, com motor muitas vezes sem as revisões necessárias, e invadem o mar,

passando oito, dez dias em alto mar, para arrancar o sustento da família e abastecer o mercado dos consumidores do peixe.

Então, esse povo merece, sem dúvida nenhuma, não só o nosso respeito, mas acima de tudo a nossa compreensão. E eu lhe faço este apelo: vamos dar como encerradas as audiências públicas, no que diz respeito a esse assunto da portaria baixada pelo Ministério do Trabalho em dezembro próximo passado, para que o Ministro... (*Palmas.*)

Olha, existe um adágio na vida pública e pessoal. Ninguém é obrigado a assumir compromisso; na proporção que assume, é obrigado a cumprir. E o Ministro Brizola, ao sair desta audiência pública, afirmou e reafirmou, meu caro Manoel, que, pelo entendimento havido, o impasse estava resolvido. (*Palmas.*) Então, eu queria lhe fazer este apelo: atenda ao chamamento do povo.

Nós não podemos ir de encontro à vontade do povo, porque a representação política não é restrita apenas a nós que exercitamos e exercemos o mandato popular, mas a todos os entes públicos e a todos aqueles que exercem atividade pública.

Nós já tivemos a oportunidade de ouvir o Ministério Público do Trabalho, que é obrigado a ser o fiscal da lei.

E eu cochichava aqui com o Manoel e dizia a ele o seguinte: quando a gente – e aqui com especialidade o Assis sabe disso – não tem muito interesse em solucionar um problema, a gente cria um grupo de trabalho, com 10, 15, 20 pessoas. E, depois, cada um tem um problema no dia de fazer as reuniões. Por isso, não faça mais isso. Atenda ao apelo do seu conterrâneo, dos Senadores, e desses que aqui vieram para cumprimentá-lo, para vê-lo, para ver o Ministro. Mas vieram não apenas para olhar apenas para os seus olhos azuis, mas para pedir ao Ministro. E aqui você ouviu o chamamento e o pedido dos Parlamentares da Câmara Federal, do Senado Federal, da representação do pescador, na pessoa do seu Presidente da Confederação, e na presença daquela senhora que veio aqui, pescadora e poetisa – que coisa maravilhosa! –, que deixou aqui O Conto de uma Pescadora. Realmente, é preciso viver esse dia a dia, para ter o amor e transformar esse amor num conto.

Então, como dizia há poucos instantes, eu agradeço, sem dúvida nenhuma, a presença de todos os pescadores e pescadoras. Cumprimento-os pelo comportamento. As pessoas me diziam ontem, Presidente, que eu precisava ter certo cuidado porque o número de pessoas era muito grande para uma audiência pública e porque nós poderíamos ter alguns desencontros. Quem pensou assim mordeu a língua. (*Palmas.*)

Parabéns a vocês, parabéns a todos e todas. É assim que se reivindica. Foi exatamente por esse comportamento, adotado não só por vocês, mas com especialidade pelos seus representantes, que vocês sensibilizaram o Ministro Brizola Neto. É um jovem, mas de uma experiência extraordinária, tanto é verdade que foi ungido a ser Ministro do Trabalho no Governo da Presidenta Dilma.

E eu então lhe faço, para encerrar, este último apelo. Ao lhe dar a palavra, teço as considerações finais e digo ao encerrar.: está encerrada a audiência pública de hoje e de amanhã. E vamos cuidar da regularização dos processos que estão pendentes lá no Ministério. Assim, você vai dar uma demonstração de que na verdade não é apenas um técnico, mas é, acima de tudo, um homem que tem sensibilidade e não pode fugir às tradições do sertão de Alagoas. Muito obrigado aos amigos e a todos.

Com a palavra o Manoel Messias.

Olhe Manoel, todo mundo está em silêncio, exatamente aguardando a sua manifestação para, numa comunhão de entendimento, de pensamento e de ações, juntar-se àqueles que na verdade trabalham, prosperam, geram renda, emprego, qualidade de vida, trazendo do mar um dos melhores, ou o melhor, alimentos que se pode consumir para a saúde de cada um dos consumidores do peixe.

Por isso, Manoel, eu lhe concedo a palavra para que você diga apenas o seguinte – não estou colocando palavras na sua boca: diante do apelo dessa população de pescadores, diante do apelo feito pelos parlamentares que representam os Estados brasileiros nesta Casa, diante do apelo da Câmara dos Deputados que representa o povo e diante de tudo que nós tratamos aqui, a solução foi encontrada, e eu assino embaixo. Pronto!

Com a palavra Manoel Messias.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

– Deu para entender por que o Senador é Senador, não é?

Eliseu, sou alagoano de Santana do Ipanema e cidadão pernambucano com muito orgulho. Também sou alagoano e pernambucano ao mesmo tempo. Então convivo com a colônia de pescadores do Pina, colônia de pescadores de Olinda inúmeras vezes. E repito: Santana do Ipanema não tem colônia de pescadores lá, está em outra zona.

O senhor sabe que peixe no sertão que chegava, pelo menos na minha infância, era o bacalhau, aquele esfiapado, na Semana Santa. Depois é que passou a ser congelado. E quem comia era meio que escondido porque era comida de pobre. Lembra-se de como o bacalhau mudou?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agora mudou.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Mudou! Eu queria colocar o seguinte: não há um questionamento à legitimidade histórica e à legalidade da colônia dos pescadores, afirmo;

Segundo: nós somos do Ministério do Trabalho deste Governo, Governo Dilma, da Presidente Dilma. O Governo Lula foi o primeiro que, de fato, adotou políticas públicas atendendo a toda movimentação de vocês para reforçar, fortalecer, fazer crescer o setor e garantir direitos aos pescadores e pescadoras. Então, eu faço parte de um governo que tem uma política clara para esse setor;

Terceiro: não encontramos problemas onde na há. O compromisso do Ministro, afirmei, é encontrar as questões normativas e legais que nos dê os instrumentos que nos permita decidir a concessão ou não do registro colocado. O que eu disse é que não se encontrou até agora, tanto assim que a portaria que estava vigendo não previu o registro no cadastro de entidades sindicais, mas está num cadastro especial. Foi o que eu disse. Vocês sabem disso. Existe o cadastro de entidades sindicais e o cadastro especial de colônia de pescadores. Apenas afirmei isso. Por que não se registrou no próprio cadastro de entidades sindicais? Porque não se encontrou guarida na lei...

Se vamos tentar resolver, tentamos resolver todo o problema, para não os termos mais à frente.

Então, quando eu falei isso, falei da questão central da unicidade. E o caminho encontrado, sobre o qual já vínhamos alertando, é o caminho que os senhores podem adotar e que os senhores podem estabelecer, e aí nós podemos normatizar os procedimentos que teremos que seguir no processo.

Em relação à audiência pública, eu tenho que consultar o meu chefe. Meu chefe é o Ministro. Eu não posso aqui decidir. Tentei consultá-lo. Ele está numa audiência com a Presidente. Ele ainda mandou uma mensagem de volta. Eu respondi, e ele não me respondeu. Vou levar de imediato a posição para ele, ainda hoje de manhã, se possível, e daremos a posição sobre se mantemos ou não.

Eu creio que, Senador, sempre que esta Casa, ou o Congresso, deixou o povo entrar e falar, ela legislou de forma mais positiva. Foi assim na Constituição de 88. Esta Casa foi invadida pelos movimentos sociais de todos os interesses, democraticamente, disputando seus interesses. E foi uma constituição tão bela como a Constituição de 88. Então, essa audiência é uma expressão objetiva do que deve ser o Congresso Nacional: um espaço para o povo e seus representantes ouvirem os diferentes interesses.

Agora, eu tenho a obrigação de comunicar ao Ministro e, em decidindo cancelar, vamos ter que encontrar uma forma de nos relacionar, como Ministério, com outros que se inscreveram para a audiência pública. A audiência pública é para todos que não são as colônias de pescadores. Então, no mínimo, vamos ter que estabelecer um mecanismo para ouvi-los. Não posso, como Governo, deixar de ouvir os que se inscreveram para a audiência pública.

É claro que quem representa os pescadores são os senhores. Isso é muito claro. Nós sabemos disso. Nós temos a obrigação de ouvir. Então, vou consultar o Ministro. Se o Ministro autorizar, nós cancelamos a audiência pública, encontrando uma solução de dialogar com o conjunto de entidades que se inscreveram e que, algumas delas, talvez já estejam aqui em Brasília também. Temos que encontrar uma forma para resolver esse problema.

Em relação ao grupo de trabalho, Senador, fique tranquilo. Quando nós falamos sobre a ideia do grupo de trabalho, era exatamente para não construir uma solução sozinha, normativa. Se, em algum momento, passar a ideia de que é uma manobra protelatória, pode ter certeza de que não faremos. Fazemos, analisamos os resultados. Se os senhores entenderem que não se precisa do grupo de trabalho, constrói-se o processo, consultamos depois, para dar agilidade. Então, essa é a ideia.

A ideia não era criar um grupo de trabalho para não decidir. Na realidade, era encontrar uma forma de fazer em conjunto, discutindo as soluções normativas que foram colocadas para poder superar esse problema. Reafirmo: a vontade do Ministério é retomar o processo de forma sustentada, do ponto de vista formal, que nos deixe tranquilamente acobertados legalmente, para continuarmos a retomar o processo e termos como responder a outro contraditório que surge durante esses processos.

Há impugnações de colônias entre si, há impugnações de outras entidades das colônias. E nós temos, como Ministério, de ter instrumentos para tomar uma decisão. Não pode ser uma interpretação de quem estiver no posto. Quem estiver no posto pode mudar, e temos que ter um processo sólido, formalmente, para daqui a um ano, dois anos, não termos problema de novo. Temos que aproveitar este momento para dar uma solidez a esse processo. Essa é a nossa intenção. Essa é a nossa vontade. Por isso, de forma transparente, colocamos. Por isso também que todas as nossas posições estão colocadas claramente no papel, com as nossas dificuldades. Estamos pedindo que nos ajudem a resolver esses problemas. Ajudem-nos. Nós queremos resolver. Não há um retrocesso.

Eu sou um secretário do Ministério, obedeço às diretrizes e às determinações do Ministro. Nunca faria um procedimento diferente. Agora, preciso consultar o Ministro para saber se vai cancelar a audiência ou não. Eu não posso decidir aqui esse cancelamento, porque ele vai ter que avaliar.

Eu vejo com absoluta sensibilidade o pleito de vocês, mas tenho que consultar o Ministro e, em cancelando, vou ter que comunicar aos demais setores que está cancelado e encontrar uma forma de ouvi-los. Ver se o Ministro os recebe.

Tenho que encontrar uma forma para também não gerar um problema com outros setores que não estão aqui. Tem que ser claro. Estou falando de forma transparente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. MANOEL MESSIAS – Não. Estou sendo transparente. Eu não posso decidir isso sozinho. E, em decidindo, eu tenho que comunicar a todos que se inscreveram que a audiência foi cancelada e tenho que explicar. É uma questão de respeito. às outras pessoas também. Essa é a questão que está colocada.

Abraão, eu sou de um governo, sou apenas representante do Ministério do Trabalho, aqui, neste momento, operando uma posição e de acordo com o que o Ministro decidir. Eu não falo pelo Governo, eu não falo pelos Ministérios, não tenho essa autoridade e nem quero tê-la. Então, eu digo o seguinte: o compromisso do Ministro é encontrar a solução. Encontrou a solução? Então, vão construir uma forma normativa de retomar o processo. E é isso que eles vão fazer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito bem, Manoel.

Muito obrigado.

Eu queria só dizer o seguinte: eu gostaria de chamar o presidente da Confederação e outros representantes da categoria, e o meu gabinete.

Senador Acir, a V. Ex^a, que é Líder do PDT nesta Casa e membro desta Comissão, informo que o meu gabinete vai ficar em contato com o Ministro Brizola Neto e, à proporção que ele deixar o compromisso com a Presidenta Dilma, iremos ao Ministério para que o Ministro possa comunicar ao senhor ou determinar a suspensão desta audiência pública e encontrar os caminhos para que a gente possa resolver esse impasse. *(Palmas.)*

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, Presidente, uma questão de ordem.

Esta Casa é a que representa a República. O Ministério Público é o guardião da lei. Eu pedi aqui encarecidamente – está sendo gravado, filmado, televisionado – e mostrei que 98% da pesca, no Brasil, está aqui dentro. *(Palmas.)* Já consultei o Ministério da

Pesca, o Ministério Público, o Ministério da Previdência, os Senadores aqui. Eu não tenho como manter o meu povo nem vou pedir esmola a ninguém. A audiência pública que o sistema confederativo reconhece é esta de hoje, e vocês estão dispensados para irem para os nossos Estados, para nossas praias, para nossos ribeirões, para nossos igarapés. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu quero, encerrada definitivamente esta audiência pública, agradecer a todos os palestrantes; agradecer ao Ministro Brizola Neto, que, num gesto muito participativo, esteve na audiência., Ao mesmo tempo, agradeço às senhoras e aos senhores pescadores, e que Deus os ilumine para que possam retornar aos seus Estados e Municípios em paz.

Um grande abraço.

Está encerrada a audiência.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 21 DE MARÇO DE 2013.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e um de março de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **ACIR GURGACZ, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI E WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Kátia Abreu e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, de 2010 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, para redefinir as dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação a

sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela prejudicialidade do PLS nº 144, de 2010, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal – RISE. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Cyro Miranda. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 148, de 2011. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº , DE 2013 – ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre o planejamento logístico integrado ao Agronegócio, convidando o senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa Brasileira de Planejamento Logístico, para exposição sobre o assunto. **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Resultado: Adiado. ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, de 2013 – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de discutir acerca das denúncias veiculadas pelo programa Fantástico, da TV Globo, no último dia 10 de março do corrente, e que tratou das condições dos abatedouros de bovinos no Brasil; bem como discutir as condições da indústria frigorífica. **Autoria:** Senadores Benedito de Lira, Eduardo Suplicy e Acir Gurgacz. No encaminhamento, os Senadores Benedito de Lira, Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Jayme Campos, Sérgio Souza e Ruben Figueiró fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação do Requerimento com o adendo sugerido pelo Senador Ruben Figueiró, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado com adendo do Senador Ruben Figueiró, no sentido de incluir a expressão “indústria frigorífica” na ementa do Requerimento. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 7, de 2013 – ASSUNTO:** Requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir a concentração do mercado de sementes no Brasil. Produtores rurais, operadores de mercado, im-

portadores de grãos e demais agentes avaliam que a concorrência no mercado sementeiro do país despenhou, nos últimos anos, especialmente no segmento de sementes geneticamente modificadas, causando impactos negativos nos elos da cadeia produtiva de grãos. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Jayme Campos. No encaminhamento, não houve oradores inscritos para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 8, de 2013 – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de discutir a cadeia produtiva do leite no Brasil, bem como debater alternativas para estimular e fortalecer o setor. **Autoria:** Senadores Benedito de Lira, Acir Gurgacz, Waldemir Moka e Jayme Campos. No encaminhamento, os Senadores Benedito de Lira, Acir Gurgacz, Waldemir Moka e Ruben Figueiró fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Os Senadores Sérgio Souza, Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Ruben Figueiró e Benedito de Lira saúdam o novo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Sr. Antonio Andrade, e manifestam apoio e reconhecimento ao trabalho realizado pelo antecessor Ministro Mendes Ribeiro. Os Senadores Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Sérgio Souza e Ruben Figueiró manifestam preocupação com a infraestrutura no Brasil, em razão do cancelamento da compra pela China de dois milhões de toneladas de soja brasileira, em função dos atrasos nos embarques. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias previstas na pauta do dia 21/03/2013. Temos dois projetos de lei que iremos apreciar na manhã de hoje. Um de autoria do Senador Acir Gurgacz, que tem como Relator o Senador Cyro Miranda, e outro, o item 2, tem como autor o Senador Cyro Miranda e como Relator o Senador Casildo Maldaner.

Também há requerimentos apresentados pelos Srs. Senadores para que possamos organizar audiências públicas a fim de tratar de assuntos da maior importância para o agronegócio e para a agricultura do nosso País

Há um requerimento do Senador Clésio Andrade:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº , DE 2013

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre o planejamento logístico integrado ao Agronegócio, convidando o senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa Brasileira de Planejamento Logístico, para exposição sobre o assunto.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Eu gostaria de comunicar ao Plenário que o Senador Clésio Andrade apresentou o mesmo requerimento na Comissão de Infraestrutura.

Consulto os colegas do plenário se concordam que façamos essa audiência, considerando que o autor fez a mesma proposição na Comissão de Infraestrutura para que possamos promover, no entendimento com o Presidente da Comissão de Infraestrutura, uma reunião conjunta das duas Comissões. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, fica definido esse encontro posteriormente, para que possamos realmente fazer essa reunião conjunta.

Considerando que o autor do requerimento não se encontra em plenário, ele não será objeto de votação nesta reunião.

Requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Srs. Senadores:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 7, DE 2013

Requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,

para discutir a concentração do mercado de sementes no Brasil. Produtores rurais, operadores de mercado, importadores de grãos e demais agentes avaliam que a concorrência no mercado sementeiro do país despencou, nos últimos anos, especialmente no segmento de sementes geneticamente modificadas, causando impactos negativos nos elos da cadeia produtiva de grãos.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Para tanto, sugere que sejam convidados:

– Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade);
– Sr. Rodrigo Santos, Presidente da Monsanto do Brasil;

– Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

– Sr. Glauber Silveira, Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Brasil (Aprosoja Brasil);

– Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

– Deputado Luiz Carlos Heinze, representante da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados;

– Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag);

– Sr. Narciso Barison Neto, Presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem).

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu também queria ser um dos autores desse requerimento e queria, com a devida vênia, pedir a V. Ex^a que, através da Secretaria-Geral da Comissão, eu pudesse subscrever o requerimento que V. Ex^a acaba de ler.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Subscrito pelo Senador Jayme Campos o requerimento ora lido, eu o encaminho à votação.

Aliás, com a palavra V. Ex^a, se desejar fazer a justificativa desse requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Como subscritor também desse requerimento, eu tenho certeza de que essa audiência será a mais proveitosa possível, até para que possamos ter, como muita clareza, aqui, uma discussão ampla, sobretudo de interesse, de caráter nacional.

De maneira que, quando subscrevo ao lado da Senadora Ana Amélia, tenho a certeza de que, nessa audiência, poderemos ter boas tratativas aqui em relação aos assuntos pertinentes ao que vai ser discutido

e espero que as autoridades convidadas compareçam a este evento.

Era o que tinha a dizer e encaminho a votação dessa forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento que também se encontra para apreciação do Plenário:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 8, DE 2013**

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de discutir a cadeia produtiva do leite no Brasil, bem como debater alternativas para estimular e fortalecer o setor.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Com a presença dos seguintes convidados:

- Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Sr. Rodrigo Sant’Anna Alvim, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- representante da Associação Brasileira dos Produtores de Leite...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Presidente, eu gostaria de subscrever esse requerimento, que entendo que é da maior importância para o nosso Estado de Rondônia também.

Se for possível, se V. Ex^a autorizar...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria de agradecer a V. Ex^a, mas, independentemente de V. Ex^a ter pedido a palavra pela ordem, eu, ao término da leitura, já iria anunciar que V. Ex^a também era subscritor desse requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas eu faço o encaminhamento para que a Mesa possa apanhar a assinatura de V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria cumprimentar o eterno membro da Comissão de Agricultura, Senador Moka, que nos honra com sua presença.

Já foi definida sua vinda para cá?

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, não foi definida, mas, independentemente de ter assento ou não, se o senhor permitir, eu vou acompanhar todas as reuniões aqui. Eu não vou conseguir acordar na quinta-feira sem estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – V. Ex^a se considere membro efetivo da Comissão de Agricultura; pelo seu histórico e pela sua trajetória política, é interessante tê-lo aqui. Vou ver os meios para que a gente possa tê-lo aqui como membro da Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Liderança do meu Partido me disse que eles vão providenciar aqui. E eu tenho o compromisso do Senador Blairo Maggi de que, se não me indicarem pelo PMDB, ele disse que vai me indicar pelo PR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pois bem.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Continuo a leitura dos convidados:

- representante da Associação Brasileira de Produtores de Leite;
- representante da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Empresas de Laticínio;
- representante da Associação Brasileira de Leite Longa Vida;
- representante do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal;
- representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para justificar o requerimento.

V. Ex^a falará em nome dos subscritores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente.

Nós precisamos debater essa questão do leite, pois a produção de leite na economia do Estado de Rondônia tem uma importância muito grande e nós precisamos dar apoio ao nosso agricultor, que tem sido penalizado, principalmente com relação ao preço do leite, que está muito abaixo do custo da sua produção.

Portanto, é importante nós debatermos essa matéria, debatermos esse assunto, para que a gente possa dar uma resposta ao agricultor que está lá todo dia de manhã cedo, antes que a gente – não é, Moka? –, o

tirador de leite, tendo realmente um trabalho bastante árduo e importante para a mesa do brasileiro. Então, nós precisamos dar esse apoio ao agricultor e debater esse assunto com a maior urgência possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Realmente, nós discutimos a possibilidade de fazer essa audiência pública considerando que a cadeia produtiva do leite é da maior importância para os pequenos, os médios e até para os grandes produtores e considerando, infelizmente, que no nosso País – é até lamentável dizermos isso – essa atividade econômica produtiva não tem merecido a atenção que a atividade requer.

Eu ontem conversei com alguns produtores de leite, quando eles me informaram que, para produzir um litro de leite, eles fazem um investimento da ordem de R\$1,30 e entregam os laticínios por R\$1,20 ou R\$1,10. Quer dizer, o custo de produção está acima, Senador Moka, do mercado.

Sinceramente é uma política errada. Eu confesso que é uma política errada essa, e nós precisamos ter uma ação mais agressiva com relação a isso, para que a gente possa proteger aqueles que realmente produzem, porque, como disse S. Ex^a o Senador Acir, na madrugada eles começam a trabalhar.

E vou dar um exemplo de ordem pessoal. Há alguns anos, eu pensei em ser produtor de leite e realmente fiz um investimento considerável, montei uma boa vacaria. Todas as semanas em que eu chegava à fazenda, eu via a produção e tinha que tirar recursos de outras fontes, do meu salário, para pagar a folha, porque os insumos aumentam todas as semanas e o litro do leite é vendido por um valor irrisório.

Nessa oportunidade, então, nós vamos discutir isso aqui. E eu estou muito feliz por fazer isso e chamar a atenção daqueles que têm a capacidade, o exercício da atividade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu ontem fiz uma visita – dois minutinhos só, Moka – ao nosso Ministro da Agricultura e fiquei tranquilo porque ele é um dos produtores de leite do Estado de Minas Gerais. Então, comuniquei a ele que nós estamos tomando essas providências e que ele seria convidado. Logicamente que ele está começando – há três ou quatro dias que é ministro –, mas ele se mostrou muito solícito para participar deste debate.

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu já acompanhei o assunto. Confesso

que não sou nenhum especialista, mas eu acompanho de perto.

Apenas para ilustrar essa audiência pública, Sr. Presidente, um dos produtos mais protegidos no mundo é o leite e os seus derivados. E o Brasil, curiosamente, não protege isso. Nós não conseguimos, por exemplo, exportar leite para a Argentina, para o Uruguai de jeito nenhum. É extremamente protegido isso. E nós temos que ter uma preocupação.

Há um tempo, estimulou-se a chamada pecuária leiteira, melhorando o plantel. Eu me lembro de que no nosso Estado, Senador Figueiró, foi colocada até uma inseminação artificial na antiga Agrosul, no sentido de melhorar. E é um programa que deu certo, mas nós temos um país continental. Com uma melhorada no nosso plantel, nós inundamos o nosso País de leite. É esse o nosso problema. Como nós não temos a exportação do leite, se você aumenta a oferta, você deprime o preço.

São essas as coisas, só para ajudar no encaminhamento deste debate. O Brasil precisa ter uma política no sentido de proteger esses derivados. Nós temos que proteger. Essa eu acho que seria a grande discussão, porque nós produzimos muito aquém. E, na hora em que vamos enfrentar a concorrência com queijo, com todos os produtos, Sr. Presidente, nós não conseguimos competir com o nosso preço de produção, pois colocam produtos aqui muito abaixo dos nossos preços. Eu sei porque presido a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Essas cooperativas de leite são sempre o nosso grande problema.

Então, só para contribuir, acho, não sei se vai ser convidado, mas na CNA existe não me ocorre o nome agora, uma grande autoridade, especialista nisso, eu acho que contribuiria e muito num debate como esse. Se V. Ex^a permitir, depois eu vou até sugerir o nome do representante da CNA – antigo já –, que acompanha há muito tempo esses debates.

Então, só para contribuir com o encaminhamento desse requerimento.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, na última reunião desta Comissão, eu tive a oportunidade de me manifestar a respeito. Eu fui produtor de leite, leite tipo B, e me decepcionei com a atividade. Aquilo que V. Ex^a afirmou aí ocorreu também comigo. Eu fui obrigado a suspender todas as atividades do setor porque o prejuízo era imenso. Todos os meses eles iam se somando. Eu entendo o seguinte: que não é possível você oferecer leite a R\$1,00, va-

lor que era na época o leite tipo B, e ter um custo de mais ou menos R\$2,00. É absolutamente impossível.

Então, todas as providências que forem necessárias em favor da pecuária leiteira devem ser tomadas. Mas eu quero dizer a V. Ex^a que, no curso dos tempos, o Ministério da Agricultura nunca levou a sério a questão. E não creio, sinceramente, que isso possa ocorrer agora. Vale mais um copo d'água do que um copo de leite.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr Presidente, o nome – me socorreu aqui a nossa assessoria da CRA, Dr^a Iris – é Rodrigo Alvim. Ele representa a CNA nessa cadeia do leite.

O SR PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Moka.

Eu submeto a votação o requerimento, com o adendo do Senador Moka.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Senadores, nós fomos surpreendidos recentemente com uma reportagem do Fantástico, expondo, para conhecimento da população brasileira, como se abate ainda animais no interior dos Estados brasileiros, especialmente. E, por conta disso, nós estamos fazendo aqui um requerimento pedindo a compreensão e anuência de V. Ex^s para que a gente possa convidar as autoridades constituídas do Ministério da Agricultura e outros envolvidos no setor para discutir exatamente como é que se encontrarão caminhos para minimizar aquelas dificuldades, considerando que nós somos o País com maior capacidade de exportar a carne bovina. Se aquilo chegar fora do Brasil, criará enorme dificuldade para a cadeia produtiva da carne.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, de 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de discutir acerca das denúncias veiculadas pelo programa Fantástico, da TV Globo, no último dia 10 de março do corrente, e que tratou das condições dos abatedouros de bovinos no Brasil; bem como discutir as condições da indústria frigorífica.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Com a presença dos seguintes convidados:

– Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – DAS/MAPA;

– Sr. Péricles Salazar – Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFRIGO;

– Sr. José Alberto Rossi – Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários – FENAMEV;

– Sr. José Agenor Álvares da Silva – Diretor de Controle e Monitoramento Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – DIMON/ANVISA;

– e representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

O requerimento está subscrito pelo Senador Benedito de Lira e pelo Senador Eduardo Suplicy, e gostaria que os Senadores que desejassem também o subscrevessem, porque eu o acho da maior importância para que a gente possa discuti-lo aqui nesta Comissão, Senador Acir. V. Ex^a, com muita competência, dirigiu esta Comissão e hoje é o Vice-Presidente, tenho muito orgulho de, ao lado de V. Ex^a, aprender cada vez mais nessa área para que a gente possa, realmente, fazer um bom trabalho aqui na Comissão de Agricultura, que é da maior importância para este País.

O Senador Eduardo Suplicy também é um dos subscritores deste requerimento, e ele me procurou com muita preocupação porque foi focada uma especialidade do Estado de São Paulo. Então, eu quero dar a palavra ao Senador Suplicy para que ele possa justificar este requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, pela iniciativa que ambos, em comum, soubemos fazer, mas V. Ex^a, quando eu o procurei, tinha, inclusive, preparado o requerimento.

Eu telefonei para o Sr. Enio Marques, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, que foi um dos entrevistados no programa Fantástico e já prestou alguns esclarecimentos, mas ele próprio reconheceu que há dificuldades, e, de fato, a reportagem aponta problemas muito sérios que têm ocorrido. Acredito que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao chamar essas autoridades, inclusive os representantes dos próprios frigoríficos e da Confederação da Agricultura e Pecuária, estará dando uma oportunidade para os responsáveis esclarecerem quais são as medidas que estão tomando para assegurar que – na hora de se abater, sejam os mais diversos tipos de animais no País, sejam os bovinos, os ovinos e todos os demais – haja a segurança devida para a saúde da população.

Naquela reportagem, verificou-se que, muitas vezes, o rigor está bem colocado por parte de autoridades sanitárias no que diz respeito aos produtos que são exportados por causa do rigor com que os países importadores têm para com a qualidade daquilo que é abatido. Mas e a população brasileira? Ela precisa ser também protegida e estar segura de que os abates são

feitos com as condições de higiene adequadas. Então, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa que abracei também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para também fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente, eu entendo que é uma matéria de alta importância para o nosso País e toda vez que ouço essa questão de frigoríficos e de convidar para debater esse assunto me vem à mente também chamar a equipe do BNDES para vir junto, porque o BNDES não tem dado apoio aos pequenos. Não é o caso de vir, não é o caso de chamar, mas me vem à memória, me dá vontade sempre de chamar o BNDES para explicar por que ele não dá apoio aos pequenos e médios frigoríficos e incentiva a concentração dos frigoríficos brasileiros, porque um dos grandes problemas que nós temos no País é a concentração dos frigoríficos, e o BNDES é o principal financiador desses frigoríficos, ou do frigorífico, esquecendo totalmente dos pequenos e médios frigoríficos. Entendo que essa matéria que apareceu na Globo foi pinçada em algum lugar, porque isso não é uma normalidade no País. Nosso País hoje está estruturado, com frigoríficos de primeira qualidade, sejam eles pequenos, médios ou grandes. Há um nivelamento pela qualidade.

Então, só para lhe dizer que é importante essa audiência e nunca esquecendo essa questão do BNDES dando prioridade ao frigorífico maior deste País, que quer concentrar as suas atividades, com isso, forçando a baixa do preço do boi gordo no mercado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Moka, e logo em seguida o Senador Jayme Campos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu tinha a impressão de que era só eu que tinha ficado com essa impressão, mas estou vendo que... Sr. Presidente, na verdade, vamos – como diz o nosso pessoal na fronteira – vamos clarear o assunto, não é?

Então, é claro, Sr. Presidente, que, num pequeno Município, às vezes um abatedouro municipal, sem nenhum tipo de financiamento – eu não estou defendendo isso, evidentemente que não –, mas é claro que vai lá e o foco da televisão e vai encontrar. Nada justifica isso. Agora, não há a menor condição, eu acho que precisa de fiscalização.

Agora, nós precisamos de uma linha de crédito para esses pequenos Municípios, porque na prática, o que está acontecendo? A política globalizada está fazendo com que os frigoríficos estejam se juntando.

Eles se juntam, e aí é impossível competir. Ninguém vai competir. Imagine se nós vamos lá no Mato Grosso do Sul, se tem aqueles pequenos frigoríficos. E aí, Sr. Presidente, há uma concentração disso. Fecham-se os pequenos Municípios, os frigoríficos nos Municípios, concentram-se em cidades polo, eles diminuem o custo, e aí, é claro, aqueles pequenos que resistem, resistem nessas condições que foram apontadas, sem condição de higiene, sem condição nenhuma.

Mas mesmo resistindo, vem o foco em cima, como quem diz: não compre essa carne aí, porque ela não tem nenhuma condição. É claro, e aí o Senador Eduardo Suplicy e a nossa Secretária estiveram em dois Municípios lá que tiveram problema, num universo muito grande, porque a rigor os frigoríficos do Mato Grosso do Sul têm realmente condições e exportam. Um percentual muito grande da carne exportada do País vem do nosso Estado do Mato Grosso do Sul, que tem uma pecuária de corte de alto nível.

Mas eu diria o seguinte: a audiência é oportuna. Nós não podemos – como disse o Senador Eduardo Suplicy – ter o rigor da fiscalização só com a carne exportada. Precisamos que esse rigor venha também para o consumo interno, para proteger a nossa população, mas lembrando que a alternativa que me parece mais justa é que o BNDES, que financia os grandes frigoríficos, ou o grande frigorífico, tenha uma linha de crédito, tenha uma atenção também para os pequenos frigoríficos. E bastaria que as prefeituras tivessem essa linha de crédito, porque a partir dessa linha de crédito, ajudando, nós teríamos condições, mesmo os pequenos, um pequeno abate, mas em condições sanitárias e higiênicas que pudessem realmente oferecer à população uma carne sadia e de boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, colegas Senadores aqui presentes.

Eu também não posso deixar de me manifestar em relação a este requerimento proposto por esta Comissão, convocando essas autoridades aqui já ditas, pelo fato de que ele é muito importante, na medida em que nós temos que discutir não só essa questão da sanidade animal, que apareceu há poucos dias numa matéria... Por sinal, Senador Moka e Senador Acir, parece uma matéria quase encomendada, não sei se V. Ex^{as} perceberam. Denunciaram os frigoríficos ou abatedores clandestinos, que de fato é uma vergonha para um país da dimensão do Brasil hoje, que é a sétima ou sexta maior economia do Planeta, tendo esses frigoríficos sem nenhum – abatedouros,

não é? – sem nenhuma condição naturalmente de fazer essa atividade.

Mas o que nós temos que discutir é, verdadeiramente, meu caro Presidente, ilustre Senador, é a cadeia da carne no Brasil. Isso aqui virou um cartel, uma máfia, destruíram praticamente o setor da pecuária nacional. Eu falo com conhecimento de causa porque sou pecuarista. E não sou grande, mas não sou tão pequeno. Conheço a realidade dos fatos.

O BNDES aqui, Senador Moka, disse, em relação à forte financiamento aos pecuaristas e principalmente para as prefeituras, para fazer naturalmente os abatedouros que tinham toda uma regulamentação como é de lei. Mas quero dizer aqui, meu caro Presidente, em Mato Grosso, particularmente, hoje 70% da indústria, da fábrica de carne está na mão de apenas dois ou três grupos no máximo. Um detém quase 50% do mercado – os senhores sabem a quem quero me referir – 50% do mercado.

Eles sufocaram, mataram, trucidaram os médios e pequenos frigoríficos do Mato Grosso e, por incrível que pareça, meu caro Brasil – conforme observação do ilustre e valoroso Senador Sérgio Souza –, meu caro amigo Moka, tínhamos 700 frigoríficos de médio para grande. Hoje, estamos reduzidos a menos de 300, pelo fato de que eles quebraram a maioria. Mas S. Ex^a pergunta: “Como é que eles quebram o pequeno e o médio frigorífico?”.

Sabe o que eles fazem? Eles chegam em uma praça, por exemplo, ao norte do Mato Grosso, lá em cima, onde tínhamos, Sinope, Matupá, Colider, Alta Floresta, Monte Verde etc., plantas e vários propriedades, cada cidade dessas tinha os proprietários. Eles compraram uma planta lá. Como é que eles sufocam os outros frigoríficos de menor porte que não têm capital, que não têm essa injeção do BNDES e de outra instituição federal? Eles vão lá, compram a planta e o coitado, o miserável do pequeno e médio frigorífico está pagando, por exemplo, R\$80,00 a arroba do boi e ele chega e põe R\$83,00. Eles, com 30, 60 dias no máximo, quebram o concorrente dele e, assim, ele foi quebrando e fechando as plantas, o que é mais grave. Se eles conseguirem comprar e operar essa planta, ótimo. Eles quebram o cidadão, desempregam mil, mil e quinhentas pessoas, às vezes direta e indiretamente. Aquele trabalho internamente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – E, depois, Senador, o preço do boi volta para R\$80,00.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – E nunca vai melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quando eles quebram, volta para R\$80,00.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É normal, bonitinho!

E o que é o mais grave aqui e que quero chamar a atenção: há pouco tempo faliu, ou seja, entrou em recuperação judicial e foi à falência um grupo da carne no Brasil que aqui vou me referir porque são uns vigaristas que se chama Grupo Independência. São uns vigaristas! Ladrões dos pecuaristas do Mato Grosso e também do pacto Brasil.

Esse grupo, para o senhor ter uma noção, Presidente, quanto é grave – e o BNDES é conivente, Moka, V. Ex^a sabe que eu pontuei isso nesta Comissão –, eles foram para o Mato Grosso, compraram seis plantas a prazo, é lógico – não se vai vender um empreendimento desses à vista –, entraram para o mercado. Sabe o que aconteceu, meu caro amigo Sérgio? Eles foram ao BNDES e pleitearam R\$500 milhões, o BNDES cometeu um crime contra o Erário e contra nós brasileiros: deu R\$250 milhões no mês de dezembro. Duzentos e cinquenta milhões em dezembro. No dia 22 do mês de janeiro, a empresa pediu recuperação judicial.

Como que uma instituição como o BNDES pode dar R\$250 milhões para uma empresa em dezembro e ela entra em recuperação no mês de janeiro? Isso significa o quê? Que isso teve o quê? Rolo, safadeza, malandragem, conivência, patifaria de diretores do BNDES junto com essa empresa.

O senhor sabe qual o rombo que esse grupo deu para o povo brasileiro, sobretudo para os pequenos produtores rurais? Três pontos dois bilhões de reais. Não é dinheiro pouco, não. São R\$3,2 bilhões, Presidente, e, no Mato Grosso, até agora, o pequeno, aquele que vende um caminhão de vaca, dois caminhões de boi, R\$180 milhões é o prejuízo. Dá pena de ver o cidadão que vendia um caminhão de vaca, dois caminhões de vaca, sei lá, chegar no fim do mês, para pagar a conta do filho que estuda na cidade, nos colégios particulares, levar o maior cano da vida e, até agora, nada.

E o senhor sabe o que está acontecendo, Presidente, que é o mais grave e quero chamar a atenção desta Comissão? Esse grupo está sendo encampado pelo grupo JBS, a que eu tenho que me referir – eu vi notícias nos jornais nacionais – por R\$280 milhões. E quem vai pagar a conta dos R\$3 bilhões que ficaram para trás? Virou pó e ninguém dá satisfação.

Então o BNDES tem que ter muita responsabilidade, Senador Moka, tem que ter muita responsabilidade. É dinheiro a dedeu que estão dando para grupos empresariais aqui. Há poucos dias, queriam dar dinheiro até para a fusão de supermercados no Brasil. E o coitado do miserável daquele pequeno frigorífico que está lá na ponta, que abate 100 vacas por dia, ou 150, o médio, que abate 300, não tem direito de acesso a

um centavo de real de crédito. Ou seja, nenhuma instituição – seja a Caixa Econômica, Banco da Amazônia, BNDES, Banco do Brasil – dá o dinheiro para ele. Mas, para grandes grupos, dão R\$10 bilhões, R\$15 bilhões.

Não é possível! Não é isso que nós queremos no Brasil. Assim perde a competitividade. Não tem competitividade no Brasil. A carne aqui está dominada. Dominam 80% da carne aqui dois ou três grupos empresariais da área da carne. Uma já se transformou – claro, é orgulho para nós – na maior empresa de carne do mundo. Mas você sabe de quem é o dinheiro? O dinheiro é nosso! É do povo brasileiro! É dinheiro porque nós pagamos impostos que o Tesouro Nacional constantemente está aportando para o BNDES, e quem paga a conta somos nós.

Dessa forma, é um desabafo que eu estou fazendo aqui, Presidente, que é muito oportuno. Não só temos que cobrar, naturalmente, uma melhor fiscalização na questão da sanidade animal, mas, sobretudo, abrir um espaço também para esse segmento da carne, que é muito importante, não sufocando, não matando as demais pessoas que trabalham nessa atividade econômica tão importante para esse setor. O Brasil hoje é o país que detém o maior rebanho bovino do mundo. São 200 milhões de cabeças. O Mato Grosso detém 29,8 milhões de cabeças. É o maior rebanho brasileiro. Entretanto, nós passamos a ser reféns. Nós estamos nos sujeitando aqui à humilhação daqueles que marcam dia, hora, fazem escala e pagam o preço que querem. Deterioraram o setor, falindo a maioria dos pequenos, médios e grandes produtores daquele Estado.

Dessa forma, Sr. Presidente, esse é um desabafo que eu faço. Espero que esta Comissão, muito bem presidida por V. Ex^a, tome algumas providências, não só de fiscalizar, naturalmente, o abate, porque é obrigação do Governo – Governo Federal, Governo estadual, Governo municipal –, mas sobretudo ver também como é que está a cadeia da carne, porque lamentavelmente hoje nós estamos reféns diante de um cartel, de uma máfia que montaram aqui no nosso Brasil, e com dinheiro do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... porque na verdade, além dos esclarecimentos necessários para conhecimento desta Comissão, V. Ex^a demonstrou, com certa indignação, realmente, esse tratamento que é dado, infelizmente, aos pequenos e aos médios trabalhadores e produtores deste País.

Mas, continuando, com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu acho que nós temos aqui, neste debate, dois temas bem específicos, dentro de um mesmo assunto. O primeiro deles é sobre a sanidade da carne bovina, da carne animal, especialmente pela vigilância sanitária, e a qualidade do que está chegando à mesa do brasileiro. O segundo momento é a crise que vive o setor agropecuário por conta de *dumping*, por conta de monopólios.

Eu acho que nós tínhamos que ter, de repente, duas audiências públicas, Senador Jayme Campos, para tratar desses temas específicos, porque senão fica confuso, e nós precisamos aprofundar esses temas.

Eu, aqui na Comissão de Agricultura, tenho ouvido essas reclamações há muito tempo, Senador Moka. V. Ex^a também é de um dos Estados mais produtores do Brasil, como é o Paraná também um dos grandes produtores de carne, como é Rondônia, o Estado do Senador Acir...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio, só para dizer... Não só ouvi, como fui até o Cade, acompanhado das principais lideranças da pecuária do País, um movimento que nasceu lá na Acrissul, no meu Estado, e protocolamos no Cade. Está correndo exatamente toda essa discussão e essa questão que o Senador Jayme Campos levantou. Não é denúncia do Senador Moka, é denúncia feita publicamente em Campo Grande, e depois acho que em Cuiabá, em Goiás. Percorreu o País inteirinho, aí eles me pediram, e eu os acompanhei até os órgãos de defesa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu acho que nós poderíamos fazer uma audiência pública convocando esses responsáveis todos, o BNDES, o Cade etc. para dar uma explicação à sociedade brasileira e a esta Comissão de Agricultura, que tem a competência e a prerrogativa de ouvir. Então, nós poderíamos fazer um outro requerimento.

E, no que diz respeito à sanidade da carne, eu viajo um pouco o Brasil, principalmente em algumas regiões...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sérgio, desculpe-me. Na verdade, quem provocou isso tudo está do meu lado!

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – O Moacir, que era o nosso Presidente da Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas começou ele também discutindo a questão do Estado dele, de Rondônia. É a mesma situação. Nós fomos juntos. Eu fui, na verdade, acompanhar o Senador, Presidente na época, Acir Gurgacz.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Todos os Estados que são produtores de carne estão vivendo essa agonia dos frigoríficos fechando, e fechando milhares de postos de emprego em regiões estratégicas do Brasil.

Então, Sr. Presidente, essa é uma sugestão de que possamos fazer um requerimento para ter uma audiência específica para debater esse tema, que é de interesse da Nação brasileira.

No que diz respeito à sanidade animal, ao controle da qualidade da carne que chega à mesa do brasileiro, eu sou de um Estado que tem 399 Municípios. Há Municípios com dois, três mil habitantes e Municípios com centenas de milhares de habitantes. Cada um vive a sua realidade. Alguns não conseguem manter um abatedouro, porque ele precisa de um veterinário para assinar, ele precisa de funcionários, ele precisa manter a higiene adequada. Eu já ouvi a possibilidade de se criar consórcios. Em alguns Municípios, esses consórcios podem construir o abatedouro, e o Governo pode aportar recursos para isso; pode comprar uma câmara frigorífica, pode haver um caminhão frigorífico para transportar, e isso atende a toda uma região.

Então, fica aí uma proposta, para nós pensarmos em sugerir ao Governo Federal o fomento ou o incremento de recursos do Governo Federal para a disseminação de abatedouros no interior deste País na forma de consórcios, que é uma das formas que acho que atendem. A prática dos consórcios entre os Municípios está cada vez mais recorrente. É consórcio de máquinas agrícolas, é consórcio de saúde, é consórcio de educação, é consórcio de meio ambiente, é consórcio de lixo.

Então, talvez, nós encaminhamos também um resultado.

Era essa a minha contribuição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Acho que essa sugestão de V. Ex^a é a mais oportuna, porque, realmente, para resolvermos esse problema, precisa haver esses consórcios mesmo. Acho que o caminho vai ser por aí.

Concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Eu me coloquei no fim da fila, porque as coisas comecem sempre de lá para cá. Até pela altura!

Sinceramente, eu não gostaria de chover no molhado. Meus companheiros já dissecaram o problema. A questão de frigoríficos e de abatedouros neste País é clamorosa.

O que o Senador Moka afirmou, e os demais Senadores o fizeram, representa exatamente a triste situação em que vive o setor. Eu gostaria apenas de

dizer a V. Ex^a, até reiterando a manifestação do Senador Sérgio Souza, que nós poderíamos modificar aqui os termos do requerimento, que fala nas condições dos abatedouros de bovinos do Brasil. Além disso, eu gostaria de colocar a indústria frigorífica, porque são dois assuntos absolutamente diferentes.

Com relação à sanidade animal, eu não tenho dúvida nenhuma de que o Ministério da Agricultura já atua com proficiência na questão da fiscalização da sanidade animal nos grandes frigoríficos. Nos abatedouros, a questão é diferente, por várias razões aqui já salientadas.

Então, só para dizer a V. Ex^a que, por exemplo, em Mato Grosso do Sul, pelo exame rápido que eu fiz de memória, existem cinco plantas em grandes frigoríficos, localizados em várias posições do Estado; e existem mais ou menos dez pequenos frigoríficos. Quer me parecer que a grande maioria deles não tem fiscalização federal. O Ministério da Agricultura não abrange toda a área de fiscalização no Estado. E, nos pequenos Municípios, a responsabilidade, evidentemente, é das prefeituras, e elas que têm condições para isso. O Senador Moka já afirmou isto várias vezes. Eu quero reafirmar aqui.

Num Município pequeno como Caracol, que é vizinho do Município natal do Senador Moka, lá se abate gado da prefeitura debaixo de uma árvore. Não é possível. E isso acontece, talvez, na grande maioria dos Municípios brasileiros. Como se pode exigir sanidade dessa carne fornecida ao consumidor?

Então, são problemas que me parecem um pouco diferentes. Por isso gostaria que V. Ex^a acrescentasse as condições de abatedores e da indústria frigorífica, porque poderíamos abordar os assuntos levantados aqui pelos demais Senadores.

Essa distinção gostaria que fosse feita.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou de acordo com a sugestão formulada.

SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A Mesa está de acordo. A sugestão de V. Ex^a estará incluída no requerimento.

Queria apenas, antes de colocar em votação, ouvir a opinião, de forma rápida, de cada um dos colegas com relação a esta audiência pública: se faremos uma especificamente para as pessoas que constam aqui do requerimento, como, por exemplo, o pessoal do BNDES e outros órgãos de financiamento da atividade agrícola ou industrial do País, em audiências separadas, ou se faríamos conjuntamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A minha sugestão é: fazermos essa audiência pública com as pessoas que já foram mencionadas e estudarmos outra audiência pública mais ampla, especificamente sobre a concentração dos frigoríficos. Seria um assunto específico, direcionado, trazendo o Cade e o BNDES.

Talvez assim obtivéssemos mais proveito. É só uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Acir tem razão. Acho que não dá realmente, como o Senador Sérgio já havia dito. Vamos fazer a formatação que V. Ex^a já encaminhou e aí vamos pensar. Eu tenho comigo que talvez fosse o caso de trazer o Cade para ver o que aconteceu com o encaminhamento que fizemos no ano passado e trazer aqui o BNDES, porque este tem que se comprometer com uma linha de crédito para os pequenos frigoríficos.

Eu acho que esta seria a solução: linha de financiamento para as prefeituras para que pudessem regularizar os abatedouros municipais.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, penso da mesma forma. Seria conveniente distinguir as duas questões.

SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado aos Srs. Senadores.

E, na próxima reunião, nós faremos o requerimento da Comissão para que possamos fazer esse grande debate, pois é necessário.

Em votação o requerimento.

A Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, tivemos uma mudança dentro do Ministério da Agricultura, na semana passada, levada, creio eu, muito pelo agravamento ou pelo estado de saúde do Ministro Mendes Ribeiro, e não pela sua competência, porque o acompanhei, assim como acompanhei os trabalhos do Ministério da Agricultura no período em que ele esteve perante o Ministério. Portanto, sei da sua competência e dos avanços que trouxe para o Ministério e para o Brasil, especialmente, por exemplo, no que diz respeito à redução dos juros agrícolas. E isso já serve como parâmetro para sabermos da importância da passagem do Ministro Mendes Ribeiro pelo Ministério da Agricultura.

E gostaria de aproveitar o espaço aqui nesta Comissão, que é Comissão da Agricultura do Senado Federal, que debate os temas da agricultura e conversa

com o Governo por meio de audiências públicas, visitas a Ministérios, de conversas com atores da política agrícola brasileira. Saúdo a chegada do Ministro Toninho Andrade, do meu Partido, do PMDB, Deputado pelo Estado de Minas Gerais, ao Ministério da Agricultura, no último sábado, quando tomou posse. E nesta semana já está com uma agenda intensa.

E eu, sendo o coordenador político da Frente Parlamentar da Agropecuária e Pecuária, no Senado Federal, estivemos, nesta semana, já fazendo uma visita e, lá, saudei, em nome da Comissão de Agricultura do Senado Federal, dei as boas-vindas, e disse, Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, que nós, aqui, da Comissão de Agricultura, haveríamos de fazer uma visita a ele, para dar as boas-vindas e para colocar a Comissão de Agricultura como necessária aos debates dos grandes temas agrícolas brasileiros e que nós temos a responsabilidade conduzir.

O Brasil é essa pujança toda em face da agricultura, e sabemos a importância que tem a Comissão de Agricultura e sabemos, também, da importância que tem o Ministério da Agricultura.

Então, peço esse “pela ordem” para saudar o nosso querido Ministro da Agricultura, Toninho Andrade, do PMDB de Minas Gerais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero, Sr. Presidente, me somar a esse voto de boas-vindas ao Deputado Federal, agora Ministro da Agricultura, Antônio de Andrade, conhecido e carinhosamente chamado de Toninho Andrade, mas, se o Senador Sérgio me permitir, gostaria que, junto com isso, pudéssemos votar aqui uma moção de reconhecimento, de apoio, ao trabalho que foi feito por esse extraordinário Deputado Federal do Rio Grande do Sul, nosso amigo Mendes Ribeiro.

Até com esforço, em prejuízo da sua própria saúde, o Mendes ficou no comando. Graças a Deus, eu acho que o pior da sua doença já passou, passou por quimio e radioterapia, mas é claro que a preocupação de todos nós é que, neste momento, não pode descuidar de sua saúde. Então, acho que essa mudança teve exatamente como a forma de proteger a saúde do Deputado Federal Mendes Ribeiro.

Se o Senador Sérgio permitisse, faríamos as duas coisas: uma saudação ao novo Ministro que chega e um voto de reconhecimento e de apoio ao grande trabalho prestado pelo ex-Ministro, nosso amigo Deputado Federal Mendes Ribeiro.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Nós podíamos pegar a assinatura de todos os membros da Comissão de Agricultura para encaminhar a essas duas personalidades, tanto o Ministro Mendes Ribeiro, que deixou agora o Ministério, como o Ministro Antônio Andrade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, quero me somar ao Senador Moka, nosso amigo que tem acompanhado o nosso trabalho aqui, na Comissão; e ao Senador Sérgio Souza, nesse requerimento de boas-vindas ao novo Ministro, mas ressaltando a importância que teve Mendes Ribeiro à frente do Ministério nos últimos anos. Ele, realmente, teve uma dedicação muito grande, que deu um resultado positivo à agricultura, ao agronegócio brasileiro. Por várias vezes, o Ministro Mendes Ribeiro esteve, aqui, nesta Comissão, debatemos vários assuntos importantes e ele representou muito bem o Parlamento em um Ministério.

Ele, como Deputado Federal, atuou de uma forma brilhante, como disse o nosso amigo Senador Moka, apesar da sua doença, sacrificando, inclusive, a sua pessoa. Esteve à frente do Ministério e realizou um grande trabalho.

Então, realmente, precisamos fazer uma moção assinada por todos os Senadores desta Comissão e entregar pessoalmente ou talvez convidar o atual Deputado Federal Mendes Ribeiro para homenageá-lo, aqui, na Comissão de Agricultura.

É essa a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP AL) – Com a palavra, o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me manifestar, também, com relação ao Ministro Mendes Ribeiro, e ao novo Ministro que acaba de assumir o cargo, para dizer que me somo às expressões já feitas pelos meus nobres companheiros de Comissão.

Fui colega, na Constituinte, do pai do Deputado Mendes Ribeiro, ex-Ministro, e, por ele, tenho a impressão de que o ex-Ministro exerceu o seu cargo com eficiência, atendendo a todos os reclamos dos homens do campo do nosso País.

Portanto, tenho razões para me somar as manifestações dos meus companheiros nesse instante

com relação ao ex-Ministro. E a minha expectativa de que o novo Ministro olhe mais para o Centro-Oeste.

Aliás, não é a questão do Ministro, é do Ministério da Agricultura e da política agrícola do País. O Centro-Oeste, como grande celeiro de grãos e de proteínas vermelhas no nosso País, nunca recebeu uma atenção especialíssima do Ministério da Agricultura e mesmo do Governo. Eu espero que o novo Ministro, que é homem também da área, possa levar esses reclamos à Presidência da República, para que olhe com mais atenção as reivindicações legítimas da pecuária e da agricultura do Centro-Oeste.

É a minha expectativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Queria dizer aos Srs. Senadores que a Mesa também se soma a essas manifestações com relação ao ex-Ministro Mendes Ribeiro, que a Comissão haverá de convidar para que possamos prestar homenagem. Foi realmente importante a sua passagem pelo Ministério da Agricultura e lamentamos a sua saída em decorrência do seu estado de saúde. É melhor preservar a saúde do que continuar fazendo um esforço acima da força da pessoa humana. E, ao mesmo tempo, cumprimentarmos o Ministro que assume.

E, Figueiró, V. Ex^a tem absoluta razão quando trata do assunto relacionando o Centro-Oeste, que, na verdade, é um celeiro de produção de grãos e precisa de uma atenção especial, como a agricultura de uma maneira geral no País, e a pecuária.

Então, eu quero dizer a V. Ex^{as} que pautaremos o nosso trabalho nesta Comissão dentro desse processo, sintonizado com todos os Senadores, porque é através desses entendimentos, dessas relações e desse entusiasmo que o setor provoca cada um de nós a tomar providências e agir com muita vontade para ver se as coisas melhoram neste País nessa área que melhor funciona ainda no Brasil, Moka, que é exatamente o setor primário, que gera riqueza, gera emprego, qualidade de vida e equilíbrio da balança comercial do nosso País.

Então, nós vamos fazer essas homenagens aqui na Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Presidente, eu, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de abordar um outro assunto rapidamente, sobre o que circulou nos principais jornais do Brasil e fora do Brasil na última semana com relação ao cancelamento da compra pela China de dois milhões de toneladas de

soja brasileira, em função dos atrasos nos embarques provocado pela falta de infraestrutura no Brasil.

É uma questão que nós já debatemos e muito aqui na Comissão de Agricultura, alertando o Governo, já há dois, três anos, desse problema que iria acontecer se o Governo não acompanhasse aquilo que acontece no agronegócio brasileiro.

O agronegócio brasileiro tem aumentado a sua produtividade em todos os segmentos do agronegócio e a infraestrutura do Brasil não tem acompanhado minimamente esse percentual de crescimento e desenvolvimento na questão de produtividade.

Ontem, nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura com o General Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, em que apresentamos, mais uma vez, essa nossa preocupação com relação a esse problema. As nossas estradas não apenas são insuficientes, mas estão em péssimas condições. Eu refiro-me às nossas estradas no Estado de Rondônia, à BR-364, que precisa de uma restauração urgente. As chuvas acontecem nesse momento, estamos no final das águas na Região Amazônica, no Estado de Rondônia, e a ordem de serviço para restauração da BR-364 já foi dada no ano passado e a empresa ainda não se mobilizou para iniciar a restauração, que é da maior importância.

Mas, mesmo assim, depois da conclusão, que vai demorar dois a três anos dessa reforma, não é a solução. A solução é implantarmos as ferrovias que estão planejadas, as ferrovias que vão ligar Porto Velho à malha ferroviária brasileira.

Então, quero fazer esse alerta, fazer, mais uma vez, esse pedido ao nosso Governo, à nossa Presidenta Dilma – que, realmente, sabemos que está preocupada com essa questão; o Governo pensa dessa forma, mas há alguma coisa que acontece, porque não andam as obras de ferrovias no nosso País. Precisamos dar essa ênfase maior e atender ao mercado brasileiro, para atender ao mercado internacional – isso é bom para o País. Assistia, hoje de manhã, ao Bom Dia, Brasil: fila de 40km no Porto de Santos para o embarque da soja produzida no Brasil, e um atraso de 24 horas, 48 horas, dos caminhões, esperando em filas, atrapalhando, também, o trânsito normal da rodovia.

É uma situação com que o Brasil não pode mais conviver! Nós, que queremos ser o maior produtor de alimentos do mundo – e vamos ser, com certeza –, não podemos ficar à mercê de não termos uma infraestrutura adequada, compatível com o agronegócio brasileiro, compatível com a produção agrícola, a produção pecuária e, também, a produção industrial no nosso País. Está na hora de investirmos. Quando se fala em trem-bala, entendo que é importante ter-

mos o trem-bala, ligando Campinas ao Rio de Janeiro, mas o custo do trem-bala é superior a termos, na sua totalidade do País, a malha ferroviária brasileira, para atender ao escoamento da produção agrícola e pecuária e industrial brasileira.

Precisamos, urgentemente, fazer com que essas obras aconteçam no nosso País.

Não poderia deixar de abordar esse assunto, Sr. Presidente, porque é um assunto da maior importância para o nosso País e está nos principais jornais do mundo inteiro, denegrindo a imagem do Brasil, porque o País produz, mas não tem infraestrutura para escoar a produção. O mais difícil temos: é a terra para plantar, o clima favorável, a população que trabalha – e não temos a infraestrutura, para tirar da área produtiva, levar até o porto e transportar essa mercadoria.

Então, é, realmente, um problema sério que temos, e tenho certeza de que o Governo está preocupado com isso. Mas precisamos de mais agilidade com relação a isso. Eu precisava abordar esse tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a. V. Ex^a, realmente, trouxe um tema da maior importância e, realmente, isso ocorreu. Quer dizer, nove navios que estavam contratados já, para vir apanhar a soja brasileira e levar para a China, desviram-se para os Estados Unidos, porque, aqui, são necessários 60 dias para o carregamento do navio – isso é realmente... Inclusive, o Senador Sérgio fez essa observação, na última reunião.

Seria interessante, só pegando um gancho do que diz V. Ex^a quando trata das estradas de escoamento da nossa produção, um País com a dimensão do Brasil, com a capacidade de produzir que temos, principalmente grãos, e não haver ferrovias, é qualquer coisa de não acreditar exatamente no que vemos! Por exemplo, era interessante que o Governo pudesse fazer os investimentos, no que diz respeito às ferrovias brasileiras que estão em andamento e outras que estão em projetos para serem executadas, dos recursos dos investimentos estão fazendo para realizar a Copa do Mundo de 2014, os bilhões de reais que estão sendo gastos, para equipar campos de futebol. O futebol é maravilhoso? É. É uma festa brasileira? É. É do mundo? É. Mas precisa haver também recursos para injetar nesses segmentos.

Concedo a palavra ao Senador Moka, que está pedindo pela ordem e, em seguida, o Senador Sérgio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, tenho comigo que é um fator limitante. Conversava como ex-Ministro Roberto Rodrigues e ele usou uma expressão que me chamou a atenção. Ele chama de “boca de jacaré”, porque, na verdade, a

infraestrutura está praticamente paralisada, e a nossa produção crescendo.

Ele falou: “Moka, isso não tem jeito, se se aumenta a produção, e não há infraestrutura, este País...”. O que acontece, Sr. Presidente? Veja como são as coisas: há o preço da soja, há o transporte inadequado, porque o transporte rodoviário seria, no máximo, 150km, 200km – vamos exagerar, 300km –, que percorremos com um caminhão. Imagina, tirar a soja do Mato Grosso para ir para o Porto de Paranaguá. Então, são coisas que não conseguimos entender. Então, essas coisas todas...

Ontem, na Comissão de Infraestrutura, Sr. Presidente, chamaram o General Fraxe... Eu já tive oportunidade de dizer isso. Colocaram o General lá no DNIT, um homem bem intencionado e tal, mas que centralizou tudo, Sr. Presidente, e devolveu dinheiro. Quer dizer, não adiante isso também. Dizem que havia problema lá, mas... Então é muito fácil: não tem problema nenhum, mas também não realiza nada.

Então, eu não sei realmente... essas coisas eu preciso ainda entender, porque na iniciativa privada isso não aconteceria nunca. Então, essas coisas que não conseguimos entender.

Esse debate vai acontecer e o País, se não tomar realmente... Eu acho que a Presidente Dilma fica desesperada com isso tudo. Eu vejo esse esforço de votar a medida provisória dos portos. Há todo um *lobby*, um corporativismo de não deixar votar, mas se formos pegar os custos dos nossos portos, estão lá em cima. Como é que se faz isso?

Eu vi ali na entrada do Congresso: “Presidente Dilma não acabe com os nossos portos.” A Presidenta Dilma, na verdade, quer modernizar.

Eu acho que na verdade temos que ter a coragem, claro. E outra coisa a medida provisória não toca, Sr. Presidente, no que já existe. Agora o que me parece ser a discussão é o seguinte, pelo menos a apresentação da Senadora Kátia Abreu, é daqui para frente esses funcionários que estão nos portos não terão perda nenhuma. Eles querem que o que têm continuem, nos próximos portos.

Então, é um debate que precisa ser enfrentado. É claro que é difícil. Eu quero entender isso. Eu acho que o Relator, Senador Eduardo Braga, está fazendo entendimento, mas nós temos que votar. Essa é uma coisa. Tem que votar e superar essa questão dos portos. Ponto um.

Ponto dois: nós temos que, por exemplo, priorizar investimento. Eu fui um dos que votaram contra o trem-bala, e sou da base aliada, mas não consigo entender a prioridade. Como é que nós vamos priorizar essa questão do trem-bala, como disse o Senador Acir, se com esse dinheiro nós poderíamos resolver todos

esses gargalos através de investimento na ferrovia ou mesmo nos portos.

Então, nisso eu acho há um equívoco. Eu queria discutir essa questão, Sr. Presidente, porque acho que esse é um assunto realmente que esta Comissão... claro, afeta o produtor. Da porteira para dentro, nós conseguimos produzir com qualidade, com custo baixo. Aí, quando sai da porteira da fazenda, começa a encarecer os produtos, seja com transporte, ficando dois, três dias, uma semana para embarcar. É claro que esse produto lá, um dia, dois, três dias lá, só vai encarecendo.

Então, essa discussão precisa ser urgentemente tratada, mas eu priorizaria a questão da medida provisória. Nós temos que enfrentar o debate, e eu não faço parte, mas, no plenário, vamos enfrentar o debate e vamos votar favoravelmente, para que possamos sair disso, a questão do escoamento dos portos, que é um dos gargalos.

O SR PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem V. Ex^a toda a razão e a Presidenta Dilma já fez algumas manifestações dizendo que o pessoal que trabalha nos portos não terá prejuízo de absolutamente nada. É preciso que haja também essa conscientização.

Monopólio: precisa quebrar esse monopólio. Os portos brasileiros realmente não têm tido uma eficácia no transporte, no carregamento e no descarregamento. Então, é preciso modernizar isso. E a iniciativa privada tem, realmente, capacidade para adotar essas providências. Até porque para se comprar uma caneta no serviço público, se tem que fazer uma tomada de preço, que vai demorar, no mínimo, 30 ou 40 dias. Na iniciativa privada, vai ali, busca uma caixa de caneta e em dez minutos se está com o instrumento de trabalho nas mãos.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite, quero fazer uma sugestão aos demais itens da pauta, especialmente Item 2, de autoria do Senador Cyro Miranda e relatoria do Senador Casildo Maldaner – ambos não estão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas eu queria só fazer ver ao Senador Suplicy que eu já havia comunicado ao Senador Figueiró que ele funcionasse como relator *ad hoc*. V. Ex^a tem alguma sugestão?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu queria fazer a seguinte sugestão: como, em março de 2011, houve do Ministério da Saúde uma recomendação de maior cuidado com isso, foram emitidas por ocasião da análise inicial do projeto e eles colocaram algumas objeções, eu acho que seria importante

que nós pudéssemos sugerir ao Ministério da Saúde uma atualização do parecer a respeito. Como nós estamos próximos de reuniões importantes que ocorrerão da Comissão de Assuntos Econômicos, com a audiência com o Ministro Guido Mantega, e também da CRE e da CCJ – e daqui a pouco precisarei me ausentar –, eu queria sugerir que melhor do que pedir vista é pedir ao Ministério da Saúde para rever e atualizar o parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148.

Essa é a sugestão que formulo, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Só para complementar esse assunto, antes de nós mudarmos o item da pauta, levantado por V. Ex^a, citado aqui brilhantemente pelo Senador Moka. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela forma como tem conduzido os trabalhos nesta Comissão de Agricultura, permitindo o debate dos temas que interessam ao Brasil e que interessam ao povo brasileiro.

E, no que diz respeito aos modais de transportes, é fato: nós estamos atrasados em muito, em décadas. Nós tínhamos mais ferrovias no Brasil na década de 40 do que nós temos hoje. Nós estamos indo na contramão.

Recentemente, eu recebi um amigo que esteve na Índia e ele me disse que a Índia tem duas vezes mais ferrovias do que o Brasil, em bitola larga e dupla; uma do lado da outra, uma vai e a outra vem, não é que tenha que haver os desvios não. Para você ver: a Índia. Nada contra o povo indiano, mas eu estou dizendo que nós teríamos muito mais condições, inclusive somos economicamente muito mais ricos. E nós vivemos esse custo Brasil, que, certa forma, faz com que ele seja ineficiente. O produtor é eficiente; a iniciativa privada é eficiente; mas nós competimos igualmente com um país europeu, onde neva, congela tudo durante seis meses – não canso de dizer que a vaquinha tem que ficar presa em um celeiro com o trato ali empilhado, senão ela morre de fome ou congelada –; e nós competimos igualmente, como eu vi aqui a questão do leite, em um debate nesta Comissão.

É um absurdo o que pagamos hoje de ineficiência portuária: quase US\$4 bilhões. E paga mesmo, não é que nós perdemos. Paga! Porque, a partir do momento em que o navio chega ao Brasil, no período de atracamento, se ele não é atracado, o Brasil passa a pagar um valor pela sua capacidade de carga e pelo tempo que ele vai ficar estacionado; ao ponto de ficar, em média, 60 dias atracado o navio, ao custo de US\$30 mil, US\$40 mil ao dia. São US\$2 milhões, em média, o custo de um navio que o Brasil paga – paga

sim! Isso vai para fora do Brasil. E aí vira o quê? É o custo da produção.

Então, se nós tivermos um Brasil eficiente, olha a nossa competitividade! Sabe o que vai acontecer? Vai ficar mais dinheiro aqui. Vai ficar mais dinheiro aqui, lá no interior de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de todos os Estados, lá no interior de Alagoas. Porque não vai embora, embutido nesse custo da transformação e da produção.

Então, eu me somo a todos aqueles que se indignam a cada vez que veem uma fila como esta lá no Porto de Santos ou no Porto de Paranaguá, onde é recorrente também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Esse tema realmente é um tema que chama muito a atenção de todos nós. Eu gostaria de, depois, conversarmos para que a gente possa estabelecer, um dia, uma audiência pública para tratarmos de temas específicos dessa natureza. Porque é no debate, é nas informações que a gente vai procurando encontrar os caminhos.

E é uma coisa inacreditável, por exemplo, um país como o Território brasileiro, com a maior área agrícola do mundo, onde se tem água, sol e capacidade de trabalho, de geração de produção, e realmente perdemos, em determinado momento, para pequenos outros países em relação a determinados produtos de importação e de exportação.

Além do mais, voltando ao assunto do leite: nós precisamos tomar alguma providência – o Ministério da Agricultura, com o Governo –, para exatamente medir a entrada desses produtos, pois, muitas vezes, não sabe nem como ele é tratado lá, para o mercado interno, competindo com o que produz internamente, com o preço mais baixo do que o custo de produção.

Nós, eu e V. Ex^a, que fomos produtores de leite, tivemos de sair do ramo, pois não tínhamos como suportar as despesas com relação à manutenção do plantel.

Concedo a palavra a V. Ex^a, para a sua manifestação.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – A extrema esquerda também que se manifestar – não ideologicamente, evidentemente.

Somando ao que já falaram meus nobres companheiros desta Comissão, eu queria apenas ressaltar a V. Ex^a a condição das ferrovias em Mato Grosso do Sul, da qual o Senador Moka é a testemunha maior.

Nós temos mais ou menos lá mil quilômetros de estradas de ferro, que ligam Três Lagoas a Corumbá, na fronteira com a Bolívia, e Campo Grande a Ponta Porã. O ramal de Campo Grande a Ponta Porã, onde estão as maiores áreas de produção agrícola do Estado, está absolutamente paralisado. Não corre nem

aquele carrinho de trem de inspeção. E, no trecho de Três Lagoas a Corumbá, só se transportam minérios, e com restrições.

A empresa que lá tem a concessão, a ALL (América Latina Logística), não aceita nenhum reclame, e as autoridades federais do setor também não tomam providências a respeito. Além de não construirmos, não conservamos as ferrovias. Esse é o estado de calamidade em que se encontra o setor no Brasil.

Que fique esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^{as} pelas comunicações. Vou agora ler o item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 144, DE 2010

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, para redefinir as dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação a sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Informo que foi aprovado parecer na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle pela prejudicialidade da matéria.

Não está presente o Relator, Senador Cyro Miranda, que esteve aqui antes de iniciarmos a nossa reunião e pediu que fosse retirado de pauta.

Estou retirando de pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 148, DE 2011

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 148, de 2011.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS.

2. A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, e

será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Comunico à Comissão que a matéria recebeu parecer da Comissão de Assuntos sociais pela aprovação da matéria.

Como também não se encontra presente o Relator, o Senador Casildo Maldaner, também vou retirar de pauta a matéria, considerando inclusive uma sugestão apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, nós, na reunião anterior, tínhamos aprovado uma audiência com o Ministro da Justiça e também com o Presidente da Funai. Eu queria saber se já temos uma data, pelo menos prevista, da vinda do Ministro. Por que eu estou dizendo isso, Sr. Presidente? Sei que V. Ex^a vai me responder, mas nós somos surpreendidos, Sr. Presidente. E quero chamar a atenção para essa questão de demarcação de terras indígenas.

Sr. Presidente, eu tenho feito um esforço. Senador Figueiró, há oito, dez anos que eu venho tratando disso. Eu vou colocar a região do Mato Grosso do Sul em que há um entendimento da própria Funai, do Ministério Público Federal, das etnias, dos produtores. No Mato Grosso do Sul, não existe terra que se possa dizer que foi invadida ou que foi grilada. Não existe isso. São produtores que têm o título, com cadeia dominial já feita.

Sr. Presidente, no ano passado, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, eu apresentei uma emenda e, com muito esforço, aprovamos R\$100 milhões para colocar no Orçamento. Qual é a tese que eu sempre defendi? Se temos que corrigir uma injustiça com a população indígena – e eu sou daqueles que acham que é preciso corrigir –, essa dívida é da sociedade como um todo. Não pode pagar a dívida esse produtor que está lá há 80, 70, 50 anos, com um título que comprou do próprio governo.

A AGU colocou, normatizou, dizendo que essas reservas não podiam ser ampliadas, tudo aquilo pela decisão da Raposa Serra do Sol. Aí suspenderam isso. Ao tempo em que suspenderam, a Funai começou, não só no Mato Grosso do Sul, o processo de demarcação altamente acelerado. Sr. Presidente, a Funai não tem recursos para essa indenização. Esse recurso de 50 milhões que nós conseguimos não dá para nada.

Dia 19 de março, agora, um novo grupo de estudo está indo para Mato Grosso do Sul. E o próximo, Sr. Presidente? A Funai faz isso de forma irresponsável.

vel. Eu estou já perdendo a paciência, porque isso é irresponsabilidade. Você vai para lá com um grupo de estudo, não avisa o Estado, não avisa o Município e fica querendo entrar... Aí acaba havendo esse conflito. Sr. Presidente.

Nós temos que parar com as demarcações enquanto o Supremo não decidir em relação a essa questão, os chamados embargos que estão lá sobre essa decisão da Raposa Serra do Sol.

Então, só agora, Senador Figueiró, estão pretendendo demarcar mais 60 mil hectares no Mato Grosso do Sul. Sessenta mil hectares, considerando-se que o entendimento é que não existe lá, vão ter que ser indenizados ou desapropriados, miseravelmente, a 10 mil o hectare, faça a conta! Então, essas coisas eu não consigo entender.

Então, eu faço um apelo para que agilizemos a vinda do Ministro aqui. Nós não podemos mais concordar com isso, porque eu estou advertindo que, lá no Mato Grosso do Sul, vai haver um enfrentamento. E aí, Sr. Presidente, depois que a gente fala essas coisas, ficam dizendo que a gente está fazendo terrorismo. Mas a gente não consegue mais segurar o produtor, porque ele fala: “Mas, Senador, eu estou aqui há 60 anos, 70 anos, eu tenho o título. Como é que eu vou deixar que aconteça isso tudo aqui?” É um absurdo isso.

Então, as pessoas que têm essa responsabilidade não param para analisar que só estão estimulando, cada vez mais, esse conflito entre produtores rurais e a população indígena.

Fica aqui a minha fala. Esse é um assunto da maior importância, é um assunto explosivo. Estamos avisando isso. Estou colocando isso. Eu já me reuni... Tenho conversado com o Ministério Público Federal, lá no Estado do Mato Grosso do Sul, e pretendo me reunir aqui com o Ministério Público Federal, porque temos que encontrar uma solução. Enquanto não houver recursos no Orçamento para essa desapropriação, vamos parar com essa coisa de querer demarcar mais terra. Isso é só para aumentar a tensão que existe nessa região, Sr. Presidente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Rubens Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MT) – Evidentemente, eu não posso me calar diante dessa manifestação de revolta do Senador Waldemir Moka, que vem, há tantos anos, alertando a Nação sobre o perigo da ação da Funai, sobretudo em Mato Grosso.

Eu quero, além de me associar às palavras dele, quero dizer a V. Ex^a e meus ilustres pares que essa questão fundiária em Mato Grosso do Sul não vem de

hoje. Ainda no império, o Imperador Dom Pedro II doou ao Barão de Antonina mais de um milhão de hectares justamente nessa área de maior conflito, que é justamente no chamado cone sul de Mato Grosso do Sul, na área de fronteira com a República do Paraguai.

O Barão de Antonina não teve condições de explorar essas terras e doou-as a Mato Grosso, ao Governo do Mato Grosso, o Mato Grosso uno. E Mato Grosso uno, depois, cedeu essas terras para uma companhia chamada Mate Laranjeira, que foi explorar a riqueza da região, que é a *Ilex paraguariensis*, que é a erva-mate.

E essa empresa, depois, foi vendendo essas terras aos homens que desejavam ocupá-las, que são os pioneiros da colonização ali.

Então, eu quero só salientar que essas terras hoje objeto da gula da Funai são terras que foram vendidas a título justo, com registro público há mais de cem anos. E esse conflito todo que existe hoje entre índios e não índios é justamente fomentado pela Funai – não há a menor dúvida.

O Senador Moka tem toda razão; já demonstrou à sociedade essas razões.

É preciso que o Governo central tome alguma providência com relação a isso, puxe a orelha da Funai. Espere, aguarde a decisão do Supremo. São seis embargos declaratórios que estão lá dependendo de esclarecimento. Até que isso aconteça, é preciso que a Funai aguarde para tomar as providências que julgue conveniente.

Para concluir, Sr. Presidente, na semana passada, na sexta-feira, eu tive que receber uma comissão de índios no escritório de representação em Campo Grande. E no final da reunião... primeiro, foi muito tensa a reunião, só não apresentaram tacape lá, mas pelas expressões deles é como se fossem me agredir. Mas a conversa tornou-se amena, conciliatória e eu pedi a eles que levassem ao seus irmãos uma proposta no sentido de que eles aguardassem uma manifestação do Judiciário para que houvesse realmente uma solução que trouxesse a pacificação das famílias lá, que antigamente eram confraternizadas. E hoje não são mais em virtude dessa ação até ideológica da Funai.

Eu faço esse esclarecimento para me solidarizar à revolta do Senador Moka. Ele tem toda razão. E ele é quem dirige essa nossa campanha no sentido de esclarecer à Nação que a Presidência da República, onde deveria estar a Funai, não no Ministério da Justiça... Não há Secretaria de Minorias Sociais, sob a guarda Presidência da República? Por que não colocar lá a Funai?

Aí nós teremos condições efetivas de atuar. Porque eu não creio, pelo que eu observei em uma reunião recente em que estava presente o Senador Sérgio

Souza, que o Sr. Ministro da Justiça tenha condições de conter os freios da Funai.

Lá alguém manda mais do que o Sr. Ministro, não sei quem é. Mas eu acredito que haja uma pessoa com mais força do que o Ministro da Justiça. Então, que vá para a Presidência da República!

Esse também é o meu clamor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A Mesa agradece a participação dos Srs. Senadores e quero dizer ao Senador Moka que vou, no dia de hoje, tentar manter contato e gestão junto ao Ministério da Justiça para que o Ministro possa confirmar presença considerando que ele já foi cientificado disso há quase duas semanas, num permanente contato da Comissão com a assessoria parlamentar do Ministro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí, evidentemente, se as tratativas não derem resultado, Sr. Presidente, eu vou também aqui consultar os pares no sentido de defender a convocação do Ministro. Por enquanto, ele está sendo convidado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Na sessão de hoje, eu pretendo usar a palavra para tratar desse assunto e convido os ilustres pares para que me acompanhem e me prestigiem no pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, há alguma data já, pelo menos em princípio, uma previsão da vinda, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A previsão é para 11 de abril.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ah, então já temos, pelo menos, uma data em princípio. Possivelmente, 11 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Prevista já.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É porque, lá no Mato Grosso do Sul, ao retornar para o final de semana, vou...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – V. Ex^a já pode comunicar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ... vou convidar os produtores para participarem dessa audiência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Interessante!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Senador, Moka, por gentileza. Seria conveniente mudar a data, porque, em 11 de abril,

nós temos um compromisso em Campo Grande, que é a inauguração da exposição agropecuária, que é o acontecimento mais importante para nós.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, aí, Senador Figueiró, nós vamos ter que fazer, porque se o Ministro disser que a data é 11 de abril, acho que dificilmente a Comissão vai ter alternativa em não concordar, porque aí é a agenda do Ministro. Aí nós vamos ter que...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vamos conciliar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Os campo-grandenses vão entender.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Estou lembrando apenas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vamos tentar conciliar essa situação porque, realmente, uma exposição agropecuária no Mato Grosso, como em qualquer parte do Brasil, é da maior importância a presença de quem participa desta Comissão.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Nós temos que estar presente inclusive; é importante isso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não havendo mais nada a tratar, eu queria fazer um lembrete à Comissão.

Amanhã, dia 22 de março, às 14 horas, será realizado o segundo seminário do ciclo de debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para tratar do conceito de ruralidade do Brasil no projeto desenvolvido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Portanto, todos os Srs. Senadores estão convidados para amanhã, às 14 horas.

Encerro a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 8 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE ABRIL DE 2013.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de abril de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI, WELLINGTON DIAS E WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Del-

cídio do Amaral, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Kátia Abreu e Gim. Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senador Sérgio Souza. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar a Audiência Pública, a Presidência informa que há sobre a mesa requerimento subscrito pelos Senadores Ruben Figueiró e Waldemir Moka, para deliberação da Comissão: **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, de 2013 – ASSUNTO:** Requerem, em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2013-CRA, que seja convidado o Sr. Gustavo Beduschi, Analista Técnico Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, para participar da audiência pública com a finalidade de discutir e analisar a cadeia produtiva do leite. **Autoria:** Senadores Ruben Figueiró e Waldemir Moka. No encaminhamento, não houve oradores inscritos para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 8, de 2013**, de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Acir Gurgacz, Waldemir Moka e Jayme Campos, aprovado em 21.03.2013, e ao **Requerimento nº 10, de 2013**, de autoria dos Senadores Ruben Figueiró e Waldemir Moka, aprovado em 04.04.2013, com a finalidade de discutir a cadeia produtiva do leite no Brasil, bem como debater alternativas para estimular e fortalecer o setor, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Neri Geller** – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **SPA/MAPA**; **Sr. João Antônio Fagundes Salomão** – Coordenador-Geral de Pecuária e Culturas Permanentes do Departamento de Comercialização e de Abastecimento Agrícola e Pecuário – **DEAGRO**; **Sr. Rodrigo Sant’Anna Alvim** – Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **CSCPLD/MAPA** e Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; **Sr. José Carnieli** – Presidente da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios – **ABPMCEL**; **Sr^a Elizabete Nogueira Fernandes** – Chefe Adjunta de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA** Gado de Leite; **Sr. Gustavo Beduschi** – Analista Técnico Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras – **OCB**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Ruben Figueiró, Jayme Campos, Waldemir Moka e Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2013, da CRA, de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Eduardo Suplicy e Acir Gurgacz, com a finalidade de discutir a cadeia produtiva do leite no Brasil bem como debater alternativas para estimular e fortalecer o setor com a presença dos seguintes convidados: Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Rodrigo Sant’Anna Alvim, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que convidado para tomar assento à mesa; Sr. Roberto Hugo Jank Júnior, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite – Leite Brasil; Sr. José Carnieli, Presidente da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios; Sr. Carlos Alberto Pereira de Albuquerque, relações institucionais e governamentais do Sindicato Nacional da Indústria da Alimentação Animal; Sr^a Elizabeth Nogueira Fernandes, Chefe-Adjunta de Transferência de Tecnologia da Emprapa – Gado de Leite.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo à Comissão que há sobre a mesa requerimento do Senador Waldemir Moka, subscrito pelo Senador Figueiró, que passo a ler:

Sr. Presidente, requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2013 – CRA, seja convidado o Sr. Gustavo Beduschi, analista técnico-econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), para

participar da audiência pública com a finalidade de discutir e analisar a cadeia produtiva de leite.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, eu acho que, numa discussão como esta, a OCB, que é a Organização das Cooperativas Brasileiras, não poderia ficar de fora. Tenho comigo que é uma entidade que representa as cooperativas e eu, como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e conhecedor também que o Dr. Gustavo, que virá aqui, é uma pessoa que tem 15 anos nisso, conhece várias faces desse segmento, que é um segmento complicado e nós vamos ver no decorrer desta audiência pública.

Por isso fiz este requerimento, subscrito pelo Senador também do Mato Grosso do Sul, Ruben Figueiró, pedindo a presença e a participação da OCB. Claro que a indicação do nome do Gustavo partiu do Presidente da OCB, Márcio de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido o Sr. Gustavo Beduschi para tomar assento à mesa.

Gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

Como nós temos uma mesa com convidados, logicamente que vamos estabelecer um tempo para que cada um possa fazer suas manifestações e, se necessário, prorrogar por mais alguns minutos, porque esse assunto que vamos discutir hoje eu reputo da maior importância para o setor da economia brasileira, apesar das inúmeras dificuldades.

Gostaria, inclusive, de sugerir e propor, se for possível, que, à proporção que cada um dos convidados faça a explanação de sua tese, nós pudéssemos encontrar alguns caminhos. Gostaríamos que também, no decorrer dessas palestras, pudéssemos encontrar, por exemplo, sugestões, que cada um pudesse oferecer uma sugestão de como fazer.

Conversava há poucos instantes com os Senadores Moka e Figueiró que não é interessante para nós continuarmos a fazer audiências públicas em um setor da maior importância como o setor agropecuário brasileiro e ficar apenas em quatro paredes. Terminou aqui, terminou, uma sessão bonita, palestras extraordinárias, uma coisa fantástica. Mas, na prática, não aconteceu absolutamente nada.

Então, em comum acordo com todos os meus companheiros da Comissão, vamos, na proporção que começemos a fazer as audiências públicas – e disse isso ao Presidente do Senado ontem, na reunião com

todas as comissões, para estabelecermos determinados critérios de funcionamento das comissões técnicas da Casa –, que pudéssemos, em cada momento, em cada audiência pública de qualquer que seja a comissão, tenhamos um resultado.

Resultado para encaminhamento da Casa, resultado para proposição de algumas sugestões de ordem legal e resultados de encaminhamento para os órgãos de responsabilidade do Governo. E, no caso, como nós, da cadeia do leite, o Ministério da Agricultura teve seu grande tocador de todas as políticas públicas para o setor – logicamente que há uma coisa que pode até nos ajudar no que diz respeito a esta audiência pública, que é hoje a presença do Ministro da Agricultura, que é um produtor de leite, é um daqueles que estão engajados dentro da cadeia produtiva de leite deste País.

Gosto sempre de dar alguns exemplos. Lá no meu Estado de Alagoas – queria aqui cumprimentar os meus colegas e representantes do meu Estado, Presidente das Associações de Produtores de Leite de Alagoas, capitaneado pelo Presidente da Associação do meu Estado – eu era produtor de leite, Moka, eu achava uma coisa linda o úbere de uma vaca e inventei de comprar um pedaço de terra no semiárido do meu Estado, a região própria para produção de leite. E continuei no ramo. Uns três anos depois eu disse: “Espere aí, as informações eu tive com relação a um projeto que foi feito pelo Banco do Nordeste...” e eu então fui induzido a buscar um pedaço de recursos do Banco do Nordeste para preparar a propriedade, dotá-la de toda infraestrutura. Aconteceu que, três anos depois, você não poderia continuar produzindo o leite neste País, porque o custo de produção naquela época, na seca de mais de 15 anos passados, era da ordem de R\$0,30 a R\$0,40 e eu entregava o leite no laticínio a R\$0,20. Todo final de semana em que eu chega na fazenda, tinha que buscar dinheiro fora para pagar a folha e os insumos. No geral, não só acabei com a vacaria, como perdi a propriedade para o Banco do Nordeste, porque os juros de mercado que àquela época se aplicavam, TJLP... Esse rolo. No somatório, dão de 18% a 20%, como se paga tirando o leite com o custo de R\$0,30 e vendendo a R\$0,20? É a mesma coisa que hoje, não melhorou parece que nada praticamente, porque tenho as informações de que o custo de produção de um litro de leite está na ordem de aproximadamente R\$1,30 e o produtor está entregando no laticínio ou vendendo para os governos dos Estados a R\$1,10, R\$1,20. Como pode?

Então, nesta audiência – quero antecipadamente agradecer a presença de todos –, vamos ver se encontramos algum caminho posterior a este encontro para que possamos começar a lutar para melhorar a quali-

dade, melhorar a vida daqueles que vivem no campo, daqueles que vivem da produção de leite.

Agora, no meu Estado, por exemplo, aliás, no Brasil, no Nordeste todo, há uma espécie de dizimação dos rebanhos com essa terrível seca que estamos atravessando.

Mas isso conversaremos no decorrer da audiência.

Então, vamos dar a cada um dos nossos convidados 15 minutos para discorrerem sobre a sua presença aqui e depois, então, abriremos o debate para participação de S. Ex^{as}, os Srs. Senadores.

Eu gostaria de inicialmente conceder a palavra ao primeiro palestrante, Sr. Rodrigo Sant'Anna Alvim, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tem a palavra O Sr. Rodrigo Sant'Anna.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Bom dia a todos, bom dia Senador, em seu nome em nome do antigo amigo, Senador Moka, cumprimento todos Senadores presentes.

Bom, inicialmente eu queria agradecer a oportunidade desta audiência pública. Ela vem num momento extremamente oportuno, Senadores, à medida que a CNA está exatamente neste momento discutindo um pacote tecnológico para a pecuária leiteira brasileira, para a cadeia de produção de leite e derivados do País que quer, inclusive, nos próximos dias, se reunir com a própria indústria de laticínios do País para que possamos traçar algumas políticas necessárias ao desenvolvimento de forma sustentável e definitiva dessa cadeia.

Na realidade, o que CNA está procurando fazer é discutir um grande programa que torne a pecuária leiteira brasileira e a cadeia produtiva de leite e derivados no País uma atividade que não venha a passar por crises recorrentes, que não venha a pagar incêndios permanentes, mas que tenhamos, sim, um projeto que crie competitividade para essa cadeia e que possa nos inserir, assim como outros produtos do agronegócio brasileiro, no mercado internacional de forma efetiva e definitiva.

Então, vou fazer alguma avaliação com os senhores sobre o panorama do setor lácteo.

Próximo, por favor.

Nessa fala com os senhores, nós queremos desenvolver um pouco essa agenda e os números do setor do mercado lácteo de ações de desenvolvimento para o setor, que são exatamente essas que a CNA está propondo neste momento através da nossa Presidente, Senadora Kátia Abreu, que, em conversa com a Presidenta Dilma, recentemente, por uma hora e meia, apresentou o esboço desse projeto, e a nossa Presidente pediu que ela avançasse nessa proposta e que

apresentasse, então, uma proposta consolidada e que pudesse ser avaliada, já analisando, já adiantando a nossa Presidenta que ela concorda plenamente que alguma coisa deve ser feita para a cadeia de produção de leite e derivados do País.

Próximo, por favor.

Sobre a importância da pecuária leiteira brasileira eu acho que é desnecessário falar, mas, enfim, quero apenas lembrar aos senhores que há registro de produção de leite em 555 microrregiões geográficas deste País do total de 558 existentes. Portanto, o leite é produzido em praticamente todos os Municípios do País, em todas as microrregiões brasileiras.

Envolvemos quatro milhões de pessoas como mão de obra apenas na produção primária. Apresentou o sexto maior valor bruto da produção no ano passado. Então, não é uma atividade, não é uma cadeia desprezível; estamos à frente de importantes produtos do agronegócio brasileiro. A produção de leite cresceu 4,4% de 2000 a 2011, média anual. Portanto, apesar de tudo, nós estamos dando a nossa contribuição ao País e crescendo efetivamente. E, dos 5,2 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, 25% produzem leite, segundo o último censo do IBGE, em 2006.

Próximo, por favor.

Somos hoje o quarto maior país produtor de leite do mundo, com 32 e já partindo para 33 bilhões de litro de leite por ano. Estamos atrás apenas dos Estados Unidos, Índia e China, sendo os Estados Unidos, naturalmente, o grande *player* nessa produção. A Índia produz para o autoabastecimento das pessoas. Enfim, nós sabemos da história da produção indiana, com vacas soltas pelas ruas. É um leite sem qualidade, sem foco na exportação para atender a demandas externas ao país, mas apenas para a subsistência e a alimentação dos próprios indianos. A China vem crescendo expressivamente nos últimos anos – e, em alguns anos, mais de 20% –; comprou todas as vacas que estavam à venda no mundo nos últimos dois anos, inclusive no nosso Cone Sul, dos próprios uruguaios. É um país que pode crescer da forma que quiser na produção de leite, mas ele jamais abastecerá o país como um todo, sobretudo se houver sucesso na grande campanha que vem sendo feita pelos chineses para o aumento do consumo de lácteos, tendo em vista que os asiáticos não têm esse costume de consumo de produtos lácteos. Certamente, se 1,4 bilhão de chineses tomarem um copo de leite todo dia, vai faltar leite no mundo.

Então, o Brasil se coloca como quarto maior produtor de leite do mundo, produzindo 5,3% dos quase 600 bilhões de litros de leite produzidos anualmente no mundo.

Próximo.

Esse é o corte em número de produtores que há no Brasil. Essa foi uma pesquisa feita recentemente pela Pesquisadora Zoccal, da Embrapa Gado de Leite, aqui representada pela nossa amiga Elizabeth. O corte foi feito para os produtores que produzem até 10 litros, mas que vendem, efetivamente, essa produção, porque a grande maioria, como vemos ali, dos produtores que produzem 10 litros não vendem sua produção, mas, sim, a consome. É uma produção de autoconsumo. Mas para o IBGE, eles fazem parte do número de produtores de leite no Brasil.

Se nós fizermos o corte de 1,350 milhão de produtores de leite no País, nós cairíamos para 931 mil produtores comerciais que vendem sua produção, o que não é pouco. Se nós imaginarmos que os Estados Unidos têm um pouco mais, os americanos têm um pouco mais de 70 mil produtores para produzir 90 bilhões de litros de leite por ano, praticamente três vezes mais a produção brasileira, nós ainda temos um contingente de produtores efetivamente enorme neste País. E, certamente, com o tempo, esses números vão ser reduzidos, não obstante ter também o leite uma conotação extremamente social na maioria das pequenas propriedades brasileiras.

Oitenta por cento dos produtores de leite que produzem até 50 litros de leite – 80% dos produtores de leite que produzem até 50 litros de leite – representam apenas 26% da produção nacional. O que nós estamos dizendo é que 20% dos produtores produzem 74% da produção de leite neste País. Mas, de fato, é uma atividade social. Por isso, a Presidente Dilma, ao ser provocada pela nossa Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA, entendeu a necessidade de se fazer alguma coisa para essa atividade.

Naturalmente que esses produtores pequenos são atendidos já pelo MDA, com todas as suas políticas de crédito, de Pronaf e tudo o mais, mas, enfim, eles têm de fazer parte de um projeto maior, têm de fazer parte, sim, de um projeto que atenda e que procure desenvolver a produção de leite brasileira.

Eu digo aos senhores que um produtor sair de 50 litros de leite para 100 é muito fácil; o difícil é ele sair de 500 para 1.000 litros/dia. Dobrar a produção dos pequenos produtores é fácil. E se é fácil dobrar a produção dos pequenos produtores, é fácil dobrar a produção de 80% dos produtores de leite brasileiros e inseri-los numa atividade que possa lhes trazer melhor renda e que possa fazer com que tenham uma vida mais digna.

Próximo.

Mercado do leite.

Esse é o preço do leite pago ao produtor pelo mundo: Estados Unidos, US\$0,44; União Europeia,

US\$0,45; Nova Zelândia, que é o país mais competitivo do mundo, US\$0,36. O que interessa é que o Brasil, hoje, com a produção média de R\$0,88 ao produtor brasileiro, está recebendo aí algo como US\$0,44.

Parece que nós estamos fora do foco da produção, sobretudo dos países mais competitivos, como Nova Zelândia, Argentina, Chile e Uruguai, mas eu lembro aos senhores que o real está sobrevalorizado em praticamente 30%. E se nós, então, corrigíssemos o preço do dólar em 30%, fatalmente nos incluiríamos nos produtores mais competitivos do mundo em termos de preço.

Então, pelo índice Big Mac, da revista *The Economist*, que avalia a valorização das moedas frente ao dólar, o Brasil tem a sua moeda real quase 30%, 29,2% sobrevalorizada. E isso penaliza a nós, produtores, quando a conta é feita. Ou seja, quando se divide R\$0,88 por R\$2,00 o dólar. Se dividíssemos R\$0,88 por R\$2,30 ou por R\$2,60, a conta não seria essa. E nós estaríamos, então, entre os produtores que receberiam um preço mais real, diante do mercado internacional.

Faço questão de enfatizar isso, porque fomos culpados, muito recentemente, por alguns elos da própria cadeia produtiva, de que o preço da matéria-prima leite, no Brasil, era o mais caro do mundo. Eu estou mostrando para aos senhores que isso não é verdade.

Próximo, por favor.

Custo de produção.

Calculado pela nossa Embrapa Gado de Leite, como já disse, representado aqui pela pesquisadora Dr^a Elizabeth, mostrando aí a escalada do aumento custo de produção, sobretudo no ano passado.

Se olharmos aí, recentemente, para o mês de fevereiro e compararmos o custo produção de fevereiro deste ano com o de janeiro, o mês antecedente, nós vamos ver que houve uma redução de 1,82% no custo, sobretudo em função da queda do preço das principais *commodities*, milho e soja. No acumulado deste ano, o custo é menor 1,17%, mas, num período mais recente e de tremenda dificuldade para o setor produtivo, se nós compararmos o custo de fevereiro deste ano com fevereiro do ano passado, o custo foi 23,08% maior.

Essa foi a grande crise do ano passado da pecuária leiteira brasileira, não só com um preço crescente dos produtos, principais insumos das rações, milho e soja, mas também em relação à questão da mão de obra. Aliás, mão de obra vai ser o grande gargalo nosso, vai ser a grande dificuldade nossa, não só pelo preço que vem aumentando, como o salário mínimo, a valores reais há três anos seguidos, mas também, sobretudo, pela escassez. Nós estamos ficando sem mão de obra para a atividade leiteira, que é extremamente empregadora na sua atividade, na sua produção.

Próximo, por favor.

Aqui é mostrando que, diferentemente de anos anteriores, em que o leite foi culpado como o produto que mais impactava a inflação, que nós estávamos inflacionando o mercado, essa linha vermelha são os preços do leite UHT. O leite UHT tinha, de fato, uma variação durante o período muito grande, subia muito rápido, de forma vertiginosa, da mesma forma caía muito rápido. No ano passado e no ano anterior também, esses preços se mantiveram mais estáveis, o que mostra, portanto, que a indústria não tem conseguido repassar também para o varejo os seus custos, os preços que precisava repassar para gerar lucro na sua atividade. Aliás, é uma questão que preocupa a nós, produtores, ao setor de produção primária.

Estou falando aqui em nome da câmara setorial, do MAPA, mas também como presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, portanto, representando os produtores. Preocupa-nos esta questão da crise que vem passando também a nossa indústria de laticínios no País, aliás, como não é diferente em outras indústrias.

Recentemente, a segunda maior compradora de leite no País, a LBR, que foi uma fusão de várias indústrias, entrou com pedido de recuperação judicial. A dívida dessa empresa, Srs. Senadores, segundo foi noticiado, é de R\$1 bilhão e o crédito que ela tem de PIS/Cofins é de R\$500 milhões, e ela não consegue viabilizar. Ela não consegue lançar mão desse crédito, ela não consegue, enfim, pegar, recuperar esse crédito de imposto, que poderia, não digo resolver o seu problema, mas, certamente, resolveria 50% do seu problema.

Vou ter que, agora, partir para meus apontamentos.

Outros eslaides que eu teria para mostrar aos senhores referem-se à questão da balança comercial. Esse eslaide mostra um histórico recente da nossa balança, quando nós éramos, na década de 90, o segundo maior importador de produtos lácteos no mundo. Passamos por problemas difíceis nesse momento em que dizíamos que a concorrência predatória do leite importado não permitiu o crescimento da produção brasileira. Ficamos marcando passo, em marcha lenta, durante anos, com uma produção que, de fato, não abastecia internamente o País, com 16 bilhões de litros, para um consumo de quase 20. Tínhamos que importar, mas a importação, por outro lado, não nos permitia crescer. Por quê? Porque ela vinha carregada de subsídios, de *dumping*, oriundos da Europa, oriundos da Nova Zelândia. Nós provamos isso através de uma petição feita pela CNA ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Em 2001, foram aplicados direitos *antidumping*. E vejam os senhores que, quatro anos depois, o País passou a ser exportador efetivo, exportador líquido de produtos lácteos.

Em 2004, essa linha verde, que é a linha do saldo da balança, que sempre era negativo, passou a ser positivo.

Mas nos preocupa demais a realidade atual. A partir da crise dos Estados Unidos, de 2008, caem os preços internacionais, cai a competitividade brasileira, caem as nossas importações e, o que é pior, aumentam nossas importações e o País volta a ser deficitário e de forma extremamente violenta.

Em 2011, tivemos um déficit na balança de US\$488 milhões.

Em 2012, de US\$513 milhões, voltamos àquele cenário de importadores de leite. Portanto, é nesse sentido que a CNA procura fazer um grande projeto, para deixarmos de apagar esses incêndios periódicos e passarmos então a pensar em uma pecuária leiteira mais sustentável, mais competitiva, enfim, onde possamos crescer a produção e nos tornarmos também, no leite, um grande *player* no mercado internacional.

Próximo.

Aqui são os preços do leite no mercado internacional. Tivemos períodos de preços muito baixos, em função da crise europeia, da crise americana. Os preços despencaram a partir de 2008. Estávamos em um patamar de US\$4,5 mil a tonelada do leite em pó no mercado internacional. Depois, volta a subir; em alguns momentos cai. Mas, enfim, o que interessa, o que queríamos chamar a atenção é exatamente para esse momento agora, em que os preços no mercado internacional voltam a subir para patamares de US\$5 mil a tonelada de leite em pó, o que certamente poderá fazer o Brasil, com um pouco de esforço, mas não impossível, voltar a ser um país exportador.

O relatório do Rabobank, recente agora, diz que pelo menos nos próximos seis meses os preços no mercado internacional vão se manter altos, não por nenhum fato diferente de que falta oferta de leite no mercado internacional e, passando os efeitos da crise europeia, certamente o mundo passa a normalizar o seu consumo de produtos lácteos, que antes da crise europeia, antes da crise americana de 2008, vinha crescendo, na ordem de 4,5% ao ano, o consumo de produtos lácteos mundo afora.

O Rabobank acredita que essa situação volta a acontecer a partir deste ano.

Próximo.

E quais são então, para terminar, as ações de desenvolvimento desse setor na nossa visão?

Próximo.

Primeiro: foco na qualidade do leite.

A CNA, junto com o Sebrae Nacional, está fazendo uma grande campanha. Essa é a nossa vaquinha da *cowparade*, que foi adquirida para fazer uma grande campanha ao produtor, que ele procure se informar, procure se capacitar com foco na qualidade de leite, sem o que ele será excluído da atividade. Não há como permanecer nessa atividade se nós não nos preocuparmos em melhorar ainda mais a qualidade de leite no Brasil, que vem melhorando efetivamente desde 2005, quando aplicada a IN 51, hoje IN 62.

Naturalmente que quando falamos de qualidade, nós não estamos falando apenas da questão de contagem bacteriana, de presença de microorganismos indesejáveis, enfim, de contagem de células somáticas, de proteína; estamos falando também de um programa de controle de resíduos e contaminantes, que é inadmissível que se permita um leite com resíduos de antibiótico ou de ivermectinas, ou, enfim, de antiinflamatórios ou de carrapaticidas ou de o que quer que seja. Temos que obedecer e atender ao programa do Ministério da Agricultura, que é o PNCRC (Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes), assim como temos que nos preocupar com o Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose.

A Rússia não importa leite brasileiro, e ela é a maior importadora de leite do mundo, porque nós não temos ainda um controle efetivo de brucelose e tuberculose. Temos que nos importar com isso, temos que ser atentos a isso, temos que entender que isso é necessidade, temos que entender que questões sanitárias são indispensáveis para que possamos até fazer acordos sanitários com outros países. E é o que temos que ser a partir de agora, mais proativos, se queremos ser efetivamente um exportador de produtos lácteos para os países mais ricos, porque até então exportávamos para o norte da África, para alguns países das Américas do Sul e Central.

Enfim, temos que ter o foco também em países que são mais exigentes com relação à qualidade e às questões sanitárias.

Próximo.

Outra perna desse grande projeto que a Senadora Kátia Abreu apresentou à nossa Presidente e que nós estamos acabando de acertar detalhes dele é a questão da capacitação. A capacitação através do Leite Legal, nome que demos a esse treinamento com foco na qualidade, para atender a IN 62. Esse treinamento terá 16 horas de capacitação presencial de produtores e, depois, 4 horas de validação na propriedade de cada um dos produtores que participarem desse processo de aulas teóricas. A ideia nossa é de ir à propriedade

de todos aqueles que participarem de cada um dos grupos e aplicar um *check-list* na propriedade e ver qual o gargalo de cada um desses produtores que não permite que eles atendam às exigências da qualidade do leite no País.

A meta é treinarmos, com essa parceira com o Sebrae Nacional, 81 mil produtores nos próximos anos e, naturalmente, tentarmos mais recursos, porque, enfim, 81 mil produtores é uma parcela que, perto dos mais 900 mil produtores, não chega a 10% das propriedades em atividade.

Outro braço dessa capacitação será a exigência de que esse produtor, treinado com relação à qualidade, capacitado com relação à qualidade, participe de um curso de 40 horas do Pronatec – e está sendo criado um Pronatec Leite – para a formação em gestão da sua propriedade, bem como de outro de 14 horas, de qualificação técnica. Nós já estamos tratando disso.

Enfim, é isso tudo que estou apresentando aos senhores que a nossa Senadora Kátia Abreu apresentou à Presidente Dilma.

Próximo.

Assistência técnica.

Um grande esforço em dar assistência técnica aos produtores de leite – e, naturalmente, não apenas aos produtores de leite – vai ser um grande projeto de assistência técnica ao produtor rural brasileiro, e para começar já, assim que tivemos tudo isso formatado. O laboratório para essa assistência técnica será exatamente o produtor de leite. A nossa ideia é assistirmos 553 mil produtores de leite no País, número a que chegamos por um corte que fizemos de produtores acima de 50 litros até 500 litros. Estamos entendendo que os abaixo de 50 litros estão assistidos pelo MDA, que também está discutindo a questão da assistência técnica, e que os acima de 500 litros são produtores mais independentes que podem adquirir a sua assistência técnica. Mas, de qualquer forma, o Senar Nacional vai ser a nossa ferramenta para colocar em campo essa assistência técnica.

O Regimento Interno do Senar foi recentemente atualizado e modificado para que o Senar possa também dar assistência técnica e extensão rural aos produtores brasileiros.

Próximo.

Já terminando, para que tudo isso aconteça, nós temos que ter, então, uma política de crédito. E isso também foi conversado com a Presidente da República, no sentido de desenvolver um programa de fortalecimento da pecuária leiteira brasileira, com o objetivo de melhorar a qualidade e elevar a produtividade e a rentabilidade da atividade leiteira, alcançando maior competitividade.

Linhas de crédito para investimento, voltadas especificamente para a melhoria da qualidade do leite.

A Presidente da República pediu que a Senadora apresentasse a ela um *kit* leite, ou seja, o que é necessário para esse produtor não ser excluído dessa atividade em função da qualidade. E nós dissemos, então, que duas questões são indispensáveis: ele ter condição de refrigerar o seu leite, que é uma exigência da IN 62, e que ele tenha possibilidade de adquirir uma ordenha, por menor que seja, diante da dificuldade de mão de obra no campo.

Alimentação do rebanho é um foco absolutamente indispensável.

Eu não tenho dúvida de que as 32 milhões de vacas que existem neste País, na sua grandíssima maioria, passam fome. E, pelo o simples fato de alimentarmos essas vacas, nós podemos, num curtíssimo espaço de tempo, dobrar a produção brasileira.

A produção média no Brasil é de 4,6 litros de leite. A produção média na Argentina e no Uruguai é de 9,8 litros de leite. Assim, o nosso grande desafio é fazer com que a maior parcela dos produtores que respondem por 80% do leite brasileiro, que são os produtores de oito Estados brasileiros, alcance a média do Mercosul, ou seja, 9,8 litros. Com isso, estaremos mais do que dobrando a produção de leite desses produtores que representam 80% da produção brasileira.

Eu não tenho dúvida de que a velocidade dos resultados de uma grande campanha como essa é impressionante e, muitas vezes, imensurável. Nós não sabemos avaliar direito o resultado dessa grande campanha se ela vier a acontecer da forma como estamos apresentando aos senhores. Não podemos ainda avaliar os resultados que isso pode trazer para a produção brasileira de leite. Que o Brasil será um dos maiores exportadores de leite do mundo, eu não tenho dúvidas! É questão de tempo! Nós já o somos no açúcar, no café, na carne, no suco de laranja, no complexo soja, enfim, e seremos também no leite. Não tenho dúvidas disso.

E, para concluir, uma linha de crédito para custeio, recursos para custear todo o desembolso da atividade leiteira, o que é sempre um problema terrível para o produtor de leite. Quando ele está começando a evoluir o seu rebanho, ele tem que vender quatro, cinco, seis bezerros, duas vacas, para fazer o custeio da sua atividade. E nós, então, não conseguimos nunca deslanchar. Nós estamos crescendo, nós voltamos para trás.

Próximo, por favor.

Com relação à questão da indústria, a questão da tributação, o que certamente será falado pelos representantes da indústria.

Sobre a questão do PIS/Cofins da ração, nós estamos há anos tentando retirar esse custo da ração dos nossos animais, que representam 9,25% do preço das rações dos nossos animais. Isso, muitas vezes inviabiliza nós estarmos tratando melhor dos nossos animais.

Permitir que a indústria, enfim, acesse os seus créditos de PIS/Cofins de alguma forma, seja para pagar outros tributos, como INSS, como o próprio Refis. Enfim, a indústria deve recuperar esse crédito, porque é um crédito que diz respeito a ela, de propriedade dela, que certamente viria a resolver o problema de grande parte da indústria brasileira.

Próximo.

Por fim, o nosso foco é muito mais com ações mais proativas de fazer um projeto de médio e longo prazo para a pecuária leiteira brasileira do que de novo estarmos pedindo para controlar a importação do Uruguai, para controlar a importação da Argentina. Isso provavelmente seja necessário por um curto espaço de tempo, até tudo isso acontecer. Mas o que nós queremos hoje é uma proposta muito mais proativa, muito mais focada na competitividade do produtor brasileiro, numa produção sustentável de todas as formas, inclusive social. Enfim, para que possamos, então, resolver de forma definitiva a questão da cadeia produtiva de leite e derivados.

Trabalhar as políticas estruturantes para o setor. De novo, não estarmos apagando incêndio, mas estruturando essa cadeia de forma definitiva e integrando os elos da cadeia, sem o que nós não vamos crescer. Produtores não vão fazer crescer a sua produção sem que a indústria cresça, sem que a indústria também se consolide, sem que a indústria resolva os seus problemas tributários, enfim, e diversos que têm. Nós temos que crescer a cadeia como um todo. E, assim, cresceremos de forma sustentável.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo, pela sua explanação.

Dando sequência, vou conceder a palavra agora ao Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

O SR. NERI GELLER – Bom dia, Senadores. Eu gostaria de, primeiro, agradecer pela oportunidade e parabenizar os autores do Requerimento pela importância deste tema. Ao mesmo tempo, Senador Benedito, nos colocamos à disposição do Senado, assim como fizemos em audiência na Câmara, discutindo principalmente a questão do Plano Safra, que pode, sim, ser inserido. É muito forte essa questão da discussão da bacia leiteira, que é muito importante para poder gerar emprego, renda para o País inteiro.

Quero dizer ao Senador Moka que nós tivemos oportunidade de ser liderados no Congresso Nacional em 2005/2007, agradecê-lo pelo apoio constante que tem dado ao setor. Cumprimento também o nosso Senador e Governador do Estado de Mato Grosso nosso líder Jayme Campos, a Senadora Ana Amélia e também o Senador Ruben.

Eu não vou fazer uma retrospectiva. Eu tinha me organizado para fazer uma explanação, até porque o que o Rodrigo apresentou é muito parecido com o que nós temos, com os dados que nós temos do Ministério da Agricultura.

Nós queremos ser diretos, objetivos e não nos alongar, Senador, para colocar algumas posições que nós estamos encaminhando pela SPA. Nós estamos propondo agora, para o Plano Safra principalmente deste ano, Senadora, a ampliação principalmente do Programa ABC, que é um programa extremamente importante, que está dando certo no Plano Safra anterior e que vai ampliar, Senador Moka, os recursos de R\$3,7 bilhões para R\$7 bilhões.

A proposta da SPA foi muito bem discutida com o setor. E é importante ressaltar que nós estamos discutindo, Senadores, com a base. Está aqui a OCB, está aqui a CNA. Nós fizemos uma ampla discussão tanto na Região Sul do País, com audiências públicas. A Senadora, em alguns momentos, pôde nos acompanhar; em outros momentos, técnicos e assessores nos acompanharam. Assim como fizemos na Região Centro-Oeste, em Goiás, vamos fazer na semana que vem no Mato Grosso do Sul, dia 10, a convite da Federação do Mato Grosso do Sul. Fizemos no Mato Grosso, sempre com foco muito claro voltado para essas questões da agricultura sustentável.

Ampliação dos recursos para plantação de floresta, contemplando por produtor até R\$3 milhões. Isso é importante que se diga, porque isso vai contemplar com taxa de juros de 3% em alguns programas com cinco anos de carência e até 15 anos para pagamento. Isso vai dar a condição para o produtor fazer a reestruturação da sua propriedade e, conseqüentemente, para trazer para a sua propriedade resfriadores de leite e, em alguns casos, até a agroindústria de pequeno porte.

Dentro desse contexto, nós estamos discutindo e propondo, por meio da política agrícola do Ministério da Agricultura, a flexibilização inclusive das questões, desburocratizando a questão ambiental, e das licenças, para que a pequena agroindústria possa funcionar efetivamente para dar segurança à produção e também rentabilidade para o produtor que está lá no campo, aumentando a taxa de assistência técnica de 2% para 2,5%. E é importante.

Eu quero abrir um parêntese para essa questão: nós estamos discutindo muito na Casa Civil a implantação da agência de assistência técnica para o País. Eu conheço isso. Eu sei como é que funciona, e os técnicos da SPA tem um sentimento muito forte no sentido de que não basta você dar o crédito, não basta você viabilizar por meio da flexibilização dos recursos e também das licenças se você não tem um produtor qualificado e preparado, com assistência técnica. E essa discussão está avançando muito.

Nós assumimos a SPA em janeiro. O que nós procuramos de imediato fazer é nos integrarmos com o setor para que o setor possa gerar as demandas e fazer do Ministério da Agricultura, na época liderado pelo Ministro Mendes e agora também liderado pelo nosso Ministro Antonio Andrade, que nos deu suporte e está nos orientando bastante para seguir nessa discussão, para que a base efetivamente possa ter acesso e nos orientar ao que é de fato necessário fazer para as coisas acontecerem para o homem do campo.

Nesse sentido, Senadores, nós gostaríamos também de pedir e sabemos do compromisso que o Congresso Nacional tem e do trabalho que foi feito para votação do Código Florestal. Mas não adianta só nós votarmos o Código Florestal se efetivamente nós não conseguirmos fazer a regulamentação dessa importante legislação que é importante para o nosso País.

Nesse sentido, nós estamos também, Senador, fazendo uma discussão. Estamos indo agora para o Nordeste. Alagoas é um dos Estados que nós queremos ir ainda na primeira quinzena do mês de abril, para discutir essas práticas da produção brasileira, as linhas de crédito e também algumas específicas no caso do Pró-Irriga, que é extremamente importante.

Nós estamos trabalhando com uma proposta ainda não fechada, mas aceitando e conversando com o setor, porque, nas diversas regiões do País, as demandas são diferenciadas pela questão regional. Para o Nordeste brasileiro, principalmente, a questão da irrigação é extremamente importante.

Será aumentado o recurso para R\$1 bilhão para as pequenas propriedades, com prazo de 15 anos e com cinco anos de carência, com uma estruturação de um projeto bem feito com assistência técnica, com um subsídio, para também a garantia a renda. O seguro é importante, mas a garantia de renda é tão importante ou até mais importante do que o próprio seguro. É um entendimento que nós temos, que a SPA, que a equipe técnica tem. Nesse sentido, nós estamos discutindo bastante.

Quero dizer aos Senadores que nós efetivamente estamos à disposição não só do Congresso Nacional, mas também estamos à disposição de todo o setor.

Estamos procurando fazer um trabalho integrado. Nós temos muitos mecanismos, Senadores, que podem ser melhorados, que podem ser aprimorados. A política agrícola do nosso País caminha muito forte para dar essa sustentabilidade na questão do crédito, na questão da armazenagem, das questões regionais, como a irrigação, que é extremamente para o Centro-Oeste brasileiro, a integração lavoura/pecuária. Nós aprovamos um programa para a região, principalmente para a Região Sul do País, no que diz respeito às culturas de inverno, com aumento de R\$60 milhões para R\$90 milhões do seguro agrícola, dando os mecanismos e os orçamentos para garantia de preço e para rentabilidade do produtor.

E agora nós estamos trabalhando no sentido de efetivamente fazer com que o setor possa ser amparado pelo Governo Federal no sentido de produzir cada vez, de gerar emprego, porque o nosso País é essencialmente agrícola. A grande mola propulsora da economia brasileira, que gera oportunidade, que dá renda para as pessoas é a agricultura. Basta nós olharmos, Senador, o nosso Centro-Oeste brasileiro. Quantos e quantos milhares de nordestinos que estão indo para essas regiões e estão tendo oportunidade de vida?

Então, a obrigação do Governo é nesse sentido. Não vou me alongar. Nós estamos aqui para mais para escutar, para fazer um programa realmente que contemple as pessoas que trabalham no campo.

Muito obrigado. Estamos à disposição.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar pela iniciativa os proponentes desta audiência pública e todos os expositores. Vim acompanhando também pelo rádio os que falaram e eu só queria pedir permissão ao Presidente, aos Senadores, porque, às 9h30 exatamente, o Chanceler Antonio patriota estará na Comissão de Relações Exteriores. E o Presidente da Cadeia Produtiva, o Rodrigo – a quem muitas vezes já entrevistei quando das outras crises, porque o setor vive periodicamente numa crise – mencionou a história de temporariamente fazer a suspensão das importações da Argentina e do Uruguai.

Eu soube que há um estoque de leite em pó no Uruguai que não é compatível com a produção do país. E poderia haver uma suspeita de que isso é leite que vem de outros países, de terceiros países. Então, eu só queria indagar qual é o papel que o Itamaraty faz, porque eu queria provocar o Chanceler sobre o papel que o Itamaraty está tendo. É claro que essa é uma medida econômica do Ministério da Indústria e Co-

mércio Exterior, mas eu queria apenas uma palavra do Presidente se o Presidente Benedito assim entender procedente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Rodrigo.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Senadora Ana Amélia, nós não temos notícia de triangulação nem da Argentina nem do Uruguai.

A avaliação que temos é que o Uruguai tem crescido expressivamente a sua produção, cresceu nos últimos três anos a 20%, a 18% ao ano, focado em 200 milhões de consumidores brasileiros, claro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está produzindo para o Brasil.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – O Uruguai tem pouco mais de quatro milhões de habitantes. Então, quando ele produz dois ou três bilhões de litros, ele abastece o seu país. E o consumo interno do Uruguai é acima de 215 litros por habitante/ano. O nosso é 175. E sobra um volume expressivo para exportar.

A maior indústria uruguaia é a Conaprole, é uma cooperativa. É a maior indústria. Não é a maior indústria de laticínio. É a maior indústria do País. Então, a senhora imagina o que isso significa de poder do setor leite perante o país, tendo ele a maior indústria do país.

Então, entretanto, a CNA está num impasse, porque nós somos os maiores defensores de livre mercado. Nós vivemos brigando com os Argentinos quando fecham a nossa fronteira para entrar fruta brasileira, para entrar a carne suína. E o Brasil vive brigando com os argentinos quando não permitem a entrada de eletrodomésticos da linha branca, de peças automotivas. E agora nós nos fechamos a esse mercado.

Por isso é que a CNA, depois de 20 anos liderando essa discussão com relação às importações de leite, quer agora focar na competitividade do setor, para que as importações não entrem porque nós somos mais competitivos e não porque nós queremos defender o nosso mercado. Essa é nossa linha de ação.

Mas temos aí um acordo valendo com a Argentina, foi feito agora em janeiro, 3.600 toneladas de leite por mês. O Ministério da Agricultura tem nos ajudado mantendo as importações do Uruguai também nesse patamar, porque os argentinos viviam reclamando de que a trava às exportações argentinas para cá fez com que aumentasse as exportações uruguaias para cá.

Então, por uma questão de bom senso, se está regulando dessa forma as importações uruguaias, mas o nosso foco quer ser a partir de agora proativo. Nós queremos criar competitividade para o setor brasileiro, para que nós possamos ser exportadores, não importadores de leite. Que as pessoas não consigam

colocar leite aqui dentro, porque o leite dele vai ser no máximo o mesmo preço.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. José Carnieli, Presidente da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Obrigado.

Quero saudar o Senador Benedito, e, em nome dele, saudar os demais Senadores; demais companheiros da Mesa, colega Rodrigo Alvim, Gustavo, Elisabeth; satisfação em revê-los; os demais convidados, o nosso Diretor Executivo do G100; o meu amigo Fábio do MDA.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui participando desta audiência.

Senador, eu gostaria de não me alongar, ser muito objetivo e quero apresentar aos senhores algo prático, algo que tenho certeza que funciona.

Srs. Senadores, com todo o respeito, a gente precisa descer do pedestal e parar com muita demagogia, com muito discurso e ser pragmático. Nós estamos aqui para buscar solução para a cadeia do leite ou nós estamos aqui mais uma vez para ficar nos debates e não chegarmos àquilo que realmente precisamos.

Essa é uma situação que me preocupa, com toda a modéstia. Eu sou um produtor de leite; logicamente, que eu não dependo da atividade leiteira para sobreviver, porque tenho a minha atividade profissional, mas sou, como produtor, especificamente, produtor de leite e a minha propriedade é de cinco alqueires, no Espírito Santo, são 25 hectares.

Eu sou de uma cooperativa do norte do Espírito Santo, região da Sudene, nós estamos numa situação de seca violenta na região. Violenta! Então, evidentemente, o Brasil tem várias microrregiões – Rodrigo Alvim já disse isso. É preciso observar essas realidades brasileiras, não adianta discutirmos aqui generalidades; não se aplicam generalidades na atividade leiteira no Brasil. É preciso olhar de forma pontual, separada, para que a gente possa realmente definir algumas políticas, algumas propostas de atuação.

Evidentemente, existem algumas coisas que são genéricas, mas tem particularidades que não podemos colocar na generalidade.

A nossa cooperativa, eu estou Presidente do G100, uma associação jovem, em torno de oito ou nove anos, é uma associação que congrega pequenas e médias cooperativas e indústrias de laticínios. Nós alternamos, à frente dessa associação, um ano o mandato é das cooperativas, noutro, é das empresas privadas.

Hoje temos participação de empresas e cooperativas em 22 Estados da Federação, temos em torno de 140 mil produtores que são ou fornecedores ou cooperados da cooperativa. Tenho uma participação ativa dentro da OCB, porque faço parte da OCB, pelo conselho da OCB estadual do Espírito Santo, tenho frequentemente participado aqui, estive recentemente com o Secretário, o Neri, na OCB aqui de Brasília.

Eu quero focar um ponto da minha cooperativa. Eu quero ser prático, porque acho que a solução é pela prática. Lógico, o Rodrigo Alvim enfocou muito bem e a gente não precisa voltar a essas considerações que são legítimas, são legítimas, que são verídicas. O trabalho da Embrapa, Elisabeth, é digno de se tirar o chapéu. Parabéns! Eu já dei os parabéns ao nosso Presidente. Um trabalho digno de se tirar o chapéu. Está na revista *Leite e Derivados*, se não estou equivocado, de junho ou julho, de novembro ou dezembro, não tenho certeza, mas no final do ano, digno de tirar o chapéu. Parabéns! É um dos melhores trabalhos que já vi em termos de pesquisa dos dados da atividade leiteira no Brasil.

A nossa cooperativa está fazendo, neste 30 de abril, 60 anos. A nossa cooperativa não vende um litro de leite para ninguém. Ela produz 100% em produtos. Agora, pasmem os senhores, essa é uma constatação da Embrapa, retratada aqui pelo Rodrigo, 89,5% dos nossos cooperados produzem até 200 litros de leite/dia. Se nós traduzirmos isso, os nossos cooperados são 1.100, acima de 89%, que vai dar 11,5% de 1.100, temos apenas 126 produtores que produzem mais de 200 litros. Só que esses 126 produtores entregam na cooperativa 44% da produção do leite dela. Ou seja, os 89,5% entregam 56%.

Se eu dividir a minha cooperativa em duas, de um lado colocar os 89,5% e, do outro, 126 e for vendê-la, senhores e senhoras que estão aqui presentes: qual delas os senhores e as senhoras comprariam? (*Pausa.*)

Eu não tenho dúvida, eu compraria dos 126, porque quem manda e quem define as coisas no Brasil e na atividade comercial são custos. Então, ao pendurar – desculpem a expressão – 89,5% dos nossos cooperados na cooperativa de pequenos produtores, não há preço de leite que resolva essa equação, porque o custo disso aí é absurdo. É absurdo!

Eu quero mostrar que temos solução, é fácil, mas, infelizmente, existem variáveis que não estão na mão das cooperativas, não estão na mão das indústrias de laticínios, não estão na mão da CNA, da OCB, do SEBRAE, que é um parceiro fantástico no processo. Quando eu falo CNA, estou falando principalmente do Senar, da OCB, do Sescop. Eu acho que não temos como avançar em melhoria da atividade leiteira se não

considerarmos estes três elos aí: a Embrapa – desculpa, a Embrapa é fundamental.

Então, eu quero ser pragmático e estou trazendo aqui, vocês podem dizer assim: “Você extraiu, está trazendo um extrato do que há de melhor na Veneza”. Não, estou trazendo apenas dois exemplos. Desses dois exemplos, eu coloco mais 114 e o propósito em nossa cooperativa é chegar a 300. Se chegarmos a 300, eu não tenho dúvida que, se a nossa cooperativa sobreviveu 60 anos, vai sobreviver pelo menos mais dez, porque a gente vive no mercado aberto.

Hoje, o que nós precisamos é caracterizar o pequeno produtor como empreendedor. Quais são os produtores que estão na atividade leiteira que querem empreender? Esse é o primeiro diagnóstico que temos que fazer, porque todos eles vão querer ser produtores de leite? Tenho certeza absoluta que não. Então, não adianta ficarmos discutindo situações aqui em que o cara, às vezes, quer levar dinheiro ou, desculpa, quer levar vantagem. Esse, automaticamente, está excluído.

Permitam, quero ser muito prático e muito rápido. Por favor, o próximo.

Um dos empreendedores está aí: esta figura, juntamente com a mulher, mora na propriedade, trabalha ele e a mulher, e está a 12km da cidade de Nova Veneza, no norte do Espírito Santo. A 12km da cidade, Sr. Senador, e mora na propriedade.

A próxima, por favor.

Está aí. Esse senhor aí, chamado Eudes, vulgo Beguinha, tem 12ha de terra, 5,7 destinados ao leite. Repito: 5,7 destinados ao leite! Produziu, em janeiro e fevereiro, 680 a 690 litros de leite/dia. Entregando para a nossa cooperativa, ele teve um faturamento, ou seja, ele teve a receita, em janeiro, de R\$20.210,30, e, em fevereiro, R\$19.239,12.

Se nós considerarmos esse valor – vamos colocar aí R\$20 mil – e que tenham sobrado, miseravelmente, 30% líquidos... Vamos dizer que 70% ele queimou. Se botarmos 30% líquidos, esse casal tirou líquidos R\$6 mil. Pagou 100% de tudo o que precisava pagar. Eu pergunto aos senhores: qual é o produtor, o mini-produtor, qual é qualquer profissional ligado a baixa profissão que teria R\$3 mil de salário líquido no mês? Qual? São seis, mas estou dividindo por dois. Estou dividindo metade para a mulher e metade para o marido.

Isso está lá no norte do Espírito Santo. E está à disposição.

O Dr. Fábio está aqui. Ele visitou, há 60 dias, há 30 dias, esteve nessa propriedade. E o Wilson, nosso diretor executivo, também esteve. Para ser preciso, no dia 20 de março, ele esteve nessa propriedade.

Porque temos desafios aqui, Sr. Senador, e desafios graves que precisam ser resolvidos. Agora, a

solução não está na mão da cooperativa, não está na mão da CNA, não está na OCB, não está na Embrapa. Os senhores são Senadores, representam o povo do Brasil, são responsáveis por traçar as legislações ou corrigir as legislações, as distorções que há neste País. Então, algumas coisas precisam ser feitas.

Próximo.

Outro está aqui. E, para mostrar que ele mora na propriedade, porque os senhores poderiam duvidar... Mas a Veneza sabe, dos 1,1 mil, quantos deles residem na propriedade, quantos não residem na propriedade. Esse número está à disposição do senhor.

Outro casal. Mora na propriedade. A casa é muito boa, até ar refrigerado tem. A do outro também – desculpe, Senador, não está aí, mas está à disposição do senhor. Também mora na propriedade. Mora muito bem na propriedade. Também são vizinhos de terra. Por isso que eu trouxe o Fábio, e o Wilson esteve, porque eles dividem a propriedade, um do lado do outro.

Esse é dono de 12ha de terra, 4ha destinados ao leite. Produziu, nos meses de janeiro e fevereiro, em torno de 500 litros/dia. Teve uma receita, no mês de janeiro, de R\$14.586,00, e, no mês de fevereiro, R\$13.829,62. Se considerarmos, novamente, a mesma conta – 30% sobramos líquidos –, teriam sobrado R\$4,5 mil líquidos. Dividindo isso por dois, são R\$2.225,00 para cada um.

Eu desafio os senhores de que a grande maioria dos brasileiros não ganha R\$2.225,00 líquidos por mês. A grande maioria. Não vou falar em termos percentuais, porque não tenho esse número. Mas é possível levantar isso com muita facilidade.

Então, mora e não tem interesse de sair da propriedade. Agora, nós precisamos criar condições que possam permitir que esses casais continuem morando na propriedade, porque, naquele levantamento, hoje, 18% da população brasileira, no Brasil, moram no meio rural. E, se continuar no ritmo que estamos, daqui a pouco não será 18%, será 10%, será 5%, e esse é o caminho. Conheço muito pouco dos Senhores aqui, mas qual dos Senhores reside no meio rural? *(Pausa.)*

Como o nosso pequeno produtor é visto? Como é recebido no meio urbano? Como é tratado no meio urbano? Qual é o crédito que o pequeno produtor ou trabalhador do meio rural tem? Certo?

Próximo.

Está à disposição dos Senhores, não vou me ater, mas o seguinte: esses dois senhores aqui... Um dos maiores desafios está aqui: financiamento. Um deles, inclusive, iniciou a atividade, vendeu tudo, porque o financiamento venceu e ele não tinha dinheiro para pagar. A única maneira que ele encontrou para pagar foi “bom, preciso vender tudo para pagar”. Precisamos

mudar essa situação de juros para o pequeno produtor. Estou falando, aqui, do pequeno. Não adianta ir, ali, no banco, arrumar um empréstimo de 3 anos que não resolve. Temos que dar condições de ele crescer, fazer renda e, depois, amortizar o financiamento.

Custeio da pecuária e assistência técnica. Temos que criar assistência técnica que chegue ao produtor, porque senão ela vai ficar no meio da estrada. Esses produtores que estou mostrando aos Senhores, aqui, têm uma assistência técnica permanente, mensal, constante.

Programa de melhoramento genético. Quem produz leite precisa de gado leiteiro. Não é gado preto e branco, porque gado preto e branco é muito fácil ter. Precisamos é ter gado que produza leite.

Programa de fornecimento de insumos. Isso aqui é um dos maiores desafios do norte do Espírito Santo, porque não existe leite se não tiver suplementação mineral, suplementação da ração, porque o leite entra pela boca. Então, se não tiver, é complicado.

Próximo.

Energia. Aqui, Sr. Senador, mora o perigo. Rodrigo Alvim destacou a questão da qualidade. Desafio todos os Senhores que estão aqui: vocês podem produzir o melhor leite do Brasil, se não tiver energia para manter esse leite na propriedade até ser recolhido, não há qualidade que se sustente. O maior desafio desse produtor, Senador, é a energia. A variação da energia nossa, no Brasil – desculpem-me os Senhores –, é uma brincadeira! Então, não se tem resfriador ou ordenhadeira que funcione. Se não equacionarmos isso, Sr. Senador, não há produtor que vá produzir leite. Ele vai fazer o que com o leite dele, depois de ordenhado, se ele tiver condição de ordenhar? Temos que nos debruçar em cima disso. É uma equação fácil de resolver? Não é, mas precisa ser, se não resolvida, minimizada, sob pena de esses produtores saírem da atividade.

Manutenção de estrada. Senador, o Senhor pode buscar o testemunho desses dois produtores que estão aqui. Quando chove, o leite só sai da propriedade dele em cima de burro. Se tivesse no Nordeste, seria no lombo de jegue. Como é que fica a qualidade desse leite, desses produtores, nessas condições?

Agora, não será a cooperativa que resolverá essas duas equações. Não será, Sr. Senador! A Veneza, a nossa cooperativa, outras cooperativas, outras indústrias, são parceiras para equacionar isso. Essa equação não está na nossa mão, mas somos parceiros.

Intensificação de programa. Não existe como melhorar leite se não tiver melhoria de genética.

Implantação de pastejo intensificado, que é o caso deles.

Recuperação de pastagens, irrigação, correção de solo, e tudo mais. Próximo.

Bom, tenho só três para apresentar aos Senhores. Agora, o que mais esses dois produtores precisam é energia, estrada e insumo para alimentar a vaca leiteira.

Vou mostrar um caso para os Senhores.

Esse é um projeto que foi desenvolvido com recursos do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, chamado Bandes.

Próximo.

Era um projeto integrado espelhado na situação de Santa Catarina, região de Concórdia, naquelas empresas e cooperativas de lá. Esse projeto, aqui, é chamado de Granja A, porque teria que ter uma Granja B, Sr. Senador, só que a cooperativa, enquanto esteve no controle dessas duas empresas, que eram duas coligadas, só conseguiu construir a Granja A. Faltou a Granja B. O Governo do Estado do Espírito Santo, através de um grupo chamado Geres – Grupo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, tendo como agente financeiro o Bandes – Banco de Desenvolvimento, impôs que a cooperativa saísse do controle dessas duas empresas para que pudesse ser construída a Granja B por um controle de pessoas do setor privado. Portanto, isso foi feito.

Próximo.

E, para que esse projeto funcionasse, tinha que haver uma fábrica de ração. Então, quando a cooperativa vendeu as duas empresas para o grupo privado construir a Granja B, a fábrica da ração ficou na mão da cooperativa, porque eles não tinham interesse em comprar a fábrica. Esse projeto, enquanto esteve na mão da cooperativa, funcionou por dez anos, Sr. Senador, e eu desafio qualquer um dos senhores a ir ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo para ver se tem lá um centavo de dívida da nossa cooperativa, enquanto esse projeto esteve na mão dela. Não tem, Sr. Senador, nenhum centavo de dívida. Agora, vá lá hoje e levante qual é a dívida do grupo que comprou essas duas empresas da cooperativa. E essas duas empresas estão há cinco anos fechadas, abandonadas, só existe a estrutura de parede. Essa fábrica está lá parada e abandonada.

Levamos o Dr. Fábio, porque nós temos interesse de fazer uma única coisa nessa fábrica para os nossos pequenos produtores. Temos que enaltecer e elogiar o trabalho da Conab, digno de tirar o chapéu. Agora, pasmem os senhores: aqueles dois produtores que eu apresentei não têm onde moer o milho. O grande desafio deles, Sr. Senador, é como moer o milho. Os moinhos que podem moer esse milho estão parados dentro dessa fábrica, e não permitem moer o milho desses pequenos produtores, porque existe uma le-

gislação no Brasil, que, não sei por que cargas d'água, essa unidade aqui – porque não é pela cooperativa. Eu criei uma associação e transferi isso aqui, num regime de comodato, para essa associação, para que ela pudesse atender o produtor sem ter uma relação comercial. Pois, pasmem os senhores: até hoje eu não consegui. A única coisa que o produtor quer fazer aqui, Sr. Senador, é moer o milho, porque ele só quer o farelo, ele não quer a ração pronta. Esta, ele quer fazer na propriedade dele, de acordo com a receita que o técnico define para ele. O desafio dele é moer o milho; o resto está resolvido.

Próximo, obrigado.

A nossa cooperativa está à disposição dos senhores, esses produtores estão à disposição de qualquer um dos senhores que queiram visitá-los e constatar qual é a realidade deles e as dificuldades.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Carnieli por sua apresentação. Realmente, isso é um incentivo para que as pessoas possam se organizar em cooperativas. Eu acredito que é o caminho, principalmente para esse setor.

Na sequência, concedo a palavra agora a Dr^a Elizabeth Nogueira Fernandes, representante da Embrapa, nesta oportunidade.

A SR^a ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES

– Obrigada, Senador.

Quero agradecer em meu nome e em nome do Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Lopes, a oportunidade de estarmos aqui para discutir as ações necessárias para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite. Saúdo o Carnieli, amigo e parceiro, o Rodrigo Alvim, nosso Secretário, o Neri Geller, amigo particular, o Gustavo, os colegas de Alagoas, colegas do Sebrae, da Câmara Setorial do Leite e da CNA. Prazer em revê-los.

Eu vejo que, cada vez que eu saio de um encontro deste, eu saio mais confiante, porque eu vejo que nós estamos em um momento de amadurecimento institucional muito grande.

Vocês vão perceber a convergência do que foi dito aqui, do que foi apresentado pelo G-100, do que foi apresentado pela CNA e do que agora vou apresentar em nome da Embrapa. São altamente convergentes todas as ações. Nós estamos olhando pelo mesmo lado. Então, isso mostra que nós estamos num grande barco, remando para o mesmo lado e que nós vamos, com certeza, conseguir colocar esse setor leiteiro no rumo que ele merece estar pela importância que ele tem para o Brasil.

Por favor.

O Rodrigo já falou desses números, que mostram a pujança do nosso setor e comentou por último que nós temos um consumo. Então, todo esse aumento de produção tem se refletido em consumo interno.

Por favor.

Esse consumo tem aumentado gradativamente, e nós estamos muito próximos do que os outros países mais avançados consomem *per capita*, que são 200 litros, o que a FAO recomenda. Então, isso tem refletido num consumo interno bastante elevado, garantindo saúde ao consumidor brasileiro.

Por favor.

O Rodrigo também falou dos empregos gerados, mas é bom salientar que, dos 4 milhões de trabalhadores que estão envolvidos nessa cadeia do leite, 3,8 milhões estão no setor produtivo, no setor primário. A indústria e o transporte são responsáveis por outros 200 mil empregos. Isso tem colocado o segmento do leite em primeiro lugar no *ranking* de empregabilidade do setor privado.

Por favor.

Para cada um milhão demandado de leite e derivados, são criados 197 empregos, gerando uma renda de R\$1,06 milhão. Isso mostra a importância dessa cadeia. Nós não estamos falando de qualquer cadeia. Ela está acima, na empregabilidade, de cadeias tradicionais, como máquinas e equipamentos, construção civil, material elétrico.

Por favor.

Além disso, ela movimenta 1,5% da produção nacional bruta. Isso representa 16% da indústria de alimentos e está na ordem de R\$50 bilhões.

Por favor.

Nós vamos dar um *zoom* no setor produtivo. É necessário – para que a gente fale de ações estruturantes para o setor produtivo – que a gente entenda o que é que marca esse setor, quais são as características marcantes desse setor.

Por favor.

Primeiro, a produção de leite ocorre em todo o Território Nacional. Só 36 Municípios dos 5.500 Municípios brasileiros não produzem leite. Então, ele está disperso em todo o nosso Território.

Por favor.

Lógico que nós temos uma área de concentração. De 75% a 80% do leite estão nessas regiões, mas ele está espalhado por todo o Território Nacional.

Por favor.

A segunda característica é que não existe um modelo, um sistema produtivo. Há quem diga que 1,3 milhão de fazendas poderia, cada uma delas, ser um sistema de produção diferente.

Por favor.

Então, nós temos produção de subsistência, produção de base familiar, semiestensiva, produção intensiva e produção especializada.

Por favor.

Se a gente pudesse resumir isso em cinco sistemas de produção, há uma variação de menos de 50 litros por dia, ou seja, uma média de quatro litros vaca/dia, até mais de três mil litros dia, representando uma média de dezessete litros vaca/dia.

Uma outra característica desse setor é essa nova estatística lançada pelo IBGE, que mostra – eu vou fazer o recorte em cem litros – que 91% dos produtores estão abaixo de cem litros/dia. E que, se a gente considerar até 200 litros, 97% dos produtores de leite do País produzem até 200 litros. Somente 3% produzem acima de 200 litros/dia.

E hoje nós temos 69% desses produtores vendendo leite, inseridos no mercado.

Por favor.

Em questão de qualidade da matéria prima, ela é muito variada. Nós temos uma matéria prima que a gente tem que... Foi muito agradável ver o Rodrigo falar de um grande programa e elencar a qualidade como primeiro lugar. É isto que a gente tem que fazer: colocar a qualidade do produto em primeiro lugar. Estamos fazendo uma espacialização da qualidade do leite no País. Tomando como exemplo só a contagem total de bactérias, nós vemos aqui todas as áreas onde nós temos problemas sérios, e bastariam questões higiênicas para poder colocar esse produto em condições de estar seguindo a Instrução Normativa nº 62. Então, a qualidade do produto é variada e nós temos que prestar muita atenção a isso.

Outra característica marcante, por favor, é o grau de instrução desses produtores. O último censo mostrou que, entre analfabetismo e um nível de letramento rudimentar, nós temos 80% desses produtores rurais do campo. Então, ao pensarmos em levar a tecnologia para o campo, nós temos que levar em consideração essa variável.

Por favor.

Assistência técnica, outra característica.

Por favor.

O censo mostra que 78% dos produtores nunca receberam a visita de um técnico. Tecnologia nós temos, muita tecnologia, adaptada aos biomas, adaptada às diversas condições locais. O problema é que essa tecnologia não está chegando ao campo. Então, nós temos que fazer com que essa tecnologia chegue ao produtor.

Por favor.

E, por fim, a infraestrutura no meio rural, que foi salientada pelo amigo Carnieli.

Por favor.

A infraestrutura no campo sem estrada para escoamento, sem energia elétrica, sem acesso a redes, à Internet vai de encontro à qualidade do produto. Nós não podemos fazer políticas de qualidade do leite se essa política não for somada a políticas de garantia de escoamento, de garantia de energia elétrica no campo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em que lugar é essa foto?

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES

– Essa foto é fantástica, não é? É chocante.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas...

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES

– É real.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas poderia dizer onde é?

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES

– É em Minas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Minas.

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES

– É. Perto de Ipanema, um municípiozinho de Minas.

Por favor. *(Pausa.)*

Vizinho, isso, próximo ao Espírito Santo. *(Pausa.)*

Não é São Paulo. *(Risos.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Podemos avisar ao Senador Aécio Neves, que foi Governador e...

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES

– Por favor, pode passar.

Só que a gente tem que estar atento a algumas questões também. Nós estamos num momento de grande atenção ao meio ambiente. Nós não podemos esquecer dos nossos compromissos com a garantia dos recursos naturais, nós não podemos esquecer que nós estamos vivendo um momento de pressão, por causa do aquecimento global, nós estamos vivendo um momento de necessidade de apresentarmos uma pecuária de baixo carbono, uma agricultura de baixo carbono, de melhorarmos os fatores de competitividade.

O que o Rodrigo falou com muita propriedade é isto: temos que nos tornar competitivos. Temos que melhorar custo de produção, barreiras, qualidade, segurança da matéria-prima.

Capacitação e qualificação. Não só dos produtores, mas os técnicos de assistência pública e privada precisam ser capacitados para levar essa capacitação até o campo.

Incorporação de tecnologia e inovações ao sistema de produção. Rodrigo falou que aumentar de 50 para 100 ou de 100 para 200 é pouca tecnologia e que essa tecnologia só não está chegando ao campo.

Mas nós temos como referenciais, e não podemos nos esquecer deles, o Código Florestal, a IN nº 62, que fala de qualidade, e o novo Riispoa.

Por favor.

Então, o que a Embrapa tem para apresentar de propostas estruturantes, e algumas já estão sendo conduzidas em projetos estratégicos e outras sendo criadas, são esses sete programas: qualidade e segurança do leite, qualidade das pastagens, qualidade genética animal, saúde, bioenergética e sustentabilidade, formação e qualificação profissional e fortalecimento. Isso foi o que o Rodrigo falou, isso foi o que o Carnieli falou, ou seja, nós estamos batendo na mesma tecla, e isso é muito importante. Essa é a saída para o setor.

Por favor.

Nesse Programa Nacional de Qualidade do Leite, o grande objetivo é assegurar a comercialização desse leite dentro dos padrões legais de segurança para o consumidor. Então, temos que apoiar os programas que já existem e garantir a qualidade do leite; estruturar uma base de dados para tomada de decisão – aquela sistematização que estamos fazendo, georreferenciando os dados de qualidade do leite, que vai dar um embasamento muito grande para que ajamos no local onde está tendo problemas; estruturar o laboratório de monitoramento dos indicadores de qualidade; criar rede brasileira de análise de risco químico em alimentos; incentivar a adoção de técnicas de ordenha higiênica; avaliar e acompanhar sistematicamente a aplicação da IN nº 62 e convencer indústrias e laticínios na implementação de um programa de pagamento de leite por qualidade – para o produtor arcar com o custo de uma qualidade melhor, a indústria tem que entrar com ele remunerando por essa qualidade.

Por favor.

É aquela análise que estamos fazendo. Vamos fazer não só a análise espacializada de contagem de células somáticas e bacterianas, como também da composição do leite também. Então, vamos poder trabalhar em regiões onde precisamos aumentar o teor de sólidos, onde a composição do leite precisa ser melhorada.

Por favor.

No Programa Nacional de Melhoria de Qualidade de Pastagem, o grande objetivo é elevar a produção e a produtividade por área. Estamos com muita área com mais de 80% das pastagens brasileiras degradadas. Temos esse programa ABC, que tem colocado muito dinheiro, e é um grande programa para recuperação de pastagens. Precisamos dar incentivos e aumentar cada vez mais isso. A nossa pecuária é uma pecuária sustentável porque é baseada a pasto.

Incentivar estudos na produção de fertilizantes nacionais alternativos aos importados; melhorar as qualidades das pastagens com apoio à fertilização e calagem; disseminar, incentivar e cultivar as forrageiras adaptadas ao clima tropical e incentivar a adoção de técnica de manejo intensivo de pastagem.

Por favor.

No Programa Nacional de Melhoria de Genética, o aumento de produção é por índice de produtividade por animal. Isso é o que buscamos. Então, temos que disseminar técnicas de inseminação artificial, de transferência de embrião, de fertilização *in vitro*; apoiar as associações de criadores a ampliar os testes de progênie, que já existem; incentivar avaliação genética de rebanhos.

Por favor.

Temos, como disse, um grande compromisso com essas questões ambientais que o País está vivendo, que o mundo está vivendo. Nós vamos poder fazer isso com um grande Programa Nacional de Bioenergética. Nós poderemos dar um grande salto tecnológico na mitigação dos gases de efeito estufa e nos tratamentos de efluentes, na medida em que avançarmos nos estudos de bionergéticos, ou seja, qual é o aproveitamento da energia dos alimentos e a emissão de gases por manejo, por pastagem, por raça, por tratamento. Temos que caminhar nesse sentido e criar a primeira tabela de composição de alimentos para clima tropical. Ainda baseamos a dieta dos animais em tabelas importadas de clima temperado. Pretendemos, em cinco anos, ter essa primeira tabela de alimentação de gado em condições tropicais.

Então, incentivar a utilização de subprodutos ou coprodutos como alternativa na alimentação animal; incentivar técnicas de mitigação de gases de efeito estufa; incentivar adoção de práticas de integração de lavoura, pecuária e floresta; incentivar a aplicação de técnicas de compostagem e recuperação de mananciais de água.

Por favor.

No Programa Nacional de Saúde, o objetivo é fortalecer o sistema de defesa agropecuária nacional; padronizar e unificar as bases de dados do sistema de defesa agropecuária; georreferenciar as áreas de riscos sanitários, sobretudo nas regiões de fronteira; incrementar programas de erradicação de febre aftosa, brucelose, tuberculose, para que nos tornemos exportadores de leite; implantar sistema de vigilância epidemiológica no controle da mastite; implantar sistemas regionalizados de controle estratégico para endo e ectoparasitas.

Por favor.

E, penúltimo, um Programa Nacional de Formação e Qualificação Profissional. Nós precisamos atentar para isso. Nós temos que levar tecnologia ao campo. Temos que capacitar os técnicos das cooperativas dos laticínios, os técnicos de extensão pública, para se poder chegar ao campo com tecnologia apropriada. Nós temos de aumentar o nível de instrução dos produtores de leite por meio deles.

Nós temos uma juventude, e nos preocupa se elas vão fazer a sucessão no campo. Sucessão no campo, hoje, é um dos temas mais debatidos. Ele vê o pai acordar de manhã, nessa luta todo dia, e preferir um trabalho assalariado, com carteira. Esse jovem se comunica por computador, por celular e nós precisamos fazer com que essas tecnologias cheguem na linguagem dele. Essa geração precisa de educação a distância, educação no celular. Nós temos já *softwares* prontos, temos plataformas para celulares, para iPads, para outros tipos de mídia, mas precisamos fazer chegar ao meio rural.

Por favor.

Por fim, o Programa Nacional de Fortalecimento, que estamos criando. Esse é um programa novo, cujo mapa está sendo criado em parceria com o MDA. Estamos chamando esse programa de Leite 100, porque abrange 80% dos produtores, mas vai avançar para Leite 200, 500 e 1000. Oitenta e um por cento dos produtores são familiares e estão dessa categoria. A cadeia produtiva mais importante para a agricultura familiar é a cadeia do leite.

Por favor.

Aí está a distribuição geográfica dos produtores com menos de 100 litros/dia. Cada bola que aparece no gráfico representa a junção de 10 mil produtores.

Por favor.

Então, o grande público desse programa que está sendo estruturado são os agricultores familiares com produção abaixo de 100 litros e com potencial de inserção no mercado.

Melhorar a eficiência na produção de leite nas unidades familiares com menos de 100 litros/dia, com aumento de renda. O que estamos querendo não é que eles cheguem a produzir 100 litros ou 200, mas que aumente a renda nessas propriedades, ampliando a produção, melhorando a produtividade, reduzindo custos, melhorando a qualidade do alimento e, com a nossa intervenção, promovendo um ambiente de negócio estável entre produtores e indústria, contribuindo para a segurança alimentar do País. Para isso, vamos precisar de uma ampla e grande articulação institucional. Isso não é uma política setorial, por isso nós precisamos que OCB, CNA, G100, que as indústrias

todas estejam dentro desse programa, fazendo com que ele aconteça.

Em breve, teremos maiores detalhamentos desse programa, mas vejo que ele caminha em paralelo, agregando, somando as propostas da CNA. Não temos propostas conflitantes, mas propostas que se complementam. É muito bom sair daqui com essa impressão.

Por favor.

Como última mensagem, eu gostaria de deixar que os grandes provedores de leite para o mundo continuam sendo as nações que investem em tecnologia, para a ampliação da produtividade, e na melhoria da qualidade do produto durante todo o processo produtivo.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer à Dr^a Elizabeth...

A SR^a ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – Única mulher...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sim. E foi muito boa a sua presença aqui, porque verdadeiramente a Mesa estava composta de homens...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E de homem feio! *(Risos.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um breve requerimento ao Presidente Benedito de Lira.

Cumprimento, primeiro, pela extraordinária qualidade da exposição de todos que aqui, desde o início da manhã, e requeiro que, com relação à foto mostrada pela Sr^a Elizabeth Fernandes, possamos nós, Senadores da CRA, encaminhar ao Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, a foto da ponte na região da Zona da Mata. A senhora pode recordar o município?

A SR^a ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – Com todo respeito, Senador, essa não é uma realidade só do meu Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, mas é um exemplo das dificuldades em infraestrutura para melhor transporte do leite nas áreas mais rurais e para que possa ser providenciado o devido conserto da ponte. Em vez de pedir ao Senador Aécio, façamos todos o nosso dever e obrigação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está certo. Obrigado, Senador Suplicy.

Como último palestrante, concedo a palavra ao Dr. Gustavo Beduschi, analista técnico econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras.

O SR. GUSTAVO BEDUSCHI – Bom dia a todos. Primeiramente, quero agradecer, em nome da OCB, a oportunidade de estar aqui e parabenizar a Casa por esta iniciativa. Cumprimento o Senador Benedito e, em especial, o Senador Moka, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, e assim cumprimentando os demais Senadores. Cumprimento também os colegas de Mesa.

Vamos direto ao ponto, acho, mais importante desta manhã de trabalho. Como ressaltado pelo Senador Moka, a importância do cooperativismo no setor é grande. Os dados do censo do IBGE de 2006 mostram que 40% do leite brasileiro passam por uma cooperativa. Isso é um ponto inicial e fundamental. Este é um dado que muitos já falaram e é até bom, nesta hora, ressaltarmos.

É bom ficar por último, porque já vou pegando o gancho de todas as apresentações anteriores. Mas vamos lá. Aqui é a evolução. A projeção para 2012/2013, a OCB conversa muito com CNA e Embrapa para fazer. Então, é uma projeção tripartite. Mostramos que, de 2003 a 2013, o Brasil vai crescer praticamente 11,5 bilhões de litros. Isso é igual à produção da Argentina. O que o Brasil cresce em dez anos é igual ao que a Argentina produz anualmente. Esse é um dado que chama muita atenção, quando analisamos os dados do leite.

Por favor, próximo. Essa produção de leite brasileira tem crescido em todas as regiões, mas especialmente na Região Sul, que, em 2001, era responsável por 25% da produção brasileira e, hoje, já está em praticamente 32%, assemelhando-se ao Sudeste, em termos de participação na produção nacional.

Próximo. Como é que está a situação do produtor? Temos sempre falado muito. Se olharmos as coisas isoladas, não dá para fazermos uma análise muito boa, mas juntar as informações aqui trazidas. Esta linha vermelha pequena é o preço ao produtor levantado pelo Cepea, da USP. Olhando o gráfico só do preço, acha-se que está relativamente bom. Se olharmos os últimos anos, o preço está acima da média, que é a linha preta, é um dos melhores dos últimos anos. Porém, os custos, como mostrado muito bem pelo Rodrigo Alvim, subiram mais do que proporcionalmente aos preços e estão estreitando muito a margem do produtor, complicando muito a situação do produtor.

Próximo. Uma iniciativa da OCB, do sistema cooperativista de há muito é sempre tentar levar o máximo de informações às cooperativas. Temos algumas iniciativas em parcerias com a Embrapa e com a USP, com o Cepea, para levantamento de preços ao produtor, análises desses preços e preços dos derivados.

A iniciativa mais recente do sistema cooperativista foi um dos fatos mais inovadores: ter o primeiro

indicador diário de preço para o segmento leite, que não havia até então. A partir do final de 2009, começa a ter um indicador diário do leite UHT, o leite longa vida, como maneira experimental e, depois, em 2010 e 2011, foi consolidado esse indicador, tanto que a BMF, em alguns momentos, já mostrou interesse de conhecer melhor esse indicador, talvez para, no futuro, operar em Bolsa.

Aqui, a linha azul é o comportamento desse leite UHT diariamente na transação no atacado, ou seja, que a indústria vende para os varejistas. Este é o comportamento dos últimos anos em valores nominais e aqui o que está acontecendo nos últimos tempos, agora. E os pontos vermelhos são preço ao produtor, ou seja, o UHT tem uma forte correlação com o preço ao produtor. Ele explica muito. Daí veio a assertividade do sistema cooperativista em parceria com a Embrapa e Cepea, e escolher este para ser o indicador. O maior dispêndio das famílias brasileiras em lácteos se dá em leite longa vida, dados da pesquisa de orçamento familiar do IBGE. E aqui mostra também que ele tem uma forte correlação. Ele explica muito o preço ao produtor. É muito importante acompanhar esses cenários e ver o que está acontecendo.

Próximo.

Como foi falado também, temos que ver que as margens para indústria não são tão satisfatórias quanto já o foram; estão se apertando também. Aí a gente vê, olha o que nós fizemos: fizemos uma relação, dividimos o preço do leite UHT no atacado pelo preço ao produtor, ou seja, o que é vendido pela indústria do que ela compra do produtor. Essa relação vem caindo fortemente nos últimos anos, de 2006 a 2013. Olhem a queda. Está ficando mais difícil! Vejam o preço que a indústria está pagando ao produtor com relação ao que ela está vendendo. Isso ocorre porque ela tem uma pressão do preço ao produtor, mas também tem pressão do outro lado, do varejista, que complica essa relação para ela também.

Próximo.

Olha o que a gente vê analisando com dados do Dieese: que a margem da indústria, das processadoras, aqui estão englobadas as cooperativas e as indústrias mercantis, as empresas mercantis, era de 20% em 2006 e fechou 2012 com 11%. A margem do varejista, que era 19%, praticamente igual, hoje está em 33%. Isso mostra que quem está ficando com essa fatia não é a base produtora, que vai falar da processadora da agroindústria para trás, é lá na ponta. Isso nós temos que analisar. Foi muito falado aqui, mas tentamos colocar um pouco de número nessa questão.

Próximo.

Foi mostrado também o outro lado, que o Brasil não tem que ficar restrito ao mercado interno. Nós participamos do mercado internacional, o Rodrigo muito bem mostrou as passagens, quando começamos a ser superavitários. O melhor ano que tivemos foi o ano em que se iniciou a crise internacional. Aí tivemos um azar também. Veio a crise internacional, o recrudescimento das políticas protecionistas no mercado importadores, quem era tradicionalmente estabelecido conseguiu se manter, o Brasil perde espaço, há uma desvalorização do real frente ao dólar – vou mostrar mais à frente – forte e rápida, o Brasil perde competitividade no mercado internacional e nós passamos a ser grandes importadores. Isso aqui o Rodrigo mostrou.

Próximo.

O que a gente discute também – mais um *click*, por favor – é que, além das importações, do dispêndio com as importações estarem aumentando fortemente, até porque os preços internacionais mudaram de patamar nos últimos anos – nós vamos mostrar um pouco à frente –, as importações em equivalente leite, aqui está em milhões de litro de leite, ou seja, o ano passado importou-se mais de um bilhão de litros de leite, isso é preocupante. As importações estão crescendo vertiginosamente. Dois mil e quatro foi o primeiro ano em que fomos superavitários na balança, 350 milhões de litros de leite; no ano passado, mais de 1,3 bilhão de litros de leite. A preocupação está aqui, nesse crescimento.

Próximo.

Aí vem a questão – pena que a Senadora Ana Amélia não está aqui – das importações de leite em pó, que é o principal produto comercializado internacionalmente, no Brasil não ia ser diferente. E aqui como estão os nossos “principais” – entre aspas – provedores deste produto, o leite em pó: Argentina e Uruguai, nossos vizinhos, e como vem vindo o comportamento deles nos últimos anos.

A média de 2010 da Argentina foi 2,7 mil toneladas/mês, do Uruguai, 1,2 mil. Em 2011, 3,7 mil, 3 mil. Em 2012 – aí que foi a grande virada, que o Rodrigo muito bem citou, que a Argentina sempre nos coloca nos momentos de negociação: “Vocês nos limitam e liberam o Uruguai” –, Argentina: 3.343, praticamente a cota que eles tinham e estava tudo certo; Uruguai: 4.800. Se a gente pegar os dados do Uruguai com a fonte Instituto Nacional de La Leche do Uruguai, esse 4.800 representam 60% a 70% do leite em pó produzido naquele país que vieram para o Brasil, corroborando aquilo que o Rodrigo falou, eles estão crescendo para exportar para cá. E aí que temos que saber nos posicionar. Em 2013 só há dados de janeiro e fevereiro. A média da Argentina deu 2.300 e do Uruguai, 2.700, mas em forte queda nos dois aqui. Aí temos que res-

saltar as ações do Ministério da Agricultura e tudo o mais nesse contexto também.

Próximo.

Como eu falei, o real teve uma forte valorização frente ao dólar. Houve uma desvalorização aqui, mas isso é normal em várias moedas no mundo. A economia americana propiciou isso aqui. Ela teve que fazer isso como uma forma de tentar se reerguer. Isso foi um fato. O dólar, então, se desvalorizou frente a uma grande cesta de moedas. O real está entre as que mais se valorizou. E agora, essa grande cesta de moedas também está tentando se desvalorizar frente ao dólar para tentar recuperar um pouco de ganho.

Próximo.

A projeção do *Relatório Focus*, do Banco Central, é que fique em torno de US\$2.00 para este ano, ou melhor, R\$2,00 por dólar a cotação média para este ano.

Próximo.

E aí o que temos de saber é aproveitar os momentos também. Este aqui é o gráfico da evolução do preço do leite em pó na Oceania, que é o principal *player* desse mercado – vamos lembrar, a Nova Zelândia está lá –, é o maior competidor nesse mercado, o maior jogador desse mercado. Há até uma cooperativa de lá, a Fonterra. E aí é o comportamento.

Primeira análise que se faz nesse gráfico: como falei, lá atrás, era um patamar de preços; muda o patamar de preços. Por isso que muda aquela relação de leite importado.

Aqui, foi um momento de grande problema no mercado internacional de lácteos que houve: uma queda nos volumes produzidos nos principais produtores no mundo e exportadores; baixa nos estoques mundiais também; uma elevação considerável no preço do petróleo, que, por sinal, tem uma forte correlação com o preço do leite em pó; depois, vem a crise internacional, cai, mas aponta aqui.

Na Oceania, está havendo esse pico aqui muito forte – o Rodrigo também mostrou, através de outro dado –, porque está havendo uma seca muito forte na Oceania. Os produtores de leite lá estão até antecipando a secagem das vacas e tudo mais, porque a seca está muito forte e o custo de produção está muito elevado também. Então, está aqui. Talvez seja o momento de tentarmos aproveitar, temos de saber aproveitar esses momentos de pico que vêm ainda pela frente.

Próximo.

Estamos trabalhando em um patamar próximo de US\$5 mil por tonelada para o leite em pó, na Oceania, e a Europa não está em um momento tão ruim, mas está em um patamar de cerca de US\$4.5 mil a tonelada – são os dois grandes referenciais para esse mercado.

Próximo.

Corroborando o que foi falado até agora, aqui para dentro do Brasil, na relação, principalmente, das cooperativas, temos ficado muito – temos até usado esse termo – com esse ônus social. O Carnieli mostrou, lá na cooperativa dele, grande quantidade de produtores com baixo volume por dia e os impactos que isso traz. Nós trazemos esse gráfico que mostra a produção, por produtor, por dia, em litros, nas várias empresas e cooperativas que estão no setor. E o que mais chama a atenção é que as cooperativas realmente estão ficando com esse ônus, porque a média, na maioria das cooperativas, está abaixo de 200 litros por produtor por dia.

Isso é um fato que chama a atenção. Nós somos 40% do leite brasileiro, mas os 40% que estão sendo responsáveis por ficar com essa grande parcela dos pequenos produtores que está marginalizada. E é um ônus social que estamos levando à frente. Isso é um impacto muito grande, e temos de saber trabalhar com isso aí.

Próximo.

Já indo para as conclusões...

Próximo.

O que nós somos? O que as cooperativas são? O que nós, que estamos aqui representando, somos? As cooperativas, em muitos casos, são a única alternativa para a maioria dos produtores. O Carnieli pode corroborar isso. Nós sabemos disso. E, em muitas regiões, se a cooperativa não for buscar o leite daquele produtor, não há quem vá buscar.

As cooperativas são balizadoras de preços. Em regiões em que não há cooperativas, podem ver que o preço do produtor é mais deprimido. É fato isso. Mas as cooperativas também sentem essa falta de isonomia para a captação de recursos, em comparação com as empresas mercantis. Podemos citar a Itambé aqui. Recentemente, a Itambé, que era a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais, por dificuldades, inclusive para captar recursos mais baratos, criou uma S.A. e vendeu metade da S.A. Foi a saída que ela encontrou. Não vou julgar o mérito, se foi melhor ou não, mas foi a saída utilizada.

Então, temos de nos preocupar com essa questão. Próximo.

Em termos de políticas públicas, o que nós temos que fazer? O que nós pensamos? Há que se apoiar as ações de Ater – Assistência Técnica de Extensão Rural, mas, ponto fundamental, corroborando com tudo que foi falado aqui na Mesa: há que se focar muito a gestão do empreendimento, da propriedade. Não adianta eu levar só o conhecimento de como se produz – melhor qualidade de leite, maior volume de leite. A gestão da propriedade, a gestão técnica e econômica dessa pro-

priedade é fundamental para se ter êxito. Vai se levar tecnologia para ele. O que é, no fundo, tecnologia? É a melhor utilização dos recursos ali disponíveis: terra, animais e tudo mais. Então, ele tem que melhor gerir isso daqui para ter o melhor resultado.

Há necessidade, então, de se repensar, também, os aportes financeiros. E tem o caso da LBR, que o Rodrigo muito bem citou aqui. Como fazer esses aportes tão grandes? E a manutenção das medidas de defesa contra as práticas desleais de comércio, que já citamos, a Mesa já citou.

Para reforçar isso aqui, o que a OCB tem feito, tem posto em prática? A OCB, em parceria com a MDA e Apex, tem o Projeto de Promoção e Exportação de Lácteos. Parece uma coisa meio utópica no cenário que estamos falando, mas temos que pensar e, além das medidas conjunturais, agora, temos que pegar alguma coisa estratégica, para frente. Este é justamente o intuito desse projeto: preparar o setor, porque temos que buscar outros mercados, fora o mercado interno, que é grande consumidor. Temos que estar preparados para o mercado internacional, se pretendemos ser o grande produtor de leite do mundo. Temos que nos preparar para estar lá fora, ou seja, nos preparar para saber exportar, é o braço com a Apex, para saber entrar nesse mercado internacional; e o braço com MDA, para levar conhecimento para o produtor para que eu melhore a qualidade e aumente o volume de leite produzido para atender a essa demanda que vai para o exterior.

Acho que meu tempo acabou, mas agradeço a oportunidade e espero ter colaborado um pouco mais com essa audiência.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito De Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Dr. Gustavo.

Encerrada a participação dos debatedores, abrimos agora debate para os Srs. Senadores.

Senador Suplicy, que foi autor do requerimento, não se encontra.

Concedo a palavra, como primeiro Senador inscrito, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, ilustres Srs. membros convidados para debaterem importante assunto do leite, sejam bem-vindos a esta Casa, sobretudo pela exposição que fizeram.

Em reuniões passadas, nesta Comissão, tive oportunidade de me associar ao pensamento e às dores do Presidente desta Comissão, como ex-produtor de leite – eu também o fui, tanto na bovinocultura do leite como na caprinocultura do leite em meu Estado. Sou um cidadão absolutamente decepcionado com o setor.

No entanto, as manifestações de V. Ex^{as} me deram um halo de esperança. É possível encontrar uma solução.

Louvo as opiniões de V. S^{as}, todos, e chego à conclusão, pela exposição, evidentemente, dos Senhores e das Senhoras, de que as coisas todas se resumem em uma questão: no preço. Esse é o gargalo. Não adianta fazermos conjecturas sobre políticas futuras, o que se deve fazer e tal, sem esquecer a questão do preço.

Mão de obra, como V. S^{as} disseram, é muito importante, insumos são muito importantes, tributos, a situação deficitária das indústrias de laticínios e o crédito. Esses, pelo que V. S^{as} disseram, são os pontos fulcrais que devemos debater.

Eu ouvi muito, com muita atenção – como todos, aliás – o Dr. Rodrigo Alvim. Eu gostaria, sinceramente, que as propostas da CNA se tornassem realidade. Efetivamente reais. Mas sou um homem decepcionado, porque se lançaram tantos e tantos programas, no curso de todos esses anos, e não se chegou a uma conclusão.

Para não me alongar, quero, ao cumprimentar V. S^{as}, dizer que sinceramente desejo, como um homem decepcionado no setor, que as propostas que V. S^{as} fizeram se tornassem realidade e não se constituíssem em um buraco negro na economia do nosso País.

Sr. Presidente, diante do que ouvi e do otimismo que os debatedores criaram em mim, ficarei por aqui, na sincera expectativa de que as propostas de V. S^{as} se tornem realidade neste País tão sofrido.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao eminente Senador Figueiró pela sua intervenção.

Eu concedo a palavra, agora, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; senhores convidados; demais Senadores e Senadoras, tomamos uma verdadeira aula, aqui.

Eu sou produtor também, sou pecuarista. Já fui tirador de leite lá atrás. Hoje, não sou mais. Meu pai. Eu já preferi não entrar nesse caminho, que é muito sofrido.

Entretanto, aqui, ilustre e valoroso Senador Ruben Figueiró, foram muito sintéticas suas observações. De fato, vamos esperar e torcer para que tudo o que foi dito aqui possa acontecer num futuro bem breve.

Ser tirador de leite, no Brasil, acho que é ser verdadeiro escravo. Particularmente, eu conheço o meu Estado de Mato Grosso e algumas regiões no Brasil, e não vejo tirador de leite em boa situação; a maioria quase absoluta é de falidos. Muito mal e parcamente conseguem comprar o arroz, o feijão, o óleo, o sal e o café para colocar dentro de casa.

Lamentavelmente, as políticas públicas deste País, para determinados segmentos de algumas atividades econômicas, têm tido essa prática. Todavia, conhecendo essas autoridades do setor, que fizeram belas explanações, temos um fato para se relatar. Só um fato, para não me prolongar mais, porque nós queremos ouvir.

Quando vocês falam em assistência técnica que é fundamental, na prática isso pouco ocorre. Já fui governador do meu Estado, o meu irmão já foi governador; sou Senador e já fui prefeito em três mandatos. E conheço o Mato Grosso, que é um Estado praticamente de dimensão continental, em que hoje quase a maioria das regiões mais distantes dos grandes centros é habitada por pequeno produtor, principalmente de assentamentos rurais. Eu acho que é um dos Estados que tem mais assentamentos rurais neste País.

O que se percebe é que falta assistência técnica. Lá, particularmente, é zero. O pouco que tem está funcionando mal e parcamente e não consegue nem ter um carro para trafegar nas estradas, que vão naturalmente das cidades para as propriedades rurais.

São precisos incentivos: fortalecer a assistência técnica. E, sobretudo, quando vocês falam aqui que melhoraram a produtividade, pelos números que eu vi aqui, olha, sem esse percentual aqui produzem 50 litros e no máximo 100 litros.

Vocês devem conhecer, tanto quanto eu conheço, a maioria, Senador Benedito. Porque eu ando de carro e conheço as regiões do Mato Grosso todinhas. A maioria dos pequenos produtores é aquela que vai lá e tira o leite de fato e fornece para as cooperativas, ou vende para o intermediário entregar para as cooperativas e não tem mais o pasto. Ou seja, estão totalmente degradadas as áreas. Onde não é embaúba é assa-peixe, onde não é assa-peixe é cupim, etc, etc. E não tem uma linha de financiamento.

Para nós aumentarmos essa produtividade, o primeiro passo é darmos a esses assentados pequenos produtores linhas de financiamento subsidiadas pelo Governo Federal, para eles comprarem o calcário, o fosfato ou o adubo e colocarem na terra; caso contrário, vai continuar esse mesmo índice de produtividade, o resto é conversa fiada.

É muito bonito falar aqui que a tecnologia nós temos que aplicar, etc., etc., mas o básico, para o cidadão, é que ele precisa ter uma linha de financiamento subsidiado. As pequenas propriedades têm um rebanho pequeno. Muitos comem esse rebanho: sangram uma vaca ou vendem um bezerro para sobreviver. É uma questão de subsistência. É para se alimentar. Eu imagino que isso não aconteça só no Mato Grosso. Em grandes partes do Brasil, na maioria absoluta, as

condições são as mesmas. Então, precisamos melhorar a questão de políticas públicas do Governo Federal, seja conveniado com os Estados, com as prefeituras; caso contrário, não vai aumentar nunca.

A senhora disse aqui que, para exportação, é preciso isso e aquilo. Mas já é um pessoal – vamos ser claros aqui – que não tem grande grau de escolaridade. Você sabe disso. Quando se fala em iPad, base para telefone... É um pessoal que não tem grande escolaridade. O filho dele não quer ficar mais ali. Não! Ele vai para cidade. Ele prefere trabalhar em outro serviço, em outra atividade a ficar ali, sujeitando-se aos mosquitos, sujeitando-se, sei lá, à falta de transporte, à falta de preço digno, sujeitando-se a ser mordido por cobra, como o Senador está falando aqui. Então, é muito bom quando você vê essa apresentação aqui, de todos os senhores. Isso é lindo! Agora, precisa ser materializado. Se nós conseguirmos materializar 30% disso que está aqui, em um período de dez anos, nós vamos avançar significativamente. Eu vejo as dificuldades, porque eu tenho vizinhos e os conheço. Isso acontece em toda a região, em toda a região do Estado de Mato Grosso, e tenho certeza também que em outras regiões.

O preço do leite é muito barato! Vocês falaram aqui em R\$0,88, mais ou menos. Sabem a quanto eu vi o leite numa região chamada Juruena, no noroeste do meu Estado? A R\$0,52. O produtor rural não tem condição de comprar um saco de sal para dar para o seu gado. Não tem! Para construir uma capineira ele precisa de quê? De pelo menos um tratorzinho. Ele tem que comprar óleo diesel, peças de reposição. Tudo é caro. Ele precisa da grade, etc., etc. Ele não vai ter nunca! Muitas vezes monta-se uma associação e nós, políticos, conseguimos para a associação um trator, com uma grade, uma carretinha; mas eles não têm dinheiro para abastecer o trator. Se a prefeitura não contribuir com um oleozinho diesel, ele não consegue abastecer o trator para gradear pelo menos uns seis, oito, dez hectares de terra. A terra já está totalmente degradada. Primeiro, o Governo tem que subsidiar, ou seja, financiar o calcário e o fosfato com zero de juros; caso contrário, não vai se aumentar nunca com o preço do leite. Sem uma política dessa, nós não vamos chegar nunca...

Não conheço a política da Argentina, do Uruguai, mas imagino que tenham algum subsídio. Além disso, comparando as terras da Argentina, em determinados pontos, com as nossas, elas são milhões de vezes melhores do que as nossas aqui. Não se usa adubo em algumas regiões da Argentina. No Uruguai, também não tem. Aqui, não. Você vai comprar uma tonelada de adubo aqui é R\$1,4 mil ou R\$1,5 mil. Você vai comprar uma tonelada de calcário para sua propriedade, depen-

dendo da região, como são os casos que eu conheço, e paga R\$100,00 a tonelada, e às vezes essa terra ocupa quatro toneladas de calcário para recuperar o solo, ou seja, para acabar com a acidez da terra.

Quero ser aqui muito otimista, como sempre fui. Conheço bem a questão da área rural. Além de ser pecuarista, sou agricultor. Conheço bem a área. Esta discussão aqui, meu caro e valioso Senador, foi muito oportuna, muito pertinente. Tivemos aqui aulas e aulas. Aprendi muito aqui. Conheço um pouquinho, mas nem tanto como V. S^{as} aqui, e quero crer que, através desta audiência pública, nós poderemos construir uma boa política pública, sobretudo para essa área em nosso País.

Concluindo, Dr^a Elizabeth, quando nós falamos da questão do efeito estufa, eu concordo, mas não podemos também aqui, e sou brasileiro, sou nacionalista, defendo literalmente o nosso Brasil, fazer mais do que nós estamos fazendo. O Brasil está hoje num nível de desenvolvimento sustentável invejável para o mundo inteiro. O que é preciso, na verdade, é que o Governo, num primeiro instante, busque a regularização fundiária deste País, porque são milhões e milhões de brasileiros que não tiveram ainda o acesso ao documento da terra. Essas mesmas pessoas, muitas vezes, por força, até para se alimentar, elas fazem algum desmatamento clandestino. Agora, preservar, mas do Brasil, não. São 62% do território nacional brasileiro que ainda estão preservados com cobertura vegetal.

Nós estamos dando uma lição para o mundo. Agora, nós, por outro lado, não podemos pagar tão caro diante, muitas vezes, de pressões internacionais que não querem que o Brasil seja competitivo em um setor, em nenhum setor. Você quer maior absurdo esse agora, trancou a exportação nossa, o grupo chinês lá, de dois milhões de toneladas. Sabe por que é isso aí? Para eles chegarem impondo um preço aqui agora: “olha, o preço é esse, pega ou larga”. E nós não temos outros grandes compradores, vamos ter que nos sujeitar. Isso já é o jogo comercial.

Essa é a visão minha, essa é a visão minha, de maneira que eu acho que o Brasil preserva, há uma consciência nacional, uma consciência nacional de que nós temos que compatibilizar o seu desenvolvimento com a preservação. Entretanto, nunca, também, perdendo de vista o sofrido homem do campo brasileiro, principalmente o pequeno, que hoje não tem grandes acessos a linhas de financiamento, é sofrido, está pagando caro e alguns estão passando até por miseráveis, como é o caso dos assentamentos rurais. Dados da própria CNA, que fez uma pesquisa na maioria dos assentamentos no Brasil, constataram que vive em

estado de miséria uma grande maioria daqueles que foram assentados pelo próprio Governo Federal.

Mas era isso, para concluir, e agradeço a V. Ex^a e espero que essa reunião seja a melhor possível.

Obrigado, Presidente e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Considerando que V. Ex^a provocou a Embrapa, eu concedo a palavra à Dr^a Elizabete.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Deixe-a responder, para não perder o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, com a palavra, a Dr^a Elizabete.

A SR^a ELIZABETE NOGUEIRA FERNANDES – Obrigada.

Senador, eu concordo plenamente. Quando eu coloquei a questão do aquecimento global é porque eu acho que nós somos injustiçados com isso. Quando eles colocam, porque nós temos o segundo maior rebanho mundial, quando eles fazem aquela conta para o IPCC, para o painel de controle do clima, eles pegam o que uma vaca emite de metano, que é 23 vezes mais poluente do equivalente em carbono, e multiplicam pelo número de cabeças. Simples. Ele tira a vaca do sistema produtivo, que é à base de pasto, de árvores, e faz uma conta simples, quanto que ela produz. Se ela estivesse dentro do sistema produtivo, nós teríamos que contabilizar quanto esse sistema está capturando de carbono e fazer o balanço. Quanto que a vaca emite – porque ela emite, naturalmente, todo ruminante – e quanto que as pastagens bem cuidadas, as árvores, os sistemas de integração, eles absorvem. Eu tenho certeza de que seria um balanço zero a zero. Eu tenho certeza.

Agora, há muita campanha contra, contra a proteína animal. Então, nós temos que abrir os olhos e apresentar números. Nós temos que nos defender dizendo isso: “Nós não somos produtores de metano, nós não somos, nós temos um sistema sustentável”.

Então, eu concordo plenamente com o Senhor, quando eu coloquei ali, e obrigada pela oportunidade de estar falando isso, porque eu acho que a gente tem que desmistificar que a pecuária é a vilã nacional de emissão de gases de efeito estufa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr^a Elizabete.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar os expositores e, primeiro, me desculpar. Eu tive a oportunidade de ouvir meu amigo Rodrigo Alvim, o Neri, que já teve que sair, e ouvir uma parte da professora Elizabete e do Gustavo. Mas eu presido a Comissão de Assuntos Sociais e hoje tinha uma reunião da Subcomissão de

Fonte de Financiamento da Saúde, e o Senador Humberto me pediu para que estivesse presente, porque era praticamente a instalação dessa Subcomissão o tempo que eu estive lá.

Mas eu acho, eu não sou um especialista e não sou produtor, nem de leite, nem de nada, não é? Eu sou um modesto médico e um professor, mas, ao longo desses 16 anos na Câmara e, agora, aqui no Senado, eu aprendi muito, sobretudo, como falamos, “de orelhada”, de ouvir, de falar.

Mas, na condição de Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, confesso que me aprofundi um pouco, porque tive várias audiências com as cooperativas e me lembro de que no ano passado ou retrasado, não sei bem, era um negócio absolutamente... A impressão que eu tinha é que ia quebrar tudo! Isso porque os preços que traziam do queijo, do leite nas gôndolas no supermercado eram menores do que o nosso custo de produção. Era um negócio completamente... Não tinha como sobreviver!

Penso que, daquela realidade para cá, realmente, é preciso constar que houve uma melhora. Realmente, houve.

E aí, Sr. Presidente, por mais que eu tenha tentado estudar, essa é uma das cadeias muito complexas, porque muita coisa influencia isso.

Eu vou começar dizendo algo e já vou me dirigir ao Rodrigo Alvim: os produtos lácteos, até bem pouco tempo – e essa é a minha pergunta ao Rodrigo Alvim –, eles eram de longe os produtos mais protegidos. Você não consegue exportar para o Canadá. Lá eles os protegem violentamente. Quanto à Argentina e Uruguai, Deus me livre!

Então, eu gostaria de saber como está isso, porque temos um país continental. Temos uma realidade no Mato Grosso do Sul, que não é um Estado com tradição em pecuária de leite. Mas, em determinada região do Estado, nós implementamos um programa de melhora do plantel, com inseminação artificial.

Sr. Presidente, foi mexer um pouco – e isso já faz uns dez ou quinze anos – e nós inundamos a região com leite!

Então, eu sempre tenho essa preocupação. Quando nós estimulamos a produção, e a produtividade é importante, qualquer coisa que nós aumentarmos aqui, se não tivermos um mercado para exportar, vamos deprimir preço. Essa é a lei natural: se você aumenta a oferta, diminui o preço do produto.

E nós temos aqui um limiar de preço muito... É muito pequena a renda.

Então, essa é a preocupação que eu tenho. Eu não sei se o Gustavo tem isso ou se o próprio Carnieli tem isso. Como está essa questão da exportação? Isso

porque, quando aumentamos a produção, temos de exportar, porque, do contrário, iremos deprimir preço.

Essa é uma questão.

A Embrapa – e aí temos uma distorção – gera pesquisa, gera conhecimento, mas a extensão rural, lamentavelmente no País, passou. Agora, está sendo recuperada. Desde 2003, há um esforço muito grande, e eu fui um dos relatores daquele projeto da extensão rural. Ela faz uma falta muito grande.

Então, quando ouço falar do conhecimento, Prof^a Elizabete, na realidade isso não chega ao produtor. Não chega mesmo! Eles continuam com as mesmas práticas.

Nós ficamos falando aqui de Brasília, mas a realidade lá na ponta é diferente. Eu acho que a Embrapa, o próprio Ministério da Agricultura teriam de ter um programa específico, sobretudo para esta questão, a extensão rural para o produtor de leite, para que isso chegasse a ele.

Nós temos colocado resfriador de leite, temos melhorado as condições no Mato Grosso do Sul. Eu, particularmente, tenho me empenhado nisso. Mas eu percebo que essa questão é fundamental: a extensão rural, fazer com que a geração, a pesquisa de novos conhecimentos chegue lá na ponta.

Eu gostaria de ouvir se há alguma sugestão, porque não adiante apenas eu ouvir aqui a CNA. Aliás, Sr. Presidente, quero abrir um precedente. Eu acho que, de imediato – e essa é a minha proposta –, que a Comissão de Agricultura do Senado, encampasse, junto com a Senadora Kátia Abreu, e eu sou suspeito porque sou muito amigo da Kátia. Mas é preciso reconhecer o que essa mulher fez pela Confederação Nacional de Agricultura, há muito tempo, Sr. Presidente. Não estou subestimando ninguém, mas a Kátia, sem sombra de dúvidas... Esse projeto que o Rodrigo Alvim apresentou aqui, como proposta, e que ela levou à Presidenta Dilma, isso, se implementado, Sr. Presidente... E, aí, eu acho que a Comissão emprestaria esse apoio político à CNA, à OCB, em conjunto. Isso aí não vai resolver, mas vai melhorar muito a situação da pecuária de leite no País. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Então, eu acho que essa é uma coisa, e eu sairia daqui com o seguinte: olha, vamos, juntos com a Senadora Kátia Abreu, aqui, a OCB, chamar o Márcio e o pessoal, e dizer: olha... E fortalecer essa proposta, junto a Presidência da República e ao Ministério da Agricultura. Eu acho que eu começaria por aí.

Ainda teria essa questão das cooperativas, Gustavo. Naquela nossa audiência, até o Ministro foi lá, eu me lembro que foi muito hostil aquilo tudo. E eu lembro que era o desespero mesmo das cooperativas. Quer

dizer, tinha que haver alguma coisa de imediato para resolver aquilo, e não há.

Essa questão da Argentina e do Uruguai é um calo. Aí, é a velha história. Nós tínhamos que vender. Não estamos vendendo, mas a indústria, muito forte, quer vender automóveis e não sei o quê para a Argentina e o Uruguai, e nós temos que comprar alguma coisa deles. Aí, ficamos importando leite, sobretudo, essa questão. Eu posso estar enganado. Esse número do Uruguai está mascarado, porque eu não sei se o Uruguai tem essa condição com essa produção. A impressão que eu tenho é que outros países, eu não sei como fazem, colocam o leite através do Uruguai, para ser exportado aqui para nós. Eu queria ouvi-los a respeito disso.

Uma preocupação, Sr. Presidente. Insisto em dizer: nós temos que ter o nosso canal de exportação, porque eu tenho um receio muito grande. Um país continental como o nosso dá uma melhoradinha. Porque falam assim: você dobra a produção aqui e... Olha, eu tenho medo da questão do preço. É claro que esse é um desafio que nós temos que vencer, porque nós não vamos ser competitivos se nós não melhorarmos a nossa produtividade. Passa por isso. Mas aí eu quero saber: vamos produzir e, aí, vamos exportar para onde? Porque, insisto em dizer, há até pouco tempo, eu posso estar desatualizado, mas isso era de longe, o leite, produtos derivados lácteos eram os produtos mais protegidos que se tinha em termos internacionais.

Fico por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao nobre Senador Moka.

Agora, concedo a palavra ao Alvim, para que ele possa fazer as...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Alvim, me permite? O senhor vai falar?

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É só para me inteirar melhor. Eu perdi parte da palestra também aqui, pelo fato de estar com o Senador Moka na Comissão. Ele fala da enxurrada que, eventualmente, se aumentarmos a nossa produção, vai enxurrar o mercado. O que eu quero indagar? Se a nossa produção hoje é suficiente para atender o mercado. Segundo: se é suficiente – eu sei que política externa, etc., a questão da balança comercial –, nós estamos importando do Uruguai e importando da Argentina. Efetivamente, nós temos hoje produção suficiente para atender o mercado interno brasileiro? E nós temos sobra para exportar?

Obrigado.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Eu queria aproveitar, antes de responder ao Senador Moka e ao

Senador Jayme Campos, enfim, fazer um comentário geral sobre as colocações dos senhores.

Primeiro, queria corroborar com o Gustavo, quando ele mostra a queda da margem da indústria brasileira, e queria chamar a atenção dos nobres Senadores sobre a questão de cada vez mais estar se concentrando o poder do varejista neste País. Quando nós criamos a primeira CPI, quando a Assembleia Legislativa de Minas criou a primeira CPI do Leite, em Minas Gerais, no dia 28 de agosto de 2001, nós tínhamos seis grandes redes de supermercadistas no País. Hoje, nós temos três. Nós temos o Walmart que, ao comprar a rede Sonae, no Sul, e o Bompreço, no Nordeste, ele se tornou, de uma hora para outra, um supermercado com uma visibilidade, enfim, com uma penetração de Norte a Sul deste País. Temos o Carrefour e temos o Pão de Açúcar.

Essa pressão desse poder econômico, dessa rede varejista concentrada em cima de uma indústria, entre outras tantas que são fornecedoras dessa rede, da indústria de laticínios, certamente – como foi mostrado aqui pelo Gustavo – é o que está achatando as margens da indústria brasileira.

Isso é um risco. Se nós estamos pensando em crescer a produção na ordem em que estamos pensando e que temos certeza que vamos crescer, se esse projeto da Senadora Kátia Abreu junto com a Presidente Dilma acontecer, nós vamos ter o problema de ter uma indústria capenga, com dificuldades, com dificuldade de crédito, com dificuldade de, enfim, absorver o aumento dessa produção. Essa é uma das questões que eu queria colocar.

A outra é com relação à necessidade de assistência técnica e de uma assistência técnica que aconteça efetivamente. Por isso, a Senadora está fazendo um projeto de assistência técnica que será levado ao campo via Senar. O Senar tem uma capilaridade nacional com quase 2,4 mil sindicatos rurais espalhados por este País inteiro, nas 27 federações de agricultura que são filiadas à CNA e, portanto, quando a gente coloca à disposição dessa assistência essa estrutura, eu acho que nós poderemos ter muito mais facilidade de estarmos aonde precisamos estar do que com outras estruturas de assistência técnica que tivemos e que algumas delas fracassaram com o tempo.

Depois, eu queria dizer ao Senador Moka: como é que está a proteção? Continua a mesma. O leite é tido como um dos produtos mais sensíveis pelos países produtores no mundo. Existem aí tarifas de importação em alguns países pelo mundo afora que chegam ao absurdo de 130%, 200%, 400%. São países que protegem e protegem de fato a sua produção, que às vezes nem abastece o próprio país. Mas, quando o Brasil

tenta discutir alguma coisa, ele não discute proteção, ele não quer reserva de mercado; nós queremos nos defender de práticas desleais de comércio.

Quando nós adotamos uma política de tarifas de *dumping* impostas às importações da União Europeia e da Nova Zelândia, nós estamos dizendo que é inadmissível que o País importe subsídio. Quando a CNA foi peticionar, em 1998, de uma investigação de *dumping* ao Ministério de Indústria e Comércio brasileiro, nós sabíamos que os subsídios às importações europeias nas exportações para o Brasil eram absurdos. E nós comprovamos, através da investigação feita pelo Governo brasileiro, que o custo de produção de uma tonelada de leite em pó na Europa chegava a US\$5 mil a tonelada e, na época, era exportada para cá a menos de dois. Ou seja, o Tesouro da União Europeia diz à indústria: exporta, exporta pelo preço que você conseguir exportar; nós colocamos na sua conta o que preciso for para cobrir o seu custo.

Essa é, em grande parte, a realidade de algumas regiões produtoras de leite. E a Europa nem mais é, hoje, tão produtora assim, porque, com mais dez países do Leste Europeu se incorporando à União Europeia e tendo que abastecer esses países, ela está muito mais focada no seu abastecimento interno do que propriamente na exportação.

Mas, de qualquer forma, é o produto mais subsidiado que há no mundo: US\$49 bilhões por ano são subsídios diretos na veia dos produtores, e à exportação, às indústrias na Europa. Dos US\$300 bilhões de dólares subsidiados ao agronegócio, à agropecuária mundial, a Europa subsidia em US\$49 bilhões a produção de leite.

Então, realmente, essa é a nossa preocupação.

Outra questão, Senador Moka, que o senhor coloca, e que é muito pertinente, é com relação ao excesso de oferta.

A conta que nós fizemos ontem na CNA, e naturalmente que são contas muito empíricas, enfim, às vezes nós não temos muita estatística e temos dificuldade mesmo de mensurar as coisas, mas nós chegamos à conclusão de que talvez em cinco, oito anos, se todo esse programa for implementado, se a assistência técnica acontecer, se as linhas de crédito que nós estamos dizendo à Presidente da República que são necessárias para os produtores, enfim, conseguirem se adequar a uma nova realidade de uma produção com competitividade e sustentabilidade, se isso tudo acontecer, nós estamos imaginando que nós mais do que dobramos a produção de leite no Brasil nos próximos cinco ou oito anos talvez.

E de fato essa preocupação sua, Senador Moka, sobre o mercado, foi a primeira pergunta que fiz à nos-

sa Senadora Kátia Abreu: “E o mercado?” Com certeza, antes de mais nada, antes de nós aumentarmos a produção dessa forma, nós estamos aumentando com competitividade, e aí nós estaremos aptos a exportar. Para quem? Para quem nós conseguirmos fazer um acordo sanitário. E onde nós vamos conseguir? Na Rússia, que nos obriga a ser isentos de brucelose e tuberculose para exportarmos para lá? Na União Europeia, que nos obriga a tudo, não obstante eles terem a vaca louca? Então é difícil, esse mercado é difícil. Nós vamos ter que exercitar isso. O Governo brasileiro vai ter que ser muito proativo. Vamos ter que ter o empenho de todos, vamos ter que ter a participação de todos.

O que nós estamos colocando para a Presidente da República é que o setor de produção primária vai fazer a sua parte se isso acontecer, se esse plano for em frente. Nós estamos com um projeto de treinamento pronto, de capacitação dos produtores, que é o convênio a que me referi, com o Sebrae nacional – já estão na conta da CNA mais de R\$20 milhões para atendermos esses 81 mil produtores nos próximos dois anos.

Se a Presidente Dilma, de fato, confirmar o que foi dito à Senadora, que, no plano agrícola que vai ser anunciado em maio, serão colocadas essas linhas de crédito especiais para a pecuária leiteira, direcionadas para algumas questões, focadas na produção de alimentos, focadas nas máquinas para a refrigeração do leite, para a ordenha, para o ensilamento, para a fenação, enfim, se essas coisas acontecerem, nós vamos dar um salto importante na produção de leite no País. Mas precisamos de mercado.

Se o Pelé, que foi contratado pela nossa CNA, e que vai hoje a São Paulo – a Senadora está reunida com ele –, tomar um copo de leite, levantar um copo de leite, ficar com o bigodinho branco, estilo a campanha americana, do Tchekhov, se isso tudo acontecer e nós aumentarmos o consumo brasileiro de 175 – como foi aqui colocado – para 200 litros, que é o mínimo recomendado pelo nosso Ministério da Saúde, mesmo assim nós vamos ter que exportar.

Então temos que fazer um esforço. A Senadora está convocando a cadeia produtiva de leite e derivados para fazer esse esforço. O setor de produção primária sozinho não vai alcançar todo o êxito que nós podemos alcançar se houver, enfim, governos, indústrias, cooperativas, produtores, todos de braços dados para, enfim, atingirmos as nossas metas. Mas certamente que é um desafio, e eu acho que é possível.

Com relação à tecnologia, que foi dito que está na prateleira da Embrapa, não está no campo. A Embrapa não tem nenhuma função, nenhuma missão de disponibilizar lá no campo, lá para o produtor, de fazer extensão rural. Não é missão da Embrapa. Eu acho

que nós não devemos desvirtuar a missão da Embrapa, que é a pesquisa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Rodrigo, fui eu que falei, mas não é nesse sentido. Há que se gerar o conhecimento. Antigamente havia a Embrapa, mas havia a Embrater, que era uma empresa brasileira de extensão rural. Mas hoje a Embrapa produz...

O SR. RODRIGO SANT’ANNA ALVIM – E não há quem leve ao campo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí eu sei que a extensão rural é estadual.

O SR. RODRIGO SANT’ANNA ALVIM – Aí é que a Senadora Kátia Abreu está com a proposta de transformar o Senar. Além de capacitar os produtores pequenos e seus empregados, também levar essa extensão e essa assistência. O regimento do Senar foi mudado há coisa de quinze dias, para que o Senar possa fazer também assistência técnica e extensão rural.

E esse é o grande projeto da nossa Senadora, Presidente da CNA, Kátia Abreu, é de colocar o Senar como uma ferramenta para disponibilizar o que a nossa empresa de pesquisa – Embrapa – faz para o produtor lá no campo. Esse é o grande projeto. O projeto é espetacular, é espetacular

O receio é o que vamos fazer com esse leite que nós vamos produzir, porque, se ele, de fato, pegar, nós vamos ter de vender leite aqui dentro, e vamos ter de vender leite exportando para outros países.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Depois da exposição do Dr. Rodrigo, eu gostaria de fazer apenas uma indagação.

Nesse projeto do CNA, os senhores falam em crédito. Eu gostaria de saber se há uma sugestão de percentual desse crédito.

O SR. RODRIGO SANT’ANNA ALVIM – Percentual de juros?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Juros.

Ou ele será totalmente subsidiado, como há em outros países?

O SR. RODRIGO SANT’ANNA ALVIM – Não. Subsidiado ele vai ser, porque, quando você propõe...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – A zero?

O SR. RODRIGO SANT’ANNA ALVIM – Não, a zero, não, mas, quando você propõe um juro de 2%... (*Falha na gravação.*) subsidiando em 4%. Então, é juro negativo. Na realidade, é juro negativo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Dr. Rodrigo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Será que o Estado não poder perder isso?

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Senador, a proposta foi feita à Presidenta e a Presidenta disse o que o senhor está dizendo: nós temos de criar linhas de crédito com juros praticamente zero. Então, estamos sugerindo um percentual, que pode ser menor. O percentual que nós estamos sugerindo, pelos exercícios que nós fizemos com a pecuária leiteira que nós conhecemos, ainda vai deixar para um produtor que tomar todo crédito que lhe for possível tomar, em função da produção de leite dele, porque nós fizemos cortes, em torno de 15% de margem de lucro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Dr. Rodrigo, eu queria apenas complementar. Eu fiz uma indagação para o senhor e o senhor não me respondeu. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não. Eu não entendi. Então, desculpe-me.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Não, não. Desculpe-me por não ter respondido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não me respondeu.

Eu só queria saber e fazer um complemento à sua fala, quando você fala da questão do supermercado no Brasil.

Lamentavelmente, o que ele expôs aqui é uma realidade. Não é só no leite, é na carne, é no frango etc.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Não. São 16 mil produtos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Lamentavelmente, nós estamos concentrados hoje... Eu imagino dados, porque eu tinha uma indústria com quase 1.600 funcionários, que fui obrigado a vender, porque eu não ia me sujeitar a ser refém de supermercado do Brasil. Hoje, temos aqui praticamente a concentração do volume, ou seja, o que se consome no mercado interno...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por aí: 60%, 63%.

Então, vai ficar a vida inteira...

Como o senhor está dizendo que o Governo vai propiciar a campanha, através da CNA – Pelé bebendo leite –, e nós poderemos aumentar o nosso consumo aqui de 175 para 200. Não seria suficiente pelo fato de que, se aumentarmos na velocidade que é o desejo da proposta aí, eu acho que também teria de ser envolvido, nesse caso, o próprio Ministério da Indústria e Comércio ou coisa parecida, para acharmos outra formatação. Caso contrário, o que acontece hoje? O pecuarista não está ganhando dinheiro. Vamos citar o exemplo da carne bovina. Eu tinha uma indústria,

produzia, exportava para cinquenta e tantos países do Planeta; eu exportava 88% do que eu produzia, e não era o suficiente, o efeito do câmbio, etc., aquela coisa toda. E carga tributária excessiva, para você não ir para a cadeia, tem de pagar imposto, tem de ser correto. Evidentemente, eu preferi vender que ficar no submundo do crime da sonegação. Feito isso, o que acontece? O pecuarista não ganha dinheiro. O senhor sabe que a maioria absoluta, absoluta, dos pecuaristas – não tem aquele que diz: “eu sou melhor que você”, mentira – está com a situação de muita dificuldade, pelo fato de que se montou também no Brasil outra máfia, que é a máfia da concentração do abate do rebanho bovino nacional, que está na mão de dois ou três. Isso significa algo parecido com 60%, 65% – é bom que V. S^{as} também tenham conhecimento disso. Se não bastasse que pecuarista não ganha, os frigoríficos não estão lá essas coisas – mas estão ganhando dinheiro agora, neste exato momento, estão ganhando muito dinheiro –, mas quem, de fato, ganha dinheiro é o mercadista. Se o senhor for a um supermercado hoje, o senhor pode chegar a pagar – eu vi, comprei, fui lá para fazer a prova – R\$68,00 numa picanha de, no máximo, dois quilos. Essa picanha é comercializada pelos frigoríficos que compram do coitado do miserável do pecuarista na faixa de R\$40,00 ou R\$42,00. O senhor calcule que o dono do supermercado ganhou quase 50% em cima desse valor. Isso é um escárnio! Quem ganha é ele lá. Sobretudo, você tem de se sujeitar a isso, como você bem disse. Há oferta, e o preço quem dá é eles. O leiteiro que vai lá vender, ele vem de lá para cá, aplica-se uma regra que não tem quem suporte. E tem aquela velha história: ou você pega ou larga. Dizem: “Se você não quiser esse preço, vou comprar de outro, porque o outro está precisando.” Dois já querem, inclusive, dinheiro antecipado. É o caso das cooperativas, grandes parceiras. Algumas poucas estão capitalizadas, poucas que eu conheço. As demais também estão todas com dificuldade, como é o caso aqui da própria indústria do leite, que um chegou ao ponto de estar devendo um bilhão, e quer ser ressarcido do PIS/Cofins de 500 milhões, para tentar fazer uma meia sola lá, para evitar quebrar.

Então, a realidade que você está expondo aqui é verdadeira. Alguma coisa tem de ser feita também. Mesmo com campanha do Pelé, com bigodinho de leite, não sei quem vamos envolver nisso, se é o Ministério da Indústria e Comércio... Quem vai ser? Sei lá! Abrindo butiques de venda de leite em determinados pontos deste País, em algumas cidades de grande concentração de população; caso contrário, vamos continuar com a mesma dificuldade.

Agora, quero ouvir a resposta de V. Ex^a em relação a minha indagação: se a nossa produção hoje é o suficiente para atender o mercado interno.

Muito obrigado. Eu já falei muito hoje aqui.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Eu não vou lhe afirmar que a nossa produção hoje seria suficiente. Como nós temos importação, e não tem leite sobrando, fatalmente que o que se está importando está consumindo e está fazendo parte, enfim, desse abastecimento interno. Mas o que eu posso te afirmar, sem medo de errar, é que, se não houvesse a importação concorrendo, nós estaríamos abastecendo o País. Nós temos capacidade de abastecer.

Outro dia, em 2008, o Brasil foi o quinto maior exportador de leite do mundo. Exportamos aí em torno de 2,5%, 3% da produção brasileira, o que não significa muita coisa. Mas, se exportamos, é porque sobrou.

Então, nós temos capacidade de abastecer. Se não estamos abastecendo, é porque está havendo uma concorrência que não nos permite isso ou não nos demandam produção maior para abastecer o País.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Carnieli, por favor, que pediu a palavra.

O SR. JOSÉ CARNIELI – O pessoal das transparências pode projetar a primeira transparência, por favor.

Senador Jayme e companheiro Moka, que estamos sempre juntos, eu acho que nós estamos aqui querendo tapar o sol com a peneira. Sinceramente, precisamos separar o joio do trigo. É lógico e evidente que existe uma série de situações conjunturais que precisam ser realmente analisadas, e isso não está nas mãos, às vezes, das entidades que representam o segmento produtivo; está nas mãos de outras instituições.

Então, sobre certas coisas aqui acho que não vale a pena abrir o debate, porque elas são muito mais delicadas. E, na verdade, precisamos – desculpe-me – tirar algumas máscaras que nós temos neste País.

Então, a segunda. Isso. Pode parar por aí.

Senadores, vejam bem, respeito tudo que foi colocado aqui. É lógico, não estou aqui entrando em questões de importação, não estou entrando em questões se a produção nossa é suficiente. Eu quero apenas enfocar o que é o produtor de leite, do que o produtor de leite precisa.

Vejam bem, esse produtor de leite aqui não tem preocupação com relação a preço, não. Ele sobrevive numa boa. Agora, se formos discutir preço de leite aqui para cobrir o custo do ineficiente, aí não tem preço de leite que resolve, neste País e no mundo. Não é no Brasil, não; é no mundo, gente! Então, não existe preço para pagar a ineficiência de ninguém.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARNIELI – Não existe. Esse produtor aqui tem preocupação com a qualidade do que ele está produzindo? Nenhuma! Agora, as consequências que ele sofre por questões outras, ele não pode bancar isso não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe Carnieli, eu não tenho essa...No dia a dia, eu queria que você fosse até mais específico em relação a isso, porque a mim interessa ouvir. É claro que não estamos falando daquele produtor lá que tem... Estou tentando entender é o drama do produtor da cooperativa mesmo.

Lá no Mato Grosso do Sul, há um programa do Governo chamado Balde Cheio. Nós estamos fazendo uma irrigação, e é um parto para convencer o Ministério que cuida da irrigação de que você tem que dar pequenos volumes de recurso para irrigar pequenas propriedades, porque elas não querem fazer isso.

Recentemente, eu relatei aqui o projeto de irrigação nacional e fiz questão de destacar que o pequeno produtor precisa dessa irrigação com custo zero. E, com esse Balde Cheio, você irriga e ele tem uma produtividade muito maior.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Esse produtor aqui, Moka, é do Balde Cheio. A assistência técnica dele é Balde Cheio. Para o senhor ter uma ideia, ele é um dos escolhidos, no Brasil, para que o Artur Chinelato visite. O Artur Chinelato visita esse produtor lá na propriedade dele. Vai lá.

Agora, esse produtor aqui tem dificuldade de mercado de vender o leite dele, Senador Moka? Não tem, não. Sabe qual é a grande preocupação da cooperativa com esse produtor? Quem ajudou esse produtor a chegar aqui foi a cooperativa. Quem ajudou. Agora, busque qualquer empresa grande de leite no Brasil e veja se ela tem interesse de apoiar esse produtor? É tudo o que ela quer. Ela quer tomar esse produtor aqui da cooperativa, porque quem... Ela não investiu um tostão nesse cara. Quem botou dinheiro para esse produtor chegar a isso aqui foram as cooperativas.

Agora, ele não tem dificuldade de vender o leite dele, não. Se a cooperativa falar que amanhã não pode pagar o preço, eu falo para o senhor aqui, há dez que compram o leite desse produtor aqui e pagam R\$0,10 mais caro do que a cooperativa paga, mas não dá um tostão a ele para ajudar na ração, para ajudar no transporte, para ajudar na irrigação, para ajudar com a assistência técnica. Não dá nenhum tostão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim, Carnieli. Mas aí é que eu quero entender. É exatamente isso que eu quero provocar nesse debate. Quer dizer, então, o grande problema nosso, ao produzir, é que as cooperativas não aguentam, por exemplo, a concorrência do varejista. É isso?

O SR. JOSÉ CARNIELI – Não. Veja bem, Senador Moka, nós temos que discutir quais foram os modelos que nós buscamos para o desenvolvimento do País. Então, foi colocado aqui, primeiro, o modelo de desenvolvimento do Brasil não é europeu. Com todo o respeito, os Srs. Senadores e outros mais aqui sabem, não foi essa a opção que nós fizemos no Brasil. Então, não adianta discutirmos o modelo europeu e trazê-lo para o modelo brasileiro, porque não é essa a opção brasileira. Então, por isso, eu falei que há outras situações que precisam ser colocadas na mesa. Nós estamos querendo tapar o sol com a peneira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas quais, então? Quais, por exemplo? Tem que ser específico.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Ok. Então, veja bem. Vamos para a França. Assistimos, recentemente, a uma produção de queijo no Estado de Minas Gerais, na região do queijo artesanal. Qual é a realidade daqueles produtores? Agora, vamos à França e vamos ver qual é a realidade dos produtores que produzem queijos na França. Isso. Qual é? E qual é no Brasil?

Agora, com todo o respeito, quem aprovou o Código Florestal no Brasil? Por que não aprovou um código florestal urbano no Brasil? Então, o produtor é vilão de tudo? Vocês querem discutir aqui que a situação do produtor passa por isso. Vamos ser práticos, gente, vamos tirar a máscara. Ou nós encaramos para realmente fazer as coisas mudarem no Brasil ou nós vamos ficar aqui numa discussão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Carnieli, você está fazendo um discurso... Ninguém defendeu mais o produtor no Código Florestal do que... Você sabe a luta que nós travamos aqui. Você sabe também que é possível aprovar aquilo que a sociedade permite que se aprove. Não dá para a gente também... Mesmo não sendo produtor rural, talvez eu tenha sido o Parlamentar, aqui no Senado, que mais se expôs nesse debate, não é?

O SR. JOSÉ CARNIELI – Sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu quero que você seja específico.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Mas toda regra tem exceção, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, qual é a máscara que precisa ser tirada? Fale abertamente, porque você está fazendo um discurso genérico, e, se eu que estou no dia a dia não consigo entender, imagine quem está te ouvindo.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Esse produtor aqui eu já disse. Do que ele precisa? Quem é que paga o custo da energia dele? É ele. Quanto custa a energia para o produtor rural? Um por cento da energia é consumida, no

Brasil, no setor rural. Então, ele deveria ter energia subsidiada. Aquela ponte que a nossa Elizabete mostrou é a constatação dele. Então, isso passa por esse produtor.

Outra coisa é a assistência técnica dele. Quem é que está bancando a assistência técnica dele hoje? A cooperativa e ele. Nós estamos aqui falando de programas de assistência técnica, mas é preciso chegar a esse produtor a assistência técnica. Esse produtor paga... O custo da assistência técnica desse produtor é um salário mínimo por mês. A cooperativa paga 50%, ele paga 50%. Ele paga 50%, viu, gente? Esse e o outro também pagam 50%. A cooperativa ajuda na assistência técnica dele em 50%, ou seja, meio salário mínimo. Agora, qual é a outra empresa que nós temos que faz isso?

Ele produz a ração na propriedade dele, porque é muito mais em conta, fica mais barato; compra os insumos macro, ele é produtor pronafiano, tem o milho altamente subsidiado – aí eu acho que nós não podemos jogar pedra, pois a Conab tem feito um trabalho ímpar, fornece o milho a baixo custo. E qual é a dificuldade dele? Em moer, porque a legislação no Brasil só permite que ele moa isso na propriedade dele. Existe uma estrutura que poderia estar moendo milho para ele, mas peguem a lei com relação a fábricas de ração no Brasil e vocês vão ver se pode uma associação montar um moinho, Senador, para moer o milho para todos os associados dela. Não pode. Uma associação não pode moer o milho para os associados dela; não é nem cooperativa.

Outra coisa, quanto aos produtores que tiram leite no Brasil, nós temos situações culturais. Por exemplo, o produtor que tem uma propriedade e tira leite para a sua subsistência é um produtor de leite? Não, esse é um tirador de leite. Então, nós temos que ver quem é que realmente vai ser produtor de leite e dar condições para ele ser produtor de leite.

Não sei, Senador, se consegui ser claro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o representante da OCB, para suas considerações finais.

O SR. GUSTAVO BEDUSCHI – Queria agradecer a oportunidade, até pela conjuntura das perguntas que culminaram, de reforçar um dos trabalhos da OCB.

Foi muito boa a preocupação dos Senadores, inclusive a do Senador Moka, com relação ao que nós vamos fazer depois, aumentando essa produção. Temos que buscar outros mercados.

E mercados consumidores, Senador, não são só os europeus; eles são produtores e exportadores. Nós temos que pensar nos grandes compradores que, na verdade, não são produtores de leite, são compradores. Por exemplo, a Argélia, Angola, a Arábia Saudita, os países do Oriente Médio são grandes compradores de leite.

Em função disso, a OCB, em parceria com a MDA e com Apex, tem um projeto de promoção de exportação de lácteos, e a gente vislumbra que esse não é um projeto para 2013, 2014; é um projeto que a gente vai construir ao longo do tempo. E, ao mesmo tempo, a CNA e a parte nossa com a MDA estão construindo essa base produtora. Então, nós vamos aumentar e vamos já buscando, trabalhando onde colocar esse leite.

Nesse projeto com a Apex, composto por cooperativas e empresas mercantis, nós elencamos oito mercados prioritários, oito mercados alvo para trabalhar: Angola, Argélia, Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes, Iraque e Venezuela. São todos grandes compradores de leite em pó, de derivados lácteos, e a gente tem condições de trabalhar para colocar melhores produtos. Então, nós estamos trabalhando nesse sentido também. Nós temos que aumentar, sim, a produção, mas já estamos trabalhando onde colocar essa produção.

O mercado interno vai continuar absorvendo grande parte? Vai, como é tradicional em todos os países, à exceção de Nova Zelândia. Agora, já estamos trabalhando onde colocar em terceiros mercados, e esse é um trabalho de longo prazo, não é para hoje nem para amanhã. Assim como o aumento da produção não ocorre em um ano, dois anos, vai ocorrer em cinco, dez anos, esse aí também, e nós vamos construir, pavimentar essa estrada para colocar nosso produto lá fora, trabalhando gradativamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Srs. Senadores, acho que chegamos ao final de nossa audiência pública.

Eu gostaria de tecer pequenos comentários a respeito de tudo que foi dito aqui.

Realmente, Senador Moka, V. Ex^a tem uma vivência, apesar de sempre declarar que não é produtor nem pecuarista, mas é um dos mais aguerridos Senadores – e quando Deputado também – defensores do setor primário deste País. A agricultura lhe deve muito. Muitas e muitas ações que foram vitoriosas nesse setor tiveram a participação de V. Ex^a. Eu sou testemunha disso, porque fomos colegas lá na Câmara dos Deputados.

Na verdade, eu queria aqui homenagear os produtores de leite do Brasil. É aquele adágio que diz “tirar leite de pedra”. Se produzir leite nas regiões fartas deste País já é difícil, imagine, então, produzir leite no Semiárido do meu País!

Nós estamos vivendo um momento muitíssimo delicado. Há praticamente dez meses, não cai uma gota d’água na grande maioria do Semiárido brasileiro. As informações do Instituto Meteorológico são as piores possíveis. Vamos encontrar uma terceira seca, uma atrás da outra. Os rebanhos, no Semiárido, estão

sendo dizimados, estão morrendo os animais com fome e com sede. Realmente, neste País que se diz a sexta economia do mundo, não há um projeto de governo ou um projeto de Estado para socorrer essa região.

Em alguns Estados, com a água do subsolo, talvez, desse para se fazer um novo Rio São Francisco. Vou citar o Estado do Piauí, por exemplo. No meu Estado, passa o Rio São Francisco, que banha outros Estados da região. A 200m do lado direito e a 200m do lado esquerdo, em um ano, não há um copo de água potável para se beber. A indústria do carro-pipa continua agora muito mais incentivada. O País gasta bilhões e bilhões de reais com muitas outras coisas, mas, infelizmente, até hoje, ainda não saiu... E isso não é culpa do atual Governo, não, mas é culpa do Brasil como um todo, desde a sua descoberta. Sempre faço essas citações. O imperador brasileiro, na época do Império, para fazer demagogia – não foi outra coisa –, disse: “Vou utilizar a última pedra brilhante do meu chapéu para acabar com a seca no Semiárido brasileiro”. E a miséria continua!

Então, Senador Moka e meus prezados convidados, eu queria dizer que vamos procurar a Senadora Kátia. Já tive diversas conversas com a Senadora Kátia, que me disse, recentemente, que, numa conversa que teve com a Presidenta Dilma, a Presidenta Dilma tinha acenado com a possibilidade de olhar com olhos carinhosos para o setor produtivo do leite neste País.

O que acho interessante é que lá o cara pode fazer barreira, porque lá isso não é crime. Aqui, a gente não o faz porque isso é crime. Não se pode proteger a produção nacional, o produtor nacional.

Continho dizendo, ô Alvim e os senhores que têm vivência nessa atividade: como é que você pode emprestar dinheiro a um pequeno produtor com juros de mercado? Tem de ser zero! Tem de ser alíquota zero, porque é dinheiro do povo, é dinheiro de imposto, é dinheiro do povo, é dinheiro nacional. Não se deve botar banco para financiar isso, não, porque banco não tem interesse nenhum nisso, muito pelo contrário, pois a mercadoria do banco é o dinheiro. Milhares e milhares de pequenos produtores deste País afora perderam suas propriedades e até suas bicicletas que usavam para ir para o trabalho; o banco foi buscá-las, porque o produtor não tinha como pagar. Como é que se pode pagar, Moka?

No Semiárido – vamos dar um exemplo –, tem de se traçar uma política agrícola diferenciada. E é isto que vamos fazer nesta Comissão: vamos trabalhar, Moka! Temos de aproveitar a vontade, a boa vontade, o entusiasmo, a dedicação e o compromisso de todos os companheiros que fazem parte desta Comissão, que reputo como uma das mais importantes Comissões desta Casa.

O Ministério da Agricultura, por exemplo, hoje, é um Ministério esvaziado, totalmente esvaziado. O Mi-

nistério da Agricultura não é mais o Ministério que eu vi há 10 anos, há 20 anos. Com a política lá de dentro, parece que houve um esvaziamento total. É preciso que haja uma conexão entre o MDA, que, talvez, hoje, seja um Ministério mais forte do que o Ministério da Agricultura em termos de recursos orçamentários, e o Ministério da Agricultura, para que a gente possa, realmente, fazer esse tipo de trabalho para proteger, não; mas para dar condições a quem produz.

Quantos milhares de empregos há no campo, na atividade agrícola, na atividade leiteira, por exemplo? Cada tirador de leite ou produtor de leite que quebra, que perde seus animais, que deixa de produzir, são três, quatro, cinco famílias que ficam à beira das estradas, ou que vão para os grandes centros, para viver em favelas e encontrar o caminho da marginalidade. Então, há que se proteger esse setor. Por isso é que nós temos que fazer uma ação mais enérgica, cobrar mais do Governo, dar mais condições para que se faça um sistema cooperativista forte neste País, que é o caminho. É por aí.

Eu tenho um exemplo no meu Estado. Não é uma cooperativa de leite, mas uma cooperativa de produção de açúcar e álcool. A base de sustentação da economia do meu Estado de Alagoas era a cana-de-açúcar. Nós tínhamos cerca de 40 usinas. Hoje, estamos resumidos a 23; das 23, 20 estão praticamente quebradas. Não pagam o trabalhador rural. O que é isso? É porque eles não tiveram competência para produzir cana e fazer açúcar e álcool?

Há uma diferença entre produzir cana e açúcar, entre produzir cana no Estado de Alagoas e em Pernambuco e no Estado de São Paulo ou Minas Gerais. Há uma diferença estúpida! Em tudo. E nós já fomos, num passado não muito distante, o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil. É o penúltimo Estado da Federação concorrendo praticamente com o maior Estado da Federação, que é São Paulo. A mesma coisa nessa outra atividade.

Então, eu quero dizer que foi muito interessante a presença de todos os senhores aqui. Sobre a Embrapa, eu tenho dito, em todos os momentos em que tenho conversado a respeito, é uma das empresas mais decentes que nós temos nessa área de pesquisa. Agora, as unidades da Emater, estas, sim, deixaram de existir praticamente nos Estados brasileiros, que era quem dava assistência técnica ao agricultor, ao homem do campo. Infelizmente, a Embrater não conseguiu dar condições aos Estados para que as unidades da Emater continuassem. Há alguns Estados que estão ensaiando voltar. Mas é apenas um ensaio, porque, na prática, realmente, isso não está acontecendo.

Então, Moka, nós temos que fazer uma ação de apoio político e de cobrança ao Governo, para que possamos, realmente, proporcionar oportunidades de

dignidade de vida para essas pessoas que querem produzir, que não querem assaltar; querem que se proporcione oportunidade para ele trabalhar.

Lamento profundamente. Infelizmente, é um fenômeno da natureza, mas eu tive uma expectativa e uma alegria quando a Presidenta Dilma, na visita que fez a Alagoas, para entregar 65 quilômetros do Canal do Sertão, que é um pequeno Rio São Francisco dentro do semiárido, disse que é propósito do Governo repor o rebanho, que foi praticamente dizimado em muitos Estados do Nordeste e em muitas cidades do Nordeste. Foram dizimados seus rebanhos.

É provável que alguém já tenha visto. Por exemplo, apresentaram na TV Globo, num programa do canal rural, um criador, produtor de Pernambuco, andando pela estrada. Do lado direito e do lado esquerdo, só se viam carcaças dos animais dele. Todos morrendo. Mortos. Perdeu praticamente 80% ou 90% do rebanho.

Nunca! Como ele vai repor 200 reses que ele tinha? Perdeu 90%, e as outras estavam em dias de morrer.

É castigo da natureza? Não. É falta de política para se conviver com a seca. Acabar com ela? Nunca, mas a convivência com ela, sim, porque, em outros Estados do mundo, fizeram isso. Infelizmente, aqui, nós não fizemos isso ainda.

Por isso, eu queria homenagear esses bravos. Eu digo isso porque já passei por esse caminho. Sem ser, eu quis ser um grande – e eu estava dizendo aqui ao Alvim, Moka, que eu preparei uma vacaria com entusiasmo; quando eu vejo um úbere, como vi ali, mostrei até a ele ali naquele eslaide, quando estava passando o úbere de uma vaca, a coisa mais linda do mundo. Eu disse: “Vou entrar nesse ramo”. Entrei. Preparei uma vacaria. Tinha quase 400 vacas, tirando 5 mil litros de leite por dia. E, quando chegava no final de semana, eu precisava procurar saber onde é que eu buscar dinheiro para pagar a folha e os insumos. Então, saí do ramo. E as pessoas hoje insistem porque não têm outra atividade.

Então, eu queria homenagear todos os produtores de leite do meu País, na pessoa daqueles que se deslocaram de outros Estados e estão aqui. Mas eu queria destacar meu querido amigo e presidente da Associação dos Criadores de Alagoas, Domício Silva; André Ramalho, presidente do Sindicato dos Produtores de Leite do Estado; Henrique Soares, Secretário-Adjunto da Secretaria de Agricultura de Alagoas; Alberton Cavalcante, representante da Secretaria de Agricultura e que foi um dos presidentes da nossa empresa de vigilância sanitária, vitorioso com relação à aftosa. O meu Estado estava fora, e hoje estamos aguardando apenas a decisão do Ministério da Agricultura para tornar o Estado livre de aftosa com vacinação, mas num esforço determinado, numa ação do Governo

do Estado e uma ação permanente dos criadores do Estado. Então, eu queria prestar essas homenagens.

Homenageio também o nosso Marcos Fontes, que representa uma outra instituição parceira do setor primário que é o Sebrae; bem como Aldemar Monteiro, presidente da Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas.

Citando esses produtores – são todos produtores de leite –, quero homenagear todos os produtores e dizer: a esperança ainda está com a vela acesa, e nós vamos trabalhar na direção de encontrarmos os caminhos. E, como disse o Carnieli: o setor terá de ter políticas de regionalização, setores diferentes. Produzir leite no Semiárido é diferente de produzir leite em São Paulo, em Minas Gerais; produzir leite no Mato Grosso do Sul é diferente, porque são regiões de características totalmente diferentes.

Então, eu queria agradecer à Dr^a Elizabeth pela sua bela exposição, trazendo aqui a esperança da Embrapa de continuar promovendo as pesquisas para orientarem os pequenos e os grandes produtores deste País.

Quero agradecer o Neri Geller, Secretário de Políticas Agrícolas do Ministério da Agricultura, que teve necessidade de sair para uma reunião com os secretários, para tratar exatamente do transporte do milho para as regiões da seca deste País. Ele está lá reunido com os secretários de agricultura do Brasil. Está aqui o representante dele, João Antônio Fagundes, a quem quero agradecer.

Quero agradecer ao meu prezado amigo e companheiro Dr. Gustavo Beduschi – nome importante – pela representação da OCB, extraordinária organização que cuida das cooperativas no País.

Quero agradecer ao Carnieli, presidente da *Cooperativa de Laticínios Veneza*. Gostei do seu entusiasmo, Carnieli. Realmente, o caminho, Moka, que nós todos temos que incentivar é o cooperativismo. Como acabei de dizer, eu dizia que havia cooperativas de leite no Brasil, como a do Carnieli, e, no meu Estado, há uma cooperativa de produção de açúcar e de álcool, a primeira do mundo – eu não conheço outra –, que é a usina de açúcar que não tem usineiro, tem trabalhadores: 1.100 colonos são donos da usina. Enquanto as outras estão passando por dificuldades, ela também passa, mas, pelo menos, está honrando o compromisso de pagar aos trabalhadores e pagar aos cooperados. E eles têm a consciência: quando chega o final do ano e se faz o balanço e dá lucro, eles não querem ter o lucro: eles mandam que ele seja revertido em benefício da estruturação da empresa. Porque ela hoje diversificou; ela hoje tem leite, suco, doces, açúcar e álcool. Então é um dos caminhos.

Agora, é preciso que haja política pública para essa atividade. E nós vamos – estive com a Kátia antes de ontem, conversando dessa audiência pública, e ela é

uma entusiasta do setor, é uma guerreira, é uma companheira da melhor qualidade – nos juntar para que a gente possa, com a força da CNA, com o Sebrae, com a Embrapa, enfim, com todos os órgãos governamentais e não governamentais do setor primário para que a gente possa realmente ter produtores tendo dignidade de vida; educando a família com decência; tendo uma casa para morar; o seu automóvel para ir para a rua, para passear ou para ir para a feira e, ao mesmo tempo, tendo tranquilidade na sua capacidade de produção. E, cabe aos órgãos governamentais exatamente preservar, fazer com que as coisas possam acontecer.

Então, eu queria, ao encerrar esta audiência, agradecer a todos e agradecer a você, Alvim, porque você, realmente, a informação que nós tínhamos e que nós temos é de que você era o papa nessa área de leite lá na CNA e no Ministério da Agricultura. Vamos precisar muito de você; nós vamos visitá-lo muitas vezes, porque é aquilo que nós dissemos no início desta conversa: não adianta fazer audiências públicas e ficar apenas nos dados filosóficos, ficar nas quatro paredes e não ter resultado prático para atender aos segmentos que vivem da produção neste País.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2013.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento e Antonio Carlos Rodrigues reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella indica os membros da “**Subcomissão Temporária para a Elab-**

oração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras-Raras no Brasil", composta por cinco membros titulares e cinco membros suplentes, distribuídos pela proporcionalidade da seguinte forma: pelo Bloco de Apoio ao Governo, a presidência indica como membro titular o Senador Anibal Diniz, e como suplente a Senadora Angela Portela; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, a presidência indica como titulares os Senadores Luiz Henrique e Valdir Raupp, e como suplentes os Senadores Lobão Filho e Ivo Cassol; pelo Bloco Parlamentar da Minoria a presidência indica o Senador Aloysio Nunes Ferreira como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente; por fim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, comporá a Subcomissão como titular o Senador Alfredo Nascimento e como suplente o Senador Gim. Em seguida, passa a deliberação da pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 275, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para tornar obrigatória a divulgação, por emissora de radiodifusão, da razão social e da documentação associada à entidade detentora da outorga." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o relatório é pela rejeição do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 544, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TIMBAÚVA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 552, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de**

2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TELEVISÃO DI ROMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 563, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Lopes e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 704, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TRÊS RANCHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Ranchos, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 579, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SP-1 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Gim e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 556, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO COSTA NORTE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bertioga, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 564, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA MEDINA E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nanuque, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Leg-**

islativo n.º 444, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO de COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA ROSALINA DA SILVEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florínea, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador João Capiberibe e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador José Agripino e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.” A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 560, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO LAVRAS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 464, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMBRASIL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 471, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GRAVATAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o rela-

tório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 567, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CASEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E COMUNITÁRIO DE MATRIZ – DISTRITO DE IPUEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às nove horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes do início dos trabalhos desta reunião deliberativa, a Presidência efetuará alguns comunicados ao Plenário.

A CCT recebeu o Ofício nº 118/2013 da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), atual denominação da antiga Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações, a qual é representada pelo Sr. Luiz Cláudio Costa, seu atual Presidente, com cumprimentos a esta Mesa pela recente eleição para presidir a Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

A Associação Brasileira de Internet (Abranet), que congrega provedores de serviços de Internet, enviou a esta Comissão convite e programação do Congresso Brasileiro de Internet (Abranet, 2013), que acontecerá no próximo dia 18 de abril e terá lugar no Centro de Convenções Brasil 21.

A abertura será com palestra do Ex^{mo} Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, e contará com painéis sobre temas variados e relacionados ao setor de Internet.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) enviou a esta Presidência Ofício Circular nº 18/2013, congratulando-nos pela eleição para presidir esta CCT no Senado Federal e também ressaltando as atividades da Frente Parlamentar do Cooperativismo, em defesa das causas cooperativistas, mencionando que a mesma é formada por 203 Deputados e 30 Senadores.

O Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti) enviou a esta Comissão mensagem, dando notícia sobre a formação da sua nova Mesa Diretora à Presidência para o biênio 2013/2014. O Conselho passará a ser presidido pelo Sr. Jadir Péla, atual Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho do Espírito Santo.

Esta Presidência congratula o Secretário e Presidente Jadir Péla por sua eleição e manifesta total apoio às atividades da entidade.

Está à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, o balanço dos cinco primeiros anos da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), bem como o plano estratégico para os próximos dez anos, encaminhados por meio do Ofício nº 173/2013.

Diretoria da Presidência da EBC.

A CCT do Senado Federal recebeu convite para evento que apresentará o estudo mitigando emissões de gases na agricultura, base para monitoramento do Plano ABC, que será promovido pela Embrapa em conjunto com a Embaixada do Reino Unido e com a Universidade Estadual de Campinas, no próximo dia 27 de março, amanhã, às 16h, em Brasília.

Anunciamos para a próxima terça-feira, dia 2 de abril, a realização de audiência pública nesta Comissão, ocasião em que teremos a honra de receber o Ex^{mo} Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Marco Antonio Raupp.

Atendendo a requerimento desta Presidência, a audiência pública servirá para a realização de debates sobre os temas: Agenda, Prioridades e Ações da MCTI

para 2013/2014; Dados e Execução da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Programas de Desenvolvimento da Capacidade de Inovação da Indústria Brasileira.

A reunião terá início, como de praxe, às 9h, e, desde já, convidamos os Srs. e as Sr^{as} Parlamentares, assim como os demais interessados, a comparecer, pois os temas tratados relacionam-se profundamente com o atual momento da política nacional de ciência e tecnologia, e a presença do novo Ministro, histórico parceiro da CCT, será de grande importância, para que esta Comissão receba informações atualizadas acerca da atuação da MCTI...

Por fim, é oportuno que esta Presidência mencione que revisamos, como anunciado anteriormente, na última quarta-feira, 20 de março, reunião técnica sobre o tema: Política Espacial e Eixo de Cooperação Brasil-França. Recebemos, naquela oportunidade, a delegação francesa do grupo de parlamentares para o espaço, que estava em missão no Brasil. Além dos parlamentares franceses, contamos com a presença do Presidente da Agência Espacial Brasileira, Sr. José Raimundo Braga Coelho, dos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Paulo Abi-Ackel, e ainda dos Srs. Senadores Valdir Raupp, Cristovam Buarque, Lobão Filho, Rodrigo Rollemberg. Todos, sem exceção, contribuíram para o sucesso do encontro.

Oportunamente, esta Presidência agradece e congratula a Consultoria do Senado na pessoa do Consultor Tarciso Dal Maso Jardim, a Secretaria de Relações Públicas, representada pelos servidores Sílvia Oddone e Aguirre Neto. A contribuição de todos foi destacada para a realização e para o sucesso do evento.

Feitas as comunicações, a Presidência da CCT, ainda previamente ao início das obrigações sobre a nova pauta de proposições, passa agora a tratar do Requerimento nº 22, de 2012, de autoria do Ex^{mo} Sr. Senador Luiz Henrique, que requereu a criação da Subcomissão Temporária para a Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras-Raras no Brasil. O citado requerimento foi apreciado, deliberado e aprovado em reunião da CCT do Senado Federal em 23 de maio de 2012. Cumpre a esta Presidência, no âmbito de suas responsabilidades, tomar as providências necessárias para sua instalação e indicação dos membros, o que faremos agora.

A Subcomissão será criada conforme previsão regimental e composta por cinco membros titulares e cinco membros suplentes, distribuídos pela proporcionalidade da seguinte forma: pelo Bloco de Apoio ao

Governo, a Presidência indica como membro titular o Senador Anibal Diniz e como suplente a Senadora Ângela Portela; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, a Presidência indica como titulares os Senadores Luiz Henrique e Valdir Raupp e como suplentes os Senadores Lobão Filho e Ivo Cassol; pelo Bloco Parlamentar da Minoria, a Presidência indica o Senador Aloysio Nunes Ferreira como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente; pelo Bloco Parlamentar União e Força, comporá a Subcomissão como titular o Senador Alfredo Nascimento e como suplente o Senador Gim Argello.

Fechada a composição, serão tomadas as providências para realização da primeira reunião da Subcomissão Temporária para Elaboração do Projeto de Lei do Marco Regulatório e da Mineração e da Exploração de Terras-Raras no Brasil, sob a sigla SSMRTR, com eleição de presidente e vice para direção dos trabalhos.

Senador Luiz Henrique, acabamos de indicar os nomes para a Subcomissão da qual V. Ex^a é o Presidente. Vamos fazer a eleição ainda, mas o senhor gostaria de falar alguma coisa?

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, cada vez mais me convenço de que devemos fazer uma reforma regimental seguindo a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti, no sentido de que tenhamos uma semana dedicada exclusivamente aos trabalhos de comissão e outra semana dedicada ao plenário. Acabo de vir da Comissão de Meio Ambiente, onde também tinha que fazer uma intervenção. Por isso, cheguei só agora nesta reunião e já tenho de sair para a Comissão de Assuntos Econômicos. Isso não é possível. Ninguém tem o dom da ubiquidade.

Então, peço escusa a V. Ex^a por ter chegado apenas agora e agradeço a V. Ex^a por ter feito a designação. Vamos seguir o rito imediatamente para que esta Comissão se instale e eleja o Presidente e o Relator.

Quero cumprimentar V. Ex^a pela urgência que adotou no sentido de que esta Comissão fosse instalada. Será um trabalho muito importante. O Brasil já perdeu a grande oportunidade de liderar esse processo, que é fundamental para a nova era industrial, uma era marcada pela inovação, pela inteligência, pela agregação de valor e o domínio da tecnologia das terras-raras, o domínio de todo o processo, desde a mineração, a seleção até a industrialização. Isso é fundamental para que o Brasil possa ter um desenvolvimento industrial sustentável e para que possa aumentar as exportações de produtos manufaturados.

Hoje, a balança de pagamento do Brasil está dependente dos produtos agrícolas e minerais, das *commodities* agrícolas e minerais, e nós precisamos inverter essa equação no sentido de fazer com que o

Brasil amplie a sua presença no comércio internacional através dos produtos industrializados, mas sem o domínio das terras-raras, o Brasil não terá essa condição no futuro.

Agradeço, portanto, e cumprimento V. Ex^a pela agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella Bloco/PDT – MG) – Como não temos quórum, comunico aos Srs. Senadores que vamos encerrar a reunião porque as matérias são terminativas.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 52 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2013.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dois de abril de dois mil e treze, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Sérgio Souza e Cícero Lucena, e também do Senhor Senador Eduardo Suplicy, não membro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer as Senhoras e os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino e Gim. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 02 de 2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Zeze Perrella, que requer “... nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para a realização de debates em torno dos temas ‘AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2013/2014 – DADOS E EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ENCTI) – PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA

BRASILEIRA””. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra às Senhoras e Senhores Senadores. Usam da palavra as Senhoras e Senhores Senadores Angela Portela, Cícero Lucena, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Anibal Diniz, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e João Capiberibe. Prosseguindo, o Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de abril de 2013...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, a Presidência comunica ao Plenário a realização de audiência pública na próxima terça-feira, 9 de abril, com a presença do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, e do Ex^{mo} Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. João Batista de Rezende.

A audiência será realizada atendendo a requerimento desta Presidência e aprovado pelo Plenário da CCT, com debate sobre os temas:

- 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações;
- Agenda regulatória 2013/2014;
- Telecomunicações e internet;
- Nova estrutura da Anatel; e
- Assuntos relevantes e relacionados ao momento atual do País.

Desde já convidamos as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares, assim como os demais, a comparecer à nossa reunião a partir das 9 horas.

Iniciando agora os trabalhos desta reunião e conforme anunciado, temos a honra de receber o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e Inovação, o Sr. Marco Antonio Raupp, que nos apresentará a agenda prioridades e ações para 2013/2014, dados e execução da estratégia nacional de ciência e tecnologia e inovação, programa de desenvolvimento da capacidade de inovação da indústria brasileira.

Convidamos, então, o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Sr. Marco Antonio Raupp, para tomar assento à Mesa.

Por favor, Sr. Ministro. *(Pausa.)*

Mais uma vez, a vinda do Sr. Ministro enobrece e valoriza os trabalhos da CCT do Senado Federal, sendo habitual a sua presença para debates relevantes sobre os temas de competência e interesses comuns entre a Comissão e o MCTI.

Por estarmos ainda no início dos trabalhos da CCT para o ano de 2013, torna-se oportuno que o Ministro nos apresente a agenda da pasta e também dados relacionados a uma das principais frentes de trabalho, a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Esse relato, certamente, pautará parte dos nossos trabalhos e passará à sociedade, assim como a toda a rede de cidadão, entidades e demais interessados que acompanham a CCT, um retrato fiel do desempenho desses programas que são vitais para o processo de desenvolvimento do Brasil.

Recentemente, e somente para ilustrarmos ainda mais a importância da vinda do Ministro Raupp, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou o Plano Inova Empresa, com recursos da ordem de R\$32 bilhões a serem aplicados nos anos de 2013 e 2014.

Naquela oportunidade, também foi anunciado pela Presidência da República o modelo institucional da Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), com investimento em pesquisa e inovação de R\$1 bilhão. O anúncio desse plano dos investimentos atrelados traz excelentes expectativas a todos nós como forma de incentivo às ações estruturantes da pasta.

Devem ser cada vez mais intensas as ações e os programas para captação da força de trabalho nacional, de forma a desenvolvermos e retermos os talentos profissionais para que o desenvolvimento do conhecimento seja cada vez mais proprietário no Brasil.

Citando um assunto relacionado, registramos recentes informações sobre o grande crescimento da entrada de profissionais estrangeiros no País, inclusive com ações objetivando a flexibilização na concessão

de vistos a esses trabalhadores. Por um lado, esse contingente pode suprir necessidades e carências em especialidades da indústria nacional, mas, de outra linha, não pode o Brasil depender somente do fornecimento de mão de obra estrangeira.

O intercâmbio continuará sendo a ferramenta essencial, mas complementar. E o programa Ciência sem Fronteiras é um exemplo de um dos caminhos para o desenvolvimento dos profissionais brasileiros, em especial para o setor de pesquisa e tecnologia. Ressalte-se, por oportuno, que as condições de trabalho no País precisam ser adequadas e atraentes, retendo cada vez mais talentos.

Da parte da CCT, pretendemos estimular o debate, ao longo do ano de 2013, sobre temas como patentes, inovação, fontes de financiamento para pesquisas e o próprio projeto do Código Nacional de Ciência e Tecnologia.

Para concluir nossas considerações iniciais, e agora especialmente sobre o seminário Caminhos para a Inovação, a CCT o tornará um evento anual. E aproveitamos então a presença de V. Ex^a, Ministro, para destacar a resposta de realizá-lo em paralelo e em complemento à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia promovida também anualmente pelo MCTI. Trata-se, talvez, do maior evento sobre o setor de ciência e tecnologia no Brasil, por conta de sua dimensão e abrangência. No ano passado, o nosso seminário contou com a presença dos renomados cientistas: Miguel Nicolelis e Marcelo Gleiser.

Dando então continuidade aos nossos trabalhos da reunião, sem tomarmos mais tempo do nosso convidado, passo a palavra ao Ministro Marco Antonio Raupp.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Bom dia a todos e a todas as presentes. Queria saudar os Senadores, o Presidente Zeze Perrella, a Senadora Angela Portela, o Senador Lucena.

Queria dizer que é um grande prazer estar aqui debatendo, no Congresso Nacional, especificamente aqui no Senado, na Comissão específica da ciência e tecnologia, as questões da política de ciência e tecnologia do País, que estão afetas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Vou fazer um apanhado geral, Senador, das nossas atividades. Basicamente abordarei todas aquelas questões que estão ali – muitas delas endereçam as questões colocadas por V. Ex^a –: formação e capacitação de recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento; infraestrutura, sendo desenvolvida pelas atividades de P&D; nossa atuação nas áreas estratégicas prioritárias, que são as estabelecidas pelo Plano Brasil Maior; caracterização da ação transversal do MCTI, que é uma característica do nosso Ministério

hoje; especial destaque para a biodiversidade e desenvolvimento regional; também vou tocar na questão dos investimentos e desse grande plano que foi lançado pela Presidente Dilma Rousseff e está sob a coordenação, gestão e articulação do Ministério – a gestão envolve um conjunto de Ministérios –, que é o Plano Inova Empresa.

Eu gostaria de começar, então, Senador, dizendo o seguinte: que o Ministério da Ciência e Tecnologia recebeu, no primeiro ano do Governo Dilma Rousseff, um “1”, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Isso ampliou bastante o caráter e a amplitude das nossas atividades.

Nós passamos a marcar a nossa atuação por ações transversais, em parceria com todos os ministérios e com muitos agentes da própria sociedade civil, do próprio setor privado. Ampliou-se, sobremaneira, a atuação do Ministério.

Eu queria começar dando esse conceito do que o Ministério faz. O Ministério administra, em nível de Governo Federal, a produção de ciência, conhecimento científico, conhecimento tecnológico e inovação no nosso País. Nós somos responsáveis, então, pela estruturação e execução dessas atividades. Essas atividades se desenvolvem, basicamente, em três camadas, como em qualquer lugar do mundo.

Uma são as universidades, que são responsáveis pela pesquisa básica, pelo conhecimento fundamental, desenvolvido sem maiores preocupações com as suas aplicações imediatas, e também pela formação de recursos humanos, que é a atividade principal e importantíssima da universidade. As universidades fazem pesquisa e formam recursos humanos, ao desenvolverem essas atividades de pesquisa.

Então, esse é um loco central onde se desenvolvem essas atividades.

Outra são os institutos científicos e tecnológicos. Esses institutos são organizados pelos governos, nos vários níveis, ou por agentes privados também, para desenvolverem projetos específicos importantes do ponto de vista estratégico, importantes do ponto de vista do desenvolvimento e importantes no apoio à atividade de ciência e tecnologia nas empresas. Enfim, eles têm um caráter estratégico para a ação de ciência e tecnologia.

E a última camada são as pesquisas e desenvolvimento nas empresas. As empresas também, hoje, dentro de um contexto de competição global, têm uma exigência de competitividade muito grande, e elas precisam ter essa capacidade de inovar, de desenvolver novos produtos, novos serviços, adaptando-se às novas realidades de mercado. Então, as empresas que

têm condições operam centros de P&D, e a política governamental também tem que prestar atenção nisso.

Na questão das universidades, o instrumento fundamental é o fomento. Nós atuamos nas universidades fomentando as suas atividades através de bolsas de estudos para promover a pós-graduação, através de auxílio à pesquisa de pesquisadores universitários que se qualifiquem. A qualidade é fundamental na seleção desses projetos.

Nos institutos científicos e tecnológicos, financiam-se projetos, objetivos que eles procuram atingir dentro da sua programação. E, nas empresas, os instrumentos de atuação são empréstimos, crédito que vai contemplar não só o desenvolvimento de novos produtos, mas também a inserção desses produtos no mercado. Portanto, esse crédito tem juros mais ou menos subsidiados. Também no desenvolvimento de produtos existe um mecanismo chamado de subvenção econômica às empresas, que é um crédito, um dinheiro não retornável. Nós já operamos esse mecanismo há alguns anos, aqui no Brasil.

Então, são esses vários mecanismos que nós usamos para promover, nessas três camadas da organização dos trabalhos de ciência e tecnologia, a questão da pesquisa e do desenvolvimento.

Por favor.

Eu começaria destacando, segundo aquela minha programação original, quais são os eventos, as iniciativas que estão colocadas para a nossa atividade e que nós temos desenvolvido nesses dois anos do Governo Dilma Rousseff, especialmente no ano em que sou responsável pelo Ministério, que é esse ano que passou, de 2012.

O grande programa novo que aconteceu na área de recursos humanos, de formação de recursos é o programa Ciência sem Fronteiras, que é operado pelo CNPq, um órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, e também pela Capes, que é uma agência do Ministério da Educação. Já enviamos para o exterior, e recebemos especialistas aqui no Brasil, um total de 23.105 bolsas, das mais de 100 mil que estão disponibilizadas para esse programa.

Essas bolsas são financiadas na base de 75% pelo Governo Federal e de 25% por empresas parceiras, empresas e associações representantes dos empresários como a Febraban, por exemplo, Eletrobrás, Petrobras. Todas são exemplos de empresas ou associações empresariais que contribuem para esse programa, além de empresas estrangeiras também. Existem exemplos de empresas estrangeiras como a GE; a BG (British Gas), que também contribuem para esse programa. É um programa está tendo o maior sucesso, e o nosso objetivo é totalizar umas 50 mil bolsas

em 2013, sendo que, em 2014 e 2015, nós pretendemos executar mais o envio dessa preparação desses outros 50 mil estudantes que faltariam para atingir o total das bolsas, que é de 100 mil.

Tendo como objetivo que nós consigamos absorver o mais plenamente possível esses estudantes, ao voltarem para o Brasil, o CNPq organizou o portal do emprego, um sistema que está à disposição dos estudantes e das empresas que queiram ofertar-lhes emprego.

Nesse portal, que é acessado pelos estudantes – e todo estudante do Ciência sem Fronteiras tem acesso a esse portal –, há anúncios de empresas. Nós estimulamos cada vez mais que as empresas participem, ofertando empregos a esses estudantes, de maneira que não aconteça que esses estudantes sejam estimulados, por uma ineficiência nossa aqui, a continuar no exterior. Que eles voltem para dar a sua contribuição no desenvolvimento do País.

Outro programa importante na área de recursos humanos é o RHAÉ – Pesquisador nas Empresas. É um programa tradicional executado pelo CNPq, que, em 2012, executou 60 milhões e apoiou a fixação de pesquisadores em 350 empresas no País.

Outro programa é o Forma-Engenharia, um programa voltado para o estímulo para que estudantes de cursos secundários a estudarem Engenharia. É uma associação de professores de ensino de Engenharia e docentes do ensino médio. Em 2012, 700 projetos envolveram 700 docentes universitários e 700 docentes do ensino médio. Esses projetos envolveram também 2.100 estudantes de Engenharia e 6 mil alunos do ensino médio.

É um programa de porte, financiado também pela parceria CNPq/Vale do Rio Doce, de grande importância na formação de recursos humanos para as empresas. O estímulo do programa é que os engenheiros pensem no trabalho em empresas inovadoras, empresas de tecnologia.

Por favor, vamos para outra.

Com relação à infraestrutura, que é outra linha de grande preocupação nossa, para todos aqueles agentes que eu mencionei lá: infraestrutura básica para universidades, para institutos de pesquisa e também infraestruturas – que, nessas organizações, normalmente, são, em sua maioria, no caso específico do Brasil, organizações governamentais, na maior parte, federais – possam ser utilizadas não só pela academia, que não fiquem restritas à academia, mas que possam também ser utilizadas pelas empresas.

Existem grandes exemplos dessa situação. O Senador Luiz Henrique conhece bem o exemplo do Laboratório de Integração e Teste, que foi feito sob a

sua liderança e que hoje não só atende a um programa espacial e à pesquisa acadêmica, mas prioritariamente em relação a essas atividades, atende as mais variadas indústrias: automobilística, aeronáutica, etc.

Mas aqui são as iniciativas que tivemos neste ano ou que estamos incrementando. Uma é um navio hidroceanográfico. Novamente, falamos daquela parceria. Essa embarcação custa US\$80 milhões e está sendo comprada pela Marinha do Brasil, em uma parceria entre o MCT, a Marinha do Brasil, a Petrobras e a Vale – todos esses entes participam do financiamento.

A Petrobras e a Vale, por interesse na prospecção marítima que esses navios podem propiciar.

Esse navio está associado a este programa aqui: Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias. É um instituto de pesquisa com uma participação da Secretaria de Portos e do Ministério da Pesca, em conjunção com o MCT. Vamos criar centros, na costa brasileira, dedicados à pesquisa oceanográfica, à pesquisa de portos e também à pesquisa de biologia marinha e pesca. É um instituto novo que está sendo criado. Nós já temos a aprovação da Presidente, da Casa Civil. Estamos fundando essa organização social, que operará um contrato de gestão, para atender tanto aos desígnios da pesquisa oceanográfica dentro do MCTI, quanto à questão de estudos sobre portos e também sobre a pesca, com centros especializados em cada uma dessas áreas, distribuídos na costa brasileira. E esse navio oceanográfico vai ser o grande laboratório móvel desse instituto. A Marinha está fechando a compra – ela vai operar o navio –, e nós estimamos em um ano e meio para termos esse navio funcionando aqui. Ele está sendo comprado de um armador na China.

O reator multipropósito brasileiro é um reator de pesquisa – ele gera um feixe de nêutrons que serve para pesquisa –, mas serve também para a produção de radiofármacos. Como os senhores sabem – o molibdênio 99 é o radiofármaco básico para a produção de vários outros de utilização em medicina nuclear –, 95% do fornecimento de radiofármacos para os hospitais brasileiros são feitos pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, ligada à Comissão Nacional de Energia Nuclear. O reator que eles operam para gerar esse fármaco básico, o elemento básico que é o molibdênio 99, e também a farmácia nuclear que eles operam no Ipen, em São Paulo, estão pequenos para atender à demanda que se amplia significativamente no Brasil. Esse reator já está sendo instalado na região de Sorocaba, ao lado daquelas instalações do Centro Tecnológico da Marinha. Nós temos a previsão de, em quatro anos, tê-lo funcionando lá, contemplando o

fornecimento que é demandado pelos radiofármacos usados nos hospitais brasileiros.

Outro grande projeto e outra grande infraestrutura é também o anel de luz síncrotron chamado Sírius, a terceira geração. Nós temos a experiência, em Campinas, através do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, que é um órgão do MCT, de operar esses reatores de luz síncrotron. Também, junto deles, há uma série de outros laboratórios que utilizam essa tecnologia para fazer os seus desenvolvimentos tecnológicos e atender também à indústria. Esse também é uma iniciativa importante.

Tanto no reator multipropósito quanto no reator Sírius, estamos negociando e já temos parcerias da Petrobras, do BNDES, do Governo do Estado de São Paulo, que cede terrenos para essas estruturas. Temos ainda que discutir contribuições maiores da Petrobras com o reator multipropósito. São projetos em plena execução. Já há um ano que eles estão sendo executados.

Outra grande estrutura nacional é a rede de comunicação de dados, a rede entre as universidades e as instituições de pesquisa, que é a RNP. Hoje, temos 320 instituições que utilizam essa facilidade. Em 2014, queremos expandir para 600 instituições. Ela está operando nos principais *backbones* a uma velocidade de 10 *gigabits* por segundo. A grande novidade nessa questão, que aconteceu neste ano, foi vencermos uma etapa importante que é a conexão para Manaus. A conexão para Manaus.

Até hoje, a empresa contratada não conseguiu lançar os cabos óticos através do Rio Amazonas para a conexão em Manaus. A Senadora conhece bem essa dificuldade. Há muitos anos, os manauaras reclamam. A população do Amazonas, o governador do Amazonas, os vários governadores que se sucederam reclamam dessa dificuldade de instalar uma linha de boa velocidade lá, conectando Manaus ao resto do sistema da RNP. Isso aconteceu neste ano.

Existe lá uma linha que serve para as demandas da infraestrutura de comunicação de dados em Manaus; é uma linha de *gigabit* por segundo. Para os senhores terem uma ideia, eram 20 ou 200 *megabits* por segundo, e nós demos um salto de 500 vezes para chegarmos a essa nova velocidade.

Por último, eu queria mencionar também que nós estamos lançando novos editais para o Proinfra. Essas infraestruturas, no que se refere ao MCTI, são financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelos fundos setoriais – no total, o FNDCT. Estamos lançando editais no valor de R\$420 milhões. Essa é uma prática importante.

Neste ano, nós estamos inovando. Normalmente, em anos anteriores, somente as universidades públi-

cas federais participavam desses editais. Nós estamos ampliando agora para universidades municipais – nas estaduais já havia – e também para universidades comunitárias e confessionais em todo o Brasil.

Os senhores do sul do Brasil sabem que lá há universidades comunitárias muito boas que operam de maneira eficiente, com bom relacionamento, com toda a estrutura social em volta. E essas universidades, agora, estão recebendo apoio para criar a infraestrutura dos fundos federais destinados a isso.

Por favor.

Em termos de projetos estratégicos, eu gostaria de fazer alguns comentários aqui. Há dois projetos estratégicos, com um valor estratégico ligado à soberania e tudo mais: o projeto espacial e o projeto nuclear.

O MCTI, ao agregar esse I, ganhou uma dimensão muito maior na sua atuação. Ele passa também a se conectar, a ter uma relação transversal, operando com muitos Ministérios. Depois vou passar a lista dos Ministérios com os quais operamos programas de ciência e tecnologia, mas o espacial e o nuclear fazem parte da nossa tradicional cooperação com o Ministério da Defesa. A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação tem uma intersecção fortíssima com a Estratégia Nacional de Defesa nesses dois temas.

Lançamos e organizamos, neste ano, todas as nossas atividades em biotecnologia, nanotecnologia e tecnologia da informação. Estruturamos esses financiamentos em três grandes programas e estruturamos também as instituições e os grandes laboratórios nacionais que operam nessas áreas. Por exemplo, na área de nanotecnologia, nós criamos uma rede nacional de nanotecnologia, com um laboratório líder do MCTI, instalado em Campinas, dentro do CNPEM, que é o grande centro de laboratórios nacionais operado pelo nosso Ministério. Hoje, há centros de todos os Ministérios: Ministério da Agricultura, Embrapa, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Saúde, todos participando dessa rede de nanotecnologia. E esse laboratório vai promover a nanotecnologia, que é uma tecnologia portadora de futuro, ou seja, ela se aplica em muitas outras atividades, inclusive industriais. Então, esse centro vai operar com empresas. Hoje, eles já operam. São 184 brasileiras que já estão utilizando essa rede de nanotecnologia para fazer experimentos e desenvolvimento de novos produtos.

A mesma coisa nós estamos fazendo também com a área de biotecnologia. Nessa área, havia vários programas financiados pelo CNPq que são esses institutos nacionais de ciência e tecnologia, que são relacionados com essa área de biotecnologia, estamos estruturando todos eles mais outros de outros Ministérios, criando também uma rede similar. Eu gostaria

de dizer que tanto essa rede de nanotecnologia como a rede de biotecnologia estão servindo para uma cooperação *sui generis*, a nanotecnologia com a China e a biotecnologia com a Índia. São cooperações... os laboratórios líderes na China e aqui no Brasil decidem sobre um portfólio de projetos a serem desenvolvidos e esses projetos são distribuídos pelos laboratórios e pelas competências existentes na rede. Então, vai ser uma colaboração de projeto, não só de troca de pesquisadores, mas de desenvolvimento de projetos em comum que nós entendemos que vão qualificar e vão dar condições de um desenvolvimento muito mais rápido a essas redes nessas tecnologias que são estruturantes, são tecnologias portadoras de futuro, como falei inicialmente.

E TI Maior também nós lançamos na parte de *software*, desenvolvimento de *software* e serviços de TI, nós temos também um programa caracterizado como esse TI Maior, que é bastante voltado para empresas. Esse programa foi desenvolvido, concebido no nosso Ministério por mais de ano negociando com as empresas, com as instituições de ciência e tecnologia relacionadas a essa área. Teve o maior sucesso, foi lançado no ano passado, hoje está em pleno desenvolvimento e é uma das áreas estratégicas em que o Inova Empresa atua. Muitos financiamentos do Inova Empresa também estão aqui financiando essas atividades no TI Maior. As empresas da área estão bastante satisfeitas com essa evolução.

Eu queria fazer uma observação aqui sobre alinhamentos de institutos de pesquisas do MCT. Para aqueles que conhecem a operação do Ministério – o Ministro Luiz Henrique conhece bem –, muitas vezes esses institutos se desgarram da programação da política de ciência e tecnologia. São institutos de pesquisa, se você não financiar suas atividades claramente direcionando-as – esse é o objetivo de um instituto de pesquisa, trabalhar em temas estratégicos para política de ciência e tecnologia –, eles passam a atuar como se fossem simplesmente um laboratório, um departamento universitário. Fazer pesquisa pela pesquisa, essa é a característica da atuação da universidade, mas não deve ser a característica da atuação desses institutos. Nós estamos fazendo um grande esforço de alinhar esses institutos, dar a eles objetivos, metas e condições para que eles cumpram essas metas, se envolvam, portanto, dentro do verdadeiro conceito do que é um instituto governamental, assumindo compromissos com a execução da política de ciência e tecnologia. Por exemplo, nós estamos na párea de biodiversidade criando um grande programa para a Amazônia, um programa que tem impacto no desenvolvimento regional também, porque não é um programa que contempla

só pesquisa científica, mas contempla também estímulos a empresas, desenvolvendo novos negócios a partir de organismos tirados da própria floresta de uma forma sustentável, criando, por exemplo, uma rede de parques tecnológicos na Amazônia. O Inpa (Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia) tem que ser um instituto líder de um processo como esse.

Então, nós estamos trabalhando, dando um papel importante de liderança ao instituto de pesquisa da Amazônia dentro de um projeto científico e tecnológico associado com o desenvolvimento da região, que é fundamental para o desenvolvimento do País. Esse tipo de visão é muito importante, nós nos preocupamos bastante com isso, temos uma política voltada para isso e com a colaboração desses grandes institutos que exercerão papéis muito mais importantes para a execução da política de ciência e tecnologia, jogando nessa posição, no time, vamos dizer assim, jogando na posição em que eles podem render muito mais. O técnico tenta escolher os jogadores jogando na posição em que eles podem render muito mais. Eu me olho como um técnico de um time de futebol aqui no Ministério.

Por favor, outro.

Isso é aquilo de que falei inicialmente, que essa nova atitude do MCT, com a inclusão desse I, nos levou a ampliar significativamente as atividades, em primeiro lugar, fazendo parcerias com 20 ministérios que têm aí. São parcerias extremamente interessantes, estou colocando algumas delas aqui. Vamos olhar aquela lá: Tecnologias Assistivas. Isso faz parte daquele Programa Viver Sem Limite, da Secretaria de Direitos Humanos. Nós designamos um instituto tecnológico nosso para estimular o desenvolvimento de empresas com inovações, que vai certificar essas empresas, que é o instituto CTI Renato Archer, lá em Campinas, para fazerem produtos que possam ser utilizados pelas pessoas com deficiência para serem incluídas no trabalho, na sociedade em geral.

Para nós, foi muito interessante porque nós, da ciência e tecnologia, estamos acostumados a atuar nessas áreas duras, mas aqui é uma área em que o valor humano se destaca sobremaneira e nos toca no fundo do coração estar fazendo esse tipo de parceria; como também nós estamos lançando editais aqui, juntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, para promover a inclusão de mais mulheres na atividade de ciência e tecnologia. Estamos colocando recursos nossos e recursos lá da Ministra Menicucci.

Então, são esses tipos de novas fronteiras em que nós estamos atuando, Senador Luiz Henrique, que nos emocionam até em certos momentos. É claro que há os tradicionais, por exemplo, comunicações. Nós esta-

mos trabalhando com o Ministério das Comunicações no desenvolvimento desse satélite geoestacionário de comunicações, que tem fundamental importância para a Amazônia. A Amazônia não tem condição de operar essa comunicação de dados em altíssima velocidade, através de **backbones** colocados na superfície terrestre. Tem que usar satélites, e esse satélite é a primeira iniciativa que o Governo está tomando. Ele vai atender quase dois mil Municípios da região que não são servidos hoje. E vai atender quem? O Programa de Banda Larga, que é um programa social do Ministério das Comunicações, banda larga para todo cidadão brasileiro, e tem que haver essa infraestrutura, e, segundo, é um programa de comunicações das Forças Armadas. Esse satélite com essas características tem que ter controle do próprio Governo, do Ministério da Defesa, seus *transponders* que são dedicados a comunicações militares e também o Ministério das Comunicações, na área de fornecimento dessa via de comunicação de dados para o Programa de Banda Larga.

Então, esses são projetos como a Defesa, já mencionei; desenvolvimento agrário, já fizemos parceria com o Ministro Pepe Vargas, desenvolvendo... Nós temos essa estrutura de fazer, de escolher, temos capacidade, instituições como o CNPq tem capacidade de escolher projetos, sabem escolher projetos a partir de editais. É dinheiro público, para financiar programas e projetos, tem exatamente que fazer esses editais para ver quais são os projetos melhor qualificados para usar esses recursos.

Temos essa tradição de fazer isso, e todos os ministérios que estão lançando esses editais públicos têm feito parceria conosco e a gente não deixa sempre de colocar um pouco dos recursos nossos também porque são todos programas do maior valor e que temos o maior orgulho em participar.

São muitos outros. Temos aqui outros exemplos: Cemaden, que é o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Faz parte, é o ponto inicial do programa de enfrentamento desses desastres naturais definidos pela Presidenta Dilma, que é operado diretamente pelo Ministério da Integração Nacional. Mas o Ministério da Integração Nacional mobiliza a Defesa Civil e toma as iniciativas que tem que tomar em função de alertas feitos pelo Cemaden, que integra as informações de previsão de tempo, hidrológicas e geotécnicas das áreas de risco. São 800 áreas de risco já mapeadas em todo o Brasil, com grande (...)

Lá em Santa Catarina, os senhores sabem muito bem a importância desse tipo de atividade. Tem estreita cooperação com os órgãos regionais, mas o alerta, hoje, que está sendo dado para inicializar a atuação da defesa civil é gerado nas melhores condições tec-

nológicas possíveis. Estamos em plena execução, já mapeamos várias áreas de risco. Em Santa Catarina, há algumas, e em Petrópolis, a área está totalmente mapeada, mas ainda existem muitas áreas que não estão mapeadas. Em sendo mapeadas – aí o parceiro é a CPRM –, nós colocamos sensores lá que vão gerar informação automática para esse centro. Então, a ideia desse centro de geração de alerta é o seguinte: há previsões de chuva e, pelos sensores instalados lá, se monitora a movimentação de terra nas encostas, o nível de água dos rios, a condição hidrológica, a condição geotécnica. Isso nos dá informação sobre se estamos ou não no limiar de um acidente desses. E aí, então, a defesa civil é acionada.

Não temos participação direta nas ações de mitigação do efeito, mas a nossa participação é importante, é a inteligência do sistema. Isso está sendo instalado, já funciona esse centro, o Cemaden. Mas estamos instalando quatro mil pluviômetros no Brasil todo, nessas áreas de risco mapeadas. Estamos instalando nove radares meteorológicos, aumentando a capacidade dos radares de informação que os radares existentes já orientam. Então, essa é uma grande contribuição também.

Monitoramento ambiental é uma atividade tradicional nossa. O Instituto de Pesquisas Espaciais monitora, por exemplo, o desmatamento de florestas e outras atividades que todos os senhores conhecem. Agora, estamos também participando, com o MDIC, nessa grande reformulação que houve no regime automotivo. Nossas equipes estiveram participando lá, dando contribuição. Participamos também na decisão sobre a avaliação tecnológica das empresas que se candidatam a esses benefícios, dado que essa questão de economia de combustível, de não poluição, depende de toda uma estrutura tecnológica do produto dessa empresa. Então, é o nosso Ministério que analisa isso.

Muito bem. Vamos passar para outro.

Com relação à biodiversidade, queria dizer que estamos em plena fase... esse Plano Amazônia, logo que eu assumi... eu sou muito ligado à Amazônia. Quando Presidente da SBPC fiz reuniões lá e sempre defendi – eu, não, a SBPC sempre defendeu – que nós deveríamos ter políticas especiais para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia na região e associadas com o desenvolvimento regional.

Agora, no Ministério, e com o apoio de todos os governos de Estado e as Secretarias de Ciência e Tecnologia lá da Região Amazônica, estamos desenvolvendo esse plano para o desenvolvimento sustentado da região no que se refere à ciência e tecnologia, como utilizar os recursos naturais, sustentavelmente, sem destruí-los. E, para isso, é preciso muita ciência,

muita tecnologia. Essa é a ideia do plano, que está em pleno desenvolvimento, com o apoio de todos lá.

Temos aqui a colaboração do CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), que centraliza esses estudos. Eu acho que, mais um mês, e teremos um plano bem definido para a Amazônia, com a participação de todos. É claro que muitas atividades previstas nós já executamos, como, por exemplo, monitoramento do desflorestamento. Isso a gente já faz, vai ser incluído lá também, mas ele terá uma amplitude muito maior na nossa atuação lá.

Uma vez feito com a Amazônia, já tenho compromisso com a Bancada do Nordeste, que sempre me visita, capitaneado pelo ilustre Deputado Ariosto Holanda, que nunca esquece a ciência e tecnologia. Desde os primórdios do nosso Ministério, o Ariosto está lá, tentando nos convencer do que temos que fazer. O que nós estamos fazendo para a Amazônia, vamos fazer também para o Nordeste. Temos um plano especial para ele. Nós já temos um instituto no Nordeste, dedicado ao Semiárido, lá em Campina Grande, o Instituto Nacional do Semiárido, que é pequeno, muito pequeno, precisa ser ampliado significativamente. Mas, até para ampliar, temos que ter uma proposta política de médio e longo prazo de atuação, para justificar essa ampliação. Isso tudo está correlacionado.

Por exemplo, para esses desenvolvimentos de ciência e tecnologia no nível regional, estamos articulados com o Ministério da Integração. O Ministério da Integração é responsável por desenvolver esse Plano de Desenvolvimento Regional, e nós vamos integrar – já combinei com o Ministro Fernando Bezerra – tanto do Semiárido como da Amazônia, no Plano de Desenvolvimento Regional, que ele é responsável.

E aqui também uma informação importante que foi estabelecida no ano passado: o desenvolvimento de um sistema de informação integrado sobre a biodiversidade brasileira. Estamos investindo R\$40 milhões, o MCTI, estamos tendo esse apoio desse Fundo Global do Meio Ambiente, Organização das Nações Unidas. Isso é fundamental para que essa informação sobre a Amazônia não fique dispersa nas várias instituições. A ideia é integrar todas essas bases de dados, do museu paraense, do Instituto Mamirauá, enfim, das universidades, integrar tudo isso e disponibilizar para os estudiosos da Amazônia, inclusive para instituições que não estejam na Amazônia. Disponibilizar isso é uma data-base associada com a rede de comunicação de dados, e com certa capacidade de processamento também. Que rede é essa? É a Rede Nacional de Pesquisa, a RNP.

Achamos que isso aqui também é um projeto muito importante, que foi começado agora e que está

associado com a RNP e será muito importante para esse choque de ciência e tecnologia que queremos dar nas atividades da Amazônia.

Algo semelhante vai ter que ser feito também para o Semiárido. Não esquecemos o Semiárido, Senador.

Agora uma ideia dos recursos que foram disponibilizados pelo MCTI, especialmente nesses últimos anos. Vocês podem ver que a trajetória dos recursos disponibilizados é crescente. No último ano, estamos aqui com um aumento significativo, neste ano de 2013, na PLOA, se contarmos também a agregação dos recursos para atuação da FINEP que vem do PSI (Programa de Sustentação do Investimento), do Governo Federal, e que o BNDES transfere para a FINEP para ela atuar nessa questão da renovação nas empresas.

São recursos operados exclusivamente pelo MCTI. É claro que vou depois falar sobre nova empresa, vou caracterizar parcerias com outras organizações, outras empresas, outras agências, outros ministérios, em que estaremos participando de uma operação muito maior em recursos, aumentaria em mais uns R\$10 bilhões, se fôssemos contar ano a ano.

O que o MCTI opera diretamente são esses R\$2 bilhões. Tivemos uma pequena dificuldade em 2011, que foi aquele ajuste macroeconômico realizado pela política econômica do País, mas os senhores podem observar, Senadores, que a coisa já retoma, em 2012, a taxa anterior e agora, em 2013, nós aumentamos a aceleração do crescimento.

Por favor.

Quando falo em investimentos, mais ou menos nos grandes itens que vou falar aqui agora, são investimentos que vêm desses totais aí disponibilizados.

O Proinfra, como já falei, financia infraestrutura, laboratórios etc. em universidades, em institutos etc.

Edital universal está à disposição de pesquisadores individuais, fazendo proposta para financiamento de suas pesquisas. Estamos colocando R\$170 milhões este ano. No Ciência sem Fronteiras estamos operando R\$504 milhões este ano. É a grande vedete dessa questão de formação de recursos humanos. Hoje o programa tem prestígio internacional. Quando a gente viaja por esses países do mundo, é impressionante como os dirigentes de todos os países ficam admirados e querendo participar desse programa. É uma bandeira de sucesso do nosso País no exterior.

Recursos humanos, formação de recursos humanos, desde a iniciação científica, mestrado, doutorado, programas de qualificação e formação profissional. Nós estamos, neste ano, investindo R\$1,1 bilhão.

Para aquelas grandes infraestruturas que eu mencionei, o que se vai gastar este ano – e vejam que estão como projetos –, por exemplo, no RMB –

Reator Multipropósito Brasileiro, são R\$850 milhões. Mas, neste ano, nesses vários projetos, nós estamos investindo R\$300 milhões.

Por favor.

Ainda, em TI Maior, nós estamos investindo R\$57 milhões, como eu já mencionei aqui.

Subvenção econômica para as empresas. Estamos, nesses dois anos, conforme previsto no Inova Empresa, investindo R\$600 milhões neste ano e R\$600 milhões no ano que vem.

Empresários, habilitem-se! Há recursos disponíveis para as empresas inovarem como nunca antes!

Crédito FINEP: R\$5,5 bilhões. E não estou falando aqui do BNDES, que está associado a nós também no financiamento da inovação. Vou mencioná-lo *a posteriori*. O FNDCT contribui com R\$1,1 bi e o PSI – esses recursos que vêm lá do Tesouro através do BNDES –, com R\$4,4 bi. Esses recursos serão operados pela FINEP.

E a Embrapa, que depois eu vou comentar, é um projeto que nós reputamos da maior importância no estímulo a que as empresas realmente inovem, realmente façam parcerias com esses laboratórios, com as infraestruturas tecnológicas já existentes no País. Estão disponibilizados, neste ano, R\$500 milhões. Nisso aí tem contribuição do FNDCT, R\$250 milhões, e R\$250 milhões do MEC. Isso porque o MEC terá uma ação importante nessa ação da Embrapa através dos seus institutos técnicos, dos institutos federais de ciência e tecnologia.

O Ministro Mercadante está criando, em alguns desses institutos, em locais estratégicos, polos de inovação que serão financiados pela Embrapa.

Por favor.

Comentário aqui acerca das leis de renúncia fiscal que a gente opera: a Lei do Bem e a Lei de Informática.

A Lei de Informática: o último resultado que nós temos é de 2011. Nós não temos ainda as informações de 2012. Mas, em 2011, foram 425 empresas beneficiadas – certamente, em 2012, foram mais –, e nós tivemos investimentos em P&D por parte das empresas da ordem de R\$920 milhões. Renúncia fiscal do Governo: R\$3,8 bilhões.

Lei do Bem, também resultados de 2011: 767 empresas beneficiadas, com um investimento em P&D de R\$6,7 bi, altamente significativo. Renúncia fiscal menor até: R\$4,1 bilhões da parte do Governo Federal.

Estou indicando aqui fontes de recursos que vão além do orçamento e mostrando que essa atividade de ciência e tecnologia está, vamos dizer, se expandindo para além dos orçamentos tradicionais, tanto por causa da importância dos programas que nós estamos operando em parceria com todos esses ministérios,

como também por conta da confiança que o sistema também deposita na ação do Ministério.

Por favor.

Isso aqui é a visão geral sobre o que está acontecendo no Ministério.

Agora, nós nos envolvemos em um grande programa do Governo Federal, sobre o qual o Presidente nos solicitou que falássemos a respeito, e é válido, porque, talvez, seja o maior programa em que nós estamos envolvidos: o Programa Inova Empresa.

Como eu disse anteriormente, o MCT, antes de ter o I, era um Ministério que cuidava do setor de ciência e tecnologia, administrando universidades e alguns institutos; hoje, ele está administrando planos que são de interesse das empresas que querem agregar tecnologia ao seu processo produtivo, que querem inovar para ter competitividade e ter capacidade de competir no mercado global.

Então, esse Programa Inova Empresa, lançado pela Presidenta Dilma, é um plano do Governo Federal onde o MCTI tem um papel destacado; é um articulador de várias fontes, de vários fundos para implementação desse programa.

Por favor.

Esse Programa Inova Empresa, no fundo, visa elevar a produtividade e a competitividade das empresas. Como? Aumentando substancialmente o patamar de investimentos, tanto de crédito, quanto de subvenção, quanto de não retornáveis para financiar parcerias de empresas com institutos tecnológicos. Então, a gente amplia o patamar de investimento. Outra coisa é que do financiamento do risco tecnológico da empresa o Governo vai participar, vai ser parceiro da empresa no financiamento do risco. Outra coisa a que ele também visa é ao fortalecimento, ao estímulo da relação entre instituições de ciência e tecnologia e o setor produtivo, com as empresas. Como? Criando condições para que as empresas possam utilizar pessoal das universidades, dos institutos de pesquisa e infraestrutura laboratorial. A infraestrutura laboratorial é dispendiosa. Então, nós temos que usar o que já foi feito com dinheiro público para o benefício das empresas que vão defender uma posição de inovação melhor para o País. E nós atuamos também nas áreas estratégicas definidas pelo Plano Brasil Maior. Nós teremos duas ações desse Inova Empresa, uma são as áreas estratégicas do Plano Brasil Maior, que eu já vou explicitar, e a outra é criar instrumentos e mecanismos para acelerar toda essa parceria que a gente quer.

Por favor.

A concepção, como é que essa coisa vai acontecer? Nós estamos inovando também. Vai acontecer da seguinte forma: a empresa vai chegar, a porta vai

ser única, vai ser a sala da inovação, onde estarão presentes representantes do BNDES, do MCTI, dos vários Ministérios, das várias agências que participam como financiadoras e lá a empresa vai apresentar o seu plano de negócio, o seu plano de inovação empresarial e vai ser aconselhada a qual tipo de financiamento melhor se adequar ao que eles querem fazer. Vai haver uma interação importante entre a empresa e a nossa estrutura de gestão do plano.

O outro elemento – e isso aqui para os senhores que representam os Estados é muito importante – é que nós vamos descentralizar esse crédito, Senadores. Nós vamos fazer parcerias com as instituições estaduais, tanto bancos de desenvolvimento estaduais, regionais, quanto as FAPs – Fundações de Apoio à Pesquisa, para que a FINEP, por exemplo, repasse recursos para eles escolherem e financiarem as empresas que querem fazer inovação lá. A FINEP não enxerga todos os rincões do Brasil, os órgãos estaduais e regionais certamente enxergam muito melhor, está certo? Então, já acertamos parcerias com praticamente todos os Estados para que a gente execute especialmente no que se refere ao apoio às pequenas empresas fazerem através dessa formulação, desse modelo.

Outra novidade é que estamos no fundo articulando programas de diversas instituições, nós estamos articulando programas da BNDES, da FINEP, da ANP, da Aneel, enfim, de várias outras agências reguladoras que têm dispositivos legais que dão a elas recursos para investirem em pesquisa, como também... Então, nós queremos articular todas as instituições. Ao fazermos essa descentralização, estaremos articulando também com as organizações regionais, os órgãos regionais também vão aportar recursos para essa operação. E o uso coordenado de instrumentos: crédito, subvenção, renda variável, não reembolsável. Qual é adaptado ao projeto que a empresa se propõe a fazer? Isso tudo é resolvido numa discussão, numa análise conjunta entre a empresa e o nosso pessoal na sala de inovação. A sala de inovação é um apoio técnico à decisão para o crédito, o financiamento da empresa.

Também vamos fazer um grande esforço para eliminar a burocracia. Os senhores sabem muito bem que todos esses programas podem ser muito ineficientes e não darem o resultado que esperamos, se não tentarmos atuar para tirar a burocracia.

Por exemplo, na FINEP, já dei a seguinte ordem: a decisão precisa ser tomada em um mês. Em um mês é necessário dizer à empresa se dá ou não para financiar. Depois, com toda a programação, até a empresa trazer a sua qualificação legal e toda a documentação, são mais três meses. Estão forçando a barra, falando

francamente. Torçam para que dê certo isso. Nós precisamos enfrentar o dragão da burocracia.

Se é um programa de dois anos, nós temos que obter resultados em dois anos. Não dá para ficar para as calendas.

Muito bem. Por favor.

Então, o investimento total é de R\$32,9 bilhões para dois anos, sendo R\$28 bilhões o investimento direto do Governo Federal. Desses R\$28 bilhões, R\$24 bilhões é dinheiro novo. Alguns desses projetos estão em andamento. Por terem a mesma estrutura, a mesma natureza, nós estamos agregando aqui essas estruturas do programa Inova Brasil. Para o crédito, destina-se a maior parte: R\$20 bi; subvenção, R\$1,2 bi; não reembolsável, R\$4,2 bilhões; renda variável, R\$2,2 bilhões. Então, a execução é basicamente do BNDES e da FINEP. Essa é outra novidade que está acontecendo.

A FINEP é um filhote do BNDES, mas a FINEP não operava junto com o BNDES, ou muito pouco. Agora, nós vamos incrementar essa aliança entre BNDES e FINEP por determinação da Presidenta. O dinheiro é do Governo. Vamos fazer funcionar bem, operando com todas as forças que nós temos.

E, nas instituições parceiras, que são as agências reguladoras, há também R\$4,4 bilhões, que, agregados aos R\$28 bilhões, somam R\$32 bilhões.

Por favor.

As instituições parceiras são: ANP, que entra com recursos para a inovação na cadeia de petróleo e gás, com R\$2,5 bilhões; a Aneel, que desembolsou ontem boa parte desses recursos no programa Inova Energia, voltado para a energia elétrica, basicamente, que nós lançamos ontem em São Paulo. É uma parte desse programa. Nós já lançamos editais para muitos desses setores, como vou mencionar aqui. O SEBRAE também contribui com o apoio à pequena e à média empresa, e a Anatel também está nas negociações, nas concessões que faz. Ela negocia também condições com as empresas a fim de que contribuam para a sua própria inovação.

O Ministro Paulo Bernardo também promete eficácia nessas negociações, e podemos agregar àquele total de R\$4,4 bilhões algo que ele estima em R\$3,54 bilhões nesses dois anos.

Por favor.

Então, os senhores percebam que estamos agregando todas essas fontes possíveis de recursos para financiar ciência e tecnologia. Esta é a grande novidade: agregar isso e articular com os agentes financiadores. Portanto, essa é a inovação do nosso programa.

Quais são as ações estratégicas? As ações estratégicas são ações nas áreas estratégicas do programa Brasil Maior.

Cadeia agropecuária: R\$3 bilhões. Quem assessora? Que projetos vamos escolher na cadeia agropecuária? A Embrapa vai trabalhar com o MCTI, com a FINEP, com o BNDES, com todos os agentes e etc. para escolher projetos na cadeia agropecuária. Eles já escolheram as áreas em que vamos atuar.

Energia, petróleo e gás. A Petrobras trabalha com o BNDES e a FINEP para a escolha dos projetos a serem financiados.

Energia. Há dois tipos de programas na área de energia: um é a energia renovável, que já está em funcionamento há algum tempo; outro é a energia elétrica. Ontem nós fizemos o Inova Energia. Na energia elétrica, quem vai nos assessorar é a Eletrobrás e o Civil na escolha desses projetos.

Complexo da saúde. Quem nos assessorar é o Ministério da Saúde, obviamente. Temos bons recursos na área de saúde, uma área importantíssima para essa questão da inovação, especialmente na área de fármacos.

Complexo aeroespacial e defesa. Quem nos assessorar é a Agência Espacial Brasileira e o Ministério da Defesa. Também temos disponibilidade para financiar a inovação, que é tradicional nessa área.

No TICs – aquele programa de TI Maior –, temos também um total de R\$2,1 bilhões, somando todos os valores.

E a sustentabilidade socioambiental, com a parceria do Ministério do Meio Ambiente, tem disponível ali R\$2,1 bilhões.

Nessas áreas estratégicas do plano, estão comprometidos R\$23,5 bilhões.

Por favor.

Nas ações transversais, que são muito importantes, nós estamos associando ali R\$5 bilhões.

Por favor, vamos ver quais são os programas. Avance aí.

Quais são os programas que as ações transversais para inovação apoiam? PSI Inovação: é apoio, investimento, desenvolvimento e inovação de produto para qualquer empresa em qualquer situação.

O Proengenharia é um programa operado pelo BNDES e que está sendo colocado dentro desse modelo aqui.

Por favor, outro.

Micro e pequenas empresas. Há vários programas aqui de apoio a micro e pequenas empresas e inovadores tecnológicos. Um é o Tecnova, que é descentralização, esse é o programa que vai ser operado junto com as organizações estaduais para atingir

as pequenas e médias empresas, micro e pequenas empresas. Esse é um programa de subvenção, o Tecinova. E o Inovacred é um programa de crédito por bancos e agências estaduais, bancos de desenvolvimento regionais – R\$1,2 bilhão. Os Criatec II e III são programas tradicionais, são fundos de capital semente para financiar os empreendedores já operados pelo BNDES. E o Extensionismo, que é a capacidade de micro e pequenas empresas por entidades estaduais. A gente calcula que uns R\$50 milhões, mais ou menos, vamos arrecadar também desses nossos parceiros estaduais para apoio de micro e pequena empresa.

Por favor, avance.

Infraestrutura para inovação. Nós queremos fazer inovação, vai ter dinheiro para inovação. Mas tem que haver agentes, estruturas que promovam isso, que estimulem a plena utilização dos recursos; um deles, e com destaque, é a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que está sendo criada, que eu vou mencionar; R\$1 bilhão está sendo alocado nesses dois anos para essa empresa, 500 para cada ano, da parte do MEC e do MCTI.

Infraestrutura laboratorial, de todas as grandes infraestruturas existentes, como todos esses laboratórios agropecuários da Embrapa, o Sirius, esse que estamos desenvolvendo lá em Campinas, o Reator Multipropósito, o LIT/INPE, todos serão disponibilizados para utilização das empresas.

Vejam que nós disponibilizaremos e teremos um controle sobre isso. O financiamento dá um controle sobre a utilização do laboratório. Hoje em dia, existe um sentimento nas universidades de que o laboratório é daquele departamento ou grupo de pesquisa, não é para ser usado por ninguém mais. Temos que eliminar isso aí também e vamos eliminar através do financiamento, porque é recurso, então tem que ter essa postura.

E vai haver um órgão, que é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que vai se dedicar a estimular esse relacionamento, vai ser o fermento para promover a reação química que tem que haver entre esses laboratórios existentes com as empresas que querem inovar e, portanto, utilizar essas infraestruturas.

Aqui temos o programa do BNDES, o Funtec, tradicional. Em termos de formação de recursos humanos, são programas que mencionei aqui, mas existem no CNPq e Capes etc.; tem mais ou menos uns R\$100 milhões envolvidos.

Então, essa infraestrutura para acelerar o processo de aproximação das empresas com os institutos governamentais, para que as empresas utilizem efetivamente os recursos, são esses aqui, com especial destaque para a Embrapii. Nós queremos que a Em-

brapii faça para a tecnologia industrial a mesma coisa que a Embrapa fez pela tecnologia agropecuária. Evidentemente que o modelo é diferente, o tempo é diferente, não estamos fazendo uma empresa com 6 mil funcionários como a Embrapa; será uma empresa enxuta, mas que vai operar recursos e fazer parcerias com agentes como esses órgãos e institutos federais de educação e laboratórios do sistema de instituto, do sistema de universidades, para atrair empresas, para fazer inovação e usar esses recursos.

Por favor.

Governança do sistema. O comitê gestor é um programa de governo, como eu falei, não é um programa do MCTI. Mas o MCTI tem um papel importante, ele está no comitê gestor. O comitê gestor do programa é Casa Civil, MCTI, MDIC, Ministério da Fazenda e Secretaria da Micro e Pequena Empresa, criada agora pelo Governo Federal. A Presidenta já designou que o novo Secretário, o novo Ministro vai participar, porque inovação sem pequena e média empresa é capenga. Então, temos que incluir, decididamente, as pequenas e médias empresas nesse processo, porque elas é que disseminam a inovação. Sem disseminação de todas essas atividades, não há desenvolvimento. Não sou economista, mas eu acho que uma das características do país que vai para o desenvolvimento é quando todo mundo começa a progredir, a aumentar, a dar a sua contribuição para o sistema. Não adianta um setor crescer e os outros, não.

Ele vai fazer o quê? Diretrizes para a execução de projetos, monitoramento de projetos e avaliação de resultados também, para que tenhamos uma avaliação em *real time* do que está acontecendo com o programa, para que a gente possa responder ao Congresso Nacional, por exemplo, em qualquer momento, se o programa tem sucesso ou não tem sucesso. Então, aquela sala de inovação é uma assessoria técnica desse comitê gestor.

Por favor, para frente.

Então, vejam que esse programa tem uma gestão assemelhada aos programas sociais do País, ao programa Bolsa Família. Todos eles têm um comitê gestor, onde participa a Casa Civil. A Presidenta fica informada, permanentemente, do que está ocorrendo no programa. Isso mostra bem a importância que é dada pelo Governo com um todo, pela Presidenta, ao programa Inova Empresa.

O cronograma foi lançado já em março. Em março e abril, nem sei quantos editais já foram lançados. FINEP e o nosso BNDES estão lançando editais e nós queremos que a coisa realmente funcione nesses dois anos.

O período de execução é 2013/2014, e juros, como já observei lá, de 2,5% e 5% ao ano, prazo de 12 anos na parte de crédito, podendo financiar 90% de cada projeto, e carência em quatro anos. São condições favoráveis, que se justificam pelo financiamento do grande risco que são as operações de inovação. A empresa tem que ter parceria no financiamento do risco tecnológico, do risco de mercado. São dois riscos no processo de gerar um novo produto: o risco tecnológico do produto em si e o outro é o risco inerente à inserção do produto no mercado.

De formas diferentes, a ideia desse programa é que o Governo é parceiro da empresa em correr esses dois riscos.

Por favor.

Essa é uma ideia de todas as instituições e parceiros. São onze empresas. Não falei em CNI aqui, mas tenho que falar. A CNI foi um parceiro decisivo nisso, tanto na Embrapii como em toda a formulação do programa, nos ajudaram sobremaneira. Eles vão participar decididamente, de forma muito especial, na gestão da Embrapii. A Embrapii, como vou explicar agora, vai ser um exemplo de parceria público-privada. Para funcionar bem, precisa ser uma parceria público-privada, porque é uma relação de governo com empresa privada. Então, FINEP, Embrapa, Petrobras, todas essas empresas e todos esses Ministérios – são onze ministérios e onze empresas ou organizações governamentais, e com a CNI, que não é governamental.

Há uma participação decisiva também do Ministério do Trabalho – esqueci de falar – através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), financiando projetos de micro e pequenas empresas. O FAT está colocando R\$1 bilhão para as micro e pequenas empresas.

Então, vejam que houve uma mobilização de todos os fundos que existem sob a gerência de várias instituições e vários ministérios.

Por favor.

Para terminar, quero uma palavra sobre essa Embrapii. Vai ser uma organização social. Estamos inaugurando um novo modelo de fazer a gestão desse relacionamento empresa e governo.

Por favor.

Qual é a ideia? A de que tudo parta da demanda empresarial. A demanda empresarial é o foco, o que a empresa quer para fazer inovação, como ela vai fazer inovação. De lá que parte a construção de um projeto Embrapii. A Embrapii, então, vai estimular instituições de P&D, laboratórios que tenham capacidade, que possam ser utilizados para esse projeto para participar. E também tem uma participação grande desses polos de inovação, que são partes dos institutos federais de educação tecnológica do MEC.

Essas duas organizações estarão à disposição dos projetos empresariais. A Embrapii vai fazer isso. Como? É uma organização social. Portanto, a governança é através de um conselho de administração, que vai ter, dentro da lei de credenciamento das organizações sociais, uma participação significativa não só do governo, mas da comunidade empresarial. Ela operará essas duas unidades: laboratórios credenciados, que vêm do sistema existente de laboratórios e infraestrutura científica existente; os polos de inovação, para desenvolver projetos e pesquisas de desenvolvimento e inovação a partir da demanda empresarial.

O financiamento para esses projetos será sempre: um terço da empresa participante; um terço do laboratório, que é a contrapartida da participação no laboratório; e um terço é do governo, através dos recursos da Embrapii. O aporte do governo é de R\$1 bilhão para fazer isso. Mas as empresas têm que pagar também, o que caracteriza uma parceria público/privada.

Por favor.

Aqui é como eles se enquadram dentro do sistema brasileiro de inovação. Ele vai fazer parcerias também com todo o sistema CNI, MEC, institutos federais, com o Pronatec e com o SENAI, em cooperação – usar também bastante o SENAI – em associação com esses laboratórios existentes. E vai também usar as unidades de pesquisa do MCTI, aquele alinhamento de que falei lá. Vamos ter uma política de estimular essas unidades de pesquisa a participarem desse esforço.

E também o sistema Sibratec, já estruturado pelo MCT, que consiste de laboratórios espalhados por todo o Brasil, um número bastante significativo, que pode fazer trabalhos de inovação, mas também trabalhos de qualificação, de metrologia, prestar serviços tecnológicos para essas empresas. Tudo será disponibilizado, então, para essas ações da Embrapii, que será um motor importante na dinâmica dessa relação das empresas e inovadores com essa oferta de todo tipo de financiamentos.

Por favor.

Este é o Ano da Ciência no Brasil e nós estamos organizando o Fórum Mundial de Ciência. Haverá uma grande reunião internacional aqui, com participação de organizações internacionais no World Science Forum, algo que já existe e que estamos trazendo para o Brasil. Essa grande reunião vai ocorrer em novembro e discutirá todos esses tópicos. Estamos na intersecção da ciência com a sociedade. É uma SBPC internacional, vamos dizer assim, levando a temática da ciência *vis-à-vis* os paradigmas da sociedade para o País. E discutir especialmente essa questão de ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável inclusive.

O Brasil está sendo um grande exemplo. Dou aqui o testemunho de que, em viagens pelo mundo, o Brasil é olhado com curiosidade, por essa experiência de desenvolvimento inclusive, com agregação de grandes contingentes de populações que estavam marginalizados ao processo econômico e também com a preocupação de sustentabilidade social e ambiental.

E esse programa de inovação aborda o terceiro eixo dessa questão que é a sustentabilidade econômica. Nós temos que dar à empresa capacidade de produzir com eficiência também.

Esses são os três grandes eixos da sustentabilidade como nós entendemos.

Então, convido a todos para que fiquem atentos a essa.. Nós temos feito reuniões regionais, preparatórias para esse encontro, em São Paulo, Belo Horizonte, Manaus, Salvador, Recife, Porto Alegre... Este ainda estamos para fazer, não é? E, finalmente, aqui em Brasília, também um encontro preparatório. Essa reunião será no Rio de Janeiro, em novembro. Então, todos estão convidados!

É o Ano da Ciência no Brasil, e nós estamos comemorando também um belíssimo ano em termos de orçamentos disponíveis para a ciência, a tecnologia e a inovação pelo Governo Federal em nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Estamos aqui com sete inscrições. Quero sugerir que, de repente, façamos em blocos de duas perguntas e, em seguida, ouvirmos as respostas do Sr. Ministro, flexibilizando melhor o nosso tempo. (*Pausa.*)

Então, V. Ex^{as} fazem as perguntas em blocos de dois S. Ex^a o Ministro já responde.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) –... A cada dois Senadores, ele respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Sim; isso. É isso que estou propondo. É a minha sugestão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) –.... perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem, Senador.

Então, com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Zezé Perrella.

Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo a frente do Ministério; parabenizá-lo também pela iniciativa da transversalidade de ações do MCTI com outros Ministérios, como o da Educação, o da Agricultura, enfim.

Isso é muito importante para a efetivação das ações planejadas. Quero parabenizá-lo também pelo Programa Ciência sem Fronteiras. Sem dúvida nenhuma, é uma grande oportunidade de os estudantes brasileiros terem acesso às melhores universidades do mundo. Pelo que pude observar, o programa tem tido êxito, tanto assim que, em todas as regiões do País, estudantes se habilitando para participar do Programa Ciência sem Fronteiras. Até no meu Estado, Roraima, já existe a iniciativa e já foram selecionados estudantes para participar desse excelente projeto, que, por sinal, foi muito bem difundido, muito valorizado pela mídia nacional.

Sr; Ministro, V. Ex^a anunciou que o Brasil está preparando o lançamento de um satélite com o intuito de levar a internet de banda larga a todo o Brasil. Eu queria saber exatamente o que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação pode fazer, nessa transversalidade das ações com o Ministério das Comunicações, que também vai lançar o 2.0, um plano nacional de banda larga que está sendo preparado no Ministério das Comunicações em conjunto com a Casa Civil, para universalizar o acesso à internet de banda larga em todo o País, especialmente na Região Norte.

Eu percebi que V. Ex^a tem um interesse muito particular em levar a inclusão digital a todos os Estados da Região Norte. Sem dúvida nenhuma, Ministro, a Região Norte tem sido vítima, tem estado realmente à margem desse processo, apesar dos esforços do Ministério das Comunicações em levar as empresas operadoras a criarem a sua infraestrutura para a região de modo a oferecerem a banda larga aos Estados da Região Norte. Mesmo assim, o programa funciona lá de forma muito precária.

E a outra coisa que eu gostaria de colocar para o senhor é de que forma a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) atua na Região Norte também, considerando essas dificuldades de infraestrutura que o senhor apontou aqui na Região Amazônica.

A nossa Universidade Federal de Roraima é uma das parceiras, é uma das instituições que fazem parte. Já existe um trabalho desenvolvido lá, mas eu gostaria de saber como está efetivamente a atuação da RNP na Região Norte. De que forma ela pode contribuir para a universalização do acesso da população dessa região ao Plano Nacional de Banda Larga?

E, para finalizar, mais uma vez parabéns pelo trabalho que vem realizando, ao senhor e a toda sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente Zezé Perrella, por meio de V. Ex^a, cumpri-

mento todas as Senadoras e os Senadores presentes; Sr. Ministro Marco Raupp, por meio de V. Ex^a também cumprimento todos que compõem o Ministério.

Ministro, acho que a primeira grande pesquisa de tecnologia que o senhor vai desenvolver no Ministério será conseguir realizar o que aqui está anunciando, quebrar essa cultura que infelizmente aqui – mesmo sendo de oposição do Governo – não quero debitar apenas a esses governos, mas à cultura que existe no serviço público nosso. Se você fizer uma pequena leitura, talvez eu possa aqui enumerar de 15 a 20 projetos e planos que não tiveram exatamente algo que o senhor está dizendo e que o Inova terá, que é monitoramento, acompanhamento e avaliação do que está feito. Eu poderia, por exemplo, citar o desejo do Ministro Padilha em ter um monitoramento dos medicamentos neste País. Faz quatro anos que isso foi lançado, quatro e há um mês a imprensa divulgou que a ANVISA, que seria responsável por esse monitoramento, não tem condições técnicas para fazê-lo.

Eu poderia citar um financiamento, por exemplo, para material de construção civil. De repente, foram disponibilizados R\$300 milhões para que fosse feito financiamento e até hoje foi aplicado zero. E aí, eu gastaria – vamos dizer assim – esta audiência tão preciosa com exemplos de anúncios de programas de que a gente não tem a dimensão. Eu poderia citar a própria meta ainda do Governo Lula em termos da universalização do acesso à banda larga Internet no Brasil e o senhor mesmo, com a responsabilidade de Ministro, está dizendo que está lutando para dar sua contribuição para que isso ocorra.

Então, essa é uma preocupação como cidadão, como é a preocupação de que nós tenhamos – algo a que fiz referência ao Ministro Fernando Bezerra – de que quando se fala de política nacional de desenvolvimento regional eu até, num efeito, disse que esse Ministério deveria ter o papel de Casa Civil para coordenar as ações dos Ministérios para que essas ações tivessem a visão e o compromisso de um desenvolvimento regional e V. Ex^a, na sua explanação, sempre que foi possível, procurou colocar essa preocupação. Mas, entre a preocupação e a dura realidade que nós vivemos há uma distância muito grande, porque o senhor mesmo citou – e eu já tinha anotado para fazer referência, parece que por uma questão de telepatia – o senhor citou o Instituto do Semiárido. E o Instituto do Semiárido, para que o Brasil tenha a verdadeira noção disso, foi lançado no primeiro ano do Governo Lula, no aeroporto de Campina Grande, com a presença de Ariano Suassuna e de Manelito Vilar – que era seu primo de Taperoá. A Rede Globo, no último Globo Rural mostrou a tristeza e o sofrimento de Manelito Vi-

lar. Tenho 24 anos de vida pública, quem primeiro me ensinou que nós não deveríamos querer combater a seca e sim encontrar mecanismo de convivência com a seca foi Manelito Vilar, que dedicou toda a sua vida à questão hídrica, ao desenvolvimento de raças, quer seja de ovelha, quer seja de cabra. Fez cruzamento com raças internacionais em todas as áreas. Procurou um gado rústico, a raça Sindi, exatamente para enfrentar as dificuldades do Nordeste. Esse homem está amargurado, sofrido, judiado, exatamente pela falta de apoio e de avanços tecnológicos que a área exige.

V. Ex^a falou, e falou bem: o sentimento que falta é a realização. Por exemplo, para conviver com a seca, nós temos que desenvolver tecnologias além das obras de infraestrutura. A Presidente Dilma, neste exato momento, talvez esteja anunciando ações para a seca, mas vimos falando da seca desde o ano passado.

A Bancada da Paraíba foi ao Ministério da Integração levar a preocupação com a falta d'água, com a quantidade de carro-pipa, com a questão dos créditos; levou também a preocupação com o alimento. Hoje, já morreram 70% do rebanho no Nordeste, em vários Estados e, infelizmente, em particular, na Paraíba.

Em relação à tecnologia, o que estamos desenvolvendo, por exemplo, para regiões do Nordeste, onde se perfura poço, se encontra água, mas não é potável? Há universidades na Paraíba, em Pernambuco, no Ceará, no Rio Grande do Norte, que, se fizessem, em vez de anúncio, efetivamente ações para a dessalinização dessa água, o nosso povo não estaria morrendo de sede, como está hoje.

Eu mostrei, num pronunciamento aqui, uma fotografia que, para mim, deveria ganhar prêmio internacional. Na imagem, publicada por uma revista semanal da Paraíba, chamada *A Semana*, um agricultor está tomando água numa garrafa PET e uma vaca está ao lado, esperando cair uma gota para ela também lamber. Essa é a realidade do Nordeste.

Os carros-pipa, muitas vezes, são insuficientes, e o pior é que não se planeja a perfuração de poço. Esses carros-pipa cada vez estão fazendo menos viagem, porque faltam os mananciais para enchê-los. Essa é a realidade que nós estamos vivendo.

V. Ex^a falou no monitoramento ambiental dos desastres, das chuvas, mas isso é muito sentido pela população, porque a situação é imediata e é transmitida pela televisão. Eu faço justiça aos veículos de comunicação, em particular a Rede Globo, que vêm alertando o Brasil sobre o problema da dura e sofrida realidade que o Nordeste está enfrentado. A seca, neste ano, já está ruim, e as informações, o monitoramento indica que não vai haver reposição dos índices de água dos nossos mananciais e que, possivelmente, haverá um

inverno tão ruim quanto o passado. Então, essa preocupação precisa sair do discurso, do anúncio, para que possamos efetivamente agir.

O senhor bem disse que o Instituto Nacional do Semiárido, pelo qual Manelito Vilar tanto lutou até conseguir fundá-lo, infelizmente é um embrião. Não está cumprindo o seu papel, embora tenha sido criado há dez anos, em Campina Grande. Travamos uma luta para que esse instituto se instalasse em Campina Grande. Temos tecnologia em Campina Grande, temos uma das melhores universidades do Brasil. Na área de informática, a tecnologia é de ponta há muito tempo. Em parceria com a prefeitura, com o hoje Senador Cássio, na época Prefeito de Campina Grande, iniciaram-se as primeiras incubadoras em universidade, em Campina Grande. Nós formamos técnicos na área de elétrica, eletrônica e informática nesse instituto, que se compara aos melhores centros do Brasil. Infelizmente – tenho certeza de que o senhor não vai ter condição de dar esta informação agora –, o peso dos polos de desenvolvimento no Nordeste, que seriam um belíssimo instrumento de desenvolvimento regional e de redução da desigualdade, com certeza é ínfimo em termos de recursos e de financiamento.

Então, essa preocupação nós temos que colocar em pauta, mas de forma verdadeira, para que seja gerenciada, monitorada e atinja os seus objetivos. Isso é urgente, Ministro.

Nós temos inteligência no Nordeste, não estamos pedindo aqui carro-pipa – quando precisamos, pedimos –, mas queremos a oportunidade para os nossos jovens do Nordeste terem acesso à informação e a oportunidade de fazer isso.

Apresentei um projeto, que já está tramitando nesta Casa, de nós garantirmos... É um desafio, mas a vida tem que ser motivada, estimulada a vencer desafios. A Coreia, que venceu o analfabetismo em uma década, algo que aqui ainda não conseguimos, embora todos os candidatos, em qualquer esfera, pode ser de Vereador a Senador, de Prefeito a Presidente da República, digam que educação é prioridade, não conseguimos combater ainda o analfabetismo.

Apresentei um projeto como desafio: a Coreia tem como meta, e V. Ex^a sabe disso, transformar na totalidade ou pelo menos o acesso a todos os seus estudantes da educação com *tablet* até 2015. Ou seja, depois de amanhã, pode-se dizer, ou depois do próximo ano. Aqui nós não atingimos ainda a questão do acesso, quanto mais do equipamento.

E apresentei um projeto nesta Casa estabelecendo como meta 2023, para que o Brasil também tenha a chance de os nossos alunos terem o *tablet* como instrumento de trabalho, não só para a educação, mas

que possam ter acesso à informação, que, sabemos, é vetor de desenvolvimento e de mais justiça social.

Então, eu gostaria de dizer o seguinte: ouvi toda a explanação do senhor, não teria uma vírgula a acrescentar ao que é necessário fazer; mas eu precisava estar sonhando para acreditar que isso vai efetivamente se realizar.

Muito obrigado.

Permita-me, Sr. Presidente, só mais uma coisa. Não entendi o financiamento, Ministro, quando o senhor disse que um terço é dos laboratórios, um terço da empresa e um terço do governo. Esses laboratórios não são públicos? Eles vão ter esses recursos?

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Ministro Marco Antonio Raupp.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Vou responder diretamente a sua pergunta, agora. Ao se calcular o custo de um projeto, tem-se que levar em consideração o custo desses laboratórios que vão ser usados, que são de propriedade do instituto, e ali entram operadores, técnicos, degradação dos equipamentos – tudo isso tem que ser contabilizado. Esse é o custo do laboratório. O custo da empresa é um custo direto que tem que ser colocado, e o custo do governo também é um investimento deles, da Embrapii.

Mas, Senador, permita-me comentar primeiro as observações do Senador Cícero Lucena.

Eu concordo que esse aqui é um dos 12 trabalhos de Hércules. Mas o ponto é o seguinte: sou uma pessoa também que faz planejamento, mas prefiro atuar no “fazejamento”. Estou disposto, e tenho feito isso durante este ano em que estou no Ministério e em todas as instituições que dirigi anteriormente, sempre realizei coisas. Evidentemente, estou encarando isso como uma missão para Hércules, como o Senador muito bem observou. Eu não digo que isso tudo possa ser feito, mas, em política, há que se ter um norte, um rumo para onde ir, onde você deve criar condições para que aquilo pelo menos avance.

Muitas vezes, nós não vamos fazer e chegar ao resultado final daquilo a que estamos nos propondo, mas vamos inicializar, dar condições para que outros que venham depois avancem mais ainda.

Parece que esse sistema de avanços incrementais é a lei da história, é assim que o país cresce, que o Brasil cresce; qualquer organismo cresce assim, incrementalmente, não é radicalmente. E eu não espero que a gente vá fazer 100% do que a gente está propondo, mas eu acho que não existem melhores condições de a gente operar o que estamos conseguindo juntar aqui – as duas maiores instituições financeiras. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que

é um banco ícone do desenvolvimento do País, que promoveu a industrialização do País, estamos trazendo agora para financiar a atividade nossa de ciência, tecnologia e inovação. Se a gente não conseguir com isso, fazer o quê? Nós temos uma bela condição de realizarmos muito do que estamos propondo.

Tem que ter otimismo? Obviamente. Eu sou um otimista, sou fazedor também, eu acredito. Eu estou aqui não só para anunciar coisas. Tanto é que, quando mencionei que vamos ter aquelas avaliações – e vamos ter mesmo, estarei diretamente envolvido –, eu me proponho a vir aqui fazer os relatórios dessas avaliações. Daqui a dois meses, teremos algum avanço. Não é tudo, mas que vai haver avanços, eu garanto, Senador.

Eu milito há mais de 30 anos na luta pela ciência e tecnologia neste País. Eu não vivenciei uma oportunidade melhor do que esta de a gente, realmente, promover avanços, porque, pela primeira vez, foi formalmente reconhecido que ciência e tecnologia têm um papel a desempenhar para a modernização da sociedade, para o desenvolvimento do País. Não existia isso antigamente. Nenhum governo anterior ao Governo da Presidente Dilma Rousseff escreveu, num papel, seus objetivos políticos de desenvolvimento econômico e desenvolvimento da sociedade, melhoria das condições de vida da sociedade, que ciência e tecnologia é um eixo estruturante e que tem que ser um esforço e ser colocado lá.

Já se viram programas sociais, programas puramente econômicos, nunca reconhecido o papel da ciência e tecnologia. A novidade que nós temos aí é isto: é que está sendo reconhecido esse trabalho. Isso dá aos militantes da ciência e tecnologia – sou um deles, fui convocado pelo Governo não por razões políticas, fui convocado pela militância em ciência e tecnologia – a esperança de que podemos fazer a diferença e pode ajudar a avançar minimamente.

Isso vai acontecer, Senador. Eu tenho plena fé, pelo que eu conheço da história da ciência e tecnologia neste País, de que nós estamos vivendo um momento especial. E a marca é esta aí: trazer um banco como BNDES para participar da sustentação de uma política dessas não é uma coisa fácil. Acho que é um avanço político importante que vai ter consequências. E é com isso que conto, Senador, de não ser simplesmente um sonhador, um planejador inconsequente. Eu quero ser um “fazejador”, eu quero fazer coisas. E o tempo em que eu ficar aqui eu farei alguma coisa. Eu prometo isso.

E especial carinho para o Nordeste e para as regiões menos desenvolvidas. Eu sou um brasileiro, sou um cidadão. Acho que, assim como uma questão social, quem imaginava que a gente pudesse suplant

o fosso social em dez anos, como nós conseguimos um grande avanço aí? A mesma coisa. A gente não imagina, agora, que possa suplantar o fosso regional entre as regiões Sul, Sudeste e Norte. O esforço tem que ser feito, de repente acontece, como aconteceu na suplantação do fosso social que existia neste País: 40 milhões, temos os dados mais variados possíveis de pessoas que saíram da pobreza e passaram para a classe média.

Então, algo semelhante tem que acontecer nessa questão do desnível regional. Não vai acontecer 100%. Ainda existem pobres, ainda existem miseráveis no País. Tanto é que o Governo se preocupa com isso. Tem muita gente para ser ainda retirada daquela situação de dificuldades em que vive. A mesma coisa vai acontecer aqui. Nós não vamos conseguir todos esses objetivos, mas se a gente andar e avançar será uma grande coisa.

Nunca tivemos uma situação tão favorável a esse tipo de coisa. Por isso eu sou otimista. Por isso eu vou dar o melhor de mim, eu e toda a minha equipe no Ministério, para ver como é que a gente pode prosseguir nisso. E conto com o apoio aqui dos Senadores e do Senado como um todo para a gente fazer isso, porque é uma questão de cidadania.

Senadora Angela, esse satélites de comunicações do Ministério das Comunicações são os mesmos de que estou falando aqui. Nós somos parceiros lá. Como é que o Ministério da Ciência e Tecnologia participa no projeto dos satélites de comunicações? Nós participamos em toda parte de absorção de tecnologia. Nós instituímos um modelo industrial para fazer esse satélite, construído juntamente pelo Ministério das Comunicações e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Como? Constituímos uma empresa, numa parceria da Embraer com a Telebrás – 49% da Telebrás e 51% da Embraer –, portanto uma empresa privada, que vai operar nas condições de regime privado. Ela será a contratante principal do projeto. Eles serão os responsáveis pela industrialização e construção do projeto. Não que eles vão fazer; vão subcontratar internacionalmente, localmente – no primeiro satélite, vai ser mais contratado fora do que aqui; no segundo, vamos contratar mais aqui; no terceiro, muito mais aqui. São três satélites previstos para montar esse sistema de comunicações.

Esse é o papel do MCT. Nesse processo todo, nós queremos capacitar a indústria e utilizaremos para isso os recursos do Inova.

Senador, quando aparece um projeto desse, uma compra importante do governo e há essas linhas de crédito, está ali a maneira de utilizar o recurso efetivamente. Vão-se criar programas para essas empresas brasileiras da área da indústria espacial se capacitarem

durante o projeto, com esses financiamentos existentes aqui no Inova. Eles vão investir, porque, na próxima, eles serão os contratados, na próxima rodada de contrato.

É um projeto importante, é a mesma coisa, o satélite vai ser de propriedade da Telebrás. O dono do satélite é a Telebrás, empresa estatal. Eles que vão operar para a parte de banda larga, para utilização nos *transponders* do programa de banda larga. A parte dos *transponders* que são utilizados para comunicações militares serão operados pelo Ministério da Defesa.

Esses dois agentes, Telebrás e Ministério da Defesa, vão operar o satélite. E eles vão atender toda aquela Região Norte, têm alcance em todo o Brasil, aliás, mas o grande beneficiário será a Região Norte, porque lá – a senhora mencionou a questão da RNP para Roraima – é uma dificuldade. Chegamos a Manaus, Senadora. Quanto tempo ficou para chegar a Manaus? Espero que a gente chegue lá a Boa Vista em muito menos tempo.

Inclusive, porque no momento em que construímos esse satélite, e é esperado para 2014 ou 2015, no mais tardar – eu diria que em 2015 nós teremos esse satélite –, teremos condições de usar esses canais de comunicação para operação da RNP, operador de Internet também. Há condições. É como eu digo, os pessimistas podem dizer que isso vai ser difícil de acontecer, mas eu digo que não tínhamos condições tão boas como temos agora para fazer acontecer de fato. Vamos ser otimistas, que eu acho que vamos conseguir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Senador Zezé Perrella, quero cumprimentá-lo pela iniciativa em realizar hoje esta reunião tão importante, e lamentar que, na mesma hora, estejam sendo realizadas outras reuniões tão importantes: a presença do Presidente do Banco Central – estamos privados de participar do debate promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos –, e a presença de dois Ministros de Primeira Classe do Itamaraty que estão sendo sabatinados na Comissão de Relações Exteriores.

Quero cumprimentá-lo e, tomando aqui o discurso de São Tomé do ilustre ex-Ministro Cícero Lucena, quero dar um testemunho a respeito do Ministro Marco Antonio Raupp: ele é realmente um gestor que faz as coisas acontecerem.

Lembro-me de que, quando Ministro da Ciência e Tecnologia, assinei, com o meu colega chinês Bao Kemig, o convênio para a construção dos dois satélites de observação terrestre, os primeiros dois que

foram ao espaço. O Ministro Marco Antonio Raupp, então presidente do INPE, foi tão eficaz, foi tão ágil, foi tão rápido, que meses depois o Presidente Sarney assinava com o Presidente Deng Xiaoping o tratado internacional que resultou na execução daqueles satélites, feitos em parte em São José dos Campos e em Xangai. Além disso, o Ministro Raupp, na condição de líder e ex-presidente da SBPC, tem amplo respaldo da comunidade científica.

Mas, mais do que isso, o programa que S. Ex^a apresentou aqui, e que a Presidente Dilma Rousseff lançou à Nação, é um programa consistente, é uma coisa nova, é um verdadeiro combate à “burocracia”. Nós não temos que combater a burocracia neste País, porque a burocracia deste País é uma “burocracia”, é um cipoal de normas sem sentido que atravancam as decisões.

Eu queria fazer a V. Ex^a algumas perguntas e algumas sugestões. Nesse *World Science Forum*, acho que seria importante que se criasse um painel trazendo especialistas de países que têm a mesma realidade do Nordeste, como Israel, como Estados Unidos, e outros países avançados, que têm a mesma realidade, para que eles nos tragam as soluções que obtiveram no sentido de transformar a terra seca em terra produtiva, até porque eu, como V. Ex^a, entendo também que a questão do Nordeste é uma questão nacional. Os desajustes regionais deste País são consequência de não termos no Brasil, ao longo de décadas, tratado a questão do Nordeste como uma questão nacional prioritária, assim como é a questão da Amazônia.

Em relação à Amazônia, queria sugerir também que fosse criado um painel nesse fórum mundial para que os demais países da Amazônia tenham as mesmas políticas que o Brasil já adotou. Por exemplo, ao elaborarmos o Código Florestal, que foi relatado pelo ilustre Senador Jorge Viana, hoje 1º Vice-Presidente desta Casa, e por mim, nós estabelecemos normas rígidas de preservação da Amazônia, do biossistema amazônico, e normas de desenvolvimento sustentável daquela região. Não estabelecemos normas que não permitam o manejo florestal, a utilização de 20% daquela área para produção agrícola e outras atividades. Pois bem, é importante que os demais países da Região Amazônica, os países vizinhos, adotem as mesmas políticas – não apenas a política de proteção florestal, de desenvolvimento florestal, mas também políticas de desenvolvimento científico que possam extrair da floresta condições econômicas através da produção de medicamentos, da produção de biofármacos e outros.

Então, eu queria dar essa sugestão: que tivesse grande ênfase à questão do Semiárido do Nordeste,

trazendo especialistas de outros países, e que se fizesse um programa em que o Brasil fosse líder, até porque o Brasil está à frente. O Brasil, com esse satélite, pôde monitorar a devastação da floresta, e com isso reduzi-la. Então, vamos levar essas práticas brasileiras para os países vizinhos.

Na elaboração do texto do Código Florestal, o Senador Jorge Viana e eu estabelecemos uma sinalização para os demais países, uma sinalização para o Brasil, no sentido de que não deveria adquirir produtos agrícolas de países vizinhos da Amazônia que não obedecessem aos mesmos ritos ambientais que o Brasil.

Eu quero cumprimentá-lo pela transversalidade, o fato de incorporar os outros órgãos de Governo. Fazer com que o programa de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação não seja um programa do Ministério, mas um programa do Estado brasileiro é excepcional, incorporando as empresas públicas, as empresas privadas, os laboratórios, os institutos de pesquisa no sistema integrado e desburocratizado e quanto mais descentralizado. Quero cumprimentá-lo por isso e não tenho nenhuma surpresa de ver o BNDES integrado nisso, porque o Prof. Luciano Coutinho, que trabalhou conosco, foi meu Secretário-Geral no Ministério, é um homem da ciência e da tecnologia; aliás, aqueles incentivos da Lei de Informática foram criados por mim, quando Relator da lei, substituindo a reserva por aquele novo mecanismo, e o Prof. Luciano foi quem me assessorou na elaboração daquele projeto, juntamente com o ex-Ministro Eros Grau. Então, nós temos, hoje, uma política dinâmica de desenvolvimento da informática através desses incentivos.

Quero dizer a V. Ex^a que não ouvi falar sobre programa de incentivos através de pagamentos de *royalties* a cientistas individualmente e a grupos de pesquisa para que eles obtenham vantagem pelas pesquisas realizadas. Nós criamos esse instituto de pagamento de *royalties* pela inovação na Lei de Inovação estadual. Quando nós criamos a Lei de Inovação do Estado de Santa Catarina – está aqui o Prof. Carlos Schneider, que é um dos grandes mentores da política de desenvolvimento científico no nosso País e no nosso Estado –, nós criamos esse incentivo, quer dizer, de o Estado pagar *royalties* para a pesquisa que oferecer resultado de inovação, e gostaria que V. Ex^a se referisse a isso.

Por último, por iniciativa do Presidente Zeze Perrella, nós teremos, ao final, a instalação da Subcomissão que vai estabelecer um marco legal para a política de terras-raras, que é fundamental para este País, cujo Presidente será o Senador Anibal Diniz, o Vice-Presidente o Senador Aloysio Nunes Ferreira, e eu serei o Relator. Quero ressaltar a importância dessa política

de terras-raras, à qual V. Ex^a deu um novo tratamento, uma nova velocidade.

Eu vejo o risco de nós perdermos a oportunidade de nos tornarmos país líder nessa política, como perdemos, nas décadas de 40, 50, em relação à energia atômica. Eu me lembro de que o Almirante Álvaro Alberto – que tinha, aqui no Congresso, o seu braço forte na pessoa do ex-Ministro Renato Archer – não conseguiu fazer com que a exportação de material de matéria-prima atômica para os Estados Unidos, principalmente, fosse acompanhada pela transferência de tecnologia. E o Brasil exportou *commodity* atômica e não se beneficiou disso. Lembro-me de que o criador do CNPq, o Almirante Álvaro Alberto, teve que contrabandear centrífugas da Alemanha, para poder dar desenvolvimento às pesquisas que se realizavam naquele período.

Então, que tratamento V. Ex^a está dando às terras-raras? Eu gostaria que os demais Senadores soubessem disso.

Por outro lado, nós – a Bancada catarinense na Câmara e no Senado – apresentamos uma emenda ao Orçamento propondo o valor de R\$36 milhões para os parques tecnológicos catarinenses. Nós acreditávamos que essa emenda seria empenhada, que seria a coisa mais fácil deste País, mas essa emenda não foi empenhada. E eu temo que nós percamos todo esse esforço da criação de 13 parques tecnológicos em cada uma das 13 universidades comunitárias, com *campi* disseminados, atomizados, por todo o Estado.

Eu gostaria que V. Ex^a me desse uma esperança de como compensar essa emenda não empenhada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, Sr. Ministro Marco Antonio Raupp, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Luiz Henrique, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia, deu aqui uma aula de Ministério de Ciência e Tecnologia.

Eu estava perguntando há pouco quem se lembrava quantos anos tem o Ministério. Ele tem quase 30 anos; são 28 anos. Foi criado em 1985, no governo Sarney, exatamente. E o primeiro ministro foi esse a quem ele se referiu, o Renato Archer.

De lá para cá, não houve tantos avanços na área do Ministério, que teve muito pouco recurso, muito pouco investimento. Ultimamente é que ele está tendo um pouco mais de robustez nessa área de orçamento.

Essa é uma das perguntas que eu faria ao Ministro: se as ações voltadas para Ciência, Tecnologia e Inovação foram contempladas no Orçamento Federal

de 2013, deste ano, e se os recursos disponíveis são suficientes para os desafios existentes.

Segunda pergunta: quais as iniciativas do Ministério da Ciência e Tecnologia no sentido de estimular a contratação de mestres e doutores por empresas privadas no Brasil? Porque essa é uma grande corrida que os países estão fazendo neste momento. As empresas de países desenvolvidos estão buscando talentos, buscando mestres, executivos formados para poder tocar as empresas. E quem não fizer isso vai ficar para trás nessa corrida.

Terceira pergunta: a participação das empresas privadas brasileiras na geração de inovação e tecnologia é compatível com a participação dessas organizações em outros países de grau similar de desenvolvimento? Como engajar essas empresas? Se o Brasil está realmente fazendo o que os outros países estão fazendo também.

Então, eram essas as perguntas. No mais, parabenizar o Ministro Marco Antonio Raupp pelo trabalho. Eu acho que o Ministério deu, com todo respeito aos demais ministros, um salto de qualidade nessa área da pesquisa e inovação. E sucesso sempre no trabalho.

Eu pediria uma atenção maior – não é que não esteja havendo, o senhor até já visitou o nosso Estado, foi a Guajará-Mirim, a Porto Velho, visitou as nossas usinas –, um pouco mais de empenho nessa área da pesquisa na Região Amazônica, uma região que tem 61% do Território Nacional. São apenas 22 milhões de brasileiros, mas é mais de cinco vezes a população do Uruguai. Então, é uma região ainda pouco habitada, mas que merece, também, toda a atenção do Governo Federal e do Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Ministro Marco Antonio Raupp.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Agora tivemos as intervenções de dois Senadores muito próximos, um velho amigo e um parente. Agora é a Bancada favorável aqui, os dois de Santa Catarina. Eu sou vizinho de Santa Catarina. A minha família é lá de Torres. A família Raupp surgiu em Torres.

Acho que as suas sugestões, Senador Luiz Henrique, sobre esses dois painéis – um, sobre a Amazônia; o outro, sobre a realidade do semiárido – são excelentes, muito boas, muito bem-vindas. Inclusive, sexta-feira, haverá uma reunião preparatória do Fórum Mundial, e vou encaminhá-las aos organizadores. O MCTI participa como um dos organizadores, mas ele não é o único, tem a Academia Brasileira de Ciência, a SBPC e várias organizações internacionais. Acho que não terá dificuldade nenhuma em fazer isso, um painel com especialistas de regiões áridas, como se trata a

seca. Vai ser uma boa chamada aqui para alertar sobre essas questões. Um programa com o qual concordo plenamente, temos que ter uma visão especial sobre um programa especial de ciência e tecnologia para o Nordeste. Isso aí é um compromisso que o nosso grande amigo Ariosto Holanda já nos fez, a mim e ao Dr. Elias, que é o nosso Secretário-Executivo.

Agradeço e fico satisfeito com a sua visão sobre a transversalidade na atuação do MCTI. Compartilho da sua ideia e a defendo fortemente, porque é assim, através dessa ação transversal, ação em parceria com todos os outros setores, que se pode mostrar a importância. Digo para os meus colegas cientistas: queremos que a sociedade nos reconheça exatamente trabalhando na ponta, exercendo essa transversalidade, mostrando que ciência tem um valor específico.

Sobre terras-raras, logo que cheguei ao Ministério, recebi uma visita do Senador Luiz Henrique que me alertou sobre terras-raras, que, imediatamente, encampeei. E acho que já foi definido que vai ser um programa financiado no primeiro estabelecimento de rotas tecnológicas para terras-raras.

Mas quando falo aqui em materiais, por exemplo, nanotecnologia é o grande projeto nosso na área de materiais, mas terras-raras vêm junto com isso, é uma política de materiais que vamos ter lá. A partir desse estabelecimento dessas rotas tecnológicas – o Elias que me corrija se eu estiver errado –, mas está sendo contratada no Ministério uma instituição para desenvolver essas rotas. Então, estamos entrando aí no caminho dos materiais, acho que não poderemos perder essa oportunidade.

Ainda ontem, em São Paulo, no lançamento do Inova Energia, houve uma palestra inaugural de um cientista da IBM falando sobre quais são os grandes itens do futuro. E ele colocou essa questão de materiais, argumentando muito bem que é fundamental para as empresas – estava falando para os empresários na área de semielétrico. Materiais serão um desafio crucial; terras-raras são fundamentais para o desenvolvimento de todas as tecnologias de informação e muitas outras. Então, é fundamental que se entre nisso e não se perca o bonde.

Emendas para parques tecnológicos. E eu pediria ao Elias que me dissesse por que não foi executada essa emenda, ele é o nosso executor de emenda lá, Senador. Mas acho que é uma questão de negociação na Casa Civil ou na Secretaria de Relações Institucionais, porque essa coisa não chegou ao Ministério, não tivemos autorização para executar a emenda. Estou enganado, Elias? Estou certo. Então, é um poder maior que se levantou aí e não nos permitiu executar isso.

Senador, essa questão dos *royalties* acho uma ideia muito boa. Há algumas previsões já, possibilidade de pagamentos para participação de pesquisadores, mas prêmios por pesquisa que tenha... Existem prêmios também para pesquisa fundamental, há muitos prêmios aqui, ainda não instituímos um prêmio com pagamento efetivo para pesquisa. É uma boa sugestão. O senhor sabe que sou um homem da ciência aplicada, quero ver a ciência funcionando em benefício da sociedade e da área produtiva. Portanto, essa é uma boa sugestão que eu encampo.

Senador Raupp, o orçamento nunca é suficiente para aqueles sonhos que temos. E estamos sempre reclamando dos orçamentos. Mas eu lhe digo o seguinte: naquela evolução do orçamento do MCTI, nós vimos ali uma evolução altamente positiva. Nós tivemos um grande crescimento durante o governo Lula. E a questão de aumentar o orçamento para ciência e tecnologia durante muito tempo esteve associada à questão de usar plenamente os recursos do FNDCT, que eram sempre contingenciados, por razões da política econômica. Eram contingenciados por uma série de razões, e o Presidente Lula foi o primeiro presidente que prometeu descontingenciar esses recursos do FNDCT, o que ele fez somente no seu último ano de governo. No último ano, 2010, é que ele foi plenamente executado.

Então, naquele gráfico que mostrei aqui, aparece um orçamento crescente até 2010. Depois, no primeiro ano do Governo da Presidenta Dilma, teve uma queda, houve contingenciamentos justificados pelos equilíbrios macroeconômicos, e agora retoma novamente.

Eu queria dar um depoimento. Acho que, com essa incorporação desses financiamentos à inovação, nós nunca tivemos e nunca nem reivindicamos, nós eu quero dizer a comunidade científica, um orçamento desse tamanho.

Ele só aconteceu pelo nosso envolvimento e responsabilidade que estamos tendo com relação a esse programa de inovação. Quando veio o I para o nosso Ministério, com essa ação de transversalidade também, é que chegou esse orçamento. E acho que isso aí vai ser agora definitivo, porque, uma vez incorporando o mundo empresarial como clientela do Ministério, imagino que teríamos melhores condições de sustentar esse orçamento e até ampliá-lo. Agora, a clientela é a comunidade científica mais a comunidade empresarial inovadora, que eu acho, para o futuro da nossa indústria, o futuro do nosso sistema produtivo, é fundamental que eles incorporem de vez a questão da inovação nas suas atitudes e nas suas políticas. Então, nós temos boas perspectivas. É a visão otimista.

Eu acho que esses orçamentos que estão alocados, hoje em dia, para a ciência e tecnologia e para ino-

vação são suficientes, respondendo claramente à sua pergunta. Acho que são suficientes, e isso é inusitado.

Eu acho que o desafio aí se inverte, às vezes. O desafio se inverte, por causa dessas questões colocadas pelo Senador Lucena e por todos sobre a questão de burocracia, dificuldades, tudo isso. A pergunta agora é: será que teremos capacidade de executar? Eu vou fazer das tripas coração para executar esse orçamento, Senador.

Eu acho que essa resposta eu tenho que dá-la daqui a dois anos, no final do ano que vem.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – E eu espero, Ministro, que o Presidente acolha a sua disponibilidade e a demonstração desse compromisso de sempre que possível vir aqui demonstrar o monitoramento e como andam as situações.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Perfeitamente. Estaremos completamente transparentes nesse monitoramento.

Por favor.

Outra questão colocada aqui pelo Senador Valdir sobre o incentivo à contratação de mestres, doutores. Temos política?

Temos. Essa política incentiva a contratação. E já é antiga. O CNPq executa isso. Aquele programa de bolsas RHAÉ – não sei exatamente o que significa essa sigla – é um sistema que coloca pesquisadores com bolsa, paga bolsa para pesquisadores terem a sua atuação, assim como pagam um pesquisador para ter uma atuação profissional dentro da universidade, paga também nas empresas. E é um bom valor. Tenho a impressão de que disponibilizei dados aqui sobre o que pretendemos para o futuro. Isso fazemos há bastante tempo.

O que estamos querendo agora é que os pesquisadores... Você sabe que bolsa é algo que começa e termina, no máximo dois, três anos, vamos dizer assim, para estimular a empresa ver como ela pode se beneficiar daquele trabalho daquele profissional. Mas para que seja permanente, tem que tomar uma decisão e tem que ser viável economicamente essa contratação, ter essa colaboração lá. Nas empresas internacionais, isso é muito comum.

Esperamos que todo esse movimento pela inovação leve a isso. É por isso que criamos esse portal de colocação dos egressos do Ciência sem Fronteiras nas empresas brasileiras. Estamos dando preferência de colocação nas empresas brasileiras do que nas universidades, porque nas universidades nós temos um sistema tradicional de incorporação dos cientistas. Estamos experimentando isso no Ciência sem Fronteiras. Mas nas empresas internacionais isso é um lugar comum, isso é o que acontece sempre.

Aliás, com relação a dar exemplo, acho que temos que ter exemplo aqui também de empresas que fazem inovação, é óbvio. Há empresas que só se dedicam a isso, como a Embrapa, por exemplo; outras que criam inovação e tiveram sucesso no mercado, como a Embraer. A Petrobras tem um sistema de financiar e mandar pesquisa de certas áreas de interesse da empresa sempre atualizadas, e quando tiver que desenvolver uma solução tecnológica, usa isso, capitaneados pelos centros, pelos centros de pesquisa da Petrobras. Ela tem a tradição e tem feito isso. Nós conseguimos buscar óleo em águas profundas com grande contribuição da pesquisa nacional, das instituições de pesquisa nacional dentro desse modelo operado pela Petrobras desde que foi criada praticamente. Está certo? E cada vez mais eles investem, investem neles e pela lei de petróleo fora de lá também.

Mas as empresas internacionais dão grandes exemplos. Não é por menos que nós colocamos na agenda da política do Ministério uma ação junto às grandes empresas internacionais que operam no mercado brasileiro, que estabeleçam centros de pesquisa e desenvolvimento no País. Só na área de TICs, por exemplo, de Tecnologia da Informação e Comunicação, nós atraímos três das maiores empresas no mundo: a Microsoft, a Intel e a MSc, que trabalha com *Big Date*, uma nova tendência na computação no mundo. Essa é a maior empresa que trabalha com *Big Date* que está se estabelecendo. São 600 milhões que essas três empresas investiram nesse ano. No final do ano passado para esse ano estabeleceram centros de P&D aqui no Brasil. Elas sabem fazer, elas podem ser exemplos para outras empresas. Nós temos empresas que sabem fazer, e empresas privadas. Está aí o exemplo da Natura; aquela de Suzano de papel e celulose. São empresas altamente inovadoras.

E temos exemplos internacionais: a 3M é uma empresa estabelecida no Brasil que tem um centro de P&D que é importante. Eu acho que essas empresas internacionais têm que ter uma participação ativa. Para elas o processo de inovação é mais rápido, porque elas fazem. Então, trazer a pesquisa delas para cá. Elas vão empregar todo esse centro de inovação de que eu estou falando. Cada uma emprega em média cem pessoas, cem pesquisadores que elas vão empregar com esses investimentos. São três centros que estão se estabelecendo no Rio de Janeiro. E tenho observado que elas preferem sempre se instalar no Rio de Janeiro. A GE se instalou no Rio de Janeiro, a IBM instalou também centro de pesquisa no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é o grande atrator dessas empresas internacionais para fazer P&D. O esforço que o Governo

do Estado e o Governo do Município fazem para atrair essas empresas é muito grande.

Então, nós ajudamos, mas quem está levando tudo é o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Deveríamos fazer mais esforço para atrair as empresas internacionais para outros Estados. Nem para São Paulo temos conseguido bater esse recorde do Rio de Janeiro; nem São Paulo tem conseguido competir com o Rio de Janeiro.

Acho isso uma coisa muito boa. Eles empregam pesquisadores, mostram como é que se opera essa coisa de fazer pesquisa para a empresa se desenvolver e ajudam a criar uma cultura importante. Junto aos grandes exemplos que temos aqui, tanto de empresas privadas como de empresas públicas, acho que vamos ter uma situação boa para o futuro. E vai vir em benefício de criar um ambiente para desenvolvermos esse programa Inova Empresa.

Última questão, a questão da participação privada. A participação privada, como é sabido no Brasil, é baixa. Se você olhar o perfil dos investimentos, que anda pela casa de 1,3% do PIB, que está sendo investido em ciência e tecnologia, o investimento público é maior do que o investimento privado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – De 70% por 30%.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – É algo assim. É uma boa diferença. Eu acho que esse programa Inova Brasil, no que se refere a crédito, vai ter um impacto aí. É difícil fazer as contas nesse momento, mas esses 20 bilhões de crédito que estão sendo injetados aí e que tenho certeza que as empresas vão tomar esses recursos, isso pode ter um impacto; não digo que vá alterar o quadro, mas vai diminuir a diferença entre um e outro.

Porque nessa contribuição da empresa pública está também a contribuição da Petrobras, que é muito grande. A Petrobras é uma grande empresa, é um grande investimento que se faz, e também na área de pesquisa. A contribuição da Petrobras no investimento público é importantíssima.

Mas acho que esse negócio do Inova Empresa vai ajudar a diminuir a diferença.

Então, são mais ou menos essas colocações, em resposta às colocações do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem.

Nós temos ainda mais três intervenções, que são a do Senador Anibal Diniz, a do Flexa Ribeiro e a do Senador Eduardo Amorim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, permita-me, pela ordem.

Ainda tomando a intervenção do Ministro Cícero Lucena, eu gostaria de assinalar o seguinte: essa política é uma política de continuidade. Teve aí a participação fundamental do Ministro Aloizio Mercadante e continuou, praticamente sem solução de continuidade alguma, com o Ministro Marco Antonio Raupp. Para esse programa se efetivar com êxito, que imagino que possa se efetivar, entendo que é muito importante a continuidade do Ministro Raupp à frente do Ministério, porque ele será o grande propulsor das ações que vão dar efetividade ao programa.

Mas eu gostaria só de pedir um esclarecimento a V. Ex^a: como a emenda não foi empenhada, o Ministério tem condições, dentro desse mega programa, de compensar os centros de inovação, as incubadoras industriais de Santa Catarina com recursos próprios?

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Com certeza, Senador. Não sei se o senhor notou aqui na documentação que apresentei, nos slides que apresentei, há um programa especial para apoio a parques tecnológicos e incubadoras. E todos esses parques de Santa Catarina são parques que já têm um bom desenvolvimento. Eles vão estar voltados para parques emergentes. No primeiro edital que se fez, foram para parques já estabelecidos, pelo menos um lá em Santa Catarina foi beneficiado.

Mas agora esses parques emergentes vão ser beneficiados por esses recursos que estão alocados no Inova Empresa, com certeza.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não esqueça a Paraíba, Ministro.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Não, a Paraíba, especialmente Campina Grande, tem uma boa tradição tecnológica, e eles têm tido apoio. Aliás, uma coisa que eu queria dizer a V. Ex^a é o seguinte: sistematicamente centros tecnológicos e científicos no Nordeste têm tido bastante apoio, mas são isolados, e este é que é o ponto. Campina Grande é um, Recife é outro; a Universidade de Pernambuco tem muito apoio dos programas federais; a Universidade federal do Ceará também.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Quem lida com universidade e tecnologia se lembra de Lynaldo Cavalcanti, que tanto contribuiu.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Sim, sem dúvida.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a, Sr. Ministro, eu só gostaria de dar a informação de que essa política toda do Inova em Santa Catarina prevê uma articulação dos parques tecnológicos com a Certi, que é presidido aqui pelo Prof. Carlos Schneider, que é a única instituição brasileira que é parceira do

MIT. Foi lá que foi concebida a urna eletrônica, dentre outras tantas inovações importantes deste País.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Eu conheço o trabalho da Certi, sou um grande admirador. E a Certi também tem tido apoio razoável da política de ciência e tecnologia, mas tem que ter mais ainda. Agora vai ter mais condições.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Bom, eu gostaria de sugerir, se os Srs. Senadores estiverem de acordo, os três fariam as perguntas e nós encerraríamos, porque nós temos ainda que instalar a Comissão das Terras-Raras.

Então, com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Perrella, Sr. Ministro Marco Antonio Raupp, em primeiro lugar, quero louvar, além da competência, a elegância do Ministro Raupp, quando trata dos investimentos. Não há dúvida de que todo investimento em ciência e tecnologia é pouco. Temos que investir sempre mais para galgarmos maior reconhecimento planetário e podermos dar respostas mais efetivas no campo da inovação.

Sou um otimista por excelência, e não tenho como não ser otimista com o Brasil, porque o salto de qualidade nos últimos anos é um salto inquestionável.

Vejam os últimos três anos do governo do PSDB. O investimento em 2000 foi de 1,1 bilhão; em 2001 foi de 1,4 bilhão; e em 2002 foi de 1,3 bilhão.

Quando começou o governo do Presidente Lula, em 2003, esse investimento já teve um acréscimo para 2,1 bilhões. E terminou, no último ano do Presidente Lula, com 7,5 bilhões. Com a Presidenta Dilma, em 2011, manteve esse mesmo patamar de investimento; em 2012, teve um pequeno acréscimo e, agora, para o Orçamento de 2013, temos um acréscimo considerável, para 12,7 bilhões. Então, saímos da casa de 1,3 ou 1,4 bilhão para 12,7 bilhões em 12 anos. Foi um crescimento exponencial muito importante.

E falo isso com muito orgulho, Ministro Raupp, porque o Presidente Lula não era um cientista e nem era um doutor acadêmico, era um operário, metalúrgico, e sucedeu um doutor. Então é muito importante que o Brasil tome consciência de que a gestão é, acima de tudo, vontade política. E o Presidente Lula mostrou uma profunda vontade política de dar suporte a ciência e tecnologia.

E disso é muito importante que o Brasil não esqueça, porque a constatação de V. Ex^a, de que esse patamar de investimento certamente não diminuirá, eu não tenho dúvida disso, porque uma vez estabelecida a regra, a tendência é cumpri-la, sob pena de haver execração pública. Então eu acho que independente-

mente de governo, isso vai se transformar em política de Estado. Vamos ter um investimento sempre crescente.

Falo pelo Estado do Acre, que represento. Tive, no último final de semana, no sábado, uma reunião demorada com o nosso Secretário de Ciência e Tecnologia do Acre, Dr. Marcelo Minghelli, que veio do Instituto Federal de Educação e agora está na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Acre. No Estado do Acre, por ser um Estado do Norte, um Estado isolado, certamente as dificuldades nesse setor são incomparavelmente maiores. E temos uma convicção, que para nós é muito cara e rara, de que, por sermos uma população muito pequena, de 800 mil pessoas, ou investimos fortemente em inteligência, em tecnologia, ou nunca vamos poder competir. E nesse sentido temos procurado dar uma atenção especial a tudo o que diz respeito a avanço tecnológico.

Na área de produção, agora mesmo estamos com um complexo industrial da piscicultura, que tem alta tecnologia sendo colocada à disposição disso, para que o Acre se torne o endereço prioritário da piscicultura na Amazônia, e isso está acontecendo com forte investimento do Governo Federal, do Ministério da Pesca e Aquicultura, e também do Governo do Estado. E nas outras áreas também temos logrado resultados consideráveis. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia participou do último Conepe, com 25 trabalhos de jovens, entrando para o ambiente da ciência aplicada mesmo, daquilo que pode ser convertido em maior produtividade, melhores resultados para os trabalhadores.

O outro aspecto em que nós precisamos permanentemente de uma atenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem a ver com o que a Senadora Angela Portela colocou. Nós precisamos muito de Internet de altíssima velocidade, porque o isolamento acontece de maneira muito, muito forte e nos deixa praticamente discriminados. Então, se não tivermos Internet de alta velocidade, não vamos poder estar atentos a tudo o que está acontecendo no plano nacional, e precisamos de educação à distância, precisamos que a universidade aberta do Brasil esteja aberta a proporcionar muito mais vagas, porque temos muitas comunidades isoladas que precisam de Internet de alta velocidade e também da oportunidade de poder ter acesso às universidades.

Ontem, vi uma reportagem que me deixou muito animado. Por exemplo, o MIT, nos Estados Unidos, está abrindo alguns de seus cursos para todos quantos quiserem entrar pela Internet. Daí eu imagino porque no Brasil não podemos fazer educação à distância pela Internet sem limite de número de participantes porque, hoje, isso é feito de maneira limitada. Eles abrem um

curso à distância, mas com número limitado de pessoas a aderirem a esse curso. Acho que temos que pensar na possibilidade de fazer cursos com total liberdade, sem limite de participação.

Por último, já obtivemos inclusive a resposta, a Telebrás, pelo que vi, dentro dessa política de tecnologia e inovação, já tem a missão de gerenciar, se é que entendi direito, o satélite geoestacionário que é absolutamente estratégico para nós da Amazônia.

Então, queríamos pedir total empenho e dedicação do Ministério no sentido de fazer com que esse satélite geoestacionário, tão logo esteja disponibilizando os resultados dos seus serviços, possa dar uma total prioridade à Amazônia para que tenhamos essa Internet de alta velocidade para compensar a nossa distância em relação aos outros Estados brasileiros, principalmente porque a Amazônia, para ser preservada, precisa de tecnologia. Se não tivermos tecnologia para poder dar alternativa de emprego e renda para aquele povo, a pressão sobre a floresta é muito maior e o prejuízo para todo o Brasil seria muito grande.

Então, nesse aspecto, a proposição aqui do Senador Luiz Henrique tem que ser levada em conta porque nós temos um marco legal muito importante de preservação da Amazônia, só que competimos com países que não têm esse marco legal. Por exemplo, a nossa castanha tirada do Acre, que comercializamos para a Europa e os Estados Unidos, temos que pagar um conjunto de taxas, que a Bolívia não paga, e simplesmente consegue fazer chegar a um preço menor porque não se submete a uma legislação tão rígida quanto a nossa. E teríamos que encontrar mecanismo para equiparar essas legislações de tal maneira que a competição fosse uma competição justa, saudável e, acima de tudo, levando em consideração aquele critério da sustentabilidade. Se não é uma produção que comprove o seu certificado de origem, não podia estar competindo nos mercados com as mesmas facilidades das outras produções.

Era a minha contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, Sr. Ministro, ouvi atentamente a palestra de V. Ex^a e quero aqui festejar a sua vinda até a Comissão.

Eu tive o privilégio e a honra de presidi-la, por dois anos, e acho que ciência e tecnologia devia tomar grande parte da pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação. E comunicação ocupa uma área grande, mas acho que ciência e tec-

nologia... Parabeno o Senador Zeze Perrella, que preside a Comissão neste momento, por já incentivar o início da discussão, trazendo V. Ex^a até aqui.

Só quero fazer uma observação. Não sei entendi mal, Ministro, V. Ex^a se deu por satisfeito com o orçamento do Ministério? Acho que é o primeiro Ministro que vejo chegar até aqui e dizer que está satisfeito com o orçamento, porque todos os outros buscam mais recursos para o seu orçamento. Eu estranhei, não sei se entendi mal, mas acho que é muito pouco, muito pouco o que existe.

O Senador Anibal ia responder, ele faz aquilo talvez até para dar uma cutucada em mim, fazendo comparação de épocas que não têm nada a ver, no temporal, com a situação do País. Ele devia comparar com Pedro Álvares Cabral, com Getúlio Vargas, com Café Filho, porque são épocas que não dizem respeito. Nunca dantes neste País aconteceu isso. O Brasil foi “descoberto” em 1500, de lá para cá, vem avançando.

Mas não vou responder-lhe porque senão vou fugir ao tema e tenho um assunto da maior importância para o meu Estado do Pará.

Todos os outros Senadores, V. Ex^a viu, ficam angustiados quando falam, o Senador Cícero, da Paraíba, o Senador Luiz Henrique, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, de sua Santa Catarina, a Senadora Angela Portela, o Senador Raupp, o Senador Anibal, todos, e eu quero falar do meu Pará e da nossa Amazônia, da nossa Amazônia.

Mas depois eu quero que V. Ex^a diga que não está satisfeito não porque senão vou contingenciar o seu orçamento (*Risos*). Já o fazem sem que o Ministro diga que está satisfeito. E acredito que esteja faltando muito. O Brasil, lamentavelmente, ainda é, apesar de ter tido incremento na relação PIB/investimento em ciência e tecnologia e inovação, mas ainda é um dos piores indicadores do mundo, principalmente se nós falarmos em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, os BRICS. Então, nós temos que avançar, continuar avançando e buscar e trazer para esse orçamento também a iniciativa privada, como ocorre nos países desenvolvidos, que têm que investir em inovação, em ciência e tecnologia.

O Senador Luiz Henrique fez um trabalho hercúleo, junto com o Senador Jorge Viana, no Código Florestal, mas o fez dentro daquilo que achava que era o melhor para a Amazônia. A melhor forma de preservar a Amazônia é conhecê-la. Não tem outra, não tem outra! Porque senão nós vamos ficar falando que os estrangeiros conhecem a Amazônia muito mais do que os brasileiros, muito mais do que os brasileiros.

Então é com respeito a isso que eu queria fazer alguns questionamentos a V. Ex^a.

Com relação à inovação na Amazônia. Como eu disse, ao presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, fiz várias audiências, e V. Ex^a pode ter, eu pediria então ao Senador Zeze Perrella que pudesse, pelos Anais da Comissão, juntar essa documentação das várias audiências que foram feitas especificamente sobre ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, para que isso pudesse nortear o aumento do fluxo de recursos e de vontade política de levar ciência, tecnologia e inovação para a nossa Região.

Nós todos sabemos que, dados da Capes, apenas 3,2% dos cursos de doutorado do País estão localizados na Região Norte, ou seja, na nossa Amazônia. Existe a Região Norte e a Amazônia Legal, que é um acréscimo da Região Norte. E desses poucos recursos, gostaria que V. Ex^a pudesse até confirmar se tem esse dado, desses recursos, para ciência, tecnologia e inovação no seu Ministério, quanto é aplicado na Amazônia. A informação que tenho aqui, pode estar defasada, os dados são do início do ano de 2000, ainda na primeira década, são de apenas 3,7%. É pouco ainda. Cinco por cento do Brasil...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, a Amazônia, já foi dito aqui, é uma zona que representa mais de 60% do País, do Brasil. Tem mais de 10% da população. A Constituição define, como preceito constitucional, que tem que diminuir as desigualdades.

Para diminuir as desigualdades se tem que fazer aplicação de recursos diferenciados, mas diferenciam para menos. Essa é a verdade. É triste, cruel. Entenderam errado a Constituição, tem que diferenciar, tratar os desiguais de forma desigual. Então, ao tratar igualmente não vamos chegar a lugar nenhum. Você trata reduzindo os investimentos na região? Não, tem que aumentar, tem que ser proporcional a mais do que representa em área, em população, na economia para poder incentivar e fazer.

A Universidade Federal do Pará lançou um programa de dez mil doutores para a Amazônia. Essa é uma forma de fixar esses doutores na Amazônia, através do Ministério de Ciência e Tecnologia favorecer a ida, e mais do que ida, a permanência na Amazônia porque é preciso que haja um civismo grande para ir para a Amazônia e permanecer, desenvolver.

Então, eu gostaria que V. Ex^a pudesse nos dizer qual é a ação do Ministério no sentido de que realmente ciência, tecnologia e inovação cheguem à Amazônia.

Nós temos lá institutos da maior importância, de renome internacional, no caso, o Evandro Chagas, o Museu Goeldi, o Inpa, além das universidades produzindo ciência. O Brasil, lamentavelmente, exporta a inteligência e importa conhecimento.

V. Exª falou no Ciência sem Fronteiras. Eu acho que é importante acompanhar isso, incentivar os países de Primeiro Mundo, Coreia, China, Coreia do Sul, a própria Índia mandando os seus jovens pesquisadores para fora, para tomarem conhecimento e voltarem para exportarem o que eles adquiriram. Então, o Brasil tem que fazer isso: levar os cérebros e não exportar cérebros e importar conhecimento e trazer o conhecimento para cá para agregar valor a nossas matérias-primas. Deixar de ser um País que exporta *commodities* que é o que estamos vendo na balança comercial brasileira. Cada vez mais a indústria que é em função do conhecimento reduzindo a sua participação na exportação e os produtos primários ganhando relevância que, Senador Luiz Henrique, é um absurdo.

Quando exportamos produtos privados estamos exportando emprego, porque estamos gerando emprego lá fora em vez de gerar o emprego aqui dentro, trazendo conhecimento para verticalizar esses produtos. Então, queria ter uma posição de V. Exª com relação a qual o projeto do Ministério para a Amazônia no sentido de não só aumentar e fixar.

Uma outra questão que foi muito bem levantada pelos Senadores que me antecederam é a da Internet, banda larga na região, o satélite geoestacionário.

Acho que o Governo, de uma maneira, eu não sei se equivocada, quando ele implanta esses grandes projetos de logística, de infraestrutura na Amazônia, devia agregar nele já a fibra ótica. Agora mesmo estão atravessando a Amazônia com linhões de transmissão de energia de Tucuruí, de Belo Monte, levando energia do Pará para Manaus, levando para o Amapá. O Pará está sempre disposto a ajudar o Brasil e sempre o fez, não só o Pará, mas a Amazônia.

Se formos voltar ao passado, à época áurea da borracha, sustentou esse País e desenvolveu o Sul e Sudeste de hoje, mas era colocar nesses projetos o cabeamento e fibra ótica para levar. Eu tenho informação e, posso até estar equivocado, é que não fizeram isso nesses linhões e a empresa que ganhou a concessão do linhão está negociando a transmissão de fibra ótica. Ou seja, algo que podia ser de interesse do Estado brasileiro passou a ser um ganho a mais para aquele que ganhou a concorrência para levar a energia para lá.

Então, deveria estar dentro do projeto a obrigação de que quem levasse o linhão levasse, também, a fibra ótica, e não negociasse a fibra ótica com outras empresas. Podia até negociar algumas, mas isso definido pelo Governo brasileiro, não pela empresa vencedora.

E, por último – aí é um caso específico do meu Pará –, em maio de 2012, vai fazer um ano agora, V. Exª tinha recentemente assumido o Ministério, tive uma

reunião, no Ministério, com os Dr. Arquimedes e o Dr. Oiti, estão nas mesmas funções, sobre a criação de uma unidade do CBPF, no Pará. V. Exª sabe da dificuldade. O Dr. Arquimedes está conosco, está no jurídico, desde maio de 2012.

O Ministro disse que ele é de...

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – “Fazejamento”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Fazejamento”. Então vou pedir a V. Exª que faça, que o “fazejamento” aconteça neste caso aqui. Vou explicar o porquê.

O Dr. Arquimedes tem conhecimento e tem tentado nos ajudar. É bom que se diga isso, até por uma questão de justiça. Mas o Governo do Estado do Pará, o reitor da Universidade Federal do Pará e a Vale fizeram um convênio, no sentido de levar para a Universidade Federal um instituto de pesquisas físicas.

Há um projeto de lei tramitando na Câmara para levar para o Nordeste – acho válido, porque há necessidade também –, e pretendemos que vá também para a Amazônia e para a Universidade Federal do Pará. E, para avançar nisso, para não esperar o projeto, essas coisas delongam tempo, eu poderia ter feito um projeto, aqui, e se isso não andar terei que fazê-lo, criando esse instituto, mas de criar uma subunidade da CBPF lá na universidade. E está tudo pronto, Ministro, tudo pronto. O prédio está disponibilizado pela universidade, os recursos para os equipamentos já estão disponibilizados num convênio com a Vale, e há intenção do Governo do Estado de ser parceiro nisso, para que se torne uma realidade. Então, estão todos ansiosos lá no Pará para que isso venha a acontecer.

Quero aqui, aproveitando a vinda de V. Exª, pedir o seu apoio, no sentido de que isso possa realmente ser feito. Por quê? Porque temos uma dificuldade enorme. O Governo do Estado deixa de ter – e já discuti isso várias vezes não só com o Ministro Padilha, como com o Ministro Temporão – as unidades, Senador Luiz Henrique, na medicina de alta complexidade. Para se credenciar o serviço no Ministério da Saúde – e não poderia deixar de sê-lo –, há uma determinada contingência de técnicos para atender o serviço. Só que não há diferenciação entre o que vai credenciar uma unidade de radioterapia, em Santa Catarina ou em São Paulo, do que para credenciar uma unidade de radioterapia no Acre ou no Pará, é a mesma exigência. No Pará, pelo que me disseram, há dois físicos nucleares nessa área, e o credenciamento do Ministério da Saúde exige que haja dois por serviço. Então, não há como ter em Belém, em Santarém, em Marabá, em Altamira. Não há como. O que acontece? Esses físicos ficam se revezando, só que o Ministério não credencia,

porque não cumpre a exigência; e, aí, não credencian-do, o que acontece? O Estado, já exaurido nas suas condições para atender às demandas de saúde, ban-ca o serviço e não é ressarcido pela União, porque o Ministério não retorna. E deve acontecer a mesma coisa em Roraima, Senadora, e no Acre do Senador Anibal. O Ministério da Saúde não retorna com esses recursos que são bancados única e exclusivamente pelo Tesouro de cada Estado. Então, era importante que houvesse essa disseminação, se não pela Ciência e Tecnologia, que é mais importante até em inovação, mas pelo menos para atender essas demandas na área específica da Física.

Queria pedir o apoio de V. Ex^{as} para que nós pu-déssemos – Dr. Arquimedes está bem a par do assunto –, já com a sua concordância, estreitar e levar realmen-te, se não o CBPF para lá, mas uma subunidade para começar a funcionar, porque já existem na Amazônia cursos de mestrado e de doutorado em Física. É só uma questão de ampliar.

Eram essas as questões que eu queria levantar e saudar e festejar a vinda de V. Ex^a até aqui.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Muito obri-gado, Senador.

Eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Se o senhor me permitir, Ministro, eu queria pedir que fosse feita a última intervenção, e o senhor já responderia a todos.

Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente Zezé Perrella, Ministro Marco Antonio Raupp, seja bem-vindo, Ministro, como já foi dito aqui, a esta Comissão. Eu serei muito breve, mesmo porque temos outras comissões para estarmos presentes, e vou deixar aqui apenas uma sugestão.

Ministro, a ideia da transversalidade, na minha opinião, não é só um gesto de humildade, é uma visão futurista. Mas o senhor sabe que a transversalidade também traz riscos, porque passa a depender não apenas da vontade do Ministério da Ciência e Tecnolo-gia, mas, sim, de outros ministérios, ou seja, de outras mãos. Cada ministério é uma instituição com as suas formalidades, com as suas burocracias e, às vezes, infelizmente, com os seus orgulhos, e isso atrapalha muito a materialização de muitos sonhos, como o se-nhor está se declarando um “fazejador” – a palavra “fazejador” que o Ministro falou, o fazedor.

(Interrupção de som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Então, Ministro, minha sugestão, dentro dessa transver-salidade é a seguinte: o Brasil, na área da saúde – sou médico, fui Secretário de Saúde –, tem um exército,

na minha opinião, pouco explorado, ou que poderia ser mais explorado. Falo dos agentes de saúde, que são aqueles cidadãos que devem conhecer todas as famílias brasileiras. Isso é imperativo, é obrigado por lei eles retornarem, de lar em lar, no mínimo, uma, ou, no máximo, duas vezes ao mês.

Utilizando esse exército, que, hoje, tem um número superior a 300 mil agentes de saúde de endemias, nós poderíamos, se estivesse na mão de cada um deles um simples computador, onde ele poderia colocar todas as informações que abasteceriam um posto de saúde, a sala da Presidente, do governador, do secretário, en-fim, uma coisa inovadora, uma coisa muito simples. O difícil é ter o exército, é ter esse material humano, e nós temos! Poderíamos ter todos os diagnósticos re-ferentes às nossas famílias na mão, seja na área da saúde, seja na área da educação, se as crianças estão ou não frequentando as escolas, se ela foi ou não para a escola naquele período, seja na área do emprego, se aquele pai ou aquela mãe tem ou não um emprego, seja na economia, digamos assim, da saúde – olha, esse paciente aqui usa um anti-hipertensivo e ele não o está tomando; não há necessidade mais de o posto de saúde mandar esse anti-hipertensivo, ou, então, fal-tou o anti-hipertensivo dele. Basta, Ministro, que uma parceria, ou, dentro dessa transversalidade do Minis-tério, o seu Ministério, como o Ministério da Saúde, por exemplo, ou o da Educação, ou outros ministérios pudessem proporcionar a esses soldados brasileiros um dispositivo, uma coisa tão simples hoje em dia, mas precisa ter vontade, precisa ter gesto, precisa ter atitude dessa transversalidade, porque não depende só do seu ministério, depende também de outro minis-tério. E, talvez, a Presidente ou o Governador teriam em tempo real ou, no máximo, no período de um mês um censo de tudo o que ocorre no nosso País, desde a saúde, a educação, a pobreza. E com o diagnóstico na mão, Ministro, seria muito mais fácil, talvez, propor um tratamento para qualquer condição.

Eu, algum tempo atrás – viu, Flexa –, coloquei até emenda para isso, desejando, sonhando que o Ministério da Ciência e da Tecnologia – não foi na sua gestão, não, foi na gestão de outro ministro – pudes-se ajudar a desenvolver esse *software*, esse aparato tecnológico para que pudéssemos ter um aproveita-mento maior disso.

Então, deixo aqui essa sugestão, que eu acho que é um exército que nós temos e que não utilizamos como deveríamos utilizar. Capacitar esses agentes, treinar esses agentes, colocar um dispositivo simples como esse, muito simples como esse, não mão dele, para dar diagnóstico em todas as áreas, desde o combate à pobreza, ao analfabetismo, desde a educação, a saúde.

Enfim, eu acho que seria de extrema valia, e seríamos um exemplo não só para o mundo, mas, sobretudo, para nós mesmos, em termos desse diagnóstico em tantas áreas, em tempo real. E não é nada de outro mundo, não, Ministro. É algo plenamente factível, no meu entender. Não sou nenhum especialista em ciências e tecnologia, mas, com tantos recursos que a gente vê hoje, eu acho que é uma coisa muito fácil.

Deixo aqui essa sugestão. E, se for pela falta de recursos, Ministro – como disse Flexa, o Ministério tem muito –, deixo até a sugestão de que nós Parlamentares coloquemos como uma forma de emenda, como colocamos já em outros anos.

Eu acho que todos os governos ganhariam muito porque teriam um diagnóstico em diversas áreas, em tempo real. E a gente sabe que isso é muito difícil, especialmente se falando de um País continental e plural como o nosso.

Então, essa é a nossa sugestão dentro dessa transversalidade de que o senhor tanto falou. E aproveitando a sua fala como se considerando um “fazedor”, ou melhor, um fazedor.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Ministro Marco Antonio Raupp.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Primeiro, vou responder ao Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Agradeço, Ministro, porque estou ansioso para ir a outras comissões.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Está acatada a sua sugestão. Eu vou encarregar o Secretário de Política de Informática, que tem condição de avaliar isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O senhor acha que é uma coisa do outro mundo haver isso?

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O senhor acha que é uma coisa do outro mundo, não, de outro universo? Porque no mundo não há.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Não, vamos falar para o Secretário se enfrontar direitinho em como organizar esse contingente e como organizar...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Por níveis de senha, a Presidente poderá ter, o Governador poderá ter, o Secretário poderá ter, qualquer um, dependendo, poderá ter essas informações.

Seria um censo real, em tempo real, praticamente. No máximo em um mês ele poderia saber o que está ocorrendo em cada família, desde o desemprego, a educação, o combate à miséria.

Enfim, é algo plenamente factível, Flexa. Não sei se estou em outro universo, sonhando sozinho.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Senador, desculpe-me a ignorância, eu nunca tinha ouvido falar, eu não conhecia qual é a situação desses agentes de saúde, mas eu acho que vou encarregar uma pessoa do Ministério...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Há uma lei que regulamenta, a Lei nº 11.350. No Brasil, hoje, existem mais de 350 agentes de saúde e agentes de combate às endemias, que, com a simples modificação da lei, passariam a ser não só agentes de saúde, mas eu acho que agentes de cidadania. Isso ajudaria no combate ao analfabetismo, ajudaria no fomento à inovação, ajudaria na saúde, ajudaria no combate à miséria, em tempo real, ou seja, dando diagnóstico em cada lar, em cada família.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Um sistema de informação. Eu vou encarregar um Secretário da área para ver isso, para tocar para frente.

Agora, Senador Flexa, o assunto CBPF está resolvido. Eu não lhe dou apoio, eu dou solução. Vai se resolver imediatamente. Isso aí não tem problema. Eu mesmo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Abençoado seja o dia de hoje, Ministro.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Está bom.

Eu quero dizer o seguinte: eu fui Diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica. Criei uma ramificação dele lá dentro do Museu Paraense Emílio Goeldi. Fui Diretor do INPE, criei, também, uma instituição do INPE, que funciona lá no Parque Tecnológico do Guamá. Está certo?

Então, eu tenho experiência nesse assunto. Está demorando aí não sei por quê. Nós vamos resolver o assunto do CBPF. Eu acho muito importante essas instituições, que são institutos, centros nacionais, estabelecerem, vamos dizer assim, ramificações regionais. É crucial isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, meu saudoso pai sempre dizia para nós: “Meu filho, não devas a rico e não prometas a pobre”.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, eu vou cobrar de V. Ex^a.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Pode cobrar, amanhã.

Com relação a questões que o senhor colocou aí, Senador, banda larga na Amazônia. Isso é uma reivindicação geral e estão sendo, vamos dizer assim, desenvolvidas soluções de várias formas. Eu só sou responsável por uma delas, que é a questão da rede nacional de pesquisa, que cuida das áreas de educação e pesquisa.

Essa rede em Belém está bem estabelecida. Nós, inclusive, estabelecemos uma rede metropolitana lá, associada com esses *backbones* da RNP, que estão funcionando razoavelmente, pelo menos não tem maiores demandas lá que a gente não tenha atendido. Eu acho que isso está funcionando bem lá, a rede de pesquisa, restrita às Universidades e às Instituições de Pesquisa.

O problema nosso no Norte era, principalmente, em Manaus, e nos outros, no Acre, em Roraima, também, obviamente, mas quem reclamava lá era Manaus, que nós, finalmente, conseguimos, também, atender a demanda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas, Ministro, é relação de doutores na Amazônia, pesquisadores.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Não, eu vou me referir a isso. Vou me referir a isso. Está aqui o Senador Capiberibe, ele me convidou uma vez para uma reunião lá do Fórum dos Pró-Reitores, que fizeram uma proposta e é o grande problema identificado lá, já que o número de pesquisadores está aumentando agora com a expansão das Universidades Federais e dos Institutos Federais Tecnológicos. Estão expandindo lá.

Então, a ideia é a seguinte, o problema que foi colocado lá, para mim, é o seguinte: mas esse pessoal não fica lá. Esse pessoal faz concurso lá, fica lá um ano, dois anos, e depois vai embora, dadas as condições de dificuldades, inclusive de ter apoio para desenvolver atividade de pesquisa lá.

A questão da fixação, então, ela é fundamental. Eles me convenceram de que a gente deveria ter um programa de fixação de doutores na Amazônia. Esse programa eu já discuti com o Presidente do CNPq, o CNPq já equacionou isso direitinho, quanto é que precisa, está certo? Para fazer isso de uma forma sistematizada e de um tamanho adequado para toda a Amazônia, e nós estamos tocando isso dentro desse projeto aqui, a Amazônia, que eu coloquei aqui, que nós estamos envolvidos em fazer todo um projeto articulado para promover ciência e tecnologia na Amazônia.

Eu anunciei aqui esse projeto já está em fase final de execução com parceria, com os agentes regionais, inclusive lá na Amazônia, o Secretário Alex Fiuza participa disso, está entendendo? As nossas políticas de ciência e tecnologia aqui são políticas republicanas, políticas de Estado. Executamos isso com respeito a essa ideia de política independente de Governo. E, por isso, temos parceria com todos os governos estaduais.

Então, nós estamos implantando isso, discuto com o Alex, com um Reitor importante que tem lá, também, que é o Reitor lá da Universidade de Santarém, o Lourenço, que é uma pessoa antiga no cenário de ciência

e tecnologia, e conhece bastante, também ele, discutimos bastante com ele. Nós estamos envolvidos nisso.

Aqui, com os Reitores e os Pró-Reitores, nós vamos fazer esse programa, viu, Senador? O CNPq equacionou, a gente sabe quanto é que é, é só uma questão agora de alocar recursos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Ministro, eu ia fazer uma intervenção exatamente nessa direção, não preciso mais, eu até vou declinar, porque V. Ex^a está respondendo.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Exatamente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – No campo do conhecimento, quem mais precisa é quem menos tem, mas o Ministério está atento.

Senador Flexa Ribeiro, nós temos discutido isso e o Ministério está atento. São mil professores doutores por ano, além dos que já são contratados normalmente. Isso vai acontecer.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – O CNPq equacionou a questão e passou para mim agora. Tenho que tomar a decisão junto com o Dr. Elias, que é quem manobra o orçamento lá, no intuito de encontrar um espaço para ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, V. Ex^a foi cirúrgico quando fez o comentário acerca da fixação dos pesquisadores, dos doutores na Amazônia. Trata-se de uma questão salarial? Sim. E muito mais que salarial, porque aquilo é como se fosse um sacerdócio para o pesquisador. São as condições de se fazerem as pesquisas. Esse é o ponto fundamental a ser resolvido.

Eu fico mais do que contente. Estou festejando aqui a resposta de V. Ex^a.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Agora, sobre inovação na Amazônia, nós estamos querendo estimular lá a criação de parques tecnológicos. Em Belém, foi criado esse no Guamá, com o apoio do MCTI, inclusive com a participação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Mas agora estamos em Santarém, discutindo com o Lourenço e o Secretário Alex a constituição de um parque tecnológico. Já chegaram com um pleito, que está em análise, pois também levamos uns dois meses para analisar, Senador. Mas ele está em análise, e acho que tem tudo para ter apoio, porque, inclusive, no Inova Empresa, há um programa para parques tecnológicos. Esse parque tecnológico, eu o visitei. Participei logo quando do início da instalação na Universidade Federal do Oeste do Pará.

Aliás, quando estava voltando de Santarém para Manaus, quem eu encontrei foi o digníssimo Senador. O senhor não está lembrado de mim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Verdade.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Eu era Presidente da SBPC, eu o encontrei lá e me apresentei para o senhor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas, Ministro, o ex-reitor...

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Então, eu ando por lá.

Deixe-me só terminar.

Nós vamos tratar também dessa questão da inovação na Amazônia. Acreditamos nesse conceito de parques tecnológicos e vamos estimulá-los.

O Programa Inova Empresa vai estimular grandemente isso. É um mecanismo de financiamento. Nós temos que pegar os bons projetos agora e enquadrá-los dentro desse mecanismo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O ex-Reitor, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia, Alex Fiúza de Mello, hoje foi guindado, ele é Secretário de Promoção Social, que engloba área de educação, a área social toda.

Mas eu queria convidá-lo, em nome do Governo, para que V. Ex^a pudesse ir até o Pará, para que fizéssemos uma grande reunião para tratar da questão da ciência, tecnologia e inovação no Estado.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Vamos lá. Eu me proponho, inclusive, a fazer uma palestra lá sobre esse Programa Inova Empresa, porque essa é a grande novidade do Ministério e tem que ser divulgado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a vai marcar a data.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Por que não uma conferência estadual de ciência e tecnologia aberta pelo Ministro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Está bom.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Aceita?

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Aceito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, vou falar para o Elias marcar a data.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Mas o CBPF vai lá para o Pará, pode ter certeza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado. Vou cobrar, no bom sentido.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Está bom. Muito obrigado.

O Senador Anibal fez algumas manifestações com as quais concordo inteiramente. Se fosse assim, não estaríamos aqui. É a vontade política que temos

que ter para tomar essas decisões e martelar em cima até fazer a coisa acontecer.

Eu conheci a Presidente Dilma no ano passado. Ela me chamou para trabalhar em seu Governo. Ela tem uma vontade política extraordinária. Ela não só coloca os objetivos lá na frente como fica em cima, cobrando se você está fazendo ou não aquilo que foi acordado. É impressionante como ela tem isso. E eu acho que é um motor no Governo da Presidente Dilma. É muito importante isso o que o senhor está dizendo.

O senhor se manifestou também com relação à comunicação de dados, a banda larga. Realmente isso é uma deficiência. No Acre não é tão difícil quanto no Amazonas, porque naquele Estado, via Mato Grosso, há conexões por terra, por superfície chegando lá.

E existe uma questão, que gostaria também de comentar com o Senador Flexa Ribeiro, que está brincando comigo ao dizer que não pedi dinheiro, que sou o único Ministro que não pede dinheiro. Eu acho que muitas vezes o dinheiro não é o fundamental, não é o ponto de partida, porque, se você não tem estruturas capazes de absorver esse recurso e usá-lo, você não consegue, você vai desperdiçar o recurso.

Então, acho que, na Amazônia, nós temos que fazer coisas desse tipo aí: manter pesquisadores lá antes do dinheiro; o dinheiro vem depois. Ter um dinheiro primeiro, para manter o camarada lá, mas, depois, para fazer projetos maiores, aí começa a ampliar o nível dos investimentos. Antes de aumentar o nível dos investimentos, numa forma completa, como é requerido pelo desenvolvimento da região, nós temos que criar essas infraestruturas lá, que utilizem bem esses recursos.

Então, quando me refiro a isso, evidentemente, eu não disse que não queria dinheiro. Disso todo mundo reclama. Mas eu acho que, relativamente, nós não estamos mal, nessa quadra aqui da história do País, na história da ciência e tecnologia.

Muitas vezes, Senador, eu não sei a situação do Acre, e fiquei me perguntando – quando o senhor colocou aí que existe falta de rede de comunicação, de velocidade de Internet – se há demanda para isso. Porque, se nós chegamos na Amazônia e estamos passando por aqui com um gigabite, por que não chegou no Acre? Há algum problema que tem que ser entendido. Não tem razão alguma chegar em Manaus e não passar pelo Acre, por exemplo, com um gigabite, que é o que satisfaz, por exemplo, Manaus. Se um gigabite satisfaz Manaus – a parte de educação, ciência e tecnologia –, certamente vai satisfazer o Acre. Está certo? Então, alguma coisa deve ser entendida aí. Mas estou registrando a sua preocupação para verificar o que está acontecendo de fato.

Mas viu, Senador? Nós queremos recursos, mas queremos utilizar plenamente e bem os recursos. Então, são coisas que têm que ser contrabalançadas, e nós, gestores públicos, temos a responsabilidade, senão o Congresso, depois, cai na pele da gente, se a gente usar mal, o TCU e etc., mas o Congresso também fiscaliza. O TCU é Congresso, o TCU é assessor do Congresso. Então, a gente tem que fazer as coisas, vamos dizer assim, concatenadas, eu acho.

Portando, a minha apreciação foi no sentido de que nós vivemos hoje uma quadra em que o maior problema não é o dinheiro. O maior problema é executar, ter projetos para executar o dinheiro que nós temos hoje. E, depois, numa segunda etapa, no ano que vem, no outro ano, vai cada vez aumentando mais. Aí a gente entra nesse círculo virtuoso. São as duas coisas: ter projetos, ter capacidade de fazer projetos, e ter dinheiro.

O Senador Luiz Henrique já foi governador de Santa Catarina e sabe muito bem do que estou falando – não é, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Bom, isso aí eu tinha que dizer.

Eu gostaria de, falando aqui sobre falta de dinheiro ou excesso de dinheiro, dizer que nós estamos vivendo uma quadra aqui preocupante, que é a seguinte: o destino dos *royalties* do petróleo. A ciência e tecnologia, nós tivemos grandes benefícios com a lei do petróleo anterior. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é o nosso fundo principal para a operação de todos esses recursos não retornáveis – porque, no fundo, nós aqui de ações governamentais, em qualquer nível, sempre estamos pensando nesses não retornáveis, não é empréstimo. Então, não retornáveis, esse fundo sempre foi a salvação da nossa laboração de ciência e tecnologia; foi a base para a gente executar políticas de ciência e tecnologia. Tanto é que a gente avaliava sempre: ah, tem recurso ou não tem recurso conforme tivesse ou não cortes lá no FNDCT, porque essa é que era a coisa chave. Esse dinheiro nós não estamos tendo corte nenhum. Em 2010, também nós não tivemos corte.

Então, isso quer dizer que a gente tem certa facilidade aí de recursos. Mas isso aí está em perigo. Por quê? Sabe com quanto a lei do petróleo, a lei anterior, contribuía para o FNDCT? Quarenta e cinco por cento do FNDCT vinha do petróleo, daqueles fundos setoriais, todos eles são muito pequenos. O único fundo substancial que tinha lá era o fundo do petróleo. E se a gente perder isso, a gente vai sofrer um baque aqui no FNDCT. É a mesma coisa que cortar. O fundo, atualmente, quanto é que é? São 4,4 bi. Isso aí corres-

ponde a 1,6 bi. Então, isso fará uma diferença. Então, eu não sei como é que o Congresso, como é que o Executivo, na sua articulação maior...

Temos levado isso à Presidente Dilma, mas aí há a intervenção do Congresso, que é importante. Como é que vai conduzir isso aí. Às vezes se fala em educação. Eu vou lá e reclamo com a Presidenta Dilma, e ela diz: “não, mas tendo a educação, vocês vão ter a sua parte lá em ciência e tecnologia também”. Mas não está claro, marcado lá que vai ser para ciência e tecnologia. Com a lei que foi aprovada aí ultimamente, não vai ter nada, nem para a educação, nem para ciência e tecnologia. Isso é uma preocupação nossa, porque isso aí é investimento no futuro.

E também o senhor disse muito bem, estou de pleno acordo que ciência e tecnologia podem ser um motor do desenvolvimento, e do melhor desenvolvimento possível, que é o desenvolvimento inovador, está certo? Então, nós temos que nos preocupar com isso. E eu queria fazer um apelo ao Congresso Nacional: que se preocupe com essa questão do destino dos *royalties* do petróleo. Não esqueçam a contribuição que esse fundo deu a ciência e tecnologia e que poderá dar no futuro próximo.

Hoje nós estamos incorporando outros recursos, como, por exemplo, esse PSI, que no fundo é recurso para empréstimo às empresas. Mas é tesouro isso aí, não há garantia nenhuma de futuro. Se amanhã terminar essa política dessas medidas econômicas anticíclicas, de quando foi criado esse PSI, acaba, e aí nós vamos sofrer duramente se não tivermos a contribuição do fundo do petróleo.

Estamos nessa situação, Senador. Então estou apelando aqui por garantia de recursos para continuar investimentos em ciência e tecnologia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Bom, não havendo mais nada a tratar, a gente dá por encerrada a reunião.

Quero, Ministro, agradecer a presença de V. Ex^a, com seus colaboradores. O senhor pode estar certo de que foi muito importante essa participação. O senhor desculpe, porque foram três horas e meia, mas o senhor pode estar certo de que para a gente aqui da Comissão é muito importante. Esta reunião foi para mim fantástica. Nós temos condição de desenvolver um trabalho conjunto, e o senhor conte com a nossa Comissão para tudo que precisar. No mais, agradeço a presença de todos vocês.

Está encerrada a reunião.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Me permite antes só uma manifestação aqui?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Claro.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – É que eu vi, na sua colocação inicial, uma proposta de que esse seminário que a Comissão está organizando aqui sobre inovação – já fez aqui no ano que passou – fosse incorporado na Semana de Ciência e Tecnologia. Nós concordamos inteiramente com isso. Isso é um aporte às atividades da Semana, e tenho certeza de que nós podemos trabalhar juntos e colocar isso na agenda da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Nós temos a humildade, Ministro, de dizer

que vocês são especialistas na área. Eu acho que o Ministério pode muito mais ajudar a Comissão do que ser ajudado por ela nessa parceria que nós vamos fazer juntos. Acho que a experiência de vocês vai ser muito importante para nós. Qualquer sugestão será muito bem vinda, porque realmente vocês são doutores no assunto.

Um abraço e obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

Edição de hoje: 496 páginas
(OS: 11667/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

